

UFPEL

SCP

2019

I Seminário de Ciência
Política da Ufpel

22 e 23 de agosto

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Centro
Pelotas/RS

<https://wp.ufpel.edu.br/scpufpel/>

Universidade Federal de Pelotas
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Anais do I Seminário de Ciência Política da UFPel

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I Seminário de Ciência Política; (2019 ago, 22 e 23 : Pelotas, RS)
Anais do I Seminário de Ciência Política da UFPel [recursos eletrônicos]
/ Organizadores, Carlos Artur Gallo; Nilton Garcia Sainz – Dados eletrônicos. – Pelotas : Instituto de Filosofia, Sociologia e Política – UFPel, 2020. 962p.

Modo de acesso: World Wide Web. Disponível em:
<https://wp.ufpel.edu.br/scpufpel/anais-do-evento/>

ISBN: 978-65-00-03564-3.

Ciência Política; 2. Democracia; UFPel.

Os conteúdos dos textos são de totais responsabilidades dos seus respectivos autores.

Pelotas, 2020

I Seminário de Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, 2019

Comissão Organizadora do Evento

Acrísio Victorino Pereira

Alvaro Augusto de Borba Barreto

Anna Cláudia Campos e Santos

Bianca de Freitas Linhares

Carlos Artur Gallo

Cristiano Ruiz Engelke

Etiene Villela Marroni

Letícia Baron

Luciana Maria de Aragão Ballestrin

Mariana Schardosim Tavares

Nilton Garcia Sainz

Pedro Henrique Silva de Oliveira

Rosângela Marione Schulz

Yndira Coelho Soares

Sumário

| | |
|---|------------|
| Apresentação | 10 |
| | |
| Grupo de Trabalho I – Instituições e Comportamento Político | 12 |
| | |
| <i>Cultural Backlash na Teoria do Desenvolvimento Humano: Uma Revisão – Valéria Cabreira Cabrera</i> | <i>13</i> |
| <i>O Impeachment no Estado Democrático de Direito Brasileiro – Douglas Gouveia Rechia</i> | <i>34</i> |
| <i>Judicialização da Política e Backlash Legislativo no Brasil: Uma Análise do Reconhecimento Judicial da União Homoafetiva (2011-2018) – Otávio Santiago Gomes da Silva</i> | <i>58</i> |
| <i>O Presidencialismo de Coalizão e a Governabilidade do Sistema Político Brasileiro – Helen Letícia G. J. Duarte Romero</i> | <i>81</i> |
| <i>Economia, Política e Democracia: As Sabatinas no Senado Federal dos Indicados ao Banco Central nos Governos FHC e Lula – Mateus Coelho Martins de Albuquerque</i> | <i>102</i> |
| <i>Análise do Perfil dos Presidentes Eleitos nas Municipais Moçambicanas de 2018: Visualizando os Atributos Sociais e Profissionais – Acrísio P. Victorino e Anna Cláudia C. Santos</i> | <i>127</i> |
| <i>Instituto Millenium e a Construção de Consenso pela Liberalização Econômica – Lucas Araldi</i> | <i>137</i> |
| <i>Plutocratas ou Membros da Máquina? O Efeito das Formas de Financiamento de Eleitos Sobre a Lealdade Partidária no Brasil – Bruno M. Schaefer e Tiago A. L. Barbosa</i> | <i>159</i> |
| <i>Reflexões Sobre os Procedimentos de Formação de Partidos Políticos no Brasil: Quando a Forma Ultrapassa a Finalidade – Adriana Soares Alcântara</i> | <i>183</i> |
| <i>Confiança institucional e forças armadas: estudo comparativo sobre Brasil e Alemanha – Ana Paula Fraga e Luana Isabelle Beal</i> | <i>198</i> |
| | |
| Grupo de Trabalho II – Gênero e Participação Política | 220 |

| | |
|--|------------|
| <i>Gênero e Representatividade: Uma análise das Proposições Legislativas da Câmara dos Deputados – Karina G. Peres e Valmor Scott Jr.</i> | 221 |
| <i>Mulheres na Política: Pluralismo Jurídico e o Ponto de Vista Feminista – Camila A. Souto e Cassiane Paixão</i> | 238 |
| <i>Mulheres na Política Brasileira: Um Estudo Sobre o Impeachment da Presidenta Dilma – Larissa dos Santos Serafim</i> | 256 |
| <i>A Centralidade da Categoria Gênero: a Construção da Carreira Política sob a ótica das teorias de Gênero e a Teoria Política Feminista – Marina Landa e Rosângela Schulz</i> | 268 |
| <i>Discursos e Representações sobre o Feminino: Política e Gênero nas Fotografias de Hildegard Rosenthal – Maria Clara Lysakowski Hallal</i> | 279 |
| <i>“Gênero, Classes e seus Sentidos na Justiça em Processos de Feminicídio” – Carolina de Oliveira Silva</i> | 289 |
| <i>Cultura política, capital social e mulheres de direita no Brasil: análise das candidaturas de Joyce Hasselmann e Janaína Paschoal – Amanda Carolina Cegatti e Guillermo Omar Orsi</i> | 302 |
| <i>O acesso ao corpo feminino: contribuições teóricas sobre a violência contra as mulheres – Iris Nabolotnyj Martinez e Augusto Júnior Clemente</i> | 324 |
| <i>Gênero na composição de espaços de decisão: uma análise da mesa diretora da Câmara dos Deputados – Marina Lua Vieira dos Santos</i> | 344 |
| <i>“Perón mueve la dama”: os primeiros passos de María Estela Martínez na política Argentina (1965-1966) – Nádia Coelho Kendzerski</i> | 364 |
| <i>A mulher na Constituinte de 1988 – Taísa Gabriela Soares e Daniela Cristien S. M. Coelho</i> | 384 |
| <i>Gênero e comportamento parlamentar: uma análise da atuação das deputadas da 56ª Legislatura, nos primeiros meses de mandato – Vanessa Lazzaretti</i> | 397 |
| Grupo de Trabalho III – Relações Internacionais | 412 |
| <i>Drones: um novo campo de disputa tecnológico militar? – Éberson Polita</i> | 413 |

Epistemologia, trajetória e perspectivas: os estudos estratégicos como área fundamental para a consecução dos objetivos nacionais – Alexandre Violante e Ricardo Alfredo de Assis Fayal 426

O Airbnb e as representações coletivas: quando o vínculo social é marcado pelo desempenho – Greice Martins Gomes 446

O papel das redes internacionais de cidades no fortalecimento da Paradiplomacia brasileira: uma análise acerca da Rede de Mercocidades – Felipe Macedo Teixeira 461

Dívida externa brasileira: negociações com o FMI no governo de João Figueiredo – Andreia Sena Maidana 482

O nascimento de um novo país: o caso do Sudão do Sul e sua relação com a China – André Valente Maia 502

O conceito de desenvolvimento nas Relações Internacionais sob uma perspectiva feminista: críticas e contribuições teóricas – Marina Tavares e Yndira Coelho Soares 518

Grupo de Trabalho IV – Processos de (Des)democratização na América Latina 532

O atual processo de crise da democracia brasileira: considerações sobre reducionismo e formalismo democráticos – Paulo César Neves Barboza 533

Quais os limites para o debate democrático na Internet? As redes sociais virtuais e o papel do ciberleitor – Julio Marinho Ferreira 553

Desdemocratização e elitismo democrático no governo Eduardo Leite (RS) – Liana de Vargas Nunes Coll 574

Nuevo Plano de Desarrollo Economico: a criação do sujeito neoliberal em Porto Rico – Pedro Henrique Silva de Oliveira e Etienne Villela Marroni 588

Necropolítica, políticas de extermínio e a atuação contemporânea do movimento negro brasileiro – Iago Jacinto Petrarca 609

A democracia normal na teoria crítica decolonial – Sandro Adams 625

Grupo de Trabalho V – Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso 639

“BolsoSurdos no Facebook”: problematizando discursos veiculados pela comunidade surda apoiadora de Bolsonaro – Ana Gabriela da Silva Vieira 640

A perspectiva pós-fundacional e a questão migratória no Brasil – Hermes Corrêa Dode Junior 653

A ideologia hegemônica e o cinema: uma análise do discurso anárquico e antiguerra de Charlie Chaplin em “Shoulder Arms” e “The Great Dictator” – Leonardo Tajés Ferreira 673

O corpo na instituição de ensino: (des)construções e memórias da escola à universidade a partir da arte propositiva – Tarla Roveré e Larissa Patron Chaves 694

Escola sem partido: a significação do significante na Câmara dos Deputados – Carolina Costa dos Santos 716

Convergência ou conflito? Antagonismo, a ascensão da direita latino-americana e o acaso do Ciclo Progressista – Letícia Baron 732

FHC nas eleições de 2018 – Lucas Garcia da Silva 751

Discurso e formas de representação política na contemporaneidade – Sandra Barbosa Parzianello 764

Grupo de Trabalho VI – Justiça de Transição, Memória e Direitos Humanos 777

Aquele que não conhece sua história está condenado a repeti-la: uma análise sobre as políticas de memória implementadas no Uruguai – Gabriel Carvalho Kunrath 778

Os partidos políticos na Câmara Federal durante a tramitação da lei da Comissão Nacional da Verdade – Rafael Alexandre Silveira e Nilton Garcia Sainz 793

ADPF 153: A judicialização do acerto de contas com a Ditadura Militar – Bruno Gazelli Cavichioli 808

As transições democráticas e os resquícios autoritários: os casos do Brasil e do Chile (1985-2000) – Ana Paula Fraga 828

Grupo de Trabalho VII – Iniciação Científica 850

| | |
|--|-----|
| <i>Difusão do neoliberalismo durante o Governo Reagan (1981-1989): Uma análise acerca da atuação do NED e do CIPE para a América Latina – Rodrigo Rosales Tapia e Luan Corrêa Brum</i> | 851 |
| <i>Financiamento público para o desenvolvimento das cooperativas gaúchas: estudo de caso com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – Isis Suzana Fiorin Rotta</i> | 857 |
| <i>Ativismo feminino e participação política das mulheres na ditadura militar – Carolina Oliveira Dias e Eduarda Marcon Alves</i> | 863 |
| <i>Políticas de Memória: uma comparação entre as Comissões da Verdade brasileira e uruguaia – Caio Paglis Marques Plácido e Laura Feijó de Souza</i> | 870 |
| <i>Políticas de memória no Chile pós-ditadura: um breve panorama – Pedro Henrique Correia de Andrade</i> | 876 |
| <i>Da Construção Retórica à Contradição Prática: as relações sino-brasileiras sob a ótica da cooperação sul-sul – Gabriela Rosa Corrêa e Henrique Jorgielewicz Rogovschi</i> | 880 |
| <i>Justiça de Transição no Brasil: as barreiras criadas pela Lei de Anistia para sua real efetivação – Heloíse Montagner Coelho e Thieser da Silva Farias</i> | 887 |
| <i>Por trás das grades: a violência estatal e o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana – Gabriel Gaia Duarte</i> | 894 |
| <i>Desdemocratização à brasileira: uma análise preliminar – Túlio Celini</i> | 900 |
| <i>A propagação do ideário neoliberal: uma análise sobre a atuação da Atlas Network e de seus institutos parceiros no Brasil – Luan Corrêa Brum</i> | 908 |
| <i>A nova direita no YouTube – Natalia Azevedo Pereira</i> | 914 |
| <i>A evolução da cidadania e dos direitos políticos femininos no Brasil – Laura Braga Gotuzzo</i> | 920 |
| <i>Diálogo com Antonio Gramsci: uma análise do Movimento Brasil Livre a partir da categoria dos intelectuais orgânicos – Victor Antonio Duarte Bonafé</i> | 925 |
| <i>Mulheres migrantes em Rio Grande/Rio Grande do Sul e o tratamento ofertado a elas do ponto de vista do feminismo interseccional – Alanah Carinha Tramasoli</i> | 930 |
| <i>Lugar de mulher é mesmo onde ela quiser? A percepção das auxiliares de cozinha de um shopping de Santa Maria (RS) sobre a relação entre jornada de trabalho e participação política – Gabriela Bastos Ribas</i> | 934 |

| | |
|--|-----|
| <i>O corpo como “instrumento de trabalho político”: estratégias e tensões no movimento T em Pelotas – Renata Duarte</i> | 940 |
| <i>#EleNão e suas motivações: mulheres contra Bolsonaro em Porto Alegre – Andresa Rosa Paiva e Henrique Souza da Silva</i> | 946 |
| <i>O nacionalismo como ferramenta de dominação: o caso da Polônia – Lucca Pires Silva Lima</i> | 952 |
| <i>#EleNão: um mapeamento do posicionamento político das “Mulheres contra Bolsonaro” em Brasília – Thayla Souza e Túlio Celini</i> | 956 |

Apresentação

A ideia de realizar o I Seminário de Ciência Política da UFPel surgiu ainda no ano de 2018. Essa iniciativa teve como influência outro evento discente, o I Seminário de Sociologia e Política da UFSC. A partir dessa experiência positiva, percebeu-se a importância de um evento construído pelos discentes em conjunto com o corpo docente de um programa de pós-graduação. A troca de experiências e o debate proporcionado por esse tipo de evento acresce no desenvolvimento da formação acadêmica. Comunicar as pesquisas que estão sendo realizadas, para além de uma formal apresentação de trabalho, significa principalmente oportunizar que a comunidade acadêmica tenha acesso ao que está sendo produzido e colabore para a qualificação e o aprimoramento dos projetos. Ao observar esses princípios, afirmamos que o I Seminário de Ciência Política da UFPel foi um sucesso!

Recebemos inscrições de 9 estados do Brasil. Contamos com um total de 154 inscrições, oriundas de 22 instituições de ensino superior. Obtivemos mais de 52% (81 apresentações) de comparecimento dos inscritos. Um bom número, considerando os custos de deslocamento até Pelotas e as atuais condições de financiamento para pesquisadores no país. Alcançamos um total de 80% de trabalhos completos recebidos (65 trabalhos, entre pós-graduação e graduação), revelando um pouco mais sobre a valorização que os participantes deram ao I SCP. Ainda ocorreram conferências nos dias do evento. Na primeira noite, o Prof. Dr. Adriano Codato (UFPR), coordenador da área de Ciência Política e Relações Internacionais junto à CAPES, realizou a conferência “A Ciência Política brasileira, hoje”. Na segunda noite, tivemos a presença da Prof^a. Dr^a. Céli Pinto (UFRGS), professora emérita da UFRGS, que proferiu a palestra “A questão (pós)democrática no século XXI”. Registramos, aqui, nosso agradecimento pela participação e colaboração dos palestrantes, bem como a todos(as) aqueles(as) que submeteram seus resumos e apresentaram seus trabalhos no evento.

É necessário ressaltar, que em nossa conjuntura atual, onde cada vez menos as Ciências Humanas e Sociais possuem financiamentos e recursos para eventos e pesquisas, realizamos o I SCP somente com recursos financeiros de doações dos professores do PPGCPOL. Expressamos aqui nossos agradecimentos a todos(as) professores(as) que contribuíram para que conseguíssemos efetivar a realização do evento.

Destacamos, finalmente, nossos agradecimentos a todos(as) que colaboraram na organização do I SCP: Acrísio Victorino Pereira; Alvaro Augusto de Borba Barreto; Anna Cláudia Campos e Santos; Bianca de Freitas Linhares; Cristiano Ruiz Engelke; Etiene Villela Marroni; Letícia Baron; Luciana Maria de Aragão Ballestrin; Mariana Schardosim Tavares; Pedro Henrique Silva de Oliveira; Rosângela Marione Schulz; Yndira Coelho Soares. Reconhecemos e agradecemos, também, aos(as) alunos(as) da graduação em Ciências Sociais da UFPel que compuseram a equipe de apoio e aqueles professores(as) que aceitaram participar como comentadores em grupos de trabalhos. Nosso muito obrigado!

Carlos Artur Gallo
Nilton Sainz

GT I – Instituições e Comportamento Político

Coordenação

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto

Acrísio Pereira Victorino

Nilton Garcia Sainz

Proposta do Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho “Instituições e Comportamento Político” busca promover um intenso debate em torno da relação entre indivíduos, grupos e instituições, no que se refere à formação das estruturas e à consolidação dos valores e das ações políticas nas democracias. Nesse sentido, o GT é de caráter amplo, na intenção de proporcionar um maior desenvolvimento nas trocas de conhecimentos e na comunicação científica entre os pesquisadores das áreas. Assim, estará dialogando com as correntes do neo-institucionalismo e da cultura política, além de estar aberto a outras abordagens teórico-metodológicas das ciências sociais. Logo, receberá trabalhos que investiguem, principalmente, os seguintes temas: sistemas políticos, eleições, partidos, elites, comportamentos legislativos, relações executivo-legislativo e política e Poder Judiciário.

CULTURAL BACKLASH NA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA REVISÃO

Valéria Cabreira Cabrera¹

Resumo

A Teoria do Desenvolvimento Humano foi proposta por Ronald Inglehart como uma revisão da teoria da modernização na década de 1970 e é, ainda hoje, uma teoria importante e muito difundida na área da Cultura Política. A ideia central dessa teoria é que o desenvolvimento socioeconômico gera mudanças culturais ao longo do tempo, as quais viabilizam em determinado estágio o surgimento da democracia em sociedades não democráticas e o seu fortalecimento em sociedades já democráticas. Em artigos recentes e, sobretudo, nos seus dois últimos livros publicados – “Cultural Evolution: people’s motivations are changing, and reshaping the world” (INGLEHART, 2018) e “Cultural Backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populismo” (INGLEHART; NORRIS, 2019) – Inglehart e seus colaboradores têm abordado novos conceitos para explicar uma das principais contradições da sua teoria em relação aos fatos recentes: a ascensão do autoritarismo mesmo em sociedades economicamente desenvolvidas. Este *paper* propõe uma revisão bibliográfica dessa nova abordagem, ainda não existente em língua portuguesa, apontando-se, sempre que possível, as contradições remanescentes em relação às versões anteriores da teoria, que, segundo se percebe, tornam as explicações de fenômenos recentes pouco convincentes.

Palavras Chaves: *Cultural Backlash*; Teoria do Desenvolvimento Humano, Democracia.

INTRODUÇÃO

Em meio a interpretações nada otimistas quanto à sobrevivência da democracia liberal, Ronald Inglehart (2018) chama atenção ao ir de encontro a essa tendência. Para esse autor (2018, p. 114), “conclusões como tais são equivocadas” (tradução nossa). Ao mesmo tempo e de forma bastante contraditória, Inglehart (2016, 2018) afirma que a desigualdade social oriunda da era da Inteligência Artificial pode minar a democracia.

Ao longo de quase quatro décadas, esse autor vem afirmando que o desenvolvimento da democracia depende do desenvolvimento econômico. Se gerar mudança cultural, inevitavelmente, para o autor, o desenvolvimento econômico fará florescer a democracia em

¹ Doutoranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas; valeriocabreira@gmail.com; Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

sociedades autoritárias e fará avançar a democracia em sociedades já democráticas (INGLEHART, 2018). Essa afirmação é oriunda de recorrentes e variadas testagens estatísticas que resultaram em publicações diversas (INGLEHART, 2012, 2018; INGLEHART; WELZEL, 2009a). Na maioria dessas publicações o autor e seus colaboradores advogam pela retomada da teoria da modernização em tempos pós-industriais.

Nesse sentido, em um momento em que a ascensão de movimentos e partidos xenofóbicos autoritários é notada ao redor do mundo, inclusive e com grande força em países desenvolvidos, a teoria do desenvolvimento humano parece ter sido desafiada. Os dois últimos livros de Inglehart (INGLEHART, 2018; NORRIS E INGLEHART, 2019), ainda sem tradução para o português, procuram dar conta de explicar essa contradição. Além de testagens atualizadas das hipóteses já conhecidas da Teoria do Desenvolvimento Humano, as obras se propõem a explicar o surgimento e a chegada ao poder de partidos e movimentos populistas autoritários justamente em sociedades avançadas, como os Estados Unidos e países da Europa ocidental.

Pelo seu argumento, ao mesmo tempo que o crescimento econômico das sociedades altamente industrializadas teria estagnado, a Inteligência Artificial teria tomado empregos mesmo daqueles melhor qualificados. Isso, aliado à grande imigração, teria causado uma sensação de desigualdade e de declínio da segurança existencial, conduzindo a uma reação adversa ao pós-materialismo. Como já era esperado, o autor não pretende apontar equívocos em sua teoria, mas sim confirmá-la, apesar dos fatos. Ocorre que Inglehart (2018) não vê a (des)igualdade social como atrelada à dinâmica de democratização que propõe, assim que, embora concorde que a desigualdade é crescente e precisa ser reparada, não acredita que ela possa comprometer as previsões quadragenárias da sua teoria (INGLEHART, 2018).

Assim, de maneira bastante previsível, este texto está dividido em três seções: na primeira, desenvolve-se linhas gerais do conceito de “Reflexo Autoritário”, que perfaz os primeiros passos de Inglehart na discussão da ascensão do autoritarismo populista; depois, discorre-se sobre o “Cultural Backlash”, noção recentemente elaborada pelo autor para avançar no estudo do tema; por último, explica-se porque não estamos totalmente de acordo com a explicação teórica de Inglehart (2018) e Norris e Inglehart (2019)

A EVOLUÇÃO CULTURAL E O REFLEXO AUTORITÁRIO: EXPLICANDO A ASCENSÃO DO POPULISMO AUTORITÁRIO

No início da década de 1970, Ronald Inglehart percebeu que desde o final da II Guerra Mundial os valores da população europeia pareciam estar alterando-se de valores relacionados à segurança econômica (aquisitivos) para valores ligados à liberdade de expressão (pós-burgueses). O primeiro artigo sobre o tema foi publicado pelo autor em 1971, intitulado “*The silent revolution in Europe: intergenerational change in post-industrial societies*”². Sua hipótese era de que essa mudança de valores estaria gerando uma importante transformação na cultura política das sociedades altamente industrializadas e de que essa mudança se daria de geração em geração. O autor aplicou um questionário a uma amostra da população da Europa Ocidental e constatou que a maioria dos respondentes em que os valores ligados à liberdade de expressão foram encontrados eram jovens. Inglehart (2012), então, defendeu que o fato de os jovens terem mais valores pós-burgueses era justamente consequência da mudança intergeracional de valores que conjecturava, isto é, a geração em que estes jovens estariam inseridos refletiria os novos valores proeminentes naquelas sociedades (INGLEHART, 2012).

Após esse primeiro artigo, o autor publicou muitos outros artigos e livros sobre o tema, sempre trazendo uma compilação de resultados atualizados e expandidos para além da Europa a confirmar a sua teoria³. A ideia geral da teoria, que foi testada estatisticamente inúmeras vezes nas últimas quatro décadas, inclusive por outros autores, é de que o desenvolvimento econômico gera mudanças culturais ao longo do tempo, as quais viabilizam em determinado estágio o surgimento da democracia em sociedades não democráticas e o seu fortalecimento em sociedades já democráticas. Em suma, a teoria pode ser resumida a duas hipóteses: 1) a hipótese da escassez, pela qual em condições de escassez a sobrevivência tem prioridade, logo os valores aquisitivos (hoje denominados materialistas) são mais valorizados nessas condições; 2) hipótese da socialização, pela qual os valores básicos das pessoas refletem as condições de existência prevalecentes durante as suas fases de infância e juventude. Na interpretação dos

² Em 2012 foi publicada uma versão desse artigo em língua portuguesa na Revista de Sociologia e Política, nº 20, v. 43, de 2012, a qual se utiliza aqui como referência.

³ O Brasil apareceu pela primeira vez nas pesquisas *survey* do *World Values Survey*, projeto de coletas de dados coordenado por Inglehart, em 1990.

dados, ambas as hipóteses são consideradas em conjunto e vêm sendo comprovadas ao longo dos anos (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Ocorre que o avanço do autoritarismo e do conservadorismo nos últimos anos, mesmo em sociedade industriais avançadas, gerou uma contradição em relação à teoria do desenvolvimento humano. No entanto, a confiança na teoria é tamanha, que enquanto muitos estudiosos prospectam o colapso da democracia no século XXI, Inglehart e Welzel (2009b) e Inglehart (2016; 2018) afirmaram justamente o contrário: a democracia não atingiu o seu limite e continua a caminhar. Justamente em razão do processo de mudança cultural oriundo da modernização, mais cedo ou mais tarde, as condições necessárias para o avanço da democracia estarão presentes nas mais variadas sociedades (INGLEHART; WELZEL, 2009b).

“Cultural Evolution: people’s motivations are changing, and reshaping the world” é o mais recente livro de autoria exclusiva de Ronald Inglehart, referência frequente nos estudos sobre comportamento político. A obra apresenta uma nova versão da já conhecida teoria revisitada da modernização, a partir da atualização dos dados de opinião pública (são utilizados dados de 1981 a 2014 coletados pelo *World Values Survey* e pelo *European Values Study* em mais de 100 países), mas também da tentativa de explicar as contradições apontadas. Nesse livro o autor desenvolve de forma mais ampla noções que já vinha delineando em artigos recentes, dando o primeiro passo na sua tentativa de explicar o avanço contemporâneo do populismo autoritário.

Inglehart (2018) ressalta – como faz há pelo menos quatro décadas – que a precariedade da sobrevivência humana ao longo de muitos séculos definiu a estratégia de vida dos seres humanos. As pessoas enfatizaram a segurança existencial até o final da Segunda Guerra Mundial, quando o acesso à sobrevivência passou a ser facilitado pelo crescimento econômico e pela emergência de políticas de bem-estar social. Segundo o autor, esse processo levou a uma mudança cultural intergeracional, que remodelou e continua remodelando a cultura das sociedades a partir da substituição de valores materialistas (associados à segurança física e econômica) por pós-materialistas (focados na autonomia e na liberdade individual). A distância entre prioridades materialistas e pós-materialistas depende imensamente do desenvolvimento econômico do país, explica Inglehart (2018). Pela “Teoria Evolucionária da Modernização”,

denominação que surge nesta obra⁴, isso implica que a longo prazo as prioridades pós-materialistas serão maioria em diversas sociedades, que estão movendo-se para um nível moderado ou seguro economicamente.

Para Inglehart (2018), o que motiva o apoio a democracia é o desejo de livre escolha por parte dos cidadãos, por isso a democracia tem mais probabilidade de se manter e de avançar em certas condições culturais, as quais surgem com a modernização. A tentativa dos Estados Unidos de instalar a democracia no Iraque, exemplifica, não deu certo, porque o governo americano não atentou para essas condições. O autor acredita que, a longo prazo, a mobilização cognitiva e a mudança de valores em massa trazida pela modernização proporcionarão as condições necessárias para a democracia em praticamente todas as sociedades do mundo, em um movimento evolutivo.

Em sociedades em que a maioria dos membros possuem valores pós-materialistas é muito mais provável, defende o autor, que leis protetoras de homossexuais sejam adotadas e que postos na política, na economia e na vida acadêmica sejam oferecidos a mulheres. Por outro lado, em condições de escassez, a xenofobia torna-se real e pessoas passam a enxergar o mundo como uma divisão entre nós e eles. Nesse sentido, a mudança cultural tem proporcionado consequências positivas, na medida em que cada nova geração nasce em sociedades mais tolerantes, onde valores pós-materialistas são vistos como o mínimo aceitável. Os novos grupos são, assim, mais exigentes e solidários com a difusão da diversidade. Entretanto, pondera Inglehart (2018), a mudança cultural dependente da trajetória das sociedades: se uma sociedade foi islâmica por toda sua trajetória, por exemplo, obviamente, argumenta, terá zonas com sistemas de valores distintos e persistentes, apesar do desenvolvimento econômico, pois este é também influenciado por essa a herança cultural histórica.

Em alguns países, porém, como os da América Latina, que já vivem em democracias há tempo razoável, segundo os resultados obtidos por Inglehart (2018), embora a maioria das pessoas seja materialista, há sinais de mudança intergeracional de valores, pois o número de pós-materialistas entre os grupos geracionais mais jovens tem sido majoritário. O mesmo ocorre

⁴ Ronald Inglehart trata a sua teoria por diversas denominações a depender da época em que foi escrito e publicado o texto. A versão mais difundida no Brasil desta teoria está em Inglehart e Welzel (2009), onde é denominada “Teoria do Desenvolvimento Humano”. Contudo, também aparece como “Teoria Revisitada da Modernização, Teoria Emancipatória da Democracia, Teoria da Mudança Intergeracional de Valores e, agora, Teoria Evolucionária da Democracia

em alguns países de maioria mulçumana, mas de forma bem mais modesta. Já na Rússia, nenhum sinal de mudança intergeracional de valores foi encontrada: os materialistas são a grande maioria, mesmo entre os mais jovens.

Nos achados de Inglehart (2018), há duas dimensões que vêm se mostrando mais significativas desde 1990: 1) valores tradicionais *versus* valores racionais-seculares; e 2) valores de sobrevivência *versus* valores de autoexpressão. O autor explica que a primeira dimensão reflete a transição das sociedades agrárias para as industriais (como a teoria clássica da modernização já mencionava), enquanto a segunda reflete a transição das sociedades industriais para as pós-industriais (a qual foi delineada pela primeira vez na sua obra). Para Inglehart (2018), a medida de valores materialistas e pós-materialistas é um indicador da segunda transição.

A primeira transição, segundo o autor, convive com o autoritarismo; a segunda, ao contrário, conduz à democracia justamente por desafiar o autoritarismo, fazendo aumentar o número de demandas por uma democracia ainda mais responsiva e genuína. Nos resultados apresentados, todos os países de alta renda, como a Dinamarca, aparecem entre aqueles com valores seculares-rationais orientados para autoexpressão, no extremo oposto aparecem países de baixa renda islâmico-africanos, como a Jordânia. Importante lembrar que na teoria de Inglehart (2018) a mudança de valores materialistas para pós-materialistas é apenas o mais bem documentado conjunto de evidência sobre uma mudança cultural mais ampla: a mudança de valores de sobrevivência para valores de autoexpressão.

Conforme o autor, países que priorizam a autoexpressão tendem também a priorizar o individualismo e a autonomia. Dada a alta correlação entre esses aspectos, Inglehart os trata como uma superdimensão, a “autoexpressão/individualismo/autonomia”. Embora a trajetória dos países seja essencial para a análise cultural, normas culturais podem ser remodeladas pela dinâmica dos processos sociais, de forma que a modernização facilita a mudança do coletivismo para o individualismo ao enfraquecer normas hierárquicas tradicionais.

Ainda, o autor aborda o crescimento do fundamentalismo religioso, o qual tem desafiado a tese weberiana de que a modernização conduz à secularização. O que ocorre, segundo Inglehart (2018), é que a religião, embora duradoura, não é um fator imutável. De acordo com o autor, mudanças políticas e econômicas caminham junto com o desenvolvimento econômico

de forma coerente e variada. Então, nas sociedades de alta renda a secularização de fato está ocorrendo, mas a porcentagem da população mundial para quem a religião é importante também cresce. Durante o século passado, normas culturais que estigmatizaram homossexuais e mulheres por séculos foram mudando lentamente em sociedades de alta renda e, recentemente, essa mudança acelerou-se a ponto de a aceitação às novas normas tornar-se prevaiente. Segundo Inglehart (2018), normas culturais profundamente enraizadas, contudo, mudam lentamente e, portanto, a maioria dos países que enfatizam a fé ainda priorizam normas pró-fertilidade. De qualquer forma, o autor não acredita que a religião possa um dia desaparecer.

Para Inglehart (2018), a passagem de normas pró-fertilidade para normas de escolha individual são parte de um processo de feminização da sociedade, que ocorre em estágios muito avançados de modernização. Esse processo reduz a vontade das pessoas de engajarem-se em guerras, pois a violência é desencorajada. Essa mudança é acompanhada pelo aumento da ênfase em direitos humanos e democracia. Nesse sentido, liberdade sexual e violência física estão em polos opostos da linha da segurança existencial. Ainda, segundo Inglehart (2018, p. 140), “O processo opera como se forças evolucionárias estivessem conscientemente procurando maximizar a felicidade humana” (tradução nossa). Para o autor, à medida que as sociedades ampliam a liberdade de escolha os níveis de felicidade aumentam. Por isso, mesmo com a estabilização do crescimento econômico das sociedades de alta renda nas últimas décadas, a felicidade cresceu constantemente.

No entanto, essa estabilização econômica fez a maioria da população, mesmo os altamente educados, sentirem o declínio da segurança existencial, Inglehart (2018). Muitos, inclusive, passaram a dar suporte a movimentos e fenômenos xenofóbicos autoritários, como o “Brexit”, no Reino Unido, e a vitória de Donald Trump, nos Estados Unidos. Segundo o autor, o apoio a movimentos xenofóbicos autoritários é motivado por uma reação adversa da mudança cultural, isto é, trata-se de uma reação do materialismo ao pós-materialismo, um “Reflexo Autoritário”.

Com a estagnação da economia, “Em alguma medida, o pós-materialismo foi seu próprio coveiro”, diz Inglehart (2018, p. 175, tradução nossa). Apesar dos estratos mais seguros e melhor educados, tradicionalmente, apoiarem partidos conservadores, com a mudança cultural eles acabaram migrando para partidos mais conectados a temas culturais. Os pós-

materialistas de esquerda mantiveram-se interessados na constituição de uma classe média, mas também se dedicaram a temas culturais, distanciando-se frequentemente das questões de classe. O pós-materialismo, assim, teria feito declinar o voto de classe em partidos de esquerda, os quais implementavam políticas de redistribuição.

Para o autor, partidos populistas autoritários (como prefere denominar) não se assemelham aos partidos conservadores tradicionais, porque estes estão comprometidos com certos seguimentos da sociedade, como grandes proprietários, enquanto aqueles buscam apoio em setores menos educados e inseguros, com base na rejeição da rápida mudança cultural. Assim, fatores econômicos, tais como renda e desemprego, são preditores muito fracos do voto populista autoritário. Nos EUA aqueles preocupados com problemas econômicos votaram em Hilary e aqueles preocupados com a imigração votaram em Trump, exemplifica o autor. Nesse sentido, segundo Inglehart (2018), existem fenômenos atuais que barram o efeito da substituição intergeracional de valores. Um deles é o declínio da segurança existencial e o outro, a grande imigração.

A teoria de Inglehart (2018) prevê uma relação causal, pela qual o desenvolvimento econômico conduz à democracia, mas apenas se mudar os valores das pessoas nas mais variadas sociedades. Contudo, a desigualdade trazida pela fase da Inteligência Artificial é um fator de risco para a democracia, de acordo com o autor. Segundo Inglehart (2018), as sociedades de alta renda encontram-se agora em uma nova fase da modernização: a fase da “Sociedade da Inteligência Artificial”, que se orienta economicamente pela regra do “vencedor leva tudo”. Essa regra aumenta a desigualdade por duas razões: 1) nas sociedades industriais os “produtos de informação” (como *softwares*), que custam pouco para duplicar e distribuir, dominam o mercado e geram lucros altíssimos; 2) é um período em que os *softwares* podem tomar o emprego mesmo de pessoas bem qualificadas, concentrando os ganhos nas mãos dos mais ricos.

O que mudou, afirma Inglehart (2018), foi a relação entre o poder de barganha das pessoas que controlam corporações e os seus empregados. Assim, o conflito político que envolve a desigualdade não tem relação mais com a classe trabalhadora e a classe média, mas sim com a minoria que de fato controla a economia e o restante, para quem o poder econômico continua a ser esvaziado. Dessa forma, a intervenção governamental, com ênfase em redistribuição, seria o único caminho para combater a concentração de renda nas sociedades

industrializadas. Para o autor, a solução mais efetiva é que os governos criem empregos que coloquem as pessoas em atividades úteis, devolvendo-lhes a autoestima. Para isso, salienta, é necessária uma coalisão que represente os desprivilegiados nesse processo, para que a demanda por igualdade de renda chegue aos governantes.

CULTURAL BACKLASH: APROFUNDANDO A ABORDAGEM

Pippa Norris e Ronald Inglehart lançaram no início deste ano “*Cultural Backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*” (2019), livro que dá sequência e mais detalhes sobre a teoria desenvolvida em “*Cultural Evolution*”. A proposta da obra é examinar as possíveis consequências do populismo autoritário contemporâneo e, sobretudo, analisar se as democracias liberais são suficientemente fortes para resistir a esse fenômeno. “Cultural Backlash Theory” é como os autores denominam a tese defendida no livro (aqui traduziu-se livremente para “Teoria da Reação Cultural”). A teoria reúne argumentos novos e outros já bastante conhecidos nas obras de Inglehart.

Segundo os autores, a primeira premissa do seu argumento é que ocorreu uma revolução silenciosa nos valores culturais das sociedades pós-industriais durante a segunda metade do século XX. Esse argumento remete à teoria originalmente defendida por Inglehart (1971), que desde o início da década de 1970 vem acompanhando dados de pesquisas *surveys* para demonstrar a ocorrência de uma mudança cultural intergeracional nas sociedades de alta renda – e somente nelas – de valores materialistas para pós-materialistas. Sua segunda premissa é que essa mudança cultural a longo prazo transformou um pretense equilíbrio até então existente na opinião pública entre os socialmente conservadores e os socialmente liberais.

De acordo com Norris e Inglehart (2019), identidades sociais fundadas em fé, família e estado-nação, convencionais em meados do século XX, parecem agora ter retomado força em sociedades democráticas ocidentais, mas, na verdade, o público que endossa valores tradicionais compõem uma minoria decrescente da população ocidental. A mudança de valores se dá por um processo complexo, que envolve a rotação das gerações, isto é, o surgimento de novas gerações e o desaparecimento das já existentes. Por isso, conforme Norris e Inglehart (2019), a maioria dos conservadores sociais hoje existentes são pessoas mais idosas, que tiveram dificuldade em compreender a mudança de valores que possibilitou, por exemplo, o

casamento entre pessoas do mesmo sexo e a diversidade multicultural, o que os fez sentir como estrangeiros em suas próprias terras.

Além disso, para os autores, o processo de mudança cultural foi reforçado pela imigração em larga escala, pelo crescente acesso à educação universitária e pela urbanização. De acordo com Norris e Inglehart (2019, p. 35) “O paço da mudança cultural a longo prazo foi acelerado ou enfraquecido por efeitos de período associados a alterações nas condições econômicas e na migração populacional” (tradução nossa). Ou seja, efeitos de período fizeram a mudança cultural se tornar ainda mais aparente aos olhos dos conservadores sociais, de forma que, ao mesmo tempo em que essa mudança avançou, foi enfraquecida pela reação decorrente. Nesse sentido, processos seculares – tais como a substituição geracional, o aumento dos níveis de educação, o crescimento da diversidade étnica, a igualdade de gênero e o crescimento da urbanização – contribuem para a mudança cultural, mas efeitos periódicos, tais como a perda de emprego, o declínio das indústrias manufatureiras, os fluxos migratórios e a percepção do risco de terrorismo, podem influenciá-la e condicionar o seu ritmo.

Assim, para Norris e Inglehart (2019), os processos seculares diminuíram gradualmente o tamanho dos segmentos sociais adeptos dos princípios fundamentais do conservadorismo social e expandiram os segmentos da população que apoiam atitudes liberais. Os autores identificam 4 (quatro) grupos geracionais: 1) geração entre-guerras (nascida entre 1900-1944); 2) geração “Baby Boomers” (nascida entre 1946-1964); 3) geração X (nascida entre 1965-1979); e 4) geração do milênio (nascida entre 1980 e 1996). Segundo os seus resultados, nos Estados Unidos, as gerações mais jovens tomam atitudes muito mais liberais em relação às gerações mais velhas em uma ampla gama de questões sociais contemporâneas, como opiniões sobre o papel de mulheres e homens na sociedade e questões que dizem respeito ao governo, à religiosidade, à raça, ao armamento da população, entre outras. Ainda diferenças geracionais similares foram encontradas na Inglaterra. Segundo informam Norris e Inglehart (2019, p. 36), “Em 2016, no referendo do Brexit, por exemplo, idade e educação dividiram mais o público britânico do que a classe social. O resultado do Brexit em 2016 reflete a visão de votantes mais idosos que temeram a ameaça cultural das fronteiras abertas e da imigração na Europa” (tradução nossa).

Norris e Inglehart (2019) chamam atenção para o fato de que, embora as suas pesquisas tenham demonstrado extensivamente a ocorrência de alterações massivas nas culturas do Ocidente, as consequências dessa mudança cultural para o comportamento eleitoral e para os partidos políticos não foram ainda completamente explicadas. Para os autores, a mudança cultural motivou o crescimento do “populismo libertário”, pois o liberalismo social entrou em ascensão entre os mais jovens (população mais instruída), e acabou associando-se à desilusão com a performance dos partidos políticos e dos líderes convencionais.

Segundo explicam Norris e Inglehart (2019), os partidos populistas libertários buscaram o apoio dos mais jovens e, assim, alinharam-se a pautas defendidas habitualmente por movimentos sociais, abertamente progressistas, como a proteção ambiental, os direitos LGBTQ, a igualdade de gênero, o controle de armas, os direitos imigratórios, os direitos humanos e a justiça social. Como consequência, para os autores, a contrarreação gerou apoio ao populismo autoritário. Inicialmente, a difusão do pós-materialismo, e de políticas progressistas dele decorrentes, estimulou uma reação em parte dos conservadores sociais; após, houve um ponto de inflexão no equilíbrio entre conservadores e liberais no eleitorado, que refletiu um efeito reverso na opinião pública, já que a evolução cultural não é linear.

Em suma, para os autores, o fato de os liberais terem se tornado maioria em muitas sociedades ocidentais, gerou uma mudança de comportamento nos conservadores, antes mais comedidos (talvez por temerem penalidades sociais, como indicam alguns estudos⁵), catalisando uma reação ao novo grupo dominante. Assim, embora tenham se tornado minoria, os conservadores sociais, formados pelos grupos mais idosos das sociedades, passaram a ser a maioria do público votante. A autocensura inicial, para Norris e Inglehart (2019), parece ter fomentado um ressentimento contra o “politicamente correto”. Somado a isso, os autores acreditam que os grandes fluxos de imigração, que mudaram a composição étnica das sociedades industriais avançadas, agregando culturas, línguas, religiões e estilos de vida distintos, reforçou o sentimento dos conservadores de que são estrangeiros em seus próprios países. Nos Estados Unidos, ainda, alguns conservadores sociais podem acreditar que de fato refletem a maioria da população, principalmente, se vivem em comunidades isoladas e obtém

⁵ Os autores citam a teoria de Elizabeth Noelle-Neumann, de 1974, de que as pessoas tendem a permanecer em silêncio quando seus pontos de vista são minoritários.

informações por mídias conservadoras ou em grupos de redes sociais formados por pessoas que pensam igual.

Para Norris e Inglehart (2019), há fortes evidências de que a mudança intergeracional de valores, assim como a evolução educacional e urbanística, alteraram gradualmente o equilíbrio entre liberais e conservadores sociais nas sociedades ocidentais, engatilhando a reação cultural a partir de atitudes autoritárias. No entanto, segundo os autores, o reflexo disso nas eleições dependerá também do contexto. Em algumas circunstâncias, os conservadores sociais poderiam não se preocupar em ir votar, por exemplo, se estivessem desiludidos com a política e com os programas dos partidos convencionais. No entanto, quando líderes populistas surgem defendendo justamente os seus valores, até então taxados de politicamente incorretos, mostram-se um canal de expressão política. Além disso, de acordo com Norris e Inglehart (2019), usualmente, a geração entreguerras tem aparecido como muito mais propensa a votar do que a geração do milênio. O resultado disso, afirmam os autores, é que os grupos mais idosos tendem a ser mais influentes na política eleitoral.

Coforme Norris e Inglehart (2019), do ponto de vista institucional, as regras do jogo eleitoral podem facilitar o sucesso de partidos e candidatos populistas. O sistema de representação proporcional, por exemplo, oferece maior oportunidade a partidos menores com apoio espacialmente disperso, inclusive aos populistas. O caso mais emblemático, lembram os autores, é a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos. Além disso, no que se refere à comunicação política, preferir novas mídias, que possibilitem uma conexão direta com o eleitor, às formas de transmissão convencionais e à mídia impressa, mostrou-se uma poderosa forma de impactar o resultado eleitoral.

No entanto, a disposição das pessoas para abandonar partidos convencionais está relacionada, argumentam Norris e Inglehart (2019), a um desalinhamento sócio-partidário já largamente documentado, sobre o qual Inglehart (2018) já alertava: o processo de enfraquecimento da relação esquerda-direita, isto é, de aspectos tradicionais de classe como âncoras na política. Com isso, enfatizam os autores, a agenda de políticas públicas desse setor foi alterada para contemplar demandas pós-materialistas, o que fez diminuir a ênfase na redistribuição, aprofundando desigualdades sociais.

Nesse sentido, de acordo com Norris e Inglehart (2019, p. 55-56), surgiram novos desafios para a competição partidária:

Se todos os cidadãos votassem em taxas iguais, então a mudança cultural poderia estar refletida diretamente na agenda política e na composição das assembleias, as quais tenderiam a se envolver mais a longo prazo em uma direção mais progressista (...). Mas os resultados das eleições têm representado mais as preferências das gerações mais idosas. Essa disparidade significa que partidos refletindo valores socialmente liberais, como os verdes, tendem a ser sistematicamente subrepresentados em cargos eletivos em relação ao nível de apoio público a políticas ambientais (tradução nossa).

Segundo interpretam Norris e Inglehart (2019, p. 66), o populismo apresenta-se como “um estilo retórico de comunicações afirmando que (i) a única legitimação democrática emana diretamente do povo, e que (ii) aqueles que estão no poder são profundamente corruptos e autointeressados, traindo a confiança pública” (tradução nossa). Ainda que os autores identifiquem populismos libertário e autoritário, consideram o populismo autoritário mais ameaçador para a democracia liberal, uma vez que busca corroer a confiança das pessoas em mecanismos institucionais de salvaguarda democrática, as levando a aceitar que líderes fortes fomentem a intolerância social. Ainda, os autores lembram que nem todos os populistas endossam o autoritarismo e nem todos os governantes autoritários adotam apelos populistas, mas que essa cominação ocorre frequentemente, pois os interesses de um satisfazem os interesses do outro.

Além disso, Norris e Inglehart (2019, p. 71) preocupam-se em esclarecer o que entendem por “valores autoritários”, tendo em mente a distinção clássica da cultura política entre valores e atitudes, isto é, considerando os valores objetivos amplos que guiam atitudes, opiniões, comportamentos e julgamentos morais. A partir disso, definem “valores autoritários” como um cluster de três componentes enfatizados pelo público que os detém: (i) conformidade a convenções de grupos e a costumes tradicionais; (ii) segurança e proteção do grupo contra riscos, justificando coação e agressão em relação a estranhos; e (iii) lealdade ao grupo e aos seus líderes. Inversamente, segundo os autores, os libertários e progressistas são mais abertos a outros grupos e a novas ideias, de forma que compõem um polo da divisão cultural, enquanto os autoritários localizam-se no polo oposto. Por isso, os populistas libertários não oferecem ou

oferecem baixo risco à democracia liberal, já que favorecem valores socialmente liberais e tolerância a estilos de vida multiculturais.

Assim, de acordo os autores, novas testagens, a partir de dados de pesquisa *survey* atualizados para a Europa e os Estados Unidos, demonstram que a revolução silenciosa continua a transformar as sociedades Ocidentais em uma vasta gama de questões sociais, não havendo que se falar em avanço conservador ou em qualquer desaceleração na mudança progressista. De acordo com Norris e Inglehart (2019, p. 122), os seus resultados confirmam que “a trajetória a longo prazo da evolução cultural continua movendo as culturas Ocidentais em uma direção mais socialmente liberal em décadas sucessivas” (tradução nossa). Ademais, os autores identificaram os principais condutores dessa evolução cultural: a mudança intergeracional de valores, a educação universitária, o crescimento da igualdade de gênero e a urbanização.

Entretanto, os autores precisavam testar o papel de fatores econômicos, ponto chave da teoria do desenvolvimento humano de Inglehart. O sucesso eleitoral de partidos populistas autoritários tem sido associado frequentemente a acontecimentos econômicos do final do século XX, tais como o neoliberalismo e a globalização. Os autores citam o estudo de Thomas Piketty, para quem a liberalização da economia seria a culpada pela desigualdade de renda crescente desde o início da década de 1970 e exacerbada pela automação e a terceirização do trabalho. Para Norris e Inglehart (2019, p. 137), “no entanto, o que importa não é apenas as condições econômicas, mas também a resposta política a ela”. Para os autores, ocorre que os partidos de centro-esquerda social-democrata não foram capazes de implementar políticas sociais que proporcionassem um senso de segurança para os desempregados e subprivilegiados. Inglehart (2016) e Inglehart (2018) já contrariavam a interpretação Piketty, para afirmar que o crescimento da desigualdade é um fenômeno pontual, um deslocamento na tendência causado por fatores exógenos e tratável com as políticas adequadas. Por isso, dada a tendência cultural progressista crescente, a desigualdade social teria altas chances de ser revertida (INGLEHART 2016; 2018).

Nesse sentido, os autores centraram-se em verificar as consequências desses desenvolvimentos econômicos a partir de dados para países da Europa. Segundo os autores mesmo destacam, se a tese estiver correta, valores autoritários e populistas devem ser mais fortemente apoiados por pessoas inseridas em famílias de baixa renda e que quase não

conseguem poupar, entre aqueles que estão ou estiveram desempregados por muito tempo, entre os operários de indústrias manufatureiras e entre aqueles inseridos em famílias dependentes de benefícios sociais. Os resultados demonstram que, de fato, o autoritarismo e o populismo são mais fortes entre respondentes menos prósperos economicamente.

A principal exceção – da maior relevância, segundo Norris e Inglehart (2019) – é que a experiência em desemprego de longa duração e a dependência de benefícios sociais não tiveram o efeito esperado. Ainda, os resultados demonstraram que o grupo geracional é o principal preditor dos valores autoritários seguido de fatores econômicos, enquanto para o populismo características econômicas são levemente mais determinantes do que a geração do respondente. Entretanto, a longo prazo, fica claro que baixas econômicas conduzem todos os grupos geracionais em direção ao materialismo, assim como altas econômicas os fazem retornar ao pós-materialismo, comprovando a existência e a relevância de efeitos periódicos.

Além disso, os resultados obtidos por Norris e Inglehart (2019) demonstraram conexão entre atitudes anti-imigração e valores autoritários. Além disso, os autores verificaram que o tratamento cultural dispensado à imigração tem maior relação com autoritarismo e populismo do que com a necessidade de proteção dos interesses econômicos do país. No entanto, mesmo controlando a testagem com variáveis relacionadas à imigração e às condições econômicas, a geração do respondente permaneceu o preditor mais importante dos valores autoritários. De qualquer sorte, Norris e Inglehart (2019) alertam que a reação à diversidade cultural por parte dos conservadores não pode ser desprezada, na medida em que esse é o grupo que mais provavelmente apoia partidos populistas autoritários.

No entanto, embora o setor mais idoso e mais conservador da sociedade seja constantemente menor devido a rotação geracional, está havendo uma reação cultural, que tem causado polarização política, refletida, sobretudo, na competição partidária e na agenda de políticas públicas. Isso não quer dizer que se precise falar em crise ou em morte da democracia, pois, segundo Norris e Inglehart (2019), essas são previsões alarmistas. Para os autores, a democracia liberal continua a trilhar a trajetória advinda da modernização, a qual apenas não é linear e pode ser atingida por efeitos periódicos.

APONTAMENTOS PARA A UMA REVISÃO À TEORIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A ideia de evolução, recorrente nos escritos de Inglehart, ganha ênfase em “*Cultural Evolution*”. Contrário sensu, o ator se preocupa em corrigir teorias clássicas da modernização justamente por suas interpretações evolutivas da política, ressaltando a não linearidade dessa evolução – tendências crescentes podem decrescer e voltar a ascender por diversas vezes, argumenta. Ao que parece, a noção de evolução linear permanece na teoria revisitada da modernização, pois todo desvio de tendência é interpretado pelo autor como exceção à regra.

A regra geral da teoria pode ser assim resumida: o desenvolvimento econômico traz segurança existencial às pessoas, que se tornam mais preocupadas com temas não econômicos, mais abertas a questões culturais e mais engajadas na ação política, o que favorece a democracia liberal. No entanto, as exceções são numerosas. Por exemplo, no caso das sociedades exportadoras de petróleo do oriente médio – que são ricas, mas não democráticas – Inglehart e Welzel (2009a) argumentam que a riqueza não alcança a população; no caso da Alemanha de Weimar, em que a democracia caiu apesar da alta industrialização, alegam que o país passava por crise econômica advinda da grande depressão; no caso da Índia – sobre a qual é recorrente ouvir-se dizer que é uma das maiores democracias do mundo, mesmo não sendo economicamente desenvolvida – afirmam simplesmente que isso apenas indica que os resultados são probabilísticos e não determinísticos (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Assim, muito embora Inglehart (2018) e Norris e Inglehart (2019) afirme em diversos momentos de sua obra a não linearidade da mudança cultural que prevê, assim como busque salientar que crenças religiosas e tradições próprias da formação das sociedades muito dificilmente serão alteradas, percebeu-se que o autor parte da situação atual das sociedades e tenta enquadrá-las na sua “lei universal” do avanço democrático. Assim, a teoria acaba por criar uma espécie de segregação entre países capazes de serem democráticos e outros que não são capazes por sua cultura política e suas instituições deficientes, claro, sempre em relação aos países desenvolvidos.

Embora o objetivo do autor seja criar um modelo pelo qual se possa diagnosticar o avanço democrático nas mais diversas sociedades, acaba por reproduzir um discurso pró-democracias liberais avançadas. Um exemplo disso é a referência que Inglehart (2018) faz à tentativa dos Estados Unidos de instalar a democracia no Iraque, prestando-se a justificar o

motivo pelo qual a operação não deu certo, sempre tranquilizando o leitor de que a democracia liberal poderá chegar ao país, assim que as condições culturais ideais estiverem lá presentes.

Em certo momento, Inglehart e Welzel (2009a) enfatizam que nas novas democracias há um fator complicador do desenvolvimento humano, que é o comportamento das elites. As elites nessas sociedades, não raro envolvidas em corrupção, não atuam de forma adequada para que direitos civis e políticos fossem efetivados. A lógica dos autores é a seguinte: se as elites são cumpridoras da lei, a efetiva escolha autônoma dependerá apenas dos valores predominantes em nível societário. Esses valores, a partir do desenvolvimento econômico, cada vez mais seriam os de autoexpressão, tornando a democracia liberal efetiva ou genuína. Nas sociedades democráticas mais recentes, no entanto, haveria democracia liberal, mas não em sua forma genuína. Salientam, ainda, nesse sentido, que a disponibilização institucional de liberdades civis e políticas garantem apenas a democracia formal, pois a democracia genuína depende da efetividade dessas liberdades na vida das pessoas a partir das práticas governamentais (INGLEHART; WELZEL, 2009a).

Já se havia atentado para a limitação do conceito de democracia da Teoria do Desenvolvimento Humano: democracia formal acrescida de direitos civis e políticos efetivos. Sob a lógica da teoria, todo o restante, isto é, a sequência do aprofundamento democrático, decorre da efetividade de liberdades civis e políticas, que permite às pessoas (majoritariamente pós-materialistas em sociedades industriais avançadas) agirem politicamente, inclusive organizando-se de forma coletiva para influenciar as decisões políticas relevantes. No entanto, na verdade, percebe-se na Teoria do Desenvolvimento Humano não apenas a associação ao modelo liberal de democracia, o que é explícito, mas sim a sua inserção em certa normatividade, que a conduz à defesa da democracia nos moldes acima referidos, jamais apontando as patologias e a reponsabilidade desse modelo pela seus próprios percalços.

Por isso, o conflito político que envolve a desigualdade de renda não faz parte da dinâmica apresentada pela teoria. O crescimento da desigualdade, para Inglehart (2016, 2018) e Norris e Inglehart (2019), não é decorrente do capitalismo ou do desenvolvimento econômico. A desigualdade é um período de exceção à prosperidade típica do desenvolvimento econômico, um fenômeno político tratável com políticas adequadas. Inclusive, como Inglehart (2016) enfatiza, sob sua acepção, é mais provável que a desigualdade seja revertida na medida em que

os valores decorrentes da modernização sejam difundidos. Ou seja, ao inserir-se em tal normatividade, Inglehart (2016, 2018) e Norris e Inglehart (2019) opta por adotar uma metodologia e uma trajetória teórica que a endosse, colocando sobre os governantes a responsabilidade de solucionar desigualdades sociais e demais aspectos, que denomina de efeitos periódicos.

Embora caiba aos governantes promoverem a redistribuição de renda, Inglehart (2016, 2018) e Norris e Inglehart (2019) não se preocupa em tecer qualquer comentário sobre o fato de que muitos dos problemas das democracias contemporâneas decorrerem do mesmo fator que impulsiona o processo de democratização que prevê. De forma justamente oposta, Inglehart (2018) preocupa-se em fazer menção ao estudo de Branko Milanovic, o qual se ocupa de demonstrar que a desigualdade não é algo inerente ao capitalismo. O autor o faz em resposta à Thomas Piketty, o qual, na sua opinião, deixa de lado fatores políticos.

No entanto, sendo a desigualdade de renda um fenômeno político, apartá-la do processo de democratização despolitiza a democracia. Inglehart (2016, 2018) e Norris e Inglehart (2019) explica a democratização por fora da política, dando preferência a fatores econômicos e culturais. Interessante notar que o próprio Inglehart (2016, 2018) e Norris e Inglehart (2019) acredita na desigualdade como promotora de um processo de corrosão da democracia e, ainda assim, interpreta o fenômeno de forma a reafirmar as previsões da sua teoria, quando seu próprio argumento indica que talvez a análise estatística não seja capaz de captar a contingência típica dos fenômenos sociais e políticos.

Previsões como aquela sobre a corrosão da democracia na era da Inteligência Artificial são de fato interessantes. No entanto, sua proposta direciona-se à países de alta renda, quando se vê desenvolvimento semelhante já acontecendo também no Brasil. Talvez o autor pudesse sugerir que por aqui a mudança cultural ainda não ocorreu, há apenas sinais. Enquanto isso, coincidentemente, a ascensão do populismo autoritário está em marcha e as esquerdas estão em queda em toda América Latina. Além disso, quando Inglehart (2018) e Norris e Inglehart (2019) afirmam que o foco na desigualdade de renda foi substituído por demandas culturais na preocupação de partidos progressistas, tende-se a pensar que, na verdade, uma questão não pode ser de fato resolvida sem que a outra seja solucionada. Questões atinentes à má distribuição de renda passam, inevitavelmente, por questões de gênero, de raça, de etnia, de sexualidade, etc.

A dinâmica apresentada pela teoria, provavelmente, conduz à democracia liberal, nos moldes traçados por Inglehart (2016, 2018) e Norris e Inglehart (2019): instituições representativas, direitos políticos e civis e elites responsivas. O problema é que elaborar a trajetória pela qual se desenrola essa dinâmica a partir do desenvolvimento econômico envolve questões outras, que, segundo se percebe, Inglehart (2016, 2018) e Norris e Inglehart (2019) preferem não discutir. Portanto, embora a noção de que está ocorrendo uma reação conservadora à difusão de valores sociais liberais seja de fato provável, a narrativa apresentada por Inglehart (2016, 2018) e por Norris e Inglehart (2019) mantém-se atrelada à normatividade que exige a própria dinâmica de democratização desenhada em sua teoria como parte fundamental para a ocorrência dos alegados efeitos periódicos.

CONCLUSÃO

Ao finalizar este artigo salienta-se que pretendeu-se contribuir com o debate sobre a difusão de certas representações que circundam a produção do conhecimento, legitimando determinadas interpretações do mundo social e político a partir de achados empíricos robustos, mas com pouca discussão teórica entre os pares. A teoria do desenvolvimento humano foi replicada inúmeras vezes ao redor do mundo por pesquisadores interessados em descobrir se os modelos estatísticos propostos por Inglehart eram consistentes em seus países. Muitos encontraram falhas nas construções dos modelos e do índice de pós-materialismo e propuseram outras versões (DAVES; DAVENPORT, 1999). No entanto, a teoria em si quase não foi posta em discussão; há exceção por causa do velho embate entre culturalistas e neo-institucionalistas no *mainstream* da Ciência Política. É como se uma teoria amparada em resultados probabilísticos não precisasse mais equalizar seus pressupostos à realidade social.

Por exemplo, o tratamento do processo de democratização como dependente da trajetória de cada país acaba por isentar o papel de intervenções externas na forma como instituições políticas foram criadas e funcionam. No entanto, os resultados estatísticos confirmam a diferença no nível de democratização entre países desenvolvidos e não desenvolvidos. Obviamente, não se pretendeu aqui desvendar intenções subjacentes da representação de Inglehart sobre a democratização e o avanço democrático, mas sim demonstrar que sua tese possui contradições em seus pressupostos e que, apesar disso, atingiu o efeito

objetivo de difundir-se e de tornar-se uma linha orientadora do pensamento de grande parte de uma subárea robusta da Ciência Política, a Cultura Política.

O essencial foi notar como o próprio Inglehart (2016, 2018) acredita na desigualdade social como promotora de um processo de corrosão da democracia e, ainda assim, interpreta o fenômeno de forma a reafirmar as previsões da sua teoria. Para o autor, um dos fatores geradores de desigualdade social foi a introdução de questões não-econômicas ligadas ao pós-materialismo, deslocando o foco da discussão política da redistribuição. Contrário *sensu*, para Inglehart (2018), não foi o desenvolvimento econômico que gerou desigualdade social profunda, e sim o fato de as políticas sociais terem deixado por certo período de aparar as arestas das diferenças econômicas entre as pessoas. Entretanto, em um raciocínio quase primário, pode-se interpretar que se o desenvolvimento econômico não gerasse arestas a serem aparadas, não haveria desigualdades sociais profundas. Os desdobramentos da teoria e das explicações trazidas pelas contradições da realidade política atual fazem com que se perceba certo posicionamento nas conclusões dos autores, decorrente da normatividade em que estão inseridos, que os leva a fornecer uma explicação apolítica da trajetória da democratização e do avanço democrático.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INGLEHART, Ronald. **A revolução silenciosa na Europa: mudança intergeracional nas sociedades pós-industriais**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 43, p. 159-191, 2012.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n43/a08v20n43.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2017.

INGLEHART, Ronald. **Inequality and Modernization: why equality is likely to make a comeback**. Foreign Affairs. Vol. 95, n. 1, 2016. Disponível em:

<<https://www.foreignaffairs.com/articles/2015-12-14/inequality-and-modernization>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2018.

INGLEHART, Ronald. **Cultural Evolution: people's motivations are changing and reshaping the world**. Cambridge University Press, 2018.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. Tradução de Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho. São Paulo, Francis, 2009a.

INGLEHART, Ronald. WELZEL, Christian. **How development leads to democracy.**

Foreign Affairs. Vol. 88, n. 2, 2009b. Disponível em:

<<https://www.foreignaffairs.com/articles/2009-03-01/how-development-leads-democracy> >.

Acesso em: 21 de fevereiro de 2018.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism.** Cambridge University Press, 2019.

O IMPEACHMENT NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO

Douglas Gouveia Rechia¹

Resumo

Diante do processo que levou ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, foram suscitados debates acerca da natureza do juízo realizado pelo Senado Federal nos crimes de responsabilidade, ficando clara a necessidade de uma delimitação teórica acerca desta natureza, seja esta política, jurídica ou mista. Neste trabalho, pretende-se realizar, por meio da fenomenologia hermenêutica, uma análise crítica do processo histórico pelo qual o instituto foi incorporado no país, bem como explorar as correntes teóricas que apontam a natureza do *impeachment* no Brasil. Assim, tendo em vista o contexto político-institucional específico do Brasil, o que se propõe é um debate teórico a respeito do *impeachment* para que se proponha uma solução adequada aos parâmetros do Estado Democrático de Direito instituído pela Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: *Impeachment*; Estado Democrático de Direito; Natureza do *impeachment*.

INTRODUÇÃO

O presidencialismo se caracteriza, dentre outras peculiaridades, pelo mandato fixo de um chefe de Estado eleito democraticamente a fim de exercer o poder executivo durante um período de tempo razoável para que seus objetivos políticos sejam atingidos. Por esta razão, processos de *impeachment* de presidentes da república não costumam acontecer senão em contextos de crise política. Não é por acaso que o ano de 2016 marcou a nação brasileira com a dramática sensação de excepcionalidade, acentuada pela grave recessão econômica e pelas convulsões sociais. Tendo início em 2015, a crise atravessada pelo país persistiu durante os meses seguintes à destituição da ex-presidente, implicando inclusive em novos pedidos de *impeachment*, desta vez contra o sucessor de Dilma, o então presidente Michel Temer.

O instituto do *impeachment*, presente em todas as constituições brasileiras, não foi efetivamente utilizado até muito recentemente, quando ocorreu o *impeachment* do ex-

¹ Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPOL – UFPEL). Pesquisador pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. douglas_rechia@hotmail.com.

presidente Fernando Collor de Mello em 1992. Desse modo, muito do que foi escrito sobre o processo de *impeachment* no passado sofria de um certo nível de irrelevância do ponto de vista prático, sendo que poucos autores mais recentes do que Paulo Brossard e Pontes de Miranda vieram a se debruçar com alguma profundidade sobre o tema. Não obstante, o *impeachment* é um instituto cuja conservação no seio das instituições brasileiras tem perpassado distintos regimes políticos e contextos históricos. Assim, importa que ele seja posto em confronto com o advento da nova ordem constitucional inaugurada em 1988.

Ao mesmo tempo, este artigo adentrará as principais discussões acerca da natureza do processo de *impeachment*, analisando ainda alguns discursos representativos destas distintas correntes cujos argumentos foram articulados por diferentes intelectuais, juristas, políticos e formadores de opinião em geral ao longo do período em que o processo de impedimento de Dilma Rousseff teve curso. Os discursos que defendiam ora a teoria da natureza política, ora aquela da natureza jurídica ou ainda a teoria da natureza mista do processo de *impeachment*, presentes na doutrina que, em maior ou menor grau, tratou sobre o tema durante o século XX, materializaram-se também nas falas proferidas durante o julgamento de Dilma Rouseff, como será visto. Tais discussões deverão ser postas diante do cenário político-institucional do Brasil contemporâneo, estabelecendo-se como norte interpretativo a Constituição Federal de 1988 a fim de estabelecer qual corrente melhor se enquadra no seu paradigma.

A metodologia utilizada neste trabalho foi a fenomenologia hermenêutica. Buscou-se abordar o tema a partir da verificação do desenvolvimento histórico do instituto do *impeachment* no intuito de se proceder à sua avaliação crítica, tendo como critério os pressupostos constitucionais de 1988. A pesquisa bibliográfica desenvolvida analisou como ponto de partida obras de autores fundamentais como Paulo Brossard e Pontes de Miranda, ambos representantes de espectros opostos na discussão sobre a natureza do processo de *impeachment*, além de diversos outros autores que trazem contribuições para a compreensão e para o debate crítico acerca do tema.

HISTÓRICO DO IMPEACHMENT: DA INGLATERRA ATÉ A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988

É unânime o reconhecimento de que o processo de *impeachment* dos presidentes da república possui suas raízes na monárquica Inglaterra medieval. Paulo Brossard de Souza Pinto (1965), em importante obra sobre o instituto, afirma que o *impeachment* inglês passou por longa jornada de progressiva e lenta evolução, que se inicia entre os séculos XIII e XIV e vai até o início do século XIX. Conforme as palavras do ex-ministro do STF, o instituto inglês “lembra certos tecidos que mudam de cor conforme o ângulo do qual são vistos e segundo a luz que sobre eles incida” (PINTO, 1965).

A natureza do instituto durante este período inicial era eminentemente *penal* e visava punir crimes graves cominados em lei (PINTO, 1965). Decretada a acusação pela Câmara Baixa (RICCITELLI, 2006), a Câmara dos Lordes podia aplicar penas que iam “da destituição do cargo à prisão, ao confisco, à desonra, ao exílio e à morte” (PINTO, 1965). Alexis de Tocqueville, em sua obra *Democracia na América*, na qual compara as instituições democráticas americanas com as europeias, destaca que no *impeachment* europeu – leia-se aqui o processo em uso na Inglaterra e na França – a Câmara Alta poderia aplicar todos os dispositivos do Código Penal. Em suas palavras:

Introduzindo o julgamento político em suas leis, os europeus quiseram atingir os grandes criminosos, quaisquer que fossem seu nascimento, sua posição ou seu poder no Estado. Para tanto, reuniram momentaneamente, no seio de um grande corpo político, todas as prerrogativas dos tribunais. O legislador transformou-se então em magistrado; pôde estabelecer o crime, classificá-lo e puni-lo. Dando-lhe os direitos do juiz, a lei lhe impôs todas as obrigações deste e obrigou-o à observância de todas as formas da justiça. Quando um tribunal político, francês ou inglês, tem por réu um funcionário público e pronuncia contra ele uma condenação, tira-lhe com isso suas funções e pode declará-lo indigno de ocupar outra no futuro; mas nesse caso a destituição e a interdição política são uma consequência da sentença, e não a própria sentença. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 122-123)

Pinto (1965) ressalta que com o passar do tempo o instituto passou a adquirir cada vez mais características políticas, admitindo inclusive a acusação por condutas que, em si, não constituíam crimes propriamente ditos, mas, sim, faltas consideradas “prejudiciais ao país” (PINTO, 1965). Tal transformação se coaduna com a observação feita por Assis Mafort Ouverney (2016), segundo o qual forças modernizantes passaram a fazer uso do instituto como mecanismo de modificação das relações de poder entre a realeza e o parlamento, atingindo os membros do ministério real. O *impeachment*, criado inicialmente para atingir um fim

eminentemente penal e repressivo, estava abrindo caminho para a atuação de determinados grupos presentes no parlamento que visavam a obtenção de determinados resultados políticos, o que refletia o novo paradigma político de gradual limitação do poder real que vinha se consolidando até resultar, finalmente, no parlamentarismo que conhecemos hoje.

Conforme Pinto (1965), à época da incorporação do *impeachment* pela Constituição dos Estados Unidos, o instituto em uso na Inglaterra já havia passado por considerável expansão do seu viés político e, com isso, superado completamente o caráter criminal ao ter atingido sua forma “derradeira”, dando lugar, pouco tempo depois, ao instituto da *moção de desconfiança* do parlamentarismo. A Constituição norte americana fixou, nas palavras de Pinto (1965), “um instante da evolução institucional britânica, que prosseguiu e foi além da fórmula legislada”.

O sistema político estadunidense, assim, absorveu um modelo de *impeachment* que já não era mais de natureza criminal, mas um processo *essencialmente político*, que tornava-se agora parte do *sistema de freios e contrapesos* (OUVERNEY, 2016) característico dos sistemas de governo presidencialistas. Portanto, enquanto o *impeachment* na Inglaterra, em sua origem, atingia a autoridade e simultaneamente castigava o homem, nos Estados Unidos o *impeachment* passou a ferir apenas a autoridade e retirá-la do cargo (PINTO, 1965), ficando atribuída à autoridade judicial o julgamento das eventuais infrações penais cometidas, mesmo que decorrentes dos mesmos atos que causaram o impedimento. Conforme Tocqueville afirmou “A finalidade principal do julgamento político, nos Estados Unidos, é, portanto, retirar o poder daquele que o utiliza mal e impedir que esse mesmo cidadão volte a possuí-lo no futuro” (TOCQUEVILLE, 2005).

A história, no entanto, revela o dado de que até hoje nenhum presidente dos Estados Unidos da América chegou a ser destituído por meio de um processo de *impeachment* (RICCITELLI, 2006). É certo que as razões para tanto não repousam apenas nos dispositivos constitucionais relativos ao impedimento do presidente da república, pois são de diversas ordens os fatores que, em determinados momentos, podem pôr um processo de dimensões tão gravosas como é o *impeachment* (NETO, 2016).

Hodiernamente, o instituto é largamente adotado pelas constituições dos países da América do Sul (ANASTASIA; MELO; SANTOS, 2004), a exemplo da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela, sem dúvidas em razão da significativa

influência exercida pelos Estados Unidos na região. Pinto (1965) e Riccitelli (2006) assinalam que o *impeachment* argentino reflete tremenda influência do modelo norte-americano em seus dispositivos.

No Brasil o *impeachment* foi adotado pela primeira vez durante o Império, quando poderia ser acionado contra Ministros de Estado, que estavam sujeitos a serem responsabilizados por “traição, por peita, suborno ou concussão, por abuso de poder, pela falta de observância da lei, pelo que obrarem contra a liberdade, segurança ou propriedade dos cidadãos, e por qualquer dissipação dos bens públicos” (PINTO, 1965). Cumpre destacar que, à época, o *impeachment* possuía natureza eminentemente criminal, tal qual o velho instituto inglês, podendo levar o indivíduo condenado a sofrer penas significativamente gravosas e, inclusive, à pena de morte. O Imperador, no entanto, era isento de qualquer responsabilidade, a exemplo do que acontecia com os monarcas ingleses (RICCITELLI, 2006).

Desde o início o Brasil adotou a peculiaridade de tipificar um conjunto de condutas passíveis de *impeachment* consideravelmente maior do que o positivado pelo modelo norte-americano. Tais dispositivos passaram a incluir um número de condutas ainda mais extenso no período republicano, passando estas a serem definidas por meio de lei especial – na época a Lei nº 30 de 8 de janeiro de 1892. Neste período, o *impeachment* no Brasil se adequou, pela primeira vez, ao modelo estadunidense (RICCITELLI, 2006), no que diz respeito a prever a condenação do agente culpado tão somente à *perda do cargo* e à *inabilitação para o exercício de função pública*. Desde então, o *impeachment* é um instrumento previsto em todas as constituições republicanas que o país possuiu, sendo hoje previsto na Constituição de 1988 e regulado pela Lei nº 1079 de 10 de abril de 1950.

Até a destituição de Fernando Collor de Melo em 1992 o Brasil não havia presenciado a aplicação prática do instituto do *impeachment* em sua história, tendo sido anunciada por autores como Pinto (1965) e Russomano (1976) a sua inaplicabilidade. Manuel Gonçalves Ferreira Filho (2012), mesmo quando do *impeachment* de Collor, chegou a afirmar que era ainda cedo para que fosse derrubada a tese até então unânime dos doutrinadores de que o processo de impedimento se demonstrava impraticável e não passava de uma “peça de museu”. Segundo Ferreira Filho, o caso Collor teria sido uma circunstância por demais excepcional e,

acima de tudo, a maquinaria institucional a ser mobilizada para a destituição de um presidente da república tornava por demais difícil que tal acontecimento viesse a se repetir tão cedo.

Esse ponto de vista não encontra mais amparo nos eventos históricos em andamento desde a redemocratização e é necessário revisitar as discussões acerca deste instituto que, cada vez mais e, de modo que precisa ser compreendido, tem se revelado como um recurso institucional à disposição dos grupos representados no Congresso Nacional para a obtenção de resultados políticos.

A NATUREZA DO INSTITUTO NO DIREITO BRASILEIRO

Na linha majoritária da doutrina jurídica brasileira que versa sobre o assunto, tem predominado o entendimento de que o julgamento de um processo por crime de responsabilidade é de *natureza essencialmente política*. Esta perspectiva assevera que a Constituição atribui ao Senado (Corpo político) a competência para seu processamento e julgamento sob critérios eminentemente políticos. Neste campo do debate encontram-se autores como o próprio Paulo Brossard de Souza Pinto (1965), além de Carlos Maximiliano, Temístocles Cavalcanti (RUSSOMANO, 1976) e José Afonso da Silva (2012), entre outros.

Cumprе assinalar que, em razão desta natureza política, a expressão “crime de responsabilidade” careceria de precisão técnica e científica para caracterizar as infrações que podem ensejar *impeachment*, como salienta Marcus Faver (2016), em parecer publicado em razão do julgamento de Dilma Rousseff. Segundo Pinto “são infrações estranhas ao Direito Penal os chamados crimes de responsabilidade. São infrações políticas da alçada do Direito Constitucional” (PINTO, 1965). Por esta razão, o autor sugere que a expressão “infrações políticas” estaria mais de acordo com a natureza das condutas que tornam o presidente da república passível de ser destituído.

Faver ainda destaca que a responsabilidade a que dizem respeito estas condutas, distingue-se da responsabilidade civil e penal, consistindo em uma responsabilização que é *político-administrativa*, podendo ainda assim coexistir ou não com aquelas outras (FAVER, 2016). Neste sentido, por não se tratarem de crimes propriamente ditos, tais infrações poderiam estar sujeitas a um juízo eminentemente político, sem prejuízo de posterior apreciação das consequências penais ou civis pelo juízo competente, dado que, de acordo com Pinto, os

integrantes do corpo político (o Senado) seriam mais capacitados a julgarem os atos e condutas de outros membros dos poderes políticos segundo critérios de *conveniência*, *utilidade* e *oportunidade* que, na perspectiva do ex-ministro do STF, escapariam à análise dos magistrados, acostumados a juízos pautados em critérios de estrita tipicidade (PINTO, 1965).

Nas palavras de Pinto:

No juízo político os fatos podem parecer bastantes para justificar o afastamento da autoridade a ele submetida. No juízo criminal, sob o império de critérios, que não são em tudo iguais aos que vigoram no juízo parlamentar, os mesmos fatos podem ser insuficientes para a condenação e a ação penal ser julgada improcedente. Sem escândalo, nem contradição, poderia ocorrer que ex-Presidente, despojado do cargo, mercê de condenação pelo Senado, viesse a ser absolvido pela justiça em processo criminal a que respondesse. (PINTO, 1965, p. 68)

Ainda assim, as Constituições brasileiras, desde o período imperial e, mais ainda no período republicano, carregam um rol de ilícitos políticos consideravelmente maior do que aquele observado em outros países que adotam o *impeachment*. Ainda que políticos os objetivos e políticos os critérios de julgamento por crime de responsabilidade, importaria atentar para o critério jurídico da adequação típica do ato praticado pela autoridade submetida ao processo.

No entanto, Pinto (1965) não encara tal característica com otimismo, ressaltando que são poucos os países que definiram em lei as infrações que ensejam o *impeachment* do modo como faz o Brasil. De acordo com o autor, o principal propósito do processo de apuração da responsabilidade do presidente da República é proteger o Estado contra aquele que fez mau uso do cargo e prejudicou a nação, tornando-se incompatível com a função (PINTO, 1965). Tais atos prejudiciais à nação poderiam ser praticados de inúmeras e inimagináveis formas e, conseqüentemente, nem sempre poderiam ser definidos exaustivamente pela Constituição ou pela legislação ordinária.

Neste sentido, Pinto cita a opinião de Gabriel Luiz Ferreira, segundo o qual:

Seria melhor designar por uma fórmula genérica, abrangendo toda espécie de malversações, porque estas variam infinitamente de natureza e podem ser praticadas por um presidente da República, de tantas maneiras igualmente funestas à sociedade que qualquer especificação para o fim de serem punidas pecará por deficiente. [...] se o que se teve em vista foi não excluir da devida repressão hipótese alguma que a reclamasse, chegar-se-ia com mais segurança a esse resultado abrindo aos dois

ramos do Congresso um campo de apreciação mais largo e mais livre. (PINTO, 1965, p. 53)

Pinto, escrevendo sobre a Constituição de 1946 – a Constituição de 1988 não difere neste aspecto – lembra que esta estabelecia no seu caput que “são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal [...]” estabelecendo em seguida “[...] e, especialmente, contra [...]” como se os itens elencados na sequência não fossem as únicas formas de se atentar, a nível de responsabilidade política, contra a Constituição, de modo que tal dispositivo abriria margem para uma enorme amplitude de atos pelos quais o presidente da República estaria sujeito a um processo de apuração da responsabilidade (PINTO, 1965). Neste sentido, a destituição do presidente da República, com base na Constituição, obedeceria a mesma liberdade existente no julgamento por “má conduta”, “mau desempenho do cargo” ou “*high crimes and misdemeanors*” como é instituído na Argentina e nos Estados Unidos da América (PINTO, 1965). A própria Lei 1.079/1950, conhecida como a *Lei do impeachment*, estabelece uma cláusula que, de acordo com o autor, dá larga margem para apreciação no juízo político, definindo que constitui crime de responsabilidade contra a administração “proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo”.

A tendência desta linha de argumentação, se levada às últimas consequências, é a possibilidade de julgamento político de todo o conjunto de ações, omissões, equívocos e táticas malsucedidas levadas a cabo por um determinado governo. Neste sentido, o *conjunto de acontecimentos e práticas indesejáveis do ponto de vista político* verificados em um mandato presidencial podem, sem qualquer estranhamento, ser considerados razão suficiente para que o presidente seja removido do cargo. O rol de crimes de responsabilidade elencados, tanto pela Constituição, como pelo texto da Lei do *impeachment*, poderia ser considerado como meramente *exemplificativo*.

Note-se que a corrente que apoiou o impedimento da então presidente Dilma Rousseff, em linhas gerais, ateu-se à teoria da natureza eminentemente política do instituto, de modo que entre os motivos que ensejaram seu processo estariam diversas razões, em sua maioria relacionadas uma gestão percebida como inábil da presidente, fazendo muitas vezes referência a um *conjunto da obra*, ou seja, o conjunto de atos que, em um panorama amplo e de forma

conjunta, prejudicaram a nação e tornaram a presidente *incompatível com o cargo que estava ocupando*. A título de exemplo, vale citar emblemática fala do Senador Wilder Moraes, do PP de Goiás, expressa durante o julgamento de Dilma Rousseff e cujos argumentos foram reproduzidos por diversos outros parlamentares durante o julgamento:

Pelas razões do exposto, digo que votarei a favor do impeachment não só pelos crimes de responsabilidade descritos na denúncia, mas também pelo conjunto da obra, que mostra que não existe mais qualquer condição de a Senhora Dilma Rousseff governar.²

Janaína Paschoal, autora da denúncia contra a presidente, em referência a Paulo Brossard, defendeu a *soberania* do Senado na apreciação do caso, com base inclusive em fatos não contidos na denúncia aceita pela Câmara dos Deputados, endossando a ideia de uma apreciação livre e eminentemente política do “conjunto da obra” da administração de Rousseff. Nas palavras da advogada, autora da denúncia juntamente com Miguel Reale Júnior:

Nesse sentido, eu reitero a convicção de que nós deveríamos seguir os ensinamentos do falecido Ministro Paulo Brossard quando diz que o Senado é soberano. O Senado é tão soberano que tem o direito e o dever de analisar a denúncia na íntegra e, inclusive, levar em consideração fatos posteriores. E tenho sido coerente com essa convicção desde o primeiro minuto. A meu ver, sempre foi possível e necessário, e adequado trazer para esse processo todas as delações: a delação de Delcídio, a delação de Cerveró, a delação de Mônica Moura e outras tantas.³

De fato, Brossard era um defensor da soberania do Senado na apreciação dos crimes de responsabilidade, não admitindo a possibilidade de que a decisão do poder legislativo pudesse ser objeto de recurso ao poder judiciário. A natureza política do julgamento, do seu ponto de vista, exige que apenas o corpo político possa apreciar o mérito do processo, podendo o judiciário, por meio do STF, intervir apenas de maneira excepcional e dentro de apertados limites em caso de contravenção a preceito constitucional, não podendo jamais interferir no mérito da decisão, que cabe tão somente ao Senado. De acordo com o ex-Ministro:

² SENADO, disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/05/04/veja-aqui-a-integra-do-parecer-do-senador-antonio-anastasia>. Acessado em 18 de julho de 2017. p. 585.

³ SENADO, op. cit., p. 476.

[...] a Constituição conferiu ao Congresso, com exclusividade, a plenitude dos poderes para, conclusivamente, resolver acerca do 'impeachment', iniciando-o, conduzindo-o e encerrando-o. E no exercício deles não interferem, direta ou indiretamente, nem o Executivo nem o Judiciário". (PINTO, 1965, p. 143)

Questão pertinente a ser posta diante dessa perspectiva é a possibilidade, não remota, de que se cometam abusos impulsionados pelas paixões político-partidárias e animosidades recíprocas sabidamente existentes no contexto das casas legislativas. Sendo a câmara alta do Congresso Nacional instância irrecurável de julgamento político e soberano do presidente da República, não estaria este cargo tão importante em posição de vulnerabilidade em relação a uma eventual destituição arbitrária?

Pinto (1965) reconhece o dilema proposto, mas considera que neste caso "é preciso que se confie esse poder a alguém, indivíduo ou entidade coletiva, [...] todo poder que a alguém se outorga traz em si a possibilidade de ser exercido com abuso". Em síntese, é necessário que a alguém seja atribuída a prerrogativa de errar por último (PINTO, 1965) por uma simples razão:

A questão se resume, para Hare, em escolher entre a inteira irresponsabilidade do executivo e sujeitar sua conduta a uma corte que pode não ser imparcial. Obviamente, conclui, é preferível correr o risco de parcialidade no julgamento a consagrar a plena irresponsabilidade. (PINTO, 1965, p. 177)

No debate acerca da natureza do *impeachment* existem ainda duas correntes que se distinguem da tese até agora majoritária. Nelas encontram-se aqueles que, no espectro oposto de Brossard, veem o *impeachment* como um processo *eminentemente jurídico* e até mesmo *penal*, como Pontes de Miranda e João Barbalho (PONTES DE MIRANDA, 1960) e, entre os autores contemporâneos, Marcelo Neves que, em seu parecer, defende que o processo de impedimento tem "natureza jurídica e mesmo penal apesar de ter por objeto matéria política e envolver motivações políticas" (NEVES, 2016); e ainda os autores que sustentam que o *impeachment* possui um caráter *misto* ou *político-penal*, entre eles Pedro Lessa (PINTO, 1965), Lauro Nogueira e José Frederico Marques (RUSSOMANO, 1976).

Admitindo-se a tese da natureza eminentemente jurídica do processo de apuração de responsabilidade do presidente da república, entender-se-á que o chefe do executivo estaria protegido por todas as garantias processuais estabelecidas pelo Código de Processo Penal durante o processo de *impeachment* e, portanto, o órgão julgador, que é o Senado Federal,

estaria obrigado a pautar sua decisão sob critérios estritamente jurídicos, como se estivesse exercendo uma apreciação de natureza criminal comum (NEVES, 2016). De acordo com Neves, o presidente, assim, deve estar protegido contra a atuação de maiorias eventuais no Congresso e, assim, a salvo de uma possível destituição arbitrária.

Neste mesmo sentido já falava João Barbalho, citado por Pontes de Miranda em seus “Comentários à Constituição de 1946” acerca da proteção proporcionada pela natureza eminentemente jurídica do processo de *impeachment*:

JOÃO BARBALHO (Comentários, 216) pôs em relevo que, com essa técnica de determinar quais as classes de delitos, ‘saindo assim do vago em que nesta matéria se expressam outras Constituições, a nossa melhor garantiu o poder público e a pessoa do chefe da Nação’. E acrescentou: ‘Aplicou ao acusado o salutar princípio que se lê no seu art. 72, § 15, e no art. 1º do Código Penal. E tirou, quer à Câmara dos Deputados, quer ao Senado, todo o poder discricionário que nisto de outro modo lhes ficaria pertencendo. Deste feitio, ficou consagrado que o presidente denunciado deverá ser processado, absolvido ou condenado, não *absque lege* e por meras considerações de ordem política, quaisquer que sejam, mas por procedimento de caráter judiciário, mediante as investigações e provas admitidas em direito, e julgando *secundum acta et probata*. E de outro modo deturpar-se-ia o regime presidencial, podendo as câmaras, sob qualquer pretexto, demitir o presidente; dar-se-ia incontestável predomínio delas. A posição de chefe da nação seria coisa instável e precária, sem independência, sem garantias’. (PONTES DE MIRANDA, 1960, p. 134)

Por tratarem-se de infrações submetidas a julgamento que segue, em sua maior parte, os mesmos critérios do processo criminal comum, a expressão “crime de responsabilidade” não parece causar maiores estranhamentos, especialmente se for levada em conta a natureza *penal* das infrações elencadas pela Constituição e pela Lei 1.079/50.

Reitere-se que nas nossas Constituições, em contraste com o costume argentino e estadunidense, tem-se observado historicamente a tradição de tipificar detalhadamente as condutas denominadas de crimes de responsabilidade, o que, segundo Barbalho e Pontes de Miranda (BARBALHO, apud PONTES DE MIRANDA, 1960), constitui-se em uma melhor forma de se garantir o Chefe de Estado contra destituições arbitrárias e desprovidas de fundamentos na jurídicos. Tal constatação reforça, na perspectiva destes autores, a tese de que é predominantemente jurídica a natureza do instituto no Brasil.

No que diz respeito à alegada natureza *mista* do processo de *impeachment*, vale a pena atentar para as palavras de Pedro Lessa, ex-ministro do STF, citadas pelo também ex-ministro Brossard:

De que natureza é o ‘impeachment’? É na sua essência uma medida constitucional, ou política ou uma medida de ordem penal? Diante dos citados artigos da Constituição, penso que não é lícito duvidar que, por sua origem e por sua essência, é um instituto político ou de índole constitucional, e por seus efeitos ou consequências de ordem penal. O que o engendrou, foi a necessidade de pôr termo aos desmandos do Executivo. Por ele fica o Poder Legislativo investido do direito de cassar o mandato do Executivo. [...] O ‘impeachment’, pois, tem um duplo caráter, é instrumento heteróclito. Se fosse meramente constitucional não se compreenderia que, além da perda do cargo, ainda acarretasse a incapacidade de exercer qualquer outro. Se fosse meramente penal não se explicaria a sujeição do Presidente, ou representante do Poder Executivo, a outro processo e a outra condenação criminal. (LESSA, apud PINTO, 1965, p. 79-80)

O constitucionalista Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2012) ao encontro da perspectiva de Lessa, observa que a imposição da pena de inabilitação à autoridade destituída do cargo tem natureza *sui generis* e que o processo de impedimento, portanto, não pode ser considerado meramente político, já que a absolvição do presidente da república em relação à acusação por crime de responsabilidade gera o efeito de impedir que ele seja processado pela Justiça comum em decorrência da responsabilidade penal proveniente dos mesmos atos tipificados na categoria de crimes de responsabilidade.

O penalista Alexandre Morais da Rosa (2016), por sua vez, em coluna publicada no site Consultor Jurídico, afirma que o *impeachment* é “juízo de Direito Penal e, portanto, munido das garantias do devido processo legal, dentre eles o da correlação entre acusação e decisão”. No entanto, admite, para além do critério jurídico, a existência de um critério político, ressaltando, assim, a necessidade de enquadramento da conduta ilícita e ainda enfatizando que o critério político “se dá quando no segundo momento, em que verificados os pressupostos legais da conduta imputada, o acolhimento da acusação depende de julgamento contextual de pertinência, ou não” (ROSA, 2016). Além disso, o autor afasta a hipótese, defendida por Janaína Paschoal durante o julgamento de Dilma Rousseff, de que a presidente poderia ser julgada inclusive por atos não incluídos na denúncia que foi aceita pelo então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (ROSA, 2016).

O parecer redigido pelo Senador Antônio Anastasia⁴ acerca da denúncia por crime de responsabilidade foi alvo de nota crítica feita pelos professores Lenio Luiz Streck, Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira e Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia⁵, na qual estes autores se opõem à menção que o parlamentar do PSDB de Minas Gerais faz à existência de “tipos abertos”. Os autores, contrários à admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, defendem uma aplicação *taxativa* dos dispositivos da Lei 1.079 de 1950, visto que, embora a Constituição estabeleça no art. 85 um rol exemplificativo, deixa a tipificação das condutas de modo taxativo e completo a cargo daquela lei infraconstitucional.

Exige-se, portanto, a comprovação do cometimento dos atos elencados pela lei do *impeachment*, de modo que fica excluída a possibilidade de interpretação extensiva da legislação, bem como a consequente apreciação do *conjunto da obra* sem que haja um compromisso com a demonstração da existência dos crimes de responsabilidade, sob pena de que a sociedade venha a presenciar, segundo opinião de boa parte dos grupos contrários ao impedimento de Dilma Rousseff, um possível *golpe*.

O IMPEACHMENT DIANTE DO SISTEMA POLÍTICO-INSTITUCIONAL BRASILEIRO

Para o enfrentamento da questão relativa à definição da natureza do instituto do *impeachment* presidente da república no Brasil, desenvolver-se-á dois percursos principais: em primeiro lugar, é necessário delinear teoricamente o papel exercido pela previsão constitucional da utilização de um processo de *impeachment*, cujas consequências são sabidamente gravosas e cuja instauração mobiliza uma ampla gama de mecanismos institucionais; em segundo lugar, cabe inspecionar a realidade político-institucional específica do Brasil, com vistas a encontrar soluções minimamente satisfatórias ao seu contexto particular.

Em primeiro lugar, apuração da responsabilidade dos governantes faz parte do conjunto de elementos de afirmação do Estado moderno em face do Estado absolutista, sendo possivelmente um dos mais importantes dentre eles (PINTO, 1965). Isto porque um regime

⁴ SENADO, disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/05/04/veja-aqui-a-integra-do-parecer-do-senador-antonio-anastasia>.

⁵ STRECK; OLIVEIRA; BAHIA, Disponível em: http://emporiadodireito.com.br/breve-nota-critica-ao-relatorio/#_ftn4. Acessado em 21 de novembro de 2017.

democrático não exige apenas que o governo seja estabelecido por meio da eleição popular mas impõe também que este governo seja exercido para atender aquilo que é do interesse do eleitorado (ANASTASIA; MELO, SANTOS, 2004).

O processo de *impeachment* do presidente da república, tanto em sua primitiva configuração criminal como em sua modalidade contemporânea, cuja natureza já suscitou tantas disputas, possui esta relevante função de preservar o princípio da responsabilidade do governo dentro dos regimes democráticos. No entanto, parte da diferença entre o *impeachment* presidencialista e a moção de desconfiança dos países parlamentaristas reside na *necessária excepcionalidade* com que o primeiro deve se manifestar na prática institucional de um sistema político. Por essa razão, a legislação que trata do *impeachment* deve consistir, igualmente, em uma garantia em favor do cargo de presidente da república, de modo que o chefe do Poder Executivo seja responsabilizado apenas pelas condutas previstas pela Constituição do seu país. E nisto o Brasil não é diferente, possuindo ainda legislação especial que tipifica detalhadamente não só os crimes de responsabilidade bem como também o rito a ser adotado no respectivo julgamento.

Além disso, o papel garantidor da legislação acerca do *impeachment* dentro do contexto institucional brasileiro, como qualquer legislação de ordem processual com viés punitivo, é particularmente acentuado em razão do paradigma trazido pela Constituição Federal de 1988. Em seu artigo primeiro, a Constituição⁶ declara que o Brasil “constitui-se em Estado Democrático de Direito”, tendo como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, de onde decorrem todos os direitos fundamentais, entre eles o direito ao devido processo legal, o princípio da presunção de inocência e o princípio do acusatório.

A respeito do novo paradigma constitucional instaurado no Brasil ao final do século XX, Lenio Streck (2016) sustenta que “do modelo de constituição formal, no interior da qual o direito assumia um papel de ordenação, passa-se à revalorização deste, que agora possui um papel de transformação da sociedade”. Tal constatação é particularmente importante no sentido que, se o paradigma constitucional de 1988 estatui o Direito como vinculante para toda a sociedade, e esta entendida em um sentido amplo, a comunidade política também deve ser compreendida por este modelo. Por esta razão, certos “conceitos como soberania popular,

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

separação de poderes e maiorias parlamentárias cedem lugar à legitimidade constitucional, instituidora de um constituir da sociedade” (2016).

Tem-se, assim, que até mesmo considerações que admitem critérios de ordem *política* poderão estar, em maior ou menor grau, estritamente limitados por normas constitucionais surgidas no contexto de uma carta magna que, para além de ser uma ordem jurídica meramente organizadora do Estado, é *dirigente* e vincula inclusive o poder político, não podendo ser diferente em um processo de *impeachment* do presidente da república. Dessa forma, não há espaço, hoje, para um julgamento de *impeachment* fundamentado em critérios puramente *políticos* e em detrimento do viés jurídico quando a própria Constituição Federal estabelece critérios eminentemente *jurídicos* que precedem e, mais do que isso, *condicionam a apreciação política do processo*. Nesse contexto, o processo de *impeachment* não pode tornar-se um instrumento de destituição com base tão somente na avaliação do *conjunto da obra* em detrimento dos *fundamentos jurídicos* da apreciação.

Para além de considerações sobre a admissibilidade ou não do processo de impedimento de Dilma Rousseff, constata-se que muito se enfatizou o viés político que, especialmente na fundamentação das decisões pela autorização do processo na Câmara dos Deputados, chegou a suprimir completamente as considerações de ordem jurídica, que seriam indispensáveis de acordo com a ideia de um Direito vinculante em relação à esfera política. Em outras palavras, o que se verificou foi uma supremacia do Legislativo sobre o Executivo como resultado de uma apreciação estritamente política.

Para que se compreenda melhor as consequências dessa relação entre os poderes em um processo de *impeachment*, deve ser feita uma análise a partir das características específicas da sociedade e do sistema político brasileiros. Dito isto, ressalta-se que alguns autores partem para uma crítica direcionada ao feito com o qual o *impeachment* foi adotado no Brasil, ressaltando que nosso país possui, em seu ordenamento, atributos que podem afetar negativamente o sistema político, particularmente em determinados contextos políticos e econômicos. Acerca da Lei 1.079 de 1950, Assis Mafort Ouverney conclui, em ensaio no qual versa sobre os processos de *impeachment* utilizados ao longo da história na Inglaterra, Estados Unidos e Brasil:

[...] uma legislação criada às pressas no início de 1950, por grupos liberais conservadores, especificamente para preparar um golpe parlamentar contra Getúlio

Vargas, serviu como uma luva para as pretensões das articulações partidárias que levaram à destituição de Dilma Rousseff, em 2016. Golpistas do passado facilitaram a ação de golpistas do presente. (OUVERNEY, 2016, p. 111)

Isto acontece, segundo Ouverney, por que a própria incorporação do instituto no Direito pátrio, desde o período da República Velha, ocorreu de modo a possibilitar a supremacia do poder legislativo sobre o executivo, através de uma legislação que, no seu modo de ver, foi formulada para *facilitar* o enquadramento do presidente nos casos de crime de responsabilidade:

A ampliação do leque de atos que poderiam ser objeto de processos de impedimento do Presidente favorecia as forças políticas instaladas no Legislativo brasileiro na época, em especial, as elites agrárias dos estados, que dominavam os partidos regionais e as máquinas eleitorais em seus territórios. Essas elites buscaram instalar uma república federativa significativamente descentralizada em oposição ao regime vigente no império, e ainda diferente do que pretendiam os militares, que viam na centralização um requisito para a unidade nacional e o progresso do País. Assim, mecanismos de limitação do poder central, como o impedimento, eram vitais para os interesses dessas elites, em especial, pelo fato de que os primeiros anos da república foram conduzidos por presidentes militares. A importância que essas elites regionais atribuíam ao impedimento como mecanismo para frear possíveis avanços centralizadores do Presidente da República pode ser vista através do senso de urgência que moveu a regulamentação do assunto no período pós-constitucional. (OUVERNEY, 2016, p. 2016)

Com base nessas considerações, Ouverney defende a necessidade de uma *readequação* do instituto, no intuito de se criar uma consistente blindagem ao Poder Executivo, para que seja possível barrar novas tentativas daquilo que avaliou como um golpe parlamentar em 2016. Segundo ele, a combinação entre um sistema político-partidário fragmentado, a crise econômica, o empenho de elites conservadoras na tentativa de tomar as rédeas do país e a existência de uma lei flexível no que tange ao enquadramento do presidente da república nos casos de impedimento tornou o terreno propício para a queda de Dilma Rousseff (OUVERNEY, 2016). Portanto, em razão da nova concepção de Constituição Dirigente trazida pelo texto de 1988, seria urgente uma nova regulamentação da natureza do instituto que corresponda ao paradigma constitucional atualmente vigente. Segundo este autor, o atual quadro “[...] favorece a ação de grupos políticos instalados no Legislativo, interessados em tomar o poder pela via indireta, tornando constante a possibilidade de um terceiro turno eleitoral” (OUVERNEY, 2016).

As colocações de Ouverney são pertinentes no sentido de ressaltar os impactos do contexto brasileiro de fragmentação político-partidária, crise econômica e grupos políticos interessados em alcançar o poder pela via indireta. Neto (2016) assim como Anastasia, Santos e Melo (2004) ressaltam tais dados característicos o sistema político brasileiro, atentando para o fato de que fragmentação partidária e crise econômica e social são importantes fatores que, somados, influenciam na instabilidade política, sendo ainda condições propícias para eventuais derrubadas de presidentes na América Latina.

Ferreira Filho já se pronunciava pela inconveniência da multiplicidade de partidos políticos no Brasil, afirmando que tal realidade traria problemas para a identificação da vontade popular, enfraqueceria o governo em razão da necessidade de coligações contraditórias e ainda estimularia a exacerbação das divergências ideológicas (FERREIRA FILHO, 2012). Para o bom funcionamento da democracia, necessário é que os partidos sejam relativamente poucos, disciplinados, e com programas definidos (FERREIRA FILHO, 2012), o que sabidamente não acontece no país.

Coincidência ou não, tanto o recente impedimento de Dilma Rousseff como o de Fernando Collor na década de noventa foram marcados por prévias dificuldades na formação ou manutenção de maioria sólida no Congresso Nacional (NETO, 2016), por um pano de fundo de intensa crise política e econômica e por um clima de intensa *mobilização social*, que na época de Collor chegou a reunir partidos como PT, PSDB, PMDB, diversos setores da sociedade e a grande imprensa em favor do *impeachment* (SALLUM JR; CASARÕES, 2011). Sallum Jr. e Casarões (2011) reconhecem ainda a existência de tensões institucionais intrínsecas ao presidencialismo brasileiro:

de um lado, o forte poder da Presidência da República e, de outro, um conjunto de instituições (reguladoras dos partidos, do sistema eleitoral e da federação) orientadas mais para a dispersão do poder, a fragmentação da maioria e a limitação do exercício do poder do que para a produção, por meio da engenharia institucional, de uma maioria governante compacta. (SALLUM JR; CASARÕES, 2011, p. 173)

Estas tensões podem ser agravadas em situações de crise e, em conjunto com outros fatores como a própria personalidade do chefe do Poder Executivo (SALLUM JR; CASARÕES, 2011), dar vazão a grupos interessados em encontrar, no arcabouço das instituições disponíveis, caminhos de chegada indireta ao Poder Executivo federal.

Nem todos, porém, identificam a Lei do *impeachment* como um problema para nosso ordenamento jurídico, a exemplo de Pontes de Miranda. Além disso, Lenio Streck, Marcelo Cattoni e Alexandre Bahia (2016) destacam que, conforme o texto da Constituição, a lei 1.079 de 1950 exige a previsão taxativa dos crimes e do julgamento, não cabendo “interpretação extensiva e analógica dos crimes completamente definidos pela lei especial prevista no parágrafo do art. 85” (STRECK; CATTONI; BAHIA, 2016), sob pena de violação do princípio da reserva legal, excluindo, assim, a possibilidade de tipos abertos.

No entanto, na busca por uma resposta adequada ao contexto brasileiro, este artigo inclina-se por uma solução que reside mais no âmbito da *interpretação* e na formulação da *decisão* que incidirá na aplicação do *impeachment* do que na reformulação de suas regras. Reitera-se que, tendo em vista o presidencialismo que possuímos hoje, o contexto social complexo em que vivemos e o marco paradigmático estabelecido pelo constitucionalismo dirigente em 1988, é preciso estabelecer respostas minimamente aplicáveis ao contexto institucional que o Brasil possui, com o intuito de se enfrentar as eventuais crises do sistema com maior segurança e garantindo a estabilidade de nosso regime democrático.

Embora muitos autores tenham defendido, no período da redemocratização após a Ditadura Militar, a adoção de um sistema parlamentarista, o Brasil tem, desde o advento da República, optado pelo presidencialismo e, portanto, reúne em um único cargo as funções de chefe de Estado e chefe de governo. O presidente ainda reúne em si parcela considerável de legitimidade democrática em razão do caráter plebiscitário de seu revestimento na função, fazendo frente a um Congresso Nacional que, de acordo com especialistas que tem analisado o sistema político-partidário brasileiro, é fragmentado e ideologicamente pouco consistente. Além disso, autores como Ferreira Filho destacam que o presidencialismo é mais capaz de promover estabilidade frente a um sistema de multiplicidade partidária do que o parlamentarismo (FERREIRA FILHO, 2012).

Nesse contexto político-institucional, é particularmente temerário que a estabilidade de uma instituição de tanta importância como a Presidência da República esteja sob ameaça permanente de paralização, desestabilização e destituição prematura resultantes de crises sociais e econômicas. Embora o *impeachment* tenha sido criado para ser utilizado de maneira excepcional, ressalta-se que desde o ano de 1990, durante o governo Collor, até o pedido que

culminou no impedimento de Dilma Rousseff, 132 pedidos de *impeachment* foram interpostos na Câmara, embora apenas 2 tenham sido aceitos⁶. Desde Collor, nenhum presidente governou o país sem ter sido alvo de pedidos de impedimento.

Estatísticas tão elevadas podem indicar uma potencial e indesejável fragilização do presidencialismo brasileiro diante da hipótese de adoção irrestrita da teoria da natureza eminentemente política do *impeachment*. Isto porque nos momentos em que as crises convulsionam o país, os ânimos políticos se acirram no legislativo e na sociedade como um todo, o que abre caminho para a exacerbação das forças que podem desestabilizar as instituições.

Por essa razão, é preciso que se assentem alicerces jurídicos suficientemente sólidos para que seja possível interromper, em momentos de crise, as eventuais quebras das regras do jogo, que em última instância podem significar ruptura constitucional, colapsando o império do Direito. Em outras palavras, parece que o sistema político institucional brasileiro possui, de fato, condições que podem, diante de uma politização excessiva de um julgamento que dispense critérios jurídicos bem delineados, dificultar excessivamente o exercício dos próximos governos e tornar nosso regime democrático ainda mais vulnerável a ataques advindos de forças políticas hostis às instituições democráticas diante de uma eventual paralisia e fracasso de nosso sistema representativo (NETO, 2016).

É sugerido por alguns autores que talvez o sistema político brasileiro esteja demonstrando a necessidade de mudanças na sua arquitetura institucional, como a possível adoção de um sistema semipresidencialista, por exemplo (NETO, 2016). O intuito deste trabalho, no entanto, é trabalhar com horizontes teóricos que aperfeiçoem o presidencialismo que temos hoje, e que obedeçam à vigente ordem constitucional, de forma que não se pretende aqui adentrar na discussão sobre um sistema de governo.

Assim, o paradigma do constitucionalismo dirigente do pós-guerra imprime a ideia de uma Constituição que é normativa⁷ e, portanto, eleva o Direito a um patamar de relativa autonomia em relação a fatores externos advindos de outros campos como a economia e a

⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/03/de-132-pedidos-de-impeachment-desde-collor-acao-contra-dilma-e-2-aceita.htm>.

⁷ STRECK, lenio Luiz. Rumo a Norundi, a bordo da CDI - Constituição Dirigente Invertida: <http://www.conjur.com.br/2016-out-27/senso-incumom-rumo-norundi-bordo-cdi-constituicao-dirigente-invertida>.

política. Assim, na discussão sobre a natureza do processo de *impeachment*, as soluções ventiladas pelo presente trabalho inclinam-se a uma alternativa que reforce a *natureza mista do impeachment*, visto que não parece ser possível excluir completamente a apreciação política, natural e admissível dentro de um julgamento conduzido por um órgão político, desde que rigorosamente delimitado pelos critérios jurídicos.

Pinto, à época Ministro do STF, afirmou durante a ocasião do *impeachment* de Fernando Collor que a Constituição de 1988, sabendo o que fazia, atribuiu ao Senado e não ao STF a prerrogativa de julgar o presidente da república nos crimes de responsabilidade⁸. No entanto, como salientou o constitucionalista Clèmerson Merlin Clève, o parlamentar, durante o julgamento do *impeachment*, está a exercer, naquele momento, a função atípica de julgar, devendo agir de forma análoga ao juiz, julgando conforme as provas produzidas e o ordenamento jurídico aplicável, não podendo sequer estar sujeito a eventuais diretrizes partidárias em sua livre apreciação do caso (CLÈVE, 2012).

Para que esteja de acordo com o paradigma do Estado Democrático de Direito, qualquer mecanismo institucional a ser utilizado para a obtenção de resultados políticos em nosso país deve sê-lo sob a ótica do respeito e proteção ao texto constitucional e da efetivação de todas suas garantias. O *impeachment*, da mesma forma, deve ser encarado como ferramenta de manutenção da ordem democrática estabelecida em 1988, seja pela sua função como proteção do Estado, seja pelo seu viés de garantia ao presidente da República contra eventuais discricionariedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões levantadas ao longo deste trabalho, pôde-se concluir que o *impeachment* do presidente da república, como forma de destituição do agente político que exerce, ao mesmo tempo a função de chefe de governo e chefe de Estado, reveste-se de caráter excepcional, devendo, portanto, consistir, simultaneamente, em uma espécie de proteção ao próprio Estado contra mau exercício da função presidencial, como também em uma garantia ao mesmo ocupante do cargo em face de eventuais destituições desprovidas de fundamento. O

⁸ Supremo Tribunal Federal: Mandado de Segurança nº 21.623. p. 259.

mandato fixo do presidente, portanto, só deve ser interrompido em razão de atos particularmente graves cometidos pelo presidente, distinguindo-se assim da espécie de mandato do Primeiro Ministro nos sistemas parlamentaristas, cuja permanência no cargo pode, diante da falta de sustentação política do parlamento, ser colocada em cheque por meio de moção de desconfiança, sem que isso gere qualquer crise no âmbito das instituições democráticas.

Pôde-se observar que boa parte do discurso favorável à destituição de Dilma Rousseff atribuiu ao processo de *impeachment* natureza eminentemente política, dando preferência a uma apreciação que levasse em conta não só a tipificação dos crimes de responsabilidade, mas principalmente o que foi denominado de “conjunto da obra”, numa referência ao fracasso da ex-presidente em conduzir a economia e governar o país. Já o discurso contrário ao *impeachment*, em sua maior parte, agarrou-se firmemente ou à teoria da natureza jurídica, ou à teoria da natureza mista, sendo que esta última corrente serviu tanto a discursos favoráveis quanto desfavoráveis ao impedimento de Dilma Rousseff.

Não obstante, no presente trabalho chegou-se à constatação de que a corrente que defende uma natureza mista do processo de *impeachment* parece se enquadrar melhor com a Constituição Federal de 1988. Em que pese seu paradigma dirigente e a supremacia do Direito sobre fatores como a política, não se pode negar o fato de que foi opção do próprio constituinte originário atribuir ao Senado Federal o julgamento do presidente da República nos casos de crimes de responsabilidade, seguindo assim, com pouquíssimas variações, a técnica adotada pela maioria das constituições anteriores. Se fosse da vontade da Constituição o estabelecimento de um critério puramente jurídico para o julgamento desses crimes, o texto constitucional teria atribuído a competência do julgamento ao Poder Judiciário, para que se evitasse ao máximo, assim, as considerações de ordem política, o que não é o caso. Ainda assim, a Constituição e a lei 1.079 de 1950 especificam uma série de condutas passíveis de *impeachment*, indicando a necessidade inafastável de se observar critérios estritos de tipificação, sem o que o julgamento será necessariamente improcedente.

E é razoável que seja assim, de modo que o processo de apuração da responsabilidade política do presidente da República não seja conduzido simplesmente pelas animosidades decorrentes das paixões políticas dos parlamentares, e para que se garanta a estabilidade do cargo mais importante de República. Faria sentido, portanto, que a apreciação da conveniência

política da destituição fosse levada a cabo tão somente após a análise da adequação típica das condutas pelo órgão competente.

A atribuição de uma natureza mista ao processo de *impeachment* provém da constatação de que a competência do Senado Federal como órgão julgador não se dá por acaso, de modo que dificilmente se espera que um julgamento da alçada do Poder Legislativo (e não do Judiciário) seja conduzido por motivações e critérios que não sejam em grande parte políticos. Mas também é necessário evitar a fragilização do cargo presidencial em face de um Congresso extremamente fragmentado e de um contexto social de crise econômica e política. Em um eventual contexto que reúna todos estes fatores, o enfraquecimento do presidente da República em face do poder legislativo pode se tornar terreno fértil para a desestabilização e a paralização dos governos, reféns das maiorias circunstanciais parlamentares.

A desestabilização do Poder Executivo pode ser prejudicial para o sistema como um todo, tendo em vista as prerrogativas constitucionais atribuídas ao chefe do Poder Executivo nacional e o seu papel na estruturação e estabelecimento de políticas públicas. Para que a democracia se materialize, no contexto do presidencialismo, é necessário não apenas que os poderes existam como órgãos distintos uns dos outros, mas que exista o equilíbrio necessário entre eles. Mais ainda, é necessário que este equilíbrio entre os poderes possibilite a execução das políticas de governo, com o objetivo de concretizar os objetivos da Constituição.

O *impeachment*, assim, como parte do sistema de freios e contrapesos do presidencialismo, não pode ser um fator de desequilíbrio em favor das movimentações políticas do Congresso Nacional, mas, antes, um instrumento de proteção do Estado contra os abusos graves eventualmente cometidos pelo chefe do Executivo, os quais precisam estar devidamente tipificados em lei. O reconhecimento da natureza mista do processo de *impeachment*, neste sentido, parece contribuir para a manutenção do equilíbrio das instituições democráticas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano. **Governabilidade e Representação política na América do Sul**. – Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; [São Paulo] : Fundação Unesp Ed., 2004.

BRASIL, **Constituição Federativa do Brasil. Brasil**, Brasília, 1988.

BRASIL, **Lei nº 1.079 de 10 de abril de 1950**.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **Fidelidade Partidária e impeachment: estudo de caso**. 2ª edição. Curitiba – PR – Juruá, 2012.

FAVER, Marcus. Impeachment: evolução histórica, natureza jurídica e sugestões para aplicação. **RDA – Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 271, p. 319-343, jan./abr. 2016.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. - 38 ed., rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.

MADEIRO, Carlos. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/03/de-132-pedidos-de-impeachment-desde-collor-acao-contra-dilma-e-2-aceita.htm>.

NETO, Octavio Amorim. **Presidencialismo e governabilidade nas Américas**. – Rio de Janeiro : Editora FGV; Konrad Adanauer Stiftung, 2006.

_____. A crise política brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, sequelas e profilaxia. **Relações Internacionais**, Lisboa , n. 52, p. 43-54, dez. 2016.

NEVES, Marcelo. Disponível em: <http://jornalggm.com.br/noticia/para-professor-da-unb-pedido-de-impeachment-e-fragil-e-inconsistente>. Acessado em 23 de abril de 2017.

OUVERNEY, Assis Mafort. Reflexões sobre as regras do impedimento e seus impactos sobre a democracia: Brasil, Estados Unidos e Inglaterra em perspectiva comparada. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. spe, p. 98-113, Dec. 2016 .

PINTO, Paulo Brossard de Souza. **O Impeachment: aspectos da responsabilidade política do presidente da república**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo S.A., 1965.

PONTES DE MIRANDA. **Comentários à Constituição de 1946**. 3º Edição revista e aumentada. Tomo III. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1960.

RUSSOMANO, Rosah. Dos poderes legislativo e executivo. Rio de Janeiro: Imprensa, 1976.

RICCITELLI, Antonio. **Impeachment à Brasileira: instrumento de controle parlamentar?**/Antonio Riccitelli. – Barueri, SP. Minha Editora, 2006.

ROSA, Alexandre Morais da. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-abr-15/limite-penal-julgamento-impeachment-dilma-virou-juizo-final>. Acessado em 18 de julho de 2017.

SALLUM JR, Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e,. O impeachment do Presidente collar: a literatura e o Processo. **Lua Nova**, São Paulo, 82: 163-200, 2011. SENADO. Parecer do Senador Antonio Anastasia. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/05/04/veja-aqui-a-integra-do-parecer-do-senador-antonio-anastasia>. Acessado em 18 de julho de 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional positivo**. 34ª Edição. MALHEIROS EDITORA LTDA. – São Paulo, 2012.

STRECK, Lenio Luiz; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Em: *Breve Nota Crítica ao Relatório Anastasia*. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/breve-nota-critica-ao-relatorio-anastasia>. Acessado em 21 de novembro de 2017.

SORDI, Jaqueline. Em: *Confira quem são os autores dos pedidos de impeachment /contra Temer*. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2017/05/confira-quem-sao-os-autores-dos-pedidos-de-impeachment-contra-temer-9800308.html>. Acessado em 21 de novembro de 2017.

STRECK, Lenio Luiz. Em: *Rumo a Norundi, a bordo da CDI - Constituição Dirigente Invertida*. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-out-27/senso-incumom-rumo-norundi-bordo-cdi-constituicao-dirigente-invertida>. Acessado em 21 de novembro de 2017. Supremo Tribunal Federal: **Mandado de Segurança nº 21.623**. p. 259.

TOCQUEVILLE, Alexis de, 1805-1859. **A democracia na América : leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático** / Alexis de TocqueviUe; tradução Eduardo Brandão; prefácio, bibliografia e cronologia François Furet. - 2a ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2005.

JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E *BACKLASH* LEGISLATIVO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO RECONHECIMENTO JUDICIAL DA UNIÃO HOMOAFETIVA (2011-2018)

Otávio Santiago Gomes da Silva¹

Resumo

A Ciência Política, dentre os vários enfoques, analisa questões sobre a perda de legitimidade das instituições representativas e o lugar de destaque das instituições judiciais. Em 2011, o STF pronunciou-se na ADI nº4.277 pelo reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar. Em contrapartida, percebe-se no Brasil, alguns movimentos contrários, em especial de partidos no Congresso Nacional, em clara oposição à comunidade LGBT. A literatura nomeia de efeito “*backlash*” a reação social e/ou institucional às decisões judiciais envolvendo direitos civis, políticos e sociais. O objetivo da pesquisa foi verificar se, no caso brasileiro, a judicialização da questão homoafetiva pelo STF deu causa ao *backlash* legislativo. Para atingir os objetivos, a metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, por meio da revisão da literatura sobre judicialização e *backlash*; e da coleta de dados nos sites do STF, CNJ, Câmara e Senado, entre 2011 a 2018. Apesar da constatação de que a judicialização do tema acelerou o *backlash* por parte da bancada conservadora-religiosa, verificou-se que a resistência desses setores existe, pelo menos, desde a promulgação da Constituição, característico do enfrentamento entre Legislativo e Judiciário no cenário político brasileiro.

Palavras Chaves: Judicialização; *backlash*; política.; judiciário; união homoafetiva.

INTRODUÇÃO

Dentre os muitos elementos discutidos pela Ciência Política na atual crise institucional brasileira, estão o enfraquecimento e a gradual perda de legitimidade das instituições representativas dos Poderes Executivo e Legislativo. O Judiciário, por sua vez, aparece como poder guardião (GARAPON, 1999) exercendo, além da competência jurisdicional, por provocação, atribuições tipicamente executivas e legislativas. Nesse sentido, surgem muitos questionamentos a respeito da atuação e do papel das instituições judiciais no contexto político.

O fenômeno da intervenção do Poder Judiciário nas questões sociais e políticas não é um tema novo na ordem nacional e internacional. A discussão sobre judicialização da política

¹ Mestre em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas; Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas; E-mail otaviosgs@yahoo.com.br; CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4015424521553805>.

passou a ser debatida na ordem global a partir dos estudos da expansão do poder judicial, decorrente da delegação de assuntos políticos às Cortes Supremas norte-americanas. Editada por Neal Tate e Torbjörn Vallinder (1995), o livro “A Expansão Global do Poder Judiciário” (*The Global Expansion of Judicial Power*) é um dos principais trabalhos sobre tema, originado de um encontro, ocorrido em 1992, onde se debatia o Poder Judiciário e a política.

Tate e Vallinder (1995, p. 5), ao analisarem os casos de intervenção das Cortes Supremas em questões políticas em países como Estados Unidos, França, Alemanha e Rússia, afirmam que o fenômeno representa “o exemplo mais dramático da expansão global do poder judiciário, que, por brevidade, frequentemente nos referimos como ‘a judicialização da política’”.² Outro exemplo, menos dramático da expansão do poder judicial (ou judicialização), seria o domínio de arenas de negociação não judiciais ou de tomada de decisão por procedimentos quase judiciais. Para os autores, esse último, como um tipo *from within* (vinda de dentro), estaria em ascensão, diante da criação, em muitos países, de agências, tribunais administrativos e ouvidorias com métodos (quase) judiciais de atuação.

No cenário brasileiro, os estudos sobre o fenômeno da judicialização, mais propriamente na área da Ciência Política, intensificaram-se no período de redemocratização e com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir dos anos 1980/1990, com as atribuições e competências dadas ao Poder Judiciário pelo Constituinte, em especial ao Supremo Tribunal Federal (STF), a temática despertou interesse a respeito das causas e das consequências de judicializar conflitos oriundos da esfera política.

Dessa forma, no Brasil há inúmeros trabalhos a respeito da judicialização da política, com enfoque em diferentes perspectivas e metodologias, desde a análise do fenômeno pelo comportamento decisório dos juízes (TAYLOR; DA ROS, 2008), passando pelo controle de constitucionalidade das leis (ARANTES, 1997; VIANNA et al., 1997), questões do ensino jurídico e judicial no país (ENGELMANN, 2017), chegando à mobilização do espaço judicial por diferentes grupos sociais (CITTADINO, 2004; KOERNER, 2013).

² Os trechos do livro de Tate e Vallinder (1995) foram realizados por livre tradução (inglês para o português) pelo autor do presente trabalho. Destaca-se, também, que foi adotado o termo “expansão global do Poder Judiciário”, uma vez que a tradução literal e a literatura da área em Ciência Política admitem tanto essa expressão quanto outra, como “expansão global do poder judicial”.

Especificamente quanto à terminologia “judicialização da política”, para Engelmann (2017), o conceito remete tanto à análise do fenômeno de crescimento da atuação política do Poder Judiciário, quanto para uma percepção de desvirtuamento de quais seriam as atividades típicas de um poder de Estado, o qual deve ser politicamente neutro e encarregado da interpretação das leis e a vontade do legislador.³ Embora conceituar o termo seja importante e apresente debate intenso no campo da Ciência Política a respeito do fenômeno, o que será exposto oportunamente, a presente pesquisa tem como objeto a expansão do Poder Judiciário, com recorte ao Supremo Tribunal Federal (STF), na judicialização de um tema político e social relevante - o reconhecimento de direitos aos casais homoafetivos –, e os reflexos da decisão na arena política brasileira, em especial, no Poder Legislativo.

No ano de 2011, o STF pronunciou-se, com procedência unânime, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.277/DF e da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132/RJ, que buscava o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar.⁴ Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) expediu Resolução nº 175/2013, obrigando os cartórios de todo país a realizarem a união entre casais do mesmo sexo, proibindo a recusa pelas autoridades competentes à habilitação ou celebração do casamento civil, ou a conversão da união estável em casamento.⁵

Por outro lado, embora a judicialização da questão da união homoafetiva pareça revelar à sociedade um posicionamento liberal do STF, em contrapartida, é possível perceber uma movimentação contrária, em especial dos partidos conservadores do Congresso Nacional, em

³ A expressão “judicialização da política” apresenta algumas controvérsias por parte da literatura especializada no tema, o que será abordado no capítulo teórico. No Brasil, entre outros, Koerner e Maciel (2002) afirmam que a utilização do termo se mostra como um atalho aparentemente simples para formulação de questões polêmicas que envolvam o Judiciário e políticas públicas no Brasil.

⁴ A ADPF nº 132 do Estado do Rio de Janeiro, julgada em par com a ADI nº 4.277/DF, foi proposta perante o STF pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, com fundamento na interpretação dada às normas previstas no Decreto-Lei nº 220/1975 (Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado do Rio de Janeiro), por autoridades administrativas e judiciais, que negavam aos servidores com união estável homoafetiva os mesmos direitos pacificamente reconhecidos aos casais heterossexuais (BRASIL, 2011).

⁵ A Resolução nº 175/2013 do CNJ teve como base as decisões na ADI nº 4.277 e na ADPF nº 132, as quais produziram efeito vinculante à administração pública e aos demais órgãos do Poder Judiciário. Dessa forma, diante da competência dada ao Conselho, prevista no artigo 103-B da Constituição Federal (BRASIL, 1998), foi vedado às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo, implicando a imediata comunicação ao juiz corregedor em caso de descumprimento da resolução para tomar as providências cabíveis (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2013).

clara oposição ao reconhecimento dos direitos da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT). Em 2013, após a decisão do STF e a expedição da Resolução pelo CNJ, foi proposto na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) nº 6.583/2013, de autoria do Deputado Anderson Ferreira (PR-RJ), denominado “Estatuto da Família”. De acordo com a proposta legislativa, define-se entidade familiar como “núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio do casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

Considerando o teor do PL nº 6.583/13, observa-se que o texto confronta o entendimento dos ministros do STF na ADI nº4.277/DF e na ADPF nº132/RJ. Além disso, em enquete realizada pela Câmara dos Deputados, em meio virtual, aberta em fevereiro de 2014 e em encerrada agosto de 2015, 4,9 milhões dos votos (48,09%) foram favoráveis à proposta legislativa (PIMENTEL, 2017). Assim, revela-se também, por parte da população votante considerada, certa contrariedade ao reconhecimento de direitos aos casais homoafetivos.

Nesse sentido, alguns estudos, principalmente da literatura norte-americana, chamam de “efeito *backlash*” a reação social e/ou institucional às decisões judiciais envolvendo direitos civis, políticos, sociais e culturais. O termo surgiu na década de 1960 na arena política estadunidense (STERN, 1965), a partir de reações às decisões da Suprema Corte, como nos casos *Brown v. Board of Education* (1954), *Roe v. Wade* (1973) e mais recentemente, em *Goodridge v. Department of Public Health* (2003).⁶ Em todos esses momentos, após a apreciação e deliberação da Corte a respeito do tema (segregação racial, interrupção da gravidez, etc.), em vários estados foram aprovadas leis que contrariam frontalmente a decisão do órgão judicial colegiado.

Observa-se, em rasa análise, que semelhante ao caso norte-americano, o reconhecimento de direitos homoafetivos no Brasil apresenta duas questões em choque. De um lado, a iminente necessidade da judicialização do tema, obtendo, como resultado, uma decisão do STF que

⁶ O caso *Goodridge v. Department of Public Health* (2003) refere-se à decisão da Suprema Corte norte-americana de Massachusetts que vedou a discriminação entre casais heterossexuais e homossexuais, a fim de equiparar mesmas proteções e benefícios (licenças de casamento) (SIEGEL, 2017). Diante do julgamento, houve reação social e institucional, seguida da aprovação de leis nos estados norte-americanos negando direitos aos casais homoafetivos.

(embora ainda inexistente previsão legal específica) garantiu direitos aos casais de pessoas do mesmo sexo. Por outro lado, um movimento contrário, encampado pelos partidos conservadores atuantes no Congresso Nacional, atuando para que, na arena política legislativa, seja aprovada lei em sentido contrário aos direitos LGBT.

Com isso, partindo-se da literatura que entende a expansão do Poder Judiciário como um fenômeno ocorrente e necessário aos países democráticos; a intervenção judicial em questões políticas como retirada de temas das instituições representativas para entregá-los às judiciais; e dos estudos norte-americanos que colocam o *backlash* como a reação institucional a uma decisão judicial paradigmática, surgiu o seguinte problema de pesquisa: é possível considerar que, no caso brasileiro, a judicialização da questão homoafetiva pelo STF, nas ADI nº 4.277/DF e ADPF nº 132/RJ, deu causa ao *backlash* legislativo no período posterior a 2011? O presente trabalho, extraído da dissertação de mestrado do autor, teve como afirmativa a hipótese, no sentido de que, no Brasil, a judicialização da questão homoafetiva deu causa ao *backlash* legislativo posterior a 2011.

A partir dos estudos a respeito do tema na área e da clássica concepção da tripartição dos poderes, de Montesquieu, é possível perceber que a iniciativa de políticas que visem mudanças sociais profundas, como é o caso do reconhecimento de direitos aos casais homoafetivos, apesar de presentes na agenda do Executivo, sofrem resistência de setores representados por partidos conservadores no Congresso Nacional. Tal dinâmica, contudo, parece invertida quando se apresentam os ministros do STF como agentes ativos e protetivos de grupos minoritários, por meio da judicialização de temas políticos e sociais, e deputados federais e senadores, membros representativos e constitucionalmente legitimados, inoperantes e, até mesmo, resistentes a mudanças necessárias.

Para realização do presente trabalho, extraído da dissertação do autor, a metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. A revisão da literatura propôs, em um primeiro momento, a analisar a expansão global do Poder Judiciário na obra de Tate e Vallinder (1995), observando as razões para ocorrência do fenômeno e de que modo a judicialização de temas políticos passou a ser debatido nos âmbitos internacional e nacional. Em sequência, a técnica de pesquisa bibliográfica foi aprofundada com modelos de análise a respeito da judicialização da política e a perspectiva dos autores nacionais clássicos (VIANNA

et al., 1997; ARANTES, 1997; CITADINO, 2004) e contemporâneos (DA ROS; TAYLOR, 2008; KORNER; MACIEL, 2002; ENGELMANN, 2017).

Quanto à pesquisa exploratória, foram buscadas as fontes de dados junto aos sites do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, com acesso aos documentos referentes ao trâmite, votos e julgamento das ações constitucionais ADI nº4.277/DF e ADPF nº132/RJ e da Resolução nº175/2013 do CNJ, referentes ao reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar. No mesmo sentido, foram analisadas as proposituras legislativas contrárias à decisão da Corte pelo material disponível no site da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, entre os anos de 2011 a 2018, como projetos de lei e de emenda constitucional no âmbito do Legislativo Federal.

Quanto à abordagem qualitativa, foi realizada uma análise descritiva dos argumentos utilizados pelos ministros do STF no julgamento das ações constitucionais, bem como da justificativa dos parlamentares nos projetos contrários à pauta LGBT, como o PL nº 6.583/2013. Assim, foi possível analisar, de um lado, a fundamentação que embasou a decisão de reconhecimento de direitos homoafetivos e, de outro, o movimento contrário, por meio de proposições legislativas, pelos deputados e senadores no Congresso Nacional, em oposição à decisão do órgão máximo da estrutura do Judiciário.

O objetivo geral do trabalho foi analisar se, no caso brasileiro, semelhante ao que descreve a literatura norte-americana, a decisão judicial de reconhecimento de direitos aos casais homoafetivos deu causa ao *backlash* legislativo pelos partidos conservadores do Congresso Nacional. A presente pesquisa dividiu seus objetivos específicos em três capítulos, sendo o primeiro, o marco teórico-conceitual, que abordou o debate da judicialização da política e do chamado efeito *backlash* nas literaturas internacional e nacional. Pretendeu-se, assim, observar como foram tratados os temas da expansão global do Poder Judiciário nas questões políticas e os modelos de análise adotados, bem como do *backlash* como reação social e institucional frente a decisões judiciais de grande relevância social e política.

O segundo capítulo realizou um recorte do fenômeno da judicialização no que se refere à decisão do STF que reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, mediante uma abordagem descritivo-analítica do julgamento. Assim, foram examinados os argumentos jurídicos e políticos invocados pelos membros do STF, bem como a fundamentação descrita

nos votos. No terceiro e último capítulo, foram analisadas as reações e os movimentos contrários à pauta LGBT, de modo a observar sua caracterização (ou não) como efeito *backlash* à decisão do STF, no período de 2011 a 2018. Ao fim, a pesquisa descreveu a tensão existente entre os Poderes Judiciário e Legislativo, propondo uma reflexão, ao caso específico dos direitos LGBT, no cenário político brasileiro. Tendo em vista a dimensão (reduzida) do presente trabalho, os capítulos acima não serão apresentados de forma integral, tendo enfoque apenas o último.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO LGBT AO RECONHECIMENTO JUDICIAL DAS UNIÕES HOMOAFETIVAS (1988-2011)

A judicialização da questão homoafetiva, por meio da decisão proferida pelo STF nas ADI nº 4.277 e ADPF nº 132, reconhecendo às uniões entre pessoas do mesmo sexo, representou um avanço para comunidade LGBT. A última instância do Poder Judiciário, ao deliberar sobre o tema e expandir o entendimento do julgado aos demais órgãos administrativos e judiciais, pretendeu pôr fim aos inúmeros processos e decisões controvertidas no país, com o fim de garantir direitos mínimos aos casais homoafetivos. Apesar da importância e da conquista pelo julgamento de 2011, constata-se que a tensão entre esses movimentos sociais, de um lado, e a resistência a aprovação de medidas envolvendo gênero e orientação sexual, de outro, não é uma questão surgida na última década.

Um dos primeiros debates ocorridos foi sobre criminalização da homossexualidade, em finais de década de 1930. De acordo com Coacci (2014, p. 23), o debate ganhou concretude com a proposta de inserção no Código Penal de 1940, organizado por Alcântara Machado, do tipo penal “homossexualidade”, em que os atos libidinosos entre indivíduos do sexo masculino seriam reprimidos quando causassem escândalo público e punidos com pena de detenção de até um ano. Em virtude dessa proposta, entre os anos de 1950 e 1960 surgiram os primeiros grupos e coletivos homossexuais no Brasil, embora seja consenso da literatura na área de estudos LGBT que somente ao final da década de 1970, de fato, surgiu o que se poderia chamar de Movimento Homossexual (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

No que se refere ao surgimento do movimento LGBT no Brasil, Facchini (2005) constrói as chamadas de três “ondas” sucessivas. A primeira seria a do surgimento do movimento no final da ditadura militar, marcada pela informalidade e desconfiança em relação ao Estado. Para autora, a segunda onda estaria caracterizada pelo arrefecimento do movimento incipiente em razão da epidemia do vírus HIV/AIDS e da luta pelo reconhecimento da diversidade sexual na Constituinte em 1988. Ao fim, na terceira e última onda, o movimento obteve a institucionalização e profissionalização por meio da construção de alianças com o Estado e da formulação de um discurso reivindicatório marcado pelo pragmatismo e pela linguagem dos direitos.

O debate da questão de direitos LGBT, assim, passou a ser necessário. Na pesquisa de Coacci (2014, p. 33), onde foram analisados os discursos judiciais sobre a homossexualidade no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no STF, entre os anos de 1989 a 2012, constou-se que os direitos com temática LGBT estiveram em um total de 38 acórdãos, sendo 32 oriundos do primeiro e 06 do último tribunal. Da análise, também afirma o autor que, embora os acórdãos tenham, em média, 20 páginas, um exemplar fora do padrão é o do julgamento da ADPF nº 132 e ADI nº 4.277, possuindo um total de 270 páginas. Dessa forma, o tema revela, em específico, a importância política da questão dos direitos homossexuais levado ao Judiciário (OLIVEIRA, 2013).

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até o momento do julgamento da ADI/ADPF, em 2011, o contexto brasileiro sofreu modificações de cunho social, político e jurídico. Com a emergência das democracias e, principalmente, em âmbito internacional, na II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993, houve uma nova agenda inclusiva e relativa aos Direitos Humanos a se estabelecer. O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) passou a incorporar o discurso de direitos humanos como discurso oficial de Estado (BALLESTRIN, 2008), o que gerou a implementação de algumas medidas, como a instalação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), em 1995, e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH), em 1996, vinculadas ao Ministério da Justiça, configurando o Sistema Nacional de Proteção aos Direitos Humanos.

O discurso dos direitos humanos, de acordo com Ballestrin (2008), serviu de estratégia, diante da comunidade internacional, para admissão do Brasil em determinados blocos

econômicos e alianças interestatais. Embora presente o interesse econômico do governo tucano, na década de 1990, essa movimentação deu abertura aos grupos que militavam “silenciosamente” por direitos homoafetivos, o que Facchini (2005) afirma como um “reflorescimento do movimento”. Engajados os militantes em políticas de conscientização e prevenção do HIV/AIDS e nos novos formatos de Organizações Não-Governamentais (ONGs), foi nos anos de 1990 a fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (ABGLT), em um processo de adoção de políticas internacionais e nacionais e de vários movimentos sociais engajados na causa, o que resultou, em 1997, na primeira Parada do Orgulho LGBT, na cidade de Belo Horizonte/MG.

Os debates e as iniciativas legais e jurídicas em curso em nome da “cidadania LGBT”, para Simões e Facchini (2009, p. 24), são ilustrativos e emblemáticos do processo de transformações que o Brasil vive no âmbito dos cruzamentos entre sexualidade e política. Coacci (2014) destaca que sempre houve, de alguma forma, militância e campanhas em prol de garantia de direitos ao movimento LGBT, como exemplo do Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, grupo que se articulou com partidos políticos e organizações para alteração do termo “opção sexual” para “orientação sexual” na Assembleia Nacional Constituinte, em 1988. Apesar do grupo de pressão para que fosse incluída no artigo 3º, IV, a proibição de discriminação por orientação sexual, não houve êxito da proposição.

No livro de Simões e Facchini (2009, p. 161-169), há uma cronologia de 1978 a 2007 dando conta de todos os avanços obtidos pelo movimento LGBT “na trilha do arco-íris”. Pelos dados obtidos, pode-se perceber que, a partir de 2001 há alguns indícios de maior concretização de direitos na esfera política, como a sanção pelo Governo no Estado de São Paulo da Lei Estadual nº 10.948, punindo a discriminação por orientação sexual naquele estado. No mesmo ano, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, pela Lei Estadual nº 3.406, estabeleceu também penalidades aos estabelecimentos daquele estado que discriminassem pessoas em razão da orientação sexual.

Com a criação de novas institucionalidades pelo governo Lula (2003-2010) favoreceram as questões relacionadas aos direitos LGBT. Em decorrência do programa Brasil sem Homofobia, entre os anos de 2005 e 2006 foram criados mais de 40 centros de referência pelas capitais e grandes centros no país. Em 2009, houve a criação da Coordenação Geral de

Promoção de LGBT e, em 2010, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação dos Direitos de LGBT (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

No âmbito do Legislativo Federal, de acordo com Oliveira (2013), entre os anos de 2003 a 2010, surgiram 45 propostas legislativas visando regulamentar direitos da população LGBT. Contudo, apesar do volume, a autora afirma que não havia, em nenhuma delas, uma possibilidade concreta de garantia de direitos aos homossexuais. Esse argumento reforçava, cada vez mais, a ideia e a necessidade da apreciação judicial do tema.

Nessa linha, sob a ótica do Poder Judiciário, Coacci (2014) constatou que, pela análise do tema no STF e STJ, entre os anos de 1989 a 2012, nos dois tribunais a primeira ação envolvendo o tema homoafetivo data do ano de 1998, sendo entre 2004 a 2009, uma média de duas ações por ano sobre a temática, com exceção de 2007, onde não foram encontrados processos. A partir de 2010, houve um ápice dos julgamentos, encontrando, em 2011, um total de 13 ações, ano em que foi julgada a ADI nº 4.277/DF e a ADPF nº 132/RJ. Assim, embora sem êxito em estabelecer uma correlação, o autor afirma que o aumento das ações junto aos tribunais superiores coincide com a ascensão dos partidos de esquerda ao poder nacional.

Outro fato importante para presente pesquisa e que aponta na ampliação do debate da questão homoafetiva, após a ascensão ao poder pelos partidos de esquerda no Brasil, é de que as ações (ADI nº 4.277/DF e ADPF nº132/RJ) que resultaram no reconhecimento jurídico da união homoafetiva, não foram propostas por grupos ou associações engajadas na mobilização e no reconhecimento de direitos LGTB. Embora tenham esses grupos atuado de forma indireta, como afirma Cardinali (2017), como na atuação na qualidade de *amici curiae*, a ADPF foi proposta à época pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro/RJ e a ADI pela Vice-Procuradora-Geral da República em exercício. Na pesquisa de Coacci (2014), o autor também destaca que as conquistas obtidas pelo movimento LGBT, por meio das ações no STF, não se deram por uma ação direta dos movimentos sociais, embora se tenha ciência do engajamento da comunidade na causa homoafetiva.⁷

⁷ Nesse ponto, cabe destacar (ainda em tempo) em relação aos modelos de análise da judicialização e intervenção judicial em questões políticas, a justificativa da presente pesquisa da não adoção da perspectiva de análise da mobilização do direito (*legal mobilization*), situada predominantemente no escopo da sociologia do direito e do movimento *law & society*. Primeiramente, no recorte à questão homoafetiva, as ações constitucionais (ADI nº 4.277 e ADPF nº132) não foram propostas diretamente por atores sociais ou grupos de interesse engajados na comunidade LGBT. Dessa forma, a judicialização do tema político chegou ao STF por meio do Governador do

REAÇÕES LEGISLATIVAS NO CONGRESSO NACIONAL APÓS A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO HOMOAFETIVA (2011-2018)

Diante do contexto social e político apresentado na seção acima, percebe-se que houve, de fato, uma ampliação do debate e das abordagens de questões relacionadas ao movimento LGBT no período de 1988 a 2011. Embora o avanço das temáticas e das políticas públicas que o governo federal empreendeu em diversas épocas, a questão do reconhecimento de direitos homoafetivos sofreu resistência, em especial no Congresso Nacional. Da mesma forma que houve um engajamento da militância em prol de direitos, surgiram novos setores conservadores resistindo às mudanças propostas nas questões relacionadas a gênero, sexualidade e orientação sexual.

Com a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), em 2003, e com a XI Conferência Nacional para atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em 2008, durante o governo Lula houve um ressurgimento de reações conservadoras. De acordo com Ciconello (2011, p. 96-97), um dos exemplos foi a organização Tradição, Família e Propriedade (TFP), agindo em conjunto a uma superexposição de posicionamentos ultraconservadores nos meios de comunicação, como “o do jurista Ives Granda Martins para quem o PNDH III seria um decreto preparatório para um regime ditatorial”. Para o autor, essas forças – simbolicamente articuladas à época da ditadura pelo lema do TFP – adquiriram uma nova roupagem, articulando-se sob um discurso neoliberal conservador.

Estado do Rio de Janeiro e da Procuradora-geral da República. O controle de constitucionalidade no Brasil permite que entidades e associações proponham ações constitucionais perante o Supremo de questões com pertinência temática. Além disso, de acordo com Engelmann (2017, p. 23-24), essa abordagem da mobilização política do espaço judicial tem como foco os movimentos e grupos de interesse, estudando as relações entre a esfera jurídica e a política. Os estudos, que crescem na literatura da Ciência Política, têm origem em Epp (1998), autor de “*The Rights Revolution: lawyers, activists, and supreme courts in comparative perspective*”, e parte do argumento de que o Poder Judiciário adquire capacidade de intervenção em questões proeminentes, desde que esteja inserido em uma sociedade dotada de *support structure*, ou seja, de associações civis bem organizadas, ideologicamente definidas e com assessoria jurídica estruturada. Dessa forma, diversamente do que ocorreu no caso da questão homoafetiva – embora se possa constatar a atuação indireta dos movimentos LGBT, inclusive na condição de *amicus curiae* - essa perspectiva de análise não se presta à pesquisa, uma vez que enfatiza a mobilização das instituições judiciais por indução de demandantes individuais e coletivos, transformando o Judiciário em um mediador político (ENGELMANN, 2017).

Com as eleições presidenciais do ano de 2010, o tema relacionado aos direitos homossexuais permeou o debate dos presidencialistas, não diretamente, mas veiculado por meio de questões como aborto e liberdade religiosa. Como afirma Ciconello (2011, p. 98), com base no Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), nas eleições de 2010 a bancada evangélica passou de 36 para 73 parlamentares, sendo desses 36, 34 já estariam no segundo mandato consecutivo. Dessa forma, o enfrentamento da temática LGBT pelos poderes Executivo e Legislativo tornou-se necessária, embora apresentasse forte resistência desses setores que colocavam a religião como argumento principal em oposição aos direitos LGBT.

No ano de 2011, como destaca Coacci (2014), o governo Dilma deu seguimento aos programas relacionados à temática LGBT, como a realização das etapas municipal, estadual e federal da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, a criação da Comissão Nacional de Diversidade Sexual (ainda por engajamento da Ordem dos Advogados do Brasil, encampado pela Desembargadora aposentada Maria Berenice Dias). Oliveira (2013) afirma que nesse mesmo ano, um total de 34 novas proposições legislativas envolvendo a garantia de direitos LGBT foram propostas no Congresso Nacional. Contudo, das proposições apresentados, poucas possuíam previsão de aprovação.

Nesse sentido, as políticas do governo Dilma (2011-2016), no primeiro mandato, passaram a enfrentar resistência dos setores mais conservadores e religiosos para implementação e continuidade dos programas envolvendo direitos LGBT. De acordo com Coacci (2014), como parte do programa Brasil Sem Homofobia, em 2011, houve a produção de material, a ser distribuído nas escolas federais, para incentivar o combate ao preconceito e promoção da diversidade. Contudo, os Deputados federais Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Marco Feliciano (PR-SP) e o Senador Magno Malta (PR-ES) passaram anunciar nos meios de comunicação sobre a distribuição de um “*kit gay*”, fazendo com que a bancada evangélica declarasse a abstenção de votações de todo e qualquer projeto da Câmara até que o governo recolhesse todos os vídeos e materiais.

Destaca-se que à época da veiculação e disseminação pelos parlamentares das bancadas conservadoras a respeito do “*kit gay*” - que resultaram na não distribuição dos documentos pelo governo Federal -, o STF já havia proferido decisão na ADI nº 4.277/ADPF nº 132. Para Mello et al. (2012), o fortalecimento da campanha de combate ao material de conscientização nas

escolas pode ser encarada como uma reação dos setores mais radicais à decisão que equiparou a união estável homoafetiva à união heteroafetiva. Para Ciconello (2011), por outro lado, essa Igreja Católica que existe atualmente, representada por esses partidos, não é a mesma dos anos de 1970 e 1980, uma vez que

a guinada conservadora da Igreja vem produzindo efeitos devastadores para o avanço de direitos ao bloquear as demandas de movimentos sociais e associações de defesa de direitos no país, como o movimento feminista, de DST/Aids e LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) (CICONELLO, 2011, p. 97-98).

Dessa forma, mesmo diante do avanço de políticas do Executivo e de decisões judiciais favoráveis à questão em diversos estados, as demandas na arena legislativa federal sofreram intensa resistência de setores conservadores ligados a religiões cristãs, principalmente por meio da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). A bancada religiosa apresentou, de acordo com Cardinali (2017, p. 44), um discurso marcado pela defesa de uma concepção de família “exclusivamente heterossexual-monogâmica (‘tradicional’) e pela oposição à repressão de discursos e práticas discriminatórios, com fundamento na liberdade de expressão”. Com isso, de acordo com o autor, o Legislativo tornou-se um espaço pouco ou nada propício à promoção da agenda de direitos homoafetivos, motivo pelo qual, o movimento LGBT passou a apostar na judicialização como estratégia política.

A pesquisa, por meio da coleta de dados e da revisão bibliográfica, constatou a existência de uma reação legislativa ocorrida, quase imediatamente, posterior à decisão do STF na ADI nº 4.277/DF e na ADPF nº 132/RJ: o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 224/2011, de autoria do Deputado João Campos (PSDB/GO), que à época era da Frente Parlamentar Evangélica.⁸ A proposição pretendia sustar os efeitos da decisão do Supremo, uma vez que o Judiciário teria extrapolado sua competência e invadido as atribuições do Congresso Nacional. De acordo com Cardinali (2017), os argumentos apresentados no PDC eram de ordem exclusivamente formal e alegavam que o STF teria promovido verdadeira alteração do texto constitucional sob o pretexto de interpretá-lo.

⁸ O Projeto de Decreto Legislativo nº 224/2011 prevê em seu art. 1º que fica sustada a decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, que reconhece a estabilidade da união homoafetiva, anulando-se todos os atos dela decorrentes (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

O PDC nº 224/2011, com fundamento na competência do Congresso Nacional, prevista nos incisos V e XI, do art. 49, da Constituição Federal, além da sustação dos efeitos da decisão do STF, objetivou a anulação de todos os atos dela decorrente. Na justificativa do projeto consta que o Supremo, ao conceder direitos aos casais homossexuais, ultrapassou os limites da interpretação da Constituição, criando uma nova lei, o que é vedado pela norma constitucional. Ainda, o autor do projeto, Deputado João Campos (PSDB-GO), destacou que

convencidos dos argumentos aqui esposados, deputados que integram FPE - Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, em reunião, na terça-feira passada, deliberaram por apresentar o presente Projeto de Decreto Legislativo, no zelo da competência do Legislativo e também com caráter preventivo em relação a outras decisões que o STF poderá prolarar no futuro eivadas de ilimitado ativismo que configure a invasão de competência do legislativo. À luz de todo exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovar o presente Projeto de Decreto Legislativo, com o objetivo de sustar a decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, que reconheceu a estabilidade da união homoafetiva, anulando-se todos os atos dela decorrentes (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011).

Coacci (2014) destaca que o PDC nº224/2011 foi proposto no mesmo dia em que houve o veto presidencial do denominado “*kit gay*” e cancelada a distribuição do material no país. A proposição é, de fato, reativa à decisão do STF, embora na fundamentação sustente a invasão de atribuições pelo Supremo, sem questionar o mérito do julgamento. De acordo com site da Câmara, o projeto foi devolvido ao autor, Deputado João Campos (PSDB-GO), e arquivado em razão de versar sobre matéria evidentemente inconstitucional, nos termos do Regimento Interno da Câmara (RIDC):

No ano seguinte, em 2012, de acordo com Mello et al. (2012), ocorreu novamente um veto presidencial a materiais didáticos. Dessa vez, os documentos informativos versavam sobre prevenção ao HIV/AIDS e era voltado para jovens homossexuais de 18 a 24 anos. Em razão da justificativa dada pelo Ministério da Saúde, tudo levou a crer que o posicionamento tenha sido ocasionado por pressão de grupos e bancadas religiosas do Congresso Nacional (MELLO et al., 2012).

Em 2013, nesse contexto posterior à decisão do STF e à expedição da Resolução pelo CNJ, que reconheceu e deu tratamento paritário das uniões homoafetivas no Brasil, foi proposto na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.583/2013, de autoria do deputado Anderson

Ferreira (PR-RJ), denominado “Estatuto da Família”.⁹ De acordo com a proposta legislativa, define-se entidade familiar como “núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio do casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

A justificativa apresentada no PL nº 6.583/2013 prevê um estatuto sobre questões centrais envolvendo uma família, sendo essa entidade familiar àquela composta pela união entre o homem e a mulher. O teor da proposta legislativa, pelo que se vê, confronta claramente o entendimento dos ministros do STF na ADI nº 4.277/ADPF nº 132. Além disso, um dado preocupante é o apoio social dado em enquete realizada pela Câmara dos Deputados, em meio virtual, aberta em fevereiro de 2014 e em encerrada agosto de 2015, onde 4,9 milhões dos votos (48,09%) foram favoráveis ao PL (PIMENTEL, 2017).

De acordo com Cardinali (2017, p. 217), o PL nº 6.583/2013 tem por objetivo não só desconstituir da decisão do STF e a posterior resolução do CNJ, como também caracterizar apenas a união entre um homem e uma mulher como família, visando garantir “a firme atuação do Estado na defesa deste modelo tradicional de família, heteronormativo e patriarcal”. Além disso, o projeto prevê a inclusão de uma nova disciplina obrigatória no currículo do ensino fundamental e médio como a denominação “Educação para a família”, criando a obrigação do “Dia Nacional da Valorização da Família”, a ser celebrado em todas as escolas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013). Contudo, nessa parte, Cardinali (2017) afirma que o projeto se confronta com a justificativa dos próprios parlamentares evangélicos, os quais criticam, de forma feroz, as medidas de combate à homofobia no ambiente escolar.

Destaca-se, ainda, que a Comissão Especial criada para debater a proposta legislativa é formada em maior parte por integrantes da FPE, sendo que as audiências públicas realizadas até o momento restaram marcadas pela proliferação de falas e atores religiosos (CARDINALI, 2017). Dessa forma, o projeto de “Estatuto da Família” é uma clara desautorização da interpretação constitucional feita pelo STF nas ações de controle de constitucionalidade. Além

⁹ De acordo com PL nº 6.583/2013, o artigo 1º prevê o Estatuto da Família e dispõe sobre os direitos da família, e as diretrizes das políticas públicas voltadas para valorização e apoio à entidade familiar, caracterizando no artigo 2º entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

da tensão gerada, em um primeiro momento, com o PDC nº 224/2011, tais setores conservadores insistem em reverter o reconhecimento judicial da questão.

Em 2016, pelos dados obtidos no site da Câmara dos Deputados, verificou-se a existência do Projeto de Decreto Legislativo nº 539/2016, o qual objetiva sustar os efeitos da Resolução nº 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), autorizando práticas de patologização ou de ação coercitiva de comportamentos homossexuais. O PDC intitulado de “cura gay”, proposto pelo Deputado Pastor Eurico (PHS-CE), tem cunho evidentemente religioso e demagógico, mas se fundamenta (a semelhança do PDC nº 224/2011) na usurpação de competência do Congresso Nacional.

Também do ano de 2016 é o PL nº 4.754, apresentado pelo Deputado e tesoureiro da FPE, Demóstenes Cavalcante (DEM-RJ), à época do PSD/RJ, e integrante da Comissão Especial que analisa o “Estatuto da Família”. A proposta tem como objetivo acrescentar ao artigo 39 da Lei nº 1.079/1950 (Lei do Impeachment), que prevê as hipóteses de crimes de responsabilidade pelos ministros do STF, uma sexta hipótese: “usurpar competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo”. De acordo com Cardinali (2017), no parecer, o Relator Marcos Rogério (DEM/RO) faz uma extensa análise dos fenômenos da judicialização da política e do ativismo judicial, descrevendo a ocupação dos espaços decisórios (dos outros poderes) pelo STF.

O PL nº 4.754, assim como os anteriores a 2016, demonstram a tensão existente entre os Poderes Legislativo e Judiciário no que toca à judicialização de temas políticos e sociais relevantes. Quando um tema de difícil enfrentamento chega ao STF e obtém uma resposta (seja positiva, seja negativa), os parlamentares, de alguma, tendem a se utilizar de proposições para, no mínimo, manifestar o descontentamento e a oposição diante dessa “derrota” institucional. Na justificativa do projeto de lei, o Deputado relator Marcos Rogério (DEM/RO) condena as práticas de “jurisprudência criativa” e “decisionismo judicial” do Supremo, ressaltando em suas razões que

Como dado coletado pela presente pesquisa, no período que sucede à decisão do STF na ADI nº 4.277/ADPF nº 132, a partir de 05 de maio de 2011, por meio da pesquisa avançada por assunto, pela palavra “união homossexual”, foram encontrados nove (09) resultados pelo site da Câmara dos Deputados, dos quais (04) quatro são proposições que questionam o

reconhecimento de direitos aos casais homoafetivos. Além do PDC nº224/2011, foram encontradas três propostas de convocação de plebiscito: duas sobre o reconhecimento legal da união homossexual como entidade familiar (PDC nº 495/2011 e PDC nº 521/2011) e uma sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo (PDC nº 232/2011).

Da mesma forma, pelo site do Senado Federal, foi realizada pesquisa avançada/textual, pelo termo “união homossexual”, no período posterior a 05/05/2011. Diferentemente do site da Câmara, no Senado foi encontrada apenas uma proposição legislativa. Contudo, o resultado encontrado (PLS nº 612/2011) não combate o reconhecimento da união homoafetiva; pelo contrário, propõe alteração legislativa para o reconhecimento legal como entidade familiar e os direitos a ela inerentes.

Dessa forma, procurou-se apresentar, como movimentos contrários, as principais proposituras legislativas e as formas de resistência oferecidas pela bancada conservadora, em geral da FPE, com maior destaque no cenário nacional e pela literatura na área. Como afirma Cardinalli (2017, p. 207), dos idos de 1986, os primeiros parlamentares eleitos e expressamente identificados com o ideal do “neopentecostalismo” iniciaram essa intransigente oposição às propostas de avanço na pauta moral na nova Constituição. Dentre elas, em 1988, o engajamento em deixar de fora do artigo 3º a vedação da discriminação em razão de orientação sexual.

Como passar do tempo, a FPE cresceu e adquiriu novos adeptos e partidos coligados, ancorados na concepção religiosa e pragmática de família. Em 2013, a nomeação do Deputado Marco Feliciano (PSC-SP) para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados parece, para Cardinali (2017), um bom exemplo do apoio social e dos partidos conservadores no Congresso Nacional a essa política. Não seria diferente, portanto, a maciça reação e a resistência legislativa à garantia de direitos à comunidade LGBT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela revisão da literatura e análise de dados, do ano de 1988 até o momento do julgamento da ADI/ADPF, em 2011, o contexto brasileiro sofreu modificações de cunho social, político e jurídico, principalmente após a nova agenda inclusiva e relativa aos Direitos Humanos em 1993. Em termos de políticas LGBT, de um lado, houve no período a ascensão de partidos de esquerda ao Governo Federal e o engajamento em programas de inclusão e proposições

legislativas que objetivam o reconhecimento aos direitos homoafetivos (PEC nº 70/2003, PL nº 2.383/2003, PL nº 6.297/2005, PL nº 2.285/2007, PL nº 674/2007, PL nº 4.912/2009 e o Projeto de Lei Complementar 122/2006). De outra banda, contudo, os projetos que tramitavam no Congresso Nacional, já sofriam resistência, uma vez que desde 1995, o tema era discutido pelos parlamentares sem chegarem a um consenso para a aprovação de qualquer regulamentação.

Com as eleições do ano de 2010, o debate dos presidencialistas foi permeado pelas questões atinentes aos direitos homossexuais, embora não diretamente, mas por meio de questões como aborto e liberdade religiosa. Dessa forma, o enfrentamento da temática LGBT pelos poderes Executivo e Legislativo era necessário, embora apresentasse forte resistência desses setores que colocavam a religião como argumento principal em oposição aos direitos LGBT. Por outro lado, nessa época, o STF já se preparava para o julgamento das ações constitucionais, propostas entre 2008 e 2009.

O presente trabalho, extraído da pesquisa de mestrado, durante o aprofundamento no tema, constatou que após a decisão do STF na ADI nº 4.277/ADPF nº 132, a primeira e imediata reação legislativa foi o PDC nº 224/2011, de autoria do Deputado João Campos (PSDB-GO). A proposição pretendia sustar os efeitos da decisão do Supremo, uma vez que o Judiciário, na visão do autor, teria extrapolado competências e invadido atribuições privativas do Congresso Nacional. Esse projeto representa, se não o principal, um importante *backlash* ao julgamento do Supremo, uma vez se quer toca ao mérito do julgado (reconhecimento da união homoafetiva), mas a (usurpação de) competência do órgão judicial.

Ainda, como dado coletado pela presente pesquisa, no período que sucede à decisão do STF, a partir de 05 de maio de 2011, por meio da pesquisa por assunto (“união homossexual”), encontrou-se nove resultados pelo site da Câmara dos Deputados, dos quais (04) quatro são proposições que questionam o reconhecimento de direitos aos casais homoafetivos. Incluído nessa contagem o PDC nº 224/2011, as propostas tratam da convocação de plebiscito (duas sobre o reconhecimento legal da união homossexual como entidade familiar - PDC nº 495/2011 e PDC nº 521/2011 - e uma sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo - PDC nº 232/2011). Dessa forma, percebeu-se que, embora o Supremo tenha pacificado a questão, os parlamentares ainda pretendiam por o tema em debate à população.

Em 2013, outra importante reação legislativa foi Projeto de Lei nº 6.583/2013, de autoria do deputado Anderson Ferreira (PR-RJ), denominado “Estatuto da Família”. A proposta legislativa, como já mencionado na pesquisa, busca definir entidade familiar como núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher. O projeto releva-se também como *backlash* à decisão do STF, uma vez que confronta diretamente o entendimento dos Ministros em dar *status* de entidade familiar à união homoafetiva.

Nesse ponto, cabe destacar que em 2017 (e diante do PL nº 6.583), a Ordem dos Advogados do Brasil apresentou à Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado Federal anteprojeto de lei para instituir o “Estatuto da Diversidade Sexual e Gênero”. A Presidente da Comissão, a Desembargadora aposentada Maria Berenice Dias, pretende com o projeto, que denomina de “Estatuto das Famílias”, alterar inúmeros dispositivos infraconstitucionais brasileiros. Dessa forma, o projeto (PLS nº 134/2018) vem, a exemplo da Resolução nº 175/2013 do CNJ, como “reforço” a decisão de STF e ao *backlash* legislativo subsequente.

O pressuposto da pesquisa, assim, de que a judicialização da questão homoafetiva pelo STF, na ADI nº 4.277/DF e na ADPF nº 132/RJ, deu causa ao *backlash* legislativo, ocorrido após a decisão de 2011, demonstrou-se parcialmente válido. De um lado, pela análise dos estudos da área e dos dados obtidos após o julgamento das ações constitucionais, constatou-se a judicialização deu causa ao *backlash* por parte da bancada conservadora-religiosa, em especial da Frente Parlamentar Evangélica, na Câmara dos Deputados, no sentido de reverter, contestar ou propor uma redução de direitos LGBT. A reação dos parlamentares ocorreu tanto no ataque aos casais homoafetivos e ao desvirtuamento do ideal de família, quanto pela crítica ao ativismo e apropriação indevida de atribuições pelo Poder Judiciário.

Por outro lado, tem-se que o pressuposto não restou totalmente procedente, pois a causa do *backlash* legislativo, de acordo com a revisão bibliográfica e análise histórica das questões relacionadas ao movimento LGBT, demonstrou que a resistência dos legisladores existe, pelo menos, desde a promulgação da Constituição Federal (1988). No que se refere aos direitos homoafetivos, antes do aprofundamento no tema, como já destacado, acreditava-se que as proposições legislativas reacionárias ocorreram de fato após o ano de 2011. Contudo, ao avançar da dissertação, percebeu-se que a decisão do STF apenas potencializou a reação dos

parlamentares e o enfrentamento (já existente) no cenário político brasileiro entre os Poderes Legislativo e Judiciário.

Percebe-se também do presente trabalho, embasado pela pesquisa de mestrado, que em diversos contextos políticos houve reação contrária às pautas, programas e projetos de lei relacionados à comunidade LGBT. No Congresso Nacional, a bancada que representa a Frente Parlamentar Evangélica tem freado o reconhecimento de direitos a esse setor social minoritário, o que tornou necessária a judicialização do tema como última via para garantia, ao menos, aos casais homoafetivos. Seguindo o exemplo dos EUA, desde a decisão em *Goodridge v. Department of Public Health* (2003) até a mais recente em *Obergefell v. Hodges* (2015), os estudos na área confirmam a presença de resistência e do *backlash*, antes e depois do julgamento, em vários estados norte-americanos.

Assim, em oposição à hipótese sustentada na pesquisa, pelo que se encontra na literatura, o debate e o embate das questões LGBT esteve presente desde os idos de 1988, na redemocratização do país. A época, foi proposto o acréscimo na Constituição da proibição de discriminação em razão de orientação sexual, além da caracterização da união estável entre casais formados por pessoas do mesmo sexo; contudo, sem êxito. A posição de compromisso com os direitos homoafetivos é uma pauta que tem obtido apoio social, principalmente de partidos mais alinhados à esquerda do espectro político, contudo, ainda sofre resistência ao aprovar projetos das bancadas e os partidos ligados à FPE, por meio do trancamento de pauta e das discussões sobre o tema.

Acrescente-se que no início da pesquisa de mestrado, pelo material inicialmente coletado e pela revisão bibliográfica prematura, vislumbrava-se como principal *backlash* legislativo ao julgamento do STF o Projeto de Lei nº 6.583/2013 (“Estatuto da Família”). Com o aprofundamento do tema, verificou-se a existência de várias outras proposições ligadas à Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, como o PDC nº 224/2011, com o objetivo de sustar os efeitos da decisão proferida pelo Supremo na ADI nº 4.277/DF e na ADPF nº 132/RJ. Na questão dos direitos LGBT no Brasil, dessa forma, mesmo tendo o Poder Judiciário judicializado a questão, o *backlash* ocorreria se atuação fosse do Legislativo ou do Executivo.

Por fim, na interface das áreas da Ciência Política e do Direito, o trabalho embasado na pesquisa de mestrado apresentou como objeto de estudo a decisão do STF que reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar. O tema da judicialização e os diálogos que propõe esse fenômeno, em um primeiro momento, estão presentes no contexto político brasileiro, principalmente em época de crise institucional e falta de representatividade política. De outro lado, o *backlash* legislativo, em especial na atuação da Frente Parlamentar Evangélica, releva que as reações contrárias às garantias constitucionais, no caso da dissertação os direitos LGBT, é apenas uma das tantas pautas reacionárias dessa bancada conservadora e das “novas direitas” que movimentam o cenário político-partidário no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Rogério Bastos. **Judiciário e política no Brasil**. São Paulo: Educ; Idesp, 1997.

BALLESTRIN, Luciana. Direitos Humanos, Estado e Sociedade Civil nos Governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). **Teoria & Sociedade**, v.2, n.16, p. 10-33, 2008.

BRASIL. Ação Direita de Inconstitucionalidade n. 4.277 e Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 132. **Supremo Tribunal Federal**, Relator: Ayres Britto, julgado em 05 mai. 2011. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=11872>. Acesso em: 23 set. 2018.

_____. Proposta de Decreto Legislativo n. 224, de 25 de maio de 2011. Susta a aplicação da decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, que reconhece a entidade familiar da união entre pessoas do mesmo sexo. **Atividade Legislativa**, Projetos de Lei e Outras Proposições. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=503973>. Acesso em 26 set. 2018.

_____. Projeto de Lei n. 6.583, de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. **Atividade Legislativa**, Projetos de Lei e Outras Proposições. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>. Acesso em 26 set. 2018.

CARDINALI, Daniel Carvalho (2017). **A judicialização dos direitos LGBT no STF: limites, possibilidades e consequência**. Dissertação (mestrado) em Direito. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4992792. Acesso em: 23 set. 2018.

CICONELLO, Alexandre. Os avanços e contradições das políticas de direitos humanos no governo Lula. In: PAULA, Mariline de (org.). **Nunca antes na história desse país...?: um balanço das políticas do governo Lula**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011.

CITTADINO, Gisele. Poder Judiciário, ativismo judiciário e democracia. **ALCEU**, v. 5, n. 9, p. 105-113, 2004. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n9_cittadino.pdf. Acesso em: 23 set. 2018.

COACCI, Thiago (2014). **Do homossexualismo à homoafetividade: discursos judiciais sobre a homossexualidade no STJ e no STF de 1989 a 2012**. Dissertação (mestrado) em Ciência Política. Belo Horizonte: UFMG. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1338672. Acesso em: 23 set. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo. **Presidência do Conselho Nacional de Justiça**, 14 maio 2013. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/resolucao-n175-14-05-2013-presidencia.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.

DA ROS, Luciano; TAYLOR, Matthew M. Os partidos dentro e fora do poder: a judicialização como resultado contingente da estratégia política. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n.4, p. 825-864, 2008.

ENGELMANN, Fabiano (Org.). **Sociologia política das instituições judiciais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.

FILGUEIRAS, Fernando; MARONA, Marjorie Corrêa. A corrupção, o Judiciário e a cultura política no Brasil democrático. **Temas de corrupção política**, p. 99-136, 2012.

GARAPON, Antoine. **O juiz e a democracia: o guardião de promessas**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

KOERNER, Andrei. Ativismo judicial? Jurisprudência constitucional e política no STF pós-88. **Novos Estudos**, n. 96, pp. 69-85, 2013.

KOERNER, Andrei; MACIEL, Débora. Sentidos da judicialização da política: duas análises. **Lua Nova**, n. 57, p. 113-133, 2002.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cad. Pagu**, n. 39, p. 403-429, 2012.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em 26 set. 2018.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. **Direitos sexuais de LGBT* no Brasil**: jurisprudência, propostas legislativas e normatização federal. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria da Reforma do Judiciário, 2013. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicas-de-justica/backup/backup-fev-2018/cejus/publicacoes/publicacoes/direitos_sexuais_de_lgbt_no_brasil_210x297mm_1411_19h30.pdf/view. Acesso em: 23 set. 2018.

PIMENTEL, Mariana Barsaglia. Backlash às decisões do Supremo Tribunal Federal sobre união homoafetiva. **Revista de informação legislativa**, v. 54, n. 214, p. 189-202, 2017. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/214/ril_v54_n214_p189. Acesso em: 23 set. 2018.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

STERN, Felice A. Backlash. **American Speech**, v. 40, n. 2, p. 156-157, 1965.

TATE, Neal C.; VALLINDER, Torbjörn (eds.). **The Global Expansion of Judicial Power**. New York: New York University Press, 1995.

TAYLOR, Matthew M. O Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 2, p. 229-257, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n2/a01v50n2.pdf>. Acesso em: 23 set 2018.

VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo Baumann; SALLES, Paula Martins. Dezesete anos de judicialização da política. **Tempo social**, Revista de sociologia da USP, v. 19, n. 2, p. 39-85, 2007.

O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO E A GOVERNABILIDADE DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

Helen Letícia Grala Jacobsen Duarte Romero¹

Resumo

Em relação ao funcionamento das instituições políticas brasileiras, o debate vem desde a reinauguração do regime democrático brasileiro e ainda está em aberto. As teses antagônicas são a da ingovernabilidade e da governabilidade do sistema político brasileiro. Uma das primeiras visões pessimistas sobre as instituições políticas do Brasil foi a de Abranches. No ano da promulgação da CF/88, esse autor inaugurou a expressão “Presidencialismo de Coalizão”. Essa expressão assumiu grande expressão, e é utilizada atualmente para descrever como se dá o arranjo institucional político brasileiro. Outros cientistas políticos debruçaram-se sobre a temática, com especial destaque para Figueiredo e Limongi, que argumentam que o fundamento do presidencialismo de coalizão é o fechamento de acordos entre o Executivo com o Legislativo, no qual o primeiro conta com apoio de uma base suprapartidária, preferencialmente majoritária, no Congresso e o segundo obtém vantagens que lhes são úteis a fim de evitar a paralisia governamental. De um conceito de ingovernabilidade (década de 90) para um conceito de governabilidade, o debate tem chegado a um equilíbrio. Palermo (2017) entende a governabilidade como um conceito mais aberto, não ligado estritamente às instituições e passível de momentos de instabilidade e de incertezas, próprias de um sistema complexo e suscetível a vícios externos.

Palavras Chaves: Presidencialismo de Coalizão. Governabilidade *versus* ingovernabilidade. Medidas Provisórias.

O trabalho apresentará uma breve revisão bibliográfica sobre o presidencialismo de coalizão, tendo por base discussões a respeito da governabilidade do sistema político brasileiro e usando como parâmetros estudos já realizados sobre Medidas Provisórias, através de uma análise institucionalista. Assim, antes de avançar, faz-se necessário reportar que, para o presente trabalho, o conceito de instituições utilizado é o “conjunto de regras formais e informais que regulam a relação entre atores sociais, grupos e organizações e Estado” (LASSANCE, 2015, p. 83). Em relação ao funcionamento das instituições políticas brasileiras, o debate vem desde a reinauguração do regime democrático brasileiro e ainda está em aberto. Cientistas políticos nacionais e estrangeiros debruçam-se sobre a temática há trinta anos, e embora as interpretações

¹ Doutoranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas; hlgjacobsen@gmail.com.

continuam sendo as mesmas desde no início da discussão, existe uma tendência nos últimos anos que enfatizam que o sistema brasileiro assegura a governabilidade e não a ingovernabilidade, tratando-se de orientações mais pessimistas nesse último caso.

Teses antagônicas abarcam os conceitos de governabilidade e de ingovernabilidade. Para a governabilidade utiliza-se o conceito apresentado por Faucher (1998), tratando-se de um parecer positivo. O conceito de ingovernabilidade trata-se de um conceito negativo de Faucher. Ou seja, aquilo que não se enquadra no conceito de governabilidade apresentado pelo autor, é considerado ingovernabilidade. O autor entende que governabilidade “não diz respeito apenas à atuação e funcionamento do governo, mas também se refere às relações entre Estado, mercado e sociedade”, e continua afirmando que a governabilidade é a “capacidade do Estado para manter a ordem em situações normais de desordem e pela capacidade de uma comunidade para se adaptar a mudanças em suas condições de existência” (FAUCHER, 1998, p. 2).

Trata-se de um conceito amplo, que não envolve somente o regime ou as instituições, mas inclui principalmente a “capacidade do Estado para implementar políticas públicas, agir de acordo com um conjunto previsível de regras e garantir a ordem” (FAUCHER, 1998, p. 3). É por meio de soluções de conciliação que as democracias (embora o conceito de governabilidade não esteja sujeito somente aos regimes democráticos) promovem e sustentam a estabilidade de seus sistemas – daí a importância da análise das legislações propostas pelo Executivo como forma de medição de seu potencial de governabilidade – de propor, de antever, de negociar, de ceder e de conceder.

A tese da ingovernabilidade é sustentada, exemplificativamente, por Mainwaring (1999), Cunha (1999), Monteiro (1995;2000), Ferreira Filho (2000), Cox e Morgenstern (2002), Bonavides (2004). A tese da governabilidade é apoiada principalmente por Figueiredo e Limongi (1997; 1999; 2003), Amorin Neto e Tafner (2002), Machiaveli (2009), Cabral (2013) e Almeida (2014). Uma das primeiras visões pessimistas sobre as instituições políticas do Brasil foi a de Abranches. No ano da promulgação da Constituição Federal (CF/88), o referido autor inaugurou a expressão “Presidencialismo de Coalizão” para se referir à forma como o Executivo e o Legislativo se relacionam no caso brasileiro. Essa expressão assumiu grande expressão e é utilizada atualmente para descrever como se dá o arranjo institucional político brasileiro.

Em 1988, o cientista político defendeu que o chefe do executivo brasileiro precisa fechar acordos, alianças, coligações e firmar e cumprir compromissos com o legislativo, como, por exemplo, ocupação de cargos na máquina administrativa, a fim de implementar seu poder de agenda e ser detentor da governabilidade. Aduziu, além disso, que “o conflito entre o Executivo e o Legislativo tem sido historicamente crítico para a estabilidade democrática no Brasil” (ABRANCHES, 1988, p. 8). E mais: “a dinâmica da macropolítica brasileira tem se caracterizado, historicamente, pela coexistência, nem sempre pacífica, de elementos institucionais que, em conjunto, produzem certos efeitos recorrentes e, não raro, desestabilizadores” (ABRANCHES, 1988, p. 10).

A busca de apoio parlamentar e de maioria da base no Congresso se faz imprescindível, tendo em vista a fragmentação partidário-eleitoral existente, as diferenças socioculturais e a chamada crise de representação dos partidos, que se criou em detrimento da política de auditório na qual a imagem de uma pessoa se sobressai acima até mesmo de um projeto de governo. A emergência de um único partido majoritário continua sendo improvável no sistema político-eleitoral brasileiro, dada as características que são próprias do sistema: presidencialismo, federalismo, parlamento bicameral, pluri ou multipartidarismo, representação proporcional e reabertura democrática relativamente recente.

Em relação ao Presidencialismo, esse arranjo é a instituição política que define regras de separação de poderes no sistema político-representativo e que confere ao presidente a função de chefe de Estado e de governo, a ele atribuindo poderes unilaterais, funções exclusivas e o poder de iniciar o processo legislativo em várias áreas (LASSANCE, 2015, p. 81). A sociedade heterogênea e os interesses conflitantes com, em não poucas situações, prevalência dos particulares, em especial dos parlamentares, são outros elementos que direcionam o executivo às negociações.

A formação da coalizão, conforme Abranches, envolve três momentos: Primeiro, a formação da aliança eleitoral; segundo a formação do Governo; e, por fim, a transformação da aliança em coalizão propriamente dita. Antes, ele informa que a capacidade de formar maioria estável e a necessidade de recorrer a coalizões não são determinadas somente pela representação e pelo número de partidos, mas envolvem o perfil social dos interesses em jogo e da pluralidade da sociedade que se reflete no parlamento.

Nos estudos de Abranches a conclusão é de que “não existe, nas liberais-democracias mais estáveis, um só exemplo de associação entre representação proporcional, multipartidarismo e presidencialismo” (ABRANCHES, 1988, p. 19). Informa que é nas sociedades mais fragmentadas e com interesses mais conflitantes que a estabilidade institucional exige a formação de pactos e alianças, bem como considerável capacidade para negociação. Considerando que o Brasil é o único País que combina a proporcionalidade, multipartidarismo e o presidencialismo e que organiza o Executivo com base em grandes coalizões, a explicação sobre o Presidencialismo de Coalizão é: “esse é, naturalmente, um processo de negociação e conflito, no qual os partidos na coalizão se enfrentam em manobras calculadas para obter cargos e influência decisória” (ABRANCHES, 1988, p. 28).

Abranches conclui seu trabalho reafirmando a necessidade de contrapor a heterogeneidade social brasileira (fonte do dilema institucional) com a criação de arranjos institucionais para promoção da normalidade democrática e justiça social. Após esse estudo inicial do referido autor, outros cientistas políticos debruçaram-se sobre a temática, com especial destaque para Figueiredo e Limongi cujos trabalhos baseiam-se em fundamentados dados empíricos. Nesses argumenta-se de que o fundamento do presidencialismo de coalizão é o fechamento de acordos entre o Executivo com o Legislativo, no qual o primeiro conta com apoio de uma base suprapartidária, preferencialmente majoritária, no Congresso, e o segundo obtêm vantagens que lhes são úteis (tais como cargos em alto escalão) a fim de evitar a paralisia governamental. Trata-se de uma análise mais otimista sobre a governabilidade do sistema político brasileiro, considerando suas instituições.

As discussões sobre a governabilidade ou ingovernabilidade do sistema político brasileiro realizada pelos cientistas e analistas políticos se pautam em estudos que envolvem aspectos institucionais e também informais. Os primeiros basicamente envolvem o presidencialismo, o federalismo e o sistema de partidos políticos, como aponta Palermo (2000). No Presidencialismo, a figura presidencial tem estabilidade política para criar estratégias e realizar ações, podendo ser derrubado somente através do impedimento, diferentemente do parlamentarismo. Assim, a figura presidencial tende a ser forte ator em comparação com o primeiro ministro, escolhido pelo legislativo e não pelo povo diretamente.

No caso do federalismo, os estados-membros constituem a federação. Contudo, o poder central assumiu poderes significativos nos moldes atuais e muitos estados encontram-se a mercê da União, inclusive endividados e dependendo da ajuda financeira daquele e, para tanto, tomando ações em razão da política federal e não de sua região, como é o caso do Rio Grande do Sul. Por outro lado, a política estadual nem sempre segue a política federal, seja em razão de coligações eleitorais e apoios partidários. Quanto à questão do sistema partidário, a característica brasileira é a fragmentação, que dificulta a identificação pelo eleitor da ideologia de cada um e dos interesses que se propõe defender. Há baixa identificação partidária e a figura do elegível não raro se destaca em detrimento do partido que representa. Partidos são formados para defender interesses de políticos e não ideias ou programas propriamente definidos (MAINWARING, 2001, p. 220).

Esses aspectos formais são a tela de fundo para as discussões que seguem sobre a ingovernabilidade e governabilidade do sistema brasileiro. A interpretação mais pessimista, os que consideram o Brasil ingovernável, é dada por autores cujos estudos remontam a década de 90. Mainwaring é um exemplo disso, pois falando dos anos de 1985 a 1994, o autor destacou o cenário difícil que levou cientistas políticos a seguir a linha da ingovernabilidade, haja vista o contexto político-social-econômico nos quais as instituições políticas brasileiras se encontravam à época e informou que “os problemas econômicos e sociais desse período fossem causados principalmente pela configuração institucional, mas que essa configuração criou obstáculos à realização das reformas que poderiam ter resolvidos os problemas” (MAINWARING, 2001, p. 359).

Mainwaring reconhece a amplitude dos poderes do Executivo, mas acrescenta que o Legislativo sempre atua como contrapeso, porque há necessidade do apoio dos congressistas para promulgar leis. O custo de governar como um ‘Executivo imperial’ é muito alto, uma sustentação parlamentar fraca torna difícil governar por MPs e porque é improvável que presidentes impopulares governem por decreto (MAINWARING, 2001, p. 375). Um cenário otimista começa a ser traçado por Limongi, relatando que o Brasil não pratica um presidencialismo comum, mas, para o bem ou para o mal, o caso brasileiro possui um presidencialismo próprio ou peculiar, cuja forma de governar é invocada tanto na calma

como na turbulência: “se o cenário é de tranquilidade (...) o presidencialismo de coalizão é convocado para dar conta do que se passa. Em momentos de crise, recorre-se a ele” (LIMONGI, 2006, p. 237).

Conforme o autor, pesquisas recentes demonstram razões pelas quais se pode afirmar que, sob o presidencialismo, a formação de coalizões é, no mínimo, viável. O modelo usado no parlamentarismo de distribuição de pastas presidenciais e obtenção de apoio no legislativo são dados empíricos dessa afirmação. O Brasil, a experiência mostra que fazer oposição ao governo acaba ficando restrito a poucos partidos que desejam disputar a eleição seguinte, tais como o PT no governo de FHC e o PSDB/PFL no governo de Lula. O reconhecimento que a disputa da eleição subsequente é inviável faz com que a coalizão seja bastante atraente para partidos em tal condição.

Limongi, por final, defende que o Executivo brasileiro está longe de estar paralisado; e, como evidência, acresce: “não é possível insistir na tese da crise da governabilidade após o governo ter se mostrado capaz de aprovar tantas Emendas Constitucionais” (LIMONGI, 2006, p. 255). Ele também defende que o “presidente brasileiro é, de jure e de fato, o principal legislador do País” (LIMONGI, 2006, p. 256). Realmente a CF/88 reservou ao Executivo prerrogativas importantes de iniciativa e alteração legislativa, conforme as matérias, tais como tributação e orçamento. Cerca de 85% das iniciativas legais pós Constituição foram apresentadas pelo Presidente, com aproximadamente 70% de aprovação (LIMONGI, 2007).

Assim, governos de coalizão são formados onde não há um partido majoritário nos regimes (seja parlamentarista ou presidencialista), mas o caso brasileiro toma a forma de Presidencialismo de Coalizão devido à comunhão de características que lhes são próprias, tais como: multipartidarismo, sistema de representação proporcional, federalismo, capacidade (ou não) do Executivo de formação de alianças estáveis, heterogeneidade de interesses não raros conflitantes entre os atores políticos. Ora, quando o partido presidencial controla a maioria das cadeiras no Legislativo, os dois poderes tendem a firmar uma única demanda política; contudo, quando isso não ocorre (que, no caso brasileiro, nunca ocorreu pós-1988), o Executivo deve recorrer à formação e à manutenção de alianças para evitar paralisia decisória e crise governamental. O ponto é que o Executivo tem privilégios em sede da formulação legislativa, contudo não pode ignorar o Congresso, que precisa aprovar tais medidas. Dessa forma, o Executivo necessita de apoio, seja no seu próprio partido, como também, em outros, a fim de

ter (e manter) a maioria. Um exemplo de uma ferramenta institucional utilizada que testa o Presidencialismo de Coalizão no Brasil é a Medida Provisória. Jacobsen explica:

Embora o Executivo não possa governar sem o apoio da maioria do Congresso, dado comprovado como as MPs são tratadas pelo Legislativo, o Executivo, com a utilização de MPs, possui uma poderosa ferramenta de governar, a qual ganha ainda mais eficácia se este possui uma coalizão de apoio majoritária. Ele tem o controle de agenda referente aos assuntos os quais trabalham os parlamentares, possui barganha política no controle de cargos, e também evita comportamentos oportunistas, individualistas e imediatistas de membros do Congresso, formando um verdadeiro ‘presidencialismo de coalizão’, no qual o sistema de estabelece com base na maioria do Congresso. Os poderes dados aos presidentes forçam o Congresso a cooperar e a participar do processo de tomada de decisão, a fim de evitar a paralisia governamental. (JACOBSEN, 2016, p. 50).

De qualquer forma, a discussão a respeito do Presidencialismo de Coalizão não se pode dar em torno de um conflito entre Executivo e Legislativo, mas, sim, na relação entre o Presidente (líder de um governo que sempre busca ser majoritário para promoção da governabilidade) e a sua coalizão, nem sempre estável, é verdade, e normalmente caracterizada por um descontentamento provocado por uma ideia de sempre agregar mais. Por conclusão desse processo, há a produção legislativa cercada de iniciativas e de estímulos do Executivo que tem por fim de fazer aprovar sua agenda junto ao Congresso. Assim, a legislação é resultante dos interesses de ambos os Poderes, com base na negociação e poder de barganha.

Apesar do poder de iniciativa da Presidência, o Legislativo acaba por desempenhar papel relevante não somente por meio da aprovação ou não de determinado projeto mas do poder de promover emendas ao que foi apresentado, que não raramente podem alterar substancialmente o projeto inicial. Sendo o Presidencialismo de Coalizão considerado um arranjo real não somente na democracia brasileira, como também dos demais países da América Latina, Freitas (2013) explica que não há clareza de quais os interesses estão envolvidos na relação Executivo-Legislativo e como eles são negociados.

Monteiro (1995), que é seguidor da linha da ingovernabilidade, tratou das medidas provisórias e defendeu que poderes de legislatura foram transferidos para os burocratas na década de 1990, especialmente tendo em vista os planos econômicos da época, com substancial esvaziamento do poder decisórios dos legisladores para o Executivo. Isso, conforme defende o autor, promove “o aumento da instabilidade institucional em que opera a economia brasileira”

e “a deterioração do sistema de separação de poderes é a dimensão mais objetiva dessa instabilidade” (MONTEIRO, 1995, p.60). Ele acrescenta que a influência que o presidente exerce sobre a legislatura desenvolve-se por variantes informais e formais. A primeira se refere ao significado eleitoral para o legislador, de se associar à própria imagem presidencial, que inclui também a ocupação de cargos. O aspecto formal está direcionado ao seu poder de agenda, de veto a projetos de lei aprovados na legislatura e por sua peculiar capacidade de emitir MP (MONTEIRO, 1995, p.62).

Monteiro afirma que, a partir de 1988, o presidente teve ampliada sua capacidade de legislar através da possibilidade de emitir Medidas Provisórias (MPs). Comparando a emissão de MPs com leis, o autor constatou um excedente legislativo significativo das primeiras em relação às segundas, principalmente no contexto do cenário de estabilização econômica, chamado de Plano Real. Com isso, houve um evento de deslocamento de poder de legislar original para o burocrata, seguido por um efeito de sustentação do primeiro por vários meses consecutivos. Monteiro considera a MP como o principal mecanismo de usurpação do poder legislativo, o que gera instabilidade institucional. Afirma que “através das MP a burocracia governamental passa a dispor de um substancial poder de agenda nas escolhas públicas” (MONTEIRO, 1995, p. 64). De forma que o processo legislativo entra em forte condicionamento ocasionado pelo elevado número de MPs que o congestionam, bem como a agenda legislativa acaba sendo influenciada pelo precedente de existir uma MP, que, de outra forma, poderia ser apresentada através de um processo de lei ordinário.

Monteiro encerra seu estudo concluindo que o plano que promoveu a estabilização da economia pós ditadura apresentou o “exercício de um extraordinário poder discricionário da burocracia governamental, em decorrência da copiosa e abrangente emissão de MP” (MONTEIRO, 1995, p. 69). Em 2000, Monteiro apresentou outro estudo sobre as MPs. Nesse ele analisa novamente as MPs e reitera que o uso excessivo de tal instrumento promove a intervenção significativa do governo, mais precisamente dos burocratas, na economia brasileira, que confere a esses a capacidade de alterar o *status quo* – atribuição do legislativo; acentuando a instabilidade das regras sobre a qual se pauta a economia brasileira.

Nessa mesma linha negativa, Paulo Bonavides (2004) sustenta que o País sofreu quatro crises. Uma que permanece é a crise constituinte, configurada pelo uso de MPs pelo Executivo

que usurpa poderes do Legislativo de forma ilegal. O autor defende quebra do regime de separação de poderes com abuso de poderes legislativos pelo Poder Central – o Executivo. O efeito é insegurança jurídica e a promoção da ilegitimidade de legislar. Outras crises apontadas pelo autor são: a crise constitucional (descumprimento de seus preceitos), a crise de soberania (submissão à política econômica externa) e a crise da unidade nacional referente ao uso dos recursos naturais brasileiros. Bonavides informa que as MPs são piores que os decreto-leis e que causa também a deficiência da legitimidade, uma vez que a separação de poderes é uma condição indispensável da democracia e do Estado de Direito. Aduz que na América Latina a presença de ditaduras ostensivas é cada vez mais raro, haja vista que se abriu espaço para ditaduras legalizadas ou constitucionais – dissimuladas, mais frequentes e mais difíceis de combater. Acrescenta que o instituto das MPs desconstitucionaliza a república e que é incompatível com os ditames constitucionais basilares, tais como os princípios da legalidade e legitimidade.

Cunha (1999), por sua vez, também tratou das MPs e a caracterizou como algo negativo à governabilidade brasileira. Em seu estudo apontou que, em dez anos, após 1988, foram editadas 3.411 medidas provisórias, das quais apenas 504 (14,7%) são originais, e as restantes 2.907 (85,2%) são reedições (CUNHA, 1999, p. 3). De forma que as medidas provisórias, dadas suas características originais e seu uso inicial, acabavam se tornando permanente, jamais provisórias, a não ser pela vontade de seu próprio originador – o Executivo. Conforme Cunha, a MP “não pode pôr o Congresso perante um fato consumado sem, com isso, suprimir sua competência constitucional” e que “a perfeita anamnese da medida provisória exigiria a realização de outros estudos de caso: eles podem revelar a largura, altura e profundidade do papel que nela desempenham a imoralidade, a ilegalidade e a inconstitucionalidade” (CUNHA, 1999, p. 29).

A crítica feita por Cunha é a de que o Legislativo acabou se mantendo anacrônico e dependente em suas relações com o Executivo. E que o dever de exame e controle das MPs pelo Congresso acabou se tornando mero formalismo. Aduz que há um abuso por parte do Executivo do uso de MPs (CUNHA, 1999, p. 39). Por final, Cunha traz à tona que um Estado de Direito se pauta pela legalidade e pelo princípio de separação de poderes, e continua: “o princípio da legalidade representa a sujeição do poder público, nas várias esferas e estratos da

Administração, às normas que ele mesmo editou” (CUNHA, 1999, p. 42). E que o princípio da separação de poderes se radica no princípio da legalidade, que, uma vez descumprido, instaura-se uma ditadura.

Trazendo a questão das MPs para a esfera da governabilidade, Cabral (2013), em sua dissertação sobre “emendamento” de MPs pelo Congresso apresenta conclusões sobre o uso por parte dos parlamentares, para inclusão de temas nas medidas propostas pelo Executivo. Ele afirma que há uma “prevalência de proposições originadas no Executivo sobre a agenda decisória do Legislativo” e que “a tomada de carona em MPs, por exemplo, pode ser uma das poucas oportunidades para a participação dos congressistas na produção de políticas públicas” (CABRAL, 2013, p. 77). Portanto, sua visão é diametralmente oposta à de equivalência a uma ditadura. Cabral alude que é elevada a taxa de sucesso legislativo das propostas introduzidas por meio de medidas provisórias (CABRAL, 2013, p. 78) – sendo esse um dos motivos pelo qual as MPs não promovem a ingovernabilidade, muito pelo contrário. Conforme o autor, trata-se de um instrumento que ambos os lados (Executivo e Legislativo) aprenderam a utilizar para gerir a máquina pública de uma forma mais célere.

Em relação às MPs e à participação do Legislativo em sua formatação final, Jacobsen (2016) constatou que no primeiro governo de Dilma, 67,5% receberam alteração pelo Congresso, e que nos dois mandatos de Lula, a média foi de 61,3%. Esses dados demonstram que o Legislativo não é inerte ao que é proposto pelo Executivo e que há campo de negociação dos dois poderes. A conclusão da autora foi de que, embora as MPs sejam uma poderosa ferramenta de governabilidade, a análise mais minuciosa do uso das MPs nos primeiros doze anos de mandatos do PT concluiu que tal instituto não se trata de uma carta branca do Congresso ao Presidente. O instituto das MPs é:

Um meio pelo qual o Estado é dirigido, em especial em assuntos que demandam ações mais rápidas, como assuntos de ordem econômica. No mesmo diapasão, que o Legislativo utiliza de suas prerrogativas e trâmites institucionalmente estabelecidos para manifestar suas preferências, que muitas vezes são contrárias ou alternativas à vontade presidencial, o que se verifica tanto pela ocorrência dos PLVs como, e principalmente, pelos vetos (no período analisado, sempre parciais e não derrubados pelo parlamento). Assim, o cenário comprova que a utilização de MPs não se trata de uma usurpação de poderes do Legislativo pelo Executivo; antes é um cenário no qual o governo se vê obrigado a negociar, a formar coalizões e a buscar apoio (JACOBSEN, 2016, p. 157).

Em relação à alteração sofrida no regramento constitucional das MPs em 2001, que estabeleceu limites materiais e rito mais rigoroso, alegou-se que se tratava de uma reação do Congresso à utilização de poderes legislativos pelo Executivo nessa seara. Mas o trabalho de Machiaveli (2009) comprovou que tais alterações se deveram à divisão interna na coalizão de governo, que cedeu espaço para a atuação estratégica da oposição. As alterações sofridas, em destaque o fim das reedições indefinidas e o estabelecimento de um prazo de 45 dias para a apreciação das MPs pelo Congresso, sob pena de trancamento da pauta legislativa, não alteraram o uso recorrente de MPs pelo Executivo, muito pelo contrário, houve um acréscimo em sua utilização. E isso, conforme Machiaveli, confirma que as MPs não são usadas contra as preferências da maioria.

Vários estudos minuciosos, pautados em robustos dados empíricos e análises imparciais dos resultados, evidenciam a tese da governabilidade do sistema político brasileiro. Um exemplo desses estudos são os trabalhos realizados sobre as tão difamadas MPs, consideradas, pelo senso comum, como instrumento de usurpação de poderes e, portanto, inconstitucional, ilegal e ilegítima. Figueiredo e Limongi foram os pioneiros nessas análises independentes e vários artigos resultaram desses estudos. Em 1999, apresentaram trabalho do Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional e concluíram que o Congresso não abdica de seus poderes no que se refere ao uso de MPs pelo Executivo; antes, apenas delega. O estudo reconheceu que as MPs “costumam ser vistas como mais uma característica do presidencialismo latino-americano – um resíduo autoritário herdado pelas novas democracias” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p. 125).

Na época, a avaliação dominante apresentada por analistas, políticos e juristas, era de que o Congresso lavava as mãos, por assim dizer, quando se tratava de MPs. As razões dessa abdicação estavam entre aceitação de que o colegiado não era capaz de responder adequada e prontamente a questões complexas, o que, ao contrário, era possível com as MPs, dada sua característica emergencial. Contudo, considerando que as regras constitucionais foram estabelecidas pelo próprio Congresso, há um paradoxo em se dizer que o Executivo usurpa poderes do Legislativo. A origem do instituto já não embasa tal argumento, considerando que houve uma transferência limitada e consciente do detentor do poder para terceiro. E soma-se a isso que, embora a separação de poderes seja um dos pilares da democracia, não é factível

afirmar que o Legislativo somente legisla, que o Executivo somente executa, e que o Judiciário somente julga.

Todos os três poderes realizam atividades de legislar, executar e julgar. Exemplificativamente, o Legislativo também executa (quando realiza atos de gestão) e também julga (por ocasião de processos administrativos disciplinares ou do próprio processo de impedimento do presidente). Portanto, não se pode alegar que quando o Legislativo decide depor um presidente ele está se apropriando indevidamente de um poder (de julgar) que compete somente ao Judiciário, porque se trata de um procedimento constitucionalmente estabelecido; o mesmo raciocínio se dá com as MPs – quando o Executivo tem uma iniciativa de legislar através de uma MP está, na verdade, atuando conforme os parâmetros constitucionais fixados pelo Congresso originariamente.

Figueiredo e Limongi (1999) entendem que a existência de poderes extraordinários para o Executivo pode ser benéfica a este e ao próprio poder que delega – no caso, o Legislativo. Trata-se de um arranjo institucional cuja soma, definitivamente, não é zero. O ato de governar requer mais do que separação, mas, também, cooperação entre os poderes – e é justamente isso que as MPs proporcionam. Em 2017, Figueiredo e Limongi, fiéis à tese da governabilidade, ou seja, à capacidade do sistema político-brasileiro de produzir decisões, trataram da crise política brasileira e do debate institucional na atualidade, chamando atenção em sua conclusão da importância das estratégias políticas na conformação da crise. A crise político-democrática reabriu o debate institucional devido às dificuldades presentes desde a reeleição de Dilma até o governo Temer e levou alguns a criticar o otimismo da posição da maioria da academia da Ciência Política pautada no entendimento da governabilidade e do Presidencialismo de Coalizão; retornando com força a tese da ingovernabilidade adotada no início reabertura democrática: “o impedimento da presidente (Dilma) e as dificuldades enfrentadas por seu sucessor, Michel Temer, apontariam para a inviabilidade do presidencialismo de coalizão” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2017, p. 79).

O pano de fundo é o que está por trás do Presidencialismo de Coalizão, qual seja, os custos presidenciais decorrentes da obrigação de governar. De uma origem conceitual negativa, passando para a neutralidade, até o otimismo, o Presidencialismo de Coalizão foi estudado por muitos nas últimas décadas e atualmente continua pleno o debate, fomentado pelas últimas

conjunturas políticas brasileiras. Tendo presente essa situação, Figueiredo e Limongi questionam se algo deu errado – as análises foram demasiadamente otimistas ou houve um tropeço político-institucional somente. O fato é que a coalizão se pauta na base partidária (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2017, p. 80), haja vista que presidentes negociam com partidos (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2017, p.84). E, uma vez instaurada a crise, o Presidencialismo de Coalizão não mais concederia a estabilidade para o sistema. Contudo, o termo em nenhum momento assume um conceito ilegal ou ilícito, mas sempre é estudado no âmbito das estratégias políticas e *performance* constitucional (limites da razoabilidade e da proporcionalidade) dos atores que se apresentam nesse cenário institucional.

A inclusão de interesses individuais e de barganhas inconfessáveis no Presidencialismo de Coalizão desvirtua o próprio termo, até mesmo considerando seu conceito (pessimista) original de Abranches. “Em última análise, a versão atual do argumento, ao conferir ênfase excessiva à exploração do Estado em proveito próprio acaba por desconsiderar a arena eleitoral” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p. 07). Pensando dessa forma o problema não estaria na relação do Executivo e Legislativo, pois tais inconsistências não são de aspecto institucional – base na qual o Presidencialismo de Coalizão se assenta. O Presidencialismo de Coalizão é comprovado pela participação ativa do Legislativo em emendar propostas de iniciativa do Executivo, e, não raro, alterando-as substancialmente. Embora haja iniciativa legislativa do Executivo, o Legislativo não fica inerte a tais movimentações, exigindo do Executivo esclarecer, negociar, ceder, antecipar, compensar e, inclusive, quando nenhuma das opções anteriores funcionam, dar por perdido.

Quanto à crise instaurada, que levou ao impeachment da presidente Dilma, Figueiredo e Limongi (2017) descartam que se trata de um problema institucional; antes, é resultado de outros aspectos (crise econômica, escândalos de corrupção, desgaste partidário, oposição melhor preparada).

A crise do segundo governo Dilma que levou a seu impeachment e se arrasta ao longo da presidência de Temer, portanto, não tem causas institucionais. Dependeu, basicamente, da estratégia dos atores políticos [...]. Ao longo da crise, a corrupção passou a ser identificada com o presidencialismo de coalizão como o preço a ser pago pelo presidente para obter apoio parlamentar. Como dissemos anteriormente, as duas coisas coexistem, coalizões e corrupção, mas há uma enorme distância entre coexistência e causalidade. [...]. Mesmo no argumento alegada ou supostamente

institucional, a corrupção e a crise que o país vem enfrentando pouco têm a ver com o desenho institucional. Reconhecer que instituições importam não é o mesmo que dizer que só instituições importam. Não há sistema político imune a crises. Não há sistema político que funcione sem que políticos façam escolhas, definam seus objetivos e estratégias para lidar com seus aliados e seus inimigos. E essas escolhas têm consequências, nem sempre as melhores ou aquelas com as quais concordemos. Em uma palavra, não há sistema que prescindia da política. (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2017, p. 94).

Seguindo a linha de Figueiredo e Limongi, Amorin Neto e Tafner (2010) trataram sobre “governos de coalizão e mecanismos de Alarme de Incêndio no Controle Legislativo das Medidas Provisórias” e entendem também que o Legislativo não abdicou de seus poderes em favor do Executivo, mas que constituem sim instrumentos de delegação e que nessa relação de delegação há uma relação hierárquica, do delegante (aquele que delega – o Legislativo) para o delegado (aquele que recebe poderes para agir em consonância com os interesses do delegante). Amorin Neto e Tafner entendem que o governo de coalizão, no caso brasileiro, gera incentivos para que o Executivo proponha MPs que atendam aos interesses das maiorias legislativas e que o Congresso tem capacidade para inferir, caso tais medidas atendam ou não aos seus interesses por meio de um mecanismo indireto de supervisão, que os autores denominam de “alarme de incêndio”. Esses alarmes de incêndio são acionados após a emissão de uma MP pelo Executivo e até a votação pelo Congresso. Nesse momento se abre a janela da oportunidade para que o proponente perceba as reações formais e informais à proposta apresentada. Os alarmes de incêndio podem vir até mesmo da sociedade e não somente dos parlamentares.

Desta forma, Amorin Neto e Tafner entendem que o uso de MPs pelo Executivo tem vantagens para o Legislativo. Também salientam o fato de que questões de ordem técnica são deixadas para o Executivo tomar a dianteira devido à fragilidade do conhecimento específico do Colegiado sobre as temáticas, em contrapartida do Executivo que possui todo o grosso da máquina administrativa a sua mercê. Almeida (2014) procurou dar ainda mais robustez à tese de que as MPs são um instrumento de delegação de poder de agenda do Legislativo para o Executivo. Ele afirmou que o uso das MPs em políticas públicas segue uma lógica, que ele denominou de “lógica informacional”, conceituada como a existência de “interesse dos congressistas em tomar decisões mais informadas e por fatores políticos que incentivam ou inibem a busca por informação” (ALMEIDA, 2014, p. 46).

Assim, o debate sobre as MPs é somente um exemplo de como se dá a relação entre Executivo e Legislativo e vice-versa, ou seja, como se comportam tais entes para traçar indicador sobre a governabilidade ou ingovernabilidade do sistema político brasileiro. Contudo, o presente trabalho vai mais além, pois tratará, além das MPs, também das emendas constitucionais, leis complementares e leis ordinárias traçando um cenário mais amplo do relacionamento entre os poderes. Outro cientista defensor da governabilidade é Diniz (1997), cujo conceito é de que o insulamento burocrático na figura presidencial é que produz essa característica. Os partidos, devido à diversidade de interesses defendidos deixaram de ser relevantes, uma vez que são confusos e perdem força. O federalismo também contribui para a fragmentação de poder e, por conseguinte, fortalecimento do poder central no presidente.

Nesse aspecto, Santos (1999) informa que a governabilidade existe devido a características do presidencialismo brasileiro que promove (e até mesmo força) a cooperação entre atores do jogo político. A concentração, contudo, de poder nas mãos presidenciais na América Latina, chamada por Santos de “autonomia excessiva do presidente”, sobretudo no caso brasileiro, é dada devido à configuração do sistema eleitoral-partidário: “Representantes preocupados exclusivamente com questões locais delegariam ao presidente a formulação de políticas públicas de alcance nacional, e assim teriam tempo livre para perseguir os interesses de seus redutos” (SANTOS, 1999, p. 3).

O argumento é de que o “funcionamento do sistema proporcional de listas abertas no contexto brasileiro dificulta a dinâmica presidencialista de freios e contrapesos” (Santos, 1999, p. 4). Isso porque influencia o comportamento legislativo que fica refém de seu eleitorado regional, descuidando de políticas mais gerais e amplas – o voto personalizado promove ação legislativa mais paroquial, contudo sem descuidar totalmente da agenda pública geral, como argumenta o autor. Santos finaliza por expor que o problema do desempenho do presidencialismo no Brasil tem início na “transferência de prerrogativas decisórias para o Executivo, fruto da busca de deputados por uma constituency (consistência) eleitoral” (SANTOS, 1999, p. 10), que prejudica os princípios fundamentais do presidencialismo democrático que se baseia nos freios e contrapesos entre os Poderes. Esse prejuízo apontado por Santos não chega a promover a ingovernabilidade.

Couto, por sua vez, trata da difícil governabilidade, que ele chama de “incapacidade governativa no plano nacional” (COUTO, 1999, p. 1). Aduz que a agenda de iniciativa do Executivo trata de assuntos complexos e que envolvem ampla parte da sociedade, e, portanto, que cria dificuldades à criação de coalizões estáveis e suficientes para governar. A crítica feita por Couto é à Constituição de 1988 – ele esclarece que os regramentos constitucionais estabeleceram uma amplitude de assuntos e competências para o Executivo que, por sua vez, se vê obrigado a negociar com o Legislativo uma agenda com alto grau de complexidade, radicalizando exigências comuns em assuntos que requerem alto grau de consenso e conformidade. O mesmo autor atentou para o fato de que não são somente as regras postas e as estruturas que definem a governabilidade ou ingovernabilidade do sistema, mas os atores também importam. A forma como se apropriam ao longo do tempo da conjuntura e a sua estratégia são relevantes para o jogo político e a própria estabilidade do sistema: “Não se pode pôr de lado, sem riscos para a análise, o papel dos atores” (COUTO, 1999, p. 20).

No sentido de valorar a ação dos atores na conjuntura da governabilidade, Santos (1997) também concorda, haja vista as significativas dificuldades para formação das políticas que, a priori, são justificadas pela baixa institucionalização dos mecanismos de interação dos atores e de suas formas de representação de interesse, e dos obstáculos para a construção de maiorias estáveis no Congresso. Para a autora faz sentido que o ator, o presidente e sua equipe mais próxima que são denominados por Pereira de “motorista” (2017, p. 76), tem seu valor na governabilidade, posto que “diferentes estilos de governar geram diferentes níveis de governabilidade [...] diferentes perfis de governança resultaram em diferentes capacidades de condução do governo” (PEREIRA, 2017, p. 77). Dessa forma, não só características institucionalistas respondem pela governabilidade, mas essa pode ser observada na análise dos resultados das propostas legislativas do Executivo, no caso, o “motorista”.

Pereira continua aduzindo que a “governabilidade é um fenômeno altamente complexo e inserido num contexto de múltiplas crises” e que “é difícil isolar determinadas variáveis e afirmar categoricamente que outras causas não estariam presentes nas explicações para a interrupção do equilíbrio” (PEREIRA, 2017, p. 82). Para a promoção do Presidencialismo de Coalizão, o presidente tem em suas mãos, algumas ferramentas copiladas por Maia (2016) como sendo: cargos, orçamento, compartilhamento das políticas públicas e os próprios poderes

legislativos presidenciais. Os cargos são considerados por Maia a principal ferramenta e que consistem na formação do gabinete do Presidente. O orçamento são as emendas parlamentares individuais ou coletivas que nem sempre é vista por bons olhos (MAIA, 2016, p. 32).

Bertholi e Pereira (2017) analisaram os efeitos das estratégias presidenciais ao gerir sua coalizão, ou seja, os custos de governar ao longo do mandato. Os autores desenvolveram um índice para medir esse custo: o Índice de Custo de Governo (ICG), que considerou as transferências políticas e monetárias feitas pelo presidente aos partidos da sua coalizão. A amostra compreendeu três presidentes: dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso e de Luis Inácio Lula da Silva e o primeiro mandato de Dilma Rousseff. No estudo houve uma curva ascendente nos custos de coalizão de FHC, passando por Lula, tendo como ápice Dilma. Nos oito primeiros anos da amostra a vulnerabilidade do governo foi menor, pois os custos da coalizão foram menores enquanto que os outros doze anos subsequentes mostraram-se mais dependentes da necessidade de governar por meio de coalizões.

Os autores explicam que a subida expressiva na necessidade de coalizão no governo Dilma se deveu fundamentalmente ao aumento da fragmentação partidária no Legislativo. Por final, as conclusões obtidas no estudo citado foram que os custos de coalizões grandes, ideologicamente heterogêneas e desproporcionais, tendem a ser mais caras ao longo do tempo e que gastos maiores em recursos políticos e financeiros com os aliados da coalizão não significam obrigatoriamente maior apoio político no Legislativo. Em relação ao Presidencialismo de Coalizão, Antônio Pojo do Rego, aduz que, tendo o Presidente grande respaldo político, o controle legislativo não é tão rigoroso e atuante; e o contrário se dá, com a possibilidade até de julgamento de suas contas. “Se o Presidente dispuser de apoio político, os confrontos são atenuados e predomina a negociação característica do presidencialismo de coalizão” (REGO, 2015, p. 69).

Palermo (2016) voltou a analisar o funcionamento da política brasileira, após seu estudo inicial em 2000. Suas conclusões são de que o debate sobre as instituições políticas no Brasil está longe de chegar a um final, mas novamente esclarece seu entendimento de que a governabilidade se faz presente no País. Interessante que Palermo também estende a noção de governabilidade para além das instituições, pois inclui a qualidade das políticas públicas. De fato, o conceito de governabilidade não é mecanicista, no sentido de considerar somente as

engrenagens do sistema, mas envolve também as ações dos atores e os resultados das ações. De um conceito de ingovernabilidade (na década de 90) para um conceito de governabilidade, através de estudos pioneiros de Figueiredo e Limongi, Palermo (2016) questiona tal otimismo na interpretação sobre o funcionamento do sistema político brasileiro. O pessimismo se baseou em características conjuntas e ímpares do sistema político brasileiro que desafiam qualquer governabilidade: presidencialismo, federalismo, multipartidarismo, representação proporcional, fragmentação partidária e sociedade heterogênea.

A interpretação otimista tem sua origem na análise das MPs que foram o instrumento utilizado pelo Executivo para o plano econômico que estabilizou a economia na época – o Plano Real. O otimismo também se baseou na forma como os presidentes, da década de 90 em diante, lidaram com os desafios, utilizando sua “caixa de ferramentas”, ao passo que aprendiam como lidar com os recursos legais e institucionais que a nova democracia lhes proporcionava. Palermo (2016) informa que o debate sobre a governabilidade do sistema político brasileiro tem chegado a um equilíbrio, no caso: o entendimento dominante não é negativo; contudo a governabilidade tem sido vista como um conceito mais aberto, não ligado estritamente às instituições e, portanto, passível de momentos de instabilidade e de incertezas, próprias de um sistema complexo e suscetível a vícios externos, como, exemplificativamente, crise econômica e corrupção. Trata-se de um ‘equilíbrio instável’.

Através desse trabalho constatou-se que os estudos iniciais sobre a governabilidade do sistema político brasileiro foram negativas, mas, após estudos na década de 90, análises feitas em Medidas Provisórias evidenciaram a governabilidade do sistema político brasileiro. Estudos mais atuais, considerando a recente crise política enfrentada, ainda defendem essa linha mais positiva, mas de uma forma mais aberta – no sentido de que o sistema é estável, mas devido a influências não institucionalistas, essa estabilidade sofre revezes ocasionais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-33, 1988.

ALMEIDA, Acir. Informação, delegação e processo legislativo: a política das medidas provisórias. **Textos para discussão**, Rio de Janeiro, n. 1933, fev. 2014.

AMORIM NETO, Octavio; TAFNER, Paulo. Governos de coalizão e mecanismos de alarme de incêndio no controle legislativo das Medidas Provisórias. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 5-38, 2002.

BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 528-550, Aug. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun.2019.

BONAVIDES, Paulo. **Do País constitucional ao país neocolonial: a derrubada da Constituição e a recolonização pelo golpe de Estado institucional**. 3ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

CABRAL, Carlos Eduardo Nepomuceno. **Processo legislativo heterodoxo: a multiplicação de temas em medidas provisórias**. 2013. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília.

CASTRO SANTOS, Maria Helena. Governabilidade, Governança e Democracia: criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 335-376, 1997.

COUTO, Cláudio Gonçalves. **A Agenda Constituinte e a Difícil Governabilidade**. Lua Nova, n. 39, p. 33-52, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n39/a04n39.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

_____. A Longa Constituinte: Reforma do Estado e Fluidez Institucional no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 01, p. 51-86, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sctext&pid=S98000100002>. Acesso em: 31 maio 2019.

COX, Gary; MORGENSTERN, Scott. Reactive assemblies and proactive presidents: a typology of Latin American presidents and legislatures. In: MORGENSTERN, Scott; NACIF, Benito (Org.). **Legislative politics in Latin American**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 446-468.

CUNHA, Lucas. Emendamento de medidas provisórias pelo congresso nacional: congressistas pegando carona na agenda política iniciada no Executivo. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, n. 22, n. 1, p. 60-89, jan.-jun. 2014.

CUNHA, Sérgio Sérvulo. Anamnese da Medida Provisória. **Revista Trimestral de Direito Público**, São Paulo, n. 26, p. 77-114, 1999.

DINIZ, Eli. **Crise, Reforma do Estado e Governabilidade**. Brasil. 1985-95. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FAUCHER, Philippe. Restaurando a Governabilidade: O Brasil (afinal) se acertou? **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 05-50, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art&pid=8000100001. Acesso em: 31 maio 2019.

FERREIRA FILHO, Manoel. As Medidas Provisórias no sistema constitucional brasileiro. **Revista de Direito Renovar**, São Paulo, n. 16, p. 71-80, 2000.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. A Crise Atual e o Debate Institucional. **Novos Estudos**, São Paulo, v 36. p. 79-97, nov. 2017.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. O Congresso e as medidas provisórias: abdicação ou delegação? **Novos Estudos**, São Paulo, n. 47, p. 127-154, mar. 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo pluripartidário. In: SOARES, Gláucio; RENNÓ, Lucio (Org.). **Reforma Política - Lições da História Recente**. RJ: FGV, 2006, p. 249-280.

FREITAS, Andréa Marcondes de. **O presidencialismo da coalizão**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-08112013-102939/pt-br.php>. Acesso em: 23 maio 2019.

JACOBSEN, Helen Letícia Grala. **Interação estratégia entre os poderes executivo e legislativo: As Medidas provisórias editadas nos mandatos de Lula e Dilma (2003 a 2014)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/3105>. Acesso em: 21 maio.2019.

LASSANCE, Antônio. Governança Presidencial e Desenvolvimento: O Poder dos Presidentes. In: João Paulo M. Peixoto (org.). **Presidencialismo no Brasil: história, organização e funcionamento**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/001056459.pdf>. Acesso em: 05 jun.2019.

MAIA, Lincon Macário. **Do Presidencialismo de Coalizão ao Parlamentarismo de Ocasão: as relações Executivo-Legislativo no Governo Dilma Rousseff**. 2016. Dissertação (Mestrado em Poder Legislativo). Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados. Brasília. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/33640>. Acesso em: 04 junho.2019.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias – o caso do Brasil**. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Fundação Getúlio Vargas; Mercado Aberto, 2001.

MONTEIRO, Jorge Vianna. Condicionamentos institucionais das Medidas Provisórias. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 25-44, 2000.

MONTEIRO, Jorge Vianna. O Poder de propor ou a economia das medidas provisórias. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 59-72, jul.-set. 1995.

PALERMO, Vicente. Como se governa o Brasil? O Debate sobre instituições políticas e gestão de governo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 521-557, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sttext&pid=300004=iso>>. Acesso em: 29 maio 2019.

PALERMO, Vicente. Brazilian Political Institutions: an Inconclusive Debate. **Bras. Political Sci.**, São Paulo, v. 10, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art&pid=S1981iso>. Acesso em: 04 jun.2019.

PEREIRA, Celina. **Medindo a Governabilidade do Brasil: O presidencialismo de coalizão nos governos FHC, Lula e Dilma**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10481/2017_CelinaPereira.pdf. Acesso em: 04 jun.2019.

REGO, Antônio Carlos Pojo do. O Presidencialismo de Coalizão e o Legislativo. In: João Paulo M. Peixoto (org.). **Presidencialismo no Brasil: história, organização e funcionamento**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/001056459.pdf>. Acesso em: 05 jun.2019.

SANTOS, Fabiano. Instituições Eleitorais e Desempenho do Presidencialismo no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 111-138, 1999.

ECONOMIA, POLÍTICA E DEMOCRACIA: AS SABATINAS NO SENADO FEDERAL DOS INDICADOS AO BANCO CENTRAL NOS GOVERNOS FHC E LULA

Mateus Coelho Martins de Albuquerque¹

Resumo

Este trabalho tem como objeto as sabinas realizadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal que visavam aprovar os indicados pela Presidência da República ao cargo de Presidente do Banco Central do Brasil. O recorte temporal escolhido agrega as sabinas de Gustavo Loyola (1995), Gustavo Franco (1997), Francisco Lopes (1999), Armínio Fraga (1999) – indicados por Fernando Henrique Cardoso – e Henrique Meirelles (2002), indicados por Lula da Silva. Para o método da análise, foi escolhido a Análise de Conteúdo. Focado na atuação dos senadores durante as sessões e em como elas formavam uma relação dialógica com os confrontos existentes na economia brasileira, o problema que norteia essa pesquisa é: como a atuação dos senadores nas sabinas reflete os conflitos macroeconômicos de suas épocas? A partir de ponderações analíticas sobre a variância de temas abordados e da produção, por parte dos senadores, de Situações de Conflito, foi possível identificar que a atuação dos senadores nas sabinas reflete os principais debates macroeconômicos de maneira ampla, utilitária e contida.

Palavras Chaves: Economia. Banco Central. Sabinas. Senado. CAE.

INTRODUÇÃO

O debate sobre as instituições de autoridade monetária ao redor do mundo costuma se concentrar no conflito entre a autonomia técnica institucional e a garantia de gestão democrática que se supõem caber a um órgão público. Uma determinada narrativa pró-mercado tende a, constantemente, exigir que o presidente do Banco Central tenha mais autonomia para sua atuação. Afinal, se esse órgão vai regular o mercado financeiro, que este não seja contaminado pelos interesses políticos, que podem ter decisões que não sejam pautadas pela isenção e pela racionalidade. Este grupo também tende a argumentar que o insulamento burocrático da autoridade monetária garante a continuidade temporal da gestão monetária, protegida da sazonalidade dos ciclos políticos (KEECH, 1995). Outra narrativa tende a exigir maior

¹ Professor Universitário. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. E-mail: mateusmartinsdealbuquerque@gmail.com

intervenção do Poder Executivo no Banco Central. Afinal, trata-se de um órgão público e, como órgão público, deve servir ao povo brasileiro, e não apenas ao mercado (MALDONADO FILHO, 2003).

O Brasil possui um espaço congressual em que este conflito tende a ficar mais aparente. É o da sabatina de aprovação. Essas sabinas ocorrem na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Após uma arguição, os senadores da comissão votam em aprovar – ou não – o indicado. Caso seja aprovado, o seu nome será colocado a prova no plenário do Senado, que dará a chancela final. Esse mecanismo, inspirado na dinâmica existente no *Federal Reserve* americano, foi implementado pela Constituição de 1988. Desde então, esse palco, pouco explorado pela Ciência Política brasileira², tem comportado o centro do conflito sobre a caracterização do banco central. Assim, fica definido o objeto de estudo desse trabalho: as sabinas de aprovação dos indicados ao Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Como recorte temporal, optamos pelos indicados durante os governos FHC e Lula. Esse recorte compreende as sessões de Gustavo Loyola (1995), Gustavo Franco (1997), Francisco Lopes (1999), Armínio Fraga (1999) e Henrique Meirelles (2002)³. Por que os governos FHC e Lula? O primeiro foi escolhido por ser o governo em que o Banco Central conquistou, efetivamente, um elevado grau de autonomia de atuação e relevância política. A estabilização econômica, após o Plano Real, está diretamente relacionada a esse maior destaque. Já o governo Lula apresentou uma continuidade quanto à política monetária que se traduz, no quadro maior, como uma ruptura: é a primeira vez em que um governo classificado como desenvolvimentista mantém a autonomia do presidente do Banco Central (RAPOSO, 2011). Acreditamos que esse elemento faz com que a sabatina de Henrique Meirelles ganhe contornos singulares.

Como *corpus* principal dessa pesquisa, faremos uso das notas taquigráficas das sessões, disponíveis no *website* do Senado Federal. Importante não confundir: a ata das sessões

² Uma das exceções é o trabalho de Braga (2006), sobre a atuação da CAE na questão cambial entre 1995 e 1999.

³ Infelizmente não pudemos analisar a sabatina de Pécio Arida (1995) por que sua sabatina não pôde ser encontrada nos arquivos do Senado. A Sabatina ocorreu formalmente ainda no governo Itamar Franco, em 13 de dezembro de 1994. (ARIDA, 1994). Esse mesmo fenômeno também ocorreu com Henrique Meirelles: indicado por Lula, sua sabatina ocorreu ainda no governo FHC (SENADO, 2002).

concentra apenas algumas informações básicas, como a lista de presentes e os resultados. Nas notas taquigráficas, temos acesso aos diálogos completos travados pelos senadores e pelo arguido. Não fizemos uso dos vídeos da TV Senado pelo fato de que não foi possível localizar essas gravações. Assim, é importante mencionar que a dimensão interpretativa do trabalho se dará a partir da reprodução textual do que foi dito, sem assimilar impressões imagéticas dos presentes nas sessões.

O problema de nossa pesquisa é “como a atuação dos senadores nas sabatinas dos indicados ao Banco Central durante os governos FHC e Lula refletem os conflitos macroeconômicos de suas épocas?”. Ou seja, o nosso foco para a análise das sessões são os senadores, não o indicado. Isso acontece porque, na maneira como as sabatinas são configuradas, o indicado está passivo à movimentação dos senadores: todas as suas ações são reações ao que é posto a ele. O método de pesquisa deve ser adequado às necessidades apresentadas pelo problema em questão. A Análise de Conteúdo, de acordo com Pinheiro *et al* (2014), é um método que busca compreender os sentidos presentes em formas de comunicação, sejam elas textuais ou verbais. Ela possibilita que o pesquisador sistematize indexadores (que podem ou não ser quantitativos) para destrinchar o texto em suas múltiplas partes. Um de seus principais objetivos é o de racionalizar o que determinado texto quer dizer após a interpretação do que é superficial. Segundo Bardin (1977), a Análise de Conteúdo se divide em três etapas: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, com inferências e interpretações. Este quadro geral em três etapas é simples, mas ganha contornos mais específicos conforme a escolha de qual técnica da Análise de Conteúdo será utilizada. Para este trabalho, escolhemos a mais tradicional, a Análise Categorial (BARDIN, 1977). O processo da Análise Categorial envolve a formulação de “unidades de codificação” (os indexadores) e “unidades de contexto”, utilizadas para se compreender os sentidos produzidos pelas unidades de codificação.

No nosso trabalho, as “unidades de codificação” serão formadas pelas categorias temáticas em que serão organizadas, de maneira quantitativa, as perguntas feitas nas sabatinas. Quando procedermos com a análise, essas categorias não serão comparadas, quantitativamente, entre si. Ao invés disso, serão utilizadas como ferramentas descritivas de auxílio à análise. Logo, não serão estabelecidas categorias pré-definidas, com a intenção de avaliar o quanto elas

reagem em cada sabatina. Ao contrário, as categorias serão definidas a partir da apreciação inicial sobre as sabatinas, como apontado acima. Já as nossas “unidades de contexto” foram nomeadas por esse estudo como Situações de Conflito. Estas se referem aos momentos em que um dos senadores entram em confronto direto com o arguido, com a presidência da Comissão ou com o relator. Os “confrontos” são definidos por descontentamentos expressos com a condução da sessão, a função das sabatinas, a escolha do indicado, os modelos apresentados nas respostas anteriores e a política econômica. Além de quantificarmos esses momentos, também os descreveremos textualmente, afinal, essas unidades servem para demonstrar o contexto em que as sabatinas ocorreram; logo, seus detalhes fornecem conteúdo qualitativo.

Outro aspecto relevante a tratarmos aqui é a configuração da oposição e da base aliada. Durante as cinco sabatinas analisadas, a coalizão governamental dos partidos presentes nas sabatinas foi representada por PSDB, PFL, PMDB, PPB e PTB; a oposição foi representada por PT, PSB, PDT e PPS. O PFL chegou a se retirar do governo FHC, mas somente após a última sabatina do governo (de Armínio Fraga, em 26 de fevereiro de 1999). A única sabatina do governo Lula foi realizada no final do governo FHC (de Henrique Meirelles, em 17 de dezembro de 2002). Consideramos então representantes na sabatina da base aliada os partidos que formaram a coalizão de Lula no início de seu mandato: PT, PSB, PDT, PPS e PTB. A oposição foi representada por PSDB, PFL, PMDB e PPB. PMDB e PPB ingressariam oficialmente no governo Lula meses após a sabatina. Concomitantemente, PDT e PPS passariam para a oposição (FIGUEIREDO, 2012).

O BANCO CENTRAL E O SENADO

O Banco Central do Brasil foi criado em 1964, pela administração do Presidente Castello Branco. O Banco passou a controlar a emissão de moeda, função antes destinada ao Tesouro Nacional, e também passa a ser o banco do governo, função antes exercida pelo Banco do Brasil. Para Raposo (2011), a submissão das autoridades monetárias ao poder executivo está relacionada à ascensão do keynesianismo como linguagem social e econômica. A principal função dos Estados, ao assumir esse aspecto, era promover o pleno emprego e o crescimento econômico. No Brasil pré-64, a adoção desta linguagem mitigou a autoridade monetária à

chancela de outros setores, como o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil e, posteriormente, a Superintendência da Moeda e do Crédito, a SUMOC (RAPOSO, 2011).

Após a redemocratização, o Banco Central do Brasil passou a desempenhar a função tríplice da maioria das autoridades monetárias do capitalismo. Essa função é descrita por Lourdes Sola:

O *status* que tem hoje um banco central moderno - como instituição pública não orientada pela maximização do lucro - é resultante de um processo histórico evolutivo, ancorado nas regras e nas instituições que sustentam suas três funções básicas: a de banco do governo, a de detentor do monopólio da emissão de moeda e a de banqueiro do sistema bancário. (SOLA, 2011, p.79-80).

Para Sola *et al* (2002), a concepção de “autoridade monetária”, dada aos bancos centrais, passa por duas dimensões. A primeira é a dimensão coercitiva, em que essas instituições podem operar no sentido normativo e punitivo para regular o sistema financeiro, em graus variados. A outra é a do cultivo de práticas voluntárias dos agentes privados, que surgem através de um cálculo racional, a partir da condição do Banco Central de monopolizador do crédito. Assim, é plausível assumir que a autoridade monetária possui uma autoridade política e um poder econômico. Essas dimensões só passam a ter sentido social quando há uma consciência coletiva de que a estabilidade dos preços é um bem público. A garantia dessa estabilidade, ao redor do globo, tem estado atrelada a um suposto insulamento técnico da autoridade monetária. Como garantir o funcionamento de uma democracia, com instâncias consultivas amplas e, conseqüentemente, mais atores políticos opinando e divergindo, em paralelo ao insulamento técnico? Essas questões, como bem apontam os autores, não são próprias da economia, que tende a mitigar o discurso político dos processos técnicos, formulando uma lógica meramente operativa.

Em primeiro lugar, é importante desconstruir – e aqui fazemos novamente eco a Sola (2011) – a ideia de que as decisões macroeconômicas são puramente técnicas, por mais insuladas que estejam da disputa política. Esse insulamento por si só é uma decisão política e ideológica, que atende a interesses dos agentes no poder. Em segundo lugar, é necessário apontar que não é apenas a autonomia ou não que caracteriza o Banco Central como uma instituição democrática. Whitehead (2002) apontou que existem duas características que

medem a democracia de uma autoridade monetária: a construção de mecanismos que permitem aos agentes no poder – e, indiretamente, a população que os elegeu – a interferir no banco; e o modo como essa instituição se comunica, fazendo de sua população informada sobre as suas decisões. Em resumo, é preciso analisar essa instituição sob a ótica de como ela, apesar de sua intensa especificidade técnica, presta contas à democracia:

Entretanto, este fenômeno ocorre após as decisões já terem sido tomadas. Segue questionável como compatibilizar decisões ditas técnicas com processos democráticos. Como o próprio Whitehead (2002) levanta, trata-se de um equilíbrio delicado. No Brasil, existem mecanismos de vinculação do BC à vontade popular: além de ter de ser indicado diretamente pelo Presidente da República, o candidato indicado deve passar por sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal para ser aprovado à Presidência do Banco. Ao mesmo tempo, por mais impactantes que sejam no dia-a-dia popular, existe a impressão de um afastamento das decisões do BC na agenda cotidiana. Sola, *et al* (2002) aponta que, por vezes, a linguagem política é vista como um problema, como algo que contamina negativamente as decisões técnicas. Evitar o “populismo” é a justificativa dada para que se garanta a autonomia.

O conceito de autonomia foi criticado por autores como Crocco e Jayme Jr (2003). Segundo eles, a razão de sustentação desta autonomia se dá na tentativa de conquistar legitimidade da autoridade monetária para com os agentes privados. Para os autores, o que se pautou por “autonomia” na América Latina não se tratou de autonomia de fato, e sim de independência. Quando um ator tem o poder de decidir a taxa de juros e a emissão de moeda, ele não possui apenas controle dos meios, a partir de seu conhecimento técnico, mas também define parte preponderante dos fins. Os presidentes do BC não são apenas operadores, tomam decisões políticas. Os mecanismos legislativos de controle e fiscalização não garantem uma autonomia que seja democrática e vinculante, já que os agentes podem agir conforme seus interesses privados.

Os estudos sobre as mudanças de perfil dentre os economistas colaboram para essa visão crítica. Os economistas passaram a ser agentes políticos relevantes no Brasil. Belieiro Jr e Backes (2017) afirmam que o período de redemocratização dos anos 80 deu aos economistas centralidade no debate nacional, devido à hiperinflação. Assim, as decisões tomadas por esses economistas passam a influenciar diretamente as decisões políticas, tornando-se o centro da

análise política brasileira no período. De acordo com Loureiro (1997), esses economistas seriam selecionados não mais por suas relações políticas, mas sim pela formação técnica. Novamente, a importância da internacionalização da carreira para o estabelecimento de uma nova política de recrutamento. O perfil de carreira “economista-dirigente político”, de um acadêmico recrutado para exercer postos no governo, passaria a ser o padrão da economia brasileira. Esse perfil se dá pela formação universitária (com provável doutorado nos Estados Unidos), o ingresso na carreira acadêmica no eixo Rio-São Paulo, o recrutamento para alto cargo no governo e, ao fim, o ingresso nas consultorias privadas. Se observarmos apenas os economistas estudados neste trabalho, veremos a comprovação desse recorte: apenas Gustavo Loyola não realizou o seu doutoramento nos Estados Unidos (mas o fez na FGV, que se encaixa no mesmo perfil acadêmico) e apenas Henrique Meirelles seguiu atuando no setor público após deixar cargo (no Comitê Público Olímpico e, posteriormente, no Ministério da Fazenda).

Codato e Cavalieri (2015) demonstram um processo de homogeneização de carreiras dos recrutados para ocupar cargos decisórios da política monetária. Dos 39 economistas que passaram pelas diretorias do Banco Central entre 1995 e 2014, 21 tiveram formação em universidades de tradição ortodoxa/monetarista. Metade destes diretores possui doutorado, sendo que a maioria destes fez carreira no setor privado, e não na vida acadêmica. Ainda no universo dos que possuem doutorado, 75% cursaram em universidades estadunidenses de perfil ortodoxo. Dos três que cursaram doutorado no Brasil, apenas um não o fez em um curso de tradição ortodoxa. Somados, os de formação completamente filiada à economia ortodoxa totalizam 84% dos que alcançaram o título de doutor.

Com a Constituição de 1988, novos mecanismos de controle do legislativo sobre o executivo foram criados. Quando o Banco Central foi criado, em 1964, o Poder Executivo Federal obteve a prerrogativa de escolher seu presidente e seus diretores. A novidade apresentada em 1988 foi a necessidade de o indicado à Presidência do Banco Central ser aprovado pelo plenário do Senado Federal, como competência indicada no artigo 52 da nova Carta Magna, que trata das funções do Senado. No inciso III do artigo fala-se em “aprovar publicamente por voto secreto, após arguição pública a escolha de: d) presidente e diretores do Banco Central”. Os incisos VI, VII, VIII, IX e XV também apresentam tarefas econômicas da

Casa, como avaliação da dívida mobiliária, das dívidas estaduais, de acordos financeiros internacionais e do Sistema Tributário Nacional.

O Senado delega parte dessa função para uma de suas comissões permanentes, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que sabatina os indicados sobre as temáticas econômicas mais relevantes do momento, para depois aprovar ou não o indicado. Tendo o parecer favorável da Comissão, o nome do candidato à vaga segue para o Plenário. Até 2018, ano em que este trabalho foi produzido, todos os indicados haviam sido aprovados pela Comissão e pelo Plenário. Em 2018, a CAE possuía 27 membros titulares, mais 27 suplentes, mas este número variou durante as diferentes legislaturas. Suas competências, regidas pelo artigo 99 do Regimento Interno do Senado Federal, incluem o debate sobre legislação econômica; a convocação de Ministros da Fazenda, do Planejamento e do Presidente e diretores do Banco Central; a promoção de audiências públicas e as sabinas aqui estudadas. A CAE também sabatina os indicados ao Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo afirma Lemos (2008), em um estudo sobre o funcionamento das comissões do Senado nos anos 90, a CAE vinha sendo considerada por 35,3% dos senadores como a comissão mais relevante da Casa, atrás apenas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, considerada a mais importante por 58,8% dos senadores.

As Comissões do Senado são definidas no artigo 90 do Regimento da Casa. Suas funções passam pela aprovação de leis, audiências públicas, sabinas com ministros de Estado, promoção de debates sobre temas encaminhados, entre outras. Em 2018, enquanto este trabalho era escrito, o Senado possuía catorze comissões permanentes e sete comissões provisórias, criadas para tratar de temas específicos. Lemos (2008) observou que uma grande minoria dos projetos legislativos parte das comissões, mas que esses têm ampla taxa de aprovação, indicando que o caminho das comissões apresenta uma maior probabilidade de que um projeto vire lei. Um número muito grande de comissões, apesar de garantir maior pluralidade de temas, torna mais amortecido o processo parlamentar, assim como a permissão para que um parlamentar participe de muitas comissões. Outro ponto destacado por Lemos (2008) é o de não haver uma homogeneidade de posições nas comissões do Senado Federal, tendo em vista que o número de membros das comissões é previamente estipulado, seguindo a proporcionalidade dos partidos na Casa. Isso garante a presença de uma ampla gama de partidos nas Comissões.

Um ponto relevante para se avaliar a atuação do Senado é a mudança no perfil dos senadores no período posterior à redemocratização, como mostram Codato, Massimo e Heinz (2016). Os autores demonstram que houve uma clara expansão das carreiras técnicas (economistas, engenheiros, administradores, contadores e afins) em relação aos outros períodos da República, mesmo que ainda haja dominância dos oriundos das ciências jurídicas. Formado em sua maioria por empresários, o Senado tem um grau de formação educacional consideravelmente mais elevado que o resto da população, com apenas 7,8% dos Senadores não possuindo o ensino superior. O Senado segue uma casa de concentração de elites. Entretanto, essas elites apresentam um caráter diferenciado: além de um crescimento de formações não jurídicas na Casa, há uma redução da média etária e uma valorização da política regional na carreira do Senador. Contudo, o fato de um senador ter construído carreira em seu estado antes de alavancar-se para o Congresso não o impede de exercer uma atuação mais partidária do que regional. Se um senador faz parte da base aliada, ele tende a apoiar o Executivo nas decisões. As decisões giram em torno do Executivo federal com mais intensidade que do Executivo de seu estado de origem (NEIVA; SOARES, 2013).

Analisamos aqui mudanças nas carreiras de economistas e senadores. É possível avaliar a fiscalização dos senadores sobre atuação dos economistas na gestão pública como *accountability*? Segundo Arato (2002), a *accountability* faz parte da dimensão representativa, sendo um mecanismo por onde a população exige respostas de seus representantes. Nas democracias modernas, nada impede o representante de agir de forma contrária ao interesse de seus eleitores, a não ser o cálculo racional de que isso lhe trará perdas futuras (como a possibilidade de se reeleger). Essa prestação de contas é o momento em que o representante avalia se suas ações estão ao agrado de seus eleitores ou não. Seguindo o pensamento de O'Donnell (1998), podemos caracterizar as sabatinas como uma tentativa de *accountability* horizontal. Os mecanismos verticais são aqueles que partem diretamente do privado ao público. As eleições podem ser caracterizadas como *accountability* vertical: é o poder emanando da população ao Estado. Mas existem mecanismos intra-institucionais, em que as próprias instituições realizam essa conferência de funcionamento. Essa *accountability* horizontal está presente em uma situação na qual o poder legislativo – o Senado, por exemplo – realiza um processo de questionamento sobre a política econômica indicada pelo executivo. Entretanto, há

limites nessas ferramentas: a *accountability* horizontal completa é caracterizada por poderes de delegação e retirada de autoridade (CARNEIRO, 2004). As sabatinas representam, então, uma perspectiva sobre as insuficiências da capacidade de horizontalização dos mecanismos de *accountability* (DINIZ, 2000).

AS SABATINAS

Neste excerto, trataremos das cinco sabatinas que foram analisadas no estudo. Demonstraremos, através de gráficos e tabelas, a evolução dos temas ao longo do processo das sabatinas. Também demonstraremos a evolução do envolvimento dos partidos em Situações de Conflito. Infelizmente, o espaço limitado de páginas nos impediu de reproduzir aqui a descrição das Situações de Conflito de cada uma das sabatinas. Na tabela seguinte, demonstramos as datas em que as sabatinas ocorreram e o placar final de sua votação.

Tabela 1 – Data e placar das sabatinas analisadas na pesquisa

| Indicador | Data da Sabatina | Placar da Aprovação |
|--------------------|------------------|---------------------|
| Gustavo Loyola | 08/06/1995 | 24 vs 2 |
| Gustavo Franco | 08/08/1997 | 21 vs 6 |
| Francisco Lopes | 28/01/1999 | 23 vs 2 |
| Armínio Fraga | 26/02/1999 | 21 vs 6 |
| Henrique Meirelles | 17/12/2002 | 21 vs 5 |

Fonte: Notas Taquigráficas das Sabatinas de Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Francisco Lopes, Armínio Fraga e Henrique Meirelles (disponíveis no *website* do Senado Federal).

Infelizmente, o pouco espaço disponível deste trabalho não permite uma maior descrição dos detalhes apreciados nas sabatinas. Todas as sessões se trataram de espaços bastante polêmicos, em que debates valorativos e ideológicos permeavam as discussões técnicas. O contexto da saída dos presidentes do BC também é importante, pois estas saídas constantemente tornavam-se polêmicas na sabatina seguintes, sendo os sabatinados questionados sobre as supostas falhas de seus antecessores. Para não prejudicar a apreciação desses contextos, elaboramos uma tabela sintética dessas ocorrências.

Tabela 2: Principais polêmicas ocorridas nas sabatinas e motivo de saída do cargo dos sabatinados

| Indicado | Polêmicas da Sabatina | Motivo de Saída do Cargo |
|--------------------|---|--|
| Gustavo Loyola | - Vazamento de informação privilegiada para a MCM, consultoria em que Loyola trabalhava; - Vazamento de informação privilegiada de Pécio Arida para o banco BBA. | Desgaste da imagem com os Governadores em virtude da liquidação de bancos estaduais. |
| Gustavo Franco | - A manutenção da política cambial. | Discordâncias quanto à política cambial. |
| Francisco Lopes | - A autonomia do Banco Central; - A política cambial de Franco. | Fortes ataques cambiais sofridos durante os 13 dias do seu mandato. |
| Armínio Fraga | - A relação de Fraga com o <i>Soros Fund</i> , que faz especulação monetária no Brasil. | A eleição de Lula da Silva. |
| Henrique Meirelles | - A indicação, por parte do PT, de um sabatinado de perfil semelhante aos anteriores. | A eleição de Dilma Rousseff. |

Fonte: Notas Taquigráficas das Sabatinas de Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Francisco Lopes, Armínio Fraga e Henrique Meirelles (disponíveis no *website* do Senado Federal)

Ao todo, realizando o processo de Pré-Análise descrito por Bardin (1977), identificamos 17 temas nas perguntas realizadas nas sabatinas: “Relações Público-Privadas”; “Juros e Crescimento Econômico”; “Regulação do Sistema Financeiro”; “Gestão do Banco Central”; “Questão Regional”; “Política cambial”; “Desindexação”; “Inflação”; “Senado e Banco Central”; “Privatizações”; “Legado do Real”; “Dívida Pública”; “Avaliação do Governo”; “Desigualdade Social”; “Relações Internacionais”; “Questão Partidária” abarca questões referentes à vinculação do arguido com determinado partido e como isso afetaria sua política. Abaixo, compilamos a média de perguntas, de perguntadores e de Situações de Conflito gerados por cada partido. Através desta tabela, é possível observar a atuação geral dos partidos nas cinco

sabatinas analisadas. Na tabela, não é possível identificar as diferenças entre as sabatinas, e sim o caráter total de cada partido nas sabatinas.

Tabela 3: Informações gerais das sabatinas de Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Francisco Lopes, Armínio Fraga e Henrique Meirelles

| | Média de Perguntas | Média de Senadores Perguntando | Média de Situações de Conflito |
|-------|--------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| PT | 14,6 | 3,2 | 3,2 |
| PSB | 3 | 1 | 0,8 |
| PDT | 3 | 0,6 | 0,6 |
| PPS | 0,8 | 0,4 | 0,2 |
| PTB | 0,8 | 0,4 | 0 |
| PSDB | 4,8 | 2,8 | 0,8 |
| PMDB | 11,8 | 3,8 | 1,2 |
| PPB | 1,6 | 0,8 | 0,2 |
| PFL | 7,2 | 2,8 | 0,2 |
| Total | 47,6 | 15,8 | 7,2 |

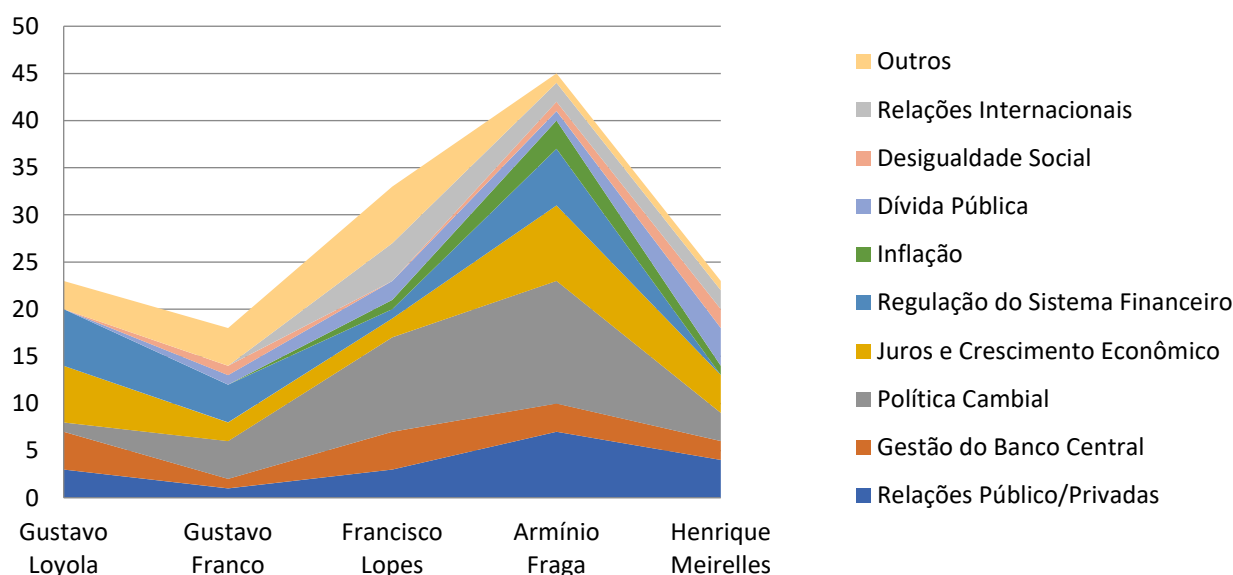
Fonte: Notas Taquigráficas das Sabatinas de Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Francisco Lopes, Armínio Fraga e Henrique Meirelles (disponíveis no *website* do Senado Federal)

A natureza metodológica deste trabalho impõe certas limitações à avaliação geral dos dados coletados. Como o método permitiu a criação de múltiplos indexadores posteriores à análise, aqui não cabe a comparação entre os indexadores por si, e sim expô-los temporalmente, como um recurso a contribuir para a observação qualitativa. Esses dados podem ilustrar, em retrospecto histórico, as diferentes temperaturas entre as sabatinas, como reflexo dos conflitos macroeconômicos atuando através dos senadores.

Nos dois gráficos abaixo, está exposta a evolução dos indexadores ao longo das cinco sabatinas que pudemos avaliar. Separamos essa evolução entre a base aliada e a oposição. É importante frisar o que as categorias “Base Aliada” e “Oposição” significam quando se trata dos partidos presentes nas sabatinas: a base aliada durante as sabatinas de Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Francisco Lopes e Armínio Fraga era formada pelo PSDB, PFL, PTB, PMDB e PPB, e a oposição por PT, PSB, PDT e PPS. Já durante a sabatina de Henrique Meirelles, a

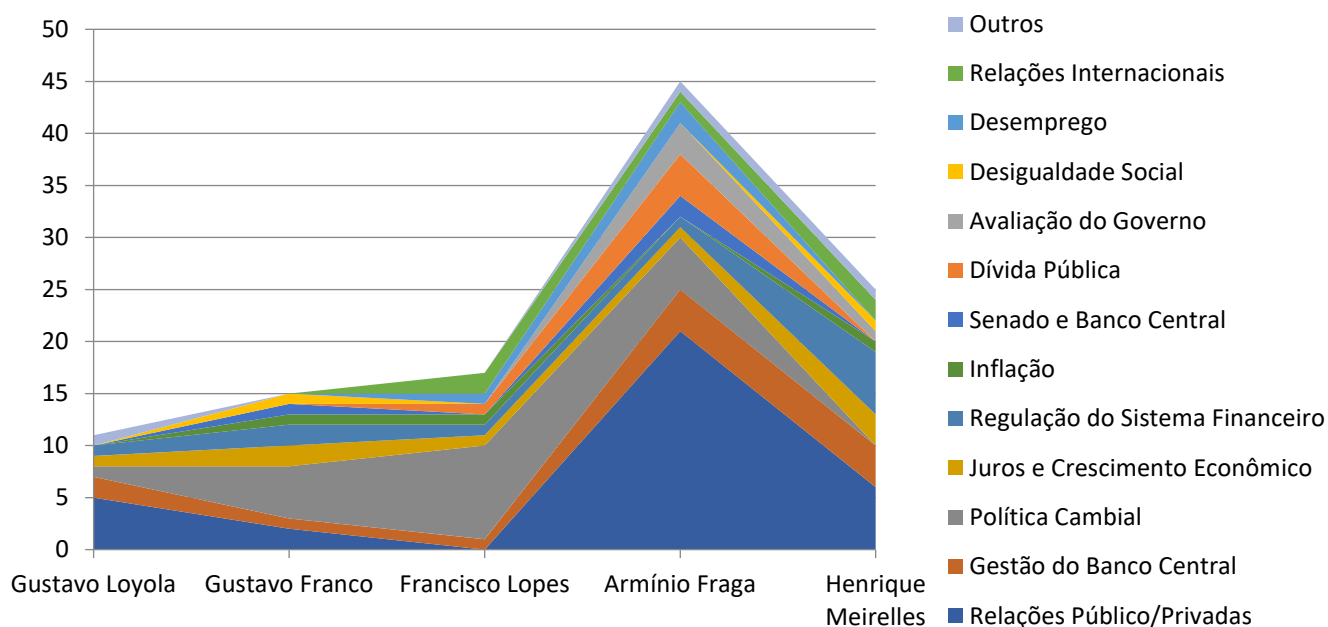
base aliada era formada pelo PT, PSB, PDT, PPS e PTB, enquanto a oposição era composta pelo PSDB, PFL, PMDB e PTB. Para fins gráficos, categorizamos “Outros” os indexadores que apareceram em menos de três sabatinas no gráfico da Figura 1; e em menos uma ou nenhuma sabatina no gráfico da Figura 2. Também foi mapeada a evolução das Situações de Conflito nas cinco sabatinas que foram analisadas, na Figura 3.

Figura 1: Evolução dos temas abordados pela Base Aliada nas sabatinas de Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Francisco Lopes, Armínio Fraga e Henrique Meirelles



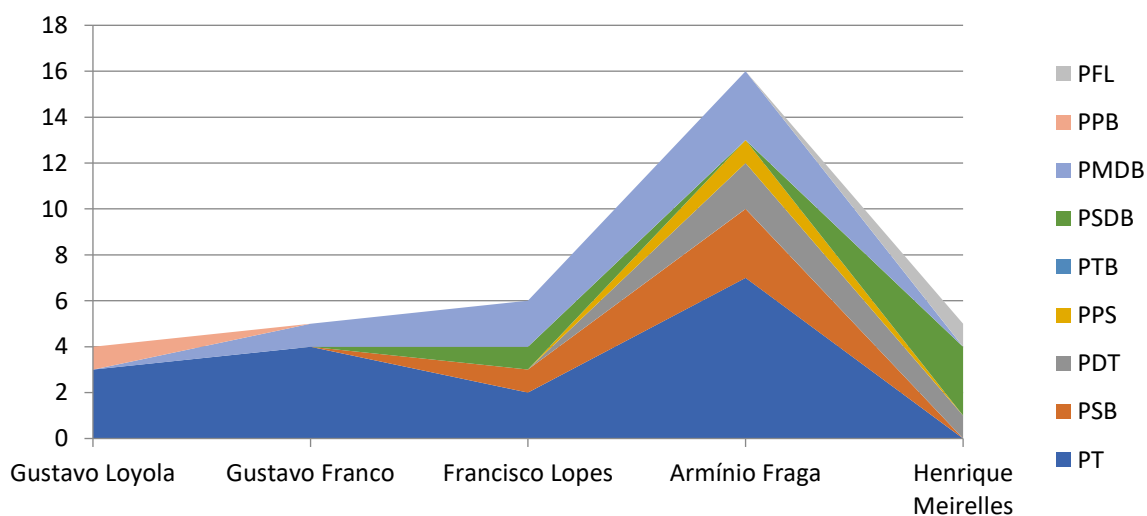
Fonte: Notas Taquigráficas das Sabatinas de Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Francisco Lopes, Armínio Fraga e Henrique Meirelles (disponíveis no *website* do Senado Federal).

Figura 2: Evolução dos temas abordados pela Oposição nas sabinas de Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Francisco Lopes, Armínio Fraga e Henrique Meirelles



Fonte: Notas Taquigráficas das Sabinas de Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Francisco Lopes, Armínio Fraga e Henrique Meirelles (disponíveis no *website* do Senado Federal).

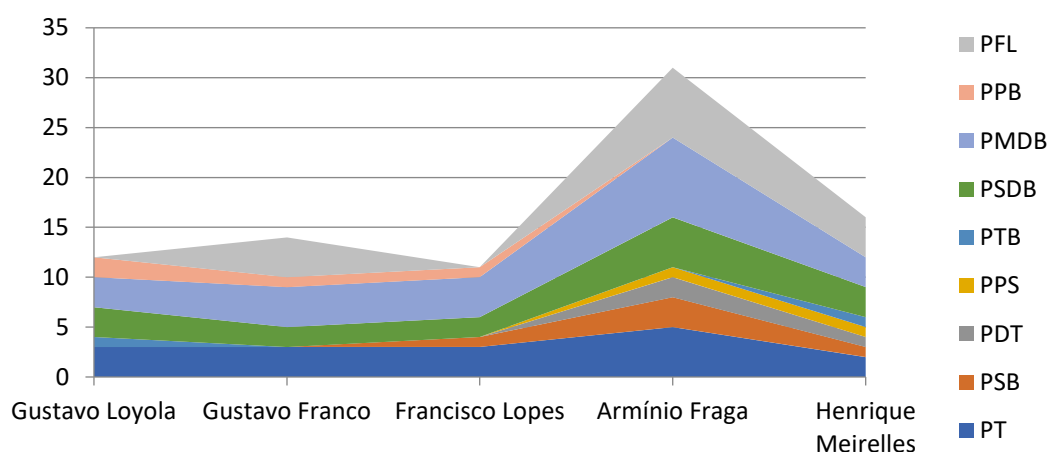
Figura 3: Evolução Situações de Conflito criadas pelos partidos nas sabinas de Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Francisco Lopes, Armínio Fraga e Henrique Meirelles



Fonte: Notas Taquigráficas das Sabatinas de Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Francisco Lopes, Armínio Fraga e Henrique Meirelles (disponíveis no *website* do Senado Federal)

No gráfico abaixo, foi demonstrada também a evolução dos senadores que fizeram perguntas em cada sabatina. Esse dado é mais rico, em longo prazo, que o de senadores presentes, tendo em vista que a presença na CAE é definida pela divisão entre as bancadas (ou seja, proporcional aos senadores eleitos por partido) e que nem todos os que fizeram perguntas formalmente pertenciam à Comissão.

Figura 4: Evolução no número de parlamentares que fizeram perguntas, por partido, nas sabatinas de Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Francisco Lopes, Armínio Fraga e Henrique Meirelles



Fonte: Notas Taquigráficas das Sabatinas de Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Francisco Lopes, Armínio Fraga e Henrique Meirelles (disponível do *website* do Senado Federal).

ANÁLISE E CONCLUSÃO

As limitações deste trabalho impedem que acrescentemos à nossa análise um mapeamento das origens sociais, escolaridade e profissão dos senadores envolvidos na sabatina. Como dito na introdução, nos limitamos a observar as movimentações desses senadores no microcosmo da sabatina, sem avaliações sobre os caminhos prévios por eles tomados até aquele momento. Mesmo que essa neutralização do agente público estudado apresente uma lacuna metodológica, já que impede de avaliar as razões estruturais e pessoais que motivam a sua ação, ainda nos restam dois elementos importantes para ponderar sobre o problema de pesquisa: a

ação e a unidade discursiva do agente político. Assim, a sabatina apresentou uma grande série de uniformidades. Uma análise condensadora das cinco sessões revela três blocos de unidade de ação e discurso político.

- UNIDADE 1: O Banco Central deve ser independente, respondendo ao Estado em demanda mínima, para evitar contaminação política sobre a política monetária. A política monetária deve ser responsável, tendo como foco principal a contenção da inflação. Para isso, torna-se inegociável a taxa de juros alta para conter o consumo caso a inflação ameace subir. O Banco Central não deve ter uma relação antagônica com o mercado financeiro, adaptando-se às suas tendências. Não deve fazer diferenciação entre setores da economia, ou mesmo com a origem nacional dos investimentos: quanto mais internacionalizada a economia, melhor. Os presidentes e diretores do Banco Central podem ser oriundos do mercado financeiro e isso, inclusive, agrega à instituição experiência do mercado privado necessária para uma economia moderna. Essa unidade é adotada pela maioria dos parlamentares vinculados ao PSDB e do PFL, mas também por alguns do PMDB, PTB e PPB/PP.
- UNIDADE 2: O Banco Central deve primar pelo desenvolvimento da economia nacional. Logo, suas decisões estratégicas têm de ser pautadas para o crescimento específico de determinados setores econômicos. Nesse sentido, a contenção da inflação não pode interromper o crescimento da agricultura, da indústria e do comércio nacional. As críticas aos juros, então, são constantes. Não há um problema com o mercado financeiro internacional, desde que haja uma hierarquização privilegiando os interesses dos setores nacionais de produção. O mesmo para a escolha dos que administrarão a autoridade monetária: suas origens importam menos que a expressão de suas intenções para com a economia nacional. É necessário haver certo grau de autonomia da autoridade monetária, mas ela deve ser mais responsiva à política. Aqui cabem críticas à insuficiência das sabatinas. Encaixam-se aqui alguns parlamentares do PMDB, do PDT, do PSB, do PT, do PPS e do PPB.

- UNIDADE 3: O Banco Central é um balcão de negócios do mercado financeiro internacional. Ele existe para garantir o crescimento da burguesia. Sua política de juros e cambial é usada para acirrar as desigualdades sociais, mantendo pobreza e miséria quando instaurada. Nessa visão, há a ponderação de que a política da Unidade 1 não comete apenas um erro estratégico, mas um erro ético. Assim, essa visão é extremamente crítica à presença de funcionários ou intelectuais orgânicos do sistema financeiro internacional, por ela significar, por si só, a perda da soberania popular sobre os rumos da economia. Consequentemente, essa visão tece críticas amplas à forma como o Banco Central é constituído, como uma instituição fechada, onde agentes do mercado tem mais acesso às suas ações que a população. Aqui entram, principalmente, parlamentares do PT, do PSB, do PDT e do PPS.

A Unidade 1 é, sem dúvida, o pensamento apresentado pelos sabatinados às sabatinas. É o discurso comum de todos os cinco indicados do Banco Central que analisamos aqui. As Unidades 2 e 3 são os discursos de oposição, os levantados nas Situações de Conflito. Esses não são, de forma alguma, excludentes entre si, mas não estão necessariamente vinculados. Um apontamento importante é que, dentro da nossa análise empírica, não houve nenhuma Unidade clara quanto à questão cambial.

O modelo de valorização cambial foi compartilhado, nas duas primeiras sabatinas, pelas Unidades 1 e 2, sendo criticado pela Unidade 3. Na terceira sabatina, a Unidade 1 defende a flutuação cambial, enquanto as Unidades 2 e 3 passam a criticar a falta de controle sobre o câmbio, temendo, inclusive, o *currency board* como horizonte possível. Na quarta e na quinta sabatinas acontece um fenômeno: a pauta cambial aparece em menor volume, resumindo-se a críticas da Unidade 3 à falta de controle do Brasil sobre o seu próprio câmbio.

Na primeira sabatina analisada, a de Gustavo Loyola, praticamente todos os tensionamentos surgem a partir da categoria “Relações Público-Privadas”. Os senadores do PT monopolizam essa crítica, bastante direcionada ao que categorizamos como Unidade 3. Uma figura da base aliada também tensionou o processo, Esperidião Amin (PPB-SC), com uma narrativa adequada à Unidade 2. A base aliada, em sua maioria, mantém a narrativa da Unidade 1, embora tenha havido questionamentos sobre o desenvolvimento regional.

A avaliação hegemônica da sabatina foi a de que o Plano Real vinha sendo um sucesso absoluto e, por isso, seus marcos formais deveriam ser mantidos. A conturbada saída do antecessor, no caso BBA, e a entrada questionada de Loyola sob as alegações de concessão de informação privilegiada à MCM pautaram a sabatina: “Relações Público-Privadas” foi o tema mais abordado, quase majoritariamente pela oposição. “Regulação do Sistema Financeiro” foi um tema muito abordado, mas notoriamente por cobranças quanto às contas fantasma. Curiosamente, as intervenções, privatizações e liquidações de bancos de escopo regional (públicos ou privados) deram cabo na gestão de Loyola, algo praticamente não citado na sabatina.

Na sabatina de Gustavo Franco, houve uma inversão das temáticas abordadas. Franco era oriundo da academia, e não do mercado. Assim, as “Relações Público/Privadas” foram substituídas pela “Política Cambial”. Novamente, o padrão da sabatina anterior se repetiu nas Situações de Conflito: todos os senadores do PT presentes criaram Situações de Conflito, pautadas pela Unidade 3, e um senador da base aliada, Pedro Simon (PMDB-RS) produziu uma, pautada pela Unidade 2. Nas situações de conflito, uma grande multiplicidade de temas foi abordada, mas “Política Cambial” aparece como o aspecto mais notável. Ela seria, segundo os conflitantes, geradora de um modelo por vezes mantenedor de desigualdades, por vezes inimigo da produção nacional. É interessante notar a inversão no grau de participação dessa sabatina: enquanto a base aliada diminuiu o número de perguntas consideravelmente em relação à sabatina anterior, a oposição aumentou. A manutenção da política cambial ante a crise acabaria por derrubar Franco. A visão constituinte do que formaria a Unidade 1 quanto ao câmbio passaria a mudar.

A sabatina de Lopes foi marcada por críticas ao modelo cambial adotado até então, e representado pela figura de Gustavo Franco. Acadêmico e representante menos radical da ortodoxia econômica, o discurso da oposição esteve muito mais centrado em ataques ao governo que em ataques à indicação de Lopes. A postura de Lopes, de assumir que a banda diagonal endógena foi (ao menos) um erro comunicacional agradou aos senadores. Ainda assim, isso não impediu as Situações de Conflito, com algumas novidades: o PMDB agora possuía dois

senadores conflituosos (o já citado Simon e Roberto Requião⁴, do Paraná) e o PSDB, partido do governo, também tinha um: Jefferson Péres (PSDB-AM). Os três realizam críticas categorizáveis dentro da Unidade 2. Os dois senadores do PT agora são acompanhados por um senador do PSB na produção de Situações de Conflito, embora fique claro que a postura deste senador é identificável com a Unidade 2, enquanto os petistas seguem vinculados à Unidade 3.

A questão cambial monopolizou a sabatina mais do que em qualquer outra, tanto por parte da oposição quanto da base aliada. O interessante a se notar aqui é que as críticas quanto ao câmbio não se referem ao que Lopes afirmava que faria, mas a um estudo de intenções: hora se criticava o governo pela demora (supostamente deliberada através de motivos escusos), hora se criticava o modelo de *currency board*, que o indicado insistiu não ser o ideal. No fim, Lopes acabou saindo devido a um ataque cambial. Seria julgado criminalmente por vender dólares mais baratos a bancos que teriam sido prejudicados pela crise cambial.

A sabatina de Armínio Fraga é notável. Ao observarmos os gráficos e tabelas, é possível notar que ali se tratou de um evento em que o conflito esteve presente em altíssima quantidade. Isso se deve ao fato de a sessão concentrar dois questionamentos pontuais, duas crises: a crise da desvalorização do Real – que culminou na saída dos dois presidentes anteriores em um curto intervalo de tempo –, e a crise da indicação em si de Fraga, devido a seu papel como especulador. Esses dois eventos marcaram maior descrédito, uma fragilidade, na Unidade 1. Averiguando os gráficos, é notório que a base aliada focou na primeira situação, enquanto a oposição, na segunda.

A oposição produziu um número alto de Situações de Conflito, majoritariamente focados no tema “Relações Público/Privadas”. PPS e PDT (do agora opositor Jefferson Péres) se juntam a PT e PSB nessa narrativa. Os senadores usaram de termos fortes e frases de efeito, bastante vinculados à Unidade 3, para expor suas críticas. O PMDB protagonizou três Situações de Conflito, uma delas vinculada à Unidade 2 e duas delas à Unidade 3, sendo as duas últimas situações geradas antes da sabatina em si. É a primeira vez que as Situações de Conflito

⁴ Em todas as suas participações, Requião demonstrou oposição às colocações feitas pelos indicados por FHC ao BC, à despeito de seu partido compor a base aliada. Um fato curioso é que o senador iniciava suas perguntas sempre citando o livro “Alice no País das Maravilhas”, de Lewis Carroll. Na passagem citada, o gato falante perguntava para Alice que caminho ela deveria seguir. Esse trecho configurava-se em seu primeiro questionamento: que caminho seguir?

questionam a validade da sabatina em si, usando como argumento a questão da idoneidade do indicado. Mesmo com tanta movimentação, a gestão de Fraga foi estável. O economista se manteve no cargo até o fim do mandato do presidente que o indicou.

Uma nova virada acontece na sabatina de Meirelles, na qual os números de perguntas e Situações de Conflito caem de maneira generalizada. O debate centrou-se menos na discussão do modelo econômico ideal para o Brasil e mais na caracterização do que era apresentado. Assim, os partidos que antes formavam a oposição não transitaram para a Unidade 1, mas se reuniram em torno de um discurso de Unidade 2, caracterizando Meirelles como um candidato que expunha os elementos que formam essa Unidade. Já os partidos que antes formavam a base aliada se mantiveram na defesa das propostas da Unidade 1, e caracterizaram Meirelles dessa forma. Tal qual em Lopes, a oposição focou na presumida contradição existente no fato de o PT indicar um economista com esse perfil do que em atacar o economista indicado. Tanto pelo discurso adotado, quanto por sua atuação ao longo dos oito anos em que se manteria no cargo, Meirelles se adequou muito mais ao que foi descrito como Unidade 1. Ainda assim, conviveu com diferentes interesses ao longo de sua gestão e, mesmo enfrentando crises internas e externas, teve altíssimo grau de estabilidade e autonomia concedidas.

Cabe agora responder ao problema proposto pelo trabalho: como a atuação política dos senadores durante as sessões de sabatina dos indicados ao Banco Central nos governos FHC e Lula reflete os conflitos macroeconômicos da época? Após esse extenso processo de averiguação, podemos inferir que há uma **reflexão ampla, utilitária e contida**. Explicaremos o que isso quer dizer nos parágrafos a seguir.

É bastante razoável assumir que os elementos que compõem a Unidade 1, hegemônica em todas as sabinas, são elementos do que pode se caracterizar como neoliberalismo. Para Dardot e Laval (2016), existem quatro traços que caracterizam a racionalidade neoliberal: o de que é necessária intervenção ativa do Estado para a constituição de um modelo jurídico que permita o avanço do mercado; o de que o neoliberalismo é (mais que um sistema de trocas) um sistema de concorrência que carece de regulação constante para a manutenção dessa concorrência; o que retira todo e qualquer grau de excepcionalidade do Estado e da coisa pública, submetendo o Estado regulador ao crivo da concorrência do mercado; e, por último, o

traço que amplia essa “norma concorrencial” a um patamar acima dos previamente definidos pelo Estado, regulando relações internacionais e até mesmo intrapessoais.

Esse tipo de relação é o que pode ser estabelecido como hegemônico durante o governo FHC, pautando as três Unidades, seja em forma de endosso, seja em forma de combate. No governo Lula, essa relação se manteve hegemônica, mas isso não configura, imediatamente, uma continuidade. Um dos traços de diferença, segundo Boito Jr (2005), está no maior papel dado aos setores ditos “produtivos” da economia. Esse papel não chegou a romper a hegemonia da razão neoliberal, mas trabalhou a favor dela, de forma diferente, em nova configuração. Isso explica, por exemplo, porque os parlamentares da nova base aliada aderiram à Unidade 2 e trabalharam para construir uma narrativa em que Meirelles se encaixasse nela.

Assim, nas sabatinas, os conflitos foram expressos. Seguindo os pressupostos de Miliband (1982), as diferentes elites econômicas e até mesmo setores da classe trabalhadora se transformaram em Elites Estatais, que detêm parte do poder estatal. Ao exercer essa transformação, os conflitos de classe, as disputas macroeconômicas, foram suprimidos, ampliados, transfigurados e rearranjados. Aderiram à forma própria da política (CODATO, 2011).

É a partir desse raciocínio que falamos em “reflexão ampla”: assumindo formas diversas, todos os conflitos macroeconômicos que envolvessem o Banco Central estiveram presentes nas sabatinas, conforme o grau de importância. A sabatina traduziu esses confrontos dentro da arena política, sejam eles debates sobre o câmbio, discussões sobre os limites éticos do conflito de interesses público/privado, empréstimos internacionais, privatizações, etc.

Porém, essa reflexão, essa tradução dos conflitos tem também uma função “utilitária”. A sabatina, como espaço conflituoso, também tem a capacidade de cancelar a Unidade 1, cancelar a racionalidade neoliberal hegemônica. Essa chancela parte dos valores compartilhados (MILIBAND, 1982), que cunham o confronto político no Estado capitalista moderno: participação, debate, voto.

A delegação do poder de autoridade monetária, emanado do Senado para o indicado, seria frágil sem a existência do confronto. Claro, os agentes desse confronto não estão necessariamente cientes de seu papel desempenhado, já que, sendo o confronto um dos elementos essenciais da constituição do espaço político, a não-consciência dos autores é

elemento chave para decifrar esse espaço de maneira a não representar uma grande conspiração racionalizada envolvendo todos os agentes (MILIBAND, 1979).

Usando os termos do estudo de Codato e Perissinotto (2011), a dimensão estratégica da política também serve para sustentar a dimensão estrutural da política. O que difere essa conclusão de qualquer afirmação estrutural-determinista é que a forma como essa sustentação se dá ocorre de maneiras diversas. Nas sabatinas dos quatro indicados durante o governo FHC, parlamentares da base aliada produziram conflito para tensionar o governo rumo a ações identificadas na Unidade 2. Na sabatina de Meirelles, os parlamentares da nova base aliada assumiram o discurso da Unidade 2, mesmo que seu indicado estivesse vinculado à Unidade 1. Os interesses dos agentes são diversos, logo, sua atuação é diversa, mesmo que aquele espaço esteja servindo a um mesmo propósito estrutural.

Por fim, há também uma dimensão “contida” na reflexão da sabatina sobre os conflitos. Contida porque o que é debatido na sabatina não emana para a atuação do presidente do Banco Central, ou mudança da política econômica. Os mecanismos legislativos são, de fato, moeda de troca poderosa⁵. Mas os próprios agentes parecem ter certo nível de consciência dessa limitação.

Em praticamente todas as sessões, parlamentares da oposição reclamaram do baixo grau de impacto que a sessão teria. Antes das sessões, declarações dos líderes de bancada da base aliada sempre deram a aprovação por garantida. Ideias constantemente ventiladas nas sabatinas não são postas em prática pela administração do BC – salvo aqui a relevante exceção da quarentena, aprovada de maneira reativa à polêmica gerada pela indicação de Fraga. A chegada ao poder do grupo que sempre exigiu maior responsividade do BC para com o Congresso e a sociedade representou, inclusive, uma ampliação da autonomia de atuação do presidente do BC: Meirelles foi blindado com o *status* de ministro, inédito até então.

Concluindo, esperamos que essa pesquisa tenha contribuído para os estudos sobre as instituições políticas brasileiras e seus atores principais. Ao escolher essas sabatinas como microcosmo, pudemos observar elementos interessantes da relação entre o Estado e o mercado na democracia brasileira. Uma relação constantemente tensa e cheia de nuances por vezes

⁵ Um bom exemplo é a aprovação de Pécio Arida, que não teve sua sabatina analisada aqui por razões técnicas. Aprovado pela CAE em dezembro de 1994, teve o seu nome aprovado pelo plenário do Senado somente em janeiro de 1995. Os senadores estavam condicionando a aprovação de Arida à concessão de perdão presidencial ao senador Humberto Lucena (PMDB-PB), condenado por crime eleitoral (SENADO, 1995).

ignoradas em duas frações científicas que aqui pretendemos evitar: a de neutralizar os agentes políticos e as instituições das relações socioeconômicas, a ponto de criar uma teoria utilitária do fazer político; e a de constituir relações pré-determinadas estruturalmente a ponto que os detalhes da disputa política se tornem irrelevantes para a análise.

Talvez a conclusão tomada nesse último excerto tenha levado alguns leitores a acreditarem que adotamos essa segunda via, mas repetimos aqui que não. Esse estudo buscou valorizar, mais que o resultado consequencialista, os diferentes processos que encaminham esse resultado e o porquê de eles se constituírem em determinado momento. Se os diferentes caminhos do gato conduziram Alice para um só destino, importa tanto esse destino quanto os diferentes cenários que as vias cruzaram.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARATO, Andrew. “Representação, Soberania Popular e Accountability”. **Lua Nova**, São Paulo, 55-56, 2002.

ARIDA defende fim dos bancos estaduais. **Folha de S.Paulo**. 14 de dezembro de 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/12/14/brasil/12.html>>. Acesso em: 27/06/2019.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, 1977.

BELIEIRO JUNIOR, José Carlos Martines; BACKES, Guilherme da Cruz. Economistas e Política no Brasil: a participação dos economistas no poder nos governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010). **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 401-432, Ijuí, 2017.

BRAGA, Ricardo de João. **A Comissão de assuntos econômicos do Senado Federal frente à política de câmbio administrado (janeiro de 1995 a janeiro de 1999)**. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

BOITO JR, Armando. A burguesia no governo Lula. **Crítica Marxista**. Campinas, v.21, p.52-76, 2005.

CARNEIRO, Carla B.L. **Governança e accountability: algumas notas introdutórias**. Mar. 2000. Disponível em: <<http://www.ceas.sc.gov.br/downloads/accountability_1.doc>>. Acesso em: 25/10/2017.

CODATO, Adriano. O espaço político segundo Marx. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato (org). **Marxismo como Ciência Social**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

CODATO, Adriano; CAVALIERI, Marco. Diretores do Banco Central do Brasil nos governos. **Newsletter**, v. 2, n. 5, 2015.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas & HEINZ, Flávio. Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura. **Rev. Sociol. Polit.** v.24, n.60, dez 2016.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. O Estado como Instituição. In: CODATO, Adriano & PERISSINOTTO, Renato (org). **Marxismo como Ciência Social**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

CROCCO, Marco; JAYME JR, F. Independência e autonomia do Banco Central: mais sobre o debate. In: PAULA, João Antônio de. **A Economia Política da Mudança: Os desafios e equívocos do início do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Coalizões governamentais na democracia brasileira. **Primeiros estudos**, n. 3, p. 159-196, 2012.

KEECH, William R. **Economic politics: The costs of democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

LEMOS, Leany Barreiro de Sousa. **O Senado Federal brasileiro no pós-Constituinte**. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2008.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os Economistas No Governo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MALDONADO FILHO, Eduardo. Autonomia do Banco Central, desenvolvimento e democracia. In: PAULA, João Antonio de (org). **A Economia Política da Mudança: Os desafios e equívocos do início do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MILIBAND, Ralph. **Marxismo e Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MILIBAND, Ralph. **O Estado Na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MINELLA, Ary. **Banqueiros: Organização e Poder Político no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

NEIVA, Pedro Robson Pereira; SOARES, Márcia Miranda. Senado brasileiro: casa federativa ou partidária? **Rev. bras. Ci. Soc.** v.28, n.81, fev 2013.

O'DONELL, Guilherme. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**. n.44, 1998.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; CALIXTO, Pedro; CAVALCANTE, Ricardo Bezerra. Análise de Conteúdo: Considerações Gerais, Relações com a Pergunta de Pesquisa, Possibilidades e Limitações do Método. **Inf. & Soc.:Est.** v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

RAPOSO, Eduardo. **Banco Central do Brasil: O Leviatã Ibérico, Uma Interpretação Do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2011.

SENADO adia votação e FHC enfrenta primeiras crises. **Folha de S.Paulo**. 8 de janeiro de 1995. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/08/brasil/4.html>>. Acesso em: 27/06/2019.

SENADO aprova Meirelles para o Banco Central por 39 votos contra 12. **Folha de S.Paulo**. 18 de dezembro de 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/Brasil/ult96u43691.shtml>>. Acesso em 27/06/2019.

SOLA, Lourdes. Governança global e Banco Central: a emergência da autoridade privada. In: SOLA, Lourdes & LOUREIRO, Maria Rita. **Democracia, Mercado e Estado: O B de Brics**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011

SOLA, Lourdes; KUGELMAS, Eduardo; WHITEHEAD, L. "Democratização, Estado e autoridade monetária num mundo globalizado – qual é o lugar da política democrática?". In: Lourdes Sola; Eduardo Kugelmas e Laurence Whitehead (orgs.), **Banco Central - autoridade política e democratização: um equilíbrio delicado**, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002

TAYLOR, Matthew. Desenvolvimento institucional na trilha das polícias públicas: um estudo de caso sobre o Banco Central do Brasil. In: SOLA, Lourdes; LOUREIRO, Maria Rita. **Democracia, Mercado e Estado: O B de Brics**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

WHITEHEAD, L. O delicado equilíbrio entre credibilidade financeira e responsabilização política: reestruturando a autoridade monetária em novas democracias. In: SOLA, Lourdes; KUGELMAS, Eduardo, WHITEHEAD, L, **Banco central, autoridade política e democratização: um equilíbrio delicado**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ANÁLISE DO PERFIL DOS PRESIDENTES ELEITOS NAS MUNICIPAIS MOÇAMBICANAS DE 2018: VISUALIZANDO OS ATRIBUTOS SOCIAIS E PROFISSIONAIS

Acrísio Pereira Victorino¹
Anna Cláudia Campos e Santos²

Resumo

Dentre os cargos eletivos, o presidente do conselho municipal ocupa a posição de maior proximidade com a população. Neste sentido, este estudo tem como objetivo descrever o perfil dos presidentes eleitos nos municípios de Moçambique em 2018. Assim, se buscará compreender os atributos sociais e profissionais dos presidentes municipais eleitos. A pesquisa classifica-se como de natureza exploratória-descritiva, onde se utilizara o método quantitativo. Se utilizará dados básicos provenientes dos relatórios eleitorais do Conselho Nacional de Moçambique (CNE). De forma geral, se buscará compreender, tendo em conta gênero, faixa etária, profissão, patrimônio, tempo de carreira política, carreira política eletiva e não eletiva e de como se configura o perfil dos presidentes dos conselhos municipais.

Palavras- Chave: presidentes de conselhos municipais; perfil, Moçambique.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O processo de modificação do quadro jurídico-político, levado a cabo pela reforma dos órgãos locais do Estado, teve como finalidade a descentralização administrativa do país, através da lei número 3/94 de 13 de setembro, e a conversão de cidades e vilas em municípios pela lei número 2/97 de 18 de fevereiro. Mediante a esse processo, foram inicialmente criados 33 municípios, processo esse que gradualmente tem vindo a crescer desde as primeiras eleições municipais de 1998. O número de municípios se manteve em 2003, porém, em 2008 esse número cresceu para 43 e em 2013 para 53 municípios, número esse que se manteve até as realizações das últimas eleições em 2018.

Desde a introdução das eleições municipais já foram realizadas 5 eleições consecutivas. Importa referir que o processo de eleição dos presidentes dos municípios sofreu uma alteração

¹ Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas (PPGCPOL/UFPEL) bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS/CAPES). Contato: acrisio.victorino@gmail.com.

² Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas. Contato: accamposesantos@gmail.com

nas eleições de 2018, modificando-se de um processo onde o presidente era eleito através de sufrágio universal e direto³, para um processo no qual o partido organiza uma lista, em que o cabeça de lista, ou seja, a pessoa que se encontra no topo da lista do partido político para eleições municipais, é indicada como o presidente do município. Desta forma, o eleitor passa a votar no partido diretamente e não no candidato⁴.

Dentre os cargos eletivos, o presidente do conselho municipal ocupa a maior proximidade com o eleitorado. Destarte, o estudo tem como objetivo descrever dentro do novo quadro jurídico estabelecido para as eleições de 2018, o perfil dos presidentes eleitos nos municípios moçambicanos neste mesmo assim, buscando assim, compreender os atributos sociais e profissionais envolvidos.

Neste contexto de análise, é importante compreender se tal padronização verificada para Moçambique também é percebida nas três regiões moçambicanas ou se existem diferenças influenciadas pelas características e peculiaridades regionais. Importante salientar que o presente trabalho não pretende esgotar o assunto, mas provocar algumas reflexões e instigar novas possibilidades de estudos sobre a temática.

A pesquisa classifica-se como de natureza exploratória-descritiva, onde se utilizara o método quantitativo. Se utilizará dados básicos provenientes dos relatórios eleitorais do Conselho Nacional de Moçambique (CNE). Serão analisados todos os municípios nas eleições de 2018 e para três grandes regiões que correspondem o território moçambicano. Os dados serão processados no Excel e no SPSS versão 23, buscando assim, descrever dentro dos candidatos eleitos a prefeitos, quais os atributos sociais e profissionais predominantes.

Primeiramente, se buscará observar essas características a nível nacional, e de seguida, serão observadas para cada uma das três grandes regiões que caracterizam Moçambique, permitindo assim observar as diferenças e semelhanças entre os perfis dos presidentes eleitos ao cargo de prefeito. Neste sentido, para análise, será observado os seguintes atributos sociais e profissionais: gênero, faixa etária, grau de instrução, profissão, tempo de carreira política, carreira política eletiva e carreira política não eletiva.

³ Ver a Lei Eleitoral nº 7/2013 de 22 de Fevereiro.

⁴ Ver a Lei Eleitoral nº 7/2018 de 3 de Agosto.

Dentro da literatura, vários são os estudos que analisam as variáveis sociais e profissionais entre os vitoriosos ocupantes de cargos políticos. Dentre eles, tem-se os estudos desenvolvidos por Santos (1997); Lemos e Ranincheski (2002; 2008); Rodrigues (1987, 2002, 2006); Costa (2010); Coradini (2011); Araújo (2009); Santos (2000); Codato (2008); Marengo e Serna (2007); Mucinhato (2014). Em contrapartida, no cenário Moçambicano não existe nenhum trabalho que versa sobre essa temática. Assim, basearemos nossa perspectiva de análise com base na literatura internacional que versa sobre a temática, visando adequar ao nosso objeto de pesquisa.

DEBATE EM TORNO DE ESTUDO SOBRE AS ELITES POLÍTICAS

Os estudos sobre o perfil dos vitoriosos ocupantes de cargo político têm conquistado um enorme espaço na ciência política, em que se busca operacionalizar variáveis tais como gênero, faixa etária, grau de instrução, profissão, tempo de carreira política, tipo de carreira política, entre outras.

Há um dilema na categorização dos estudos sobre as elites políticas, o que leva com que a maioria estudos sobre recrutamento das mesmas, apenas se limitem em analisar o perfil socioeconômico e profissional dos vitoriosos ocupantes de cargo político (Perissinotto & Miríade, 2009). Entretanto, Perissinotto e Miríade (2009), categorizam essas duas dimensões como sendo diferentes:

[...] “recrutamento político”, no entanto, precisam analisar todos os *filtros* que configuram o processo seletivo de uma elite política. Nesse sentido, não é suficiente apresentar um perfil dos vitoriosos e, a partir das suas características, produzir inferências sobre que grupos sociais são prejudicados ou privilegiados no longo caminho até as posições de elite (p.302).

Importa referir que, para este estudo, nos centraremos na análise do perfil dos vitoriosos ao cargo de presidente nas municipais moçambicanas. Como coloca Bolognesi (2010), os estudos sobre o perfil dos políticos (aspecto socioeconômico, profissional e recrutamento), pode ser analisado tendo em conta três perspectivas: teoria da ação racional, neo-institucionalismo e capital social. Esta última perspectiva que concebe o capital social com um elemento

fundamental para compressão sobre as elites políticas, será o ponto central de análise nesta pesquisa.

O capital social como qualidades inatas que se traduzem em uma vantagem no processo de seleção dos políticos, está alinhado ao pensamento de Max Webber, difundido na sua obra *“The profession and vocation of politics”*. Tais qualidades são também retomadas por Codato (2014), no qual o sucesso político está condicionado por certas qualidades individuais, isto é, o indivíduo deve possuir meios que lhe proporcionem renda independentemente de seu trabalho e de seu envolvimento cotidiano, lhe possibilitando assim a dedicação exclusiva a política (Weber, 1994; Codato, 2014).

Apesar da entrada na política poder ser explicada por um conjunto de fatores, se encontra dependente de um conjunto de recursos, de competências ou de atributos, considerados como fundamentais e legítimos para a ocupação de cargos políticos (Bordignon, 2011). Como bem colocou Coradini (2012), existe um certo grau de associação significativa entre a distribuição dos cargos políticos com o grau de instrução, o que possibilita maior chance de sucesso eleitoral.

De acordo com Codato (2008), os cargos políticos são geralmente de fácil acesso para profissionais de certas áreas, tais como advogado, sindicalistas, jornalistas e professores universitários. De acordo com o autor, estes indivíduos dispõem de condições favoráveis para a dedicação exclusiva à vida política, como conhecimento da legislação, tempo disponível, segurança financeira e relações sociais que se estabelecem na sociedade. Outro fator não menos importante, é que esses profissionais têm maior facilidade de retorno às suas atividade de origem em caso de fracasso eleitoral.

Dentro dos cargos políticos, as mulheres encontram-se subrepresentadas praticamente em todos países do mundo. Independentemente do tipo do cargo político, elas constituem uma minoria nos cargos políticos eleitos (Nicolau, 2006; Perissinotto & Miríade, 2009; Araújo, 2009; Perissinotto e Bolognesi, 2010, Araújo, 2013). Essa baixa representatividade feminina nos cargos políticos pode ser causada por um conjunto de fatores, tais como baixa motivação feminina à vida política, sistema eleitoral, obstáculos impostos no processo de homologação das candidaturas (Araújo, 2009; Araújo, 2013).

Entretanto, apesar de se constatar um número reduzido de mulheres ocupando cargos políticos, isso não quer dizer que ocorra um processo de exclusão, é necessário ponderar, visto que elas podem somente não se candidatar a essas posições (Perissinotto & Miríade, 2009, Araújo, 2013). Neste caso, é necessário observar que a maior parte das mulheres que se candidatam aos cargos políticos tem uma chance reduzida de sucesso no processo eleitoral. Assim sendo, homens têm maior probabilidade de sucesso eleitoral em relação às mulheres.

Araújo (2009) afirma que a ocupação de cargos políticos pelas mulheres estaria ligada ao capital familiar. Desta forma, as mulheres que ocupam cargos dentro da esfera política teriam algum grau de parentesco com políticos (com maior grau em relação aos pais e maridos, e com menor grau, com irmãos). Assim sendo, esse capital familiar convertido dentro do cenário político, possibilita uma maior visibilidade à candidaturas femininas para a conquista de cargos políticos.

Outro atributo importante para compreender o perfil dos eleitos para os cargos político, é a variável idade. Conforme Perissinotto & Miríade (2009); Bolognesi (2010), há uma baixa incidência dos jovens e idosos dentre os políticos vitoriosos. Assim, os que conquistam cargos eletivos, normalmente já tem experiências políticas, o que lhes possibilitam um maior reconhecimento no seio dos eleitores, se situando na faixa de indivíduos com mais de 40 anos.

Como bem colocou Weber (1994), lançar candidatos muito jovens e com idades avançadas é arriscado para os cargos eleitos. Por um lado, os jovens apresentam pouca vivência, popularidade e ainda necessitam crescer, adquirir maturidade, estabilidade e notoriedade, seja ela social, financeira e política. Por outro lado, devidos às exigências da vida política, tal como presença física e disponibilidade quase integral, colocam as candidaturas de indivíduos com idade avançada em desvantagem.

Em relação ao grau de instrução, as pesquisas demonstram que há uma tendência de sobre-representação dos indivíduos com ensino superior em relação aos que possuem um nível de escolaridade inferior entre os eleitos a cargos políticos (Perissinotto, Miríade, 2009; Mucinhato, 2014; Júnior et al, 2016). Essa tendência se deve ao fato de que os candidatos com alto nível de instrução são mais dotados de capital cultural socialmente legítimos, o que lhes facultam uma maior intimidade com a língua culta, em detrimento dos candidatos com baixo nível de instrução que desejam ingressar na carreira política (Bolognesi, 2009). De acordo com Freire

(2001), o campo político exige muito domínio da palavra e formação técnica, daí que os partidos pautam por selecionar candidatos com maior grau de instrução, pois estes apresentam maiores habilidades, capacidade e prestígio social, que são legitimados na sociedade.

Como coloca Weber (1994), a comunicação é uma profissão com maior potencialidade para a composição da elite política de um Estado devido à maior proximidade que estes profissionais têm com o poder político. Conforme Perissinotto, Costa, Tribess (2009); Marengo & Serna (2007); Mucinhato (2014); Perissinotto & Miriade (2009), profissões como advogados, empresários, engenheiros, médicos e economistas, possuem maior grau de representatividade nos ocupantes de cargos políticos eleitos. Entretanto, há uma tendência de sub-representação dos funcionários públicos, assalariados urbanos, comerciantes. De acordo com os autores, é uma constatação universal (Perissinotto & Miriade, 2009). Como bem sintetizou Perissinotto, Costa, Tribess (2009):

[...] Indivíduos dedicados a esse tipo de atividade são, em geral, portadores dos requisitos básicos exigidos pela atividade política, isto é, são profissionais que têm bastante familiaridade com a escrita e a oratória. Além disso, algumas delas, em especial a atividade de funcionário público, confere ao indivíduo outras duas grandes vantagens: primeira, flexibilidade de tempo, o que é fundamental para que o indivíduo possa construir a sua candidatura dentro dos partidos políticos; segunda, a possibilidade de voltar à antiga ocupação caso fracasse na política, diminuindo assim os riscos de uma tentativa de incursão no campo político (p. 297-298).

O elemento importante é a dimensão política dos candidatos, ou seja, compreender a sua trajetória política buscando as principais ocupações dos candidatos até a data da sua eleição ao cargo político, neste caso para presidente do município. Assim, o tempo de carreira política se torna um indicador fundamental, para observar o percurso feito pelo candidato até ser eleito prefeito, desde os cargos ocupados por nomeação (carreira não eletivos), assim como cargos ocupados por eleição (carreira eletiva).

Para compreender esse cenário em Moçambique, faremos uma adaptação da tipologia utilizada por Marengo dos Santos (2000) em que considera cargos eletivos como deputado, vereador, senador, prefeito ou vice, governador ou vice, presidente ou vice, e os de nomeação como sendo ministros, secretarias municipais ou estaduais. São também consideradas como carreiras políticas toda a experiência de socialização prévia aos cargos eletivos, tais como a

participação em cargos de liderança em entidades estudantis, partidos políticos, função pública, organizações da sociedade civil e demais representações populares (Cordero apud Santana, 2008). Essa trajetória revela a experiência adquirida, assim como sinaliza a ambição dos políticos dentro da arena política.

QUEM SÃO OS PREFEITOS ELEITOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2018?

Importa frisar que as eleições municipais de Moçambique de 2018 se configuram dentro de um quadro diferente das eleições anteriores, nas quais o presidente era eleito por sufrágio universal direto, passando para um eleição indireta, em que o eleitor vota no partido. Assim, cabe ao partido a organização da lista dos candidatos.

Em relação os cargos políticos eleitos, os estudos demonstram que as mulheres encontram-se sub-representadas praticamente em quase todo mundo independentemente do tipo do cargo político assim como do sistema eleitoral. A tabela 1 ilustra a distribuição por gênero dos prefeitos eleitos nas eleições municipais de 2018 em Moçambique.

Tabela 1: Prefeitos eleitos em Moçambique, de acordo com o gênero nas eleições de 2018.

| ANO | HOMENS | | MULHERES | | TOTAL | |
|------|---------|-------|----------|-------|---------|-------|
| | Nº abs. | % | Nº abs. | % | Nº abs. | % |
| 2018 | 47 | 88,68 | 6 | 11,32 | 53 | 100,0 |

Fonte: CNE & STAE 2019. Elaborado pelo autor

Como podemos observar, dos 53 municípios existentes, na eleição de 2018 a presença dos homens é massiva: 47 homens (88,68%), contra 6 Mulheres (11,32%). Esse resultado corrobora com o que a literatura aponta. Ou seja, as mulheres constituem uma minoria nos cargos políticos eleitos (Nicolau, 2006; Perissinotto & Miríade, 2009; Araújo, 2009; Perissinotto e Bolognesi, 2010, Araújo, 2013).⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁵ Os autores sinalizaram que esta seção do texto está em construção.

Destacando que ainda estamos em processo de construção da nossa base de dados. De qualquer maneira, até aqui podemos observar que as mulheres são a minoria nos cargos eleitos para prefeito nas eleições municipais de 2018 em relação aos homens.⁶

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 2, n. p. 23–59, 2009.

ARAUJO, Paulo. As eleições bicamerais e o perfil dos parlamentares no Congresso Nacional: candidatos eleitos e não eleitos da 52ª legislatura. **Teoria & Pesquisa REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, v. 22, n. 1, 2013, p. 1-17.

BOLOGNESI, Bruno. **Candidatos e eleitos: o recrutamento político nos partidos paranaenses nas eleições de 2006**. 109f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BOLOGNESI, Bruno; TRIBESS, Camila. Uma Guinada à esquerda? Um estudo da elite política federal paranaense nos governos FHC/Lerner (1999/2003) e Lula/Requião (2003/2006). **33º Encontro Anual da Anpocs**, 2010.

BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. **Recursos sociais e modalidades de entrada na política – recrutamento e seleção de elites políticas no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006**. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CODATO, Adriano. A Formação do campo político profissional no Brasil: Uma hipótese a partir do caso de São Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.16, n.30. 2008, p.89-105.

CODATO, Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 20, nº 3, dezembro, 2014, p. 346-362.

CORADINI, O. L. Representação Política e de Interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 1, 2011, p. 197–220.

CORADINI, Odaci Luiz. Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.20, n.41, 2012, p.109-122.

⁶ Os autores sinalizaram que esta seção do texto está em construção.

COSTA, L. D. **Os representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos Senadores brasileiros**. Campinas - SP: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 2010.

FREIRE, André (Ed.). **Recrutamento Parlamentar - Os Deputados Portugueses da Constituinte ao VIII Legislatura**. Lisboa: Stape, 2001.

JUNIOR, Sergio et al. A elite parlamentar brasileira de 1995 a 2010: até que ponto vai a popularização da classe política? **Colomb. Int**, v. 87, 2016, p. 109-143

LEMOS, L. B. DE S.; RANINCHESKI, S. O perfil sociopolítico dos senadores brasileiros. **Senatus**, v. 2, n. 1, p. 33-39, 2002.

LEMOS, L.; RANINCHESKI, S., **Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na década de 90**. In: LEMOS, L. (org.), *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*. Brasília: Senado Federal, 2008.

MARENCO DOS SANTOS, André. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento Parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)**. 257f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.22, n.64. 2007, p.93-113.

MUCINHATO, Rafael, **Quem são os deputados Brasileiros? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012**. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

NICOLAU, Jairo. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v.49, n.4, 2006, p.689-720.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados**, v. 52, n. 2, 2009, p. 301-333.

PERISSINOTTO, Renato, BOLOGNESI, Bruno, *Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006)*. **Brazilian Political Science Review**. Vol. 4, Nº 1, 2010, p. 10-32.

PERISSINOTTO, Renato; COSTA, Luiz Domingos; TRIBESS, Camila. Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa. **Sociologias**, Porto Alegre: UFRGS, 11, n.22. 2009, p.280-313.

RODRIGUES, L. M. **Mudanças na Classe Política Brasileira**. [s.l.] Publifolha, 2006.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, Ideologia e Composição Social**. [s.l.] EDUSP, 2002.

RODRIGUES, L. M. **Quem é Quem na Constituinte: uma Análise Sociopolítica dos Partidos e Deputados**. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

SANTANA, Luciana. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v.16, n.2, 2008, p.130-155.

SANTOS, A. M. DOS. Nas Fronteiras do Campo Político - Raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, 1997, p. 87–101.

WEBER, Max, **The profession and vocation of politics**. In: LASSMAN, P.; SPEIRS, R. (eds.). **Weber: Political Writings**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 309-369, 1994.

INSTITUTO MILLENIUM E A CONSTRUÇÃO DE CONSENSO PELA LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL

Lucas Araldi¹

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise dos quadros diretivos e do posicionamento político e institucional do *think tank* Instituto Millenium, conectado à rede estadunidense de *think tanks* da *Atlas Economic Research Foundation*. O objetivo principal é levantar algumas considerações sobre como o Instituto Millenium constrói consenso entre elites políticas e econômicas sobre sua agenda liberalizante. Utilizou-se como método de pesquisa a netnografia. Identificou-se que os quadros diretivos do Instituto Millenium são constituídos por atores do mercado financeiro, do setor produtivo, da imprensa e das universidades públicas e privadas. Identificou-se também que Instituto parece construir consenso sobre sua agenda por meio do diálogo entre estes atores. Ele também parece buscar influenciar os processos decisórios da política econômica do governo Bolsonaro, por meio da inserção de seus integrantes em cargos decisórios, no Ministério da Economia. Parte-se do pressuposto de que o Instituto Millenium constitui atuação complementar aos demais *think tanks* vinculados à *Atlas Economic Research Foundation* no Brasil.

Palavras Chaves: *Think tanks*; Neoliberalismo; Instituto Millenium; Atlas Economic Research Foundation.

INTRODUÇÃO

Este artigo² busca analisar quadros diretivos e posicionamento político do *think tank*³ brasileiro Instituto Millenium (Imil), associado à rede de *think tanks* da *Atlas Economic Research Foundation (AERF)*, tendo por objetivo levantar apontamentos sobre como o Instituto

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Jornalismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Contato: emaildolucasaraldi@gmail.com

² Continuação da pesquisa apresentada no artigo “Rede Atlas, *think tanks* e a construção da liberalização econômica no Brasil: uma análise do Instituto Millenium e do Instituto Ludwig Von Mises Brasil”, de Lucas Araldi e Eduardo Svartman, submetido para a Revista Conexão no dia 26 de julho de 2019.

³ *Think tanks* podem ser definidos como institutos de pesquisa que buscam promover debates públicos, influenciar processos decisórios dos governos e produzir análises politicamente engajadas, por meio de redes de especialistas inseridos na esfera pública. Institutos que atuam para influenciar nos processos decisórios existem desde o início do século XX, como o *Brookings Institution*, *Carnegie Endowment for International Peace* e *Council on Foreign Relations*, sendo que o termo “*think tank*” emerge na década de 70, junto com a proliferação de institutos neoliberais. Nos Estados Unidos (EUA), país em que estes institutos estão disseminados, os *think tanks* representam um subespaço institucional próprio, que se situa entre os campos acadêmico, econômico e midiático, estabelecendo vínculo entre prática política e difusão de conhecimento (MEDVETZ, 2012).

trabalha para a construção de consenso entre elites econômicas e políticas para adoção de sua agenda liberalizante. O foco da análise é a conexão entre a *AERF*, Imil, o quadro funcional do Imil e seu vínculo com formuladores de políticas. Assim, a pesquisa está baseada nos textos institucionais do Instituto Millenium (Imil), no currículo de alguns integrantes desse *think tank*, na relação dos seus membros com o governo e/ou com a *AERF* e em artigos de opinião publicados no site do *think tank*. A pesquisa será orientada pelo método netnográfico, que oferece ferramentas para a coleta e análise de dados nos ambientes virtuais.

A *AERF* pode ser compreendida como uma rede de coordenação de *think tanks* que opera pela disseminação de um pensamento coletivo neoliberal. A rede realiza treinamentos, fornece argumentos para a defesa de ideias pró-mercado por meio de estudos e forma *think tanks* e lideranças para inserção da sua agenda no debate público. De acordo com informações do site da *AERF*, a rede é formada por 442 *think tanks*, espalhados por todas as regiões do mundo, com maior concentração, sobretudo, na América do Norte (199 institutos), Europa e Ásia Central (134 institutos) e América Latina (83 institutos).

Para dar conta da proposta, o artigo foi organizado da seguinte maneira. Na primeira parte, faz-se uma breve revisão bibliográfica sobre *think tanks* e sua relação com o pensamento neoliberal. A seguir, apresenta-se o método utilizado e a análise dos textos institucionais, dos artigos de opinião e dos quadros funcionais do Imil. Posteriormente, são apresentados os resultados da pesquisa e a relação com a teoria abordada neste artigo.

Como ponto de partida, é necessário voltar à década de 80 para compreender como a *AERF* se insere no contexto latino-americano e, mais especificamente, no Brasil. De acordo com Gros (2004), nesse período, a formação de redes de intelectuais, *think tanks* e de formuladores de política foi fundamental para disseminação do pensamento neoliberal. Os governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, já haviam adotado a agenda nos anos iniciais da década de 80 e o Chile havia sido laboratório para a primeira aplicação sistemática do pensamento ainda na década de 70.

No Brasil, as ideias associadas à liberalização do mercado começam a circular com mais intensidade por meio dos institutos liberais, criados por um grupo de empresários do Rio de Janeiro na década de 80. A *AERF* — e outras redes que seguem princípios parecidos —

auxiliava no financiamento, na promoção e na formação desses institutos, por meio de intercâmbios, cursos e orientação sobre fontes de recursos (GROS, 2004).

Para Rocha (2015), é possível identificar dois momentos-chave na articulação da *AERF* na América Latina. O primeiro remonta à transição entre as décadas de 80 e 90, quando a rede começou a incorporar *think tanks* criados pelas elites locais e fundar novos institutos, tendo por objetivo garantir homogeneidade discursiva dos *think tanks* latino-americanos de orientação neoliberal. O segundo momento pode ser observado na última década, quando vários institutos fundados nos anos 80 receberam nova injeção de recursos e ganharam mais influência midiática e política, além de terem sido criados novos *think tanks*.

No segundo período, o número de institutos associadas à *AERF* na região mais do que dobrou: em 2005, havia cerca de 35 *think tanks* e, atualmente, o site da *AERF* aponta que 84 *think tanks* são ativos na defesa de ideias associadas ao livre mercado na América Latina. No Brasil, a *AERF* tem uma rede de 14 *think tanks*. Entre eles, é possível citar o *Students for Liberty Brazil*, Instituto Liberal e o Livres, bem como o Imil. A reportagem “Esfera de Influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana”, escrita pelo jornalista Lee Fang e publicada pelo *The Intercept Brasil*, em 2017, reforça a análise de Rocha (2015).

Em nenhum outro lugar a estratégia da *Atlas* foi tão bem sintetizada quanto na recém-formada rede brasileira de *think tanks* de defesa do livre mercado. Os novos institutos trabalham juntos para fomentar o descontentamento com as políticas socialistas; alguns criam centros acadêmicos enquanto outros treinam ativistas e travam uma guerra constante contra as ideias de esquerda na mídia brasileira. (FANG, 2017).

Na medida em que reformas neoliberais foram aplicadas em menor ou maior grau no Brasil da década de 90, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, e que a *AERF* havia articulado uma rede de *think tanks* no País uma década antes, parece importante entender a influência da rede no atual contexto político que, entendemos, tende a se constituir pelo avanço de uma agenda liberalizante e por uma nova injeção de recursos em *think tanks* de orientação neoliberal no Brasil.

O primeiro ponto que fundamenta o receituário neoliberal, que parece orientar a ação da *AERF* e dos *think tanks* a ela filiados, é o aumento da concorrência por meio da desregulamentação e abertura dos mercados internos a empresas estrangeiras, incluindo

mercados financeiros. O segundo é a redução do Estado, que deve ocorrer por meio de privatizações, limitando a capacidade dos governos de executar déficits financeiros e acumular dívidas. Nas últimas três décadas, é possível observar maior abertura dos mercados financeiros globais, na medida em que há um declínio constante no número de restrições que os países impõem às transações financeiras internacionais (OSTRY, LOUNGANI e FURCERI, 2016).

ADVOCACY THINK TANKS E NEOLIBERALISMO

Os *advocacy think tanks*⁴, sobretudo aqueles que dialogam com o neoliberalismo e o conservadorismo, ganham espaço político com as cisões da sociedade estadunidense na década de 60. Eles se estruturam a partir de uma combinação de forças de intelectuais neoconservadores, empresários e políticos ligados ao Partido Republicano, ao mesmo tempo em que a mobilização política de cristãos fundamentalistas se adensa e a teoria econômica neoclássica emerge das universidades (TEIXEIRA, 2007). No Brasil, o Imil parece se comportar como um *advocacy think tank*.

A relação entre *advocacy think tanks* e neoliberalismo parece remontar a origem do pensamento neoliberal, na medida em que os principais criadores do pensamento neoliberal entendiam que mercados livres somente poderiam ser alcançados por meio de uma estratégia de cooperação entre elites e de difusão do pensamento para círculos sociais mais amplos do que a academia. Assim, os *advocacy think tanks* tiveram papel essencial na disseminação das ideias entre políticos, jornalistas e formuladores de políticas.

A primeira síntese político-estratégica do pensamento neoliberal foi criada pelos economistas Friedrich Von Hayek e Milton Friedman, em 1945. A sociedade *Mount Pelerin* foi fundada na esteira dessa estruturação, em 1947. O objetivo dos intelectuais reunidos neste grupo, entre eles Hayek e Friedman, era discutir como o liberalismo poderia se opor ao que foi definido como coletivismo, um termo abrangente que incluía os totalitarismos nazista e soviético, a social democracia britânica e o *New Deal* norte-americano (JONES, 2012).

⁴ *Advocacy think tanks* são uma categoria específica de *think tank* que se volta, sobretudo, à defesa de causas ou políticas específicas em detrimento da produção de análises sobre políticas públicas. (SECCHI E ITO, 2016).

Hayek compreendia que a filosofia de livre mercado se infiltrava na política muito lentamente e, por isso, era necessário concentrar esforços para mudar a mente de intelectuais influentes. De acordo com Jones (2012), os pensadores neoliberais precisavam atingir jornalistas, especialistas, políticos e formuladores de políticas e isso seria feito por meio da construção de uma rede transatlântica de empresários, jornalistas, políticos e empreendedores ideológicos, que dirigiam *think tanks*.

Embora o neoliberalismo tenha sido concebido no período entre guerras e fundamentado após a 2ª Guerra Mundial, sua expansão acontece somente após o colapso de *Bretton Woods*⁵, em 1971, quando a estabilidade do sistema monetário internacional se dissipa e as ideias inspiradas no pensamento dos fundadores da Sociedade *Mount Pelerin* conquistam espaço nos círculos políticos britânicos e norte-americanos (JONES, 2012).

Para Jones (2012), a história do neoliberalismo pode ser dividida em três fases. Na primeira, de 1920 a 1950, ele surge em resposta às aflições da década de 30. A segunda fase acontece a partir de 1959, até a eleição de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, na Grã-Bretanha. A terceira, após a década de 80, reflete um avanço nas agendas de liberalização do mercado e de disciplina fiscal, quando o pensamento irrompeu a academia e seus princípios foram adotados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC).

A participação dos *advocacy think tanks* na disseminação do pensamento neoliberal parece estar situada entre a primeira e segunda fases da história do neoliberalismo, na medida em que a voz desses institutos na defesa de ideias de livre mercado se tornou mais perceptível. O elo entre o pensamento neoliberal, que circulava nas Universidades de Chicago, Virginia e Rochester, com *think tanks*, também parece se tornar mais sólido nesse período, na medida em que institutos alinhados a esse pensamento simplificaram a mensagem acadêmica e conquistaram adesão significativa nos debates públicos britânicos e norte-americanos (JONES, 2012).

⁵ O colapso de *Bretton Woods* pode ser interpretado como a transição do keynesianismo do pós-guerra para o hayekismo neoliberal, na medida em que a financeirização se torna, a partir de então, elemento principal da transformação das economias (EPSTEIN, 2005).

No contexto em que *advocacy think tanks* neoliberais já haviam sido estruturados nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha⁶, o empresário Antony Fisher, fundador da *AERF*, e Hayek, entenderam ser necessário ampliar o escopo desses institutos para outras partes do mundo. Em 1980, Fisher já era bem-sucedido na disseminação de ideias neoliberais na esfera pública britânica por meio do *Institute of Economic Affairs (IEA)*. Nesse período, Hayek escreveu uma carta a Fisher com o objetivo de conseguir fundos para reproduzir o modelo do *IEA* em outros institutos. Um ano depois, Fisher conseguiu levantar os fundos necessários e estabeleceu a *Atlas Foundation for Economic Research* que, posteriormente, passaria a se chamar *Atlas Economic Research Foundation* (MITCHELL, 2009).

De acordo com Mitchell (2009), o objetivo da fundação era coordenar as atividades e o financiamento corporativo da rede de *think tanks* europeus e norte-americanos e ampliá-la para fora da Europa Ocidental e dos EUA, por meio do desenvolvimento e do financiamento de grupos neoliberais. Portanto, a estruturação da *AERF*, cronologicamente, situa-se na terceira fase da história do neoliberalismo, na medida em que neste período o movimento havia ganhado adesão política nos EUA e na Grã-Bretanha e começava a se disseminar por outros países, incluindo o Brasil.

De acordo com Abelson (2006), a habilidade dos *think tanks* de influenciar na elaboração de políticas está relacionada principalmente com a maneira como formuladores de políticas recebem e utilizam a produção discursiva dessas instituições, a partir do estabelecimento de uma relação de confiança com pessoas em posições de poder. Por isso, a prática comum é que governantes e/ou formuladores de política se aproximem ou façam parte dos *think tanks* que mais se alinham às suas ideias, de forma que o trânsito de membros de *think tanks* para quadros governamentais e gabinetes parlamentares (ou vice-versa) é algo bastante frequente no cotidiano político norte-americano, algo que parece começar a se reproduzir, também, no contexto brasileiro.

Para Belli e Nasser (2014), os institutos considerados mais influentes são aqueles que sustentam o rótulo de pretensa neutralidade ideológica e partidária, valorizando o espaço para

⁶ Em 1977, o empresário Antony Fisher ajuda o advogado de Wall Street, William J. Casey, e estabelece o *think tank International Center for Economic Policy Studies*. No mesmo ano, o curador da Sociedade Mount Pelerin, Edwin Feulner, assume controle da *Heritage Foundation*. Na mesma época, também é criado o *Cato Institute*, em São Francisco (MITCHELL, 2009).

o debate plural de ideias e evitando o partidarismo, mesmo sem deixar de serem políticos. Neste sentido, a inserção no espaço político estadunidense se dá como uma divisão de trabalho entre *think tanks* e Congresso e Executivo, onde os primeiros fornecem “argumentos embalados em invólucro pretensamente científico” e os segundos utilizam tais argumentos para a prática de lobby (BELLI e NASSER, 2014, p. 159). Em menor escala, o mesmo parece ocorrer no Brasil.

ABORDAGEM NETNOGRÁFICA

Neste artigo, adotou-se como método-base a netnografia, na medida em que ela oferece ferramentas para a análise de comunidades por meio da internet. De acordo com Kozinets (2014), a netnografia é uma pesquisa observacional participante, que se fundamenta no trabalho de campo *online*. Assim, o método usa comunicações mediadas por computador para compreender fenômenos sociais e/ou culturais a partir observação, coleta e análise de dados. A abordagem está situada em uma pesquisa *online* sobre uma comunidade. Isso significa que o objetivo é examinar um fenômeno social cuja existência transcende as interações *online*, mesmo que essas interações possam desempenhar um papel importante para caracterização de determinado grupo social.

Dessa forma, a netnografia se baseia em cinco etapas: 1) definição das questões de pesquisa e tópicos a investigar; 2) identificação e seleção da comunidade; 3) observação e coleta de dados; 4) análise de dados e interpretação dos resultados e; 5) redação, apresentação e relato dos resultados da pesquisa, bem como levantamento de implicações teóricas ou práticas que podem ter surgido a partir da análise (KOZINETZ, 2014). São analisados textos institucionais, quadros diretivos e artigos de opinião do Imil, *think tank* conectado à rede da AERF, tendo por objetivo levantar considerações sobre como o instituto trabalha pela construção de consenso entre elites políticas e econômicas sobre sua agenda liberalizante.

De acordo com Kozinets (2014), a coleta e a análise de dados ocorrem simultaneamente na netnografia, isso porque as informações levantadas na etapa de coleta significam uma forma de comunicação com membros de uma comunidade eletrônica, que pode ocorrer de diversas formas. O importante é que a análise não esteja concentrada em uma interface comunicacional estática, mas sim em pessoas que se conectam nos outros pontos da rede.

As informações podem ser divididas em três tipos: dados arquivais, dados extraídos e dados de notas de campo. Dados arquivais são aqueles que o pesquisador faz cópia diretamente das comunicações mediadas por computador e que já estão constituídos, assim, já existem sem intervenção do pesquisador na comunidade investigada. Dados extraídos são aqueles produzidos em conversas com membros do grupo. E, por fim, os dados de notas de campo são as observações registradas pelo próprio pesquisador no processo de coleta de dados (KOZINETS, 2014).

Assim, o levantamento de dados arquivais foi dividido em duas etapas. Na primeira etapa, foram levantados textos institucionais para contextualizar a posição do Imil no debate político brasileiro e buscou-se estabelecer a relação dos atores com a *AERF*. Na segunda etapa, foram coletadas informações sobre o quadro diretivo do *think tank* analisado, bem como das opiniões emitidas no site, e buscou-se, na medida do possível, estabelecer o vínculo entre estes sujeitos com os formuladores de política e com o governo. Assim, utilizou-se duas estratégias de coleta: a abordagem de dados arquivais e de notas de campo, com alguns elementos de pesquisa exploratória, como forma de complementar as informações levantadas.

Segundo Kozinets (2014), a estratégia de análise de dados pode ser escolhida pelo pesquisador considerando o volume de dados analisados, o tamanho dos *sites* investigados e habilidades técnicas do pesquisador. Como o objetivo deste artigo é levantar considerações sobre como o Imil, conectado à rede da *AERF*, busca construir consenso pela sua agenda liberalizante, optou-se por utilizar categorização manual (sem auxílio de *software* específico para análise de dados), combinado com análise interpretativa hermenêutica.

INSTITUTO MILLENIUM

O Imil foi fundado em 2005, pela economista Patrícia Carlos Andrade, e foi formalizado em abril de 2006, durante o Fórum da Liberdade, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O *think tank* se apresenta como defensor do Estado de Direito, da liberdade e da responsabilidade individuais, da meritocracia, da propriedade privada e da democracia representativa⁷. No texto sobre a fundação do instituto, publicado em 2005, Andrade, Viola e Reis apontam a necessidade

⁷ Informações disponíveis em <https://www.institutomillennium.org.br/institucional/missao-visao-valores/>.

de trazer ao debate público brasileiro ideias associadas ao liberalismo econômico, na medida em que percebem a falta de uma corrente político-cultural alinhada à direita moderna no Brasil. O texto ainda aponta que a sociedade brasileira sempre fora marcada por um forte estatismo e nunca experimentou a real democracia de mercado (INSTITUTO MILLENIUM, 2005).

Ainda no mesmo texto, os autores fazem uma breve contextualização sobre o papel dos *think tanks* na sociedade estadunidense. Na concepção dos autores, os *think tanks* se mostram como um importante instrumento para as forças políticas liberais e conservadoras nos EUA e influenciaram decisivamente nas eleições de Ronald Reagan, George H. W. Bush, Bill Clinton e George W. Bush. Também é destacada a necessidade dos empresários se engajarem ao Imil, porque os autores consideram que eles formam o único grupo capaz de dar suporte financeiro para os projetos e publicações do *think tank* (INSTITUTO MILLENIUM, 2005).

O vínculo com a *AERF* aparece tanto no site do Imil como no site da *AERF*. No site do Imil, consta um vídeo do então vice-presidente executivo da *AERF*, Tom Palmer que, a convite do *think tank* brasileiro, fala sobre a moralidade do capitalismo para alunos de relações internacionais do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais do Rio de Janeiro (IBMEC-RJ), em 2011 (INSTITUTO MILLENIUM, 2012). A relação também se estabelece por meio de uma publicação de 2011, em que o Imil indica ter ganhado o prêmio *2010 New Media Award for Latin America*, em concurso promovido pela *AERF*, pela campanha Tributação Transparente, que trata da necessidade de redução da carga tributária no Brasil e que circulou na Rede Globo durante o ano de 2011 (INSTITUTO MILLENIUM, 2011; EXAME, 2011).

Do outro lado, o Imil consta entre os *think tanks* brasileiros associados à rede no site da *AERF*. O *think tank* é apresentado como um instituto que advoga para estudantes universitários, jornalistas e cidadãos de classe média brasileiros sobre *rule of law* e capitalismo. A *AERF* também aponta que o trabalho do *think tank* se concentra nas redes sociais e na promoção de seminários, envolvendo universitários e jornalistas⁸. A seguir, será abordado, mais especificamente, a construção de opinião nos artigos publicados no site do Imil e seu quadro funcional, bem como o vínculo dos membros com a *AERF*, dos EUA, e/ou formuladores de políticas, do Brasil.

⁸ Informação disponível em <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/instituto-millennium>.

ARTIGOS DE OPINIÃO

Os artigos de opinião ou comentários publicados no site do Imil estão divididos nas categorias Economia, Democracia, Liberdade, Estado de Direito e Empreendedorismo. Para realização da pesquisa foram selecionados textos publicados em julho e agosto de 2019, sobretudo aqueles que figuram entre os destaques no site. A escolha dos textos se baseou na relevância para o escopo da pesquisa. De acordo com a página Linha Editorial⁹, os artigos enviados à publicação precisam estar alinhados aos valores defendidos pelo Imil, que incluem liberdades e responsabilidades individuais, meritocracia, propriedade privada, democracia representativa, transparência, eficiência e igualdade perante a lei. O Imil ainda se reserva da responsabilidade sobre as opiniões publicadas pelos articulistas no seu site.

Uma publicação do dia 25 de julho de 2019, escrita por Hélio Beltrão na categoria Economia, levou o título de *Cavalgaduras Keynesianas*⁹. Nela, o autor aborda o que denomina de “devastação econômica” causada pelos gestores keynesianos, no governo Dilma Rousseff. Ele atribui o que denomina como década perdida à política econômica adotada pelo então Ministro da Fazenda Guido Mantega, de estímulo da demanda agregada. No texto, também constam elogios ao teto de gastos, instituído em 2017, bem como à tramitação da Reforma da Previdência. Do outro lado, constam críticas à criação de crédito com o argumento de que se não há contrapartida de produção, a criação de dinheiro resulta em inflação.

No texto de Hélio Beltrão, parece importante ressaltar a forma como o autor constrói um discurso de oposição ao que denomina de política keynesiana. Do outro lado, um texto publicado no dia 18 de julho de 2019, o autor aponta que “o Brasil vive uma primavera liberal”, na medida em que o que denomina de “liberalismo” estaria ocupando um espaço crescente na academia, na mídia e na política¹⁰. No decorrer do texto, Beltrão busca diferenciar liberalismo, neoliberalismo e social-democracia, para inscrever o pensamento como superior aos demais. O autor também questiona a utilização do termo “neoliberalismo” para definir o conjunto de políticas de oposição à social-democracia. Para ele, a ideia que permeia o liberalismo rejeita as intervenções presentes no neoliberalismo. Assim, é possível compreender

⁹ Informação disponível em <https://www.institutomillennium.org.br/institucional/linha-editorial/>.

⁹ Artigo disponível em <https://www.institutomillennium.org.br/artigos/cavalgaduras-keynesianas/>.

¹⁰ Artigo disponível em <https://www.institutomillennium.org.br/artigos/nao-deturpem-o-liberalismo/>.

que o autor propõe uma radicalização do neoliberalismo como definição adequada para liberalismo.

Na categoria Democracia, consta o texto “Socialismo é uma opção que leva à miséria, violência e atraso”¹¹, publicado no dia 30 de julho de 2019 e escrito por Roberto Rachewski. O autor aborda capitalismo e socialismo como antíteses e argumenta que o capitalismo se relaciona a uma sociedade “onde todos têm oportunidades de realizar sonhos ou adequá-los às condições que a realidade oferece”, enquanto o socialismo “tolhe a liberdade das pessoas” e “concentra riqueza entre os poderosos que detém o controle da força do Estado”. Rachewski ainda aponta que os sistemas não podem ser combinados e, que no cenário ideal, o governo deveria atuar somente com o objetivo de “extrair a violência e os violentos do seio da sociedade”.

Na seção Liberdade, a maioria dos artigos associa o termo que nomeia a categoria com economia. Assim, liberdade significaria, sobretudo, o que é denominado pelo *think tank* como liberdade econômica. Contudo, também há artigos que abordam liberdade no sentido mais amplo, abrangendo a de expressão ou as civis e políticas. No artigo “Entre atuar no livre mercado ou cortejar o governante”¹², publicado no dia 10 de julho de 2019, Roberto Rachawski defende que as instituições empresariais precisam atuar na defesa dos princípios do livre mercado e que não deve haver interferência do governo para “determinar os vencedores”. No caso brasileiro, o autor aponta ser necessário cortejar os governantes para manutenção dos negócios.

Entre os tópicos de destaque no site do Imil, parece haver ênfase na tramitação da Reforma da Previdência e na Medida Provisória (MP) 881, comumente denominada de MP da Liberdade Econômica. Em artigo publicado no dia 6 de agosto de 2019, assinado por João Accioly, integrante da equipe que elaborou a proposta e membro fundador, são pontuados itens que “não podem ser desidratados”¹³ durante a tramitação da MP, na Câmara dos Deputados, entre eles: declaração de direitos de liberdade econômica, reformas de direito empresarial e

¹¹ Artigo disponível em <https://www.institutomillennium.org.br/artigos/o-socialismo-e-uma-opcao-que-leva-a-miseria-violencia-e-atraso/>.

¹² Artigo disponível em <https://www.institutomillennium.org.br/artigos/entre-atuar-no-livre-mercado-ou-cortejar-o-governante/>.

¹³ Artigo disponível em <https://www.institutomillennium.org.br/factiva/a-mp-da-liberdade-economica-precisa-ser-aprovada-no-congressoo/>.

abuso regulatório. De acordo com o texto, há atuação estatal excessiva na atividade econômica, o que torna necessário definir quais são os direitos do empresário. O texto também pontua ações estatais que podem ser consideradas abuso de autoridade por parte do governo. Outro ponto de destaque é a alteração no direito empresarial, que tem por objetivo fortalecer a liberdade contratual. Entre os destaques, também consta outro texto sobre a mesma temática, com o título “Desburocratizar é essencial para voltar a crescer”,¹⁴ publicado no dia 7 de agosto, escrito por Ronald Otto Hillbrecht.

A partir das informações apresentadas, é possível apontar que conceitos como liberdade e democracia geralmente são associados com capitalismo nos textos do Imil. Também parece haver ênfase na polarização do debate econômico, entre propostas denominadas de keynesianas e liberais. Essa polarização também é refletida no campo político, com a construção de um discurso de oposição ao que é denominado de socialismo (termo que parece incluir, também, a social democracia). Além disso, é perceptível a rejeição do Estado, na medida em que há ênfase na desconstrução das regulações econômicas e uma associação do Estado com a limitação das liberdades individuais. Por fim, os textos parecem dialogar com a proposta de radicalização do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que buscam desvincular a prática política proposta do rótulo de neoliberal.

QUADRO FUNCIONAL E VÍNCULOS POLÍTICOS

De acordo com a página de Quem Somos¹⁵, a estrutura organizacional do *think tank* é formada pela Câmara dos Fundadores (22 membros), Mantenedores (25 membros), Conselho de Governança (sete membros), Conselho Fiscal (quatro membros) e Comitê Gestor (seis membros). Na medida do possível, se buscará detalhar a formação dos órgãos internos do *think tank* a partir do levantamento do currículo de lideranças representativas em cada uma das divisões institucionais e estabelecer sua relação com o governo.

¹⁴ Informação disponível em <https://www.institutomillennium.org.br/factiva/desburocratizar-e-essencial-para-o-pais-voltar-a-crescer/>.

¹⁵ Informação disponível em <https://www.institutomillennium.org.br/institucional/quem-somos/>.

A Câmara de Fundadores¹⁶ é formada por 22 membros e se divide em: 1) executivos de mídia e jornalistas que trabalham e/ou trabalharam nos principais veículos de comunicação do País; 2) professores de Ciência Política, Economia e Relações Internacionais de universidades públicas e privadas, no Brasil, na Europa e nos EUA e 3) fundadores e sócios-majoritários de bancos e fundos de investimento, no Brasil e nos EUA.

Entre jornalistas e executivos de mídia, consta na lista o então Diretor-Geral de Mídia Impressa e Rádio das Organizações Globo, Luiz Eduardo Vasconcelos. Entre os professores e pesquisadores de Ciência Política, Economia e Relações Internacionais, é possível citar o professor de Economia Política Internacional da Universidade de Brasília (UnB) e professor titular do Instituto Rio Branco, Carlos Pio¹⁷. Atualmente, ele ocupa cargo de secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e de *Ombudsman* de Investimentos Estrangeiros Diretos, no Ministério da Economia (PODER 360, 2019).

Dentro do mesmo escopo, é possível citar o integrante do Conselho Consultivo do Fórum Econômico Mundial, diretor do BRICLab da Universidade de Columbia e pesquisador do *Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien (CEAQ)*, da Universidade Paris-Descartes, Marcos Troyjo¹⁸. Ele é graduado em ciência política e economia, tem doutorado em sociologia e relações internacionais pela Universidade de São Paulo (USP) e é diplomata. Foi nomeado vice-ministro de Economia e secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais no governo do presidente Jair Bolsonaro (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2018).

Entre os fundadores e sócios-majoritários de bancos e fundos de investimento, é possível citar o fundador do grupo financeiro BR Investimentos e um dos quatro fundadores do BTG Pactual, Paulo Guedes¹⁹. Ele foi indicado como Ministro da Economia no governo de Jair Bolsonaro (VEJA, 2018) e assumiu o cargo em janeiro de 2019 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019). O executivo Gustavo Marini, fundador da firma de investimentos Turim Family Office, também consta na Câmara de Fundadores do Imil. Ele foi diretor-presidente do Santander Brasil *Asset Management* e do Santander Brasil *Private Equity*. Atualmente, é

¹⁶ Informação disponível em <https://www.institutomillennium.org.br/camara-de-fundadores-curadores/>.

¹⁷ Informação disponível em <https://www.institutomillennium.org.br/author/carlos-pio/>

¹⁸ Informações disponíveis em <https://www.institutomillennium.org.br/author/marcos-troyjo/>

¹⁹ Informações disponíveis em <https://www.institutomillennium.org.br/author/paulo-guedes/>

Americas Executive Board Member, na *MIT Sloan School of Management*, em Boston, EUA, e dirige fundos de investimento na *Turim Family Office*²⁰.

A Câmara de Mantenedores²¹ é formada por 25 membros, entre executivos do mercado financeiro e diretores de fundos de investimento, empresários ligados ao setor da construção civil, petróleo, aço e/ou comunicação. Entre eles, consta o vice-presidente do Conselho de Administração e presidente do Conselho Editorial e do Comitê Institucional do Grupo Globo, João Roberto Marinho²². A lista também é composta pelo presidente do Conselho de Administração da Gerdau, a 14ª maior produtora de aço do mundo, Jorge Gerdau Johannpeter²³.

Outro nome que consta na Câmara de Mantenedores é de José Salim Mattar. Ele foi um dos fundadores e presidente da rede de empresas de alugueis de carros Localiza. O capital da empresa era avaliado em US\$ 15,2 bilhões em 2018²⁴. Após as eleições de 2018, a equipe econômica do governo Bolsonaro indicou Mattar para assumir a Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimentos, instituição que se volta aos estudos sobre privatização de empresas estatais (G1 ECONOMIA, 2019).

O Conselho de Governança²⁵ do Imil é formado por sete membros e é composto por executivos do setor produtivo, executivos do setor financeiro e advogados. O presidente do Conselho é o vice-presidente do *Bank of America Merrill Lynch* e ex-vice-presidente da Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI), Ricardo Diniz²⁶. Gerdau também é membro do Conselho de Governança, assim como o *Chief Executive Officer (CEO)* da Bombril, Luiz Gustavo Silva. Outro membro do Conselho de Governança é Daniel Fuks²⁷. Ele lançou o primeiro fundo de previdência exclusivo (sem vínculo com bancos ou seguradoras), em 2005, e foi responsável pela criação da área de previdência privada da Gávea Investimentos até 2013, quando a *JP Morgan* assumiu as operações.

²⁰ Informações disponíveis em <http://www.turimbr.com/a-turim/socios/>.

²¹ Informações disponíveis em <https://www.institutomillennium.org.br/camara-de-mantenedores/>.

²² Informações disponíveis em <https://grupoglobo.globo.com/estrutura-corporativa/>.

²³ Informações disponíveis em <https://www.institutomillennium.org.br/convidados/jorge-gerdau-johannpeter/>.

²⁴ Informações disponíveis em <https://www.localizahertz.com/brasil/pt-br/sobre-a-localiza/historico>.

²⁵ Informações disponíveis em <https://www.institutomillennium.org.br/conselho-de-governana/>.

²⁶ Informações disponíveis em <https://www.institutomillennium.org.br/author/ricardo-diniz/>.

²⁷ Informações disponíveis em <https://www.institutomillennium.org.br/author/daniel-fuks/>.

O Conselho Fiscal²⁸ é formado por quatro membros e composto por economistas e advogados. Um dos membros é o professor de economia do IBMEC-RJ, Marcelo Mello²⁹. Por fim, o Comitê Gestor é formado por seis membros, sobretudo por fundadores de outros *think tanks* também associados à *AERF* e executivos do mercado financeiro. Um dos membros é um dos fundadores do Instituto Millenium e ex-presidente do *think tank* Instituto Liberal, Odemiro Fonseca³⁰. Também compõe o Comitê Gestor o presidente do *think tank* Livres, Paulo Gontijo³¹. Outro membro é sócio da XP Investimentos e fundador da Startup Avante, Bernardo Bonjean³².

A partir das informações apresentadas, é possível considerar que o Imil é composto pela junção de parte da elite do setor financeiro, do capital industrial, da imprensa e do setor público. Além disso, parece haver predomínio da influência do capital financeiro no instituto, na medida em que muitos dos membros estão e/ou estiveram associados a atividades relacionadas à administração de fundos de investimento ou de bancos. Também é possível observar que o setor industrial tem relativa representatividade no Imil. Além disso, constam entre seus membros, fundadores ou integrantes de outros *think tanks*, o que pode reforçar a lógica de colaboração em rede da *AERF*.

CONSTRUÇÃO DE CONSENSO PELA LIBERALIZAÇÃO

A atuação do Imil para construção de consenso pela liberalização econômica parece acontecer tanto no âmbito político-institucional como no âmbito ideacional. No âmbito político-institucional, é possível identificar que o Imil busca influenciar as decisões da política econômica por meio da inserção dos seus quadros em cargos governamentais. Isso pode ser observado a partir das seguintes informações: 1) um dos mantenedores, Salim Mattar, exerce o cargo de secretário de Desestatização e Desinvestimento, órgão vinculado ao Ministério da Economia; 2) um dos fundadores, diplomata Marcos Troyjo, exerce a função de vice-ministro da Economia e de secretário especial de Comércio Exterior; 3) um dos fundadores, Marcos

²⁸ Informações disponíveis em <https://www.institutomillennium.org.br/conselho-fiscal/>.

²⁹ Informações disponíveis em <https://www.institutomillennium.org.br/author/marcelo-mello/>.

³⁰ Informações disponíveis em <https://www.institutomillennium.org.br/author/odemiro-fonseca/>.

³¹ Informações disponíveis em <https://www.institutomillennium.org.br/author/paulo-gontijo/>.

³² Informações disponíveis em <https://www.institutomillennium.org.br/author/bernardo-bonjean/>.

Pio, exerce cargo de secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e de *ombudsman* de Investimentos Estrangeiros Diretos, no Ministério da Economia e 4) um dos fundadores, Paulo Guedes, exerce a função de ministro da Economia.

Também foi possível identificar que o Imil parece buscar coesão entre elites políticas e econômicas brasileiras sobre sua agenda de liberalização econômica, na medida em que seus quadros se compõem por: 1) executivos de grupos de comunicação (Luiz Eduardo Vasconcelos, diretor-geral de Mídia Impressa e Rádio das Organizações Globo e João Roberto Marinho, presidente do Conselho Editorial e do Comitê Institucional do Grupo Globo, João Roberto Marinho) 2) executivos do mercado financeiro e/ou sócio majoritários de bancos e/ou administradores de fundos de investimento (Ricardo Diniz, vice-presidente do *Bank of America Merrill Lynch*, e Gustavo Marini, fundador da firma de investimentos Turim *Family Office*); 2) empresários/executivos de setores produtivos (Luiz Gustavo Silva, *CEO* da Bombril e Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau); 3) intelectuais associados a universidades públicas ou privadas (Marcelo Mello, professor de economia do IBMEC-RJ e Marcos Pio, professor de Economia Política Internacional da UnB).

Além disso, os quadros diretivos do Imil também indicam o vínculo do *think tank* com outros *think tanks* associados à *AERF*, no Brasil. Entre os membros do Conselho Gestor, consta o ex-presidente do Instituto Liberal, Odemiro Fonseca, e o presidente do Livres, Paulo Gontijo. O fundador do IMB, Hélio Beltrão, consta entre os fundadores do Imil. Assim, a rede de *think tanks* da *AERF* no Brasil parece se conectar no campo das ideias, na medida em que os institutos defendem agendas parecidas, mas também nos quadros funcionais e diretivos, visto que alguns indivíduos fazem parte de mais do que um *think tank* conectado à rede.

No âmbito ideacional, foi possível identificar que há a defesa de uma radicalização do neoliberalismo, que se manifesta por meio da polarização do debate econômico, com críticas ao pensamento keynesiano frente ao que está denominado, nos textos, como liberalismo. Essa radicalização do neoliberalismo também parece ocorrer no campo político, na medida em que há a generalização das ideias divergentes da concepção de liberalismo defendida pelo Imil. Assim, a social democracia faria parte do conceito de socialismo nos artigos publicados no site do Imil. Embora haja defesa das liberdades de expressão e civis, o conceito de liberdade, na maioria das vezes, aparece associado à liberdade econômica, assim como a democracia.

A partir da bibliografia sobre a história do neoliberalismo e sua relação com *advocacy think tanks*, é possível apontar que a atuação do Imil, no Brasil, representa a continuidade da construção e da defesa do pensamento neoliberal por meio do fortalecimento da rede da *AERF*, que nasce com o objetivo de se contrapor ao que foi denominado, à época, como coletivismo, que envolvia socialismo, nazismo e social democracia. De maneira similar, as ideias de liberalização econômica defendidas pelo *think tank* estudado se contrapõem às intervenções do Estado na economia e propõem, em menor ou maior escala, uma radicalização do liberalismo econômico, em resposta a qualquer ideia que se assemelhe a uma tentativa de construção de social democracia, no Brasil.

A atuação dos Imil também pode ser lida a partir da abordagem de Abelson (2018) e Belli e Nasser (2014), que apontam ser prática comum que governantes e/ou formuladores de políticas se aproximem de *think tanks* que mais se alinham às suas ideias, tornando o trânsito entre institutos e governo uma prática comum. Isso parece ser o que ocorre no governo Bolsonaro que, em virtude da adoção da agenda de política econômica de Paulo Guedes, se aproxima do Imil, tornando a produção ideacional e a agenda política do *think tank* influentes na esfera governamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo identificou que o Imil atua para construção de consenso entre parte das elites econômicas e políticas do Brasil sobre sua agenda liberalizante. A prática parece ocorrer no âmbito institucional interno do Imil, por meio do diálogo entre atores que representam diferentes campos sociais. Contudo, a influência política do Imil é constituída por meio da nomeação de atores para cargos decisórios da política econômica do governo Bolsonaro, como forma de colocar em prática a agenda de liberalização econômica. Desta forma, compreender a produção ideacional do Imil também pode servir como forma de compreender a política econômica adotada no governo Bolsonaro. A relação do Imil com a *AERF* parece se estabelecer de forma menos intensa em termos de relacionamento direto, contudo, pode haver uma constituição de agenda complementar entre as instituições. Assim, é possível considerar que o Imil é apenas uma parte da atuação da *AERF* no Brasil, na medida em que o instituto se conecta

a outros *think tanks* da rede por meio de suas lideranças e que os demais *think tanks* parecem exercer atividades que complementam a ação do Imil.

Este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento sobre a atuação da *AERF* no Brasil, por isso, ela pode ter continuidade a partir da análise dos demais *think tanks* conectados à rede, bem como dos seus homólogos nos EUA. Parte-se do pressuposto que a *AERF* utiliza mecanismos de cooptação e formação de *think tanks* alinhados à agenda de livre mercado, concentrando-se sobretudo na criação de novos *think tanks* e na aproximação dos institutos que compartilham de suas ideias. Além disso, a pesquisa pode contribuir para o estudo dos *think tanks* como uma categoria de estudo de elites, no Brasil.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELSON, Donald. **A Capitol Idea: think tanks and US foreign policy**. Toronto: McGill-Queen's University Press, 2006.

BELLI, Belli; NASSER, Filipe. Ideias de política e políticas das ideias: a paisagem dos think tanks nos EUA e as estratégias de inserção do Brasil no debate global. **Política Externa**, São Paulo, v. 23, p. 153-172, out./nov./dez. 2014.

EPSTEIN, Gerald A. Introduction: Financialization and the World Economy. In: EPSTEIN, G. A. **Financialization and the World Economy**. Edward Elgar Publishing, 2005.

FANG, Lee. Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana. **The Intercept Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>>. Acesso em: 19.mai.2019.

GROS, Denise B. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, p. 143-160, 2004.

JONES, Daniel S. **Masters of the Universe: Hayek, Friedman and the Birth of Neoliberal Politics**. New Jersey: Princeton University Press, 2012.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

MEDVETZ, Thomas. **Think tanks in America**. Chicago : The University of Chicago Press, 2012.

MITCHELL, Timothy. How neoliberalism makes its world. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. **The Road from Mount Pelerin**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2009. Cap. 11, p. 386-416.

OSTRY, Jonathan D; LOUNGANI, Prakash; FURCERI, Davide. Neoliberalism: oversold? **Finance & Development**, v. 53, p. 38-41, 2016.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: CRUZ, Sebastião Velasco et al. **Direita, Volver**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TEIXEIRA, Tatiana. **Os think tanks e sua influência na política externa dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

FONTES CONSULTADAS

ATLAS NETWORK. Training think tank leaders in Brazil. **Atlas Network**, 2015. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/news/article/training-think-tank-leaders-in-brazil>>. Acesso em: 7.jul.2019.

ATLAS NETWORK. Instituto Millenium. **Atlas Network**. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/instituto-millenium>>. Acesso em: 7.jul.2019.

EXAME. Instituto Millenium ganha prêmio da Atlas Foundation. **Exame**, 2011. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/blog/instituto-millenium/instituto-millenium-ganha-premio-da-atlas-foundation/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

EPOCA NEGÓCIOS. Os escolhidos de Guedes para a equipe econômica do novo governo. **Época Negócios**, 2018. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/11/os-escolhidos-de-guedes-para-equipe-economica-do-novo-governo.html>>. Acesso em: 07.jul.2019.

G1 ECONOMIA. Governo pode arrecadar até R\$ 100 bilhões com desestatizações em 2019, diz secretário. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/06/27/governo-pode-arrecadar-ate-r-100-bilhoes-com-desestatizacoes-em-2019-diz-secretario.ghtml>>. Acesso em: 7.jul.2019.

GRUPO GLOBO. Estrutura Corporativa. **Grupo Globo**. Disponível em: <<https://grupoglobo.globo.com/estrutura-corporativa/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. A MP da Liberdade Econômica precisa ser aprovada no Congresso. **Instituto Millenium**, 2019. Disponível em:

<<https://www.institutomillennium.org.br/factiva/a-mp-da-liberdade-economica-precisa-ser-aprovada-no-congressoo/>>. Acesso em: 14.ago.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Bernardo Bonjean. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/author/bernardo-bonjean/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Câmara de Fundadores. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/conselho-de-governana/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Câmara de Mantenedores. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/conselho-de-governana/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Cavalgadas keynesianas. **Instituto Millenium**, 2019. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/artigos/cavalgadas-keynesianas/>>. Acesso em: 14.ago.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Comitê Gestor. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/conselho-de-governana/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Conselho de Governança. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/conselho-de-governana/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Conselho Fiscal. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/conselho-fiscal/>>. Acesso em: 07.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Carlos Pio. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/author/carlos-pio/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Daniel Fuks. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/author/daniel-fuks/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Entre atuar no livre mercado ou cortejar o governante. **Instituto Millenium**, 2019. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/artigos/entre-atuar-no-livre-mercado-ou-cortejar-o-governante/>>. Acesso em: 14.ago.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. João Accioly. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/author/joao-accioly/>>. Acesso em: 14.ago.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Linha Editorial. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/institucional/linha-editorial>>. Acesso em: 14.ago.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Marcelo Mello. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/author/marcelo-mello/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Missão, visão e valores. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/institucional/missao-visao-valores/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Não deturpem o liberalismo. **Instituto Millenium**, 2019. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/artigos/nao-deturpem-o-liberalismo/>>. Acesso em: 14.ag.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Odemiro Fonseca. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/autor/odemiro-fonseca/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. O socialismo é uma opção que leva à miséria, violência e atraso. **Instituto Millenium**, 2019. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/artigos/o-socialismo-e-uma-opcao-que-leva-a-miseria-violencia-e-atraso/>>. Acesso em: 14.ag.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Paulo Gontijo. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/autor/paulo-gontijo/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Paulo Guedes. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/autor/paulo-guedes/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Revolucionando a agenda política. **Instituto Millenium**, 2005. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/artigos/revolucionando-a-agenda-politica-2/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Ricardo Diniz. **Instituto Millenium**. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/autor/paulo-guedes/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

INSTITUTO MILLENIUM. Tom Palmer – Propriedade intelectual. **Instituto Millenium**, 2012. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/millenniumtv/tom-palmer-propriedade-intelectual/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

LOCALIZA. Institucional | Histórico. **Localiza**. Disponível em: <https://www.localiza.com/reservas/institucional/historico.aspx?id_controle=9>. Acesso em: 7.jul.2019.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Paulo Guedes assume o Ministério da Economia. **Planejamento, Desenvolvimento e Gestão**, 2019. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/noticias/paulo-guedes-assume-o-ministerio-da-economia>>. Acesso em: 26.jul.2019.

PODER 360. Governo federal terá ‘ombudsman’ para receber investidores estrangeiros. **Poder 360**, 2019. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/governo-federal-tera-ombudsman-para-receber-investidores-estrangeiros/>>. Acesso em: 7.jul.2019.

SCP UFPel

I Seminário de Ciência Política da UFPel

22 E 23 DE AGOSTO DE 2019 - PELOTAS/RS

TURIM FAMILY OFFICE. Sócios. **Turim Family Office & Investment Management.**
Disponível em: <<http://www.turimbr.com/a-turim/socios/>>. Acesso em: 7.jul.2019

PLUTOCRATAS OU MEMBROS DA MÁQUINA? O EFEITO DAS FORMAS DE FINANCIAMENTO DE ELEITOS SOBRE A LEALDADE PARTIDÁRIA NO BRASIL

Bruno Marques Schaefer¹
Tiago Alexandre Leme Barbosa²

Resumo

O texto analisa o perfil dos candidatos ao cargo de deputado federal no Brasil entre 2010 até 2018. O objetivo foi observar aqueles que se autofinanciaram nos pleitos e se o comportamento parlamentar poderia ser explicado de acordo com o tipo de financiamento do parlamentar. Para tanto, utilizamos os dados de prestação de contas dos deputados e os de disciplina partidária do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI), da Universidade de São Paulo. Os resultados preliminares sugerem que ocorreu um aumento tímido daqueles que se autofinanciavam e que esses parlamentares não diferem em termos de disciplina partidária daqueles que financiaram as suas campanhas com dinheiro do partido.

Palavras Chaves: Recrutamento político; Autofinanciamento; Disciplina Partidária

INTRODUÇÃO

Este trabalho explora a relação entre financiamento eleitoral e recrutamento partidário, em específico a relação entre autofinanciamento (recursos do próprio bolso gastos em campanha) e tipos de candidaturas.

O autofinanciamento ainda não foi investigado de forma extensiva no Brasil, apesar de que, desde 2015³, com a proibição das doações empresariais, parece ter havido um crescimento de candidaturas autofinanciadas. O caso do prefeito eleito de São Paulo em 2016, João Dória (PSDB), constitui um dos grandes exemplos. Conforme noticiado na época, o então governador do estado, Geraldo Alckmin, agiu pessoalmente para que Dória fosse o indicado do

¹ Doutorando em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; E-mail: brunomschaefer@gmail.com, Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

² Doutorando em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; E-mail: tiagoalexandre@gmail.com, Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

³ Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

partido. Além do primeiro ser um candidato *outsider*, sem histórico de cargos públicos eletivos, seu patrimônio poderia ser uma vantagem comparativa em um contexto de escassez de recursos.

O problema de pesquisa a ser respondido se desmembra em três questões: em primeiro lugar, buscamos entender a evolução do perfil dos candidatos de perfil plutocrático⁴ ao longo de três pleitos à Câmara dos Deputados (2010, 2014 e 2018); em segundo lugar, observar quais são as características – socioeconômicas e políticas, desses candidatos; e, por último, testar a consequência dessa forma de representação para a disciplina partidária na Câmara dos Deputados.

Para isso, criamos um modelo classificatório dos candidatos autofinanciados, melhor exposto a seguir. Temos, por hipóteses, que o número de candidatos autofinanciados bem-sucedidos tem aumentado ao longo do tempo e que esses candidatos têm profissões ligadas ao mundo empresarial, tendem a se lançar à direita do espectro político, bem como homens e com ensino superior completo. Em relação à disciplina partidária, consideramos que os candidatos mais independentes de outras fontes de recursos: como partidos e doadores privados, tendem a ser mais indisciplinados do que os demais.

Trabalhamos com os dados de todos os 16.002 candidatos ao cargo de deputado federal que prestaram contas nas eleições de 2010, 2014 e 2018 no Brasil. Os dados foram coletados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em dois bancos de dados distintos: contas eleitorais e informações autodeclaradas dos candidatos: como profissão, gênero, escolaridade, partido e, a partir de 2014, declaração racial conforme categorias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O trabalho está organizado da seguinte forma: além dessa introdução, apresentamos uma breve revisão teórica, a especificação do modelo de análise e a discussão dos resultados iniciais, ao fim, tecemos as considerações finais.

O RECRUTAMENTO POLÍTICO E O AUTOFINANCIAMENTO

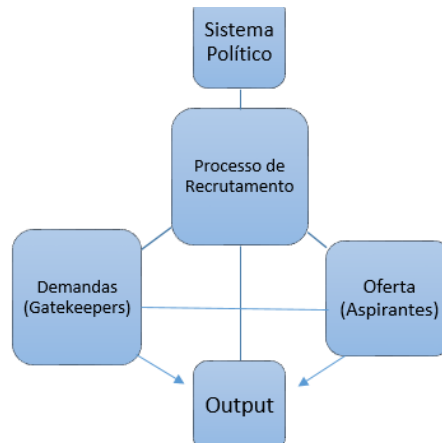
A literatura sobre recrutamento político, em geral, e recrutamento partidário, em particular, tem avançado nos últimos anos na formulação de inferências e busca de respostas

⁴ Esse conceito é melhor descrito a seguir.

acerca de: quais candidatos são lançados? (RODRIGUES, 2002; SIAVELIS & MORGENSTERN, 2009; NORRIS; LOVENDUSKI, 1997); como são lançados? Ou seja, quais são os filtros de seleção que “brecam” ou possibilitam a entrada de atores no campo político (NORRIS, 1997; RAHAT & HAZAN, 2001); quais as diferenças do processo de seleção entre partidos políticos? Existiriam diferenças entre o *continuum* de centralização/descentralização de suas organizações e/ou na díade esquerda/direita? (PERISSINOTTO & BOLOGNESI, 2009; PERES & MACHADO, 2017). Bem como a comparação entre processos de recrutamento em sistemas políticos distintos (BEST & COTTA, 2000). O foco dessas pesquisas tende a ser os legisladores, em nível nacional (COSTA & CODATO, 2013), com poucas exceções.

Norris (1997), propõe um modelo de análise sobre o recrutamento de candidatos às eleições que leva em conta diversos níveis, como pode se ver na figura 1. A) um nível mais geral: normas que regulam o sistema político como o tipo de sistema eleitoral, o formato do Estado (se unitário ou federativo), as regras sobre financiamento e a competição política entre partidos em determinado país, entre outros fatores. B) um nível intermediário que leva em conta os processos organizacionais de seleção de candidatos, ou seja, como os partidos administram e procuram por candidatos potenciais (as demandas dos selecionadores). As legendas podem se diferenciar, por exemplo, na formalização de prévias entre filiados e eleitorado em geral (como os partidos norte-americanos no caso da presidência), ou na centralização da decisão em grupos pequenos da direção dos partidos, em nível nacional e/ou subnacional (RAHAT & HAZAN, 2001). De outro lado, os pesquisadores podem se centrar na análise da oferta, ou seja, quem busca – e por quê – determinados partidos, e visa adentrar no campo político (ALCANTARA, 2016). Por fim, C), pode ser investigado os *outputs* desse processo, ou em perspectiva comparada: como determinados arranjos produzem candidatos e candidatas de determinadas características, ou em um caso nacional específico.

Figura 1: Etapas e fatores do recrutamento político



Fonte: Norris (1997).

Na América Latina, Siavelis & Morgenstern (2009), formulam uma tipologia de candidatos à Legislaturas Nacionais⁵ baseada nos critérios expostos por Norris (1997), mas levando em conta as especificidades da região. Para os autores, existiriam quatro “tipos ideais” de candidatos (leais ao partido; servidores do distrito; empresários políticos e delegados de grupo), definidos a partir de variáveis legais e partidárias. No primeiro caso, as variáveis que definiriam a probabilidade de aparecimento de um ou outro tipo de candidato seriam: magnitude do distrito (se uni nominal, multinomial), lista partidária (se fechada ou aberta), existência ou não de reeleição, organização geográfica do Estado (se unitária ou federal), bem como a força do poder legislativo vis-à-vis a presidência. De outro lado, as variáveis partidárias dão conta do processo de seleção de candidaturas (se aberto aos membros filiados ou fechado na elite da organização), o nível de burocratização do partido e a relação desse com o financiamento (se controla ou não o dinheiro repassado aos candidatos). A interação entre essas variáveis, de acordo com o modelo dos autores, tornaria mais provável determinado tipo de candidato se lançar em dado contexto. Tomando o caso brasileiro por exemplo, em um distrito como São Paulo, com 70 vagas a Câmara Federal, lista aberta, pouco controle dos partidos sobre o processo de recrutamento e seleção de candidatos (principalmente consideradas as legendas de direita), possibilita condições para a emergência de mais empresários políticos. A vantagem do

⁵ Os autores trabalham também com um modelo para a disputa a cargos majoritários, mas este não será trabalhado aqui.

modelo de Siavelis & Morgenstern (2009), nesse sentido, é que além de propor variáveis que seriam preditoras de determinado tipo de candidato, atestam consequências de cada tipo para o “dia após as eleições”. Ou seja, conforme os autores cada tipo de candidato teria estilo diferente de campanha, buscas distintas do que representar e como se comportar no Parlamento: se de forma leal/disciplina ou não ao partido que se elegeu, conforme podemos observar no quadro 1. Analiticamente, a tipologia criada pelos autores possibilita dois caminhos de pesquisas: como variável dependente, ou seja, investigar quais regras e organizações produzem determinado tipo de candidato; bem como variável independente: como cada tipo de legislador produz, ou não, resultados distintos.

Quadro 1: Comportamentos dos tipos de candidatos

| | Leais ao partido | Servidores do distrito | Empresário Político | Delegado de grupo |
|--|---|---|--|---|
| Estilo de campanha | Promoção da plataforma do partido | Apelo aos eleitores | Personalista | Exaltam-se as demandas do grupo |
| Busca de voto pessoal | Infrequente | Frequente | Frequente | Variável que depende da importância dos indivíduos do grupo |
| Orientação da representação | Partidário ao invés de orientado pela representação do distrito | Eleitores do distrito ao invés de partidário | Individualista, recompensa a grupos/ indivíduos que o apoiam | Funcional, o grupo antes que o partido |
| Tipos de recursos que se buscam | Coletiva, programática, ideológica | Legislação particularista e recursos públicos para o distrito | Legislação particularista para compensar quem os apoiam | Benefícios para os grupos |
| Disciplina legislativa/ apoio ao presidente | Alta | Moderada, pode ser comprada com recursos públicos para o distrito | Baixa, voto egoísta | Moderada, pode ser comprada mediante recompensas do grupo |

Fonte: Siavelis & Morgenstern (2009)

Peres & Machado (2018), por sua vez, trabalham na construção de uma tipologia mais ampla acerca do recrutamento partidário. Os autores consideram – teoricamente – aspectos como a atuação dos partidos na busca de candidatos em momentos eleitorais ou não-eleitorais;

a formação de quadros no interior das organizações, bem como o tipo de adesão dos futuros políticos aos partidos: se baseada em critérios programáticos ou pragmáticos. A tipologia produzida serve como um modelo heurístico para futuras análises empíricas.

Um aspecto tratado de forma tangencial nesses estudos é como que os candidatos se financiam. O dinheiro é apenas uma das variáveis tratadas, tanto no caso de democracias recentes (SIAVELIS & MORGENSTERN, 2009), quanto em consolidadas (NORRIS, 1997). As formas de financiamento da política e sua relação com os tipos de candidatos que se lançam, e vencem, eleições é um aspecto que remete às reflexões de Weber [1922] (2009). Ou seja, apesar da antiguidade desse questionamento, existem lacunas na sua aplicação empírica como objeto específico de pesquisa. Em “Economia e Sociedade”, o sociólogo alemão pontuava que existiriam basicamente duas formas de se “banciar” uma campanha eleitoral: a partir do dinheiro dos próprios candidatos ou a partir da máquina partidária. De um lado, existiria o que Weber chama de recrutamento plutocrático da elite política, e do outro o recrutamento partidário. Essa distinção é importante para se analisar a própria evolução da classe política desde a virada do século XIX. Duverger (1992), por exemplo, demarca o surgimento dos partidos de massa com, dentre outros fatores, o rompimento financeiro das massas para com as elites. Se antes os partidos de quadros, ou notáveis, financiavam suas campanhas a partir de recursos do próprio bolso, com os partidos de massa, seriam os próprios filiados dos partidos a financiar a competição eleitoral. Essa mudança inverte a relação de poder: se antes o partido era dependente dos políticos, desde o aparecimento das organizações de massa os políticos tornar-se-iam dependentes do partido. De forma semelhante, Siavelis & Morgenstern (2009) demarcam a diferença entre empresários políticos (fruto de um recrutamento plutocrático – independente das organizações partidárias) e os leais ao partido. Peres & Machado (2018), diferenciam essas modalidades de recrutamento entre a democrática e a plutocrática. Neste trabalho, enfocamos no recrutamento plutocrático, de modo que criamos – e são apresentados a seguir – indicadores empíricos para mensuração do fenômeno. A ideia é que o autofinanciamento constitui uma variável para classificar as candidaturas no *continuum* exposto por Weber (2009), e outros, entre a dependência de partidos e/ou outros financiadores até a dependência do próprio bolso para gerenciamento de uma campanha. Autofinanciamento

entendido como a proporção de recursos do próprio bolso que os candidatos gastam em suas campanhas, em relação ao total investido.

MODELO DE ANÁLISE

Em um dos poucos trabalhos que tratam, exclusivamente, do autofinanciamento como problema de análise, Steen (2006) propõe classificar os candidatos ao Senado e Câmara dos Representantes dos Estados Unidos em quatro categorias, de acordo com o nível absoluto de recursos aportados do próprio bolso para as campanhas. A autora chega a seguinte classificação: (1) candidatos sem autofinanciamento; (2) candidatos minimamente autofinanciados; (3) candidatos moderadamente autofinanciados; e (4) candidatos extremamente autofinanciados. As linhas de corte entre cada categoria são fixas e definidas em valores de dólar. Por exemplo, o caso 1 ocorre quando não há dinheiro do próprio bolso na campanha, o caso 2 é o valor de \$1 até \$49.999 dólares, caso 3 \$50.000 dólares até o limite do *Bipartisan Campaign Reform Act* (BCRA)⁶, sendo que o último caso o candidato é classificado se gasta acima dos limites do BCRA. A criação de tipologias acerca de apenas uma dimensão de análise é um critério válido (BAILEY, 1994), no entanto a criação de categorias a partir de divisões arbitrárias de variáveis contínuas, como exposto por Fernandes et al (2019), pode levar a conclusões errôneas. Desta forma, visando cumprir com os critérios de exclusividade, exaustividade e adequação (COLLIER et al, 2001) necessários para classificações empíricas, empregamos a técnica de análise de clusters no banco de dados.

Este tipo de análise é útil para a criação de grupos com o máximo de semelhança interna e o máximo de diferenciação externa (BAHR et al, 2011; FIGUEIREDO et al, 2014). Como trabalhamos com 16002 casos, realizamos o processo de criação de clusters em cada ano a partir de duas variáveis. A soma do arrecadado na campanha e a porcentagem desses recursos oriundos do próprio bolso dos candidatos. Dividindo em três grupos cada variável: campanhas caras, médias e baratas; campanhas extremamente autofinanciadas, moderadamente autofinanciadas e minimamente autofinanciadas, construímos a classificação final dos

⁶ https://web.archive.org/web/20120324190538/http://www.fec.gov/press/bkgnd/bcra_overview.shtml, acesso em 16 de julho de 2019.

candidatos. Em termos operacionais, consideramos que um candidato autofinanciado é aquele que aporta recursos elevados (absolutos) à sua campanha e, do outro lado, esses recursos constituem a maior parcela (relativa) à sua campanha. Desse modo, se pode observar quais são aqueles candidatos com alta capacidade de financiamento que se valem tão somente, ou quase que exclusivamente, dos recursos extraídos de sua própria fortuna pessoal. No quadro 2, expomos de forma mais clara essa conceituação.

Quadro 2: Classificação das candidaturas a partir do autofinanciamento

| | | Recursos da Campanha (R\$) | | |
|-----------------------|----------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------------|
| | | Barata | Média | Cara |
| Recursos Próprios (%) | Pouco | Dependente não competitivo (1) | Dependente Competitivo (2) | Partidário (3) |
| | Moderado | Desesperado (4) | Desafiante (5) | Empreendedor Híbrido (6) |
| | Alto | Abandonado (7) | Empreendedor Plutocrático (8) | Plutocrata (9) |

Fonte: elaboração dos autores.

O cruzamento dos grupos formados pela análise de cluster para as duas variáveis “cria” nove tipos de candidatos. Os nomes de cada tipo são provisórios. Em termos da dependência de recursos próprios, os candidatos de tipo sete, oito e nove são os mais interessantes ao trabalho que estamos desenvolvendo. Em especial, o candidato “Plutocrata”. Este é o candidato notável que não depende nem de partido e nem de nenhum outro financiador para conseguir ter uma campanha cara e, conseqüentemente, competitiva.

Em termos de adequação dos tipos de candidatos foram realizados testes de diferenças de médias a partir da técnica estatística “Anova”. Os resultados foram significativos estatisticamente, ou seja, nas duas dimensões existem pequenas diferenças de médias no interior de cada grupo, e grandes diferenças entre grupos, como pode se observar nos anexos.

Para o teste de hipóteses, foram codificadas as informações das candidaturas a partir do perfil partidário-ideológico, ocupacional e social. Consideramos a classificação ideológica realizada por Codato *et al* (2018), principalmente porque possibilita olhar nuances do sistema partidário brasileiro, como diferenças no interior da esquerda e no interior da direita. No caso da última, existem diferenças entre partidos que se ancoram em uma ideologia religiosa cristã, por exemplo, e outros com uma ideologia liberal na questão econômica, defendendo

privatizações e liberalização do mercado. Seguindo essa argumentação, os partidos que competiram entre 2010 e 2018 foram classificados da seguinte forma:

Quadro 3: Classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros

| Ideologia | Partido |
|----------------------|--|
| Centro | PV; PSDB; PMDB (MDB); PPS; REDE |
| Centro-Esquerda | PT; PDT; PC DO B; PSB |
| Direita | PSL; PTB; PRTB; PP; DEM; PSD; NOVO |
| Direita Confessional | PRB; PSC; PR; PATRI (PEN); PSDC (DC) |
| Esquerda | PSOL; PPL; PSTU; PCB; PCO |
| Personalista | PHS; PTC; PMN; PRP; SD; PROS; PTN (AVANTE); PT DO B (PODEMOS); PMB |

Fonte: Codato et al (2018).

Em termos de ocupação as informações foram codificadas a partir de Codato *et al* (2013), que distribuíram as ocupações dos candidatos as prefeituras em 2012 em dez categorias. Dado que o número total de ocupações profissionais supera o número de 200, essa categorização visa maior clareza analítica. Em nosso caso, expandimos as categorias para 14 ao total, conforme exposto na tabela 1:

Tabela 1: Ocupações dos candidatos categorizadas

| Categoria Ocupacional | Frequência | Porcentagem | Porcentagem cumulativa |
|---------------------------------------|-------------------|--------------------|-------------------------------|
| Trabalhadores | 2321 | 14,5 | 14,5 |
| Outras Ocupações | 2320 | 14,5 | 29,0 |
| Empresários | 2265 | 14,2 | 43,2 |
| Políticos | 1859 | 11,6 | 54,8 |
| Outros Profissões com Ensino Superior | 1383 | 8,6 | 63,4 |
| Funcionários Públicos | 1277 | 8,0 | 71,4 |
| Advogados | 1239 | 7,7 | 79,1 |
| Professores | 1053 | 6,6 | 85,7 |
| Forças Policiais/Armadas | 661 | 4,1 | 89,9 |
| Médicos | 515 | 3,2 | 93,1 |
| Aposentados | 397 | 2,5 | 95,6 |
| Engenheiros/Economistas | 366 | 2,3 | 97,8 |
| Estudantes | 280 | 1,7 | 99,6 |
| Sacerdotes | 66 | ,4 | 100,0 |
| Total | 16002 | 100 | 100 |

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do TSE.

Para testar a terceira hipótese do trabalho, trabalhamos com as informações de disciplina partidária disponíveis no sítio eletrônico do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI), da Universidade de São Paulo. Essas informações, dado o caráter exploratório do trabalho cobrem a legislatura eleita em 2010 e em vigor de 2011 até 2014.

RESULTADOS

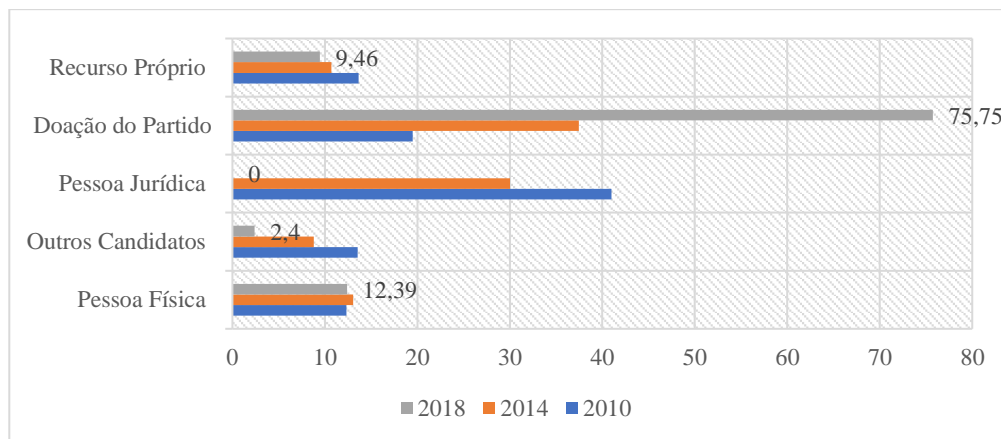
A estrutura de financiamento da competição brasileira, até 2015, era extremamente centrada nas doações de pessoas jurídicas (empresas). Como se pode observar no gráfico 2, esta modalidade representou 40,99%⁷ dos recursos totais utilizados pelos candidatos a deputado federal em 2010 e 30%⁸ dos recursos em 2014. Como as empresas usualmente doavam para os partidos e estes, posteriormente, distribuía os valores aos candidatos, esta porcentagem está

⁷ Em termos absolutos: R\$ 3 bilhões e 700 mil.

⁸ Em termos absolutos: R\$ 3 bilhões e 400 mil.

subestimada. Em 2018, o estoque de recursos públicos aumentou proporcionalmente devido a criação do FEFC (Fundo Especial de Financiamento de Campanhas), distribuído pelas Executivas Nacionais aos candidatos. Os recursos próprios, como se pode notar, não aumentaram ao longo do tempo em peso proporcional do orçamento das campanhas, pelo contrário, diminuíram.

Gráfico 1: Tipos de doações eleitorais no Brasil (2010-2018)



Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do TSE.

Em termos do autofinanciamento, ou seja, da porcentagem de recursos próprios gastos por cada candidato, a diferença entre os pleitos foi significativa (Teste *Tukey*), mas no sentido inverso ao esperado. Em 2018, a média foi de 14,57%, enquanto em 2010 esse valor foi de 20,95%, como se pode observar na tabela 2. Quando se comparam as médias de autofinanciamento entre os eleitos, os resultados demonstram também uma diminuição progressiva da dependência de recursos pessoais, porém sem significância estatística.

Tabela 2: Diferenças de Médias de autofinanciamento entre candidatos e eleitos (2010 a 2018).

| Situação | | N | Subconjunto para alfa = 0.05 | | |
|------------|------|------|------------------------------|---------|---------|
| Candidatos | 2018 | 6945 | 14,5731 | | |
| | 2014 | 4986 | | 16,6939 | |
| | 2010 | 4071 | | | 20,9564 |
| | Sig. | | 1,000 | 1,000 | 1,000 |
| Eleitos | 2018 | 513 | 9,9498 | | |
| | 2014 | 513 | 10,6963 | | |
| | 2010 | 513 | 10,8545 | | |
| | Sig. | | ,720 | | |

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do TSE.

Esses resultados demonstram que, quando olhamos os valores proporcionais e absolutos do autofinanciamento, não há um crescimento substancial entre os pleitos, o que vai na direção inversa do que propomos inicialmente. No entanto, quando testamos a tipologia apresentada no quadro 1, os achados são distintos. Na tabela 4, apresentamos a distribuição dos tipos de candidaturas ao longo dos anos analisados. Os resíduos padronizados indicam discrepâncias entre os valores encontrados e esperados na amostra. Nas palavras de Codato *et al* (2015, p.129): “Resíduos padronizados são um indicativo de que os valores encontrados excedem os valores observados. Ou seja, dada uma distribuição probabilística ideal, o resíduo padrão denota o dado que foge à probabilidade esperada estatisticamente, para mais ou para menos na distribuição”. Valores maiores – positiva ou negativamente – do que 1,96 tendem a ser vistos como discrepantes. Como se pode observar na tabela 3, várias são as categorias que apresentam valores maiores. Em 2018, especialmente, os candidatos dependentes não competitivos e partidários tiveram os maiores valores positivos, o que indica presença concentrada desse tipo de candidatura naquele ano. Os candidatos extremamente financiados (Plutocratas, Empreendedores Competitivos e Abandonados) correspondem a 10,9% do total da população.

Tabela 3: Tipologia dos candidatos para deputado federal no Brasil (2010-2018):

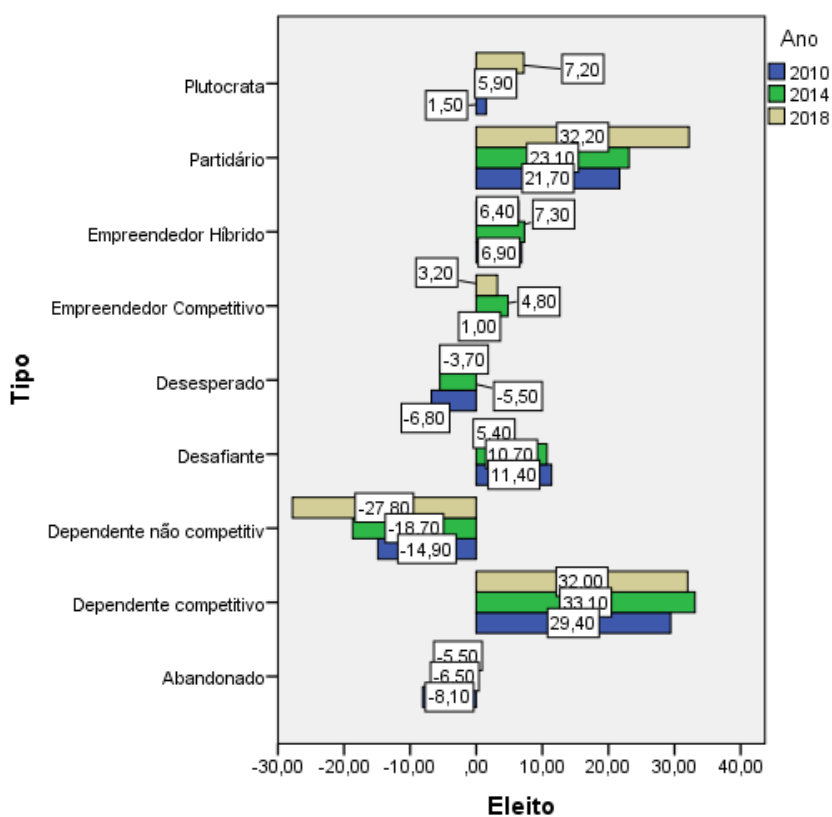
| Tipologia | Estatísticas | 2010 | 2014 | 2018 | Total |
|-----------------------------------|--------------------|-------|-------|-------|-------|
| Dependente não competitivo | Contagem | 2391 | 3201 | 4751 | 10343 |
| | % em Ano | 58,7% | 64,2% | 68,4% | 64,6% |
| | Resíduos ajustados | -9,1 | -,8 | 8,7 | |
| Dependente competitivo | Contagem | 312 | 334 | 486 | 1132 |
| | % em Ano | 7,7% | 6,7% | 7,0% | 7,1% |
| | Resíduos ajustados | 1,7 | -1,2 | -,3 | |
| Partidário | Contagem | 82 | 73 | 275 | 430 |
| | % em Ano | 2,0% | 1,5% | 4,0% | 2,7% |
| | Resíduos ajustados | -3,1 | -6,4 | 8,7 | |
| Desesperado | Contagem | 688 | 799 | 694 | 2181 |
| | % em Ano | 16,9% | 16,0% | 10,0% | 13,6% |
| | Resíduos ajustados | 7,0 | 5,9 | -11,7 | |
| Desafiante | Contagem | 48 | 53 | 30 | 131 |
| | % em Ano | 1,2% | 1,1% | ,4% | ,8% |
| | Resíduos ajustados | 3,0 | 2,3 | -4,8 | |
| Empreendedor Híbrido | Contagem | 9 | 10 | 20 | 39 |
| | % em Ano | ,2% | ,2% | ,3% | ,2% |
| | Resíduos ajustados | -,3 | -,7 | 1,0 | |
| Abandonado | Contagem | 516 | 494 | 653 | 1663 |
| | % em Ano | 12,7% | 9,9% | 9,4% | 10,4% |
| | Resíduos ajustados | 5,5 | -1,4 | -3,6 | |
| Empreendedor Competitivo | Contagem | 14 | 18 | 19 | 51 |
| | % em Ano | ,3% | ,4% | ,3% | ,3% |
| | Resíduos ajustados | ,3 | ,6 | -,9 | |
| Plutocrata | Contagem | 11 | 4 | 17 | 32 |
| | % em Ano | ,3% | ,1% | ,2% | ,2% |
| | Resíduos ajustados | 1,2 | -2,3 | 1,1 | |

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do TSE.

Apenas descrever os dados, no entanto, não serve para testar a primeira hipótese. Apesar de existir um aumento do número absoluto de candidatos autofinanciados, em especial os plutocratas, as informações não indicam maior sucesso ou fracasso desse tipo de candidatura. No gráfico 2, apresentamos os resultados dos resíduos padronizados dos candidatos eleitos nos

três pleitos. Como podemos observar os resíduos padronizados são elevados em praticamente todos os casos, o que indica grande concentração de determinados tipos de candidaturas em relação à vitória eleitoral. De modo geral, os resultados dos plutocratas se elevaram ao longo das três eleições analisadas, o que indica maior sucesso em 2018, para os empreendedores competitivos os resultados oscilam entre as três eleições, não apresentando tendência de crescimento ou queda, enquanto que para os “abandonados” os resultados indicaram uma queda em termos de derrotas.

Gráfico 2: Resíduos padronizados por tipo de candidatura



Fonte: Os autores a partir do TSE.

No sentido de investigar quais seriam as características políticas e sociais dos candidatos autofinanciados, e em especial os plutocratas, procedemos ao teste de regressão logística. A variável dependente no teste é binária (0 = não; 1 = sim), e de duas naturezas. Em primeiro lugar, são testadas as variáveis independentes sobre o fato do candidato ser ou não do grupo de candidatos autofinanciados extremos (tipos 7,8 e 9); e, em segundo lugar, com as mesmas

variáveis, testamos quais são as variáveis predictoras do fato de um candidato ser ou não de tipo plutocrata. Como se trata de uma primeira incursão nos dados, as variáveis independentes ainda são exploratórias, ou seja, podem ser alteradas no decorrer da pesquisa. Consideramos, como exposto na introdução que é mais provável que candidatos plutocratas se lancem em partidos de direita (secular e confessional) e personalistas, organizações que servem muitas vezes de aluguel para elites políticas, sejam empresários, homens, e com ensino superior completo. Estas categorias, já sobre representadas na política, possuiriam, por hipótese, mais condições de se autofinanciar. De outro lado, consideramos que os políticos, por possuírem mais laços com organizações partidárias e financiadores, não tiram recursos do próprio bolso para gerirem uma campanha. Em termos ocupacionais, incluímos as variáveis trabalhadores e professores como categorias que teriam o sentido inverso de autofinanciamento, ou seja, menos chance de estarem no grupo de plutocratas ou outros autofinanciados extremos. Em termos etários, consideramos que candidatos com mais de 60 anos sejam mais autofinanciados que os demais. Quanto ao partido, consideramos que se o partido for pequeno há maior probabilidade de lançar candidatos autofinanciados – dado que o partido não possui recursos suficientes para gerir campanhas (Fundos Públicos e doações empresariais, quando permitidas).

Incluímos ainda cinco variáveis contínuas no teste: volatilidade eleitoral, votação para a Câmara dos Deputados nas eleições anteriores, eleitores filiados ao partido no estado no ano da eleição, magnitude do distrito e grau de partidarismo. Consideramos que, por cálculo, os candidatos plutocratas possam se lançar mais em estados (distritos) de competição mais aberta (volatilidade eleitoral mais alta), em estados aonde o partido que escolheu não possua força eleitoral e nem organizacional (número de filiados), e em distritos com maior magnitude (SIAVELIS & MORGENSTERN, 2009). O mesmo raciocínio vale para os outros candidatos autofinanciados, apenas com o destaque que esperamos que as candidaturas autofinanciadas, de modo geral, não sejam exclusivas de empresários.

Os resultados, conforme exposto na tabela 4, indicam, no modelo 1, que os candidatos no grupo de maior autofinanciamento tendem a ser homens, com mais de 60 anos, ensino superior completo, competindo em distritos com maior volatilidade eleitoral. Não se lançam por partidos de direita (tradicional ou confessional), não são políticos ou trabalhadores e não competem em estados aonde o partido possua força organizacional (filiados registrados) ou eleitoral (votação para a Câmara dos Deputados na eleição anterior). Estas foram as variáveis

significativas estatisticamente. Os valores do $\text{Exp}(B)$ indicam a razão de chances de determinado evento ocorrer: por exemplo, o caso de que homens têm 262% de chance maior do que mulheres de se encontrarem no grupo dos candidatos autofinanciados extremos.

Em relação ao modelo 2, menos variáveis são significativas, o que já indica possíveis investigações futuras. Características do partido (tamanho e ideologia) não são significantes estatisticamente – apenas o número de eleitores filiados no estado, e no sentido inverso ao esperado (quanto mais filiados maior a probabilidade de existir um candidato plutocrata). As características individuais são mais significativas: ensino superior completo, idade e ocupação profissional. Ao contrário do esperado, existem políticos no grupo dos plutocratas, o que denota que mesmo agentes já inseridos no campo político podem tirar do próprio bolso recurso para o financiamento de campanha. Confirmando nossa hipótese inicial os empresários são o grupo ocupacional com maior probabilidade de ser plutocratas (13 vezes mais chances do que os não-empresários).

Tabela 4: Variáveis preditivas para o autofinanciamento dos deputados federais (2010-2018):

| | Modelo 1 | | Modelo 2 | |
|---|-----------------------|----------|-------------------|-----------|
| | Autofinanciado | | Plutocrata | |
| | B | Exp(B) | B | Exp(B) |
| Esquerda | ,101 | 1,106 | -13,747 | ,000 |
| Centro Esquerda | -,387 | ,679*** | ,133 | 1,142 |
| Centro | -,036 | ,964 | ,248 | 1,281 |
| Direita Tradicional | -,183 | ,833* | -,212 | ,809 |
| Direita Confessional | -,227 | ,797* | ,500 | 1,649 |
| Partido Pequeno | ,091 | 1,095 | -,368 | ,692 |
| Político | -,697 | ,498*** | 1,745 | 5,724** |
| Empresário | ,022 | 1,022 | 2,609 | 13,588*** |
| Trabalhador | -,366 | ,694*** | -13,077 | ,000 |
| Professor | -,149 | ,862 | 1,215 | 3,371 |
| Velho | ,625 | 1,869*** | ,884 | 2,421* |
| Homem | ,975 | 2,652*** | ,428 | 1,534 |
| Ensino Superior Completo | ,530 | 1,698*** | 1,126 | 3,084* |
| Volatilidade Eleitoral | ,009 | 1,009* | ,020 | 1,020 |
| Eleitores Filiados Partido | -,068 | ,934* | ,697 | 2,007* |
| Votação do partido na eleição anterior | -,016 | ,984* | -,049 | ,952 |
| Magnitude | ,003 | 1,003 | ,007 | 1,008 |
| Constante | -2,660 | ,070 | -8,826 | ,000 |
| R² Cox & Snell | | 0,142 | | 0,06 |

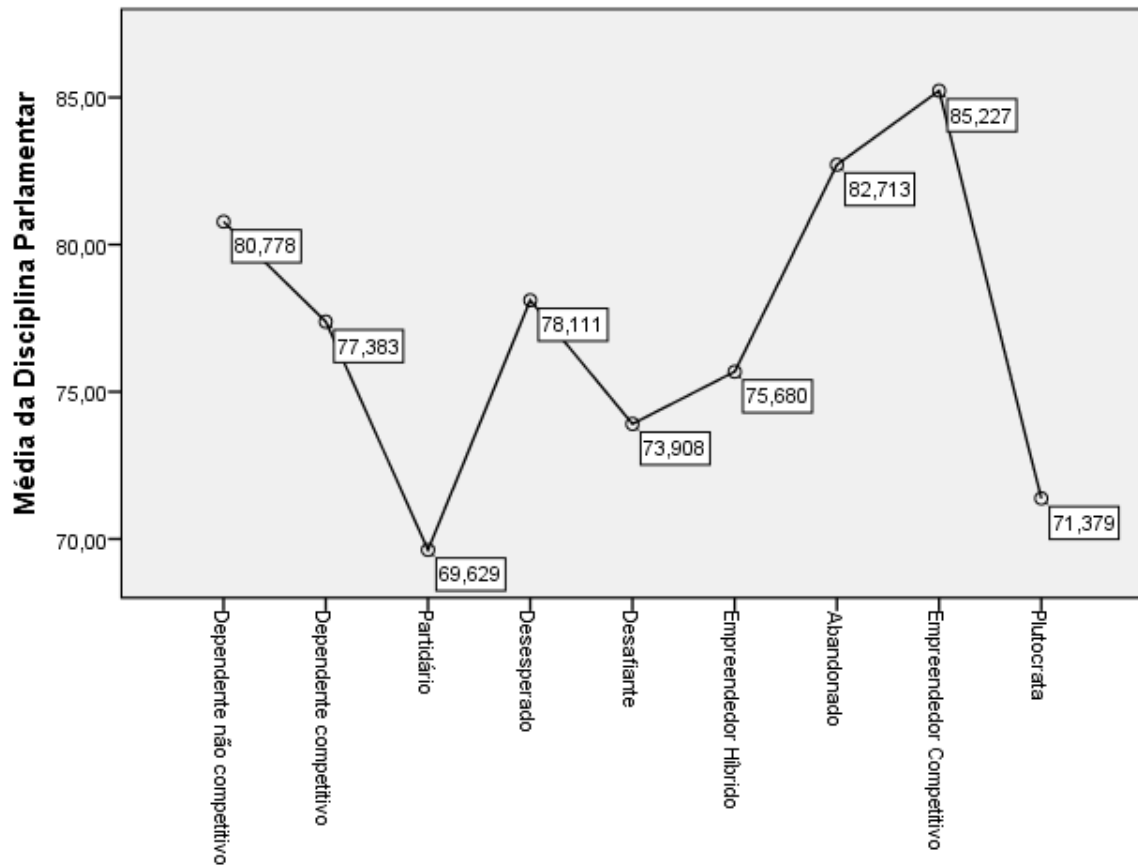
* p < 0,050; ** p < 0,005; ***p < 0,001.

Os dados da tabela acima indicaram as probabilidades que candidatos ao cargo de deputado federal têm de se autofinanciar no Brasil. Conforme os resultados da regressão logística apresentada, o fato de serem empresários foi a variável mais significativa. Embora não estejamos analisando todas as etapas do processo de recrutamento político, um aspecto que merece destaque no resultado da seleção de candidatos é o perfil das candidaturas e o que isso pode significar em termos de ação política. Nesse sentido, a literatura de elites políticas tem insistido no fato de que determinados perfis de elites resultam em decisões diferentes. Isto é, o perfil de quem governa importa.

No caso específico dos estudos sobre deputados federais no Brasil (Marenco dos Santos, 1997; Marenco dos Santos; Serna, 2007; Rodrigues, 2002), o perfil dos eleitos tem sido utilizado como evidência para transformações na competição política e mesmo entre os tipos de partidos dentro da Câmara Baixa. No nosso caso, usamos o perfil como uma variável explicativa para o comportamento parlamentar, em especial a disciplina partidária, ou seja, como os deputados votam.

Em um contexto em que se criticavam as fragilidades dos partidos políticos brasileiros e a falta de enraizamento deles, as pesquisas que se dedicaram a análise da votação dos deputados federais tiveram um importante papel na história da ciência política no país, por mostrar que o comportamento parlamentar era previsível (Limongi; Figueiredo, 1999) e igualmente assunto seria debate no Senado Federal (NEIVA, 2011). Nos nossos dados, retirados do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI), da Universidade de São Paulo, não analisamos todas as eleições, mas eles revelam aspectos contraditórios da disciplina na Câmara Federal, o mais evidente é que *plutocratas* tendem ter médias votação semelhantes aqueles que se enquadram na categoria *partidário*.

Gráfico 3: Média de disciplina partidária por tipo de deputado federal (2011-2014)



Fonte: Os autores a partir do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI) e TSE.

Mesmo que esses achados mostrem que as semelhanças entre *plutocratas* e *partidários*, eles ainda precisam ser ampliados para outras legislaturas da Câmara Federal e igualmente explorados em outros sentidos, como quais projetos de lei foram votados e mesmo outros tipos de votação. De todo modo, esses dados ainda revelam uma certa previsibilidade das votações de acordo com as orientações dos partidos políticos e dos líderes partidários. Na prática, isso sinaliza para a lógica de funcionamento do legislativo federal no país: perfis diferentes de financiamento, ao contrário do que supomos inicialmente, não têm efeito sobre a disciplina partidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui proposto teve um caráter exploratório. Conforme observamos nos dados, foi possível criar nove tipos de candidato a partir do tipo de financiamento eleitoral: com Dependente não competitivo; Desesperado; Abandonado; Dependente competitivo; Desafiante; Empreendedor Plutocrático; Partidário; Empreendedor híbrido; Plutocrata. A nossa preocupação foi observar se candidatos que tiram do “próprio bolso” o financiamento das suas campanhas, o tipo *plutocrata*, estavam aumentando ao longo do tempo.

O debate sobre a representação política ser dominada por nobres ou aristocratas e as suas metamorfoses datam dos textos de Weber (2009). No Brasil, o aparecimento de figuras como João Dória (PSDB-SP) e o presidenciável Henrique Meireles (MDB) tornaram à tona a presença de indivíduos com alto capital econômico que se lançam na política e financiam as próprias campanhas.

Conforme observamos nos nossos dados, tem ocorrido um aumento tímido desse *tipo* de candidatura para o cargo de deputado federal no país. Aqueles indivíduos, homens e que se autodeclararam empresários são os com maiores chances de financiarem as próprias campanhas. Os resultados do comportamento dos eleitos dessa categoria, mostram que em termos de disciplina partidária eles tendem a taxas semelhantes àqueles que definidos como *partidários*.

Portanto, mesmo que preliminares, esses achados apresentam aspectos do perfil das candidaturas ao cargo de deputado federal no país. Outras variáveis devem ser inseridas no modelo explicativo, isto é, por quais motivos partidos políticos apostam em candidatos *ricos*, que não dependem financeiramente das organizações partidárias. Igualmente, poderemos observar se os *tipos* de eleitos influenciam nas decisões tomadas, ou seja, se o perfil da elite parlamentar importa para previsibilidade do comportamento parlamentar.

Referências Bibliográficas

- ALCÁNTARA-SÁEZ, M. **A profissionalização da política**. Curitiba: Editora da UFPR, 2016.
- BAHR, Peter Riley; BIELBY, Rob; HOUSE, Emily. The use of cluster analysis in typological research on community college students. **New Directions for Institutional Research**, v. 2011, n. S1, p. 67-81, 2011.

BAILEY, Kenneth D. **Typologies and taxonomies: an introduction to classification techniques**. Sage, 1994.

BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio. **Parliamentary representatives in Europe: Legislative recruitment and careers in eleven european countries**. Oxford, Oxford University Press, 2000.

COLLIER, David; LAPORTE, Jody; SEAWRIGHT, Jason. Putting typologies to work: Concept formation, measurement, and analytic rigor. **Political Research Quarterly**, v. 65, n. 1, p. 217-232, 2012.

COSTA, Luiz Domingos; CODATO, Adriano. Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos senadores da República. **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 107-134, 2013.

DUVERGER, Maurice. 1992. *Los partidos políticos*. Cidade do México: Fondo de cultura econômica.

FERNANDES, Antônio et al. Why Quantitative Variables Should Not Be Recoded as Categorical. **Journal of Applied Mathematics and Physics**, v. 7, n. 07, p. 1519, 2019.

FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1999.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto et al. Cluster analysis for political scientists. **Applied Mathematics**, v. 5, n. 15, p. 2408, 2014.

MANCUSO, Wagner Pralon; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermino. Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], n. 27, p. 9–36, 2019.

MARENCO DOS SANTOS, André Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no congresso nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, p. 87-101, fev. 1997.
_____. SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 93-113, jun. 2007.

NEIVA, Pedro Robson Pereira. Disciplina partidária e apoio ao governo no bicameralismo brasileiro. **Rev. Sociol. Polit., Curitiba**, v. 19, n. 39, p. 183-196, Junho 2011.

NORRIS, Pippa, ed. (1997) **Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies**. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

PERES, Paulo; MACHADO, Amanda. Uma tipologia do recrutamento partidário. **Opinião Pública**, v. 23, n. 1, p. 126-167, 2017.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; BOLOGNESI, Bruno. Recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, p. 143-169, 2009.

RAHAT, Gideon; HAZAN, Reuven Y. Candidate selection methods: an analytical framework. **Party politics**, v. 7, n. 3, p. 297-322, 2001.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp, 2002.

SAMUELS, David. Money , Elections , and Democracy in Brazil. [s. l.], v. 43, n. 2, p. 27-48, 2014.

SIAVELIS, Peter M.; MORGENSTERN, Scott. Reclutamiento y selección de candidatos en América Latina: un marco para el análisis. In: **Selección de candidatos, política partidista y rendimiento democrático**. 2009. p. 85-130.

SPECK, Bruno W. Recursos, partidos e eleições: o papel do financiamento privado, do Fundo Partidário e do horário gratuito na competição política no Brasil. In: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antônio O. **Sistema Político brasileiro: uma introdução**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015.

STEEN, Jennifer A. **Self-financed candidates in Congressional elections**. University of Michigan Press, 2009.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume 2. Brasília: Editora da UNB, 2009.

ANEXOS

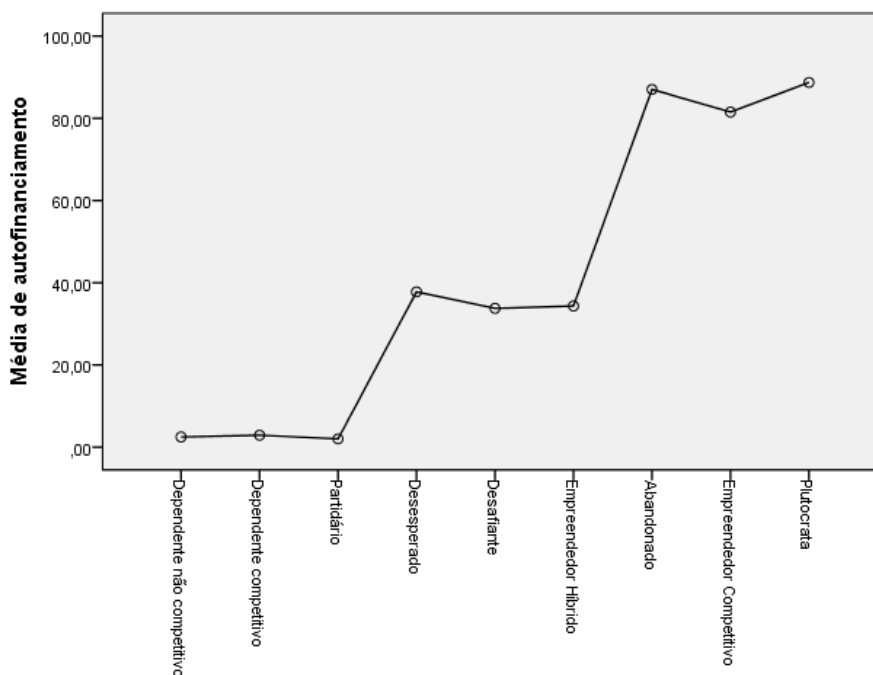
Em termos de adequação dos tipos de candidatos foram realizados testes de diferenças de médias a partir da técnica estatística “Anova”. Os resultados foram significativos estatisticamente, ou seja, nas duas dimensões existem pequenas diferenças de médias no interior de cada grupo, e grandes diferenças entre grupos, como pode se observar na tabela 5 e gráficos 4 e 5.

Tabela 5: Diferença de Médias entre os tipos de candidatos

| | | ANOVA | | | | |
|--------------------------|--------------|----------------------|-------|-------------------|------------------|-------------|
| | | Soma dos Quadrados | gl | Quadrado Médio | F | Sig. |
| autofinanciamento | Entre Grupos | 12024440,41 | 8 | 1503055,052 | 26683,048 | ,000 |
| | Nos grupos | 900885,071 | 15993 | 56,330 | | |
| | Total | 12925325,48 | 16001 | | | |
| soma | Entre Grupos | 3754273859038241,500 | 8 | 469284232379780,2 | 8641,106 | ,000 |
| | Nos grupos | 868553511730958,200 | 15993 | 54308354388,230 | | |
| | Total | 4622827370769200,000 | 16001 | | | |

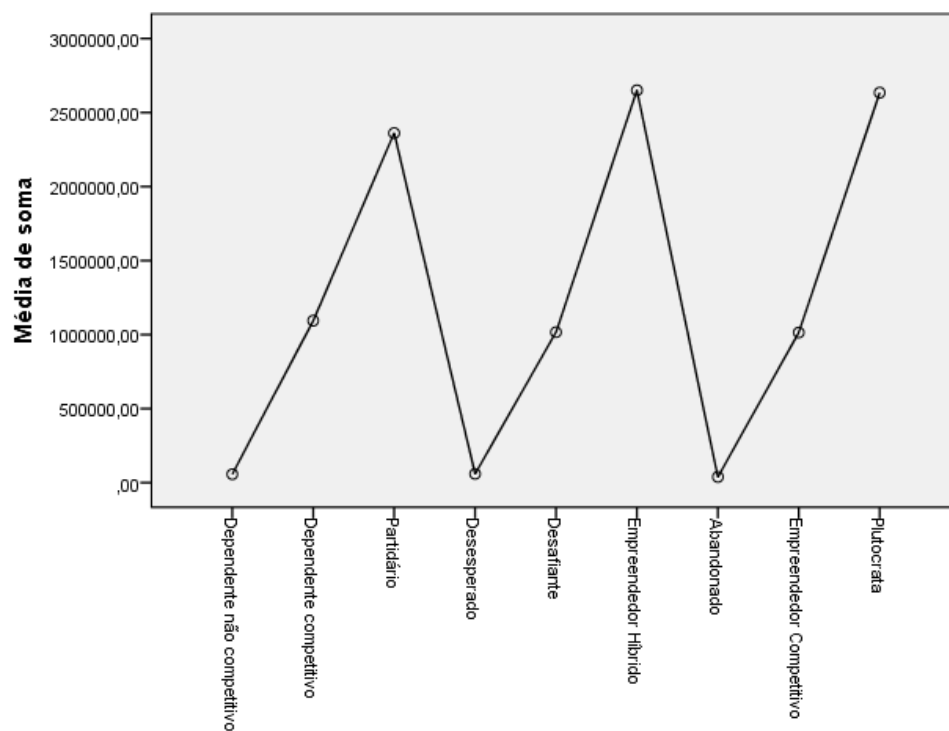
Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do TSE.

Gráfico 4: Diferença de Médias entre os tipos de candidatos (autofinanciamento proporcional)



Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do TSE.

Gráfico 5: Diferença de Médias entre os tipos de candidatos (recursos totais da campanha)



Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados do TSE.

REFLEXÕES SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FORMAÇÃO DE PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL. QUANDO A FORMA ULTRAPASSA A FINALIDADE

Adriana Soares Alcântara¹

Resumo

O Brasil conta hoje, segundo estatística do Tribunal Superior Eleitoral com setenta e cinco partidos políticos em formação, muitos em processo de coleta de apoiantes por todo o território nacional. O presente trabalho propõe investigar os procedimentos que compõem a formação dos partidos políticos previstos hoje na Resolução do TSE de nº 23571/2018, para além dos aspectos jurídicos e normativos, considerando a quantidade de partidos, os intervalos de tempo entre as datas do registro no Cartório, da autorização dada pela Justiça Eleitoral para que os apoiantes sejam coletados e o término da coleta com a obtenção da certidão. Além dos aspectos formais, serão investigados o significado do apoio para o processo democrático e a sua relação com as funções do partido político estabelecidas constitucionalmente. O conjunto de ideias e investigações que se anunciam no trabalho são resultado de pesquisa elaborada a partir de dados colhidos junto à Justiça Eleitoral que busca fundamentos nas lições de Giovanni Sartori e Maria D'Alva G.Kinzo e tem o claro objetivo de contribuir para o papel da Ciência Política no Brasil e para o aprimoramento do que chamamos de regime democrático.

Palavras-Chaves: Partido político; Democracia; Sistemas partidários; Pluralismo.

INTRODUÇÃO

O Brasil conta hoje, segundo estatística do Tribunal Superior Eleitoral com setenta e cinco partidos políticos em formação, muitos em processo de coleta de apoiantes por todo o território nacional. Agregue-se ao número demonstrado, os trinta e três partidos com vigência no plano nacional que sobrevivem à crise de representatividade instaurada há tempos.

Se pelo menos a metade dos partidos que pretendem registrar-se definitivamente tiver seus pedidos deferidos pela Justiça Eleitoral teremos quase setenta partidos políticos disputando o apoio dos eleitores brasileiros e a fatia de recursos públicos destinados ao seu funcionamento e sua participação em campanha, com o recebimento do Fundo Partidário e do Fundo Especial para Financiamento de Campanha, o novo e não menos famoso Fundão, já posto em prática nas

¹ Adriana Soares Alcântara, Doutoranda em Planejamento e Políticas Públicas na Universidade Estadual do Ceará, com área de concentração em Ciência Política. email:adri_alcantara@hotmail.com.

eleições de 2018 e que tantas dificuldades trouxe no cenário eleitoral, no que diz respeito à sua distribuição entre os candidatos a cargos eletivos.

O presente trabalho propõe investigar os procedimentos que compõem a formação dos partidos políticos previstos hoje na Lei 9096/95 e na Resolução do Tribunal Superior Eleitoral de nº 23571, publicadas nos anos de 1995 e 2018, respectivamente, para além dos aspectos jurídicos e normativos, analisando e apostando na necessidade de reflexão sobre a matéria.

Avaliar-se-á, em um primeiro momento, a existência dos sistemas partidários no Brasil, com as críticas de Kinzo (1993) e as tipologias propostas por Sartori (1924). Em seguida, serão analisadas as normas existentes que regem a matéria e os procedimentos formais. Após a análise normativa, os dados partidários constantes no Sistema de Apoio aos Partidos em Formação, disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral serão examinados, considerando a quantidade de partidos, os intervalos de tempo entre as datas do registro no Cartório, da autorização dada pela Justiça Eleitoral para que os apoios sejam coletados e o término da coleta com a obtenção da certidão. O derradeiro item, destina-se às considerações acerca do significado do apoio para o processo democrático brasileiro e a sua relação com as funções do partido político estabelecidas constitucionalmente.

SISTEMAS PARTIDÁRIOS NO BRASIL: O PLURIPARTIDARISMO

Sartori (1924) afirma que o sistema partidário só surge com a estruturação política dos partidos, seguindo, para tanto uma ordem que seria irreversível, partindo de um governo responsável para o estabelecimento dos partidos como um subsistema. Interessante as análises do autor acerca da diferença entre sistemas unipartidários e pluripartidários, aquele substituindo este, motivado pela constatação de falhas no primeiro e tendo como pressuposto a existência de uma sociedade politizada.

Para o autor, o sistema unipartidário pode ser estudado como um sistema, mas não produz um sistema, já que não teria a competitividade e as interações partidárias; o partido único eliminaria as demais formações e a possibilidade do dissenso. Ressalta, ainda, o autor, a possibilidade da existência de pluripartidarismo unipartidário, quando haveria divisões dentro de um partido único capazes de influenciar no seu funcionamento.

Inobstante ressalte que o critério numérico não mais tem lugar para distinguir os sistemas partidários, o autor afirma que:

(...)o número de partidos é importante. Entre outras coisas, esse número indica, imediatamente, embora imperfeitamente, um aspecto importante do sistema político: as proporções em que o poder político é fragmentado ou não, disperso ou concentrado. Da mesma forma, simplesmente sabendo-se quantos partidos há, somos alertados para o número de possíveis “correntes de interação” em questão. (SARTORI, pg.144)

Ressaltando que o importante é saber como contar os partidos, Sartori (1924, p.145) afirma que não podemos contar todos os partidos pela sua aparência, mas que há de se saber sobre quais os partidos relevantes e explica, que “a relevância de um partido é uma função não só da distribuição relativa do poder – como é óbvio – mas também, e especialmente, de seu valor de posição, isto é, de seu posicionamento ao longo da dimensão esquerda-direita”.

Sob essa argumentação, há de se considerar para a avaliação do número de partidos, a sua força eleitoral, o seu desempenho nas urnas, a sua força na coalizão e participação no governo.

Toda essa argumentação nos leva a refletir sobre a quantidade de partidos hoje registrados no Tribunal Superior Eleitoral e os que pleiteiam a sua criação. O pluripartidarismo deve ser limitado por algum critério possível? É possível estabelecer e executar interações em um sistema partidário com tantas agremiações? É legítima essa competitividade?

A adoção do critério de relevância do partido, traduzida na sua força e potência dentro do governo implica na necessidade de uma permanente coalizão e no constante esforço de ser da base do governo o que, sem dúvida alguma, traria comprometimentos ao tipo de representação exercida pelos partidos políticos.

Kinzo (1993) afirma que o Brasil é um caso típico de subdesenvolvimento partidário. Em trabalho publicado pouco depois da abertura democrática trazida oficialmente pela Constituição Federal de 1988, a autora faz uma análise profunda sobre o sistema partidário brasileiro.

Para a autora, esse subdesenvolvimento se justifica pelas muitas rupturas na ordem constitucional e pelos longos períodos de autoritarismo, o que se constata pelas várias configurações partidárias, ocorridas ao longo da história:

A primeira configuração foi a que contrapôs liberais e conservadores, forças que instrumentalizaram a alternância governamental no parlamentarismo imperial de 1837 a 1889. A segunda foram as máquinas partidárias estaduais da Primeira República (1889-1930), quando as oligarquias dominantes dos grandes estados ditavam o jogo político e partidos nacionais inexistiam por completo. A terceira foram as inúmeras formações partidárias que emergiram com a Assembléia Nacional Constituinte de 1934 e desapareceram com o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo (1937-1945). A quarta foi o sistema multipartidário que viveu durante o regime democrático de 1945-1964, período em que, de fato, assistimos à emergência de partidos na acepção moderna do termo. A quinta foi a configuração partidária de 1964-1965 que conservou após o golpe de 1964 p multipartidarismo anterior sob um regime militar autoritário [...]. A sexta foi o bipartidarismo compulsório (ARENA X MDB) imposto pelo regime militar. A sétima foi a configuração multipartidária resultante da reforma partidária de 1979 [...] a oitava é o pluripartidarismo vigente, fragmentado e mutante, que emergiu com a Nova República e até hoje parece não possuir feição definitiva. (KINZO, pg.6)

Ratificando a opinião de William Chambers², citado várias vezes em seu trabalho, Kinzo (1993) defende a necessidade da constituição de uma arena política nacional e comum para a emergência do partido político. O trabalho da autora traz argumentos sobre a desorganização partidária existente no Brasil com a ausência de uma ambiência propícia ao desenvolvimento de partidos políticos e uma tendência forte a individualização e personalização da disputa política, onde os cargos majoritários ganham mais destaque do que os cargos proporcionais. Utiliza-se a análise de Kinzo para demonstrar que as causas do subdesenvolvimento partidário relacionadas em pesquisa feita no ano de 1993 ainda permanecem no cenário político atual e apenas se somaram a muitas outras.

PROCEDIMENTOS FORMAIS. A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A Lei 9096 de 19 de setembro de 1995 e a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral de nº 23.571 publicada em 14 de junho de 2018 regulamentam a criação de um partido político. Esta última detalha – nos moldes de um manual, o passo a passo a ser seguido por eleitores que desejam formar um partido político ou apenas apoiar a sua formação.

O primeiro ato, consiste na reunião de cento e um fundadores com domicílio eleitoral em, no mínimo, um terço dos estados brasileiros. Os fundadores elaboram o programa e o estatuto e escolhem os dirigentes que postularão o registro no Cartório de Registro Civil das

² William Chambers refere-se ao cenário político nos Estados Unidos no ano de 1789 que suscitou e possibilitou uma mobilização da oposição e uma alternativa à política existente.

Pessoas Jurídicas na Capital Federal. A identificação dos fundadores, do programa e do estatuto são obrigatórias para que o Cartório de Registro Civil lhe expeça uma certidão dando conta da aquisição da personalidade jurídica.

Em seguida o Tribunal Superior Eleitoral, em um procedimento administrativo, mas já com distribuição a um Ministro Relator, concede uma senha e possibilita o gerenciamento dos apoios em sistema próprio de utilização pelos partidos e pela Justiça Eleitoral.

Inicia-se então a coleta do apoio: um ato que despreza o caráter informativo e corrobora a característica de informalidade e de descomprometimento que atravessa o partido político durante toda sua existência. Trata-se basicamente do preenchimento de um formulário padrão, cujo modelo é oferecido pela Justiça Eleitoral onde o cidadão eleitor afirma que apoia a formação daquele partido político.

Alguns apoios, sabe-se que são feitos em terminais rodoviários ou em praças, entre o ir e vir de pessoas, na pressa do dia a dia. Não há previsão legal de que o estatuto ou o programa do partido seja disponibilizado ao eleitor antes da sua escolha; anote-se que a publicação do inteiro teor do programa e do estatuto no Diário Oficial da União não supre esta carência posto que poucas são as pessoas que acessam o tal meio. Os coletores não levam consigo o programa ou o estatuto e por vezes, ludibriam os apoiadores dizendo tratar-se de abaixo-assinado para resolução de problemas que fazem parte do cotidiano dos brasileiros, tais como a redução de impostos ou redução do preço da passagem de ônibus.

Ludibriados e mal informados os eleitores emprestam seus dados ao coletor que contabiliza mais um apoio rumo aos quase quinhentos mil necessários. Exige a norma que o apoiador não seja filiado a partido político e permite que possa apoiar tantos partidos em formação quantos queira e, na hipótese de desistir do apoio, judicialmente, retirar seu nome das relações constantes no Cartório Eleitoral. A assinatura em formulário próprio significa que o eleitor apoia a formação de um partido cujos princípios, valores, programas e ideias ele não conhece.

A assinatura ou impressão digital e o número do título de eleitor e ainda a ciência de que aquele ato não significa filiação partidária não elide, em hipótese alguma, a necessidade de esclarecimentos acerca de propostas, de programas partidários, carta de intenções ou seja lá o que possa vir a esclarecer os objetivos do partido e imprimir um mínimo de seriedade à coleta

efetuada. Volta-se novamente à inexistência de vínculo entre a vontade do eleitor e o procedimento de formação do partido. O apoio se resume à consecução de quantitativo de indivíduos que não sabem o que apoiam e não vão lembrar, ao final do procedimento, que contribuíram para a criação do Partido Nacional Corintiano, por exemplo, cujos objetivos dentro do sistema partidário eleitoral e no cenário nacional a maioria votante ignora. Há ainda, como demonstrar-se-á em seguida, o Partido das Sete Causas, o Partido Piratas do Brasil e uma grande variedade de opções.

Passa por essa análise a necessária reflexão sobre o tipo de representação exercida pelas agremiações partidárias e até que ponto elas se inserem ou se atravessam nos anseios políticos dos eleitores brasileiros.

A seguir, na Tabela 1 demonstra-se a relação dos partidos políticos que já adquiriram personalidade jurídica pelo Cartório do Registro Civil, em Brasília, e receberam a autorização para iniciar a coleta de apoiantes.

Tabela 1: Partidos em formação no tribunal superior eleitoral

| NOME DO PARTIDO | SIGLA DO PARTIDO | REGISTRO NO CARTORIO | CONCESSÃO DE SENHA NO TSE |
|---|------------------|----------------------|---------------------------|
| PARTIDO PROGRESSISTA CRISTÃO | PPC | 1997 | 2016 |
| PARTIDO DEMOCRÁTICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS | PDSP | 1997 | 2017 |
| PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO POPULAR | PMP | 2003 | 2016 |
| PARTIDO NACIONAL TRABALHISTA BRASILEIRO | PNTB | 2003 | 2016 |
| PARTIDO DA INELEGIBILIDADE AUTOMÁTICA | PINA | 2007 | 2018 |
| PARTIDO REPUBLICANO CRISTÃO | PRC | 2007 | 2016 |
| PARTIDO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DOS TRABALHADORES DA INICIATIVA PRIVADA DO BRASIL | PSPB | 2007 | 2016 |
| PARTIDO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL | PTS | 2008 | 2018 |
| PARTIDO DOS DEFENSORES DA ECOLOGIA | PDECO | 2009 | 2016 |
| PARTIDO DA CIDADANIA | PCI | 2009 | 2016 |

| | | | |
|---|----------|------|------|
| PARTIDO CRISTÃO | PC | 2010 | 2017 |
| PARTIDO CARISMÁTICO SOCIAL | PCS | 2011 | 2017 |
| PARTIDO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO | PDB | 2011 | 2017 |
| PARTIDO DA SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA | PSPC | 2011 | 2016 |
| PARTIDO DA LIBERDADE SOLIDARISTA | PLS | 2011 | 2016 |
| PARTIDO DA REFORMA URBANA E AGRÁRIA DO BRASIL | PRUAB | 2011 | 2016 |
| PARTIDO MILITAR BRASILEIRO | PMBR | 2012 | 2016 |
| PARTIDO ECOLÓGICO CRISTÃO | PEC | 2012 | 2016 |
| PARTIDO DA DEFESA SOCIAL | PDS | 2012 | 2016 |
| PARTIDO ALTERNATIVO DO TRABALHADOR | PAT | 2012 | 2016 |
| PARTIDO LIBERAL CRISTÃO | PLC | 2012 | 2016 |
| PARTIDO HUMANISTA DEMOCRÁTICO | PHD | 2013 | 2016 |
| PARTIDO POPULAR DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO AFRO-BRASILEIRA | PPLE | 2013 | 2016 |
| ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL | ARENA | 2013 | 2016 |
| PARTIDO UNIVERSAL DO MEIO AMBIENTE | PUMA | 2013 | 2017 |
| PARTIDO DO SERVIDOR PÚBLICO E PRIVADO | PSPP | 2013 | 2015 |
| PARTIDO PIRATA DO BRASIL | PIRATAS | 2013 | 2016 |
| PARTIDO DA SOLIDARIEDADE NACIONAL | PSN | 2014 | 2016 |
| PARTIDO CONSCIÊNCIA DEMOCRÁTICA | PCD | 2014 | 2016 |
| PARTIDO NACIONAL CORINTHIANO | PNC | 2014 | 2016 |
| NOVA ORDEM SOCIAL | NOS | 2014 | 2016 |
| UNIÃO DA DEMOCRACIA CRISTÃ DO BRASIL | UDC DO B | 2014 | 2016 |
| PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA | PST | 2014 | 2016 |
| PARTIDO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA | PISC | 2014 | 2016 |
| PARTIDO REPUBLICANO CRISTÃO BRASILEIRO | PRCB | 2014 | 2016 |
| IGUALDADE | IDE | 2015 | 2016 |
| PARTIDO DA REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL | PRONA | 2015 | 2016 |

| | | | |
|---|-------------|------|------|
| PARTIDO DO ESPORTE | PE | 2015 | 2016 |
| PARTIDO NACIONAL DA SAÚDE | PNS | 2015 | 2016 |
| PARTIDO MANANCIAL NACIONAL | MANANCIAL | 2015 | 2016 |
| PARTIDO PELA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL | PAIS | 2015 | 2016 |
| REAL DEMOCRACIA PARLAMENTAR | RDP | 2015 | 2016 |
| MOVIMENTO CIDADÃO COMUM | MCC | 2015 | 2016 |
| PARTIDO DA FAMÍLIA BRASILEIRA | PFB | 2015 | 2017 |
| PARTIDO DE ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS ESTUDANTES | PODE | 2015 | 2016 |
| RENOVAR | RNV | 2015 | 2016 |
| FORÇA BRASIL | FB | 2015 | 2016 |
| PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO | PDC | 2016 | 2016 |
| PATRIOTAS | PATRI | 2016 | 2016 |
| PARTIDO NACIONAL INDÍGENA | PNI | 2016 | 2016 |
| PARTIDO DO PEQUENO E MICRO EMPRESÁRIO BRASILEIRO | INOVABRASIL | 2016 | 2016 |
| PARTIDO FEDERALISTA | PF | 2016 | 2017 |
| PARTIDO GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL | PGT DO B | 2016 | 2016 |
| RAIZ – MOVIMENTO CIDADANISTA | RAIZ | 2016 | 2016 |
| PARTIDO BRASILEIRO | PB | 2016 | 2016 |
| UNIÃO PARA A DEFESA NACIONAL | UDN | 2016 | 2016 |
| PARTIDO REFORMISTA DEMOCRÁTICO | PRD | 2016 | 2016 |
| PARTIDO HUMANITÁRIO NACIONAL | PHN | 2016 | 2016 |
| UNIDADE POPULAR | UP | 2016 | 2016 |
| PARTIDO POLÍTICO ANIMAIS | ANIMAIS | 2016 | 2016 |
| PARTIDO DA EVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA | PED | 2016 | 2016 |
| LIGA DEMOCRÁTICA LIBERAL | LIGA | 2016 | 2016 |
| TRIBUNA POPULAR | TRIBUNA | 2017 | 2017 |
| PARTIDO DA REESTRUTURAÇÃO DA ORDEM NACIONAL | PRONA | 2017 | 2017 |

| | | | |
|---------------------------------|-----------|------|------|
| PARTIDO DA FRENTE FAVELA BRASIL | FRENTE | 2017 | 2017 |
| PARTIDO DEMOCRACIA LIBERAL | PDL | 2017 | 2017 |
| IGUAIS | IGUAIS | 2017 | 2017 |
| PARTIDO SOCIAL DA FAMÍLIA | PSF | 2017 | 2017 |
| PARTIDO POPULAR BRASILEIRO | PPBR | 2017 | 2017 |
| PARTIDO DAS SETE CAUSAS | PSETE | 2018 | 2018 |
| PARTIDO NACIONALISTA DO BRASIL | PNB | 2018 | 2018 |
| LIBERDADE | LIBERDADE | 2018 | 2018 |
| PARTIDO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA | PEB | 2018 | 2018 |
| PARTIDO DOS CONSERVADORES | PACO | 2018 | 2018 |
| UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL | UDN | 2018 | 2018 |

Fonte: www.tse.jus.br

São setenta e cinco partidos que adquiriram personalidade jurídica a partir de 1997, conforme se vê. Interessante que os processos de formações se iniciam em 1997, começo de redemocratização de maneira muito tímida e a partir do ano de 2011 aumentam.

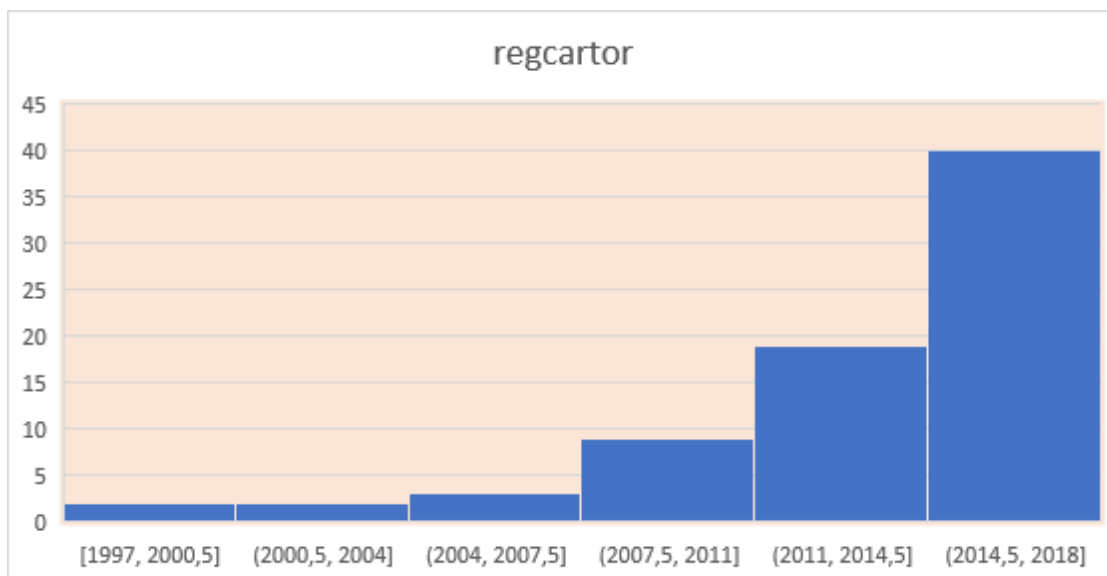
Situação diferente é o quantitativo que se tem de protocolo do Tribunal Superior Eleitoral. Este dado, assim nominado no sistema próprio significa o momento em que o Ministro Relator concede autorização para a coleta de apoiantes. Dois passos importantes são concluídos, portanto, a aquisição da personalidade jurídica e a autorização para iniciar o apoio. A distância entre os dois atos, para alguns partidos em formação chega até nove anos como o caso do Partido Progressista Cristão, que obteve a personalidade jurídica em 1997 e somente em 2016 recebeu a senha para iniciar a coleta, por que esta foi a data em que o sistema começou a ser implementado e um maior controle passou a ser exercido.

Ressalta-se a previsão constante na Resolução 23.571/2018 do TSE acerca do prazo de dois anos para a finalização da coleta, contados a partir da concessão da personalidade jurídica. Referido dispositivo possibilita a eliminação de mais sessenta partidos em formação pela Justiça Eleitoral.

A exceção feita quase no final da resolução de que esses dois anos não se aplicariam aos pedidos protocolizados no Tribunal Superior antes da data de 30 de setembro de 2015³ merece uma explicação pois refere-se aos partidos que, com a coleta feita já estavam com pedidos de registro do estatuto final. É uma regra de transição que se repete já sem sentido, por que posterior a uma primeira norma que deu origem ao sistema próprio, a resolução de nº 23.465 de 17 de dezembro de 2015.

O gráfico, a seguir demonstra o aumento – com o passar dos anos, dos pedidos de registro em Cartório e, conseqüentemente, no aumento de concessões de personalidade jurídica aos partidos políticos em formação.

Gráfico 1: Aquisições de personalidade jurídica pelos partidos políticos no período de 1997 a 2018



Fonte: www.tse.jus.br.

Observa-se, do gráfico apresentado, que entre 1997 e 2018 os números cresceram até 2016 quando alcançaram a quantia de 15 pedidos de registro de partidos. Em 2017 e 2018 houve uma queda de, respectivamente, 7 e 6 pedidos.

³ Art.58. O prazo de dois anos para comprovação do apoio de eleitores de que trata o § 1º do art. 7º desta resolução não se aplica aos pedidos protocolizados no Tribunal Superior Eleitoral antes de 30 de setembro de 2015 (Lei nº 13.165/2015, art. 13).

Sobre o quantitativo do apoio, os dados são calculados a partir de regras constantes em norma vigente e condicionam a emissão da certidão. Cada apoio é digitado sob a responsabilidade do partido em formação e, após um filtro inicial feito pelo sistema próprio, remetido para a análise e validação da Justiça Eleitoral. É um trabalho de fôlego de ambas as partes: o partido digita milhares de nomes e o Cartório Eleitoral valida, dizendo se os apoiadores estão aptos ou não aptos. A aptidão restringe-se entre outros fatores, ao domicílio eleitoral informado, a possibilidade de conferir a assinatura (muitas já biometrizadas) e a inexistência de filiação partidária.

A tabela 02 representa o apoio mínimo de eleitores necessário, por Unidade da Federação, para a criação de partidos políticos calculado de acordo com os registros da Justiça Eleitoral no último dia previsto para a diplomação dos candidatos eleitos, no pleito de 2018, a saber o dia 19 de dezembro de 2018.

Tabela 02: Quantitativo necessário de apoios para formação de partidos políticos

| UF | VOTOS VALIDOS PARA CÂMARA DOS DEPUTADOS | 0,5% DOS VOTOS VALIDOS | NÚMERO DO ELEITORADO QUE VOTOU | 0,1% DO ELEITORADO QUE VOTOU |
|----|---|------------------------|--------------------------------|------------------------------|
| AC | 424.991 | 2.125,0 | 443.429 | 443,4 |
| AL | 1.458.674 | 7.293,4 | 1.692.875 | 1.692,9 |
| AM | 1.763.198 | 8.816,0 | 1.957.418 | 1.957,4 |
| AP | 364.871 | 1.824,4 | 426.382 | 426,4 |
| BA | 6.868.013 | 34.340,1 | 8.235.310 | 8.235,3 |
| CE | 4.596.080 | 22.980,4 | 5.243.490 | 5.243,5 |
| DF | 1.439.876 | 7.199,4 | 1.691.392 | 1.691,4 |
| ES | 1.933.018 | 9.665,1 | 2.223.207 | 2.223,2 |
| GO | 3.031.194 | 15.156,0 | 3.553.706 | 3.553,7 |
| MA | 3.270.678 | 16.353,4 | 3.604.674 | 3.604,7 |
| MG | 10.078.120 | 50.390,6 | 12.211.254 | 12.211,3 |
| MS | 1.240.027 | 6.200,1 | 1.478.642 | 1.478,6 |
| MT | 1.481.262 | 7.406,3 | 1.757.368 | 1.757,4 |
| PA | 3.956.457 | 19.782,3 | 4.400.611 | 4.400,6 |
| PB | 1.989.377 | 9.946,9 | 2.435.477 | 2.435,5 |
| PE | 4.331.764 | 21.658,8 | 5.391.639 | 5.391,6 |
| PI | 1.787.802 | 8.939,0 | 1.997.587 | 1.997,6 |

| | | | | |
|--------|------------|-----------|-------------|-----------|
| PR | 5.731.922 | 28.659,6 | 6.616.901 | 6.616,9 |
| RJ | 7.733.355 | 38.666,8 | 9.474.441 | 9.474,4 |
| RN | 1.618.823 | 8.094,1 | 1.966.450 | 1.966,5 |
| RO | 783.305 | 3.916,5 | 912.914 | 912,9 |
| RR | 270.708 | 1.353,5 | 286.754 | 286,8 |
| RS | 5.845.077 | 29.225,4 | 6.835.866 | 6.835,9 |
| SC | 3.548.458 | 17.742,3 | 4.241.667 | 4.241,7 |
| SE | 999.441 | 4.997,2 | 1.279.582 | 1.279,6 |
| SP | 21.130.924 | 105.654,6 | 25.921.320 | 25.921,3 |
| TO | 715.942 | 3.579,7 | 831.214 | 831,2 |
| TOTAIS | 98.393.357 | 491.966,9 | 117.111.570 | 117.111,7 |

Fonte: www.tse.jus.br.

Anota-se que em decisões recentes, de julho de 2019⁴, o Tribunal Superior Eleitoral indeferiu os pedidos de concessão de senha aos partidos em formação PS – Partido Social e o POP – Partido Ordem e Progresso, em razão de descumprimento dos requisitos temporais estabelecidos na legislação. São decisões importantes para a operacionalização dos procedimentos.

Por outro lado, estão com pedidos de registros de seus estatutos no TSE, na fase de análise de documentos e apoiamentos, o PNC - Partido Nacional Corinthiano, o PED – Partido da Evolução Democrática e o UP – Unidade Popular.

O Estatuto do PNC³³ informa que não há vinculação do partido com o Sport Club Corinthiano Paulista ou qualquer de seus dirigentes, embora afirme se inspirar no ethos corinthiano, fundado, por sua vez, nos princípios do Esporte, Saúde e Educação; defende valores democráticos e de luta progressista, de uma forma genérica. O PED⁵, por sua vez traz em seu estatuto a promessa da defesa de uma evolução democrática e social. O UP⁶ propõe o fim da espoliação imperialista, nacionalização do sistema bancário, reestatização das estatais privatizadas, fim dos leilões do petróleo, revisão das concessões de portos e aeroportos,

⁴ Decisões nºs 42/2019 e 43/2019, da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral.

³³ http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38743614/do3-2018-08-29-estatuto-do-partido-nacional-corinthiano-38743274

⁵ http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/43677163/do3-2018-10-03-estatuto-43677041

⁶ <http://unidadepopular.org.br/index.php/nossa-programa/>

estatização de todos os meios de transportes coletivos e reforma agrária, com bandeiras típicas dos partidos de esquerda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se da análise expendida e dos dados coletados junto ao Tribunal Superior Eleitoral que os procedimentos utilizados na formação de novos partidos políticos contribuem para a falta de comprometimento destes com o eleitorado repercutindo diretamente na fragilidade da função representativa, de canalização e de expressão mencionadas por Sartori (1924).

Some-se ao descompromisso, o desconhecimento do estatuto e do programa por parte dos eleitores, a crescente fragmentação no sistema partidário, a pouca força ou participação dos partidos no governo, a dificuldade em exercer uma representação política e o resultado talvez seja a criação de mais partidos que apenas sirvam de abrigo e sem nenhuma participação em um regime democrático que se pretende forte e sadio.

É de se pensar se há limites para o pluripartidarismo: o plural não necessariamente tem que ser indefinido. As lições de Sartori sobre os critérios de contagens de partido são orientações e carecem de adaptações à realidade brasileira: relevância, participação em governo, ideologia e polarização são só alguns elementos. As adaptações ao sistema partidário brasileiro talvez passem por um maior comprometimento das agremiações partidárias com o verdadeiro sentido de representação política, se apropriando das funções que podem e devem ser prestadas ao eleitorado e ao país – democrático que se pretende.

Indagar sobre a existência de uma ideologia para cada partido ou interesses tão díspares que careçam de defesas isoladas é um bom começo para analisar e tentar entender o pluripartidarismo brasileiro e os motivos que agora surgem para limitar a sua existência.

É provável que esta limitação esteja vindo a passos largos com a nova cláusula de desempenho e com o fim das inserções partidárias no rádio e na televisão, ambas trazidas por emenda constitucional recente⁴. A inserção de tais medidas no cenário político partidário tem a

⁴ Emenda Constitucional nº 97 de 4 de outubro de 2017. Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição.

clara função de minar a existência dos partidos políticos pequenos que perdem de modo rápido e letal, a sua utilidade e na maneira como estão sendo implementadas se contradizem com o deferimento de novos partidos políticos. É o que se chama dar com uma mão e tirar com a outra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BOLOGNESI, Bruno, BARBIRESKI, Flavia Roberta. Organização partidária ao nível municipal: dinâmicas de poder nas eleições de 2016 em Curitiba. In: **9º Congresso Latino americano de Ciência Política**, 2017, Montevideo. Disponível em: <<http://www.congressoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjMwNjgiO3oiO3M6MT0iaCI7czoZmJoiNWl4MTdmMTYwOTNiNWExYTA3ZjgyYzVkZGM5MWI5YzAiO30%3D>>. Acesso em: 8 ago. 2019.

BRAGA, Maria do S. Sousa. **Democracia e Organização nos partidos políticos**: revisitando os microfundamentos de Michels. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n44/v20n44a07.pdf>> acesso em 20 jul. 2019.

BRASIL, Lei 9096 de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19096.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____, Resolução nº 23.571 de 14 de junho de 2018. Disciplina a criação, organização, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2018/RES235712018.html>> Acesso em: 10 ago.2019.

_____. Resolução nº 23.465 de 17 de dezembro de 2015. Disciplina a criação, organização, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234652015.htm>> Acesso em: 10 de ago.2019. revogada pela Res.23.571

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

KINZO, Maria D'Alva G. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1993.

MAIR, Peter. **Os partidos políticos e a democracia**. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/121873880809jEJ7wj1Ds10DV6.pdf>> acesso: 10 jul. 2019. **Análise Social**, Portugal, Vol. XXXVIII, n.167, 2003.

MANIN, Bernard, PRZEWORSKI, Adam, STOKES, Susan C. Eleições e Representação. In **Democracy, Accountability and Representation**, Cambridge. 1999; São Paulo: Lua Nova, 67. 2006. Cap.1, p.105-138.

MEZZAROBA, Orides. **A Democracia, os Partidos Políticos e o Estado**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/1209-1223-1-PB>> acesso: 20 jul. 2019

_____. **Direito Partidário Brasileiro**, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**, Brasília:UNB, 1982.

NOVARO, Marcos. O debate contemporâneo sobre a representação política. **Novos Estudos CEBRAP**, n.42, jul.1995.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Editora UNB, 1924.

WEBER, Max. **Ciência e Política duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2011.

CONFIANÇA INSTITUCIONAL E FORÇAS ARMADAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE BRASIL E ALEMANHA

Ana Paula Fraga¹
Luana Isabelle Beal²

Resumo

Este trabalho versa sobre o nível de confiança institucional na Alemanha e no Brasil. Na Alemanha o nível de confiança nas instituições é alto em comparação com o Brasil; no entanto, os níveis de confiança nas Forças Armadas (FA) em ambos os países é próximo. O objetivo é verificar se há uma relação causal entre confiança institucional, avaliação positiva das FA e tolerância a regimes militares. Assim, a pergunta de pesquisa é: o que explica dois países tão diferentes terem graus tão semelhantes de confiança nas FA? A hipótese geral foi: o grau de confiança nas FA pode ser explicado pela confiança institucional. As hipóteses secundárias foram: (a) na Alemanha, a confiança nas FA pode ser explicada pela confiança institucional em geral; (b) no Brasil, a confiança nas FA pode ser explicada pela avaliação dos regimes militares e percepção positiva sobre militares em democracias. Para testar as hipóteses, foram feitos testes estatísticos com dados das quinta (2005-2009) e sexta (2010-2014) ondas da *World Values Survey*. Resultados preliminares indicam que há efeito causal significativo nos dois países e em ambas as ondas, embora baixo, o que corrobora as hipóteses. O estudo indica que são necessárias novas investigações em outros países com vistas a verificar a consistência do achado.

Palavras-chave: Alemanha; Brasil; Confiança; Instituições; Cultura.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre o nível de confiança institucional na Alemanha e no Brasil, a fim de verificar se há uma relação causal entre confiança institucional, avaliação positiva das Forças Armadas e tolerância a regimes militares. O problema de pesquisa deriva da constatação de que o nível de confiança institucional nas Forças Armadas é alto nos dois países, embora outras variáveis de confiança e percepções sobre regime militares sejam divergentes. Mais especificamente, na Alemanha o nível de confiança nas instituições é alto em

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; E-mail: fraga.anap@gmail.com; Agência de fomento: Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; E-mail: luanabeal@gmail.com; Agência de fomento: Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

comparação com o Brasil; no entanto, os níveis de confiança nas Forças Armadas em ambos os países é próximo.

A pergunta de pesquisa é: *o que explica dois países tão diferentes – em termos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais – terem graus tão semelhantes de confiança nas Forças Armadas?* A hipótese principal é que o grau de confiança nas Forças Armadas pode ser explicado pela confiança em outras instituições políticas, possivelmente diferentes nos dois casos, tendo em vista que as médias de confiança institucional são baixas no Brasil e altas na Alemanha. Por lógica, as hipóteses secundárias são: (a) na Alemanha, a confiança nas Forças Armadas pode ser explicada pela confiança institucional no geral; (b) no Brasil, a confiança nas Forças Armadas pode ser explicada pela avaliação dos regimes militares e percepção sobre militares em contextos democráticos.

O principal conceito utilizado neste trabalho é *confiança institucional*, aqui entendida enquanto expectativas ou crenças positivas de um indivíduo em relação a uma instituição. Conforme Easton (1965), a confiança pode ser compreendida tanto no sentido de um apoio difuso – ou seja, embasado em sentimentos afetivos – quanto de um apoio específico – isto é, embasado na avaliação de que as instituições cumprem satisfatoriamente as funções para as quais foram designadas. Dito isso, cumpre ressaltar que é de interesse deste trabalho verificar a confiança de brasileiros e alemães nas *instituições políticas* de seus países³. Na literatura de ciência política, são considerados, normalmente, como instituições do regime democrático os governos, parlamentos, o sistema de justiça, as polícias, os militares e os partidos políticos (NORRIS, 1999). Mensurar os níveis de confiança institucional é um dos caminhos para verificar a legitimidade de um sistema político, ou seja, “a crença de que, apesar das falhas e fracassos, as instituições políticas são melhores que quaisquer outras que possam ser estabelecidas”⁴ (LINZ, 1988, *apud* ZMERLI; NEWTON; MONTERO, 2007, p. 44).

Confiança institucional pode ser acessada a partir de técnicas de análise de dados quantitativos coletados em pesquisas *survey*. Neste trabalho, a base de dados foi montada a partir das observações obtidas na quinta (2005-2009) e na sexta (2010-2014) ondas da Pesquisa

³ Com exceção da variável confiança na Igreja, que remete a uma instituição social, incluída na análise para fins controle.

⁴ Tradução nossa, do original em inglês: “the belief that, in spite of shortcoming and failures, the political institutions are better than any others that might be established”.

Mundial de Valores (*World Values Survey – WVS*) (INGLEHART et al., 2014a; INGLEHART et al., 2014b). A sexta onda é a mais recente publicada gratuitamente pelo WVS⁵ e apenas nesta e na quinta onda Brasil e Alemanha são ambos incluídos; nas demais há lacunas temporais ou de Brasil ou de Alemanha, impossibilitando a montagem de uma série temporal contínua para comparação. Foram selecionadas nove questões relativas aos objetivos deste trabalho. Sete das variáveis – **confiança no governo, no parlamento, nos partidos políticos, nas polícias, nas forças armadas, nas cortes⁶ e nas igrejas** – são mensuradas por perguntas do tipo “*O(a) Senhor(a) poderia me dizer em que medida confia na seguinte instituição?*”. As respostas foram ordenadas em uma escala de um a quatro, sendo que: 1 = confia totalmente; 2 = confia em parte; 3 = confia pouco; 4 = não confia. Portanto, cumpre destacar que médias próximas a um indicam forte confiança e médias próximas a quatro apontam baixa confiança.

As duas próximas variáveis derivam de perguntas que buscam a avaliação do cidadão acerca de **regimes militares**. Foram selecionadas as duas perguntas que destacam uma preferência ou uma rejeição a governos militares. Assim, a oitava questão selecionada solicita que o entrevistado caracterize *o que pensa sobre regime militares em uma escala de 1 (um) a 4 (quatro)?*, na qual 1 = ótimo; 2 = bom; 3 = ruim e 4 = péssimo. Novamente, médias baixas indicam uma boa avaliação ou alta preferência por regimes militares enquanto médias altas pontuam uma rejeição ou desconfiança. A última questão selecionada solicita que o entrevistado considere se *a tomada de poder pelas forças armadas quando o governo for incompetente é uma característica fundamental da democracia ou não é uma característica fundamental da democracia?*, a partir de uma escala de um (não essencial) a dez (essencial). Desta vez, médias baixas representam uma percepção positiva sobre o poder das Forças Armadas em contextos democráticos, enquanto médias altas indicam o contrário.

Para testar as hipóteses, as variáveis foram submetidas a dois testes estatísticos dois métodos estatísticos para inferência. Primeiro, aplicou-se um teste de correlação entre todas as variáveis, a fim de verificar quais possuem maior variância conjunta. Depois, um teste de regressão linear múltipla, tratando-se de uma ferramenta estatística adequada para investigação

⁵ A publicação dos dados da sexta onda e, também, das ondas anteriores está disponibilizada para consulta no site do WVS: www.worldvaluessurvey.org.

⁶ Por confiança em cortes, entende-se a confiança nos sistemas de justiça do respectivo país.

de relações causais entre as variáveis. Não obstante, consideramos adequada a apresentação, também, da estatística descritiva que fundamenta o problema de pesquisa.

ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA BASE DE DADOS

A começar pela comparação das médias de confiança institucional da Onda 5 (2005-2009), apresentadas nas tabelas abaixo, destaca-se que, no geral, as médias alemãs foram relativamente mais baixas, o que significa maior confiança institucional. Para as variáveis mensuradas na escala de 1 a 4, as diferenças entre as médias variaram de 0,02 a 0,94. Cumpre salientar, porém, que apenas pela verificação das médias não é possível inferir se a diferença é significativa ou não.

Tabela 1: Estatística Descritiva (Brasil - Onda 5)

Estatística Descritiva - WVS Onda 5 Brasil 2006

| | Frequência | Amplitude | Mínimo | Máximo | Média | | Desvio-padrão | Variância |
|--|------------|-----------|--------|--------|-------|-------------|---------------|-----------|
| | | | | | | Erro-padrão | | |
| Confiança: Igrejas | 1495 | 3 | 1 | 4 | 2,02 | ,023 | ,876 | ,767 |
| Confiança: Forças Armadas | 1487 | 3 | 1 | 4 | 2,15 | ,023 | ,898 | ,807 |
| Confiança: Polícia | 1489 | 3 | 1 | 4 | 2,72 | ,024 | ,920 | ,847 |
| Confiança: Cortes | 1495 | 3 | 1 | 4 | 2,58 | ,024 | ,923 | ,853 |
| Confiança: Governo | 1487 | 3 | 1 | 4 | 2,66 | ,024 | ,924 | ,854 |
| Confiança: Partidos políticos | 1485 | 3 | 1 | 4 | 3,23 | ,021 | ,821 | ,674 |
| Confiança: Parlamento | 1480 | 3 | 1 | 4 | 3,12 | ,022 | ,843 | ,711 |
| Sistema político: Regime militar | 1439 | 3 | 1 | 4 | 2,84 | ,024 | ,897 | ,805 |
| Democracia: Poder pelas Forças Armadas | 1395 | 9 | 1 | 10 | 4,91 | ,089 | 3,337 | 11,139 |

Fonte: Inglehart et al. (2014a, tradução nossa).

Tabela 2: Estatística Descritiva (Alemanha - Onda 5)

Estatística Descritiva - WVS Onda 5 Alemanha 2006

| | Frequência | Amplitude | Mínimo | Máximo | Média | | Desvio-padrão | Variância |
|--|------------|-----------|--------|--------|-------|-------------|---------------|-----------|
| | | | | | | Erro-padrão | | |
| Confiança: Igrejas | 1935 | 3 | 1 | 4 | 2,78 | ,020 | ,900 | ,810 |
| Confiança: Forças Armadas | 1908 | 3 | 1 | 4 | 2,54 | ,018 | ,780 | ,608 |
| Confiança: Polícia | 2032 | 3 | 1 | 4 | 2,18 | ,016 | ,719 | ,517 |
| Confiança: Cortes | 1996 | 3 | 1 | 4 | 2,41 | ,018 | ,795 | ,632 |
| Confiança: Governo | 2001 | 3 | 1 | 4 | 2,99 | ,016 | ,725 | ,526 |
| Confiança: Partidos políticos | 1996 | 3 | 1 | 4 | 3,21 | ,015 | ,665 | ,442 |
| Confiança: Parlamento | 1990 | 3 | 1 | 4 | 3,01 | ,016 | ,706 | ,498 |
| Sistema político: Regime militar | 1976 | 3 | 1 | 4 | 3,78 | ,011 | ,506 | ,256 |
| Democracia: Poder pelas Forças Armadas | 1987 | 9 | 1 | 10 | 2,15 | ,049 | 2,189 | 4,791 |

Fonte: Inglehart et al. (2014a, tradução nossa).

Os valores mais próximos foram os de confiança nos Partidos Políticos (diferença de 0,02) e essa medida foi relativamente alta considerando o universo de respostas nos dois países – ou seja, aponta uma tendência de baixa confiança nesta instituição, tanto na Alemanha quanto no Brasil. Por outro lado, as médias que mais se afastaram foram aquelas relativas à avaliação de regimes militares. Embora as médias de confiança institucional nas Forças Armadas sejam similarmente baixas, indicando maior confiança nesta instituição, colocada como a segunda mais confiável para os brasileiros e terceira para os alemães, os últimos tenderam a avaliar negativamente os regimes militares, enquanto as médias brasileiras apontam preferência ou tolerância não negligenciável a regimes políticos desse tipo. Nesse sentido, importa não apenas o afastamento ou a aproximação das médias em uma variável (percepção positiva sobre regimes militares e confiança nas Forças Armadas, respectivamente), mas a possível correlação desta com outras variáveis que apresentam comportamentos diferentes nos dois países (percepção sobre golpes militares em contexto democrático).

No mais, para além das tendências de centralidade, são as medidas de dispersão que mais parecem destoar de um caso para o outro. Tanto os desvios-padrão quanto as medidas de variância parecem significativamente maiores no caso brasileiro. Nota-se, particularmente, que as medidas de dispersão alemãs tendem a ser ainda mais baixas nas variáveis relativas à apreciação de regimes militares – avaliação dos regimes militares e tolerância à tomada de poder militar –, respectivamente 0,506 e 2,189 enquanto no caso brasileiro os números foram,

respectivamente, 0,8971 e 3,357. Uma interpretação possível é que a cultura política brasileira mostra-se mais polarizada que a alemã. Isso reforça o questionamento quanto à proximidade das médias de confiança institucional nas Forças Armadas. Pode-se obter uma melhor visualização da dispersão através dos gráficos apresentados ao fim.

Vistos os dados da Onda 5, a expectativa é que os dados da Onda 6 (2010-2014) corroborem os resultados observados, notadamente, da maior confiança institucional entre alemães que brasileiros. Vejamos as tabelas.

Tabela 3: Estatística Descritiva (Brasil - Onda 6)

Estatística Descritiva - WVS Onda 6 Brasil 2014

| | Frequência | Amplitude | Mínimo | Máximo | Média | | Desvio-padrão | Variância |
|--|------------|-----------|--------|--------|-------|-------------|---------------|-----------|
| | | | | | | Erro-padrão | | |
| Confiança: Igrejas | 1473 | 3 | 1 | 4 | 2,19 | ,024 | ,924 | ,853 |
| Confiança: Forças Armadas | 1410 | 3 | 1 | 4 | 2,35 | ,027 | ,998 | ,996 |
| Confiança: Polícia | 1480 | 3 | 1 | 4 | 2,78 | ,025 | ,948 | ,899 |
| Confiança: Cortes | 1481 | 3 | 1 | 4 | 2,63 | ,025 | ,968 | ,938 |
| Confiança: Governo | 1472 | 3 | 1 | 4 | 2,85 | ,024 | ,931 | ,866 |
| Confiança: Partidos políticos | 1471 | 3 | 1 | 4 | 3,42 | ,020 | ,780 | ,609 |
| Confiança: Parlamento | 1453 | 3 | 1 | 4 | 3,30 | ,022 | ,828 | ,685 |
| Sistema político: Regime militar | 1369 | 3 | 1 | 4 | 2,84 | ,025 | ,911 | ,831 |
| Democracia: Poder pelas Forças Armadas | 1334 | 9 | 1 | 10 | 5,00 | ,096 | 3,522 | 12,404 |

Fonte: Inglehart et al. (2014b, tradução nossa).

Tabela 4: Estatística Descritiva (Alemanha - Onda 6)

Estatística Descritiva - WVS Onda 6 Alemanha 2013

| | Frequência | Amplitude | Mínimo | Máximo | Média | | Desvio-padrão | Variância |
|--|------------|-----------|--------|--------|-------|-------------|---------------|-----------|
| | | | | | | Erro-padrão | | |
| Confiança: Igrejas | 2002 | 3 | 1 | 4 | 2,73 | ,020 | ,894 | ,798 |
| Confiança: Forças Armadas | 1975 | 3 | 1 | 4 | 2,28 | ,017 | ,744 | ,554 |
| Confiança: Polícia | 2023 | 3 | 1 | 4 | 1,99 | ,016 | ,714 | ,510 |
| Confiança: Cortes | 1998 | 3 | 1 | 4 | 2,15 | ,017 | ,755 | ,570 |
| Confiança: Governo | 2013 | 3 | 1 | 4 | 2,60 | ,017 | ,750 | ,563 |
| Confiança: Partidos políticos | 1995 | 3 | 1 | 4 | 2,89 | ,015 | ,690 | ,476 |
| Confiança: Parlamento | 1991 | 3 | 1 | 4 | 2,60 | ,016 | ,728 | ,531 |
| Sistema político: Regime militar | 2008 | 3 | 1 | 4 | 3,72 | ,013 | ,575 | ,330 |
| Democracia: Poder pelas Forças Armadas | 1993 | 9 | 1 | 10 | 2,58 | ,054 | 2,427 | 5,888 |

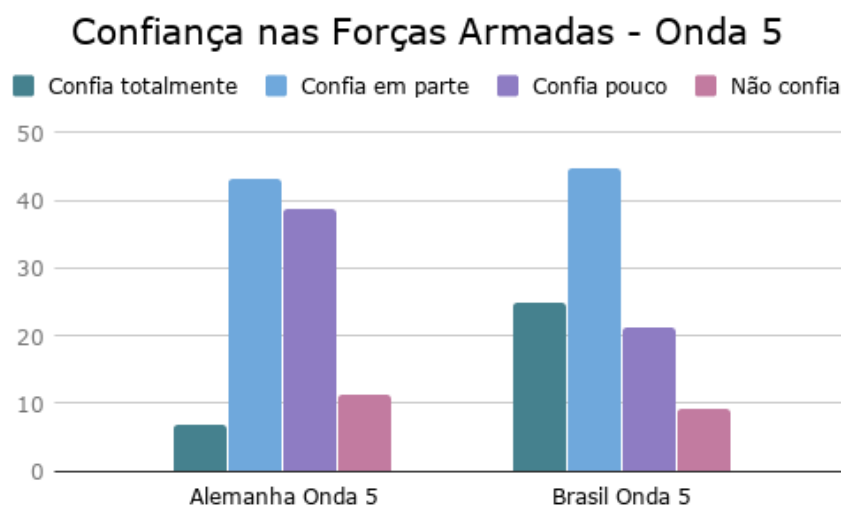
Fonte: Inglehart et al. (2014b, tradução nossa).

A considerar pela análise das médias, a expectativa é confirmada: as médias dos respondentes alemães são mais baixas que de seus contrários brasileiros, o que significa maior confiança institucional por parte da Alemanha. Ademais, vale destacar que, nessa onda, as médias mais próximas foram de confiança nas Forças Armadas (diferença de 0,07) – não mais nos partidos políticos – e que essa medida continuou relativamente baixa, o que indica maior confiança, considerando o universo de respostas nos dois países. Contudo, mais que isso, não só as médias que mais se afastaram ainda foram aquelas relativas à avaliação de regimes militares, como também os alemães continuaram a responder negativamente à hipótese de tomada militar do poder em democracias, enquanto os brasileiros foram, no geral, mais tolerantes à ideia. Portanto, temos uma aproximação das médias de confiança nas Forças Armadas, relativamente altas nos dois países, e a continuidade das demais diferenças, indicando uma possível regularidade (confiança em uma dada instituição) explicada, provavelmente, por diferentes mecanismos causais (diferentes percepções sobre essa instituição).

À luz da estatística descritiva da sexta onda, observa-se, ainda, que as diferenças entre as médias diminuíram em seis variáveis (confiança nas Igrejas, Forças Armadas, Governo, Parlamento e poder militar em democracias) e aumentaram em três delas (polícias, cortes e partidos políticos). Curiosamente, porém, a análise do comportamento temporal das médias em cada país revela uma tendência geral de aumento das médias brasileiras (diminuição da confiança institucional) e de diminuição das médias alemãs (aumento da confiança institucional). Isto é, embora uma verificação das médias por país resulte em movimentos contrários – a saber, aumentos e diminuições –, a análise agregada das médias indica que o nível de confiança institucional está mais próximo na sexta onda do que na série temporal anterior. Sendo assim, temos um quadro mais próximo de confiança nas instituições, tanto no Brasil quanto na Alemanha, o que reforça a exploração das diferenças entre os casos.

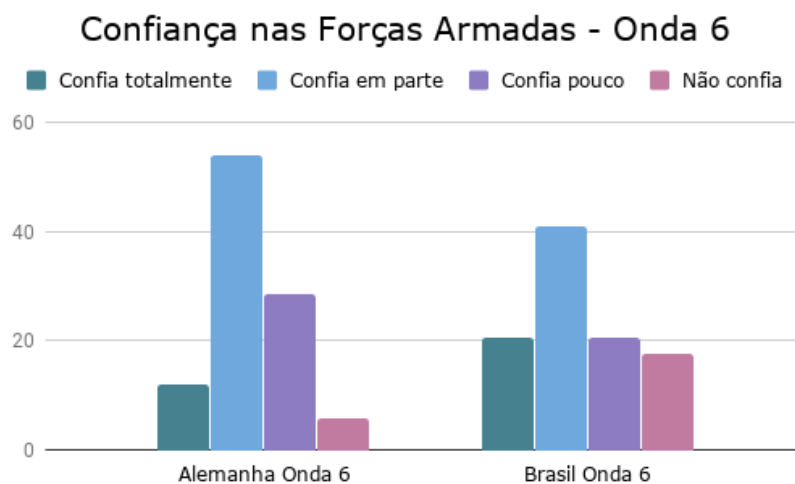
Outrossim, percebe-se a manutenção de diferenças entre as medidas de variabilidade. Nota-se, particularmente, que as observações brasileiras tendem a ser mais dispersas e que essa dispersão é mais forte nos extremos. No mais, as oscilações das médias foram acompanhadas pelo aumento do desvio-padrão e da variância no Brasil e a diminuição destas na Alemanha. A título de comparação entre as categorias e entre as ondas, vejamos os gráficos em comparação por onda.

Gráfico 1: Confiança nas Forças Armadas - Onda 5



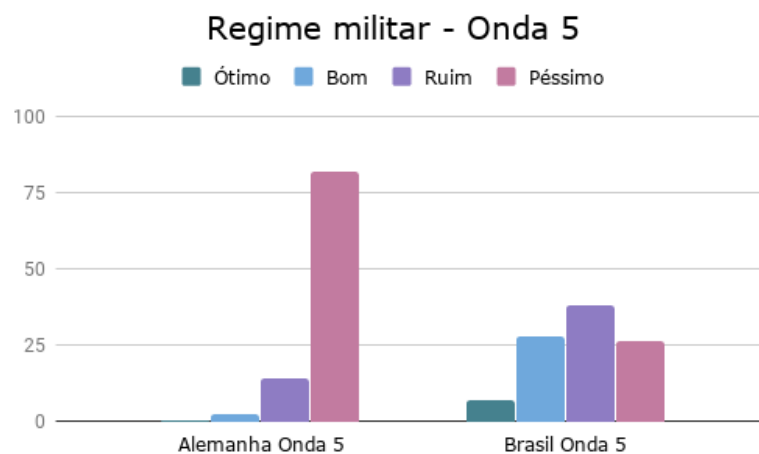
Fonte: elaboração nossa, com base em Inglehart et al. (2014a).

Gráfico 2: Confiança nas Forças Armadas - Onda 6



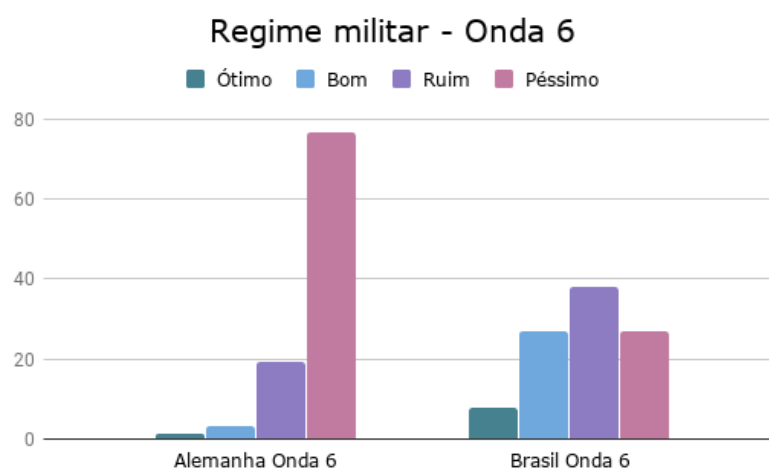
Fonte: elaboração nossa, com base em Inglehart et al. (2014a).

Gráfico 3: Regime Militar - Onda 5



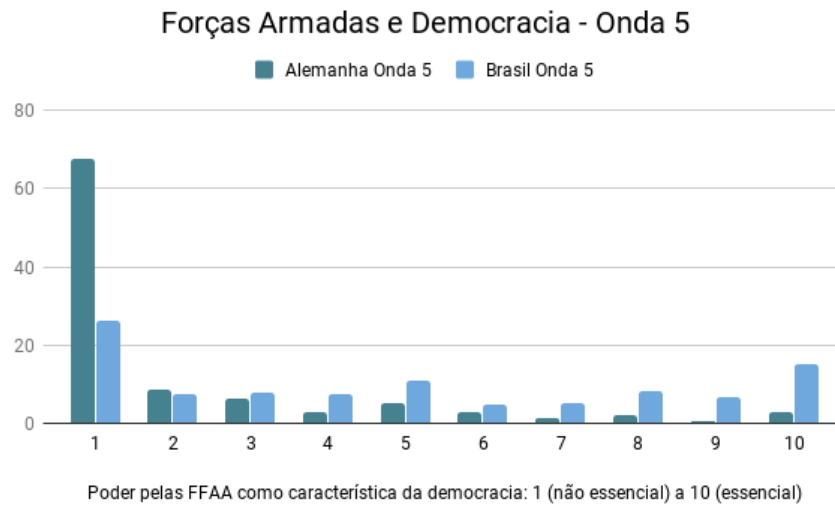
Fonte: elaboração nossa, com base em Inglehart et al. (2014b).

Gráfico 4: Regime Militar - Onda 6



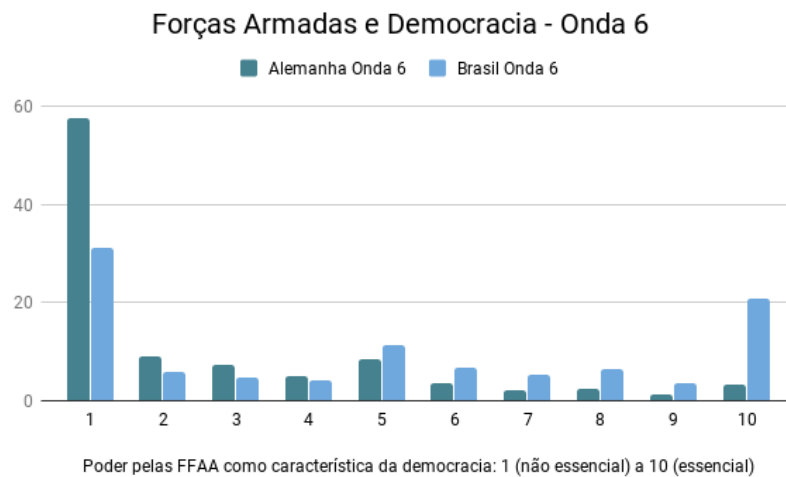
Fonte: elaboração nossa, com base em Inglehart et al. (2014b).

Gráfico 5: Percepção do poder das Forças Armadas em Contexto Militar - Onda 5



Fonte: elaboração nossa, com base em Inglehart et al. (2014a).

Gráfico 6: Percepção do poder das Forças Armadas em Contexto Militar - Onda 6



Fonte: elaboração nossa, com base em Inglehart et al. (2014b).

APLICAÇÃO DE TESTES ESTATÍSTICOS

O exame da presente base de dados, bem como a apresentação de sua estatística descritiva, possibilita o levantamento de questões com relevância analítica para o estudo de confiança institucional. Partindo da escolha de duas categorias, no geral, distintas (Alemanha e Brasil), padrões de semelhança e diferença identificados na análise descritiva se destacaram. Nesse tocante, as variáveis relativas às Forças Armadas, regimes militares e democracia

apresentaram um comportamento interessante. Por um lado, estamos diante de sociedades que, apesar de experiências históricas autoritárias diferentes – se bem que ambas traumáticas –, demonstram uma alta confiança nas Forças Armadas. Particularmente, chama a atenção que os dois países lidaram de formas diferentes com seu passado autoritário, produzindo expectativas de que isso se refletisse nos dados de confiança institucional das Forças Armadas. Por outro lado, é igualmente intrigante o fato de que são sociedades com percepção diferente de confiabilidade em regimes militares em um contexto democrático.

Nos testes abaixo, a variável dependente é *confiança nas Forças Armadas* e as variáveis independentes são *confiança nas Igrejas*, *confiança na Polícia*, *confiança no Governo*, *percepção sobre regimes militares* e *percepção sobre golpes militares em contextos democráticos*. As variáveis *confiança nas Cortes*, *confiança nos Partidos Políticos* e *confiança no Parlamento* foram excluídas dessa parte da análise, tendo em vista que a concepção de “governo” pode englobá-las.

CORRELAÇÕES

Em vista disso, procedemos à análise de correlações. O coeficiente de correlação (R) leva em conta a variabilidade e mede a associação linear entre as variáveis. O R varia de -1 a 1 , em que 1 significa correlação perfeita e valores próximos de zero indicam correlação fraca. Como podemos observar nas matrizes de correlação, nas tabelas abaixo, os resultados para os países nas duas ondas tendem a ser, em geral, de associações significativas a 0.01 , positivas, mas fracas. Não obstante, uma consulta mais detalhada mostra que Alemanha/Onda 5 e Brasil/Onda 6 tiveram seis das quinze relações não significativas. Dentre essas seis, cinco delas foram as mesmas (grifadas da cor vermelho nas matrizes). Dessas, a ausência de correlação significativa envolvendo a avaliação de regimes militares e a percepção sobre poder militar em contexto democrático destaca-se, tendo em vista a expectativa de que oscilações nessas variáveis pudessem ser acompanhadas de variações no nível de confiança institucional – ao menos no caso brasileiro. Ainda, em Brasil/Onda 6, não há correlação entre confiança nas Forças Armadas e percepção de que golpes militares são desejáveis em contextos democráticos,

o que vem a prejudicar a confirmação de nossa hipótese secundária para o caso brasileiro, embora não seja suficiente para rejeitá-la nessa fase da análise.

Tabela 5: Correlação (Alemanha - Onda 5)

| | | Confiança: Igrejas | Confiança: Forças Armadas | Confiança: Polícia | Confiança: Governo | Sistema político: Regime militar | Democracia: Poder pelas Forças Armadas |
|---|--------------------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------------|-----------------------|---|---|
| Confiança: Igrejas | Correlação de Pearson | 1 | ,296** | ,205** | ,326** | ,038 | ,004 |
| | Sig. (2 extremidades) | | ,000 | ,000 | ,000 | ,097 | ,879 |
| | N | 1935 | 1835 | 1911 | 1896 | 1862 | 1872 |
| Confiança: Forças Armadas | Correlação de Pearson | ,296** | 1 | ,372** | ,330** | ,109** | -,101** |
| | Sig. (2 extremidades) | ,000 | | ,000 | ,000 | ,000 | ,000 |
| | N | 1835 | 1908 | 1891 | 1884 | 1838 | 1851 |
| Confiança: Polícia | Correlação de Pearson | ,205** | ,372** | 1 | ,355** | ,003 | ,019 |
| | Sig. (2 extremidades) | ,000 | ,000 | | ,000 | ,893 | ,396 |
| | N | 1911 | 1891 | 2032 | 1981 | 1949 | 1959 |
| Confiança: Governo | Correlação de Pearson | ,326** | ,330** | ,355** | 1 | -,007 | -,043 |
| | Sig. (2 extremidades) | ,000 | ,000 | ,000 | | ,755 | ,057 |
| | N | 1896 | 1884 | 1981 | 2001 | 1927 | 1936 |
| Sistema político: Regime militar | Correlação de Pearson | ,038 | ,109** | ,003 | -,007 | 1 | -,387** |
| | Sig. (2 extremidades) | ,097 | ,000 | ,893 | ,755 | | ,000 |
| | N | 1862 | 1838 | 1949 | 1927 | 1976 | 1922 |
| Democracia: Poder pelas Forças Armadas | Correlação de Pearson | ,004 | -,101** | ,019 | -,043 | -,387** | 1 |
| | Sig. (2 extremidades) | ,879 | ,000 | ,396 | ,057 | ,000 | |
| | N | 1872 | 1851 | 1959 | 1936 | 1922 | 1987 |

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Inglehart et al. (2014a, tradução e grifos nossos).

Tabela 6: Correlação (Brasil - Onda 5)

| | | Confiança: Igrejas | Confiança: Forças Armadas | Confiança: Governo | Confiança: Polícia | Sistema político: Regime militar | Democracia: Poder pelas Forças Armadas |
|---|--------------------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------------|-----------------------|---|---|
| Confiança: Igrejas | Correlação de Pearson | 1 | ,270** | ,265** | ,249** | ,078** | -,083** |
| | Sig. (2 extremidades) | | ,000 | ,000 | ,000 | ,003 | ,002 |
| | N | 1495 | 1483 | 1483 | 1485 | 1436 | 1391 |
| Confiança: Forças Armadas | Correlação de Pearson | ,270** | 1 | ,342** | ,347** | ,136** | -,141** |
| | Sig. (2 extremidades) | ,000 | | ,000 | ,000 | ,000 | ,000 |
| | N | 1483 | 1487 | 1476 | 1478 | 1431 | 1387 |
| Confiança: Governo | Correlação de Pearson | ,265** | ,342** | 1 | ,446** | ,058* | -,039 |
| | Sig. (2 extremidades) | ,000 | ,000 | | ,000 | ,028 | ,144 |
| | N | 1483 | 1476 | 1487 | 1480 | 1430 | 1385 |
| Confiança: Polícia | Correlação de Pearson | ,249** | ,347** | ,446** | 1 | ,115** | -,054* |
| | Sig. (2 extremidades) | ,000 | ,000 | ,000 | | ,000 | ,046 |
| | N | 1485 | 1478 | 1480 | 1489 | 1433 | 1388 |
| Sistema político: Regime militar | Correlação de Pearson | ,078** | ,136** | ,058* | ,115** | 1 | -,282** |
| | Sig. (2 extremidades) | ,003 | ,000 | ,028 | ,000 | | ,000 |
| | N | 1436 | 1431 | 1430 | 1433 | 1439 | 1360 |
| Democracia: Poder pelas Forças Armadas | Correlação de Pearson | -,083** | -,141** | -,039 | -,054* | -,282** | 1 |
| | Sig. (2 extremidades) | ,002 | ,000 | ,144 | ,046 | ,000 | |
| | N | 1391 | 1387 | 1385 | 1388 | 1360 | 1395 |

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Inglehart et al. (2014a, tradução e grifos nossos).

Tabela 7: Correlação (Alemanha - Onda 6)

| | | Confiança: Igrejas | Confiança: Forças Armadas | Confiança: Polícia | Confiança: Governo | Sistema político: Regime militar | Democracia: Poder pelas Forças Armadas |
|---|--------------------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------------|-----------------------|---|---|
| Confiança: Igrejas | Correlação de Pearson | 1 | ,218** | ,223** | ,315** | ,090** | -,106** |
| | Sig. (2 extremidades) | | ,000 | ,000 | ,000 | ,000 | ,000 |
| | N | 2002 | 1945 | 1988 | 1974 | 1971 | 1951 |
| Confiança: Forças Armadas | Correlação de Pearson | ,218** | 1 | ,369** | ,297** | ,078** | -,062** |
| | Sig. (2 extremidades) | ,000 | | ,000 | ,000 | ,001 | ,006 |
| | N | 1945 | 1975 | 1964 | 1951 | 1943 | 1935 |
| Confiança: Polícia | Correlação de Pearson | ,223** | ,369** | 1 | ,307** | -,059** | ,049* |
| | Sig. (2 extremidades) | ,000 | ,000 | | ,000 | ,008 | ,031 |
| | N | 1988 | 1964 | 2023 | 1994 | 1992 | 1974 |
| Confiança: Governo | Correlação de Pearson | ,315** | ,297** | ,307** | 1 | ,086** | -,079** |
| | Sig. (2 extremidades) | ,000 | ,000 | ,000 | | ,000 | ,000 |
| | N | 1974 | 1951 | 1994 | 2013 | 1981 | 1968 |
| Sistema político: Regime militar | Correlação de Pearson | ,090** | ,078** | -,059** | ,086** | 1 | -,422** |
| | Sig. (2 extremidades) | ,000 | ,001 | ,008 | ,000 | | ,000 |
| | N | 1971 | 1943 | 1992 | 1981 | 2008 | 1974 |
| Democracia: Poder pelas Forças Armadas | Correlação de Pearson | -,106** | -,062** | ,049* | -,079** | -,422** | 1 |
| | Sig. (2 extremidades) | ,000 | ,006 | ,031 | ,000 | ,000 | |
| | N | 1951 | 1935 | 1974 | 1968 | 1974 | 1993 |

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Inglehart et al. (2014b, tradução e grifos nossos).

Tabela 8: Correlação (Brasil - Onda 6)

| | | Confiança: Igrejas | Confiança: Forças Armadas | Confiança: Polícia | Confiança: Governo | Sistema político: Regime militar | Democracia: Poder pelas Forças Armadas |
|---|--------------------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------------|-----------------------|---|---|
| Confiança: Igrejas | Correlação de Pearson | 1 | ,241** | ,214** | ,230** | ,043 | ,019 |
| | Sig. (2 extremidades) | | ,000 | ,000 | ,000 | ,116 | ,490 |
| | N | 1473 | 1401 | 1468 | 1460 | 1357 | 1321 |
| Confiança: Forças Armadas | Correlação de Pearson | ,241** | 1 | ,464** | ,341** | ,102** | -,047 |
| | Sig. (2 extremidades) | ,000 | | ,000 | ,000 | ,000 | ,094 |
| | N | 1401 | 1410 | 1408 | 1402 | 1315 | 1282 |
| Confiança: Polícia | Correlação de Pearson | ,214** | ,464** | 1 | ,475** | ,094** | ,025 |
| | Sig. (2 extremidades) | ,000 | ,000 | | ,000 | ,001 | ,355 |
| | N | 1468 | 1408 | 1480 | 1469 | 1364 | 1329 |
| Confiança: Governo | Correlação de Pearson | ,230** | ,341** | ,475** | 1 | ,053 | ,016 |
| | Sig. (2 extremidades) | ,000 | ,000 | ,000 | | ,052 | ,560 |
| | N | 1460 | 1402 | 1469 | 1472 | 1363 | 1325 |
| Sistema político: Regime militar | Correlação de Pearson | ,043 | ,102** | ,094** | ,053 | 1 | -,243** |
| | Sig. (2 extremidades) | ,116 | ,000 | ,001 | ,052 | | ,000 |
| | N | 1357 | 1315 | 1364 | 1363 | 1369 | 1263 |
| Democracia: Poder pelas Forças Armadas | Correlação de Pearson | ,019 | -,047 | ,025 | ,016 | -,243** | 1 |
| | Sig. (2 extremidades) | ,490 | ,094 | ,355 | ,560 | ,000 | |
| | N | 1321 | 1282 | 1329 | 1325 | 1263 | 1334 |

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Inglehart et al. (2014b, tradução e grifos nossos).

Em todas as associações geradas, a maior parte é de correlações significativas positivas, exceto algumas, que são importantes para os objetivos do trabalho. Antes de passar a análise, cumpre ressaltar que a interpretação dessas correlações deve considerar as escalas diferentes das variáveis: a escala de um (confia pouco) a quatro (confia muito) das oito variáveis torna as correlações destas com a variável “percepção sobre golpes militares” – cuja escala é de um

(não essencial) a dez (essencial) – de negativas a positivas⁷. Visto isso, os dois países, em todas as séries temporais, apresentaram correlações negativas (grifadas em cor azul) entre avaliação de regimes militares e percepção de golpes militares em contexto democrático. Ou seja, quanto maior o apoio a regimes militares, maior a tendência de percepções positivas quanto a golpes militares em contextos democráticos. Nota-se, porém, que essas correlações foram mais altas na Alemanha, de forma não negligenciável. Além disso, em três séries (exceto Brasil/Onda 6) há correlação negativa entre confiança nas Forças Armadas e percepção sobre golpes militares em contexto democrático. Significa, pois, que quanto maior a confiança nas Forças Armadas, maior o apoio a golpes. Não obstante, essas correlações foram muito baixas, não sendo suficientes para sustentar de hipóteses.

Finalmente, ainda que o grau de associação tenha sido fraco, no campo das ciências humanas, poderíamos admitir que correlações com mais de 35% de variabilidade conjunta indicam comportamentos não-negligenciáveis (grifadas em cor verde). Assim, em todas as matrizes, a única correlação continuada e relativamente mais forte foi entre confiança nas Forças Armadas e confiança na Polícia, nos dois países. A verificação por país também oferece mais resultados. Na Alemanha, a variação conjunta entre confiança em regimes militares e percepção sobre golpes militares em contexto democrático tende a ser mais forte, chegando a -0,422 na Onda 6. No Brasil, o grau de correlação entre confiança na Polícia e confiança no Governo tende a ser mais elevado, aproximando-se de 0,5 nas duas ondas.

Os resultados acima indicam que a confiança nas Forças Armadas está correlacionada à confiança em outras instituições, à avaliação de regimes militares e à percepção sobre o poder militar em contextos democráticos (exceto em Brasil, Onda 6). Embora as associações sejam fracas, elas subsidiam, não de forma suficiente, mas auxiliar, a corroboração das hipóteses. Para melhor verificação, procedemos à análise de regressão.

REGRESSÕES

⁷ Essa inversão deve-se ao fato de que médias maiores nas oito primeiras variáveis indicam menos confiança, enquanto médias menores significam elevação da confiança. Portanto, variações conjuntas dessas variáveis com a última, cuja escala é invertida, mudam a interpretação sobre associações negativas.

O modelo de regressão seguiu com as variáveis explicativas mencionadas anteriormente. O coeficiente de determinação (R quadrado) indica as relações de dependência, ou seja, de causa-efeito: se as variáveis independentes explicam as variações da dependente (confiança nas Forças Armadas). Conforme observado na tabela 9, tem-se que a confiança nas Forças Armadas explicada a partir das variáveis independentes geraram valores de R quadrado baixos, ou seja, o efeito explicativo da confiança institucional e das percepções sobre regimes militares sobre a confiança nas Forças Armadas é baixo, embora exista. Sobre a Onda 5, nota-se que na Alemanha este poder explicativo foi de 23,2%, enquanto que no Brasil foi de 21%. Já na Onda 6, o resultado da Alemanha foi de 19,4% e o do Brasil foi 24,6%.

Tabela 9: Resumo das Regressões

| País - Onda | R | R quadrado | R quadrado ajustado | Erro-padrão da estimativa |
|-------------------|-------|------------|---------------------|---------------------------|
| Alemanha - Onda 5 | 0,482 | 0,232 | 0,230 | 0,675 |
| Brasil - Onda 5 | 0,458 | 0,210 | 0,207 | 0,796 |
| Alemanha - Onda 6 | 0,440 | 0,194 | 0,192 | 0,669 |
| Brasil - Onda 6 | 0,496 | 0,246 | 0,243 | 0,871 |

Fonte: elaboração e grifos nossos, com base em Inglehart et al. (2014a; 2014b).

As tabelas abaixo trazem maiores detalhes para a análise das regressões, já que indicam os coeficientes para cada uma das variáveis independentes. Para leitura dos dados, *Sig* (ou valor p) sugere se a relação entre a variável independente a variável dependente é significativa ou não a uma confiança de 95%. Portanto, se o valor p for menor que 0,05, a hipótese nula é rejeitada; isto é, preditoras cujo valor p é abaixo de 0,05 provavelmente representam uma adição significativa ao modelo, porque suas alterações estarão relacionadas a alterações na variável resposta (MINITAB, 2019). O *valor t* (resultante do teste t de Student) indica a probabilidade de que a relação seja significativa; quanto maior o valor t, maior a probabilidade de relações significativas. O coeficiente não padronizado (B) e o coeficiente padronizado (representado por β , de coeficiente Beta) demonstram o efeito que determinada variável explicativa tem sobre a variável dependente, no entanto apenas o coeficiente Beta é mensurado na mesma unidade de análise, sendo passível de comparação.

Tabela 10: Coeficientes de Regressão - Onda 5

| Modelo | Alemanha - Onda 5 | | | | | Brasil - Onda 5 | | | | |
|--|-------------------------------|-------------|---------------------------|--------|----------|-------------------------------|-------------|---------------------------|--------|----------|
| | Coeficientes não padronizados | | Coeficientes padronizados | t | Sig. (p) | Coeficientes não padronizados | | Coeficientes padronizados | t | Sig. (p) |
| | B | Erro-padrão | β | | | B | Erro-padrão | β | | |
| 1 (Constante) | ,662 | ,160 | | 4,144 | ,000 | ,681 | ,118 | | 5,769 | ,000 |
| Confiança: Igrejas | ,162 | 0,20 | ,188 | 8,282 | ,000 | ,151 | ,026 | ,147 | 5,735 | ,000 |
| Confiança: Polícia | ,294 | ,024 | ,279 | 12,153 | ,000 | ,205 | ,027 | ,211 | 7,700 | ,000 |
| Confiança: Governo | ,176 | ,025 | ,167 | 7,225 | ,000 | ,204 | ,027 | ,210 | 7,647 | ,000 |
| Sistema Político: Regime Militar | ,088 | ,035 | ,058 | 2,500 | ,013 | ,063 | ,025 | ,063 | 2,465 | ,014 |
| Democracia: Poder pelas Forças Armadas | -,030 | ,008 | -,087 | -3,746 | ,000 | -,026 | ,007 | -,098 | -3,861 | ,000 |

Fonte: elaboração e grifos nossos, com base em Inglehart et al. (2014a).

Tabela 11 - Coeficientes de Regressão - Onda 6

| Modelo | Alemanha - Onda 6 | | | | | Brasil - Onda 6 | | | | |
|--|-------------------------------|-------------|--------------------------------------|--------|-------------|-------------------------------|-------------|--------------------------------------|--------|-------------|
| | Coeficientes não padronizados | | Coeficientes padronizados β | t | Sig. (p) | Coeficientes não padronizados | | Coeficientes padronizados β | t | Sig. (p) |
| | B | Erro-padrão | | | | B | Erro-padrão | | | |
| 1 (Constante) | ,755 | ,136 | | 5,551 | ,000 | ,500 | ,133 | | 3,749 | ,000 |
| Confiança: Igrejas | ,069 | 0,19 | ,082 | 3,703 | ,000 | ,117 | ,028 | ,108 | 4,151 | ,000 |
| Confiança: Polícia | ,334 | ,023 | ,317 | 14,287 | ,000 | ,391 | ,030 | ,366 | 12,872 | ,000 |
| Confiança: Governo | ,166 | ,023 | ,167 | 7,339 | ,000 | ,155 | ,031 | ,142 | 4,983 | ,000 |
| Sistema Político: Regime Militar | ,073 | ,030 | ,057 | 2,455 | ,014 | ,047 | ,029 | ,043 | 1,655 | ,098 |
| Democracia: Poder pelas Forças Armadas | -,011 | ,007 | -,036 | -1,558 | ,119 | -,016 | ,007 | -,056 | -2,140 | ,033 |

Fonte: elaboração e grifos nossos, com base em Inglehart et al. (2014b).

A análise dos dados gerados pelo teste de regressão apontam que para quase todos os casos, leia-se países e ondas, rejeita-se a hipótese nula. Em outras palavras, temos que todas as variáveis independentes influenciam a confiança nas Forças Armadas a um intervalo de confiança de 95%. As exceções restam na variável *avaliação de regimes militares* da Onda 6, no caso brasileiro (valor p 0,098) e na variável *percepção sobre o poder das Forças Armadas em contextos democráticos* da Onda 6, para o caso alemão (valor p 0,119). Nota-se, aliás, que essas variáveis deixariam de ser significativas se o intervalo de confiança fosse mais rígido, a 99%, nas duas ondas para a primeira e apenas na onda 6 para a segunda. No entanto, acredita-se que confianças tão altas podem distorcer a análise, pelo menos no campo das ciências sociais. Em vista disso, consideramos que, com base na análise do valor p, os resultados não são suficientes para corroborar a hipótese secundária de letra b, segundo a qual a confiança nas Forças Armadas, no caso brasileiro, seria explicada pela avaliação e percepção de regimes militares. No entanto, tampouco são resultados definitivos para rejeição da hipótese.

Prosseguindo para as relações significativas, interessa observar, sobretudo, o coeficiente Beta, que mensura o peso de cada variável no modelo. Os pesos de todas as variáveis foram considerados baixos. Porém, os pesos das variáveis de confiança institucional foram maiores que o de avaliação e percepção de poderes militares em todos os casos, por vezes com diferenças significativas. Em especial, a variável *confiança na polícia* foi a preditora que exerceu maior efeito, com valores maiores em todos os testes e tendo demonstrado um aumento na onda 6 em ambos os países. Logo, seria possível afirmar que a confiança institucional, particularmente a confiança na polícia, é uma melhor preditora da confiança nas Forças Armadas que medidas de confiança, avaliação e percepção de regimes militares tanto para Brasil quanto para Alemanha. Portanto, contrariamente ao que as hipóteses sustentam – explicações diferentes para cada país –, o modelo mostra que é coerente utilizar as mesmas variáveis predictoras. Assim sendo, as hipóteses principal e secundária de letra a são estatisticamente corroboradas, não obstante a interpretação dos valores aponte a necessidade de novas investigações.

CONCLUSÕES

A partir da análise estatística, a hipótese principal e a hipótese secundária para o caso alemão foram corroboradas. Isto é, o modelo permite afirmar que a confiança nas Forças Armadas pode ser explicada pela confiança institucional no geral e, em particular, pela confiança na polícia. A hipótese secundária para o caso brasileiro ainda demanda refinamento da pesquisa, uma vez que os resultados não foram conclusivos. No entanto, é importante salientar que tanto as correlações quanto os efeitos causais foram fracos, de modo que o modelo é útil, mas não satisfatório para produzir generalizações sobre o tema. Posto isso, a contribuição da pesquisa é motivar a busca por outros fatores explicativos, que possam ser estudados a partir de novas hipóteses, novas metodologias, novos dados e marcos teóricos.

Primeiro, não descartamos que possíveis problemas na base de dados influenciaram os resultados. As escalas de um a quatro não são favoráveis para aplicação de testes estatísticos, como outros trabalhos já demonstraram. Embora o reescalonamento não produza resultados tão melhores, escalas de zero a dez tornam as variáveis mais sensíveis a testes estatísticos, restando uma sugestão para revisão das escalas aplicadas nos questionários do WVS (ZMERLI;

NEWTON; MONTERO, 2007, p. 46-50). Porém, um novo escalonamento não necessariamente facilitaria a interpretação dos resultados, visto que, do ponto de vista da informação, uma escala maior levaria a outras dificuldades quanto à aplicação prática das pesquisas de opinião pública.

Segundo, há questões de natureza teórica envolvendo a análise dos dados, demandando a complementação da pesquisa a partir de métodos qualitativos. Dentre as questões teóricas, ressalta-se as concepções sobre o papel das Forças Armadas em cada sociedade e o entendimento de brasileiros e alemães sobre o que é “democracia”. Quanto à primeira, interpretações sobre a confiança nas Forças Armadas teriam maior poder explicativo se embasadas em estudos sobre o que os cidadãos compreendem como sendo o papel institucional dos militares. Em outras palavras, como as pessoas compreendem o gerenciamento da força e o gerenciamento de instituições civis na organização de uma sociedade? Trata-se de uma problematização normativa, ou seja, está relacionada a como os indivíduos pensam que o poder deveria ser exercido, cabendo diferenciar se as Forças Armadas devem ter um papel político na sociedade.

Isso nos leva à segunda questão, o que as pessoas entendem por democracia? A variável *percepção sobre golpes militares em contextos democráticos* solicita, explicitamente, que o entrevistado relacione democracia e poder militar. Na resposta, é possível responder que a tomada de *poder militar é essencial à democracia*. Como vimos, essa foi a percepção de muitos brasileiros, mas de poucos alemães. Nesse caso, não estaríamos lidando com diferentes concepções de democracia? Possivelmente, os valores ligados à democracia são diferentes nos dois países e não podem ser mensurados, diretamente, pelos níveis de confiança institucional. Outras variáveis da base de dados do WVS poderiam ser melhor exploradas. Tomemos como exemplos as perguntas sobre lideranças fortes acima do Parlamento e das eleições, sobre tecnocratas em vez de políticos, sobre valores de ordem e participação política, preferência por governo eficaz ou representativo, importância de direitos e liberdades civis.

Finalmente, o estudo indica que são necessárias novas investigações em outros países com vistas a verificar a consistência do achado. Por um lado, pesquisas com *n* pequeno se justificariam na medida em que permitem maior sensibilidade ao contexto e controle das generalizações, o que era de interesse deste trabalho. Por outro lado, esses resultados ainda podem ganhar maior validade se comparados a outros casos, o que encorajamos fortemente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INGLEHART, R. et al. (Eds.). **World Values Survey: Round Five - Country-Pooled Datafile Version**. Madrid: JD Systems Institute, 2014a. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV5.jsp>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

INGLEHART, R. et al. (Eds.). **World Values Survey: Round Six - Country-Pooled Datafile Version**. Madrid: JD Systems Institute, 2014b. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

MINITAB (Ed.). **Como interpretar os resultados da Análise de regressão: valores-p e coeficientes**. Blog da Minitab, online, 27 mar. 2019. Disponível em: <<https://blog.minitab.com/pt/como-interpretar-os-resultados-da-analise-de-regressao-valores-p-e-coeficientes>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

NORRIS, Pippa. **Critical Citizens: Global support for democratic government**. Nova York: Oxford University Press, 1999.

SKOCPOL, Theda. **Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China**. Lisboa: Presença, 1985.

ZMERLI, Sonja; NEWTON, Kenneth; MONTERO, José Ramón. Trust in people, confidence in political institutions, and satisfaction with democracy. In: VAN DETH, Jan W.; MONTERO, José Ramón; WESTHOLM, Anders (Eds.). **Citizenship and Involvement in European Democracies: A comparative analysis**. Oxon: Routledge, 2007.

GT II – Gênero e Participação Política

Coordenação

Prof^a.Dr^a. Rosângela Schulz

Mariana Schardosim

Proposta do Grupo de Trabalho

A desigualdade de gênero, bem como os fenômenos que dela decorrem, vem assumindo o protagonismo tanto nas análises acadêmicas de diferentes áreas quanto na luta travada pelos diferentes movimentos e atores sociais. Nesse sentido, a teoria feminista é, ao mesmo tempo, teoria que almeja repensar as bases conceituais da própria teoria política, na medida em que propõe uma nova epistemologia, bem como um movimento prático-político de luta pela ampliação dos direitos das mulheres. Diante do exposto, este grupo de trabalho visa a abarcar análises no campo da teoria feminista, em especial no tocante à evolução e diversificação deste pensamento nos últimos tempos.

GÊNERO E REPRESENTATIVIDADE: UMA ANÁLISE DAS PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Karina Gularte Peres¹
Valmor Scott Jr.²

Resumo

O presente estudo se debruça sobre as proposições legislativas de autoria de deputadas federais no ano de 2018, a fim de identificar que temas predominam em tais propostas, atentando-se a eventual relação entre o assunto tratado e a condição de mulher. O trabalho consiste, portanto, em pesquisa documental quali-quantitativa, cujo método aplicado para o exame das proposições selecionadas é a análise de conteúdo. Identificou-se que a matéria que mais aparece nas proposições das parlamentares é *Saúde*, e que as demandas diretamente relacionadas a mulheres, embora sejam recorrentes, não predominam. Associou-se tal resultado ao fato de que as mulheres não constituem um grupo unido em função de uma ideologia, então sua presença no espaço político ocorre de maneira transversal. Esse aspecto foi considerado positivo, no sentido de demonstrar que a atuação de parlamentares não está restrita a assuntos relativos ao grupo que representam. Por fim, avalia-se que a baixa representatividade política possa ser revertida se for possível ressignificar o papel da mulher, sugerindo que seja um objetivo a ser alcançado por meio da educação, dada sua importância na constituição do indivíduo. Depreende-se que os efeitos seriam positivos para todos, pois a proporcionalidade entre a população representada e o poder decisório é salutar – senão inerente – a democracias representativas.

Palavras-chaves: Mulher; Representatividade Política; Processo legislativo.

INTRODUÇÃO

A democracia se configura pela participação do povo nas decisões de caráter público de certo Estado. Povo, por sua vez, é um dos elementos materiais do Estado. É conceituado como o conjunto de pessoas, conectadas entre si por vínculos diversos, que exercem e a quem se destina o poder político vigente em tal Estado (CARVALHO, 2008, p. 101). Na grande parte dos Estados contemporâneos, esse poder político é exercido por pessoas eleitas pelo povo para representá-lo nas decisões de caráter público.

¹ Mestranda em Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas; e-mail: endereco.karina@gmail.com.

² Professor adjunto de Direito e coordenador adjunto do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas; e-mail: valmorscottjr@gmail.com.

É possível aplicar as definições acima aos atuais Estados ditos democráticos. Hoje em dia, mesmo que geralmente nem todos que se sujeitam ao poder político possam participar de seu exercício, pois não atenderão simultaneamente os critérios para a cidadania, esses critérios demonstram que tanto a cidadania ativa quanto a cidadania passiva são potencialmente disponíveis a qualquer pessoa. Adotando como exemplo o Brasil, percebe-se no capítulo IV da Constituição Federal de 1988 que as restrições à cidadania ativa não são absolutas, podendo ser eventualmente alcançadas, portanto.

Entretanto, levou algum tempo para que fosse assim. Um dos grupos normalmente excluídos da participação na coisa pública era o das mulheres. Atualmente, o exercício da cidadania política – tanto ativa quanto passiva – independem do sexo do eleitor ou eleitora, já que os critérios para obrigatoriedade não consideram esse aspecto. No entanto, embora as mulheres elejam tanto quanto os homens, pouco figuram como candidatas e, logo, pouco são eleitas, quando comparadas a eles (LOPES, 2019).

A sub-representatividade das mulheres na política faz com que o poder no país sequer se aproxime de refletir a proporção verificada na população, o que não parece ideal em uma democracia representativa. Um efeito prático dessa configuração pode ser a ausência de voz ou interesse para discutir e atender as demandas pertinentes a esse grupo. Nesse sentido, Dantas (apud LOPES, 2016, p. 107) defende que o representante tende a ser mais sensível à demanda de certo grupo em virtude de compartilhar experiências com o mesmo.

Perante esse quadro, o presente trabalho propõe analisar as proposições legislativas das mulheres atuantes no parlamento brasileiro, precisamente na Câmara dos Deputados. Para tanto, inicia-se com uma breve apresentação das democracias direta, indireta e semidireta. Em seguida, são apresentados alguns dos momentos cruciais para a conquista dos direitos políticos pelas mulheres. Por fim, procede-se a uma pesquisa documental quali-quantitativa, que se utiliza da análise de conteúdo, (BARDIN, 2011) para verificar os temas e abordagens recorrentes nas proposições apresentadas pelas deputadas federais no ano de 2018.

DIFERENTES MODELOS DE DEMOCRACIA

Antes do voto, a imagem tendente a compor a referência de democracia era da assembleia grega, em que todos opinavam diretamente e tomavam por si as decisões, sem intermediários. Talvez seja mesmo a forma aparentemente mais justa de determinar os rumos da coisa pública quando se tem uma população e território diminutos. Porém, deve ser unânime que isso é impraticável em um país de quase 150 milhões de eleitores³, como o Brasil (TSE, 2019).

Esse tipo de intervenção, sem intermediários, é associado à democracia direta. No contexto das assembleias, o debate imediato entre os cidadãos era viável porque ocorria em sociedades pouco populosas e em que apenas alguns tinham direito a voto, sendo que esses se dedicavam quase integralmente à tarefa da cidadania (AZAMBUJA, 1984, p.222-223). Nesse sentido, pode-se dizer que sua democracia nem era tão direta assim.

Opondo-se à democracia direta, encontra-se a democracia indireta, também chamada representativa. Por meio dela, elegem-se representantes para tomar as decisões em nome do povo, que manteria sua soberania devido à prerrogativa de escolher aqueles a quem atribuem o poder decisório. Além de ser possível a nações populosas, também guarda um caráter de agilidade, na medida em que as decisões dependem de menos manifestações de vontade para serem efetivadas.

Democracia indireta ou representativa é aquela em que os cidadãos elegem determinadas pessoas, para os representarem e tomarem decisões em seu nome, por meio do exercício de mandatos eletivos. Tem como vantagem, em tese, propiciar agilidade na tomada de decisões, já que as questões serão submetidas ao debate e ao exame de menor número de pessoas, e, ainda assim assegurar a legitimidade, já que apesar de as decisões não serem diretamente feitas pelo povo, serão por pessoas escolhidas por ele (MACHADO, 2018, p. 14).

Reconhece-se que, ao menos em teoria, no Brasil não se tem uma democracia representativa ou indireta, mas uma democracia mista ou semidireta, por força dos instrumentos de participação popular previstos no art. 14 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Além do voto, que conduz à representação política, as formas diretas pelas quais a população pode exercer a cidadania são o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular⁴.

³ O número exato é 146.022.639 eleitores (TSE, 2019).

⁴ Lenza (2011, p. 1016) aponta ainda outras formas de participação popular que se encontram esparsas pela Constituição Federal.

Por meio do plebiscito, o Poder Legislativo consulta a população acerca de ato legislativo vindouro, o qual só será efetivamente praticado se a resposta ao plebiscito for positiva. O referendo, por sua vez, sujeita ato legislativo já praticado à apreciação do povo, que pode ratificá-lo ou não. Por fim, a iniciativa popular permite que a população se organize e apresente projeto de lei à Câmara dos Deputados (LENZA, 2011, p. 1016).

Além de ter o cidadão como protagonista em seus processos, essas formas têm, em comum, o fato de dependerem, igualmente, de ação do poder legislativo. O art. 49, da Constituição Federal preconiza que convocar plebiscito e autorizar referendo são de competência exclusiva do Congresso Nacional, que o faz por meio de decreto legislativo. Quanto à iniciativa popular, por sua própria natureza de projeto de lei, se submete à apreciação e voto da Câmara dos Deputados (BRASIL, 1988; BRASIL, 1998).

Partindo do fato de que os votos de toda a população têm a mesma validade, é justo supor que exista um equilíbrio, ainda que mínimo, entre as características dessa população eleitora e as características dos políticos que ela elege. Burnheim (2006) entende que corpos decisórios que fossem estatisticamente representativos – ou seja, uma amostra da população a quem suas decisões afetam – seriam capazes de fragmentar as temáticas e pô-las sob o controle dos próprios destinatários da decisão, significa mencionar, aqueles que serão efetivamente acometidos por suas consequências.

Apesar desses argumentos, alguns grupos não se sentem tão bem representados, já que detêm características pouco verificadas entre os políticos em exercício. Esse é o caso das mulheres, que até algum tempo atrás sequer eram autorizadas a votar, sendo risível a hipótese de serem eleitas. Alguns pontos de destaque na trajetória feminina pela aquisição de direitos políticos são apresentados no próximo capítulo.

DIREITOS POLÍTICOS DAS MULHERES: MARCOS E APONTAMENTOS

Todos os eventos em prol da conquista dos direitos políticos das mulheres tiveram indiscutível importância. Alguns acontecimentos, contudo, destacaram-se na trajetória mundial da luta das mulheres por direitos políticos.

Um ponto emblemático da luta pelo direito de votar das mulheres foi a Convenção dos Direitos da Mulher, mais popularmente chamada de convenção de Seneca Falls, ocorrida em 1848 nessa localidade, nos Estados Unidos. Tal convenção debateu as limitações impostas às mulheres e gerou a Declaração de Seneca Falls, também chamada Declaração de Sentimentos, de que consta uma lista de restrições de direitos de que as mulheres – com razão – se queixavam (DUBOIS, 1998, p. 86).

No entanto, as décadas seguintes foram interrompidas pela Guerra de Secessão⁵, que ocorreu entre 1861 e 1865. A guerra destacou a igualdade de direitos como princípio constitucional, o que era promissor para as mulheres, inclusive quanto ao sufrágio (DUBOIS, 1998, p. 89). No entanto, a conquista do voto só ocorreu plenamente no território estadunidense em 1920, embora já fosse permitido às mulheres serem eleitas desde 1788 (IPU, [200-]).

Nesse ínterim, as mulheres neozelandesas quase tiveram garantido seu direito de votar por três vezes, nos anos de 1878, 1879 e 1887, em que por pouco não foram aprovadas leis que permitiam o sufrágio feminino, pelo menos às mulheres que pagassem imposto. Um nome importante dessa luta na Nova Zelândia é o de Kate Sheppard, responsável pelas petições que, mais tarde, levariam o Parlamento do país a conceder o direito de votar a cidadãos de ambos os sexos. Tais petições foram encaminhadas em 1891, 1892 e 1893, com um número cada vez maior de assinaturas, aproximando-se de 9.000, 20.000 e 32.000, respectivamente. A luta pelo sufrágio feminino obteve êxito em 1893, tornando-se a Nova Zelândia o primeiro país a estender às mulheres o direito de votar (ATKINSON; MCINTYRE, 2018).

A oposição à campanha pelo voto feminino na Nova Zelândia tinha a ver com interesses particulares: empresários da indústria de bebidas temiam que as mulheres, por meio de influência ou pressão, prejudicassem seus negócios; e políticos então no poder – mesmo que tivessem uma posição favorável ao sufrágio feminino – se preocupavam com a possibilidade de os votos delas irem para seus oponentes, fragilizando sua atual posição e arriscando a manutenção da mesma (ATKINSON; MCINTYRE, 2018). Talvez tenham sido motivos

⁵ Guerra de Secessão é o nome comumente atribuído ao evento em países de língua portuguesa e outras línguas europeias, embora nos Estados Unidos seja pouco utilizada a expressão *War of Secession*, predominando lá a terminologia *Guerra Civil* (*Civil War*).

similares que postergaram o direito das mulheres serem eleitas no país, o qual só se tornou acessível em 1919 (IPU, [200-])

Antes mesmo de ser conquistado o direito ao voto para as mulheres em Portugal, Carolina Beatriz Ângelo consegue votar para a Assembleia Constituinte, em 1911. Isso acontece porque a lei então definia como eleitor quem fosse maior de 21 anos, alfabetizado e chefe de família. Por ser viúva, Ângelo atendia a todos os requisitos. Dois anos mais tarde, em 1913, o texto da lei é alterado incluindo o sexo masculino como critério para ser eleitor (TARRAFA, 2016, p. 59-61).

Apenas em 1931, as portuguesas passam a ter acesso às urnas, mas apenas as chefes de família: viúvas, divorciadas ou judicialmente separadas, que tivessem bens. Em 1933, foram incluídas nesse grupo as solteiras maiores ou emancipadas que se sustentassem (TARRAFA, 2016, 61-62). A legislação seguiu sofrendo alterações que gradualmente ampliavam o acesso das mulheres às urnas, no entanto, as restrições ao voto feminino apenas são totalmente retiradas em 1974 (FERREIRA, 1998, p. 1).

Percebe-se que permeou o caminho dessas mulheres à sua conquista ao voto, o seu papel na família. “Focando na esfera pública, e particularmente na cidadania, as sufragistas demandavam para as mulheres uma espécie de poder e uma conexão com a ordem social que não se baseasse na família como instituição e na sua subordinação dentro dela” (DUBOIS, 1998, p. 31)⁶.

Antes de Portugal, destacou-se também o Reino Unido na luta das mulheres que buscavam seu direito de votar. O esforço das mulheres nesse país tornou o famoso o termo *suffragettes*, referindo as pessoas que buscavam o direito do voto para elas. Essa palavra, porém, era usada de forma pejorativa, opondo-se a *suffragists*:

Esses dois grupos eram as “suffragists”, que militavam usando métodos pacíficos como o lobby, e as “suffragettes”, que estavam determinadas a alcançar o direito de votar para as mulheres por quaisquer meios. Sua campanha às vezes incluía atos ilegais e violentos, que atraíam muita publicidade (REINO UNIDO, 2014)⁷.

⁶ No original: “By focusing on the public sphere, and particularly on citizenship, suffragists demanded for women a kind of power and a connection with the social order not based on the institution of the family and their subordination within it”.

⁷ No original: “These two groups were the 'suffragists' who campaigned using peaceful methods such as lobbying, and the 'suffragettes' who were determined to win the right to vote for women by any means. Their militant

As *suffragettes* surgem por entender que os meios pacíficos das *suffragists* falharam. A forma de trabalho das *suffragettes* “se torna compreensível quando contraposta a 40 anos aparentemente improdutivos de trabalho das *suffragists* vitorianas” (VAN WINGERDEN, 1999, p. 23)⁸. Nesse sentido, ocorre a morte de Emily Wilding Dawson, que se atirou na frente do cavalo do rei, durante manifestação, em 1913 (REINO UNIDO, 2014).

O direito ao voto das mulheres nas eleições para o parlamento do Reino Unido, bem como à sua candidatura, foi obtido em 1918, logo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Entende-se que a participação das mulheres na guerra foi crucial para que isso ocorresse. Mas nessa data, o direito ao voto era condicional para as mulheres: só era concedido a pessoas com mais de 30 anos, para eleições nacionais, restrição que não se impunha aos homens. Por isso, o movimento só considerou consolidada sua conquista em 1928, quando as mulheres e homens passaram a ter direitos políticos iguais (REINO UNIDO, 2014).

Quanto ao Brasil, é possível incluir o sufrágio feminino como um dos ideais progressistas que surgem no final do século XIX, representados principalmente pela abolição da escravatura e pela proclamação da República, acontecimentos que viriam a ser oficializados em 1888 e 1889, respectivamente. Com efeito, Nazario (1923, p. 35-46) registra que na fase de elaboração da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, o Congresso Nacional Constituinte chegou a discutir a possibilidade de estender o direito ao voto às mulheres. A ideia de atribuir às mulheres também a cidadania passiva, não obstante ter sido mencionada, não foi considerada como uma real possibilidade.

E depois, a conceder-se á mulher o direito de voto, deve-se-lhe tambem dar o direito de elegibilidade. Imagine-se agora o que seria este Congresso, que já por vezes se torna de um tumultuar comparavel ás vagas oceanicas, si aqui entrasse tambem o elemento feminino, e achando-nos nós em proporção igual, imagine-se tambem a physionomia curiosa que apresentaria este Congresso. (Risos. Muito bem! Muito bem!) (NAZARIO, 1923, p. 42).

campaigning sometimes included unlawful and violent acts which attracted much publicity.” Foram mantidos os termos originais na citação traduzida devido a seu papel semântico.

⁸ No original: “The militancy of the suffragettes, for example, becomes understandable when set against the 40 seemingly unproductive years of work by the Victorian suffragists”.

A Constituição de 1891 restou silente quanto à participação política da mulher. Mais tarde, Leolinda de Figueiredo Dalto requereu seu alistamento eleitoral, alegando que a Constituição de 1891 era omissa quanto ao tópico, mas seu pedido é negado. Objetivando reunir e mobilizar as mulheres para a luta pelo sufrágio, ela funda o Partido Republicano Feminino, em 1910 (SCHUMAHER; BRAZIL, 2001, p. 449).

Em 1927, o Estado do Rio Grande do Norte passa a autorizar o alistamento eleitoral de mulheres. Isso não apenas levou massivamente as mulheres a providenciarem seu título de eleitor, mas também culminou na candidatura de Alzira Soriano para prefeita da cidade de Lages. A campanha e a decorrente eleição da candidata demonstraram que a relutância ao sufrágio feminino não tinha fundamento apenas nos argumentos relativos à manutenção da família e à capacidade intelectual da mulher – que já eram inadmissíveis – mas também em uma questão cultural, que definia não apenas o papel social da mulher, mas também do homem.

A campanha transcorreu com conflitos, como se previra. Os adversários não pouparam ofensas pessoais a Alzira. Alguns apregoavam, às claras e sem rodeios, que mulher pública é prostituta; outros procuravam seus familiares para dizer que não ficava bem uma senhora de família entrar para a política. A despeito da oposição cerrada e das ofensas pessoais, a candidatura de Alzira foi um enorme sucesso: obteve 60% dos votos válidos do município. **O adversário, sentindo-se humilhado por perder para uma mulher, deixou a cidade e até o estado** (SCHUMAHER; BRAZIL, 2001, p. 49, grifo nosso).

A reforma eleitoral que culminou no Código Eleitoral de 1932, além de estabelecer o voto proporcional e o voto secreto, finalmente autorizou as mulheres a votarem e a serem eleitas (NICOLAU, 2012, p. 53). A partir desse momento, seus direitos políticos passam a se sujeitar às mesmas condições aplicáveis aos homens.

O exercício dos direitos políticos, apesar ter passado a ser igualmente garantido a homens e mulheres, não se revela igualitário na prática, precisamente quanto à ocupação dos cargos eletivos. Buscando equilibrar esse quadro, o art. 10, § 3º da Lei 9.504/1997 – a Lei das Eleições – estabelece que cada sexo deve corresponder a no mínimo 30% e no máximo 70% das candidaturas de cada partido. Cinco eleições já se passaram desde que se passou a fazer tal exigência⁹, mas apenas em 2018 tal percentual foi satisfeito (SENADO FEDERAL, 2019).

⁹ A alteração de redação que passa a exigir o preenchimento das vagas para candidaturas – e não apenas sua reserva, como o texto dispunha anteriormente – ocorreu em 2009, por força da Lei 12.034/2009.

Apesar disso, em 2019 foi apresentado o Projeto de Lei do Senado 1.256/2019, que propunha revogar o dispositivo acima referido. A justificativa apresentada pelo Senador Ângelo Coronel traz que a dificuldade em preencher a cota exigida propicia fraudes eleitorais, pois os partidos apresentam candidaturas femininas irreais que acabam por servir para desviar recursos do fundo partidário. A proposição foi classificada como retrocesso e rejeitada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

A baixa participação das mulheres no campo eleitoral decorre de um conjunto complexo de razões. Uma delas é o papel social atribuído à mulher ainda hoje, muito mais associado à família, por exemplo, que a um cargo de poder. Nesse sentido, Santos (apud LOPES, 2016, p. 105) defende que a identificação entre eleitor e representante é muito importante para as mulheres, pois interfere na forma como vêm a si mesmas.

Os dados da atual legislatura demonstram que a Câmara dos Deputados conta com 77 mulheres e 436 homens (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [2019b]), o que indica uma ocupação feminina de apenas 15%, embora o índice de mulheres candidatas ao cargo fosse de 32% (LOPES, 2019). No Senado Federal, a situação é praticamente a mesma: 13 mulheres representam 16% do total de senadores (SENADO FEDERAL, [2019]) diferindo no que tange à quantidade de candidatas, que alcançou 17% no pleito mais recente¹⁰ (LOPES, 2019). Vale destacar que, considerada a população que cumpre o requisito de elegibilidade relativo à idade¹¹, a proporção de mulheres alcança 52% (IBGE, 2018).

Por duas vezes, apresentou-se Proposta de Emenda à Constituição (PEC) objetivando estabelecer um mínimo de cadeiras a serem ocupadas por mulheres. A PEC 23/2015, que já foi arquivada, sugeria a paridade de gêneros na Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais, estabelecendo a distribuição igualitária das vagas. Já a PEC 134/2015 propõe percentuais mínimos menores e progressivos para cada gênero e se aplica às mesmas casas legislativas, mas não registra novas ações

¹⁰ Vale esclarecer que a proximidade entre a taxa de ocupação atual e a taxa de candidaturas em 2018 não significa que a quase totalidade das candidatas tiveram êxito, já que o Senado Federal elege alternadamente um e dois senadores.

¹¹ Em função do objeto de pesquisa deste trabalho, foi considerada a idade de 21 anos, mínima exigida para eleição como deputado federal (BRASIL, 1988).

legislativas desde 2017, embora se encontre atualmente sob a situação *pronta para pauta em plenário* (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

A ideia das propostas, sobretudo da primeira, vai ao encontro do que defende Burnheim (2006), pois garantiria representatividade equivalente à proporção identificada na população total. Por outro lado, Lopes (2016) entende que a finalidade das ações afirmativas nesse sentido deve ser propiciar o acesso igualitário à atividade política, sendo suficientes, portanto, as medidas relativas ao percentual mínimo de candidaturas e à distribuição de recursos do fundo partidário.

METODOLOGIA, RESULTADOS E ANÁLISE

Em fase de leitura flutuante, quer dizer, no primeiro contato com o sistema de busca do site da Câmara dos Deputados e em uma observação preliminar das proposições (BARDIN, 2011, p. 126), foram pesquisados os termos *mulher, gênero e cidadania*. Utilizou-se a pesquisa avançada disponível na seção *Atividade legislativa*, em que foram selecionados os tipos de proposições mais propensas a resultarem em disposições com força normativa geral¹², quais sejam Projeto de Lei (PL), Projeto de Lei Complementar (PLP) e Proposta de Emenda à Constituição (PEC), e após, analisadas apenas as de autoria de deputadas.

Os termos ora buscados foram definidos com base na hipótese, segundo a qual predominariam temas relacionados a demandas ligadas à condição de mulher. Efetivamente, sob essa metodologia, surgiram vários resultados relacionados a discriminação de gênero e combate à violência contra a mulher, o que permitiu julgar que, conforme observação preliminar, tais assuntos prevaleciam.

Posteriormente, já com mais afinidade com o sistema de busca, julgou-se preferencial realizar a pesquisa adotando os seguintes passos: na seção *Deputados/Quem são*, selecionar *sexo feminino* e *55ª legislatura (2015-2019)*; na página de cada deputada, selecionar

¹² Por *força normativa geral*, busca-se transmitir a ideia de norma que a que todos se submetem. Isso porque muitos tipos de proposta utilizados pela Câmara dos Deputados têm fins distintos desse, como é o caso de impulsionar processo já em andamento (*Emendas, Substitutivo*) ou de realizar atos internos (*Mensagem, Requerimento*), por exemplo (LIMA, 2018).

*Proposições de autoria do deputado*¹³ e o ano 2018; entre os resultados, selecionar os tipos de proposta PL, PLP e PEC, além de Indicação (INC) e Anteprojeto (APJ); por fim, classificar as propostas obtidas por categorias e identificar quais delas efetivamente atendem à hipótese inicialmente formulada.

A inclusão de outros tipos de proposição, neste momento, se deu porque a INC e o APJ, embora o façam indiretamente, podem vir a gerar as mesmas normas objetivadas pelo PL, PLP e PEC. A definição dos tipos de proposta demonstra isso:

Anteprojeto

Esboço, proposta ou versão preliminar de um texto ainda não apresentado formalmente como proposição à Casa Legislativa.

[...]

Indicação [CD]

Espécie de proposição pela qual o parlamentar sugere a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre matéria de sua iniciativa exclusiva. Pode ser utilizada ainda para sugerir a manifestação de uma ou mais comissões, visando à elaboração de projeto sobre matéria de iniciativa da Câmara.

[...]

Projeto de Lei (PL)

Proposição destinada a dispor sobre matéria de competência normativa da União e pertinente às atribuições do Congresso Nacional, sujeitando-se, após aprovada, à sanção ou ao veto presidencial.

[...]

Projeto de Lei Complementar (PLP)

Proposição destinada à elaboração de Lei Complementar.

[...]

Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

Proposição legislativa destinada a alterar a Constituição Federal. (LIMA, 2018, p. 53).

A Câmara dos Deputados oferece uma lista de temas pré-determinados, segundo os quais classifica as propostas legislativas. Embora se tenha utilizado tais temas como categorias, verificou-se que nem todas as propostas estão vinculadas a algum dos temas, por motivo desconhecido. Perante tal situação, foi realizada a atribuição de tema a essas propostas “órfãs” no decorrer da pesquisa, utilizando-se como base a lista previamente estabelecida pela Câmara dos Deputados. Em outro sentido, eventualmente foi encontrado mais de um tema é associado

¹³ A expressão *Proposições de autoria do deputado* aparece na página de deputadas federais cujo mandato já acabou; na página das deputadas federais em exercício, a expressão utilizada é *Propostas legislativas de sua autoria*.

à mesma proposta. Nesses casos, para fins de tabulação, manteve-se apenas um dos temas indicados, eleito de acordo com o texto ementado.

Dito isso, passa-se então à apresentação dos dados obtidos. Na primeira etapa da busca, em que foram selecionadas as deputadas que estiveram em exercício na 55ª legislatura, foram encontrados 65 nomes, de um total de 623 parlamentares. Ressalta-se que o número ultrapassa os 513 deputados federais em função das suplências, das alternâncias no cargo. Essa quantidade de deputadas federais representa 10% do total de políticos que estiveram em exercício na 55ª legislatura.

Dessas 65 mulheres, 44 foram autoras de alguma proposta – dentre os tipos selecionados – apresentada em 2018. O total de propostas apresentadas por elas foi igual a 290, dentre as quais não há nenhum APJ e há 78 INCs, 196 PLs, onze PLPs e cinco PECs.

Algumas matérias se repetiam em diferentes proposições (por exemplo, uma Indicação e um Projeto de Lei propondo a mesma medida). Para fins de análise, manteve-se apenas uma delas. O mesmo foi feito em relação a proposições com autoria conjunta, em que houvesse mais de uma deputada federal. Feitos tais ajustes, restaram 272 proposições a analisar.

Os temas que a Câmara dos Deputados utiliza para classificar as proposições são Agropecuária; Cidades e transportes; Ciência, tecnologia e comunicações; Consumidor; Direitos humanos; Economia; Educação, cultura e esportes; Meio ambiente e energia; Política e administração pública; Relações exteriores; Saúde; Segurança e Trabalho, previdência e assistência. Dos 272 registros, 95 não estavam previamente classificados, de forma que a atribuição do tema foi realizada durante o levantamento.

Saúde foi o tema que mais recorrente, com 50 proposições na área. A seguir, registra-se *Política e administração pública*, com 42 ocorrências. *Direitos humanos* e *Educação, cultura e esportes* classificam 36 propostas, cada um deles; imediatamente seguidos por *Trabalho, previdência e assistência*, com 35 registros. *Segurança, Cidades e transportes* e *Economia* qualificam 24, 18 e 13 propostas, respectivamente. De forma menos expressiva, seguem as categorias *Meio ambiente e energia*, com sete ocorrências; *Ciência, tecnologia e comunicações*, referente a cinco propostas; *Agropecuária*, qualificando três proposições; *Relações Exteriores*, relativo a duas Indicações (INC); e *Consumidor*, com apenas um registro.

Daqueles 272 documentos, identificaram-se quais guardavam relação com a condição de mulher, das suas autoras, chegando-se ao resultado de 36 proposições, excluídas as repetidas, conforme já explicado. Ainda, foi feita uma subclassificação, que verificou 13 propostas diretamente relacionadas à violência contra a mulher, e duas que mencionavam expressamente a relação com igualdade de gênero.

Desconsiderando a subclassificação realizada e partindo do resultado total de 36 proposições, identificou-se que predominam os temas *Saúde e Direitos humanos*, com 13 e 10 ocorrências, respectivamente. Em seguida, aparecem *Educação, cultura e esportes*, em seis propostas; *Trabalho, previdência e assistência*, com quatro ocorrências; *Política e administração pública*, com dois registros; e *Segurança*, classificando apenas uma das propostas. Os demais temas não apareceram neste grupo.

Diversamente do esperado, conforme já foi dito, as propostas correspondentes a demandas femininas não constituíram número muito significativo, dentre todas as encontradas. Em certo sentido, tal resultado é positivo, pois demonstra que a atuação das congressistas não é restrita. Em pesquisa realizada por Feitosa e Miguel (2009, p. 216-217) analisaram o discurso parlamentar de homens e mulheres e concluíram que se reservavam às deputadas as temáticas relacionadas à área social, o que pode corresponder a uma limitação historicamente conferida.

Verificou-se a prioridade dada à *soft politics* em todas as dimensões da ação política feminina analisadas neste artigo e a transição para o debate de *hard politics* à medida que elas ganham visibilidade e prestígio. [...] Ficou patente que a mera presença de mulheres no Parlamento, por mais necessária que seja, não representa capacidade igual de influência na formulação de políticas e na produção das representações do mundo social. A associação entre as mulheres e os temas de menor prestígio no campo político contribui para mantê-las em situação periférica e cobra, daquelas que ainda assim são capazes de ascender, o ônus de romper com as expectativas sobre seu comportamento (FEITOSA; MIGUEL, 2009, p. 216-217).¹⁴

Outro apontamento que vem ao encontro daquele resultado é feito por Miguel (2007, p. 5), que explica que a ocupação das mulheres se dá de maneira transversal, porque, enquanto grupo, as mulheres não constituem uma identidade de caráter ideológico ou religioso, por exemplo. Isso significa que suas forças estão dispersas em várias pautas, sob diferentes

¹⁴ Por *hard politics* os autores se referem ao núcleo do processo político, principalmente ao exercício do poder de Estado e à gestão da economia. *Soft politics*, é a expressão utilizada para referir assuntos mais voltados para o social (FEITOSA; MIGUEL, 2009, p. 207).

enfoques, provavelmente correspondentes ao partido que representam. O que as mulheres têm em comum entre si é a histórica discriminação (LOPES, 2016 p. 106), a trajetória de consecutivas derrotas e conquistas até o espaço que ocupam, ainda timidamente, hoje.

Nesse sentido, é válido retomar o pensamento de Santos (apud LOPES, 2016, p. 105), segundo o qual a questão identitária se sobrepõe às políticas públicas que objetivam ampliar a representatividade (obviamente, sem menosprezá-las). O fato de mulheres verem outras mulheres em cargos historicamente ocupados por homens atribui novo sentido, tanto à condição de mulher quanto ao cargo e sua função correlata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que as mulheres precisaram (e precisam) percorrer para atingir sua cidadania – não apenas no sentido político do termo – demonstra que os obstáculos são quase integralmente relacionados a uma imagem atribuída ao sexo feminino. Por muito tempo, essa definição de mulher não admitia questionamentos. Da mesma maneira que se percebe a presença da mulher na política atual, ou seja, transversalmente, a essência do papel atribuído à mulher atingia sua atuação em diversos campos: família, educação, trabalho etc.

Entende-se que a forma de mudar esse cenário é exatamente ressignificar esses papéis. Uma das ferramentas para isso é o fortalecimento da representatividade, que, por sua vez, vai permitir que uma população historicamente marginalizada em relação à coisa pública se identifique com e como agente político.

Também é interessante atentar que, embora seja inevitavelmente associado a um grupo, tal agente tem a prerrogativa de tratar de qualquer matéria de interesse público, não se restringindo às demandas e interesses específicos da coletividade que representa. Isso também se aplica a outros grupos ditos minoritários, embora não necessariamente o sejam, no sentido numérico.

Os motivos que justificaram a exclusão da mulher da esfera pública e decisória, por muito tempo, atualmente têm sido discutidos e desmistificados. No entanto, visto que se lida com certezas subjacentes, reconhece-se que tais debates e novas conclusões nem sempre têm força para se projetar para a sociedade, amplamente considerada. Estrutural é aquilo que

constitui a sociedade, por meio do indivíduo, que assimila e internaliza essas informações como lhes são dadas. É nesse sentido que se defende que essas discussões precisam fazer parte da educação das pessoas, continuamente.

Reconhece-se que a escola vive um momento de apreensão, pois práticas pedagógicas e temas para discussão estão constantemente passíveis de incompreensão e questionamento. Isso evidentemente dificulta o exercício de refletir sobre o dado e eventualmente refutar verdades arraigadas. Contudo, é uma instituição crucial – junto com a família – para o que se discute aqui, por estar presente desde os primeiros momentos em que o educando se reconhece como alguém. Constituir-se como alguém que se sente igualmente capaz de ser, pensar e fazer o que está disponível aos outros é fundamental para ocupar espaços ora negados, até que a hegemonia que neles se verifica não seja mais naturalizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATKINSON, Neill; MCINTYRE, Roberta. Women and the vote. **New Zealand History**. 20 dez. 2018. Disponível em: <http://www.nzhistory.net.nz/politics/womens-suffrage>. Acesso em: 23 jul. 2019.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 23. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1984.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasília: Congresso Nacional, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 19 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº9.709, de 18 de novembro de 1998**. Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. Brasília: Congresso Nacional, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19709.htm. Acesso em: 26 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº12.034, de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Brasília: Congresso Nacional, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3. Acesso em: 19 jul. 2019.

BRAZIL, Érico V.; SCHUMAHER, Schuma (orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Propostas Legislativas**. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Papel e Estrutura da Câmara**. [2019b]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/papel-e-estrutura/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

CARVALHO, Kildare G. **Direito Constitucional**. 14. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

DUBOIS, Ellen Carol. **Woman Suffrage and Women's Rights**. New York: New York University Press, 1998.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 201-221, mar. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03 ago. 2019.

FERREIRA, Virgínia. **As mulheres em Portugal**: situação e paradoxos. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Coimbra, 1998. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/30610>. Acesso em: 24 jul. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções da População**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 23 jul. 2019.

IPU – INTER-PARLIAMENT UNION. **Women's Suffrage**. A World Chronology of the Recognition of Women's Rights to Vote and to Stand for Election. [200-]. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/suffrage.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LIMA, João Alberto de O. **Glossário de termos legislativos**. Brasília: Grupo de Trabalho Permanente de Integração da Câmara dos Deputados com o Senado Federal, Subgrupo Glossário Legislativo, 2018.

LOPES, Elga. Mulheres na política: um panorama a partir dos dados do TSE. In: 1º SIMPÓSIO INTERNACIONAL “A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA CONSTRUÇÃO DE UM PARLAMENTO DEMOCRÁTICO”, 2019, Brasília, **DataSenado**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/ApresentaoMulheresnaPoltica.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

LOPES, Karin Becker. **A igualdade substancial entre os sexos:** estudo sobre a participação das mulheres brasileiras na política. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional). Universidade de Fortaleza, 2016.

MACHADO, Raquel C. R. **Direito eleitoral.** 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

MIGUEL, Alfonso R. En defensa de las cuotas electorales. **Aequalitas**, n. 20, 2007, p. 60-68. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2479856>. Acesso em: 29 jul. 2019.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil:** do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

REINO UNIDO. Parlamento. **Women and the vote.** 2014. Disponível em: <http://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/electionsvoting/womenvote>. Acesso em 22 jul. 2019.

SENADO FEDERAL. Homens chegam a ter até seis vezes mais chances de vitória que mulheres nas eleições. **DataSenado.** Brasília, 27 jun. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=mais-mulheres-na-politica-retrato-da-sub-representacao-feminina-no-poder-1>. Acesso em: 25 jul. 2019.

SENADO FEDERAL. **Senadores em exercício.** [2019]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio/-/e/por-sexo>. Acesso em: 23 jul. 2019.

TARRAFA, Cristiana C. **A mulher, a política e os media.** Dissertação (Mestrado em Estudos Europeus). Universidade de Coimbra, 2015.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas do eleitorado.** [2019]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/eleitorado>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MULHERES NA POLÍTICA: PLURALISMO JURÍDICO E O PONTO DE VISTA FEMINISTA

Camila Aguiar Souto¹
Cassiane de Freitas Paixão²

Resumo

O Presente trabalho tem por objeto o Pluralismo Jurídico, estudado em sua relação com a atuação política das mulheres. A pesquisa foi exploratória, os dados foram coletados através de revisão bibliográfica e documental em livros, artigos científicos, jornais e documentos públicos atinentes ao tema. Inicialmente são conceituados o pluralismo Jurídico, o Pluralismo Jurídico Comunitário de Antônio Carlos Wolkmer e o ponto de vista feminista. Posteriormente, é feita uma análise crítica da atuação política feminina relacionada aos conceitos de Pluralismo de Estado, atinente à atuação em cargos eletivos, e Pluralismo Emancipatório, relativo aos protestos feministas e grupos de apoio entre mulheres, com o objetivo de compreender se a atuação das mulheres dentro do Estado proporciona a mudança social necessária para a emancipação feminina. Conclui-se que a atuação feminina em cargos eletivos, ainda que necessária e estratégica, age nos limites do sistema, o qual reduz a questão estrutural do patriarcado a um problema jurídico, não permitindo a emancipação feminina por ser insuficiente para solucionar satisfatoriamente os conflitos inerentes à realidade social das mulheres. Assim, tem-se no pluralismo jurídico uma possibilidade para suprir as falhas do Estado em seu dever prestacional.

Palavras-chave: Pluralismo Jurídico, Feminismo, Política, Direito.

INTRODUÇÃO

Partimos de uma posição que coloca as mulheres como um grupo que em todas as sociedades - independentemente de diferenças étnicas ou culturais, mas sem prejuízo das opressões interseccionais - foi marginalizado e relegado a uma posição subalterna pelo Estado, que por muito tempo garantia o direito dos homens como grupo privilegiado.

O patriarcado, ao construir um sistema de relações sociais que coloca a mulher no polo dominado, contribui para produzir as mais diferentes formas de preconceito e discriminação a respeito das capacidades e habilidades que a parcela feminina possui para desempenhar diversas

¹ Mestranda em Direito e Justiça Social no Programa de Pós Graduação em Direito na Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

² Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Desenvolve pesquisas sobre a expansão da educação superior no Brasil, questões etnico-raciais no sul do Rio Grande do Sul, ações afirmativas e clubes sociais negros.

funções, dentre elas a política. Assim, a divisão sexual do trabalho ainda é um dos pontos que sustenta a permanência das desigualdades de gênero.

Hoje as mulheres não são exatamente excluídas das relações de trabalho e na esfera pública, porém ainda se encontram em condição de desvantagem. Esta desvantagem qualifica o trabalho de homens e mulheres de forma distinta, pelo que, o campo do direito e da política ainda é um local de atividade primordialmente masculina.

Quando na segunda onda do feminismo Kate Millet trouxe a ideia de que “o pessoal é político”, as esferas do político e do privado passaram a colidir. Os problemas das mulheres passaram a ser vistos como questões atinentes a toda a sociedade, logo, passaram a ser objeto do direito.

Ocorre que, apesar das mais diversas conquistas das mulheres, ainda não alcançamos a plena igualdade, pois na prática a igualdade legal se transforma em desigualdade. Ter direitos, fazer política e fazer as leis eram – e ainda são – atividades masculinas.

Deste fato, sob o ponto de vista feminista, decorre que o modelo clássico – ainda vigente – de legalidade estatal é insuficiente para solucionar satisfatoriamente os conflitos inerentes à realidade social das mulheres. Assim, conforme preconiza o pluralismo jurídico, torna-se necessário que os novos atores sociais implementem instâncias de juridicidade descentralizadas para suprir as falhas do Estado em seu dever prestacional.

No presente trabalho, utilizaremos o conceito de Pluralismo Jurídico de Antônio Carlos Wolkmer para tentar compreender se a atuação das mulheres no estado, tem proporcionado de fato a mudança social necessária para a emancipação feminina.

Para tal, inicialmente serão conceituados o Pluralismo Jurídico, o Pluralismo Jurídico Comunitário de Antonio Carlos Wolkmer e o ponto de vista feminista, ou “*feminist stand point*”.

Posteriormente, tomando o movimento feminista como um grupo de pressão social, serão analisados a atuação feminina e a busca por direitos, dentro do Estado, com base na atuação política, bem como a atuação feminista paraestatal.

As descritas atuações serão então relacionadas com os conceitos de Pluralismo de Estado e Pluralismo Emancipatório de forma crítica, a fim de compreender se o pluralismo possibilita uma participação feminina autêntica e real na construção do direito.

PLURALISMO JURÍDICO

Um primeiro ponto introdutório que se faz necessário é a definição de pluralismo jurídico. Não há em verdade, um conceito definido de pluralismo jurídico, visto ser uma expressão multívoca, sem uma base comum e princípios fundamentais. O conceito pode ser compreendido em linhas gerais a partir das diversas interpretações e pelo núcleo de não admitir o Estado como única fonte do direito, priorizando outras formas de regulamentação.

O pluralismo jurídico surge portanto, como uma das implicações da Teoria Crítica em oposição à corrente monista do direito, que expressa a ideia de que o Estado, e somente ele, é fonte legítima para criação e aplicação do direito, o qual se encontra encerrado nos textos legais.

É uma concepção determinista, formalista, hierárquica e universalista do direito, a qual revelou-se limitada e pouco eficaz para repensar e incorporar novos padrões de referência e legitimação sociais diante dos novos processos de dominação e exclusão produzidos pela globalização, pelo capital financeiro e pelo neoliberalismo, os quais afetam substancialmente as relações sociais (WOLKMER, 2013, p.7).

Neste sentido, o monismo deixa de levar em conta os valores e fatos sociais que perpassam o direito, e não permite referência a quaisquer parâmetros substantivos ou análise valorativa (CARVALHO, 2013, p.14). É esta fragmentação que ocasiona o fracasso do Estado em promover soluções para questões prementes, como a proteção dos recursos naturais, programas sociais e defesa do emprego, o que provoca um sentimento de falta de representação pelo Estado, uma crise de reconhecimento político (ALBERNAZ; AZEVEDO, 2005, p.99), caracterizada

Pela percepção de que apenas uma pequena parcela das inúmeras expectativas sociais que regem a vida nacional, e não necessariamente, as mais importantes delas, ou as mais importantes para todos os grupos sociais, encontram guarida no Direito Positivo Estatal – uma delimitação do direito estatal na qual, em sua experiência concreta, se deparam seus incluídos e seus marginais (ALBERNAZ; AZEVEDO, 2005, p.100).

É justamente neste espaço de falha da normatividade e não representação, que o pluralismo se apresenta como uma juridicidade emancipatória, pautada na capacidade de diferentes organizações sociais e grupos secundários de produzir direito. Elucida uma

pluralidade de fontes, mais abertas, de novas sociabilidades, novos direitos relacionados a diferença e a produção alternativa de jurisdição (WOLKMER, 2013, p.7), desvinculando a legitimidade da legalidade.

Assim, o pluralismo compreende a designação dos novos direitos produzidos pelos grupos excluídos, abarca todas estas novas formas de organização, regulamentação e controle que não provêm do Estado e coexistem num mesmo espaço sócio-político, tendo sua razão de ser nas necessidades existenciais, materiais e culturais (WOLKMER, 2001, p. 219).

O pluralismo, no entanto, não se apresenta sem dificuldades, dentre as quais destacam-se: a definição e os limites do que seria tido como direito, de quais locais ou grupos sociais ele poderia se originar, e como se dariam a convivência, coexistência e as delimitações entre esses múltiplos sistemas de direito quando em conflito (ALBERNAZ; AZEVEDO, 2005, p.101).

É na tentativa de responder a estes questionamentos que diversos autores denominam a existência de diferentes tipos, formas ou vertentes do pluralismo jurídico.

Antonio Carlos Wolkmer, um dos mais importantes teóricos do pluralismo jurídico, faz uma distinção entre um pluralismo emancipatório, e um pluralismo conservador.

O projeto conservador de pluralismo é neoliberal, voltado para a privatização e flexibilização do trabalho, tendo por consequência “a dispersão da identidade e da força política dos grupos e movimentos sociais, o que diminui o poder de organização das massas e acaba por dificultar o exercício de uma participação democrática ampla, autêntica e real” (ALBERNAZ; WOLKMER, 2008, p.68).

Já o projeto emancipatório de pluralismo se dá com base em práticas sociais insurgentes e autônomas, motivadas pela satisfação de necessidades humanas essenciais, de forma a descentralizar o espaço público, ampliando seu cunho democrático (ALBERNAZ; WOLKMER, 2008, p.69).

Outras formas de pluralismo são as definidas por Boaventura de Souza Santos (2001), quais sejam um Pluralismo Jurídico Antropológico, o qual destaca várias unidades sociais geradoras de direito de maneira autônoma ou até mesmo isolada, e um Pluralismo Jurídico Pós-Moderno, que aborda a interlegalidade, ou seja, a multiplicidade e a intersecção de direitos incidindo sobre um mesmo espaço social (ALBERNAZ; WOLKMER, 2008, p.69 *apud* SANTOS, 2001. p. 216).

No primeiro caso, trata-se de seu trabalho acerca do pluralismo com o *Direito de Pasárgada*, que diz respeito ao estudo feito por Santos em uma comunidade no Rio de Janeiro, na qual identificou mecanismos alternativos de organização coletiva e resolução de conflitos, estes elaborados pelos moradores em razão da situação de ilegalidade da comunidade a qual originou, portanto, seu próprio direito não oficial, menos formal e próximo da linguagem comum (CARVALHO, 2013, p.15-16).

O pluralismo jurídico pós-moderno por seu turno, surgiu após as diversas críticas dirigidas ao direito de Pasárgada. Aqui, Boaventura faz uma reflexão mais ampla, denotando a crise da modernidade, que é marcada por processos que silenciam saberes e práticas alternativas, bem como impõe discursos supostos únicos e universais. Esta crise, de acordo com o autor, só pode ser superada a partir da descontinuidade e mudança paradigmática pautada em uma crítica à ciência, ao direito e a política modernos, que permita reconhecer uma pluralidade de ordens jurídicas, o que não implica a perda de centralidade do direito estatal (CARVALHO, 2013, p.21-22).

Há também as concepções de diversos outros autores, como Hoekema (Pluralismo Jurídico Formal Unitário e Pluralismo Jurídico Formal Igualitário)³ e Griffiths (Pluralismo Jurídico Forte e o Fraco)⁴, as quais não exporemos aqui.

O PLURALISMO JURÍDICO COMUNITÁRIO PARTICIPATIVO DE WOLKMER E OS NOVOS GRUPOS DE PRESSÃO SOCIAL

A despeito de todas as formas de pluralismo acima citadas, neste texto utilizaremos como referencial o Pluralismo Jurídico Comunitário - Participativo, de Antonio Carlos Wolkmer.

Como visto anteriormente, Wolkmer distingue um pluralismo conservador e um pluralismo emancipatório. É deste último que advém o pluralismo jurídico comunitário, um novo pluralismo, comprometido com a emancipação social que tem por base principal a

³ As definições de André J. Hoekema podem ser encontradas no texto “Hacia un pluralismo jurídico formal de tipo igualitário” In: *El Otro Derecho*, número 26-27. Abril de 2002. ILSA, Bogotá D.C., Colombia.

⁴ As definições de John Griffiths se encontram no texto “What is Legal Pluralism?” In: *The Journal of Legal Pluralism and Unofficial Law*, V. 18, Issue 24, 1986.

realidade concreta, necessidades materiais, existenciais e culturais de um novo sujeito coletivo, membro de uma sociedade solidária.

Este novo paradigma tem dois fundamentos, quais sejam: a) de efetividade material - caracterizado pela emergência de novos sujeitos coletivos e satisfação das necessidades humanas fundamentais, e b) de efetividade formal – relacionados a reordenação do espaço público, mediante uma política democrático-comunitária descentralizadora e participativa, em direção à uma racionalidade emancipatória (WOLKMER, 2001, p. 231-232).

Os novos sujeitos coletivos surgem como o oposto do sujeito individual e abstrato, são para Wolkmer personificados pelos novos movimentos sociais, que com identidade e autonomia próprios articulam-se para reivindicar novos direitos, impulsionados por suas necessidades e interesses fundamentais (WOLKMER, 2001, p.236, 238).

Estes sujeitos, são os responsáveis pela reordenação política do espaço público, que ocorrerá através da democracia, descentralização e participação. Esta reordenação aponta portanto, para a ampliação da esfera política através da descentralização em espaços públicos alternativos com uma efetiva participação e um efetivo controle do poder por parte da base, dos movimentos e grupos comunitários (WOLKMER, 2001, p. 252).

O pluralismo jurídico comunitário-participativo pode ocorrer na base estatal, através de mecanismos institucionais, como a representação em partidos políticos, sindicatos, iniciativa legislativa popular, plebiscito, (WOLKMER, 2001, p. 254 -255), dentre outras formas de democracia participativa, bem como pode se dar através da prática cotidiana e informal, fora da justiça oficial, levando à formação de novos direitos assentados nas ações dos novos sujeitos coletivos de juridicidade (WOLKMER, 2001, p. 283).

Em resumo, com o pluralismo comunitário participativo, se busca a máxima interação entre a juridicidade do Estado e as práticas sociais - o direito será controlado e tutelado pelos novos polos normativos da vida cotidiana comunitária – transformando-se em um “direito comunitário” que não se subordina à sistematização, aos dogmas e aos procedimentos pré-estabelecidos, mas sim à eficácia social.

O PONTO DE VISTA FEMINISTA

Um segundo tópico introdutório diz respeito ao ponto de vista feminista, ou “*feminist stand point*”.

O ponto de vista feminista, para além de uma perspectiva, indica uma vinculação com a luta política das mulheres. Se propõe assim, a deslegitimar a visão androcêntrica da realidade social, tomando a mulher como “um novo sujeito histórico, que traz consigo a capacidade de agregar novas formas de entender a natureza e a vida social (MENDES, 2012, p. 90, *apud* HARDING, 1996, p. 140).

Entende portanto, que a visão androcêntrica é limitada e parcial, enquanto que o conhecimento proposto pelo movimento feminista, crítico do discurso dominante, apresenta uma visão mais completa, ao apontar, por meio da narrativa das mulheres, acontecimentos até então invisibilizados.

Conforme Bandeira (1997, p.270) a ética feminista não se constitui a partir de um sujeito moral, abstrato e livre, e sim de seres humanos reais em condições de dominação e subordinação. “Essa ética traz o questionamento e uma tomada de consciência em torno da especificidade da mulher, de sua condição de exploração, de discriminação, de alienação, de exclusão etc. Elementos esses que constituem e possibilitam um saber inovador.”

Este ponto de vista faz parte da epistemologia feminista a qual “tornou-se todo um aparato teórico e ético para questionar o mundo e suas representações de gênero; as assimetrias sociais em que mulheres e homens são colocados, bem como as conseqüências que isso gera” (CERVANTES, 2015, p.245).

Infere-se assim que o ponto de vista feminista, permite uma nova visão acerca da sociedade e de seus sistemas, dentre eles o direito, e que esta visão, por afastar-se do paradigma androcêntrico e revelar o sistema patriarcal de dominação/exploração, tem o condão de desencadear transformações socioculturais na realidade vigente, configurando-se um saber revolucionário e emancipatório.

O MOVIMENTO FEMINISTA COMO GRUPO DE PRESSÃO SOCIAL: MULHERES NA POLÍTICA

A primeira fase do movimento feminista no Brasil foi pautada nos direitos civis e políticos. Nossa sufragista mais famosa foi Bertha Lutz, que buscou apoio internacional e

através da Federação Brasileira para o Progresso Feminino militou a favor da igualdade política feminina junto a deputados e senadores (BLAY, 2017, p. 66).

O “sufragismo à brasileira” se deu de forma individual, com cada mulher solicitando seu alistamento eleitoral ou candidatura (PINTO, 2003, p. 15), o que não impediu a união da classe feminina e a consequente conquista do direito ao voto no ano de 1932. Inicialmente, só poderiam votar mulheres casadas (com a permissão do marido), viúvas ou solteiras que tivessem renda própria. Dois anos depois, em 1934 tais restrições foram eliminadas do Código Eleitoral (BRITTO, 2018, p.71).

Finalmente, em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres, garantindo à todos os brasileiros e brasileiras o direito de votar e ser votado (BRITTO, 2018, p.71).

Anos depois, mesmo com a Constituição de 1988, a qual contemplou quase que a totalidade das propostas encaminhadas pelo movimento feminista à constituinte e modificou o status jurídico das mulheres no Brasil, elas continuavam quase que excluídas da participação democrática no que diz respeito ao processo eleitoral.

Como forma de equilibrar a balança, as Leis nº 9.504/1997 e 12.034/2009 determinaram respectivamente o preenchimento do patamar mínimo de 30% para candidatas mulheres, (Art. 10 § 3º) e a criação, manutenção e difusão de programas para a participação política feminina (Art. 44, inciso V; Art. 45, inciso IV), as chamadas cotas de gênero nos partidos políticos.

A aplicação destas leis, efetivamente garantiu um aumento numérico da candidatura de mulheres, mas ainda assim, a inclusão política feminina não se fez plenamente cumprida. A atuação e participação política das mulheres continua sendo absolutamente desproporcional a sua presença numérica na sociedade e a sua participação nos demais setores da vida pública.

Tal se dá, pois “as formas jurídicas estão em profunda vinculação com as formas societárias das quais fazem parte” (IASI, 2005, p.170). Do ponto de vista sociológico, o fenômeno jurídico se constitui e se constrói a partir das relações sociais historicamente determinadas. Vivemos em uma sociedade patriarcal, logo, por este contexto, o direito, e consequentemente a política, denotam-se aparatos feitos por homens, e para homens, ainda que pretensamente neutros e garantidores de direitos para todos.

A política se situa historicamente como uma atividade de fora do campo de atuação das mulheres, entendidas como possuindo habilidades e capacidades inferiores para o mundo

político, razão pela qual sofrem diversos preconceitos que “se constituem em diversas barreiras que as parlamentares devem ultrapassar em seu cotidiano” (PINHEIRO, 2007, p.178).

As dificuldades se iniciam desde logo, nos processos de candidatura e campanha no que tange a falta de estrutura e apoio partidário (PINHEIRO, 2007p.179), visto que as candidaturas femininas são entendidas como fracas e de pouco retorno. Após a entrada da candidata eleita, a dominação masculina encontra outras formas de manifestação, sendo mais comum a prática de atitudes sexistas, estereotipadas e que desqualificam a presença da mulher na esfera política, seja por conta de seus atributos femininos, entendidos como negativos, seja pela falta deles, quando se tem a adoção de posturas masculinizadas e agressivas, na tentativa de melhor adequação, pois é o modelo masculino de fazer política que é valorizado (PINHEIRO, 2007, p. 181, 184).

Nosso sistema político atual além de desigual, é formado por indivíduos privilegiados que muito pouco têm em comum com a maior parte da população, motivo pelo qual acabam por influenciar a sociedade a partir de um ponto de vista e de necessidades muito distantes daqueles e daquelas cujas vidas suas decisões irão alterar.

Por conta deste cenário, as mulheres são “sistematicamente submetidas a leis que vão contra seus direitos e reivindicações, pois são excluídas do poder de decidir sobre assuntos que as afetam diretamente” (ARANTES, LEMOS, 2018, p. 87).

Ademais, a presença de mulheres em espaços públicos de representação não significa necessariamente um contexto igualitário. De nada adianta existirem mulheres em cargos decisórios, se estas não se guiarem pelo ponto de vista feminista. O que importa é compreender a estrutura do Direito enquanto forma opressora, e alterá-la a partir das necessidades das mulheres como sujeitos específicos, em direção a realização de uma democracia plena e feminista.

MULHERES NA ATUAÇÃO PARAESTATAL

O direito ainda se apresenta como a principal forma de reivindicação para a implementação das expectativas sociais, seja por meio do legislativo, seja por meio do

judiciário. No mesmo sentido do que já foi exposto acima, Gláucia Foley (2018, p.164) aponta que:

Da mesma forma que a democracia representativa é claramente insuficiente para a promoção de uma sociedade ética e materialmente democrática, a justiça gerenciada pelo Poder Judiciário ostenta limitações para lidar com uma realidade contemporânea, complexa e multifacetada.

As leis e o poder judiciário, por mais protetivos que se pretendam, “permanecem sendo, nessa sociedade desigual, mecanismos que fazem parte da reprodução do status quo e, ao apresentarem “salvíficas” soluções, - seja na forma de leis, seja na forma de políticas públicas - não questionam os fundamentos dessa desigualdade” (TENÓRIO, 2018, p.127), e portanto não modificam (ao menos não por si só) as relações estruturais de opressão em nossa sociedade.

O direito se apresenta como forma de proteção através da judicialização dos conflitos sociais – notadamente os relativos à violência contra a mulher - mas paradoxalmente, e por ser um instrumento de controle social, é também um poder que violenta mulheres de forma institucional ao refletir as desigualdades de sexo, classe e raça, ao manter controle do corpo feminino através da violência obstétrica, criminalização do aborto, quando pratica omissão ou quando age com desconfiança perante vítimas que tem dificuldade em provar a violência sofrida.

Aqui se revela a natureza contraditória entre o Estado e o movimento feminista, pois embora as mulheres tenham conseguido conquistas via políticas públicas e direitos sociais, estas são limitadas e provisórias no processo de autoemancipação das mulheres (TENÓRIO, 2018, p.125, Apud Gurgel, 2015).

Esta falha quanto a modificação estrutural das opressões sofridas pelas mulheres, o elevado número de casos de violência contra a mulher que tem se apresentado atualmente, juntamente com a falta de representação política feminina, no que diz respeito não somente ao número de parlamentares mulheres, mas ao conteúdo das leis, que como visto, quando não são prejudiciais às mulheres, acabam por não levar em conta a perspectiva de gênero, (bem como as questões de raça e classe) incitam a necessidade de atuação social para além do Estado.

A internet potencializou a difusão do feminismo ampliando sobremaneira a força e amplitude do movimento como grupo de pressão social. O retorno do movimento e do ativismo

de mulheres que vem ocorrendo, lembra a segunda onda do feminismo, onde as mulheres se reuniam nos chamados grupos de reflexão e ação feministas.

No que se convencionou a chamar de uma quarta onda, através do uso das plataformas sociais como Youtube, Facebook, Instagram e Twitter, foi possível dar voz a mulheres de regiões periféricas, antes muito pouco ouvidas, as quais passaram a militar on-line por seus direitos, propagando a ideia de que mesmo diante de tantos avanços, a igualdade entre os sexos em verdade ainda não foi conquistada (Silva, 2019, p.26).

Esta união através das redes criou espaços de conscientização que partem desde a base, articulados por mulheres fora do estado e fora de posições de poder, o que desencadeou diversas iniciativas virtuais e protestos.

A Marcha das Vadias (SlutWalk), que surgiu no Canadá após a declaração de um policial de que as mulheres deveriam parar de se vestir como vadias para não serem vítimas de ataques (SILVA, 2019, p.26), se internacionalizou e hoje acontece por todo o mundo. Também quando na Argentina duas jovens foram brutalmente assassinadas, uma delas pelo namorado por estar grávida, e outra após ser brutalmente violentada, a campanha #NiUnaMenos (nenhuma a menos) tomou as redes sociais e as ruas em protesto contra o crime de feminicídio e a violência contra a mulher (CUÉ *et al*, 2016).

No Brasil em 2018, a candidatura para a presidência de Jair Messias Bolsonaro, conhecido por suas diversas declarações machistas, racistas e homofóbicas, ocasionou a maior manifestação de mulheres na história do Brasil. O movimento se iniciou no Facebook, com o marcador #elenão e tomou as ruas de 114 cidades, em defesa da democracia, abarcando não apenas pautas feministas, mas também direitos dos negros e da comunidade LGBT (ROSSI, DIAS, GRAGNANI, 2018).

Para além das páginas e blogs feministas, a união feminina on-line também acontece em grupos no Facebook que se tornam verdadeiras redes de apoio entre mulheres. Existem grupos que acolhem vítimas e discutem sobre violência doméstica, como o “*Lei Maria da Penha nº 11.340, contra a violência à mulher*” que conta com quase 19 mil membros, e o “*Grupo De Apoio Ao Combate À Violência Contra Mulher*”⁵. Existem grupos para mulheres que procuram

⁵ Disponível em: https://www.facebook.com/groups/574514912716720/?ref=br_rs. Acesso em: 27/06/2019.

aprender sobre direitos sexuais e reprodutivos como o “*DIU de Cobre – O grupo*”⁶, e também os grupos “*Economia das Minas*”⁷ e “*Mulheres Empreendedoras Brasil*”⁸ que falam sobre economia, investimentos e educação financeira.

Todos estes grupos denotam uma forma de manifestação e união popular que contribui para a emancipação feminina no dia a dia, criando suas próprias redes de apoio jurídicas e materiais.

Outra forma de atuação paraestatal do movimento que pode ser destacada é feita por ONGS – Organizações Não Governamentais de cunho feminista, que na época da transição democrática realizaram importantes articulações políticas que possibilitaram a aprovação de políticas públicas que favorecessem as mulheres.

Atualmente as ONGS desenvolvem um trabalho autônomo de apoio à mulheres em situação de violência. Destacam-se o “Mapa do Acolhimento”⁹ que através de um cadastro on line conecta mulheres com necessidade de ajuda física, jurídica ou psicológica, com mulheres que se voluntariam para prestar os referidos serviços, bem como o grupo “Tamo Juntas”¹⁰ que atende mulheres vítimas de violência de forma gratuita, a partir da advocacia pro bono.

Em ambos os casos, se nota como o feminismo vai além e se transforma em prática política no cotidiano de uma infinidade de mulheres que se articulam fora do aparato estatal com o objetivo de crescimento e emancipação pessoal e conjunta suprindo por vezes a carência dos serviços e políticas públicas estatais na realidade concreta das mulheres.

O PONTO DE VISTA FEMINISTA E O PLURALISMO JURÍDICO

Tomando por base o pluralismo jurídico conforme definido por Wolkmer, tem-se que ele se separa em duas vertentes: o “pluralismo jurídico conservador” e o “pluralismo Jurídico emancipatório”. O primeiro é controlado pelo Estado, que admite a presença de campos sociais semi-autônomos em relação ao poder centralizador, hierarquicamente superior. O segundo é

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/grupodiudecobre/>. Acesso em: 27/06/2019.

⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/groups/1004305129607627/?ref=br_rs. Acesso em: 27/06/2019.

⁸ Disponível em: https://www.facebook.com/groups/mulheresempreendedorasbrasil/?ref=br_rs. Acesso em: 27/06/2019.

⁹ Mapa do Acolhimento. Disponível em: <https://www.mapadoacolhimento.org/>. Acesso em: 28/06/2019.

¹⁰ Tamo Juntas. Disponível em: <https://tamojuntas.org.br/>. Acesso em: 28/06/2019.

onde atuam forças sociais e sujeitos coletivos com autonomias próprias e independentes do Estado, sendo este, de acordo com Wolkmer, a forma de pluralismo capaz de transformar o direito, visto que:

Evidencia-se um pluralismo jurídico de base comunitária, não se confundindo com o reconhecimento e impulso dado pelo pluralismo de Estado, aquele conformado em políticas públicas advindas da constatação de insuficiência de resposta por parte do Direito tradicional às complexidades sociais, na reformulação dos conceitos dentro da ótica liberal/individualista de matriz filosófica iluminista e burguesa que procura se adequar à nova realidade para seguir hegemônica. (Leal e Fagundes, 2011, p.129).

Pode-se dizer que a participação das mulheres na política, da forma como foi retratada exemplifica o Pluralismo de Estado, pois ainda que permita a entrada no sistema de grupos excluídos e suas reivindicações, em verdade oferece uma emancipação “meramente política, na qual o direito ocupa papel central, pois se trata de uma liberdade e de uma igualdade fundamentalmente jurídica” (IASI, 2005, p.172) e não material.

Dentro desta estrutura estatal portanto, tem-se que é possível modificar algumas situações e galgar alguns direitos, como as conquistas feministas já nos mostraram, no entanto, ainda reina o legalismo, o qual “aparece não como uma real garantia do cidadão, mas como uma indicação da preservação do sistema, mantendo-o como expressão da vontade do soberano e veículo para a perpetuação dos interesses da classe politicamente dominante” (CATUSSO, 2007, p.124), de modo que, o que se torna igualdade perante a lei, ainda se produz e se reproduz como desigualdade de fato (IASI, 2005, p.172).

Assim, as mulheres, quando entram na política, encontram-se num sistema vertical, no qual a classe dominante é a masculina, onde “historicamente os homens estiveram localizados nas posições de maior valor simbólico e prestígio no espaço político e, como tais, desejam manter essa mesma estrutura de forças” (PINHEIRO, 2007, p.181), pelo que, reproduzem opressões sociais que reprimem as mulheres como pessoas, e reprimem suas reivindicações como parlamentares, impedindo seu avanço ou permitindo que avancem na conquista de direitos femininos somente até um patamar determinado.

Do mesmo modo, as leis e o sistema judiciário apresentam diversas limitações quanto à garantias e proteção dos direitos das mulheres, além de reproduzirem as desigualdades de sexo, raça e classe, que ajudam a perpetuar as relações estruturais de opressão em nossa sociedade.

Tais limitações advindas do pluralismo de Estado, evidenciam que a estrutura estatal tem seu fundamento não na construção de igualdade, mas na manutenção das relações sociais estabelecidas e na contenção dos conflitos gerados por um tecido social discriminatório (GODINHO, 2004, p.56). Em consequência, o direito é um instrumento de controle social, caracterizado pela seletividade, repressividade e estigmatização, sendo que as mulheres, como grupo social foram historicamente relegadas a uma posição de subalternidade.

Assim, se buscamos alguma mudança frente aos direitos e cidadania das mulheres, a primeira coisa a fazer é interferir na pretensa “neutralidade” deste (o Estado) como propositor e articulador de uma ação política. E aqui estamos nos referindo a esta suposta “neutralidade” sob uma perspectiva de gênero (GODINHO, 2004, p.55).

Aqui reside a importância do ponto de vista feminista. É preciso fazer o direito, as leis e a atuação estatal a partir de um novo sujeito histórico – o feminino. Toda e qualquer crítica ao direito que se pretenda emancipatória deve ser realizada a partir do ponto de vista feminista, pois ele é o único que permite revelar a estrutura patriarcal de dominação/exploração e portanto desencadear transformações socioculturais na realidade vigente.

Neste cenário, com a emergência da quarta onda do feminismo, a atuação de mulheres desde a base social, em manifestações, grupos de apoio em redes sociais e atividades de Organizações Não Governamentais, pode ser entendida como o início do processo em direção a um pluralismo emancipatório sob o ponto de vista feminista, pois a atuação destes grupos, além de suprir as faltas prestacionais por parte do Estado, configuram uma rede de apoio horizontal entre mulheres que, com identidade e autonomia próprios, articulam-se de forma comunitária e participativa para reivindicar novos direitos, impulsionados por suas necessidades e interesses fundamentais, historicamente marginalizados pelo direito.

CONCLUSÃO

Pode-se dizer que feminismo, democracia e pluralismo, são conceitos indissociáveis, pois historicamente o movimento feminista, alinhado à perspectiva de direitos humanos, está em constante busca por direitos civis, políticos e sociais, aliados ao fim do patriarcado e da violência contra a mulher, em direção à igualdade entre homens e mulheres.

Essa busca, no entanto, tem sido feita quase que exclusivamente a partir do aparato estatal, seja com a entrada das mulheres na política ou a partir da reivindicação por políticas públicas, ações necessárias, mas que tem efetividade limitada.

As políticas públicas infelizmente se encontram ainda longe de sua aplicação e eficiência plenas. Enfrentam questões de ordem estrutural referentes à quantidade de serviços especializados, tamanho e composição das equipes profissionais, bem como na questão da gestão e elaboração destas políticas, que exige articulação e implementação conjunta de projetos e programas, além da corresponsabilização entre diferentes setores, que ainda é incipiente.

As leis presentes em nossa sociedade, embora reconheçam as diversas desigualdades - de raça, classe e sexo, - são uma utilização estrita do direito e da máquina estatal, após já perpetrada a violência. Ainda, a criminalização traz o risco de tornar inativas as reivindicações feministas se entendida como a própria resolução da opressão, além de individualizar as saídas da violência por meio da punição, sem de fato abalar ou modificar o sistema patriarcal que promove violências cotidianamente, as quais podem não se enquadrar em um tipo penal.

Neste sentido, a crítica que se faz ao pluralismo Estatal se dá pelo fato de que a recepção das expectativas e valores dos grupos marginalizados pelo Estado é feita de forma controlada, de modo a garantir direitos, mas ainda assim manter as relações desiguais entre homens e mulheres. Como consequência, a luta feminista através da atuação política das mulheres, ainda que necessária e estratégica, age nos limites do sistema, o qual reduz a questão estrutural do patriarcado – que é um sistema de dominação/exploração – a um problema jurídico, e não possibilita a emancipação feminina. Não se trata de negar o direito ou a atuação das mulheres na política, mas de compreender que esta deve ser feita sob o ponto de vista feminista, o único que revela o direito como mecanismo opressor e reproduzidor da condição de inferioridade feminina.

Ademais, o direito, quando entendido como a única via para mudança, esvazia a luta política de seu potencial coletivo, reivindicatório e emancipatório pois parte somente do Estado e não de toda a sociedade. Por esta razão, entende-se que o rompimento do caráter individualista, abstrato e homogeneizador da legalidade estatal – e das opressões que esta reproduz – pode se dar mais efetivamente através do “Pluralismo Jurídico Comunitário e

Participativo”, aqui exemplificado pela atuação das ONGS, manifestações do movimento feminista e diversos grupos de apoio on-line em plataformas como Facebook e Instagram, os quais permitiram uma conexão e formação de uma rede de mulheres que apoiam outras mulheres, nos locais ou no momento em que o Estado falha em fazê-lo.

São estes novos movimentos sociais, que fazem um diagnóstico da situação social a partir dos olhos da própria sociedade, e, através de ideias transformadoras, ações paraestatais e pressão política, abrem novos caminhos e criam possibilidades para as revoluções que precisamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Renata O.; WOLKMER, Antônio Carlos. As questões delimitativas do direito no pluralismo jurídico. In: **Revista Sequência**, nº 57, p. 67-94, dez. 2008.

ALBERNAZ, Renata Ovenhausen; AZEVÊDO, Ariston. A pluralidade do social e o pluralismo jurídico: a discussão acerca da atual emergência de novas unidades sociais geradoras de juridicidade. In: **Direito, Estado e Sociedade**, v.9, n.26 - p. 97 -124 - jan/jun 2005.

ARANTES, Delaide Miranda, LEMOS, Beatriz Monteiro. O protagonismo e a representação das mulheres na sociedade contemporânea: a conquista da democracia e da igualdade. In: PINTO, Roberto Parahyba de Arruda; CAMARANO, Alessandra; HAZAN, Ellen Mara Ferraz (Coord.) **Feminismo, Pluralismo e Democracia**. São Paulo: Ltr, 2018.

BANDEIRA, Lourdes. SIQUEIRA, Deis. A perspectiva feminista no pensamento moderno contemporâneo. In: Sociedade e Estado. **Feminismos e Gênero**. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 1997.

BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In: BLAY, Eva Alterman, Avelar Lúcia (Orgs.). **50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. 1Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.

BLOG. **Mapa do Acolhimento**. Disponível em: <https://www.mapadoacolhimento.org/>. Acesso em: 28/06/2019.

BLOG. **Tamo Juntas**. Disponível em: <https://tamojuntas.org.br/>. Acesso em: 28/06/2019.

BRASIL, Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Brasília, 30 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo->

eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997. Acesso em: 28/06/2019.

BRASIL, Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Brasília, 29 de setembro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm. Acesso em: 28/06/2019.

BRITTO, Cezar. A democracia e as mulheres, uma história em construção. In: PINTO, Roberto Parahyba de Arruda; CAMARANO, Alessandra; HAZAN, Ellen Mara Ferraz (Coord.) **Feminismo, Pluralismo e Democracia**. São Paulo: Ltr, 2018.

CARVALHO, Lucas Borges de. Caminhos (e descaminhos) do pluralismo jurídico no Brasil. In: WOLKMER, Antonio Carlos; NETO, Francisco Q. Veras; LIXA, Ivone M. (Orgs.). **Pluralismo Jurídico: os novos caminhos da contemporaneidade**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CERVANTES, Aleida Hernández. Crítica al pluralismo jurídico neoconservador desde la epistemología feminista. In: **Revista Amicus Curiae – Direito – Universidade do Extremo Sul Catarinense**. Vol. 12 – nº. 2 – p.235-259, Jul./Dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/amicus/article/view/2333>. Acesso em: 26/06/2019.

CUÉ, Carlos E, *et al.* Argentina se mobiliza contra os feminicídios no país. **El País**. Buenos Aires, 21 out. de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/19/internacional/1476905030_430567.html. Acesso em: 01 de Junho de 2019.

FOLEY, Gláucia. Por uma Justiça Feminista. In: PINTO, Roberto Parahyba de Arruda; CAMARANO, Alessandra; HAZAN, Ellen Mara Ferraz (Coord.) **Feminismo, Pluralismo e Democracia**. São Paulo: Ltr, 2018.

GODINHO, Tatau. Construir a Igualdade Combatendo a discriminação. In: GODINHO, Tatau (org.). SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

GRIFFITHS, John. What is Legal Pluralism?. In: **Journal of Legal Pluralism**, v. 18, issue 24, p.1-55, 1986. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07329113.1986.10756387>. Acesso: 26/06/2019.

HOEKEMA, André J. “Hacia un pluralismo jurídico formal de tipo igualitário” In: **El Otro Derecho**, número 26-27. p. 63-243, Abril de 2002. ILSA, Bogotá D.C., Colombia. Disponível em:

http://www.ilsa.org.co/biblioteca/ElOtroDerecho/Elotroderecho_26_27/El_otro_derecho_26.pdf. Acesso em: 26/06/2019.

IASI, Mauro Luís. Direito e emancipação humana. In: **Revista da Faculdade de Direito** (Universidade Metodista de São Paulo), v. 2, pp.170-192, 2005. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/view/477/474>. Acesso em: 26/06/2019.

LEAL, Jackson da Silva; FAGUNDES, Lucas Machado. Pluralismo jurídico e justiça comunitária: contribuindo para a juridicidade alternativa. In: **Espaço jurídico**. Joaçaba, v. 12, n. 1, p. 113-136, jan./jun. 2011.

MENDES, Soraia da Rosa. **(Re)pensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista**. (Tese) (Doutorado em Direito Estado e Constituição) - Universidade de Brasília, PPG/FD/UnB. Brasília – DF, 2012.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós- Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003 – Coleção História do Povo Brasileiro.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. **BBC News Brasil**. 30 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em 01/06/2019.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda**. Recife. Independently Published, 2019.

TENÓRIO, Emilly Marques. **Lei Maria da Penha e medidas de proteção: entre a polícia e as políticas**. Campinas: Papel Social, 2018.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico – Fundamentos de uma nova cultura no Direito**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 2001.

WOLKMER, Antonio Carlos; NETO, Francisco Q. Veras; LIXA, Ivone M. (Orgs.). **Pluralismo Jurídico: os novos caminhos da contemporaneidade**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE O IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA DA PRESIDENTA DILMA

Larissa dos Santos Serafim¹

Resumo

O presente trabalho busca discutir a baixa presença das mulheres na política brasileira, onde o Brasil encontra-se entre os últimos países na América Latina que menos elege mulheres para o Parlamento. Apesar da sub-representação política feminina, Dilma Rousseff foi eleita presidenta do Brasil para dois mandatos (2010 e 2014). Nossa proposta é, a partir do golpe parlamentar sofrido por Dilma em agosto de 2016, analisar a votação e as manifestações das 50 deputadas federais votantes no processo de destituição de Rousseff. O conjunto de justificativas de viés religioso e conservador é ponto em comum entre esse/as representantes. Os dados empíricos serão coletados no banco de dados da Câmara dos Deputados e analisados utilizando a metodologia quali-quantitativa, tendo como ferramenta o programa NVIVO. O embasamento teórico será a teoria crítica feminista, especialmente Anne Philips e seu debate sobre "política de ideias" e "política de presença" (2001). Essa discussão é importante porque reafirma que a paridade política de gênero deve ir além da quantidade de vagas nos Parlamentos, também é necessário eleger mulheres que tragam ideias e políticas que quebram o ciclo de subordinação feminina, auxiliando a despatriarcalizar o sistema social e o político.

Palavras Chaves: Impeachment. Dilma. Presença. Ideias.

INTRODUÇÃO

A sub-representação feminina nos cargos políticos, principalmente de alto escalão no Brasil, é bastante evidente. Apesar dos avanços apresentados na última década, o país está distante do ideal representativo, uma vez que ocupa a posição 152 entre 190 países – pior resultado na América Latina – em pesquisa realizada pelo Inter - Parliamentary Union – IPU sobre representação feminina em câmaras baixas e no parlamento.

As razões dessa problemática são deveras discutidas por autoras da teoria política feminista, estando entre as principais abordagens à divisão sexual do trabalho e dicotomia do público e privado. A fim de auxiliar na minimização das consequências das questões citadas, tratados internacionais foram firmados para a adoção de ações afirmativas, com enfoque nas cotas para candidaturas de mulheres.

Embora a política de cotas, adotada pelo Brasil, não tenha atingido o êxito esperado, a representação feminina na política do país apresenta aumento contínuo, principalmente nas câmaras baixas, sendo considerado um marco na história de representação política feminina no Brasil, mesmo que esse número não seja tão expressivo quando levamos em consideração que os outros 436 deputados eleitos são do sexo masculino.

Levando em conta os dados acima mencionados, o presente artigo dispõe-se a questionar se o crescimento percentual de mulheres na política, por si só, reflete em mudanças orgânicas na condição das mulheres no Brasil, embasando a discussão sobre o pensamento de Anne Phillips a respeito da política de ideias e da política de presença.

Os resultados serão coletados através do estudo de caso sobre o posicionamento das deputadas federais, eleitas em 2014, no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, contudo, ao analisarmos os resultados deste artigo, pretendemos concluir que apenas inclusão numérica não nos garante avanços em pautas relacionadas aos interesses das mulheres.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A discussão deste artigo será norteadada pela teoria política feminista, em especial o pensamento de Anne Phillips quanto a política de presença e políticas de ideias (1995). A autora compreende a política de presença como participação de um maior número de integrantes de certo grupo na esfera política.

Enquanto a política de ideias, está relacionada com a capacidade de accountability referente a políticas implementadas pelos atores, havendo maior interesse nas ideias do candidato eleito, do que em suas características pessoais. Para pensarmos a efetividade dessas políticas distintas é necessário problematizarmos os debates a respeito de igualdade e diferenças. Autoras como Jean Elshtain, Sara Ruddick e Nancy Hartsock trazem o senso comum da igualdade oriundo de características biológicas femininas, através do pensamento maternal.

Conforme essa corrente de pensamento, “as mulheres possuiriam maior sensibilidade para as necessidades alheias recusando a abordagem que é própria da abordagem masculina da justiça”. (BIROLI e MIGUEL,2013, p.24), devido a sua biologia, que traz consigo o instinto maternal do cuidado. Esse pensamento coloca as mulheres em posição de homogeneidade,

fazendo prevalecer a ideia de que a política de presença, por si só, é suficiente para trazer políticas inclusivas; uma vez que todas as mulheres possuem as mesmas características biológicas, não importa quais mulheres estariam ocupando os cargos decisórios.

Em contrapartida, pode-se dizer que a ideia de homogeneidade é uma abordagem essencialista, visto que as características ditas como femininas nada mais são que reflexos das experiências vivenciadas por elas, em uma sociedade patriarcal, onde trabalhos domésticos e relacionados ao cuidado são deixando para as mulheres desde a primeira infância. “O que aceitamos como feminilidade não é a expressão de uma natureza, mas o resultado do trabalho de pressões, constrangimentos e expectativas sociais.” (BIROLI e MIGUEL, 2013, p.28)

Com isso, chegamos ao questionamento: Somente a presença de mulheres na política é suficiente para a igualdade de gênero e o avanço de pautas que refletem os interesses das mulheres? Para responder essa questão, primeiramente precisamos ponderar o que seriam pautas feministas, sem desprezar a ideia de que estes conceitos são variáveis de acordo com a religião, região, etnia e estado social de cada mulher. Joni Lovenduski e Pippa Norris, em seu artigo sobre políticas de presença em Westminster, (2003) definem interesses femininos como:

Políticas que aumentam sua autonomia. O reconhecimento de tais interesses é um processo de politização que pode ser tratado como um número etapas em que (1) as mulheres são reconhecidas como uma categoria social, ou seja, a política de neutralidade de gênero é contestada; (2) as desigualdades de poder entre os sexos são reconhecidos; e, (3) políticas para aumentar a autonomia das mulheres são criadas. (LOVENDUSKI e NORRIS, 2003, p. 88, apud WÄNGNERUD, 2000, tradução nossa.)

Buscaremos responder à questão através do estudo de caso apresentado na próxima sessão. Por meio da análise das justificativas das deputadas federais que votaram a favor do impeachment de Dilma Rousseff, pretendemos concluir se a política de presença é suficientemente eficaz, se separada da política de ideias.

DILMA ROUSSEFF COMO PRIMEIRA PRESIDENTA DO BRASIL

O Brasil elegeu sua primeira governante mulher, Dilma Rousseff, apenas em 2014, após 35 presidentes do outro sexo. Ao preferir ser tratada por presidenta ou invés de presidente, ela fora alvo de críticas e questionamentos sobre as regra gramaticais da língua lusófona, ainda que

a reprovação quanto ao uso da palavra no feminino, nada mais seja que o reflexo da falta de naturalização de seu uso, devido à ausência de outras mulheres no cargo. Contudo, de acordo com o dicionário Aurélio, a gramática, nesse caso, está perfeitamente correta.

A agenda implementada pela então presidenta contou com pautas referentes aos interesses das mulheres, as quais representaram progressos expressivos no combate às desigualdades e violências de gênero, principalmente através da Lei do Feminicídio, a qual prevê a coibição dos crimes de ódio contra mulheres no Brasil, a PEC das empregadas domésticas que introduziu direitos trabalhistas a categoria e a Rede Cegonha, projeto com o objetivo de proporcionar a atenção reprodutiva humanizada. (MORITIZ, 2018)

Dilma cumpriu seu primeiro mandato com 59% de aprovação popular, porém em seu segundo mandato a crise econômica do país começa a se intensificar e escândalos de corrupção envolvendo partido ao qual Dilma é filiada são expostos na mídia, fazendo com que sua popularidade comece a cair.

Um ano depois, mesmo ainda possuindo maioria do congresso, é aberto um processo de impeachment contra Dilma, sob a acusação de pedaladas fiscais, os autores do processo são os juristas Hélio Bicudo, Miguel, Reale Júnior e Janaína Paschoal. Em 17 de abril de 2016, é votada e aprovada, na Câmara dos Deputados, a destituição de Dilma, com 367 votos favoráveis e 137 contrários.

A grande repercussão midiática do processo do impeachment resultou em diversas manifestações populares, tanto nas ruas quanto nas redes sociais, manifestações estas que, em sua grande maioria, apresentaram caráter misógino e discursos de ódio. As ofensas foram relacionadas diretamente a Dilma como mulher e não a Dilma presidenta, uma vez que palavras de baixo calão a respeito de sua vida sexual e pessoal foram o foco dos discursos.

A legitimidade do processo de impeachment não é consensual, e o tema é amplamente discutido na acadêmica, principalmente nas áreas de ciências sociais e humanas. Apesar de não ser o objetivo deste trabalho debater quanto a legalidade do processo em questão, é reconhecido que os procedimentos ocorreram de modo *sui generis*. Deste modo, trabalharemos com o conceito de golpe parlamentar, definido pelo cientista político Wanderley Guilherme, como “a substituição fraudulenta de governantes orquestrada e executada por lideranças parlamentares”. (2017, p.31).

ANÁLISE DO PERFIL DAS DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS EM 2014

Essa sessão será dedicada a analisar o perfil das deputadas federais eleitas em 2014. Nesse ano, 51 mulheres foram nomeadas ao cargo, caracterizando um marco na história da representação política feminina no Brasil, até o período. Conforme indicado no gráfico 1 e 2, não houve homogeneidade partidária entre as eleitas, visto que elas eram oriundas de diversos partidos e ideologias distintas.

Os partidos que mais elegeram deputadas foram: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), PCDB (Partido Comunista do Brasil), com nove, sete, e cinco eleitas, nessa ordem. Quanto as ideológicas, a maior porcentagem de deputadas, estavam filiadas a partidos de centro e centro esquerda.

Gráfico 1 – Porcentagem de deputadas federais eleitas, por partido.

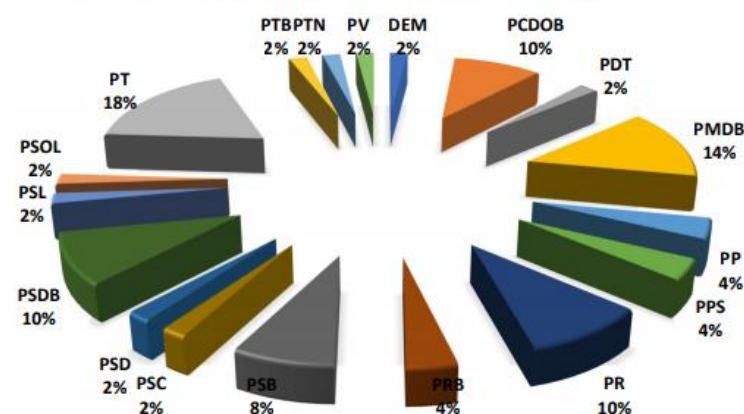
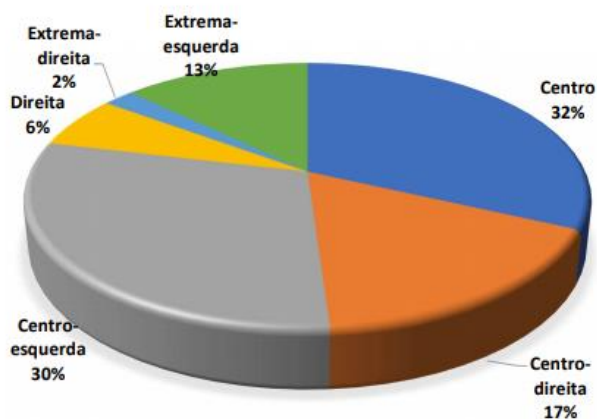


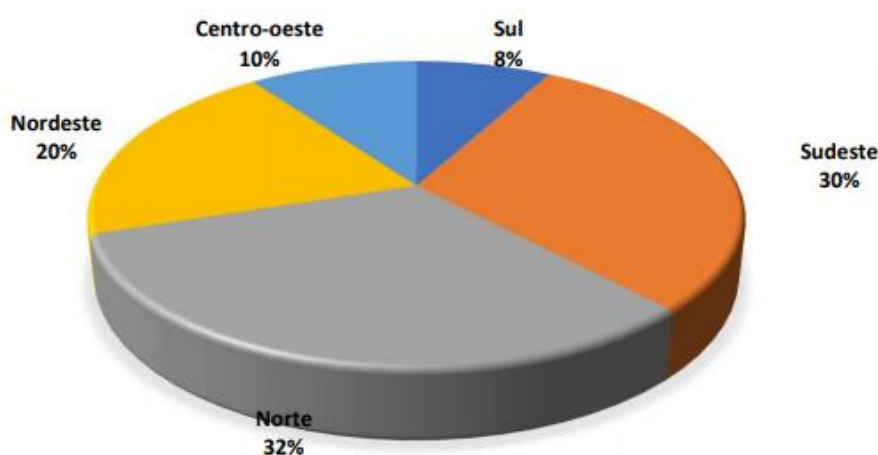
Gráfico 2 – Porcentagem de deputadas federais por ideologia política.



Fonte: Elaboração própria de acordo com dados divulgados no site da Câmara dos Deputados.

O gráfico 3 aponta para a porcentagem de deputadas eleitas, por região. Sendo norte, com maior porcentagem, elegendo dezesseis deputadas, a região sudeste quinze, nordeste dez, centro-oeste cinco e sul quatro. Devemos atentar que a disparidade do número de estados por região, afeta o número total de eleitas. Estados no sul e sudeste apresentaram maior quantidade de votos em deputadas de partidos de centro e direita, enquanto norte e nordeste votaram por deputados com viés de esquerda.

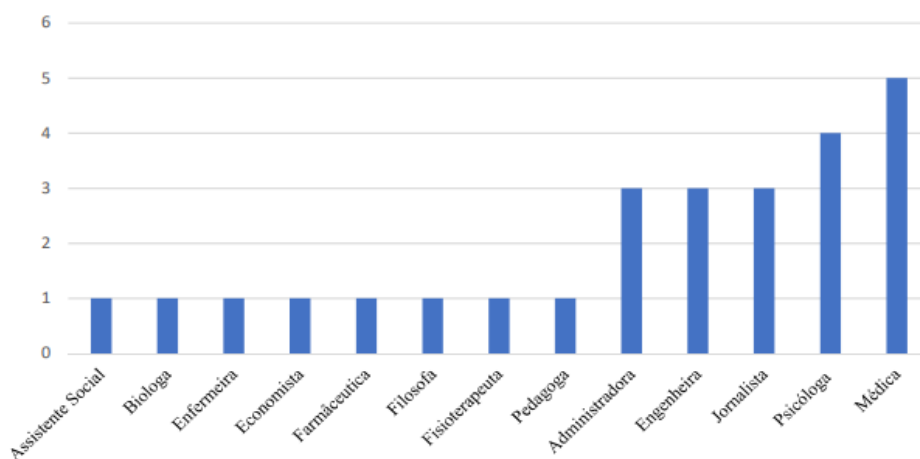
Gráfico 3 – Porcentagem de deputadas eleitas, por região.



Fonte: Elaboração própria de acordo com dados divulgados no site da Câmara dos Deputados.

As mulheres eleitas seguem o mesmo padrão dos homens, com idade média de 53 anos, maioria de raça branca e ensino superior completo; as profissões precedentes mais recorrentes são nas áreas de medicina, jornalismo, administração e psicologia. Além disso, também elas apresentam vantagens no âmbito do capital social, tanto com maridos quanto pais com carreiras políticas progressas, conforme análise dos gráficos 4 e 5.

Gráfico 4 – Profissões precedentes ao cargo político.



Fonte: Elaboração própria de acordo com dados divulgados no site da Câmara dos Deputados.

Gráfico 5 – Capital Social



Fonte: Elaboração própria de acordo com dados divulgados no site da Câmara dos Deputados.

Na próxima sessão analisaremos essas deputadas se posicionaram quanto ao a destituição de Dilma Rousseff, assim como suas justificativas.

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS DAS DEPUTADAS FEDERAIS, QUE VOTARAM “SIM” PARA O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

No dia 17 de abril de 2016, no Plenário Principal da Câmara dos Deputados, ocorreu a sessão deliberativa número 091.2.55.O, presidida por Eduardo Cunha. A sessão contou com a presença de 511 deputadas e deputados federais em exercício, e destinou-se a dar parecer sobre a denúncia por crime de responsabilidade nº 1, 2015, contra a então Presidenta Dilma Rousseff.

Dentre os deputados presentes nessa sessão, estavam presentes 50 deputadas, com posições ideológicas distintas, e filiadas a partidos de diversos vieses ideológicos. Sendo 30 votos pela destituição de Dilma e 20 em oposição, havendo uma abstenção.

Tabela 1 – Relação do número de votos a favor e contra o impeachment, d os partidos.

| Partidos de direita e centro-direita | Nº de votos a favor | Nº de votos contra |
|---|----------------------------|---------------------------|
| DEM | 1 | 0 |
| PP | 2 | 0 |
| PRB | 2 | 0 |
| PR | 2 | 2 |
| PSC | 1 | 0 |
| PSL | 1 | 0 |
| Partidos de esquerda e centro-esquerda | Nº de votos a favor | Nº de votos contra |
| PMDB | 5 | 2 |
| PDT | 1 | 0 |
| PPS | 2 | 0 |
| PCDOB | 0 | 4 |
| PSOL | 0 | 1 |
| PTB | 1 | 0 |
| PT | 0 | 9 |
| PSB | 3 | 1 |
| Partidos de centro | Nº de votos a favor | Nº de votos contra |
| PSDB | 5 | 0 |
| PSD | 2 | 0 |
| PTN | 1 | 1 |
| PV | 1 | 0 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados divulgados no site da Câmara dos Deputados.

As deputadas que votaram “não”, são, em sua maioria, filiadas a partidos de esquerda e centro, PCdoB, PT, PSOL e PMDB. As justificativas mais frequentes para o posicionamento contra a destituição de Dilma, foram pela legitimidade da presidenta, garantida pelo voto popular, em defesa da democracia e contra o golpe parlamentar. A título de exemplificação, transcrevemos abaixo algumas das falas que apresentam os argumentos mais frequentes.

“[...] Eu quero falar, em nome da democracia, em homenagem a todos os que estão nas redes sociais e nas ruas, lutando pela democracia e contra o golpe, que voto contra o golpe, contra os golpistas, contra Eduardo Cunha, contra Michel Temer.” (Margarida Salomão, PT-MG.)

“[...] Meu voto, pela democracia — fica, Dilma! —, é “não”. “Não” ao golpe! Covardes! Covardes! (Moema Gramacho, PT-BA)

“Há uma canção em Pernambuco que diz: “(...) a injustiça dói. Nós somos madeira de lei que cupim não róí”. Aqui, o PCdoB vota por aqueles que tombaram pela democracia no nosso País. O PCdoB vota pelos brasileiros e brasileiras que estão nas ruas indignados, no dia de hoje e nos dias que se passaram, porque, além de todas as injustiças desse processo, há um réu aqui comandando o procedimento de impedimento da Presidenta Dilma, uma mulher séria. É por isso que o PCdoB diz em alto e bom som: vai ter luta! Não ao golpe!” (Luciana Santos, PCdoB-PE)

“Pelos que deram a vida pela democracia no Brasil e pelo empoderamento das mulheres, meu voto é “não”. (Luiza Erundina, PSOL-SP)

Por outro lado, os votos “sim”, são oriundos de deputadas de partidos de centro direita e/ou com viés conservador, sendo eles: DEM, PMDB, PP, PRB, PR, PSC, PSDB, PSL. As justificativas mais frequentes para o posicionamento a favor da destituição de Dilma, foram pela família tradicional², pela religião, por seu eleitorado que foi as ruas pela saída da então presidenta, e pelo fim da corrupção oriunda do governo atual. A título de exemplificação, transcrevemos abaixo algumas das falas que apresentam os argumentos mais frequentes.

“Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer a Deus, agradecer a meu pai, Wagner Sales, e a minha mãe, Antônia Sales, pois me mostraram desde cedo que o bom político anda ao lado do povo. Portanto, o meu voto é “sim”. Pelo meu Estado do Acre; pela minha Cruzeiro do Sul, Vale do Juruá, voto “sim”. (JÉSSICA SALES, PMDB-AC)

“Sr. Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a Deus por este momento e pedir-lhe misericórdia para nossa Nação. Não acho que, no final desta noite, teremos vencidos nem vencedores, mas quero lembrar aqui uma frase de Platão: “O juiz não é nomeado para fazer favores com a justiça, mas para julgar segundo as leis”. Pelo Amazonas, pelo Brasil, o meu voto é “sim”. (Conceição Sampaio, PP-AM.)

“Pelo futuro dos meus netos, pela minha cidade Lavras, pelo meu querido povo mineiro e pela retomada do crescimento do Brasil, meu voto é "sim". (Dâmina Pereira, PSL-MG.)

Apesar dos votos contra o impeachment terem sido oriundos de deputadas filiadas a partidos de esquerda e centro, nem toda as deputadas de esquerda votaram a contra a destituição da então presidenta, a exemplo disso temos das deputadas federais filiadas aos partidos PSB, PPS, PDT. Além disso, a análise de seus discursos aponta que as justificativas, tanto de deputadas de direita quanto, apresentam as mesmas categorias de justificativas fazendo referência a seus estados, seu eleitorado, a família e contra a corrupção.

“Que Deus abençoe o nosso país neste momento tão difícil. Com todo o respeito ao posicionamento do meu partido, mas atendendo ao apelo do povo de Goiás, do povo de Trindade, do Brasil, eu voto "sim", Sr. Presidente, pelo impeachment. (Flávia Moraes, PDT-GO)

“Pelo meu Mato Grosso do Sul, por todos que foram às ruas pedir este momento, pelos agricultores, pela minha família e por uma nova esperança para o Brasil, eu voto “sim”. (Tereza Cristina, PSB-MS)

“Sr. Presidente, pelo combate à corrupção, que ficou cristalizada neste Governo, em nome da força do meu Maranhão, em nome da força da minha São Luís, em nome da força da minha gente nordestina, eu voto “sim” ao impeachment” (Eliziane Gama, PPS-MA.)

Quando a família é trazida ao debate, trata-se de uma família nuclear e patriarcal, onde os papéis de homens e mulheres são claramente definidos de acordo com estereótipos de gênero. Por tanto, esses votos vão além de razões partidárias, uma vez que de certa forma estão significando o desejo da manutenção das desigualdades oriundas da divisão sexual do trabalho.

Por outro lado, também houve um número significativo de votos, contra a conjuntura atual do governo brasileiro, através das justificativas da necessidade de alteração partidária e do sistema atual dito como corrupto. Esses votos, por diversas vezes, invocaram a vontade popular, que se manifestou através de protestos de rua e mídias sociais, e também defenderam que a nomeação de Michel Temer significaria o bem da nação e de seu eleitorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da evidente sub-representação feminina na política brasileira, a porcentagem de mulheres no legislativo apresenta crescimento consecutivo. Porém, esse crescimento não vem acompanhando a representação de grupos diversos de mulheres, uma vez que deputadas eleitas seguem um padrão econômico e racial.

Nesse ensaio, apresentamos um estudo de caso a respeito das justificativas das deputadas federais que votaram a favor do impeachment da presidenta Dilma Rouseff, de maneira a ilustrar a perspectiva das mulheres que estão inseridas na política brasileira, atualmente, concluindo que grande número delas – mesmo que inseridas em partidos a esquerda do espectro político – foram a favor do golpe parlamentar, e apresentaram justificativas que faziam menção a família nuclear.

Nosso objetivo não é deslegitimar as ações afirmativas que inseriram essas mulheres no campo político, mas sim, argumentar que a política de presença deve estar constantemente acompanhada da política de ideias, uma vez que

a política de ideias seja um veículo inadequado para tratar da exclusão políticas, há pouco que se possa ganhar simplesmente pendendo para uma política de presença. Tomadas isoladamente, as fraquezas de uma são tão dramáticas quanto as falhas da outra. A maior parte dos problemas, de fato, surge quando as duas são colocadas como opostos mutuamente excludentes: quando idéias são tratadas como totalmente separadas das pessoas que as conduzem; ou quando a atenção é centrada nas pessoas, sem que se considerem suas políticas e idéias. (PILLIPHS, 1995, p. 289).

Contudo, reconhecemos que na votação há questões de cunho partidário, e que pesquisas futuras a respeito das políticas implementadas pelas deputadas eleitas serão necessárias para concluirmos a real diferença das políticas de ideias.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara. Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil. Revista Estudos Feministas, Santa Catarina, 1998.

A representação feminina e os avanços na legislação. Câmara das Deputados, 2018. Disponível em Acesso em: 17 de julho de 2019. DE MELO, Hildete Pereira.

A política de cotas para as mulheres no brasil: importância e desafios para avançar. **Gênero e Número**. Disponível em: < <http://www.generonumero.media/a-politica-de-cotas-para-as-mulheres-no-brasil-importancia-e-desafios-para-avancar>> Acesso em: 10 de julho de 2019.

DOS SANTOS, Wanderley. **A Democracia Impedida**. São Paulo. FGV Editora. 2017.

DE SOUZA, Marcius F. B. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. **Senado Federal**, [S. l.], 2018.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 67–75.

KARAWEJCZYK, Mônica. Urnas e saias: uma mistura possível. A participação feminina no pleito eleitoral de 1933, na ótica do jornal Correio do Povo. **Topoi**, v.11, [S. l.], Jul - Dez 2010.

LOVENDUSKI, Joni; NORRIS, Pippa. Westminster Women: The Politics of Presence. **SAGE Journals**, [S. l.], 1 mar. 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria Política Feminista: Textos Centrais**. São Paulo: Editora Horizonte, 2013.

REDE CEGONHA. **Ministério da Saúde**, 2019. Disponível em ; Acesso em: 17 de Julho de 2019.

A CENTRALIDADE DA CATEGORIA GÊNERO: A CONSTRUÇÃO DA CARREIRA POLÍTICA SOB A ÓTICA DAS TEORIAS DE GÊNERO E A TEORIA POLÍTICA FEMINISTA

Marina dos Santos Landa¹
Rosangela Marione Schulz²

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo demonstrar como a categoria gênero deve ser compreendida como um elemento central no estudo de carreiras políticas, quando nos centramos na trajetória de mulheres. Dessa forma, arma-se que o caminho traçado pelas mulheres para adentrar/disputar os espaços de poder é complexo e deve ser compreendido de maneira crítica, de modo que a categoria gênero deve ser vista como central, pois é uma variável determinante nas estruturas de oportunidades disponíveis aos diferentes indivíduos. Metodologicamente optou-se por fazer um debate teórico embasado na literatura política feminista, de modo que busca-se tensionar os estudos tradicionais de carreira política. Os estudos do campo de gênero e feminista ressignificam a discussão no campo das ciências humanas, ao incorporar os efeitos de regras informais e também ao explicitar o caráter generificado de regras formais do jogo institucional. Dentre as principais conclusões do trabalho, sugere-se que os obstáculos de gênero são recorrentes, isto é, influenciam o sucesso das mulheres antes mesmo da captação dos recursos necessários para acender no microcosmo da política e, mais que isso, são intermitentes, pois apresentam-se em todos os espaços no qual mulheres estão inseridas e, drasticamente, sejam minorias.

Palavras Chaves: Carreira Política, Teoria Política Feminista, Gênero, Feminismos

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a investigar sobre a centralidade da categoria de gênero na construção da carreira política das mulheres dentro dos debates da área da Ciência Política no Brasil. Dessa forma, procura-se demonstrar como o gênero deve ser observado como um fator central na análise da ascensão de uma candidatura feminina. Assim, dentro da perspectiva adotada, tem-se o objetivo de demonstrar, através de uma discussão teórica, como o gênero

¹ Doutoranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas; Professora substituta na Universidade Federal do Pampa E-mail; marislanda@gmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de Sociologia, Filosofia e Política/ UFPel. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFPel. E-mail: rosangelashulz@ gmail.com

influencia na definição do espaço das candidaturas de mulheres, na construção de papéis de gênero, bem como no lugar destinado às mulheres no ambiente institucional.

Há muitos estudos sobre carreira política, há muitos estudos sobre trajetória política, assim como sobre a inserção de indivíduos no campo político, no entanto, esses estudos quando transpostos para o debate sobre mulheres na política tornam-se limitados, pois não dão conta justamente da variável que as caracteriza como um grupo de análise, a questão do gênero, mesmo constando-se a existência de profundas e arraigadas desigualdades de gênero que perpassam a sociedade brasileira.

Matos e Marques (2007) apontam que última década, os estudos sobre a inserção de mulheres nas esferas de poder e espaços institucionais tem crescido de maneira significativa na ciência política. Graças aos esforços de teóricas atentas ao olhar sensível da perspectiva de gênero e das problematizações impostas pelos feminismos, um novo campo de estudos tem se estabelecido no Brasil, de modo que já existem dezenas de trabalhos consolidados sobre os fatores que limitam/possibilitam o acesso de mulheres ao espaço da política institucional. De acordo com Mattos,

É sabido que o pensamento feminista e de gênero tem nos oferecido ferramentas teóricas e reflexões metodológicas substantivas que já são responsáveis pela formação de algumas gerações de pensadores acadêmicos e de intelectuais. Penso que esse forte avanço no sentido da concretização da institucionalização desse novo campo, além de produzir a sua visibilização e reforçar a sua consolidação, vai contribuir concretamente nas muitas revisões e re-elaborações de questões que são centrais na ciência política, na sociologia, na antropologia, na psicologia, na comunicação social etc. (MATOS, p.354-355, 2008)

No tocante à metodologia do artigo, optou-se por desenvolver um debate teórico pautando-se pelo embasamento do campo dos estudos de gênero e feminista, dialogando com algumas autoras que colaboram com a construção dessa literatura no Brasil. Dessa forma, o artigo está organizado em duas partes. No primeiro momento, demonstra-se como a discussão teórica sobre carreiras políticas têm sido propostas para, em seguida, problematizá-los e introduzir a importância da categoria de gênero dentro das análises do campo político. No segundo momento, busca-se demonstrar como o gênero se relaciona com as demais variáveis apontadas como cruciais na construção da carreira política de mulheres. Por fim, são apresentadas as principais conclusões a respeito do tema.

O ESTUDO DE CARREIRAS POLÍTICAS NO BRASIL

Na Ciência Política existem vários trabalhos voltados para a temática de carreiras políticas. De modo geral, os estudos dividem-se em duas matrizes de debate sobre o assunto. O primeiro realizado sob a ótica das teorias da Escolha Racional, seguindo pelo viés neoinstitucional, em um contexto em que os atores tomam as melhores decisões conforme as opções à disposição e as regras do jogo político.

O segundo localiza-se no âmbito dos debates sobre a formação de elites políticas, sendo trabalhado a partir da ótica da Sociologia Política de origem francesa. Nos estudos sobre elites políticas encontramos diversas análises sobre a trajetória de atores políticos e a forma como ocorre à inserção destes na política institucional. Compreende-se a esfera política institucional como um campo em disputa que é estruturado e estrutura-se pela obtenção de recursos políticos dos atores, compreendido como capital político. O campo da política é altamente competitivo e hierarquizado entre seus membros (BOURDIEU, 2011).

O campo político é concebido como um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social, onde existem outras dezenas de campos, formando um macrocosmo. Nele se encontra um grande número de propriedades específicas, relações entre os sujeitos, ações e processos que também se encontram no mundo global. A diferença consiste em que esses processos organizam-se de uma forma particular, ou seja, seguem as regras específicas do seu próprio campo (BOURDIEU, 2011).

O capital político pode ser definido como um importante conjunto de recursos que, geralmente, atuam como mediadores da posição de um agente dentro de um campo. No campo político, o que regula a força do capital político de um agente, é o peso político de seu partido e a posição ocupada pela pessoa na estrutura partidária. Também podem ser incorporadas ao conceito os valores relativos à trajetória política dos candidatos; a capacidade de articulação de uma rede de contatos; o histórico de vitórias em eleições passadas (reeleição); o exercício de mandatos anteriores e os recursos financeiros/ocupação dos candidatos (BOURDIEU, 2011).

Para compreender melhor como o capital político age, pode-se pensar, por exemplo, na seleção e manutenção de candidaturas em uma eleição. Os partidos conferem maior relevância às candidaturas que possuem as maiores chances de vitória, isto é, são os quadros com mais

chance de sucesso eleitoral que ocupam as posições de destaques nas propagandas eleitorais e que recebem mais recursos nas eleições. É interessante registrar, que é a própria vivência no campo que se encarrega de fornecer este capital, ou seja, é a trajetória do político que estabelecerá as vantagens e as chances de emergir na carreira política.

Inicialmente, a teoria se mostra útil para explicar como se estabelece a seleção de candidaturas, a compreensão de como é organizado o campo político institucional e também como a própria estrutura política regula a ação dos agentes, internos e externos ao campo. Em relação ao caso das mulheres, a teoria bourdieusiana também buscou dar contribuições para pensar sobre o espaço dado às candidaturas femininas enquanto iniciadas ao campo. Observa-se que até a fomentação de uma agenda de pesquisa política feminista, a teoria deu o tom aos debates sobre carreira política, de modo que a trajetória das mulheres era analisada da mesma forma que a dos homens. Assim, os adeptos da teoria argumentam que, dentro do campo político o *gênero* não aparece necessariamente como um elemento de *distinção*, na medida em que qualquer agente pode construir uma carreira de sucesso independente do seu sexo.

Segundo as conclusões de Bourdieu, estas capacidades são distribuídas desigualmente, mas não pela natureza (ou essência) dos indivíduos, e sim porque existem condições sociais que regulam e restringem o acesso ao campo político. Seguindo a ideia, introduz-se a possibilidade de desmistificar a imagem do senso comum da separação biológica dos papéis sexuais por funções. Nessa perspectiva, a restrição naturalizada pelo gênero dá lugar à identificação de algumas das condições sociais de acesso ao mundo da política. (MIGUEL; BIROLI, 2010)

A noção de capital político pode ser útil até certo ponto do debate, pois fornece uma ideia embrionária em relação à compreensão da construção de uma carreira política de qualquer indivíduo. Porém, para tratar das restrições enfrentadas pelas mulheres no campo político, torna-se necessário avançar para além desta possibilidade explicativa. A interpretação começa a se modificar no momento em que se compreende que a esfera pública liberal não consegue sustentar muros tão rígidos quanto parece sugerir conseguir, isto é, ele sofre influências das organizações e relações hierarquizadas de poder entre os gêneros presentes na sociedade.

Por sua vez, os atores também sofrem com as mesmas influências, com isto, o gênero do sujeito jamais poderá ser considerado uma categoria neutra, principalmente onde se

observam padrões de comportamento e a reafirmação de papéis sexuais, relações assimétricas entre homens e mulheres, para além de um número que reafirma a predominância masculina. Essa discussão é fértil quando analisamos o ambiente institucional em que as mulheres dividem o espaço com os homens. Mesmo as poucas mulheres que ocupam cadeiras nos legislativos, que possuem mandatos anteriores, que estão em posições do alto escalão do governo e/ou à frente de cargos executivos, ou seja, com carreiras políticas muito similares à dos homens não escapam dos efeitos da masculinização do campo político e da hierarquização entre os gêneros. Verifica-se que essa igualdade em recursos não se mantém no espaço destinado a essas mulheres, nas funções atribuídas a estas e no respeito entre seus pares. Assim, com os mesmos recursos que os homens, as mulheres ainda estão submetidas aos constrangimentos de gênero.³

Nesse sentido, estudos do campo de gênero e feminista ressignificam a discussão no campo das ciências humanas, destacando o peso da categoria gênero, ao incorporar os efeitos de regras informais e também ao explicitar o caráter generificado de regras formais do jogo institucional. Conforme Rezende salienta em estudos sobre o legislativo brasileiro:

ainda que não estejam explicitadas em regras e procedimentos formais, estas podem abrir margem para a emergência de regras informais que cumprem o papel de reproduzir e reforçar a desigualdade de gênero no campo da política. (REZENDE, p.13, 2005).

Dessa forma, obstáculos de gênero são recorrentes, isto é, influenciam o sucesso das mulheres antes mesmo do momento da captação dos recursos necessários para adentrar e acender no microcosmo da política e, mais que isso, são intermitentes, pois apresentam-se em todos os espaços no qual mulheres estão inseridas e, drasticamente, sejam minorias. Assim, o caminho traçado pelas mulheres para adentrar/disputar os espaços de poder é complexo e deve ser compreendido de maneira crítica, de modo que a categoria gênero deve ser vista como central, pois é uma variável determinante nas estruturas de oportunidades disponíveis aos diferentes indivíduos:

³ Essa afirmação fica evidente quando resgatamos algumas polêmicas envolvendo as casas parlamentares no Brasil. Apenas em 2016 o Senado inaugurou banheiros femininos, sendo que a casa existe há 55 anos e as primeiras senadoras foram eleitas em 1990. Isso sem mencionar as outras mulheres que frequentavam o espaço: assessoras, secretárias, jornalistas, pesquisadoras, dentre tantas outras mulheres que por lá passaram. Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/plenario-do-senado-tera-banheiro-feminino-55-anos-apos-inauguracao.html>

El género es una construcción social y designa las relaciones sociales entre los sexos, o el conjunto de ideas y valoraciones sobre lo masculino y lo femenino. Género es distinto de sexo, aunque ambos términos están relacionados: mientras el sexo refiere a lo biológico, el género refiere al comportamiento que se espera de las personas según su sexo. A partir de las concepciones de género se derivan estereotipos, es decir, modelos de conducta asignados a hombres y mujeres. (PEREZ; VAIRO, p.177, 2013).

Para uma compreensão maior da problemática, vale a pena introduzir um pouco do debate sobre as condições da masculinização do campo político a qual as mulheres estão submetidas. As noções sobre este fenômeno devem partir de um ponto comum que seria o da subordinação da mulher ao homem, para entender e explicitar, relacionalmente, as muitas vicissitudes de como tais relações de dominação e opressão são estruturadas socialmente e operam no campo político.

Entre essas destabilizações está aquela que me parece a mais relevante: a desconstrução de binarismos estéreis que facultam lugares fixos e naturalizados para os gêneros. Através de significados e re-significações produzidos e compartilhados na nova perspectiva analítica e que transversalizam dimensões de classe, etárias, raciais e sexuais, gênero tem tido o papel fundamental nas ciências humanas de denunciar e desmascarar ainda as estruturas modernas de muita opressão colonial, econômica, geracional, racista e sexista, que operam há séculos em espacialidades (espaço) e temporalidades (tempo) distintas de realidade e condição humanas. (MATOS, p.336, 2008)

Em relação a presença das mulheres no campo político, a literatura também é pioneira ao problematizar as questões referentes às promessas de igualdade entre homens e mulheres no seio da democracia liberal representativa, identificando que há uma ausência de mulheres nos espaços decisórios de poder. Em busca das possíveis respostas para a sub representação de mulheres, Schulz e Moritz (2011) apontam três conjuntos de fatores que contribuem para a tímida inserção de mulheres no ambiente institucional Brasileiro. Os primeiros obstáculos seriam os institucionais, nesse sentido, destaca-se a ineficiência da legislação de cotas de gênero. O segundo fator seriam os obstáculos culturais, compreendendo o caráter patriarcal da sociedade e da própria estrutura partidária, e, por fim, os obstáculos socioeconômicos, os quais podem ser sintetizados pelo tempo para se dedicar a atividade política e os recursos para alavancar uma candidatura feminina.

A CARREIRA POLÍTICA SOB O OLHAR DOS ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISTAS

Na tentativa de avançar a discussão, busca-se tensionar o conteúdo e testar algumas das variáveis que dão sentido para a constituição da carreira política das mulheres, agora, a partir de uma perspectiva explicativa de gênero. O conceito de capital político se dissolve nas condições da construção da carreira política, pois existem outras variáveis a serem consideradas na análise das trajetórias de mulheres, nesse sentido apontamos

A trajetória de uma atriz política pode ser compreendida pela captação de recursos políticos para a constituição da vida pública. Os movimentos não precisam ser iguais, ascendentes ou lineares, existem diversos caminhos que um cidadão pode percorrer ao longo de sua formação política para adentrar na política institucional. É possível pensar em canais de militância e engajamento, na construção de redes de contatos através do mundo do trabalho, na filiação a um partido político, ter passado por outros cargos eletivos ou cargos públicos de prestígio, participações em esferas associativas e associações não governamentais (ONGS), atuação em grupos de bairro e clubes em geral, e ainda, em apadrinhamento político e heranças familiares. Objetivamente, para esse trabalho vamos assumir que a trajetória é composta por seis variáveis: militância, rede de contatos, herança familiar, filiação e identificação partidária, posições em cargos públicos não eletivos e a eleição a cargos públicos anteriormente.

Em relação à militância, verifica-se que o termo aparece com maior frequência na literatura que discute movimentos sociais, ativismo e ação coletiva. O conceito indica a participação em movimentos sociais para defesa de causas, engajamento em associações e agrupamentos de pessoas em defesa de interesses coletivos. Já a rede de contatos, consiste na possibilidade de construir uma rede a partir das relações de entorno que incluem o mundo do trabalho, o ativismo social (participação movimentos sindicais, associações comunitárias, entidades estudantis, movimentos sociais). No caso das mulheres, devido às restrições de tempo e capacitação de recursos econômicos, uma das alternativas a rede de contatos é a herança familiar ou alianças matrimoniais. De acordo com Miguel e Birolli (2010), a importância de tais contatos explica porque o ingresso de mulheres na carreira política muitas vezes provém do capital de tipo familiar, que são as redes de apoios herdadas de familiares. Ressalta-se, contudo, que os casamentos são importantes estratégias mas também podem ser opressivos em

termos de carreira políticas, já que podem representar alianças, como também afastar a mulher de algum pleito, quando seu marido irá concorrer.

Ainda em relação às condições compartilhadas pelas mulheres, cabe fazer mais algumas considerações. Em primeiro lugar, salienta-se que estamos discorrendo sobre condições impostas a um grupo que carrega em si a marca do gênero feminino, isto é, que compartilha um conjunto de experiências oriundas da influência da vida privada, do contexto social e padrões culturais. Esses fatores afetarão a sua visão de mundo e sua forma de agir politicamente, bem como estes indivíduos serão vistos pelos seus pares e encontrarão espaços dentro do partido político e na esfera pública. Em relação às mulheres, é possível pensar em padrões de atuação condicionados pela masculinização do campo político e como consequência dos padrões culturais e das características das sociedades patriarcais, como destacado na literatura.

A participação das mulheres na política, mais especificamente, é comprometida por uma socialização que inibe a ambição política e atribui responsabilidade maior ou exclusiva pela vida doméstica às mulheres, assim como por sua histórica marginalização no mundo do trabalho, que é a contraface de sua domesticidade e dificulta a construção de redes que apoiam, promovem e financiam a atuação política. (BIROLI, p.133-134, 2013)

Por fim, destacam-se as implicações das condições socioeconômicas sob a influência da categoria de gênero. Existem uma série de condições materiais que afetam o sucesso de uma carreira política tais como a escolaridade, a profissão, os recursos financeiros e tempo livre para se dedicar a participar das atividades que o espaço político exige. Essas restrições afetam diretamente as mulheres. Vejamos: quando uma mulher deseja ingressar na política necessita dedicar grande parte do seu tempo pessoal para a vida pública. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho acarreta às mulheres uma tarefa mais árdua, pois além da dedicação à carreira, as mulheres simultaneamente precisam desenvolver o trabalho doméstico e o profissional, ou seja, acumulam mais horas de atividade laboral, assumindo uma jornada dupla ou tripla de trabalho (KERGOAT, 2009).

Este primeiro empecilho vem ao encontro do segundo: disponibilidade de renda, pois é preciso dispor de um excedente econômico que possibilite as candidatas dedicação exclusiva as campanhas eleitorais e, por consequência, ajude no seu próprio financiamento. Aqui também

existem assimetrias entre os gêneros, principalmente no tocante a remuneração salarial, a disponibilidade e divisão sexual do trabalho.

É necessário afirmar que o mercado de trabalho é um dos lugares onde se constroem, de maneira cotidiana, diferenças e disparidades entre homens e mulheres. Para quem trabalha com o tema mulheres, feminismo e igualdade entre os sexos, o conceito de emprego é essencial. Analisar a situação das mulheres no mercado de trabalho é questionar seu estatuto social: o emprego feminino é um fio condutor para o espaço das mulheres na sociedade. (MARUANI, p.86, 2009)

Se o gênero representa um entrave para a construção da carreira política, a categoria também irá influenciar na manutenção da carreira política das mulheres. Uma vez que as mulheres são as principais responsáveis pelas funções na esfera privada, isto é, a gerência do lar, a criação dos filhos e, posteriormente, dos netos. Nesse sentido, escolher por priorizar a vida pública pode significar um afastamento prolongado das funções do lar, assim, recai sobre elas o peso de se ausentar dessas funções, empecilho que dificilmente recai sobre homens. Esse empecilho além de afastar as mulheres, afasta, sobretudo, mulheres pobres que não tem condições financeiras de arcar com as despesas de sua carreira, assim, o gênero também assume um recorte classista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, compreende-se que as condições impostas às mulheres, enquanto grupo com desvantagens estruturais relacionadas com as assimetrias de poder entre homens e mulheres, o machismo e os estereótipos de gênero, se relacionam direta ou indiretamente com todas a emergência da carreira política de uma mulher. Conceitua-se essa de condições estruturantes de gênero. O gênero se relaciona com as condições políticas, impostas pela própria construção da carreira política, nesse primeiro sentido, destaca-se, a manutenção da trajetória política, a formação e herança política, a militância, a rede de contatos e, posteriormente, na decisão de concorrer novamente na ascensão da carreira.

O gênero também exerce influência sobre a obtenção dos recursos sociais (faixa etária, questões geracionais, escolaridade e profissão) e sobre as condições dos recursos econômicos (tempo livre e recursos de financiamento de campanha). Essas condições agem duplamente sobre as mulheres, uma vez que elas precisam obter esses recursos que são comuns a todos os

candidatos que concorrem no pleito e desejam se eleger, mas são fortalecidos pelas barreiras impostas por estarmos tratando de mulheres.

As condições exclusivas ao gênero feminino também perpassam o enfrentamento das condições históricas e culturais impostas às mulheres, o qual estará presente em todos os países do conesh e suas sociedades conservadoras e suas práticas patriarcais. As condições impostas às mulheres ainda se relacionam com as condições da masculinização do campo político institucional e partidário, marcadas pelo caráter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais, o espaço para a manutenção de candidaturas de mulheres nos partidos políticos e os estereótipos e papéis de gênero reproduzidos na esfera política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.5, p.193-216, julho 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522011000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27 de junho 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e Desigualdades de Gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo: Editora Horizonte. 208pp

COSTA, Mariane Ambrósio. Feminismos e organização política feminina nas últimas décadas do século XX: o caso uruguaio. **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. 2016

CELIBERT, L; JOHNSON, N. Disputas Democráticas: las mujeres em los espacios de representación política. **Cuestiones de Agenda**. Montevideu, 2011.

KERGOAT, Daniele. Divisão do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. [et al.] (orgs) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo. Editora Unesp, 2009, 342p.

MARUANI, Margaret. Emprego In: HIRATA, Helena. [et al.] (orgs) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo. Editora Unesp, 2009, 342p.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.2, p.333-358, maio 2008. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200003/8619>. Acesso em: 27 jun. 2019.

MATOS, Marlise. Marques, Danusa. Caminhos das discussões acadêmicas sobre o tema de gênero, mulheres e política: em que momento estamos? **Observatório Brasil da igualdade de gênero**. 2007. Disponível em:

<<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/caminhos-das-discussoes-academicas-sobre-o-tema-de-genero-mulheres-e-politica-em-que-momentos-estamos>>. Acesso em: 17 de agosto de 2019.

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas tentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.3, setembro-dezembro 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n3/v18n3a03.pdf>> Acesso em: 27 de junho de 2019.

MORITIZ, Maria Lúcia. Schulz, Rosangela. Quando as Mulheres São Bem Votadas: o caso das deputadas federais no RS/2010. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 4, jul./dez., 2013. Disponível em <<http://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-4/artigos/artigo-6-maria-lucia-e-rosangela.pdf>>. Acesso em: 17 de agosto de 2019.

PÉREZ, Verónica; VAIRO, Daniela. Dime quién eres y te diré que tan igualitario/a eres: Valores de género e implicancias para la participación política en uruguay. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.7, n.1, p.175-198, jan.-abr. 2013. Online. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/34167/24046>> Acesso em: 27 jun. 2019.

REZENDE, Daniela Leandro. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.25, n.3, p. 1199-1218, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000301199&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Jun. 2019.

DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O FEMININO: POLÍTICA E GÊNERO NAS FOTOGRAFIAS DE HILDEGARD ROSENTHAL¹

Maria Clara Lysakowski Hallal²

Resumo

Os discursos e representações sobre o feminino são construídas e repensadas a todo instante. A partir disso, Hildegard Rosenthal, uma fotógrafa alemã que veio para o Brasil e fotografou a cidade de São Paulo na década de 1940, fez registros do urbano da cidade, porém, indo além. No período não era comum mulheres serem retratadas em atividades cotidianas, como na zona cerealista trabalhando, pegando o bonde ou vendendo alimentos na rua. Diante disso, pretendeu-se objetivar como essas mulheres foram fotografadas e mostradas pela ótica de gênero de Hildegard Rosenthal. Entende-se que essas fotografias são um ato político, pois trouxeram visibilidade a essas personagens que não eram vistas como participantes da conjectura social de São Paulo no período. Para analisar as fotografias, que foram obtidas no Instituto Moreira Sales (SP), foram realizados procedimentos como, primeiro, separar os registros em categorias e, após, apreciar as mesmas, sob o prisma da Cultura Visual. Como principais resultados, tem-se que as fotografias analisadas são importantes para entender o contexto político e de relações de poder da época e, como diversos femininos podem ser produzidos a partir da ótica fotográfica.

Palavras Chaves: Hildegard Rosenthal; Feminino; São Paulo; Fotografias; Contexto Político.

TRAJETÓRIA DE UMA FOTÓGRAFA: A VIDA DE HILDEGARD ROSENTHAL

As representações sobre o feminino são construídas e repensadas a todo instante, então, ao estudar uma fotógrafa mulher e sua produção, pode-se ter diversas análises. Assim, para compreender o processo de fotografar de Hildegard Rosenthal já adulta, é necessário entender o processo de construção e transformação de Rosenthal jovem, estudante de fotografia na Europa até sua consolidação no mercado fotográfico, sendo considerada a primeira fotojornalista brasileira.

Hildegard Rosenthal nasceu na Suíça, em 1913. Logo sua família mudou-se para a Alemanha. Vivenciou uma época difícil no país, a derrota na I Guerra Mundial e a consequente

¹ "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".

² Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista Capes. email: clarahallal@hotmail.com.

crise econômica. Por outro lado, como Dines (2017, p.94), afirmou, “ela conviveu com o clima inovador da República de Weimar (1919-1933) e da vanguarda artística do país, que expressou suas propostas e projetos, disseminando lufadas de ideias frescas e renovadas”. Nesse contexto que Rosenthal viveu sua juventude, com a sensação de derrota por parte da Alemanha na guerra, vanguarda artística do país e a ascensão de Hitler ao poder.

Conforme dados de Ana Paula Gonçalves (2007, p.21), aos 18 anos Rosenthal se inscreveu no curso de fotografia de Paul Wolff e ali aprendeu a utilizar a câmera Leica, máquina que começou a ser produzida em 1923 e passou a ser vendida em 1925. O filme permitia 36 exposições sem recargas e foi seu instrumento de trabalho por toda sua produção. A máquina era de fácil transporte e era de 35mm, conferindo, imagens de vários ângulos. Depois, Hildegard estudou química e ela mesmo fazia a revelação dos seus filmes.

No ano de 1933, Rosenthal vai a Paris para continuar seus estudos. Na cidade, conhece Walter Rosenthal, com quem viria a casar só no Brasil. No ano seguinte, o casal retorna à Alemanha, onde ela é contratada pela empresa *Rhein Mainischer Bildverlag*, para trabalhar como fotógrafa. Seu então namorado era judeu, e devido a perseguição iniciada a esse grupo, o casal resolveu voltar a Paris, onde Rosenthal trabalhou em agências locais e conheceu Lasar Segall. Este seria o responsável por introduzir a fotógrafa no círculo artístico e intelectual do Brasil.

Com a promessa de emprego e para fugir das perseguições, Walter Rosenthal emigra para o Brasil. No ano seguinte, Hildegard Rosenthal também chega ao país. Em 1937 já instalada em São Paulo, trabalha como orientadora de laboratório na empresa de serviços fotográficos Kosmos. Alguns meses depois ela é contratada pela agência fotográfica *Press Information* como fotojornalista, e passa a assumir a filiar brasileira, além disso, começa a produzir reportagens para periódicos nacionais e internacionais sobre a realidade brasileira. Com o nascimento da sua primeira filha, em 1948, ela interrompe as suas práticas profissionais. Como as autoras Oliveira & Bracher (2010), afirmam, só décadas mais tarde suas fotografias foram para o circuito das exposições³, a primeira foi em 1974, no Museu de Arte

³ **Exposição Individual:** 1974 - São Paulo SP - Hildegard Rosenthal - Fotografias, no MAC/USP

Exposições Coletivas:

1975 - São Paulo, SP - Memória Paulistana, no MIS/SP

1977 - São Paulo, SP - 14a Bienal Internacional de São Paulo, na Fundação Bienal - premiada

Contemporânea em São Paulo. Na Bienal de 1977, ganhou o prêmio de melhor fotógrafa. Ela, então, passou a ser convidada para participar de exposições, tendo falecido em 1990.

Contemporâneas de Hildegard, chegaram no Brasil e também fizeram parte da consolidação da presença feminina na linguagem fotográfica, mas, acima de tudo fizeram parte da consolidação da linguagem visual da fotografia moderna, como as fotógrafas Alice Brill (alemã e viveu entre 1920-2013) e a húngara Judith Munk (1922 – 2004).

O FEMININO NAS IMAGENS DE HILDEGARD ROSENTHAL: IMAGENS FOTOGRÁFICAS COMO ATO POLÍTICO

O corpo feminino é sujeito a práticas e efeitos de discursos, ainda, diversos femininos foram (são e serão) produzidos, através de relações de poder e normas vigentes em determinadas épocas.

Discutir a feminilidade como efeito de discursos é assumir que ela é inventada e sustentada pela repetição de normas e de signos que operam como práticas. Ela se desloca conforme a cultura, a história, a regionalidade, a época e a sociedade em que os sujeitos vivem. Por conseguinte, as fotografias de Hildegard Rosenthal demonstram diversos saberes, práticas e posições das mulheres na cidade de São Paulo na década de 1940. Eis a primeira imagem:

1978 - Campos do Jordão, SP - 1o Encontro Fotográfico de Campos do Jordão

1979 - São Paulo, SP - 15a Bienal Internacional de São Paulo, na Fundação Bienal

1980 - São Paulo, SP - O Homem Brasileiro e Suas Raízes Culturais, no Masp

1980 - São Paulo, SP - 1a Trienal de Fotografia, no MAM/SP

Exposições Póstumas

1992 - São Paulo, SP - Retrato de Artista, no Masp

1993 - São Paulo SP - Um Olhar Feminino dos Anos 40, na Galeria Fotoptica

1997 - São Paulo, SP - 7a Coleção Pirelli/Masp de Fotografias, no Masp

1999 - São Paulo, SP - Hildegard Rosenthal: cenas urbanas, no Instituto Moreira Salles

2000 - Valência (Espanha) - De la Antropofagia a Brasília: Brasil 1920-1950, no IVAM. Centre Julio Gonzáles

2002 - São Paulo, SP - Da Antropofagia a Brasília: Brasil 1920-1950, no MAB/Faap

2004 - São Paulo SP - São Paulo 450 Anos: a imagem e a memória da cidade no acervo do Instituto Moreira Salles, no Centro Cultural Fiesp

2004 - São Paulo, SP - Panoramas SP, no MIS/SP

2019 – São Paulo, SP – São Paulo: três ensaios visuais, no Instituto Moreira Salles

Fotografia 1: Mulheres na Zona Cerealista.



Fotógrafa: Hildegard Rosenthal, 1940. Acervo: Instituto Moreira Sales

A fotografia posada é de um grupo de mulheres que iam a zona cerealista de São Paulo para comprar alimentos e mantimentos, algumas vendiam os alimentos in natura em outros locais da cidade, outras mulheres faziam doces, bolos e vendiam na cidade. Sabe-se que a partir da Segunda Guerra Mundial⁴ houve a ausência dos homens nas fábricas e trabalhos em geral, visto que muitos tinham ido lutar na Guerra. Fato ocorrido na Europa em grande proporção e no Brasil em menos participação⁵. Então, Hildegard Rosenthal tinha esse olhar estrangeiro perante suas fotografadas, muitas eram mulheres que na ausência de seus companheiros, tiveram que inventar novas profissões e a venda de alimentos era uma ocupação muito utilizada. Ou mesmo com companheiros, trabalhavam para complementar a renda.

Nota-se também na imagem o estranhamento das fotografadas para o ato de fotografar, isso pode-se ser devido a falta de “costume” em aparecer nas imagens, por exemplo. Ainda, Rosenthal possuía um olhar de transeunte, fotografava o céu com fios, calçadas e carros. E buscava esse enquadramento com a sensação de estranhamento, como se estivesse descobrindo esse Brasil que era desconhecido por ela. Ainda na zona cerealista, tem-se a próxima fotografia:

⁴ Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial em 30 de junho de 1944, ao lado dos países aliados, isto é, Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética e as resistências civis-militares de países como a França.

⁵ Nosso país enviou cerca de 25 mil homens da Força Expedicionária Brasileira (FEB), e 42 pilotos e 400 homens de apoio da Força Aérea Brasileira (FAB).

Fotografia 2: Tomando o bonde na zona cerealista.



Fotógrafa: Hildegard Rosenthal, 1940. Acervo Instituto Moreira Sales.

A fotografia apresenta uma mulher indo à direção do bonde ou esperando o mesmo passar para atravessar a rua. Como na fotografia 1, é mais uma mulher com suas compras na zona cerealista. Nesse período, eram poucos os papéis para a mulher na sociedade e a grande maioria era controlado. Nisso, é interessante salientar que Rosenthal, sendo uma fotógrafa de rua, que fotografava os atores sociais do urbano, realizava um gesto político ao retratar as mulheres, que na época não eram protagonistas das imagens urbanas.

Para entender esse processo, Perrot (2007) explicita que é recorrente o fato das mulheres serem silenciadas ou parecerem invisíveis, “há uma espécie de silêncio das fontes” (PERROT, 2007, p.17). Consequente, não é por falta de fontes que as mulheres não eram estudadas, mas, sim existia uma “invisibilidade ideológica”.

Rosenthal nesse processo dialoga com suas mulheres fotografadas, se não de forma direta, mas na forma da possível identificação com esses sujeitos femininos trabalhando em lugares inóspitos e onde são, por vezes, invisíveis. O processo do ato de fotografar é tomar posse de um momento vivido, um recorte do tempo, espaço e lugar, que possibilita inúmeras narrativas e sentidos para a imagem. Nessa direção, merece atenção o trabalho de André Rouillé, intitulado “A fotografia: entre documento e arte contemporânea” (2009), que explicita:

A imagem fotográfica não é um corte nem uma captura nem o registro direto, automático e analógico de um real preexistente. Ao contrário, ela é a produção de um novo real (fotográfico), no decorrer de um processo conjunto de registro e de transformação, de alguma coisa do real dado; mas de modo algum assimilável ao real. A fotografia nunca registra sem transformar, sem construir, sem criar (ROUILLÉ, 2009, p. 77).

A fotografia não registra coisas preexistentes, ela transforma e faz ser alguma coisa. O objeto fotografado é resultado de um posicionamento ideológico, visão, técnica, estética e objetivos do fotógrafo. O seu olhar, concebido pela lente fotográfica, transforma aquele momento possível de múltiplas representações.

Para Butler (1990), os sentidos construídos sobre os gêneros femininos e masculinos, isto é, homens e mulheres, devem ser analisados em forma de perguntas e não em categorias fixas. Desse modo, a autora entende que o sexo é culturalmente construído e que “it becomes impossible to separate "gender" from the political and cultural intersections in which it is produced and sustained”⁶ (BUTLER, 1990, p.134).

Percebe-se dessa forma que mais do que ser mulher, a questão é os sentidos que são produzidos. Como no caso de Rosenthal, a fotografia foi um dispositivo envolto por uma rede de relações e possibilidades; seu gênero, condição de imigrante e até mesmo a pouca presença feminina, até então, nas fotografias das cidades, deve-se levar em conta.

Por isso, entende-se que as identidades não são fixas e permanentes, são mutáveis, rodeada de possibilidades e mudanças. Como Stuart Hall (1999) demonstra que “a identidade torna-se uma “celebração móvel””: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.” (Hall, 1999, p.13).

A identidade é uma construção sócio histórica e uma rede de trocas, seguindo esse preceito, as fotografias registradas também podem ser vistas, especialmente no caso da

⁶ Torna-se impossível separar “gênero” das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado” (tradução da autora).

fotógrafa estudada, a possibilidade de lidar com as suas próprias questões; identitárias (sexo, gênero e como imigrante), sociais (diversas classes sociais estão presentes nas imagens) e, principalmente, como esses elementos estão empregados nas representações das mulheres fotografadas em São Paulo na década de 1940. Assim, Vivian Castro de Miranda (2017) entende que a fotografia analisada sob o prisma de gênero, pode ser analisada sob a perspectiva do conteúdo e da intimidade da fotógrafa com o objeto ou a representação desse fotografado.

Hildegard Rosenthal sob essa perspectiva produz discursos políticos por meio das suas narrativas visuais. Também é interessante observar que diversos femininos foram representados nas suas fotografias, como demonstra a terceira imagem.

Fotografia 3: Largo do Arouche, Nova Mulher.



Fotógrafa: Hildegard Rosenthal, 1940. Acervo: Instituto Moreira Sales.

Através das fotografias, Hildegard Rosenthal construiu um discurso sobre aquelas pessoas e seu modo de vida. Desde as mulheres trabalhadoras na zona cerealista até a mulher passeando, comprando flores e flanando pelas ruas. Não somente as mulheres mais humildes e trabalhadoras, mas, mulheres das mais diversas classes e origens também foram fotografadas, inclusive crianças, como demonstra as fotografia 4 e 5.

Fotografia 4: Liberdade, crianças tomando sorvete.



Fotógrafa: Hildegard Rosenthal, 1940. Acervo: Instituto Moreira Sales.

Fotografia 5: Crianças no bairro Liberdade.



Fotógrafa: Hildegard Rosenthal, 1940. Acervo: Instituto Moreira Sales.

As crianças imigrantes também faziam parte desse cenário de São Paulo da década de 1940 e assim foram registradas; com leveza e doçura inerentes ao universo infantil. O posicionamento da fotógrafa ocorria até nos mínimos detalhes, como a inocência das crianças.

Assim, era uma forma de mostrar a visibilidade das mulheres imigrantes, mesmo que ainda crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fotografias de Hildegard Rosenthal podem ser consideradas um ato político a medida em que ela captura nessas imagens mulheres, incluindo crianças, das mais variadas classes sociais. Desde trabalhadoras indo a zona cerealista para comprar mercadorias para revenda ou para fazer quitutes para venda, até uma outra trabalhadora com um saco de compras na cabeça e até mesmo as crianças imigrantes sendo retratadas comendo um picolé.

Assim, pelas imagens, o espaço da mulher de São Paulo foi marcado. Rosenthal procurava na cidade a vida das pessoas e sua interação com o ambiente. As mulheres são a sua fonte de inspiração, é por meio das personagens que a fotógrafa percebe e absorve melhor a cidade. As dificuldades inerentes pelo próprio trabalho feminino também são representadas nas fotografias das mulheres na zona cerealista, carregando “trouxas” de mercadorias. Também as mulheres das mais diferentes classes são representadas na fotografia no Largo do Arouche, assim, diversos femininos são produzidos a partir da ótica fotográfica.

As fotografias 1 e 3, por exemplo, demonstram oposição no olhar do retratado. A primeira imagem, as mulheres retratadas estão com olhar sério e até mesmo desconfiadas. A terceira imagem, a retratada apresenta leveza e aparente felicidade no olhar. Assim, pode-se entender, que as fotografias de Hildegard Rosenthal apresentam pessoas em seu cotidiano; trabalhadoras talvez cansadas do serviço e de ter que trabalhar na rua, mulheres indo pegar o bonde para continuarem suas jornadas, uma outra fotografada passeando e flanando pelas ruas de São Paulo e, por último, duas crianças imigrantes ou descendentes, tomando sorvete no bairro da Liberdade.

Assim por meio do discurso imagético, Hildegard Rosenthal podia evidenciar a presença das mulheres no cenário urbano da cidade de São Paulo na década de 1940. Trazia seu discurso político, enaltecendo a presença feminina em atividades cotidianas, por meio de seu ato fotográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

BUTLER, Judith. Gender Trouble. **Feminism and the Subversion of Identity**. Routledge, New York, 1990

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós- modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

OLIVEIRA, Maria Luiza; BRACHER, Beatriz. **Metrópole: Hildegard Rosenthal**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Senac, 2009.

SONTAG Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Artigos em periódico:

DINES, Yara Schreiber. São Paulo na imagética de Hildegard Rosenthal e de Alice Brill, fotografias imigrantes modernas. **Proa - revista de antropologia e arte | campinas | n.7 | v.1 | p. 88 - 128 | jan-jun | 2017**.

MIRANDA, Vivian Castro. Nan Goldin: da fotografia do cotidiano à visibilidade Drag Queen. **Cadernos de gênero e visibilidade**. Vol 03, N. 03 - Set., 2017 Disponível: <http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v3i3.23657> Acesso: 10/12/2018

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005, vol.24, n.1, pp.77-98. ISSN 1980-4369. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004> Acesso: 10/10/2018

Trabalhos de conclusão de curso/ dissertações e teses:

GONÇALVES, Ana Paula Chrystina Scarpin. **Hildegard Rosenthal - pioneira da fotografia do Brasil**. São Paulo: Trabalho de Conclusão de Curso, ECA/USP, São Paulo, 2007.

“GÊNERO, CLASSE E SEUS SENTIDOS NA JUSTIÇA EM PROCESSOS DE FEMINICÍDIO”

Carolina Freitas de Oliveira Silva¹

Resumo

Este estudo pretende compreender como a justiça trabalha as questões de raça, classe e gênero nos crimes de feminicídios ocorridos em Pelotas entre 2012 à 2015. Objetiva-se entender qual o espaço dado pela justiça a esses aspectos e investigar como são articuladas as questões identitárias dentro dos processos judiciais. A análise foca nos processos judiciais, na denúncia realizada pelo MP, nos depoimentos do réu, das testemunhas e nas decisões judiciais que integram o litígio. Para a análise dos dados coletados no campo de pesquisa, utilizou-se a ferramenta NVivo. Observou-se uma importante diferença entre os números oficiais e os da DHPP é aproximadamente três vezes maior que o valor divulgado pelo Estado, o que demonstra uma fragilidade dos números oficiais da violência. Quanto ao gênero, ele é considerado o fator que irá valorar o crime e a vítima. Na raça e classe, notou-se que há omissão por parte do judiciário quanto a esses dados, tanto na fase investigatória quanto no decorrer do processo.

Palavras Chaves: feminicídio, justiça, gênero, classe, raça.

APRESENTAÇÃO

Foi nos anos 70, por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que as mulheres foram incluídas no rol dos indivíduos alcançados pelos direitos humanos. Posteriormente, nas convenções do Cairo (1994), Bejgin (1995), Pará (1994) e Durban (2001) foram incluídas a condenação e o enfrentamento a toda e qualquer forma de violência contra as mulheres.

No Brasil, a inclusão de demandas que problematizavam as relações oriundas do gênero data-se da década de 80, com o SOS Mulher e a criação da primeira Delegacia Especializada ao Atendimento da Mulher (DEAM), em São Paulo. A experiência com a DEAM, mostrou ser necessária a criação de medidas de proteção à mulher vítima de violência, principalmente as pertencentes a camadas populares (BANDEIRA, 2008). Para suprir essa demanda e dar respaldo as delegacias especializadas, incluíram-se as causas referentes a violência doméstica

¹ Doutoranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: carolinafgoliveira@gmail.com. Pesquisa realizada com recursos do CNPQ. Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

no rol de competência da Lei 9.099/95 -Juizados Especiais Criminais e Cíveis. Contudo, conforme Bandeira (2008) menciona, estipular que este tipo de conduta é de menor potencial ofensivo e punir os agressores com o pagamento de cestas básicas acabou banalizando esses crimes (BANDEIRA, 2008).

Condenado pelo Tribunal Penal Internacional², o Brasil cria a Lei. 11.340/06, Lei Maria da Penha (LMP), no ano de 2006 e criminaliza a violência doméstica contra a mulher. A legislação tem como principal adjetivo trazer a ideia de universalidade de direitos Pasinato (2015).

Apesar da LMP se mostrar eficaz no que tange ao conhecimento sobre a lei pelo público feminino, verificou-se, na década subsequente à criação lei, um aumento dos assassinatos de mulheres. A partir do conhecimento desta realidade, foi criada em 2013 a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência Contra a Mulher (CPMVCM), cujo relatório deu origem ao projeto de Lei que criou a Lei .13.104/15, Lei do Feminicídio. Tal legislação modificou o art. 121 do Código Penal, criminalizando o assassinato de mulheres em razão do seu gênero no país.

Desta forma, pretende-se, analisar como gênero e classe são percebidos pelo poder judiciário em sua atuação ao processar e julgar crimes de feminicídios. O estudo realizou-se na cidade gaúcha de Pelotas, tendo como objetivos entender como estes mecanismos atuam no julgamento dos processos e compreender a forma como a classe e a raça das vítimas e autores aparecem nas ações judiciais.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Não há registros que consigam revelar quando a violência contra a mulher teve início no Brasil, mas o tema passou a ter maior notoriedade a partir da década de 80. Porém, na literatura é possível encontrar trabalhos que já explicitam a violência contra a mulher no período colonial. Naquele tempo, ela poderia ser enclausurada em casa ou em instituições religiosas

² Refere-se ao processo movido por Maria da Penha Fernandes e diante dos resultados indesejáveis na adoção da Lei 9099/95 na resolução desses conflitos.

pelo marido ou pai, caso desobedecesse às normas de conduta instituídas pela coroa³, ou até se deixasse de demonstrar-se pura e ingênua (DEL PRIORE, 2014, p. 55).

Apesar da articulação global em torno dos direitos da mulher ter iniciado nos anos 50, em razão do momento político em que passava o país, a abertura aos grupos de feministas ocorreu somente no anos 90. A agressão às mulheres eram a principal temática levantada por esse grupo e, segundo seus preceitos, abrangiam questões de raça, classe, etnia e ideologia, (SANTOS; MACDOWELL, 2010, p. 05).

Apesar disso, em 1975 (eleito pela ONU como o Ano da Mulher), as mulheres se reuniram em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte para discutir seu papel na sociedade. (COSTA, 2005, p. 13). Em 1980, é criado o SOS mulher, em São Paulo que considera-se como a primeira entidade cujo objetivo é proteger as mulheres vítimas de violência, foi formado a partir da união de diversos grupos feministas. Os Estados de Minas Gerais e de São Paulo criam, em 1983, Conselhos Estaduais da Condição Feminina. Sucessivamente, foram inaugurados mais onze Conselhos nas capitais dos Estados mais significativos do país (BARSTED, 1994, p. 43).

Na academia, a análise feita por Scott (1986) trabalhando a categorização do gênero, em 1986, influenciou estudos feministas no Brasil e a formação de uma teoria social feminista. As contribuições acadêmicas sobre gênero ocorreram como Gregori (1999), Piscitelli (1997), Heibom e Sorj (1999). As questões que envolvem a violência contra a mulher têm seus primeiros esboços no trabalho de Gregori (1993), Sueli de Souza e Heleieth Saffioti (1995).

Com a Constituição Federal de 1988⁴, o Estado Brasileiro ratifica a igualdade entre homens e mulheres⁴, assegura a assistência às famílias e coíbe a violência familiar contra qualquer um de seus membros.⁵ Na década de noventa, nota-se um movimento do Brasil junto aos organismos internacionais, para articulação de redes nacionais relacionadas as mulheres.

³ A sistemática social determinada pela coroa portuguesa pretendia preservar a estrutura social do país, ou seja, priorizavam a estrutura familiar os bons costumes. Em consequência, o comportamento da mulher deveria equivaler-se ao de uma santa. A submissão aos seus pais, maridos e a qualquer pessoa de grande influência regravam.

⁴ “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

⁵ Art. 226, §8º: O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Na década de noventa cria-se a Lei 9.099/99, dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e esse mecanismo passa a ser utilizado para o julgamento dos crimes contra mulheres. Todavia, o uso dessa instância gerou fortes críticas quanto a forma como ocorriam a resolução dos conflitos. (Pasinato 2004; 2008). A aplicação de penas leves levou a uma banalização dos delitos. Ainda, segundo Azevedo (2008), isso ocorreu porque o Estado não investiu na realização de mediações adequadas, pois se o fizesse poder-se-ia aplicar a pena mais adequada em cada caso.

A partir de articulações ocorridas no interior dos movimentos como a convocação de conferências de políticas para as mulheres cria-se a Lei 11.340 - Lei Maria da Penha⁶ (LMP), em 2006. Para Faccini (2010), isso se deu "a partir de uma relação transversal entre a Secretaria de Política para Mulheres (SPM) em relação a outros ministérios e de sua articulação com o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres (CNDM)" (FACCHINI; FERREIRA, 2010, p. 04).

A LMP traz a promessa de prevenir e coibir a violência doméstica contra a mulher nas suas formas física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A lei prevê ainda a criação de uma rede de apoio as mulheres vítimas de violência doméstica com abrangência multidisciplinares, afim de obter resultados significativos.

O país reagiu positivamente a essa lei, contudo, alguns entraves dificultaram a funcionalidade de todos esses mecanismos. Pasinato (2010) assinala que os obstáculos persistem para que as medidas de proteção das mulheres tenham maior efetividade, entre eles, o cumprimento das medidas protetivas. Segundo a autora, as medidas não se "enquadram na realidade da vítima, ou o pedido não fornece ao juiz elementos suficientes para decidir sobre a necessidade, nem mesmo sobre sua adequação" (ADORNO; PASINATO, 2010, p. 227).

Além disso, algumas investigações sobre acesso à justiça e violência contra a mulher⁷ demonstram fragilidades de outras dimensões. Obstáculos de cunho econômico, social e cultural dificultam a resolução dos conflitos e garantia de direitos à justiça. Tais impasses, para Pasinato (2003; 2015), divergem em graus, de acordo com cada sociedade e grupos

⁶ Este movimento do Estado ocorreu em razão da condenação do Brasil pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 20 de agosto de 1998, por omissão frente às tentativas de assassinatos cometidas contra Maria da Penha Maia Fernandes. Entre as recomendações do órgão estão a implementação de políticas que visam a garantia do direito à integridade física das mulheres (CIDH, Relatório Anual, 2001). Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>.

⁷ Pasinato (2006, 2015).

populacionais. Porém, no caso das mulheres, esses são obstáculos subjetivos, ligados à afetividade contida nas relações violentas, as condições proporcionadas para que essas vítimas conheçam seus direitos e os mecanismos existentes para tanto (PASINATO, 2017, p. 538).

Em momento posterior, após os oito primeiros anos de funcionamento da LMP, Pasinato (2017) que a lei estaria realizando seu papel. Contudo, cita alguns problemas a serem enfrentados como a pouca oferta dos serviços de atendimento às mulheres, a não responsabilização dos culpados, a pouca segurança às vítimas, a falta de atendimento multidisciplinar, além da ocorrência de discriminação dos agentes públicos às vítimas que recorrem à polícia. Além disso, “diagnósticos e estudos realizados nesse período revelam que a aplicação da Lei está restrita à esfera judicial criminal, onde ocorre, também, com dificuldades e limites” (PASINATO, 2017, p. 537).

Dessa forma, é importante clarificar ao leitor não se pretende, aqui, exaurir as questões que permeiam à violência contra a mulher e à LMP, pois o tema central desta pesquisa é o assassinato de mulheres.

A MORTE DE MULHERES NO BRASIL

Estudos demonstram que à época das Ordenações Filipinas (sé. XVI à XIX) era permitido aos maridos matarem suas mulheres. Tal possibilidade visava manter o desenvolvimento da colônia e punir aquelas que praticavam atos contrários às regras sociais, no caso, a infidelidade (MELLO, 2016).

Esse panorama começa a modificar-se a partir do séc. XIX, com o novo regime de governo implementado no país que trouxe, dentre outros, novo papel para o casamento e as mulheres no Brasil. Posteriormente, a Lei 6.515/77- Lei do Divórcio “permitiu que introduzissem “novos” modelos familiares, decorrentes de reorganizações conjugais” (CANO, 2009, p. 214). Essas mudanças sociais mudaram de fato, o papel das mulheres na família, o significado e abrangência da conjuntura familiar.

Apesar de ocuparem outros lugares na sociedade, a violência perpetrada contra as mulheres ainda se fazia presente. Mais de dez anos depois da primeira criminalização da violência contra as mulheres, a LMP mostrou que o país evoluiu no sentido de uma construção

de uma cidadania de gênero, mas os mecanismos trazidos pela lei não foram suficientes para evitar morte das vítimas.

A confirmação do aumento dos feminicídios foi confirmada, em 2010, por pesquisa da ONU, em conjunto com a Anistia Internacional. Segundo este levantamento, a situação das mulheres do país é preocupante. No relatório de março daquele ano, 70% das mulheres brasileiras sofriam algum tipo de violência. Em 2010, conforme estatísticas da UNODC, 84 mil mulheres foram assassinadas, no mundo. (MELO, 2016, p. 123).

A partir do aumento dos assassinatos de mulheres, adicionando-se o apelo dos movimentos sociais para que se cumprisse a Convenção do Pará o governo instalou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, em 2013, para investigar a Violência contra a Mulher (CPMIVCM). Diante do resultado obtido, o colegiado da Comissão apresentou o projeto de lei que criminaliza o assassinato de uma mulher em razão do seu gênero, o feminicídio.

Segundo o relatório final da Comissão que criou a Lei, o Parecer sobre Violência contra Mulheres, suas Causas e Consequências, as Conclusões Acordadas da Comissão sobre o Status da Mulher (57ª Sessão de março/2013), entre outros instrumentos internacionais, exigiram uma resposta legislativa contra este fenômeno (SENADO FEDERAL, 2013, p. 07).

A CPMIVCM investigou a situação da violência em dez dos Estados mais violentos do país (SENADO FEDERAL, 2013).

Durante o trabalho, detectou que as vítimas de violência encontravam, entre outros, dificuldades no atendimento às vítimas nas delegacias e quanto ao andamento dos processos, racismo institucional contra mulheres indígenas e negras nas delegacias de polícia e no sistema de saúde, má conservação de abrigos às mulheres vítimas de violência, sobrecarga de processos de juízes e juízas e a ausência de tradutor para mulheres indígenas ou pomeranas, para que consigam registrar a ocorrência policial ou para que sejam compreendidas pelas policiais.

Em seu relatório final a Comissão sugeriu, entre outras, uma reavaliação orçamentária cujo objetivo é a expansão da rede de apoio as mulheres, a elaboração de um plano de enfrentamento em âmbito nacional, que indique o impacto desses crimes na sociedade. Indica, ainda, a necessidade de criminalização específica do assassinato de mulheres no país, para que se reconheça que as mulheres estão morrendo em razão do seu gênero.

De autoria da CPMIVM, derivado da PL 8.305/14, a Lei 13.104, Lei do Feminicídio, em 9 de março de 2015, é sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. A qualificadora inserida no artigo 121 do Código Penal insere o feminicídio no rol de crimes de tipo qualificado, compreendendo o “feminicídio como o assassinato de uma mulher por razão de seu sexo”, com pena de 12 a 30 anos para os autores.

Apesar de ter criado a lei, o texto é omissivo quanto a disponibilização de verbas para criação de políticas de enfrentamento deste tipo de violência, questões que são mencionadas no relatório da CPMIVCM.

A QUESTÃO METODOLÓGICA

A pesquisa analisou doze processos judiciais arquivados de assassinatos de mulheres julgados na 1ª Vara Criminal do Júri e Execuções Penais (VEC) da cidade. As ações tramitaram entre 2012 e 2015.

Em razão do período estudado e por se tratar de processos arquivados, a lei do feminicídio é aplicada em apenas um caso. Nos outros, os acusados respondiam pelo crime de homicídio doloso, com identificação de “Violência doméstica”. Em dois processos, os réus foram inocentados pois foram considerados inimputáveis.

Foram usados os métodos qualitativos e quantitativos. O primeiro, através do método feminista de análise dos dados (BURNS; CHANTLER, 2015, p. 114) e de entrevista semiestruturada. Da mesma forma, usou-se da pesquisa documental nos arquivos da Polícia Civil e do poder judiciário. Aplicou-se, ainda, análise do discurso escrito. A contagem dos casos de feminicídios ocorridos no Brasil, no Rio Grande do Sul (RS) e em Pelotas.

O ASSASSINATO DE MULHERES EM PELOTAS

O município está entre os maiores do estado, ocupando o quarto lugar com 341.648 mil habitantes, segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Quanto aos crimes de assassinato, cometidos contra mulheres na cidade, os levantamentos da Secretaria de Segurança Pública (SSP/RS) referente aos anos de 2013 à 2016, demonstram que a cidade teve a 5ª maior ocorrência de assassinatos de mulheres, com 11 casos. Contudo, a pesquisa verificou que esse

número é maior. Conforme o controle interno da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Pelotas, foram 29 vítimas no período. (SSP/RS, 2016).

Nos crimes tentados, entre 2013 e 2016, os números divulgados pela SSP/RS indicam que 28 mulheres sofreram tentativa de assassinato. Entretanto, foram identificadas 63 tentativas nos documentos da DHPP. As divergências nas informações demonstram uma possível fragilidade na quantificação dessas violências.

O GÊNERO E A CLASSE NOS HOMICÍDIOS

O papel do gênero da vítima no assassinato de mulheres é central, é ele quem irá valorar a vítima como merecedora ou não da morte. Busca-se criar um perfil da vítima, como “boa” ou “má”. não é raro encontrar perguntas da polícia, da defesa, da acusação ou do próprio magistrado sobre a vida da vítima. No caso a seguir, uma testemunha do crime fala sobre o perfil da vítima “Testemunha: Alega que a vítima era mulher do tipo discreta e que trabalhava em estabelecimento comercial próximo de sua casa”.

Outra forma de valoração da vítima, nesse sentido, são as questões referentes a sua vida particular, tal como:

MP: Ela era mulher séria?

Testemunha: Sim, era parceira, responsável. Tinha todas as qualidades de uma boa pessoa

MP: Você conheceu a família dela?

Testemunha: Sim, conheci toda ela (Caso 07).

Nota-se a ênfase em dizer que se tratava de uma pessoa “séria”. A testemunha, nesse caso, era um amigo da vítima, que havia tido relação amorosa com a vítima há alguns anos, porém, posteriormente e, à época do crime, mantinha vínculo de amizade. O que se propõe, aqui, é demonstrar que apesar do relacionamento anterior com a testemunha, a vítima era alguém que colaborava com as pessoas, uma pessoa “decente”.

A identificação da condição econômica foi realizada com a investigação de diferentes evidências como nas declarações das testemunhas que versavam, em algum momento, sobre a condição socioeconômica dos envolvidos.

Em relação à localização dos crimes, a maioria ocorreu em regiões consideradas periféricas onde vivem, segundo o plano diretor da cidade, famílias com menores rendimentos ou pertencentes a classes menos favorecidas.

No que diz respeito às vítimas, em cinco casos foram verificadas informações sobre dados socioeconômicos. Não há muitas declarações ou questionamento no decorrer dos processos sobre uma possível relação do crime com essa condição. Todavia, pode-se verificar que todas as mulheres assassinadas trabalhavam e a motivação para suas mortes foram o ciúme ou fato dos autores não terem aceitado o fim da relação amorosa que mantinham com a vítima. Estas evidências demonstram, portanto, a possibilidade de relação entre o fator socioeconômico – a independência financeira da vítima em relação ao autor, como motivo para o cometimento do crime.

A situação socioeconômica dessas vítimas se aproxima do que foi encontrado nas investigações de Fachinetto (2012), Westphal (2016), Melo, (2016) e Meneghel (2017), que têm como objetivo analisar assassinatos sobre uma perspectiva jurídica, das masculinidades e de saúde pública. Em suas pesquisas, a maioria dos indivíduos envolvidos nos crimes, vítimas e réus, pertenciam a classes sociais menos favorecidas.

O cenário para a identificação dos réus contem maiores omissões, tanto nas informações raciais quanto nas condições econômico-sociais. Os dados obtidos sobre a ocupação ou situação econômica dos réus estão em menor número que as femininas. Foram encontradas informações em seis processos e o que se notou foi que a maioria deles ocupavam cargos que tem menor rendimento mensal, como por exemplo: auxiliar de serviços gerais, vendedor, desempregados, engenheiro-agrônomo, aposentado por invalidez e a outra metade não foi possível identificar.

Desta forma, a partir das discussões apresentadas no artigo, pode-se observar a existência de um campo que culmina importantes divergências, mas ainda sim propício e necessário seu debate. A violência contra a mulher no Brasil ganhou destaque e vem sendo discutida somente nos últimos quarenta anos, contudo, apesar da brevidade e das dificuldades encontradas no enfrentamento desse tipo de violência, o país tem evoluído na construção da cidadania femina.

Mesmo com dificuldades na articulação das políticas de apoio à mulher vítima de violência, a Lei Maria da Penha é um marco nos direitos femininos, pois como se notou, as

DEAM'S, os juizados da violência contra a mulher têm cumprido, de certa forma seu papel. Entretanto, o fator que mais evidencia a sua efetividade é a amplitude que esse instrumento alcançou ao seu conhecimento pela maioria das mulheres.

No que se refere à denominação dos crimes de assassinato de mulheres, notou-se que esta é uma demanda recente e que o ocorrido em Juarez impactou os não só o Estado Mexicano, mas outras nações, incluindo o Brasil. A criminalização, aqui, desse crime, através da Lei do feminicídio, em razão de sua brevidade, não permite ainda que tracemos um diagnóstico amplo e preciso da sua aplicabilidade/eficiência.

No que se refere, ainda, as análises dos dados apurados durante a pesquisa, pontua-se a diferença, quase três vezes menor dos números de assassinatos de mulheres divulgados pela SSP/RS comparados os casos contabilizados pela delegacia local.

Partindo para a análise dos processos, pode-se perceber que há importante preocupação com a vida da vítima e como eram suas atitudes, se ela seria uma mulher “boa” ou “séria”. Quanto a classe social dos envolvidos, há omissão quanto nos registros sobre essas informações nos processos. A partir do que fora encontrado, pode-se verificar que os crimes ocorreram, em sua maioria em bairros considerados suburbanos. Por fim, apesar de prejudicada em virtude da falta de informações, acredita-se que a maioria das vítimas e autores daqueles crimes pertenciam a classes menos favorecidas.

REFERÊNCIAS

ARDAILLON, D. e DEBERT. Quando a vítima é uma mulher. Análise de julgamentos de estupro, espancamento e homicídio. Brasília. **CNDM**, 1987.

AZEVEDO, Rodrigo. G. Sistema Penal e violência de gênero: análise sociojurídica da Lei 11.304/06. v. 23, n. 1, p. 113–135, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v23n1/a05v23n1.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

BANDEIRA, Lourdes, Três contos de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006 [Online]. **Rev. Soc. e Estado** [Online], vol.24, nº 2, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339930896012>>. Acesso em: 18/08/18.

BARSTED, Leila Linhares. Violência contra a mulher e cidadania: uma avaliação das políticas públicas. Rio de Janeiro: **Cadernos CEPIA**, 1994, ano 1, n. 1.

BRASIL. Lei 11.408 de 7 de agosto de 2006. Brasília: **Diário Oficial da União, 08 abr. 2016**. Disponível em: < <https://goo.gl/JZALj2> >. Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL. Lei 13.104/2015 de 9 de mar. de 2015. Brasília: **Diário Oficial da União, 10 de mar. de 2015**, p.1, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/fzmJtg>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

BURNS, D.; CHANTLER, K. Metodologias Feministas. **Teoria e Mét. de Pesq. Social**. p.111–121, 2015. Petrópolis.

CORREA, Marisa. Morte em família. Representação jurídica de papéis sociais. São Paulo. **Graal**, 1983.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Rev. Bras. Ci. Soc.[online]**. 2008, vol. 23, n.66, pp.165-185.

FACCHINI, R.; FERREIRA, C. B. DE C. Feminismos e violência de gênero no Brasil: apontamentos para o debate. **Revista Tendências**, p. 4–5, 2010. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v68n3/v68n3a02.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

FACHINETTO, R. F. **Quando eles as matam e quando elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri**. 2012. Porto Alegre: UFRGS. Disponível em: <file:///C:/Users/neusa/Downloads/quando eles

GREGORI, M. F. The Misfortunes of Victimism. **Revista Estudos Feministas**. v. Número especial, n. 0, p. 116, 1993. CIEC, Escola de Comunicação, UFRJ. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16870/15451>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1993. 218p.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo 2010** [Online]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/pesquisa/23/25888?detalhes=true>. Acesso em: 19/11/16

MELO, Adriana Ramos de. **Feminicídio: Uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil**. 1ªed. Rio de Janeiro. LMJ Mundo jurídico. 2016, 331p.

MENEGHEL, S. N.; MARGARITES, A. F. Feminicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: iniquidades de gênero ao morrer. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 12, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00168516>>. Acesso em: 19.mai.2018.

MENEGHEL, S. N.; PORTELLA, A. P. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 3077–3086, 2017b. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002903077&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 18 abr. 2018.

MENEGHEL, S. N.; ROSA, B. A. R. DA; CECCON, R. F.; HIRAKATA, V. N.; DANILEVICZ, I. M. Femicídios: estudo em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2963–2970, 2017. ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002902963&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PASINATO, W. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 219–246, 2011. Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp. Disponível em: <<https://goo.gl/7Beiha>>. Acesso em: 21 set. 2015.

_____. **Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero**. 389f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/31Hho3>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

_____. Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais mulheres violência e acesso à justiça. **Rev. Das Ciências Sociais**, v. 12. 2012.

_____. Lei Maria da Penha Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?. **Civitas Rev. Das Ciências Soc.**, n. 02, vol. 10, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/Uikjpk>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

_____. Oito anos de Lei Maria da Penha: Entre avanços, obstáculos e desafios. **Rev. Estud. Fem. [online]**. 2015, vol.23, n.2, pp.533-545. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://goo.gl/6gHYTY>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violencia de gênero. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 53 marabr, p. 201–239, 2005b. Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/130_izumino_wania_pasinato_termo.pdf>. Acesso em:27.abr.2017.

PASINATO, W. **Dez anos de Lei Maria da Penha. O que queremos comemorar?** | Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo - CDHPF. Disponível em: <<http://cdhpf.org.br/artigos/dez-anos-de-lei-maria-da-penha-o-que-queremos-comemorar/>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

PRIORI DEL, Mary. **Histórias Íntimas**. 8ªed. São Paulo: Ed. Planeta. 2014. 254p.

RUSSEL, D; CAPUTTI, J. **Femicide: The Politics of Women Killing**. New York: Twayne, Publisher, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani **Abuso sexual incestuoso**. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq. Investigação realizada na cidade de São Paulo, com 52 famílias incestuosas, por meio de entrevistas gravadas com as vítimas, suas mães e agressores, entre 1988 e 1992, 1992.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 out. 2017.

_____, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. reimp. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Rev. Educação e realidade** 20(2). jul-dez. 1995.

SENADO FEDERAL. Relatório Final: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito: Violência contra a mulher no Brasil. Brasília, 2013. 1045p. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contras-as-mulheres>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

SSP/RS- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Indicadores da Violência contra mulheres e meninas 2012-2015 [Online]. Indicadores da violência. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/VQTnDW>>. Acesso em: 1/10/16.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. **Dez anos depois: Lei deu voz às vítimas, mas redução da violência ainda é um desafio**. Disponível em: <https://goo.gl/RJEZYM>. Acesso em: 13 ago. 2016.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, 2015.

WESTPHAL, Rafaela. **Homens que mataram mulheres: a experiência que narram de si**. 2016, 207f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

CULTURA POLÍTICA, CAPITAL SOCIAL E MULHERES DE DIREITA NO BRASIL: ANÁLISE DAS CANDIDATURAS DE JOYCE HASSELMANN E JANAÍNA PASCHOAL

Amanda Carolina Cegatti¹
Guillermo Omar Orsi²

Resumo

Este artigo aborda os valores acionados pelas mulheres de direita no Brasil e os relaciona à cultura política do país. O estudo prioriza a análise da campanha *online* das duas deputadas mais votadas no pleito de 2018: Joice Hasselmann (deputada federal) e Janaína Paschoal (deputada estadual), eleitas pelo Partido Social Liberal (PSL). Com base nos estudos feministas, de cultura política e capital social, busca-se analisar a trajetória política das deputadas, suas principais propostas e seu posicionamento enquanto mulheres na política institucional. Para tal, faz-se uma análise de conteúdo das postagens das deputadas no *Twitter* durante o período de campanha, bem como de suas propostas eleitorais e demais informações obtidas em entrevistas das candidatas a diversas mídias. Com isso, identifica-se a relação entre os discursos acionados pelas então candidatas e os diferentes movimentos feministas e, dessa forma, apreende-se elementos da cultura política brasileira. Os resultados da pesquisa revelam variações significativas no posicionamento das deputadas. Enquanto Joice Hasselmann se opõe a quaisquer preceitos que adotem a nomenclatura feminista, Janaína Paschoal reconhece algumas bandeiras do movimento feminista liberal, embora não as abrace em sua campanha e seja contrária a algumas pautas tradicionalmente ligadas aos demais movimentos de mulheres. Além disso, a pesquisa aponta especificidades de cada uma em relação às suas trajetórias, bem como pautas e abordagens comuns entre elas.

Palavras Chaves: Mulheres de Direita; Feminismos; Cultura Política; Eleições 2018.

INTRODUÇÃO

As eleições de 2018 no Brasil representaram a consolidação de uma tendência já em curso no Congresso Nacional e na Presidência da República. A vitória do candidato Jair Bolsonaro (PSL), totalizou 55,1% dos votos frente aos 44,8% recebidos por seu oponente,

¹ Doutoranda e Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS). Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES. E-mail: amandacegatti@gmail.com

² Doutorando e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Grupo de Pesquisa em Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE/UFRGS). Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES. E-mail: gorsi83@gmail.com

Fernando Haddad (PT), e significou a ascensão de um discurso conservador, voltado à liberalização do mercado e à redução do papel do Estado. Mais do que isso, refletiu os anseios da população brasileira pela institucionalização de valores tradicionais, entre os quais se destacam, a “defesa da família” e o protagonismo religioso na política.

Ao mesmo tempo em que Bolsonaro se elegeu com expressiva votação e contou com o apoio de setores religiosos, houve uma forte oposição à sua candidatura, especialmente de segmentos femininos da sociedade. Conforme dados sobre o perfil dos(as) votantes, se as eleições dependessem somente das mulheres jovens, o candidato Fernando Haddad venceria com 59% dos votos (BERGAMO, 2018). Somado a isso, durante o período eleitoral, milhares de brasileiros e brasileiras tomaram as ruas do país para manifestar-se contra o candidato eleito. Mulheres e feministas foram protagonistas nessas mobilizações que ficaram conhecidas como *Movimento EleNão*. Os protestos ocorreram em mais de 60 cidades do país e reuniram distintas legendas para se opor às manifestações de cunho sexista, racista, homofóbico e autoritário do então candidato Jair Bolsonaro (SCHINCARIOL, 2018).

Apesar da sólida oposição feminina ao Presidente eleito, as duas mulheres mais votadas do país são filiadas ao seu partido (PSL). Joice Hasselmann, eleita deputada federal, e Janaína Paschoal, deputada estadual, se elegeram opondo-se à principal bandeira do movimento *EleNão*. Tais eleitas, portanto, não representam as candidaturas almejadas por feministas, mesmo sendo do segmento feminino na política. Há, nesse sentido, culturas políticas em disputa na sociedade brasileira: por um lado, há valores tradicionalistas em defesa da “família tradicional” e, por outro, a defesa de bandeiras feministas, antirracistas e de direitos LGBTQI+.

Considerando esse cenário, o presente trabalho busca analisar os discursos acionados por Joice Hasselmann e Janaína Paschoal para identificar os valores preponderantes em uma parcela da sociedade brasileira que levaram a sua eleição. Pretende-se, em um primeiro momento, analisar a trajetória política das deputadas eleitas e, posteriormente, identificar como ambas se portam enquanto mulheres na política, suas principais pautas e a relação destas com os movimentos e a agenda feministas. Para tal, serão respondidas as seguintes questões: **a)** as candidatas fazem menção ao papel da mulher na política? **b)** Elas se apresentam enquanto representantes das mulheres brasileiras? **c)** Como as candidatas se portam frente às manifestações de mulheres contra Bolsonaro? **d)** Como justificam sua aliança ao candidato,

mesmo perante as acusações de sexismo contra o mesmo? e) Qual a sua posição acerca de pautas tradicionalmente ligadas às demandas feministas? Para responder a essas questões, serão analisados os perfis das candidatas no *Twitter*³, onde ambas apresentaram seus posicionamentos, desde o lançamento das candidaturas até a semana da eleição, e as suas propostas de campanha. Dada a insuficiência de informações obtidas nesses meios para responder aos questionamentos da pesquisa, optou-se por analisar, também, entrevistas concedidas pelas deputadas a diversos meios de comunicação. As entrevistas foram filtradas considerando a presença da discussão sobre mulheres na política, gênero e pautas feministas.

O artigo está dividido em três partes: primeiramente, são apresentados os argumentos teóricos em torno do campo de estudos sobre mulheres e política, com destaque à distinção entre a política de presença e a presença de ideias, e à dicotomia feminismo *versus* feminino. Em um segundo momento, apresentam-se os conceitos de cultura política e capital social e as suas intersecções com o conceito de gênero. Por fim, são apresentados os resultados da pesquisa, onde se identificam os valores norteadores da campanha das candidatas em estudo.

CAMPO DE ESTUDOS SOBRE MULHER E POLÍTICA

Os enfoques feministas, situados entre o plano acadêmico e a prática política, acompanham diferentes contextos históricos (PRÁ, 2001). A demanda de participação da mulher como sujeito político remonta ao surgimento das concepções feministas. Durante os debates iluministas do século XVIII, a igualdade formal e a institucionalização da cidadania feminina pautaram o feminismo liberal. O sufrágio feminino (branco) e a possibilidade de as mulheres candidatarem-se ao pleito eleitoral constituíram as principais bandeiras neste marco inicial do movimento (PINTO, 2003).

Embora a conquista do sufrágio e da participação feminina tenha sido importante para a eliminação de privilégios institucionalizados, a mera formalização de direitos não foi suficiente para solucionar a disparidade de gênero na política e desigualdade de raça dentro do

³ Os *tweets* foram extraídos com a utilização do *software* Mohdez. Foram filtrados aqueles postados durante o período de campanha, (15/08/2018 a 29/10/2018), para contemplar o Segundo Turno na disputa para a Presidência. A escolha do *Twitter* se deu por este se apresentar como uma rede social de mensagens curtas e rápidas, frequentes e bastante utilizadas em campanhas *online*.

próprio feminismo. Assim, as mulheres permaneceram sub representadas, tanto no Brasil quanto em outros países e, aquelas que acenderam às esferas institucionais foram, na sua maioria, brancas e de classes altas (RIOS, 2014).

Como apontado em outra oportunidade (SCAPINI; CEGATTI; RITA, 2019), diversas razões são elencadas para explicar a manutenção destas sub-representações. Algumas autoras relacionam regras institucionais às barreiras para a incorporação feminina na política (ARAÚJO, 2009), outras focam na associação entre o alto custo das campanhas e os poucos recursos financeiros das mulheres (SACCHET; SPECK, 2010). Além disso, inclui-se na discussão o sexismo e o racismo nos partidos políticos e entre eleitores (GROSSI; MIGUEL, 2001; RIOS, 2014). Por fim, enfatiza-se o debate a respeito da separação das esferas pública e privada. Nesta, o ciclo de vida das mulheres, caracterizado pela responsabilidade sobre a vida doméstica e familiar, interfere na possibilidade de sucesso nas urnas. Além disso, o afastamento deste espaço para a divulgação da plataforma política impõe-se como uma barreira para a consolidação de uma carreira política (AVELAR, 2001; PINTO, 2001).

Ultrapassada as dificuldades de ingresso às instituições políticas, resta as de atuar nestas. Nesse quesito, estudos voltados à atuação parlamentar identificam uma certa alocação parlamentar em áreas de competência masculina e feminina. Aos homens costuma ser atribuída a participação nas chamadas *hard politics* (política econômica, política externa, segurança, etc.). Já as mulheres aparecem majoritariamente orientadas às *soft politics* (políticas sociais, entre elas as políticas públicas de gênero) (MIGUEL, 2001).

Daí deveria a discussão relacionada à política de presença e à política de ideias. Nesta, Anne Phillips (2001) debate se a mera presença feminina na política é suficiente para trazer benefícios às mulheres ou se tal presença deve ser combinada à uma postura ligada a tradições feministas, com a defesa dos direitos das mulheres, tais quais: descriminalização do aborto, enfrentamento à violência, paridade de gênero na política, salário igual para trabalho de igual valor e enfrentamento às desigualdades de gênero, raça e classe. Nessa discussão, aparece a distinção entre candidatas “femininas” e “feministas”: enquanto as primeiras preenchem o espaço de representação pelo marcador de gênero, sem com isso se preocupar, necessariamente, em defender as bandeiras mencionadas, as últimas se comprometem com pautas feministas (SCAPINI; CEGATTI; RITA, 2019).

A relação entre a política de presença e a política de ideias pode ser considerada problemática, pois a noção de que existem interesses unicamente ligados às posições sociais é questionável. Além disso, é complexa a definição do que compõe tais interesses, do que é, de fato, a representação feminina, e de quais mulheres estão sendo representadas por determinada figura política. Isto pois se o objetivo da representação é garantir atenção a determinadas demandas, então a ideia de representação política é uma resposta adequada. “Contudo, se a questão é possibilitar que todos tenham participação efetiva na vida pública, coletiva [...] então a resposta não é tão precisa” (PRÁ, 2016, p. 65). Pois torna-se cada vez mais difícil representar descritivamente a população na medida em que se agrega outras características dos indivíduos:

A questão sobre quem poderia falar em nome de quem surge quando se abrange cada vez mais os grupos marginalizados – importaria aí a categoria mulher e suas diversificações: negras, lésbicas, operárias, etc. Essa tensão se deve ao fator inevitável de que se torna complicado representar uma experiência única, que não é idêntica a sua própria (SOUTHIER; AZAMBUJA E AVILA, 2014, p. 8).

Daí a importância de análises interseccionais que entendam a presença feminina na política na sua pluralidade. Isso significa considerar os marcadores de gênero, raça e classe simultaneamente (CRENSHAW, 1994; CARNEIRO, 2003) e, com isso, compreender as diferenças entre as sub-representações das mulheres brancas, negras e indígenas. Isto pois, embora a literatura aponte uma relação entre a política de presença e a política de ideias, a representação feminina é marcada por recortes de raça e classe, e reproduz privilégios e desigualdades no âmbito de política institucional.

Nesse sentido, há de se destacar os riscos da mera política de presença. Segundo Miguel (2001), uma das linhas de raciocínio da paridade política é a defesa de uma diferença moral entre homens e mulheres. Este argumento propõe que a incorporação do sujeito universal “mulher” à estrutura política transformaria este campo, em virtude da sensibilidade feminina, oriunda de funções tradicionalmente desenvolvidas por mulheres: cuidado de crianças, idosos e da casa. A chamada “política do desvelo” (ELSHTAIN, 1981; RUDDICK, 1989) defende que a presença feminina mais expressiva nas esferas de poder abrandaria o “caráter agressivo da atividade política, que é visto como sendo inerentemente masculino” (MIGUEL, 2001, p. 259). Nesse rol, inclui-se também uma aversão das mulheres ao jogo de interesses da política, que

abrangeria, entre outras coisas, o envolvimento com a corrupção. A política do desvelo defende, assim, que elas são uma alternativa a tal estrutura, em virtude de sua moralidade diferenciada.

O central, nesta corrente, é a revalorização da esfera familiar, vista como o espaço de realização dos valores que são negados nas atividades públicas, sempre competitivas e egoístas. Com efeito, a moral feminina diferenciada, voltada para a manutenção dos relacionamentos interpessoais e ao cuidado concreto com os necessitados, manifestar-se-ia, em primeiro lugar, no papel de mãe de família. Responsáveis pela proteção e pelas condições para o crescimento sadio dos mais frágeis (as crianças), as mulheres veriam nesta tarefa um imperativo moral, que transportariam também para suas outras atividades (MIGUEL, 2001, p. 260).

Para a política do desvelo, a presença feminina impulsionaria o fim da política “interesseira”, egoísta e masculina, e daria lugar ao “desprendimento, o zelo pelos outros, a tolerância e a sensibilidade” (MIGUEL, 2001, p. 260).

A inserção das mulheres na política institucional e sua atuação na mesma passam pelas discussões a respeito dos diferentes capitais sociais e de valores e orientações em relação à política – cultura política – tratados a seguir.

CAPITAL SOCIAL E CULTURA POLÍTICA E MULHERES

Conforme Bourdieu (1980), a noção de “capital social” indica a agregação de recursos, por parte de um indivíduo, estreitamente ligada às suas relações interpessoais e ao reconhecimento que estas o conferem enquanto pertencente a determinado grupo. Outros capitais, como o econômico, são interligados ao social, na medida em que quanto mais recursos econômicos possui um indivíduo, maior a sua margem de mobilização deste capital para a criação dos demais. Em termos políticos, o capital indica o reconhecimento social que permite a alguns indivíduos atuarem enquanto representantes de uma comunidade.

O capital político é [...] o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política) (MIGUEL, 2003, p. 115).

Todas as formas de capital estão distribuídas de maneira desigual na sociedade. Embora haja o argumento de que homens e mulheres possuem capitais sociais semelhantes,

compreende-se que estes são construídos de formas distintas (NORRIS; INGLEHART, 2003): enquanto os homens estão ligados à redes de relações heterogêneas, atreladas à esfera do trabalho e do lazer – associações profissionais, sindicatos e clubes –, as mulheres tradicionalmente desenvolvem relações mais homogêneas e voluntaristas, ligadas à família e à comunidade (SACCHET, 2009).

Daí a maior dificuldade das mulheres em converter seu capital social em político e ascender à política institucional. Por essa razão, elas incorporam-se às esferas de poder através de capitais herdados, ou seja, aqueles marcados por seus laços familiares (principalmente pais e esposos). Embora este seja comum, outros caminhos também são utilizados por mulheres (e homens) para o ingresso na política. É o caso das militantes, mais atreladas a movimentos estudantis e sindicalistas, e das *outsiders* (SCHULZ; MORITZ, 2015). Estas últimas, conforme Moritz (2016, p.11), fazem parte do grupo de “mulheres que adquiriram destaque na sua vida profissional (empresárias, comunicadoras, esportistas), as celebridades (cantoras, artistas) e, mais recentemente, as líderes religiosas”. As comunicadoras se destacam neste grupo, vez que os meios de comunicação se transformaram em fonte de produção de capital político. Tais meios “geram ‘atalhos’ na carreira política, permitindo que *outsiders* ganhem posições que, numa carreira fechada, só seriam acessíveis a integrantes experientes do campo político, com ampla vivência em cargos de menor importância” (MIGUEL, 2003, p. 115).

Nesse cenário, a categoria de cultura política ganha relevância para os estudos de gênero. Entende-se o conceito como “o sistema político internalizado na cognição, no conhecimento e na avaliação de dada população” (ALMOND, VERBA, 1989, p. 13, tradução da autora). Dito de outra forma, a cultura política não está necessariamente vinculada a “regras do jogo”, mas relaciona-se a

valores, atitudes, crenças, estereótipos, costumes, interesses, lealdades, práticas políticas e dinâmicas eleitorais. Dentro da cultura política se desenvolvem ideias compartilhadas relativas a hierarquias sociais e relações de poder que condicionam as práticas políticas em contexto de inclusão/exclusão (ARCHENTI; TULA, 2008, p. 14-15, tradução da autora).

Os referidos contextos mencionados por Archenti e Tula (2008) são demonstrados na situação da representação política feminina. Conforme as autoras, na cultura política latino-americana predominam traços patriarcais (e adicionamos, racistas) que incidem negativamente

na participação política das mulheres. Essa cultura afeta as instituições na medida em que contribui para definir o perfil dos(as) representantes eleitos que, em geral, não favorecem a institucionalização de pautas feministas como a paridade de gênero na política e a valorização da igualdade entre homens e mulheres em outros âmbitos – trabalho, educação, etc. No mesmo sentido, Phillips (2001) afirma que, quando na condição de eleitores, os sujeitos políticos escolhem seus candidatos conforme compartilham opiniões e valores com os mesmos: “diante da escolha entre alguém mais competente e alguém de cujas opiniões compartilhamos, em geral nos sentimos mais seguros dando nosso apoio ao segundo. [...] olhamos para o rótulo mais do que para a pessoa e torcemos para que não nos traia” (PHILLIPS, 2001, p. 269).

Feitas essas considerações, passamos para a análise das candidaturas de Joyce Hasselmann e Janaína Paschoal, a fim de identificar suas trajetórias, posicionamentos e propostas de campanha.

AS MULHERES DA DIREITA⁴ MAIS VOTADAS EM 2018: JOYCE HASSELMANN E JANAÍNA PASCHOAL

Joice Hasselmann é uma jornalista paranaense, formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com trajetória em grandes veículos de comunicação, como a Rádio CBN, Record, Veja e SBT. No *site* de sua campanha, Hasselmann apresenta-se como escritora e ativista política, atuante em redes sociais, especialmente em seu canal no Youtube, onde apresenta seus posicionamentos e noticiários políticos (HASSELMANN, 2018d). Também é autora da biografia de Sérgio Moro, juiz responsável pelos processos da Operação Lava Jato⁵ em primeira instância. Joice foi ativista pelo *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff e,

⁴ Para caracterizar as candidatas no espectro ideológico da direita, consideramos as noções de Bobbio (2012), onde a diferença entre esquerda e direita se fundamenta em torno do conceito de igualdade. A desigualdade pode entendida ou um efeito natural das desigualdades e, portanto, difícil ou impossível de ser modificada (direita), ou como efeito das relações sociais e, portanto, modificável (esquerda). A relação entre ambos os polos (direita e esquerda) é dinâmica e os conteúdos que incorporam em cada tempo e lugar são distintos, por isso devem operacionalizados no contexto da realidade brasileira das eleições de 2018. Nesse sentido, consideraremos o trabalho de Madeira e Tarouco (2013) onde apontam que o posicionamento de direita neste contexto é indicado pelas menções positivas às forças armadas, à livre iniciativa, pela ortodoxia econômica e a limitação do *Welfare State* e pelas referências favoráveis à classe média e grupos profissionais. É importante também considerar as referências à iniciativa pessoal – o empreendedorismo – e a negação das desigualdades raciais. Finalmente é necessário destacar que as próprias candidatas se intitulam mulheres de direita.

⁵ Operação da Polícia Federal brasileira que investiga esquemas de lavagem de dinheiro público.

em 2016, acompanhou o processo e os depoimentos de Dilma, a convite da então advogada responsável pelo processo, Janaína Paschoal. Em 2017, foi uma das líderes das manifestações em apoio à Operação Lava Jato e pelo fim da corrupção, principal bandeira de sua campanha eleitoral. Em sua biografia, Joice se define como ativista contra a corrupção desde a graduação, militância esta que, conforme a mesma, a acompanhou durante a carreira enquanto jornalista. Em 2018, filiou-se ao Partido Social Liberal (PSL), seu primeiro e único partido, após ser convidada por Jair Bolsonaro a candidatar-se ao cargo de senadora. Em agosto do 2018, opta pela candidatura à Câmara dos Deputados e, em 7 de outubro, elege-se a deputada federal mais votada pelo Estado de São Paulo, somando 1.078.666 votos, posicionando-se atrás somente de Eduardo Bolsonaro, filho do Presidente eleito (TSE, 2018).

Janaína Paschoal é uma advogada paulista, formada pela Universidade de São Paulo (USP) e docente da mesma instituição no curso de Direito. Trabalhou na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo durante a gestão de Geraldo Alckmin (2001-2002), foi assessora do Ministro da Justiça Miguel Reale Junior e exerceu a Presidência do Conselho Estadual de Entorpecentes de São Paulo. Em 2015, Paschoal ficou conhecida como uma das coautoras do protocolo que iniciou o processo de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff. No *site* de sua campanha consta que, em 2018, Janaína foi convidada a filiar-se ao PSL a pedido das lideranças do partido em São Paulo, para se candidatar a governadora do estado. Filiou-se, apesar de ser a favor de candidaturas avulsas e considerar a obrigatoriedade da filiação “uma violência”. Para ela: “ter que se filiar a um partido é absolutamente contrário aos direitos fundamentais” (PASCHOAL, 2018c). Também recebeu o convite para assumir a vice-presidência ao lado de Jair Bolsonaro, o qual foi recusado, conforme a mesma, por motivos familiares. Em agosto do mesmo ano, Janaína oficializou a sua candidatura a deputada estadual por São Paulo e, em outubro, elegeu-se com 2.060.786 de votos (TSE, 2018), um recorde para candidaturas femininas a este cargo.

Ambas as deputadas ascenderam à política institucional de um modo menos convencional para as mulheres. Elas podem ser consideradas *outsiders*, vez que se incorporam às esferas de poder via destaque em suas carreiras profissionais. No entanto, a condição das deputadas pode ser interpretada de forma híbrida, vez que os laços de Janaína Paschoal com Miguel Reale remetem a uma ligação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o

que poderia configurar um capital herdado, e a atuação de Joice Hasselmann contra a corrupção possa ligá-la a um capital político proveniente da militância. Ademais, a eleição de 2018 é o marco inicial da trajetória política das duas deputadas eleitas. O capital social de ambas enquanto personalidades conhecidas, bem como o econômico – são mulheres pertencentes à classe alta –, contribuíram para a conversão destes no capital político que resultou em eleições com expressivo número de votos.

JOICE HASSELMANN: PROPOSTAS E POSICIONAMENTOS

Joice Hasselmann, no *site* de sua campanha, apresenta-se como uma “Mulher de Coragem”, “conservadora nos costumes” e a favor de uma política econômica liberal. Ao apresentar suas propostas, Hasselmann define-se como uma candidata incorruptível, que trabalhou com jornalismo “combativo” e, mesmo sob ameaças, não desvirtuou seus princípios de enfrentamento à corrupção. Conforme a página, Joice é

grande defensora das liberdades e dos valores conservadores. Casada, tem dois filhos e defende a família e os valores cristãos. É a favor da vida, contra o aborto. Também se posiciona contra a ideologia de gênero. Na economia, é a favor da redução do Estado, do corte absoluto dos privilégios e das privatizações responsáveis (HASSELMANN, 2018d).

Durante a sua campanha, Hasselmann apresentou como principais propostas: o combate à corrupção em todas as instâncias, a criação de projetos de lei para acabar com privilégios do Legislativo e do Judiciário; fim das férias de “inverno” de todos os representantes públicos; retomada das 10 medidas contra a corrupção⁶; defesa de uma escola integral e “sem partido” para crianças no ensino fundamental, visando a liberação das mães para o mercado de trabalho: “criança protegida e educada é igual a mães tranquilas e produzindo”; fim do repasse de dinheiro público para veículos de comunicação; defesa da prestação de contas dos parlamentares à população; transparência ao eleitor na fiscalização do sistema de apuração de votos; fim do estatuto do desarmamento, com o objetivo defender a liberdade individual ao armar as “pessoas de bem”, e; em suas palavras, a redução do “peso morto” do Estado.

⁶ Projeto criado pelo Ministério Público Federal, em 2015, com o objetivo de elaborar um projeto de lei de iniciativa popular para aperfeiçoar o sistema jurídico, de modo a reprimir a corrupção no Brasil.

Na apresentação de suas bandeiras, Hasselmann retoma as propostas mencionadas e adiciona as seguintes defesas: escola técnica para todos os estudantes do ensino médio, liberdade para o “*homeschooling*”⁷ e criação de diversos tipos de escola (escolas de igrejas, comunidades, de empresas, associações, em parceria entre o governo e iniciativa privada); relaciona o estatuto do desarmamento à proteção da propriedade privada e defende tornar crime hediondo a invasão de propriedades, tanto no campo quanto na cidade, e; sugere uma nova política para o sistema prisional, onde defende o fim do auxílio reclusão, das progressões de pena, dos indutos em festividades para condenados por crimes hediondos e “qualquer outro benefício que coloque o cidadão de bem em risco”.

Em seu *Twitter*, pautas relacionadas às mulheres aparecem com mais frequência do que em sua campanha. Isto pois a candidata declara não pensar em política de forma segmentada, como consta em entrevista à UOL: “Fui eleita por brasileiros de São Paulo; meus projetos são de nação” (HASSELMANN, 2018b). Hasselmann convida as brasileiras a participar das manifestações a favor da eleição de Bolsonaro, onde apresenta sua candidatura juntamente com a do Presidente eleito e a denomina “BoisoJoice”. Em entrevista concedida à Marie Claire, ela também se apresenta como a versão feminina do mesmo: “sou o Bolsonaro de saias. A gente tem uma cabeça muito parecida. Na questão de força, de enfrentar a corrupção e mudar o Brasil” (HASSELMANN, 2018c).

Perante o grande comparecimento de mulheres às manifestações a favor do candidato eleito, Hasselmann argumenta em seu *Twitter* que isso significa a adesão delas à “segurança para seus filhos e escola sem doutrinação, sem ideologia de gênero”. Os dois últimos temas são recorrentes nos *tweets* de Joice. A então candidata afirma que seu compromisso é, ao lado de Bolsonaro, combater a doutrinação “petista” nas escolas e universidades. Com lemas como “Deus, Brasil e Família”, argumenta que as diferenças raciais, de gênero e orientação sexual não devem fazer parte do debate político e o foco deve estar nos valores de cada cidadão. Assim, defende que vai mudar o Brasil “com valores e a palavra de Deus”.

⁷ Conforme o *site* de sua campanha: “Pais que tem condições emocionais, financeiras e intelectuais para educar seus filhos em casa precisam ter a liberdade de fazê-lo”. Disponível em: <<https://votolegal.com.br/em/joicehasselmann>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

Há menção frequente à ideia de “mulheres fortes” e “com atitude”, como uma oposição de Hasselmann e suas colegas de partido àquelas ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Em referência às candidatas por esta legenda, Joice declarou em seu *Twitter*, em 2018, a necessidade de eleger-se para retirar as demais do cenário político: “chega de Dilma e Gleisis no poder”. Com insultos à Maria do Rosário, deputada federal eleita pelo PT, Hasselmann afirma a intenção de dar continuidade à posição de Bolsonaro na Câmara, um dos principais rivais políticos da deputada petista.

Quando responde a respeito das manifestações sexistas do Presidente eleito, Hasselmann argumenta que estas são, em suas palavras, expressões de um “machão” que, para a deputada, remete a um homem forte, qualidade necessária para ocupar a Presidência da República, segundo a mesma. No mesmo tom, defende que Michele Bolsonaro, esposa do Presidente eleito, será uma “primeira dama de verdade”, pois, “além de linda, doce e meiga, também é uma mulher cristã”. Outros temas relacionados às mulheres aparecem quando Hasselmann menciona o posicionamento dos candidatos à presidência durante os debates eleitorais; ironiza que o “banqueiro” Henrique Meirelles tenha demonstrado preocupação com a igualdade salarial entre homens e mulheres e, no mesmo tom, remete o posicionamento de combate ao sexismo proferido por Marina Silva à “malandragem”.

Joice declara compromisso com as mulheres em seu mandato: “como a mulher mais votada da história do Congresso vou incentivar outras mulheres a entrar para política com a certeza de que é possível chegar lá com grande respaldo das urnas. Elas terão meu apoio e força para iniciar a jornada”. No entanto, Hasselmann (2018b) afirma à Revista Marie Claire não considerar importante a distinção de gênero na discussão sobre mulheres na política: “O congresso precisa ser ocupado com gente decente - homem ou mulher. [...] Eu defendo quem ama o Brasil”. Na mesma entrevista, a deputada eleita argumenta ser infrutífera a discussão a respeito do preconceito e do machismo na política. Segundo ela, os problemas das esferas de poder não estão relacionados a homens e mulheres, mas a partidos políticos antigos que precisam ser renovados. Para ela, “essas questões sobre o feminismo não buscam só direitos das mulheres, mas também defendem causas que são perda de tempo”.

Em relação à violência, a deputada defende a castração química de estuproadores e considera que a revogação do estatuto do desarmamento vai auxiliar as mulheres a se defender.

Com o lema “mulher armada e de salto alto”, Hasselmann compreende o estupro como um problema da sociedade brasileira que precisa ser combatido, assim como a violência urbana e, segundo ela, isso pode ser feito via armamento da população.

Joice se posiciona contrária a manifestações feministas em favor da descriminalização do aborto, e argumenta que tais grupos se utilizam de imagens de mulheres negras e pobres para “defender a matança de bebês no ventre das mães”. Também é crítica às manifestações do Movimento *EleNão* e se apresenta como antifeminista, afirmando “abominar o movimento”. Para a deputada:

As mulheres não precisam ir às ruas com os seios à mostra com cartazes pedindo o direito de abortar, a aceitação para ter pêlos nas axilas ou expressar comportamentos masculinos. O que é necessário é manter a espinha ereta para serem mulheres fortes, até porque as mulheres fazem e podem fazer absolutamente tudo que os homens fazem, e ainda com salto alto. Não sou machismo, não conseguem me diminuir em nada [...]. Não sou feminista, sou feminina (HASSELMANN, 2018a).

Conforme Hasselmann, o feminismo não representa os anseios das mulheres brasileiras; caso contrário, o Congresso teria “uma feminista eleita com a maior votação da história e não uma mulher de direita que respeita os espaços do homem e da mulher”. A deputada afirma o desejo por liderar um “movimento feminino” no Brasil, incentivando mulheres a apresentarem-se como candidatas nas próximas eleições, sem que isto seja feito via capital político herdado. Segundo Joice, as mulheres devem ingressar na política “porque elas querem, não porque o marido ou o pai mandou. Filha de deputado, não”. Afirma, ainda, ser contrária à política de cotas para as mulheres, pois considera uma forma de discriminação que as vê como menos capazes de alcançar postos políticos por mérito próprio: “ficamos à margem da política porque quisemos. Mulherada diz que política é um lugar muito sujo – e é realmente. A gente precisa entrar para limpar [...] Por isso quero ajudar a dar esse grito de liberdade feminino, não feminista” (HASSELMANN, 2018c).

JANAÍNA PASCHOAL: PROPOSTAS E POSICIONAMENTOS

Janaína Paschoal se apresenta no *site* da sua campanha como “mãe, advogada, esposa e política”, afeita aos preceitos liberais de Estado mínimo. Divide as suas propostas em seis pastas prioritárias: proteção à vida, liberdade de expressão, segurança pública, direitos da criança e do

adolescente, empreendedorismo e combate à corrupção. Na primeira pasta, o foco é a proteção da vida desde a concepção, a manutenção da legislação vigente sobre o aborto, onde defende “preservar as duas vidas: a da mãe e do bebê”, além da defesa do fortalecimento do Programa Entrega Legal⁸. Outras bandeiras também são elencadas, como o direito da mulher em realizar a cesárea no trabalho de parto, a proteção de crianças contra a sexualização precoce e incentivo à maior acessibilidade a métodos contraceptivos. Na segunda pasta são priorizadas a liberdade de pensamento, manifestação e expressão e a liberdade religiosa, para combater o que ela se refere como “a ditadura de pensamento” estabelecida nos governos petistas e, assim, evitar a perseguição de pessoas por razões ideológicas. A pasta sobre segurança pública prevê o cadastro de estupradores e homicidas, para viabilizar sua identificação, sua prisão e, dessa forma, evitar a reincidência do crime. Também propõe o ensino de artes marciais para meninas protegerem-se da violência. As propostas para direitos da criança e do adolescente preveem o aumento de vagas em escolas de período integral, visando, assim como Hasselmann, a “tranquilidade” das mães trabalhadoras. Há, também, a defesa da progressão no ensino médio com base em mérito e não em idade, prevenção e não legalização do uso de drogas. No que concerne ao empreendedorismo, o foco está no fortalecimento do agronegócio e do pequeno e médio empresário. Por fim, o combate a corrupção propõe a efetiva fiscalização do uso de verbas públicas.

Em seu *Twitter*, discute o compromisso com a redução da mortalidade infantil e materna e o aprimoramento dos Conselhos Tutelares, a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino e no mercado de trabalho, além de outros temas, como a conciliação da vida profissional e familiar das mulheres. Janaína afirma incentivar alunas a não negligenciar a carreira em virtude de compromissos familiares e vice-versa. Argumenta que mulheres podem ser “mães, esposas, excelentes profissionais e até Presidentes da República”. Faz, também, menção frequente às suas filiações religiosas de ordem cristã.

Quando argumenta sobre as manifestações sexistas de Bolsonaro, confere uma importância reduzida a sua gravidade, vez que, segundo a deputada, a oposição busca comparar as frases ditas pelo candidato aos crimes de lavagem de dinheiro supostamente cometidos pelo

⁸ Programa do governo que orienta a população e os profissionais que atuam na rede de proteção à criança e ao adolescente, especialmente às gestantes que pretendem entregar seus filhos à adoção, com o objetivo de evitar o abandono das crianças.

ex-Presidente Lula. Ao fazer referência à discussão entre o Presidente eleito e Maria do Rosário⁹, Janaína argumenta a intenção dos oponentes em “criar o factóide de que Bolsonaro também estaria [inelegível] por ser réu! Por isso, é preciso lembrar que o ‘crime’ dele são algumas frases!”. No entanto, quando se pronuncia a respeito dos movimentos contrários e favoráveis ao então candidato, defende a liberdade de manifestação, mas afirma não fazer parte de nenhum. Argumenta que sua aliança ao mesmo se deve ao fato de considerá-lo a melhor opção para o país: “eu não estou apoiando Bolsonaro porque sou mulher. Fosse homem, apoiaria da mesma forma”. Paschoal esclarece que sua fidelidade, portanto, é ao Brasil, e não ao candidato: “Estou filiada ao PSL, pois a lei assim exige. Mas eu nunca fui e nunca serei uma pessoa de partido”. Assim, convoca os eleitores que acreditam no que chama de “estigmas” criados em torno da pessoa de Bolsonaro a votarem no candidato, pois, dessa forma, estariam confirmando a Constituição Federal e escolhendo assegurar os direitos fundamentais e liberdades individuais que nela constam. Também considera importante “lembrar que o machismo não existe por conta de Bolsonaro [...] O machismo, a misoginia, estão em todos os lugares, ousa dizer que estão mais fortemente naqueles que se apresentam como os mais democráticos”.

Janaína relata também seu incômodo acerca do direcionamento dado a ela quando o assunto é pauta para mulheres:

Durante o período em que entabulamos as tratativas acerca de eu ser candidata à vice-presidência na chapa de Bolsonaro, alguns jornalistas me perguntavam o que nós havíamos conversado especificamente no que tange às questões das mulheres. Confesso, essa pergunta me incomodava! Bolsonaro e eu conversamos sobre diminuição (ou não) da idade penal, sobre manutenção (ou não) da política de cotas, sobre as funções do vice-presidente, sobre o papel do STF, sobre mudanças no ensino, sobre o perfil do ministro da saúde, dentre muitos outros temas. Por que ninguém perguntou aos potenciais vices de Bolsonaro (Senador Magno, General Heleno, Príncipe e General Mourão) quais políticas eles debateram para melhorar a situação dos homens? (PASCHOAL, 2018a).

⁹ Na ocasião, Jair Bolsonaro dirigiu-se à Maria do Rosário e declarou que “não a estupraria” porque “ela não merece”. Em razão do ocorrido, foi réu e condenado pelo Superior Tribunal de Justiça a pagar indenização à deputada. MODZELESKI, A. **STJ mantém a condenação de Bolsonaro por ofensas à Maria do Rosário**. Brasília, G1, 15 ago. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/stj-mantem-condenacao-de-bolsonaro-por-ofensas-a-maria-do-rosario.ghtml>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

Janaína diz querer ser vista como uma advogada qualificada para tratar de todos os assuntos, sem restrições a pautas de grupos específicos. Para a deputada eleita, o importante é discutir ideias, propostas e temas que interessam aos brasileiros, “independentemente de serem homens, mulheres, homo, hétero, trans, negros, brancos, etc.”. Relata, ainda, simpatizar com Bolsonaro pois, diferentemente de outros candidatos que declaram não serem sexistas, ele a tratou com igualdade, e ambos trabalharam como “dois brasileiros que amam o país, discutindo o que era melhor para a nação”.

Quando o tema é feminismo, Janaína é controversa para alguns simpatizantes de seu partido. Embora afirme ser totalmente contrária à militância e ao ativismo, a deputada se entende como uma “mulher que luta pelos espaços das outras mulheres”. Em entrevista concedida à Nexo, Paschoal diz considerar o Brasil um país “muito machista”:

de um machismo muito disfarçado. [...] É uma sensação de que a mulher tem que ser mais do que perfeita para ter legitimidade para estar em algum lugar. Então eu me considero feminista [...] Isso aí já gerou um monte de problema: “como você é feminista? Nós somos contra as feministas!” Não. Eu não concordo com várias pautas defendidas por pessoas que também se declaram feministas, mas isso não quer dizer que eu não seja (PASCHOAL, 2018b).

Apesar disso, faz algumas ressalvas quando à utilização do termo “feminista”. No *site* da empresa de advocacia da qual é sócia, Janaína declara que “se feminismo significar odiar os homens e tudo que seja feminino, eu não sou feminista. Se feminismo significar o empoderamento das mulheres, a ocupação de espaços, eu sou feminista”. Declara em seu *Twitter*, ainda, considerar “empobrecedor” o discurso segmentado por coletivos: “eu fico muito incomodada com discursos feitos por categorias: Homens, Mulheres, Negros, Indígenas, Brancos, Homossexuais, Heterossexuais [...]. Esse verdadeiro sindicalismo que tomou conta do país me irrita profundamente” (PASCHOAL, 2016).

Nota-se que Janaína Paschoal e Joice Hasselmann apresentam algumas pautas e posicionamentos semelhantes, especialmente no que concerne ao aborto, mas divergentes quando se trata de feminismo e apoio a Bolsonaro. Enquanto Hasselmann declara-se absolutamente contrária e qualquer manifestação que leve a nomenclatura feminista e apoia o Presidente eleito sem ressalvas, Paschoal demonstra uma posição mais moderada quanto à pauta feminista (liberal), abraçando alguns preceitos e distanciando-se de outros. Quanto a Bolsonaro,

embora declare não conceder “lealdade” ao candidato e ao partido, também não considera suas manifestações às mulheres suficientemente graves para retirar o apoio e prejudicar a eleição de quem considera a melhor opção para governar o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme aponta a literatura (ARCHENTI; TULA 2008), a cultura política latino-americana apresenta características patriarcais que não incluem em suas prioridades a valorização da igualdade entre homens e mulheres nas esferas de poder. No entanto, nas eleições de 2018, o Brasil elegeu duas mulheres com um número expressivo de votos: uma delas, Janaína Paschoal, sendo a mais votada para o cargo de deputada estadual, e a outra, Joice Hasselmann, como a segunda mais votada para a Câmara de Deputados no estado de São Paulo, estando atrás somente do filho do Presidente. Entretanto, a escolha dessas representantes pode ser atribuída aos valores por elas defendidos, mais do que pelo fato de serem mulher (PHILLIPS, 2001).

Isso é demonstrado pelo posicionamento das referidas deputadas em relação ao feminismo e às manifestações sexistas do Presidente eleito. Joice Hasselmann denomina-se antifeminista, apresenta-se como uma candidata “feminina” – a “versão mulher” de Jair Bolsonaro –, o apoia sem ressalvas e afirma não sofrer preconceito na sua vida pessoal ou política. Evidência disso é o tom da campanha, onde a mesma vincula seu nome ao do então candidato (BolsoJoice) e defende valores semelhantes aos do mesmo, adicionando a estes o elemento da feminilidade: mulher armada e “de salto alto”. Além disso, Joice se apresenta como uma representante das “mulheres e homens de bem”, aqui compreendidos como aqueles com quem compartilha valores e opiniões.

Janaína Paschoal, por seu turno, demonstra um “apoio crítico” a Bolsonaro, e defende que seu alinhamento com o mesmo se dá em virtude do anseio por bem maior: o futuro do Brasil. Ademais, ela reconhece alguns preceitos feministas (liberais), como a existência da desigualdade e do preconceito contra as mulheres, mas não os abraça em sua campanha e faz uma forte oposição a pautas como a descriminalização do aborto e à militância feminista. A deputada também não se apresenta racialmente, o que a aproxima mais ainda de um feminismo

liberal que não reconhece sua branquitude e as diferenças raciais, nem concede importância a essa discussão. Somado a essas questões, há menção recorrente da religiosidade de ambas as deputadas enquanto mulheres cristãs.

Embora as então candidatas discordem de pilares fundamentais da maioria das vertentes feministas – como a descriminalização do aborto e a interseccionalidade –, ambas valorizam a presença das mulheres na política. A “política de presença” (PHILLIPS, 2005) nas Casas Legislativas é encorajada, mesmo que esta se dê como uma oposição às “feministas da esquerda”. Ademais, problemas como a violência de gênero obrigam-nas a reconhecer uma realidade das mulheres brasileiras. Evidências disso são as propostas das candidatas voltadas à autodefesa feminina; Janaína sugere o ensino de artes marciais para meninas, ainda que coloque tal proposta na pasta de “segurança pública”. Joice sugere o armamento das mulheres para a defesa de eventuais violências. Assim, as propostas voltadas às mulheres se distanciam da agenda feminista em virtude da abordagem adotada¹⁰.

Há de se considerar que a pauta feminista/antifeminista não foi central nas duas campanhas. A imagem das deputadas eleitas é fortemente atrelada ao “antipetismo”, ao “amor à pátria” e, especialmente, ao combate à corrupção. Esta última pela liderança de Joice em manifestações a favor da Operação Lava Jato e pela sua ligação a Sérgio Moro e, em relação à Janaína, por esta ter sido coautora do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff que, mesmo não tendo ocorrido em virtude de corrupção *per se*¹¹, é interpretado dessa forma por muitos(as) brasileiros(as) (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2017). Assim, faz-se necessário ponderar que a cultura política brasileira pode estar mais ligada às essas três pautas do que às (anti)feministas. De todo modo, reitera-se que os valores antifeministas apresentados por Joice Hasselmann podem ter contribuído para uma maior adesão da população; assim como as manifestações de Janaína Paschoal sobre simpatizar com algumas ideias feministas a trouxeram, como a mesma relata, algumas adversidades em relação a seus eleitores e eleitoras.

¹⁰ Exemplo disso é o slogan feminista “ensinem os homens a não estuprar, e não as mulheres a se proteger”. MELO, I. C. **O feminismo 2.0 e os movimentos de apropriação do conceito cultura do estupro**. In: VII Seminário de Gênero, Corpo e Sexualidade, Rio Grande, FURG, 2018.

¹¹ O processo de *impeachment* se inicia com base na acusação de pedaladas fiscais por parte de Dilma em seus mandatos.

Importa salientar, dessa forma, a relação entre feminismo e corrupção. Como aborda a literatura (RUDDICK, 1989; ELSHTAIN, 1981), a “política do desvelo” aciona o discurso de que o ingresso feminino na política institucional significaria um progresso, vez que as mulheres seriam detentoras de uma moral “superior” à dos homens e, portanto, elas seriam incorruptíveis. Entrariam nas esferas de poder para “limpar” a corrupção dos políticos – uma referência às tarefas domésticas. Isso encontra respaldo especialmente na candidatura de Joice Hasselmann, onde se utiliza recorrentemente o discurso anticorrupção e se promete “fazer política diferente”, vez que ela é “uma mulher forte” e “incorruptível”. Além disso, defende a manutenção de “espaços de homens e mulheres” e identifica-os, respectivamente, nas figuras de Jair e Michele Bolsonaro. Os elementos da política de desvelo aparecem menos na campanha de Janaína Paschoal, embora ela enfatize que sua filiação ao PSL resulta da ausência de corrupção retrospectiva do partido. E, apesar de apresentar-se como “mãe e esposa”, concede destaque à posição profissional e desagrada-se com o direcionamento de pautas “femininas” à ela.

O expressivo número de votos recebidos pelas duas deputadas pode ser, portanto, um indício de uma cultura política brasileira caracterizada, por um lado, pela oposição aos preceitos tradicionalmente feministas e, por outro, pela valorização de mulheres em funções políticas, desde que estas não contestem a “natureza feminina” e representem atributos femininos – neste caso, a organização e a “limpeza” da política institucional. Se a representação ou as pautas ligadas aos movimentos feministas fossem valorados positivamente na cultura política brasileira, esperar-se-ia um desempenho eleitoral expressivo também de candidatas comprometidas com mandatos declaradamente feministas, como constatado por Joice Hasselmann, em outras palavras. Embora algumas candidatas vitoriosas tenham adotado posturas favoráveis aos feminismos – como é o caso de Fernanda Melchionna e Talíria Petrone – as mais votadas situam-se no campo das candidatas distantes a tais preceitos. No entanto, a análise das duas deputadas não é suficiente para concluir objetivamente sobre os valores defendidos pelo grupo de mulheres da “direita” no Brasil, tampouco compreender a fundo a opinião dos(as) brasileiros(as) sobre os feminismos. Resta, assim, a continuidade desta pesquisa, com a ampliação da análise sobre outras figuras-chave da política brasileira.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture** – Political Attitudes and Democracy in Five Nations. Newbury Park, Sage, 1989.

ARAÚJO, C. Gênero e o acesso ao poder Legislativo no Brasil: as quotas entre as instituições e a cultura. Brasília” **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2, 23-60, 2009.

ARCHENTI, N.; TULA, M. I. **Mujeres y política en América Latina: sistemas electorales y cuotas de género**. Buenos Aires: Heliasta, 2008.

AVELAR, L. **Mulheres na Elite Política Brasileira** (2a ed.). São Paulo: Editora UNESP/Konrad-Adenauer, 2001.

BERGAMO, M. **Se dependesse das mulheres jovens, Haddad seria eleito com 59% dos votos**. Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/monicabergamo/2018/10/se-dependesse-das-mulheres-jovens-haddad-seria-eleito-com-59-dos-votos.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda**. São Paulo: UNESP, 2012.

BOURDIEU, P. "Le capital social- notes provisoires", publicado originalmente. *In: Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 31, janeiro de 1980.

CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *In: FINEMAN, M.; MYKITIUK, R. (Eds). The Public Nature of Private Violence*. New York: Routledge, 1994.

ELSHTAIN, J. B. **Public Man, Private Woman**. Princeton: Princeton University Press, 1981.

GROSSI, M. P.; MIGUEL, S. M. Transformando a diferença: mulheres na política. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso). 9, 1, 167-206, 2001.

GUAZINA, L. S.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. **Enquadramentos de uma crise: o impeachment de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais**. *In: VII Compólitica*, Porto Alegre, 2017.

HASSELMANN, J. (@joicehasselmann). **Twitter**, 2018a. Disponível em: <<https://twitter.com/joicehasselmann>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

_____. **“Feministas tem comportamento vexaminoso”**, diz Joice Hasselmann. UOL, 2018b. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/11/01/entrevista-joice-hasselmann-deputada-federal-mais-votada.htm>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

_____. **Joice Hasselmann:** a deputada de extrema direita que se compara a Bolsonaro e despreza o feminismo. Marie Claire, 2018c. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/12/joyce-hasselmann-deputada-de-extrema-direita-que-se-compara-bolsonaro-e-despreza-o-feminismo.html>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

_____. **Propostas.** Joice Federal, 2018d. Disponível em: <<https://joicefederal.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MADEIRA, R. M.; TAROUCO, G. S. Partidos, programas e debates sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, nº 45, p. 149-165. mar. 2013.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: variáveis na eleição para o Congresso. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, 2003.

_____. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.

MORITZ, M. L. Lei de Cotas 20 anos depois: um balanço do empoderamento local. O caso das vereadoras das capitais brasileiras (1996-2016). In: **10º Encontro ABCP**, Belo Horizonte, 30 de agosto a 02 de setembro de 2016.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Gendering Social Capital: Bowling in women’s League?** In: “Gênero e Capital Social”. Universidade de Manitoba Winnipeg, Canadá, maio 2003.

PASCHOAL, J. (@janainadobrasil). **Twitter**, 2018. Disponível em: <<https://twitter.com/JanainaDoBrasil>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. **Qual a verdadeira visão política de Janaína Paschoal?** Paschoal Advogados, 2016. Disponível em: <<https://paschoal.adv.br/qual-a-verdadeira-visao-politica-de-janaina-paschoal-entrevista-inedita/>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

_____. **Quem é o que pensa Janaína Paschoal?** Nexo, 2018b. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/video/video/Quem-%C3%A9-e-o-que-pensa-Janaina-Paschoal>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

_____. **Propostas.** Janaína do Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.janainadobrasil.com.br/>>. Acesso em: 22 dez. 2018c.

PHILLIPS, A. **De uma política de ideias à uma política de presença**; Oxford University Press, 1995.

PINTO, C. R. Feminism, history and power. **Revista de sociologia e política**, n. 18, v. 36, 2001.

PRÁ, J.. Cidadania de gênero, capital social e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, M. (Org.). **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, exclusão, gênero e capital social**. Porto Alegre/DF: Ed. Universidade/UFRGS / CNDM, 2001.

_____. **Mulheres, Feminismo e Ação Política no Brasil**. Porto Alegre: Cirkula, 2016.

RIOS, F. **Elite Política Negra no Brasil**: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RUDDICK, S. **Maternal Thinking**: Towards a Politics of Peace. Boston: Beacon Press, 1989.

SACCHET, T. **Capital social, gênero e representação política no Brasil**. Campinas: Opinião Pública, v. 15, n.2, Novembro, 2009.

_____; SPECK, B. Participação feminina e dinâmica de campanha no HGPE nas eleições de 2010 para a Câmara dos deputados. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. J.; JORDÃO, F. (Orgs.). **As mulheres nas eleições de 2010**. Rio de Janeiro: ABCP, 2010.

SCAPINI, G. L.; CEGATTI, A. C.; RITA, M. B. Atuações dos Comitês e Secretarias de Mulheres nos Partidos Políticos do Rio Grande do Sul. **Paraná Eleitoral**. v.7 n.2, 2019.

SCHINCARIOL, M. **As imagens dos atos contra o Bolsonaro pelo Brasil**. El País, 30 de setembro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/30/album/1538260378_408372.html?id_externo_rsc=FB_CC&fbclid=IwAR3W2-DHYUmyN3HIa_ay7pQfXVsan-x2V5Z7dmFBKPxveJV36vE9JvweT0k#foto_gal_1>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SHULZ, R.; MORITZ, M. L. Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, n. 39, 2015.

SOUTHIER, D.; ÁVILA, M. C. A. Representação descritiva: possibilidades e limites. Mosaico Social. **Revista do Curso de Ciências Sociais da UFSC**, Florianópolis, ano 12, v. 1, p. 1-20, 2014.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**, 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/divulgacandcontas#>. Acesso em: 02 jan. 2019.

O ACESSO AO CORPO FEMININO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Iris Nabolotnyj Martinez¹
Augusto Júnior Clemente²

Resumo

Este artigo problematiza a violência contra as mulheres de um ponto de vista teórico, resgatando conceitos de três autoras e suas obras: Carole PATEMAN em *O Contrato Sexual*, Judith BUTLER em *Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade* e Teresa CALDEIRA em *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. O objetivo é a reflexão dos argumentos mobilizados nestas obras acerca de categorias que conceituem a construção da subalternidade da mulher na sociedade contemporânea e, em específico, no contexto brasileiro. A metodologia utilizada é sistematização comparada focando os pontos de proximidades teóricas entre as três obras com o intuito de contribuir para um melhor enquadramento conceitual acerca da violência contra a mulher. Argumenta-se que há um nicho conceitual que permeia as três teorizações e que chamaremos de “acesso aos corpos das mulheres”.

Palavras Chaves: Teoria Política Feminista. Violência contra as mulheres. Carole Pateman, Judith Butler e Teresa Caldeira.

INTRODUÇÃO

A palavra feminismo tem uma dimensão bastante peculiar por problematizar e propor reflexões sobre o papel da mulher nos diferentes níveis das relações político-sociais a partir de uma posição de embate ao patriarcalismo³.

A popularização do movimento feminista norte-americano trouxe à concepção liberal um especial espaço a teoria, influenciando novas pautas, conceitos e premissas que contribuíram para a concepção feminista contemporânea. No entanto, isso não significa que ela é

¹ Doutoranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; irisanabolotnyj@gmail.com; Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

² Professor e coordenador do curso de Gestão Pública da Universidade Federal do Paraná; augustoclemente@ymail.com

³ A terminologia patriarcalismo advém da palavra patriarcado e expressa uma definição ideológica a qual o homem estabelece dominação, superior à mulher, dentro da organização das relações sociais. O patriarcado se refere a uma forma de poder político, sendo um dos aspectos da aristocracia, da divisão das classes, bem como de outras formas de poder (PATEMAN, 1995).

hegemônica. Ingrid CYFER (2010), por exemplo, alega que suas limitações giram em torno da dicotomia público-privado que tem em John LOCKE sua âncora fundamental.

Nessa vertente, a linha divisória separa a sociedade civil do Estado. A sociedade representa o espaço da liberdade pessoal [...] Além dessa, há ainda outra forma de distinguir o público do privado, segundo a qual os pólos opostos correspondem não à sociedade civil e ao Estado, mas ao social e ao pessoal. Na origem, essa foi uma distinção proposta pelo romantismo para se contrapor ao liberalismo, que não teria reservado nenhuma esfera para a intimidade. Os românticos afirmavam que mesmo a esfera social não libera o indivíduo de forças coercitivas, uma vez que as expectativas sociais constrangeriam os sujeitos a representarem papéis (CYFER, 2010, p. 137).

Luiz Felipe MIGUEL (2010) resume tal crítica enquanto contradições dos direitos liberais, uma vez que eles se denominam igualitários, mas mantêm a subordinação e a separação entre o público e o privado. Outro exemplo desta tensão é apresentada pelo *Dicionário do Pensamento Político e Social do Século XX* segundo o qual o feminismo significa a “defesa de direitos iguais para mulheres e homens, acompanhada do compromisso de melhorar a posição das mulheres na sociedade” (Michèle BARRETT, 1996, p. 304) levando em conta a “condição básica de desigualdade” através da “dominação masculina, do patriarcado, da desigualdade de gênero ou dos efeitos sociais da diferença sexual” (op. cit.). A questão é que quanto mais formalista for à concepção de igualdade “mais intensa será a separação entre o público e o privado; ao passo que, quanto mais focada na igualdade material, mais essa separação terá de ser atenuada” (CYFER, 2010, p. 137).

Todavia, as conquistas da teoria política feminista se devem muito em função dos movimentos sociais. Feministas radicais desde os anos 1960 questionam os aspectos redistributivos – de direitos e recursos – afirmando que a “opressão das mulheres está enraizada em processos psíquicos e culturais profundos” (BARRETT, 1996, p. 304). Essa é uma mudança de perspectiva que parece ir além dos direitos de propriedade e da dicotomia entre público-privado. Diante disso, há um problema de chave conceitual quando se discute a violência e os padrões de construção da subalternidade da mulher, especialmente em países periféricos como o Brasil. A subalternidade da posição da mulher na sociedade é introjetada dentro da realidade liberal-patriarcal como uma questão da extensão da “propriedade”, constantemente ligado ao prazer como distração, serviço e satisfações das necessidades, sejam elas das vontades dos

sujeitos, do mercado, etc. São enfoques que as condicionam a corpos-objetos, fonte das diversas violências que recaem sobre as mulheres.

O Brasil coleciona casos de abusos contra as mulheres, a discussão sobre a violência contra as mulheres ganhou grande repercussão na mídia e nas redes sociais, em especial após o estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos por cerca de trinta homens no Rio de Janeiro, em maio de 2016⁴. As reações ao ocorrido não cessaram e causaram enormes comoções e debates, inclusive com argumentos que naturalizam o fato e culpabilizam as vítimas deste tipo de crime. Esta situação aponta na direção da “cultura do estupro” que permeia a sociedade brasileira, denotando o quanto as pesquisas e os estudos feministas precisam estar cada vez mais munidos de um arsenal conceitual para interpretar, analisar e avaliar as diferentes formas de violências que sobrepujam as mulheres, bem como para qualificar as discussões públicas. É precisamente neste aspecto que este artigo se propõe a colaborar.

O objetivo proposto é o de analisar comparativamente três concepções teóricas que tratam da construção da subalternidade das mulheres, a partir de três autoras que provém de campos epistemológicos distintos. São elas: Carole PATEMAN (1995), Judith BUTLER (2010) e Teresa CALDEIRA (2000). A primeira parte da abordagem do feminismo liberal e revisita o contratualismo, recontando-o desde um ponto de vista feminista. Carole PATEMAN (1995), em *O Contrato Sexual*, expõe categorias que são pontos-chave das lutas e críticas feministas: a igualdade e a separação entre as esferas pública e privada. Judith BUTLER, por sua vez, aborda pós-estruturalismo e vê na identidade e na genealogia – esta última de inspiração foucaultiana – aportes que coagem as identidades. Pensadora das teorias *queer*⁵, Judith BUTLER (2010) no livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, ajuda a responder questões sobre a representação simbólica do corpo da mulher por meio dos conceitos de *inscrições corporais e performance*. A terceira autora, Teresa CALDEIRA (2000) aprofunda os dilemas consolidação democrática brasileira. Sendo antropóloga urbana, a referida autora, em *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, expõe a violência

⁴ JIMÉNEZ, Carla. A Justiça no Brasil não é Dívida, é feminina. El País. In:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/30/politica/1464598834_069834.html>. Acesso em 26 de julho de 2016.

⁵ As Teorias Queer fazem parte de um arcabouço de análise pós-identitária que levam em conta as aspirações das chamadas “minorias” sexuais (gays, lésbicas, transgêneros), abrangendo estudos culturais, da sociologia sexual, antropologia social, educação, filosofia e artes (Guacira Lopes LOURO, 2001).

a partir da distinção entre os espaços público e privado, e apresenta o conceito de *corpo incircunscrito* para ponderar a segregação espacial, a cultura da naturalização da violência e o desrespeito aos direitos civis na realidade brasileira, reconhecendo traços de uma cultura de intervenção aos corpos, especialmente, das mulheres.

Perceber o desenvolvimento da análise desse tema colocado a partir dessas três abordagens torna-se relevante para um adequado encaminhamento da questão. Sendo assim, procura-se examinar os conceitos mobilizados pelas autoras propondo uma reflexão que se debruce sobre a construção de uma naturalização da violência contra as mulheres. Objetiva-se assim uma sistematização comparada de tais teorizações. Busca-se apresentar especificamente: (i) os conceitos delineadas pelos três marcos teóricos dentro das referidas obras; (ii) os pontos em que se aproximam e distanciam-se; (iii) as suas contribuições para a análise da violência contra as mulheres no contexto brasileiro.

Argumenta-se aqui que apesar das três obras possuírem teorias e metodologias distintas, elas apresentam pontos complementaridade no que tange a uma interpretação mais ampla sobre os processos pelos quais as mulheres são vítimas de abusos, violência e desrespeito nas relações sociais patriarcais. Mais que isso, será demonstrado que há uma categoria específica, um nicho conceitual, que permeia as três teorizações e que chamaremos de “acesso aos corpos das mulheres”. Tal concepção, de *acesso aos corpos das mulheres*, almeja ser útil ampliar o entendimento da violência generalizada que aflige as mulheres no Brasil.

O artigo está dividido da seguinte forma: em primeiro lugar, debruce-se sobre a obra de Carole PATEMAN (1995), *El Contrato Sexual*, descrevendo sua principal teorização com ênfase nas categorias de público e privado. Num segundo momento, tratar-se-á de Judith BUTLER (2010), em seu livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* e seu ponto de vista sobre as inscrições corporais. Em seguida será abordado o contexto brasileiro e a concepção de *corpo incircunscrito*, proposto por Teresa CALDEIRA (2000) no livro *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Por fim, expõem-se as considerações finais.

A DICOTOMIA PÚBLICO-PRIVADO EM CAROLE PATEMAN

Carole PATEMAN (1996) realiza uma releitura das teorias liberais clássicas que exploram a despolitização da sociedade civil que perdem de vista o sentido específico do “político”. Sua crítica é a de que no âmbito público todos deveriam ser tratados sem levar em conta fatores como o sexo de cada qual, negando que as pessoas são criaturas temporalmente limitadas, bem como biologicamente e culturalmente específicas. A autora enfatiza que a dualidade entre feminino e masculino serve para esconder separações: feminino (natureza, pessoal, emocional, amor, privado, intuição, moralidade, adscrição, particular, submissão) e masculino (cultura, política, razão, justiça, público, filosofia, poder, êxito, universal, liberdade). Tal dualidade perversa se revela por meio do discurso não de que as mulheres “naturalmente” trazem as crianças à vida, mas de que são elas que “naturalmente” devem criá-las. Mas não se trata de substituir oposições por negações (rejeitando a natureza), tampouco se trata de harmonizar as oposições. O que PATEMAN (1996) sugere é uma sociedade na qual suas dimensões sejam distintas, porém não opostas: a individualidade sem desigualdade.

Em *O Contrato Sexual*, PATEMAN (1995) assume a necessidade de recontar a outra metade da história do contrato social: a de construção da diferença sexual como diferença política. Sua teorização gira em torno das condições pelas quais as mulheres foram incorporadas ao espaço público, à cidadania e à democracia. O argumento é o de que a teoria política moderna opera com categorias patriarcais e universais do indivíduo dentro da distinção público-privado. O dispositivo posto em marcha pelos teóricos do pensamento moderno de que em estado de natureza os homens nascem livres, e por isso realizam o contrato social (a sujeição civil moderna) esconde que essas categorias são inseparáveis de outro contrato: o sexual, que pertence ao mundo privado. Como assevera ROMERO (1995), o contrato social repousa na premissa do indivíduo como proprietário de si mesmo: o indivíduo possessivo. Só que “indivíduo” é uma categoria masculina. Daí a mulher ficar excluída do contrato original. A elas restam os contratos matrimoniais e de prostituição. Os contratualistas, com exceção de Thomas HOBBS, construíram a diferença entre a “liberdade natural” dos homens e a “sujeição natural” das mulheres que foram enclausuradas na esfera privada. Trata-se do direito dos homens de desfrutar do acesso sexual às mulheres (PATEMAN, 1995).

As mulheres não tomam parte no contrato original, mas não permanecem no estado de natureza [...] As mulheres são incorporadas em uma esfera que é e

não é parte da sociedade civil. A esfera privada é parte da sociedade civil mas está separada da esfera “civil”. A antinomia privado/público é outra expressão de natural/civil e de mulheres/homens. A esfera (natural) privada e das mulheres e a esfera (civil) pública e masculina se opõem mas adquirem seu significado uma da outra, e o significado da liberdade civil da vida pública se revela quando se contrapõem a sujeição natural que caracteriza o reino privado (PATEMAN, 1995, p. 22) (tradução dos autores)

A autora segue a teoria kantiana sobre a impossibilidade de alguém ser ao mesmo tempo proprietário e propriedade: um “eu” com identidade é um “eu encarnado”. O indivíduo como proprietário fica separado de seu corpo (que é de um sexo ou outro) e o limite absurdo da extensão dos argumentos contratuais, para a autora, está no fenômeno das mães de aluguel.

A mãe “alugada” contrata o direito sobre sua singular capacidade fisiológica, emocional e criativa de seu corpo, ou seja, de si mesma como mulher. Durante nove meses terá a relação mais íntima possível com outro ser em desenvolvimento, uma parte de si mesma [...] No entanto, a relação da mãe e seu filho é qualitativamente diferente da dos trabalhadores com os produtos (PATEMAN, 1995, p. 295) (tradução dos autores)

O apelo de PATEMAN é para que a história seja recontada a partir do ponto de vista das mulheres. É através da história do contrato social que os cidadãos podem ver-se como membros de uma comunidade. A teoria política contribui para refletir nossa identidade: “mas que nós somos? Somente os homens” (PATEMAN, 1995, p. 303). Ou seja, a história tem falado às mulheres por meio da linguagem masculina, tal como a referência ao termo indivíduo, uma categoria masculina, ao se referir também às mulheres. Para a autora esse é um problema que se estende ao termo gênero. Referir-se ao gênero e não ao sexo indica que a posição da mulher não está ditada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas sim que é uma questão que depende de artifício social. Esta polêmica colocada pela autora se exemplifica pelo exemplo das mães de aluguel: “o contrato das mães de aluguel só é possível porque uma das partes é mulher, só uma mulher tem a capacidade (propriedade) requerida para proporcionar o serviço exigido, uma capacidade integral (natural) de seu sexo” (PATEMAN, 1995, p. 308) (tradução dos autores).

Outra forma de acesso sexual dos homens aos corpos das mulheres se dá pela prostituição, possível mediante o direito patriarcal encarnado no direito de liberdade de contrato: “como outras formas da empresa capitalista, a prostituição é vista como uma empresa privada e o

contrato entre o cliente e a prostituta se considera um arranjo privado entre comprador e vendedora” (PATEMAN, 1995, p. 260) (tradução dos autores). A autora combate algumas premissas que ela considerava equivocadas do próprio feminismo, tal como a defesa da prostituição como meramente um trabalho assalariado. Do ponto de vista contratualista a prostituta vende sua força de trabalho por um período, logo, a prostituição é um contrato de emprego. Sob esta angulação a prostituta se torna dona de uma propriedade e vende seus serviços sexuais. Porém, só há a prostituição porque ela é uma mulher: “A história do contrato sexual revela que há boas razões para que ‘a prostituta’ seja uma figura feminina” (PATEMAN, 1995, p. 264) (tradução dos autores). A naturalização da dominação masculina sobre os corpos das mulheres são confirmados pela indústria do sexo: “A satisfação dos impulsos sexuais naturais dos homens devem ser satisfeitos através do acesso sexual às mulheres, mesmo quando seu corpo não seja utilizado sexualmente de forma direta” (PATEMAN, 1995, p. 275) (tradução dos autores).

A vitória do contrato não significou o fim do patriarcado, e sim a consolidação de sua forma moderna. Relações completamente livres são impossíveis dentro da oposição patriarcal de masculinidade e feminilidade. O que está em jogo para a autora é que por detrás do contrato de prostituição (serviços sexuais), assim como o contrato de matrimônio, é o acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres. A promessa emancipatória do contrato não se cumprirá enquanto as mulheres forem reconhecidas como “indivíduos”, sexualmente neutros. Cidadãos são os homens: os corpos diferentes destes em relação aos das mulheres as obriga a lutarem pela cidadania enquanto mulheres. Elas devem ser incorporadas à comunidade política de forma corpórea, dotadas de capacidades distintas (por exemplo, de criar vida), e não como abstrações descorporificadas (PATEMAN, 1995).

As diferentes vertentes feministas não propuseram refletir acerca da distinção público-privado tão bem quanto PATEMAN (1995): o espaço público-privado teria “a conseqüência, a um só tempo, confinar a mulher ao espaço doméstico, subordiná-la economicamente ao homem e/ou empobrecê-la, restringir sua participação política e atribuir tudo isso a razões imutáveis de ordem metafísica” (CYFER, 2010, p. 139). Inserindo as mulheres no espaço público e, posteriormente, no mercado de trabalho, “em condições desvantajosas” (op. cit.).

JUDITH BUTLER E AS INSCRIÇÕES CORPORAIS

Em 1993 Judith BUTLER lançou *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, uma problematização sobre a identidade embasando-se em nomes como Michel FOUCAULT, Jean-Paul SARTRE, Simone de BEAUVOIR, Jacques LACAN, Mary DOUGLAS, Julia KRISTEVA, Sigmund FREUD, entre outros. Dentro de sua perspectiva analítica, a história do corpo e do sexo por meio de uma formação específica de poder político traz efeitos nas linguagens e nos discursos construindo códigos simbólicos coletivos. Segundo a autora, esses efeitos resultam em padrões heteronormativos que limitam a compreensão do gênero em si. Diferente da teoria social de gênero que relaciona o sexo com o corpo e a natureza, é o comportamento do sujeito que define o seu gênero. Ressignificar o gênero separado da ideia de sexo à natureza, ou *versus* ao corpo, é o que ela propõe como ferramenta de superação dos padrões heteronormativos apresentando os termos de inscrições corporais e *performance*⁶.

Deste modo, a noção de sujeito se dá ancorada a objetivos de legitimação e de exclusão, “e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas” (BUTLER, 2010, p. 19). BUTLER (2010), assim como PATEMAN (1995), preocupa-se com a dimensão política presente na concepção de sexo como um dado naturalizado. A primeira autora descreve a dimensão política sob um aspecto institucional do aparato jurídico: “com efeito, a lei produz e depois oculta à noção de sujeito perante a lei, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural e legítima, subsequentemente, a própria hegemonia reguladora da lei” (BUTLER, 2010, p. 19). Definindo ainda consequências a essa naturalização: a desigualdade sexual hegemônica e a noção de um sujeito oculto subjugado à própria lei. Já PATEMAN (1995) abrange sua dimensão reconhecendo a diferença sexual como um problema de teorização política (de conservadores a liberais e socialistas).

Além disso, BUTLER (2010) identifica esta formação específica de poder desigual proposta na sociedade heteronormativa como ordem compulsória. Desta forma, uma vez que

⁶ Denomina-se *performance* um conjunto de comportamentos representativos que os indivíduos mobilizam a fim de definir a sua identidade. Exemplo: Formas de expressão, vestimenta, linguagem, comportamentos, roupas, etc. Esse conceito foi apresentado por Butler ao observar as formas representativas das minorias sexuais, em especial, transexuais (BUTLER, 2010).

essas práticas e discursos múltiplos são inseridos e incorporados, seus efeitos nas instituições limitariam as interpretações sobre a concepção de sexo. Deste modo,

a noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia, e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade [...] E a tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam [...] Talvez exista, na presente conjuntura político-cultural, [...] uma oportunidade de refletir a partir de uma perspectiva feminista sobre a exigência de se construir um sujeito do feminismo (BUTLER, 2010, p. 21 - 22)

O binômio masculino e feminino em BUTLER (2010) fortalece o que PATEMAN (1995) já havia identificado em relação à adscrição de pessoas que nascem em certas posições sociais como sexo, cor e idade. Desta forma, o que BUTLER (2010) expressa sobre especificidade totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça e etnia coadunam-se aos argumentos de PATEMAN sobre o contrato social patriarcal. PATEMAN (1995) complementa BUTLER quando esta reconhece a presunção que a base universal patriarcalista tenta impor, daí a “urgência do feminismo no sentido de conferir um *status* universal ao patriarcado, com vistas a fortalecer aparência de representatividade das reivindicações do feminismo” (BUTLER, 2010, p. 21) motivando “um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres” (op. cit.).

Ademais, BUTLER (2010) denomina ordem compulsória do sexo, do gênero e o desejo à construção de um indivíduo universal de identidade feminina. Por meio dessa naturalização das relações políticas dos papéis sociais BUTLER (2010) mantém sua crítica ao que considera uma exigência das relações de poder de um sujeito estável. PATEMAN (1995) concorda com BUTLER (2010) ao expressar a dicotomia público-privado sobre uma concepção de natureza liberal-patriarcal. Esta concepção conecta a liberdade natural atrelada ao homem, e a sujeição natural atrelada à mulher, excluindo estas últimas da esfera pública. Essa diferença perversa

que parte de uma divisão sexual é o que obrigaria as mulheres a se inserirem no espaço público de forma corpórea, dotadas de capacidades distintas.

Ao observar as características físicas dos indivíduos, BUTLER (2010) propõe a desconstrução do sujeito uno, autocentrado: “gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado [...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2010, p. 25). A coexistência entre o corpo físico e o uso da linguagem – carregado de signos heteronormativos – à palavra gênero demonstra que o fato de os órgãos sexuais masculinos ou femininos “serem *denominados* partes sexuais corresponde tanto a uma restrição do corpo erógeno a essas partes quanto a uma fragmentação do corpo como um todo” (op. cit.). Deste modo, o poder da linguagem em criar o “socialmente real” por meio de atos de locução e repetição dos sujeitos falantes se evidencia na incorporação do sexo como sexualidade.

Sobre as capacidades distintas, a concepção de “acesso ao corpo das mulheres” precisa transmutar o sentido de sua incorporação. BUTLER (2010) acredita na liberdade corpórea de desnaturalização do gênero a partir de uma metafísica da substância – como aquilo que é idêntico a si mesmo, em uma proposição metafísica – ser o melhor caminho de superação do sentido sobre o “acesso aos corpos das mulheres”. Ela entende o gênero como um "atributo" individual caracterizado “essencialmente como uma substância ou um 'núcleo' de gênero preestabelecido, denominado pessoa” (BUTLER, 2010, p. 29). A teoria política feminista defende a identidade dada pelo gênero e não pelo sexo. Encarar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, demonstra o quanto a teoria política feminista está submetida a dimensões patriarcais. Ultrapassar essa relação a partir de uma “unidade metafísica” denominaria o “paradigma expressivo autêntico [...] no qual se diz que um eu verdadeiro é simultâneo ou sucessivamente revelado no sexo, no gênero e no desejo” (BUTLER, 2010, p. 45) e seria a mais adequada forma de superar os moldes dominantes e aceitos. Os pontos congruentes entre BUTLER (2010) e PATEMAN (1995) estão em reconhecer a urgência de a teoria política feminista buscar reinterpretar os seus próprios discursos.

A autora reconhece um espaço de tensão no qual a lógica da ordem compulsória movimentava os códigos simbólicos e as linguagens imobilizando os heteronormativos por um

lado e forçando novos moldes a rebater este espaço, por outro, com novas inscrições corporais chamadas de *performance*. Nesta forma de identificação e representação dos corpos o que denonima homem e mulher não são mais moldes heteronormativos, mas sim a forma pela qual os sujeitos performáticos representam sua orientação sexual. Este mecanismo de correspondência transverte o uso da linguagem heteronormativa utilizando-se de novos códigos simbólicos a fim de identificar-se, reconhecer-se, dentro dos paradigmas pressupostos, tornando-se um mecanismo de incorporação, um instrumento de luta contra a tensão do espaço discursivo da ordem compulsória.

Por esta perspectiva, na teorização de BUTLER, noção de acesso aos corpos das mulheres se dá por meio de uma dimensão semiótica primária e secreta da linguagem realizada (BUTLER, 2010) Interpretando Mary Douglas, ela defende que “todo o discurso que estabelece as fronteiras do corpo serve ao propósito de instaurar e naturalizar certos tabus concernentes aos limites, posturas e formas de troca apropriados, que definem o que constitui o corpo” (2010, p. 188). As fronteiras do corpo são um limite socialmente hegemônico, pois “a construção dos contornos estáveis corporais repousa sobre lugares fixos de permeabilidade e impermeabilidade” (2010, p. 190). BUTLER (2010) acredita que tanto a compreensão dos corpos em si devem ser livres de limitações, a *performance* seria sua ascensão final, o meio pelo qual se desconstruiria esses padrões heteronormativos postos pela ordem compulsória.

As contribuições de BUTLER (2010) estão em evidenciar a liberdade e o respeito pelo qual a sexualidade deve operar na vida dos sujeitos. Ao redefinir os limites dos corpos a outros meios além dos puramente físicos, BUTLER (2010) argumenta no sentido de que deve-se construir discursivamente os limites e o respeito aos corpos humanos na sociedade, para assim prevenir os abusos, invasões e violações que os mesmos sofrem diante dos mecanismos de dominação patriarcal e que se manifestam na atualidade pelos mais variados tipos de intervenções e violências. Contudo, a autora oferece poucos exemplos e poucos dados que corroborem com sua teoria. Ela apresenta o seu campo discursivo sem explorar os espaços problemáticos aos quais os corpos estão expostos.

O ponto é que BUTLER vai além da teoria feminista, avançando em sobre a teoria queer que se debruça nos fundamentos do gênero e da identidade pós-estruturalista. Ela demonstra seus exemplos sobre uma perspectiva filosófica, defendendo a concepção um instrumento de

luta, representativa e identitária, a favor de sua dessimbolização. De todo o modo, mesmo sua análise sendo deslocada da teoria política feminista, ela complementa esta discussão trazendo instrumentos conceituais que permitem um aprofundamento das formas simbólicas/discursivas que dão a origem do entendimento ao corpo e corresponde no seu acesso.

O CORPO INCIRCUNSCRITO DE TERESA CALDEIRA

Teresa CALDEIRA (2000), antropóloga urbana, em sua tese de doutorado, entre o final dos anos 80 e início dos 90, debruça-se sobre a temática da violência urbana no Brasil, buscando identificar os discursos que reproduzem “o medo” e a cultura de desrespeito aos direitos humanos. Embora seu trabalho não seja especificamente sobre feminismo, CALDEIRA dá especial atenção sobre a violência que acometem as mulheres no Brasil.

CALDEIRA (2000), amparando-se em PATEMAN (1995) para fundamentar sua posição, afirma que as mulheres são as mais desprotegidas perante as facetas da violência. Isto porque “as instituições da ordem (polícia, legislação criminal, tribunais e prisões)” (CALDEIRA, 2000, p. 135) são instituições que “estão contribuindo para o crescimento da violência” (op. cit.) ao invés de controlá-la. Por conseguinte, no Brasil a violência é uma institucionalizada por meio de aparatos jurídicos que são introjetados inclusive no universo privado por ser “uma linguagem regular da autoridade, tanto pública quanto privada, isto é, do Estado ou do chefe de família⁷” (CALDEIRA, 2000, p. 139).

O aparato jurídico do Estado moderno, da sociedade contratualista, na Europa propôs medidas disciplinares que resultaram “na docilidade dos corpos e na circunscrição dos indivíduos” (CALDEIRA, 2000, p. 373). Sobremaneira, naquela sociedade, as duas promessas antagônicas – de um lado, a teoria contratualista prometendo igualdade, e de outro, as medidas disciplinares reproduzindo hierarquia e dominação racional – contribuíram para legitimar maneiras de exercer o poder em relação aos indivíduos. Porém, há um corte de gênero no contrato originário de ascensão do Estado moderno:

⁷ Percebe-se que Caldeira (2000) assim como BUTLER (2010) identifica os mecanismos de incorporação e ideologização do aparato jurídico, reconhecendo a hegemonia das instituições da ordem, não como o da heteronormatividade e ordem compulsória como faz BUTLER, mas como normatização da violência.

na realidade um contrato entre homens que por princípio excluí e subordina as mulheres. [...] Assim, não há grande especificidade no fato de que na sociedade brasileira a reprodução de padrões de dominação [...] tenha coexistido com a afirmação de princípios liberais igualitários. [...] Essa unidade deu espaço para que várias instituições herdadas da escravidão – inclusive o castigo físico – persistissem basicamente incontestadas (CALDEIRA, 2000, p. 140)

CALDEIRA traz essa discussão para o Brasil. Segundo a autora, o eixo fundamental está na linha aparentemente divisória que distingue os espaços público e privado. O último se tornou sinônimo de segurança pessoal e do local da afeição, enquanto que o reino do mundo público é entendido como o espaço da rua: perigoso e impessoal. Nesta leitura a violência fica somente entendida como um problema público e obscurece a percepção de sua presença nos relacionamentos domésticos onde os mais vulneráveis são as crianças e as mulheres. Trata-se de um problema grave que se soma a uma cultura desrespeito aos direitos humanos e que recebe forte apoio de grande parcela da população brasileira. É neste sentido que:

temos que considerar a prática disseminada e o apoio a intervenções violentas no corpo (o que inclui o espancamento de mulheres e crianças dentro de casa que supostamente deveria protegê-las). Em outras palavras, práticas de violência dentro de casa e práticas públicas de violência não podem ser colocadas em oposição, e, o mais importante, não podem ser separadas de noções de direitos individuais e do estado de direito. A violência doméstica é constitutiva do padrão brasileiro de direitos individuais e não oposta a ele (CALDEIRA, 2000, p. 142)

Essa condição social que viola os limites no corpo humano engendrou um modelo de democracia que legitima razoavelmente os direitos sociais, mas que nos seus aspectos civis são continuamente violados. Tal desrespeito aos direitos individuais faz CALDEIRA (2000) formular a concepção de *corpo incircunscrito* que corresponde na tolerância da violência e das intervenções no corpo. O conceito de corpo incircunscrito significa a falta de limites sobre manipulação do corpo de outra pessoa, na proliferação da violência e na deslegitimação da justiça e dos direitos individuais. Nos depoimentos da população paulistana, CALDEIRA (2010) reconhece em seus discursos o tom que a punição física possui, como meio de vingança privada naturalizada, aceita pelos indivíduos.

um sistema que usa a dor e as intervenções no corpo como meio de criar ordem. [...] A naturalidade com que as pessoas falam sobre a vingança privada

e sobre tirar uma vida está associada à naturalidade com que lidam com a punição física em geral. Perguntei a todos que entrevistei o que achavam de bater em crianças. Apesar de o movimento feminista ter conseguido estigmatizar o espancamento de mulheres e de a violência contra crianças de rua ser criticada pela maioria da população, bater nos filhos por razões disciplinares ainda é algo corriqueiro (CALDEIRA, 2000, p. 360 - 365).

Esta violência velada, como um meio de criar ordem, instaura-se na família que uma vez institucionalizada opera o que os entrevistados encaram como “boa pedagogia”: a disciplina por meio da ameaça, do medo e da dor, noção aplicada diretamente à esfera pública a fim de gerar obediência: “a marcação do corpo pela dor é percebida como uma afirmação mais poderosa do que aquela que meras palavras poderiam fazer, e deveria ser usada especialmente quando a linguagem e os argumentos racionais não são entendidos” (CALDEIRA, 2000, p. 366). Ou seja, numa sociedade na qual se considera que crianças, mulheres, pobres, negros, criminosos, não são totalmente racionais a violência se transforma em linguagem que visa “impor princípios morais e corrigir o comportamento social. A dor é entendida como o caminho para o conhecimento (especialmente o moral) e reforma” (CALDEIRA, 2000, p. 367). O uso da dor como meio de estabelecer a ordem está “tão enraizada na vida cotidiana que se tornou uma norma” (CALDEIRA, 2000, p. 368). Ou seja, o significado da violência perpassa não somente a uma medida corretiva, mas vai além, a violência toma a veste da legitimação da autoridade, uma ferramenta de poder admitida, interiorizada e reproduzida por todos.

CALDEIRA (2000) propõe o conceito de corpo incircunscrito para refletir sobre o lugar do corpo como um espaço de intervenção e manipulação. Os indivíduos concebem o corpo como um local de punição e justiça. É nele que se inscreve, através da punição, a autoridade. Dessa forma, ela constata que

nos corpos dos dominados – crianças, mulheres, negros, pobres, ou supostos criminosos – aqueles em posição de autoridade marcam seu poder procurando, por meio da infligência da dor, purificar as almas de suas vítimas, corrigir seu caráter, melhorar seu comportamento e produzir submissão. [...] Por um lado, o corpo incircunscrito não tem barreiras claras de separação ou evitação; é um corpo permeável, aberto à intervenção, na qual as manipulações de outros não são consideradas problemáticas. Por outro lado, o corpo incircunscrito é desprotegido por direitos individuais e, na verdade, resulta historicamente da sua ausência (CALDEIRA, 2000, p. 370)

Além disso, CALDEIRA (2000) traz dois exemplos de intervenção e manipulação do corpo incircunscrito nas mulheres. Estes exemplos estão presentes na sociedade brasileira e são considerados legítimos. O primeiro vem dos atos médicos, como os da cesáreas. O controle da reprodução por meio de procedimentos contraceptivos, como a ligação tubária e a esterilização, é também outro exemplo. Além disso, do ponto de vista do controle das mulheres sobre o seu corpo “as decisões reprodutivas das mulheres estão sendo tomadas de maneiras que normalizam uma drástica interferência no corpo” (CALDEIRA, 2000, p. 371). Cirurgias plásticas de todos os tipos que vem sendo realizadas pelas mulheres da classe média são mais um exemplo dessa intervenção. Este último, dado como certo e visto como natural refere-se aquilo que faz do “Brasil, Brasil: a exibição de corpos nas praias, a sensualidade aberta e muitas vezes descrita como uma sensualidade ‘flexível’, a valorização da proximidade dos corpos, o carnaval e sua mistura de corpos e o brincar com suas transformações” (op. cit.). Pode-se vislumbrar que a defesa de BUTLER (2010) sobre a adequada maneira de se operar frente às fronteiras dos corpos – deixá-los abertos e livres, sem fronteiras – pode ser problemática se for mal entendida.

Este ponto merece ser aprofundado: o carnaval é encarado pela população brasileira como um padrão peculiar de sua cultura e ele, a partir da defesa da autora, é um dos responsáveis por efetivar as intervenções dos corpos femininos. Apesar de ser uma marca brasileira, o carnaval não surgiu no Brasil. Ele contextualiza-se historicamente desde a Grécia Antiga e demarca sua decadência na Europa Moderna (no momento de Construção do Estado Moderno). Atualmente em sua manifestação “carnal” ele é relegado ao passado, encarado como ultrapassado devido aos argumentos em favor da racionalidade. Com a tradição liberal a individualidade surge como premissa básica e a mistura e intervenção nos corpos já não mais disseminada como parte da cultura, sendo encarada como “imagens grotescas do corpo” (CALDEIRA, 2000, p. 372). No contexto da instauração da era dos direitos, as tradições carnavalescas foram:

deslocadas e reencenadas nas colônias pelas administrações imperiais. [...] A passagem da dominância do cânone do corpo grotesco para a do corpo individual na Europa é crucial para a formação da modernidade: ela significa a prevalência das novas sensibilidades e valores culturais, o triunfo de novas formas de relações sociais e organização social. [...] As pessoas “civilizadas” aprenderam a encerrar seus corpos, controlar seus fluidos, evitar a mistura com os outros ou com o exterior e controlar sua agressividade. A pessoa civilizada é o indivíduo autocontido, circunscrito (CALDEIRA, 2000, p. 372)

Devido aos moldes históricos imperiais, patriarcais e liberais, o Brasil ignorou medidas sobre os termos sociais e políticos atrelados a dimensão da individualidade autocontida. Neste sentido, os direitos individuais – especialmente os das mulheres – devem ser construídos a partir da própria realidade brasileira, isso quer dizer, “história e cultura, o que inclui a concepção incircunscrita do corpo tanto na dimensão legal quanto na experiencial” (CALDEIRA, 2000, p. 376). Sendo assim, a autora emenda: “não haverá o fim para o ciclo de violência nem qualquer aumento no respeito aos indivíduos e seus direitos, esse sistema tem que ser reformado e os corpos têm que ser circunscritos em relação às concepções distintivamente brasileiras” (op. cit.).

Desse modo, Teresa CALDEIRA (2000) apresenta ricas contribuições acerca da categoria do “acesso aos corpos das mulheres” convergindo e sendo ponte entre as teorizações de PATEMAN (1995) e BUTLER (2010). O quadro abaixo traz um resumo comparativo dos campos epistemológicos, principais conceitos e exemplos apresentados pelas autoras em suas respectivas obras. Esta síntese permite vislumbrar de forma organizada os argumentos mobilizados sobre a concepção do “acesso aos corpos” e de suas explicações sobre a violência e a construção da subalternidade das mulheres.

CONCLUSÃO: O ACESSO AO CORPO DAS MULHERES

Este estudo teve como objetivo desdobrar reflexões sobre a maneira pela qual algumas das teorias feministas enquadram as formas de construção da subalternidade das mulheres. O foco foi a identificação do aparato conceitual de três abordagens. Sendo assim, para PATEMAN (1995) o espaço privado “encarcera” as mulheres correspondendo na dominação dos homens sobre os seus corpos. A desigualdade presente neste espaço se verifica a partir da divisão sexual, ali imersa. Por meio do consentimento, o ato do contrato social que somente os homens podem realizar, originou-se três exemplos de acessos aos corpos das mulheres e a construção de sua subalternidade através da sua incorporação como propriedade privada, são eles: o acesso sexual, ancorado ao contrato de serviços sexuais por meio da prostituição; o acesso simbólico e físico da mulher como servidora do lar, presente no contrato matrimonial; e o acesso físico, exercido na submissão dos corpos a um fim lucrativo, como, por exemplo, pelas mães de aluguel. A

mulher não tem o direito de negar prestar um serviço porque o seu corpo tem como função natural, originária, não pertencer a si mesma. Uma propriedade, uma “coisa”, um corpo-objeto, que deve ser submetido a intervenções e abusos.

Identificar essa dimensão da divisão sexual traz também questionamentos acerca da construção social dos sentidos, linguagens e interpretações sobre as quais as relações de dominação estão interligadas. Judith BUTLER (2010) ajuda a responder estas questões sobre a representação simbólica do corpo da mulher, interagindo e refletindo sobre os seus padrões normativos. Ao considerar o corpo como uma dimensão subjetiva dos indivíduos, ela defende que discursos heteronormativos e patriarcais cerceam a real compreensão do corpo em si, bem como da própria interiorização das identidades. Ao mobilizar os conceitos de *performance* e ordem compulsória ela desconstrói os padrões normativos heterossexuais de identidade sexual. A *performance* torna-se uma ferramenta de deslegitimação do poder. Pois ao reproduzirem-se comportamentos fora dos padrões pressupostos não é mais possível encarar ou considerar homens e mulheres somente a partir de aspectos heteronormativos. Esta premissa não está relacionada necessariamente com os órgãos sexuais dos indivíduos e sim em como estes indivíduos entendem os seus desejos.

A ordem compulsória é o discurso heterossexual presente nessas separações homem/mulher, macho/fêmea, que repetidos, aceitos e incorporados pelas estruturas sociais, barram aquilo que seja diferente. Isso justifica a resistência das sociedades ocidentais em aceitar as minorias sexuais. Desta forma, a subalternidade feminina em BUTLER (2010) se dá sobre si mesma, ou seja, de violência simbólica contra si mesma, como uma expropriação alheia entre categorias – como faz PATEMAN (1995). Defendendo o rompimento das fronteiras dos corpos sobre padrões muito mais subjetivos, latentes, simbólicos e lingüísticos, do que objetivos abertos e observáveis. O exemplo de luta pela dessimbolização heteronormativa mais tratado em seu livro é o da inscrição corporal da performance realizada pelas *drag queens*.

O contexto brasileiro, por sua vez, possui características históricas específicas de uma colonização imperialista e patriarcalista, com configurações políticas nas quais as nuances de desigualdade sexual são ainda mais visíveis. Teresa CALDEIRA (2000) traz, assim, o conceito de corpo incircunscrito e realiza reflexões sobre a cultura da violência, permitindo reconhecer traços de uma naturalização da intervenção aos corpos das mulheres. Reconhecendo os espaços

de segregação, CALDEIRA (2000) mostra a cultura brasileira de desrespeito aos direitos civis, especialmente, no que tange às mulheres. Este último aspecto é evidenciado, por exemplo, com a tradição do carnaval: o corpo da mulher fica desprovido de contenção. Este mundo de coisas faz do corpo feminino um corpo desapropriado de si, mais do que ser considerado inferior ou privado de racionalidade, entendimento, verdade, autoridade, estaria ele fadado a violações múltiplas: mutilações cirúrgicas, inflições por meio da dor, intervenções físicas de todos os tipos.

CALDEIRA (2000) demonstra uma inflexão entre PATEMAN (1995) e BUTLER (2010): do ponto de vista teórico ela utiliza categorias patenianas para fundamentar sua análise, por outro lado, do ponto de vista epistemológico e metodológico – por ser antropóloga e trabalhar com a violência – ela bebe das fontes da teoria do discurso – semelhante à BUTLER –, pois suas generalizações empíricas para o Brasil se dão em termos culturais, subjetivos e discursivos. Parece que não se pode utilizar a concepção de “acesso ao corpo das mulheres” sem atrelar as categorias de público e privado para um aprofundamento analítico, isso porque não há como disfarçar a presença do espaço privado interrelacionado ao corpo (privado) feminino.

A proposta desse trabalho girou em torno da discussão de como as práticas da violência contra a mulher é enquadrada e explicada pela teoria política feminista, dando especial contorno ao tratamento da categoria de “acesso ao corpo das mulheres”. A partir das distintas linhas teóricas das autoras aqui mobilizadas percebe-se como seus aportes permitem entender os motivos que levam a uma “cultura do estupro” e o quanto a sociedade brasileira é arraigada estruturalmente no patriacarlismo. Os conceitos esboçados aperfeiçoam entendimento sobre os padrões impostos à mulher, colocando-a em um papel marginal e objetificado. Eles propõem uma ressignificação nas interpretações subjetivas dos discursos e linguagens, desconstruindo paradigmas que incorporam formas de interiorizações violentas na medida em que abarcam o funcionamento das estruturas, das instituições políticas e dos comportamentos os indivíduos.

O acesso aos corpos das mulheres deve ser entendido como a trajetória de propriedade à desapropriação. De propriedade, porque ela se dá desde uma formação e uma construção discursiva subjetiva, que se inicia na interpretação da dimensão do próprio sujeito em relação ao seu corpo, até como um meio no qual a ordem social de dominação patriarcal corrobora

distintas formas de violações, legitimando a invasão ao corpo das mulheres, que se apresenta real ou simbolicamente, material ou subjetiva, coletiva ou individual, nas esferas pública ou privada. De desapropriação, pois os corpos das mulheres têm de ser reconhecidos como um instrumento de exploração. Desse modo, novas reflexões podem surgir sobre o sentido do empoderamento das mulheres, contribuindo assim ao feminismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETT, Michèle. Feminismo. In: OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom. (eds) **Dicionário do pensamento social do século XX**. Zahar: Rio de Janeiro, 1996, p. 304 -307.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Ed. 3ª. AGUIAR, Renato (trad). Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2010.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e Feminismo: Igualdade de Gênero em Carole PATEMAN e Martha Nussbaum. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146, jun. 2010.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

JIMÉNEZ, Carla. A Justiça no Brasil não é Dívida, é feminina. **El País**. In: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/30/politica/1464598834_069834.html>. Acesso em 26 de julho de 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer - Uma Política Pós-Identitária para a Educação. **Estudos Feministas**, 9, 2 sem., p. 541-553, 2001.

MIGUEL, Luís Felipe. Teoria Política, Feminismo e Liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 44. v. 15. Out., 2000.

_____. Práticas de Gênero e Carreiras Políticas: Vertentes Explicativas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 18 (3). p. 653-679. Set-Dez., 2010.

_____. Discursos sexistas no humorismo e na publicidade: a expressão pública, seus limites e os limites dos limites. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 41, p. 95-119, Dec., 2013.

_____. **Mary WOLLSTONECRAFT e as origens do feminismo**. Boitempo: 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/27/mary-wollstonecraft-e-as-origens-do-feminismo/>> Acesso em: 04 jun. 2015. 16:02:21.

PATEMAN, Carole. Criticas feministas a la dicotomia publico/privado. In: CASTELLS, Carme (Comp.). **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona: Paidós, 1996, p. 2-23.

_____. **El Contrato Sexual**. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1995.

ROMERO, Maria-Xosé Agra. Introducción. In: PATEMAN, Carole. **El Contrato Sexual**. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1995.

GÊNERO NA COMPOSIÇÃO DE ESPAÇOS DE DECISÃO: UMA ANÁLISE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Marina Lua Vieira dos Santos¹

Resumo

O objeto deste artigo é a representação política de mulheres no Brasil, com ênfase na inserção de deputadas na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que é nossa unidade de análise. O fato de mulheres estarem sistematicamente excluídas desse espaço na comparação com os homens deputados é resultado do desenho institucional ou se deve a fatores outros? Para responder à pergunta procedemos inicialmente à coleta e análise de dados, obtidos através de pedido ao Portal da Transparência da Câmara, sobre a composição da Mesa nas últimas cinco legislaturas; utilizamos Clara Araújo e Daniela Rezende como principais referenciais teóricos no que tange à representação política de mulheres no Brasil, em conjunto com um aporte teórico institucional feminista. Destacamos entre as conclusões, a multifatoriedade de razões para a baixa, quando não nula, representação de mulheres na Mesa, entre elas a falência da política de cotas no Brasil, o comportamento dos partidos, responsáveis pela indicação dos componentes da Mesa (exceto candidaturas avulsas) e a falta de vontade política em reconhecer a importância de discussões sobre gênero e poder a fim de modificar as regras do jogo.

Palavras Chaves: Representação política de mulheres; Desenho institucional; Câmara dos Deputados; Institucionalismo feminista.

INTRODUÇÃO

A presença de mulheres na política institucional tem sido pauta perene nos estudos feministas sob diferentes perspectivas. Entre as principais discussões a respeito do tema está o próprio conceito de representação (PITKIN, 1972, 2006) e as políticas de presença de Anne Phillips (PHILLIPS, 1995, 1998). Segundo Lovenduski e Childs (2013), Hanna Pitkin, embora não situe seus quatro conceitos de representação a partir de uma perspectiva generificada, é referência para a maioria de seus contemporâneos ao rejeitar a ligação direta entre as características dos representantes e suas ações, desvinculando representação descritiva de representação substantiva. Anne Phillips, por sua vez, inequivocamente situada nos estudos preocupados com a generificação da política, argumenta no sentido de que, em que pese a

¹ Mestranda em Ciência Política do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. mluasantos@gmail.com. Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

presença de mulheres possa não estar ligada de forma direta a ideias feministas, uma análise conjunta de ambas não pode ser desconsiderada; “sem dúvida, depois de Pitkin ninguém mais considerou a representação descritiva como importante, ao passo que depois de Phillips ninguém a considerou sem importância”² (LOVENDUSKI; CHILDS, 2012, p. 491, tradução nossa)

Céli Pinto (1994) pontua diferenças fundamentais quando falamos da participação política das mulheres enquanto feministas e quando falamos da presença de mulheres em geral no campo da política, já que não raros foram os momentos em que tivemos a presença de mulheres no Legislativo sem que reivindicações feministas ocupassem papel central nas discussões. Daniela Rezende (2017), em raciocínio similar, argumenta que à discussão sobre uma maior participação de mulheres na Câmara deve estar a preocupação sobre a efetividade de mecanismos de participação em espaços de poder e de decisão, indicando que não bastam mais mulheres na política se à sua participação não estiverem aliadas ferramentas de efetividade.

Por certo, analisar espaços de representação política institucional no Brasil exige pensar uma série de fatores que, em conjunto, contribuem para o sistema eleitoral-partidário como o conhecemos hoje e, nele, como se dão as relações de gênero. Espaços político-institucionais são, em geral, ocupados por homens (ACKER, 1992; BIROLI, 2015). Mas não só, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018), apontam que mulheres ainda são minoria em cargos de chefia no mercado de trabalho, apesar de, em comparação com os homens, alcançarem maiores níveis de escolaridade³. Inúmeras autoras explicam esse cenário a partir de uma divisão sexual (ou generificada) do trabalho (HIRATA, 2001; PATEMAN, 2013, p. 72; WEST; ZIMMERMAN, 1987, p. 143–144), ou ainda na divisão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo (ACKER, 1992; FEDERICI, 2012). Com efeito, para Joan

² “arguably, after Pitkin no one regarded descriptive representation as important, while after Phillips no one regarded it as unimportant”.

³ Na comparação com os homens, também segundo o IBGE, mulheres ainda recebem menos pelos mesmos serviços. Informação obtida no endereço eletrônico: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem>

Acker (1992, p. 567, tradução nossa) “a divisão entre reprodução e produção constitui a infraestrutura generificada das instituições da sociedade”⁴.

Independentemente da perspectiva adotada para analisar as interações sociais que produzem as relações de gênero⁵, não há dúvidas de que elas condicionam, em diferentes níveis, a participação de mulheres em espaços de poder e de decisão, determinando sua atuação político-institucional nas diversas intersecções com classe, raça e fatores outros.

A participação na política institucional amplia os recursos para a politização e ressemantização das experiências e dos problemas enfrentados pelas pessoas. Trata-se de um âmbito privilegiado das disputas em que se definem quais são as necessidades prioritárias e o que seria necessário para fazer frente a elas, assim como para a construção coletiva e a validação política dos interesses. A exclusão sistemática de alguns grupos, ou o fato de que filtros para o acesso de determinados grupos ao sistema político os tornem minoritários e sub-representados expõe o caráter hierarquizado da democracia (BIROLI, 2015, p. 28).

Essa divisão pode ser percebida, por exemplo, nos estudos produzidos no âmbito da Organização Internacional do Trabalho - (ILO, 2013) que apontam a permanente feminização do trabalho doméstico, bem como de todas as atividades relacionadas ao cuidado. Enquanto isso, estudos da Inter-Parliamentary Union⁶ indicam que, de maneira geral, homens ainda são maioria em espaços político-institucionais.

É a partir destes pilares, portanto, que fundamentamos este trabalho: (1) espaços político institucionais são, em geral, espaços masculinos; (2) cargos de decisão, não só no setor público, mas também no setor privado, são ocupados, em maioria, por homens; (3) a divisão sexual (ou generificada) do trabalho, bem como a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, são o ponto de partida utilizado por diversas autoras para explicar essas problemáticas e (4) em que pese essas divisões sejam explicadas de diferentes perspectivas e sob ênfases diversas, não há dúvidas de que elas condicionam a participação de mulheres em uma série de espaços, mormente espaços de decisão político-institucional.

⁴ “the divide between reproduction and production constitutes the gendered understructure of society’s institutions”

⁵ Para West e Zimmerman (1987, p. 129) “[...] gênero não é um conjunto de traços, nem uma variável ou um papel, mas o produto de ações sociais de algum tipo”. No original “[...] gender is not a set of traits, nor a variable, nor a role, but the product of social doings of some sort”

⁶ Dados de fevereiro de 2019, obtidos no endereço: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em 02/07/2019.

Para os fins propostos neste trabalho, organizamos as seções principais da seguinte forma: na primeira, intitulada Metodologia, apresentamos os caminhos escolhidos ao longo da pesquisa, a exemplo do levantamento, da seleção e da análise de dados. Nossa segunda seção, Referenciais Teóricos para uma Análise Generificada de Instituições, apresenta alguns dos achados de pesquisa de Clara Araújo e de Daniela Rezende na análise de relações de gênero na Câmara dos Deputados, assim como discorre sobre a estrutura de variáveis, elaborada pelas institucionalistas feministas Francesca Gains e Vivien Lowndes, com fim de analisar de maneira generificada a Mesa Diretora. A terceira seção, Mesa Diretora e o lugar reservado às mulheres, expõe os dados relevantes à pergunta de pesquisa proposta neste trabalho⁷ em um diálogo com nossos referenciais teóricos da seção anterior. Por fim, nossas Notas Conclusivas buscam fazer um balanço dos esforços empreendidos na construção deste trabalho.

METODOLOGIA

Por meio de consulta ao portal de Dados Abertos da Câmara dos Deputados identificamos que as informações para a construção deste artigo não estavam disponíveis de maneira acessível. Procedemos então com dois pedidos ao Portal da Transparência da Câmara, o primeiro deles com a requisição da composição da Mesa Diretora nas últimas cinco legislaturas; a escolha deste primeiro recorte é justificada pelo fato de que a partir de 1998 o número de deputadas eleitas só aumentou ou se manteve estável, sem nenhuma queda. Ao longo da escrita, percebemos que não seria efetivo apenas ter acesso à composição da Mesa para entender a baixa presença de mulheres no espaço, procedemos assim ao segundo pedido, uma requisição da listagem dos candidatos à Mesa, seus partidos e tipos de candidatura à Mesa, se avulsa ou por indicação do Bloco ou da coligação partidária. Em razão de buscarmos compreender os motivos pelos quais há poucas mulheres na composição da Mesa, elegemos a pesquisa qualitativa como método (ACKER, 1992, p. 566), utilizando como procedimentos o levantamento e a análise de dados, bem como a análise documental, essa última com base em um quadro analítico composto de quatro variáveis, proposto por Gains e Lowndes, aplicado ao

⁷ O fato de mulheres estarem sistematicamente excluídas desse espaço (a Mesa Diretora) na comparação com os homens deputados é resultado do desenho institucional ou se deve a fatores outros?

Regimento Interno, no que tange à eleição da Mesa Diretora, com fim de compreender a composição da Mesa Diretora de uma perspectiva generificada.

REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA UMA ANÁLISE GENERIFICADA DE INSTITUIÇÕES

Para Joan Acker (ACKER, 1992, p. 565, tradução nossa) “teorias que silenciam sobre gênero são fundamentalmente falhas”⁸. Para Joan Scott (SCOTT, 1986, p. 1067, tradução nossa) “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos, ao mesmo tempo em que é a maneira primária de significar relações de poder”⁹.

Estudos desde uma perspectiva de gênero ainda são minoria na Ciência Política (HAWKESWORTH, 2005; LUIZA HEILBORN; SORJ, 1970). Nosso ponto de partida é a compreensão de que eles importam para a análise de instituições; sem eles é comum que pensemos que não haja grandes problemas na divisão de cargos, majoritariamente masculinos em cargos de poder e de decisão da política institucional. No caso da Câmara dos Deputados, espaço ocupado extensivamente por homens, não é surpresa que na comissão mais importante eles estejam, também, em maior número; realizando um exercício de observação anterior, não é surpresa que mais homens ocupem cargos eletivos, uma vez que são eles o maior contingente de candidatos¹⁰.

Sem uma análise generificada, a composição da Mesa seria interpretada apenas como reflexo da composição da Câmara e não se contraporía a princípios de proporcionalidade e de isonomia entre as deputadas e os deputados eleitos. É certo que, como veremos mais adiante, a lógica de distribuição de cargos na Mesa é balizada pela representação proporcional dos partidos e não por uma divisão de gênero; entendemos, contudo, que a aparente neutralidade do processo precisa ser tensionada. O exercício de empreender uma análise generificada às instituições, assim, garante que não ignoremos todas as relações sociais construídas em torno

⁸ theories that are silent about gender are fundamentally flawed”.

⁹ gender is a constitutive element of social relationships based on perceived differences between the sexes, and gender is primary way of signifying relationships of power”

¹⁰ Informação obtida no endereço eletrônico:

<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/561447-2018-TERA-A-ELEICAO-MAIS-ACIRRADA-PARA-A-CAMARA-DOS-DEPUTADOS.html>

do gênero, como se na política ele não fosse um fator relevante de análise ou como se ele não precisasse fazer parte da equação, em virtude da neutralidade¹¹ dos espaços políticos em relação ao gênero. Para Joan Acker, (1992, p. 567, tradução nossa) “O termo ‘instituições generificadas’ significa que o gênero está presente nos processos, nas práticas, nas imagens e ideologias e nas distribuições de poder nos vários setores da vida social¹²”

Um dos locais historicamente ocupados por homens, ainda que se proponha enquanto espaço neutro, é o Legislativo Brasileiro; nele, a sub-representação de mulheres é especialmente importante em razão da legitimidade negociativa e decisória atribuída às deputadas e aos deputados eleitos no interior de democracias representativas (ARAÚJO, 2001a, 2009) afinal, pouco se influencia as pautas da Agenda Nacional e a tomada de decisão sem estar presente. Destacamos que estar presente pode não ser efetivo, na medida em que não há necessária correlação entre ser mulher e defender pautas feministas (ARAÚJO, 2010; PHILLIPS, 1995; REZENDE, 2015, 2017); apesar disso, em um país no qual metade da população é composta por mulheres, parece temeroso ignorar a necessidade de uma representação que espelhe essa configuração.

Assim, continuar naturalizando a forma como são definidos postos de comando na política seja talvez um dos motivos pelos quais ainda sejam escassas discussões mais profundas sobre a generificação da política enquanto pauta recorrente nas abordagens teóricas políticas feministas preocupadas com questões institucionais (KENNY, 2014); a concepção de que instituições são generificadas, portanto, é crucial para o entendimento de suas práticas, objetivos e resultados (KENNY, 2014; KROOK; MACKAY, 2011; REZENDE, 2017)

Daniela Rezende (2015, p. 25), em sua tese de doutorado, sobre qual o lugar reservado às mulheres, a partir de uma análise generificada das comissões legislativas de Argentina, Brasil e Uruguai, pontua que:

Heath, Schwindt-Bayer e Taylor-Robinson (2005) afirmam a necessidade de considerar características políticas e institucionais do Legislativo, além de aspectos relacionados aos legisladores individuais e aos partidos políticos, para explicar a alocação de mulheres em comissões legislativas. As autoras verificaram que há um viés de gênero no tocante à alocação de parlamentares em comissões legislativas na América Latina, que pode ser

¹¹ Essa neutralidade seria percebida no fato de que não há reserva de vagas nas comissões para homens e para mulheres, mas para partidos, instituições e não pessoas.

¹² “The term ‘gendered institutions’ means that gender is present in the processes, practices, images and ideologies, and distributions of power in the various sectors of social life”.

explicado em grande medida pelo desenho institucional dos Legislativos, especificamente pelas regras de recrutamento para as comissões e pela existência de comissões de “assuntos de mulheres”: maior centralização da alocação de vagas em comissões via líderes partidários e presidentes das câmaras e a presença de comissões de “assuntos de mulheres” implicam em menores chances de mulheres ocuparem “comissões poderosas”, referentes a temas como relações internacionais, economia e defesa.

No caso da Mesa Diretora, seu desenho é parte integrante do sistema eleitoral e do sistema partidário brasileiro, influenciando e sendo influenciado pelos seus atores de maneira complexa e, em que pese a análise de ambos os sistemas não faça parte do escopo deste trabalho, entende-se que uma investigação mais profunda sobre a presença de mulheres em comissões legislativas precisa se debruçar sobre os dois sistemas.

Daniela Rezende (2017) destaca que a composição da Mesa deixa evidente o seu viés de gênero, uma vez que “até o ano de 2014, nenhuma mulher ocupou a presidência da Casa. Quanto aos demais cargos, entre 1981 e 2007, quatro deputadas assumiram cargos de suplência na Secretaria da Mesa Diretora e apenas em 2011 uma mulher foi eleita vice-presidente.” Quanto à presidência da comissão, a autora pontua que

Considerando as prerrogativas dos diversos cargos que a compõem, a presidência possui elevada capacidade de afetar o processo decisório, porque concentra importantes poderes, como conceder a palavra a parlamentares e controlar o uso do tempo de fala, definir a agenda mensal da Casa e a Ordem do Dia, ou seja, selecionar que proposições serão discutidas e votadas nas seções legislativas. Ademais, esse cargo é o terceiro na linha sucessória da Presidência da República. Vê-se, pois, que à/ao ocupante desse cargo estão asseguradas amplas possibilidades de influenciar o processo decisório, cabendo, inclusive, definir o que deve ser discutido e votado e quando. (REZENDE, 2017, p. 1207)

Para Gains e Lowndes (2014), assim como para inúmeros autores da teoria política, instituições são as regras do jogo e, como tais, distribuem poder, constringendo e incentivando os atores. Por entenderem gênero como um conceito relacional, as autoras propõem um conjunto de quatro variáveis de análise a partir do qual instituições podem ser compreendidas como neutras ou como generificadas¹³. A estrutura de variáveis das autoras é composta da seguinte forma: (1) regras sobre gênero; (2) regras com efeitos generificados; (3) atores

¹³ Orlando Lyra de Carvalho Júnior e Vitor de Angelo (2018), nesse sentido, argumentam que não são apenas as mulheres a sentirem os efeitos de relações de gênero, já que elas perpassam toda a ordem social e política.

generificados trabalhando com as regras e (4) resultados generificados de ações determinadas pelas regras.

Utilizamos como principais referenciais teóricos, portanto, Clara Araújo e Daniela Rezende, no que tange aos estudos legislativos de perspectivas generificadas em conjunto com as ferramentas de análise propostas por Gains e Lowndes, a fim de contribuir com a produção acadêmica preocupada com as relações de gênero em espaços de poder.

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E O LUGAR RESERVADO ÀS MULHERES

A eleição da Mesa, disciplinada entre os artigos 5º e 8º da Resolução nº 17, de 1989, determina que a eleição da Mesa ocorre por biênio, ou seja, duas mesas são eleitas durante um mandato eleitoral de quatro anos, uma no primeiro ano e outra no terceiro (BRASIL, 1989) Para os fins deste trabalho, utilizamos uma divisão em legislaturas; assim, propondo a análise de cinco delas, analisamos 10 composições da Mesa no total.

Em cada composição da Mesa Diretora são eleitos um presidente, dois vice-presidentes, quatro secretários e quatro suplentes desses últimos. A votação é secreta, exigindo-se maioria absoluta em primeiro turno e, se necessário, maioria simples no segundo; em caso de empate, é eleito o candidato mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas (BRASIL, 1989)

Segundo Carneiro, Santos e Netto (CARNEIRO; SANTOS; NETTO, 2018, p. 106) “Na composição da Mesa, assegura-se a aplicação do princípio da proporcionalidade partidária; ou seja, os partidos ou blocos parlamentares que participem da Câmara devem ser representados proporcionalmente, tanto quanto possível.” Os autores pontuam, ainda, que “Para a definição do número de cargos a que o partido terá direito na Mesa, valerá em qualquer das eleições o número de deputados eleitos pelo partido, conforme resultado final apresentado pela Justiça Eleitoral” (CARNEIRO; SANTOS; NETTO, 2018, p. 107), sendo assegurada a participação de um membro da Minoria, ainda que pela proporcionalidade não pudesse estar na composição da Mesa (BRASIL, 1989):

Definido o número de vagas que caberá a cada agremiação, há duas alternativas para se conhecer qual representação ocupará cada cargo. A escolha dos cargos pode ser

feita pelas lideranças, da maior para a de menor representação, conforme o número de cargos que corresponda a cada uma delas, bem como pode haver acordo entre as bancadas para a distribuição dos cargos por outros critérios. [...] a divisão do número de cargos respeita o princípio da proporcionalidade partidária, por dever de obediência à norma inscrita no § 1º do art. 58 da Constituição Federal (CARNEIRO; SANTOS; NETTO, 2018, p. 109)

Sobre a norma constitucional que determina o respeito ao princípio da proporcionalidade na composição da Mesa Diretora, temos que:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.
§ 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa. (BRASIL, 1988)

A análise do desenho institucional que determina as dinâmicas de escolha de quem fará ou não parte da Mesa Diretora, em um primeiro momento, é a análise dos artigos concernentes à eleição da Mesa, contidos no Regimento Interno da Câmara, elaborado em 1989, imediatamente após a promulgação da Constituição da República, em 1988.

Se considerarmos que até 1997¹⁴ não havia nenhuma política de ação afirmativa para assegurar uma participação mais igualitária entre homens e mulheres na política institucional, não surpreende que relações de gênero não tenham sido fator relevante na construção dos espaços políticos dentro da Câmara e do acesso a eles. Mais do que isso, seria (será) possível pensar em uma dinâmica de acesso a cargos dentro da Câmara que transcenda os processos internos e externos dos partidos? Parece que não.

Nossa análise parte das últimas cinco legislaturas, com início a partir da 51ª, após as eleições de 1998. Naquele ano foram eleitas 28 mulheres, número que não voltou a cair nas legislaturas seguintes: sendo 43 em 2002, 45 em 2006, 45 em 2010, 51 em 2014. Em que pese o maior salto em termos de representação descritiva de mulheres tenha se dado na atual legislatura (77 mulheres eleitas deputadas federais), optamos por não analisar os dados em virtude de ter sido realizada a eleição de apenas uma mesa diretora até o momento. Como exercício relacional, enumeramos os deputados eleitos nesse mesmo período: em 1998 foram

¹⁴ Ano da entrada em vigência da Lei de Cotas na política (9.504/97).

eleitos 485 homens, 470 em 2002, 468 em 2006, número que se manteve em 2010; em 2014 foram 462 homens eleitos. Em 2018 foram 436.

Em consulta à tabela de composição da Mesa Diretora obtida por meio de pedido à Base de Dados Aberta da Câmara de Deputados, é possível observar que nas três primeiras legislaturas objeto de análise (51^a, 52^a e 53^a), nenhuma mulher ocupou um cargo na Mesa. Na legislatura seguinte (54^a) houve uma mulher ocupante de cargo na Mesa; na 55^a legislatura, três mulheres fizeram parte da composição da Mesa Diretora; na atual legislatura, de número 56 (ainda em curso pelos próximos 3 anos e, por isso, fora da análise), há 2 mulheres na Mesa. A tabela¹⁵ abaixo elucida os números:

| Legislatura | Biênios | Nº de mulheres eleitas para a Câmara | Porcentagem de mulheres deputadas federais | Nº de deputadas na Mesa Diretora | Porcentagem de deputadas na Mesa Diretora |
|-----------------|------------------------|--------------------------------------|--|----------------------------------|---|
| 51 ^a | 1999-2000 2001-2002 | 28 | 5,4% | 0 | 0% |
| 52 ^a | 2003-2004 2005-2006 | 43 | 8,3% | 0 | 0% |
| 53 ^a | 2007-2008 2009-2010 | 45 | 8,7% | 0 | 0% |
| 54 ^a | 2011-2012 2013-2014 | 45 | 8,7% | 1 | 4,3% |
| 55 ^a | 2015-2016 2017-2018 | 51 | 9,9% | 3 | 13% |

Tabela elaborada pela autora com base nos dados obtidos junto à Câmara dos Deputados

¹⁵ A tabela foi elaborada com base nos dados sobre a composição da Mesa Diretora obtidos por meio de pedido online à Câmara de Deputados e em dados sobre o número de mulheres eleitas deputadas federais disponíveis no endereço eletrônico:

<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564035-BANCADA-FEMININA-NA-CAMARA-SOBE-DE-51-PARA-77-DEPUTADAS.html> (acesso em 07/07/2019)

Os dados sobre as candidaturas à Mesa demonstram que na 51ª legislatura, em que nenhuma mulher ocupou cargo na comissão, também não houve nenhuma candidata, seja indicada pelo partido ou bloco partidário, seja por meio de candidatura avulsa¹⁶. O mesmo se repete na 52ª legislatura, em que não só nenhuma mulher ocupou a Mesa, como nenhuma mulher foi candidata ao espaço. Na 53ª legislatura, a única mulher indicada à Mesa (no segundo biênio), por meio de indicação do Bloco Partidário, perdeu a suplência de secretaria por 10 votos para o candidato avulso do Bloco.

Na 54ª legislatura, no biênio 2011-2012, Rose de Freitas foi a primeira mulher a ocupar um cargo na Mesa que não fosse na suplência; destacamos, nesse caso que a deputada, indicada pelo PMDB, era a única candidata à 1ª vice-presidência da comissão para o período. Na 55ª legislatura, onde tivemos três mulheres na Mesa, presença proporcionalmente maior do que a de mulheres na Câmara, Mariana Carvalho (PSDB) e Mara Gabrilli (PSDB) ocuparam a 2ª e a 3ª secretarias, respectivamente; Luiza Erundina (PSB), ocupou a suplência da 3ª secretaria.

Se os dados sobre a composição da Mesa comprovam a quase ausência de mulheres nesses espaços, se considerarmos outros fatores como raça e classe constatamos que mesmo a inclusão de mulheres depende do acesso a recursos políticos internos à Câmara, uma vez que das quatro mulheres parte da Mesa no período analisado, três delas são de partidos tradicionais da política brasileira. Com efeito, para além do estudo sobre a presença de mulheres na Câmara dos Deputados e, dentro dela, o estudo sobre quais espaços elas ocupam, uma análise multifatorial importa (ACKER, 1992) na medida em que importa quais mulheres efetivamente têm acesso a espaços de poder e de decisão no âmbito do Poder Legislativo, uma vez que esse acesso é determinado, em última instância, pela dinâmica dos partidos políticos.

A estrutura de análise proposta por Gains e Lowndes(2014), nesse sentido, contribui para entendermos as dinâmicas de seleção para a composição da Mesa Diretora a partir de uma perspectiva generificada. A seguir, analisamos o acesso a comissão diretora desde os fatores enumerados pelas autoras:

REGRAS SOBRE GÊNERO

¹⁶ Em que pese nossa análise inicie na 51ª legislatura, importante assinalar que na 50ª legislatura (biênio 1995-1996) houve uma deputada indicada pelo partido (PSDB) para compor a Mesa, tendo ocupado a segunda suplência da comissão.

As autoras definem essa categoria como “regras que especificam e alocam papéis específicos, ações ou benefícios para mulheres e para homens”¹⁷ (GAINS; LOWNDES, 2014, p. 527, tradução nossa) Em relação às regras para acesso à Mesa, não temos regras específicas sobre gênero, já que a divisão de cargos se dá por meio da proporcionalidade partidária; no entanto, o cenário não necessariamente é favorável para ambos os gêneros de maneira equitativa, uma vez que “De um ponto de vista feminista tais regras podem ser ‘positivas’ como no caso das cotas de gênero, ações afirmativas ou acordos para a maternidade ou ‘negativas’ como na histórica exclusão de mulheres do direito ao voto ou do direito à propriedade”¹⁸ (GAINS; LOWNDES, 2014, p. 527–528, tradução nossa).

Para Joan Acker (1992) o fato de instituições se pretenderem neutras em termos de gênero, através da manutenção de uma ideia de sujeito abstrato, acabam mascarando uma realidade que, em verdade, entende esse indivíduo enquanto homem¹⁹. Sob esse ponto de vista, portanto, não podemos considerar positiva a ausência de regras específicas sobre gênero na determinação da alocação de cargos em comissões dentro da Câmara dos Deputados, uma vez que a pretensa neutralidade instituída constitucional e regimentalmente tem beneficiado majoritariamente os deputados homens da Casa.

REGRAS QUE TÊM EFEITOS GENERIFICADOS

Aparentemente neutras mas que seriam recebidas diferentemente por homens e por mulheres.

Regras aparentemente neutras sobre onde e quando reuniões acontecem (por exemplo) podem ser desvantajosas para aqueles com responsabilidade de cuidado, predominantemente mulheres; uma reunião à noite pode ser difícil para que mulheres com responsabilidades de cuidado compareçam, ou para mulheres que têm medo de viajar à noite²⁰. (GAINS; LOWNDES, 2014, p. 528, tradução nossa)

¹⁷ “rules that specify and allocate particular roles, actions or benefits for women and men”

¹⁸ “From a feminist viewpoint, such rules may be “positive” as in the case of gender quotas, affirmative action, or maternity arrangements or “negative” as in the historical exclusion of women from voting or property rights”

¹⁹ A esse respeito, ver Carole Pateman (2013) e Anne Phillips (2011)

²⁰ Seemingly neutral rules about where and when meetings are held (for instance) may disadvantage those with caring responsibilities, predominantly women; an evening meeting may be hard for women with caring responsibilities to attend, or for women who are fearful of traveling at night

As regras de acesso à Mesa Diretora, bem como em relação às demais comissões da Câmara dos Deputados, que obedecem a princípios de proporcionalidade, a partir de uma análise desse segundo fator, podem ser caracterizadas como regras com efeitos generificados. “De maneira geral, as instituições de bem-estar social não só incluíram regras específicas sobre gênero [...] como regras com efeitos generificados mais amplos em razão de sua interação com regras sobre a divisão sexual do trabalho doméstico”²¹ (GAINS; LOWNDES, 2014, p. 528, tradução nossa)

Os efeitos generificados que as regras de acesso à Mesa produzem podem ser vistos (a) através das legislaturas em que nenhuma mulher ocupou cargo na Mesa; (b) na quase ausência de indicação de mulheres por parte dos partidos aos cargos da Mesa; (c) no fato de que apenas partidos mais tradicionais conseguem indicar mulheres aos cargos; (d) no fato de que, quando indicadas, mulheres ocupam, em geral, cargos de suplência na comissão diretora.

ATORES GENERIFICADOS TRABALHANDO COM AS REGRAS

Gains e Lowndes (2014, p. 528, tradução nossa) pontuam que “Instituições importam na vida política em razão da maneira em que elas moldam o comportamento [...] mas atores não são autônomos institucionais, atores desenham instituições e também interpretam, aplicam e adaptam regras no dia a dia em um contexto de mudanças de ambientes”²². Destacam, apesar disso, que há grandes dificuldades em relacionar a presença de mulheres com uma preocupação em adequar a Agenda Política a pautas feministas, pontuando que mulheres podem adotar um estilo masculino na construção de regras e que homens podem ter uma atuação crítica e alinhada a reivindicações femininas, com efeito “A suposição de que mulheres agirão automaticamente em favor de mulheres é problematizada na medida em que nem todas as mulheres tomarão esse caminho; somado a isso, homens também podem advogar por políticas voltadas às mulheres ou

²¹ More broadly, the institutions of the welfare state have included rules specifically about gender [...] but also rules that have wider gendered effects because of their interaction with rules about the sexual division of labor in the home and family

²² “Institutions matter in political life because of the way in which they shape behavior [...] but actors are not institutional automatons. Actors design institutions and also interpret, apply, and adapt rules on a day-to-day basis in the context of changing environments”.

melhorar a igualdade de gênero”²³ (GAINS; LOWNDES, 2014, p. 536, tradução nossa). Dessa forma, as autoras ressaltam que “Para o nosso quadro, a chave é a interação entre (inevitáveis) atores generificados e instituições”²⁴ (GAINS; LOWNDES, 2014, p. 528, tradução nossa).

Com base neste terceiro fator, a interação entre atores generificados de maneira inevitável e as regras institucionais pode ser percebida na estrutura mais abrangente dos partidos políticos, das candidaturas de homens à Câmara, imensamente maiores que às de mulheres, ocupação majoritária, por consequência, do Legislativo, e, uma vez na Mesa Diretora, ausência de vontade política para colocar em votação legislações com potencial de mudança nas configurações de distribuição de cargos na Casa.

RESULTADOS GENERIFICADOS DA AÇÃO MODELADA PELAS REGRAS

Aqui, as autoras destacam que não há como assumir qualquer relação particular entre instituições generificadas e resultados políticos generificados, restando identificarmos a capacidade do desenho institucional de fazer pautas com comprometidas com a equidade de gênero “colarem” (GAINS; LOWNDES, 2014, p. 529–530)

Já que estamos analisando a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e que os cargos nela são distribuídos seguindo critérios de proporcionalidade partidária, não havendo preocupação com resultados generificados advindos dessas regras, voltamos nosso olhar para um momento anterior, a entrada de mulheres na Câmara através da política de cotas por sexo²⁵.

Com efeito, ações afirmativas no campo político-institucional se multiplicaram pelo mundo nos últimos anos em virtude da percepção de que sem incentivos institucionais pouco ou nada muda no que tange à presença de mulheres nesses espaços. No Brasil, a previsão de um mínimo de 30% e um máximo de 70% das candidaturas para cada sexo, sem previsão de sanções quando descumprido esse percentual e sem incentivos à destinação de verba para o custeio das candidaturas de mulheres demonstrou a insuficiência da política sem os devidos mecanismos institucionais de apoio (ARAÚJO; ALVES, 2007; ARAÚJO, 2001b, 2009, 2010)

²³ The assumption that women will automatically act for women is problematized, with an acknowledgement that not all women will take this route and that male actors can also advocate for policies aimed at women or to improve gender equality”

²⁴ “For our framework, the key is the interaction between (inevitably) gendered actors and institutional rules.”

²⁵ Utilizamos a nomenclatura “por sexo” e não “por gênero”, acompanhando a escolha do legislador brasileiro.

A insuficiência da política de cotas no Brasil é explicada de várias perspectivas²⁶. O sistema eleitoral brasileiro, no entanto, não seria um fator relevante.

Embora exista um enorme debate em torno de qual o sistema mais “estável” institucionalmente, ou qual permite mais condições de governabilidade (aspectos que não cabem ser discutidos neste artigo), há certo consenso na literatura acadêmica quanto à maior possibilidade que o sistema proporcional oferece de incorporar a diversidade de interesses, perfis e necessidades existente na sociedade. E isso teria impacto, também, sobre as chances das mulheres. (ARAÚJO, 2009, p. 32)

Ainda que o sistema proporcional possa se caracterizar como o mais favorável à eleição de mulheres, “a análise institucional sobre gênero e representação política tem enfatizado a origem multicausal da sub-representação feminina” (ARAÚJO; ALVES, 2007, p. 538); com efeito, Clara Araújo (ARAÚJO, 2009, p. 25) destaca que entre os principais fatores que influenciam a maior ou menor participação de mulheres na política estão questões socioeconômicas, culturais e políticas, mas que não há consenso na literatura sobre o peso de cada um deles nessa equação. Para a autora, ainda, importante considerar o papel desempenhado pelos partidos, já que a maneira que eles selecionam candidatas para o preenchimento de suas cotas parece ser determinante, porquanto não raro são escolhidas candidatas sem capital político e sem perspectiva de investimentos para a eleição, tornando a candidatura um fim em si mesma. A esse respeito, a autora aponta que o sistema partidário brasileiro tende a privilegiar candidatos já consolidados na corrida eleitoral; afinal, se o fim último do partido é o acesso a postos de decisão, não há sentido investir em candidaturas pouco promissoras de uma perspectiva política tradicional (ARAÚJO, 2005)

NOTAS CONCLUSIVAS: É POSSÍVEL PENSAR PARA ALÉM DA PROPORCIONALIDADE?

Uma análise sobre mulheres na Mesa Diretora tende a ser mais sobre ausência do que sobre presença. Nas três primeiras legislaturas analisadas nenhuma mulher fez parte da Mesa. Contudo, os dados observados nas últimas duas legislaturas indicam um crescimento de mulheres na Mesa, resultado, talvez, do aumento progressivo de deputadas eleitas. Mais do que

²⁶ Teresa Sacchet (2012) favorecidas, argumenta sobre as contradições, mas também sobre as potencialidades de mudança contidas nas políticas de cotas quando falamos sobre a conexão entre democracia e inclusão.

isso, a 55ª legislatura mostrou uma ocupação da comissão diretora proporcionalmente maior ao número de mulheres eleitas; nesse mesmo caminho, a atual legislatura (não analisada neste trabalho), se mantiver estável a porcentagem de mulheres membros da Mesa, ultrapassará proporcionalmente o número de deputadas eleitas para o mandato que iniciou neste ano.

Mas se a nossa intenção é contribuir com o tensionamento de pautas generificadas nos estudos sobre poder e decisão, proporcionalidade é suficiente? Tendemos a afirmar que não. Mais de vinte anos após a entrada em vigor da Lei das Eleições (9.504/97), diversos são os estudos que apontam a insuficiência da política de cotas adotada no Brasil (ARAÚJO, 2009, 2010; REZENDE, 2015, 2017). Para além das discussões a respeito da insuficiência das cotas de gênero, Daniela Rezende (2015) é enfática ao apontar que mesmo que o acesso a espaços como a Câmara dos Deputados seja facilitado de alguma forma, uma vez lá dentro, há uma série de entraves regimentais à efetiva participação feminina. Uma crítica ainda mais dura poderia se voltar para o fato de que, em verdade, as cotas não reconheceram o problema da sub-representação de mulheres na política, porquanto ao determinar um mínimo de 30% e um máximo de 70% de candidaturas de homens e de mulheres, ignoraram o fato de que historicamente, homens²⁷ nunca precisaram ter seu direito à participação política assegurado.

Foi objetivo deste artigo, assim, contribuir com os diálogos sobre a presença de mulheres em espaços de poder e de decisão, sem a pretensão de esgotar o tema ou de empreender uma análise mais complexa, que abarcasse, em profundidade, o sistema político e o sistema partidário brasileiro. Destacamos, por conseguinte, a importância de estudos empíricos, a exemplo do conduzido por Lyra de Carvalho Júnior e de Angelo (2018), que buscam entender a relação entre representação descritiva e substantiva nos espaços legislativos; contudo, consignamos que o presente trabalho se propôs a discutir a existência ou não de entraves institucionais à presença de mulheres na Mesa Diretora e que analisar a representação substantiva, extrapolaria em muito o escopo deste trabalho.

A partir disso, concluímos no sentido de que há entraves institucionais a maior presença de mulheres na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, com destaque para a ausência de políticas de paridade no espaço e com atenção especial à previsão constitucional de que os

²⁷ Falamos de um homem proprietário e branco, já que não se poderia afirmar o mesmo em se tratando de homens em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou de homens negros.

cargos da comissão diretora são definidos por meio da proporcionalidade de representação dos partidos dentro da Casa, o que ignora que tanto os partidos, quanto o acesso a espaços de decisão político-institucional ainda são, em grande medida, espaços extremamente masculinos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKER, Joan. From role to Gendered Institutions. **Contemporary Sociology**, [s. l.], v. 21, n. 5, p. 565–569, 1992.

ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. **DADOS, Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 50, n. 3, p. 535–577, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/04.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **DADOS, Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 155–195, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000100006&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 24 jul. 2019.

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e Limites da Política De Cotas No Brasil. **Revista Estudos Feministas** [s. l.], v. 9, p. 231-252, 2001. b.

ARAÚJO, Clara. Partidos Políticos e Gênero: Mediações nas Rotas de Ingresso das Mulheres na Representação Política. **Revista Sociologia Política**, [s. l.], v. 24, p. 193–215, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a13n24.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], v. 2, p. 23–59, 2009.

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 567–584, 2010.

BIROLI, Flávia. **Divisão sexual do trabalho e democracia**. [s. l.], 2015.

BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, Centro de Documentação e Informação. [s.l.: s.n.], 1989. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD_atualizado_ate_RCD_6-2019.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais das Mulheres no**

Brasil - Notas Técnicas. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2019.

CARNEIRO, André; SANTOS, Luiz Claudio; NETTO, Miguel Gerônimo. **Curso de Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.

CHILDS, Sarah;; LOVENDUSKI, Joni. Political representation. In: **The Oxford Handbook of Gender and Politics**. [s.l: s.n.]. p. 489–515.

FEDERICI, Silvia. **Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle**. [s.l: s.n.].

GAINS, Francesca; LOWNDES, Vivien. How is institutional formation gendered, and does it make a difference? A new conceptual framework and a case study of police and crime commissioners in England and Wales. **Politics and Gender**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 524–548, 2014.

HAWKESWORTH, Mary. Engendering Political Science: An Immodest Proposal. **Politics & Gender, Cambridge University Press**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 141–156, 2005. Disponível em: <<https://static.cambridge.org/resource/id/urn:cambridge.org:id:binary:20170222034114608-0618:S1743923X0523101X:S1743923X05001017a.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho *. **Cadernos Pagu**, [s. l.], v. 17/18, p. 138–156, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06>>. Acesso em: 1 ago. 2019.

ILO. **Domestic Workers Across the World: Global and regional statistics and the extent of legal protection**. Geneva: ILO. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_173363.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

KENNY, Meryl. A Feminist Institutional Approach. **Politics & Gender**, [s. l.], v. 10, n. 04, p. 679–684, 2014. Disponível em: <http://www.journals.cambridge.org/abstract_S1743923X14000488>. Acesso em: 17 jun. 2019.

KROOK, Mona Lena; MACKAY, Fiona. **Gender, Politics and Institutions: Towards a Feminist Institutionalism**. [s.l.] : Palgrave Macmillan, 2011.

LOVENDUSKI, Joni; CHILDS, Sarah. Introduction. **The Oxford Handbook of Gender and Politics**, [s. l.], p. 1–26, 2012.

LUIZA HEILBORN, Maria; SORJ, Bila. **ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL 1975-1995**. [s. l.], p. 183–221, 1970. Disponível em:

<http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/102_653_EstudosdeGeneronoBrasil1.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2019.

LYRA DE CARVALHO JÚNIOR, Orlando; DE ANGELO, Vitor. Representação descritiva em assembleias legislativas: gênero e raça como categorias de análise política. **Ciências Sociais Unisinos**, [s. l.], 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2018.54.2.11/60746421>. Acesso em: 14 jul. 2019.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Eds.). **Teoria Política Feminista: textos centrais**. [s.l.: s.n.]. p. 55–79, 2013.

PHILLIPS, Anne. **De uma política de ideias a uma política de presença?** [s. l.], p. 1–26, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

PHILLIPS, Anne. **The Politics of Presence**, 1995.

PINTO, Céli. Mulher e política no Brasil: os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. **Estudos Feministas**, [s. l.], v. 2, p. 256–, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16109/14652>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

PITKIN, Hanna. **The Concept of Representation**, 1972

PITKIN, Hanna. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova**, [s. l.], v. 67, p. 15–47, 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/pitkin.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2019.

REZENDE, Daniela. **Qual o lugar reservado às mulheres? Uma análise generificada de comissões legislativas na Argentina, no Brasil e no Uruguai**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, [s. l.], 2015.

REZENDE, Daniela Leandro. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 1199–1218, 2017.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 20 (2), n. 256, p. 399–431, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a04.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

SCOTT, Joan W. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis** *Source: The American Historical Review*. [s.l.: s.n.]. Disponível em:

<https://warwick.ac.uk/fac/arts/history/students/modules/sexuality_and_the_body/bibliography/joan_scott_gender_1986.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H. Doing Gender. **Gender and Society**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 125–151, 1987. Disponível em: <<http://www.jstor.org/about/terms.html>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

“PERÓN MUEVE LA DAMA”: OS PRIMEIROS PASSOS DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ NA POLÍTICA ARGENTINA (1965-1966)

Nádia Coelho Kendzerski¹

Resumo

Antes de se tornar a primeira mulher a ocupar a presidência da Argentina, a esposa do general Juan Domingo Perón, María Estela Martínez, também conhecida como Isabel, recebeu uma importante missão do líder exilado. Em 1965, Isabel viajou ao Paraguai e logo em seguida à Argentina com o objetivo de restabelecer a verticalidade da condução do Movimento Peronista até então controlada pelo metalúrgico Augusto Vandor. Com sua chegada ao país e à cena política nacional, voltaram os enfrentamentos de setores peronistas e antiperonistas, promovendo, também, o acirramento da divisão dentro do próprio Movimento, o qual se intensificou nos anos 70. Este trabalho visa discutir o papel de Isabel enquanto emissária de Perón em seus primeiros passos na política nos anos de 1965 e 1966. Para esta pesquisa foram consultados jornais e revistas argentinas e brasileiras do período cotejando com a bibliografia. Como resultado parcial é possível perceber que a viagem de Isabel não conseguiu unificar o peronismo dividido, mas contribuiu para o enfraquecimento daqueles que estavam em enfrentamento com Perón. Sua conquista foi promover o diálogo com personalidades mais importantes do meio sindical e fazer com que seu alvo principal, Augusto Vandor, sofresse algumas derrotas no campo eleitoral.

Palavras-chave: Peronismo, Isabel Perón, Política, Mulher.

INTRODUÇÃO

O predomínio masculino em postos de poder fez com que o papel das mulheres na política fosse secundário, refletindo uma condição de subordinação. (GROSSI; MIGUEL, 2001). Porém, nas últimas décadas, as mulheres vêm finalmente conquistando posições de destaque no cenário político mundial. Em países da América Latina, de 1990 até hoje, foram eleitas chefes de Estado: Violeta Chamorro na Nicarágua (1990), Mireya Moscoso no Panamá (1999), Michelle Bachelet no Chile (2006), Cristina Kirchner na Argentina (2007), Laura Chinchilla na Costa Rica (2010) e Dilma Rousseff no Brasil (2010). Mireya Moscoso é viúva

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel - nadiacoelho@globomail.com.

do ex-presidente Arnulfo Arias; Cristina Kirchner, do ex-presidente Néstor Kirchner.² Em 2011, esta última foi reeleita, assim como, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet, em 2014.

A Argentina, no entanto, foi o primeiro país do continente americano a ser governado por uma mulher. A ex-bailarina María Estela Martínez, também conhecida por seu nome artístico Isabel, era a esposa do presidente Juan Domingo Perón eleito, em 1973, para o terceiro mandato. Após a morte de Perón, em 1974, Isabel assumiu a presidência, garantindo assim o cumprimento da constituição, pois era vice de seu marido. Entretanto, enfrentou uma realidade adversa ao tentar conduzir um país traumatizado após a morte de seu líder, sendo deposta por um golpe militar em março de 1976. (SÁENZ QUESADA, 2003). Dessa forma, seu governo foi visto por muitos como a antessala para a última e sangrenta ditadura pela qual passou o país até 1983.

Como fenômeno político, o peronismo surge na Argentina em meados da década de 1940, através da figura do general Juan Domingo Perón. Tão importante é sua importância que praticamente todos os partidos que hoje seguem o chamado *Justicialismo*, disputam a herança do velho caudilho. Entendido como uma tendência política complexa refletida parcialmente por uma ampla variedade de organizações partidárias e não partidárias, o peronismo há mais de setenta anos atua no centro da política da Argentina, sendo uma tendência heterogênea que o *Partido Justicialista* (PJ) expressa de maneira integral. (BALBI, 2007). Importante ressaltar que a história política da Argentina atravessou o século XX alternando entre governos civis e militares³ e o peronismo esteve proscrito por quase vinte anos.

A figura da segunda esposa de Perón, María Eva Duarte de Perón, ou simplesmente Evita, é a mais lembrada pela historiografia e cultuada na sociedade argentina, assumindo, desta forma, grande protagonismo dentro do peronismo, aspecto não percebido em relação à Isabel. Reforço que os estudos sobre o papel de Evita como mito político são bastante explorados pela historiografia argentina, o que acaba estabelecendo uma escala na qual Isabel adentra a história de uma forma muito opaca, sempre ofuscada pela sua antecessora. Além disso, temos o papel

² Quando Mireya Moscoso governou o Panamá, o ex-presidente Arias já era falecido. Na Argentina, Cristina enviuvou durante seu primeiro mandato, em 2010.

³ A Argentina, durante o século XX, passou por seis golpes que interromperam a ordem democrática: em 1930, 1943, 1955, 1962, 1966, 1976. O próprio Perón, que era militar, participou do golpe de 1943 assumindo os cargos de vice-presidente, Secretário do Trabalho e Ministro de Guerra para depois ser eleito presidente pela primeira vez em 1946.

do imaginário atuando na estrutura basilar do peronismo cujo culto à imagem de Evita é um de seus pilares até hoje. (PIGNA, 2012).

À Isabel lhe sobram, então, as entrelinhas da história, sendo “acusada” de viver à sombra do mito de Evita. (LARRAQUY, 2007). Ao que parece, nas tessituras sobre o papel de Isabel, é sempre a imitação o que, no meu entender, solapa a própria capacidade de interpretação da atuação da última esposa de Perón. Não se nega que Isabel utilizou-se desse modelo personificado em Evita para ter aceitação na campanha eleitoral como vice do marido e, mais tarde, para tentar legitimar seu governo como presidente da nação. Isabel era atenta ao devir histórico e possuía capacidade suficiente para filtrar esses contextos em benefício próprio. Um deles foi a busca pela aproximação física da imagem de Evita, perceptível na sua forma anacrônica ao se vestir, assim como seus penteados que, em algumas aparições públicas, usou o coque preso à nuca (*rodete*), marca registrada da falecida ex-primeira-dama. No campo social, manteve a tentativa de engajar-se em obras beneficentes ocupando-se da *Cruzada de Solidaridad Justicialista*, mas não obteve o mesmo êxito de Eva, a qual presidiu a *Fundación Eva Perón* até seu falecimento em 1952⁴.

No quadro político, quando Isabel concorre às eleições presidenciais de 1973 como vice de seu marido, alude a 1951, ano em que Evita ambicionava este cargo também ao lado de Perón. Porém, devido a sua saúde debilitada e outros fatores conjunturais, teve de renunciar à campanha, diferentemente de Isabel que seguiu e foi eleita juntamente com velho general. A chapa Perón-Perón obteve expressivos 62% dos votos e pela primeira vez um casal governava o país.⁵ Uma vitória: Isabel conseguiu algo que Evita nunca pode alcançar. Em contrapartida, Isabel nunca alcançou Evita, que possuía um poder informal e recebeu do Congresso o título de “Chefe Espiritual da Nação”.

Dessa forma, escrever sobre María Estela Martínez, Isabel ou Chabela não é uma tarefa fácil. Mesmo tendo sido a última companheira do homem que marcou a política argentina, sua

⁴ Isabel teve seu nome envolvido em um escândalo de desvio de fundos da *Cruzada* e, logo após ser retirada do poder, foi processada. No entanto, segundo Pigna (2012), sobre Eva e sua administração na *Fundación Eva Perón* não constam acusações desta ordem.

⁵ O chamado fenômeno *parejas gobernantes* (casais governantes) é uma singularidade do peronismo. Tal manifestação ocorreu entre os casais Isabel e Juan Perón; Cristina e Néstor Kirchner. No entanto, Cristina já possuía uma carreira sólida na política argentina tendo exercido os cargos de deputada provincial e senadora da nação, ao passo que Isabel nunca havia exercido um cargo eletivo até ser eleita como vice de Perón.

vida é repleta de mistérios e episódios com as mais variadas versões. Os anos de convivência ao lado do general Perón serviram de aprendizado para que desempenhasse papéis que exigiram articulação política, embora sua figura seja ignorada pela maioria dos argentinos. Neste trabalho busco discutir o papel de Isabel enquanto emissária de Perón em seus primeiros passos na política nos anos de 1965 e 1966 durante sua viagem à Argentina. Não tratarei de sua atuação no cargo de vice e de presidente nos anos de 1973-1976, pois a ideia é apresentar o período em que Isabel ainda não fazia parte do rol político “oficial”. Para esta pesquisa foram consultados jornais e revistas argentinas e brasileiras do período cotejando com a bibliografia.

A COMPANHEIRA NO LONGO EXÍLIO: ESPOSA E PORTA-VOZ

Isabel conheceu o general Perón em dezembro de 1955 no Panamá. Logo após o triunfo da *Revolución Libertadora*, a qual o depôs, Perón exilou-se em alguns países da América Latina até fixar residência por pouco mais de dez anos em Madri, na Espanha. Logo que foi destituído do cargo, Perón demonstrou sua obstinação em não deixar lugar para uma nova geração de líderes. Utilizou uma tática para reafirmar sua autoridade que foi bastante efetiva durante seu exílio: decidiu usar a herdeira de seu sobrenome, sua esposa Isabel, para seguir seus passos. (PAGE, 2014). No decorrer de seu exílio na Espanha, Perón se preocupou em transformar Isabel em sua discípula política. A misteriosa dançarina que ele havia conhecido no Panamá e que também esteve ao seu lado no exílio na Venezuela e na República Dominicana, que até então cumpria um papel decorativo e doméstico, começou a se envolver em assuntos políticos de maneira mais efetiva.

A coragem que Isabel mostrou durante o tenso exílio em Caracas e a decisão de acompanhá-lo em um conturbado contexto de tiros e bombas, por certo consolidou a relação do casal. Talvez essa também tenha sido a razão pela qual ele começou a chamá-la em público por seu apelido *Chabela* como aparece em alguns testemunhos. Em uma carta enviada ao general Arnaldo Sosa Molina, pouco antes de Isabel empreender sua jornada política mais importante até então, Perón afirmou que:

Ella tiene el tino necesario para obrar bien y está preparada convenientemente para enfrentar estas situaciones con la paciencia y el acierto que se necesita, de manera que

hay que dejarla accionar y darle todo el apoyo posible desde las bases. (BELLOTTA, 2007, p.200).

Para seu marido, Isabel possuía discernimento acerca da importância de sua missão. Já instalados na Europa, em 1960, Perón deu uma grande prova de confiança a sua companheira. Enviou Isabel, com quem ainda não era casado, em viagem à Suíça para que encontrasse os supostos depósitos bancários que Evita teria deixado em 1947 quando passou pelo país.⁶ (HALPERÍN, 2009). No entanto, *Chabela* não obteve sucesso na busca e o certo é que ninguém conseguiu rastrear os famosos depósitos.

Após retornar sem êxito de sua ida à Suíça, a primeira missão política recebida por Isabel foi a viagem ao Paraguai em maio de 1965, onde ficou hospedada na residência do empresário Jorge Antônio.⁷ Ao chegar em Asunción a esposa de Perón foi recepcionada por vários argentinos que foram até o Paraguai, tais como os sindicalistas Alberto Iturbe, Augusto Vandor, Andrés Framini, o historiador Fermín Chávez e a líder do ramo feminino do peronismo Delia Parodi. Todos levaram cartas a Perón, e para ela, doces e flores.⁸ (SÁENZ QUESADA, 2016). Isabel portava uma mensagem pessoal de Perón ao ditador Alfredo Stroessner. Sobre o conteúdo não se sabe seu teor, mas Perón certamente confiava em Isabel e que sua mensagem estaria protegida com ela.

Isabel conversou com os dirigentes e pediu que organizassem atos públicos a fim de reunir os peronistas. Para aqueles que visitavam Perón em Madri talvez pudesse ter parecido estranho ver sua mulher falar, pois ela era bastante calada e não era de emitir opinião sobre os assuntos do marido em público. (BELLOTTA, 2007). Durante sua estadia no país, concedeu entrevistas à imprensa argentina e declarou a revista *Primera Plana*, de 18 de maio de 1965, que não se metia em política.⁹ Outras publicações também se ocuparam em destacar seu modo luxuoso ao se vestir, fazer elogios as suas pernas torneadas de bailarina e classifica-la como:

⁶ Perón e Isabel casaram-se em 15 de novembro de 1961.

⁷ Argentino ex-delegado pessoal e amigo de Perón, exilado no país.

⁸ Nesse contexto talvez fosse comum uma mulher ser recebida com doces e flores, mas não podemos ignorar o simbolismo do machismo encontrado nesse “simples” ato de gentileza dos admiradores de seu esposo.

⁹ A afirmação de Isabel de que não se metia em política, faz lembrar as palavras de Evita que sempre repetia: “yo nunca me metí en política”, como forma de colocar o peronismo em outro plano, o do cotidiano e das coisas ordinárias para estar mais próxima do povo. Era uma estratégia que parece ter sido seguida pela nova esposa de Perón, pois durante os anos que Evita esteve ao lado do general, percebeu-se uma dimensão mais afetiva que política em seus discursos.

Menuda, casi un manojito de nervios, algo baja de estatura, elegante (pero quizá demasiado espectacular): Isabel Martínez de Perón agrupa las palabras y las lanza rápida, desordenadamente, con un acento español que oculta de alguna manera su origen riojano. Tiene 32 años: cuando habla parece distante, dura, incomunicada (*Confirmado*, 21/05/1965, p.10).

Uma correção: Isabel, na ocasião, contava com dois anos a mais, ou seja, estava com trinta e quatro e não trinta e dois. A questão da idade foi sempre um ponto bastante enfatizado que aparece em quase todas as primeiras matérias publicadas sobre a nova esposa de Perón. Era uma maneira de marcar a grande diferença de idade entre o casal, pois Perón já alcançava os setenta. Enquanto alguns veículos da imprensa argentina davam destaque para temas considerados banais (roupas, modo de se portar, aparência), a brasileira considerava que os peronistas viam na viagem de Isabel ao Paraguai um plano para o retorno do líder.¹⁰

Segundo Bellotta (2007), Isabel teve tempo suficiente durante a viagem para estudar o manual escrito pelo general para orientá-la. Sob o título “*Método*”, Perón recomendava estabelecer um horário de trabalho como, por exemplo, receber as lideranças pela manhã e pela tarde dedicar-se a outras atividades e ao descanso. Uma das instruções dizia “un día por semana debe dejarse totalmente libre para reponer energías. Respetar minuciosamente el horario establecido es fundamental.” (BELLOTA, 2007, p.200). Segundo a autora, o manual foi redigido em terceira pessoa e somente Isabel deveria ler, isto é, Perón lhe forneceu instruções exclusivas.

A MENSAGEIRA DE PERÓN

Após sua missão no Paraguai, Isabel viajou à Argentina na primeira metade de outubro de 1965 e não passou despercebida. Com sua chegada ao país voltaram os enfrentamentos de setores peronistas e antiperonistas. Isabel ingressou em Buenos Aires com o discreto nome de solteira, María Estela Martínez, para não chamar a atenção, porém, logo surgiram várias pessoas querendo entrevistá-la. A primeira reunião de Isabel após sua chegada foi com o sindicalista

¹⁰ *Jornal do Brasil*, 14 de maio 1965, p.8.

Augusto Vandor¹¹ e seu assessor econômico, Antonio Cafiero. O objetivo de Isabel era justamente restabelecer a verticalidade da condução local até então controlada pelo metalúrgico e secretário da *62 Organizaciones*.¹²

A “outra Evita”, como alguns veículos da imprensa a intitularam, hospedou-se no *Alvear Palace Hotel*, no aristocrático bairro da *Recoleta*. Houve protesto nas ruas e, durante sua estadia, ouviu toda ordem de insultos cantados pelos antiperonistas, tais como, “*que Isabel se vaya al Bajo / a seguir con su trabajo*”.¹³ Ao mesmo tempo em que alguns simpatizantes se referiam a ela como uma nova “*jefa espiritual del justicialismo*”. (HALPERÍN, 2009). Porém, a permanência de Isabel no luxuoso hotel terminou quando o *Comandos Civiles*, grupo armado católico de direita e oposto a Perón, escondeu armas, bombas molotov em um bar próximo e organizaram uma “*marcha por la libertad*”. Nessa ocasião, o grupo teve enfrentamento com a guarda juvenil peronista e o gerente do hotel lhe intimou a partir.

Entre os membros da *Juventud Peronista* que faziam sua segurança estavam Alberto Brito Lima do *Comando de Organización* (CdeO), o qual se tornou um “isabelino” fervoroso, e Dardo Cabo, filho de um metalúrgico ligado a Vandor e pertencia ao *Movimiento Nueva Argentina* (MNA).¹⁴ (LARRAQUY, 2007). O *Jornal do Brasil* publicou um acontecimento curioso durante a estadia de Isabel no *Alvear*

[...] dois jornalistas argentinos, usando roupas pertencentes a operários de uma obra em construção, próxima ao hotel, conseguiram passar a barreira criada pelas autoridades no *Alvear Palace Hotel*, onde se hospedou a senhora de Perón após sua inesperada viagem aérea de Madri a Buenos Aires. Enquanto mais de uma centena de outros jornalistas tentavam autorização para o ingresso, os dois operários chegaram aos apartamentos 511 e 512 onde está instalada Isabel Perón. Isabel recebeu muito

¹¹ Vandor era o principal alvo de Isabel, pois o metalúrgico afirmava que era possível haver um “peronismo sin Perón”, isto é, o Movimento poderia sobreviver sem a presença do líder exilado no país e, para isso, ele se colocaria como o condutor dos peronistas.

¹² Em 1957, a ditadura dos “Libertadores” decidiu normalizar a *Confederación General del Trabajo* (CGT) - que era controlada pelos peronistas antes de 1955 - e convocou um congresso de representantes dos sindicatos. Como existia um forte embate entre os peronistas e os antiperonistas a reunião só serviu para marcar ainda mais as diferenças dos trabalhadores e as 62 agremiações controladas pelos peronistas formaram um grupo chamado *62 Organizaciones*, enquanto os antiperonistas reuniram seus partidários em uma entidade rival. (PAGE, 2014).

¹³ Aludindo a seu possível passado de prostituta quando era dançarina.

¹⁴ Dardo Cabo, começou sua militância política no *Movimiento Nacionalista Tacuara* (MNT) que era um grupo católico de direita. Porém a princípio de 1961, saiu do grupo e criou o *Movimiento Nueva Argentina* (MNA), um dos primeiros grupos católicos peronistas de direita. Já na década de 1970, mudou de ideologia e integrou o grupo de esquerda *Montoneros*. Dividiu com Ricardo Grassi a direção da revista oficial do grupo, *El Descamisado* entre 1973 e 1974. O curioso é que os dois jovens seguranças da “señora de Perón”, Dardo Cabo e Alberto Brito Lima, encabeçaram correntes juvenis antagônicas dentro do peronismo nos anos setenta.

emocionada e beijou os dois jornalistas no rosto, dizendo: “Perón pensa regressar ao país o mais depressa possível. Vocês que são jovens, tem que lutar e apoiar o regresso de Perón”. Antes que se retirassem Isabel disse ainda que “ficarei no país o tempo em que me for possível e no dia 17 de outubro estarei junto ao povo” (*Jornal do Brasil*, 13/10/1965, p.9).

A notícia conclui que em entrevista coletiva, Isabel disse ter chegado ao país como uma “mensageira da paz e unificação de todos os argentinos”. Apesar de sofrer com os ataques dos antiperonistas, a partir do acontecimento mencionado na notícia acima, percebe-se como a chegada de Isabel foi algo que mexeu com o país. Muitos jornalistas queriam se aproximar daquela que era a companheira do líder. Ela era a representante e a voz de Perón naquele momento e, por isso, movimentou tantos simpatizantes.

Com o título “Perón ainda perturba”, a revista *Manchete*, veiculou em uma matéria afirmando que a mulher do setuagenário general Perón exacerbou ainda mais a paixão política na Argentina. Com isso, mais uma vez peronistas e antiperonistas entraram em confronto deixando mortos e feridos e que

Além da presença de Isabel Perón na Argentina, os peronistas comemoraram o 20º aniversário da subida de Juan Perón ao poder. Na semana passada, grupos de peronistas exaltados foram submetidos a uma rigorosa revista, por parte de soldados do exército, pouco depois de grave e sangrento conflito nas imediações da Praça Rosada (sic), onde se acha localizado o palácio presidencial. (*Manchete*, 13/11/65, p.136)

Após esses acontecimentos turbulentos, Isabel trasladou-se para o hotel do sindicato *Luz y Fuerza*, a menos de duas quadras na Avenida *Callao*, mas os episódios de violência voltaram a se repetir. Em todo lugar no qual se hospedava recebia apoio de seus simpatizantes, ao mesmo tempo em que era insultada pelos antiperonistas. Logicamente a presença da mulher de Perón, fazia com que a figura do líder voltasse a ser projetada na Argentina dez anos após sua queda. Depois de presenciar tantas cenas violentas e temendo por sua vida, Isabel refugiou-se na casa do dirigente Eduardo Farías, em *Caseros* para logo ir ao *Parque Patricios* onde presidiria o ato de 17 de outubro, conhecido como *Día de la Lealtad Peronista*. O governo de Arturo Illia já preparava medidas repressivas para que o ato não acontecesse “por los acontecimientos, por las motivaciones emocionales inclusive [...] ante la posibilidad de una

reacción en cadena luego de los violentos incidentes desatados por la presencia de Isabel Perón.” (*Confirmado*, 21/10/65, p.10).

Segundo Larraquy (2007), na noite de 16 de outubro cerca de trezentos policiais rondavam a quadra da casa onde Isabel estava hospedada, dispostos a vigiar cada passo que dera. De acordo com a imprensa argentina, alguns militantes conseguiram distrair os policiais e retiraram Isabel às pressas, no meio da noite. Houve tiroteio e ela precisou ser transladada para *Almagro* até que chegou a *Vicente López*, na região metropolitana, quando começou a marcha organizada por *Comandos Civiles* e a obrigou, por decisão do delegado pessoal de Perón na Argentina, Jorge Daniel Paladino, a ir até o bairro de *Caballito* onde ficava a casa do major reformado Bernardo Alberte, membro a Loja Maçônica Anael.¹⁵ No dia 17 a polícia frustrou o ato programado pelos peronistas. Isabel ficou desaparecida por quatro dias e a imprensa não soube de seu paradeiro. (*Jornal do Brasil*, 22/10/65).

A viagem a seu país natal também provocou comoção em sua família. Sem vê-la desde 1955, sua mãe e seus irmãos chegaram a ir até o hotel, mas ela não os recebeu. Meses mais tarde seu irmão Dardo insistiria em uma visita, dessa vez para lhe dar a notícia de que sua mãe estava com câncer e lhe restavam poucos dias de vida. Isabel o ignorou e só ofereceu dinheiro para ajudar a pagar o velório quando chegasse a hora. O historiador Marcelo Larraquy (2007) é quem narra esse episódio em seu livro e o relato também é mencionado por Joseph Page (2014). A atitude parece plausível, visto que Isabel cortou relações com a família logo após ir viver com a família Cresto.¹⁶

¹⁵ De acordo com o livro *La razón del Tercer Mundo* (1964), de Júlio Cesar Urien, a loja maçônica Anael teria sido fundada pelos presidentes Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón em 1954. Entre os filiados estariam o major Alberte e o ex-cabo da Polícia Federal, José López Rega, figura polêmica que conseguiu se aproximar de Isabel e adquirir sua confiança.

¹⁶ Após o falecimento de seu pai, quando María Estela tinha apenas sete anos de idade, possivelmente, a família tenha sofrido uma queda no padrão de vida obrigando seus irmãos mais velhos a trabalhar para ajudar no sustento da casa. Para Sáenz Quesada (2016), anos mais tarde, houve uma grande briga entre ela e os irmãos e a relação entre eles nunca mais voltou a ser a mesma. O motivo seria a exigência dos irmãos para que ela fosse trabalhar e, assim, contribuísse com as despesas da família ou, que os Martínez não aceitaram sua vocação de bailarina, profissão ainda carregada de preconceito na sociedade argentina daquela época. Foi então que buscou refúgio na casa de *don José Cresto* e de sua esposa Isabel Zoila Gómez de Cresto. Os Crestos, oriundos da província de Corrientes, eram espiritualistas, ou seja, participavam de um culto que acreditava na vida do espírito depois da morte do corpo e aspiravam comunicar-se com os mortos através de um código de sons, movimentos ou estado mental de transe. Desde então María Estela considerou o casal como seus novos pais.

Agora casada com um ex-presidente da Argentina, Isabel provavelmente queria deixar seu passado para trás, pois ante as perspectivas de novas experiências não seria nada interessante recolocar aqueles que em algum momento de sua vida talvez não a tivessem apoiado. Possivelmente os Martínez estivessem em más condições financeiras e buscavam apenas alguma ajuda através da familiar, agora “famosa”, ou simplesmente tratava-se de uma tentativa de aproximação sem interesse. O certo é que durante sua estadia no país Isabel não retomou a relação com a família.

Aqui Larraquy (2007) traz outro dado importante: segundo ele, foi na casa do major Alberte que Isabel conheceu López Rega. A mulher de Perón ficou bastante interessada sobre os assuntos esotéricos e conhecimentos sobre espíritos que possuía o ex-cabo da Polícia Federal. Apelidado de *Hermano Daniel* (em referência ao profeta Daniel do Velho Testamento, o qual era capaz de interpretar os sonhos do rei Nabucodonosor) para Isabel, *El Brujo* (como ficaria conhecido mais tarde) possuía palavras de sabedoria. Sabendo que estava ali a esposa do general Perón, inteligentemente López Rega levou uma pasta com fotos da década de 1950 em que mostravam ele fazendo parte da segurança de seu marido e da falecida ex-primeira dama Evita no Palácio Unzué. Essa era sua única credencial de peronista e ele exibia com orgulho. (PAGE, 2014).

Sáenz Quesada (2016) cita uma versão na qual Isabel e López Rega teriam se conhecido no cabaré *Happy Land*, no Panamá e, uma segunda, na qual eles já se conheciam antes, pois seriam agentes da CIA. Miguel Bonasso (2002) diz que esta tese surgiu nos anos setenta, mas nunca foi comprovada. O interessante é que ambas versões parecem colocar López Rega como um ser onipresente, aparecendo por vários lugares pelos quais Isabel teria passado antes de 1965. Acredito que estas versões serviriam apenas para explicar a estranha relação dos dois quando ela exerceu o cargo de presidente. O fato é que a esposa de Perón encontrou no *Hermano Daniel*, parte de sua família, não a biológica, mas a que lhe acolheu e que acreditava no poder das forças ocultas dos espíritos. Creio que a narrativa mais plausível é a de que Isabel conheceu *El Brujo* López Rega em 1965 durante sua viagem à Argentina e de concreto se tem a certeza de que ele a acompanharia até 1975.

Logo após a passagem pela casa do major Alberte, Isabel voltou a público na viagem a Córdoba e, segundo os jornais, sempre escoltada por Brito Lima e Dardo Cabo. Essa primeira

etapa da visita de Isabel teve o apoio financeiro de Vandor, assim como o fornecimento de carros e seguranças para que pudesse realizar sua jornada pelas províncias. Além de Córdoba, visitou as províncias de San Luis, Mendoza, Santa Fe, La Pampa, San Juan, La Rioja, Tucumán, Salta e Catamarca. Durante sua viagem pelo interior do país, ocupou-se de várias atividades e

[...] visitó delegaciones gremiales, bautizó niños, saludó a obispos, pidió decenas de minutos de silencio en memoria de Evita, y habló en actos callejeros a cualquier hora de la noche. Siempre estaba dispuesta para asumir el rol de oradora. (LARRAQUY, 2007, p.157).

Quando chegou a província de Santa Fe escreveu eufórica a Perón em 21 de novembro de 1965 contando que em Rosário, em um só dia, recebeu mais de oito mil pessoas e que o fato de ter apertado muitas mãos lhe gerou “um calinho no dedo mindinho”. Em um dos trechos da carta diz “el día que llegues sólo podrás andar en helicóptero; yo, que no soy nadie ni nada, tengo que levantar del suelo a las mujeres que quieren besarme los pies...”.¹⁷ Percebe-se que, salvo exagero, parecia que Isabel realmente, entre os peronistas, estava sendo tratada quase como Eva Perón.

Sáenz Quesada (2016) cita que uma matéria da revista *Así*, de 16 de dezembro de 1965, são exaltados os dotes de oradora da esposa de Perón e que se revelara uma emissária política. Em um determinado momento da viagem, Vandor advertiu que Perón não jogava limpo e cortou a verba de sua esposa quando estava em Rosário, deixando-a a própria sorte. Provavelmente, neste momento, o metalúrgico percebeu a força da esposa do líder e sentiu-se ameaçado. Entretanto, segundo o relato do dirigente sindical Miguel Gazzera em depoimento a biógrafa de Isabel, esta teria recebido ajuda de López Rega em Rosário e voltado com ele a Buenos Aires. Outra versão diz que eles se conheceram depois de sua viagem a província de Santa Fe. Mais uma vez surgem versões distintas para o primeiro encontro de Isabel e López Rega.

Enquanto Isabel fazia sua viagem pelo interior do país, da Espanha em janeiro de 1966, Perón convenceu José Alonso, dirigente da *Asociación Obrera Textil*, a se opor a condução de Vandor e, para isso, escreveu-lhe uma carta pedindo para que sua esposa assumisse a direção

¹⁷ Matéria da Infobae de Claudia Peiró publicada em 25 de junho de 2017. “Exclusivo: las cartas privadas inéditas de Isabel a Perón durante una misión en Argentina.” Disponível em <https://www.infobae.com/politica/2017/06/25/exclusivo-las-cartas-privadas-ineditas-de-isabel-a-peron-durante-una-mision-en-argentina/> acesso em 28 de novembro de 2018.

política do Movimento na Argentina. Foi então que Alonso criou uma nova agrupação sindical sob o nome de “62 Organizaciones de pie junto a Perón” enfrentando Vandor abertamente. Dessa forma, houve então uma divisão no grupo peronista: os vandoristas, que naquele momento eram maioria, e os verticalistas que apoiavam Isabel.

Como era difícil para Isabel memorizar os textos, no resto de sua visita pelo país houve uma diminuição dos discursos, - que segundo Halperín (2009) não eram muitos - porém, a esposa de Perón apareceu várias vezes na televisão e sua viagem pelo país teve ampla cobertura das revistas *Confirmado* e *Primera Plana*. Neste cenário, percebe-se que Isabel já desempenhava o papel da personagem política tanto que o governo de Illia tolerou sua presença, pois necessitava frear a ação do peronismo sindical vandorista que o desestabilizava. A esposa do líder tinha por missão controlar o chefe metalúrgico e estabelecer o contato direto com a base popular e com o comando provincial. Em entrevista à imprensa argentina, Isabel disse que Perón voltaria quando imperasse um clima de paz e que Vandor era um amigo. (SÁENZ QUESADA, 2016).

Para alguns autores a chegada de Isabel na cena política acirrou tal divisão. O surgimento de várias fissuras dentro do peronismo irá refletir no futuro da condução do Movimento e se acirrar após a morte de Perón em 1974. Um exemplo de que essa cisão já estava em curso foi durante as eleições para governador nas províncias de Mendoza e Jujuy, na qual houve dois candidatos peronistas, um com o apoio do *El Lobo* Vandor e outro apoiado pela “*Mensajera de Perón*”. O candidato isabelino superou o vandorista em Mendoza e, José Humberto Martiarena, candidato de Vandor triunfou em Jujuy. Dessa forma, a disputa entre Perón e Vandor terminava empatada. Para justificar sua postura, *El Lobo* afirmou “hay que estar contra Perón para salvar Perón.” (GURUCHARRI, 2000, p.86). Em outras palavras: é preciso frear Isabel. Conforme Romero (2006), Perón vencia dentro do cenário eleitoral e Vandor, no sindical. Talvez por isso o metalúrgico decidiu descartar temporariamente o cenário eleitoral para dedicar sua atenção aos grandes agentes corporativos.

Por certo, a essa altura e nessa conjuntura, Isabel tinha feito um bom papel. Mexeu com as bases, tal como queria Perón. Existe certa complexidade em considerar uma unidade dentro do Movimento após a viagem de Isabel. Para isso é necessária uma reflexão sobre o que talvez Isabel almejasse além das expectativas de seu esposo. Nesse ponto, se faz oportuno mencionar

a experiência da mulher mais ilustre do peronismo: Eva Perón. O poder não institucionalizado de Evita servia ao equilíbrio do regime. Mesmo que ela não trabalhasse em seu próprio nome, podia ter atitudes que Perón não se permitia, pois precisava guardar as formas institucionais.

Durante os anos setenta formou-se uma corrente dentro do peronismo conhecida por “Evitismo”, a qual não existiu de maneira autônoma fora do peronismo. Eva foi o que Perón permitiu que ela fosse, naquela época e naquele lugar. Porém, mesmo circunscrita por esses limites, conseguiu arrastar uma legião de seguidores fervorosos que possibilitou uma grande adesão política. Como ela mesma repetia incansavelmente, era submissa ao líder (ORTIZ, 1997). Entretanto, ao longo de sua trajetória percebe-se que tal submissão não era absoluta, pois Eva a sacrificava quando assim julgasse conveniente.¹⁸ Embora tenha realizado uma política muito original, seu significado do fazer político é bastante diferente do Evitismo de esquerda dos anos setenta.

No caso de Isabel, ao cumprir sua missão teria ela alguma vez agido por vontade própria? Partiu dela alguma decisão? Ela sempre foi colocada como uma marionete, a qual Perón manipulava como queria. Isabel reunia em sua pessoa algumas contradições: era de aparência submissa, mas havia saído do país ainda muito jovem, abandonado a família para viver com um homem trinta e seis anos mais velho. Levava uma vida espiritual ambígua, participava da missa dominical e de cerimônias espiritistas que a Igreja Católica reprovava. Em uma sociedade complexa e em muitos aspectos dual, a “outra Evita” poderia aspirar mais que sua antecessora.¹⁹

O fato de retornar à Espanha em companhia de López Rega sem a prévia “anuência” de Perón demonstra que Isabel agiu, ao menos uma vez, por sua própria vontade. Não foi uma decisão de Perón que *El Brujo* fosse viver com eles em Madri. López Rega inicialmente desempenhava atividades de mordomo que incluíam servir café, abrir a porta e atender ao

¹⁸ Evita foi uma figura paradoxal entre a autonomia e a dependência. O contraponto entre obrigações públicas e domésticas das mulheres gerava um afastamento de um espírito “feminista”, o qual era constante em seus discursos. Apesar de ter sido uma das porta-vozes do voto feminino em 1947, Evita não nunca foi considerada uma feminista.

¹⁹ Tal aspiração se concretizaria em sua nomeação para o cargo de vice-presidente em 1973. Importante mencionar que tanto Eva como Isabel sofreram com os ataques machistas de uma sociedade conservadora. A primeira, ex-atriz era considerada “la puta”, “la vaca” para os antiperonistas. Já para seus seguidores era a “santa”, “madre de los descamisados”. No entanto Eva era a prostituta sagrada e Isabel, ex-dançarina, era somente a prostituta e não havia devoção por sua figura.

telefone. A atitude de Perón ante o novo empregado ia desde uma tolerância amável até o completo desdém. (PAGE, 2014). Aos poucos, Lopicito – como Perón o chamava – foi adquirindo importância e de mordomo passou a ser secretário privado de Perón chegando ao cargo de ministro nos governos de Cámpora, Lastiri, Perón e Isabel. *El Brujo* era, para Isabel, alguém elevado espiritualmente, embora mais tarde ela tenha tomado consciência de que na realidade ele só queria um trampolim para chegar ao poder e ela se serviu muito bem a isso.

Retomando ao tema da viagem de Isabel como mensageira de Perón, antes de terminar sua estadia na Argentina, o governo de Illia, temeroso da escalada sindical, através de decreto limitou a movimentação dos fundos sociais dos sindicatos e seus desvios para assuntos políticos. Em outras palavras, o governo estava querendo impedir que os sindicatos mais poderosos financiassem o peronismo. Em abril de 1966 a revista *Confirmado* publicou um título sugestivo em sua capa: “*Isabel Perón. Un solo peronismo*”. Esse era o objetivo do líder: enfileirar todo o peronismo atrás da figura de Isabel, que naquele momento era sua própria representação.

Logicamente, como é possível perceber, a viagem de Isabel não conseguiu unificar o peronismo dividido, mas contribuiu para o enfraquecimento daqueles que estavam em enfrentamento com Perón. Sua conquista foi promover o diálogo com os dirigentes mais importantes do meio sindical e fazer com que seu alvo principal, Augusto Vandor, sofresse algumas derrotas no campo eleitoral. Isabel também se reuniu com outros líderes sindicais tais como José Rucci, Rogelio Coria e Lorenzo Miguel. A princípio de 1966 a presença de Isabel no país confirmava a vigência de Perón como condutor do Movimento e colocava Vandor em uma situação complicada.

Se considerarmos o contexto de uma época traumática de negociações dentro do peronismo juntamente com os constantes rumores de golpe ao governo de Illia, sua viagem foi um êxito. Isabel não somente teve que lidar com distintos setores peronistas como também teve a ousadia de apresentar-se como esposa do líder, caráter que até o momento só era reconhecida Eva Perón. Essa talvez tenha sido a tarefa mais difícil, não somente durante essa visita, mas durante toda sua vida ao lado de Perón. (BELLOTTA, 2007). Nesse ponto, Isabel talvez tenha sentido o peso de sua presença e das comparações com Evita. A revista *Primera Plana*, em sua edição de 5 de outubro, publicou:

La semana pasada, el fantasma de otra Eva Perón amenazó con derrumbarse sobre el peronismo: más precisamente, el viaje que María Estela “Isabel” Martínez se presentaba a iniciar en Madrid, ponía en peligro el nuevo comando nacional del Movimiento. (HALPERÍN, 2009, p.52).

Em junho, o general Juan Carlos Onganía colocava o golpe em marcha e a “Revolución Argentina tenía como objetivo no declarado gobernar hasta la muerte de Perón.” (BONASSO, 2002, p.154). Dessa maneira, a ditadura iniciada em 1966 era de tipo permanente segundo o modelo de Estado autoritário-burocrático proposto por Guillermo O’Donnel (1982), diferentemente das três anteriores (1930, 1943, 1955) que tinham caráter provisório. Até 1966, a violência política subversiva e contestatária era um fenômeno praticamente desconhecido na Argentina. (KANDEL; MONTEVERDE, 1976). Foi a partir do governo de Onganía que se propiciou o surgimento das guerrilhas, algumas das quais Perón apoiou do exílio.

AS PORTAS SE ABREM PARA O RETORNO DO PERONISMO

Logo após a queda de Illia, Perón ordenou que sua esposa retornasse à Espanha, pois o momento não era propício para que permanecesse na Argentina. Ela retornou e, como já mencionado, levou consigo López Rega, o obscuro personagem que se converteu mais tarde em um inseparável colaborador. Isabel voltou outras vezes à Argentina antes de seu regresso definitivo com o general Perón em junho de 1973. Em 7 de dezembro de 1971, desembarcou mais uma vez no Aeroporto de Ezeiza e, dessa vez, acompanhada de López Rega e Victoria Lorente, sua secretária privada. A esposa de Perón foi recebida por Cámpora, as irmãs de Evita e um grupo de sindicalistas como Rucci e Miguel que lhe presentearam, mais uma vez, com flores. (SÁENZ QUESADA, 2016).

Essa nova missão, que foi de dezembro de 1971 a março de 1972, era diferente da recebida em 1965 e a situação política também havia mudado. O país estava sob o comando do general Alejandro Lanusse, um antiperonista histórico.²⁰ Isabel viajou para participar do *Congreso de Mujeres Justicialistas* e também para a divulgação e lançamento da revista *Las*

²⁰ Lanusse havia participado do levante frustrado contra Perón liderado pelo general Menéndez, em 1951. Ficou em uma prisão na Patagônia durante o resto do mandato de Perón.

Bases,²¹ dirigida por López Rega. Na publicação Isabel escrevia uma sessão para as mulheres e Perón uma coluna sobre política. A viagem deixou Perón satisfeito, pois ressaltou em Isabel suas “qualidades de mulher” e era um feito que antecipava o retorno do líder. (HALPERÍN, 2009, p.54)

Pouco antes da viagem de Isabel, Jorge Daniel Paladino foi substituído por Héctor Cámpora como delegado pessoal de Perón. Segundo Sáenz Quesada (2016), as informações que chegavam a Madri eram de que a ditadura de Lanusse estava debilitada tanto pela oposição interna dentro do Exército, o qual contava com uma forte corrente de oficiais nacionalistas, assim como pela possibilidade de uma insurreição popular que parecia estar em curso. A viagem de Isabel era, portanto, outra estratégia astuta de Perón. Sua presença, mais uma vez, serviria para reforçar o verticalismo do líder e evidenciar sua posição dentro do peronismo. A mulher de Perón visitou várias organizações peronistas e repetiu os pronunciamentos de seu marido sobre as virtudes de unidade. (PAGE, 2014).

Em suas primeiras entrevistas, Isabel afirmou que Perón regressaria ao país se lhe fossem asseguradas condições jurídicas e de segurança, bem como se fosse recebido com as honras de quem havia sido presidente por dois mandatos. No campo sindical a nova condução das 62 *Organizaciones* estava nas mãos dos antigos vandoristas que haviam voltado ao redil: José Rucci, Lorenzo Miguel e Rogelio Coria. Esses dirigentes estavam dispostos a ajudar Perón financeiramente. Já no campo eleitoral, a articulação política era reivindicada por organizações juvenis da esquerda peronista como a *Juventud Peronista* (JP), agrupando a *Tendencia Revolucionaria* e a organização político-militar *Montoneros*, que se apresentou publicamente em maio de 1970 assumindo a responsabilidade pelo sequestro e assassinato do ex-ditador da *Revolución Libertadora* de 1955, Pedro Eugênio Aramburu.²²

Do exílio Perón apoiava a guerrilha como um instrumento para desestabilizar a ditadura e só fez isso até o momento que lhe foi conveniente. O líder havia mobilizado e seduzido a juventude radicalizada com frases como “la violencia en manos del pueblo no es violencia, es

²¹ A revista era órgão oficial do Movimento e logo se transformou em espaço de promoção ministerial e pessoal de López Rega, onde também publicava seus escritos sobre astrologia.

²² Entende-se por esquerda peronista aqueles cujas metas foram o socialismo e a soberania popular. O grupo se cristalizou em uma tendência revolucionária durante os anos setenta na *Juventud Peronista* e nas “*formaciones especiales*” que se lançaram para a guerrilha urbana.

justicia.” (ROSTICA, 2011). Perón mantinha correspondência com *Montoneros* e recebeu alguns de seus líderes em Madri.²³ Aceitou os nomes de Francisco Licastro e Rodolfo Galimberti como representantes juvenis no *Consejo Superior del Movimiento Justicialista Nacional* e serão essas organizações da JP os protagonistas indiscutíveis da campanha eleitoral peronista vitoriosa em março de 1973. (GILLESPIE, 2011).

A Argentina passava por problemas políticos e econômicos que, somados a um fracassado plano de modernização, faziam com que a *Revolución Argentina* não se sustentasse. Lanusse, então, em julho de 1971, apresentou o *Gran Acuerdo Nacional* (GAN), uma proposta política para restabelecer o regime democrático, chamando eleições para 11 de março de 1973. Para os militares, o GAN significava uma saída honrosa da *Revolución Argentina*. Pouco antes do anúncio do acordo, o cadáver de Evita foi devolvido a Perón em sua residência em Madrid, indicando um gesto de trégua entre a ditadura e o peronismo.²⁴ A intenção de Lanusse era de acabar com a exclusão do peronismo e iniciar a abertura política, porém com algumas restrições a fim de manter o controle militar sobre o próximo governo eleito.

Lanusse tentou condicionar o processo eleitoral através de um dispositivo legal que permitisse vetar a candidatura presidencial de Perón. Sendo assim, para poderem concorrer às eleições, os futuros candidatos deveriam residir no país desde antes de 25 de agosto de 1972, o que tirava Perón da disputa. (CHITARRONI MAYCERA, 2004). Outro acordo sugerido era que houvesse uma coalizão de distintas forças políticas com o peronismo para uma chapa presidencial, isto é, o primeiro elemento poderia ser o próprio Lanusse e, o segundo, um dirigente peronista. (SÁENZ QUESADA, 2003).

Com as demonstrações de abertura política, Perón viajou à Argentina, no dia 17 de novembro de 1972. Foi montado um aparato de segurança para evitar distúrbios e uma passeata que reunia em torno de duas mil e quinhentas pessoas foi dissolvida pelos militares com bombas e gás lacrimogênio. (*Correio da Manhã*, 18/12/1972, Capa). Após a escala em Roma, o avião

²³ No livro *A paixão e a exceção: Borges, Eva Perón e Montoneros* (2005), Beatriz Sarlo analisa os documentos escritos pelos *Montoneros*, interpretando seus manifestos, revelando as entrelinhas de sua correspondência com Perón.

²⁴ O desaparecimento do cadáver embalsamado de Eva Perón foi efetuado pelo general Aramburu, após o golpe de 1955 que derrubou Perón durante seu segundo mandato. Em 1957 o corpo foi levado para a Itália com a ajuda de autoridades da Igreja e foi enterrado secretamente em um cemitério de Milão sob o nome de María Maggi di Magistris, sendo devolvido em 1971 quando Perón ainda estava em Madri. Só retornou à Argentina em 1974 para ser enterrado no cemitério da Recoleta em Buenos Aires onde permanece até hoje.

trazendo Perón, Isabel e López Rega aterrissou em Ezeiza. Chovia e Rucci o recebeu embaixo de seu guarda-chuva enquanto o líder acenava para a pequena multidão que o esperava, entre eles sindicalistas, clérigos, políticos e artistas que voaram de Buenos Aires para participar desse momento histórico. Visivelmente emocionados, Isabel “lloraba abiertamente y el General tenía lágrimas en los ojos.” (SÁENZ QUESADA, 2003, p.100). Perón tocava em solo argentino após 17 anos de ausência.

Durante o tempo em que estiveram na Argentina – pouco menos de um mês - à medida que Perón ocupava o centro da cena política, parecia que a figura de Isabel voltaria a ficar confinada ao rol tradicional da mulher do político, relegada ao âmbito doméstico. Segundo Sáenz Quesada (2003), sem pretender competir como Evita, Isabel saía na sacada da casa com fotografias da falecida ex-primeira dama, pedia silêncio, levantava os braços e gritava junto com a multidão “¡Evita! ¡Evita! ¡Evita!”. Diferentemente de 1951, o cenário era de modernização não somente nas indústrias, mas também dos trabalhadores e, principalmente, do papel da mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procurei demonstrar como foram os primeiros passos de María Estela Martínez, a Isabel, na política argentina em um conturbado período em que o peronismo estava proscrito no país e seu líder, exilado. Certamente a experiência de sua viagem ao Paraguai e sua jornada pelo interior da Argentina entre os anos de 1965 e 1966 foi uma oportunidade para mostrar suas habilidades como oradora e articuladora fazendo com que seu esposo a visse, provavelmente, como alguém que poderia suceder-lo após seu desaparecimento físico. A ex-bailarina ingressou na vida política como a mensageira de Perón, para anos mais tarde concorrer a seu lado na eleição presidencial de 1973, a qual referendou a volta do peronismo à Argentina após quase vinte anos de ausência do condutor do Movimento no país.

Nesse contexto, Isabel provavelmente poderia aspirar ser mais que a esposa submissa do líder, pois além das conquistas femininas alcançadas durante os anos sessenta e setenta, em sua primeira excursão por seu país natal demonstrou aptidão para a articulação política quando dialogou com importantes líderes sindicais e conseguiu mover simpatizantes e partidários. O

fato de ter confrontado as bases e provocado protestos de setores antiperonistas, a certificou como uma figura política capaz de atrair atenção de várias camadas da sociedade. Perón, a seu modo, soube prepara-la para atuar em uma posição de liderança e revelou-se como uma peça importante para frear as aspirações daqueles que achavam que era possível um “peronismo sem Perón”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBI, Fernando Alberto. **De leales, desleales y traidores: valor moral y concepción de política en el peronismo**. Buenos Aires: Antropofagia, 2007.

BELLOTTA, Araceli. **Las mujeres de Perón**. Buenos Aires: Booket, 2007.

BONASSO, Miguel. **El presidente que no fue. Los archivos ocultos del peronismo**. Buenos Aires: Booket, 2002.

CHITARRONI MAYCERA, Horácio. **Cámpora. Perón. Isabel**. Buenos Aires: Editores de América Latina, 2004.

GILLESPIE, Richard. **Soldados de Perón: historia crítica sobre los montoneros**. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

GROSSI, MÍRIAM PILLAR; MIGUEL, SÔNIA MALHEIROS. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100010&lng=en&nrm=iso Acesso em 26 Jul 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100010>.

GURRUCHARI, Eduardo. **Alberte, un militar entre sindicalistas y guerrillero**. Buenos Aires: Colihue, 2000.

HALPERÍN, Jorge. **Las muchachas peronistas. Eva, Isabel y Cristina. ¿Por qué desatan odio las mujeres en el poder?** Buenos Aires: Aguilar, 2009.

KANDEL, Pablo; MONTEVERDE, Mario. **Entorno y caída**. Buenos Aires: Planeta, 1976.

LARRAQUY, Marcelo. **López Rega. El Peronismo y la Triple A**. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007.

ORTIZ, Alicia Dujovne. **Eva Perón. A madona dos descamisados**. Rio de Janeiro, Record, 1997.

PAGE, Joseph A., **Perón. Una biografía**. Buenos Aires: Sudamericana, 2014.

PIGNA, Felipe. **Evita. Jirones de su vida**. Buenos Aires: Planeta, 2012.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ROSTICA, Julieta. Apuntes sobre la “Triple A”. Argentina, 1973-1976. **Desafíos**. 23-II, 2011, p. 21-51.

SÁENZ QUESADA, María. **Isabel Perón. La Argentina em los años de María Estela Martínez**. Buenos Aires: Planeta, 2003.

_____. **La primera presidente. Isabel Perón. Una mujer en la tormenta**. Buenos Aires: Sudamericana, 2016.

JORNAIS E REVISTAS

Confirmado (1965) (Arg) – Disponível em

https://catalogo.bn.gov.ar/F/?func=direct&doc_number=001181046&local_base=GENER

Acesso em 25 Abr 2019

Correio da Manhã (1971-1976) (RJ) – Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_08&pasta=ano%20197&pesq=

Acesso em 21 Fev. 2019

Jornal do Brasil (1960-1976) (RJ) – Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=

Acesso em 15 Abr 2019

Manchete (1965-1973) (RJ) – Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120&pasta=ano%20196&pesq=>

Acesso em 04 Abr 2019

Primera Plana (1966) (Arg) – Acervo da autora.

A MULHER NA CONSTITUINTE DE 1988

Taísa Gabriela Soares¹
Daniela Cristien S. M. Coelho²

Resumo

O presente trabalho tem como tema a participação da mulher na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, a qual inaugura legalmente o cenário de redemocratização nacional. Embora o processo constituinte brasileiro represente mais um momento histórico de dominação masculina nas instâncias de poder, o objeto do presente trabalho é demonstrar a presença da mulher na criação dispositivos constitucionais que a colocam como sujeito de direito no arcabouço jurídico nacional. Não obstante as narrativas tradicionais sobre o tema apresentem a invisibilidade da atuação política feminina, vastas evidências demonstraram que estes discursos somente tentam atribuir às mulheres uma afonia que destoa de sua importante participação. Assim, a corrente pesquisa tem como objetivos a verificação da influência legal da atuação dos movimentos sociais femininos(istas) no contexto brasileiro, a análise da atuação da bancada de mulheres na Constituinte de 1988 e, por fim, a verificação dos avanços das demandas efetuadas bem como, a amplitude das determinações constitucionais derivadas da participação política do referido grupo. Dessa forma, conclui-se que apesar da restrita participação e da pouca diversidade étnica, social e de gênero, não podemos reduzir ou ignorar a importância da atuação da bancada feminina. No trabalho, utilizou-se o método dedutivo através de pesquisa bibliográfica.

Palavras Chaves: Mulheres. Constituinte. Atuação Política.

INTRODUÇÃO

A ocupação feminina dos espaços e esferas públicas foi essencialmente condicionada pela abertura propiciada pela dominação masculina destes ambientes. No entanto, as raízes do envolvimento das mulheres com o Poder Constituinte originário podem ser identificadas antes mesmo da própria convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Após os anos 70, os movimentos feministas vivenciariam um processo de ampliação e

¹ Mestranda em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas, E-mail: taisagoares@hotmail.com, Bolsista da Pró-Reitoria PIB-MD/UFPel.

² Mestranda em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas; E-mail: danielacristien@gmail.com; Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

diversificação da sua estrutura e das pautas defendidas, certamente essa diversidade não alcança dimensões verticais, mas algumas conjunturas parecem ter sido relevantes à introdução da discussão parlamentar sobre a questão, a qual recebeu certa atenção principalmente após a transição dos últimos três governos até a formação da Constituinte (entre 1976 e 1987).

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher promoveu a Campanha Mulher na Constituinte, em 1985, unindo esforços na tentativa de superar o abismo entre a sociedade civil e as instituições políticas, carregando a mensagem de que para a legitimidade da Constituinte a participação feminina era fundamental. Suas expectativas foram finalmente consubstanciadas na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes em 1987, a qual tratava de assuntos como direito à educação, segurança, igualdade, vivência familiar sem traumas e inclusive o direito a decidir sobre o seu próprio corpo.

O chamado Lobby do Batom pode ser considerado um marco de aliança com intenção suprapartidária entre as parlamentares constituintes e movimentos sociais, suas metas abarcavam o direito à licença maternidade de 120 dias, o direito à posse de terras, a igualdade salarial e, inclusive, ao aborto, dentre outros mecanismos que visavam coibir as desigualdades de gênero. A ironia de sua expressão, a qual poderia demonstrar preconceito, auxiliou na divulgação das pautas femininas(istas), ganhando grande apelo midiático.

Através dessa articulação inédita, 80% das demandas apresentadas foram aprovadas, traduzindo em normas a grande parte da agenda política de demandas femininas(istas). Muito embora a participação política das mulheres nesse momento histórico tenha representado somente, aproximadamente, 5% do total de parlamentares, e tenha tido pouca diversidade étnica, social e de gênero, não podemos reduzir ou ignorar a importância da atuação da bancada feminina.

A INFLUÊNCIA LEGAL DA ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS FEMININOS(ISTAS) NO CONTEXTO BRASILEIRO

Inicialmente, cumpre destacar um breve apanhado acerca da história do movimento feminista no que diz respeito às reivindicações de direitos para as mulheres, evidenciando as ondas do feminismo, ainda que não sejam um consenso pacificado, e ressaltando as carências de sua representatividade. O direito ao voto, ainda que tardiamente adquirido no Brasil,

evidenciava as contribuições do movimento feminista na luta pelos direitos das mulheres, conduzido por Dionísia Gonçalves Pinto e Bertha Lutz entre 1910 e 1920 (DIAS; COSTA, 2013).

No Brasil, o direito ao sufrágio foi adquirido através do Decreto n. 21.076, em 24 de fevereiro de 1932, regulamentando o alistamento e o processo eleitoral, sob o governo de Getúlio Vargas. Entretanto, é necessário salientar que tal reconhecimento, o qual não foi igualitário, somente se deu após 43 anos da República e 112 desde a independência frente a Portugal (GOMES, p. 231).

Não obstante, a emergência de movimentos sociais em busca de direitos às mulheres, no Brasil, remonta ao século XIX, período em que os ideais da modernidade e da cientificidade alegavam a inferioridade biológica feminina, época em que a segunda onda do feminismo se insurge, notadamente nos países do Norte Global. Nesse ponto, a reivindicação significava muito mais do que o direito ao voto, mas a necessidade de erradicação das violências doméstica e sexual, bem como a dominação masculina (DIAS; COSTA, 2013).

Nesse contexto, é necessário salientar que as ondas feministas não representaram a vivência das mulheres negras dessa época, uma vez que a liberdade exigida pela mulher branca, que desejava uma vida independente, o direito ao trabalho e ao voto, não correspondia à reivindicação das mulheres negras que há muito tempo trabalhavam – e foram escravizadas – nas casas das mulheres brancas, realizando trabalhos braçais e vivendo à margem dos privilégios da mulher branca.

Por esse motivo, questiona-se a incorporação das pautas de mulheres negras nas ondas do feminismo branco. Essa realidade pode ser percebida no discurso de Sojourner Truth, em 1851, na Convenção de Mulheres em Akron, Ohio:

That man over there says that women need to be helped into carriages, and lifted over ditches, and to have the best place everywhere. Nobody ever helps me into carriages, or over mud-puddles, or gives me any best place! And ain't I a woman? Look at me! Look at my arm! I have ploughed and planted, and gathered into barns, and no man could head me! And ain't I a woman? I could work as much and eat as much as a man - when I could get it - and bear the lash as well! And ain't I a woman? I have borne

*thirteen children, and seen most all sold off to slavery, and when I cried out with my mother's grief, none but Jesus heard me! And ain't I a woman?*³

Truth, ao se questionar “*Ain't I a Woman?*” coloca em pauta o descompasso do movimento feminista em relação às mulheres negras. Entende-se que é necessário frisar esse distanciamento, evidenciando que a trajetória dessas mulheres é incomparável. Conforme Sueli Carneiro (2011):

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas...Mulheres que não entenderam nada, quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação” (CARNEIRO, 2011, p. 01, p. 02).

No século XX, o movimento feminista inicia a busca por melhores condições de saúde, higienização e educação para as mulheres⁴. Nesse contexto, os debates em relação ao gênero são marcados pela obra o “Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, influente no que diz respeito aos estudos gênero e na futura ressignificação termo (DIAS; COSTA, 2013).

A chamada terceira onda, momento de retomada das pautas anteriores e seu posterior aprofundamento, colocam a agenda feminista voltada aos direitos humanos, uma vez que em 1960 e 1970 as mobilizações contra a guerra e o fortalecimento dos novos costumes (ideal *hippie*) pretendiam transpor os antigos hábitos e pensamentos (cultura) (DIAS; COSTA, 2013).

³ Tradução livre: “Aquele homem ali diz que as mulheres precisam de ser ajudadas a entrar nas carruagens, a ser erguidas sobre valas e a ter o melhor lugar em todo o lado. Ninguém nunca me ajuda em carruagens, ou sobre poças de lama, ou me dá qualquer melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhe para mim! Olhe para o meu braço! Eu arado e plantado, e reunido em celeiros, e nenhum homem poderia cabecear-me! E eu não sou mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem - quando eu conseguisse - e carregar o chicote também! E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz treze filhos, e vi a maior parte deles vendidos à escravidão, e quando eu gritei com a dor de minha mãe, ninguém além de Jesus me ouviu! E eu não sou mulher?”.

⁴ É importante ressaltar que nesse parágrafo, refere-se o movimento feminista branco, uma vez que as pautas das mulheres negras, nessa época e atualmente, são significativamente diversos daqueles que integram a agenda feminista de mulheres brancas.

No Brasil, o movimento feminista foi responsável por importantes transições no cenário político, sendo caracterizado, tardiamente, como de segunda onda, retomado durante o período mais implacável da ditadura militar (WOITOWICZ; PEDRO, 2009).

O regime ditatorial instaurado de 1964 a 1985 consistiu em uma “institucionalização da dominação masculina” e, nessa perspectiva, é importante ressaltar que o avanço das pautas em prol dos direitos das mulheres não consiste puramente em uma atuação benfazeja de agentes públicos masculinos, mas sim um esforço do ativismo feminino(ista) (GOMES, 2019, p. 231). Após a organização do movimento feminista nos anos 70 e 80, houve um processo de aprimoramento das pautas, rumo às agremiações políticas, o que caracterizou uma força relevante na redemocratização do Brasil nos anos 1980 (GOMES, 2019, p. 237).

Concomitante a isso, de 1970 a 1980, o movimento de mulheres negras organizadas, no período da redemocratização, questionava o movimento feminista em seu âmbito prático e teórico, haja vista a insuficiente/ausente discussão acerca de gênero e raça (SANTOS, 2015). Em novembro de 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) promoveu a Campanha Mulher e Constituinte, cujos motes “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” e “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher” capitanearam este esforço no sentido de superar o fosso entre sociedade civil e instituições políticas que foi agravado pelos anos de ditadura (GOMES, 2019, p. 238).

A mensagem central que estes motes carregavam consigo era uníssona: a legitimidade da Constituinte dependia da participação feminina. Neste sentido, o CNDM, através desta campanha, tentou estabelecer um canal de comunicação entre mulheres da sociedade civil e representantes constituintes com o objetivo de coletar e consolidar suas demandas, bem como pugnar por seu direito ao engajamento ativo na vida política (GOMES, 2019, p. 238).

Dessa forma, no período de redemocratização, o Lobby do Batom garantiu à Constituição de 1988 pontos pertencentes à luta estrutural do feminismo, como o planejamento familiar, a existência de creches e o combate à violência contra a mulher. A bancada, suprapartidária, atuou como um bloco representativo aprovando cerca de 80% dos seus pedidos (DIAS; COSTA, 2013).

Contudo, ainda que a Constituição de 1988 seja intitulada como cidadã, deve-se frisar que a abordagem acerca da participação e contribuição exitosa das mulheres na Constituinte

representa uma deficiência no recorte de gênero da Ciência Política e do Direito, uma vez que a narrativa dominante tende a invisibilizar a representação feminina.

A ATUAÇÃO DA BANCADA DE MULHERES NA CONSTITUINTE DE 1988

A Assembleia Nacional Constituinte, resultou na Emenda Constitucional nº 26, prevendo a elaboração da Constituição democrática do Brasil após duas décadas de ditadura militar. Embora consista em um dos primeiros passos relevantes no processo de redemocratização brasileira, a participação e o envolvimento de mulheres com o Poder Constituinte originário é anterior a esse momento histórico, evidenciado com a resistência das mulheres ao regime ditatorial instaurado e o fracasso da luta armada (GOMES, 2019; SARTI, 2004).

Em 1986 seria conhecida a parcela de mulheres que iriam compor a Assembleia Nacional Constituinte. De pouca diversidade e algumas ligadas a políticos homens, sejam maridos, companheiros, ou militantes de luta, o seleto grupo de 26 mulheres deputadas, nenhuma senadora, vinha de partidos como PSB, PSDB, PMDB, PT, PFL, PCdoB, PTB e PDS:

Quadro 1 – A Bancada Feminina⁵

| Deputadas | Emendas e participação na ANC |
|-----------------------------|--|
| ABIGAIL FEITOSA – PSB/BA | Apresentou 166 emendas e teve 29 aprovadas. Membro da Comissão de Sistematização. |
| ANNA MARIA RATTES - PSDB/RJ | Apresentou 468 emendas e teve 120 aprovadas. 2ª vice-presidente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e membro da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias. |
| BENEDITA DA SILVA - PT/RJ | Apresentou 93 emendas e teve 25 aprovadas. Membro da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, |

⁵ Embora a tabela seja extensa, considerou-se que o presente trabalho também possuía o objetivo de dar visibilidade àquelas mulheres que participaram da bancada feminina na ANC, bem como abordar a quantidade de emendas propostas e aprovadas por essas mulheres. Por esse motivo, optou-se por citar na íntegra seus nomes, partidos, quantidade de emendas e participação política.

| | |
|------------------------------|---|
| | Deficientes e Minorias e da Comissão da Ordem Social. Suplente da Mesa da Assembleia Constituinte. |
| BETH AZIZE - PSDB/AM | Apresentou 43 emendas e teve 12 aprovadas. Membro da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica e da Comissão da Ordem Econômica. |
| BETE MENDES - PMDB/SP | Licenciou-se do mandato de Deputada Federal Constituinte em 15 de março de 1987, para exercer o cargo de Secretária da Cultura do Estado de São Paulo. |
| CRISTINA TAVARES - PDT/PE | Apresentou 227 emendas e teve 95 aprovadas. Membro da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia da Comunicação e da Comissão de Sistematização. |
| DIRCE TUTU QUADROS - PSDB/SP | Apresentou 56 emendas e teve 9 aprovadas. Membro da subcomissão dos direitos e garantias individuais e da comissão da soberania e dos direitos e garantias dos homens e da mulher. |
| EUNICE MICHILES - PFL/AM | Apresentou 193 emendas e teve 54 aprovadas. Membro da subcomissão da família, do menor e do idoso e da comissão da família, educação, cultura e esportes, da ciência e tecnologia da comunicação. |
| LÍDICE DA MATA - PCdoB/BA | Apresentou 196 emendas e teve 32 aprovadas. Membro da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos e da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias e Garantias das Instituições. |
| LÚCIA BRAGA - PFL/PB | Apresentou 117 emendas e teve 32 aprovadas. Primeira vice-presidente da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais e membro da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. |
| LÚCIA VÂNIA - PMDB/GO | Apresentou 143 emendas e teve 48 aprovadas. Membro da da Subcomissão dos Direitos e Garantias |

| | |
|-----------------------------------|---|
| | Individuais e membra da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. |
| MÁRCIA KUBITSCHER - PMDB/DF | Apresentou 42 emendas e teve 17 aprovadas. Membro da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes e da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. |
| MARIA DE LOURDES ABADIA - PSDB/DF | Apresentou 70 emendas e teve 21 aprovadas. Segunda vice-presidente da Subcomissão da Saúde, Segurança e do Meio-Ambiente e membra da Comissão da Ordem Social. |
| MARIA LÚCIA - PMDB/AC | Apresentou 11 emendas e teve 2 aprovadas. Membro da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso e da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. |
| MARLUCE PINTO - PTB/RR | Apresentou 53 emendas e teve 16 aprovadas. Membro da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios e da Comissão da Organização do Estado |
| MOEMA SÃO THIAGO - PSDB/CE | Apresentou 98 emendas e teve 30 aprovadas. Membro da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas e da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições. |
| MYRIAM PORTELLA - PSDB/PI | Apresentou 174 emendas e teve 53 aprovadas. Membro da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte e da Comissão da Ordem Econômica. |
| RAQUEL CÂNDIDO - PDT/RO | Apresentou 75 emendas e teve 23 aprovadas. Membro da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do subsolo e da Atividade Econômica e da Comissão da Ordem Econômica. |
| RAQUEL CAPIBERIBE - PSB/AP | Apresentou 133 emendas e teve 44 aprovadas. Membro da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária e da Comissão da Ordem Econômica. |
| RITA CAMATA - PMDB /ES | Apresentou 218 emendas e teve 66 aprovadas. Membro da Subcomissão da Família, do Menor e do |

| | |
|----------------------------|---|
| | Idoso e da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. |
| RITA FURTADO - PFL/RO | Apresentou 66 emendas e teve 19 aprovadas. Membro da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. |
| ROSE DE FREITAS - PSDB /ES | Apresentou 87 emendas e teve 13 aprovadas. Membro da Subcomissão do Sistema Financeiro e da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. |
| SADIE HAUACHE - PFL/AM | Apresentou 132 emendas e teve 51 aprovadas. Membro da Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança e da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições. |
| SANDRA CAVALCANTI - PFL/RJ | Apresentou 214 emendas e teve 64 aprovadas. Membro da Comissão de Sistematização. |
| WILMA MAIA - PDT/RN | Apresentou 82 emendas e teve 26 aprovadas. Membro da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos e da comissão da Ordem Social |

Fonte: BANCADA feminina, Constituição Federal. **Câmara dos Deputados**, 2019.

Dessa forma, é possível notar que a bancada foi predominantemente constituída por deputadas filiadas a partidos de centro-direita e com perfil mais conservador, brancas, de classe média e heterossexuais, ademais, nenhuma deputada provinha da região Sul do país, o que pode indicar outra pequena distorção de representatividade (GOMES, 2019, p. 239).

Não obstante a pouca diversidade, as deputadas foram um dos poucos grupos eleitos com uma carta programática que consubstanciava as expectativas gerais das mulheres com o processo constituinte, conforme se pode extrair da Carta das Mulheres (1987):

[...] para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz e à vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar, o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas (1987, p. 3)

Como pode ser verificado, as reivindicações políticas das mulheres nesse contexto possuíam três grandes frentes: representação, participação e luta por direitos. Na porção dos princípios gerais, a tônica geral era de defesa da igualdade. Neste sentido, requereu-se o estabelecimento de “preceito que revogue automaticamente todas as disposições legais que impliquem em classificações discriminatórias” (p. 2), além da determinação de que afrontas ao princípio da igualdade importassem em crime inafiançável (GOMES, 2019, p. 238).

É curioso notar que, a despeito da existência de rubricas próprias na seção II, de Reivindicações específicas, a principiologia genérica sustentada na Carta também abrangeu “o reconhecimento da titularidade do direito de ação aos movimentos sociais organizados, sindicatos, associações e entidades da sociedade civil, na defesa dos interesses coletivos” (p. 2).

No que concerne às reivindicações específicas, a carta estruturou-se em torno de seis pautas, quais sejam, família, trabalho, saúde, educação e cultura, violência e questões nacionais e internacionais. O grande fio condutor de todas essas pautas foi a igualdade, focalizando em ações genéricas e concretas para a correção das distorções de paridade. A preocupação em torno de questões nacionais e internacionais demonstrou a maturidade, o esclarecimento e o engajamento político e social das mulheres que compunham o referido Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Assim, a partir da organização de uma pauta comum, as deputadas constituintes formaram uma frente única na tentativa de aprovação de novos direitos. O chamado Lobby do Batom ficou conhecido entre os corredores do Palácio do Planalto pela voracidade com que foi reivindicado. A expressão, primeiramente cunhada por homens com sentido pejorativo e diminutivo, foi logo transformada em marca oficial e despreocupada das mulheres, as quais focavam-se mais na tentativa de demonstrarem-se fortes e unidas em prol de suas reivindicações (LIMA, 2003).

Através dessa movimentação, a bancada de mulheres conseguiu aprovar 80% das pautas pretendidas, um enorme sucesso se pensarmos que esse grupo representava somente quase 5% do total de 559 deputados constituintes que compunham a Assembleia. Tal sucesso só foi possível a partir das lutas e articulações dessas mulheres e das demais mulheres que

acompanharam a bancada nesses longos 20 meses de um trabalho que começou em 1987 e terminou em outubro de 1988.

OS AVANÇOS DAS DEMANDAS E AS DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS ORIGINADAS PELA BANCADA DE MULHERES

Indubitavelmente, as conquistas da bancada de mulheres na Constituinte foram significativas em diversas áreas, como as disposições acerca da violência contra a mulher, do trabalho e da família. O progresso adquirido por essas demandas, bem como sua inclusão na Constituição Federal teve impacto na estabilidade empregatícia de gestantes, a substituição do pátrio poder pelo atual poder familiar, na criação da Lei Maria da Penha e etc. (GOMES, p. 239).

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, contemplou a partir das reivindicações femininas alguns de seus dispositivos mais importantes no que diz respeito aos princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais e direitos sociais. A Constituição de 1988, em seu art. 3º, inciso IV, dispõe como um dos objetivos fundamentais da República a promoção do bem de todos, sem distinções de origem, sexo, cor, raça, idade ou outras formas de discriminação; No art. 5º, rol dos direitos e garantias fundamentais, incluiu-se a igualdade de todos perante a lei estabelecendo, no inciso I, a igualdade entre homens e mulheres; No art. 7º, dispôs acerca da proteção do mercado de trabalho da mulher; No Capítulo VIII, destinado a tratar dos temas relacionados à ordem social, dispôs a igualdade de direitos e deveres referentes à sociedade conjugal.

Se, por um lado, algumas pautas permaneceram em constante progresso, outras foram engessadas: questões relativas à reforma agrária e à educação pela perspectiva de gênero no âmbito escolar ainda tem dificuldade de aprovação e discussão legislativa no Congresso Nacional que, nos últimos anos, possui composição majoritariamente masculina e de interesses colidentes com as pautas acima mencionadas (GOMES, 2019).

Ainda que o cenário atual seja de grande resistência diante dessas pautas, o período que se estendeu pós Constituição e o esforço da bancada feminina na Constituinte trouxe a

possibilidade de normatização de direitos na Lei 9.029/95⁶; a Lei 10.224/2001⁷; a Lei 11.340/2006⁸; a Lei 9.504/97⁹; o Novo Código Civil, Lei 10.406/2002¹⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão proposta pelo presente artigo, em resumo, consiste em inverter a perspectiva de participação insuficiente da mulher no alcance de seus direitos. Embora exista uma constante tentativa de apagamento dos movimentos sociais que ensejaram as demandas políticas na Constituinte de 1988, a transposição das pautas destes movimentos para conquistas efetivas no que tange aos direitos das mulheres é uma realidade que não pode ser ignorada.

Como mencionado em parágrafos anteriores, compreende-se que a representatividade do Lobby do Batom possui suas falhas e deficiências – deve-se problematizar e questionar a ausência/insuficiência de debates de raça, classe e gênero nos movimentos sociais, principalmente o feminista –, porém aqueles direitos conquistados pela bancada feminina na Assembleia Constituinte não foram elaborados ou requeridos pelos deputados ou senadores, mas por um pequeno e forte grupo de mulheres que, mesmo diante de tantas dificuldades de participação política, conseguiu a aprovação de 80% de suas pautas.

Nesse sentido, a menção, o estudo e o levantamento de dados acerca desse importante momento histórico para a mulher é de altíssima relevância, permitindo que a força política da mulher e a representatividade cresça, ensejando o alcance de outras mulheres em posições de poder tão importantes quanto aquela no âmbito político.

⁶ Estabelece a proibição de exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho.

⁷ Alterou o Código Penal, dispondo sobre o crime de assédio sexual.

⁸ Dispõe mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

⁹ Estabelece normas para as eleições e incluiu a reserva de 30% a 70% das candidaturas de cada sexo.

¹⁰ No que diz respeito aos direitos da mulher, estabeleceu avanços importantes para a proteção de seus direitos civis: exclusão do pátrio poder, administração de bens, proibiu a anulação do casamento pelo marido em virtude da “defloração” da mulher antes do matrimônio; anulação da deserção da filha “desonesta”; permissão da adoção do sobrenome da mulher pelo marido; guarda dos filhos ao cônjuge que melhor atender as condições para seu exercício.

Por fim, é necessário relembrar que a conquista de direitos e sua manutenção é um processo de luta constante, símbolo do comprometimento incansável com o progresso e o desenvolvimento do Brasil, época em que o conhecimento, a pesquisa e a divulgação das vitórias dos movimentos sociais é dever de toda a Academia.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCADA feminina, Constituição Federal. **Câmara dos Deputados**, 2019. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/copy_of_index.html. Acesso em: 10 ago. 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em 12 ago. 2019.

DIAS, Felipe da Veiga; COSTA, Marli Marlene Moraes da. *Sistema Punitivo e Gênero*: uma abordagem alternativa a partir dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GOMES, Silvana Santos. Por Uma Teoria Feminista Do Poder Constituinte: Instituições, Justiça e Representação Política na Bancada Feminina da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. In: GUILHERME, Willian Douglas. **A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

LIMA, Daniela. Uma luta pela igualdade. **Correio Brasiliense**. p. 14-17, 2003. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Artigo%20CB%20Mulheres%20Constituintes.pdf Acesso em: 05 ago. 2019.

SANTOS, Ellen Mendonça Silva dos. **Movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro: amefricanidade, interseccionalidade e a implementação de políticas públicas na Constituinte de 1988**. Monografia em Direito. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015.

WOITOWICZ, Karina Janz. PEDRO, Joana Maria. O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. **Revista Espaço Plural**, v.10, n. 21, 43-55, 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/3574/2833>. Acesso em: 10 ago 2019.

GÊNERO E COMPORTAMENTO PARLAMENTAR: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS DEPUTADAS DA 56ª LEGISLATURA, NOS PRIMEIROS MESES DE MANDATO

Vanessa Lazzaretti¹

Resumo

O presente artigo teve como objetivo analisar o comportamento parlamentar das deputadas que compõem a 56ª Legislatura da câmara baixa do Congresso Nacional do Brasil, no período compreendido entre janeiro e julho de 2019. A intenção foi identificar se existiu uma pauta feminina suprapartidária, especificamente no que tange a votação de PEC's e Projetos de Lei que se relacionam aos direitos das mulheres, ou se as deputadas votaram de acordo com a orientação/ideologia dos partidos aos quais estão vinculadas. Para tanto, optamos pela adoção de um aporte teórico institucionalista, a fim de debater acerca da representação política feminina, além de compreender quais são os principais fatores que interferem no comportamento parlamentar e como se dá a disciplina partidária. A pesquisa qualitativa utilizou como prática metodológica a análise de dados disponibilizados pela Base de Dados Aberta do Congresso Nacional e posterior cruzamento dos resultados com a bibliografia selecionada. No que se refere aos resultados, foi possível verificar que a ideologia partidária é um dos principais eixos balizadores da atuação das deputadas.

Palavras Chaves: Comportamento parlamentar; Representação política feminina; 56ª Legislatura; Direitos das mulheres; Reforma da previdência.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a política se constitui como um espaço masculino. No Brasil, assim como na grande maioria dos países, as mulheres são exceção nos parlamentos, nos gabinetes ministeriais e na direção dos partidos políticos. A ausência feminina nessas esferas foi vista, por muito tempo, como um fenômeno natural, simples reflexo de interesses, uma vez que as mulheres teriam predileção pelo espaço doméstico, desinteresse por assuntos burocráticos e até racionalidade inferior.

Vistas como frágeis, submissas e dependentes dos cuidados dispensados pelo homem, a elas foi reservado o espaço social correspondente à esfera privada, mantendo-as, assim, distantes, tanto da discussão como da atuação social e política – reflexo de uma sociedade

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. E-mail: vanessalazzaretti03@gmail.com

patriarcal, “centrada no binarismo e na divisão sexual entre homem e mulher com esta última sendo associada a “natureza/emoção/sensibilidade” e os homens a “cultura/razão/racionalidade”” (MATOS e PARADIS, 2014, pg. 61).

A partir do início do século XIX, contudo, essa percepção começou a ser desafiada de forma mais efetiva, com a organização de diferentes grupos em diversos países, que lutaram pelo sufrágio feminino e pela emancipação política das mulheres. As lutas encabeçadas por esses movimentos, embora tenham sido marcadas por avanços e retrocessos, possibilitaram que, no Brasil, o direito ao voto feminino começasse a ser assegurado por meio do Decreto nº 21.076, incorporado ao Código Eleitoral em 1932. Porém, vale ressaltar, naquele período, nem todas as mulheres eram consideradas aptas para exercer o direito, conforme destacam Barbosa e Machado (2012):

[...] o Código Eleitoral Provisório e o Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, previam que o direito de votar era restrito, pois as mulheres casadas só votariam com a permissão do esposo, e as viúvas e solteiras se possuísem renda própria. Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1934 e sua antecessora e produtora, a Constituinte, se consolidou o direito do voto feminino no Brasil. (BARBOSA e MACHADO, 2012, p. 99)

Ainda assim, o Brasil se tornou um dos primeiros países da América Latina a reconhecer o direito da mulher de votar e ser votada e, já em 1933, Carlota Pereira de Queiróz foi eleita a primeira deputada federal brasileira, integrante da assembléia constituinte dos anos seguintes.

A conquista dos direitos eleitorais foi, por muitos anos, o principal foco do movimento de mulheres, tornando-se a face pública das reivindicações feministas (MIGUEL e BIROLI, 2014), porém logo ficou claro que as barreiras formais não são as únicas que impedem o acesso das mulheres às arenas decisórias. Diferentes fatores estruturais se colocam como entraves para a participação política das mulheres como, por exemplo, a menor quantidade de tempo livre, dada a divisão sexual do trabalho doméstico (MIGUEL e FEITOSA, 2009).

Esses fatores explicam porque, após décadas do sufrágio, a presença feminina nas diferentes esferas da política institucional ainda é baixa e está longe de atingir os níveis de paridade. O reconhecimento deles fez com que os movimentos feministas evocassem novas lutas, agora por mecanismos que abrissem formalmente esses espaços de participação às mulheres, dando origem, por exemplo, à Lei de Cotas.

Instaurada no Brasil na década de 1990, a normativa declara a reserva de, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% das vagas para candidaturas de cada sexo nas eleições municipais, estaduais e federais pelo sistema proporcional (DIAS e QUINTELA, 2016). Apesar disso, o sistema de cotas raramente interferiu nos processos eleitorais a ponto de distribuir o poder e a representação de forma equitativa entre homens e mulheres, como destacam Miguel e Feitosa (2009):

O sistema eleitoral de listas abertas impede que haja uma transferência mecânica de candidaturas em assentos no Parlamento, como ocorre em outros países. É permitido o lançamento de um tal número de candidatos que as mulheres “não fazem falta” para os partidos – que, além de tudo, não sofrem nenhuma punição caso não preencham a cota. O resultado é que o crescimento da presença feminina no Poder Legislativo brasileiro, após a introdução da reserva de vagas, tem sido muito tímido. (MIGUEL e FEITOSA, 2009, pg. 202)

Prova da timidez do avanço da inserção feminina na esfera da política institucional brasileira é o pleito de 2018. Nas últimas eleições, as mulheres, que compõem mais de 52% do eleitorado do país, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), obtiveram 15% dos assentos na câmara baixa do Congresso Nacional, sendo esse o maior índice de representação já alcançado por elas na casa. Verifica-se, pois, que a existência de cotas, apesar de necessária, não é suficiente para garantir a eleição de maior contingente de mulheres ou a transformação ou reorganização das instituições políticas em direção à igualdade de gênero, e, por isso, tampouco cria possibilidades de que as mulheres eleitas possam influenciar o processo decisório (REZENDE, 2017).

Contudo, quando se fala em representação política feminina é necessário não perder de vista que o acesso a cargos formais é um passo importante, mas não garante que as pautas que dizem respeito aos direitos das mulheres sejam vistas como pertinentes, discutidas e, principalmente, garantidas e levadas a diante. Isso porque, para além dos obstáculos formais presentes no ambiente legislativo – pensado e habitado historicamente por homens para discutir suas demandas - dentre as eleitas, estão mulheres de diferentes classes sociais, raças, etnias, idades, religiões e vinculadas a diferentes partidos políticos, alguns dos quais com espectros ideológicos antagônicos. Ou seja, são sujeitos que possuem múltiplas experiências, interesses, identidades, valores e interpretações distintas sobre a sociedade e sobre a realidade feminina.

Assim, partilhamos do argumento de Teresa Sacchet (2012) de que “não há nada que garanta que pessoas com traços físicos e experiências pessoais semelhantes tenham visões similares sobre seus interesses ou se reconheçam como portadoras de identidades comuns” (SACCHET, 2012). Dessa forma, gênero é uma variável política digna de consideração, mas não se deve presumir que mulheres defendem a mesma agenda ou mesmo que se relacionem com seus partidos da mesma forma (GOMES, 2016).

Com isso em mente, nos propomos a analisar o comportamento das deputadas que compõem a 56ª Legislatura, em seus primeiros meses de atuação. O objetivo é compreender se a categoria “gênero” contribui para a existência de uma pauta feminina suprapartidária, especialmente no que tange os direitos das mulheres, ou se a atuação das eleitas é balizada pela ideologia dos partidos aos quais estão vinculadas.

Para tanto, o presente artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, apresentamos, em linhas gerais, a 56ª Legislatura da câmara baixa do Congresso Nacional, legislatura que alcançou número recorde de mulheres eleitas. Posteriormente, discorreremos, com suporte bibliográfico de autores institucionalistas, sobre os principais fatores que interferem no comportamento dos parlamentares e como se dá a disciplina partidária. Na terceira seção, analisamos os votos das deputadas da atual legislatura, a fim de identificar seu comportamento nas votações de propostas relacionadas aos direitos das mulheres. Por fim, na quarta sessão, apresentamos as conclusões da pesquisa.

56ª LEGISLATURA: NÚMERO RECORDE DE MULHERES ELEITAS, EM DISTINTOS CAMPOS IDEOLÓGICOS

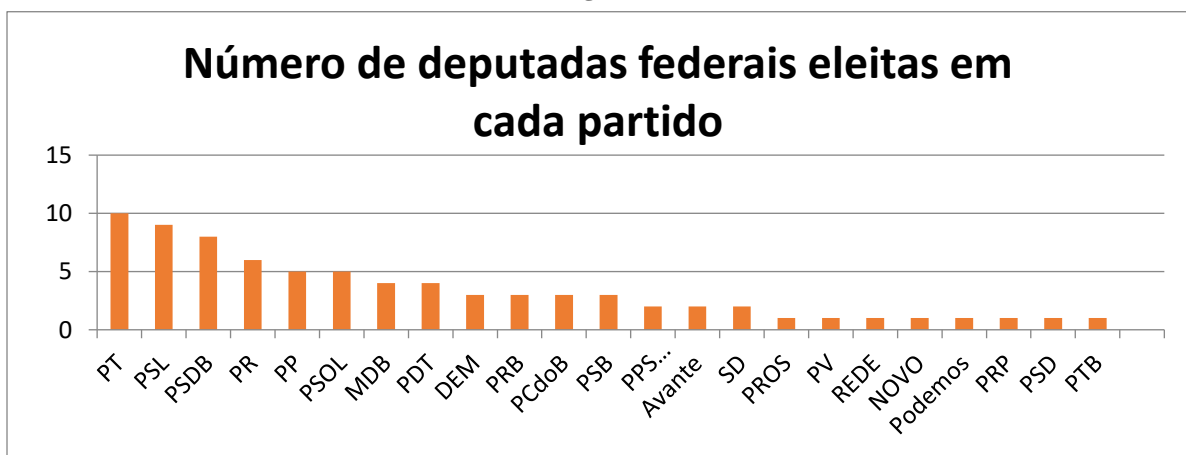
Os 513 deputados que compõem a 56ª Legislatura da câmara baixa do Congresso Nacional tomaram posse no dia 01 de fevereiro de 2019. Na atual Legislatura, a bancada feminina é composta por 77 deputadas, o que representa 15% dos assentos - 05% a mais do que na legislatura anterior. Trata-se do maior número de mulheres presentes na Casa, desde o sufrágio feminino. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre as eleitas, 43 ocupam o cargo de deputada federal pela primeira vez.

A bancada feminina é diversa em termos ideológicos e partidários: as 77 deputadas estão divididas em 23 partidos. A alocação dentro de diferentes espectros ideológicos pode ocasionar

divergências nas formas de pensar e compreender assuntos relacionados aos direitos das mulheres, por isso é importante apresentar aqui a vinculação partidária das eleitas.

De acordo com os dados disponíveis no *site* da Câmara dos Deputados, os partidos com maior representação para a Casa são o Partido dos Trabalhadores (PT), com 10 mulheres eleitas, seguido pelo Partido Social Liberal (PSL), com nove, e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com oito deputadas cada. Na figura abaixo, é possível verificar o número de eleitas de cada partido:

Figura 1



Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação ao espectro ideológico, Codato et al. (2018), destaca que a volatilidade eleitoral brasileira, a ausência de institucionalização dos partidos políticos e o “desapego” dos próprios candidatos com a agenda das siglas às quais são vinculados, geram dificuldades para classificar os partidos políticos em torno de suas tonalidades programáticas. Contudo, embora não haja acordo entre especialistas, o emprego sistemático de diferentes métodos para catalogação e agrupamento dos partidos em função de um eixo esquerda-centro-direita produziu algum consenso sobre o posicionamento relativo das principais siglas nacionais (TAROUCO e MADEIRA, 2013).

O quadro 1, adaptado de Codato et al. (2018), distribui os partidos políticos brasileiros por grandes grupos ideológicos:

Quadro 1: Partidos políticos brasileiros por grupos ideológicos

| ESQUERDA | CENTRO | DIREITA |
|--|---|---|
| PCdoB, PCB, PCO, PDT, PPL, PSB, PSOL, PSTU, PT | MDB, PMN, PPS (Cidadania), PROS, PSDB, PV, PHS, PPS, REDE | NOVO, PAN, PATRIOTA, DEM, PGT, PL, PROGRESSISTAS, PRB, PRN, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSD, DEMOCRACIA CRISTÃ, PSL, PSN, PST, AVANTE, PTB, PTC, PODEMOS, SD |

Fonte: adaptado de Codato et al. (2018)

De acordo com Anthony Downs (1999), o espectro ideológico dos partidos tem relação ao peso desejável da intervenção estatal na economia. Desse modo, acontece a organização entre a extremidade esquerda - controle governamental pleno - e a extremidade direita - mercado completamente livre. O autor lembra, ainda, que a posição assumida pelos partidos pode variar conforme a expectativa de preferência do eleitor mediano, cujo voto os partidos almejam. Assim, os partidos se movimentam dentro da escala, para ganhar eleitores (TAROUCO e MADEIRA, 2013)

Considerando essa classificação, é possível verificar que o maior número de deputadas eleitas para a 56ª Legislatura se encontra vinculado a partidos localizados no grupo ideológico de Direita (35), seguido pela Esquerda (25) e pelo Centro (17).

No que diz respeito às proposições apresentadas por elas, um levantamento feito pelo site Gênero e Número – primeira plataforma brasileira a abordar questões de gênero a partir de dados -, aponta que nos primeiros seis meses de mandato, as deputadas eleitas assinaram um total de 511 projetos de leis, que foram submetidos para a votação da Casa. Entre eles, apenas 39 abordavam questões referentes aos direitos das mulheres.

O levantamento da plataforma avaliou os projetos de lei criados pelas deputadas desde o início da legislatura até o dia 16 de julho, véspera do recesso parlamentar. Os textos foram classificados em grandes áreas já elencadas pela Câmara: política e administração pública; direitos humanos; saúde; educação; cultura e esportes; segurança; trabalho e previdência;

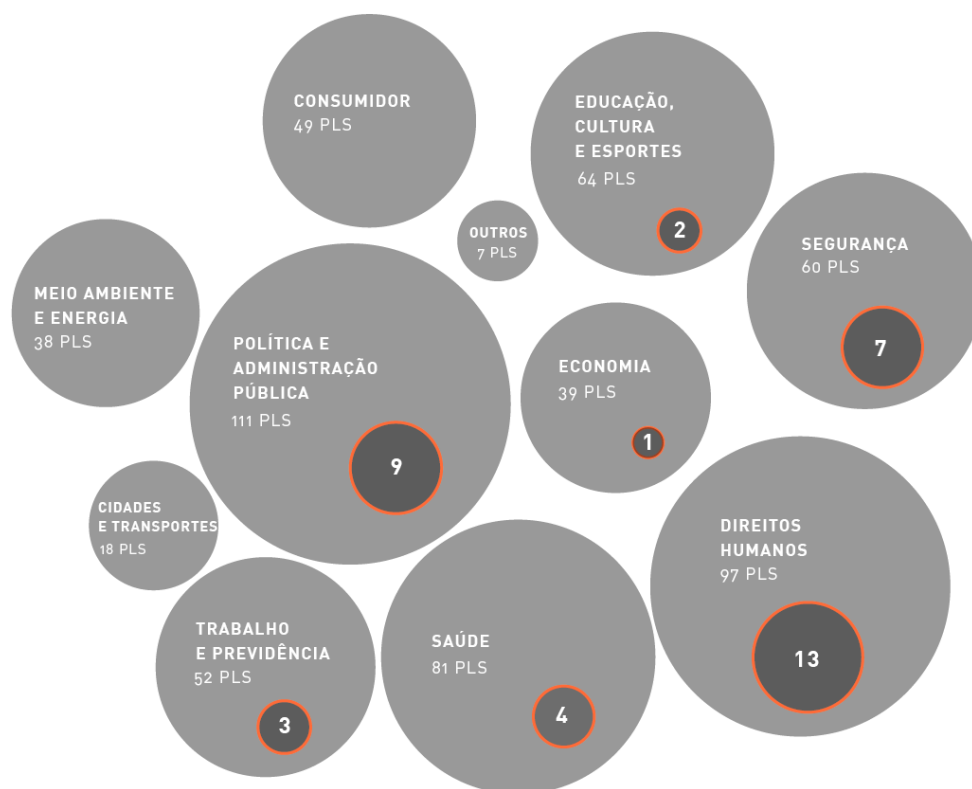
consumidor; economia; meio ambiente e energia; cidades e transportes; agropecuária; relações exteriores e ciência. Um projeto de lei pode ser classificado em mais de uma área.

Na figura abaixo, é possível verificar a distribuição das proposições apresentadas pelas deputadas, dentro das grandes áreas:

Figura 2

PROJETOS DE LEI POR ÁREA

● PROJETO DE LEI ● PL QUE TRATA SOBRE DIREITO DA MULHER



*CADA PROJETO PODE TER MAIS DE UM TEMA
FONTE: CÂMARA DOS DEPUTADOS



Fonte: Elaborada pelo site Gênero e Número

A análise mostra que apenas 7% dos projetos apresentados pelas deputadas durante o primeiro semestre de 2019 incidem diretamente na vida das mulheres.

COMPORTAMENTO PARLAMENTAR E DISCIPLINA PARTIDÁRIA

O teor das proposições apresentadas pelos deputados e como eles votam os projetos, propostos por seus correligionários de Casa ou pelo Executivo, constituem o que se chama de comportamento parlamentar.

Grande parte dos estudos realizados nesta área busca explicar a atuação dos deputados com base em elementos estruturais (PINTO, 2015), ou seja, aqueles que fazem parte da engenharia institucional. Scott Mainwaring (1993), por exemplo, utiliza elementos “constitucionais”, como os sistemas de governo e os sistemas eleitorais e partidários para justificar possíveis comportamentos dos eleitos. O autor entende que a combinação entre o presidencialismo, o multipartidarismo e o proporcionalismo estimula o distanciamento entre a vontade do eleitor e a ação parlamentar. Para ele, os parlamentares tendem a agir de forma indisciplinada nesses sistemas, já que as coalizões interpartidárias seriam construídas e mantidas de forma sempre precária – fator que contribui, ainda, para a ascensão de políticos radicais (MAINWARING, 1993).

Sobre as análises propostas por Mainwaring e Torcal (2005), Pinto (2015) argumenta que a combinação entre presidencialismo, multipartidarismo e proporcionalismo dificulta o processo de responsabilização ou *accountability*, uma vez que “nos sistemas partidários fluidos, o personalismo, desprovido de componentes ideológicos, programáticos ou de identificação partidária, exerceria maior influência na hora do voto”. Assim, muitos eleitores seriam influenciados mais pela personalidade do que pelo partido, políticos antipartidos teriam mais chance de ganhar eleições, bem como o populismo e a antipolítica seriam mais comuns, tudo isso concorrendo para uma atuação parlamentar menos comprometida com a vontade dos eleitores e com o programa dos partidos (PINTO, 2015).

Como resultado dessa combinação, o sistema político brasileiro seria instável e propenso à ingovernabilidade, uma vez que contaria com um Poder Executivo fraco, que seria obrigado a negociar com um Legislativo indisciplinado e povoado por representantes de um grande número de partidos (ABRANCHES, 1988; AMES, 2000; LAMOUNIER, 1994; MAINWARING, 2001).

Figueiredo e Limongi (1999) propõem uma perspectiva de análise do sistema brasileiro que se distancia desses estudos. Ao analisarem votações nominais da Câmara dos Deputados, os autores sustentam que o Brasil não sofre crises de governabilidade, uma vez que existe um padrão ideologicamente consistente de coalizões governativas, disciplina parlamentar e altas taxas de dominância do Executivo no processo legislativo. De acordo com os autores, essa dominância acontece uma vez que o Executivo detém o domínio sobre a agenda, trabalhada dentro de um parlamento organizado de forma centralizada, onde o que conta são os partidos.

A influência da centralização do processo decisório nas mãos desses dois atores – Executivo e partido –, sobre o comportamento parlamentar, ocorre, segundo Figueiredo e Limongi (1999), da seguinte maneira:

O controle de agenda exercido pelos líderes partidários e pelo Executivo reduz as chances de sucesso das iniciativas individuais dos deputados. Reduz também a possibilidade de que deputados adotem estratégias do tipo *free-rider*. Não porque inexistam os incentivos para sua adoção ou porque os deputados tenham assimilado normas contrárias a esse tipo de estratégia. Os líderes são capazes de reduzir as oportunidades para o comportamento individualista e oportunista (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, p. 10).

Assim, verifica-se que, no Brasil, o chefe do Poder Executivo possui diversas prerrogativas que lhe dá a capacidade de influenciar diretamente no processo legislativo e induzir os parlamentares à cooperação com seus interesses. Os principais deles são a iniciativa exclusiva de legislação em determinadas áreas estratégicas, o poder de vetar total ou parcialmente projetos, a possibilidade de solicitar urgência e de editar medidas provisórias (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999; SANTOS, 2003). Além disso, o presidente controla o acesso às emendas do orçamento (AMORIM NETO e SANTOS, 2001; PEREIRA e MULLER, 2003), isto é, possui o monopólio sobre a distribuição de recursos políticos, que são importantes para garantir a responsividade do parlamentar para com sua base eleitoral e para o sucesso daqueles que buscam a reeleição.

Considerando essas duas vertentes de pensamento que dominam os estudos referentes ao comportamento parlamentar e a disciplina partidária, nesta pesquisa argumentamos as deputadas da 56ª Legislatura balizaram seu comportamento - nas votações analisadas-, seguindo a orientação partidária.

COMO VOTARAM AS DEPUTADAS DA 56ª LEGISLATURA

Os dados obtidos junto Câmara dos Deputados apontam que, entre janeiro e julho de 2019, a 56ª Legislatura da câmara baixa do Congresso Nacional votou 46 Projetos de Lei que tinham “mulher” como palavra-chave. Destes, seis foram aprovados em plenário, 36 foram aprovados dentro das comissões e quatro foram rejeitados pelas comissões².

Ao analisar os dados fornecidos pela Câmara, constatou-se que todos os PL's relacionados aos direitos das mulheres que foram aprovados pela Casa, avançaram para a apreciação do Senado após votações simbólicas.

De acordo com informações disponíveis no *site* da Câmara dos Deputados³, nessa modalidade de votação, utilizada nos processos decisórios da maioria das proposições, o presidente da Câmara convida os deputados a favor a permanecerem sentados e proclama o resultado manifesto dos votos. Em caso de dúvida, o presidente consulta o Plenário quanto ao resultado proclamado, assegurando o direito aos deputados de pedirem verificação dos votos. Para fins de pesquisa, essa modalidade de votação não permite verificar o posicionamento individual de cada deputado, uma vez que ele não fica registrado.

Importante destacar, contudo, que entre as seis proposições aprovadas por meio de votação simbólica pela Casa, quatro⁴ acrescentam incisos ou dispositivos à Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), o que pode indicar a existência de um aparente consenso entre os parlamentares em assuntos referentes à violência contra a mulher.

PEC 06/2019 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Além dos PL's votados pela Câmara – seja em plenário ou dentro das Comissões -, que apresentam “mulher” como palavra-chave, uma das atividades legislativas que tramitou pela Casa e que incide diretamente sobre os direitos das mulheres foi a Proposta de Emenda à

² Os dados foram obtidos através do site <https://www.camara.leg.br/>, na aba “Acesso à informação” > “Fale conosco”. A solicitação encaminhada requereu “a relação de PEC's e Projetos de Leis votados até julho de 2019, pela 56ª Legislatura, que tiveram "mulher" como palavra-chave”.

³ Informações disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/votacao>

⁴ PL 17/2019; PL 510/2019; PL 1380/2019; PL 1619/2019.

Constituição (PEC) 6/2019, elaborada pelo Poder Executivo, que tratou da Reforma da Previdência.

A primeira versão da PEC foi apresentada em 2016, durante o governo de Michael Temer (MDB), contudo, na ocasião, não chegou a ser votada. Ao assumir a presidência da República em 2019, já no primeiro mês de gestão, Jair Bolsonaro (PSL) e sua equipe econômica encaminharam uma nova proposta ao Congresso, com alterações em diversas áreas, como por exemplo, idade mínima para se aposentar, tempo de contribuição, regimes de capitalização e novas alíquotas. De modo geral, a proposta restringe o benefício à média de todos os salários do trabalhador, impõe uma idade mínima para a aposentadoria, amplia o tempo de contribuição para requerer o benefício, aumenta percentuais de contribuição ao INSS e define regras de transição para quem já está atuando no mercado como assalariado, antes de a reforma ser implementada.

Por considerarem que a proposta gera prejuízos aos trabalhadores, seis partidos orientaram seus parlamentares a votarem de forma contrária ao Executivo: PT, PSOL, PSB, PDT, PCdoB e REDE. Já o PP, MDB, PTB, PSL, PL, PSD, PRB, PSDB, DEM, Patriota, Solidariedade, Podemos, Pros, PSC, Cidadania (PPS), Novo e Avante orientaram os deputados a votarem de modo favorável. O PV deixou sua bancada livre para decidir o voto.

O texto base apresentado pelo Executivo foi aprovado em primeiro turno no dia 10 de julho de 2019, com 379 votos favoráveis, 131 contrários e três ausências. O segundo e último turno da votação aconteceu no dia 07 de agosto, com 370 votos favoráveis, 124 contrários, uma ausência e 18 abstenções.

Antes da votação final, contudo, os parlamentares votaram os pedidos de mudanças (destaques) em diversos pontos, apresentados pelos partidos e pelas bancadas.

DESTAQUE PARA ALTERAR A REGRA PARA MULHERES

Na impossibilidade de analisar, neste estudo, como as deputadas votaram cada um dos destaques que propunham modificações no texto base, nos limitamos a analisar o comportamento das eleitas a cerca da emenda aglutinativa nº 5, apresentada pelo DEM, que

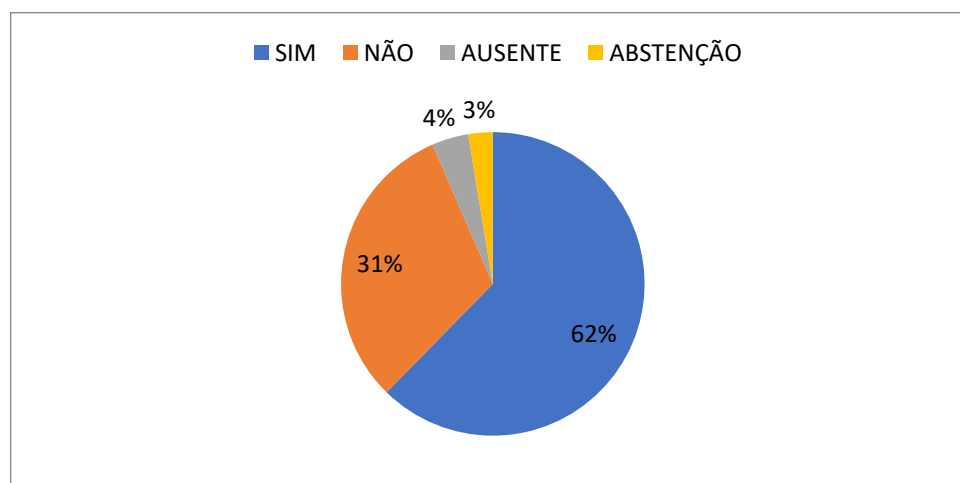
propôs alterações na regra para o cálculo do valor da aposentadoria das mulheres e para a concessão e determinação de valores referentes a pensões e benefícios.

No quadro abaixo, é possível verificar como cada um dos partidos orientou seus parlamentares na votação do referido destaque:

| SIM | NÃO |
|--|-----------------------------------|
| PP, MDB, PTB, PSL, PL, PSD, PRB, PSDB, DEM, PATRIOTA, SOLIDARIEDADE, PODEMOS, PROS, PSC, CIDADANIA (PPS), NOVO E AVANTE. | PT, PSOL, PSB, PDT, PCdoB e REDE. |

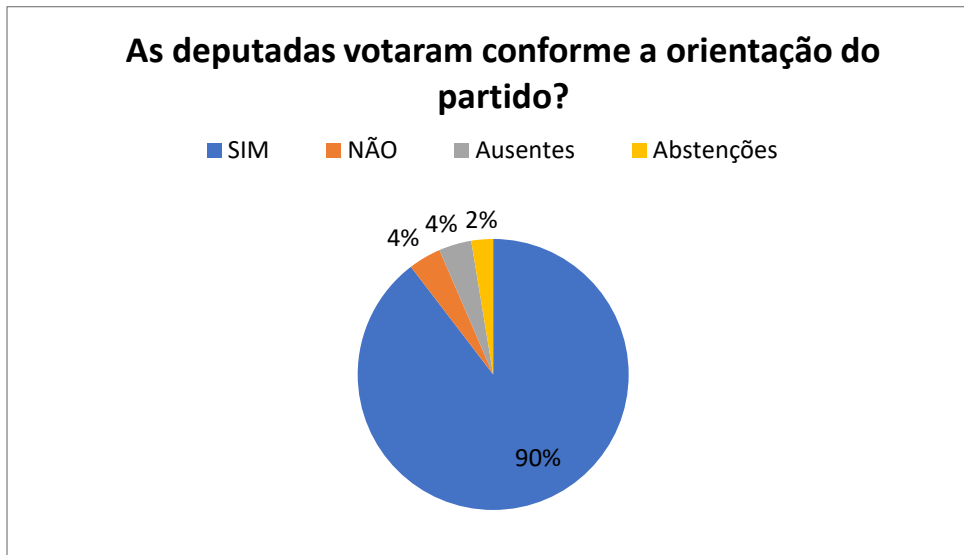
Fonte: Elaborado pela autora. Dados: Câmara dos Deputados.

O pedido de modificação foi votado pelo plenário da Câmara dos Deputados no dia 11 de julho. A emenda foi aprovada com 344 votos favoráveis, 132 contrários, 15 abstenções e 22 ausências. Na figura abaixo, é possível verificar como as deputadas votaram o texto:



Fonte: Elaborada pela autora - Dados: Câmara dos Deputados

Ao cruzar os dados referentes ao voto de cada deputada com a orientação do partido ao qual a mesma está vinculada, é possível verificar que a maioria absoluta das eleitas seguiu a orientação da sigla, como demonstra a figura abaixo:



Fonte: Elaborada pela autora - Dados: Câmara dos Deputados

CONCLUSÃO

Sem fazer juízo de valor a cerca do teor das proposições votadas, é possível verificar, a partir dos dados analisados, que o comportamento das deputadas na votação da emenda aglutinativa nº 5 - que propôs alterações ao texto base da Reforma da Previdência, especificamente no que diz respeito às regras aplicadas às mulheres -, foi balizada pela orientação partidária e não pela categoria “gênero”, confirmando nossa hipótese de que gênero é uma variável política digna de consideração, mas que não se deve presumir que mulheres defendem a mesma agenda.

Neste estudo, não tivemos como objetivo analisar o conteúdo das proposições votadas, para saber se elas vão de ou ao encontro das pautas defendidas pelos movimentos que lutam pela emancipação e pelos direitos femininos. Restringimos-nos a analisar a disciplina partidária das mulheres que integram a 56ª Legislatura, podendo perceber que o que é designado pela sigla, é seguido pelas eleitas, com poucos índices de contrariedade.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados** – **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 1, p. 05 – 34, 1988. Disponível em:

<https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizacao-sergio-abranches.pdf>. Acesso em 06 de agosto de 2019.

AMES, Barry. **The deadlock of democracy in Brazil: interests, identities and institutions in comparative perspective**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2000.

BARBOSA, Erivaldo Moreira; MACHADO, Charliton José dos Santos. Gênese do direito do voto feminino no Brasil: uma análise jurídica, política e educacional. **Revista HISTEDBR Online**, n.45, p. 89-100, 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/art07_45.pdf. Acesso em 12 de julho de 2019.

CODATO, Adriano et al. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. **Revista Análise Social**, n. 229, p. 870-897, 2018.

DIAS, Joelson Costa; QUINTELA, Débora Françolin. Participação política das mulheres no Brasil: das cotas de candidatura à efetiva paridade de participação. **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, v. 2, n. 1, p. 52 – 74, 2016.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: USP, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando G. P. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.

GOMES, Larissa Peixoto Vale. Elegendo mulheres – ideologia partidária, feminismo e inclusão de mulheres na política - **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, n. 1, p.35-53, 2016.

LAMOUNIER, Bolivar. "A Democracia Brasileira de 1985 à década de 90: A Síndrome da Paralisia Hiperativa", in: VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.). **Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana**, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1994.

MAINWARING, Scott. Presidentialism, multipartism, and democracy: the difficult combination. **Comparative Political Studies**, v. 26, n. 2, p. 198-228, 1993.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

MARTINS, Flávia Bozza; FERREIRA, Lola. **Os primeiros seis meses: apenas 7% dos projetos apresentados por deputadas na Câmara discutem direitos das mulheres**. Gênero e Número, 25 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.generonumero.media/projetos-deputadas-direitos-mulheres-7/>. Acesso em 06 de agosto de 2019.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**, n.43, p. 57-118, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645109>. Acesso em 03 de agosto de 2019.

MIGUEL, Luiz Felipe; FEITOSA, Fernanda. **O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 1, 2009, pp. 201 a 221.

MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

NETO, Octavio Amorim; SANTOS, Fabiano. A conexão presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no Brasil. **Revista Dados**, v. 44, n. 2, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000200003. Acesso em 10 de agosto de 2019.

NÚMERO de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014. Tribunal Superior Eleitoral, 08 de março de 2019. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Março/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>. Acesso em 06 de agosto de 2019.

PINTO, Júlio Roberto de Souza. Entre um sistema eleitoral dispersivo e um regramento parlamentar concentrador: O Comportamento dos Deputados Federais. **Revista Direito GV**, v.11, n. 2, p. 589 – 622, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0589.pdf>. Acesso em 02 de agosto de 2019.

REZENDE, Daniela Leandro. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1199 - 1218, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/40533/35166>. Acesso em 15 de julho de 2019.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 399- 431, 2012.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates**, v.7, n.2, p.93-114, 2013.

GT III – Relações Internacionais

Coordenação

Prof^a. Dr^a. Etiene Villela Marroni

Pedro Henrique Silva de Oliveira

Yndira Coelho Soares

Proposta do Grupo de Trabalho

As teorias de Relações Internacionais apontam o surgimento do Sistema Internacional moderno, em 1648, com a chamada Paz de Vestifália, uma série de tratados que fundaram o que, hoje, é comumente referido como a unidade básica de análise da disciplina: o Estado Nacional moderno. Contudo, tal centralidade epistêmica começou a sofrer fortes críticas acadêmicas com o final da Guerra Fria, devido ao surgimento de novos atores e novos processos a serem estudados. Em particular, nota-se uma crescente desterritorialização em uma descentralização do papel do Estado Nacional no que tange o internacional. É mediante tal contexto que o presente Grupo de Trabalho (GT) apresenta sua proposta, visando compreender as novas dinâmicas emergentes e questionando o papel do Estado, dos novos atores e como estudá-los. Desta forma, trabalhos que envolvam o Estado e o Poder, vinculados a temáticas da Economia Política Internacional, Meio Ambiente, Direito Internacional, Geopolítica, Segurança Internacional, Política Externa e seus correlatos são o foco deste GT.

DRONES: UM NOVO CAMPO DE DISPUTA TECNOLÓGICO MILITAR?

Éberson Polita¹

Resumo

Atualmente, os drones passam a chamar cada vez mais atenção devido à sua utilidade múltipla e versátil. Em questões belicistas, tamanha foi a ascensão do uso desses equipamentos, em grande medida por parte dos Estados Unidos, que os ataques executados através deles passaram de 50, na administração de George W. Bush (2001-2009), para mais de 400, no primeiro mandato de Barack Obama (2009-2012). A China também tem concentrado esforços no sentido de se desenvolver em relação a essa tecnologia que já altera as relações de conflito, guerra e segurança. Neste trabalho, dentro de uma análise comparativa, busca-se averiguar aqui a ocorrência de uma disputa tecnológica dos não tripulados entre estes países sob a ótica da Economia Política Internacional e da Segurança Internacional. O ponto de partida é o início da chamada campanha contra o terrorismo provocada pelo ataque aos Estados Unidos do 9 de setembro de 2001.

Palavras-chave: Drones; Não tripulados; Estados Unidos; China; Segurança Internacional.

INTRODUÇÃO

Após o 11 de Setembro, acoplado à agenda de combate ao terror por parte dos Estados Unidos, um dos instrumentos a tomar espaço nas novas abordagens de conflito e inteligência foram, do nome popular em inglês, os drones². No Brasil, o veículo não tripulado passou a ser chamado pelos militares, antes da popularização do estrangeirismo, de zangão³ (tradução direta do termo em inglês) e, posteriormente, também pelas designações VANT - Veículo Aéreo Não Tripulado - e ARP - Aeronave Remotamente Pilotada⁴ (FAB, 2015).

Atualmente, os drones passam a chamar cada vez mais atenção devido à sua utilidade múltipla e versátil. Corporações do comércio, como a Amazon, têm evidenciado o seu desejo

¹ Mestrando em Estudos Estratégicos Internacionais no Programa de Pós-Graduação de Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; ebpolita@gmail.com.

² É importante salientar que, apesar da conotação militar empregada, a popularidade do estrangeirismo na última década se deu em muito em função de não tripulados de propósito recreativo.

³ O veículo foi batizado assim em função do zunido proveniente das suas hélices/turbinas.

⁴ Ambas as siglas são traduções diretas dos mesmos termos provenientes do inglês UVA (*Unmanned Aerial Vehicle*) e RPA (*Remotely-Piloted Aircraft*).

de usar os não tripulados para fazer tele-entregas das suas encomendas; no mundo do entretenimento, eles são usados para filmagens cinematográficas; na indústria de tecnologia, a Intel, empresa do Vale do Silício, usou dos mesmos para formar uma bandeira dos Estados Unidos no céu noturno no maior evento esportivo daquele país, o *Super Bowl*, (MICHEL; GETTINGER, 2018) de modo que tamanha exposição vem normalizando os não tripulados diante da sociedade.

Para além disto, áreas que não possuem o mesmo nível de espaço midiático - a ciência, por exemplo - também têm tirado proveito dos drones, como no caso da Universidade do Estado do Amazonas⁵ (UEA) que tem utilizado não tripulados para o monitoramento ambiental da floresta amazônica (FONTES; POZZETTI, 2016) ou, na área de energia, com o uso de um modelo resistente à colisão de partículas para a inspeção de um reator nuclear (FLYABILITY, 2017).

Em questões belicistas, tamanha foi a ascensão do uso desses equipamentos por parte dos Estados Unidos que os ataques executados através deles passaram de 50, na administração de George W. Bush (2001-2009), para mais de 400, no primeiro mandato de Barack Obama (2009-2012) (BYMAN, 2013). Destarte, é natural que os não tripulados passassem a chamar mais atenção também nos estudos de segurança. Nos anos recentes, o assunto tem proliferado na academia e obras tratando dos inéditos efeitos políticos, da moralidade, da conduta de guerra e da regulamentação dos drones passaram a ser lançadas a ressaltar que, em função destes, há “uma mudança revolucionária na conduta de guerra” fenômeno que acarretará em “implicações profundas para o futuro da segurança internacional”. (SCHULZKE, 2017, tradução nossa).

Cabe salientar que, apesar da insurgência recente, os drones não são uma novidade. Eles tiveram a sua concepção ainda durante o período da Primeira Guerra Mundial, embora, por virtude de limitações tecnológicas, o propósito inicial de criar um veículo aéreo capaz de efetuar bombardeios sem pôr em risco a vida de um piloto tenha fracassado. Por este motivo, até a Segunda Guerra Mundial, os primeiros modelos acabaram por servir quase que unicamente para o treinamento de artilharia antiaérea (ROGERS; HILL, 2014).

⁵ Projeto realizado em parceria com a Universidade de Harvard e com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

É somente posteriormente, passada a Guerra Fria, mas ainda nos anos 90, que as primeiras aeronaves não tripuladas devidamente armadas e capazes foram concebidas. No caso, para a Agência de Inteligência Americana (CIA) e o Pentágono. O modelo MQ-1 Predator, o qual já havia sido usado na Bósnia e em Kosovo, foi enviado pelos Estados Unidos ao Afeganistão imediatamente após o 11 de Setembro. Anos depois, também foram usados naquele país o novo e superior modelo MQ-9 Reaper, em 2007, ainda sob a agenda de combate ao terrorismo (GREGORY, 2011).

Apesar do uso destacado pelos Estados Unidos, os drones armados, sob diversos modelos e várias iniciativas, começaram a se disseminar pelo mundo⁶ e tendem a terem a sua tecnologia avançar a passos largos. O nome *zangão*⁷ também ganha mais significado atualmente dados os micromodelos em teste, os quais são lançados em “enxames” de mais de cem unidades. Como enxame⁸, eles podem ser enviados na forma de mísseis ou podem ser lançados de caças ofensivamente para reconhecimento e vigilância (MICHEL; GETTINGER, 2018).

Tudo isto posto, com os avanços recorrentes na tecnologia, a escalada no uso em conflitos, seja para objetivos de reconhecimento ou de execução de ataques, pode-se dizer que vivenciamos um novo campo de disputa tecnológico militar na área de segurança? Haveria uma corrida armamentista neste sentido entre a maior potência militar do mundo e a ascendente civilização milenar chinesa?

Crê-se que, sim, os drones se mostrem um instrumento novo de disputa tecnológica militar e que começa a ser altamente explorado pelos Estados analisados. Haveria, neste sentido, uma disputa por drones cujo foco e escopo dá-se na relação sino-americana, porém ainda seria cedo para se falar em uma corrida armamentista desta tecnologia nos moldes do que se tinha, por exemplo, na corrida espacial da Guerra Fria.

O objetivo deste artigo, em uma abordagem comparativa com pesquisa bibliográfica e documental, é analisar a escalada dos drones, a partir do 21 de setembro, como um possível

⁶ Em 2017, os chineses, por exemplo, já aparecem como fornecedores de drones de vigilância e ataque para países como o Egito, Arábia Saudita além de outros clientes no Oriente Médio. França, Itália e Reino Unido possuem os modelos MQ-9 Reaper dos Estados Unidos. O Cazaquistão já exibiu unidades. O Canadá e República Tcheca anunciaram planos de compra e a Coreia do Sul já até simulou um ataque de drones em preparação para os Jogos Olímpicos de Inverno de 2018 (MICHEL; GETTINGER, 2018).

⁷ No Brasil, a FAB dispõe do israelense Hermes e do projeto Acauã, ambos somente de vigilância.

⁸ Essa tecnologia é dominada pelos estadunidenses assim como pelos chineses e os russos (MICHEL; GETTINGER, 2018).

campo de disputa tecnológica militar entre Estados Unidos e China, através tanto da ótica do campo da Segurança Internacional quanto da Economia Política Internacional. Em uma primeira parte, abordar-se-á a questão da disputa de armas observando comparativamente os pontos de vista da Economia Política Internacional e da Segurança Internacional nos contextos da Guerra Fria e do período posterior. Na segunda, busca-se levantar os elementos e posições dos Estados referente à tecnologia, como têm avançado, das inovações às equiparações para a análise comparativa. Por fim, temos as conclusões finais do trabalho.

(PÓS-) GUERRA FRIA E A RELAÇÃO DA ECONOMIA E SEGURANÇA

Referente à visão de segurança do período da Guerra Fria, para entender e explicar a corrida armamentista entre os Estados Unidos e União Soviética, dava-se o debate acerca do chamado dilema de segurança. Em uma das obras mais conhecidas no debate das Relações Internacionais, Jervis, em *Cooperation under the Security Dilemma*, de 1978, sintetiza o conceito ao dizer que “muitos dos meios pelos quais um estado tenta aumentar a sua segurança diminuem a segurança dos outros”. (JERVIS, 1978, p. 169, tradução nossa).

Por sua vez, Lieber⁹ (2005) retrata a discussão referente à teoria ofensiva-defensiva. Nascida no contexto dos anos 70-80, momento em que o debate nuclear estava altamente presente nos debates políticos e especializados, a teoria ofensiva-defensiva buscava entender as causas da guerra, a questão da competição internacional e endossava o dilema da segurança, amplamente debatido academicamente dentro do realismo contemporâneo.

O autor, porém, refuta duas conexões causais da teoria ao salientar que (1) “mudanças no equilíbrio de tecnologia ofensivo-defensivo pouco têm influência nos desfechos de combate” além da ideia de que as percepções subjetivas de líderes políticos, referente a mudanças na balança defensiva-ofensiva, ajudariam a determinar desfechos políticos, pois (2) “essas percepções não influenciam o planejamento militar e o processo decisório”. (idem, 2005, p. 3, tradução nossa).

⁹ Keir A. Lieber é um professor de Ciência Política e pesquisador do Joan B. Broc Institute for International Peace Studies da University of Notre Dame.

Ao verificamos a corrida armamentista da Guerra Fria, desta vez sob a ótica da economia política, conforme analisa Kirshner¹⁰ (1998), nota-se uma lógica que separava a segurança e o campo da economia. Isto se dava em função de que, no sistema internacional bipolar, Estados Unidos e União Soviética “não enfrentavam restrições orçamentárias” (idem, 1998, p. 65). Isto posto, aquelas condições já não são as mesmas para a Segurança Internacional e a Economia Política Internacional. No pós-Guerra Fria, a questão orçamentaria dos Estados afeta o campo da segurança e da grande estratégia referente a armas, devido a mudanças sistêmicas.

Com o fim da guerra fria, a contínua expansão da economia internacional e o crescente número de estados no sistema, esses problemas [da relação de segurança e economia] serão de consequência cada vez maior nos próximos anos. Nesta era, haverá mais estados menores e, mais importante, todos os estados serão mais próximos de estados menores do que eram no passado. (KIRSHNER, 1998, p. 69, tradução nossa).

Assim, com todos os Estados menores diante de uma economia internacional cada vez maior, a dinâmica da corrida armamentista da Guerra Fria, nas mesmas condições anteriores (de potências sem restrições orçamentárias), não é mais possível no ambiente atual, o que torna as questões de segurança e economia mais complexas e intrínsecas.

A análise de Kirshner, anos depois, encontra respaldo posteriormente, pois, mesmo a maior potência do mundo, vencedora da Guerra Fria, vê-se diminuída diante do crescimento da economia internacional e, portanto, com maiores restrições de ordem econômica. Emmanuel Todd¹¹ (2002) relata essa diferente situação na qual os Estados Unidos se encontram no pós-Guerra Fria. O autor constata que os estadunidenses se encontram sob maior sujeição financeira e econômica de tal forma que não disporiam “do poder total que lhes garantia uma segurança econômica de longo prazo, nesta nova situação de dependência do mundo”¹² (idem, 2002, p. 146, tradução nossa).

¹⁰ Jonathan Kirshner é professor e pesquisador especializado em Economia Política Internacional e Relações Internacionais na Cornell University e na Boston College.

¹¹ Emmanuel Todd é um pesquisador francês conhecido por ter previsto a queda da União Soviética na década de 70 e, na obra tratada em questão, reflete e prevê a queda, desta vez, do “império americano”.

¹² Na análise sistêmica econômico-militar, Emmanuel Todd faz a relação dessa incapacidade dos EUA em questão de poder militar muito em relação à Rússia, cuja existência não lhes permitiria exercer poder aéreo absoluto no mundo.

Kirshner (1998) ainda observa que a economia política e os estudos de segurança possuem problemas clássicos que os ligam e são reconhecidos há muito tempo: a economia política do poder, as causas econômicas da guerra e o papel das restrições do orçamento nacional na construção e execução da grande estratégia do Estado.

Dentro da economia política do poder, o autor ressalta a questão da capacidade produtiva, na qual assinala a capacidade tecnológica, como visto por autores das teorias das Relações Internacionais, como Morgenthau. Tais capacidades, conforme ilustra ele, seriam a base do poder militar e são fatores necessários para prover apoio para o estabelecimento da defesa moderna. No que tange à grande estratégia, Kirshner destaca dois elementos da economia política que diz intrinsicamente ligados aos estudos de segurança: a questão da formação da estratégia (e, portanto, também de decisão) e restrições de limites de recursos, pois “as restrições de orçamento de um governo definem o limite do seu poder”. (idem, 1998, p. 68, tradução nossa).

Dos elementos da economia política aqui descritos, a capacidade tecnológica, na percepção da economia política do poder, e o da grande estratégia do Estado são os que mais interessam ao trabalho para pensarmos a relação dos não tripulados, da sua escalada a uma possível disputa tecnológica do campo.

Lieber (2005), por sua vez, ao tratar de questões de política e tecnologia aponta, através do seu pensamento do oportunismo tecnológico, derivado do realismo ofensivo, que decisões referentes à tecnologia sempre servem aos interesses atuais e a estratégias mais amplas das elites políticas e militares, sem que tais decisões se referiram a preferências pelos armamentos ou que os tenham como base em si¹³.

A máxima que o seu conceito prega é a de que, em um mundo anárquico e em que rege a incerteza, os Estados se veem compelidos a aumentar o seu poder relativo no sistema internacional. Esta máxima vem acompanhada do fato de que - em função dessa grande incerteza - os líderes teriam problemas para efetuar a avaliação de novas tecnologias.

O avanço delas, entretanto, é usado por eles na sua busca por objetivos políticos ofensivos, mesmo no caso de armamentos cuja utilidade seja defensiva. Ainda relativo à imprevisibilidade da tecnologia, a visão básica deste preceito realista é a de que a sua mudança

¹³ O nome da sua obra em si já traz o seu argumento: a primazia da política sobre a tecnologia.

acarreta na “intensificação do imperativo internacional para maximização de poder relativo”. (LIEBER, 2005, p. 6, tradução nossa).

Em suma: nesta perspectiva de segurança realista, a estratégia seria a prioridade, não os armamentos ou as tecnologias em si, de modo que podemos buscar visualizar essa estratégia através das posições e decisões tomadas referentes à tecnologia e aos armamentos. Estes, deste modo, servem para cumprir objetivos políticos ofensivos e não para manter o *status quo* ou meramente preservar o poder do Estado, conforme delibera Lieber (2005).

Aqui, ao que se abordar comparativamente as obras, pode-se traçar alguns paralelos entre a perspectiva de segurança realista de Lieber e os pontos do campo da economia política salientados por Kirshner com relação a duas palavras-chave: estratégia e tecnologia.

Enquanto o primeiro salienta, através do realismo ofensivo no campo da segurança, que na relação de armas e tecnologia os fins se dão pela estratégia atual das elites políticas e militares, o segundo, através do fator da economia política do poder, trata da capacidade tecnológica que serve à base militar e daquilo que intitula “grande estratégia”, que reflete fatores de decisão e de recursos do Estado.

OS NÃO TRIPULADOS NOS ESTADOS UNIDOS E NA CHINA

Após os atentados do 11 de setembro, temos o envio MQ-1 Predator pelo Estados Unidos, assim como MQ-9 Reaper, anos depois, sob a agenda do combate ao terrorismo para o Afeganistão (GREGORY, 2011). Dado o período recente de encomenda e desenvolvimento dos primeiros modelos armados, ainda na década de 90, pode-se dizer que aqui temos o começo de uma mudança de paradigma tanto de tecnologia quanto de uso dos veículos não tripulados.

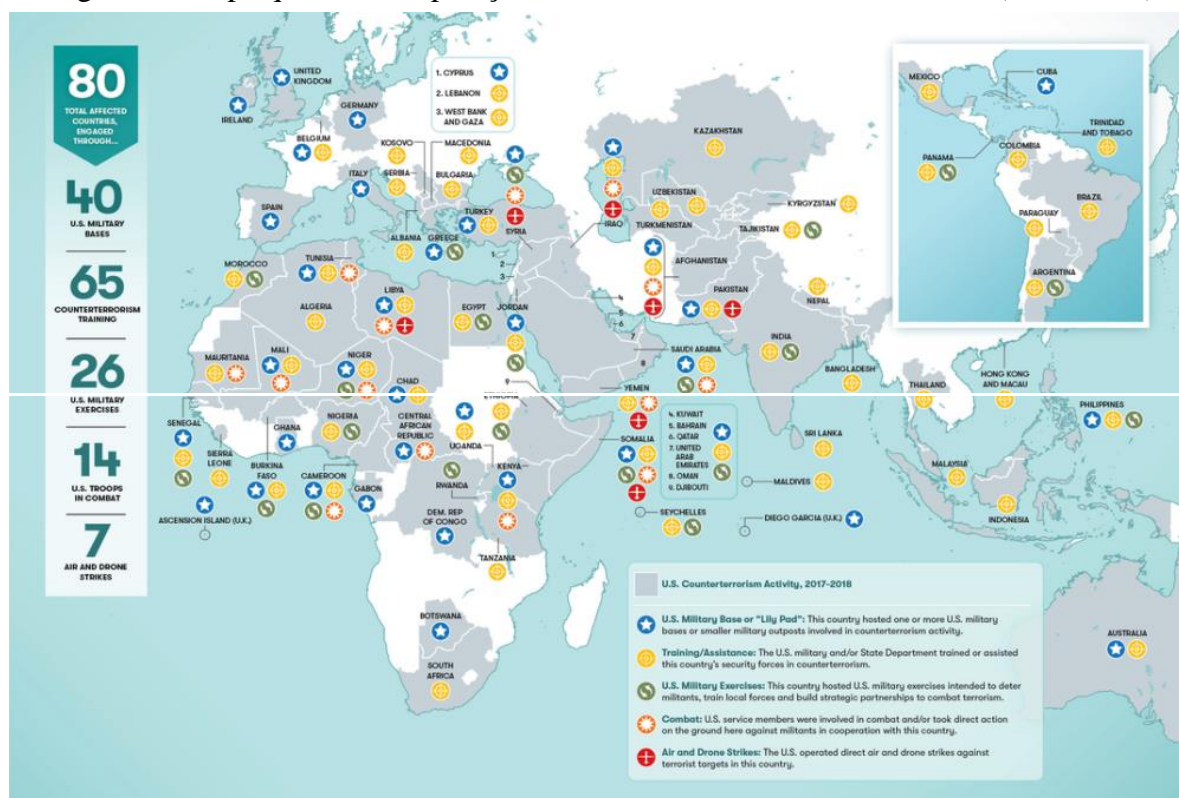
Posteriormente, a escalada no uso destes equipamentos é visível ao analisarmos o salto no uso de unidades para ofensivas com 50 operações, na administração de George W. Bush (2001-2009), para mais de 400, somente no primeiro mandato de Barack Obama (2009-2012). O aumento gerou uma série de livros, artigos e publicações tratando de diversos temas relativos a drones, desde a questão da moralidade e regulamentação¹⁴, das questões tradicionais ligada à

¹⁴ Tema discutido em *The Morality of Drone Warfare and the Politics of Regulation* de Shulzke (2017).

guerra e segurança¹⁵ ou mesmo ao ponto de se dizer que se tratava “arma preferida de Washington” (BYMAN, 2003).

No conflito contra o terrorismo, entre 2017 e 2018, de 14 combates com tropas americanas pelo mundo, em metade destes países esteve presente o uso dos drones em ataques aéreos, seja para apoio ou investidas nos países em questão, como revela o projeto *Costs of War*, da Brown University (SMITHSONIANS, 2019). Em suma, desde então os VANTs passaram a ser ferramenta amplamente usada pelos estadunidenses.

Figura 1 - Mapa que mostra operações antiterroristas dos Estados Unidos (2017-2018)



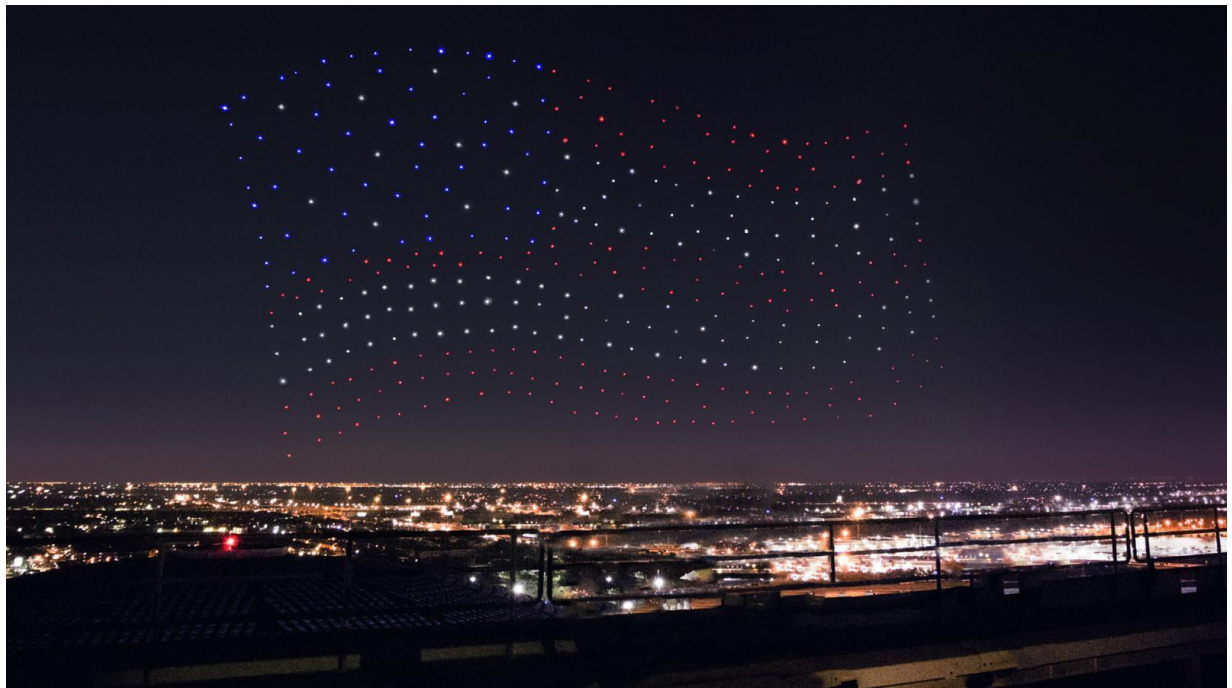
Fonte: SMITHSONIANS, 2019.

Outro componente é o mercado de defesa antidrone, por exemplo, cujo orçamento é o que mais cresce atualmente no Departamento de Defesa dos EUA. Isto se dá, pois, os relativos baixos custos fizeram que com que eles chegassem às mãos de diversos atores mal financiados no conflito na Síria, além de grupos como o ISIS (MICHEL, 2018) ou, em outros exemplos, o

¹⁵ Como em *Unmanned: Drove Warfare and Global Security* de ROGERS e HILL (2014).

fato dos não tripulados terem sido avistados perto de instalações sensíveis em Washington ou mesmo perto de usinas nucleares da França (MICHEL; GETTINGER, 2018).

Figura 2: Bandeira dos EUA projetada com drones em enxame



Fonte: INTEL, 2017.

No mais, a tecnologia de uso de drones em enxames também chama a atenção dada a sua experimentação no *Super Bowl*, com a formação da bandeira estadunidense com luzes, à noite, no céu com trezentos de não tripulados em 2017 (INTEL, 2007).

A China, por sua vez, destaca-se atualmente como grande fornecedora de drones para vigilância para diversos países (MICHEL; GETTINGER, 2018) tendo, em 2013, gastado mais de 145 bilhões de dólares em um programa de modernização do seu arsenal de drones e outras armas, conforme relatado em Lewis e Vavrichek (2016), além de revelar, à época, detalhes referentes a quatro projetos sendo um (*Lijian*) um não tripulado invisível a sistemas de defesa (*stealth*).

Boyle (2015) relata a superioridade dos Estados Unidos no tamanho das frotas de drones com a China a possuir a segunda maior. Para além da questão numérica americana, o autor também destaca as suas “vastas vantagens tecnológicas em distância e capacidade de ataque”.

(idem, 2015, p. 77, tradução nossa). Em contraposição a isso, ele também assinala que países como China e Rússia começaram a gastar bilhões para alcançar o mesmo patamar dos EUA. No setor de vendas, embora destaque que mesmo então o país não fosse o maior fornecedor mundial (ficava atrás dos não tripulados israelenses), hoje o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI, 2019) revela, por exemplo, que no período de 2014-18, os maiores exportadores de veículos aéreos não tripulados de combate foram justamente os chineses.

Em termos da tecnologia de “enxames”, a China também fez demonstrações com mais de 500 deles no recente China International Big Data Expo 2019. Também chama a atenção protótipos de drones subaquáticos com inteligência artificial produzidos pelos chineses, tal como o HN-1 (GOLDSTEIN, 2018). Por fim, a expansão chinesa na área tem espantando analistas americanos ao ponto de se chamar a atenção ao país oriental ao chamá-lo de “superpotência dos drones” (PECK, 2019).

CONCLUSÃO

Pode-se dizer que vivenciamos um novo campo de disputa tecnológico militar na área de segurança? Ao analisarmos o início do uso dos drones em conflitos até o período recente, notam-se claramente altos investimentos chineses (assim como da Rússia) para alcançar os Estados Unidos. Além disso, chama a atenção, a forte presença na exportação de drones para combate por parte dos asiáticos os quais, claramente, não mostram hesitação em buscar dominar a tecnologia para si e para venda. As inovações que vemos partindo deles ou as demonstrações posteriores com drones também parecem rivalizar com as da grande potência militar ocidental.

Conclui-se, portanto, que de fato há um campo de disputa tecnológico militar no que se refere aos drones. Isto se dá tanto sob a ótica da Economia Política Internacional quanto da Segurança Internacional. Pode-se afirmar isto em função do elemento de *capacidade militar* dos chineses e, também, dos estadunidenses, fator ressaltado por Kirshner. As decisões destes Estados também fazem alusão à *grande estratégia* dos mesmos, o que compactua com as visões descritas por ambos Lieber e Kirshner.

Haveria, portanto, uma corrida armamentista entre a maior potência militar do mundo e a ascendente civilização milenar chinesa? Supôs-se que ainda era cedo para se afirmar isso,

todavia, como salientado na seção dois, não é possível mais tratar tais disputas como uma relação de “corrida” nos moldes da Guerra Fria. As circunstâncias dos atores envolvidos diferem, pois eles são dependentes em questões econômicas e financeiras, sobretudo em uma economia internacional muito maior do que a de então.

No período, como tratado, não havia “restrições orçamentárias” na disputa entre EUA e URSS, cenário o qual não é mais aplicável. Pode-se falar, entretanto, em uma disputa no campo no que se refere à tecnologia, seja pela China buscando se equiparar em termos de tecnologia dos drones, seja pela tentativa dos EUA de se manter à frente. Tudo isto de acordo com o sistema internacional pós-Guerra Fria, com uma economia internacional muito maior, de maneira que as questões de segurança dos Estados são mais limitadas do ponto de vista financeiro e orçamentário. Apesar disto, as ações e avanços aqui destacados indicam a busca por objetivos políticos os quais incluem os não tripulados nas suas estratégias.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOYLE, Michael J. **The Race for Drones**. Orbis. Volume 59, Issue 1, 76-94, 2015.

BYMAN, Daniel L. **Why Drones Work: The Case for Washington’s Weapon of Choice**. Jun. 2013. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/articles/why-drones-work-the-case-for-washingtons-weapon-of-choice/>> Acesso em: 10 fev. 2019.

FAB, Força Aérea Brasileira. **Voos sob controle**. Aerovisão: Revista da Força Aérea Brasileira, nº 244, abr./mai./jun de 2015.

FLYABILITY. **Safe drones for inaccessible places**. Flyability SA. Lausanne, Switzerland. Jun. 2017. Disponível em: <<https://cdn2.hubspot.net/hubfs/2602167/Marketing%20Collaterals/Inspection-of-a-nuclear-power-plant.pdf>> Acesso em: 05 mar. 2019.

FONTES, Juliana Carvalho; POZZETTI, Valmir César. **O uso de veículos não tripulados no monitoramento ambiental na Amazônia**. Revista de Direito e Sustentabilidade Curitiba, v. 2, n. 2, p. 149-164, jul/dez. 2016.

GOLDSTEIN, Lyle J. **Meet the HN-1, China's New AI-Powered Underwater Drone**. National Interest. July 15, 2018. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/feature/meet-hn-1-chinas-new-ai-powered-underwater-drone-25706>>. Acesso em 29 jul. 2019.

GREGORY, Derek. **From a View to a Kill: Drones and Late Modern War**. Theory, Culture & Society. SAGE (Los Angeles, London, New Delhi, and Singapore), Vol. 28 (7- 8): 188-215, 2011.

INTEL, News Room. **Intel Drones Light Up Lady Gaga Performance During Pepsi Zero Sugar Super Bowl LI Halftime**. Feb. 05, 2017. Disponível em: <<https://newsroom.intel.com/news-releases/intel-drones-light-lady-gaga-performance-pepsi-zero-sugar-super-bowl-li-halftime/>>. Acesso em 20 jul. 2019.

JERVIS, Robert. **Cooperation under the Security Dilemma**. World Politics, Vol. 30, No. 2, pp. 167-214, 1978.

KIRSHNER, Jonathan. **Political Economy in Security Studies after the Cold War**. Review of International Political Economy, Vol. 5, nº 1, Spring, p. 64-91,1998.

LEWIS, Larry; VAVRICHEK, Diane M. **Rethinking The Drone War: National Security, Legitimay, and Civilian Casualties in U.S. Counterterrorism Operations**. MCUP. Quantico, Virigina, 2016.

LIEBER, K. A. **War and the Engineers: The Primacy of Politics over Technology**. Londres: Cornell University Press, 2005.

MICHEL, Arthur Holland. **Counter-drone systems**. Center for the Study of the Drone. Bard College. Annandale-on-Hudson, USA. 2018. Disponível em: <<http://dronecenter.bard.edu/files/2018/02/CSD-Counter-Drone-Systems-Report.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MICHEL, Arthur Holland; GETTINGER, Dan. **Drone Year in Review: 2017**. Center for the Study of the Drone. Bard College. Annandale-on-Hudson, USA. 2018. Disponível em: <<http://dronecenter.bard.edu/files/2018/01/CSD-Drone-Year-in-Review.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2019.

PECK, Michael. **A Really Big Deal: China is a Drone Superpower**. National Interest. March 16, 2019. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/blog/buzz/really-big-deal-china-drone-superpower-47692>> Acesso em 29 jul. 2019.

ROGERS, Ann; HILL, John. **Unmanned: Drove Warfare and Global Security**. Pluto Press, London, 2014.

SCHULZKE, Marcus. **The Morality of Dronewarfare and The Politics of Regulation**. New Security Challenges. Palgrave Macmillan, UK, 2017.

SIPRI, Stockholm International Peace Research Institute. **Trends in International Arms Transfers, 2018**. SIPRI Fact Sheet. March, 2019. Disponível em:

<https://www.sipri.org/sites/default/files/2019-03/fs_1903_at_2018.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2019.

SMITHSONIANS, Magazine. **This Map Shows Where in the World the U.S. Military Is Combatting Terrorism.** Smithsonian Magazine. Jan. 2019. Disponível em: <<https://www.smithsonianmag.com/history/map-shows-places-world-where-us-military-operates-180970997/>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

TODD, Emmanuel. **Après l'empire. Essai sur la décomposition du système américain.** Éditions Gallimard-NRF. Paris, France, 2002.

EPISTEMOLOGIA, TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS: OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS COMO ÁREA DE CONHECIMENTO FUNDAMENTAL PARA A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS NACIONAIS

Alexandre Rocha Violante¹
Ricardo Alfredo de Assis Fayal²

Resumo

O que são Estudos Estratégicos? Esta pergunta inicial apresenta as dificuldades de entendimento de como a Estratégia, os Estudos Estratégicos, os Estudos de Segurança e os Estudos de Defesa vêm sendo conceituados e utilizados na literatura acadêmica, tanto em sentido estrito, quanto amplo. Tendo como objeto os Estudos Estratégicos, o artigo possui como objetivo principal a discussão de sua epistemologia, trajetória e perspectivas, estruturando-se em duas seções. Na primeira, pontuam-se o que são: estratégia, estudos estratégicos, estudos da segurança e estudos da defesa, discutindo sua centralidade focada em temas como a defesa e a segurança dos sistemas estatais nos âmbitos nacional e internacional, e apresentando algumas propostas de epistemologia para esta área de conhecimento. Na segunda seção, discute-se sua trajetória, desde sua centralização inicial ao final da 2ª Guerra Mundial nos países centrais até seu *spin off* global. Ademais, analisam-se as principais tendências e perspectivas da área no Brasil. A metodologia aplicada se baseia em análises qualitativas, fundamentadas em pesquisas bibliográficas. Os resultados obtidos apontam que a área não tem fronteiras teóricas claramente definidas, comportando amplas contribuições e de delimitações distintas, indissociáveis da Ciência Política e das Relações Internacionais. Espera-se, ainda, em face da multiplicação dos centros de Estudos Estratégicos no Brasil, que haja uma inclusão maior de especialistas civis nas burocracias estatais, acompanhando a tendência de sociedades mais desenvolvidas.

Palavras-Chave: Estratégia. Estudos Estratégicos. Estudos de Segurança. Estudos de Defesa. Relações Internacionais.

INTRODUÇÃO

Este artigo engloba conceitos e teorias da Ciência Política que, epistemologicamente, contém as Relações Internacionais, os Estudos Estratégicos, a Estratégia, os Estudos de

¹ Professor da Escola de Guerra Naval. Professor Colaborador de Relações Internacionais de RI da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorando em Estudos Estratégicos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da UFF (PPGEST-UFF). Mestre em Estudos Estratégicos pelo PPGEST-UFF. ORCID ID: <<https://orcid.org/0000-0003-4566-5252>>.

² Doutorando em Estudos Estratégicos pelo PPGEST-UFF. Mestre em Estudos Estratégicos pelo PPGEST-UFF. Assessor do Centro de Estudos Estratégicos na Escola Superior de Guerra (ESG).

Segurança e os Estudos de Defesa. Todos importantes e que podem ser considerados ferramentas indispensáveis para uma discussão mais completa, principalmente ao Poder do Estado e à sua manutenção, por meio da segurança e defesa.

Além da epistemologia da área, analisam-se sua trajetória e perspectivas, principalmente no campo nacional, como área importante da Ciência Política que é indissociável do poder, Estado e uso da força militar. De fato, por terem uma acepção mais ampla, os Estudos Estratégicos, acabam por incluir os Estudos de Segurança e os Estudos de Defesa, em todas suas facetas, englobando, também, várias subáreas com especificidades próprias, relacionadas às forças armadas e sociedade, em interações não apenas com a Ciência Política, mas com as Relações Internacionais. Assim, os Estudos Estratégicos possuem como focos centrais a defesa e a segurança dos sistemas estatais nos âmbitos nacional e internacional. É o que será visto a seguir.

A metodologia aplicada é baseada em análises qualitativas, fundamentada em conteúdos bibliográfico históricos, políticos, estratégicos e internacionalistas, relacionados ao contexto apresentado. A pesquisa busca não ser uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre o assunto, em consonância com o pensamento de Marconi e Lakatos (2003), mas propicia sua análise sob novo enfoque e abordagem, chegando a novas conclusões.

O QUE SÃO ESTUDOS ESTRATÉGICOS? PROPOSTAS DE EPISTEMOLOGIA

Há muitas definições sobre o que é **Estratégia**. Moreira (2010, p.2) apresenta algumas clássicas: “o uso dos engajamentos para alcançar os objetivos da guerra” (Carl Von Clausewitz); “a arte de distribuição e aplicação dos meios militares para alcançar os objetivos da política” (Liddell Hart); “a arte da dialética da força ou, mais precisamente, a arte da dialética de duas vontades opostas, usando a força para resolver suas disputas” (André Beaufre); “plano geral para utilizar a capacidade de coerção³ armada – em combinação com instrumentos econômicos, diplomáticos, psicológicos, para, efetivamente, apoiar a política externa, por

³ Segundo Leão Junior (2002), coerção é uma força que se observa no campo psicológico, levando alguém a cumprir determinada regra, a ter certa conduta. O Estado utiliza a coerção quando afirma que uma norma ou uma vontade deve ser respeitada, acarretando em uma sanção no caso de seu não cumprimento. A coação significa uma força aplicada, refletida no diretamente no campo físico. O Estado a utiliza quando a coerção não funcionou, e a sanção imposta não foi cumprida. Assim, a coação será aplicada pelo uso da força.

meios ostensivos, ocultos e tácitos” (OSGOOD e TUCKER, 1967); “o uso que é feito da força ou de sua ameaça de emprego para os fins da política” (Collin S. Gray); “arte de preparar e aplicar o poder para conquistar e preservar objetivos, superando óbices de toda ordem” (BRASIL, Glossário das Forças Armadas – MD35-G-01-2007).

Nas palavras de Moreira (2010, p.3):

Pode-se depreender, do exposto, que a estratégia lida com a relação entre meios disponíveis (**poder**) e fins (**política**), uma relação que orienta e perpassa os variados níveis e ângulos de análise sobre segurança e defesa do Estado. Em conjunto, essas definições revelam elementos estruturantes de certa forma comuns entre elas: meios disponíveis (**poder, força**) e fins (**política**) (grifo nosso).

Figueiredo (2015) apresenta as dificuldades de entendimento que surgem da conceituação e do modo como o termo “Estratégia” vem sendo utilizado na literatura, em sentido *estrito* e em sentido *amplo*. Ele aponta, em sentido *amplo*, que estratégia refere-se ao papel do poder militar na política internacional, em face dos meios econômicos, políticos e diplomáticos, e outros, tendo em vista a consecução dos objetivos de Estado. Em sentido *estrito*, a literatura indica o conjunto de procedimentos atinentes a operações militares, sendo necessários, portanto, conhecimentos especializados e particulares estudados nas escolas de altos estudos militares.

Portanto, este trabalho adota o entendimento estrito de Figueiredo, entendendo ser a estratégia dotada não apenas dos aspectos militares, mas também tendo a política como o seu “norte” a ser seguido.

Quanto aos **Estudos Estratégicos** na contemporaneidade, primeiramente Figueiredo (2015) lembra que o desenvolvimento capitalista revolucionou não apenas o mundo, mas o fenômeno da guerra. O intercâmbio entre civis e militares nos assuntos estratégicos avançou principalmente no âmbito da ciência e da tecnologia, desde o século anterior à revolução industrial. Engels (1820-1895) e Clausewitz (1780-1931) são exemplos emblemáticos dessa assertiva. Entretanto, a produção de conhecimento crítico, voltada à análise das relações estratégicas, baseada nas Ciências Sociais, aconteceu muito mais tarde (COUTAU-BÉGARIE, 2003).

Nessa compreensão, os primeiros Centros de Estudos Estratégicos propriamente ditos surgem nos Estados Unidos da América (EUA), no Reino Unido e na França, no decorrer dos

anos de 1940. Nesses centros, a expressão Estudos Estratégicos passou, paulatinamente, a designar o conjunto de análises e investigações voltadas para a compreensão do papel da força militar no sistema internacional. Dessa forma, a cooperação entre civis e militares se incrementou de forma mais sistemática e organizada, inclusive com o surgimento de projetos de pesquisa sobre o assunto nas universidades. Essa interação positiva entre civis e militares, originadas de amplo debate democrático, gerou algumas dificuldades de distinguir, em alguns trabalhos, as noções de Estratégia da área de conhecimento dos Estudos Estratégicos.

O estudo e a prática da Estratégia tiveram grande impulso na década de 1950, após a 2ª Guerra Mundial (2ª GM), principalmente nas lides europeias e estadunidenses. Antes muito ligada ao estamento militar, estes passaram a ser objetos de estudo de civis. As pesquisas e estudos realizados que tiveram a segurança, a defesa e o uso da força ante os objetivos políticos foram chamados, convencionalmente, de Estudos Estratégicos.

Essas tendências teóricas dos Estudos Estratégicos, durante a Guerra Fria, dividiram-se, de acordo com Figueiredo (2015b), em duas vertentes: a primeira, baseada na formação de uma ciência positiva, concentrou-se na aplicação da chamada “teoria dos jogos”, na análise de questões como “dissuasão”, “escalada nuclear”, “controle de armas”; e a segunda, de enfoque histórico, preocupou-se com o confronto leste vs oeste, que, influenciadas pelas obras de Toynbee (1955) sobre civilizações, derivaram em análises de um antagonismo entre um suposto “mundo livre” no campo ocidental “capitalista” e um pretenso “mundo das trevas” no campo oriental “comunista”.

No pós-Guerra Fria, essas ideias civilizatórias, então esquecidas, reaparecem sob nova roupagem na obra de Samuel Huntington, *The clash of civilizations and the remaking of world order* (1993). Nela, Huntington adota uma conceituação etnocêntrica do termo, bem como busca compreender a ordem mundial pós-Guerra Fria mantendo os dilemas do ocidente. Dessa forma, acaba por influenciar as ações estratégicas do governo de George W. Bush (2001-2009). Para Jaguaribe (2008), os conflitos continuariam a ter a linha Norte vs Sul, diferentemente da ideia huntingtoniana de que os conflitos no pós-Guerra Fria estariam ligados ao “choque de civilizações”, onde o estabelecimento dos líderes dos Estados-Núcleo⁴ de cada civilização

⁴ O conceito de Estado-Núcleo diz respeito a uma nova categoria de poder. Segundo ele, as civilizações são como famílias e os Estados-Núcleos representam o líder dos demais Estados daquele bloco civilizacional, que o veem como um parente que proporciona apoio e disciplina (HUNTINGTON, 1997).

legitimaria os valores hegemônicos da civilização ocidental, trazendo a paz. Assim, os Estados-Núcleo tudo poderiam fazer em suas áreas de influência, em uma leitura que remete à ideia mais antiga das Pan-regiões de Haushofer⁵. Esta teoria de civilizações era, na realidade, uma fixação da política estadunidense com a “chamada civilização islâmica”, procurando legitimar os conflitos e intervenções no Oriente Médio e países afins. Baseado nessa ideia, a América Latina faz parte de uma civilização à parte da dita “civilização ocidental”, que abrange, em sua maioria, os EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e a Europa Ocidental.

Ainda no contexto de Guerra Fria e pós-Guerra Fria, Figueiredo (2010, 2015b) ressalta que as ciências sociais também foram importantes: no campo da análise das questões relativas à história militar; no funcionamento e estrutura da corporação militar como instrumento de defesa e segurança do Estado; no estudo do *ethos* e da “mente militar”; às relações entre civis e militares, ou entre Forças Armadas e sociedade; à interação entre a corporação e os três poderes constitucionais; e em outras linhas temáticas de investigação voltadas “para dentro”. Essas temáticas permanecem sendo estudadas até hoje.

A partir daí, pode-se obter a epistemologia dos Estudos Estratégicos: “uma forma especializada, sistemática, focada e pragmática do estudo científico do poder, do uso da força e do fenômeno bélico, e que tem como objeto a segurança e a defesa do Estado, a partir do estudo do preparo e emprego dos meios de poder e de força, para propósitos politicamente determinados (MOREIRA, 2013).

Ao considerar o Estado como agente por excelência da formulação, do planejamento e da ação estratégica, Figueiredo (2009, 2010, 2015a) apresenta a política como essência epistemológica da área da Defesa. Assim, os Estudos Estratégicos, em sentido estrito, preocupam-se com o uso da força pelas comunidades políticas em suas relações, aproximando-se, dessa forma, do conceito clausewitziano de que a política é a inteligência orientadora e a guerra é apenas um instrumento. Não há, de acordo com Paret (2001), outra possibilidade senão a de subordinar o ponto de vista militar ao político. O que significa a priorização da razão⁶ da

⁵ Teoria apresentada pelo geógrafo alemão Haushofer, que tinha como base a divisão do mundo em quatro regiões naturais: a Pan-América, Pan-Europa, Pan-Ásia e Pan-Rússia. Na realidade, ele elaborou um modelo de “ordem mundial ideal”, que consistia em uma aliança entre Alemanha, Rússia e Japão, sem alterar a área de influência dos EUA (TOSTA, 1984).

⁶ A razão talvez seja um dos vértices mais importantes para a interligação da trindade clausewitziana. Segundo Aron (1976, p.165), “assim como a vitória tem seus desdobramentos políticos, da mesma forma os tem uma

surpreendente trindade clausewitziana. Tal pensamento é corroborado por Gray (1999) *apud* Baylis e Wirtz (2002), ao afirmar que a estratégia deve ser entendida como a aplicação do poder militar para o alcance de objetivos políticos.

No que tange a conceituação dos Estudos Estratégicos, como contraponto ao sentido mais estrito exposto por Figueiredo, Baylis e Wirtz (2002) defendem que a estratégia seria mais bem compreendida em um sentido mais amplo, pois a mesma requer conhecimentos não apenas de política e operações militares, mas também de economia, psicologia, sociologia, geografia, tecnologia e tática.

Todavia, isso também vai ao encontro do pensamento da interdisciplinaridade e multidisciplinariedade dos Estudos Estratégicos, o que não “anula” o pensamento de Figueiredo, mas o reforça, pois sendo indissociáveis a estratégia e a política, a primeira funciona como uma ponte entre meios militares e objetivos políticos, o que requer dos especialistas em Estudos Estratégicos conhecimentos tanto das questões políticas quanto das operações militares. Ademais, de acordo com Brodie (1973) *apud* Baylis e Wirtz (2002) a teoria estratégica é uma teoria da ação. É um estudo de como fazer algo, um guia para alcançar objetivos de forma eficiente, defendendo uma maior cientificidade aos Estudos Estratégicos, percebendo-o como uma ciência instrumental para resolver problemas práticos, sem, contudo, dissociá-los da política.

Podem-se resumir, dessa forma, os Estudos Estratégicos pela aplicação da força e do poder como meios de atingir um fim (político). Seus estudiosos buscam explicar conflitos, suas motivações e meios. Eles formulam teorias, conjuntos de proposições plausíveis, com validade e aceitação contextualizadas, refletindo a dinâmica entre os conflitos e as sociedades. Os Estudos Estratégicos também podem ser aplicados de forma local, regional e globalmente em diversas temáticas e abordagens associadas, tais como: vigilância dos espaços locais e internacionais, Garantia de Lei e da Ordem (GLO), estudos militares, práticas diplomáticas, práticas de segurança e práticas de defesa, entre outras (MOREIRA, 2010).

Interessante perceber que o fim da Guerra Fria, sem uma grande guerra propriamente dita, incentivou a criação de literatura mais idealista, o que propiciou a utilização do termo

derrota. Uma derrota na guerra é, em primeiro lugar, uma derrota da política, porque a política que causou as derrotas estava errada: ela tinha feito sobre a guerra real um julgamento contrário à natureza desta última”.

segurança como um conceito “mais apropriado” do que estratégia, pois as principais ameaças se referiam, agora, aos interesses políticos, econômicos, sociais e ambientais (MOREIRA, 2010).

Desse modo, surgiram, na década de 1990, os chamados **Estudos da Segurança**. Inicialmente, deve-se compreender a mudança de conceituação de segurança na comunidade internacional, o que requer que o Estado tenha poder, entendido por Raimond Aron (1976, 2002) como a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais unidades. Entretanto, esta definição está mais centrada na segurança e defesa exterior, não contemplando, os problemas internos de segurança dos Estados, refletindo apenas a segurança do Estado em termos de território e suas instituições, e não a segurança daqueles cidadãos que representam sua territorialidade e institucionalidade (VIOLANTE, 2017).

Logo, o conceito de segurança mais ampliado visou atender a uma condição definida em relação às vulnerabilidades do Estado, tanto internas quanto externas, que ameacem ou tenham o potencial de derrubar ou enfraquecer as próprias estruturas do Estado e seu regime político (AYOUB, 1995). Áreas de *low politics* agora importam tanto quanto as tradicionais áreas de *high politics* para a segurança do Estado e para a segurança internacional e não mais apenas para a segurança local ou regional (BUZAN et al, 1998). Pode-se dizer que o processo de “não politizado para politizado”, até que o mesmo se transforme em ameaça à segurança nacional e seja securitizado⁷.

Esse tangenciamento de ideias, rerepresentado nessas novas abordagens de segurança, coloca o indivíduo no centro do debate provendo certa desconstrução da soberania estatal com a securitização dos mais variados temas afetos aos indivíduos e à segurança mundial. Não há dúvidas de que o Estado continua a ser o ator central no sistema internacional, porém com um enfoque de segurança que atenda essas novas demandas diferentes das ameaças tradicionais (soberania e território), como as ditas “novas ameaças⁸”, bem como a securitização de qualquer

⁷ Práticas intersubjetivas em que um agente identifica a existência de ameaças à sobrevivência de um objeto (BUZAN et al., 1998).

⁸ Podem ser entendidas como ameaças “neo-tradicionais”, pois já existiam ao longo dos séculos. São comumente identificadas como: terrorismo, tráfico ilegal de armas, drogas e pessoas, pesca ilegal, contrabando, descaminho, pirataria e até ações terroristas.

outro tema que possa colocar em risco indivíduos, sociedades e ele próprio (VIOLANTE, 2017).

Pode-se dizer que a segurança e defesa, atualmente, englobam outros aspectos da política e do poder não pensados no século passado. A securitização de temas outrora não politizados tem sido cada vez mais frequente e surgem como um desafio à concepção clássica da soberania estatal, abrindo um espaço maior para questionamentos em relação ao futuro deste conceito como o princípio organizador dominante das Relações Internacionais, como os Estudos de Segurança (CASTRO, 2013).

Os teóricos da escola de Copenhague afirmam que o discurso de segurança não é definido pelo uso da palavra segurança, mas sim a designação de uma ameaça existente que requer uma ação emergencial ou medidas especiais por parte do Estado e/ou pelos Estados de maior poder no sistema internacional, e a aceitação disso por uma parte da população (BUZAN et al, 1998).

Portanto, os Estudos de Segurança oferecem mais espaço para aspectos não militares, como os econômicos, sociais e outros temas ligados às *low politics*. Nesse sentido, Baylis reitera a importância da Estratégia e dos Estudos Estratégicos como áreas distintas do estudo acadêmico, estando contidos nos Estudos Estratégicos e inseridos como parte das Relações Internacionais, dentro da grande área Ciência Política. A figura que se segue apresenta este processo.

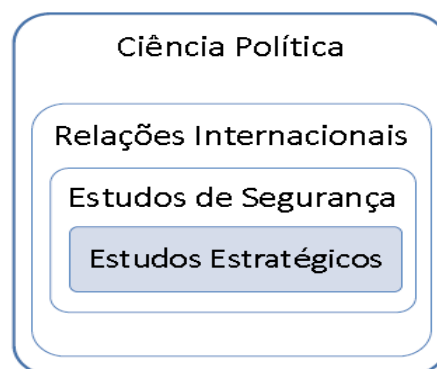


Figura 1- Proposta epistemológica de Baylis (2002)

Assim, o conceito de segurança mais ampliado visou atender a uma condição definida em relação às vulnerabilidades do Estado, tanto internas quanto externas, que ameacem ou tenham o potencial de derrubar ou enfraquecer as próprias estruturas do Estado e seu regime político (AYOOB, 1995).

Porém, como constatou Ayoob e os teóricos da Escola de Copenhague, a visão de Baylis não atende alguns casos, principalmente aos da maioria dos países em desenvolvimento, até porque nem todos os temas de Estudos Estratégicos estariam contidos no âmbito das Relações Internacionais, como, por exemplo, a segurança pública (âmbito interno). Desse modo, surgem, no Brasil, os chamados **Estudos de Defesa**, que pertenceriam a uma subdivisão dos Estudos Estratégicos. Porém, os Estudos de Defesa transmitem a ideia de foco no uso da força contra ameaças preponderantemente externas, o que deixa ao largo a segurança pública, que permaneceria no campo mais amplo dos Estudos Estratégicos, pois requer o uso de instrumentos de força do Estado para fins políticos, como por exemplo na aplicação da GLO. Assim, mais uma vez “a natureza interdisciplinar dos Estudos Estratégicos assegura acesso às contribuições de várias outras ciências e áreas do conhecimento, não necessitando ficar adstrito aos Estudos de Segurança” (MOREIRA, 2010, p.8).

Portanto, a Estratégia, os Estudos Estratégicos, os Estudos de Segurança, os Estudos de Defesa têm sido utilizados cada vez mais, porém seus entendimentos, às vezes, soam ambíguos, superpostos, redundantes, genéricos, abrangentes ou pouco claros (FIGUEIREDO, 2015a).

Dessa discussão teórica, conclui-se que os termos **Defesa e Segurança** não devem ser considerados como sinônimos de Estudos Estratégicos. Um e outro portam conteúdos conceituais próprios. Dada a Defesa e Segurança possuírem mais complexas e diversas definições, estas estão incluídas na acepção mais ampla da área dos Estudos Estratégicos.

Nesse contexto, a Política de Segurança Nacional está no nível mais alto da esfera política, onde são articulados os interesses nacionais mais amplos e a estratégia para alcançarem-se os objetivos e os meios necessários para promovê-los e protegê-los. Estes instrumentos são organizados na consecução de diferentes políticas setoriais, como saúde, monetária, comércio exterior, agricultura, imigração, educação, defesa, entre outras (RUDZIT e NOGAMI, 2010).

Observa-se que o conceito de Segurança constante na atual PND de 2012 é bem abrangente e engloba a atualidade do debate teórico apresentado nos parágrafos anteriores, ou seja: “Segurança é a condição que permite ao país preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais” (BRASIL, 2012, p.2). No entanto, por se tratar de um documento de defesa, para o cumprimento dessas tarefas faz-se necessária a implementação de políticas setoriais com a utilização dos meios militares. Logo, cabe ao poder político aplicar a estratégia correta para atingir, através do poder, os seus objetivos políticos, com ou sem o uso da força. Dissociar política e estratégia deste propósito é completamente fora de propósito. Neste mesmo documento, conceitua-se Defesa Nacional como o “conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”.

Por conseguinte, os Estudos Estratégicos perpassam os limites acadêmicos dos Estudos de Segurança, interagindo com outras áreas de conhecimento. Os Estudos de Defesa podem ser considerados como uma subárea dos Estudos Estratégicos, sendo mais voltados, especificamente, às questões de defesa externa, haja vista que a segurança interna do Estado se enquadra no objeto dos Estudos Estratégicos. Por fim, os Estudos de Segurança apresentam um leque maior ao estudo de fatores não-militares, tais como os econômicos, sociais e outros ligados às *low politics*. A Figura a seguir apresenta outra visão epistemológica da área dos Estudos Estratégicos, sintetizando as interseções e dissociações comuns a outras ciências e áreas de conhecimento, não se restringindo apenas às humanidades.

Figura 2: Proposta Epistemológica de Áreas do Conhecimento dos Estudos Estratégicos



Fonte: MOREIRA, 2010, p.8.

Ressalta-se que o termo mais aceito, na maior parte dos Centros de Estudos Internacionais, é o *Strategic Studies* (Estudos Estratégicos), o que não impede ou inibe o uso de outros termos, aqui discutidos, sendo que mais importante é o conteúdo dos estudos e não estratificações políticas sobre termos ou temas, áreas ou disciplinas acadêmicas. Como disse Giddens (1971, p.132) “muitas das linhas que dividem os cientistas sociais contemporâneos são, na realidade, mitos, impondo-se, desse modo, o repensar de suas fundações”.

Assim, os Estudos de Defesa, os Estudos de Segurança e os Estudos Estratégicos são muito importantes ao serem analisados sob uma perspectiva que envolve cada vez mais o conflito e a relativização da soberania, em que os Estados, como atores mais importantes do sistema internacional (mas não os únicos em relevância), devem adequar suas políticas públicas para esses novos temas, de modo a proteger-se e a seus cidadãos, como instituição, frente às atuais ameaças, “novas” e tradicionais. É por meio da defesa que ações são aplicadas em uma estratégia de manutenção de poder, diante de atores com maior força e interesses distintos.

Ao encerrar esta seção, convém atentar para o que pontua sobre a atual contemporaneidade do Estado, ressaltando: a busca de legitimidade, o resguardo da hegemonia, a busca da sobrevivência de si próprio como entidade e de seus cidadãos.

O Estado Nacional, tal como o entendemos nos tempos contemporâneos, desde o quartel final do século XVIII até nossos dias, opera em dois níveis. Um é imaterial ou simbólico. O outro é material ou físico. Por um lado, como todos os poderes, os

estados buscam a legitimidade: objetivam ser aceitos pelas sociedades que dirigem politicamente. Utilizam-se da ideologia: racionalizam sua dominação. Resguardam na hegemonia o seu bastão último: visam deter a direção moral e intelectual dos processos políticos. Por outro, como nos diz Weber, reservam-se o direito ao monopólio da força física. Guardam dimensão material, concreta, por exemplo, os prédios que abrigam seus centros de operação governamental. Suas forças de proteção e autopreservação, seja no sentido de defender sua população internamente (defesa e segurança pública), seja no sentido de garantir sua integridade em face de possíveis ataques externos (defesa e segurança no plano internacional), formam sistemas objetivamente inidentificáveis (homens, armas e equipamentos). A natureza mais íntima e vital do Estado, em última análise é a sua sobrevivência sob ataque: sua defesa e segurança (FIGUEIREDO, 2015b, p.15).

O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS NO MUNDO – AS PERSPECTIVAS NO BRASIL

Essa seção procura pontuar a trajetória dos Estudos Estratégicos, desde sua centralização inicial, ao fim da 2ª GM, nos países centrais, até sua dispersão por outros países, como o Brasil. Dentre tantas ideias, mostram-se o seu desenvolvimento no Brasil, o que se estuda e as principais tendências da área, como a criação de novos centros, além das perspectivas da área de segurança e defesa em âmbito nacional.

Ao incluir os estudos de Defesa e Segurança em todas suas facetas, os Estudos Estratégicos englobam, também, várias subáreas com especificidades próprias, quais sejam: as relações entre forças armadas e sociedade; investigações sobre as organizações e instituições militares; exames das conexões entre o poder político e a indústria de defesa; pesquisas relativas à ciência, à tecnologia e à eficiência militar; e até inquéritos teóricos a respeito das interações entre estudos estratégicos e relações internacionais (FIGUEIREDO, 2010).

Os primeiros Centros de Estudos Estratégicos propriamente ditos surgiram nos países centrais, no ocidente, após a 2ª GM. Nesses centros, os Estudos Estratégicos passaram a significar o estudo da aplicação da força militar na Defesa do Estado, visando sua sobrevivência e acumulação de poder relativo no sistema internacional. Estes centros de estudos eram abarcados por civis e militares, em uma cooperação integrativa que decorreu na formação de expertises civis e militares de forma mais sistemática e organizada, perpassando os bancos escolares das escolas castrenses, com o surgimento de diversos projetos de pesquisa nas universidades (FIGUEIREDO, 2003).

Com relação aos Estudos Estratégicos nos países em desenvolvimento, Figueiredo (2015a) critica a forma com que são tratados na maturação do pensamento estratégico nacional, com enfoque na defesa e segurança. Ele afirma que para os Estados poderosos, nada é mais real e nacional que os Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança. Nesses países, a defesa ganha dimensão geográfica, podendo seus interesses estar sediados em outros territórios que não os seus próprios. O sentido de nacional alarga-se e pode estar situado no internacional. Para os países com menos poder, nada é mais ideal e menos nacional do que a sua própria defesa. Nos países ditos mais frágeis, os sistemas e planos de defesa são feitos somente para constar. Geralmente essas Nações assinam alianças com Estados mais fortes, subordinando sua segurança externa e defesa a estes outros, com suas Forças Armadas sendo aplicadas mais a assuntos internos do que externos.

Ao analisar mais profundamente o contexto brasileiro, ele afirma que durante a Guerra Fria os assuntos estratégicos ficaram restritos aos especialistas militares e, em menor grau, ao ambiente diplomático, ganhando pouca repercussão entre intelectuais civis e pesquisadores da academia. Nos governos tecnocrático-militares (1964-1985), a ESG constituiu-se no centro formulador da chamada Doutrina de Segurança Nacional, deixando à margem a academia. Tal fato resultou na ausência de expertise civil, deixando os órgãos do Executivo e do Legislativo, os próprios partidos políticos e a sociedade em geral sem a possibilidade de contar com o aporte de estudos para a proposição e instrumentalização de políticas na área – o que foi sentido em maiores proporções na redemocratização (FIGUEIREDO, 2015b).

Nesse contexto, Miyamoto (2001) assinala a negligência com que os assuntos militares foram tratados na maioria das universidades brasileiras durante o período autoritário. O que não impediu que diversos trabalhos de qualidade fossem produzidos sobre as relações entre Forças Armadas e sociedade.

A partir da década de 1980, com a distensão do regime e a emergência do Brasil no cenário mundial, Figueiredo (2015b) reitera o surgimento de diversos centros e núcleos de Estudos Estratégicos, envolvendo instituições civis e militares, dentre os quais se destacam: o Núcleo de Estudos Estratégicos (NEST) da Universidade Federal Fluminense em 1986, berço do atual e conceituado INEST; o Centro de Estudos Estratégicos da ECEME; o Centro de

Estudos Político-Estratégicos da EGN/MB; o Centro de Estudos Estratégicos da Universidade da Força Aérea, UNIFA, entre outros de relevância acadêmica.

Com o término da Guerra Fria, o interesse da comunidade dos Estudos Estratégicos tem crescido e procurado caminhos em sintonia com assuntos cada vez mais necessários ao debate estratégico brasileiro. Nos últimos 30 anos, houve uma multiplicação dos centros de estudos ligados à segurança e defesa. Sobre perspectivas de pesquisa da comunidade de pesquisadores na área dos Estudos Estratégicos, há quatro tendências a saber: a primeira será a permanência dos estudos e pesquisas voltados “para dentro”, com a análise das relações entre Forças Armadas e sociedade; a segunda examinará o Brasil no contexto das relações estratégicas globais, em face do crescente protagonismo brasileiro no cenário internacional (tendência crescente desde os anos 1990); a terceira dedicar-se-á à divisão de trabalho, cada vez maior, entre as duas tendências supracitadas; e a quarta estimulará a necessidade de se montar redes de pesquisas, nacionais e internacionais, a fim de se estabelecer conectividade constante entre interesses diversos e índoles teóricas e metodológicas diferenciadas dos diversos pesquisadores (FIGUEIREDO, 2015a).

Devem surgir tantos centros de estudos e pesquisas quanto necessários, mesmo que ainda em um patamar distante do ideal a ser alcançado. Com efeito, essa tendência cada vez maior à expansão visa alcançar os mesmos ganhos experimentados pelas democracias mais desenvolvidas, de modo a colaborar na formação de especialistas, mestres e doutores civis à sociedade brasileira, reforçando sua institucionalização.

Entretanto, para a ratificação das perspectivas oriundas das análises dos parágrafos anteriores, faz-se mister estabelecer uma “mentalidade estratégica” na sociedade, o que não é automático e demanda tempo. Isso inclui o estabelecimento de uma “trindade” formada pelos militares, governo e sociedade (academia), operando em sintonia e sem desconfianças mútuas, para a formulação de um pensamento estratégico e crítico que indique a real independência e soberania do Estado brasileiro. Se cada um desses atores atuar independentemente, o resultado poderá ser uma nova separação na sociedade, tal qual se observou ao longo da maior parte da história do Estado brasileiro. Com relação à parte da “trindade” que se refere ao governo, cabe salientar que regimes democráticos ainda em consolidação e aqueles ditos autoritários podem ocasionar perda de foco nessa integração para o entendimento da importância política e

estratégica da Nação. Em países com democracias estabelecidas, em sua maioria as grandes potências sistêmicas, com exceção da China que vem desenvolvendo essa trindade, com a formação de uma *intelligentsia* nessa área de conhecimento, apesar do regime autoritário e centralizado do partido comunista chinês, essa integração da sociedade, governo e academia já ocorre há décadas.

Com isso, em uma visão assaz pessimista, o panorama de crescimento e integração da área no Brasil poderá, infelizmente, não se concretizar. Todavia, percebe-se desde a última década que ações integrativas têm ocorrido entre governo, forças armadas e sociedade, mesmo que timidamente. Se a política externa e de defesa ainda buscam maiores interseções práticas, esses fatos retratam um caminho que parece ser o de uma via de mão única, sem quaisquer tipos de retrocessos, garantindo, assim, a consecução das perspectivas do autor, auferindo ganhos cada vez maiores à sociedade como um todo.

Por isso, faz-se necessário o entrelaçamento maior entre as forças armadas – governo – sociedade (academia), de modo que a formulação de um pensamento estratégico e crítico indiquem a real independência e soberania do Estado brasileiro. A partir desta proposta, derivarão políticas públicas (que envolvem a política externa e de defesa) interdependentes e menos dependentes das burocracias estatais, em uma maior interação com a academia e a sociedade como um todo.

A formação dessa massa crítica e futura formuladora dessas políticas públicas passam, necessariamente, em pensar a defesa e segurança no cenário internacional que o Brasil almeja. Deve-se pensar o Estado em bases racionais, empiricamente demonstráveis, em políticas autenticamente brasileiras ou adaptadas à nossa realidade. Os jogos ainda não estão encerrados na política internacional.

Cabe ressaltar que a formação desse pensamento estratégico não está ligado intimamente a posicionamentos ideológicos A, B ou C. Deve-se sempre pensar em um Brasil cada vez mais independente, autônomo e pragmático, que não se submeta a potências extra regionais e que seja cada vez mais influente no sistema internacional. Podem-se modificar as relações de poder estabelecidas e, para tal, a defesa e desenvolvimento, como o poder e a política, são inseparáveis e indispensáveis.

O poder e a política devem vincular-se à independência nacional, que, por sua vez, está vinculada à defesa e ao desenvolvimento, assim como se pode dizer que não ocorre verdadeiro desenvolvimento sem sistemas críveis de defesa. Desenvolvimento e defesa são conceitos que não podem ser pensados indissociadamente (FIGUEIREDO, 2015b, p.62).

Ao encerrar, pode-se afirmar que os Estudos Estratégicos, como área epistemológica da Ciência Política, têm sido de suma importância, em face de sua interdisciplinaridade e multidisciplinariedade, ao conjugar as mais variadas ciências e áreas de conhecimento com a segurança e defesa, na busca pelo embasamento de sua centralidade no foco da defesa e da segurança nos sistemas estatais nacionais e internacionais. Assim, a área acabou por estabelecer um *guideline* para aqueles que iniciam ou querem aprofundar ainda mais seus estudos visando à consecução dos objetivos e das estratégias nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área dos Estudos Estratégicos não têm fronteiras teóricas claramente definidas, comportando uma amplitude de contribuições e de delimitações distintas indissociáveis dos Estudos de Segurança, Estudos de Defesa e Relações Internacionais dentro da grande área das humanidades que é a Ciência Política.

Seu conhecimento teórico passa pela compreensão dos contextos históricos específicos em que foram produzidos análises internacionalistas, estratégicas, da geopolítica, etc. Esses tangenciamentos comprovam que a segurança e defesa são indissociáveis da grande área da Ciência Política, das humanidades e até das chamadas ciências “duras”. De fato, todas essas acabam por complementarem-se em suas diferentes metodologias e epistemologias.

Por sua vez, é necessário compreender como essas disciplinas e seus trabalhos influenciaram, a partir de seus segmentos, a própria realidade que buscaram compreender. Essa realidade é marcada pela disparidade dos poderes efetivos dos Estados. Assim eles devem ser localizados e apreendidos na grande área da Ciência Política. Para que esse conhecimento não se limite ao entendimento teórico das relações de causa e efeito, é necessário se obter a capacidade de formular alternativas para aparelhar o próprio poder. Esse é um dos objetivos principais dos Estudos Estratégicos. Os Estudos Estratégicos não podem prescindir, portanto, de um conhecimento básico sobre os instrumentos que viabilizam o uso da força pelo Estado:

as Forças Armadas e sua Base Logística, notadamente os aspectos de CT&I de interesse da Defesa, das demais áreas da sociedade, haja vista sua multidisciplinariedade.

Não há dúvidas de que o Estado é o agente por excelência da formulação dos Estudos Estratégicos, do planejamento e da ação estratégica. Desse modo, a política é a essência epistemológica da área. Os Estudos Estratégicos, em sentido *estrito*, se preocupam com o uso da força pelas comunidades políticas nas suas relações. Logo, não é possível separar estratégia e política, já que a primeira funciona como uma ponte entre meios militares e objetivos políticos.

O surgimento da área, em meados do século XX, nos países centrais, retrata a importância que estes dão à sua Defesa Nacional, diferentemente de Estados com menor poder sistêmico que, por muitas vezes, relativizam ou submetem suas soberanias em alinhamentos diretos e ideológicos a outros países com maior poder, em busca de barganhas ou, simplesmente, para subordinar sua Defesa a esses Estados. É importante ressaltar que independente de posicionamentos políticos divergentes, deve-se entender iniciativas de busca por mais autonomia e independência como salutares aos valores de Estado.

O crescimento da área a partir do final dos anos 1970 no Brasil retrata atraso em relação às grandes potências. A redemocratização impulsionou a criação de centros de Estudos Estratégicos pelo país, em um *boom* de análises sobre a aplicação do poder militar para a resolução de controvérsias e da relação civil-militar.

Sobre a diversidade das propostas apresentadas pelos estudiosos brasileiros da comunidade dos Estudos Estratégicos na última década, ressalta-se o interesse crescente em procurar novos caminhos, paralelamente à sintonia com assuntos cada vez mais necessários ao debate estratégico nacional. Percebe-se, ainda, que estilos de investigação que recusam a mera importação de esquemas interpretativos estão cada vez mais sendo desenvolvidos. Há preocupação com a originalidade teórica e conceitual para o exame das questões nacionais.

Quanto às perspectivas de crescimento da área, o surgimento de novos centros de estudos e pesquisas em Estudos Estratégicos vem em um crescente desde a última década. Resta saber, se o crescimento continuará atrelado a Instituições de Ensino civis e militares, ou haverá uma dissociação motivada pela distribuição de recursos nessas instituições, em face de possíveis desequilíbrios na “trindade”: governo, forças armadas e sociedade (academia). Na

atualidade, há baixa presença de especialistas civis em instituições de burocracias militares e em áreas estratégicas do governo federal. Deve-se, portanto, prover uma inclusão cada vez maior desses estudiosos de Estudos Estratégicos na Defesa Nacional, em funções de assessoramento político-estratégico no governo federal para auxiliarem na resolução das grandes questões nacionais, acompanhando as tendências experimentadas pelas sociedades mais desenvolvidas e das grandes potências mundiais e emergentes. O Brasil ainda está em um patamar muito distante desse ideal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond. **Pensar a Guerra, Clausewitz**. Brasília: Editora da UnB, 1976.

_____. **Guerra e paz entre as nações**. São Paulo: Imesp; Brasília: Ed, UnB, 2002.

AYOOB, Mohammed. **The Third World Security Predicament**. Boulder, C.O.: Lynne Rienner Publishers, Inc., 1995.

BAYLIS, J.; WIRTZ, J. **Strategy in the contemporary world**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD-35-G-01**. Glossário das Forças Armadas, Brasília, DF, 2007.

_____. Decreto Legislativo n 373 de 2013. **Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa**. Congresso Nacional – Mensagem N.83, de 2012 (Mensagem n° 323, de 17 jul. 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRODIE, B. **War and Politics**. London: Cassel, 1973. *apud* BAYLIS, J.; WIRTZ, J. **Strategy in the contemporary world**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

BUZAN, Barry, WAEVER, Ole e WILDE, Jaap de. **Security: a New Framework for Analysis**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CASTRO, Flávia Rodrigues de. **Soberania e Segurança Humana: um estudo a partir do Haiti e de Nova Orleans**. (Monografia). Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal Fluminense, 2013.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Traité de stratégie**. Paris: Economica, 2003.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. **A Produção do Conhecimento: Poder, Política e Defesa**

Nacional. In: ROCHA, Márcio (Org.) **Política, Ciência & Tecnologia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Universidade da Força Aérea (UNIFA), 2009.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. **Globalização, Neoliberalismo e a Estratégia do Poder: os jogos não são feitos**. Trabalho apresentado na mesa sete: Implicações estratégicas e comerciais no cenário mundial. Seminário Internacional Hegemonia e Contra Hegemonia: os Impasses da Globalização e os Processos da Regionalização. Rio de Janeiro, V.22, 2003.

_____. Os Estudos Estratégicos, a Defesa Nacional e a Segurança Internacional. In: LESSA, Renato (Org.). **Horizontes das Ciências Sociais: Ciência Política**. São Paulo: Discurso Editorial, 2010.

_____. Os Estudos Estratégicos como área do conhecimento científico. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, 2015a, v. 2, n. 2, p.107-124.

_____. **Pensamento Estratégico Brasileiro – Discursos**. Rio de Janeiro: Editora Luzes – Comunicação, Arte & Cultura. 2015b.

GRAY, C.S. *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press, 1999. *apud* BAYLIS, J.; WIRTZ, J. **Strategy in the contemporary world**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Capitalism and Modern Social Theory**. Cambridge: Cambridge University Press. 1971

HART, Basil H. L. **As Grandes Guerras da História**. São Paulo: IBRASA, 1991.

HUNTINGTON, Samuel Philips. The clash of civilizations? **Foreign Affairs**, v. 72, n. 3, Summer 1993.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**, v. 5, 2003.

MOREIRA, William de Sousa. Estudos Estratégicos – Epistemologia, Crítica e Novas Abordagens. **IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED-IV)**. Brasília, 2010.

_____. **Palestra para o Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores – CEMOS 2013** – Escola de Guerra Naval (EGN). Rio de Janeiro. 2013.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os Estudos Estratégicos e a academia brasileira: uma avaliação. In: Research and Education in Defense and Security Studies (REDES), **Panel on Strategic Studies, Anais**: Center for Hemispheric Defense Studies, Washington DC, 2001.

OSGOOD, Robert Endicott e TUCKER, Robert W. **Force, Order, and Justice**. Johns Hopkins Press, 1967.

PARET, Peter. **Construtores da estratégia moderna**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. Tomos 1 e 2.

RUDZIT, Gunther e NOGAMI, Otto. Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise. **Revista Brasileira de Política Internacional**. V.53, 2010, p.5-24. Disponível em:<http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/10168/art_RUDZIT_Seguranca_e_Defesa_Nacionais_conceitos_basicos_para_2010.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 jun. 2016.

TOYNBEE, A. J. **O mundo e o Ocidente**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. **Política Externa, Política de Defesa e Cooperação Sul-Sul como Grande Estratégia na África Ocidental: um Estudo de Caso em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe**. Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança-PPGEST-UFF, 2017.

O AIRBNB E AS REPRESENTAÇÕES COLETIVAS: QUANDO O VÍNCULO SOCIAL É MARCADO PELO DESEMPENHO

Greice Martins Gomes¹

Resumo

Este estudo buscou revisitar um conceito clássico da sociologia - o de representações coletivas (DURKHEIM, 2002) - relacionando-o a cenários contemporâneos. De forma que, é a partir da seguinte pergunta que este projeto se desenvolve: de que forma organizações on-line, como o Airbnb, podem influenciar na construção de representações coletivas sobre os serviços que oferecem? O presente trabalho, fruto de uma dissertação de Mestrado², foi realizado comparando-se 160 comentários on-line de usuários do Airbnb das cidades de Porto Alegre (Brasil) e Coimbra (Portugal). A fim de alcançarmos o objetivo geral ao qual nos propomos que é compreender de que forma organizações on-line podem influenciar na articulação dos estados mentais das coletividades, foram traçados objetivos específicos a serem perseguidos quais sejam: a) elaborar um panorama, com base em dados históricos, que permitam comparar as representações coletivas que incidem sobre os serviços de hospedagens, b) identificar elementos que subsidiem a estruturação das representações atuais, c) observar como e se isso se mostra presente nos textos on-line advindos do material de coleta e d) compreender quais as relações entre processos atuais de (re)organização do sistema social e econômico e o fenômeno observado. Dentre os principais resultados destacamos a discussão proposta quanto ao processo de adaptação do sistema capitalista as críticas e a influência de lógicas algorítmicas nas dinâmicas sociais atuais.

Palavras Chaves: Representações coletivas, adaptação do capitalismo as críticas, matching algorítmico.

INTRODUÇÃO

A tecnologia tem um papel-chave ao produzir o que consideramos o bem-estar no mundo moderno à medida que se encontra amplamente relacionada ao consumo e a formação de valores coletivos (SWEDBERG, 2004). É partir desta percepção que se inscreve o objetivo

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestrado Sanduíche pela Universidade de Coimbra, Portugal (UC). E-mail: greice.martins.gomes@gmail.com. Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

² Conforme publicação original: GOMES, Greice Martins. *Algo dita o ritmo! O Airbnb e as representações coletivas: quando o vínculo social é marcado pelo desempenho*. 2019. 112 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPel), Pelotas, 2019. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/producaoeventos/dissertacoes/turma-2017/>

geral deste estudo que é compreender como se dá a influência de instituições contemporâneas na organização das coletividades, assim como, se alicerça a questão norteadora deste trabalho que traz a seguinte indagação: de que forma organizações on-line como o Airbnb podem influenciar na construção de representações coletivas sobre os serviços que oferecem? Como forma de investigação circunscrevemos quatro objetivos específicos a ser perseguidos: a) elaborar um panorama, com base em dados históricos, que permitam comparar as representações coletivas que incidem sobre os serviços de hospedagens, b) identificar elementos que subsidiem a estruturação das representações atuais, c) observar como e se isso se mostra presente nos textos advindos do material de coleta e d) compreender quais as relações entre processos atuais de (re)organização do sistema social e econômico e o fenômeno observado. Tal investigação foi desenvolvida a partir de 160 comentários on-line publicados no Airbnb e, utilizando-nos do método de Análise de Conteúdo, buscamos comprar as narrativas de duas localidades sendo elas Porto Alegre, no Brasil, e Coimbra em Portugal.

O AIRBNB: VINHO VELHO EM GARRAFAS NOVAS?

Uma resposta possível a esta questão seria: sim e não. Sim, se considerarmos que a ideia por trás do Airbnb não é nova, visto que concepções de hospedagem que não sejam exatamente um hotel já existem há longa data. Não, se ponderarmos que não se trata de um modelo usual, já que acontece dentro de residências particulares, no interior da vida privada, mediado por uma plataforma digital. Fundado em 2008 nos Estados Unidos, o Airbnb é uma organização virtual de hospedagens domésticas presente em 191 países, opera em mais de 65.000 cidades do mundo e possui mais de quatro milhões de anúncios de residências para locação por temporada (AIRBNB, 2019)³. Atua sobre uma lógica de empresas de Economia Colaborativa utilizando-se de um modelo de negócios P2P⁴, ou seja, de pessoa para pessoa, no qual é concedido o acesso temporário a ativos físicos considerados subutilizados, como uma casa, um carro, uma

³ Disponível em: < <https://www.airbnb.com.br/trust> > Acesso em: 10 de abr. de 2019

⁴ Do inglês *peer-to-peer* (de pessoa para pessoa). No modelo P2P existe a mediação de uma organização, mas são os *usuários que negociam entre si*. No Airbnb o modelo P2P ocorre à medida que temos ao menos duas pessoas negociando, ou seja, de um lado o anfitrião o qual possui uma residência e do outro temos o hóspede o qual deseja pagar para permanecer no local.

ferramenta, em troca de dinheiro (SCHOR, 2017). A repercussão de organizações como o Airbnb não pode ser minimizada, visto seu potencial de impactar, bem como promover, mudanças em modelos econômicos até então vigentes com e.g., a recente adaptação da rede InterContinental Hotels Group que passou a direcionar sua atenção para oferta de hospedagens via sites on-line como TripAdvisor.com ou ainda o Grupo AccorHotels que lançou em 2016 uma nova marca chamada Jo & Joe⁵ a qual mistura características semelhantes a albergues. Adiciona-se, aqui, o fato do aplicativo possuir atualmente quatro milhões de anúncios, o que corresponde a mais do que o número de leitos das cinco maiores redes hoteleiras do mundo somadas.⁶

REPRESENTAÇÕES COLETIVAS: PRODUTO DE UMA SÍNTESE

Neste estudo nos propomos a revisitar um conceito clássico durkheimiano, o de representações coletivas (DURKHEIM, 2002), e para tanto nos apoiamos no consenso existente em torno de sua importância no pensamento sociológico. Tal articulação nos parece relevante para olharmos o momento atual, pois remete ao fato de como os indivíduos, a partir de seu entendimento pessoal, constroem os engendramentos do social. A noção de representação coletiva fundamenta-se a partir de uma associação de ideias, uma fusão de pensamentos individuais que formam um elemento único, uma maneira coletiva de pensar, sentir, entender o mundo a sua volta. As representações coletivas surgem como uma forma de explicação do universo social que pode abarcar uma grande gama de coisas, i.e., qualquer objeto que possa ser mentalmente construído. Mas, em fim, como podemos entender tal conceito? Iniciemos refletindo sobre a palavra “cozinha”. O termo remete a descrição verbal de um lugar físico; uma cozinha será entendida como parte ou divisão de uma casa usada para o preparo dos alimentos e normalmente constituída por elementos tais como fogão, micro-ondas, pia e refrigerador,

⁵ Segundo informa em seu site: “O JO&JOE completa o portfólio de marcas econômicas do grupo Accor, oferecendo soluções feitas sob medida para uma vasta comunidade internacional, *que valoriza o espírito colaborativo de comunidade*”. Disponível em: <<https://www.revistahoteis.com.br/accorhotels-apresentanova-marca-jojoe/>> Acesso em: 19 de jun. de 2019

⁶ Conforme o boletim das maiores empresas hoteleiras no mundo divulgado pela STR Global, líder mundial em coleta análise de dados do mercado hoteleiro. Dados até o ano de 2016. Disponível em: <<https://www.strglobal.com>> Acesso em: 19 de jun. de 2019

sendo assim, podemos argumentar que uma representação coletiva designa um objeto, signo, ideia ou ainda imagem que mantém uma relação de correspondência com certa realidade. Ela é fruto de um conjunto de relações entre os indivíduos que acaba ganhando certa autonomia e tornando-se externa a eles. Impõe-se às pessoas na forma de crenças, de práticas religiosas, de regras morais, e acaba por adquirir um caráter de obrigações e de preceitos, ou seja, uma representação coletiva é algo que passa a ditar um comando, ou mesmo uma proibição, para realizarmos determinada ação ou mesmo omissão (DURKHEIM, 2002).

OS SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E SUAS REPRESENTAÇÕES

Vivenciamos tempos de fluxos globais complexos, fruto de mudanças nos cenários econômicos e tecnológicos e transformações socioculturais. Atualmente, na base da infraestrutura do turismo, além das estruturas de transportes, que permitam o viajante se deslocar, destacam-se as estruturas de hospedagens (hotéis, pousadas, colônias de férias, resorts, hotéis-fazenda e etc.) como elementos chave, pois sem onde se hospedar, dificilmente há como se dar a permanência temporária de determinada pessoa em certo lugar. Para falarmos sobre estes estabelecimentos e as representações coletivas ligadas a eles, traçaremos um breve caminho a partir de dois momentos, sendo um primeiro que se inicia a partir dos anos setenta, oitenta e um segundo momento que se evidencia a partir do século XXI.

Em uma primeira conjuntura, de acordo com Molina (2003), iniciada a partir dos anos setenta e oitenta, ocorre o desenvolvimento de um turismo de massa marcado pelos grandes fluxos turísticos internacionais e domésticos, propiciado, entre outras coisas, pela ampliação da tecnologia de transportes, telecomunicações e construção civil, isso especialmente em um contexto norte-americano e em grandes centros Europeus. Esta fase tem características dentre as quais se destacam o pouco relacionamento com moradores locais, contato com cenários muitas vezes readaptados para usufruto de fins turísticos, determinação e influência sobre os destinos por parte de agentes de viagem e um enfoque, por parte das empresas turísticas, baseado em estratégias de aliança e fusões. Foi a partir deste período que a atividade turística tomou novos rumos, novos caminhos e possibilidades e os viajantes passaram a ser vistos em todo o mundo, em grande quantidade e pelas razões mais diversas. O turismo massivo contou

com inúmeros fatores que contribuía para o seu crescimento, segundo Rejowski (2002) entre eles a consolidação do poder aquisitivo de amplas camadas da população em países ocidentais, maior interesse em conhecer outros povos e civilizações impulsionado pela expansão da educação e da cultura, desejo de evasão, descanso e recreação, maior desenvolvimento e acesso à tecnologia principalmente dos transportes (trens, aviões, navios, carros), incremento da publicidade e aplicação de técnicas de marketing aumentando a motivação especialmente para as atividades de lazer. O que vemos trata-se, portanto, de uma (re)configuração das organizações turísticas que nasce de um contexto econômico e social, especialmente em países com maior grau de desenvolvimento socioeconômico, com excedente de capital financeiro e recursos humanos qualificados (MOLINA, 2003). O que se observa, também em evidência neste cenário, é uma ordem de legitimidade instaurada pelos guias de turismo e fabricada por especialistas (SARTORE, 2017, p. 332) fruto direto da expansão das agências de turismo. A representação coletiva ligada aos serviços de hospedagens encontra-se ligada, a partir dos anos 70,80 a um modelo de turismo e de hospedagem estandardizados, formal, impessoal, relacionado ao consumo de massa e dependente das grandes redes hoteleiras que despontam como exemplos de produtos da modernidade social.

É a partir do século XXI que uma nova representação coletiva entra em cena e adiciona-se ao quadro das já existentes sobre os serviços de hospedagem. Naturalmente, ela não surge do nada e para que seu florescimento seja possível, elencamos um fator em especial, fruto das tendências socioeconômicas contemporâneas, na tentativa de dar respostas possíveis sobre as bases para esta transformação de um sentido social e também das subjetividades. Este fator nos remete ao surgimento de empresas de Economia Colaborativa que trazem consigo noções como pessoalidade, informalidade, intimidade, proximidade, confiança, ações coletivas, isso construído a partir de uma percepção de comunidade. Desenvolve-se então outra perspectiva de consumo, diferenciada, mais personalizada e menos padronizada. Quanto aos serviços de hospedagens, destaca-se uma valorização em prol da experiência de estar/sentir-se como um morador local, de busca por algo diferenciado, único e potencialmente diferente de uma vivência formal de um hotel. Neste contexto, conforme colocam Jeacle e Carter (2011), surge a imagem do ‘viajante independente’ que busca por novas maneiras de replicar a confiança que foi anteriormente investida na interação face-a-face com um sistema especialista que estava na

figura do agente de viagens. Este é um viajante que rejeita os serviços de seu agente de viagens local em favor de uma abordagem do tipo "faça você mesmo" tanto para os arranjos de férias quanto para as viagens corporativas. Este desenvolvimento criou inevitavelmente repercussões quanto ao destino do agente de viagens e do operador turístico. Um meio cada vez mais popular pelo qual este viajante busca por fontes seguras e garantia quanto aos lugares que vai se hospedar é, agora, justamente acessando recomendações pessoais em sites que permitem a avaliação de seus locais e que vem a revolucionar a maneira pela qual as recomendações sobre destinos de férias passam a ser discutidos e divulgados (LITVIN; GOLDSMITH; PAN, 2008). De forma que, como coloca Sartore (2017), são agora as plataformas on-line que se tornam um espaço simbólico e legítimo para representar as transformações dos estados mentais que perpassam nossa sociedade contemporânea.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Partindo-se da proposição de que as representações coletivas são “coletivas”, pois se manifestam como o resultado das interações entre as pessoas (DURKHEIM, 2002), entendemos que as avaliações on-line de usuários do Airbnb - unidades de significado aqui investigadas através do método de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) - trazem informações que refletem sobre uma interação e, por isso, podem ser vistas como dispositivos capazes de relevar estados mentais que irrompem em certas dinâmicas sociais. O presente estudo foi realizado com base em 160 avaliações on-line, publicadas no aplicativo em questão, comparando-se duas localidades, sendo elas: Porto Alegre, no Brasil, e Coimbra em Portugal. Optamos em realizar a análise e discussão dos resultados a partir de duas linhas argumentativas. A primeira observa o fato de que ao inserir-se em um ideário de comunidade, ancorando-se nas narrativas que sugerem a partir de novas formas socioeconômicas como a Economia Colaborativa, o Airbnb articula a construção de uma representação coletiva que se estrutura com base na valorização da proximidade entre os pares. Já quanto à segunda linha argumentativa propomos uma reflexão mais ampla a partir de noções como o processo de adaptação do sistema capitalista às críticas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009) e o conceito de matching algorítmico de Philippe Steiner (2017).

CONSTRUÇÃO DE UM IDEÁRIO: A PROXIMIDADE

Empresas como o Airbnb, para sustentar uma imagem dita ‘colaborativa’, bem como fundamentar sua autoconceituação como empresas pertencentes a uma Economia Colaborativa, definem-se como comunidades (on-line)⁷. Ao realizar este movimento estratégico-narrativo o Airbnb acaba por fomentar uma representação coletiva que se estrutura na valorização de constructos relacionados à proximidade entre seus participantes, o qual surge como categoria central em nossa análise.

No que tange à proximidade, observemos que ela refere-se a “propriedade ou atributo daquilo que é familiar; em que há intimidade”⁸. A palavra proximidade tem como seus sinônimos na língua portuguesa, expressões tais como: descontração, convívio e informalidade⁹; da mesma forma que proximidade é o oposto de formalidade, etiqueta, cerimônia, cerimonial, protocolo, seriedade¹⁰. O que parece significativo se considerarmos os elementos introduzidos no início deste material, sobre o surgimento de representações coletivas de serviços de hospedagem que emergem justamente a partir de uma busca por um distanciamento de modelos anteriores, relacionados a um turismo de massa, padronizado, formal e protocolar.

Durkheim (2002) afirma que a linguagem - considerando-se neste estudo, em particular, a de caráter textual - é o resultado da elaboração coletiva e expressa o modo pelo qual dada sociedade concebe e percebe o mundo que a cerca. Não obstante, uma representação coletiva pode ser vista não como um puro reflexo das determinações objetivas, mas um sistema de interpretação de uma relação ou de um tipo de realidade social que associa um conjunto de elementos de diferentes naturezas (DURKHEIM, 2002), podendo ser eles: cognitivos, sociais, afetivos e valorativos. Assim, à medida que as avaliações escritas trazem narrativas que

⁷ Em seu site: o que é o Airbnb e como ele funciona? [Somos] uma comunidade baseada no compartilhamento. Disponível em: <https://www.airbnb.com.br/help/article/2503/what-is-airbnb-and-how-does-it-work>. Acesso em 19 de maio de 2019.

⁸ Dicio, Dicionário Online de Português, Significado da palavra proximidade. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/proximidade/> Acesso em: 30 de nov. de 2018.

⁹ Dicionário de sinônimos. Sinônimo da palavra proximidade Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/proximidade/> Acesso em: 30 de nov. de 2018.

¹⁰ Dicionário de antônimos. Antônimo da palavra proximidade. Disponível em: <https://www.antonimos.com.br/proximidade/> Acesso em: 30 de nov. de 2018.

remente a laços de proximidade isso revela que ocorreu uma articulação sobre o conteúdo simbólico que é esperado neste meio. Esta dinâmica torna-se mais do que uma construção estratégica, organizacional e de mercado, ela passa a ser uma construção de valor, ou seja, é algo que passa a conferir prestígio, qualidade, relevância ou importância, logo, torna a participação dos atores legítima. Mas como uma construção de laços de proximidade se mostra nas avaliações investigadas? Através de narrativas que trazem em sua maioria três aspectos centrais: a) a valorização da copresença, b) necessidade de se criar vínculos e conexões locais e c) destaque de atributos óbvios, como abordaremos, de forma sintética, a seguir.

A ‘valorização da copresença’ que se mostra na evidente necessidade dos hóspedes falarem sobre as interações que tiveram com o anfitrião para além do lugar que é locado. Ao que se refere à necessidade dos hóspedes de se escrever, reportar e dar ênfase sobre o relacionamento que vivenciaram (valorização da copresença) identificamos que aproximadamente, sete em cada dez comentários on-line, tanto na cidade de Porto Alegre quanto na cidade de Coimbra, falam sobre a relação com os anfitriões. Esta relação se estende para comentários que remetem aos vínculos com os familiares do anfitrião (pais, mães, filhos, vizinhos, parentes) e ou com seus animais de estimação (gatos, cachorros). Além disso, ao que parece, não basta apenas falar sobre aquele que recebe é preciso falar “coisas boas” sobre o anfitrião. De forma que o que observamos nos remetem as mais variadas formas de enaltecimento e reconhecimento. Quanto a isso, observamos que entre as palavras¹¹ mais utilizadas nos comentários de Porto Alegre, para se referir à pessoa do anfitrião e ou sua família, os comentários on-line reproduzem expressões como: dispostos, agradáveis, queridos, simpáticos, educados, hospitaleiros e atenciosos. Já entre as palavras mais utilizadas nos comentários de Coimbra, para se referir ao seu anfitrião, os comentários on-line destacam expressões como: simpáticos, atenciosos, alegres, hospitaleiros, acolhedores, gentis e receptivos.

O elemento que chamamos de ‘necessidade de se criar vínculos e conexões locais’ relaciona-se, entre outras coisas, ao fato dos usuários escreverem em seus comentários palavras ou expressões tais como “voltaria, voltarei, até a próxima, até mais, até breve...”, como o que o

¹¹ E seus derivados, que podem alterar em gênero ou número, mas remetem ao mesmo radical, e.g, a categoria ‘hospitaleiros’ agrega palavras como: hospitaleira, hospitaleiras, hospitaleiros, e ainda nos trataram com hospitalidade.

pode ser evidenciado, através da presença de tal conteúdo, em mais de 20% dos comentários, em especial na cidade de Porto Alegre. Argumentamos que isso revela sobre um possível interesse de se construir redes de relação¹², sendo este, também um elemento que remete a criação de vínculos, de correlação, ou seja, relacionado à questão da proximidade.

O último elemento, ou subcategoria, optamos chama-lo de ‘destaque ao óbvio’¹³. O destaque ao óbvio aqui se refere à valorização de algo que seria irrefutável e revela a ligação destas (novas) representações ao informal, o que vem a evidenciar uma ruptura com antigos aspectos ligados ao privado e ao institucional. Esta construção coletiva atual retira parte do conteúdo formal que havia nas representações anteriores, e com isso corrobora para uma redução das expectativas para aquele que irá se hospedar. Ou seja, ao estar dentro da casa de outra pessoa - em um ambiente doméstico, e não institucional - os hóspedes pareceram demonstrar expectativas mais baixas em relação aos serviços pelos quais contratariam através de uma rede hoteleira. Isto se revela ao observarmos que tanto em Porto Alegre quanto em Coimbra, cerca de três de cada dez pessoas escreveram ao menos a palavra “limpo” no conteúdo dos seus comentários. De tal sorte que aspectos como limpeza, organização, o que seria de certa forma uma exigência mínima para se estar em um hotel, aqui aparecem como vetores suficientemente relevantes para serem destacados nos escritos. Destacar o que seria o óbvio, ou seja, aquilo que todos valorizam, surge como um artifício que, entre outras coisas, evita controvérsias ou polemização. Afinal, o fato do lugar de hospedagem estar limpo ou organizado é algo apazível e, evidentemente, isso não semearia nenhum elemento de discórdia, pelo contrário. O óbvio é algo, cujo teor é de fácil entendimento, ele salta aos olhos por ser suficientemente claro e evidente, aparece como um elemento que não é suscetível a dúvidas, sobre o qual não há incerteza, ele é evidente ou mesmo incontestável. Logo, as representações coletivas precisam de coesão em seu conteúdo e exaltar qualidades óbvias, como a limpeza de

¹² Mesmo que este tipo de comentário possa ser uma forma polida de se afirmar que o local foi agradável o suficiente e que supriu as expectativa do contratante ainda sim, revela um cuidado e atenção com quem recebe, estabelecendo-se assim não necessariamente redes de contato no sentido físico do retorno ao lugar, mas redes de afinidades e reconhecimento a partir de laços afetivos.

¹³ Optamos por utilizar a palavra ‘óbvio’ no sentido de uma qualidade evidente como e.g., o aspecto “limpo”. Um lugar limpo é algo que é evidente (está ou não está, é ou não é). Podemos dizer que existem tipos de limpeza, níveis de limpeza, contudo se um lugar, um quarto, uma casa estão limpos isso de maneira geral isso é notório, perceptível, pois é uma convenção social seja ela em Porto Alegre, seja ela em Coimbra conforme mostrou-se ao longo da investigação.

um lugar onde se hospeda, serve como componente articulador para um sentido muito mais de coesão do que de coerência na construção de um pensamento coletivo.

DA ADAPTAÇÃO DO CAPITALISMO AS LÓGICAS ALGORÍTMICAS

Conforme afirmam Boltanski e Chiapello (2009) o ‘espírito do capitalismo’ é uma construção coletiva que justifica o engajamento, não só apresentando benefícios individuais, mas também vantagens coletivas definidas como ‘bem comum’. Argumentamos, neste sentido que narrativas de proximidade despontam como elementos estruturantes para uma representação coletiva sobre os serviços atuais de hospedagem, consolidados a partir de meios virtuais. Construir um ideário de proximidade poderia ser visto como uma adaptação fruto do impacto da crítica às representações coletivas anteriores e que se consolidam nesta nova narrativa, através dos comentários on-line motivados pela emoção e pelos afetos. Elementos estes que são (re)significados e readaptados através do que seria justamente a capacidade de assimilação e adaptação do sistema capitalista a críticas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Assim, à medida que estes escritos trazem elementos de interação, de relação, de intimidade e cuidado, tudo foi articulado conforme esperado neste meio, ou seja, conforme a representação coletiva ali presente.

Já Boltanski e Esquerre (2017) chamam a atenção para uma mutação recente do capitalismo. Especificam o processo de desindustrialização como elemento chave para entendermos o nascimento do que irão chamar de uma Economia do Enriquecimento. A Economia do Enriquecimento revela sobre uma nova maneira de valorizar os bens e tem a distinção de se concentrar nos mais ricos. Um dado identificado na pesquisa revela e.g., que são em bairros considerados nobres ou “da moda”¹⁴ que se concentram os locais de hospedagem do aplicativo. A Economia do Enriquecimento trata-se de um modelo econômico repousa menos na produção de coisas novas e está mais centrado em enriquecer as coisas que já existem (BOLTANSKI, L.; ESQUERRE, 2017). Aqui uma possibilidade para pensarmos sobre o

¹⁴ Consideramos, neste estudo, bairros da moda como aqueles que são reconhecidos pela população local por suas opções de entretenimento como feiras, livrarias, cafés, eventos culturais. O bairro ‘Cidade Baixa’ em Porto Alegre é um exemplo; sendo hoje um local frequentado por estudantes, artistas, intelectuais, artesãos entre outros. O mesmo ocorre em Coimbra no chamado bairro da ‘Baixa’.

porquê, o que antes poderia ser visto como um ‘modelo de pensionato’, ou seja, receber pessoas em um ambiente doméstico em troca de dinheiro se torna, em certa medida, algo desejável e valorizado através de sistemas como o Airbnb.

O dispositivo narrativo constitui a ferramenta mais importante da Economia de Enriquecimento, também chamado de storytelling em marketing, e visa criar uma singularidade. Neste modelo, a forma de tendência de valor não depende apenas desta apresentação analítica dos objetos, mas de uma narrativa, que é orientada para o presente e se concentra em ‘atores significativos’ vistos como as celebridades (BOLTANSKI, L.; ESQUERRE, 2017). Podemos refletir, neste sentido, que as avaliações on-line melhor classificadas no Airbnb tornam-se ‘celebridades’ no que tange ao fato de serem imitadas, desejadas pelos outros ofertantes, bem como passam a ser objeto de apreciação por parte dos demandantes. As representações coletivas, neste estudo, centram-se, na ideia de proximidade e ao atingirem tal substância ocorre, então, uma sintonia entre o que é esperado neste meio e o que está sendo oferecido.

Isto posto, é fato que nos ancoramos na perspectiva que o que se vê remete a uma reorganização do capitalismo às críticas de outrora, mais especificamente as que remetem a um turismo marcado pela impessoalidade e padronização. Como resultado, irrompem-se novas formas de hospedagem ofertadas como mais inovadoras, criativas, que dizem celebrar a experiência de se estar em dado local como um nativo, que sugerem sobre um melhor aproveitamento de recursos e demais fatores já discutidos. É por meio disso que organizações como Airbnb despontam como sendo algo moderno, cult, desejável e em ampla expansão ao redor do mundo, haja vista os números que o próprio Airbnb apresenta em termos de abrangência de seu modelo de negócio. Contudo, consideramos que outro elemento deva ser contextualizado nesta discussão e ele diz respeito às lógicas algorítmicas. Nosso argumento neste sentido é de que, na contemporaneidade, a influência algorítmica é um fator que também deve ser considerado na organização das representações coletivas.

Iniciemos refletindo que, para lidar com grandes volumes de dados¹⁵, empresas que atuam com base em plataformas digitais, utilizam-se de algoritmos afim de que seja possível o

¹⁵ O Airbnb administra continuamente com os dados de mais de três milhões de acomodações ao redor do mundo (AIRBNB, 2018).

gerenciamento das informações as quais lidam continuamente. Algoritmos¹⁶ utilizam basicamente cálculos e estatísticas mescladas às funções de máquinas, que acabam por ser utilizadas para conduzir a ação dos indivíduos e por isso, carregam consigo a capacidade de fomentar um novo regime de produção de subjetividades. Neste sentido, segundo Kitchin (2014), é possível que estejamos entrando em uma era de governança¹⁷ algorítmica em que os algoritmos desempenharão um papel cada vez maior no exercício da influência e do arbítrio; um meio pelo qual automatizar o disciplinamento e o controle das sociedades só faz aumentar a eficiência na acumulação de capital. A base para tanto se ampara na ideia de se obter ganho investindo-se o menos possível, ou seja, otimizando formas de alocação de recursos, sendo que os algoritmos têm um papel importante neste processo (STEINER, 2017). E de que forma este tipo de influência algorítmica se revela presente nesta investigação? Uma forma de observar isto remete a quase inexistência de avaliações que contenham críticas. Neste sentido, observou-se que dentre as 160 avaliações analisadas apenas duas críticas foram identificadas, uma pertinente à cidade de Porto Alegre e outra a Coimbra, o que leva a um total de aproximadamente 99% das avaliações com um viés de positividade. Mesmo nestes dois comentários, mesclam-se outros elementos, que retiram parte do conteúdo de queixa ou depreciação. E qual poderia ser uma possível relação entre a quase inexistência de críticas e as influências algorítmicas?

Como uma tentativa de darmos conta desta questão utilizamo-nos do conceito de matching de Philippe Steiner (2017). De acordo com este autor, uma economia baseada em matching é um fenômeno social atual que se centra na ideia de encaixar preferências, ou seja, aquilo que os atores esperam em determinado meio e, conforme argumenta, muitas plataformas estão atuando desta forma globalmente. A dimensão do matching (algorítmico) remete a formas de governança sobre os indivíduos. Ela é impulsionada pela “otimização”, no sentido que a questão não é sobre comportamentos proibidos que devem ser rastreados, tornados ilegais e em seguida erradicados, mas sim, ela trata-se de formas de otimização, tem a ver com alocação

¹⁶ Um algoritmo é comumente usado para desempenhar determinado conjunto de regras que uma máquina (e especialmente um computador) segue para atingir um objetivo específico e, não obstante, as organizações os utilizam para promover seus interesses. De forma que os algoritmos mais do serem considerados sistemas de codificação capazes de trazer informações com precisão e efetividade ao nosso dia a dia podem também ser utilizados para manipular condutas e comportamentos (STRIPHAS, 2015).

¹⁷ O termo governança, para este autor, é retirado de ‘governamentabilidade’ de Michel Foucault.

entre aquilo que as pessoas procuram e os recursos que melhor possam atender-las (STEINER, 2017). O que argumentamos, portanto, caminha para uma perspectiva de que esta alocação de recursos (previamente) feita pelo Airbnb gera uma dinâmica entre pares que congregam de uma representação coletiva comum e, portanto, menos propensos a dinâmicas contraditórias.

CONCLUSÕES

Em busca de respostas para a questão que norteia este trabalho, qual seja: de que forma organizações on-line como o Airbnb podem influenciar na construção de representações coletivas sobre os serviços que oferecem? traçamos alguns caminhos analíticos. Eles se iniciam com a delimitação sobre o conceito de representações coletivas a partir de seu fundador na sociologia, Émile Durkheim (2002), até o desenho de como podem ser observadas, quando relacionadas a serviços de hospedagem. Tal abordagem foi realizada através de um paralelo histórico e pode ser sintetizada, conforme tabela a seguir.

Tabela 1: Comparativo das representações sobre serviços de hospedagem

| Final do século XX | A partir do século XXI |
|--|--|
| Experts: Especialistas das agências, guias impressos. | Experts: próprios usuários que deixam recomendações on-line |
| Modelo Padronizado - Turismo de Massa | Proposta Informal - "Faça você mesmo" |
| Agenciadores: grandes conglomerados (redes hoteleiras) | Agenciadores: aplicativos on-line |
| Público: comprador de pacotes de viagem | Público: viajante independente |
| Características: formalidade, impessoalidade, consumo de massa. | Características: pessoalidade, intimidade, proximidade, ações coletivas. |
| Impulsionadores: Melhorias dos meios de transporte, barateamento de passagens aéreas, ações de marketing, solidez das empresas ofertantes. | Impulsionadores: Aprimoramento da internet (banda larga), facilidade de acesso a dispositivos tecnológicos (notebooks, smartphones), disseminação de aplicativos on-line, novas economias. |
| Ideia âncora: nível de atendimento, qualidade de serviços, padrão corporativo. | Ideia âncora: percepção de pertencimento a uma comunidade, compartilhamento. |

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Estas percepções coletivas apoiam-se em fundamentos, e quanto a isso, entendemos as novas economias, que ganharam força a partir do século XXI, como os possíveis constructos viabilizadores disto. Amparadas em percepções de compartilhamento, de uso versus posse e de crítica a modelos anteriores padronizados e menos inovadores, modelos socioeconômicos,

tal como o Airbnb, configuram-se e ganham forma amparando-se em uma ideia de comunidade afetiva. Ao fazer isso, conseguem agregar aos seus discursos institucionais, perspectivas que remetam a fazer parte de um ambiente comunitário - entre elas as narrativas relacionadas à proximidade - que estão relacionadas a um processo de adaptação do sistema capitalista às críticas em relação ao antigo modelo industrial, a um processo de enriquecimento de produtos outrora desvalorizados (BOLTANSKI, 2009, 2017) e, que, em última análise, que se unem por meio do *matching* algorítmico (STEINER, 2017). Entre os limites desta pesquisa está a investigação sobre como os algoritmos operam, visto que as inferências feitas aqui remetem a episódios que podem ser identificados enquanto possíveis influências. Não que um trabalho técnico de bits e bytes seja o meio de análise que estamos a sugerir, mas sim um escrutínio que caminharia muito mais quanto à própria formação de valor, o que pareceria particularmente profícuo de ser observado sob uma ótica e.g., de uma Sociologia da Valoração e Avaliação. Ponderamos também que este estudo observa as avaliações relativas aos serviços de hospedagens a partir de ambientes em que há a interação entre hóspedes e anfitriões. De forma que os resultados obtidos podem não se aplicar a outros cenários de hospedagem, nem a outros tipos de avaliações on-line, visto a diversidade de possibilidades que hoje existem, voltadas para as mais variadas áreas das atividades humanas. Os tempos mudam, as percepções individuais e a forma de relação com o coletivo também. Se hoje vivenciamos um período de influência digital em nossas vidas, isso impacta no modo como nos relacionamos, assim, entender como isto se dá, sugere a pertinência desta investigação bem como a de estudos futuros sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOLTANSKI, L.; ESQUERRE, A. **Enrichissement. Une critique de la marchandise**. Paris: Gallimard, 2017.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, (2009).

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

JEACLE, I; CARTER, C. In TripAdvisor we trust: Rankings, calculative regimes and abstract systems. **Acc. Organ. Soc.**, v.36, p. 293 -309, 2011.

KITCHIN, R. **Thinking Critically about and Researching Algorithms**. Republic of Ireland: Maynooth University, 2014.

LITVIN, S., GOLDSMITH, R.; PAN, B. Electronic word-of-mouth in hospitality and tourism management. **Tourism Management**, N.29, 458–468, 2008.

MOLINA, S. **Pós-Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

REJOWSKI, M. **Turismo no Percurso do Tempo**. São Paulo: Ed Aleph, 2002.

SARTORE, M. De Souza. A representação coletiva dos bares e restaurantes “pé-na-areia” produzida pelo dispositivo TripAdvisor: o caso de Aracaju-Sergipe. **TOMO**, Sergipe, n. 30, p. 3003-336, jan./jun. 2017.

SCHOR, J. Does the sharing economy increase inequality within the eighty percent? findings from a qualitative study of platform providers, Cambridge **Journal of Regions, Economy and Society**, v. 10, n. 2, p. 263–279, Jul. 2017.

STEINER, P. Economy as Matching. Archive ouverte en **Sciences de l'Homme et de la Société**, n. 129, p. 2-22, mar. 2017.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo social Revista de Sociologia da USP**, v. 16, n. 2, p. 7-34, 2004.

O PAPEL DAS REDES DE CIDADES NO FORTALECIMENTO DA PARADIPLOMACIA BRASILEIRA: O CASO DA REDE DE MERCOCIDADES

Felipe de Macedo Teixeira¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo o estudo do papel das redes de cidades para o fortalecimento da Paradiplomacia no Brasil, utilizando-se da Rede de Mercocidades como objeto central da análise. Como parâmetros para tal estudo, será analisada a Paradiplomacia municipal enquanto fenômeno das dinâmicas do federalismo, e cuja instrumentalização tem como um dos meios as redes de cidades. O caso das Mercocidades será analisado por uma perspectiva histórica, de forma a apontar como os campos de cooperação entre as cidades-membras atuam para o fortalecimento das demandas socioeconômicas das cidades brasileiras. Nesse sentido, pesquisa tem como referência teórica a interdependência complexa para análise da inserção de interesses subnacionais nas agendas externas dos países, e uma abordagem metodológica de cunho majoritariamente qualitativo, através da análise de documentos oficiais e da literatura especializada. Tal abordagem irá demonstrar como a criação de tal Rede, através de uma estrutura organizacional representativa proporcionou o crescimento do número de municípios participantes pelo estabelecimento de agendas de cooperação intermunicipal.

Palavras-chave: Paradiplomacia; Integração Regional; Rede de Mercocidades

INTRODUÇÃO

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) tem suas origens no processo de aproximação bilateral entre Brasil e Argentina, que continua sendo o eixo estratégico até a atualidade da articulação dos países do Cone Sul para construção do desenvolvimento regional e inserção no mercado internacional. Neste cenário, os atores subnacionais no Brasil vinham se mobilizando desde os anos 1980, na medida em que a globalização econômica se materializou no âmbito local. O processo de integração do Mercosul estimulou uma maior articulação dessas instâncias governamentais no intuito de alcançarem uma participação ativa no processo decisório da integração (JUNQUEIRA; MARIANO, 2018, p. 339). Pode-se apontar que tanto a Rede de

¹ Mestrando em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS; E-mail: fnt1996@hotmail.com; Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

Mercocidades quanto o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos foram instâncias e estruturas construídas para atender a esta crescente demanda.

Nesse sentido, o presente trabalho apresenta como argumento central de que a Mercocidades é o instrumento de inserção das cidades do bloco mercosulino, atuando tanto como meio político, ou seja, na qualidade de “grupo de pressão organizado”, quanto como meio técnico, através da cooperação pública descentralizada. A relevância do trabalho justifica-se na medida em que a paradiplomacia é um instrumento que os entes subnacionais dispõem em prol do desenvolvimento local, e aproxima a sociedade das dinâmicas das relações internacionais. Além disso, tendo em vista que tal tema não vem sendo parte das agendas do Governo Federal brasileiro, torna-se necessário retomar o debate da paradiplomacia em todas suas dimensões, no caso do trabalho, na dimensão da integração regional.

Para desenvolver tal argumento, trabalha-se com o problema de pesquisa sobre como a paradiplomacia inseriu-se no processo de integração regional do Mercosul, e diante da hipótese de que apesar dos avanços de aprofundamento institucional e de agendas que o Mercosul como um todo proporcionou, a agenda subnacional não foi incorporada no processo integracionista diante da impermeabilidade das instâncias deste órgão regional. Para demonstrar a hipótese será feito um resgate teórico acerca do debate da paradiplomacia no âmbito acadêmico, e, após tal levantamento bibliográfico, será analisado o processo construção deste fenômeno no caso brasileiro; depois, como tal fenômeno se instrumentaliza, e as redes de cidades atuam como um destes instrumentos; após, será estudada a Rede de Mercocidades e como ela se estruturou para atender às demandas dos entes locais através de uma estrutura administrativa participativa e agendas temáticas de cooperação técnica. Por fim, será analisado como acontece a intermediação do interesse local nas instâncias do Mercosul.

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Uma vez que o objetivo central do trabalho é analisar como as redes internacionais de cidades atuam para fortalecer a paradiplomacia, utiliza-se uma metodologia de revisão bibliográfica sobre as fontes analisadas. Tal revisão tem como enfoque temático o caso das Mercocidades, na qual fontes primárias derivadas da própria Rede são analisadas em conjunto

com fontes secundárias, em destaque à produção acadêmica contemporânea sobre a matéria. O cruzamento de dados das fontes tem um enfoque majoritariamente qualitativo, no qual o desenvolver das seções do trabalho levarão à conclusão final acerca de como a estrutura da Rede de Mercocidades atua como facilitador da inserção de cidades nesta dinâmica de integração regional subnacional.

Como escolha de abordagem teórica, o presente trabalho utiliza-se da teoria da interdependência complexa, centrada na obra de Robert Keohane e Joseph Nye “Poder e interdependência” (1989). A escolha pela teoria reflete que a mesma foi uma das pioneiras a superar os antigos paradigmas estatocêntrico dos atores internacionais e vai além de um estudo centrado em questões de segurança internacional e poder militar para encontrar um panorama multifacetário das relações internacionais (CASTRO, 2012, p. 363). Pela teoria, as sociedades são conectadas por múltiplos canais (não só as redes diplomáticas), formais e informais, transformando a agenda das relações transnacionais em diversos assuntos não hierárquicos (entre *high e low politics*). Tal teoria converge com os estudos de Paradiplomacia na medida em que esta surge em uma conjuntura de crescente interdependência entre os atores, com uma mudança na própria política externa diante da domesticação de assuntos externos e internacionalização de assuntos antes internos.

DESENVOLVIMENTO

CONSTRUÇÃO TEÓRICA E CONSOLIDAÇÃO DA PARADIPLOMACIA NO BRASIL

Conforme explica Maia (2012, p. 136), o termo "Paradiplomacia" refere-se a um neologismo acerca do aditivo à diplomacia estatal clássica, assim como uma forma paralela de diplomacia. No âmbito acadêmico, a paradiplomacia surge em estudos teóricos acerca do subfederalismo na Europa. Em um cenário local de formação da União Europeia, a necessidade de participação dos entes locais nos processos decisórios trouxe a atenção aos entes não-centrais em um redimensionamento do papel do estado central (BRANCO, 2011, p. 55-56).

Uma vez que, perante as teorias neoliberais institucionalistas, o novo paradigma das relações internacionais passa a ser construído também voltado ao desenvolvimento regional e

local, a seleção dos atores internacionais pressupõe uma opção metodológica e teórica que passa a compreender às relações internacionais mais associadas ao dinamismo contemporâneo, cuja abordagem interdependista apresenta condições para compreender a realidade da complexa sociedade internacional contemporânea (BRANCO, 2011, p. 49). Neste processo de transnacionalização, a descentralização nos estados nacionais origina o compartilhamento de funções com unidades subnacionais as quais desenvolvem, em graus diversos, relações de alcance internacional (MALLMANN; CLEMENTE, 2016, p. 418).

Logo, a paradiplomacia apresenta-se enquanto uma consequência do aprofundamento da interdependência que a globalização e integração geraram, aumentando os níveis de sensibilidade e vulnerabilidade. Cria-se, assim, um cenário favorável pela convivência cada vez maior da *high politics* com a *low politics*, onde a domesticação de assuntos antes somente tratados por um ministério de relações exteriores central convive com a internacionalização de assuntos locais através dos contatos destes entes subnacionais com atores externos.

Um dos pioneiros estudiosos sobre a temática foi acadêmico basco Panayotis Soldatos (1990), no intuito de designar a atividade diplomática de entes políticos não-centrais. O estudo inicial na doutrina internacional também teve a contribuição do canadense Ivo Duchacek (1990), que trouxe os conceitos de microdiplomacia regional transfronteiriça, relativo aos contatos entre entes não-centrais fronteiriços, mas de diferentes Estados; microdiplomacia transregional, contatos entre entes não-centrais sem fronteiras em comum, mas cujos países são fronteiriços; e paradiplomacia global, acerca dos contatos entre os entes de países distantes. Por sua vez, o presente trabalho adota a classificação construída por Noé Cornago Prieto (2004, p. 252), em que a paradiplomacia é definida como envolvimento de governos não-centrais nas relações internacionais através de contatos formais e informais com entidades estrangeiras públicas ou privadas, no intuito de promover objetivos socioeconômicos ou políticos, assim como a dimensão externa de sua própria competência constitucional.

No caso brasileiro, a paradiplomacia surge enquanto consequência e resposta do federalismo implantando pela Constituição de 1988, e no âmbito acadêmico através de José Vicente Lessa (2007). Nesse período inicial, como destaca Silva (2010, p. 181) há uma devolução aos governos estaduais, de recursos políticos que lhes foram retirados pelo regime militar, gerando uma fase de ampla descentralização, somado ao fortalecimento do movimento

de democratização e federalismo após as eleições para governador e deputados estaduais em 1982. Apesar da descentralização de competências funcionais crescente, a autora destaca que a centralização fiscal, ao mesmo tempo, marcou o novo pacto federativo constitucionalizado pela Carta Constitucional de 1988 (2010, p. 181).

Por sua vez, o ativismo internacional dos governadores (SILVA, 2010, p. 184) ocorre com a institucionalização da paradiplomacia a partir dos anos 1980, primeiro no Rio de Janeiro (1983), e no Rio Grande do Sul (1987), sendo posteriormente estendida a outros estados. Quanto à criação da Secretaria no Rio Grande do Sul, houve certo desconforto do Ministério das Relações Exteriores (MRE), marcando um momento de inflexão quanto à agenda internacional, ainda restrita ao executivo federal e ao MRE (NUNES, 2005, p.3).

Destaca-se que posicionamento do Itamaraty transitou de acomodação institucional e desconforto para aceitação e valorização, após a criação da Assessoria de Relações Federativas (ARF) em 1997, e pela criação dos escritórios regionais do MRE, porém, sem abrir amplo espaço institucional para participação estadual na política externa brasileira (SILVA, 2010, p. 185). Nunes (2005, p. 44) assevera que o governo federal passa então a buscar a coesão das agendas internacionais das esferas federativas, pois a partir do governo de Luis Inácio Lula da Silva deu-se maior projeção à paradiplomacia, com o estímulo federal e integração à estratégia de desenvolvimento nacional, com a institucionalização da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA), ampliando o âmbito da antiga ARF, além da criação da Assessoria de Cooperação Internacional Federativa (ACIF), em 2003, e a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), em 2004. O mesmo teve continuidade no governo de Dilma Rousseff, com a criação da Agência Brasileira de Cooperação (2011). Entretanto, a temática da paradiplomacia não esteve mais veemente presente na agenda do Governo a partir da gestão de Michel Temer, levando a um período de estagnação dos avanços de cooperação federativa nesta matéria.

Uma vez desenvolvido o debate teórico da paradiplomacia e sua construção no Brasil, percebe-se que tal fenômeno surgiu nos âmbitos estadual e municipal enquanto uma reação aos problemas financeiros que tais entes sofreram, e foi favorecida pelo ambiente de abertura econômica e regionalização das relações subcontinentais. Neste cenário, a figura do Mercosul representou a esfera transfronteiriça e intra-bloco da expansão da paradiplomacia, e o ambiente propício de cooperação política proporcionado pelo bloco garantiu aos entes subnacionais

municipais a oportunidade de convergirem seus interesses através de um mecanismo de cooperação descentralizada, a Rede de Mercocidades.

A REDE MERCOCIDADES: FORMAÇÃO E ARTICULAÇÃO DO INTERESSE LOCAL ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Uma das primeiras espécies de redes de cidades no século XX foi criada em 1913 na Bélgica, com intuito de conectar governos locais através da União Internacional de Autoridades Locais, envolvendo mais de vinte cidades europeias (PACHECO, 2017, p. 130). Entretanto, tal projeto foi interrompido pela Primeira Guerra Mundial, e retomado pelas cidades com objetivo de reconstruir o continente. Foi neste contexto de guerra que, conforme explica Gambini (2016a, p. 9), a criação de redes de cidades surgiu através dos irramentos, na qual as cidades europeias buscavam parcerias entre si para evitar o sentimento público de revanche no pós-guerra. Dentro deste contexto, a autora explica que tais irramentos deram origem ao Conselho de Municipalidades e Regiões Europeias. Logo, percebe-se que as redes de cidades surgiram desde o princípio europeu enquanto resposta aos problemas que os estados-nação não conseguiam resolver.

Conforme explicam Ribeiro e Ribeiro (2017, p. 126-127), as redes de cidades atuam celebrando acordos, convênios e parcerias com outras instituições privadas ou públicas, sempre voltadas ao intercâmbio técnico e desenvolvimento socioeconômico de suas cidades membro. Além disso, num ambiente de competição global entre as cidades por investimentos, cria-se um incentivo de ligação entre os atores mais próximos, de nível local, e o processo de integração regional contribui para tal aproximação, tendo em vista que cria um ambiente regional político propício para construção de atividades de cooperação entre os diferentes níveis governamentais e não-governamentais. Araújo (2011) ainda explica, acerca das características das redes:

De maneira geral, as principais características das redes de cidades são: (1) a ausência de hierarquia na relação entre seus membros; (2) o alcance geográfico global; (3) a agilidade, tanto para as tomadas de decisão quanto para o intercâmbio de informações; (4) a multiplicidade de atores; e finalmente (5) a democratização do conhecimento através da inclusão de municípios de diversas características físicas, geográficas e econômicas.

Pacheco (2017, p. 131), por sua vez, aponta que são necessários um caráter flexível e uma estrutura horizontal sem hierarquias para formação dos elementos de confiança, transparência e compromisso dos membros. Neste contexto de parcerias internacionais entre as cidades, a Rede Mercocidades surge enquanto um aspecto do local e urbano sobrepondo-se ao global (GAMBINI, 2016a, p.10), e a busca por benefícios comuns, inseridas num âmbito de cooperação regional crescente, proporcionou a oportunidade para prefeitos de onze cidades articularem a formação de um instrumento de cooperação técnica e representatividade política. Entretanto, tanto o reconhecimento jurídico da Rede quanto suas demandas perante os órgãos supranacionais do Mercosul ainda são obstáculos a serem transpostos.

HISTÓRICO, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DA REDE MERCOCIDADES

Criada no intuito de articular interesses de municípios dos países membros e associados do Mercosul, a Rede Mercocidades surge ainda no processo de formação jurídica do bloco econômico e da própria paradiplomacia no Brasil. Composta (até julho de 2019) por 349 cidades, a Rede visa a proporcionar a inserção das cidades sócias no processo de integração regional do Mercosul, bem como em outros foros internacionais. Trata-se, assim, de um instrumento da cooperação descentralizada das municipalidades do subcontinente, e está inserida dentro da integração regional em sua dimensão subnacional.

Entretanto, a ação paradiplomática subnacional na América do Sul já existia antes mesmo da própria existência do Mercosul, destacado pelos autores o Protocolo 23 - Fronteiriço, de 1988, assinado por Brasil e Argentina, reconhecendo a incorporação de Estados, Províncias, Intendência e Municípios fronteiriços de ambos no processo de integração bilateral (SEITENFUS, 1989, p. 119). Ainda assim, como explicam Ribeiro e Ribeiro (2017, p. 128), o nascimento da ideia da Rede de Mercocidades ocorreu em 1995 no “Seminário Mercosul: Oportunidades e desafios para as cidades”, elaborado pela União de Cidades Capitais do Cone Sul, no qual as cidades acordaram por assinar a Declaração de Assunção, que culminou com a assinatura da Ata de Fundação da Rede Mercocidades, considerando as cidades como polos de impulsão ao desenvolvimento local e regional. Nesta ata, como explica Gambini (2016, p. 5), onze cidades configuraram como fundadoras: Rosario (Argentina), Assunção (Paraguai),

Florianópolis (Brasil), Porto Alegre (Brasil), La Plata (Argentina), Curitiba (Brasil), Rio de Janeiro (Brasil), Brasília (Brasil), Córdoba (Argentina), Salvador (Brasil) e Montevideu (Uruguai).

O Estatuto das Mercocidades (MERCOCIDADES, 2010) foi esquematizado durante a II Reunião de Prefeitos do Mercosul, que ocorreu em Porto Alegre em 1996, no intuito de consolidar a Rede enquanto uma experiência de cooperação horizontal e articular a participação dos entes subnacionais nas instâncias do bloco. Entretanto, cabe apontar que não houve reconhecimento jurídico-institucional pelo Mercosul, o que representa uma própria questão de insegurança jurídica aos acordos e convênios celebrados pela Rede, sendo mais de quinze o número de parcerias firmadas até o momento (MERCOCIDADES, 2019a), e, ainda, a articulação das demandas apontadas pela Rede em nível supranacional carece de institucionalização vinculante.

A Rede foi fundada sob o fundamento de que os governos locais não podem depender apenas da vontade dos governos nacionais para melhorar a qualidade de vida de suas populações, devendo ampliar o ideal de democratização das relações internacionais, utilizando-se de redes para reduzir as disparidades sociais (GAMBINI, 2016, p. 3). Logo, tem-se o objetivo de fomentar o desenvolvimento de ações, programas e projetos de interesse intermunicipal, que se relacionem ao processo de integração. Permite, com isso, o intercâmbio de experiências e informações entre as cidades associadas, a fim de qualificar a prestação de serviços (FIORIN, 2015, pp. 4-5).

No que tange à organização da Rede, consta no Estatuto Social da Rede (MERCOCIDADES, 2010) que o principal órgão do organograma da Mercocidades é a Assembleia Geral, constituída pelos chefes de governo das cidades membras, que se reúnem anualmente. A Assembleia é auxiliada pelo Conselho, no qual integram oito cidades dentre as membras de países do Mercosul e quatro de países associados (atualmente, Chile, Bolívia, Peru e Equador). Atuando enquanto instância representativa, a Secretaria Executiva colabora com os demais órgãos e é responsável pela convocação e presidência das reuniões. Cabe destacar que em cada ano uma cidade é a responsável pelo plano de trabalho da Rede. Como órgãos auxiliares da Secretaria Executiva, há a Comissão Diretiva e a Secretaria Técnica Permanente. Aquela presta apoio nas atividades de coordenação da Rede e é composta por três cidades, a

que exerce a Secretaria Executiva, a que a exerceu no período imediatamente anterior e a que será a próxima a exercê-la. Finalmente, a Secretaria Técnica, desenvolve a memória institucional da Rede, apoiar e assessorar o trabalho técnico e administrativo da Secretaria Executiva.

Por fim, a Rede é organizada em quinze Unidades Temáticas (UTs): Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Autonomia, Gestão e Financiamento Municipal; Ciência, Tecnologia e Capacitação; Cooperação internacional; Cultura; Esportes; Desenvolvimento Econômico Local; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Urbano; Educação; Gênero e Município; Juventude; Planificação Estratégica; Segurança Cidadã; Turismo e Integração Fronteiriça (MERCOCIDADESb, 2019). No âmbito de algumas destas UTs, há, ainda, seis grupos e comissões de trabalho. Os grupos de trabalho são os de Cooperação Descentralizada (junto à UT de Cooperação Internacional), Esportes (junto à UT de Cultura), e de Incapacidades e Inclusão (junto à UT de Desenvolvimento Social), enquanto as Comissões são de Economia Social e Solidária e de Fomento de Negócios (junto à UT de Desenvolvimento Econômico Local) e de Direitos Humanos (junto à UT de Desenvolvimento Social).

Portanto, percebe-se que a Rede apresenta uma estrutura de gestão compartilhada e transitória entre as cidades integrantes. A organização de Assembleia e Secretarias, por sua vez, manifesta-se enquanto caráter administrativo, tendo em vista que a Rede foi fundada no intuito de consolidar um modelo não-hierarquizado e horizontal, pois envolveria somente entes municipais. Por fim, a divisão das UTs demonstra o atendimento a interesses específicos dos poderes locais, cujas comissões e grupos de trabalho atendem a demandas locais para o desenvolvimento de projetos em cooperação descentralizada, como será analisado em seguida.

O FORO CONSULTIVO DE MUNICÍPIOS, ESTADOS FEDERADOS, PROVÍNCIAS E DEPARTAMENTOS DO MERCOSUL (FCCR)

Enquanto instância representativa dos interesses e demandas municipais, foi estabelecido o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), órgão de caráter consultivo atrelado ao Grupo do Mercado Comum (GMC), órgão executivo do Mercosul. O FCCR foi criado através da Decisão 41/04 do Conselho do Mercado Comum em 2004 (MERCOSUL, 2016), sendo instalado somente em

2007, quando firmada a Carta Rio na XXXII Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em um compromisso de representantes governamentais locais e nacionais.

O próprio Foro também consta com uma organização interna específica, através do Comitê de Municípios (COMUM) e pelo Comitê de Estados Federados, Províncias e Departamentos (CEFPD), além de uma Coordenação Geral, composta por Coordenadores Nacionais dos países do bloco (MERCOSUL, 2016). Dentro da estrutura administrativa da FCCR, o Comitê de Municípios tem a Mercocidades enquanto coordenador, possibilitando melhor articulação interna.

A importância do FCCR é de atuar enquanto legitimador da Rede no processo de integração regional, e, apesar do caráter meramente recomendatório de suas resoluções, foi, até o momento, o principal avanço de comunicação das demandas locais em nível regional (GOMES, 2015, p. 7). O mesmo é defendido por Mariano e Tessari (2006, p. 67), entendendo que o Foro foi um meio de valorização das unidades subnacionais como atores importantes para a consolidação e desenvolvimento da integração.

Entretanto, o caráter consultivo do Foro, sem poderes decisórios, o consolidou enquanto uma arena de diálogo, ao invés de um instrumento de participação subnacional no Mercosul. Junqueira e Mariano (2018, p. 363) criticam que o redirecionamento da integração não foi acompanhado por uma mudança de princípios organizacionais de tal processo, preservando a lógica da intergovernabilidade dos governos nacionais no Mercosul, sem ampliar a participação nos processos decisórios da integração. Os autores explicam tal fato (2018, p. 359), principalmente pela lógica do grupo de caráter intergovernamental e centralizada política, fiscal e financeiramente nos governos nacionais, fazendo com que o FCCR esbarre no próprio objetivo de representar governos subnacionais perante seus cidadãos.

A REDE DE MERCOCIDADES ENQUANTO INSTRUMENTO DO PODER LOCAL EM NÍVEL CONTINENTAL

Uma vez analisada a criação da Mercocidades enquanto instrumento da ação paradiplomática municipal, percebe-se que a Rede foi articulada em sua organização interna para construção de agendas temáticas que atendessem às demandas das localidades envolvidas. Desta forma, articula-se como um instrumento de participação política da sociedade, pois pelo

princípio da subsidiariedade, os governos locais estariam mais próximos das demandas socioeconômicas das populações locais.

Nesse sentido, percebe-se que a Rede Mercocidades atua como instrumento de cooperação política e técnica na integração produtiva do Mercosul, cujo intuito final seria o que Priscila Gambini chama de integração produtiva (2016, p. 3), que permitiria uma maior aproximação da sociedade com o processo de integração regional. Nesse sentido, o poder local se apresenta na medida em que mostra a capacidade dos municípios de se transformarem em matéria econômica e social (DOWBOR, 2016, p. 13), e as Mercocidades surgiram enquanto manifestação deste poder local para atuação, de forma horizontal e distanciando-se da verticalidade das relações internas, com intuito de dar voz aos prefeitos em nível regional.

Manifestando-se como reação do poder local em face à integração regional centrada nos interesses dos governos locais, a Rede de Mercocidades foi fundada com a dupla função de representação do interesse municipal, em atuação enquanto um grupo de pressão organizado, e na função de responder às demandas dos municípios envolvidos em cooperação técnica na área de políticas públicas. Para tal, a Rede caracteriza-se por um certo grau de autonomia, pautado no debate e em cúpulas temáticas para cooperação técnica descentralizada entre as cidades membro.

COOPERAÇÃO PÚBLICA DESCENTRALIZADA: UMA ANÁLISE ACERCA DAS UNIDADES TEMÁTICAS DA REDE ENTRE 2008-2017

Na análise dos Planos de Trabalho bienais, o presente trabalho escolhe um recorte temporal de 2008-2017 pois representa o período de estagnação no processo de integração do bloco mercosulino, marcado também pelas transições partidárias nos respectivos governos centrais e agravamento da situação econômica e financeira do bloco como um todo. Desta análise são estudados os principais projetos, e brevemente introduzidas a participação de cidades brasileiras na estrutura administrativa das Unidades Temáticas.

As Unidades Temáticas da Rede foram criadas logo nos primeiros anos para articular iniciativas e projetos de impacto local (MERCOCIDADES, 2019b). Cada Unidade Temática é responsável por sugerir os temas de interesse das cidades a serem discutidos no espaço regional do Mercosul para que, em momento oportuno, divulgue as experiências que foram bem-

sucedidas. Sua coordenação fica a cargo de uma cidade membro do bloco no período de um ano. A rotatividade consolida o princípio da horizontalidade e não hierarquização, tornando o processo decisório mais democrático (JUNQUEIRA, 2014, p. 158). Ademais, cabe às UTs coordenar temas e desenvolver políticas públicas compartilhadas entre as cidades envolvidas, atuando na pesquisa, divulgação e construção de projetos.

As Unidades Temáticas são a aplicação da cooperação pública descentralizada através das atividades de compartilhamento de informações, práticas e experiências de políticas públicas, que, em um ambiente de diálogo horizontal e gestão compartilhada, são aproveitadas pelas demais cidades envolvidas. Disso mostra-se a importância de uma estrutura administrativa não hierarquizada que a Rede apresenta, onde a divisão entre coordenação e secretariado assumem funções meramente administrativas e temporárias, tornando-se um atrativo a entes subnacionais que desejam escapar das estruturas administrativas hierárquicas que caracterizam as relações com os governos centrais.

Nos informes dos biênios 2008-2009 e 2010-2011, são destacados os eixos principais da Rede, tendo como destaque o reforço da institucionalidade da Rede e seu posicionamento enquanto ator representante dos interesses locais. No âmbito das relações com o Mercosul, a Secretaria propôs abordar a questão do desenvolvimento regional e complementariedade produtiva através de estudos e consultorias que permitissem fazer recomendação ao Mercosul perante a ótica local (MERCOCIUDADES, 2009, p. 27). Ademais, a agenda das UTs teve sua ênfase na integração produtiva regional, direitos humanos, democracia participativa regional e integração fronteiriça. Por fim, um foco nos setores sociais destacou a participação da Rede na Rede Internacional de Cidades Educadoras e o Fórum Urbano Mundial (MERCOCIUDADES, 2010, p. 32).

A partir de 2011 e com seguimento no biênio 2012-2013, passa a compor a agenda os reflexos das crises econômicas que os países do bloco começam a enfrentar, e suas consequências nos âmbitos social e econômico tornam-se mais visíveis nas cidades, e desta necessidade as Unidades passam a buscar o fortalecimento da rede de compromissos e ações que contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas locais, em articulação com os espaços nacionais e regionais, resultando nas parcerias com a Rede de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) e nas relações de cooperação Sul-Sul. Além disso, na Planificação

Estratégica articulada no biênio, destaca-se que a Rede passou a pautar sua agenda em torno dos temas de integração produtiva (economia solidária, cooperativismo, foco nas pequenas e médias empresas, competitividade e inovação), integração fronteiriça (livre circulação nas áreas fronteiriças, cooperação em serviços básicos de saúde) e cidadania regional (MERCOCIUDADES, 2012, p. 123).

Nos biênios seguintes, de 2014-2015, e de 2016-2017, a Rede manteve-se centrada nos cinco eixos primordiais, a integração produtiva, sustentabilidade, inclusão social, cidadania regional e cooperação internacional/comunicação (MERCOCIUDADES, 2016). Alguns projetos do período merecem destaque, tais como o projeto “Estado e sociedade civil, construção da cidadania (E+D)”, subvencionado pela União Europeia através do Instrumento Europeu para a promoção da Democracia e dos Direitos Humanos (IEDDH), que já desenvolveu projeto para mais de duzentas cidades que integram a rede.

Nos biênios analisados, os períodos que mais concentraram a participação direta de municípios brasileiros foram de 2012-2013 e 2014-2015. Na gestão do biênio de 2011-2012, as cidades brasileiras de Guarulhos foi a coordenadora de Desenvolvimento Econômico Local, Diadema na Comissão de Economia Solidária, Campinas na Comissão de Fomento de Negócios e Porto Alegre como coordenadora de Turismo (MERCOCIUDADES, 2012). Já no biênio 2014-2015, a cidade de Canoas atuou como coordenadora de Autonomia de gestão e participação, Porto Alegre e São Paulo como coordenadores do Grupo de Comunicação e Bagé como coordenadora de Integração Fronteiriça (MERCOCIUDADES, 2015).

Junqueira e Mariano (2018, p. 351) apontam que tais agendas foram gradualmente diversificando os temas, porém sempre com a perspectiva final de acobertar uma integração além das esferas comercial e econômica das demandas locais. Além disso, foram buscadas parcerias com instituições externas, entre elas a CGLU, rede de alcance global envolvendo diversos atores subnacionais. Nesse sentido, percebe-se que as atividades de realização de cúpulas e reuniões periódicas, firma de convênios e parcerias, criação de bancos de dados e promoção de projetos em comum, destacam-se nos biênios analisados.

CAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO E A CONSTRUÇÃO AUTÔNOMA DA REDE

Através da “Teoria das Redes de Cidades” formulada por Capello (2000), a rede de cidades é uma instituição formada no intuito de trocar informações e cooperar em setores de políticas públicas, e as mesmas determinam relações de sinergia entre as cidades envolvidas que provocam externalidades positivas aos parceiros que cooperam. Nesse sentido, uma vez exploradas a organização administrativa e construção da agenda da Rede nos últimos dez anos, será analisada a capacidade de articulação da Rede em um ambiente mercosulino marcado na última década pela estagnação econômica dos membros e do próprio processo de integração.

Uma vez que o Mercosul é um processo de integração regional, ele busca através das políticas regionais reduzir e/ou remover barreiras de intercâmbios de bens, serviços, capital e pessoas entre os países membros. Nesse sentido, tal processo ultrapassou os parâmetros iniciais (no caso, de ser um bloco econômico), e passou a envolver novos atores e setores, o que por sua vez significou a necessidade de adequação de sua institucionalidade e a ampliação da agenda. Desta forma, Junqueira e Mariano (2018, p. 343) apontam para uma contradição no caso do Mercosul, pois de um lado os governos buscam restringir o processo de uma união aduaneira controlada de forma intergovernamental, para não perderem soberania nas decisões; de outro lado, a dinâmica social real extrapola tais limites da intergovernabilidade, e precisa de instituições supranacionais autônomas com capacidade decisória para estabilização e avanço do processo regional. Esta última questão necessitaria, inclusive, da inclusão de outros atores que os governos nacionais no processo decisório regional.

Conforme explicam Matos e Steffen (2012, p. 34), a Rede de Mercocidades, apesar de surgir em uma fase do bloco que estava voltada às relações comerciais, fortaleceu-se principalmente a partir que os temas de agenda social foram incorporados às decisões da integração regional, e novos atores sociais e estatais passaram a demandar por espaço participativo em tal processo. A criação da Rede demonstrou uma conscientização voluntária acerca da interdependência do processo de integração regional do Mercosul, que não apenas vincula os governos nacionais, mas atua de forma multinível nas diferentes instâncias governamentais e mesmo sociais (FARIA, 2014, p. 12). Trata-se, logo, de uma demonstração da insatisfação da dependência dos governos locais com os respectivos governos centrais, e a Rede aponta para uma democratização das relações internacionais, e mesmo inserção de novas

pautas nas agendas internacionais, uma vez que a agenda da Rede foi formada em volta de temas sociais e culturais.

Prevaleceu ainda assim, a precariedade institucional das cidades no aparato mercosulino, visto que esbarra em aspectos jurídico-institucionais da política centralizadora do bloco em prol dos governos nacionais (JUNQUEIRA, 2014, p. 158). A ausência de competência decisória e normativa nos espaços institucionais de comunicação entre a Rede e o Mercosul remete uma problemática contemporânea nas relações cidades-governo central (FIORIN, 2016, p.8), e evidencia que, apesar da aceitação e por vezes apoio institucional, a paradiplomacia ainda carece de representatividade e coordenação com os órgãos centrais, seja em nível nacional, com a União Federal, ou na estrutura regional, com o Mercosul.

A dificuldade da Rede de inserção no processo decisório do Mercosul remete à própria problemática da paradiplomacia à nível nacional, cuja dificuldade de cooperação e coordenação com o Governo Federal, no caso brasileiro, evidencia uma carência institucional de governabilidade do federalismo. No caso das relações entre a Rede e o Mercosul, o mesmo acaba manifestando-se enquanto um desinteresse dos governos centrais dos estados membros de incorporarem tal dimensão das relações de integração no processo mercosulino. Entretanto, assim como na paradiplomacia em nível nacional, a Mercocidades tem mantido sua agenda autônoma direcionada à cooperação técnica descentralizada entre suas cidades membro.

Desta forma, como aponta Junqueira (2014, p. 157), a crise e estagnação do Mercosul não atingiu o desenvolvimento da Rede, que, de forma autônoma, apresenta-se como exemplo de sucesso na horizontalização das tomadas de decisão, além de que a Rede buscou a construção de instrumentos institucionais voltados às demandas das cidades. Para tal, as reuniões anuais da Rede e reuniões das UTs são responsáveis pela articulação de agendas temáticas e declarações de intenções entre as cidades membras. A crítica, entretanto, é feita por Vigevani (2005, p. 100), ao afirmar que os interesses municipais oscilam no âmbito do Mercosul, não podendo ser avaliado uma aproximação crescente quanto ao tema da integração por parte de todas cidades envolvidas na Rede.

Apesar das dificuldades de coordenação institucional com o Mercosul, apontado tanto pela centralização do processo decisório nos governos centrais, quanto pela própria inabilidade do FCCR de influenciar tal processo, diante de seu caráter consultivo, percebe-se que a Rede,

ainda que com dificuldades de engajamento de todos municípios, tem voltando-se para uma construção autônoma da agenda de cooperação entre seus integrantes. Seja através do intercâmbio de experiências e difusão de boas práticas, na consolidação da cooperação pública descentralizada, reflete-se, de acordo com Matos e Steffen (2012, p. 34), um novo padrão de comportamento das cidades, que resultado da conjuntura internacional de mudanças inerentes ao processo de globalização e de interdependência regional que o Mercosul proporcionou. A Rede de Mercocidades, portanto, insere-se nas dinâmicas da paradiplomacia no momento em que atua como coordenadora desta internacionalização dos assuntos locais, promovendo a cooperação de políticas públicas urbanas em natureza multidimensional.

CONCLUSÕES

Uma vez percorrido acerca das capacidades e limitações que a Rede de Mercocidades tem apresentado, cabe realizar as considerações finais acerca sua importância para a paradiplomacia, em especial no caso brasileiro. Percebe-se que as cidades brasileiras que constituíram a inauguração da Rede foram Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Desde então o Brasil passou a integrar outras 82 (oitenta e duas) entre as cidades membras (MERCOCIDADES, 2019c), mesmo que em um período de estagnação das pautas da paradiplomacia perante a União. Tal fato demonstra que mesmo diante das limitações institucionais, a Rede tem, quantitativamente, demonstrando-se enquanto um atrativo às atividades de paradiplomacia dos municípios.

Analisando sobre a teoria utilizada no trabalho, percebe-se que para o paradigma neoliberal institucionalista da interdependência complexa, o Estado-nação não é o único ator das relações internacionais, e, como destaca Faria (2014, p. 7), as instituições têm grande relevância no cenário mundial enquanto articuladoras de cooperação e transparência entre os atores. No caso estudado, a integração regional proporcionada pelo Mercosul criou um ambiente de cooperação e parceria entre os países membros do bloco, tornando-se propício para aproximação de outros atores que também foram impactados pela integração, no caso, os entes subnacionais.

Nesse sentido, a Rede de Mercocidades demonstra que as relações internacionais não necessariamente seguem o padrão realista na qual o conceito de soma-zero era aplicado, e sua criação derivou tanto como uma resposta e consequência do processo de integração. Uma resposta, pois, foi a articulação do poder local para uma “voz institucionalizada”, e consequência, pois adveio da interdependência e complementariedade político-econômica que o bloco gerou. Entretanto, a estrutura decisória do Mercosul permaneceu centrada nas instâncias do Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC) e a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), as três sob o controle dos governos centrais, e a criação do FCCR manifestou-se somente como foro de debate para os interesses subnacionais, diante do caráter consultivo.

Ainda assim, foi demonstrado que a Rede atuou, ainda que simbolicamente, como instrumento da paradiplomacia municipal enquanto “grupo de pressão organizado” perante o bloco. Além disso, a organização da Mercocidades refletiu as demandas dos municípios através da criação de grupos de trabalho para agendas temáticas diretamente relacionadas aos interesses do poder local. A estrutura da Rede, por sua vez, veio enquanto facilitadora das dinâmicas intermunicipais, pois adotou um modelo de cooperação horizontal e não-hierárquico, cuja divisão funcional tem função meramente administrativa e ocorre através de uma gestão compartilhada. A importância deste modelo é de que representa uma estrutura mais atrativa aos municípios do que estes têm que lidar no âmbito nacional, onde a cooperação federativa (no caso brasileiro) ocorre de forma vertical e informalmente hierárquica, pela dimensão política e financeira da União.

Nesse sentido, percebe-se que em um período em que a paradiplomacia brasileira não obtém avanços na agenda do Governo Federal, as Redes de cidades são uma demonstração do caráter autônomo e benéfico da paradiplomacia, que não foi limitada em âmbito nacional ou mesmo diante da estagnação do processo de integração regional. Tal estagnação não impediu a consecução da missão da Rede de “potencializar a identidade e a integração regional para assegurar o desenvolvimento das cidades e o bem-estar da América do Sul” (MERCOCIDADES, 2019d), através do desenvolvimento de uma agenda autônoma de cooperação técnica que oferece oportunidades de aperfeiçoamento das políticas públicas municipais em âmbito internacional.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Izabela Viana de. A governança global e a atuação das redes internacionais de cidades. In: 3º **ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011**, 3., 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em:

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200031&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 05/07/2019.

BANZATTO, Arthur Pinheiro de Azevedo. As interconexões entre o global e o local: governos subnacionais nas Relações Internacionais. **Revista Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v.4 n.1, p. 7-25, nov. 2016.

BRANCO, Álvaro Chagas Castelo. **Paradiplomacia e Entes Não-centrais no Cenário Internacional**. 1º ed. (ano 2008), 1º reimpr. Curitiba: Juruá, 2011. 156p.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. 1º ed. Brasília: FUNAG. 2012. Disponível em: funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf. Acesso em 25/07/2019.

CAPELLO, Roberta. The City Network Paradigm: Measuring Urban Network Externalities. **Urban Studies**, Vol. 37, No. 11, 2000. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1080/713707232>. Acesso em 20/07/2019.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** Imperatriz, Maranhão: Ed. Ética, 2016.

DUCHACEK, Ivo D. Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations. In: MICHELMANN, H. J; SOLDATOS, P. **Federalism and international relations: the role of subnational units**. Nova York: Oxford University Press, p.16-27, 1990.

FARIA, Emília de Oliveira. **Ações internacionais dos governos locais: Rede Mercocidades**. Instituto de Relações Internacionais - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: bdm.unb.br/bitstream/10483/7906/1/2014_EmiliadeOliveiraFaria.pdf. Acesso em 20/07/2019.

GAMBINI, Priscila Truviz Hottz. Rede Mercocidades: Paradiplomacia De Cidades No Mercosul. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**. Centro de Direito Internacional, Belo Horizonte, pp. 1-32, 2016. Disponível em: centrodireitointernacional.com.br/static/revistaeletronica/artigos/Patricia_RI.pdf. Acesso em 05/08/2019.

GAMBINI, Priscila Truviz. **Rede Mercocidades: A Legitimidade Da Ação Internacional De Governos Locais Brasileiros Para O Fortalecimento Da Integração Regional No Mercosul**.

2016a. Disponível em: www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_intern_pub_priscila_truviz_gambini.pdf. Acesso em 02/08/2019.

GOMES, Joséli Fiorin. A Rede Mercocidades na Integração Sul-Americana: a Paradiplomacia no Mercosul e na Unasul. **Revista InterAção**, v. 8, n. 8, pp. 52-69, jan/jun 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/16699>. Acesso em 30/07/2019.

GOMES, Joséli Fiorin. A contribuição da Rede Mercocidades para o desenvolvimento da integração fronteiriça junto ao MERCOSUL: o papel da paradiplomacia municipal sul-americana na concretização da integração regional em zonas de fronteira. **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**, 2016. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Joseli_Gomes_II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf. Acesso em 03/07/2019.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. “Estagnação Subnacional” no Mercosul? Uma Análise Institucional das Mercocidades e do FCCR. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.6. n.12, jul./dez. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso em 02/08/2019.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. A Cooperação Subnacional No Mercosul: Os Casos das Mercocidades e do FCCR. **BJIR**, Marília, v.3, n.1, p. 146-169, Jan./Abr. 2014. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/3343>. Acesso em 28/07/2019.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little Brown, 1989.

LESSA, José Vicente da Silva. **Paradiplomacia no Brasil e no mundo: o poder de celebrar tratados dos governos não centrais**. Viçosa – MG: Editora UFV, 2007, 160 p.

MAIA, José Nelson Bessa. **A Paradiplomacia Financeira dos Estados Brasileiros: evolução, fatores determinantes, impactos e perspectivas**. 2012. 598 p. Tese de Doutorado. Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MALLMANN, Maria Izabel; CLEMENTE, Isabel. Transnacionalismo, paradiplomacia e integração regional: O caso do Brasil e Uruguai. **Dossiê: Estado e sociedade em tempos de transnacionalismo**. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 417-436, jul.-set. 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/23485>. Acesso em 25/07/2019.

MARIANO, Karina L. Pasquariello; TESSARI, Gustavo Rosolen. As Cidades Nos Processos De Integração Regional. **Revista Perspectivas**, São Paulo, 30: 55-79, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/364/249>. Acesso em 30/07/2019.

MATOS, Giovanna Arjonilla; STEFFEN, Nathalie Padovani. A rede mercocidades e o Mercosul: atuação em rede através do FCCR. **Revista Conjuntura Internacional**. Belo Horizonte, v. 9, n. 5, p. 31 - 39, 2o sem. 2012.

MERCOCIDADES. Organizações Parceiras. **Mercocidades, 2019a**. Disponível em: <https://mercociudades.org/pt-br/organizacoes-parceiras/>. Acesso em 06/08/2019.

MERCOCIDADES. Estrutura e Autoridades. **Mercocidades, 2019b**. Disponível em: <https://mercociudades.org/pt-br/estrutura-e-autoridades/>. Acesso em 08/08/2019.

MERCOCIDADES. Cidades Membro. **Mercocidades, 2019c**. Disponível em: <https://mercociudades.org/pt-br/cidades-membro/>. Acesso em 13/07/2019.

MERCOCIDADES. Mercocidades. **Mercocidades, 2019d**. Disponível em: <https://mercociudades.org/pt-br/mercociudades/>. Acesso em 18/07/2019.

MERCOCIDADES. Estatuto e Regulamento das Mercocidades. **Mercocidades, 2010**. <https://mercociudades.org/estatuto-e-regulamento-das-mercociudades/>. Acesso em 04/09/2019.

MERCOCIDADES. Informe de gestión Secretaría Ejecutiva Mercociudades 2008 - 2009. **Mercocidades, 2009**. Disponível em: <https://mercociudades.org/descarga/informe-secretaria-tecnica-mercociudades-2008-2009/>. Acesso em 30/07/2019.

MERCOCIDADES. Informe Secretaría Técnica Permanente 2009 -2010. **Mercocidades, 2010**. Disponível em: <https://mercociudades.org/descarga/informe-secretaria-tecnica-permanente-2009-2010/>. Acesso em 30/07/2019.

MERCOCIDADES. Informe Secretaría Ejecutiva y Técnica 2011-2012. **Mercociudades, 2012**. Disponível em: <https://mercociudades.org/descarga/informe-secretaria-ejecutiva-y-tecnica-2011-2012-portugues/>. Acesso em 30/07/2019.

MERCOCIDADES. Informe Secretaría Ejecutiva y Técnica 2012-2013. **Mercociudades, 2013**. Disponível em: <https://mercociudades.org/descarga/informe-secretaria-ejecutiva-y-tecnica-2012-2013-portugues/>. Acesso em 30/07/2019.

MERCOCIDADES. Informe Secretaría Ejecutiva y Técnica 2014-2015. **Mercociudades, 2015**. Disponível em: <https://mercociudades.org/descarga/informe-secretaria-ejecutiva-y-tecnica-2014-2015-portugues/>. Acesso em 30/07/2019.

MERCOCIDADES. Informe Secretaría Ejecutiva y Técnica 2016-2017. **Mercociudades, 2017**. Disponível em: <https://mercociudades.org/descarga/informe-secretaria-ejecutiva-y-tecnica-2016-2017-portugues/>. Acesso em 30/07/2019.

MERCOSUL. Aprovado o Plano de Ação 2016-2017 do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL. **MERCOSUL, 2016**.

Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/aprovado-o-plano-de-acao-2016-2017-do-foro-consultivo-de-municipios-estados-federados-provincias-e-departamentos-do-mercosul/>. Acesso em 19/07/2019.

NUNES, Carmen Juçara da Silva. **A paradiplomacia no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul**. 2005. 163p. Dissertação do Mestrado em Relações Internacionais - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia, Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Porto Alegre, 2005.

PACHECO, Diana Laura Ramírez. Un Acercamiento a la Cooperación Internacional en Redes para el desarrollo de los Gobiernos Locales. **Revista Entretextos**, año 9, nº 27, pp. 128-135, 2017. Disponível em: entretextos.leon.uia.mx/num/27/labor-de-punto/PDF/ENTRETEXTOS-27-A7.pdf. Acesso em 20/07/2019.

PRIETO, Noé Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da ásia-pacífico. In: VIGEVANI, Tullo (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Unesp, 2004. p. 252.

RIBEIRO, Mayara Thais Andrade; RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade. A Paradiplomacia Na Integração Regional Do Cone Sul: Análise Interdisciplinar Da Atuação E Interação Entre Os Atores Da Rede Mercocidades. **Caderno de Relações Internacionais**, vol. 8, nº 14, jan-jun. 2017.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. A cooperação argentino-brasileira: significado e perspectivas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 18, p. 107-126, Aug. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30/07/2019.

SOLDATOS, Panayotis. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: Hans J. Michelmann; Panayotis Soldatos. (orgs.). **Federalism and international relations: the role of subnational units**. New York: Oxford University Press, 1990. p. 34-53.

VIGEVANI, Tullo. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros. **Revista brasileira Ciências Sociais.**, São Paulo , v. 21, n. 62, p. 127-139, Oct. 2006 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 24/07/2019.

DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA: NEGOCIAÇÕES COM O FMI NO GOVERNO DE JOÃO FIGUEIREDO

Andreia Sena Maidana¹

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a dependência/subordinação financeira do Brasil com o capital externo ao longo do governo de João Figueiredo (1979-1985) durante as negociações da Dívida Externa Brasileira via Fundo Monetário Internacional (FMI). Apresenta-se uma análise documental para verificar o comprometimento do Brasil por meio das Cartas de Intenções, baseando-se no conceito de Mundialização do Capital de Chesnais e teóricos da Teoria da Dependência. Tais teorias constituem a base para o exame das Cartas de Intenções firmadas com o FMI. Deste modo, possibilita a confirmação da hipótese do estudo, isto é, que as condicionalidades impostas pelo Fundo para a concessão de assistência financeira em meio à crise da Dívida é uma das causas da perpetuação da dependência/subordinação brasileira perante o sistema financeiro internacional a partir de 1979.

Palavras-chave: Dívida Externa. FMI. Governo Figueiredo. Dependência Financeira.

INTRODUÇÃO

O histórico da Dívida Externa Brasileira tem origem ainda no período colonial, no qual o Imperador Pedro I solicitou empréstimo externo para cobrir dívidas. Ainda na época do Império, houve a primeira renegociação da Dívida Externa Brasileira, que foi chamado de empréstimo ruinoso, para pagar débitos vencidos. Da independência até o fim da Monarquia, o Brasil contraiu dezessete empréstimos em bancos ingleses, para quitar débitos antigos, não sendo diferente nos anos seguintes.

Especificamente a partir de 1973 a 1980, o governo militar que estava vigente no país sustentou o milagre econômico tomando empréstimos abundantes. Com a crise do petróleo, a Dívida Externa disparou, para cobrir o rombo na balança comercial. O país importava 85% do petróleo que consumia. Já em 1983, com as reservas negativas, o governo informa aos credores que passará a pagar apenas os juros e não mais o principal de sua Dívida Externa.

¹ Doutoranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); andreiamaidana87@gmail.com; Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.

Seguidamente, entre 1984 e 1985, o Brasil assinou diferentes acordos com o FMI, mas nunca cumpriu as metas fixadas nas Cartas de Intenções. O termo *waiver* (perdão) ficou conhecido no noticiário econômico. Nessa época, a fama do fundo entre os brasileiros piorou, diante das exigências do organismo para se renegociar a Dívida, que arrojava a economia. Até que em 1987, o governo Sarney interrompe unilateralmente o pagamento dos juros da dívida, mantendo só o principal (US\$ 2 bilhões).

Isto posto, a década 1980 é conhecida como a década perdida, devido a uma crise econômica que atingiu vários países, com o Brasil não foi diferente. Nesse período, o país herdou os elevados índices de endividamento ocasionados por planos econômicos de anos anteriores. Além disso, os efeitos do chamado “milagre econômico”, que durou de 1968 a 1973, já haviam passado. Os anos 80 chegaram conduzindo a economia para a estagnação, sobretudo porque não conseguia se adaptar aos modelos econômicos dos países centrais que estavam caminhando em direção das diretrizes da política econômica neoliberal adotada pelos EUA e Inglaterra, cujos bancos eram importantes credores da Dívida Externa Brasileira.

Devido a planos econômicos equivocados dos governos de alguns países latino-americanos, a crise econômica chegou com força logo nos anos iniciais da década 1980. Os reflexos desse entrave na economia geraram o aumento da Dívida Externa Brasileira, sendo assim, a necessidade de recorrer ao FMI, conseqüentemente, a dependência de auxílio da instituição. Para sanar o problema do aumento da Dívida, as saídas políticas adotadas pelo então presidente militar, João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), foi guiar a economia do Brasil de acordo com as diretrizes do FMI.

A partir destes pontos a presente pesquisa realizou uma análise documental para examinar a relação de dependência/subordinação financeira do Brasil com o Fundo Monetário Internacional para negociar sua Dívida Externa, em específico no governo de Figueiredo. De acordo com Michel (2005), a análise documental trata da consulta aos documentos, aos registros pertencentes ao objeto de pesquisa estudado, para fins de coletar informações úteis para o entendimento e análise do problema. Para tanto, o estudo se deu por meio da literatura que aborda o tema e que apresenta informações das Cartas de Intenções enviados pelo ao FMI com o propósito de negociar a Dívida Externa, informações do acervo do Jornal Folha de S. Paulo,

este que noticiou as negociações na época aqui estudada e também das próprias Cartas de Intenções que se teve acesso por intermédio do Banco Central do Brasil.

Deste modo, busca-se identificar em que medida o governo de Figueiredo adequou a política econômica interna para atender as exigências dos credores internacionais via Fundo, ou seja, como as negociações com o FMI teriam afetado a condução da política econômica brasileira entre 1979-1985. Tem-se como hipótese que as condicionalidades impostas pelo Fundo para a concessão de assistência financeira em meio à crise da Dívida é uma das causas da perpetuação da dependência/subordinação brasileira perante o sistema financeiro internacional a partir de 1979. O artigo está organizado em três seções: 1) a definição teórica do que se entende como financeirização do capital e dependência; 2) a análise das Cartas Intenções do governo Figueiredo enviadas ao FMI e, por fim, 3) as considerações finais.

A DEPENDÊNCIA EXTERNA DO BRASIL A PARTIR DAS CRISES DO PETRÓLEO

A década de 1970 foi marcada pelo período de instabilidade na economia brasileira, pois era dependente da importação de outros países e financiamento. Com o milagre econômico (1968-1973), ampliou essa dependência externa. Havia alta demanda por bens de capital e petróleo, devido ao crescimento interno do setor industrial de bens de consumo duráveis. Estava desta maneira, vulnerável à conjuntura internacional, que se tornou turbulenta ao longo desta década.

Os anos 70 foram um período conturbado do ponto de vista econômico. No início, ocorreu um choque do petróleo, com elevação substancial dos preços do elemento fundamental da matriz energética mundial, e também foi rompido o acordo internacional firmado ainda durante a Segunda Guerra Mundial que procurava estabilizar as taxas de câmbio internacional. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR. 2011, p. 398).

O condicionante externo de maior importância foi sem dúvida o desenvolvimento do mercado de eurodólares durante a década de 1960, e o impulso que ganhou a partir do final da década e início da década de 1970, alimentado pelos déficits do balanço de pagamentos norte-americanos. O excesso de liquidez levou os bancos que operavam neste mercado a buscar novos clientes e melhorar as condições dos empréstimos, esticando os prazos e reduzindo as

taxas de juros. O conjunto dos países atrasados passava a ter acesso a créditos abundantes, a baixo custo, e sem as exigências e interferências na condução da política econômica características das operações com organismos financeiros oficiais. A resposta positiva à atração exercida por estas condições foi bastante generalizada nos países em desenvolvimento, o que posteriormente nos anos 80 acarretaria em um aumento em suas dívidas, e o Brasil estava incluso neste cenário. Isto posto, não demorou para que o país recorresse a empréstimos internacionais, assim fortalecendo a ideia de dependência financeira.

CAPITAL INTERNACIONAL: ADESÃO/SUBORDINAÇÃO DO BRASIL

O capitalismo internacional passou por expressivas transformações políticas, econômicas e sociais a partir dos anos 1970. Efetivamente, o estancamento do modelo de acumulação então predominante na década alterou significativamente a dinâmica da relação entre capital e trabalho, consolidou um novo processo de financeirização capitalista. Tal processo indo ao encontro de uma agenda neoliberal iniciada ainda na formação do Sistema Bretton Woods (1949), cujos reflexos alcançou drasticamente a economia brasileira na década 1980.

A crise então instaurada pressionou governos e organismos internacionais a buscarem alternativas para garantir os interesses do capital, o que alterou a dinâmica da acumulação capitalista, iniciando a consolidação da era da financeirização. Com efeito, a questão financeira aparece como elemento crucial da nova configuração do capitalismo. Ou seja, na tentativa de contornar os efeitos da crise, governos e instituições financeiras investem trilhões de dólares no sistema capitalista, com o escopo de alcançar o retorno da “confiança” do mercado, mediante o salvamento de empresas e a dinamização da economia.

Chesnais (2003, p. 46) define “regime financeirizado é uma produção dos países capitalistas avançados, com os Estados Unidos e o Reino Unido à frente”, sendo “indissociável das derrotas sofridas pela classe operária ocidental, bem como da restauração capitalista na ex-União Soviética”. E reforça,

O conceito de regime de acumulação com dominância financeira designa uma estreita relação com a mundialização do capital, uma etapa particular do estágio do

imperialismo compreendida como dominação interna e internacional do capital financeiro. (CHESNAIS, 2003, p. 46).

Compreende-se que a mundialização financeira ou financeirização é entendida em linhas gerais como a concentração do capital nas mãos de grandes grupos oligopolistas e sua atuação estratégica nesses moldes. Nesse sentido, afirma Chesnais:

A expressão “mundialização do capital” é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês ‘globalização’, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista voltado à produção manufatureira ou às principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais”. (CHESNAIS, 1996, p. 17).

O episódio da financeirização se efetiva na arena internacional na década de 1990. Entretanto, a América Latina sofre com esse processo desde o final da década de 1970 devido as duas crises do Petróleo (1973-1979). De fato, com a financeirização, as dívidas dos países latino-americanos – dolarizadas e atreladas às taxas de juros dos EUA – elevaram-se significativamente, tornando-se impagáveis. Ademais, o endividamento externo implicou a contínua transferência de recursos em favor dos países centrais, reforçando o estado de subordinação destes países, incluindo o Brasil nesta situação.

Em meio à lógica capitalista que impunha taxas de juros consideravelmente superiores à capacidade de crescimento econômico dos países subordinados, foi um dos principais responsáveis pela estagnação dos anos 1980, período da “década perdida”, marcada pela crise da Dívida Externa brasileira e adesão do país ao capital internacional para buscar reverter a crise. Para compreender os fatores que resultaram em tal crise, intimamente relacionada ao processo de financeirização, torna-se necessário entender a conjuntura dos anos 1960 e 1970, quando os países latino-americanos contraíram empréstimos oferecidos por bancos privados internacionais, com as facilidades propiciadas por abundante oferta de crédito e baixas taxas de juros. Naquela época, o mercado financeiro internacional dispunha de consideráveis excedentes financeiros provenientes de países produtores de petróleo e dos déficits fiscais dos Estados Unidos. Além disso, os exportadores de *commodities* beneficiaram-se do rápido aumento dos preços desses produtos nos mercados internacionais, impulsionado em parte por políticas expansionistas de alguns dos países mais industrializados.

Theotônio dos Santos (2000, p. 114), esclarece que “as sociedades se converteram em instrumento de dominação, de subordinação e de exploração de algumas regiões por outras, em que as dependentes tiveram de produzir taxas brutais de excedente para alimentar os polos centrais de acumulação”.

Uma parcela das reservas financeiras mundiais foi então direcionada aos países da América Latina, o que acarretou no fortalecimento do sistema financeiro internacional privado. Os bancos privados tornaram-se o principal credor mundial, deixando para as instituições de Bretton Woods, como o FMI e o Banco Mundial, o papel secundário de zelar pela estabilidade macroeconômica do sistema. Esse ciclo financeiro, inicialmente se apresentava como benéfico para o capital e para as nações endividadas – de um lado os bancos encontraram um mecanismo de concessão de crédito altamente rentável e, do outro, os governos latino-americanos orientaram temporariamente os desequilíbrios internos.

Da mesma maneira, Marini (2000), após analisar a independência política da América Latina e da formação dos Estados Nacionais vinculados às antigas metrópoles, afirma que a dependência é uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. “O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe” (MARINI, 2000, p. 109).

Deste modo, a América Latina entrou para o sistema financeiro global tornando-se devedora e o investimento direto estrangeiro deixou de representar a principal fonte de capital para a região, sendo substituído por Dívida Externa. Perante esta conjuntura, o Banco Mundial e o FMI ressurgem como atores principais do jogo econômico internacional, impondo, em prol da dominação social e política do capital financeiro, severas condições aos países endividados. Nessa esteira, Theotônio dos Santos (2000, p. 147), afirma que a tese central da teoria da dependência é “o fato de os países centrais serem captadores de excedente econômico dos países periféricos e dependentes, o que explica grande parte das suas dificuldades econômicas”.

Na prática, estabeleceu-se uma relação formada por bancos privados, agências multilaterais e governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, porém, estes últimos foram completamente excluídos de qualquer processo de tomada de decisões. Sob o comando

do FMI e do Banco Mundial, enfraquecia-se o desenvolvimentismo na América Latina e o keynesianismo pós-Guerra, mediante a consolidação da supremacia do capitalismo centrado nos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos, que detinham poder de veto nas duas instituições. Com este cenário de endividamento, o Brasil adere ao capital internacional para suprir o descontrole nas suas contas externas que tem início no final da década de 1970 e se agrava na década de 1980.

GOVERNO FIGUEIREDO E O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

O Presidente João Baptista Figueiredo do Partido Democrático Social (PDS), tomou posse em março de 1979, foi o último governo da Ditadura Militar, num contexto de desconfiança em relação à situação econômica do país. Mesmo com um crescimento modesto dos últimos anos, a conjuntura que estava por vir era desafiadora, diante de diversos fatos ocorridos no mundo, principalmente uma nova ordem mundial estabelecida pós segunda crise do petróleo. Os objetivos do então Presidente General, além de dar continuidade ao processo de democratização iniciado com o General Geisel, seu antecessor, visava também o crescimento econômico do país – reduzir a dependência monetária de países estrangeiros e controlar a inflação que acompanhava a economia brasileira desde 1975. O cruzeiro, moeda da época, foi desvalorizado em 30% no final de 1979. A medida acentuou a desaceleração econômica, o descontrole inflacionário e o desarranjo nas contas públicas. Em 1980, a inflação bateu a marca de 100% ao ano. Mesmo com a elevação dos preços dos importados, o balanço de pagamentos apresentou déficits. Em 1981, o país entrava em uma recessão que perduraria até o segundo semestre de 1982.

Desta maneira, a crise da Dívida se acentuou a partir 1981, sendo aprofundada sob o impacto da ruptura do mercado financeiro internacional nos meses finais de 1982. Sem nenhuma margem de manobra, a política econômica foi enquadrada num perfil contracionista² ainda mais intenso, seu indicador emblemático foi o retorno à política de arrocho salarial que

² É identificada como uma política monetária, aplicada quando a economia se encontra numa situação de inflação, busca a redução da demanda agregada aliada aos preços.

marcou o governo de Figueiredo. A tabela seguinte apresenta o aumento da Dívida durante o governo de Figueiredo.

Tabela 1: Evolução Dívida Externa - 1981-1985 (milhões de US\$)

| Ano | Dívida Externa |
|------|----------------|
| 1981 | 61.411,00 |
| 1982 | 70.197,00 |
| 1983 | 81.319,00 |
| 1984 | 91.091,00 |
| 1985 | 95.857,00 |

Fonte: (Adaptado de Ipeadata).

Configurou-se assim, a maior crise atravessada pelo Brasil desde o início da industrialização, culminou em um estrangulamento da economia interna e externa e a necessidade de negociar a Dívida Externa. É o que será abordado a seguir.

PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA COM O FMI: COMPROMETIMENTOS DO GOVERNO FIGUEIREDO

Nos primeiros anos da década de oitenta, o Brasil ainda não se encontrava num regime democrático, especialmente, durante o governo de João Figueiredo, mas a opinião política se manifestava, mesmo com as restrições de um processo gradual de abertura política em percurso. Havia ocorrido uma reforma partidária de 1979 e os novos partidos de oposição ganharam as eleições de 1982 fazendo o processo de abertura política se acelerar. Em 22 de novembro de 1982, passadas as eleições, o Ministro Delfim Netto anunciou ao país a decisão de recorrer ao FMI. Seguidamente, em 26 de novembro do mesmo ano, o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas se pronuncia em Genebra durante o encontro do Acordo Geral sobre as Tarifas e Comércio (GATT), que o Brasil iria notificar o Fundo.

A partir disso, o Brasil obteve, em 1983, junto ao FMI, os empréstimos de curto prazo que necessitava para pagar os compromissos mais urgentes. Além dos empréstimos para equilibrar o balanço de pagamentos, o governo brasileiro intensificou, a partir de 1983, medidas

internas fiscais na forma clássica: redução do déficit do setor público, redução do crédito, desvalorização do câmbio, juros altos e contração dos salários. O resultado do abandono da estratégia desenvolvimentista e a prevalência dessa política restritiva foi a redução do crescimento do PIB.

Para compreender estes ajustes em 1983, torna-se indispensável apresentar a corrida contra o tempo no final do ano anterior para o país ser “atendido” pelo FMI. Brum apresenta,

Anunciada oficialmente a decisão de recorrer ao Fundo Monetário Internacional – depois de tê-la retardado por mais de dois meses, para não prejudicar o resultado das eleições e a “economia nacional”, segundo Delfim Netto – o governo, premido pelas necessidades e pelo tempo, agilizou a todo o vapor a máquina administrativa com o objetivo de conseguir, no mais curto prazo, uma decisão favorável para aliviar as graves dificuldades financeiras do País. Imediatamente, em fins de novembro, desembarcou no Brasil uma missão de técnicos do FMI com o objetivo de realizar completa e minuciosa radiografia da situação econômica e financeira do País, como ponto de partida para as negociações com vistas ao programa de estabilização exigido pelo Fundo para a concessão de um empréstimo ampliado (“stand by”) que seria consubstanciado na Carta de Intenção a ser encaminhada pelo governo brasileiro ao FMI, com o pedido. (BRUM, 1984, p. 49).

Com o intuito de rapidamente ajustar a situação preocupante do país nos moldes do Fundo, houve uma ágil “avaliação” por parte da equipe técnica da instituição. Conforme Brum,

Contudo, no tempo recorde de 23 dias, a equipe de técnicos do Fundo dava por concluída a primeira fase da sua missão: haviam sido feitos os acertos considerados necessários e estava definido e esboçado o documento-base – a Carta de Intenção – através do qual o governo brasileiro formalizaria o pedido de empréstimo ao FMI. (BRUM, 1984, p. 50).

Este alinhamento estava atrelado à assinatura de um acordo de estabilização com o FMI e que passaria a valer já ao início de 1983. Entretanto, neste meio tempo o Brasil precisava de caixa para quitar seus compromissos. Deste modo, precisou recorrer a outros meios, quer dizer, a outros credores para pagar suas contas, seriam empréstimos de emergência. E isso foi providenciado com a visita oficial do Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, em início de dezembro de 1982. A visita demonstrava a “solidariedade” dos EUA com a dificuldade financeira do Brasil. Mais uma vez, BRUM (1984, p. 50) – “De tal modo que, na ocasião, anunciou a concessão de um empréstimo de curto prazo (empréstimo-ponte), de 1,48 bilhões de dólares, fornecido com recursos do Tesouro Federal Americano, a fim de o Brasil fazer frente

a seus compromissos financeiros mais prementes”. E ainda em dezembro, consegui outro empréstimo de curto prazo no valor de 1,45 bilhões de dólares com o Bank for International Settlements (BIS), este situado na Suíça.

No entanto, estes empréstimos não aliviaram as dívidas do Brasil, à vista disso, Carlos Geraldo Langoni, então presidente do Banco Central, enviou no penúltimo dia de dezembro telex aos mais de 1.000 bancos internacionais credores do Brasil, informando que não pagaria as dívidas a partir de janeiro de 1983. Até que, em 6 de janeiro de 1983, é enviado oficialmente a I Carta de Intenções³ do governo Figueiredo ao FMI,

Finalmente, no dia 6 de janeiro de 1983, depois de tudo acertado, o governo brasileiro encaminhou formalmente a Carta de Intenção ao Fundo Monetário Internacional, na qual o Brasil solicita o empréstimo. A decisão final favorável do Fundo, embora certa, só ocorreu em 28 de fevereiro de 1983. E isso depois de o governo brasileiro ter enviado ao FMI, no dia 24.02.1983, a segunda Carta de Intenção, que alterava em parte a primeira, diante principalmente da nova realidade econômica do País e seus desdobramentos decorrentes, sobretudo da maxidesvalorização do cruzeiro de 30% em relação ao dólar, decretada em 18 de fevereiro de 1983. (BRUM, 1984, p. 54).

Todo o comprometimento do Brasil descrito na Carta foi assinado pelos representantes do setor econômico – Ministro Ernani Galvêas e Carlos Geraldo Langoni, presidente do Banco Central. Nela estava elencado os ajustes que seriam feitos como reduzir o déficit público, reduzir os salários, retirar o prêmio exportação, desvalorizar aceleradamente a moeda, eliminar os subsídios agrícolas, eliminar restrições quantitativas e fiscais na remessa de lucros, assistência técnica e royalties, aumentar o preço do combustível, entre outros.

As mudanças descritas na política de ajustes eram compreendidas para um período de três anos (1983-85), o documento foi remetido ao diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière. Com as seguintes ressalvas

A estratégia básica deste programa é aumentar significativamente a poupança interna, especialmente no setor público, e tornar a economia mais eficiente, o que será alcançado através do alinhamento nos preços relativos entre os vários setores da

³ Todas as Cartas de Intenções citadas nesta pesquisa para fins de análise foram cedidas pelo Banco Central do Brasil por meio de seus respectivos departamentos - Departamento de Atendimento ao Cidadão (Deati) e Divisão de Atendimento ao Cidadão (Diate). Os documentos foram encaminhados via e-mail em 11.10.2017, em resposta à solicitação da autora. Estas se encontram anexadas a este documento. Todos os trechos retirados tanto das Cartas como de matérias do Jornal **Folha de S. Paulo** estarão destacadas entre aspas e em itálico no texto.

economia, eliminação de subsídios e redução da intervenção direta e indireta do Governo na economia.

A Carta foi distribuída na seguinte ordem – apresentação do histórico das razões que levaram o país à crise; Elenca os ajustes que serão feitos na economia; E por fim, formula seu pedido de empréstimo. O documento é acompanhado de um Memorial Técnico com o intuito de simplificar a linguagem técnica apresentada na Carta. Especificamente, o artigo 26 da Carta se compromete a

Durante o primeiro ano de acordo com o Fundo, as autoridades pretendem também eliminar um número de restrições cambiais de menor impacto, num esforço para facilitar os pagamentos e transações internacionais e substituí-las, sempre que necessário, por medidas de natureza não-cambial

Com o escopo de estabilizar a economia e suas contas o governo de Figueiredo apresenta que

formulou um programa econômico que, a curto prazo, reduzirá substancialmente os desequilíbrios externo e interno, e a médio prazo promoverá mudanças estruturais na economia que permitirão um retorno a taxas mais elevadas e autossustentáveis de crescimento e emprego”.

E apresenta cinco pontos, pelos quais se buscava o estímulo á economia e ao emprego para os 3 anos seguintes –

1) aumento das exportações, através de combinação de uma política cambial adequada e de ampla assistência financeira e técnica; 2) apoio continuado à agricultura, buscando a elevação dos investimentos e da produtividade no setor; 3) fortalecimento da confiança do empresário, o que deverá incentivar os investimentos no setor industrial; 4) política salarial destinada ao aumento do emprego; 5) políticas de preços destinadas a estimular a produção.

Após apresentar os fatores que levaram o Brasil à crise e pontuar o programa de estabilização econômica, o governo solicita:

Como apoio a este programa de política econômica, o Governo do Brasil, pela presente, solicita acesso aos recursos financeiros do Fundo Monetário Internacional no valor equivalente a 450% da quota do Brasil, ao amparo da primeira “tranche” de crédito e no âmbito de um acordo ampliado por um período de três anos. O Governo solicita também acesso ao máximo aos recursos financeiros do Fundo, ao empréstimo compensatório para quedas nas exportações e a empréstimo para financiamento de estoques reguladores.

E reforça que

para assegurar o êxito deste programa econômico, será essencial que o Brasil possa continuar a contar com o apoio financeiro de bancos comerciais estrangeiros, de organismos internacionais e de Governo. Tal apoio financeiro será de especial

importância no início de 1983, quando o efeito completo das medidas de reajuste ainda não tiver se materializado

Nesta passagem da Carta é nítido o início da dependência/subordinação do país perante o capital internacional, o Brasil deixa claro que para equilibrar suas contas depende do “apoio” das organizações financeiras internacionais. Isto é, abre brecha para que o FMI imponha suas condicionalidades.

Ainda sobre os comprometimentos, o governo de Figueiredo sublinha que visa “*uma significativa diminuição do desequilíbrio interno*” fixa que “*a taxa média anual de inflação deverá declinar de 95%, em 1982, para 78%, em 1983*”. O governo subestima a inflação, a qual aumenta nos anos seguintes, ou seja, é uma das metas que o país não consegue cumprir. No decorrer da Carta são elencadas diferentes medidas que o governo tinha aderido ou estava se propondo a aderir a reduzir as despesas do Estado brasileiro – *redução do subsídio aos produtores de açúcar, elevação rápida do preço do trigo, elevação do preço do aço e de serviços (inclusive o transporte), redução do consumo do combustível e importação do petróleo, correção do preço dos derivados do petróleo*. De acordo com Arantes (2002, p. 103), “Tais medidas tiveram uma grande repercussão sobre a economia e sobre as condições de vida da população”. E pontua,

Para aumentar a receita, foram adotadas as seguintes medidas: alteração no mecanismo de recolhimento do Imposto de Renda, aumento da tributação do diesel, redução dos incentivos fiscais e a redução dos gastos públicos com pessoal. Aí se manifesta a política de combate à inflação às custas dos salários dos trabalhadores e dos servidores públicos. (ARANTES, 2002, p. 103).

Interpreta-se que todos estes ajustes são para atender as condições do Fundo, sendo que todos foram efetivados, sobretudo, a redução dos gastos do Estado. Como consequência, atingiu a renda da população. O documento assinala que “*parte substancial do ajuste econômico caberá às empresas do Governo. [...] torna-se necessário, durante 1983 e em anos subsequentes um corte substancial no dispêndio global dessas empresas*”. Apresenta também, o desejo em “*reduzir o número das empresas governamentais e ajustá-las às regras do mercado*”. Referente o ajuste monetário explicita “*liberalização do sistema financeiro, tanto no que diz*

respeito às limitações quantitativas, controlando o nível de liquidez doméstica". Conforme Arantes (2002, p. 104), "O aumento das taxas de juros e a redução da liquidez, ao aumentar o custo do dinheiro, conduzem à redução do crescimento da economia". Isto é, sacrifica internamente para atender os credores externos.

Inerente à taxa de câmbio "*o Governo resolveu continuar a depreciar a taxa de câmbio do cruzeiro, em relação ao dólar norte-americano, em 1983, a uma taxa mensal que, em média, será superior a 1% à taxa doméstica de inflação*". Sobre as importações "*uma ampla gama de proibições e restrições quantitativas às importações, a fim de reduzir o déficit do balanço de pagamentos*" e "*eliminar um número de restrições cambiais de menor impacto, num esforço para facilitar os pagamentos e transações internacionais*". Todo este conjunto de ações apresentadas por parte do Brasil ao Fundo é detalhada no Memorando Técnico que acompanha a I Carta e enfatiza sobre as medidas de eliminação das restrições cambiais "*limitações nas remessas externas de taxas e assistência técnica e royalties*", "*imposto adicional progressivo sobre as remessas externas de lucros e dividendos*", etc. Mais uma vez fica claro, que as ações adotadas pelo governo vão ao encontro das diretrizes do FMI, deste modo o favorecimento ao sistema financeiro internacional. Nesse sentido, Arantes afirma:

Essa Carta de Intenções explicita um compromisso de adoção de uma política econômica recessiva, muito ao gosto do FMI. O objetivo do crescimento econômico e aumento do emprego se coloca no texto de forma genérica, como algo a ser alcançado no futuro. Fica claro, por outro lado, o objetivo de redução drástica do papel do Estado no desenvolvimento. A política econômica efetivamente adotada visou à redução do déficit da balança de pagamentos, pela ampliação das exportações e redução das importações. Isto se consegue reduzindo a demanda interna, pela redução do consumo produtivo, com a recessão e a redução do consumo individual, e com a compressão salarial. O arrocho monetário e os altos juros reduzem a atividade industrial e a necessidade da importação de máquinas e insumos produtivos. (ARANTES, 2012, p. 104).

Somente seis dias após escrita a I Carta, em 18.02.1983 foi decretada a maxidesvalorização de 30% da moeda nacional em relação ao dólar, que tornou sem eficácia os limites quantitativos estipulados na primeira versão do acordo. Encaminhou-se ao FMI novo documento identificado como "Adendo à Carta de Intenções", este reiterava os propósitos originais de política econômica e confirmava a estrutura básica do programa, mas alterava

projeções e critérios de desempenho em função da variação brusca na taxa cambial. Biz e Girardi explicam,

Como em seguida foi feita uma maxidesvalorização da moeda, para dizer ao FMI que a Carta era para valer, a previsão do índice inflacionário foi alterada em um adendo à Carta. Nele se aceitaram em 83 uma inflação de 90% e uma redução de 8,8% do déficit público em relação ao PIB (Produto Interno Bruto). Como houve alterações na Carta, há os que chamam a esse adendo de uma segunda carta (24.02.83). (BIZ; GIRARDI, 1984. p. 32).

As principais modificações eram referentes à elevação da taxa de inflação⁴ esperada para o ano de 1983 e ao endurecimento das metas fiscal e monetária. A previsão de inflação, ainda que revista, continuava a ser subestimada pelos técnicos brasileiros, o que dificultava ainda mais o cumprimento dos apertados limites quantitativos trimestrais para as variáveis fiscal e monetária, definidos em termos nominais.

Sobre estas modificações da primeira Carta para uma segunda, Brum sintetiza:

A primeira Carta de Intenção tem a data de 6 de janeiro de 1983. Porém, antes mesmo da sua apreciação pelo conselho Diretivo do Fundo, o governo brasileiro se via forçado pelos fatos a enviar uma segunda Carta de Intenção datada de 24.02.1983, introduzindo alterações nos parâmetros quantitativos da primeira. Assim, a segunda Carta modificava e complementava a primeira, de modo a formar, junto com o Memorando Técnico de Entendimento, um conjunto único que, finalmente, foi aprovado na reunião da Direção do FMI realizada dia 28 de fevereiro de 1983, que selou a formalização do acordo do Fundo com o governo brasileiro. (BRUM, 1984. p. 62).

Diante disso, a primeira parcela foi liberada pelo FMI, o Brasil estava confiante que a partir de agora contaria com todas as parcelas reivindicadas ao Fundo, entretanto, não foi o que aconteceu. Ainda na primeira fiscalização o Fundo constatou que os esforços do Brasil eram apenas no sentido de obter um saldo positivo na balança comercial. O restante dos itens não estava sendo cumprido, sobretudo o combate à inflação e a redução do déficit público.

Desta maneira o FMI suspendeu a liberação da segunda parcela do empréstimo, até que se apurassem as causas do não cumprimento das cláusulas de desempenho. Além da meta fiscal,

⁴ Inicialmente a previsão era de uma inflação média de 78%, e em final do período de 70%. Foram modificadas para 100% e 85-90%. Para consulta no parágrafo 9 da I Carta e parágrafo 4 do Adendo à Carta de Intenções.

havia sido ultrapassados os tetos fixados para os ativos domésticos líquidos das autoridades monetárias e para o déficit global do balanço de pagamentos. Assim, em pouco tempo se tornou evidente a fragilidade do acordo firmado em janeiro e revisto em fevereiro.

Após a primeira Carta, foram enviadas mais seis ao Fundo. É possível sintetizar o comprometimento do governo em alguns trechos das Cartas publicado em 21 de julho de 1985 no Jornal Folha de S. Paulo: “**Janeiro de 1983** - As autoridades da área econômica do governo Figueiredo se comprometem a adotar um novo programa para a redução das dívidas externa e interna. Solicitam, em contrapartida, acesso aos recursos do Fundo Monetário Internacional, apoio dos bancos comerciais e de organismos internacionais além de governos das nações desenvolvidas. É a mais extensa das cartas de intenções elaboradas no governo anterior. Através dela o Brasil se comprometeu – mas na maioria das vezes não cumpriu – a expandir as exportações através de uma política cambial adequada, mas mantendo a sistemática habitual de minidesvalorizações da moeda (pouco mais de um mês após, realizou uma maxidesvalorização, que acabou gerando uma nova carta de intenções); apoiar a agricultura (buscando a produtividade); estimular os investimentos do setor industrial; aplicar uma política salarial destinada a ampliar a oferta de emprego; implantar uma política de preços dirigida ao crescimento da produção; corrigir os preços do petróleo em bases reais; eliminar subsídios ao trigo e ao açúcar; corrigir os preços do aço, as tarifas de serviços públicos para eliminar o déficit das estatais; eliminar incentivos fiscais (com exceção dos dirigidos ao Norte e Nordeste), manter a austeridade no que diz respeito aos gastos públicos, reduzir o número de empresas do governo; aumentar as taxas de juros à agricultura (preservando o pequeno agricultor); liberalizar o sistema financeiro; prorrogar o crédito-prêmio às exportações até abril de 1985; reduzir as restrições às importações; promover a liberalização das restrições cambiais, que impedem a remessa para o Exterior de recursos provenientes de royalties e prestação de assistência técnica por empresas estrangeiras; e limitar o aumento líquido do endividamento externo; **Fevereiro de 1983** - A segunda Carta de Intenções enviada ao FMI corrige as metas estabelecidas pelo documento anterior, em razão do primeiro (de uma série) descumprimento dos compromissos assumidos antes. Embora as autoridades monetárias tivessem declarado que manteriam a política de minidesvalorizações do cruzeiro, em 18 de fevereiro promoveram uma maxidesvalorização de 20% da moeda. Na mesma oportunidade as autoridades se

comprometeram a modificar a política salarial, com o objetivo de conter as despesas públicas, já que seriam os salários dos empregados nas empresas do governo que mais efeitos negativos promoveriam sobre o orçamento da União. A disposição de alterar a legislação salarial acabou resultando na lei 2.065 de junho daquele, instituído após a recusa, pelo Congresso, de aprovar a de número 2.045, que limitava, sem qualquer escalonamentos, os reajustes salariais a 80% do 1 NPC; **Setembro de 1983** - O novo documento elaborado pelo Brasil não chegou sequer a ser apreciado pelo Conselho Diretor do FMI, pois estava fundamentado em cálculos e metas que, já se sabia de antemão, não poderiam ser cumpridas pela não aprovação, pelo Congresso, do decreto-lei salarial 2.045. Mais uma vez as autoridades se comprometiam a eliminar as restrições às remessas de lucros ao Exterior pelas empresas estrangeiras e ao pagamento de royalties e taxas a título de prestação de assistência técnica (uma antiga aspiração das multinacionais). Estabeleceu como meta uma inflação maior do que a prevista anteriormente (125, ao ano, ao invés de 100%). Alterou também o nível do déficit público (de Cr\$8,8 trilhões para Cr\$ 18,5 trilhões). Naquela carta as autoridades informaram que o PIB – Produto Interno Bruto – não iria mais crescer no período os 3,5% prometidos antes, mas que se manteria sem expansão (com taxa zero). Ao mesmo tempo, comunicou que o superávit comercial do ano chegaria aos US\$ 6 bilhões e que, no ano seguinte, chegaria a US\$9 bilhões. Revelou ainda que as taxas de juros nos financiamentos às exportações seriam reajustadas para 60% ao ano, ao invés dos 40% estabelecidos anteriormente. Na área bancária, seria elevado o depósito compulsório em cinco pontos percentuais para os depósitos à vista e a prazo; **Novembro de 1983** - A distância entre os termos da 3ª Carta de Intenções e a realidade levou à necessidade de apresentar mais um documento oficial, desta vez fundamentado nos efeitos da legislação salarial em vigor, que representava um ônus adicional às empresas do governo, em relação à política salarial proposta e negada pelo Congresso. Para neutralizar essa mudança nos planos, as autoridades monetárias se comprometeram a imprimir uma maior austeridade, modificando as metas da economia. Com isso, a expansão monetária foi reduzida de 60%, para 50% para 1984 e o déficit operacional dos gastos públicos foram reduzidos com corte nos subsídios. Os termos da nova Carta permitiram uma maior adesão dos bancos internacionais ao empréstimo Jumbo, que previa a liberação de US\$ 6,5 bilhões, nunca atingidos; **Março de 1984** - O documento enviado ao FMI é apenas descritivo. O governo procura justificar os estouros

ocorridos no período anterior, deixando as metas estabelecidas cinco meses antes muito aquém do pretendido. Numa tentativa de remediar tamanho desastre, as autoridades se comprometeram a atingir um superávit nas contas externas de US\$1 bilhão, tentando assim fortalecer o balanço de pagamentos. Declararam ainda na ocasião que seria mantido o arrocho creditício, para que fosse cumprida a meta de 50% da expansão da base monetária e dos meios de pagamentos; **Dezembro de 1984** - Já em final de governo, as autoridades monetárias se comprometeram a se conter dentro de limites que nunca lhes seriam cobrados De acordo com o documento enviado ao FMI, a inflação média anual neste ano não deveria ultrapassar a 170% e a final, a 120%. Foi também assumido o compromisso de conter a expansão da base monetária em 60% e de consultar os técnicos do FMI sempre antes que tivesse de ser mudada. O endividamento do setor público foi calculado em Cr\$70 trilhões até junho e o orçamento foi apertado a ponto de eliminar qualquer possibilidade de investimento pelas estatais. Estas, se tivessem lucro, teriam de transferi-los integralmente para a União. O governo anterior se comprometeu ainda, perante o FMI, a enviar mensalmente as metas de desempenho econômico, o que era feito antes trimestralmente. O déficit no balanço de pagamentos em 1985 não poderia ficar além dos US\$ 400 milhões negativos até março e em US\$ 200 milhões até junho”.

É um conjunto de Cartas com muitos comprometimentos e pouca eficácia, a maioria das metas nunca foram cumpridas, dado que, o Brasil não tinha meios para concretizá-las. A cada novo documento se buscava meios paliativos para manter a credibilidade e confiança perante os credores internacionais. Findado o governo de João Figueiredo, ficou sob a responsabilidade do governo de José Sarney em ajustar as contas com o FMI e credores, o qual em 1987 anunciou a moratória da Dívida Externa Brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar as negociações da Dívida Externa Brasileira durante o governo do presidente Figueiredo, é possível realizar algumas constatações. Primeiramente, a falta de liquidez no início da década 1980 é oriunda ainda dos gastos realizados durante o Milagre Econômico. A partir da década 1970 ocorrem dois choques do petróleo (1973 e em 1979), deste modo o cenário muda, pois até então os países do “Terceiro Mundo” contavam com créditos abundantes a baixos juros oferecidos por bancos privados internacionais, pois o mercado

financeiro internacional dispunha de consideráveis excedentes financeiros provenientes de países produtores de petróleo e dos déficits fiscais dos Estados Unidos. Além de que, esses países administravam suas contas sem as exigências e interferências na condução das suas políticas econômicas, características das operações com organismos financeiros oficiais. Sem este crédito fácil, ocorre o endividamento destes Estados a começar nos anos 1980.

Isto é, o estancamento do modelo de acumulação então predominante na década 1970, alterou-se significativamente na dinâmica da relação entre capital e trabalho com a crise do petróleo, consolidou um novo processo de financeirização capitalista, conseqüentemente alterou o modo de financiamento para os países em situação econômica vulnerável. Essa modificação entendida como crise então instaurada, pressionou governos e organismos internacionais a buscarem alternativas para garantir os interesses do capital, o que alterou a dinâmica da acumulação capitalista, iniciando a consolidação da era da financeirização. Tem-se início o que Chesnais chama de "Mundialização do Capital", sintetiza-se que a mundialização financeira ou financeirização é entendida em linhas gerais como a concentração do capital nas mãos de grandes grupos oligopolistas e sua atuação estratégica nesses moldes. Deste modo, com a financeirização, as dívidas dos países latino-americanos – dolarizadas e atreladas às taxas de juros dos EUA – elevaram-se significativamente, tornando-se impagáveis. Ademais, o endividamento externo implicou a contínua transferência de recursos em favor dos países centrais, reforçando o estado de subordinação destes países, incluindo o Brasil nesta situação.

Perante esta conjuntura, o Banco Mundial e o FMI surgem como atores principais do jogo econômico internacional, impondo, em prol da dominação social e política do capital financeiro, severas condições aos países endividados. Isto posto, com o aumento substancial da Dívida Externa o Brasil começa uma longa relação com o FMI para renegociar e conseguir novos empréstimos com o intuito de equilibrar a economia nacional. Chegada a década 1980 o Brasil enfrentou uma crise como nunca antes havia passado, pois ocorreu o fechamento do sistema financeiro internacional (bancos credores) de crédito e o crescimento da Dívida. Inaugurou-se um novo marco de negociações entre o Brasil e FMI, com o escopo de renegociar seus compromissos com os principais credores internacionais.

Assim sendo, o governo de João Figueiredo dá início ao processo de negociações, ao total foram enviadas sete Cartas de Intenções ao FMI com propósito de negociar a Dívida. A

partir de então, firmou compromissos com o Fundo de uma política econômica recessiva como: arrocho salarial, controle de despesas públicas, redução dos gastos com empresas estatais, aumento de tributos, política monetária restritiva, desvalorização de moeda, aumento no valor dos combustíveis, entre outros. Todas estas medidas são de impacto negativo para a população, entretanto atendia às normas do Fundo. As Cartas assumem um discurso de dependência ao capital internacional para assim o Brasil conseguir equilibrar sua economia. Em diferentes momentos das negociações entre governo Figueiredo e FMI foram suspensas parcelas de empréstimos, pois o Brasil não conseguia manter seus compromissos. Situação compreensível, pois o país não contava com uma realidade que pudesse atender fielmente ao receituário da instituição.

As reformas estruturais e a ampla liberalização dos mercados de bens, serviços e capitais tornam-se lições básicas pregadas e exigidas pelos Organismos Multilaterais de assistência financeira, pelos bancos privados internacionais e pelos Estados centrais, que sob o argumento de conferir ordem e harmonia ao sistema monetário internacional, interconectado e interdependente, coagiu a economia brasileira a extrema e total dependência financeira, a desregulação dos mercados, as privatizações, as contenções dos gastos públicos, privilegiando a rentabilidade dos lucros.

O Fundo Monetário Internacional desempenhou um papel de influência na realidade brasileira durante a década de 1980, exigindo do país adoção de amplas reformas estruturais, orientadas via Guia de Condicionalidades, documento que “orienta” os Estados-membros solicitantes de auxílio financeiro. O Brasil não foi qualquer exceção nesse jogo de forças do mercado capitalista, pois apenas se deteve de meios paliativos para manter os empréstimos de credores internacionais. O governo de Figueiredo não conseguiu guiar sua economia e negociações com os credores sem o suporte do FMI.

Conclui-se, o Brasil assumiu sua posição de dependência/subordinação financeira no decorrer do governo de João Figueiredo diante do capital externo. Visto que, o Fundo Monetário Internacional como defensor dos interesses do sistema financeiro internacional “vigiu” a economia brasileira na chamada “década perdida”.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Aldo. **O FMI e a Nova Dependência Financeira**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2002.

BIZ, Osvaldo; GIRARDI, Leopoldo Justino. **A Dívida Externa Brasileira e o FMI**. Porto Alegre: Ejemota, 1984.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. 5. ed. atual. São Paulo: Editora 34, 2003.

BRUM, Argemiro Jacob. **O Brasil no FMI**. Petrópolis, Vozes, 1984.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. A nova economia: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et al. (Org.). **Uma nova fase do capitalismo?** Trad. Andreia Galvão. São Paulo: Xamã, 2003, p. 43-70.

CRUZ, Paulo Davidoff. **Dívida Externa e a Política Econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOLHA de São Paulo. Disponível em: <<https://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; DE CASTRO, Lavinia Barros; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO Jr., Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 28 set. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

O NASCIMENTO DE UM NOVO PAÍS: O CASO DO SUDÃO DO SUL E SUA RELAÇÃO COM A CHINA

André Valente Maia¹

Resumo

A proposta deste trabalho é apresentar uma análise sobre a importância do petróleo e de sua relação com a China no processo de constituição do Sudão do Sul, e a partir de sua independência, em julho de 2011. Estes elementos ainda são determinantes na economia do país até os dias atuais. Através de uma perspectiva histórica pretende-se efetuar um estudo de caso sobre o desenvolvimento da indústria petrolífera e a presença chinesa na região. A compreensão deste relacionamento auxilia no entendimento dos problemas enfrentados no país recentemente. Constatou-se uma alta dependência do petróleo, como gerador de receitas para o Estado, ao mesmo tempo que os capitais chineses são fundamentais para o desenvolvimento do país. Concomitantemente, ofereceu a China a possibilidade de testar os limites de sua política externa de não interferência em assuntos internos de outros países.

Palavras Chaves: China. Sudão. Sudão do Sul. Petróleo. Independência.

INTRODUÇÃO

Sudão do Sul, um país localizado no nordeste africano que conquistou sua independência em 2011. A partir de sua constituição, o país passou a colecionar títulos nada desejosos, seja para um líder político ou para a população. O mais jovem país do mundo figura como um dos mais corruptos, com maior dependência das receitas do petróleo, quase metade da população não tem acesso a água potável, enfrenta problemas com segurança alimentar, dentre outras mazelas que assolam a população na luta diária pela sobrevivência (KOFFI e GAMA, 2018). Disputas políticas provocaram uma guerra civil logo após a independência, para dificultar ainda mais as condições de sua sociedade.

Um país sem acesso ao mar, com reservas de petróleo e carente de quase todo o resto, depende dos países vizinhos para escoar o petróleo extraído, principalmente o Sudão. A ausência de uma infraestrutura básica dificulta o desenvolvimento da economia interna, um conflito armado impossibilita o desenvolvimento da atividade agrícola. Nesse contexto a

¹ Mestrando em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; E-mail; andrevmaia@gmail.com Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

emergência de uma questão parece evidente. Quais foram as condições que possibilitaram essa região tornar-se independente? Obviamente existe uma variedade de fatores que influenciaram direta ou indiretamente este processo. Propomos, no escopo deste trabalho, dar relevância ao petróleo e ao relacionamento econômico com a China como alguns desses fatores.

Argumentamos neste trabalho que o petróleo e o relacionamento com a China possibilitaram as condições econômicas mínimas necessárias para que os líderes do movimento de independência lograssem êxito no projeto de secessão e na permanência no poder. Para tal analisamos o desenvolvimento da indústria petrolífera no Sudão, seguido pelo processo de independência do Sudão do Sul e a importância do petróleo e da presença chinesa no país.

O PETRÓLEO NO SUDÃO E SUA RELAÇÃO COM A CHINA

O Sudão conquistou sua independência em 1956. Três anos depois, em 1959, reconheceu o governo chinês que havia conquistado o poder em 1949, sendo o quarto país da África a oficializar o reconhecimento. No entanto, a relação entre os dois países se resumiu a contatos esporádicos e sem muita relevância, pelo menos até a tomada do poder por Omar Al-Bashir em 1989. Antes disso, o setor petrolífero do país consistia na atividade, sem muito sucesso, de empresas oriundas dos Estados Unidos, Canadá e Europa (JOHANSON, 2016).

A tomada do poder, via um golpe de estado, pela Frente Islâmica Nacional do Sudão e sua agenda ideológica, sofreu acusações de ligação com o terrorismo, resultando no isolamento internacional e sanções unilaterais (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2012), uma vez que o governo do Sudão foi designado um país patrocinador do terrorismo (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014). Este distanciamento e as sanções adotadas pelas Nações Unidas e Estados Unidos passaram a afetar o relacionamento do país com instituições de financiamento externo, como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, como também nas atividades das petrolíferas. Somando-se aos problemas externos, o país viu eclodir uma guerra civil, localizada principalmente na região sul, tornando o ambiente cada vez mais instável para a permanência dessas petrolíferas (JOHANSON, 2016). Apesar das consideráveis descobertas de petróleo ao longo dos anos 1980, a guerra civil passou a comprometer a segurança, a Chevron

encerrou suas atividades no país após a morte de três funcionários por grupos rebeldes (ALI, 2018).

O governo do Sudão estava enfrentando problemas cada vez mais intensos, para os quais era de extrema importância assegurar parcerias externas afim de garantir o suprimento das necessidades do país, tanto em investimentos como em comércio. Neste contexto a China emergiu como parceiro, visto que, um dos princípios da política externa era a não interferência em assuntos externos. Para a China, o Sudão representava uma oportunidade para seus primeiros investimentos externos no setor petrolífero. A China não era mais autossuficiente em petróleo desde 1993 (ZHA, 2010) e buscava por oportunidades no exterior, tendo realizado o primeiro investimento no Peru em (CNPC, 1991-2001). Johanson (2016) afirma que esse foi uma parceria perfeita para ambos os países, já que o Sudão buscava investimentos e a China necessitava de recursos naturais. A deterioração das relações com os países ocidentais levou o regime sudanês a buscar na China a parceria que necessitava. Em 1994 os chineses foram convidados a investir no desenvolvimento do setor petrolífero (SMALL ARMS SURVEY, 2007 apud JOHANSON, 2016). A resposta foi imediata, a China National Petroleum Company (CNPC), um ano depois já havia finalizado uma pesquisa exploratória e a medida que os interesses ocidentais diminuam, os investimentos chineses se ampliavam (JOHANSON, 2016).

Em 1997, as empresas que ainda estavam presentes no Sudão formaram um consórcio denominado “Greater Nile Petroleum Operating Company (GNPOC), no qual estavam presentes a CNPC, da China, Petronas, da Malásia, Sudapet, do Sudão e Arakis, do Canadá. Esta última tornou-se Talisman Oil e em 2003 suas operações no Sudão foram adquiridas pela indiana ONGC Videsh. O controle do consórcio era exercido pela CNPC, a qual possuía 40% das ações (JOHANSON, 2016). Ainda que houvesse petrolíferas no Sudão anteriormente, não havia infraestrutura necessária para o escoamento da produção. Assim em 1998 a CNPC venceu um contrato para construção de um oleoduto de 1.500 km ligando os campos de produção de Muglad até o porto de Sudão (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014). Como resultado, o Sudão tornou-se um país exportador de petróleo em 1999 (DOWNS, 2007 apud JOHANSON, 2016).

Os investimentos, concessões e empréstimos feito pela China estavam relacionados ao setor petrolífero, porém não foi unicamente neste setor que o capital chinês foi aplicado. Além

de oleodutos, a China foi responsável pela construção de outras instalações como: refinarias, instalações para estocagem no porto, projetos agrícolas e bolsas de estudos para estudantes sudaneses na China. Estima-se que entre os anos 2000-2005 a China destinou ao Sudão o equivalente a USD 5.1 bilhões, para projetos de infraestrutura e exploração de novos campos petrolíferos assim como hidrelétricas, redes de transmissão de energia e pesquisas geofísicas (JOHANSON, 2016).

O desenvolvimento da indústria petrolífera no Sudão ocorreu paralelamente a uma guerra civil. Segundo o International Crisis Group (2012) o desenvolvimento petrolífero contribuiu com o governo do Sudão ao ser uma fonte de receita, posteriormente sendo acusado de deslocamentos em massa, devastação social e violação dos direitos humanos. Para isso o governo buscou controlar fortemente as relações com a China, principalmente com o intuito de impedir o contato dos rebeldes com os chineses. Os problemas internos se originavam em duas frentes, a partir do sul, onde atualmente é o Sudão do Sul e da região de Darfur, no oeste. Com a intensificação do conflito o relacionamento com a China se intensificava expandindo para as áreas energéticas, telecomunicações e armamentos. Em 2004, a China ameaçou utilizar o seu poder de veto junto a Organização das Nações Unidas diante de uma resolução que pretendia ampliar as sanções ao Sudão devido a acusação de que o país não estava sendo capaz de proteger seus próprios cidadãos. A abstenção chinesa só se deu após 108 congressistas estadunidenses enviarem um carta ao presidente chinês Hu Jintao, ao qual solicitam alterações na política chinesa com relação ao Sudão ou a China enfrentaria retaliações para realização dos jogos Olímpicos de Beijing, previsto para ocorrer em 2008 (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014).

A posição chinesa diante dos problemas internos se manteve baseada no princípio de não interferência em assuntos internos, até que a segurança dos trabalhadores chineses no país começou a ser ameaçada. Em 2004, dois trabalhadores do setor petrolífero foram assassinados e outros dois sequestrados. Em 2007 uma base em um campo petrolífero foi invadida, matando soldados sudaneses e sequestrando outros cinco. O líder dos rebeldes afirmou que as armas usadas para matar a população eram chinesas e adquiridas com a renda do petróleo. A situação ainda ficou pior em 2008 quando nove trabalhadores chineses foram sequestrados e destes, cinco foram assassinados. A situação interna estava cada vez mais emaranhando os interesses

chineses, forçando-os a tomar uma posição. Talvez esta tenha sido uma das estratégias dos sudaneses que lutavam contra o governo.

A produção de petróleo no Sudão, iniciada em 1999, possibilitou triplicar a renda per capita no período de uma década (EIA, 2018). Foi o segundo maior produtor na África, fora os países da OPEP, a produção em 2010 era de 500 mil barris/dia, sendo 80% exportado para a China (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014). Além da importante renda obtida com o petróleo, o país ainda contava com o auxílio chinês em projetos humanitários, de desenvolvimento e de infraestrutura (JOHANSON, 2016).

A luta interna contra o sul teve fim com a assinatura do tratado de paz em 2005, resultando na realização de um referendo em 2009 que decidiu pela criação de um novo país, o Sudão do Sul. A independência da região sul afetou significativamente a economia sudanesa, cerca de 75% dos campos petrolíferos produtivos estavam localizados nessa região, conforme pode ser visto no Mapa 1. Embora independente politicamente, o escoamento do petróleo para exportação precisava ser feita via a infraestrutura sudanesa. A perda do petróleo pelo Sudão foi compensada pelas taxas cobradas pela utilização de sua infraestrutura, tais como oleodutos e refinarias (EIA, 2018).

Mapa 1 – Mapa da infraestrutura petrolífera do Sudão e Sudão do Sul



Fonte: EIA

PETRÓLEO E INDEPENDÊNCIA NO SUDÃO DO SUL

O movimento pela independência da região que hoje compreende o Sudão do Sul tem suas origens no próprio processo de independência do Sudão. Durante o período colonial inglês as regiões eram administradas independentemente. Porém quando a Inglaterra decidiu conceder a independência da região, as diferenças culturais foram desconsideradas e a região foi unificada. A região sul carecia de representação e suas reivindicações não eram atendidas,

gerando um sentimento de dominação e de uma colonização interna. A luta do sul pela independência estabeleceu o Movimento de Libertação do Sul do Sudão em 1971 e o Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão em 1983 (TROCO, 2018).

Os sentimentos de marginalização se estendiam aos benefícios oriundos das receitas do petróleo, uma vez que a extração ocorria na região sul, sob a administração de Khartoum, que para garantir o controle do setor estabeleceu toda a infraestrutura na região norte, tanto refinarias quanto a infraestrutura para exportação. Estas questões faziam parte do manifesto emitido em 1983 pelo Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão. A falta de esperança na participação dos benefícios econômicos possíveis através do petróleo, levou este movimento a escolher as instalações petrolíferas como um alvo, contribuindo para o aprofundamento da crise econômica e da instabilidade política que levou a Frente Islâmica Nacional a tomar o poder via um golpe em 1989 (JAMES, 2015).

O conflito permaneceu até 2002, momento que possibilitou, através de meios diplomáticos, o início de negociações para a assinatura do Protocolo Machakos. Este documento estabelecia a estrutura para o Acordo de Paz assinado em 2005, que determinava o comprometimento do Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão e do governo de Khartoum a trabalharem pela unidade do país, o direito do Sul optar pela realização de um referendo, após um determinado período, para decidir sobre sua autonomia (JOHNSON, 2011 apud TROCO, 2018), e a distribuição das receitas do Estado, principalmente as oriundas dos campos petrolíferos localizados na região sul, entre o governo de Khartoum e o governo semi-autônomo do sul do Sudão (JAMES, 2015). Em 2011 a região sul oficialmente se separa, estabelecendo o 54º país africano, o Sudão do Sul (TROCO, 2018).

Durante a implementação do Acordo de Paz assinado em 2005 a China atuou como uma parte influente nas negociações, principalmente aquelas relacionadas a divisão das receitas do petróleo (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017; PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014). A participação da China nessas negociações possibilitou o contato com os líderes do Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão, antes evitado pelo governo de Khartoum. Ainda em 2005 Salva Kiir, um dos líderes do sul, viajou para China, mas foi a segunda visita, em 2007 que é considerada por Juba, capital do Sudão do Sul, como o real início das relações bilaterais (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2012). Uma entrevista realizada

pelo International Crisis Group (2012) a um oficial em Juba, aponta que durante a segunda visita à China foi apresentado um mapa da localização do petróleo e uma cópia do Acordo de Paz assinado, isso teria sido um ponto de virada na política chinesa com relação a região. No ano seguinte, o governo chinês estabeleceu um consulado em Juba, ampliando o engajamento, tanto público quanto privado.

O Sudão do Sul foi o segundo país da África, após a Eritreia em 1993, a conquistar sua independência no período pós-colonial. Nenhum outro movimento obteve sucesso (TROCO, 2018). O mais novo país a compor o sistema mundial iniciou sua vida fazendo parte da lista dos países mais pobres do mundo e a dependência do governo nas receitas do petróleo eram de 98% (PARELLO-PLESNER; DUCHÂTEL, 2014). A secessão deixou três quartos das reservas de petróleo do antigo Sudão sob controle do Sudão do Sul, com uma produção de aproximadamente 325.000 barris/dia e 3,5 bilhões de barris em reservas, as quais já atingiram o seu pico e cuja tendência tende a diminuir (PATEY, 2017). Enquanto as reservas e extração estavam localizadas ao sul, toda a infraestrutura para refino, oleodutos e os terminais de exportação estavam localizados ao norte (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2012). Assim o Sudão do Sul se mantém dependente do Sudão como única rota para acessar os canais disponíveis para exportar o seu petróleo.

As alterações no cenário petrolífero dos dois países ampliou a tensão sobre às possíveis disputas, uma vez que o Sudão do Sul necessitava da estrutura do Sudão e este necessitava compensar as perdas de receita do Estado, resultando em desentendimentos. Para compensar as perdas econômicas, o Sudão estabeleceu uma taxa de USD 32 por barril pelo transporte, enquanto que o Sudão do Sul se propunha a pagar USD 1 por barril transportado. Isso foi em dezembro de 2011, quando o barril do petróleo era comercializado por aproximadamente USD 100. Como forma de compensação o Sudão passou a confiscar o petróleo originário do sul sob a alegação de compensação dos valores em atraso. O governo de Juba acusou sua contraparte no Sudão de roubo e interrompeu o envio de petróleo, afetando não só suas receitas mas como também as do Sudão e das petrolíferas envolvidas na extração. O impasse só foi resolvido após 15 meses de negociações através da intermediação dos chineses (PARELLO-PLESNER; DUCHÂTEL, 2014). A dependência do Sudão para o escoamento permaneceu uma questão sensível ao governo do sul.

As incertezas políticas provocadas pela independência do Sudão do Sul desencorajaram os investimentos no setor petrolífero, pois a relação com o Sudão era de extrema importância para o setor. Como citado anteriormente, o setor petrolífero do Sudão era controlado pelo consórcio de três petrolíferas asiáticas, após a divisão do país essas petrolíferas também passaram a controlar o setor no Sudão do Sul (PATEY, 2017). Os investimentos chineses no setor que haviam sido USD 1,5 bilhões no período 2000-2005 reduziu para USD 533 milhões em 2006-2011 e cessando após 2012 (JOHANSON, 2016).

As questões que implicavam em preocupações para o governo desta jovem nação não eram apenas externos. No final do ano de 2013 o então presidente Salva Kiir acusou o seu vice, Riech Machar, de orquestrar um golpe de estado. O Exército/Movimento de Libertação do Povo do Sudão se dividiu, formando o então Movimento de Libertação do Povo do Sudão em Oposição, tendo como líder Riech Machar (ARMED CONFLICT SURVEY, 2019). O grupo militar fiel a Salva Kiir passou a perseguir os apoiadores de Riech Machar. Para além da política, a disputa envolvia questões étnicas. A sociedade do Sudão do Sul é composta por diversos grupos étnicos, sendo os Dinka, apoiadores de Salva Kiir, e os Nuer apoiadores de Riech Machar. Ambos os grupos já possuíam diferenças no âmbito de crenças e ideologias, tornando difícil a aceitação e o trabalho conjunto no governo (XU, 2017). O evento político adicionado às diferenças já existentes se expandiram para ataques pessoais e entre grupos, espalhando a violência pelo país e provocando uma guerra civil.

A guerra civil fez com que as petrolíferas compartilhassem mais do que as rendas do petróleo, involuntariamente se tornaram as fontes de financiamento para o governo, uma vez que a erupção de uma revolta interna provocou uma forte crise econômica. Segundo os dados informados por Patey (2017), as petrolíferas da China, Índia e Malásia haviam fornecido empréstimos em troca de petróleo no valor estimado em USD 1,6 bilhões, a ponto de recusar pedidos realizados em 2015. O conflito passou a atingir instalações e trabalhadores das petrolíferas. A evacuação dos trabalhadores contribuiu para a diminuição da produção, que em 2015 correspondia a um terço da quantidade produzida na época da independência (PATEY, 2017).

A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, órgão regional dos países do Chifre da África, imediatamente após o início do conflito entrou em ação buscando

desempenhar um papel de mediador entre o governo e rebeldes, afim de prevenir a atração dos Estados vizinhos para o conflito. Tanto a China quanto os países ocidentais apoiaram a iniciativa, porém os interesses chineses na região fizeram com que estes desempenhassem um papel mais ativo nas negociações (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017). Apesar do acordo de cessar fogo assinado em 2015, o enfrentamento continuou. Em junho de 2018, por intermediação do então líder sudanês Omar Al-Bashir, as partes conflitantes retomaram o diálogo. Em agosto Kiir e Machar assinaram um acordo preliminar, chamado de Declaração de Khartoum, para o compartilhamento do poder, no qual Machar seria reconduzido ao seu cargo de vice-presidente. O acordo previa uma estrutura para criar um novo governo de transição, além de alterações na estrutura política para acomodar os grupos envolvidos. Em setembro vários grupos assinaram o Acordo Revitalizado para a Resolução do Conflito no Sudão do Sul, porém sete deles se recusaram. A guerra civil fez com que emergissem dezenove grupos armados de relevância, não incluindo os diversos outros organizados nos vilarejos afim de garantir a segurança local (ARMED CONFLICT SURVEY, 2019). A situação interna ainda é instável. No final de 2018 nenhuma medida concreta do acordo havia sido implementada. No momento da escrita deste, informações do Sudan Tribune (2019) apresentam a continuidade das conversações sobre o acordo, mas Riek Machar ainda não foi reconduzido ao governo.

Durante a segunda Conferência de Petróleo e Energia da África, realizada em Juba em novembro de 2018, o ministro do petróleo Ezekiel Lol Gatkuoth afirmou ao jornal The EastAfrican que o país está pronto para licenciar qualquer empresa, grande ou pequena, não importando a reputação nem a origem (BARIGABA, 2018). O governo também tem anunciado a necessidade de apoio financeiro afim de assegurar a paz e implementar o acordo (WEST, 2018). O conflito interno tem agravado a situação econômica do país, que desde 2015 enfrenta sanções aplicadas pelas Nações Unidas, as quais foram renovadas até maio de 2020 (UNITED NATIONS, 2019).

A PRESENÇA CHINESA

A presença chinesa no território do Sudão do Sul é anterior a independência política do país. Isso se deve ao fato de que a maior parte dos campos petrolíferos do Sudão pré-2011 estão

nesse região. A partir da formação de uma estrutura política organizada e reconhecida, a aproximação entre chineses e os sudaneses do sul foi se constituindo. Até 2005 a presença chinesa no sul era percebida pela presença de instalações para extração de petróleo, não havia contato oficial com o movimento de libertação. A assinatura do Acordo de Paz em 2005, além de encerrar o conflito com o Sudão, concedeu uma determinada autonomia a região, dando reconhecimento político ao movimento de secessão. Os representantes chineses passaram a considerar essas lideranças, buscando uma aproximação discreta para não colidir com os interesses de Khartoum, exemplo foi o envio de funcionários da CNPC para o sul afim de conhecerem e aprenderem sobre o novo governo (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017).

Segundo Parello-Plesner e Duchâtel (2014), a participação da China durante o Acordo de Paz possibilitou a aproximação da China com os líderes do Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão. As viagens de Salva Kiir para a China em 2005 e 2007 e a abertura de um consulado chinês em 2008 demonstram essa aproximação. O novo governo buscava desenvolver um relacionamento que mantivesse e ampliasse os investimentos ao mesmo tempo que os chineses buscavam estabelecer conexões políticas necessárias para garantir os investimentos já realizados. Em 2010 o governo chinês enviou uma delegação a região sul afim de confirmar a situação na região (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014).

Por questões internas, a política chinesa com relação a secessão é de não aprovação. Porém no período da realização do referendo de 2009, que determinou a separação da região sul, o discurso chinês expressava a necessidade da manutenção da paz e do respeito às escolhas do povo. Além do discurso o país contribuiu com USD 500.000 e enviou uma equipe de observadores (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014). Os chineses necessitavam de uma aproximação para garantir os investimentos no pós-independência, cada vez mais evidente. Na medida que se aproximava a data estabelecida para a separação oficial, ampliava-se a ajuda chinesa, variando da doação de material esportivo até pontes e hospitais.

A relação da China com ambas as regiões, norte e sul, continuaram se fortalecendo. Em 2011, a estimativa era de que havia mais de 10.000 chineses trabalhando em 100 empresas, também chinesas (JOHANSON, 2016). Com a independência, oficialmente em 09 de julho de 2011, muitas empresas chinesas já estavam no Sudão do Sul e rapidamente se envolveram no

desenvolvimento da infraestrutura, construindo a Assembleia Legislativa do país, assim como prestando assistência na educação e na saúde (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014).

O principal destino do petróleo do Sudão do Sul é a China. Entretanto o Sudão detinha toda a infraestrutura para o escoamento da produção. Em 2012 um desentendimento entre os dois países levou ao estancamento da produção por parte do governo do sul, afetando diretamente a China, inclusive com a expulsão de um dos chefes do consórcio petrolífero sob a alegação de não implementar as ordens de cortar a produção e de ter produzido uma quantidade de petróleo superior ao declarado. Imediatamente a China ofereceu ajuda na mediação da disputa deslocando um enviado especial. O resultado veio 15 meses depois com o estabelecimento de um novo acordo, reestabelecendo a produção e o fluxo do petróleo (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014).

A permanência chinesa no país enfrentou um constante desafio na busca pela resolução dos inúmeros problemas desde a decisão de investir na região. Em dezembro de 2013, por disputas políticas, uma guerra civil eclodiu. Haviam naquele momento cerca de 140 empresas chinesas registradas no Sudão do Sul. Informações da embaixada em Juba indicavam a presença de aproximadamente 2.300 cidadãos chineses no país, dos quais em torno de 50% precisaram ser removidos por questões de segurança (PARELLO-PLESNER e DUCHÂTEL, 2014), uma vez que os ataques passaram a atingir as instalações das petrolíferas e seus funcionários.

Mais uma vez os interesses econômicos chineses estavam ameaçados pela instabilidade interna. No Conselho de Segurança da ONU, em maio de 2014, a China conseguiu que fosse incluído, como objetivo da missão de paz, a proteção dos trabalhadores e das instalações petrolíferas. Ao mesmo tempo advogava contra uma intervenção militar unilateral e troca de regime. Os chineses perceberam uma oportunidade de testar uma nova abordagem para proteger seus interesses, através da qual acreditavam que mostrar respeito, ao invés de exercer pressão ou imputar punições, era a melhor forma de obter cooperação e melhorias na governança (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017).

A contribuição chinesa para missão de paz da ONU foi a maior até então realizada. Foram 700 soldados e 350 pacificadores desarmados. Mas o apoio chinês não ficou restrito apenas ao âmbito da ONU, também foi destinado USD 3 milhões para a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, envolvida nas negociações de paz (PARELLO-

PLESNER e DUCHÂTEL, 2014). Segundo Zhou Hang (2014), a ajuda chinesa ao Sudão do Sul havia atingido USD 21 milhões, podendo atingir USD 45 milhões. A petrolífera chinesa CNPC também contribuiu com USD 2 milhões para a construção de um novo campo de refugiados, já que o governo se recusava a realocar essa população que corria o risco de ser inundada no período das chuvas (PARELLO-PLESNER; DUCHÂTEL, 2014).

O envolvimento chinês no processo de pacificação do Sudão do Sul teve alguns constrangimentos. Em 2014 tornou-se público um contrato da empresa estatal China North Industries Corporation (NORINCO) com o governo no valor de USD 38 milhões cujo objeto era o fornecimento de armas. Segundo declarações de diplomatas chineses, o contrato havia sido assinado antes do início do conflito e que embora seja uma empresa estatal ela visa o lucro mais que qualquer agenda do Estado. De qualquer modo, a publicidade dada ao contrato provocou a sua suspensão por ser considerado inapropriado (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017). Segundo o ATT Monitor (2015), após a independência o Sudão do Sul a China não foi a única fornecedora de armas, África do Sul e Canadá também estão incluídos na lista.

Apesar do conflito, o envolvimento chinês no Sudão do Sul envolvia petróleo, saúde pública, educação e capacitação, infraestrutura, modernização agrícola, instalações públicas e proteção ambiental (IHIRWE et al., 2018). O envolvimento econômico se traduziu em influência política. O investimento na indústria petrolífera foi quase em sua totalidade realizado pelo consórcio liderado pela CNPC, uma vez que estes abandonassem o país a situação econômica se tornaria ainda mais frágil, afetando diretamente as negociações de paz. De acordo com o International Crisis Group (2017, p. 17) o governo chinês enviou uma mensagem para ambos os grupos em conflito: “se vocês querem que nós permaneçamos, vocês tem que nos manter seguros... No curto prazo, vocês devem pedir para os soldados salvaguardar nossos campos de petróleo. No longo prazo, vocês precisam parar a luta e implementar o cessar-fogo.”

A experiência chinesa no Sudão do Sul desafiou um dos princípios de sua política externa, o de não interferência em assuntos internos de outros países. Porém, o embaixador chinês no país afirmou que “o princípio de não interferência não significa ficar parado quando pessoas de um país estão enfrentando um desastre” (HODZI, 2019, p. 195). Por outro lado a China se mostrou um parceiro ideal no momento em o país sofria pressões internacionais e precisava de investimentos para financiar sua infraestrutura.

CONCLUSÃO

A presença chinesa no Sudão do Sul possui uma forte relação com o setor petrolífero. Impulsionados pela necessidade energética, os chineses buscaram oportunidades de investimento no setor. Os campos petrolíferos do Sudão do Sul foram um dos primeiros investimentos externos realizados pelas petrolíferas chinesas. Algumas dessas oportunidades surgiram em países cuja estrutura política era frágil e com um nível de segurança baixo, diminuindo a concorrência com as grandes petrolíferas ocidentais (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2017). Este foi o caso dos investimentos no Sudão nos anos 1990, que desenvolveram o setor petrolífero do país, o qual hoje, em sua grande maioria, está localizado no Sudão do Sul.

O petróleo representa a principal fonte de receitas para o governo, em 2016 era de 90%, correspondia a 60% do PIB e 95% das exportações (KOFFI e GAMA, 2018). A importância do petróleo evidencia a dependência do governo neste recurso, o qual é exportado quase em sua totalidade para a China. Anos de conflito gerado pela guerra civil intensificaram ainda mais essa dependência e impossibilitaram qualquer desenvolvimento de uma estrutura econômica que ampliasse as condições de geração de renda da sociedade, contribuindo para a expansão de uma economia informal a qual Estado não consegue capturar.

Este cenário demonstra o papel desempenhado pelo setor petrolífero na confluência de interesses em comum. Ao passo que os chineses buscavam recursos energéticos, o então Sudão buscava parceiros dispostos a investir diante das restrições internacionais. Posteriormente, os chineses precisaram se aproximar do movimento separatista do sul afim de garantir os investimentos realizados, ao mesmo tempo em que o novo governo no Sudão do Sul buscava garantir a continuidade dos investimentos, principalmente na produção petrolífera, principal fonte de receitas para o Estado. Na medida em que o processo de paz vai avançando, o investimento chinês vai expandindo-se para outros setores em troca do produto que o Sudão do Sul tem a oferecer, o petróleo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Moawia Ali Musa. China and The Conflict in South Sudan: Security and Engagement. **Journal of Economic, Administrative and Legal Sciences**, v. 2, n. 2, p. 111-128, 2018. Disponível em: <<https://www.ajsrp.com/m111217.html>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

ARMED CONFLICT SURVEY. 6 Sub-Saharan Africa. v. 5, n. 1, p. 270-356, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/23740973.2019.1603979>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

Arms Transfer to South Sudan. **ATT Monitor**, New York, 30 may. 2019. Disponível em: <https://attmonitor.org/fr/wp-content/uploads/2015/08/ATT_ENGLISH_South-Sudan-Case-Study.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

BARIGABA, Julius. Are big boys about to enter South Sudan oil territory? Russian firms lead way. **The EastAfrica**. Nairobi, 27 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.theeastafrican.co.ke/business/Are-big-boys-about-to-enter-South-Sudan-oil-territory/2560-4868458-23wtw4/index.html>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CNPC. **Major Events:** 1991-2001. Disponível em: <<http://www.cnpc.com.cn/en/majorevents/201405/c28a26afebbe4f7cad740a0d6ed29fe8.shtml>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

EIA. **Country Analysis Brief:** Sudan and South Sudan. 2018. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Sudan_and_South_Sudan/sudan.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

HANG, Zhou. China's Emergency Relief to South Sudan. **The Diplomat**. 26 out. 2014. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2014/10/chinas-emergency-relief-to-south-sudan/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

HODZI, Obert. **The End of China's Non-Intervention Policy in Africa**. CHAM: Palgrave Macmillan, 2019.

IHIRWE, Paula J.; ASEMOTA, Godwin N. O.; BIMENYIMANA, Samuel. Bilateral Trade Analyses Between China and East African Community Countries. **Journal of Marketing and Consumer Research**, v. 46, p. 24-32. Disponível em: <<https://www.iiste.org/Journals/index.php/JMCR/article/view/42508/43776>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **China's Foreign Policy Experiment in South Sudan**. Asia Report n° 288. Brussels: International Crisis Group, 2017. Disponível em: <<https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/288-china-s-foreign-policy-experiment-in-south-sudan.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **China's new courtship in South Sudan**. Africa Report n° 186. Juba: International Crisis Group, 2012. Disponível em: <<https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/186-china-s-new-courtship-in-south-sudan.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

JAMES, Laura M. **Fields of Control**: Oil and In-security in Sudan and South Sudan. Geneva: Small Arms Survey. 2015. Disponível em: <<http://www.smallarmssurveysudan.org/fileadmin/docs/working-papers/HSBA-WP40-Oil.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

JOHANSON, Daniel. China's Soft Power in Sudan: Increasing Activity but How Effective? In: ZHANG, Xiaoling; WASSERMAN, HERMAN; MANO, Winston. **China's media and soft power in Africa**: promotion and perceptions. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.

KOFFI, Yobou G.; GAMA, Flavio S. 2018 African Economic Outlook Country Note. **African Development Bank Group**, 2018. Disponível em: <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/country_notes/South_Sudan_country_note.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

PARELLO-PLESNER, Jonas; DUCHÂTEL, Mathieu. China in deep in the oil-rich Sudans. **Adelphi Papers**, Adelphi Papers, v. 54, n. 451, p. 125-144, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/19445571.2014.1047147>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

PATEY Luke. **A Belated Boom**: Uganda, Kenya, South Sudan, and prospects and risks for oil in East Africa. The Oxford Institute for Energy Studies, WPM 71, May 2017.

Security Council Renews Sanctions against South Sudan, Adopting Resolution 2471 (2019) by 10 Votes in Favour, with 5 Abstentions. **United Nations**, New York, 30 may. 2019. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2019/sc13827.doc.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

South Sudan rebel leader Machar returns to Khartoum. **Sudan Tribune**. Khartoum, 12 Ago. 2019. Disponível em: <http://www.sudantribune.com/spip.php?iframe&page=imprimable&id_article=67932>. Acesso em: 13 ago. 2019.

TROCO, Albano Agostinho. Determinants of Successful Secessions In Post-Colonial Africa: The Case of South Sudan. **Brazilian Journal of African Studies**. Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 55-74, jul./dec. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbea/article/download/87062/52366>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

WEST, Carly. China serves as a stabilizing force in South Sudan's fragile peace. **Global Risk Insights**. 19 set. 2018. Disponível em: <<https://globalriskinsights.com/2018/09/china-stabilizing-force-south-sudan/>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

XU, Hongbo. China's Influence in South Sudan: Prospects and Challenges. **SSRN Electronic Journal**, Jun. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3152035>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ZHA, Daojiong. Oiling the Wheels of Foreign Policy? Energy Security and China's International Relations. **Asian Security Initiative Policy Series**, Singapore, Working Paper nº 1, Mar. 2010. Disponível em: <https://www.ourenergypolicy.org/wp-content/uploads/2013/09/MacArthur_working_paper_Zha_Daojiong.pdf> Acesso em: 14 ago. 2018.

O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOB UMA PERSPECTIVA FEMINISTA: CRÍTICAS E CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Marina Molina Costa Tavares¹
Yndira Coelho Soares²

Resumo

O presente artigo tem por finalidade identificar as principais contribuições da teoria feminista das Relações Internacionais (RI) sobre a questão do desenvolvimento. Inicialmente, retomará a trajetória da teoria feminista na disciplina, compreendendo desde sua entrada, em meio ao Terceiro Grande Debate das RI e junto a outras correntes teóricas pós-positivistas, até sua emancipação enquanto aporte teórico. Posteriormente, serão trazidos os debates ocorridos dentro do próprio feminismo, com destaque para a discussão travada entre as feministas liberais e as pós-coloniais e terceiro-mundistas. Estas últimas já trazem críticas à noção de desenvolvimento e suas repercussões sobre as mulheres. Finalmente, o conceito de desenvolvimento será retomado a partir de uma abordagem feminista, de forma a elencar as principais contribuições e críticas da corrente ao conceito em questão. De forma a cumprir o objetivo central levantado neste artigo, será realizada uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, utilizando-se de dados colhidos em fontes secundárias.

Palavras Chaves: Gênero; Relações Internacionais; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O movimento feminista tem início na década de 1790 com a Revolução Francesa como precursora e a obra “Uma vindicação dos direitos da mulher” de Mary Wollstonecraft (1792) é o grande marco fundacional do feminismo. Nesta primeira fase, as reivindicações feministas versavam sobre direito ao voto, educação e paridade no matrimônio (MIGUEL, 2014).

A explosão da segunda onda feminista da década de 1960 e 1970 veio à tona em meio a momentos distintos no contexto internacional. Do lado ocidental, movimentos como o “Maio de 1968” na França, onde estudantes buscaram uma coalizão com os operários; o movimento *hippie* dos Estados Unidos da América que questionava a moralidade e o apego monetário; e, o

¹ Mestranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas; E-mail: marina_mctavares@hotmail.com.

² Mestranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas; E-mail: yndiracoelho@gmail.com; Agência de fomento: bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

lançamento da pílula anticoncepcional feminina, serviram de base para a expansão de ideais de raízes identitárias (PINTO, 2010).

Do outro lado, o contexto de descolonização³ a partir dos anos 1950 dos continentes africanos e asiáticos abriu espaço à reivindicação da educação de meninas, gerando uma transformação dos níveis de alfabetização e alavancando o movimento feminista em nível local e global. Inspirado pelo cenário, surgiu o Movimento de Libertação da Mulher nos anos 1960, responsável pela impulsão de pesquisas e teorias feministas nas Ciências Sociais (CONNELL; PEARSE, 2015).

Posto isso, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar as particularidades colocadas pelas teóricas feministas das Relações Internacionais (RIs) com o recorte na temática do desenvolvimento. Assim, pretende-se verificar as inovações e as compreensões trazidas pelo aporte feminista da disciplina.

Quanto à metodologia, o artigo orientou-se pelo cunho qualitativo e exploratório, utilizando-se de dados secundários encontrados através de uma revisão bibliográfica, realizada nos principais artigos, periódicos e livros da área. No tocante à teoria, foi empregada a Teoria Feminista das Relações Internacionais, sendo J. Ann Tickner (1992; 1997; 2001), V. Spike Peterson (2010), Penny Griffin (2010), Jan Jindy Pettman (2005) e Chandra Mohanty (1984) alguns dos exemplos.

Ademais, o trabalho está dividido em duas seções e uma conclusão. Na primeira, aborda-se a trajetória feminista dentro da disciplina de Relações Internacionais, desde a sua inserção até as suas múltiplas correntes, destacando o debate do feminismo liberal e terceiro mundista. Já na segunda seção, retrata-se como o debate de desenvolvimento é recebido dentro das teorias feministas de Relações Internacionais, bem como suas implicações.

A TRAJETÓRIA FEMINISTA NA DISCIPLINA

A INSERÇÃO DO FEMINISMO NA DISCIPLINA DE RELAÇÕES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

³ Ainda que a expansão imperial outrora iniciada houvesse desestabilizado a crença em uma ordem de gênero fixa entre o final do século XIX e o início XX na metrópole, o colonialismo encarregou-se, na maior parte das vezes, de operar destrutivamente sobre as ordens de gênero estabelecidas pelas sociedades colonizadas (CONNELL; PEARSE, 2015).

A introdução da discussão feminista no campo *mainstream* das RIs teve início no final da década de 1980, através de congressos e *workshops* em cidades como Los Angeles, Boston e Londres (SYLVESTER, 2004). De acordo com Annick T.R Wibben (2004), a entrada ocorreu tardiamente e a discussão foi predominantemente baseada no gênero como uma variável de violência.

A teoria feminista das RIs está inserida na crítica do Terceiro Debate da disciplina e busca romper com as concepções anteriores de conhecimento do campo (TICKNER, 1997). Estas orientaram-se por correntes positivistas que acreditavam na anarquia do Sistema Internacional, no Estado como ator unitário e na neutralidade epistemológica (MONTE, 2013).

Em contrapartida, as teóricas feministas da disciplina prezam pela multidisciplinaridade com as demais áreas das ciências sociais, naturais e humanas, além disso, possuem descrença quanto à neutralidade científica (TICKNER, 2001). Tickner (1992) denuncia que a disciplina é baseada de forma substancial nas experiências masculinas e que a preocupação das RIs era focada ao redor das grandes potências centrais do Sistema Internacional. A autora expõe que as feministas do campo se empenham em demonstrar que as experiências femininas são importantes para entender as dinâmicas das políticas internacionais e também que são fundamentais para a economia, visto que as mulheres sofrem inicialmente com as crises econômicas.

O diálogo com outras disciplinas possibilitou conexões com áreas como as Ciências Sociais e a Economia, nas quais questões voltadas às mulheres já eram trabalhadas pelo menos desde os anos 1960. Neste sentido, é importante frisar os esforços pioneiros de inserção das mulheres no debate econômico de autoras como Ester Boserup, ao investigar os efeitos que as políticas de modernização em países não industrializados tinham sobre as mulheres (PETERSON, 2010), e de Heleieth Saffioti, ao trazer a importância do trabalho exercido pelas mulheres em uma sociedade de classes (BIROLI, 2018).

Tickner (2001) e Izadora Monte (2013) listam as principais correntes teóricas do feminismo na disciplina, assim como as suas características. A primeira elucidada por Tickner

(2001) é o tradicional⁴ feminismo liberal que concebe o ser humano como um indivíduo racional, individualista e isolado. Nesse sentido, as feministas desse aporte acreditam que a desigualdade de gênero impossibilita que as mulheres alcancem seus próprios objetivos no sistema meritocrático, sendo sempre categorizadas e discriminadas. A igualdade, para as teóricas, seria obtida através da superação de obstáculos legais.

A crítica a esse modelo de feminismo liberal veio a partir dos anos 1960 e 1970. O argumento crítico repousava na ideia de que a remoção dos obstáculos legais não alteraria o sexismo enfrentado pela mulher nos âmbitos da esfera pública e privada. Ademais, o enfoque liberal da racionalidade individual enalteceria valores tidos como masculinos (Ibid.). Foi nesse contexto que o feminismo radical emergiu. Para estas pensadoras, o patriarcado é um sistema opressivo que atua por meio da sociedade e de suas instituições (MONTE, 2013). A linha teórica acredita que a opressão feminina é a mais antiga, complexa, propagada e intensa dentre as opressões humanas (TICKNER, 2001).

Já o feminismo socialista, possui um viés marxista e, por isso, acredita que o contraste material masculino sobre o feminino acarreta na opressão das mulheres (MONTE, 2013). Dessa maneira, Tickner (2001) explana que, para as feministas desta corrente, o patriarcado possui sua base a partir da dominação dos homens sobre o trabalho feminino e, que no Ocidente, isso se reflete no papel reprodutivo e de dependência econômica que a mulher deve assumir.

Baseado também em raízes marxistas, o feminismo *standpoint* afirma que o conhecimento possui valores e interesses que representam um grupo da sociedade dependendo do contexto social, histórico e político que está inserido. Nesse sentido, as teóricas elucidam que há um destaque para certos atributos enquanto outras realidades são invisibilizadas (TICKNER, 2001).

Já o feminismo pós-colonial/Terceiro-mundista traz aspectos importantes que devem ser considerados como local, raça, classe e orientação sexual (Ibid.). Para essas autoras, não é possível homogeneizar as mulheres em uma única e constante relação causal de opressão,

⁴ Segundo Tickner (2001), o Feminismo Liberal não busca uma ruptura completa com as contribuições positivistas, inclusive o movimento teve como base as epistemologias do positivismo europeu do século XVII. Além disso, as teóricas liberais acreditam que a ausência de pesquisas sobre as mulheres será solucionada se adicionarem mais mulheres na ciência.

afinal, mulheres do Sul Global, por exemplo, passaram por fenômenos estruturais como o colonialismo, imperialismo e racismo (MONTE, 2013).

Por último, o feminismo pós-moderno critica principalmente a essencialização da mulher, esta corrente concebe o ser humano como subjetivo e demasiadamente complexo e, que essa tentativa de categorização acaba por excluir identidades (Ibid). Ademais, o pós-modernismo feminista busca compreender como as estruturas de gênero são construídas e conservadas na sociedade (TICKNER, 2001).

Apesar das diferenças entre os feminismos nas RIs, existe uma pretensão conciliatória, a de transformar a disciplina mais democrática no tocante ao gênero. À vista disso, as teóricas feministas compartilham, em seus trabalhos, a procura por explicações sobre as desigualdades existentes entre os gêneros no sistema internacional, revelando as insuficiências masculinizadas que estão presentes no *mainstream* disciplinar.

Indo além das simples definições explicativas do positivismo sobre temas como o Estado, segurança, guerra, soberania e globalização (YOUNGS, 2004),

as feministas se concentram em como as políticas mundiais podem contribuir para a insegurança dos indivíduos, particularmente das populações marginalizadas e sem poder. Elas examinam se a valorização de características associadas a uma forma dominante de masculinidade influencia as políticas externas dos Estados. Elas também examinam se o privilégio desses mesmos atributos pela escola realista de Relações Internacionais pode contribuir para a reprodução de comportamentos propensos ao poder e que o maximizam. (...). As feministas estão preocupadas com o que acontece durante a guerra tanto quanto com suas causas e fins (...). As feministas estão preocupadas que a ênfase contínua na necessidade de defesa ajude a legitimar um tipo de ordem social militarizada que sobrevaloriza o uso da violência do Estado para fins domésticos e internacionais. As feministas concentram-se mais frequentemente na desigualdade econômica, nas populações marginalizadas, na crescente feminização da pobreza e na justiça econômica, particularmente no contexto das relações Norte-Sul (TICKNER, 2001, p. 04, tradução própria).

REALISMO, LIBERALISMO E FEMINISMO

É possível encontrar subsídios para a crítica aos conceitos norteadores do realismo desde a obra de Carole Pateman, em 1988. A autora trata do contrato social que fundamenta a criação do Estado-nação enquanto um contrato sexual, que define um rol de posições e atividades reprodutivas a serem desenvolvidas exclusivamente pelas mulheres, ao mesmo tempo em que cerceia o acesso das mesmas a outras posições. Com a ascensão do capitalismo enquanto

sistema econômico, o vínculo deste último com o patriarcado seria fundado por um contrato social generificado⁵.

Dando suporte aos interesses estatais e econômicos da época, transcritos nas figuras do colonialismo e capitalismo que, por sua vez, requerem a polarização das definições de masculino e feminino – opondo a figura do racional/público ao emocional/privado –, as noções da mulher como “dona de casa” e do homem como “provedor” foram institucionalizadas e naturalizadas, relegando às mulheres papéis sociais específicos (TICKNER, 2001). Correntes teóricas como a realista, ao basearem-se em Estados unitários atuantes em um Sistema Internacional anárquico e associal, não possuiriam abertura para conceitualizar o gênero que, por sua vez, possui como base uma epistemologia que traz ênfase à análise das relações sociais.

A ausência de espaço para se pensar as mulheres não estaria restrita ao realismo, segundo Tickner (1997). A perspectiva liberal, imbuída de um individualismo cujas raízes remetem ao cidadão cosmopolita kantiano – que, por sua vez, excluía as mulheres da noção de cidadania – restringe a possibilidade de participação popular aos homens ocidentais e deixa de considerar as mulheres enquanto indivíduos. Já as correntes marxistas e construtivistas possibilitaram a realização de análises estruturais, trazendo contribuições no que tange à problematização das posições de poder desiguais ocupadas por diferentes Estados, expondo, assim, as relações de dominação e exploração que configuram o capitalismo contemporâneo (PETTMAN, 2005). Ainda que avancem em observar a forma como os Estados organizam suas relações produtivas, estas abordagens deixam lacunas em se tratando dos impactos e interseccionalidades entre outros tipos de relações de poder.

Neste sentido, as contribuições das feministas pós-coloniais e Terceiro-mundistas são fundamentais. Estas correntes viabilizaram o desenvolvimento de programas próprios de pesquisa por parte das feministas de Relações Internacionais, estendendo os limites da disciplina e dando voz àquelas mulheres que antes se encontravam às margens do debate teórico acadêmico (TICKNER, 2001). Neste sentido, diversas críticas importantes ao feminismo

⁵ A palavra “generificado” aparece em referência à tradução do termo “*gendered*”. O termo “generificado(a)” indica que “uma pessoa, grupo, espaço, etc. foi tocado ou passou pela rede de processos inclusos na dinâmica de gênero”, e tem sido utilizado com frequência nas obras e traduções brasileiras que compõem os estudos de gênero (MOSCHKOVICH in CONNELL; PEARSE, 2015).

ocidental e liberal deram origem a diferentes vertentes e contribuições ao movimento feminista como um todo.

Em uma combinação entre feminismo e pós-colonialismo, Chandra Mohanty (1984) fazia críticas ao feminismo ocidental de Primeiro Mundo, cuja autorrepresentação constituía-se às custas das mulheres do Terceiro Mundo, colocando-as em situações que retiram sua própria autonomia (BALLESTRIN, 2016). Mohanty propõe um entendimento do gênero associado à bagagem histórica do imperialismo, levando em conta a interseccionalidade com questões de raça e com dinâmicas do capitalismo. Ainda que concorde com desconstrutivismo, o feminismo de Mohanty se diferencia por acreditar numa conexão entre os pobres e marginalizados por meio das diferenças (CONNELL; PEARSE, 2015).

Gayatri Chakravorty Spivak (2010), interlocutora do grupo de Estudos Subalternos indiano, segue as contribuições junto a essa abordagem calcada no desconstrutivismo, apesar de acreditar no valor prático das categorias de identidade. Ainda que chame a atenção para mulheres marginalizadas, Spivak atenta para os perigos de intelectuais falarem em nome destes grupos – dentre os quais se destaca a heterogeneização do sujeito colonizado e subalterno e a cumplicidade dos intelectuais na construção dos mesmos, uma vez que não rompem com seu silenciamento – trazendo fortes contribuições no que tange aos limites da autorrepresentação destes sujeitos na academia (BALLESTRIN, 2016).

PERSPECTIVAS FEMINISTAS SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PANORAMA HISTÓRICO

Desde a década de 1970, a economia internacional é marcada por uma série de transformações. Novos padrões de mercado foram estabelecidos, apoiados nas novas tecnologias e na flexibilização do mercado de trabalho, ocasionando a reestruturação dos modelos trabalhistas (STANDING, 1999). Foi também na década de 1970 que uma série de estudos sobre gênero passaram a ser incentivados e desenvolvidos, inclusive no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Um trabalho que se destacou à época foi o de Ester

Boserup (1970), no qual a autora denunciava como o desenvolvimento estatal influenciava nas dinâmicas laborais no tocante ao gênero.

Para ela, o desenvolvimento econômico não necessariamente acarretaria no crescimento das garantias trabalhistas. Pelo contrário, a autora entendeu que diferentemente do esperado, a prosperidade da economia levaria à marginalização – e precarização – das mulheres em escala global. Boserup (Ibid.) argumentou que os homens obtinham fácil acesso ao ensino e as novas tecnologias. Isso fomentaria um aumento na sua produtividade, gerando a segregação da mulher no mercado de trabalho, tanto agrícola quanto não-agrícola. No primeiro caso, a constante modernização dos aparatos agrícolas faria as mulheres se retirarem do ramo; já no setor não agrícola, as mulheres, além de enfrentarem o problema da desvantagem educacional, encontrariam dificuldade em combinar a reprodução (sexual) com a produção (laboral).

Derivando desse pensamento, Mies (1986) apontou que a divisão sexual internacional do trabalho na nova dinâmica do mercado global seria realizada de modo em que o homem não só teria acesso privilegiado ao ensino e a tecnologia, como também possuiria vantagens na obtenção do capital e da propriedade produtiva. Paralelos a estes movimentos feministas ocorriam debates que pautavam a ineficácia dos modelos científicos em explicar problemas concernentes ao conceito de desenvolvimento. O feminismo adentrava questões políticas e econômicas ao criticar a ausência de mulheres nas análises e teorias. Atentava-se, assim, à necessidade de tornar as mulheres visíveis dentro de projetos e modelos desenvolvimentistas que antes ignoravam sua contribuição (TICKNER, 2001).

Correlacionado a esta ideia, surgia o grupo *Women In Development* (WID), que partiu inicialmente de uma perspectiva mais liberal, no sentido de dar visibilidade às mulheres em meio ao processo de desenvolvimento. As relações de poder evidenciadas a partir destas discussões fizeram com que uma série de organizações internacionais internalizasse as contestações feministas levantadas a partir dos anos 1970. Em 1975, estabelecia-se o Ano Internacional da Mulher na ONU, seguido pela Década das Nações Unidas para a Mulher. Emergiram, a partir desta conjuntura, redes e conferências transnacionais sobre o assunto em questão. Organizações como o Banco Mundial buscaram, ainda, integrar as mulheres ao processo de desenvolvimento em seus projetos (TICKNER, 2001; PETTMAN, 2005).

No entanto, a simples adição das mulheres às estruturas analíticas impedia que fosse levantada uma discussão de maior profundidade quanto às características estruturais das opressões enfrentadas pelas mulheres. Neste sentido, as críticas endereçadas ao WID e às abordagens de inclusão da mulher aos processos de desenvolvimento se voltavam ao fato de estas já integrarem tais processos, aos quais seu trabalho não remunerado era fundamental. Os debates decorrentes destas questões geraram uma reconsideração das relações de gênero contidas nestes processos. Reconstruído sob a nomenclatura de *Gender and Development* (GAD), o grupo passou a reexaminar estruturas sociais e a repensar relações hierárquicas de gênero, buscando para além de um entendimento empírico sobre o mesmo e aprofundando-se em questionamentos sobre as próprias estruturas conceituais, cujos pressupostos partem sempre da exclusividade de experiências e perspectivas masculinas como meio de manutenção destes paradigmas (PETERSON, 2010; TICKNER, 2001).

DISCUSSÕES ATUAIS

A integração das mulheres ao processo de desenvolvimento depreendida dos projetos construídos junto a organizações internacionais desenvolvimentistas também se tornou alvo de críticas. Recentemente, as teóricas feministas das RI avançaram na análise dos fundamentos gendrados da estratégia de desenvolvimento neoliberal, presentes nestas instituições que são tidas, por sua vez, como *modus operandi* fundamental da globalização neoliberal. Em meio a esta discussão, destacam-se as contribuições de duas autoras: V. Spike Peterson (2010) e Penny Griffin (2010).

Ao observar as relações globais de poder como estruturantes da economia política da globalização neoliberal, Peterson (2010) traz, em seu trabalho, uma análise dos Processos de Reestruturação Global (PREs) incentivados pelas agências desenvolvimentistas. A partir de sua análise, a autora encontra três economias que interagem entre si - uma produtiva e formal; outra reprodutiva, informal e não-remunerada; e uma terceira, virtual - revelando uma tendência à polarização de renda e *status* entre um pequeno conjunto de elites masculinizadas. É a partir deste ponto que Peterson explana como o código cultural de feminização naturaliza a desvalorização econômica do trabalho feminizado.

Ao compreender o gênero empiricamente e analiticamente, Peterson (2010) viabiliza a realização de uma análise aprofundada das variáveis que compõem a Economia Política Internacional. A primeira forma provém informações importantes para a análise da área por revelar os tipos, condições, *status* e compensações de trabalho, atribuídos à uma dicotomia de gênero. Já a segunda permite observar a forma pela qual o gênero opera enquanto código governante, a partir da diferenciação hierárquica de atribuições que permite, por sua vez, a imposição de formas desiguais de valorização do trabalho. Ao trazer estas questões ao centro do debate, a autora retoma a conexão entre o gênero e as RI a partir da documentação da centralidade do trabalho das mulheres e das diversas tendências que afetam este trabalho para o desenvolvimento, levando em consideração questões como produtividade e renda.

Penny Griffin (2010) traz, em sua obra, uma análise sobre a difusão da lógica neoliberal - alicerçada, por sua vez, sobre fundamentos e conceitos generificados – através de agências e organizações desenvolvimentistas. A autora elenca algumas destas instituições - a exemplo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Estas últimas operariam de forma a difundir a estratégia de desenvolvimento neoliberal, baseada em quatro princípios: 1) a “marquetização”, ou confiança no livre mercado enquanto principal mecanismo de alocação de recursos; 2) a privatização, ou uso de finanças privadas nos projetos públicos; 3) a desregulamentação, enquanto remoção de tarifas e barreiras, de forma a garantir a mobilidade do capital; e 4) a flexibilização, referente à organização da produção em uma sociedade de consumo em massa (GRIFFIN, 2010).

Ainda que as políticas de desenvolvimento tenham passado por diversas mudanças desde a propensão à ortodoxia neoliberal originária dos anos 1990, seria um engano, para Griffin (2010), supor que esta última desapareceu por completo. Com a preocupação de corrigir as falhas de seu antecessor, surgiu o pós-Consenso de Washington. Ainda que tenha sido construído sobre uma série de reconsiderações – principalmente no que tange às imperfeições do mercado – o pós-Consenso não seria, segundo a autora, menos radical que o anterior.

Tanto Griffin quanto Peterson retomam, em seus trabalhos, a apropriação da globalização enquanto difusora dos princípios neoliberais por parte das organizações desenvolvimentistas. A tese da globalização neoliberal seria “aplicável a uma forma cultural de

capitalismo tardio segundo a qual ‘toda sociedade é agora industrializada ou embarcada na industrialização’” (GRAY, 2002 apud GRIFFIN, 2010). A defesa do processo de abertura econômica aos fluxos globais seria, assim, resultante tanto de mudanças estruturais no capitalismo, quanto de transformações das ações, relações e padrões de comportamento dos agentes internacionais. Griffin (2010) traz, também, uma reconstituição do debate acadêmico sobre globalização, sendo seus aspectos econômicos compreendidos tanto a partir de uma perspectiva ideológica, quanto de uma crítica⁶.

As autoras feministas das RI realizam, ainda, uma discussão importante no que tange às posições desiguais de países na economia internacional a partir da questão do desenvolvimento. A tese da globalização neoliberal reproduz a imagem de países em desenvolvimento como culturas escassas a serem transformadas em mercados de abundância. Assim, a relação entre desenvolvimento e globalização é transmitida sempre como benéfica aos países em desenvolvimento, principalmente em termos de produtividade e avanço tecnológico. Há, por consequência, uma naturalização da relação complementar entre o desenvolvimento social e o econômico (WICHTERICH, 2000).

Griffin (2010) discorda, ainda, da apresentação da globalização enquanto fenômeno inevitável. Segundo ela, o incentivo ao uso dos processos de liberalização como propulsores da emancipação de mulheres pobres seria problemático. Isso ocorre porque a estratégia de desenvolvimento neoliberal seria, ainda, generificada em dois sentidos: em termos de *input* e de *output*. A racionalidade econômica que baseia a estratégia neoliberal é excludente e construída a partir de perspectivas e conceitos masculinos e, portanto, não pode ser compreendida como neutra, conforme supõe-se a partir das políticas desenvolvidas pelas instituições em questão. Em relação às experiências práticas apreendidas dessas estratégias visam, a existência de uma relação direta entre igualdade de gênero, participação na economia

⁶ A perspectiva ideológica da globalização seria aquela que se refere a este processo enquanto representativo das conexões globais difusoras do progresso e da modernização entre diferentes sociedades, nas quais “o mercado mundial é defendido sobre estruturas de produção local e ênfase na prevalência do consumismo ocidental” (GRIFFIN, 2010, p. 221, tradução própria). Já o viés crítico sobre a globalização observa este processo enquanto difusor de desigualdades e segregação. Desta forma, tal processo seria, para a autora, sinônimo de uma força difusora da agenda capitalista liberal.

e redução de pobreza⁷ – tomada pelas instituições desenvolvimentistas como verdade inquestionável – por exemplo, não são pautadas por evidências empíricas (GRIFFIN, 2010).

CONCLUSÃO

O feminismo adentrou a disciplina das RI como uma das correntes teóricas a questionar uma série de fundamentos que, por sua vez, não permitiam uma análise das relações de poder constituintes da sociedade em tempos de globalização. Se, por um lado, os debates iniciais que conectavam gênero e desenvolvimento foram importantes por trazerem luz a esta questão no interior da disciplina – que, por sua vez, encontrava-se esvaziada destas discussões –, por outro, as reformulações de grupos de pesquisa sobre o tema foram essenciais para que houvesse um maior aprofundamento quanto à construção das relações globais de poder, e como elas perpassam, necessariamente, a construção do gênero para solidificarem-se.

A crítica feminista às questões desenvolvimentistas parte de uma perspectiva que permite a realização de análises que compreendam a intersseccionalidade das esferas social, política e econômica na construção de padrões e relações de poder globais. Desta forma, as abordagens feministas sobre o tema em questão utilizam-se do processo de globalização como ponto de partida, compartilhando, entre si, a crítica às perspectivas neoliberais. A análise deste último fenômeno é essencial pois é a partir dele que papéis, imaginários e identidades globais são reconstruídos no processo de globalização.

O presente artigo propôs-se a realizar uma revisão bibliográfica sobre a temática do desenvolvimento a partir de uma perspectiva feminista, levantando os principais debates e contribuições do aporte, bem como as atuais discussões em curso. De forma a alcançar tal objetivo, buscou-se retomar a entrada do feminismo nas RI para, posteriormente, explicar como o desenvolvimento foi inserido nesta discussão. Atravessando tanto a construção teórica quanto a difusão do gênero nas organizações internacionais, os debates que envolvem gênero e desenvolvimento são demasiado ricos, por permitirem, ainda, diálogos entre diferentes áreas do

⁷ A ideia da autora não é questionar se a igualdade de gênero é desejável, obviamente. O que se pretende é averiguar se a igualdade de gênero pode ser medida simplesmente a partir da contribuição das mulheres para a economia formal e produtiva. Para Griffin (2010), esta classificação traria consigo uma “distinção arbitrária, mas fortemente carregada de valor, entre as contribuições econômicas ‘formais’ e ‘informais’” (p. 228, tradução própria).

conhecimento. Enquanto campo de estudo, o recorte de gênero e desenvolvimento permitiu, até então, a realização de análises empíricas e teóricas. Sendo, no entanto, uma discussão ainda incipiente, as interconexões entre as duas temáticas possuem ainda grande potencial para ampliação. Renovando-se a cada debate, o campo permanece como um espaço em constante construção, aberto permanentemente a novas contribuições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. *Condenando a Terra: Desigualdade, Diferença e Identidade (Pós)Colonial*. In: **Desigualdades e Democracia: o Debate da Teoria Política**. São Paulo: UNESP, 2016.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOSERUP, Ester. **Woman's Role in Economic Development**. Londres: Earthscan, 1970.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.
- ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. California: University of California Press, 1990.
- GRIFFIN, Penny. *Development Institutions and Neoliberal Globalisation*. In: SHEPHERD, Laura J. (Ed.). **Gender Matters in Global Politics: A Feminist Introduction to International Relations**. Londres: Routledge, 2010.
- MIES, Maria. **Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in The International Division of Labour**. Londres: Zed Books, 1986.
- MIGUEL, Luís Felipe. *O feminismo e a política*. Em: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MOHANTY, Chandra Tapalde. **Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses**. *Boundary*, vol. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.
- MONTE, Izadora Xavier do. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais**. *Revista de Estudos Feministas*, vol.21 no.1, pag. 59-80, 2013.
- PATEMAN, Carole. **The Sexual Contract**. Stanford:Stanford University Press, 1988.

PETERSON, V. Spike. International/Global Political Economy. Em: SHEPHERD, Laura J. (Ed.). **Gender Matters in Global Politics: A Feminist Introduction to International Relations**. Londres: Routledge, 2010.

PETTMAN, Jan Jindy. **Worlding Women: A Feminist International Politics**. New York: Routledge, 2005.

PINTO, Céli. Feminismo, história e poder. Curitiba: **Revista de Sociologia Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, junho, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty Spivak. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STANDING, Guy. **Global Feminization Through Flexible Labor: A theme revisited**. World Development. Londres: v. 27, n. 3, p; 583-602, 1999.

SYLVESTER, Christine. **Feminist International Relations: An Unfinished Journey**. Cambridge: Cambridge University Press and the British International Studies Association, 2004.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. Nova York: Columbia University Press, 1992.

_____. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, n. 41, p. 611-632, 1997.

_____. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era**. New York: Columbia University Press, 2001.

WIBBEN, Annick T.R. **Feminist International Relations: Old Debates and New Directions**. Brown Journal of World Affairs, volume X, ed. n° 2, 2004.

WICHTERICH, Christa. **The Globalized Woman: Reports from a Future of Inequality**. Londres: Zed Books, 2000.

YOUNGS, Gillian. Feminist International Relations: a contradiction in terms? Or: why women and gender are essential to understanding the world 'we' live in. **International Affairs**, n° 80, volume 1, pag. 75-87, 2004.

GT IV – Processos de (Des)democratização na América Latina

Coordenação

Prof^a. Dr^a. Luciana Ballestrin

Cristiano Ruiz Engelke

Yndira Coelho Soaress

Proposta do Grupo de Trabalho

A proposta do GT é promover a discussão teórica e/ou empírica acerca dos limites e dos riscos que as democracias latino-americanas enfrentam nos dias atuais. Ainda que o diagnóstico de “crise” não seja incomum na história recente dos regimes democráticos na região, a literatura sobre consolidação e qualidade democráticas dominantes nas décadas de 1990 e 2000 foi marcada muito mais pelo entusiasmo do que pela desconfiança em relação à institucionalização daquelas jovens poliarquias. O reforço dessa percepção veio com as eleições que oportunizaram o Left Turn em vários países da América Latina ao longo dos anos 2000, demonstrando uma inédita aceitação poliárquica de revezamento das elites políticas à esquerda do espectro ideológico. Contudo, este cenário tem sido recentemente modificado em vários países, em consonância com a tendência internacional. Dessa forma, o GT promoverá a reflexão sobre os diferentes aspectos e especificidades latino-americanas no contexto global da crise das democracias liberais, problematizando o paulatino retorno do autoritarismo por meio de diferentes processos, ideologias, discursos, organizações, identidades e instituições no contexto dos próprios regimes democráticos.

O ATUAL PROCESSO DE CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE REDUCIONISMO E FORMALISMO DEMOCRÁTICOS

Paulo César Neves Barboza¹

Resumo

A atual crise da democracia destaca o papel do Estado, cujos poderes e corporações solapam seus próprios fundamentos democráticos. Também, a gradual perda de relevância das instituições representativas, mitigadas pela economia globalizada e seus efeitos, como o distanciamento de setores da sociedade civil dos sentidos consolidados de democracia. Com o avanço de pautas regressivas, o *standard* hegemônico de democracia é impactado por consensos que afastam político e política, em favor de sentidos econômicos, morais e jurídicos. Formalmente mantida, a democracia se ressemantiza com a emergência de discursos autoritários pretensamente apartados de disputas ideológicas, reduzindo a política à ideia de gestão eficaz do Estado, a emular os padrões de gestão empresarial. Os conflitos são considerados risco à ordem, embora os discursos emergentes instiguem o antagonismo político. Neste texto, objetiva-se abordar como esses traços estão presentes e auxiliam a compreender a atual crise democrática brasileira, a partir das categorias como pós-democracia e desdemocratização, relacionando-as com consenso, pós-política, antagonismo e agonismo, tendo em vista suas possibilidades, limites, elementos comuns e distinções.

Palavras-chave: crise democrática; conflito político; Estado, sociedade civil.

INTRODUÇÃO

Na abordagem que segue, nos limites do texto e com a brevidade necessária, trata-se de aspectos teóricos sobre a atualidade da crise da democracia, que estabelecem pano de fundo para abordar o quadro brasileiro, ao mesmo tempo em que situam este no plano de uma crise que se apresenta em todos os quadrantes. A complexidade do tema deriva de fatores vários, desde as condições para emergência que conformam tal quadro, até os contornos que a crise adquire ao longo de seu processo, delineadores o atual perfil da democracia captado pela teoria política e incrementado pelas especificidades e contingências próprias do contexto político no Brasil. Considere-se como traços desta complexidade a incidência de diversos campos e

¹ Professor da FAT/ UFPel, doutorando em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas; E-mail: pceves2005@hotmail.com

aspectos da vida social e institucional que convergem para a política e o político, com influências diversas e recíprocas.

No cenário, como exemplos a serem destacados, estão as dinâmicas e práticas da comunicação de massa, desde as pautas das grandes corporações até o alcance das redes sociais. As determinações e sobredeterminações que fundam as decisões políticas, e que não são apreendidas pelas teorias da escolha racional, se colocam sob influência de informações que circulam paralelamente ou mesmo à margem das normas que regulam processos eleitorais. Estas práticas, que não são novidades, passam a dispor de tecnologias que oferecem novas e vastas possibilidades, incapazes de serem contidas pelas regras eleitorais da política, instrumentalizando uma guerra informacional que desvela novos riscos e limites para as instituições da política, na mesma medida em que são recursos discursivos a serem operacionalizados nos antagonismos. Recentes no vocabulário da política, pós-verdade e *fake news* são crescentemente utilizadas como recursos discursivos marcados pela instigação de ódio e fomento de medos em largas escalas, dentro de estratégias que amalgamam setores da sociedade civil e quadros das corporações estatais. Os interesses que expressam vontades e as passionalidades presentes na disputa política obviamente não se reduzem às influências dos meios de comunicação. Estes se subsidiam em argumentos de diversas ordens (*e.g.* morais, econômicos, jurídicos, religiosos...) elaborados desde as famílias até a diversidade de agrupamentos sociais, e que deságuam na política, na qual se percebem os discursos (e suas articulações) que adquirem proeminência nas disputas por hegemonia.

A partir da segunda metade do Século XX, a legitimidade da democracia a sustenta como parâmetro para os regimes políticos e fundamento legitimador do poder do Estado, contrastando com regimes que, *a priori*, são tomados como expressões de autoritarismo. Dentre os sentidos consolidados nesta democracia minimalista de matriz liberal que se hegemoniza, destacam-se, basicamente, a competição eleitoral entre partidos, com eleições periódicas que viabilizem alternância de poder, e instituições políticas cujas bases se assentam num conjunto de direitos fundamentais e liberdades civis e políticas. Neste modelo hegemônico se percebe a tendência de superdimensionamento dos aspectos formais da democracia, considerando os marcos constitucionais e jurídicos balizadores da institucionalidade estatal e da sociedade civil. Tal apelo do formalismo é comum aos regimes democráticos, tendentes ao reducionismo da

política nos termos institucionalizados e o afastamento do político, ou das potencialidades conflitivas inerentes à politização de diversos aspectos e espaços da vida social. Enquanto a política aponta para a afirmação e reafirmação segura e contínua dos consensos políticos fundamentais, recorrentemente em cada disputa eleitoral e nas formas de relação institucionalizadas, na perspectiva do político se destaca a conflituosidade que lhe é essência, e os discursos que nos conflitos se articulam e tensionam, em maior ou menor medida, a política.

O reducionismo formal não se limita somente ao resultado de relações de poder entre elites que buscam estruturar e regular a democracia, com controle de eventuais riscos, mas de emergências que se dão à revelia e fora dos limites dos arcabouços institucionais. Percebe-se que o modelo hegemônico de democracia tem encontrado expressões políticas voltadas para a mitigação de suas finalidades, mesmo em seu minimalismo democrático, afetando-as substancialmente. Se trata de processos políticos dotados de riscos para os fundamentos desta democracia, engendrados na própria estatalidade e em setores da sociedade civil. Tais riscos são originados mesmo em disputas eleitorais, as quais, a despeito de suas louvadas regularidades formais, têm suscitado desconfianças. Sobressaindo os aspectos formais dos regimes, distanciam-se estes das dinâmicas da política e das demandas nela elaboradas, potencializando a emergência de antagonismos em seus limites. Os atuais constrangimentos dos regimes democráticos se percebem na presença comum de pautas e de argumentos declaradamente contrários aos direitos fundamentais e suas dimensões, e comprometidas com os fins de certo (ultra) liberalismo. Vitoriosos em eleições, estes discursos colocam em questão a legitimidade da própria democracia e induzem antagonismos, com a contestação conflitiva da própria ordem e seus fundamentos.

Eis parte de um cenário político institucional que abarca Brasil e América Latina, e que, ressalvadas as especificidades de cada ambiente institucional e social, pode ser identificado nos dois hemisférios, sendo objeto de análises diversas na literatura. Problematizar aspectos desta crise da democracia, numa abordagem teórica sobre seu processo e dinâmica, considerando a desdemocratização e a pós-democracia como marcas do atual quadro da política, é o escopo deste texto. Neste, destaca-se o papel de parte do aparato estatal no processo, no qual operam papel determinante, com a politização que transborda suas finalidades institucionais. Estão presentes nesta breve abordagem a teoria de Charles Tilly sobre desdemocratização e de Colin

Crouch sobre pós democracia, categoria também presente em Chantal Mouffe, bem como categorias elaboradas por Ernesto Laclau, para o trato das dinâmicas da política e do político no contexto, no qual o sentido hegemônico de democracia se aparta de sua materialidade social e política.

DELINEANDO A CRISE DA DEMOCRACIA: PÓS-DEMOCRACIA E DESDEMOCRATIZAÇÃO

A análise de um regime democrático considera, basicamente, sua forma, fundamento e finalidade, bem como os meios para sua efetivação, que abarcam dois atributos determinantes: sua extensão e sua qualidade. Tanto as conceituações que se pretendem mais objetivas, procedimentais, como as normativas, são marcadas por valores e sentidos que convergem para a política, com fundamentos de cortes diversos, como moral, ética, religião, direito e economia, que oferecem argumentos postos na política. Assim, todos os discursos se politizam ou são politizáveis: a política não possuiu objetos específicos e pré-determinados, por conta da abertura discursiva do político e dos conflitos que nele se originam (RANCIÈRE, 1996). Esta conflituosidade inerente à política e ao político, conforme Laclau e Mouffe (2015), opõem-se à tradição liberal e suas alternativas, cujo temor ao conflito se conforma no modelo de democracia hegemônico aqui problematizado. Nos fundamentos deste modelo, a institucionalidade delimita a democracia, em consensos cristalizados na ordem jurídico-política que legitima o poder político. Ao final do século passado, e por influência da potência norte-americana, gradativamente a democracia assentou-se como democracia liberal, não se tratando, entretanto, de um modelo normativo definitivo, dado o caráter historicamente contingente de tal forma democrática (CROUCH, 2004, p. 6). Se consolidam os termos do modelo de “democracia para exportação”, cujos valores presumidamente universais sustentam a imperialidade democrática (BALLESTRIN, 2017), verificada como argumento justificador de intervenções militares realizadas entre as décadas de 1990 e 2000.

As considerações sobre a crise da democracia, processos de desdemocratização, pós-democracia e pós-política (TILLY, 2013; CROUCH, 2004; MOUFFE, 2015) tem em comum a percepção da gradativa perda de relevância das instituições democráticas para colher a conflituosidade existente na sociedade e pela sustentação das instituições em consensos

fundados em espaços, e discursos, outros que não a política (RANCIÈRE, 2014). Eis um dos elementos que pode ser identificado no paradoxo da hegemonização do modelo de democracia: ao mesmo tempo em que se afirmou como o modelo hegemônico de poder legítimo, num alcance inaudito na história de governos legitimados por sufrágios universais, passa a sofrer os impactos do processo de globalização, que contribui para solapar e comprometer a legitimidade das arenas democráticas (CROUCH, 2004). Na análise da pós-democracia, Crouch (2004) destaca, a partir do contexto europeu, o ajuste, ou desmonte, do *welfare state* como grande contribuinte para crescente perda de resolutividade das instituições democráticas, com a cidadania e seus fundamentos sendo afetados sobremaneira pelo mercado, o novo *locus* para promessas de soluções eficazes diante das diversas demandas que emergem na sociedade. Nos limites da democracia minimalista, ampliou-se o conjunto de direitos ao longo da segunda metade do Século XX, os quais passam a ser objeto de drásticas retrações a partir da década de 1990, impactando as instituições democráticas e a política, especialmente com o agravamento das desigualdades sociais.

Cabe contextualizar a democracia brasileira considerando aspectos relacionados com a pós-democracia definida por Crouch. No Brasil, o processo de democratização ao longo da década de 1980 culminou com a Constituição Federal de 1988, extensa e rígida, relacionando um vasto conjunto de direitos fundamentais, com características comuns às democracias de cunho liberal-social (SARLET, 2009). O otimismo legiferante do momento deu margem para um amplo conjunto de expectativas da sociedade em relação aos direitos formalizados. Num regime político, ou seja, nos modos como o Estado se relaciona com seus cidadãos, conforme Tilly (2013, p.29), é determinante a capacidade de o Estado implementar suas decisões políticas. Sem a capacidade de supervisionar o processo de decisão democrática, nem de pôr em prática os resultados, nenhuma democracia funciona. Isso fica mais óbvio no caso da proteção institucional que a democracia demanda: um Estado é fraco se proclama direitos, mas não tem condições de sustentar direitos e evitar arbitrariedades (*idem*, p. 30).

Ainda que se tenha um estado fraco para implementar políticas públicas e garantir efetividade de direitos, houve no período, a partir da nova ordem constitucional, a organização de movimentos sociais, não sem resistências originadas de instituições e de setores da sociedade. A experimentação democrática, em casos específicos, teve espaço, como o exemplo

do orçamento participativo, e a foram realizadas eleições, com percalços, em todos os entes federativos. Entretanto, diante das deficiências estruturais do Estado brasileiro, não foram reduzidos consideravelmente problemas relacionados com desigualdades e violência social, estas que contam com a participação de agentes do Estado, herança do autoritarismo que permeia as instituições (MIGUEL, 2018). Estes fatores são determinantes para a institucionalidade, considerando a relação entre os poderes e destes com a sociedade civil e suas demandas. A ineficácia de direitos assegurados se reflete na persistência da violência estrutural, nas altas taxas de criminalidade, que, somadas com a decrescente legitimidade das instituições públicas e a violência estatal (*idem*, 2018) dão margem para a autonomização de poder no corpo social, paralela a ordem jurídica e política (TILLY, 2013).

DESDEMOCRATIZAÇÃO E OS LIMITES DO REGIME DEMOCRÁTICO

As deficiências institucionais e os problemas sociais se retroalimentam, e persistem na democracia brasileira. A ordem constitucional se erigiu em um contexto de hegemonia de políticas neoliberais, de desmonte do arcabouço seu normativo. São fatores que contribuem para conformação de novas arenas políticas, que prescindem dos espaços da política representativa, e impulsionam, dentro do aparato estatal, o maior protagonismo de corporações “técnicas” atuantes no campo jurídico. Estas intervêm no espaço político, constituído pela relação entre a sociedade civil, os partidos políticos e a atuação parlamentar, numa construção estranha para a soberania popular concebida pela democracia representativa (VIANNA et al., p. 22, 1999).

A democracia deve ser entendida como um processo contínuo, o que não significa afirmar que seja uma continuidade virtuosa e linear, integradora, capaz de realização satisfatória das demandas originadas de diversos espaços sociais. Não sendo definitiva, não pode encerrar os sentidos que se articulam nos discursos políticos em disputa pela hegemonização de fundamentos, contingentes e precários (LACLAU, 2000). A exposição às contingências da vida social, e seus diversos fatores, coloca o modelo hegemônico de democracia, e suas instituições, em permanente risco de crise, por óbvio. A tentativa de afastamento de conflitos políticos, para sustentar os consensos fundamentais deste modelo de democracia, tendem a descaracterizá-la,

e conformá-la em limites formais. Neste sentido, cabe ressaltar que períodos democráticos não escapam da decadência, de modo que demandam renovados compromissos, mesmo numa sociedade que já realiza o sufrágio universal, tendo em vista o surgimento de novas identidades dentro dos marcos existentes para transformar as formas de participação popular (CROUCH, 2004, p.26). Na história, lembre-se, a vasta maioria dos regimes tem sido não democrática: regimes democráticos são raros, contingentes e criações recentes (TILLY, 2013, p.33).

A plasticidade social não se limita aos termos consolidados pela estatalidade, e permanentemente a pressionam, com maior ou menor intensidade. Diante das diversas demandas sociais, não se pode esperar permanentes soluções satisfatórias, bem como não se pode esperar que o trato dessas demandas repouse somente na política e no aparato estatal. A politização de discursos diversos se dá nas possibilidades do político, dos antagonismos que podem surgir a partir de reivindicações várias. De qualquer modo, recorrentemente, “ambos, técnicas sociais de controle e violência encarregam-se de produzir a figuração da incompetência política da população, especialmente quando esta se organiza, se movimento, aparece autonomamente” (PAOLI, 2007, 224). A solução técnica substitui a política pela gestão, afastando os riscos de conflitos políticos para afirmação de consensos básicos, de cuja estrutura não participam todos, e que se sustentam em capacidade técnica ou fundamentos normativos que não se originam da política. Esta, a pós-política, não depende mais de igualdade democrática e articulações políticas, com governos que operam a partir de uma oligarquia e seus compromissos, destacadamente econômicos (MOUFFE, 2015).

A pretensão de um consenso definitivo, ou de um fundamento último, aponta mais para a desdemocratização do que para a conciliação social, e aproximam os totalitarismos das perspectivas do economicismo liberal presente nos consensos. Consideremos que a verdade política de um regime totalitário seja conquistada com o pretense fim as disputas pelos sentidos da política, viabilizando apenas debates sobre gestão da coisa pública. O consenso liberal, por sua vez, parte de sua premissa racional e integradora de mercados, diante das quais não se deve discutir seus fins e propósitos, mas administrar conforme estes. Se trata de um autoritarismo de novo tipo (PAOLI, 2007, p. 229-230), armado sobre a democracia e que nela se legitima, se organiza e se estrutura. A amplitude de alcance da mercantilização da vida desconhece fronteiras, e parasita as instituições políticas, como no exemplo grego do plebiscito de 2015, no

qual a decisão democraticamente realizada pela maioria não resiste à pressão do poder econômico que constrange a política representativa.

O sentido de democracia, para que esta efetivamente ocorra, deve estar em permanente disputa, sem a possibilidade de fechamento de sentido que se proponha capaz de superar os dissensos do político, como assinalam as propostas totalitárias (ORTIZ LEROUX, 2006). A pretensão do consenso racional e do *télos* da sociedade reconciliada, ou qualquer fundamento para a democracia, podem ser tomados nos discursos como elementos ideológicos, como propostas de fundamentos contingentes e precários no plano ôntico, e que não afastam a conflituosidade ontológica da política e do político (MENDONÇA, 2014). Política não se reduz a mera gestão de interesses previamente conformados em consensos ou submetidos à autoridade irresistível. Nem aquele, nem esta, existem (LACLAU, 2014). A política não se detém nos limites da dimensão da mera gestão, considerando que sempre poderão emergir desacordos sobre os fundamentos, demandas e propósitos que serão geridos pela Administração e seus quadros detentores do poder (ORTIZ LEROUX, 2006). E mesmo que nas estruturas institucionalizadas não sejam encontradas instituições que deem vazão aos conflitos, estes surgirão, e não se pode previamente estabelecer onde, nem como se manifestarão (RANCIÈRE, 1996).

Em regimes democráticos, tem sido cada vez mais comum a participação de candidaturas com discursos de gestão e eficiência típicas das atividades econômicas, que negam a política e o político enquanto participam de eleições. A contradição existe, é relevante, mas não retira o peso eleitoral de tais candidaturas, marcadas pelo uso em profusão das redes sociais, abastecidas com notícias falsas e factoides de toda a sorte. A eleição de Trump nos Estados Unidos demonstra isso. Naquela e em outras democracias, as campanhas eleitorais também apelam aos medos das populações, com discursos que se valem do comum desejo de proteção entre os eleitores, para estabelecer um estado de emergência permanente (CASTELLS, 2018, p. 29) - viabiliza-se o governo em permanente campanha. O racionalismo, se percebe, não fundamenta nem explica a política, nem sustenta a defesa da democracia com base em suas virtudes. Neste contexto, se apresentam discursos de ódio, direcionados contra os nomeados responsáveis pelo medo, estrangeiros e minorias, por exemplo, senão contra a própria democracia (*idem*, 2018, pp. 37-39). Tais estratégias eleitorais, francamente regressivas em

relação aos valores reconhecidos como fundamentais dos regimes democráticos, foram utilizadas com êxito no Brasil nas eleições de 2018.

A democracia, um bem em si mesmo, é considerada importante para a qualidade de vida do conjunto da cidadania, oferecendo à população de determinado regime o poder coletivo de determinar seu próprio destino, e que de algum modo salva pessoas comuns da tirania e da desordem (TILLY, 2013, p.20). Não obstante, períodos de democratização podem recuar e serem seguidos de períodos de desdemocratização (estes, mais rápidos), sendo ambos processos, conforme percebe Tilly (2013), exemplificados em casos históricos. A complexidade dos casos não permite definir cabalmente que a democracia se sustenta na determinância de um de seus elementos, como a ocorrência de eleições regulares: na América Latina, considerando um histórico de golpes militares e ditaduras, presume-se que a democracia formal e seu ápice eleitoral não deixem de ter peso institucional, embora não sejam suficientes para evitar crises democráticas que se configurem, gradativamente, como aspectos de processos mais amplos, caracterizados como desdemocratização.

Para analisar processo de democratização, e seu reverso, Tilly (2013, pp. 27-29) considera que as inerentes promoção do bem-estar, do estado de direito, e do poder popular envolve outros quatro juízos: a amplitude, ou a extensão do conjunto demandas mobilizadas na democracia; a igualdade, ou quão equitativamente as diferentes demandas são traduzidas pelas instituições estatais; a proteção, ou em que medida a própria extensão das demandas tem a proteção política do Estado; e o caráter mutuamente vinculante das consultas, ou quanto o processo de tradução de interesses envolve compromissos entre cidadãos e Estado, culminando na busca pela efetividade dos compromisso firmados. Tem-se um conjunto de aspectos que consideram ampla dinâmica de relações entre instituições e sociedade civil, não limitados à competição eleitoral, embora não a negligencie. Neste sentido, o Estado pode estabelecer eleições ou outras formas para apresentação de demandas, e ao mesmo tempo pode não oferecer proteção para minorias, ou mesmo se comprometer com parte das demandas, a partir de relações clientelistas com parte da coletividade. A mitigação da democracia pode, portanto, coexistir com a democracia formalmente assegurada.

Percebe-se, em Tilly, que a democracia se relaciona com a integração de diferentes interesses, lícitos e possíveis na democracia, que não comprometam a legitimidade e a extensão

desta. Esta perspectiva considera que o Estado forte não é, por si só, fiador da democratização. Não existe regime que limite de modo claro e definitivo os riscos da desdemocratização, e esta, assim como a democratização, segundo Tilly (2013) é estabelecida a partir de três grupos centrais de mudanças que caracterizam os respectivos processos: aumento ou diminuição entre redes de confiança interpessoais (da família, da religião e do mercado, por exemplo) e processos políticos; aumento ou diminuição do insulamento dos processos políticos públicos em relação as principais desigualdades categóricas (gênero, raça, etnia, classes...) em torno das quais se organiza a vida cotidiana; aumento ou diminuição na autonomia em relação aos processos políticos públicos por parte dos principais centros de poder, especialmente os detentores de meios coercitivos, como as milícias, as redes de clientelismo, o exército e as instituições religiosas.

A diversidade de interesses relacionados com grupos sociais é inerente a democracia, sendo risco para esta o estabelecimento de redes de confiança que prescindam de integração com o Estado, estabelecendo centros de poder paralelo às instituições de um regime político. As organizações criminosas e paramilitares aqui se enquadram. Tais mudanças podem ser desenvolvidas e operadas na sociedade civil e mesmo nas corporações do Estado, e demandam formas de contenção, para que esta autonomização de centros não comprometa as instituições democráticas. Os processos políticos dentro dos regimes democráticos consideram as atividades dos três poderes, a mobilização dos arranjos de instituições eleitorais e representativas, que caracterizam espaços para contenção, que também podem ser coletivas, e desenvolvidas na forma de golpes e revoluções, atuação de movimentos sociais e guerras civis (TILLY, 2013, p. 27), modos de disputa de poder político que não se limitam aos recursos institucionalmente disponíveis na normalidade democrática.

POLITIZAÇÃO DO APARATO JUDICIAL: UMA IMPORTANTE CARACTERÍSTICA DA CONTRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL PARA A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Vimos que a democracia brasileira apresenta sérios limites estruturais e problemas institucionais que, entretanto, não serão tratados neste texto. A proposta aqui é abordar traços do cenário atual e suas especificidades, envolvendo um golpe de Estado de novo tipo, um golpe

jurídico-parlamentar, que encontra similitudes em casos recentes na América Latina, e se distingue daqueles ocorridos no século passado, num contexto de colapso da democracia e dos consensos que a sustentaram até aqui (MIGUEL, 2019). No quadro, parte da sociedade civil se articulam com corporações públicas no atual processo de desdemocratização no Brasil, destacando-se os meios de comunicação de massa, o empresariado e os representantes do setor financeiro. Nestas articulações discursivas, são mobilizados os setores médios da sociedade a partir de pautas relacionadas com a luta contra a corrupção, significante que passa a representar sentidos diversos, incomensuráveis até então, e que lhe conferem importantes sentidos e centralidade na disputa hegemônica. Com o antagonismo a divisão do social converge para os dois campos da disputa política, mas com brechas na linha divisória, a permitir a função de plenitude (impossível) e ampliação do sentido do discurso hegemônico, na pretensão de representar o incomensurável, que se dá a partir da fixação de pontos nodais Laclau (2000).

A hegemonia que se articula no campo político nele emula (pretensa) completude, como um objeto que sublima discursos materializados em instituições estatais, como um *objeto a laciano* (LACLAU, 2000). Gradualmente, no contexto brasileiro, os discursos articulados se antagonizam às próprias instituições políticas representativas, na mesma medida em que se materializam aparato judicial-repressivo. Neste processo, esta parte do aparato estatal se distancia de suas funções institucionais, e avança para sua politização e partidização, que viabilizam sua participação nos conflitos políticos que são determinantes para a conformação do quadro no qual se encontra a democracia brasileira. Este ingresso do aparato jurídico na politização, e gradativa autonomização para além de atribuições constitucionais, remonta ao quadro de pós-democracia (CROUCH, 2004) acima abordado. Considere-se os atributos conferidos pela Constituição Federal para estas instituições e o quadro de desmonte ou mitigação do Estado Social, a partir daquele quadro histórico, no qual os efeitos da globalização afetam as fracas capacidades da estatalidade de garantir maior eficácia para o conjunto dos direitos fundamentais, impactando de vários modos a legitimidade democrática.

O processo remete à herança autoritária presente nas instituições do Estado no Brasil, favorecendo cultura antipolítica e contrária a participação social, considerando o debate sobre a judicialização da política, conforme Sadek (1998). É potencializado pelos problemas de eficácia dos direitos elencados na Constituição Federal, e suas atribuições conferidas ao poder

judiciário e ao ministério público. Gradualmente, se salienta o elitismo e o corporativismo destas corporações, pautadas pela defesa do incremento de prerrogativas institucionais e da burocracia, com foco em recursos orçamentários e remuneração (CARDOSO, 2017). Esta atuação corporativa em defesas de interesses setoriais depende de suas possíveis articulações com outras instituições, demandando relações e influências políticas. Tem-se a politização na atuação deste aparato, num processo no qual se verificam articulações relacionadas com estruturação dos orçamentos do Estado, e que gradualmente viabiliza maior interferência nos demais poderes representativos, alcançando reflexos nos pleitos eleitorais e os fundamentos do Estado democrático de direito (*idem*, 2017).

Temos um quadro de autonomização gradativa, rumo a politização e desvirtuamento de finalidades institucionais, configurando um centro de poder dentro da estrutura do Estado, que rivaliza com as demais instituições em sua relevância contingente. Não alcança a totalidade dos quadros das corporações mencionadas, o que não impede os quadros envolvidos de estabelecerem relações com setores estratégicos da sociedade civil e da estatalidade, a ponto de influenciarem a ordem política e as disputas eleitorais, e de hegemonizarem seus discursos nos meios jurídicos. Nos discursos que se articulam na política, a partir do sentido hegemonizado da luta contra a corrupção, se antagonizam aos que são definidos os inimigos da ordem, de modo que o enfraquecimento do Estado, e a tribuna que a midiática oportunizada despertam uma *mentalidade de cruzados* nestes quadros da estatalidade (GARAPON, 2001, p. 67). Considerando que a separação de poderes sustenta a autocontenção dessas corporações, e se percebe que os setores que angariaram espaço na conjuntura de crise política não realizaram devidamente a contenção de suas ações. Nota-se a pouca eficiência desta autocontenção mesmo nos conselhos nacionais de justiça e do ministério público, estabelecidos para garantir, administrativamente, as balizas institucionais na atuação de seus quadros, e assegurar maior transparência institucional, com a verificação do cumprimento de suas finalidades (ROBL FILHO, 2013).

Outras formas de contenção, cabe ressaltar, não estão inviabilizadas no plano da política, e colocam em questão o equilíbrio entre os poderes: o Congresso Nacional pode legislar sobre sanções e limites para estes desvios e abusos. Entretanto, tais medidas poderão influenciar num processo de desdemocratização que se encontra em marcha, e que já afetou instituições

democráticas a ponto de impactar processos eleitorais, como a eleição do atual presidente da República. A contenção pode ser realizada por meios institucionalizados nos espaços da política, cujo peso se define a partir da correlação de forças entre os interesses em disputa, considerando os limites institucionais e cálculos políticos. Ainda, segundo Tilly, podem ser exercidos de amplas formas, para além dos limites e espaços institucionais, a partir de medidas mais drásticas, conforme vimos acima. A partir da política e do político, a contenção se volta para o enfraquecimento de centros de poder cuja autonomia compromete as bases da democracia institucionalizada.

A DINÂMICA DA POLÍTICA NA CONJUNTURA DE CRISE

Para a análise do recuo da política democrática, e do comprometimento de sua efetividade, são abordadas a seguir categorias teóricas que se definem pela essencialidade conflitiva da política, que se manifesta nos antagonismos e no agonismo. Nesta abordagem, diferentemente da teoria democrática hegemônica, se destaca o reconhecimento de aspectos do social que não são apreensíveis na rede da racionalidade, e que são constitutivos dos antagonismos articulados nas disputas por poder e na exclusão, inerradicáveis nas sociedades humanas, conforme Mouffe (2003, p. 11-13):

É apenas quando admitimos esta dimensão do “político” e entendemos que “política” consiste em domar a hostilidade e tentar neutralizar o antagonismo que existe nas relações humanas, que podemos posicionar a questão fundamental para a política democrática. Esta questão, ponderam os racionalistas, não é como chegar a um consenso racional alcançado sem exclusão, o que é, de fato, uma impossibilidade. A política visa a criação de unidade num contexto de conflito e diversidade; está sempre preocupada com a criação de um “nós” pela determinação de um “eles”. A inovação da política democrática não é a superação da distinção nós/eles, mas a maneira diferente de estabelecer essa distinção. O problema fundamental é como operar a discriminação nós/eles numa forma compatível com a democracia pluralista. (Idem, p. 15-16).

Embora não sejam sempre constantes quanto aos seus marcos delimitadores e explícitas quanto aos discursos que mobilizam, as fronteiras da democracia no agonismo são perceptíveis na política, o espaço para domesticação do antagonismo, sustentado em bases éticas que deveriam ser, ao menos em parte, compartilhadas entre os atores envolvidos, conforme Mouffe

(2003). Tal compromisso ético básico entre inimigos que se tornam adversários não afasta problemas teóricos, e também remetem a efetivação de um modelo agonístico de democracia radical, pluralista, como pretende Mouffe. Considere-se, dentre outros pontos a seguir relacionados, que a possibilidade de democracia radical do agonismo se viabiliza sem negar a conflituosidade ontológica do político, cujas possibilidades democráticas extrapolam os limites da política e da ordem institucionalizada (MENDONÇA; VIEIRA, JR, 2014).

Para constatação do recuo da democracia, pode-se verificar as relações entre política e político, considerando os limites do agonismo político, o espaço das possibilidades institucionais de contenção diante da eventual emergência de redes de confiança conectadas com espaços autonomizados da estrutura institucional, implicando riscos para as bases desta. Diante das distinções entre antagonismo e agonismo, tomando o político como risco para a política e seus consensos democráticos, não definitivos e inclusivos, conforme Mouffe (2005), tendemos a nos afastar, paradoxalmente, da própria conflitividade que se reconhece como determinante para a existência da democracia. Entretanto, a partir desta perspectiva mais conservadora, é possível considerar que a democracia se sustenta na manutenção de certo equilíbrio dinâmico entre o político e a política, de modo que esta busca suportar em seus termos o antagonismo, tornando-o agonismo, para legitimar-se.

A perspectiva agônica, num processo de democratização (podemos considerar aqui a abordagem de Tilly para caracterizá-lo), têm nos antagonismos situados além de suas possibilidades discursivas o limite para o agonismo. O processo democrático, assim, se configura na permanente ampliação da plasticidade institucional, para ampliar o acolhimento em limites agônicos dos antagonismos que emergem no social. Ao mesmo tempo que tem seus limites pressionados pelo político, deve se dispor a assimilá-lo, em termos que não representem risco às bases éticas da política agônica. Se a exclusão política não pode ser afastada, a pretensão é de que os antagonismos sejam contidos em meios que não redundem em violência aberta, embora toda a ordem seja caracterizada por certa dose de violência institucional para se sustentar e para enquadrar as insatisfações contra a estrutura (MIGUEL, 2018).

Ainda que busque não estagnar as possibilidades da democracia pluralista, destacando a dinâmica das relações sociais diante da estatalidade, a perspectiva agônica aponta para a institucionalidade da política parlamentar como espaço privilegiado para onde convergem as

demandas políticas (MOUFFE, 2015). Nestas relações e aproximações entre política e político, agonismo e antagonismo, se dão os processos de democratização, e também, de contenção em processos de desdemocratização, tal como se verifica em Tilly (2013), dentro dos espaços institucionais e, se necessário, para além de seus limites. A necessidade de contenções advirem do campo do político e suas amplas possibilidades, denuncia a incapacidade da política institucional de legitimar-se a partir de seus marcos, de neles resolver suas contradições e acolher as demandas do social. Percebe-se, pois, que gradativamente o regime perde capacidade de assegurar as dimensões elencadas acima, conforme Tilly: amplitude, igualdade, segurança e comprometimento mutuamente vinculante presente nas relações com a sociedade civil.

Considera-se, portanto, que a hegemonia de uma determinada estrutura discursiva, constitutiva de um regime político, se dá com o equilíbrio dinâmico entre agonismo e antagonismo, ou a domesticação dos conflitos para sustentar consensos institucional e socialmente. Não impede a quebra da harmonia entre poder do povo e mercado livre, do consenso (RANCIÈRE, 2014), e possibilita mudanças, com a inserção de novos atores, novas demandas, novas ideologias a disputar a hegemonia. Destaca-se que a democracia liberal tende a limitar a política, a partir de recursos discursivos que não são políticos, mas econômicos e morais, caracterizadores da pós-política e da pós-democracia (MOUFFE, 2015). Um regime democrático deveria ampliar inclusão e diversidade, com possibilidade de maior simplificação do social dentro das possibilidades da política, para sustentação de sua legitimidade dos diversos interesses que se originam do social.

Os sentidos da democracia estão, permanentemente, em jogo no plano simbólico e material, de modo para uma ordem ser legítima os adversários (agônicos) devem identificar nela os limites para suas atuações e interesses. Os valores de base, sendo radical e democracia pluralista, estão em questão, considerando que os processos de identidade devem ser capazes de se colocar contra a base ética desta democracia, tal como a transição entre o antigo regime e a revolução burguesa, o exemplo de deslocamento estrutural (LACLAU; MOUFFE, 2015). A sustentação da política (institucional) se insere entre política e político, considerando a permeabilidade daquela a este. O pluralismo democrático, ainda que não radical, permite permanente fluxo democrático de atores e suas demandas entre os dois planos. Não obstante seja impossível à política deter a potência do antagonismo, e a perenidade agônica depende de

evitar a quebra de sua hegemonia, de suportar as demandas antagonizadas, de não se deter nos limites do formalismo.

No atual processo de desdemocratização brasileiro, parte das instituições que garantem a funcionalidade das instituições políticas, e que são determinantes para legitimação do regime político, assumem importante papel. De portadores significativos meios de contenção necessários à estrutura democrática no plano do agonismo, e das garantias das regras para uma disputa adversarial, passam a ser vetores de crise democrática. Ao não conter pretensões de poder político, e as ações neste sentido que emergem entre seus quadros, o aparato jurídico estrutura articulações discursivas que estabelecem antagonismos, politizando-se finalidades deveriam garantir a própria democracia institucional. Percebe-se uma radicalização política engendrada no interior da institucionalidade, com a partidarização que se origina das corporações jurídicas e de suas articulações políticas no plano institucional e com a sociedade civil. Acabam por pressionar a capacidade e os limites da política, e se relacionam com a profusão de discursos antidemocráticos que emergem na conjuntura.

O enfraquecimento do regime democrático e o conseqüente enfraquecimento do Estado, conforme este se torna ineficaz para realização de suas finalidades, desvirtuadas, são característicos de um processo de desdemocratização, mais do que uma crise conjuntural. Se estabelece a partir de uma série de eventos, destacadamente a partir das manifestações de 2013, com seus diversos vetores e finalidades em disputa, e vêm se conformando em iniciativas na contramão da ordem democrática, no plano da sociedade civil e das instituições representativas. No processo, encontra-se um golpe jurídico-parlamentar, o impeachment da Presidente da República eleita em 2014, e um processo eleitoral marcado pelo poder econômico, pela radicalização de discursos de ódio e pela novidade do impacto das notícias falsas amplamente divulgadas (MIGUEL, 2019). Isso, com a candidatura do principal candidato da oposição sendo impedida, por atuação do ministério público e de todas as instâncias da justiça, a partir de uma atuação de combate seletivo à corrupção, além dos limites da legalidade. A eleição do candidato de extrema direita, e seus absurdos discursos, são a continuidade do processo de recuo democrático, que, no plano legislativo, se realiza com a aprovação um conjunto de normas que resulta na redução dos instrumentos para combate da pobreza e da violência estrutural, realimentando as limitações da democracia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto foram problematizados aspectos da crise da democracia brasileira, que gradativamente perde sua já limitada efetividade, enquanto permanece em seus marcos formais. A análise de um cenário que ainda passa por mudanças não permite mensurar, ainda, os impactos e estabelecer as responsabilidades dos quadros que se apresentam como relevantes no processo de crise. Entretanto, é possível identificar discursos que até aqui são relevantes para impactar a democracia, e que podem dar pistas sobre cenários futuros. Se trata de um processo que ainda segue, com o crescimento de antagonismos políticos relacionados com o avanço de pautas regressivas nos poderes representativos e na atuação de setores destacados das corporações jurídicas.

A escolha das referências teóricas se deu com base nas categorias nelas dispostas, de modo a relacioná-las para análise da conjuntura em questão. As pautas regressivas da democracia remontam à redução do Estado social identificada por Crouch, que, dado o caráter complementar de direitos fundamentais de diferentes dimensões, acabam por limitar as liberdades individuais e os direitos políticos, mesmo aqueles típicos e emblemáticos da democracia liberal. Em sua análise, aponta causas determinantes para a pós-democracia, como a globalização e as pautas regressivas de direitos que nela se elaboram e se realizam. No sentido da desvalorização da política, Mouffe considera o afastamento desta, com a rejeição do conflito e do caráter excludente das disputas pelo poder, que se assenta nos modelos hegemônicos de democracia. Este, remete para a perda de peso da política ante o social como meio e espaço para trato dos interesses sociais, em favor de discursividades econômicas, jurídicas e moralista, não politizadas.

A política institucional se amesquinha, reduzida a gestão de interesses e conflitos epidérmicos, para efetivação de consensos que limitam, por suas matrizes e finalidades, as possibilidades da democracia, conforme Rancière. Em Tilly, encontra-se subsídio para a análise de processos complexos, que implicam em avanços ou recuos na democracia, conforme a caracterização abrangente e relevante que estabelece para esta. No processo de desdemocratização, as instituições políticas e sua interação com a sociedade são postas à prova,

sendo determinante para a dinâmica política e a sustentabilidade da democracia.. Neste sentido, o antagonismo do político, conforme Laclau, abarca a disputa política, diante das restrições no espaço da política institucional. Se trata, não obstante, de possibilidade sempre presentes na disputa hegemônica entre discursos e suas identificações, e que colocam a democracia diante amplitude das articulações de discursos viáveis no político.

Buscou-se estabelecer aproximações entre as elaborações teóricas em questão, considerando o entrelaçamento e complementaridade possíveis, para analisar a democracia brasileira e sua atual crise. Podem ser relacionados pontos de contato entre as teorias mencionadas, como o reconhecimento do caráter contingente da democracia, como se percebe em Crouch, Mouffe e Laclau. A democracia entendida como processo, cuja dinâmica implica recursos que não se limitam aos espaços da institucionalidade, aproxima Laclau, Mouffe e Tilly. Considera-se que os conflitos políticos podem se dar para além de seus limites e atacar seus fundamentos, configurando oportunidades instituir novos fundamentos para a política e a democracia. Do mesmo modo, as formas de contenção podem ser desenvolvidas de modo amplo, contestando as limitações da ordem vigente. A dinâmica política, das disputas por poder, não necessariamente comprometidas com a democracia, têm em Tilly e Mouffe, e nas abordagens de ambos sobre regimes democráticos possibilidades teóricas para tratar sobre a relação entre agonismo, ou institucionalidade política e antagonismos, ou o político, ambas constituídas pelo conflito.

Como na desdemocratização se trata de um processo, como distinguir uma crise democrática, de legitimidade das instituições, de problemas estruturais que podem abalar a democracia? Propôs-se elencar subsídios teóricos disponíveis para a análise, como um processo mais amplo, de desdemocratização. A partir os referenciais relacionados, é possível encontrar traços para as condições de emergência do processo de desdemocratização. Isso, num ambiente em que discursos antidemocráticos permeiam as instituições representativas e seus processos eleitorais, encontrando eco em parte do social. Encontram-se discursos indutores do antagonismo e da simplificação da complexidade política, a partir de identificações discursivas que condensam na figura dos adversários riscos à ordem, com contribuição da politização do judiciário e da atuação partidarizada de setores deste.

Se a inviabilização de eleições nas democracias latino-americanas parece distante no passado, ou configura-se como risco menor no presente, as formas de limitação e controle da democracia, e seus efeitos, aportam novas técnicas, que implicam redução dos parâmetros minimalistas do modelo hegemônico. O quanto um regime democrático suporta de constrangimentos à sua efetivação, e como isso se replica nas disputas políticas, são questões que estão relacionadas com esta breve análise.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. Imperialidade democrática como injustiça global: problemas para a democracia e a justiça no século XXI. In: *Encruzilhadas da democracia*. MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia (orgs). Porto Alegre: Editora Zouk, 2017.

CARDOSO, Luciana Zaffalon L. *Uma espiral elitista de afirmação corporativa*. Tese (doutorado) – FGV. São Paulo, 2017.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura*. A crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

GARAPON, Antoine. *O juiz e a democracia*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SADEK, Maria Tereza e CASTILHO, Ela Wiecko de. *O Ministério Público Federal e a administração da Justiça no Brasil*. São Paulo, Sumaré, 1998.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

LACLAU, Ernesto. *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

_____. *Nuevas Reflexiones sobre la revoluciones de nuestro tiempo*. 2 ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

MACIEL, D; KOERNER, A. Sentidos da judicialização da política: duas análises. *Lua Nova*, São Paulo, n. 57, p. 113-133, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. *Dominação e resistência*. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. *O colapso da democracia brasileira*. Da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MENDONÇA, Daniel; VIEIRA JUNIOR, Roberto. Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.13, p. 107-136,2014.

MENDONÇA, Daniel. O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. *Revista Lua Nova*, n. 91, p. 135-167, 2014.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista Sociologia Política*, (25): 11-23, nov. 2005.

_____. *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MOUFFE, Chantal. *For a left populism*. Londres: 2018.

ORTIZ LEROUX, Sérgio. *La interrogación de lo político: Claude Lefort y el dispositivo simbólico de la democracia*. *Revista Andamios (México)*, v. 2, n. 4, p. 79-117, 2006.

PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In. OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (org.) *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. *Ainda se pode falar de democracia?* Lisboa: KKYM – YMAGO (Ensaio Breves).2014.

ROBL FILHO, Ilton Norberto. *Conselho Nacional de Justiça*. São Paulo: Saraiva, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

QUAIS OS LIMITES PARA O DEBATE DEMOCRÁTICO NA INTERNET? AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS E O PAPEL DO *CIBERELEITOR*

Julio Marinho Ferreira¹

Resumo

Este trabalho visa analisar o uso, e o papel político, das redes sociais virtuais, enquanto veículos para a promoção de debates de cunho político na atualidade. Por se tratar de um espaço, ou um ambiente descentralizado de diálogos, as redes sociais acabaram sendo palco para promoção de fraudes e mentiras que podem (ou não) influenciar a questão democrática em eleições, como exemplo, uso os pleitos norte-americano (2016), brasileiro (2018) e ucraniano (2019) como objeto. Além disso, enquanto pesquisador de interações sociais em ambientes online, me deparei com o problema do chamado *cibereleitor* - indivíduo defensor fervoroso de seus ideais políticos, sejam quais forem as consequências desse ato. Ao defender seu voto, o *cibereleitor*, precisa usar, muitas vezes, usar agressividade e violência em suas posições, com isso, acabaria rompendo os limites do que seria debater democraticamente. Essa forma de expor o voto, acabou por ser usada pelos candidatos – dos pleitos mencionados – gerando uma questão problemática: o uso de *fake news*. Dessa forma, pretendo discutir através de uma pesquisa sociológica em redes sociais virtuais, esse novo espaço político e seus usos, já que discutir e debater opiniões é algo tornado comum em nossa sociedade pautada pelas interfaces informacionais.

Palavras-chave: Sociologia; Política; Cibercultura; redes sociais.

INTRODUÇÃO

A sociedade, dos últimos vinte anos, se viu frente a um novo paradigma comunicacional, no qual a Internet, a web e as redes sociais virtuais possibilitaram a massificação da opinião e de seus usos, ou seja, todos os seus usuários poderiam ter uma voz ativa ou uma ideia de representação nunca vista antes. Esse paradigma, tornado novo, e usado nas esferas sociais como forma de interação necessária, seria explorado pelas atividades políticas e suas variantes. Dessa forma, uma (re)democratização da opinião, da autoimagem e dos gostos particulares se tornaram presentes, com isso, gerando uma nova comunidade de interesses, tendo a grande rede de computadores (Internet) como veículo promotor.

¹ Pesquisador de relações sociais mediadas por interfaces tecnológicas. Cientista social, mestre em Sociologia e doutorando em Sociologia pela UFPEL. Bolsista CAPES/CNPq. Email: juliomarferre@hotmail.com.

Dentro dessa nova perspectiva acerca da formação de opinião, ao se pensar o engajamento político, nos dias atuais, mostram-se necessária a percepção do modo como os debates de cunho político deslocaram-se das esferas públicas (no mundo físico/realidade, como antigamente), para o ciberespaço da web. Os ambientes virtuais das redes sociais virtuais (uma realidade deslocada, como hoje em dia) e de seus usuários multifacetados, em perfis interativos, acabariam por adquirirem primazia. Com esse deslocamento, e mudança de ação, surgiu toda uma problemática a ser analisada e debatida com lentes críticas e multidisciplinares: os usos extremos da opinião política em redes sociais virtuais.

A partir dessas formas de ser e agir no ciberespaço, pode-se perceber a afirmação da web enquanto espaço de ação/reação/afirmação de opiniões. A noção democrática de diálogo, de conversas informais e de debates sérios, isso dentro dos ambientes virtuais das redes sociais, parecem se amalgamar em um caldo problemático e violento, gerando reações extremadas, como a defesa agressiva de opiniões políticas.

Quais seriam os motivos por trás da transformação do ato de dialogar em uma forma de ação violenta, voltada para a anulação de uma opinião contrária?

Nesse sentido, este trabalho busca discutir, com lentes sociológicas e multidimensionais, ao mesmo tempo que busca responder à questão acima e seus desdobramentos. Com isso, pode-se pensar numa crise social e democrática, promovida pela amplitude do acesso à informação, através das redes sociais virtuais ao mesmo tempo em um paradoxo, no qual o excesso de informação serviria apenas como mecanismo de desinformação. O ato de expressar uma opinião ou se auto expressar já não fariam sentido se não houver um confronto e uma busca por vitória, seja de qualquer jeito.

Como forma de exemplificar, as questões levantadas acima, e tornar mais claro o debate sobre a polarização violenta das relações sociais em ambientes virtuais, trago alguns personagens políticos de nossos tempos (últimos três anos), como Donald Trump, Jair Bolsonaro e Volodímir Zelenski. Essas três figuras políticas, de países distantes como Estados Unidos, Brasil e Ucrânia portam matizes que os aproximam, seja por seus discursos ou por suas maneiras, peculiares, de fazer política. Sendo que o principal mecanismo que ligaria os três, seria a capacidade carismática de usar as novas mídias, além de seus usos das redes sociais virtuais enquanto plataformas de propaganda política.

A RELAÇÃO INTERNET/DEMOCRACIA: OS DEBATES POLÍTICOS NO ÂMBITO DO CIBERESPAÇO

A Internet, como temos hoje, ou seja, uma rede interativa que conecta pessoas e empresas ao redor do mundo, é fruto de uma lógica de mundo informacional surgida no final do século passado, no qual uma sociedade tecnológica avançada ou pós-industrial exasperou o ideário da relação homem-máquina em função de uma lógica de progresso e de consumo.

Ao perceber a realidade de nossos dias, reconfigurada pela Internet e pela web, pode-se notar a facilidade do uso e da manipulação de nossa própria imagem nos ambientes interativos online, principalmente nas redes sociais virtuais, como Facebook, Instagram, YouTube, etc. Nesse sentido, observa-se a importância da tecnologia no processo de formação de um indivíduo e de suas interações em seu espaço social, com isso, a máquina, ou melhor, os computadores parecem ter a primazia ao formar laços sociais e redes de relações através de uso de perfis interativos.

Existem inúmeras correntes teóricas acerca dessa “sociedade” pautada pela tecnologia e pela informação (na qual os computadores surgiram), que seriam chamadas de pós-industrial (Bell, 1974), de controle (Deleuze, 1992; Costa, 2004), informacional (Castells, 2000; 2005), etc. Cada uma com pontos explicativos sobre os motivos que fizeram com que a ideia de social fosse tão impactado pelo tecnológico, geralmente tendo no capitalismo um norte “culpado”. No entanto, deve-se pensar nesses modelos sociais como *processos* sobre o mesmo ponto (tecnologia/maquinário) surgido nessa modernidade capitalista.

Os computadores, e a possibilidade de existir um ambiente como a Internet/web – um espaço interativo infinito – se fixaram na mentalidade popular como o *avanço*, como o futuro das relações sociais, principalmente na questão da interação mediada. A Internet e a web se mostraram, com essa ênfase em seus aspectos interativos, como vetores de uma sociedade que pressiona por uma comunicação extrema, de um local (ambiente) das possibilidades (sejam quais fossem elas).

A imagem de si, ao se criar em perfil interativo, dentro das redes sociais, surge da emergência de uma manipulação dessa mesma imagem (aparência) a partir dos padrões estéticos, socialmente requeridos. Uma *autoimagem*, que lida com a autoestima, e como cada

usuário quer *se parecer*, promoveria, então, o surgimento de perfis falsos. Ser uma outra pessoa se configurou em uma busca por muitos desses usuários, que através de perfis falsos usam a imagem de outrem como sendo suas.

A utilização das redes sociais virtuais como uma forma interativa, a possibilidade mais lembrada pelos usuários, fez com que várias esferas do social (independentes de classes e de renda)² acabaram por ser impactadas por essas ideias de avanço, e nisso, as possibilidades democráticas de um ambiente comunicacional de caráter pessoal puderam ser talhadas na sequência, com isso, tem-se o ciberespaço como ambiente de ação e de práticas.

A possibilidade de um espaço de ação, deslocada da realidade, teve na obra de ficção científica *Neuromancer*, de William Gibson, uma de suas primeiras descrições. Esse ambiente interativo, nessa obra foi chamada de *Matrix*³. Esse livro foi lançado em 1984, bem no auge da revolução tecnológica promovida pelos computadores pessoais. *Neuromancer*, que depois acabou por ser descrita como uma criação literária *cyberpunk*⁴, revolucionou a forma de ver a Internet, principalmente em função de seus agentes, já que foi também uma das primeiras obras a descrever os chamados *hackers*⁵.

Um *cyberpunk* (termo extraído da obra de Gibson) é um indivíduo imerso em um mundo sujo, problemático e desigual que se vale dos ambientes virtuais para poder existir e se manter. Com essa fusão de mundo cibernético e estética punk, o *cyberpunk* seria o antecessor dos usuários, e dos múltiplos perfis, de redes sociais virtuais de hoje em dia, ou seja, uma sociedade que prega a exposição enquanto elemento interativo. O *cyberpunk* é sempre um indivíduo excluído, que foge aos padrões de uma sociedade, seja ela qual for, e dessa mesma exclusão ele se vale para promover formas de interação, e isso o liga ao objeto dessa análise: os perfis falsos que buscam criar formas de interação a partir da imagem de outros usuários.

² O Brasil é considerado o país da América do Sul que mais faz uso de redes sociais virtuais, principalmente pela massificação do uso de smartphones, que superam o número de habitantes. Em: <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/04/brasil-tem-230-milhoes-de-smartphones-em-uso.html#targetText=Entre%20os%20aparelhos%2C%20o%20uso,ativos%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202018>. Acessado em agosto de 2019.

³ Sendo a principal influência para o filme de mesmo nome, lançado em 1999.

⁴ Fusão dos termos: cibernética e punk, ou seja, demarcando a união entre o tecnológico (Cyber) e o comportamento crítico ao establishment (Punk).

⁵ Deve-se pontuar que *hacker* não portaria o caráter negativo que esse termo carrega hoje, um *hacker*, nos anos 1980 era um indivíduo que fazia uso dos ambientes online, com expertise. Os criminosos online são chamados de *Crackers*, ou seja, quebradores de códigos e senhas, invasores de perfis e contas que as vendem e chantageiam.

A democracia, ao longo do século XX se viu frente a inúmeros fatores que a fizeram mudar, entre eles a tecnologia avançada dos computadores e de um novo capitalismo. O caráter de *poder do povo*, acabou, junto desse capitalismo, transformado em um produto. Nesse sentido, a sociedade tecnológica avançada, na qual a Internet seria seu expoente, fez uso dessas mudanças, gerando um novo indivíduo consumidor, no caso, de imagem. A democracia, então, foi vista como uma ideia, e não como uma forma de governo que visasse o *bem para todos*.

Um *cibereleitor*, neologismo que pode ser usado para os eleitores do século XXI, que tem na web, e no ciberespaço, a sua forma de existir, e nas redes sociais virtuais seus veículos de promoção de opinião e imagem. O ato de opinar, e de discutir foi transformado em uma maneira de defender candidatos, de propagar ideias e buscar apoio, seja qual a for a maneira, muitas vezes descambadas para a violência. A defesa de uma opinião, nesses ambientes, não mais partilha de ideais democráticos, de um livre de debate, ao contrário, o desrespeito e as ofensas são utilizadas a todo momento, fazendo desse *cibereleitor* um novo tipo de militante, só que muito mais agressivo.

Em redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram, as quais analiso para este trabalho, esses debates cresceram vertiginosamente, a partir das eleições de 2016, e no pleito de 2018 tiveram seu ápice. Esse ápice pôde melhor ser observado nas disputas online entre uma suposta esquerda e uma suposta direita, que usando ideias referentes a essas duas correntes políticas se atacavam a todo momento, com isso, gerando uma polarização até hoje sentida.

Dentro dessa polarização entre esquerda x direita, aspectos (ou sombras ocidentais) emergiram novamente: o medo do comunismo. Essa ideia de comunismo ou comunista, não demonstrava fidedignidade e sim falsidade com a história política, e que foi muito bem aproveitada por aqueles que se dizem (ou diziam *de direita*). Esses embates criaram uma atmosfera de irrealidade dentro do ciberespaço das redes sociais virtuais, e a todo instante surgiam *verdades* e boatos absurdos. A realidade, dessa forma, parece afetada pela virtualidade.

Com isso, cumpre distinguir o real do virtual:

a) Real ou realidade, provém da terminologia latina, *realitas*, ou seja, uma coisa. Coisa essa, que pode ser vista, sentida, mensurada etc. O real é um conceito estudada por várias áreas do conhecimento, sendo na filosofia objeto de debates há décadas, como na obra de Martin Heidegger (1889-1976) e Gilles Deleuze (1925-1995);

b) Virtual ou virtualidade, em Deleuze, se refere ao aspecto do real encarado como ideal, ou seja, a representação idealizada de uma imagem existente ou não. Dessa forma, ainda em Deleuze, o virtual teria dois aspectos: um efeito produzido a partir da interação com a materialidade, e uma potencialidade preenchida com ações, sendo real, ainda que não material.

A potencialidade da informação, ou da imagem, enquanto representação sensível de uma *coisa*, presente neste dualismo entre o real e o virtual, adquire valores e se transforma em crenças para aqueles que não teriam conhecimento do que se trata a imagem, como por exemplo, o comunista (esquerda) ou o fascista (direita). E isso nos debates democráticos atualmente, adquiriu matizes violentos e excludentes.

Ao encarar as redes sociais, enquanto espaço midiático, por mais que sejam deslocadas do real, em um sentido mais direto de *coisa*, a democracia perderia seu sentido, e pode-se afirmar que essa ausência de sentido fez com que a realidade fosse deslocada para a virtualidade. No Facebook, os grupos, os círculos familiares e de amizade acabaram afetados por essa necessidade de exposição de um pensamento político. No Twitter, os candidatos e os seus seguidores a todo momento propagavam mentiras. Já no Instagram, que também é usada como rede para obtenção de seguidores, os perfis de pessoas famosas demonstravam suas opiniões políticas, e com isso, favoreciam ou não certos candidatos⁶.

A grande rede, ou web, nasceu em mundo cindido por uma guerra ideológica, um ambiente paranoico onde quem detivesse a informação e a rapidez de acesso ao conteúdo produzido venceria. A Internet é debitaria daquele momento, e isso, como se percebe, a acompanha até os dias atuais. No intervalo entre os anos 1960 – nascimento da Internet – e os dias de hoje – das redes sociais virtuais – temos os anos 1980 e a estética da informatização via computadores, ou a sociedade de controle como descrita por Deleuze (1992).

Existe uma cronologia a respeito da grande rede, que clarifica os modos nos quais o capitalismo e o modo democrático se alterou no século XX, com isso, tem-se as seguintes etapas:

a) Web 1.0 é a forma mais básica de Internet, sendo estática e com possibilidade limitadas de interação;

⁶ Deve-se deixar clara a diferença interativa entre essas três redes sociais, uma presa pela promoção de amizades, outra a expressão de uma opinião ou acontecimento do dia a dia em poucos caracteres, e a última leva em conta a exposição de imagens.

b) Web 2.0: modelo interativo surgido a partir das melhorias interativas, nos anos 2000, permite uma ampla gama de ferramentas interativas, muito em função de suas plataformas mais leves;

c) Web 3.0 é um passo distante dos modelos 1.0 e 2.0, já que permite aos seus usuários a personalização de conteúdos e buscas, sendo o modelo da web atual, na qual as redes sociais e os smartphones sejam seus maiores símbolos⁷.

As etapas de transição de um modelo informacional para outro, e seu recorte temporal, em dez anos, se mostra relevante ao observar a forma como a web entrou nas atividades sociais, culturais, econômicas e estéticas das pessoas em todo o mundo. Não há quem não de uma forma ou outra não seja tocado pelas relações propiciadas pela Internet e web.

O indivíduo democrático (o *cibereleitor*, por exemplo) soube, de uma forma um tanto problemática, fazer uso dessas ferramentas interativas, da personalização de conteúdos e da promoção de opiniões. Sua vida acabou sendo deslocada para a virtualidade, e isso gerou uma separação. Uma *vida digital*, ou seja, a imersão constante no mundo tecnológico de uma sociedade de controle (Deleuze, 1992), requer um olhar para as novidades do mundo e uma alta capacidade de adaptação. Deleuze teorizou que a partir dos anos 1980, a sociedade informacional embarcaria em um modelo de controle total via dinheiro, mais especificamente pelos cartões de crédito, com isso, os indivíduos estariam *presos* por suas dívidas. Sendo essa *prisão* subjetiva, como um *panóptico informacional*.

O panóptico como teorizado pelo filósofo utilitarista inglês Jeremy Bentham, no final do século XVIII, tinha como objetivo ser uma prisão modelo, na qual os espaços devessem ser melhor utilizados. Sendo uma formação circular que permitia que os vigilantes pudessem observar todos os internos, sem que os mesmos o vissem. Esse modelo de cárcere serviu de influência para o modo de vigilância disciplinar de quartéis, escolas, sanatórios. A analogia com a web, se faz na medida em que todos poderiam ver a todos, sem ser observados, e com isso, uma relação de consumo ao mesmo tempo que cárcere se fez presente.

Para o *cibereleitor*, o consumo de informação de caráter ideológico é uma questão de sobrevivência online, já que com mais materiais postados mais curtidas e seguidores ele obtém. Dessa forma, a Internet, enquanto um espaço, que em muitos momentos pode ser análoga ao

⁷ Ver: <https://www.fapcom.edu.br/blog/os-conceitos-de-web-1-0-2-0-e-3-0.html>

panóptico *benthamiano*, fez com que a interação demandasse atrativos, o teórico Mark Poster, com seu *superpanopticon*, via nisso uma forma de direcionar conteúdos, e até mesmo Deleuze anteriormente, que viu na Internet uma forma de controle.

A sociedade pós 1980, com a ascensão dos computadores pessoais como objetos conhecidos de uma ampla gama de público, em função de sua absorção pela mídia de massa, principalmente o cinema. Já com as democracias fracas da América Latina, que consumiam massivamente tudo o que essa mídia de massa (norte-americana) produzia, como a brasileira. Com isso, o modelo econômico neoliberal, de enfraquecimento ainda mais do Estado, produziu um deslocamento de ação, que antes era de propriedade de um Estado, teria que migrar para o indivíduo. Isso obviamente não aconteceu, mas deixou um *gostinho na boca*.

Os indivíduos, os mais abastados, cumpre-se dizer, que tinham computadores pessoais, não tinham a necessidade de preocupação com o mundo neoliberal, nisso temos o teórico de mídia Nicholas Negroponte, que escreveu nos anos 1990, obras sobre o modo como a tecnologia afetava as relações humanas, principalmente os computadores. O momento de Negroponte, no qual não existia a web como tem-se atualmente, cumpre-se notar que naquela época havia mais uma ideia de ambiente de troca de informação, quase como uma biblioteca de alcance universal, ou até uma noosfera e não de uma rede em si.

Em *A Vida Digital*, sua obra mais famosa, Negroponte descreve as minúcias do computador, enquanto máquina e enquanto um *ente* que guiaria o futuro das relações sociais. Sua visão sobre a tecnologia era ambígua, não se colocando como *tecnófilo* ou *tecnóforo*, estava mais preocupado com os rumos da sociedade tecnológica avançada e com o mundo chamado de digital.

Deve-se ponderar que um outro dualismo observado no ciberespaço seria entre o digital e o virtual, e com isso, surgem particularidades, já que o Digital diz respeito aos números, particularmente, aos dígitos 0 e 1, já o Virtual, como demarcado anteriormente, é uma terminologia mais complicada de ser discutida, sendo muitas vezes apresentada erroneamente. O virtual envolve várias esferas de significação, a primeira seria ótica, além de remeter à tecnologia (mundo virtual) e ciência (imagem virtual). Dentro dessa divisão, de um mundo digital x um mundo virtual, cumpre a percepção dos modos como isso afetam as relações, e

como são utilizadas em ferramentas, interfaces e plataformas, como os computadores pessoais, notebooks (laptops), e mais especificamente os smartphones.

O uso de smartphones, tendo o Brasil como um dos países que mais faz uso desses aparelhos, à primeira vista pode ser algo democrático, já que o acesso seria um bem acessível a todos e todas, só que ao tornar público uma ferramenta mais voltada à exposição do que ao debate seria um problema latente. Outros fatores devem ser levados em conta como o acesso à grande rede (Internet), que é caro e de péssima qualidade e segundo, a veiculação midiática dos smartphones como o bem do futuro, o que fez com que as esferas do social migrassem para a ordem do ciberespaço.

A informação sempre foi uma forma de poder nas sociedades, quem tem a informação teria a verdade nas mãos e os políticos sempre souberam fazer uso dela, o público deveria ser moldado pela informação, seja ela qual for:

Informar significa ser formado por. Trata-se da forma que forma, a forma formante. Quer dizer que numa era da informação, talvez a de hoje, não se pensa por si mesmo, mas se é pensado, formado, inserido numa comunidade de destino (MAFFESOLI, 2004, p. 21)

Criar um público cativo, em sua terminologia de preso, é o que se pode observar nos debates na esfera do ciberespaço. As redes sociais virtuais criam indivíduos dependentes⁸, que utilizam a todo momento a informação sem se dar conta do que seria real e falso. A ideia de conversação a todo momento, nas quais as redes sociais são as ferramentas utilizadas, ou de espaços democráticos para debates plurais, na qual a web seria seu ápice, acabou se fragmentando:

A conversação que serve a democracia é distinguida não pela igualdade, mas pelas normas governamentais e publicitárias, não pela espontaneidade mais pela civilidade e não pela sua prioridade ou superioridade para imprimir ou emitir mídia, mas sim pela necessária dependência existente entre eles (SCHUDSON, 2004, p. 61).

⁸ O brasileiro é um dos usuários de redes sociais que mais tempo fica online. Ver: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/em-movimento/noticia/2018/10/22/brasileiro-e-um-dos-campeoes-em-tempo-conectado-na-internet.ghtml>

Pode-se observar que não haveria uma busca por igualdade nas esferas opinativas das redes sociais e sim uma busca por combate, por vencer o outro custe o que custar. Em perfis públicos de candidatos, pode-se ver em qualquer postagem comentários de cunho ofensivo e pejorativo, que fazem uso de mentiras, boatos e palavras de baixo calão como forma de se fazer presente. No entanto, em *posts* e comentários dentro das redes sociais virtuais há sempre uma ideia de debate, de exposição de ideias e raciocínios acerca de qualquer coisa.

A Internet seria uma facilitadora de conteúdos e de conhecimento, contudo, isso se mostra um problema sério, já que o ato de expor uma opinião, de mostrar um ponto de vista sobre qualquer *coisa*, podendo debatida por qualquer um é uma forma paradoxal de ação. Nesse sentido, cada usuário através de suas contas/perfis precisariam afirmar suas opiniões e não debate-las. Além disso, como enfatizado por Maffesoli, *a forma é formante*, e dessa forma, a informação também liga, une, junta para depois formar e excluir.

No entanto, uma relação, pode-se dizer, *anarquista* parece emergir nas interações entre usuários de redes sociais, quando se trata de manifestar suas opiniões, e predileções políticas, já que não haveria um controle, tudo poderia ser possível (o sentido de liberdade, que a democracia porta estaria perdido). A falta de um controle, fez surgir polarização extremada a respeito de qualquer assunto, sejam eles quais forem, como por exemplo, o debate acerca do comunismo e do fascismo.

A POLARIZAÇÃO EXTREMA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL DE 2018: FASCISTAS VERSUS COMUNISTAS

As eleições para a presidência da República Federativa do Brasil, no ano de 2018, apresentaram uma novidade marcante no âmbito de um debate democrático: a utilização de um espaço de diálogo distanciado das chamadas mídias estabelecidas (Televisão e Rádio), tendo a Internet e a web como um novo meio. Dessa forma, uma outra forma midiática se fez presente, as redes sociais virtuais e seus usuários.

A sociedade atual, que pede que o indivíduo exista (de existência, *existere* no latim, ou seja, o ato de exhibir-se, de mover-se para fora) promoveu a necessidade da aparência como uma busca, quase como um vício. A imposição de uma interação via redes sociais virtuais, é o retrato dessa lógica de exposição do eu, que cobra padrões de beleza a todo custo. No Twitter, rede

social mais usada por candidatos, a veiculação de conteúdos e comentários é constante. Ao postar uma opinião, polêmica ou não, como os políticos atuais fazem no Twitter, uma miríade de outras opiniões surgem através de comentários de seguidores.

Ser um político polêmico, que fala o que o povo fala, foi uma faceta oriunda do poder das redes sociais no quesito de uso de imagem, de exposição. As possibilidades, quase infinitas, da gestão de uma *autoimagem* nas redes sociais virtuais, tende a destorcer alguns aspectos do real, sendo o principal problema a busca por ser belo e atraente. A autoestima, que é um conceito próximo de *autoimagem*⁹, é outra busca dos usuários de redes sociais, qualquer artifício pode ser usado como forma de ser visto, e com isso promovendo curtidas, seguidores, etc.

Promover o eu, se tornou uma política acessível a todos, e para fugir dessas multidões, alguns usuários criam perfis falsos que visam enganar e agenciar desejos. Dentro dessas contas, a exposição de opiniões e de apoio a candidatos extrapolou a caráter democrático, como visto nos boatos acerca da vida particular de candidatos, outro artifício usado nas eleições brasileira de 2018.

A construção de uma imagem do que seria o *comunista* e do que seria o *fascista* é o exemplo mais marcante dessa relação direta expressa entre os candidatos e dos seus seguidores nas redes sociais. Nesses ambientes, um comunista seria todo aquele que teria uma identidade alinhada com uma pauta de esquerda, e um fascista seria aqueles mais voltados para a direita, isso a grosso modo. E a partir disso, emerge uma reconfiguração do conceito de autoimagem, que anteriormente já havia sido trabalhada por William James, no final do século XIX, a partir da noção múltipla de *self*¹⁰.

Para James, essa autoimagem que surge, advém de um constante contato com outras pessoas, configurando-se na interação. Muitos não querem ser vistos como comunista e como fascistas, nas redes sociais, e isso seria outro aspecto dessa interação via exposição. No entanto, a autoimagem de político polêmico, como foi vista em muitos candidatos na eleição passada,

⁹ Próximo a explicação dada por William James. JAMES, W. The consciousness of self. In: James, W. Principles of psychology. [internet] The University of Adelaide Library. eBooks@Adelaide; 2012 Disponível em: <http://ebooks.adelaide.edu.au/j/james/william/pragmatism/complete.html>

¹⁰ Em seu trabalho *Principles of Psychology* (1890), James apresentou os meios nos quais o *self* é construído, e suas variadas formas.

além de ser atrativa a um público faminto por opinião e conteúdos pôde ser usada para vencer essa polaridade esquerda/direita. Os meios comunicacionais, como a televisão, o rádio e a Internet, promovem aproximação ao mesmo tempo que tendem a produzir afastamento, ou melhor, deslocamento de realidades em nossa sociedade voltada à informação, dessa forma, muita dessa polaridade e desse *medo ao comunismo*, ressurgido no Brasil nos últimos anos, foi alimentado por uma mídia parcial.

Há inúmeros rótulos para a sociedade de hoje, alguns a chamam de sociedade da informação, outros de sociedade do conhecimento ou de comunicação, o que todas essas rotulações teriam em comum é sua relação com a tecnologia avançada, na qual a Internet seria o ápice. A possibilidade de acesso à informação, como nunca visto antes, ao invés de produzir conhecimento factual produziu distorções de realidade e a polaridade esquerda e direita se fortaleceu. O filósofo Willard Van Orman Quine, discute em alguns de seus trabalhos as diferenças entre o *significar* e o *nomear*, sendo que um objeto teria vários significas, cabendo inúmeras interpretações conforme um momento.

No Brasil, quando se falam em Comunistas, no sentido clássico que o senso comum atribui, logo viria a imagem de alguém que quer destruir a família, a religião, ou seja, as instituições tradicionais. Em 2018, e um pouco antes, esse mesmo comunista acabou por ser identificado como sendo um fruto da política do Partido dos Trabalhadores (PT), que governou o país de 2002 a 2016. Já os Fascistas, seriam os defensores de práticas contrárias aos direitos humanos, sendo indivíduos identificados com pensamentos de extrema-direita, como xenofobia, preconceito de gênero e racial etc.

As visões apresentadas acima, são percebidas nos debates no ciberespaço das redes sociais, que mostram uma crise de significação, que pode ser percebida ao se desmembrar essa dicotomia discursiva entre os comunistas e os fascistas, tornados adjetivos. Já que o primeiro *adjetivo* remete a uma ausência de valores familiares, religiosos e morais e o segundo seria um facínora. No entanto, a polaridade, nas redes sociais, fez com que os indivíduos, e os seguidores de políticos, tomassem lado, e com isso, atribuindo a si os *rótulos* senso comum de comunistas ou extrema-direita.

A imersão exagerada em redes sociais, como se vê no Brasil, ou o excesso de informação acaba gerando uma insuficiência de organização e conseqüentemente uma falta de

conhecimento (Morin, 2004). A divisão entre o que é público e o privado, no campo das opiniões, além dos gostos particulares tendeu a piorar o debate democrático, já que o próprio sentido de democracia acabaria sem sentido. Ser comunista ou ser de extrema-direita seriam então como a rotulação, que Becker (2008) percebeu ao observar o social, para ele as regras sociais enquadram os indivíduos dentro de práticas, que são muitas vezes problemáticas, como o desrespeito aos outros.

Já o sociólogo canadense Erving Goffman ao se debruçar nas relações comportamentais em espaços públicos, percebeu nas mesmas uma proximidade com os palcos de teatro, fazendo uma analogia do comportamento social enquanto uma atuação. Nesse sentido, entende-se que o referencial da dramaturgia social proposta por Goffman, pode ser de grande utilidade no esforço de tornar inteligível o sentido das ações sociais em ambientes online das redes sociais. Afinal, os indivíduos, enquanto atores no grande teatro do mundo social, interagem representando papéis. Assim, na metáfora *goffmaniana* teríamos as seguintes categorias conceituais que tentaremos em conjunto articular e nos apropriar na análise das ações dos *cibereleitores*:

- a) O palco seria o cenário onde se desenrolariam as interações sociais, no caso da pesquisa ora apresentada, as redes sociais virtuais;
- b) A plateia, os observadores, isto é, os outros usuários que se encontram na posição de consumidores de imagens;
- c) A fachada, correspondente ao papel desempenhado, ou seja, a representação propriamente dita das impressões que se quer causar na plateia em decorrência de um desempenho no palco (GOFFMAN, 1975).

O *texto* para essa atuação seria a *opinião* e o apoio aos candidatos, e isso pode ter vários significados, e tendências, como a mencionada polaridade. A utilização da Internet como um ambiente de promoção de boatos e notícias falsos, além da utilização de perfis falsos, e os chamados *bots*¹¹, remete diretamente aos anteriormente mencionados *cyberpunks* e suas práticas e experiências no ciberespaço. Nesse sentido, faz-se necessário uma imersão em exemplos mais concretos dessa relação entre candidatos e usuários de interfaces interativas.

¹¹ Remete a palavra inglesa *robots*, sendo que esses mecanismos seriam utilizados por programadores a partir de direcionamentos relacionado ao que os usuários postam ou comentam. Os *bots*, dessa forma, são artifícios e não usuários reais.

O CAMINHO DA FICÇÃO À REALIDADE: O CASO UCRANIANO DO COMEDIANTE TORNADO PRESIDENTE

Com a eleição de Jair Bolsonaro, no Brasil em 2018, e anteriormente Donald Trump, nos Estados Unidos em 2016, as redes sociais virtuais, pode-se afirmar, moldaram e reconfiguraram o modo de se fazer político no mundo ocidental. Cada um dos dois candidatos tiveram somas absurdas de eleitores provenientes de debates políticos na esfera do mundo virtual¹². Além dos debates, houve um crescimento de seguidores e novos votantes, que tiveram acesso, e conhecimento, dos conteúdos políticos e propostas através de veiculação em redes sociais, principalmente Facebook, Twitter e Instagram.

O republicano Donald Trump, que surgiu como um forasteiro na política, mas um indivíduo conhecido nos espaços midiáticos por opiniões e comentários polêmicos, venceu as eleições norte-americanas de 2016 ao contrário do que pensavam os especialistas¹³. Trump que teve no uso do Twitter sua principal ferramenta de campanha, de onde pôde organizar e chamar seus seguidores a participar de sua caminhada eleitoral até a vitória. Pode-se perceber nele o primeiro exemplo do uso potencial das redes sociais na política, e isso abria portas a outros políticos a lhe seguir.

No Brasil, Jair Bolsonaro, um ex-militar que fez sua imagem política a partir de aparições em programas de auditório na televisão aberta, nos quais expunha opiniões polêmicas que versavam sobre o desrespeito a minorias, principalmente a gays. Bolsonaro, também era uma figura ativa em redes sociais, e soube fazer uso de sua imagem de homem branco de meia idade, que pregava respeito às instituições, como a família cristã e em contrapartida elegia seus alvos, os gays, a esquerda e os comunistas.

O futuro presidente do Brasil, pouco a pouco foi formando um público cativo de suas opiniões, e que em 2018 teve seu ápice. A todo momento, postagens sobre Bolsonaro apareciam em redes sociais, principalmente relacionadas a sua pretensa cruzada contra a corrupção petista, fator que era há anos explorado pela mídia convencional, a tv aberta, no caso.

¹² Devemos pontuar as diferenças entre Estados Unidos e Brasil, na questão de acesso a votos e à democracia em si. No primeiro país votar não é obrigatório, diferentemente do segundo, sendo que essa particularidade, a obrigação do voto um assunto para uma outra discussão, que não pretendo aqui fazer.

¹³ Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37923743>

Seguindo os exemplos acima, de Trump e Bolsonaro, temos o interessante caso do recém-eleito presidente da Ucrânia, Volodímir Zelenski, um ator de talento discutível, que a partir de sua participação em uma série de comédia na televisão ucraniana¹⁴, na qual interpretou um professor honrado que acabaria se tornando o presidente da Ucrânia. Na série, o professor interpretado por Zelenski, acaba famoso após ter seus discursos anticorrupção (feito durante suas aulas) gravados por seus alunos e postados na rede social Youtube. Zelenski, nesse sentido, soube fazer uso da imagem de seu personagem, já que seu país, a Ucrânia, estava mergulhada em um governo corrupto e que deixava seu povo insatisfeito e sedente por uma mudança radical na política.

Zelenski pode ser visto como um caso excepcional no campo dessa nova política que presa pela exposição e por uma suposta novidade, já que tanto o recém-eleito presidente ucraniano, como Trump e Bolsonaro, pregam um discurso de serem políticos antissistema. O uso das redes sociais, é marcante também no recém-eleito presidente ucraniano, só que de uma forma diversa dos presidentes dos EUA e do Brasil.

De Zelenski se observa que um deslocamento de realidades, entre ser um *ator* que interpretou o papel de presidente e sua candidatura para uma real corrida presidencial, sendo que para muitos eleitores não haveria diferenças entre o que é real e o que é virtual, nisso pode se perceber a clara menção ao que menciona anteriormente. Além de do conceito de autoimagem, que ele soube explorar quase perfeitamente. No caminho percorrido por ele, a lição que se pode tirar é como o uso dos engajamentos extremos podem ser utilizados na política.

DOS ENGAJAMENTOS EXTREMOS À PERDA DA CAPACIDADE DE DIÁLOGO: OS DEBATES DESLOCADOS DO *REAL* E O USO DE PERFIS FALSOS E *FAKE NEWS*

No Brasil, a partir das eleições de 2018, pôde-se perceber uma nova modalidade de engajamento político, que através das redes sociais virtuais fez com que a defesa de candidatos e opiniões se tornasse algo pessoal e violento. Isso foi observado anteriormente na eleição de

¹⁴ *Servidor do Povo*, também esteve disponível no Netflix.

Trump, em 2016, nos quais os usos de redes sociais em sua campanha foram constantes, principalmente na questão da propagação de notícias falsas e boatos.

O *FOMO* (*Fear of Missing Out*, no original em inglês), é um termo norte-americano criado como uma crítica a nova noção de tempo no ciberespaço, onde tudo tenderia a ser visto, compartilhado e comentado com pressa. Ou seja, ao sentirmos o constante *medo de perder algo*, estaríamos sempre à mercê de enganadores e de mecanismos tendenciosos. O teórico Jonathan Crary, que via nisso uma das novas lógicas da sociedade informacional, na qual a noção de tempo convencional é alterada por uma necessidade de um *tempo mais rápido*. Dessa forma, tudo deveria ser visto, comentado e compartilhado da forma mais rápida possível.

Os candidatos, além dos mencionados, perceberam nessa necessidade de rapidez das interações em redes sociais, uma forma de propagar uma nova política, e com isso, obter um maior número de indivíduos votantes. O ato de diálogo, de respeitar a opinião do outro, a empatia e a capacidade de “se colocar no lugar do outro”, à primeira vista parecia ser um dos pilares de uma sociedade democrática, como a norte-americana, a brasileira e até a ucraniana, no entanto, isso parece ter sido diluído em prol de uma imagem trabalhada em uma sociedade de exposição – e consumida por *cibereleitores*.

O eleitor imerso no ciberespaço, tem no Brasil, país que conta com mais smartphones que habitantes, uma forma de experimentar o real, e na Internet, na web e nas redes sociais virtuais sua forma de expressão. Essas interações em redes sociais, que são amplamente usadas, por todos os *cibereleitores* promoveram latências, que na relação entre uma vida exposta constantemente, na falência do privado em detrimento ao público, uma interação paradoxal em suas vidas. Como percebido por Michel Maffesoli: “Uma sociedade não tem mais consciência do que a une e, a partir de então, não tem mais confiança nos valores que asseguram a solidez do vínculo social” (MAFFESOLI, 2010, p. 13).

O cibereleitor parece que perdeu o contato com a realidade, ou parece não mais se importar com o real, sua vida seria apenas social no ciberespaço. Essa forma de existir, afetaria sua noção de sociedade, e dessa forma, seu *eu social* precisaria ser resgatado:

Talvez seja isso que chamamos, sem muita consciência, de *societal*. Não é mais o simples social dominado pelo racional, tendo por expressão o político e o econômico, mas outra maneira de estar-junto, em que o imaginário, o onírico, o lúdico, justamente, ocupam um lugar primordial (p. 26)

A relação de confiança que a política deveria passar, sua percepção e a sua capacidade de formar estariam ausentes, já que os valores sociais de uma democracia não são mais percebidos e sentidos. O caso brasileiro, das eleições de 2018, foi paradigmático nesse sentido, como percebido pelo especialista em mídias e tecnologia, Yevgeny Morozov, “As eleições brasileiras de 2018 mostraram o alto custo a ser cobrado de sociedades que, dependentes de plataformas digitais e pouco cientes do poder que elas exercem, relutam em pensar as redes como agentes políticos” (MOROZOV, 2019).

Nos perfis online, de redes sociais como Facebook, YouTube, Twitter e Instagram¹⁵, o uso dos chamados *avatares*¹⁶ é uma prática comum e difundida. No entanto, uma questão problemática se mostra nos usos dessas contas, que são usadas não mais como imagens limitadas ao ciberespaço e sim como seres reais. Dessa forma, nas redes sociais o uso de perfis falsos é algo corriqueiro, podendo se dividir em perfis de variados tipos e formar, conforme suas ações e motivações:

- a) Os *Fakes* são as contas/perfis falsos presentes nas redes sociais, podendo ser de caráter pessoal, político, empresarial etc. Por sua natureza não condizente com a realidade fica difícil mensurar sua intencionalidade;
- b) Os *Catfishes*¹⁷ são perfis que visam apenas enganar outros, isso através do uso de conteúdos extraídos de outras contas, como imagens e fotos pessoais. Um *Catfish* geralmente faz uso da imagem de alguém bonito, dentro de um padrão social de beleza, como forma de atração e agenciamento de desejos.

Estudos mostram que nessas principais redes sociais, os números de perfis não-reais são alarmantes, no caso do Facebook, a principal e mais usada rede social do mundo, são contabilizados mais 80 milhões de contas falsas¹⁸. Nas eleições norte-americanas de 2016, o então candidato, Donald Trump foi acusado de fazer uso de artifícios fraudulentos via redes

¹⁵ Citando novamente as redes sociais mais usadas no Brasil.

¹⁶ É um corpo, ou ente criado no mundo online, ou seja, um corpo digital.

¹⁷ Termo oriundo de um documentário norte-americano, de mesmo nome, lançado em 2010, que descreve a busca de um indivíduo que foi agenciado no Facebook por um falso usuário. Em 2012, acabou transformado em programa da MTV dos EUA.

¹⁸ Ver: <https://tecnoblog.net/108742/facebook-perfis-falsos/>

sociais virtuais, isso com a ajuda de *crackers* de origem russa. Foram usadas milhares de contas falsas a seu favor, o que entanto, não ficou totalmente provado.

A *refiguração* dos indivíduos a partir do uso e do controle de sua autoimagem, seja através de perfis *fakes*, *Catfishes* ou não, pôde promover uma aproximação nunca antes vista entre os políticos e seus eleitores, que aqui chamo de *cibereleitorado*. Dessa forma, o *cibereleitor* surgiu como um indivíduo de um mundo altamente informatizado, que teria no ciberespaço das redes sociais uma extensão de sua vivência.

Já dentro da afirmação do *cibereleitorado*, as *fake news* que nos últimos três anos dominaram o cenário jornalístico e político, acabaram por ser *coringas* a ser usados, principalmente por Trump e Bolsonaro, como forma de deslegitimar tudo o que fosse contra suas propostas, além disso, “sob a ótica das plataformas digitais, as *fake news* são apenas as notícias mais lucrativas” (MOROZOV, 2019). Com isso, empresas de marketing, especialistas em propagar notícias falsas, boatos se estabeleceram e fizeram amplo uso dessas possibilidades, principalmente via WhatsApp.

Os usos que os três presidentes eleitos fizeram das redes sociais podem ser percebidos como uma inovação, ao mesmo tempo, que uma alteração do fazer político. Uma relação paradoxal que parece emergir entre uma democracia, recente como a brasileira, e uma sociedade autoritária e de caráter extremamente militar, mas que se intitula “a maior democracia do planeta”, no caso, os Estados Unidos. Essa relação parece se esvaecer nas discussões políticas online, principalmente na defesa dos respectivos presidentes (Brasil e EUA). Como por exemplo, suas agendas, e seus discursos de caráter populistas, que propagaram pautas xenófobas, racistas e homofóbicas.

Em suma, os usos das redes sociais, seja por indivíduos comuns ou por candidatos precisam ser vistas de uma maneira mais crítica, tendo em relevo as potencialidades que uma sociedade de exposição acabou legando a um contexto no qual a Internet dominou há pelo menos 20 anos. Nesse sentido, ao trazer um olhar sociológico, e parcialmente político, sobre o fenômeno do novo eleitor – ou *cibereleitorado* como aqui chamado – foi necessário a utilização de categorias analíticas abrangentes, por se tratar de uma terminologia nova.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de cunho sociológico se propôs a discutir alguns problemas da sociedade informacional com um olhar multidimensional, inicialmente as relações sociais nos ambientes informacionais da Internet – as redes sociais virtuais, no que tange às questões políticas e seus usos. Dentro dessas plataformas comunicativas online (redes sociais virtuais), nos últimos anos, surgiram e se desenvolveram potencialidades envolvendo a produção de opinião e o uso problemático das mesmas, o que descambou para debates políticos de caráter violento entre seus usuários através de perfis/contas e através disso surgiram novos agentes: os *cibereleitores*.

Os usos que a política, e os políticos, fizeram (e fazem) das plataformas interativas online, seja através de perfis pessoais ou perfis falsos, como ocorrido constantemente, pôde ser encarado como uma revolução na relação, antes verticalizada, entre um candidato e seu eleitorado. As redes sociais, com isso, promoveram uma horizontalidade nas relações políticos/eleitores, fazendo uma aproximação de ideias, o que gerou uma nova relação de confiança, mais direta.

Confiar que um político possa acabar com a corrupção e com a estagnação econômica, só porque o mesmo se dizia um indivíduo de uma *nova política* (como Bolsonaro, Zelenski e Trump), sendo que os três fizeram uma carreira mais midiática, do que de fato voltada para política, e o caso de Bolsonaro é mais emblemático, tendo em vista que era um político há décadas ocupando cargo, o que não é o caso de Trump e Zelenski. Deve-se sempre pontuar que Trump, Bolsonaro, e agora, Zelenski, foram eleitos democraticamente, ou seja, foram escolhidos por seus cidadãos em um pleito determinado e soberano.

Os atos políticos, e os usos desses mesmos atos por políticos, gerou uma espécie de ambiente deslocado da realidade, onde todo tipo de mentira e agressões tiveram vazão e descambaram para uma crise de significado, seja da democracia ou da livre opinião, como procurei apresentar com os exemplos dos EUA, do Brasil e da Ucrânia. E com isso, os *cibereleitores* que se deixam levar por questões violentas até os que apenas se mostram cansados com *o jeito antigo de fazer política* seriam os agentes de uma mudança que os próprios não conseguem mensurar ou perceber.

Ser em redes sociais virtuais remete ao existir, ao ato de ter uma imagem que seja atraente, ativa e inteligente, e a quantidade de *amigos* e *seguidores*, nesses contextos, precisam

partilhar de uma mesma opinião, se são acabaria sendo excluído e hostilizado. Uma direita e uma esquerda (comunista e fascista, como encarada nos ambientes online brasileiros) polarizada e tornada inimiga, acabou por tornar o debate democrático vazio de significado, já que não haveria mais diálogos e sim acusações e violências. Em suma, pode-se pontuar que as redes sociais virtuais reconfiguram o jeito de fazer e ver a política, seja por seus usos ou por seus desusos, já que haveriam formas de propagar conteúdos que muitas vezes são errôneos, mentirosos e falsos.

REFERENCIAS

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade Pós-Industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. Belo Horizonte/MG: Editora Autêntica, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CRARY, Jonathan. **24/7. Capitalismo e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

COSTA, Rogério da. **Sociedade de Controle**. São Paulo em Perspectiva, 18(1): 161-167, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Post-Scriptum sobre a sociedade de controle**. IN: Conversações 1970-1992. São Paulo: Ed. 34, 1992, pp. 219-226.

GIBSON, William. **Neuromancer**. São Paulo: Aleph, 2016.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1975.

MAFFESOLI, Michel. **Apocalipse. Opinião pública e opinião publicada**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MARTINS, Francisco M. DA SILVA, Juremir M. **A genealogia do Virtual. Comunicação, Cultura e Tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MORIN, Edgar. A comunicação pelo meio (teoria complexa da comunicação). IN: MARTINS, Francisco M. DA SILVA, Juremir M. **A genealogia do Virtual. Comunicação, Cultura e Tecnologias do Imaginário.** Porto Alegre: Sulina, 2004.

MOROZOV, Yevgeny. **Big Tech. A ascensão dos dados e a morte da política.** São Paulo: UBU, 2019.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

QUINE, Willard V. O. **De um ponto de vista lógico.** São Paulo: Unesp, 2011.

RECUERO, Raquel. **As redes sociais e a Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2016.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2014.

SCHUDSON, Michael. Por que a conversão não é a alma da democracia? IN: MARTINS, Francisco M. DA SILVA, Juremir M. **A genealogia do Virtual. Comunicação, Cultura e Tecnologias do Imaginário.** Porto Alegre: Sulina, 2004.

DESDEMOCRATIZAÇÃO E ELITISMO DEMOCRÁTICO NO GOVERNO EDUARDO LEITE (RS)

Liana de Vargas Nunes Coll¹

Resumo

Está em curso no Rio Grande do Sul (RS), sob a gestão de Eduardo Leite (PSDB), um modelo de governo que retoma concepções do elitismo democrático. Segundo essa égide, que tem como um dos expoentes teóricos o economista e cientista político Joseph Schumpeter (1942), as elites seriam as únicas aptas a governar, cabendo ao cidadão médio apenas o voto, ou o “produzir governo”. A participação, segundo esse prisma, é considerada um problema para a estabilidade da democracia. Tendo em vista um dos principais projetos de Leite nesses primeiros meses de mandato - a derrubada da necessidade de plebiscito para privatização de estatais no RS - este artigo propõe analisar as justificativas do governador sob a ótica das teorias elitistas e do debate sob desdemocratização. Para isso, utilizamos as entrevistas públicas concedidas por Leite, nas quais ele classifica a população do RS como “despreparada” para decidir sobre questões complexas, a fim de discorrer acerca de um fenômeno global, relacionado a uma concepção neoliberal que avança sobre a política e segundo a qual a soberania popular perde espaço para a soberania do mercado. Um dos resultados da análise aponta para um dos elementos constitutivos da desdemocratização: a perda de legitimação popular sobre as decisões de impacto social.

Palavras Chaves: Desdemocratização; elitismo democrático; Eduardo Leite

INTRODUÇÃO

O mandato de Eduardo Leite, do Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB), como governador do estado do Rio Grande do Sul (RS), teve início em 1º de janeiro de 2019. São pouco mais de oito meses de gestão até então. Nesse período, o Poder Executivo teve a ampla maioria de projetos enviados à Assembleia Legislativa (AL) do estado aprovados - cabe lembrar que a base do governo na AL-RS é a maioria. Um dos projetos do Executivo mais celebrados pela gestão foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 272/2019, que derrubou a necessidade de plebiscito para a privatização de três estatais: Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e Companhia de Gás do Estado do RS (Sulgás). Após a aprovação no primeiro turno, por 40 votos a 13, o governador

¹ Mestranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas; e-mail: lianavncoll@gmail.com.

realizou uma transmissão ao vivo no *facebook*², em que comemorou a decisão dos deputados e justificou a proposta: “A decisão tem que ser tomada com a responsabilidade que nós homens públicos temos que arcar”. Já em entrevista ao jornal Sul 21, antes da votação, Leite afirmou: “se nós colocarmos isso à decisão do povo sem haver uma correta análise das consequências dessas decisões, poderemos levar a uma decisão inconsequente no final das contas”.

O segundo turno da votação confirmou a retirada do plebiscito, com 39 votos favoráveis e 13 contrários. A partir da aprovação, um trio de projetos também foi aprovado pela AL-RS: os PLs para a privatização das empresas. Tendo em vista as justificativas de Leite para a derrubada do plebiscito, mecanismo previsto constitucionalmente como um dos instrumentos de exercício da soberania popular, nos propomos a analisar a configuração do mandato de Eduardo Leite sob a ótica das teorias elitistas de democracia, situando a gestão como alinhada a um fenômeno global de desdemocratização. Embora o foco tome o caso empírico da derrubada do plebiscito para análise, outros fatores presentes no governo de Leite também se incorporam ao enquadramento no processo de desdemocratização. À medida que o governador retira a população da decisão sobre o rumo das estatais, também convida uma série de representantes da elite empresarial brasileira para formar parte da gestão, seja através da parceria com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Comunitas, seja através do planejamento de políticas públicas em conjunto com estes empresários. São casos que indicam que, se há participação no mandato de Leite, ela se dá no âmbito das elites empresariais e se há soberania, ela é a soberania do privado sobre o público, das elites econômicas sobre os “cidadãos comuns”.

Cabe ressaltar que o paralelo entre o elitismo democrático e o debate da desdemocratização leva em conta o contexto de ambas produções teóricas. Enquanto o Elitismo tem como marco o fim do século XIX, com Gaetano, Mosca e Pareto, e o elitismo democrático é fundado por Joseph Schumpeter em 1942, o debate sobre a desdemocratização é recente, do início do século XXI, e tem o neoliberalismo como ponto chave do esvaziamento da democracia. Esvaziamento esse que pode conviver com a existência formal das instituições democráticas, em uma aparente normalidade. O cruzamento entre ambos os debates, entretanto,

² Vídeo disponível em: <<https://www.facebook.com/efcleite/videos/367177967218990/>>. Acesso: 9 de agosto de 2019.

é estudado em estudos como o da cientista política Luciana Ballestrin (2018), que evidencia o fato de que, enquanto os Elitistas possuíam um senso conservador e de desconfiança com a democracia e com o socialismo, os elitistas democráticos reforçavam “um sentimento profundamente antipopular e cético, procurando formular leis gerais que pretendiam explicar – e, logo, justificar –, a desigualdade entre uma minoria governante e uma maioria governada” (BALLESTRIN, 2018, p. 150). A pesquisadora também aponta que é nesse esteio que se institucionaliza a Ciência Política, ciência que só terá uma preocupação efetiva com a participação popular e igualdade política entre as décadas de 1960 e 1970.

Tendo em vista ambos debates, buscamos analisar um caso empírico no interior dessas teorias, tentando também sinalizar a naturalização de uma expansão generalizada dos sentidos de mercado para a política. Os argumentos técnicos, o gerencialismo (*managerialism*), a evocação da eficiência e a exclusão da soberania popular encontram justificativas, no governo de Leite, na supremacia dos conhecimentos dos “homens de negócios” e na *expertise* dos grandes empresários, que seriam os portadores únicos do conhecimento necessário para as decisões políticas. Tal visão, além de reforçar hierarquias, amplia e reforça as desigualdades e, assim, mina o sentido próprio do significado de democracia.

BASES TEÓRICAS PARA PENSAR O GOVERNO EDUARDO LEITE

ELITISMO DEMOCRÁTICO

A obra do economista Joseph Schumpeter *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, é considerada um marco tanto na fundação da Ciência Política e, após, do que viria a se chamar como elitismo democrático. Na publicação, Schumpeter propõe analogias entre o funcionamento do mercado e da política para pensar os métodos necessários para a consolidação da democracia. Assim como o mercado, ele diz, a democracia é um mecanismo onde indivíduos competem entre si para que sejam escolhidos através do voto pelos eleitores, que os escolhem assim como escolhem consumir determinado produto. Diz ele: “o método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população” (SCHUMPETER, 1984, p. 336). Dessa forma, há uma noção utilitária dos métodos

democráticos, cujo aperfeiçoamento serviriam apenas para produzir governo e para consolidar a própria democracia.

Segundo Schumpeter (1984), as elites seriam as únicas aptas a governar, devendo o “cidadão médio” ou o “cidadão típico” apenas envolver-se nos assuntos políticos no momento do voto, tendo a função estrita de “produzir o governo”. A administração, para ele, exige “aptidões e técnicas especiais, e portando deve ser confiada a especialistas que as têm” (SCHUMPETER, 1984, p. 314). A participação, sob esse prisma, é considerada um problema para a estabilidade da democracia e o “cidadão comum” não é visto sob um ponto de vista racional e não tem vontades em relação a assuntos da política. De fato, Schumpeter diz que o “cidadão típico”, no campo da política, torna-se primitivo, infantil e cede a impulsos irracionais. “O reduzido sendo de responsabilidade e a ausência de desejo efetivo explicam, por sua vez, a ignorância do cidadão comum e sua falta de discernimento em questões de política” (SCHUMPETER, 1984, p. 327-328). Além disso, afirma, referindo-se à necessidade da existência de partidos e da máquina política, a massa eleitoral é “incapaz de qualquer ação que não seja ‘o estouro da boiada’” (SCHUMPETER, 1984, p. 353). E isso não é um problema para o autor, já que a desigualdade é vista como natural e mesmo uma apatia da maioria serviria para que não houvesse desestabilidade em um governo.

Outro marco do elitismo democrático é Anthony Downs. Também economista, e da mesma forma que Schumpeter, traz a analogia entre mercado e política na obra *Uma Teoria Econômica da Democracia*, de 1957. Diz ele: “cada cidadão, no nosso modelo, vota no partido que ele acredita que lhe proporcionará uma maior renda de utilidade do que qualquer outro” (DOWNS, 1999, p. 60). E, caso se arrependa, tem no momento das próximas eleições a chance de mudar de voto. O modelo de democracia para o autor, desse modo, é procedimental - baseado na máquina eleitoral - e competitivo. Há uma negação, assim, de qualquer forma de participação que não seja o voto - por isso, o elitismo democrático é chamado de minimalista e procedimental.

DESDEMOCRATIZAÇÃO

Tomamos a contribuição de Wendy Brown (2006), no artigo *American Nightmare: neoliberalism, neoconservatism and De-Democratization*, para pensar o fenômeno de desdemocratização. Na publicação, a cientista política analisa o neoliberalismo e o neoconservadorismo nos Estados Unidos no contexto da era George W. Bush, presidente dos Estados Unidos entre 2001 e 2009. Embora os contextos do Brasil e dos Estados Unidos sejam distintos, os efeitos do neoliberalismo sobre a política, bem como a noção de desdemocratização, é tomada nessa publicação. Cabe ressaltar que, no âmbito do governo Eduardo Leite, analisado aqui, não identificamos de forma objetiva o neoconservadorismo, embora possa se dizer que ele está presente num contexto nacional, com o bolsonarismo, e que é, em certa medida, apoiada por Leite³. Mas, a fim de explicitar os argumentos e embasamentos da autora, traçamos um panorama geral da publicação supracitada, para melhor compreensão da teoria desenvolvida por ela.

Wendy Brown (2006) caracteriza o neoliberalismo como os efeitos culturais e políticos concebidos dentro da lógica do mercado. Essa lógica carrega mais que as premissas do livre mercado e da redução do Estado de Bem-Estar social em face da privatização dos serviços públicos, pois estende para as relações sociais e para a política e pode ser entendida como uma racionalidade que normatiza a política (BROWN, 2006, p. 693), o que identificamos nas políticas adotadas pela gestão Eduardo Leite. De acordo com essa racionalidade, o cidadão é agente econômico e tem reduzida a cidadania e as liberdades civis em nome da concorrência desmedida e da segurança nacional. Os princípios de governança, assim, fundam-se nos valores mercadológicos, e não na legitimação popular, como acontecia na democracia liberal. A retirada do plebiscito, no governo Leite, nesse sentido, tem relação com a supressão da legitimação popular apontada por Brown.

A autora, relacionando as racionalidades neoliberais e neoconservadoras, aponta como convergem em um sistema que combina os valores do mercado com a moralidade religiosa e o autoritarismo para supostos fins de ordem nacional. Diz ela: “o que nós temos no neoliberalismo e no neoconservadorismo é uma racionalidade política mercadológica e uma racionalidade política moral, com um modelo de estado de mercado por um lado, e um modelo de estado

³ Cabe lembrar que Eduardo Leite apoiou o presidente Jair Bolsonaro (PSL) em sua candidatura à presidência e, atualmente, mantém diálogo próximo com o governo, principalmente através do Ministro da Economia, Paulo Guedes, com quem converge em diversas propostas, como a Reforma da Previdência e as privatizações.

teológico por outro” (BROWN, 2006, p. 698). Enquanto o neoliberalismo clama a economia de mercado global, sem fronteiras, e com as relações sociais e culturais submetidas à lógica do mercado, o neoconservadorismo clama os ideais de patriotismo e de exaltação nacional, reconstruindo as fronteiras e usando do discurso religioso com esse fim de proteção das ameaças (BROWN, 2006, p. 698-699).

Resultado desse complexo sistema onde as fronteiras emergem quando se vislumbra um inimigo nacional é o apagamento de valores clássicos da democracia liberal, como a autonomia política, a cidadania, o Estado de direito, a liberdade, a igualdade e a imprensa livre. Wendy Brown indica que, com o alargamento dos valores do mercado à política, todo problema é relegado ao plano individual, ou seja, há despolitização das questões sociais, sendo a democracia uma simples soma de direito à propriedade privada, ao voto e ao mercado - e, ao mesmo tempo, o estatismo é legitimado (BROWN, 2006, p. 703). E quando a democracia toma os valores do mercado, não há espaço para a soberania popular. Conforme a autora, a própria democracia, assim, perde o sentido, pois não é mais o governo das pessoas, do compartilhamento de poder. É o governo do mercado, onde o próprio Estado deve se construir em termos de mercado e desenvolver e promulgar uma política cultural que encare os cidadãos como atores racionais do mercado em todas as esferas (BROWN, 2006, p. 694).

Assim como Brown, o filósofo Pierre Dardot e o sociólogo Christian Laval, no livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, caracterizam o neoliberalismo como um sistema que vai além da economia:

O neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, os estilos gerenciais. Além disso, devemos deixar claro que esse sistema é muito mais ‘resiliente’ quanto excede em muito a esfera mercantil e financeira em que reina o capital. Ele estende a lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade ‘contábil’ pela criação de concorrência sistemática entre os indivíduos” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 30).

O processo de desdemocratização pensado por Wendy Brown também se aproxima à análise de Ballestrin sobre a pós-democracia, fenômeno “descaracterizador e desestabilizador

de várias convicções a respeito da hegemonia e do funcionamento das instituições democráticas liberais” (BALLESTRIN, 2017, p. 18). A autora reflete sobre os impactos do neoliberalismo para a democracia, focando nas especificidades da América Latina, estas desconsideradas no debate europeu sobre pós-democracia, e também em autores como David Held, por exemplo, que pensam os efeitos da globalização para a democracia. Para ela, há uma “disputa entre democracia e neoliberalismo [que] também é uma disputa entre política e economia, povo (soberania popular) e elite (governo), o nacional e o global” (BALLESTRIN, 2017, p. 9). Como consequência, ocorre um apagamento da democracia devido às contradições provenientes da sua coexistência com o neoliberalismo, que gera o conceito de pós-democracia, segundo o qual a economia se amplia e coloniza e política (BALLESTRIN, 2017, p. 10). Questão que é evidente nas ações do governo de Eduardo Leite no RS.

A GESTÃO EDUARDO LEITE

UM GOVERNO PENSADO EM CONJUNTO COM A ELITE ECONOMICA

Conforme artigo anterior⁴, em que estudamos o papel do alto empresariado no governo Eduardo Leite enquanto prefeito de Pelotas (RS), a parceria com a OSCIP Comunitas⁵ produziu o que chamamos de “um governo dentro do governo”. Essa parceria, com a eleição de Leite para o governo, foi levada à esfera estadual. Cabe destacar, embora esse não seja o foco principal do artigo, que a Comunitas é uma OSCIP que tem como embrião o programa Comunidade Solidária, desenvolvido durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) como presidente. A entidade, após o fim da gestão FHC, é criada para impulsionar os investimentos sociais corporativos. Formada e financiada por nomes da elite empresarial brasileira, ela articula parcerias em municípios e estados, auxiliando no equilíbrio fiscal,

⁴ Artigo intitulado “Um governo dentro do governo: atuação da Comunitas em Pelotas (2013-2016)”. Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/legadolaclau/files/2019/07/ARTIGO-Coll.pdf>>. Na publicação, encontra-se mais informações sobre as estratégias de articulação e de organização da Comunitas.

⁵ De acordo com definição da própria Comunitas, a entidade afirma ser formada por um grupo de empresários que creem que podem colaborar para “a superação dos problemas de ordem econômica e social do Brasil [...] aportando conhecimento especializado e ferramentas de gestão que podem garantir maior eficiência ao setor público e, assim, colaborar decisivamente com o desenvolvimento social do País” (COMUNITAS, s/d). Esses empresários doam recursos à entidade, que investe nas instâncias com as quais têm parceria.

desenvolvendo políticas públicas e traçando planos de governo junto aos políticos dessas cidades e estados. De forma que, desde o início da gestão como governador do RS, Leite tem promovido reuniões constantes com empresários ligados direta ou indiretamente à Comunitas. No âmbito das políticas para a educação, por exemplo, a gestão vem buscando pensá-la junto a empresários da Fundação Lemann, do Itaú e do Instituto Natura⁶. No primeiro mês de gestão, o governo também realizou parceria com Banco Itaú para implementar a Reforma do Ensino Médio no RS.⁷

PARTICIPAÇÃO RESTRITA AO EMPRESARIADO

Com essa breve análise sobre a inserção do empresariado no governo Eduardo Leite queremos utilizar o episódio da retirada do plebiscito para ilustrar que, se há uma ampla participação dos empresários na gestão de Leite como governador, retira-se a participação popular sobre uma decisão que, no fim das contas, beneficia o próprio setor privado, que passará a ter as receitas provenientes dessas empresas. Medidas privatistas que costumam ser justificadas pela necessidade de modernização e pela ineficiência do Estado. Conforme afirmou o governador em matéria veiculada no site do Palácio do Piratini, “o Estado tem uma lógica muito engessada, burocratizada, que dificulta a modernização dessas empresas na agilidade dos tempos atuais”⁸. Já em seu Twitter, o governador disse: "Essa importante iniciativa aprovada pelos deputados irá modernizar o nosso Estado, além de ajudar a superar a crise fiscal e gerar desenvolvimento econômico".

Dessa forma, o caso da supressão da consulta plebiscitária, junto à uma gestão compartilhada com a elite econômica, é simbólica e sintomática do fenômeno de

⁶ Mais informações em: <<https://estado.rs.gov.br/governador-busca-apoio-de-organizacoes-do-terceiro-setor-para-politicas-publicas-na-educacao?fbclid=IwAR3QonwLaB-1KG0BrCXF-D5bk6CJ18-6SO0PJC77biUxdZvZBS92odkjqNM>>. Acesso: 5 de maio de 2019.

⁷ A Reforma do Ensino Médio, instituída pela Medida Provisória 746/16, de autoria do governo Michel Temer (MDB), entre diversos pontos, desobriga o ensino de disciplinas como Filosofia, História e Sociologia. Também permite que pessoas com “notório saber” ministrem disciplinas, desvalorizando a formação dos professores e professoras de licenciatura. MP disponível em <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>> Acesso: 18 de agosto de 2019. Sobre a parceria com o Itaú, ver: <<https://estado.rs.gov.br/reuniao-com-secretario-de-educacao-e-assessora-de-educacao-do-banco-ita>>. Acesso: 16 de agosto de 2019.

⁸ Disponível em <<https://estado.rs.gov.br/privatizacoes-modernizam-a-maquina-publica-gaucha>> Acesso: 16 de agosto de 2019.

desdemocratização, ou da pós-democracia. Fatos que podem ser pensados através de Dardot e Laval (2016, p. 274) sobre o que chamam de governo empresarial nos moldes neoliberais:

a instituição do mercado regido pela concorrência – construção desejada e apoiada pelo Estado – foi fortalecida e prolongada por uma orientação que constituiu em ‘importar’ as regras de funcionamento do mercado concorrencial para o setor público, no sentido mais amplo, até que o exercício de poder governamental fosse pensado de acordo com a racionalidade da empresa [...] não se tratava mais apenas de uma instituição política do mercado, mas por inversão, de uma *mercadorização da instituição pública* obrigada a funcionar de acordo com as regras empresariais.

Os autores também apontam que, sob o marco do sistema neoliberal, o Estado tem responsabilidade de apoiar e atrair os oligopólios para o território que por ele é administrado, nos mais diversos âmbitos. “O Estado concorrencial não é o Estado *árbitro* interesses, mas o Estado *parceiro* dos interesses oligopolistas na concorrência mundial (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 283). Dessa forma, as privatizações e a retirada da soberania popular são ações congruentes com o projeto neoliberal, assim como o achatamento de salários, o desemprego e a redução dos serviços públicos, também praticados na gestão Leite.

No pronunciamento do governador, transmitido em vídeo ao vivo no *facebook* após a aprovação em primeiro turno da retirada do plebiscito, nota-se também outro aspecto da hegemonia neoliberal e gerencialista, com uma fala que atribui ao Estado um arcaísmo⁹. É o Estado que atravanca os processos de oposição, para o governador:

Nós tivemos hoje um dia muito importante para o Rio Grande do Sul, o dia de uma decisão que é fundamental, **um passo inicial mas muito importante para modernizar a sua atuação enquanto governo, se abrir à iniciativa privada a partir de um processo sim de desestatização** que pretendemos fazer e que vamos fazer no nosso estado [...]. Meu agradecimento, em nome do povo gaúcho, a todos esses deputados, a esses 40 votos de representantes da população, que não fugiram à sua responsabilidade e que tomaram frente e **protagonismo de um processo de transformação do Rio Grande do Sul quando nós tiramos da exigência constitucional a realização de um plebiscito que nós sabíamos e sabemos que não é apropriado para a análise da oportunidade de negócios em cada um dos setores**

⁹ Concepção alinhada às propostas de Luiz Carlos Bresser-Pereira, durante a Reforma Gerencial de Estado ocorrida durante a gestão FHC: Para Bresser-Pereira (2000, p. 8), a reforma gerencialista traria “uma clara mudança de uma cultura burocrática para uma cultura gerencial”. A intencionalidade dessas mudanças dava-se com base nas críticas à “alternativa estatista e burocrática”, que seria “ineficiente e historicamente autoritária”. Também entre as concepções defendidas pela reforma gerencial, encontra-se a defesa de que ela fortaleceria o espaço público e a sociedade civil. Junto às tarefas desta, defende Bresser-Pereira, haveria o compromisso de dividir o controle de atividades consideradas “não-exclusivas” com o Estado.

– da CEEE, da CRM e da Sulgás -, e também da complexidade desses serviços e que, portanto, a decisão tem que ser tomada com a responsabilidade que nós, homens públicos, temos que arcar. Nós que nos dispusemos no ano passado, nós que nos apresentamos para conduzirmos o destino do nosso estado temos que arcar com a responsabilidade, tomarmos as decisões e liderarmos, levarmos o Rio Grande do Sul para um novo futuro. O nosso estado está sim tomando o rumo para viabilizar a adesão ao RRF para com isso reestruturarmos a relação com o governo federal em relação à dívida, podermos contrair novos empréstimos que ajudem a colocar o fluxo do caixa em ordem e, assim, cumprirmos o nosso compromisso para até o final do primeiro ano do governo colocarmos o salários dos servidores em dia. [...] **Nós vamos conduzir um processo de modernização nesses setores para que o investimento privado no RS seja acolhido e bem recebido e com isso nós possamos modernizar a nossa infraestrutura. Infraestrutura modernizada gera novos investimentos, geração de emprego, de renda, um novo futuro para todos os gaúchos.** [...] Nos orgulhamos do nosso passado, temos respeito pelo passado, inclusive por este passado que constituiu essas empresas como públicas. Mas que temos mais que olhar para o passado, **temos que olhar para o futuro e o futuro exige mudança de pensamento, exige modernização em relação ao que está acontecendo no mundo e é neste caminho que nós estamos levando o nosso estado do Rio Grande do Sul.** (grifo nosso)

Já na entrevista ao Sul21¹⁰, o governador utiliza um argumento próximo ao das teorias do elitismo democrático, ao afirmar que o plebiscito pode ser retirado pois a população que votou nele sabia do projeto de privatização:

falamos para a população claramente na eleição a intenção de encaminhar essas empresas à privatização. O outro candidato que foi conosco ao segundo turno também defendia. Então, já no primeiro turno, as candidaturas que 70% da população votou defendiam a privatização dessas empresas. De certa forma, entendemos cancelada a ideia do encaminhamento das privatizações.

A noção de democracia do governo, assim, parece ser reduzida ao voto, tal como sistematizaram os elitistas democráticos no século XX. E, como os pesquisadores da desdemocratização e da pós-democracia atualmente apontam, a soberania popular é minada em detrimento dos interesses do mercado, o que é notado no esforço da gestão Leite em alterar mecanismos constitucionais de participação popular, bem como na gestão compartilhada somente com o alto empresariado. A população em geral assim, não encontra espaço nas decisões do governo, e limita-se a “exercer democracia” apenas no rito de ir às urnas de quatro em quatro anos.

¹⁰ Entrevista disponível em: <<https://www.sul21.com.br/entrevistas-2/2019/04/eduardo-leite-populacao-analisar-temas-complexos-pode-levar-a-decisao-inconsequente/>> Acesso: 10 de agosto de 2019.

UM GOVERNO EM TERMOS DE GOVERNANÇA

Um outro aspecto do governo de Eduardo Leite, alinhado à visão que expressa sobre o arcaísmo do Estado, é a execução do governo em termos de governança. Para Brown (2015, p. 122), este é um dos pontos da disseminação neoliberal na racionalidade governamental, característica dos processos de desdemocratização. Já para Dardot e Laval (2016, p. 276), a categoria política de “boa governança” tem um papel fundamental na difusão da concorrência generalizada.

Logo no início da gestão, o governador criou uma secretaria de Governança e Gestão Estratégica, empossando Sergio Gastal, ex-presidente da OSCIP Movimento Brasil Competitivo para a pasta. Gastal, na cerimônia de apresentação da Secretaria, afirmou:

Acredito que o Estado existe para entregar aquilo que é necessário para sociedade. Isso significa que ele não precisa ser nem máximo, nem mínimo. O Estado precisa ser eficiente e ter sempre em mente o cidadão como fim de suas atividades. Essa é a orientação do governador Eduardo Leite e é isso que vamos propor, junto da sociedade [...] O que devemos nos perguntar é: quem é mais eficiente para tal demanda. Para o cidadão, é indiferente se o serviço público ocorre por um órgão público, por uma empresa privada ou do terceiro setor. Ele quer ser bem atendido.

Discurso que também indica a adesão a um modelo de neoliberalismo da Terceira Via, cunhado especialmente pelo sociólogo Anthony Giddens (2001), que tenta introduzir um “humanismo econômico”. Para ele, há uma compatibilidade entre o mercado e as instituições sociais e, nesse sentido afirma: “contrapor o Estado aos mercados é um erro e é necessário conectar as esferas das da sociedade civil, do mercado e do Estado “por meio de um novo contrato social, adequado para uma era em que a globalização e o individualismo andam lado a lado” (GIDDENS, 2001, p. 167).

Em relação à governança, para Brown, em *Undoing the demos: Neoliberalismo Stealh Revolution*, a disseminação do propósito neoliberal em termo de Estado tem como um dos pontos centrais a consolidação de governos em termos de governança. Conforme explica:

A governança se concentra em ferramentas ou instrumentos para em vez de se preocupar com agências ou programas específicos através de quais fins são buscados. A governança substitui a oposição ou a tensão entre o governo e o setor privado

(relações soberanas e de mercado) com colaboração e complementaridade. [...] Acima de tudo, a governança reconceitua o político como um campo de administração ou reconceitua ‘o domínio público como domínio de estratégias, técnicas e procedimentos através dos quais diferentes forças e grupos tentam tornar seus programas operáveis’. (BROWN, p. 125-126)

A autora, em *Cidadania Sacrificial Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*, também pontua: “A economicização neoliberal do campo político, ao abrir mão da ideia mesma do social e substituir a política pela governança, encolhe todos os espaços significativos para uma cidadania ativa” (BROWN, 2018, p. 30-31). De forma similar, Dardot e Laval afirmam que a “boa governança” respeita as condições do ajuste estrutural e abertura de fluxos financeiros “[...] de modo que se vincula intimamente a uma política de integração do mercado mundial. Assim, toma pouco a pouco o lugar da categoria ‘soberania’, antiquada e desvalorizada” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 276).

APONTAMENTOS FINAIS: EDUARDO LEITE E A AGENDA DE “SACRIFÍCIOS COLETIVOS” PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

A adoção de uma estrutura governamental focada na governança, bem como a agenda de Eduardo Leite que se sucedeu nesses oito meses de gestão são partes de um processo global de expansão da governamentalidade e racionalidade neoliberais. As ações da gestão Leite combinaram, até então, a retirada do plebiscito, a aprovação da privatização de três estatais, a aprovação de uma Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com o congelamento, para 2020, dos investimentos nos serviços públicos e do salário do funcionalismo público¹¹ e os esforços do governador para que a Reforma da Previdência¹² fosse ampliada para os estados e municípios.

¹¹ Vale lembrar que categorias do funcionalismo, como professores e servidores da área da educação, já enfrentam o 45º mês de salários parcelados. Deste o governo Ivo Sartori (MDB), anterior a Eduardo Leite, a categoria soma também parte dos vencimentos atrasados. O empobrecimento e adoecimento foram tema de diversas reportagens. Para saber mais: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2019/07/salarios-atrasados-no-rs-alem-de-poder-perder-a-vida-tem-a-inseguranca-de-nao-saber-quando-ira-receber/>>. Acesso: 16 de agosto de 2019.

¹² A Reforma da Previdência, Proposta de Emenda Complementar 6/2019, do governo federal, já foi aprovada nos dois turnos na Câmara de Deputados. Em síntese, a PEC aumenta a idade mínima para a aposentadoria de todos trabalhadores, bem como para o recebimento integral dos benefícios de aposentadoria, reduz benefícios como pensão por morte e por invalidez. Na justificativa, o governo Jair Bolsonaro assinala a necessidade de ajuste fiscal. Eduardo Leite foi um dos governadores que buscou, em diversas oportunidades, dialogar com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e com deputados para que o texto da PEC incluísse os estados e municípios, o que até então não foi acatado e, por isso, o governador já anuncia uma reforma em nível estadual.

Após o sucesso na retirada do plebiscito, na aprovação da LDO e nas privatizações, Leite reuniu-se com o Banco Mundial¹³, em encontro articulado pela Comunitas, em julho, para solicitar linhas de crédito (empréstimos). Além disso, está em negociação com o governo federal para a adesão ao programa de Recuperação Fiscal, o qual posterga a dívida do estado com a União. É uma agenda que combina austeridade, redução dos serviços públicos e de direitos sociais e achatamento de salários, em nome da contração de novos empréstimos, seguindo as receitas dos órgãos multilaterais, como o Banco Mundial. Isso, tudo, conforme Eduardo Leite afirmou em seu discurso de posse¹⁴, em 1º de janeiro, “exige sacrifícios coletivos”.

Para Wendy Brown, a evocação do “sacrifício coletivo” é rotineiramente solicitada pelos chefes de estado. O contexto da austeridade, nesse sentido, exige o “compartilhamento sacrifício” e pode implicar “perdas súbitas de emprego, folgas ou cortes nos salários, benefícios e pensões, ou pode envolver sofrimento dos continuados efeitos da estagnação, deflação cambial, crises de crédito, liquidez” (BROWN, 2015, p. 210-211). A “cidadania sacrificial”, conforme afirma, ainda, pode incluir qualquer coisa que seja considerada um requisito e imperativo da economia.

Observamos, no governo Eduardo Leite, muitos dos fatores apresentados tanto na teoria do elitismo democrático como nos debates sobre pós-democracia, desdemocratização e neoliberalismo. Governo que, no caso de Leite e de outros tantos, associa tudo o é moderno ao mercado e torna a *expertise* dos homens de negócio uma justificativa para coibir a participação popular, esta associada, nas palavras do governador, a atitudes inconsequentes – o que, não por acaso, lembra os argumentos de Schumpeter sobre a irracionalidade do cidadão médio. Esse artigo buscou, baseado nessas teorias, romper com uma ideia naturalizada do governo feito com e para o mercado. Isso porque, nos termos de Dardot e Laval (2016, p. 384): “se sustentarmos que a democracia repousa sobre a soberania de um povo, o que aparece então é que, enquanto doutrina, o neoliberalismo é, não acidentalmente, mas essencialmente, um *antidemocratismo*”.

¹³ Mais informações em: <<https://estado.rs.gov.br/adesao-ao-pro-gestao-e-pauta-de-reuniao-entre-leite-e-banco-mundial-nos-eua>>. Acesso: 16 de agosto de 2019.

¹⁴ Discurso disponível na íntegra em: <https://www.jornalnh.com.br/conteudo/noticias/rio_grande_do_sul/2019/01/2359114-confira-o-discurso-completo-do-governador-eduardo-leite-durante-posse.html>. Acesso: 16 de agosto de 2019.

E, embora haja uma generalização dessas formas de governo, parece fundamental sistematizar as operações que integram esse movimento global de esvaziamento da democracia, exemplificado e incorporado tão bem pela gestão Eduardo Leite no governo do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLESTRIN, Luciana. **O Debate Pós-democrático no Século XXI**. Revista Sul Americana de Ciência Política, vol. 4, nº2. Disponível em <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824>>. Acesso: 15 de agosto de 2019.

BROWN, Wendy. **American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization**. Political Theory, vol. 34, n. 6, Dec. 2006, 690-714.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial, Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Zazie Edições, 2018.

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. New York: Zone Books, 2015

DARDOT, Pierre, e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

“NUEVO PLANO DE DESARROLLO ECONOMICO: A CRIAÇÃO DO SUJEITO NEOLIBERAL EM PORTO RICO”

Pedro Henrique Silva de Oliveira¹
Etiene Villela Marroni²

Resumo

A ascensão do governador Pedro Rosselló pelo *Partido Nuevo Progressista* em 1994 configura-se como um marco na história de Porto Rico. Seu governo (1994 – 2002) acabou por alterar drasticamente o cenário político da ilha, com efeitos que reverberam até hoje. Visando uma quebra com o seu vínculo colonial com os Estados Unidos da América, os porto-riquenhos divergem de como o fazer; enquanto alguns grupos buscam a independência, outros defendem tornar-se o 51º estado da nação. Rosselló encontrava-se no segundo campo, e, assim, visava tornar a ilha mais atraente para a metrópole através da introdução de políticas neoliberais

O projeto parte do entendimento de neoliberalismo como uma maneira de gerir as vidas e construir subjetividades, bebendo da visão foucaultiana de racionalidade política. Tal constructo compreende a conceituação de condições, legitimidade e disseminação de um regime de poder-saber centrada nas verdades que o organizam e o mundo que ele forma. Logo, a compreensão de uma racionalidade configura-se como uma busca pelas verdades que a sustentam. É dentro desta proposição que o projeto encontra seu alicerce teórico, buscando compreender as medidas realizadas pelo Governador. O artigo se desenvolve via análise de conteúdo do projeto econômico do governo – o *Nuevo Plano de Desarrollo Economico* (1994). Objetivando compreender a racionalidade envolvida em sua criação e identificar os regimes de poder-saber vigentes no governo de Rosselló.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Michel Foucault; Porto Rico

INTRODUÇÃO

A ascensão do governador Pedro Rosselló em 1994 configura-se como um marco na história de Porto Rico, seu governo (1994 – 2002) acabou por alterar drasticamente o cenário político da ilha e, conseqüentemente, os efeitos causados por sua administração reverberam até hoje.

Porto Rico configura-se como uma anomalia dentro do Sistema Internacional moderno. Categorizada oficialmente como um Estado Livre Associado dos Estados Unidos da América

¹ Mestrando do Programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: pedrohsdeoliveira27@gmail.com.

² Professora do Programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

(EUA), a ilha configura-se como numa região sob a alçada jurídica dos EUA, porém, não goza de todos os direitos oferecidos pela constituição norte-americana. No âmbito da representação política, Porto Rico encontra-se submisso à legislação federal do país, porém é incapaz de eleger representantes para o congresso norte-americano, tal situação particular encontra suas origens na relação colonial que a estruturou. (GROSFOGUEL, 2003).

A história da ilha apresenta uma série de alteridades ao se comparar com as demais colônias caribenhas. Enquanto os vizinhos independentes aumentavam sua dependência de países do centro através da dependência econômica causada pela diferença do seus termos de troca, Porto Rico recebia capital de sua metrópole que tinha como objetivo torna-la em um exemplo das virtudes do capitalismo durante o auge da Guerra Fria. Talvez por isso diferentemente da maioria das outras colônias caribenhas, Porto Rico não buscava por independência de sua metrópole, uma vez que era dela que a condição do desenvolvimento de seu parque industrial e econômico era originada (CABAN, 2005).

Somente com o fim da Guerra Fria que tal quadro fora alterado, com o necessidade de demonstrar a ilha para o mundo acabou fazendo com que os Estados Unidos a deixassem de lado, realizando os mesmos mecanismos de dependência fiscal e econômica que eram aplicados as outras nações caribenhas e endividando Porto Rico (CABAN, 2005).

O surgimento de tal débito, somado com um aumento da pobreza e da violência, pintam a tela na qual o Governador Pedro Rosselló do *Nuevo Partido Progressista*, um partido alinhado com a direita norte-americana acendeu ao poder. Através de uma plataforma calcada em uma lógica punitivista do gripe – *la mano dura* – e uma defesa da identidade norte-americana dos porto-riquenhos, o governador visava torar a ilha mais atrativa aos olhos da metrópole através da adoção de práticas e políticas supostamente neoliberais (GROSFOGUEL, 2003).

Partindo-se das formulações elaboradas por Michel Foucault (2008) que o neoliberalismo se configura não apenas como um conjunto de medidas econômicas, mas como uma maneira de gerir vidas e construir subjetividades, o presente projeto encontra seu objeto, buscando compreender as medidas realizadas por Pedro Rosselló, analisa-se o plano de governo (1993) desenvolvido pelo governador. A metodologia empregada configura-se na análise de conteúdo visando compreender a racionalidade envolvida na criação do plano econômico e identificar os regimes de poder-saber empregados durante a veridicção do governo de Rosselló.

Para tal, o presente artigo divide-se em quatro seções: a primeira, visando justificar a escolha de metodologia selecionada, bem como do *corpus* discursivo que caracteriza o objeto e análise. A segunda, apresenta o marco teórico selecionado, visando apresentar os principais conceitos de Michel Foucault relevantes para a elaboração das tipologias necessárias para o estudo. A terceira seção configura-se como a apresentação da discussão do estado da arte sobre o neoliberalismo dentro da lógica foucaultina, onde será apresentado as categorias analisadas. Por fim, na quarta seção será realizado o estudo proposto.

O projeto possui caráter exploratório, tendo como seu objetivo uma análise preliminar do plano de governo a fim de se desenvolver uma agenda de pesquisa relativa a formação do sujeito neoliberal em Porto Rico.

METODOLOGIA E RECORTE: ANÁLISE DE CONTEÚDO

O presente estudo apresenta-se como uma análise de governamentalidade, configurando-se como um projeto que busca investigar se as racionalidades que legitimam as ações do governo Rosselló (1994-2002) manifestam-se de acordo com a governamentalidade neoliberal, tal como definida por Michel Foucault em *The birth of biopolitics*, e elaborada por Wendy Brown em *Undoing the demos – neoliberalism stealth revolution* e Pierre Dardot e Christian Laval em *A nova Razão do Mundo*.

Retoma-se a primeira lição dos seminários presentes no Nascimento da Biopolítica (2008), onde Foucault argumenta que não possuía interesse em estudar a prática governamental em si, mas quanto a racionalização da prática governamental no exercício da soberania política, realizar uma compreensão das maneiras que a mesma se apresenta, como se reflete e se racionaliza. Os estudos elaborados pelo autor consistiam em partir de verdades universais para a compreensão de fenômenos menos concretos. Em suas palavras:

“Parto da decisão, teórica e metodológica, que consiste em dizer: suponhamos que os universais não existem, e nesse momento pergunto à história e aos historiadores: como podem escrever a história se não admitem a priori que algo como o Estado, a sociedade o soberano, os súditos existem?”(FOUCAULT; DAVIDSON; BURCHELL, 2008, p. 27).

Michel Foucault ao apresentar a metodologia empregada durante a criação dos seminários da *Collège de France*, que servem de base para o presente artigo, apresenta seu método como uma interrogação das verdades que orientam. O autor problematiza a existência dos universais e questiona qual história pode ser escrita a partir da inexistência dos mesmos e é a partir de tal problematização que a presente pesquisa apresenta sua primeira inflexão metodológica. Se os universais não existem, qual racionalidade fora empregada por Pedro Rosselló para o desenvolvimento de seu plano de governo? Acredita-se que a resposta repousa na racionalidade neoliberal, tal como apresentada por Foucault e por estudiosos que beberam de sua teoria.

Tradicionalmente, os estudos foucaultianos buscam beber de duas metodologias propostas pelo autor: ou da arqueologia, ou da genealogia. Em ambas metodologias a análise realizada por Foucault busca compreender não os sentidos escondidos de um texto, mas as próprias verdades que se escondem por trás da formação do mesmo, isto é feito através de análises de discurso (FOUCAULT, 2013; FOUCAULT; DAVIDSON; BURCHELL, 2008).

Este artigo não realizará tal metodologia por dois motivos. O primeiro compreende a questão da investigação, acredita-se que as verdades já encontram-se definidas, o presente projeto busca investigar se o discurso neoliberal pode ser identificado no plano de governo, busca-se compreender os sentidos ocultos pelo texto. O segundo motivo, configura-se devido ao próprio escopo limitado do artigo, que inviabilizaria uma análise de discurso plena. Segundo Martilla (2013) para realização de tal metodologia, sob a lente foucaultiana, seria necessário a identificação das posições de sujeitos que produziram afirmações válidas no tocante ao objeto de análise; as fontes da autoridade empregadas pelos mesmos; bem como a realização de uma reconstrução das regras discursivas visando limitar os conjuntos de postulamentos legítimos e regulando o grupo de sujeitos sociais com a capacidade, e o direito de enunciação.

Visando o objetivo do presente trabalho - uma análise científica do Plano de Governo de Pedro Rosselló - justifica-se a escolha metodológica da realização de uma análise de conteúdo. White e Marsh (2006) caracterizam a análise de conteúdo como uma metodologia flexível, capaz de ser empregada tanto em análises quantitativas, como em análises qualitativas. Como objetivo, tal método visa categorizar inferências através de uma análise quantificada de certos aspectos recorrentes de um texto, configurando-se como uma sistematização capaz de

ajudar a interpretar mensagens e seus sentidos, além do que uma leitura normal permitiria (MORAES, 1999; WHITE; MARSH, 2006).

Portanto, entende-se que a criação de tipologias científicas configura-se como central para a realização de uma análise de conteúdo, estas categorias apresentam características diferentes na realização de análises quantitativas e qualitativas. Devido ao objeto de estudo, o presente projeto situa-se como uma análise qualitativa, se figurando como uma interpretação subjetiva de um documento por parte do pesquisador mediada por uma série de pressupostos que nortearão a pesquisa (MORAES, 1999; WHITE; MARSH, 2006). Recorre-se a White e Marsh (2006), que apontam que uma análise qualitativa de conteúdo busca pintar uma imagem de um fenômeno particular em um contexto particular, jamais descrever a realidade objetiva.

Entendendo-se que uma análise de conteúdo qualitativa tem como objeto a transferibilidade³, ou seja, um entendimento se os achados em um contexto são aplicáveis para outro, portanto sua amostra deve ser teórica e com propósito. Devido ao caráter subjetivo de tal análise, as categorias de análise acabam por serem desenvolvidas em conjunto com o material analisado, bem como através do marco teórico empregado (WHITE; MARSH, 2006).

Visando a criação de uma metodologia apropriada, surge primeiramente a necessidade de explicação quanto a formação das metarrativas que legitimam as racionalidades políticas governamentais. Wendy Brown em seu livro “*Undoing the Demos: neoliberalismo stealth revolution*” (2016) aponta que, para Foucault, racionalidades políticas configuram-se como as condições de legitimidade e disseminação de um regime de poder/saber centrada nas verdades que a organizam e o mundo que a mesma forma.

Apesar da análise de conteúdo dar uma forte ênfase ao contexto, o presente projeto - devido tanto ao marco teórico empregado, quanto ao caráter parcial da pesquisa - busca ater seu escopo analítico ao corpo textual. Justifica-se tal decisão devido ao objetivo de se realizar uma busca no tocante as metanarrativas que sustentam a arguição de Rosselló, não as medidas em si nesta etapa da pesquisa.

Como primeira etapa de pesquisa faz-se necessário selecionar o *corpus* textual que será analisado, tal seleção deve atender aos objetivos delineados pelo pesquisador de forma precisa e eficiente. Como previamente exposto, o poder, para Foucault, é entendido como uma

³ No texto original *transferability* (WHITE; MARSH, 2006).

existência positiva, sendo produtora de relações, identidades e forças, devendo ser analisado em seu exercício. Uma pesquisa utilizando-se de tal arcabouço teórico necessita de um *corpus* textual que tenha como objeto os mecanismos de poder e dominação, bem como as forças e capacidades dos corpos humanos (DEAN, 2002).

Portanto, com ciência das limitações apresentadas pelo formato do artigo, e do objetivo de compreender as racionalidades políticas na qual o governo Rosselló se legitimou, opta-se por uma análise mais aprofundada no plano de governo do mesmo, buscando a expor e compreender os regimes de saber/poder na qual tal documento encontra-se situado. Ademais, ressalta-se o caráter exploratório da presente pesquisa e pontua-se que, caso correto, o plano de governo elucidará mecanismos para que se analise de forma mais profunda o governo Rosselló em um momento futuro.

Como próxima etapa configura-se a criação de tipologias na qual o pesquisador irá realizar a sistematização do texto, opta-se por uma análise temática, ou seja, visando um entendimento quanto a mensagem a ser passada. Ainda que o escopo desenhado do presente projeto não permita a realização de uma análise de discurso foucaultiana, faz-se necessário beber um pouco das metodologias empregadas em estudos do autor e uma apresentação dos principais conceitos elaborados por Foucault.

PODER/SABER PARA FOUCAULT

Para a realização de categorias de análise que possam efetivamente questionar os universais que legitimam o documento analisado é necessário, primeiramente, um entendimento do que forma esses universais. Foucault sempre demonstrou muita preocupação quanto ao estudo do poder⁴, argumentando que é através da negociação entre o poder e os indivíduos que a própria subjetividade passa a ser construída.

Como primeiro conceito a ser explicitado, apresenta-se a questão do “poder” na visão foucaultiana. A visão do autor quanto a tal conceito era uma que ia contrário ao consenso

⁴ É importante ressaltar que Foucault não compreendia “poder” como uma unidade. Devido ao caráter relacional do mesmo o autor preferia utilizar “relações de poder”, embora ainda certos textos e entrevistas – Tais como *Truth and Power* (1980), *A microfísica do poder* (1979) e *Vigiar e Punir* (1991) ainda empreguem a terminologia. Por tais motivos utilizar-se-á ambas categorias como intercambiáveis no presente artigo.

acadêmico de sua época. A academia compreendia o poder como pertencente a determinados agentes - tais como indivíduos, o Estado, ou grupos com determinados interesses. – e conceituado como os meios nas quais tais grupos eram capazes de atingir seus objetivos contrário aos desejos de outros. Tradicionalmente, o poder era visto como confinante - sendo entendida como “poder de um grupo sobre outro” -, localizado e hierárquico, sendo exercido do topo para a base (WAITT, 2005).

Foucault desafia tais noções, as caracterizando como uma concepção jurídica do poder. A problematização levantada pelo autor pauta-se na arguição de que o poder não pode ser puramente repressivo, pois ele se manteria e seria aceito não por ser uma força que “apenas diz que não” (FOUCAULT, 1979, p. 8), mas algo que produz saberes, que forma discurso. Dentro da perspectiva foucaultiana o poder não pode ser compreendido como localizado, mas como, mas difuso no discurso. Recorre-se a sua obra seminal “Vigiar e Punir: o Nascimento da Prisão” (1991), onde o autor aponta que o poder se encontra em todo o lugar, difuso no discurso.

A visão foucaultiana quanto ao poder se torna particularmente relevante para o presente projeto uma vez que a compreensão do poder não apenas como repressivo permite o entendimento quanto condição de possibilidade para a formação de identidades de grupos oprimidos. Usando-se de exemplo os locais secretos onde homens homossexuais se encontravam em grandes cidades como Moscou e Nova York, Waitt (2006) aponta como tais homens podiam ser compreendidos como tendo agência através da construção de posições sociais para si mesmos em relação a normas discursivas contra quais eles assumem que outros indivíduos e grupos percebem como imorais. Tais homens expressaram sua agência ativamente criando locais secretos para se encontrarem.

Entende-se então que o poder configura-se como essencialmente produtivo, produzindo discursos, saberes, corpos e subjetividades, bem como difuso, encontrando-se disperso através do discurso. Tal difusão levanta o questionamento quanto a função do aparato estatal para Foucault, uma vez que o poder encontra-se disperso no discurso, qual seria a função do Estado? Em *Truth and Power* (FOUCAULT, 1980) o filósofo francês categoriza o Estado como responsável por codificar as numerosas relações de poder que permitem o seu funcionamento através de estratégias, uma vez que, apesar da onipotência de seus dispositivos, ele não pode ocupar plenamente o espaço do poder, podendo operar somente baseado por outras relações de

poder já existentes. A codificação realizada pelo Estado é realizada com o objetivo de estruturar o campo de ação eventual dos outros, se fazendo de técnicas de distribuição espacial, classificação e adestramento dos corpos individuais⁵(DARDOT; LAVAL, 2017; FOUCAULT; DAVIDSON; BURCHELL, 2008).

Como previamente exposto, o poder não configura-se como apenas repressivo, possuindo uma característica fundamentalmente produtiva na construção de subjetividades. É através da disciplina que tal estruturação passa a ser realizada, penetrando o desejo e a intenção, moldando e participando do cálculo racional fazendo com que o sujeito reforce seu desejo (pela recompensa), o enfraqueça (pela punição), ou desvie o objeto de seu desejo (DARDOT; LAVAL, 2017).

Como resposta aos seus questionamentos Foucault cunhou a categoria poder/saber, entendendo os conhecimentos eram formados dentro das práticas do poder sendo constitutiva e do estabelecimento e da modificação das técnicas do poder. A relação mutualmente constitutiva entre o poder e o saber configura-se como um questionamento central para os estudos do autor: “Nós estamos submetidos a verdade no sentido de que é a verdade que produz as leis, que produz o discurso verdadeiro que, pelo menos parcialmente, decide, transmite e expande os efeitos do poder”(FOUCAULT, 1980, p. 93, tradução dos autores)⁶.

Em consonância com tal arguição, Wallestein (1991) e Castro-Gómez (2005) argumentam sobre a importância das ciências sociais para a legitimação das tecnologias utilizadas para o ordenamento e controle da vida humana: “Sem o concurso das ciências sociais, o Estado moderno não teria a capacidade de exercer controle sobre a vida das pessoas, definir metas coletivas de largo e de curto prazos, nem de construir e atribuir aos cidadãos uma identidade cultural”(CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 81).

O próximo conceito a ser apresentado consiste no regime de verdades que legitima um Estado, a chamada “racionalidade política”. Dentro dos estudos foucaultianos o conceito de Racionalidade política configura-se como a terminologia empregada para a conceituação de

⁵ Segundo Dardot e Laval (2017), Foucault encontra no panóptico benthaninano a própria fórmula do governo liberal.

⁶ No original “In another way, we are also subjected to truth in the sense in which it is truth that makes the laws, that produces the true discourse which, at least partially, decides, transmits and itself extends upon the effects of power.”(FOUCAULT, 1980, p. 94).

condições, legitimidade e disseminação de um regime de poder-verdade centrada nas verdades que o organizam e o mundo que ele forma. Portanto, entende-se que a compreensão de tais verdades se apresenta como central para um entendimento acurado a respeito da determinada racionalidade política, mas levanta-se o questionamento das maneiras na qual identificar tais verdades. Recorre-se à Wendy Brown (2015) para a resolução de tal dificuldade, a autora pontua que uma racionalidade política se diferencia no que ela categoriza como verdades superficiais, pois esta deposita qualidades ontológicas e relações entre cidadãos, leis, direitos, economia e estados, capturando as “maneiras na qual uma ordem normativa de razão começam a governar legitimamente, bem como estruturar a vida e as atividades como um todo” (BROWN, 2015, p.117). A descrição realizada pela autora permite compreender o conceito de racionalidade política como uma força histórica que gera e relaciona tipos específicos de sujeitos através do estabelecimento de uma ordem de verdade na qual a própria conduta é mensurada e governada (BROWN, 2015; DEAN, 2002; FOUCAULT; DAVIDSON; BURCHELL, 2008).

As “verdades” que sustentam uma racionalidade política frequentemente encontram seu suporte em conjunto com o discurso presente dentro das ciências humanas. Recorre-se a Castro-Gómez que argumenta que, dentro das ciências sociais, tradicionalmente o Estado é compreendido como um *locus* capaz de formular metas coletivas válidas para todos, onde critérios racionais permitiriam o mesmo a canalizar os interesses e as emoções dos cidadãos em direção as metas definidas por ele. Para o autor, tal visão oferece base argumentativa para o entendimento que o estado não apenas adquire o monopólio da força, mas que usa dela para dirigir racionalmente as atividades dos cidadãos, tal direcionamento é realizado através de critérios científicos estabelecidos de antemão (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

O discurso científico apresenta um papel privilegiado para Foucault, ao se postular como neutro por excelência, isto não o caracteriza como verdade absoluta, uma vez que para os estudiosos de Foucault a verdade não se encontra fora das influências das relações de poder, uma vez que é produzida pelas mesmas⁷. Inclusive, para o autor, a busca pela “verdade” do conhecimento era vista como uma infrutífera, pois, em seu entendimento uma verdade única e

⁷ O entendimento da verdade encontrar-se submetida as relações de poder pode ser considerado uma das grandes divisões entre o entendimento foucaultiano e marxista, o autor francês coloca em cheque a questão da ideologia uma vez que a existência de uma “ideologia” pressupõe a existência de uma “verdade” (FOUCAULT, 1980)

universal encontrava-se em um horizonte inalcançável. Foucault, como previamente exposto, descreve seu estudo como um questionamento quanto à natureza dos universais e nos efeitos de tais verdades, nas quais maneiras elas eram criadas no discurso e quais discursos davam a impressão de representar a “verdade” (DEAN, 2002; FOUCAULT, 1980; WAITT, 2005).

Dentre as práticas disciplinares desenvolvidas para a subjetivação do indivíduo, fundamental encontra-se a escrita. É através da palavra escrita que leis são escritas e identidades nacionais são criadas, e programas modernizadores são criados. Ademais, Castro-Gómez (2005), em sua leitura de Gonzáles-Stephan (1996), aponta as maneiras na qual a própria lógica de ordenar e instaurar a civilização passa a ser implementada através de instituições legitimadas pela letra e de discursos hegemônicos que “que regulamentam a conduta dos atores sociais, estabelecem fronteiras entre uns e outros e lhes transmitem a certeza de existir dentro ou fora dos limites definidos por essa legalidade escriturária” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 81). Foucault parte de um entendimento do poder como difuso no discurso, manifestando-se na forma de regimes de verdade, ou epistemes, logo, faz se necessário uma análise focada no texto.

Como último conceito a ser apresentado para a realização do presente estudo, é trazida a noção de “governmentalidade” para Foucault. Nas palavras do autor:

“[governmentalidade] é compreendida em um sentido amplo das técnicas e procedimentos para direcionar o comportamento humano. O governo de crianças, governo de almas e consciências, o governo de uma casa, de um estado, ou de si mesmo” (FOUCAULT, 1997, p.82, tradução dos autores)⁸.

Wendy Brown (2016) categoriza governmentalidade⁹ como a terminologia desenvolvida por Foucault para a mudança histórica na operação do estado e do poder político na modernidade. Configura-se como a “conduta de uma conduta”, quanto a ética¹⁰, ou o *ethos*,

⁸ No original “[Governmentality] is understood in the broad sense of techniques and procedures for directing human behavior. Government of children, government of souls and consciences, government of a household, of a state, or of oneself” (FOUCAULT, 1997, p.82).

⁹ É importante a distinção entre os conceitos de racionalidade e governabilidade; governabilidade compreende uma perspectiva estadocêntrica, sendo conceituada como uma mudança histórica na orientação do estado e do poder dentro da modernidade. A racionalidade, como contraponto, não origina do estado, mas, certamente o organiza e condiciona suas ações (BROWN, 2016).

¹⁰ Entende-se ética na conceituação de maneiras na qual os seres humanos passam a compreender e agir dentro de certos regimes de autoridade e saberes, bem como certas técnicas direcionadas ao melhoramento próprio (ROSE; O’MALLEY; VALVERDE, 2006).

uma mudança no paradigma do poder do comando e punição visando sujeitos particulares, é concebida como o poder de conduzir populações a distância.

Neste momento recorre-se à Ramos (2008), que aponta que o ponto de partida para uma análise foucaultiana configura-se nas práticas, não nas instituições, sendo elas que permitem um entendimento da “conduta da conduta” de um governo. Rose (2006, p. 84-85) levanta as seguintes questões como fundamentais para a realização de uma análise foucaultiana “Quem, ou o que será governado? Como deve ser governado? Com qual finalidade deve ser governado? [...] De acordo com qual lógica? Com quais técnicas? Com quais fins?”. O autor categoriza um estudo de governmentalidade não como uma teoria de poder, mas como um estudo empírico de determinados fenômenos que busca compreender respostas precisas através de um estudo empírico. Martilla (2013) aponta também as necessidades de se realizar, em um estudo de governmentalidade, o questionamento quanto a partir de qual pressuposto tal proposição parte e, as vezes, é mais importante apontar o que o discurso não apresenta do que o que ele apresenta.

A NOVA RAZÃO DO MUNDO: A RACIONALIDADE NEOLIBERAL

As problemáticas apresentadas na última seção são fundamentais para a construção das categorias de análise que serão empregadas para a elaboração do presente projeto. Acredita-se que a governmentalidade apresentada pelo governo Rosselló em seu plano de governo encontra-se circunscrita dentro da racionalidade neoliberal. Portanto, visando falsear tal hipótese, torna-se necessário apresentar a racionalidade neoliberal dentro da lógica foucaultiana.

Os próprios postulados econômicos se modificam mediante a racionalidade neoliberal, Michel Foucault, em seu seminário, elucida algumas diferenças centrais entre a racionalidade neoliberal e as maneiras na qual isso é feito. De particular relevância para o presente trabalho se ressalta a competição substituir a troca como base das relações econômicas, a substituição capital humano substituir trabalho, o empreendedorismo e a produtividade substituir a produção, o mercado como verdade e economização do Estado e da esfera social (BROWN, 2015; FOUCAULT; DAVIDSON; BURCHELL, 2008).

Primeiramente, busca-se a compreensão da lógica que governa os sujeitos no neoliberalismo. Tal racionalidade envolve uma intensificação do **mercado como um lugar de**

veridicção, ou seja, entende-se que o sujeito neoliberal deve ser governado através das regras do mercado. Dentro visão liberal clássica, o mercado já apresentava papel central e um alinhamento com a verdade, sendo visto apenas como um local de verdade, porém na ótica neoliberal se torna o local para toda arena e todo o tipo de atividade humana. Tal enquadramento marca cada esfera e atividade (BROWN, 2015). A veridicção mercadológica apresenta duas dimensões na racionalidade neoliberal para Wendy Brown (2015), o mercado em si é verdade e também representa a forma verdadeira de toda atividade, logo, os atores racionais são aqueles que aceitam tais verdades, fechando-se, efetivamente, o universo do político.

É importante a explanação que o neoliberalismo não se situa como um retorno ao liberalismo clássico, mas como uma virada paradigmática na própria compreensão quanto ao “mercado” como conceito. A visão neoliberal não entende o mercado apenas como um ambiente natural onde as mercadorias circulam, mas como um processo de autoafirmação do sujeito econômico, autodisciplinador e autoeducador. Nas palavras de Dardot e Laval “O processo de mercado constrói seu próprio sujeito” (2017, p. 140).

A próxima categoria a ser apresentada figura a **educação** do sujeito neoliberal, vista como uma parte importante de tal racionalidade. Dardot e Laval (2017) apontam que, mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo é um projeto de criação de subjetividade entende-se, dentro dessa concepção, que o homem não sabe se conduzir por “natureza”, mas graças ao mercado, pode aprender a conduzir-se racionalmente. Tal racionalidade não necessariamente pautada em um cálculo racional, mas na escolha. Onde o cálculo pressupõe dados, a escolha é mais dinâmica, implica criatividade e determinação, e é através da disputa entre empreendedores – naturalizada através da natureza concorrencial do mercado - que o contágio ocorre. O empresário, visando atingir a liderança, imita os melhores, assim todos se tornam mais vigilantes e, assim, adquirem mais *entrepreneurship* (BROWN, 2015; DARDOT; LAVAL, 2017; FOUCAULT; DAVIDSON; BURCHELL, 2008).

A criação da subjetividade neoliberal, através de dispositivos disciplinares presentes no mercado, pode ser compreendida por um entendimento quanto à nova ontologia que o rege. Onde, outrora as relações econômicas eram teorizadas como relações de troca, a racionalidade neoliberal as apresenta como, fundamentalmente, relações concorrenciais. É na concorrência que o neoliberalismo encontra o seu panóptico, penetrando os pensamentos e desejos dos

indivíduos através da forma da realização pessoal, fazendo com que o “colaborador” trabalhe para a empresa, como trabalharia para si. Tal mecanismo disciplinar, acaba por, efetivamente eliminar qualquer distância entre indivíduo e a empresa (BROWN, 2015; DARDOT; LAVAL, 2017; FOUCAULT; DAVIDSON; BURCHELL, 2008).

Ademais, entende-se a magnitude de tal mudança paradigmática ao se apresentar a consequência natural trazida pela competição, a desigualdade. Fundamentalmente em um universo competitivo compreende-se que existem vencedores e perdedores, situando-se tal premissa dentro de uma racionalidade política, faz-se o entendimento à respeito da perda das garantias de proteção advindas do Estado liberal. Quando a competição é naturalizada, a desigualdade deixa de ser algo a ser combatida, virando a regra (BROWN, 2015). Em concatenação com tal argumento, Dardot e Laval (2017) pontuam que, dentro da racionalidade neoliberal, a única guerra contra as desigualdades é a volta para os valores tradicionais “trabalho, família e fé” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 212).

O crescimento econômico como grande virtude da competição, concatenada com a noção elaborada por Brown (2015) de que o crescimento econômico por si só oferece as condições para um indivíduo se proteger do risco oferece uma visão particular quanto à lógica neoliberal. Se for através da economia que o indivíduo pode se proteger, são necessários sacrifícios caso a “realidade” econômica exija e é através da responsabilização individual que tal mecanismo é acionado.

A arguição apresentada pelo Foucault (2008) pontua a racionalidade neoliberal como uma generalização da lógica mercadológica como *ethos*¹¹ do social, e aqueles agentes que se encontram submetidos a ontologia concorrencial por natureza, encontram-se no centro de tal ética. O neoliberalismo encontra na empresa - entendida como o vetor de todos os progressos, a condição da prosperidade e a principal produtora de emprego - suas técnicas disciplinares. Aponta-se a necessidade de governar através da **lógica empresarial**, dentro desta lógica o Estado passa a ser visto como um freio ao crescimento econômico e urge-se a importância de submetê-lo a lógica concorrencial (DARDOT; LAVAL, 2017).

¹¹ A crítica realizada pelo neoliberal ao Estado e a assistência gerada pela cobertura dos riscos proposta pelo Estado de Bem-Estar social pode ser entendida não apenas como inferior no argumento quanto à eficácia e o custo, mas, também, na dimensão moral (DARDOT; LAVAL, 2017).

A disciplina, dentro do neoliberalismo, toma forma através de um de seus pressupostos fundamentais, a liberdade individual. É através da escolha individual que é possível a formação daquele agente que, dentro de tal racionalidade, passa a ser visto como o agente do capitalismo, o empreendedor. Brown (2015) aponta que ocorre uma **substituição da produção por empreendedorismo e produtividade**, tal transição segue a lógica acima descrita, uma vez que o mercado apresenta como sua natureza ontológica a competição e naturaliza a desigualdade o mercado passa a ser visto como um campo de empresas e encontra na produtividade seu fio condutor. O Estado e o indivíduo passam a ser vistos como firmas a serem geridas, buscando a produtividade e o resultado acima de todos os outros valores (BROWN, 2015).

O Estado¹² apresenta um papel central dentro da racionalidade neoliberal, sendo compreendido como uma fonte de ineficácia, pois é somente através da concorrência que o progresso pode ser atingido. Parte-se do pressuposto que a **gestão privada é sempre mais eficiente que a pública**, logo cabe ao Estado então, o papel de garantidor da concorrência, fomentando-a e a estimulando, ademais, o mesmo deve seguir a lógica mercadológica e buscar um contingenciamento de gastos, buscando intervir o mínimo possível na economia (BROWN, 2015; DARDOT; LAVAL, 2017).

Tal mudança deu origem a um conjunto de crenças e práticas conhecidas como gerencialismo que se apresenta como remédio universal para todos os males da sociedade, reduzindo todos os males da sociedade como questões de organização que podem ser resolvidas através de técnicas eficientes. A lógica empresarial ao ser aplicada ao Estado o modifica, valorizando **parcerias público-privadas** e, alterando a forma da máquina estatal para torna-la mais próxima de uma empresa, visando cortar custos e a diminuir a hierarquia organizacional. Tais medidas encontram seu respaldo argumentativo através da **lógica da eficiência** e da *expertise*¹³, efetivamente retirando a política através de argumentos que se apresentam como ideologicamente neutros (DARDOT; LAVAL, 2017).

¹² É importante ressaltar que o neoliberalismo não argumenta em prol de um Estado frágil, mas, sim, em um Estado forte para a economia (DARDOT; LAVAL, 2017).

¹³ A *expertise*, dentro do neoliberalismo, apresenta-se como o argumento central para a despolitização do público. Através do argumento da neutralidade e da tecnicidade decisões políticas passam a serem vistas como decisões técnicas, que apenas necessitam de resoluções pautadas no conhecimento e nos saberes científicos (DARDOT e LAVAL, 2017).

Central ao papel da produção da subjetividade neoliberal encontra-se a **avaliação**. Como previamente apresentado, o neoliberalismo compreende o mercado como formador de sujeitos e é através da avaliação que o indivíduo passa a ser moldado, submetido a lógica da eficiência, o sujeito neoliberal encontra-se submetido a uma série de dispositivos e tecnologias disciplinares que visam moldar seu desejo visando guiar suas escolhas através de uma série de punições e recompensas. O desempenho, compreendido dentro de uma lógica produtiva, passa a ser visto como o modelo a ser recompensado, sendo instaurado através do *ethos* da concorrência entre os funcionários. O entendimento neoliberal quanto ao desempenho segue a veridicção mercadológica orientada pela racionalidade política, sendo avaliado através de uma relação produtiva entre custo e resultado, tal metodologia acaba por ignorar as diversas particularidades das lógicas dos variados campos (DARDOT; LAVAL, 2017).

Uma vez compreendido o neoliberalismo como racionalidade política e apresentada os pilares que a sustentam, torna-se possível a realização da análise do objeto de estudo.

EL NUEVO MODELO DE DESARROLLO ECONOMICO

Realizada a introdução necessária, a presente seção busca realizar uma análise de conteúdo qualitativa do plano de governo de Pedro Rosselló através das categorias elaboradas na seção anterior.

O documento divide as prioridades do governo em seis seções: Reforma Governamental e Política, Desenvolvimento Econômico, Meio ambiente, Desenvolvimento Social, Segurança Pública e Relações Federais e Status.

Dentro dessas seções quatro grandes preocupações do governo podem ser apontadas: A primeira apresenta-se quanto ao tamanho do aparato estatal de Porto Rico e quanto à ineficiência de suas instituições; quanto à necessidade de intervenções estatais apenas pontuais e pedagógicas; a situação da dívida fiscal porto-riquenha; e, por fim, quanto à importância dos Estados Unidos para o crescimento da ilha.

A primeira pontuação a ser feita sobre o documento é a recursiva inferência à veridicção mercadológica no projeto de governo. Dentro das formulações elaboradas no projeto as palavras “desenvolvimento” e “crescimento” frequentemente encontram-se atreladas a razão do

mercado. Mesmo nas seções referentes ao desenvolvimento social (p. 93-137) a correlação da necessidade do desenvolvimento social com o econômico faz-se presente. Exemplifica-se com a segunda meta traçada pelo governo para o desenvolvimento social referente à educação da juventude¹⁴ (p.134) “Reorganizar o ensino profissionalizante, fortalecendo a formação técnica exigida pelo mercado de trabalho”. Evidencia-se nesta enunciação um pressuposto quanto a necessidade do ensino voltar-se para as necessidades elaboradas pelo mercado. Ademais, seguindo as orientações de Martilla (2013), é importante apresentar aquilo que o enunciado não diz. Para uma compreensão quanto a tal ponto retoma-se Brown (2015) que aponta que, no neoliberalismo, o ensino é valorizado diretamente em relação com sua utilidade mercadológica.

No nível da organização estatal, o documento parte de um pressuposto quanto à superioridade do mercado, observando o modelo empresarial como ética a ser seguida. Medidas visando o aumento da concorrência, a diminuição do aparato estatal, o controle de gastos e a retirada da política das decisões públicas permeiam o documento. A busca por eficiência, definida como através do *ethos* da concorrência, bem como a despolitização do público permeia o documento. Preposições como a necessidade de “transformar o governo de um paternalista, para um facilitador” (PUERTO RICO, 1993, p.10, tradução dos autores) revelam a racionalidade que legitimam o governo.

A empresa apresenta papel central dentro do projeto de Rosselló e a lógica empresarial encontra respaldo em diversas seções do programa. A exaltação da descentralização e da flexibilização, típicas do neoliberalismo (DARDOT; LAVAL 2017), apresentam-se como exemplo a ser seguido e é mencionado em diversas partes do texto, existe uma predominância da lógica empresarial como regime de legitimação e um entendimento da empresa como aspecto central ao projeto do governador.

O documento apresenta uma forte preocupação com a criação do empreendedor e uma associação quanto ao mesmo como fundamental para o desenvolvimento da ilha. O auxílio estatal encontra-se focado a criação da concorrência e do sujeito neoliberal porto-riquenho, caracterizando “uma função de reabilitação e educação, através da qual indivíduos e grupos são

¹⁴ É importante notar que, mesmo que se faça presente, a conexão entre economia e educação para a juventude não se encontra como foco principal, das oito metas traçadas apenas duas se legitimam na economia, porém o fato de que se encontra presente demonstra a importância da verificação mercadológica para o governo Rosselló.

treinados para se ajudar, usando o apoio do governo”¹⁵ (PUERTO RICO, 1993, p.10, tradução dos autores). Ademais, o projeto encontra na criação de tal sujeito a solução para a resolução da questão do endividamento público de Porto Rico.

O caráter disciplinar da avaliação é uma preocupação que se encontra tecida por todo o corpo do projeto, manifestando-se desde o projeto de educação, a melhora da máquina pública (PUERTO RICO, 1993, p.12) e, até, dentro da reestruturação do jurídico (PUERTO RICO, 1993, p.10).

O corte de gastos fundamenta-se como necessidade técnica devido à situação da dívida pública da ilha, porém, existe uma área onde majoritariamente o documento argumenta em prol de mais gastos estatais, na área da segurança pública, principalmente no que tange o combate ao narcotráfico, compreendido como a origem dos problemas de segurança. Tal projeto apresenta dois níveis, um disciplinar e um punitivo. “Visando a criação de uma geração “imune as drogas” (PUERTO RICO, 1993, p. 139) é inegável que existe um caráter pedagógico explícito no projeto de segurança pública, o projeto de governo visa “ usar a [...] escola como um instrumento primário [para o combate ao narcotráfico]” (PUERTO RICO, 1993, p.139, tradução dos autores)¹⁶. O combate ao tráfico manifesta-se através do confronto policial e o plano de governo reflete tal noção.

A despolitização configura-se também como outro aspecto central dentro do programa, desde nível dos funcionários públicos, até a frota policial. Encontra-se um pressuposto da política como um empecilho para o desenvolvimento, novamente se busca apresentar aquilo que não foi dito, buscando compreender aquilo que serve de pressuposto, proposições como “[a seleção de funcionários através do] princípio de **mérito** no recrutamento” (PUERTO RICO, 1993, p.4, tradução e grifo dos autores) reforçam o argumento quanto à importância da eficiência sobre a política.

Por fim, o presente projeto apresenta suas limitações teóricas ao não possuir uma literatura capaz de explicar suficientemente a centralidade da relação dos Estados Unidos da América com Porto Rico. Ressalta-se o aspecto exploratório inicial do artigo, e apresenta-se como uma futura agenda de pesquisa uma exploração teórica quanto à natureza da colonialidade

¹⁵ “una función de rehabilitación y educación, mediante la cual los individuos y los grupos se capacitan para ayudarse a sí mismos, utilizando el apoyo gubernamental.” (PUERTO RICO, 1993, p.10)

¹⁶ No original “Utilizar la nueva escuela como instrumento primordial” (PUERTO RICO, 1993, p.139).

do ser e do saber e sua relação com o neoliberalismo. Ademais, a situação de endividamento da ilha com os EUA configura-se como uma agenda de pesquisa necessária, uma vez que encontra-se como um dos principais legitimadores argumentativos para a defesa das medidas de cortes de gastos apresentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentado tem como principal objetivo a abertura de questionamentos científicos quanto a criação do sujeito neoliberal em Porto Rico. Através dele, busca-se trazer achados que servirão de base para uma dissertação de mestrado que busca compreender se as medidas realizadas pelo governo Rosselló podem ser compreendidas como uma tentativa de superação da colonialidade através de si mesma.

A presente análise do plano do governo de Pedro Rosselló encontrou a legitimação de regimes de poder-saber neoliberais presentes na sua veridicção, porém, configura-se apenas como uma etapa da presente pesquisa. Dentre os achados, alguns deles devem ser ressaltados e apresentados como possíveis agendas de pesquisa.

Primeiramente, a limitação teórica relativa a relação de Porto Rico com os EUA. Apesar do discurso neoliberal fazer-se presente no documento analisado, não se pode compreender tal relação somente através desta lente, a necessidade de uma teoria que leve em consideração a diferença colonial presente nas relações. A colonialidade encontra-se circunscrita através de três ontologias, dentre as quais destacam-se duas particularmente relevantes para a presente pesquisa: a colonialidade do saber e a colonialidade do ser. Acredita-se que uma pesquisa efetiva quanto a adoção do discurso neoliberal da ilha não pode ser compreendida plenamente sem que se traga tais dimensões para a análise (MALDONADO-TORRES, 2008).

O aspecto material da colonialidade também torna-se relevante devido à crise fiscal que Porto Rico encontrava-se durante a ascensão de Pedro Rosselló, uma vez que serviu de justificativa para diversas medidas apresentadas em seu plano de governo. Aponta-se para os estudos gramscinianos e wallersteinianos que podem oferecer o suporte teórico necessário para compreender uma, possível, dominação colonial através de dívidas. Autores locais também desenvolveram amplo trabalho a respeito de tal investigação, destaca-se José I. Fusté e

Ademais, é necessário uma conceituação particular quanto aos Estados Unidos que o diferencia de metrópoles coloniais normais, é preciso entendê-lo como uma ex-colônia que virou Império. Acredita-se que as conceituações elaboradas por Hardt e Negri (2001) apresentem um campo frutífero para a realização da futura pesquisa.

A reforma política governamental fornece outro campo particularmente frutífero para investigação quanto a racionalidade neoliberal. Grosfoguel (2003) apresenta o período Rosselló como um marcado por privatizações de setores previamente estatais, tendo a telefonia como o maior exemplo, uma vez que culminou em uma greve liderada por movimentos estudantis e sindicatos por 43 dias.

A guerra ao tráfico em Porto Rico apresenta-se como um ponto importante dentro dos achados encontrados, sendo o único campo onde a ação estatal fora encorajada. Ainda que se possa justificar tal conceituação com a necessidade da segurança pelo mercado, a dimensão colonial não pode ser esquecida. Devido a tal dimensão, uma comparação com a guerra as drogas norte-americanas também configura-se como uma agenda possível.

Por fim, ainda trabalhando com os resultados encontrados no presente artigo, visando um entendimento quanto as subjetividades que podem ter sido criadas por tais medidas aponta-se Mbembe (2003) com seu conceito de necropolítica, bem como um estudo aprofundado nas medidas e em suas consequências. Também autores locais, como Marisol LeBrón (2017) em seu livro *They Don't Care if We Die: The Violence of Urban Policing in Puerto Rico* apresentam trabalhos que poderiam basilar tal temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, W. **Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution.** New York, NY: **Zone.** [s.l.] : Near Future Books, 2015.

CABAN, Pedro. Puerto Rico, Colonialism In. In: **The Oxford Encyclopedia of Latinos and Latinas in the United States.** New York: , 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, [s. l.], p. 80–87, 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. [s.l.] : Boitempo Editorial, 2017.

DEAN, Mitchell. **Critical and effective histories: Foucault's methods and historical sociology**. [s.l.] : Routledge, 2002.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder; organização e tradução de Roberto Machado. **Rio de Janeiro: Edições Graal**, [s. l.], v. 4, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Power/knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977**. [s.l.] : Vintage, 1980.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves.–. **Rio de**, [s. l.], 2013.

FOUCAULT, Michel; DAVIDSON, Arnold I.; BURCHELL, Graham. **The birth of biopolitics: lectures at the Collège de France, 1978-1979**. [s.l.] : Springer, 2008.

GROSGOUEL, Ramón. **Colonial subjects: Puerto Ricans in a global perspective**. [s.l.] : Univ of California Press, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. [s.l.] : Harvard University Press, 2001.

LEBRÓN, Marisol. They Don't Care if We Die: The Violence of Urban Policing in Puerto Rico. **Journal of Urban History**, [s. l.], p. 0096144217705485, 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 80, p. 71–114, 2008.

MARTTILA, Tomas. Whither governmentality research? A case study of the governmentalization of the entrepreneur in the French epistemological tradition. **Historical Social Research/Historische Sozialforschung**, [s. l.], p. 293–331, 2013.

MBEMBÉ, J. A.; MEINTJES, Libby. Necropolitics. **Public culture**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 11–40, 2003.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação, Porto Alegre**, [s. l.], v. 22, n. 37, p. 7–32, 1999.

RAMOS, Leonardo CS. Hegemonia, revolução passiva e globalização: o sistema G7/8. **PUC Minas. 384pp**, [s. l.], 2013.

ROSE, Nikolas; O'MALLEY, Pat; VALVERDE, Mariana. Governmentality. **Annu. Rev. Law Soc. Sci.**, [s. l.], v. 2, p. 83–104, 2006.

WAIIT, Gordon R. Doing discourse analysis. [s. l.], 2005.

WHITE, Marilyn Domas; MARSH, Emily E. Content analysis: A flexible methodology. **Library trends**, [s. l.], v. 55, n. 1, p. 22–45, 2006.

A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO NAS DISCUSSÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA PROPOSTAS PELO GOVERNO (2019)

Iago Jacinto Petrarca¹

Resumo

A presente pesquisa tem como principal objetivo analisar a atuação das entidades do movimento negro, durante as discussões na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobre o projeto “anticrime” proposto pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Sérgio Moro e o projeto para flexibilizar o porte de armas, apresentado pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro. Para isso, faz-se necessário dividir esta pesquisa em cinco partes: a primeira é apresentar os principais pontos dos projetos propostos pelo ministro e pelo presidente. A segunda é expor as críticas de especialistas, políticos e ativistas sobre os projetos no que se relaciona aos possíveis impactos de sua implementação. A terceira é apresentar e analisar como foi e tem sido a participação do movimento negro nas discussões sobre os projetos propostos. E por último, a partir das críticas e da atuação das entidades, analisar como os projetos propostos relacionam-se com o que o autor e teórico político camaronês, Achille Mbembe, chama de “Necropolítica”.

Palavras Chaves: Movimento Negro; Necropolítica; Pós-democracia.

INTRODUÇÃO

A chegada de um partido progressista, com fortes bases sociais, no governo federal durante o início do século XXI, impulsionou uma maior esperança para a implementação de políticas que visassem a diminuição de desigualdades e a inserção de demandas de grupos historicamente invisibilizados pela política brasileira. Pesquisadores e ativistas assistiram, com entusiasmo, uma maior abertura político-institucional e a participação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil dentro de espaços públicos de tomadas de decisão. Segundo ILSER (2008, p). “Já no final do século XX e início do novo milênio, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais passam a valorizar cada vez mais formas de participação institucional”.

¹ Mestrando em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas; E-mail: iagojpetrarca@hotmail.com; Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

Em 2016, o controverso projeto de impeachment que destituiu a então presidenta Dilma Rousseff, representou uma fissura entre o Estado e as mínimas tentativas de responder a demandas de grupos historicamente marginalizados, como das mulheres e dos LGBTQI+² por exemplo. Segundo BALLESTRIN (2018) o impeachment também representou “possivelmente a primeira inflexão pós-democrática do Sul Global”.

Dentro deste quadro, de pós-democracia³, assistimos desde o impeachment o congelamento dos investimentos em serviços públicos e o desmantelamento dos direitos trabalhistas (BIROLI, 2018), em favor do setor privado. Evidenciando, como afirma Wendy Brown (2015) a economização de todas as esferas da vida pela razão neoliberal, nesse caso a política, o Estado e a democracia. Segundo BROWN (2015) projetos com fins econômicos substituem os políticos, uma série de questões são subjugadas em favor do discurso do crescimento econômico, questões políticas retrocedem ou são radicalmente transformadas na medida em que são economizadas, para a autora “isso inclui a justiça (e seus sub elementos tais como liberdade, igualdade e justiça) soberania individual e popular, e, o estado de direito” (Ibid., p.).

Ainda nesse contexto pós-democrático, durante a campanha para o cargo da Presidência da República em 2018, foi observado o aumento de discursos anti-humanitários, anti-democráticos e até mesmo a aberta defesa ao extermínio de grupos identitários e ideológicos. Ainda que o conservadorismo seja uma variável importante para a efetivação desse tipo de prática, este trabalho parte do pressuposto de que a entrada destes discursos, no interior das instituições liberais e pelo voto popular, foi possível pois teve mútuo apoio e legitimação por grande parte do setor privado brasileiro, o setor de produção de armas de fogo é um exemplo. A entrada desses atores na política fragiliza a democracia e permite a formulação e

² Segundo BIROLI (2018, p.84) essa fissura já podia ser observado enquanto o processo de impeachment ainda estava em andamento, e o vice-presidente Michel Temer era o então presidente inteiro “o termo gênero, assim como as referências à orientação sexual, haviam sido retirados do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em comissão especial na Câmara em 22 de abril de 2014. Mas foi também em 2016, no dia 22 de junho, que o PNE foi sancionado, sem qualquer referência a gênero e sexualidade, pela Presidência da República”

³ Segundo BALLESTRIN (2018, p.153) o conceito de pós-democracia “conecta profundamente política e economia, observando o esvaziamento da primeira e a ampliação/colonização da segunda em múltiplas direções. A disputa entre democracia e neoliberalismo também é uma disputa entre política e economia, povo (soberania popular) e elite (governo), o nacional e o global. A realidade pós-democrática está também relacionada com a privatização do poder político pelo poder econômico em uma escala global, cuja principal característica consiste na interdição da democracia a partir de suas próprias instituições, discursos e práticas.”³

implementação de políticas que aumentam a desigualdade social, dificultam a vida dos trabalhadores e até mesmo projetos que legitimam o assassinato de grupos sociais minoritários.

O respeito e o compromisso as regras do jogo político, foram reforçados como princípios democráticos mesmo entre teóricos políticos defensores de modelos mais conservadores e minimalistas de democracia (DAHL, 1997; DOWNS,1999). Tais princípios, desde a redemocratização, como respeito mútuo e o reconhecimento do candidato vitorioso, foram majoritariamente respeitados e reforçadas pelos candidatos a presidência do Brasil ao longo dos anos. Se mesmo durante períodos em que havia o respeito aos princípios democráticos básicos, já existia a dúvida em relação a continuidade e implementação de políticas sociais reivindicadas por minorias Após o impeachment, onde a soberania popular foi questionada, a campanha e eleição do candidato Jair Bolsonaro (PSL), e outros herdeiros do seu clã, através de seus discursos de ódio aos negros, a população LGBTQ+, as mulheres e à esquerda, geraram incertezas e desconfianças, em relação a continuidade da própria vida em si, na mente desses grupos historicamente invisibilizados.

Em apenas seis meses de governo do candidato Jair Bolsonaro (PSL), dois projetos políticos relacionados à segurança pública, propostos pelo presidente e por um de seus ministros, chamaram a atenção pela sua controvérsia. Suas possíveis consequências aos direitos humanos, principalmente aos direitos da população negra do Brasil, ocasionaram uma frente de discussão por partes de setores da sociedade civil, principalmente através do Movimento Negro Brasileiro, tanto dentro quanto fora do Congresso Nacional.

Tais projetos, são relacionados a segurança pública, umas das principais plataformas de destaque da campanha de Jair Bolsonaro, e, resumidamente, tem por objetivo, segundo o ministro e o presidente, garantir a segurança dos cidadãos, através da flexibilização do porte de armas e da dita dinamização e proteção da atuação da polícia brasileira.

Esta pesquisa entende que a formulação, pelo presidente da república e por um de seus ministros, de tais projetos, somente foi possível devido ao ambiente político pós-democrático que o Brasil vive atualmente. Nesse sentido, o projeto “anticrime” proposto pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Sérgio Moro e o projeto para flexibilizar o porte de armas, apresentado pelo Presidente da República, representam o que Wendy Brown (2015) e outros autores chamam de “economização” da política. Onde uma de suas características é governar o

Estado e implementar políticas, sem levar em consideração questões sociais e políticas. Essas políticas, propostas pelo atual governo, tendem a afetar majoritariamente, como será apresentado posteriormente, a continuação da vida da população negra brasileira, representando dessa forma, políticas de extermínio ou o que o autor camaronês Achille Mbembe chama de “Necropolítica”.

Dentro do contexto pós-democrático brasileiro, esta pesquisa tem como princípio norteador entender, como setores e grupos da sociedade civil, tem se organizado como frente de resistência às políticas neoliberais e de extermínio, propostas pelo atual governo executivo federal. Mais especificamente, foca em perguntar-se: quais têm sido as ações coletivas do Movimento Negro Brasileiro como frente de resistência aos pacotes de segurança pública propostos pelo atual governo (2019)?

Para isso, faz-se necessário dividir esta pesquisa em quatro partes: a primeira é apresentar uma revisão teórica da literatura que aborda a econonização da política de modo a relacionar o tema com os debates teóricos sobre pós-democracia e desdemocratização. A segunda parte tem como objetivo apresentar as críticas raciais aos conceitos de “biopoder” e “biopolítica” primeiramente abordados por Michel Foucault.

A terceira parte busca apresentar os principais pontos dos projetos propostos pelo atual governo, expondo também críticas de especialistas que evidenciam como sua implementação terá impactos negativos, principalmente na vida da população negra brasileira, destacando o caráter “necropolítico” de tais projetos. A última parte tem como objetivo apresentar e analisar como tem sido a atuação do Movimento Negro Brasileiro MNB como frente de resistência aos projetos propostos.

Esta pesquisa trata-se de uma abordagem qualitativa e analítica. Na primeira parte será realizada uma revisão analítica da literatura sobre o neoliberalismo, economização da política e suas relações com a pós-democracia e desdemocratização. Na segunda parte, também será realizada uma revisão analítica da literatura, buscar-se-á apresentar primeiramente os conceitos de “biopoder” e “biopolítica” em Michel Foucault e logo após suas críticas raciais em Achille Mbembe 2016 e Sueli Carneiro 2005. Na terceira parte será realizada uma análise de conteúdo a partir dos documentos propostos pelo ministro e pelo presidente, adicionando-se, também, uma análise de tais projetos, a partir de críticas e entrevistas de especialistas, publicadas em

jornais e revistas. Na quarta parte será descrita, através de matérias de jornais, revistas e documentos, como está sendo a participação do movimento negro nestes espaços de discussão, bem como uma análise do conteúdo das cartas e manifestos apresentados pelo movimento às entidades internacionais e as institucionais brasileiras responsáveis pela discussão das propostas. A técnica de pesquisa empregada, portanto, é pesquisa documental e bibliográfica, sendo as fontes e os dados de análise de natureza secundária.

Essa pesquisa justifica-se sobre alguns eixos: primeiramente, muito foi discutido, pela imprensa branca, sobre os projetos do governo, porém pouca atenção foi dada ao papel de combate que o Movimento Negro Brasileiro tem tido contra tais políticas. Segundo, a Teoria Política, desde os anos 1970, tem abordado o neoliberalismo como variável importante para entender-se os processos pós-democráticos, nesse sentido, esta pesquisa busca contribuir no sentido de entender como tem se configurado as ações e espaços de resistência, sejam eles através da sociedade civil, ação coletiva ou movimentos sociais, contra essa nova conjuntura. Neste caso focando-se no Movimento Negro durante o período recortado. Segundo WAITT (2005, p.174, tradução própria):

“poder não precisa ser concedido apenas em termos negativos (controle, repressão, contenção, e assim por diante), mas também é crucial para que grupos oprimidos estabeleçam sua identidade. Foucault (1994a, p.95) afirma que ‘onde há poder... há resistência... uma multiplicidade de pontos de resistência’”

NEOLIBERALISMO, ESVAZIAMENTO POLÍTICO/DEMOCRÁTICO e PÓS-DEMOCRACIA

Nos anos 1980, quando ambas democracia liberal e doutrina neoliberal, tornaram-se hegemônicas, rupturas político-democráticas começavam a ser observadas. A colonização do mercado econômico neoliberal dentro da política e o esvaziamento moral e político da democracia, já eram incipientemente sentidos por exemplo, nas reformas de mercado impostas ao Sul Global pelo FMI e o impacto que essas políticas tiveram na vida das populações brasileira e argentina; o esvaziamento de sentido político e ideológico do orçamento participativo também é um exemplo (OLIVEIRA, 2016, BROWN, 2015; BALLESTRIN, 2018). Até então, esse esvaziamento democrático e substancial através do neoliberalismo e por atores internacionais [como o capital financeiros, por exemplo], havia sido pouco debatido e

abordado dentro da Teoria Política. Entretanto, houve durante o período, anos 1990, um interesse em discutir tais questões, por exemplo, sobre como e se o neoliberalismo impactaria, negativa ou positivamente, nos princípios da própria democracia liberal (WOOD, 2003; BROWN, 2015; BALLESTRIN, 2017). Como afirma BALLESTRIN (2017, p.149) “no âmbito da Ciência Política internacional, este diagnóstico tem sido debatido apenas recentemente, apesar de o esgotamento da democracia liberal ter dado seus primeiros sinais ainda na primeira década do século XXI”.

A consolidação do neoliberalismo, como política econômica, modalidade de governança e ordem de razão, ocorre juntamente à consolidação do modelo liberal de democracia e, também, ao aumento global dos fluxos de informações, pessoas e mercadorias, ou seja, simultaneamente a globalização (BROWN, 2015). Portanto, o que é necessário destacar e analisar, é como o próprio neoliberalismo deu espaço, através das instituições liberais, para que atores que desprezam os valores democráticos e de justiça chegassem ao poder e também, em como o mercado passou a definir e superar o político e o social. A cooptação econômica da política, também deveria ser levada em consideração, pois reduz o espaço público/político de discussões e deliberações em termos apenas econômicos. Ela modifica as formas de governança e o conceito e a prática do que é ser um cidadão, causar um esvaziamento dos espaços públicos, pois, dentro do sentido da razão neoliberal, o indivíduo busca apenas a maximização de seus interesses econômicos através do investimento em si mesmo e da lógica da constante competição. BROWN (Ibid.) afirma que essa economização, causada pela razão neoliberal, atinge todas as esferas e práticas da vida social (como a política e a democracia, por exemplo), ou seja, o modelo de competição de mercado é estendido para todas as áreas e atividades da vida, inclusive na forma de governar os estados. Transforma, dessa forma, os seres humanos e o Estado, em atores puramente econômicos, ou seja, o ser humano se torna estritamente um homo economicus, em todas as esferas da vida (o homem é visto como uma empresa). Esse homo economicus isola e reduz o homo politicus.

Com a consolidação do neoliberalismo como ideologia hegemônica, das economias abertas como premissa de mercado e várias questões pós-nacionais em debate, a Teoria Política preocupar-se-ia em relacionar como essas variáveis, o neoliberalismo e as questões da globalização, afetariam o cerne das democracias e da política dentro do Estado-nação. Em

relação ao neoliberalismo e suas consequências dentro do espectro político democrático, foi constatado (WOOD, 2003; BROWN, 2015), que a razão neoliberal, ao transformar o ser humano em homo economicus, reduz as relações sociais à lógica da disputa de mercado. Essa lógica, dentro da democracia liberal, diminuiria ainda mais o homo politicus, resultando em consequências na política, nas instituições e na própria democracia. Abrindo, desse modo, espaço dentro das próprias instituições para que atores do mercado financeiro governem o Estado em favor de políticas neoliberais, como privatizações e cortes. Nesse sentido, o neoliberalismo, implode os próprios princípios da democracia liberal, como igualdade, por exemplo. Dentro da lógica da competição de mercado, existem vencedores e perdedores, sendo que os últimos não teriam o mesmo tratamento e proteção nos mesmos parâmetros que os primeiros, normalizando, dessa forma a desigualdade. A soberania popular perde seu sentido, o homo economicus não se preocupa com problemas sociais e políticos. A vida política, o Estado e a democracia são cooptados e reestruturados pela razão neoliberal. Segundo BROWN (2015, p. 39, tradução própria) “a troca da cidadania definida como uma preocupação pelo bem público, pela cidadania reduzida apenas a representação do homo economicus, também limita a ideia de povo, de um demos resolvendo suas políticas coletivas de soberania”. Segundo WOOD (2013), há na economia uma separação entre apropriação privada e os deveres públicos. Segundo a autora, em sistemas pré-capitalistas o poder de expropriação da mais-valia, implicava o cumprimento de funções militares, políticas, jurídicas e administrativas. A economia, e os capitalistas, são desprovidos de qualquer sentido politizado, portanto são esvaziados de conteúdo e obrigações políticas/sociais. Daí a contradição, pois ainda segundo a autora o Estado, através da sua estrutura, sustenta o poder econômico privado, fazendo com que os capitalistas recuperem, através do controle direto da produção, os poderes políticos diretos que perderam do Estado (coerção através do trabalho, por exemplo).

Outro exemplo recente, de um impacto do neoliberalismo no Estado-nação, mais especificamente do capital financeiro, foi à desestabilização econômica global, causada pela crise de 2008, que começou nos EUA. Segundo BALLESTRIN (2017) o neoliberalismo configura-se estando em constante disputa com a democracia. Nesse sentido, a economia é separada da política, o capital financeiro disputa e toma o espaço conquistado pelo povo através da soberania popular. As elites econômicas globais ditam e passam por cima de deliberações

populares nacionais. Configurando, dessa forma, uma realidade política que pode ser chamada de pós-democracia, que é definida pela autora como “a esterilização da democracia pelas contradições que sua convivência com o neoliberalismo provoca.” (Ibid., p. 153). A ascensão global da extrema-direita, a crise de representatividade, o aumento da desigualdade e a falta de comprometimento político-democrático com princípios de igualdade e justiça social, configuram-se como reflexos da colonização neoliberal no interior das instituições liberais, internas e externas ao Estado-nação. Apesar da recente preocupação, dentro da Teoria Política e da incipiente Teoria Política Internacional, em analisar políticas que levem em consideração esses fatores, pouco tem sido deliberado sobre como superar essas questões.

BIOPOLÍTICA E BIOPODER: UMA LEITURA RACIAL

Esta seção pretende explorar como as noções de biopolítica e biopoder, ambos conceitos abordados pelo filósofo francês Michael Foucault 1997; 2002, tem sido revisitadas e relacionadas com as questões raciais. Ainda que Foucault tenha preocupado-se com as questões da raça e do poder, pode-se destacar o escritor camaronês Achille Mbembe 2016, em seu texto “Necropolítica” como um dos pesquisadores expoentes em relacionar tais temas. Ao revisar Foucault, inspirado nas noções de soberania, território, biopolítica e biopoder, Mbembe acrescenta aos temas as noções de “necropolítica” e “necropoder”.

No Brasil pode-se destacar Sueli Carneiro como um dos expoentes em relacionar questões raciais e o biopoder. Em sua tese “A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser” defendida em 2005, Sueli tem como objetivo levantar a reflexão de se os conceitos de dispositivo e biopoder, elaborados por Foucault, tem potencialidade para apreensão e análise da dinâmica das relações raciais no Brasil.

Pode-se perceber um esforço incipiente de alguns acadêmicos em relacionar tais questões, biopolítica, biopoder e necropolítica com as questões de raça e segurança pública no Brasil. Levando em conta que a produção acadêmica sobre tais temas ainda é pequena, procurar-se-á também em apresentar tais relações a partir de entrevistas com acadêmicos e especialistas sobre os temas.

OS PROJETOS DE SEGURANÇA PÚBLICA PROPOSTOS PELO ATUAL GOVERNO 2019

FLEXIBILIZAÇÃO DA POSSE DE ARMAS: O DECRETO 9.685.

Esta subseção tem como objetivo descrever e analisar brevemente alguns dos principais pontos do Decreto 9.685 proposto pelo atual Presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL) e do Pacote Anticrime proposto pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. Procura-se também, trazer algumas críticas em relação aos projetos, bem como a justificativa do governo para as suas proposições.

Editado e assinado no dia quinze de janeiro de 2019, após quinze dias da posse de Jair Bolsonaro (PSL), seus coligados apresentaram um documento denominado “Metas Nacionais Prioritárias: Agenda de 100 Dias de Governo”. Segundo as diretrizes do documento, o governo tem por objetivo comprometer-se em realizar, dentro dos cem primeiros dias de governo, trinta e quatro metas de ação “por meio da aplicação dos conceitos mais modernos de ação governamental” (BRASIL, nº 9.685, 15 de janeiro de 2019).

Como consta no documento, as ações que integram a “Agenda de 100 Dias de Governo”, foram elencadas como metas prioritárias do governo, tendo como base dois princípios: “efetividade de entrega à sociedade nos 100 primeiros dias de administração e considerável impacto social” (Ibid.). Ainda segundo o documento, tais ações não são consideradas as mais importantes, mas sim as mais prioritárias. Na apresentação do documento, seus formuladores justificam que, tais ações estão em compasso com “as mais modernas diretrizes de boa governança pública, as quais são adotadas pelos países da OCDE e sugeridas pelo Tribunal de Contas da União” (Ibid.). Podemos observar que, neste trecho do documento, seus formuladores justificam a implementação de tais, ações através da organização internacional OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), porém ao invocarem tal organização, não apresentam nenhum dado empírico/científico que comprovem que tais ações e diretrizes foram defendidas e propagadas pela organização.

O objetivo dessa pesquisa não é analisar o documento da “Agenda de 100 Dias do Governo” como um todo, mas sim, focar nas Ações 14 e 15, ambas relacionadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Neste primeiro momento, pretende-se descrever e depois

analisar criticamente a Ação 14, que diz “Decreto de Facilitação da Posse de Armas: Garantir ao cidadão brasileiro a integralidade do direito constitucional à legítima defesa da vida e do patrimônio, cumprindo o decidido pelos cidadãos brasileiros no Referendo de 2005. O Decreto 9.685 foi editado em 15/01/19” (Ibid.).

O decreto 9.685, que flexibiliza a posse de armas, foi assinado logo após a terceira reunião ministerial do governo. Em conferência de imprensa, logo após a assinatura do decreto, o presidente justificou o decreto como sendo uma demanda do povo, segundo o presidente “como o povo, soberanamente, decidiu por ocasião do referendo de 2005 [...] o que estamos fazendo aqui, nada mais é do que reestabelecer um direito definido nas urnas por ocasião do referendo de 2005 [...] o povo decidiu por comprar armas e munições e nós não podemos negar o que o povo quis naquele momento”.

Algumas das mudanças destacadas no decreto é que os cidadãos, residentes em área urbana ou rural, poderá manter a posse da arma em casa. O cidadão também poderá ter até quatro armas dentro de casa ou no local de trabalho, desde que seja o dono do estabelecimento, se o cidadão justificar ter mais de quatro propriedades rurais, por exemplo, pode pedir mais licenças. O prazo de renovação do Certificado de Registro, que era de cinco anos, passou para dez. Segundo matérias publicadas em jornais, pelas novas regras ficam estabelecidas as seguintes regras para que o cidadão comprove a “efetiva necessidade” de possuir a arma em casa:

- a) Ser agente público (ativo ou inativo) de categorias como: agentes de segurança, funcionário da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), agentes penitenciários, funcionários do sistema socioeducativo, trabalhadores de polícia administrativa e militares (ativos e inativos);
- b) Residir em área rural ou urbana, sendo este caso apenas em estados com índices anuais de mais de dez homicídios por cem mil habitantes;
- c) Ser dono ou responsável legal de estabelecimentos comerciais ou industriais;
- d) Ser colecionador, atirador e caçador, devidamente registrados no Comando do Exército;
- e) Comprovar existência de cofre ou local seguro para armazenamento, em casas nas quais moram crianças, adolescentes ou pessoa com deficiência mental.

Algumas das críticas que circulam em torno do decreto é de que ele não possui um embasamento científico que confirme possíveis resultados positivos na diminuição da violência urbana. Em entrevista ao jornal NEXO, o ex-secretário nacional de Segurança Pública no governo FHC, José Vicente da Silva Filho afirmou que:

“As pessoas ingenuamente têm a ideia de que vai prover segurança ao liberar as armas. Segurança se provê com políticas públicas mais eficientes. (...) Aumentar a posse de arma é uma decisão de compromisso político, que leva a um descompromisso com a segurança da população”.

Ainda segundo matéria publicada pelo jornal EL PAÍS (15/01/2019):

“Organizações da sociedade civil, como o Instituto Sou da Paz, iniciaram campanhas nas redes sociais contrários à medida. Em sua visão, o decreto não ajuda a resolver o problema da segurança pública em um país em que foram registrados 43.000 homicídios por armas de fogo em 2018, o que representa 71% dos casos de assassinatos”.

No dia vinte e oito de junho de 2019 o senado federal, revogou por quarenta sete votos a vinte e oito o decreto 9.685 juntamente com o outro que falava sobre a flexibilização do porte de armas. Os senadores consideraram inconstitucional a flexibilização do porte e posse de armas por decreto, e consideraram que tal projeto deveria ser apresentado em formato de lei. Como resposta o atual Ministro da Casa Civil do governo (Onyx Lorenzoni) encaminhou projeto de lei à câmara dos deputados, cujo qual aguarda julgamento pelo casa.

Pretendeu-se, com essa descrição do decreto 9.685, demonstrar suas controvérsias e inconstitucionalidades. Seria necessário, ampliar está análise para os outros dois decretos sobre a flexibilização do porte de armas, formulados pela presidência durante os seis primeiros meses do seu governo, entretanto, por fins de viabilidade de realização da pesquisa, ela focou-se apenas nesse primeiro decreto, de modo a considerá-lo como caso ilustrativo, não apenas como exemplo de uma política que privatiza certas responsabilidades do Estado, a segurança nesse caso, mas também como exemplo de uma política que se relaciona com o controle da vida e da morte, ou seja, conecta-se com as discussões teóricas apresentadas anteriormente. Futuramente, pretende-se analisar este e os outros dois decretos com mais profundidade.

O PACOTE “ANTICRIME” DO MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA SÉRGIO MORO

No dia 04 de fevereiro de 2019, O Ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP) Sérgio Moro, apresentou pela primeira vez, para um grupo de 12 governadores e alguns secretários de segurança público de estados, o seu denominado “Pacote Anticrime”. Com o objetivo de alterar catorze leis, o pacote visa o combate à corrupção, as facções criminosas e os crimes violentos. Com trinta e quatro páginas, o projeto proposto pelo ministro pretende alterar leis do Código Penal, a Lei de Execução Penal, a Lei de Crimes Hediondos e o Código Eleitoral. Alguns dos principais pontos do projeto são:

- a) Caixa dois: segundo o texto, é crime “arrecadar, receber, manter, movimentar ou utilizar qualquer recurso, valor, bens ou serviços estimáveis em dinheiro, paralelamente à contabilidade exigida pela legislação eleitoral”;
- b) Prisão após condenação em segunda instância: estabelece a prisão, após condenação em segunda instância, como regra no processo penal;
- c) Crimes com arma de fogo: prevê a pena em regime fechado para os condenados por crimes com armas de fogo. “a pena é elevada em sua metade para guardas municipais, praticantes de tiro e agentes de segurança que tiverem condenações anteriores em crimes como tráfico de armas e porte ilegal”;
- d) Legítima defesa de policiais: o texto altera a definição de legítima defesa de policiais: “o agente policial ou de segurança pública que, em conflito armado ou em risco iminente de conflito armado, previne injusta e iminente agressão a direito seu ou de outrem”;
- e) *plea bargain*: o termo em inglês significa a confissão de crimes por parte dos acusados. O Ministério Público poderá fechar acordos com o acusado que tenha confessado seu crime. O acusado, dessa forma, confessa, admite e negocia a pena.

Logo após sua divulgação, o projeto de Moro recebeu inúmeras críticas por parte de grupos da sociedade civil, juristas e especialistas em segurança pública.

Segundo a ex-ministra da Secretaria Especial de Trabalho e Assistência social e atual deputada federal, Benedita da Silva, em texto publicado na revista Carta Capital o projeto proposto por Moro da licença para os agentes públicos matarem, segundo a deputada

“O que Moro propõe, refletindo o clima de violência que Bolsonaro institucionalizou no governo, é uma “guerra sem prisioneiros”, cujas consequências farão elevar ainda mais a taxa de homicídios dos três lados envolvidos: os bandidos, os agentes públicos e os moradores inocentes das favelas e periferias.”

Segundo a jurista e escritora Carol Proner, em entrevista a revista Carta Capital, o projeto proposto pelo ministro representa a antítese de um projeto de segurança pública. Ela afirma ainda que o projeto possui bases punitivistas e sua formulação não teve debate algum com a sociedade civil. Segundo Proner:

“qualquer reflexão consequente a respeito do tema conclui que as propostas apresentadas, além de essencialmente inconstitucionais, trarão efeitos nefastos para os já gravíssimos problemas de criminalidade, letalidade e encarceramento no Brasil. É unânime, entre os criminalistas mais reputados, que se trata de um projeto populista e que responde às máximas emocionais da campanha de Jair Bolsonaro, ‘bandido bom é bandido morto’, ‘soldado nosso não senta no banco dos réus’, coisas nessa linha”

O processo de debate e aprovação do projeto ainda circula pela Câmara dos Deputados e após inúmeros adiamentos do julgamento, o projeto perde mais e mais o seu fôlego e simpatia por parte dos deputados. Ainda é cedo para afirmar de fato quais fatores estão contribuindo para a perda de fôlego do projeto. A fraca coalizão e tato diplomático do governo pode ser um fator. A baixa participação da sociedade civil na formulação do documento e a ampla crítica por parte de especialistas também deve ser considerada.

Está pesquisa, no entanto, trabalha com a hipótese de que a participação do Movimento Negro, dentro e fora do Congresso Nacional, tem sido um fator relevante, tanto para a revogação do decreto 9.685, quanto para contribuir como ator de resistência e pressão, contra a implementação de tais projetos. A próxima seção busca compreender melhor os meios de atuação do Movimento Negro no que se relaciona ao combate de ambas as políticas.

A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO COMO FRENTE DE RESISTÊNCIA ÀS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA PROPOSTAS PELO GOVERNO JAIR BOLSONARO (PSL)

A participação do Movimento Negro Brasileiro (MNB) no período de redemocratização foi de extrema importância para que pautas raciais e de justiça social fossem implementadas nas plataformas dos partidos, principalmente os de esquerda e centro-esquerda. Desde então, o

MNB vem inserindo-se como importante ator político, institucional e não-institucional. Segundo RIOS (2009) no que concerne a sua relação com o Estado e suas instituições, pode-se observar uma fraca preocupação acadêmica em pesquisas tais relações. Esta pesquisa busca contribuir para entender de alguma forma como têm sido a atuação do MNB nesse nível relacional (MNB – Estado/Instituições), obviamente, com interpretações teóricas e metodológicas restritas ao caso e ao recorte temporal específico. Não pretende-se realizar generalizações. Parte-se também, do eixo de que é interessante e relevante entender, como atores da sociedade civil comportam-se como frente de resistência às políticas neoliberais do Estado em momentos pós-democráticos.

Em pesquisa exploratória prévia, constatou-se que o MNB atuou em duas frentes: a primeira como levantador de debates e reivindicações dentro contexto do Congresso Nacional. A segundo foi levantando o debate e fazendo denúncias no âmbito de organizações internacionais, mais especificamente na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Parte-se do pressuposto de movimento social é “grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social” (WARREN, 1987, p. 13).

Quase um mês após a publicação do Decreto 9.685, organizações do MNB protocolaram uma denúncia oficial na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA). Entre as reivindicações do documento, ele pede a deliberação de um observador internacional neutro para acompanhar os processos do Decreto. Mais de 30 organizações do MNB assinaram o documento. Durante as audiências sobre o Pacote Anticrime, o MNB conseguiu também a garantia de participação. nas audiências públicas que discutem o pacote. Durante este período, conseguiram também o compromisso do presidente do Senado contra o Pacote Anticrime. David Acolumbre também garantiu espaço aberto para as discussões sobre o pacote, no Senado.

Pretendeu-se mostrar, de maneira breve, quais ações o MNB realizou como forma de resistência às políticas de segurança pública. A presente pesquisa encontra-se em andamento e futuramente objetiva-se também explorar analítico e profundamente os documentos e as principais críticas do MNB aos projetos. Pretende-se também relacionar tais ações com a

produção teórica sobre a participação da sociedade civil em espaços públicos institucionais nacionais e internacionais. Acredita-se também que uma análise mais detalhada sobre o interior e a formação dessa frente de resistência seria relevante para entender o que levou o movimento a deliberar tais ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. **Revista Sul-americana de Ciência Política**, Pelotas, vol. 4, n. 2, 2018

BENITES, Afonso. Bolsonaro dá o primeiro passo para facilitar posse de arma no Brasil. **El País**. Brasília. 15 de janeiro de 2019. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/15/politica/1547553676_999118.html > Acesso em: 14 ago. 2019.

BIROLI, F. Reação conservadora, democracia e conhecimento. **Revista de Antropologia**, v. 61, n. 1, p. 83-94, 27 abr. 2018. **Ciência Política**, Pelotas, vol. 4, n. 2, 2018.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealthy revolution**. New York: Zone Books: 2015.

DA SILVA, Benedita. Benedita da Silva: o pacote anticrime de moro dá o direito de matar. **Carta Capital**. 02 março de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/benedita-da-silva-o-pacote-anticrime-de-moro-da-o-direito-de-matar/> > Acesso em: 14 ago. 2019.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

OLIVEIRA, Osmany Porto de. Mecanismos da difusão global do Orçamento Participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos. **Opinião Pública**, Campinas, 2016, vol.22, n.2, 2016.

PIMENTEL, Matheus. “É ingênua a ideia de que mais arma vai gerar segurança”. **Jornal Nexo**. 13 de janeiro de 2019. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2019/01/13/É-ingênua-a-ideia-de-que-mais-arma-vai-gerar-segurança> > Acesso em: 14 ago. 2019.

RIOS, Flávia. Movimento Negro Brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000). **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica, 2.ed., Florianópolis, Ed. da UFSC, 1987, p. 13.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez.2008.

TARDELLI, Brenno. O Pacote anticrime é a antítese de um projeto de segurança pública. **Carta Capital**. 19 de fevereiro de 2019. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/justica/o-pacote-anticrime-e-a-anttese-de-um-projeto-de-seguranca-publica/>> Acesso em: 15 ago. 2019.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

A DEMOCRACIA NORMAL NA TEORIA CRÍTICA DECOLONIAL¹

Sandro Adams²

Resumo

A narrativa hegemônica da modernidade ocidental impôs a América Latina uma retórica salvacionista baseada na conversão ao cristianismo (século XVI), à civilização (século XVIII), ao desenvolvimento (1945) e na tríade desenvolvimento-democracia-mercado (1989). Diante disto, objetiva-se romper com a imaginação sociológica e política latino-americana que pede emprestado o Verbo para a teoria eurocêntrica. Esta tensão dialética é demonstrada na *normalidade* com que o Estado e a sociedade “periférica” almejam adquirir em relação ao “centro”. Para isso, realiza uma revisão bibliográfica da ideia de *Estado Normal* proposto pela *intelligentsia* dirigente argentina e neoliberal da década de 1990. Assim, critica a restrita capacidade de somente adjetivar os substantivos em busca de uma *democracia normal*. Destarte, filia-se a virada epistemológica decolonial para expor uma teoria da democracia sem restringir seu olhar científico exclusivamente aos conceitos modernos.

Palavras Chaves: Democracia, decolonial, modernidade, normalidade.

INTRODUÇÃO

A verdade não existe fora do poder ou sem poder.

Michel Foucault

Jean-Paul Sartre (1968) inicia seu prefácio à obra de Frantz Fanon (Os Condenados da Terra) discorrendo sobre quem possui o direito de outorgar Humanidade. Em sua perspectiva, os colonizados precisavam pedir o Verbo aos europeus. Este dilema pertence à América Latina e permanece meio século depois. Os latino-americanos acabam por fazer eco aos projetos da Europa por não ter essa habilidade existencial de legitimamente inventar-se e justificar-se humanos. Se os europeus arquitetam a igualdade, os colonizados latino-americanos concebem a desigualdade.

¹ Este artigo resulta de uma pesquisa em andamento. Orienta-se consultar o autor para realizar citações a partir deste texto.

² Mestrando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas; sandroadams@gmail.com; Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

Em outra frente, Boaventura de Souza Santos (2010) concorda com esse falso desígnio de pedir emprestado à teoria do centro o que a teoria crítica latino-americana havia superado já nas décadas de 1960. Volta-se ao estágio de tão somente adjetivar os substantivos: se a teoria convencional afirma o desenvolvimento, a teoria crítica referencia o “[...] desarrollo alternativo, democrático o sostenible” (SANTOS, 2010, p. 30); se afirmarem a democracia, referenciam-se a “[...] democracia radical, participativa o deliberativa” (SANTOS, 2010, p. 30); se afirmarem o cosmopolitismo, referenciam-se o “[...] cosmopolitismo subalterno, de oposición o insurgente, enraizado” (SANTOS, 2010, p. 30); se afirmarem os direitos humanos, referenciam-se os “[...] derechos humanos radicales, colectivos, interculturales” (SANTOS, 2010, p. 30).

Diante disto, sustentar-se-á que a imaginação sociológica (Cf. MILLS, 1972) e política do trabalho não produz uma teoria crítica latino-americana quando restringe seu olhar científico ao mercado de emprego que, sendo tão somente uma visão do mercado de desemprego, faz eco ao projeto eurocêntrico ou acaba por adjetivar seus conceitos modernos. Tal tensão dialética é demonstrativa na usurpada *normalidade* que o Estado e a sociedade latino-americana tanto almejam em relação ao centro.

Esta revisão bibliográfica analisa, objetivamente, a ideia de *Estado Normal* proposto pela *intelligentsia* dirigente argentina quando implantou o programa neoliberal após o processo de redemocratização. Expõe a heterogeneidade estrutural das relações imbricadas nos modos de produção capitalista e nas formas de exploração do trabalho a fim de sustentar a premente dimensão serva-escravista da América Latina. Indaga se pensar a dinâmica do trabalho pelo viés do desenvolvimento não sustenta uma submissão colonial. Por ultimo, filia-se a virada epistemológica decolonial por uma releitura crítica dos atuais padrões críticos.

A AMÉRICA LATINA NA HOMOGENEIDADE *NORMAL*

Seguimos sendo o que não somos.

Aníbal Quijano

A América Latina é a expressão de uma realidade concreta de exclusão e o processo histórico permanente de uma dependência estrutural que constituiu a Europa como o centro mundial do poder a partir do século XV. Igualmente, é o espaço original do tempo inaugural do

sistema-mundo moderno-colonial/imperial. Após a Segunda Guerra Mundial e com o colapso da União Soviética, a fonte dos atributos e frutos da modernidade capitalista migra para os Estados Unidos sem alterar a situação latino-americana.

O consenso da globalização neoliberal imperou na América Latina após o término da Guerra Fria. O fim da bipolaridade mundial uniformizou os aspectos nacionais, ideológicos, políticos e econômicos. Este triunfo do centro capitalista (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão) sobre as experiências socialistas (e terceiro-mundistas) prevaleceu na visão estratégica da classe dirigente latino-americana dos anos 1990 para justificar e implantar acriticamente parâmetros de conduta, tais como “[...] democracia, direitos humanos, liberalismo econômico, cláusula social, proteção ambiental e responsabilidade estratégica solidária” (CERVO, 2000, p. 06).

As potencialidades históricas de desenvolvimento social sustentado, a garantia das liberdades políticas e o crescimento econômico não são movimentos coadunados com a sociedade latino-americana. Uma primeira arguição crítica é formulada pela CEPAL que identifica o atraso histórico (subdesenvolvimento) como decorrência da ausência do capitalismo e não o seu resultado dileto. Assim, cria a estrutura binária de dependência centro-periferia. Porém, esquivar-se da relação estrutural e cultural entre o capitalismo e o colonialismo no seio da hierarquia econômica e dos discursos políticos nacionais (Cf. MANTEIGA, 1987, p. 44-50).

Nesta perspectiva, o progresso é o discurso “[...] dominante das elites globais” (DUPAS, 2007, p. 77). Por sua vez, o neoliberalismo é uma “[...] utopia ou teoria que pretende dar uma explicação do ser humano e da sua história em torno da economia” (COMBLIN, 2001, p. 15). Discurso e teoria utópica formam a globalização neoliberal assentada numa condição hegemônica de acumulação que expressa, ambigualmente, uma fé secular na racionalidade desenvolvimentista.

Faz-se atraente recordar que, neste contexto histórico, os dirigentes argentinos alinhados ao presidente Carlos Menem (1989-1999) cunharam a expressão de desígnio do *Estado normal*. Ser *normal* era estar alinhado ao suposto novo paradigma neoliberal. Exemplarmente, o país *normal* argentino admitiu padrões concretos de comportamento sem confronto político, ideológico e de segurança com os Estados Unidos. Além disso, manifestou apoio irrestrito e

incondicional em qualquer iniciativa norte-americana. Constituía “[...] romper com os princípios da autodeterminação e da não intervenção” (CERVO, 2000, p. 06) em prol de uma ordem internacional regulada por relações de força. Deste modo, significou sujeitar a sua estrutura econômica interna aos dogmas externos do Consenso de Washington.

Destarte, ser *normal* converteu-se no “[...] *desideratum* de todos os países da América Latina” (CERVO, 2000, p. 06). Objetivavam agradar à matriz do novo sistema internacional, notoriamente, os Estados Unidos. Esta transição do Estado desenvolvimentista para o *Estado normal* significou a “[...] adoção de um processo de modernização concebido pelo centro em substituição à formulação da inteligência local” (CERVO, 2000, p. 06).

As ideias estruturalistas da CEPAL (centro-periferia, deterioração dos termos de troca, indústria, mercado interno, expansão do emprego e da renda) que inspiraram a política dos países latino-americanos na tentativa de superação do atraso histórico foram arquivadas pelos dirigentes neoliberais. Em seu lugar, adotou-se a “[...] visão de um mundo harmônico, global” (CERVO, 2000, p. 07), individualista, privado e oligopolista. A América Latina encontrava-se novamente em uma situação homogênea porque “[...] não havia outra opção para a América Latina” (CERVO, 2000, p. 07). Cabalmente, pode-se afirmar que o “[...] eurocentrismo da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemônica pela Europa como centro” (DUSSEL, 2005, p. 28).

Esta narrativa hegemônica da modernidade ocidental já impôs a América Latina uma retórica salvacionista baseada na conversão ao cristianismo (século XVI), à civilização (XVIII), ao desenvolvimento (1945) e na tríade desenvolvimento-democracia-mercado (1989). É uma violência epistêmica que se estrutura no controle da economia (exploração do trabalho), da autoridade (formas de governo), do público (normativa sexual e familiar) e do intersubjetivo (cultural) que foram alterados ao longo dos séculos, mas permanece a lógica da colonialidade do conhecimento e da subjetividade (Cf. MIGNOLO, 2008). No que segue, ir-se-á tratar da divisão internacional do trabalho capitalista pelas suas formas de exploração.

HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL PRODUTIVA E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Pensamento radical é aquele que vai à raiz do problema.

O sistema de relação de produção, organização e controle de trabalho mundial estrutura o capitalismo a partir da América como uma nova construção social da “[...] economia-mundo capitalista” (WALLERSTEIN, 2004, p. 03). Não é a descoberta geográfica da América em 1492 que esta em questão, mas o “[...] simultâneo aparecimento da raça negra” (NASCIMENTO, 2016, p. 57). É esse sistema-mundo capitalista que se estende internacionalmente e justifica as hierarquias geopolíticas dos Estados-nações.

Este novo arcabouço da classificação social da humanidade fundada na ideia de raça orienta uma distribuição racista do trabalho e de exploração diferente das classificações anteriores. A exploração do trabalho escravo na América Latina foi desenvolvida como mercadoria para o mercado mundial. É o sociólogo peruano Aníbal Quijano que tratará da divisão de trabalho do sistema capitalista moderno-colonial a partir da ideia de raça presente no contexto latino-americano pela colonialidade do poder.

A principal assimetria racial e hierárquica da exploração refere-se ao estabelecimento entre formas não remuneradas (todo não branco) e remuneradas (privilegio do branco) do trabalho. É essa colonialidade que organizou a geografia social do capitalismo desde o início como colonial/moderno e eurocêntrico em que a pilhagem das riquezas latino-americanas tem “[...] mudado mecanismos, mas não o seu sentido profundo de transferência de ‘valor-trabalho’” (DUSSEL, 2010, p. 336). Essa distinção entre o trabalho gratuito e o trabalho assalariado pelo eixo centro-periferia será matizada e reorientada pelas linhas abissais na quebra da divisão territorial clara entre o metropolitano e o colonial de modo a coexistir, na América Latina, uma periferia no centro e um centro na periferia (Cf. GROSGOUEL, 2010, p. 17-25).

As formas históricas do controle capitalista do trabalho, dos recursos e dos produtos impõe uma situacionalidade geográfica aos trabalhadores com salários pífios ou não assalariados habitando as zonas periféricas. Entrementes, o não branco continua a ter salários mais baixos que o branco no centro capitalista. Dito de outro modo, o problema não está em ter ou não ter emprego, mas em ser ou não ser branco, seja no centro ou na periferia. A perpetuação do domínio social e do privilégio racial continua sendo uma marca da divisão internacional do

trabalho. Neste sentido, a condição central do poder capitalista é o controle hierárquico, heterogêneo e racista do trabalho (Cf. QUIJANO, 2005, p. 244-246).

As ligações entre a raça, o eurocentrismo e o capitalismo são fundamentais para compreender que o capital existe como eixo dominante das formas conhecidas de controle do trabalho coexistindo com os diferentes modos de produção que coabitam articulados no mesmo tempo e espaço latino-americano. É justamente essa heterogeneidade estrutural que permite a existência do escravo, do servo, do assalariado e do pequeno produtor (mercantilista) simultaneamente integrado ao sistema-mundo colonial-moderno. Essas formas de exploração do trabalho sempre estiveram presentes de forma articulada nos modos de produção nestes 500 anos de construção do capitalismo em um mercado mundial (Cf. CASANOVA, 2002, p. 110-135).

Destarte, sem uma homogeneidade linear dos modos de produção se torna impossível sustentar que o capitalismo transformou e classificou todos os trabalhadores em relação ao salário: empregados versus desempregados. O mito do fim do trabalho pela constante evolução tecnológica não resiste a esta homogeneidade da heterogeneidade estrutural latino-americana, isto é, os trabalhadores continuam e continuaram sendo obrigados a aceitar novas/velhas formas de exploração para poderem sobreviver (Cf. QUIJANO, 2003, p. 269-270).

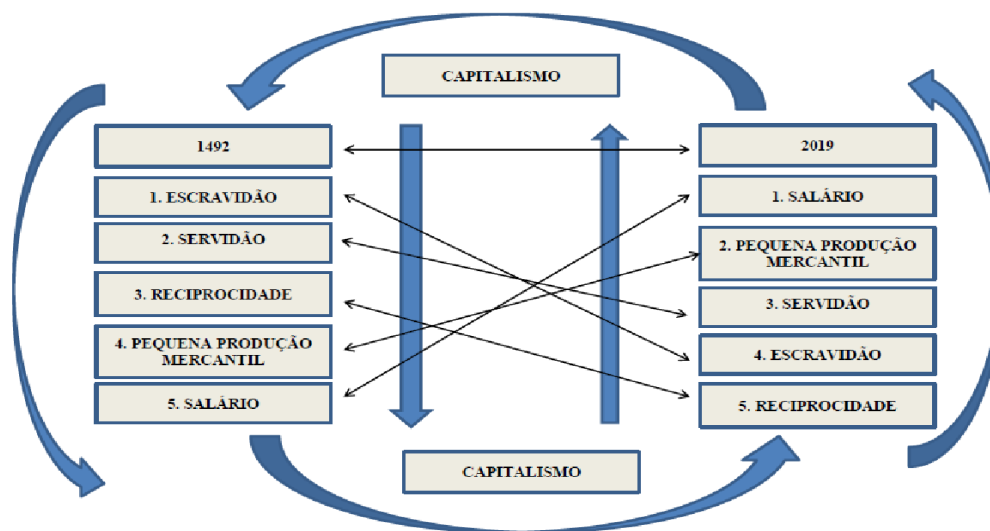
Essa crítica desconstrói a divisão histórica entre a fase pré-capitalista e a fase capitalista transposta pela narrativa hegemônica da Europa sem observar a especificidade da América Latina. Tanto a escravidão, a reciprocidade e a servidão (“fase pré-capitalista”) quanto o salário (“fase capitalista”) são dinamicamente conexos ao capitalismo. Assim, esta não linearidade dos modos de produção combinados com as formas de exploração de trabalho não podem ser substituídas exclusivamente pela relação capital-salário, isto é, pelo emprego.

Não há dois mundos separados entre o pré-capitalismo e o capitalismo, mas duas lógicas diferentes: modernidade e colonialidade. Porque se não contiver a noção de capitalismo em escala mundial claramente, corre-se o risco de colocar os países centrais como sendo capitalistas e os demais como pré-capitalistas. Desta forma, poderia se reproduzir a equivocada lógica eurocêntrica da evolução linear ou unidirecional (Cf. QUIJANO, 2003, p. 273). É um único sistema que associa a dominação racial, a exploração e distribuição do trabalho, o poder da diferença entre centro-periferia. Os eixos do padrão mundial de poder são as diferenças entre

“centro” e “periferia”, e de regimes socioculturais não poderiam ser explicadas sem a relação entre raça e exploração do trabalho.

Essa não linearidade dos modos de produção com as formas de exploração do trabalho coexistem harmoniosamente na América Latina desde 1492 até os idos atuais. Exemplificamos essa relação circular e permanente no quadro abaixo.

Imagem 1: A não linearidade dos modos de produção



Fonte: elaboração própria com base em QUIJANO, 2003.

Enfim, o capitalismo é este conjunto estrutural do controle global do trabalho. A relação entre os modos de produção do capital e as formas de exploração do trabalho jamais existiram separadas na América Latina. O que começou na América é o tão propalado capitalismo mundial neoliberal (Cf. QUIJANO, 2003, p. 275-276). Não é necessário buscar ser um Estado normal quando é o agente fundacional da estrutura moderna. No que segue, discorre-se sobre mais uma *normalidade* que os latino-americanos inserem no fazer eco ao projeto moderno.

A AGENDA *NORMAL*: O DISFARCE DO VELHO

Além de antropólogo, sou homem de fé e de partido.

Darcy Ribeiro

Há um problema contemporâneo *normal* que supostamente não pertence sociologicamente aos modos de produção e nem a exploração da força de trabalho: a agenda sustentável do meio ambiente. O aumento exponencial da população mundial é uma possibilidade originária da revolução energética do início do século XVIII. Se considerarmos a trajetória da humanidade nos rastros das descobertas científicas, concordaremos que delongou quase 200 mil anos para atingir o primeiro mil milhões de pessoas. De outra forma, demorou 123 anos para alcançar os dois bilhões em 1927; 33 anos para alcançar os três bilhões em 1960; 14 anos para alcançar os quatro bilhões em 1974; 13 anos para alcançar os cinco bilhões em 1987; 12 anos para alcançar os seis bilhões em 1999 e os mesmos 12 anos para alcançar os sete bilhões em 2011 (Cf. ASH, 2008, p. 280-281).

Esse vertiginoso crescimento populacional sustenta uma preocupação retórica ambientalista que esconde uma lógica de defesa do *status quo*. Um exemplo claro desse engodo é o relatório “Os limites do crescimento” apresentado pelo Clube de Roma em 1972. Tal estudo concluiu que o problema da finitude dos recursos naturais do planeta poderia ser facilmente resolvido se os pobres continuassem sendo pobres (Cf. SCHONS, 2012, p. 71). Um gesto de caridade *normal* para uma região latino-americana ainda pré-capitalista.

No estudo global das desigualdades, entretanto, a América Latina aparece como a região central. A desigualdade social no contexto latino-americano constitui o “[...] *leitmotiv* que predomina en la región desde 1492” (GOTENBERG, p. 2010, p. 376) e, aqui e agora, é uma das “[...] condições estruturantes da sociabilidade brasileira” (CARDOSO, 2019, p. 01). Esta desigualdade é perpetrada secularmente e prolongada culturalmente mesmo durante as transições paradigmáticas, cíclicas e históricas do capitalismo. Assim, não faz sentido discutir as perdas de oportunidades nacionais-desenvolvimentistas nas brechas históricas como o quer Márcio Pochmann (2004).

Ironicamente, Pochmann desmerece as figuras científicas e políticas de Darcy Ribeiro, Maria da Conceição Tavares, Hélio Jaguaribe e Vania Bambirra porque só diz aquilo que é prazeroso de ser dito/escutado. Assim, incorre em uma leitura eurocêntrica da realidade latino-americana creditando pertencer a uma teoria crítica sem, no entanto, fazer nada mais do que adjetivar os substantivos. Não crítica o conceito de democracia, mas tão somente as elites locais

que barraram o avanço do regime democrático de direito. Em outra frente, continua a acreditar na possibilidade da democracia social (Cf. POCHMANN, 2004, p. 09-14), mas sem questionar efetivamente a democracia racial, por exemplo. Ao apostar as suas fichas no estalo democrático do neodesenvolvimentismo nacionalista olvida aquilo que Boaventura (2016) e Quijano (2004) já inquiriram perfeitamente: como pensar que uma democracia possa resolver os problemas ontológicos da heterogeneidade estrutural capitalista-trabalho?

Em determinados momentos, parece que a América Latina tem por adágio “procurar chifres em cabeça de cavalo”. Tenazmente, requer que a democracia resolva o problema da pobreza, da desigualdade, da segurança, da violência, da discriminação e do racismo, mas a “[...] democracia não é feita para isso” (CASTAÑEDA, 2008, p. 98). A democracia não resolve o problema da pobreza, da exploração, da escravidão e essa constatação teórica produz um assombro: “[...] mas de que serve a democracia se não resolve o problema da pobreza?” (CASTAÑEDA, 2008, p. 98). Aliás, na maior parte da história latino-americana, ela aguçou os problemas. Novamente, adjetivos ao substantivo: a democracia precisa ser mais deliberativa, participativa, representativa, popular. Criticamente, dir-se-á que observar as transformações recentes do mundo do trabalho requer que as “[...] perguntas que surgem do presente sejam tão ricas, gerais e básicas, que nos obriguem a mudar nossas concepções costumeiras” (SEGUNDO, 1978, p. 11).

Esta ruptura epistemológica e metodológica nasce da atenção crítica, do desconfiar, do sentir e do agir. A ciência sociológica, na América Latina, almeja fazer perguntas profundas sobre sua realidade social, política, econômica e cultural para se transformar com elas porque os atuais padrões civilizatórios colocam a tarefa de “[...] desconstruir discursos hegemônicos” (DUPAS, 2006, p. 17).

A radicalidade do pensar reside nessa sua intencionalidade. Maria da Conceição Tavares (1999), em suas lidas pelos movimentos sociais rurais e urbanos, nos recorda a premissa do sistema econômico autoritário e socialmente predatório que sustenta um cosmopolitismo de excluídos das benesses do capitalismo latino-americano. Sua prerrogativa é questionar a elite econômica, política e cultural sobre quem são os sacrificados e por que eles são os escolhidos para esse sacrifício. Desta forma, irá concluir que a existência dos milhares de sacrificados visa garantir o progresso e o bem estar de poucos (Cf. TAVARES, 1999, p. 105-110).

Entrementes, Eduardo Galeano (1990) nos adverte de que a história oficial é engendrada a partir de uma perspectiva hegemonicamente universal e legitimadora dos velhos disfarces do sistema que, não obstante, “[...] mente pelo que diz e mente pelo que cala” (GALEANO, 1990, p. 30). O árduo percurso teórico descolonial/decolonial busca “[...] destruir os particularismos que impedem a autêntica compreensão de um fenômeno que só pode e deve ser compreendido tendo em conta os horizontes que o limitam” (DUSSEL, 1997, p.15), isto é, romper com a explicação histórica do povo latino-americano partindo de alguns fatos considerados relevantes e que acabam por “[...] simplesmente ‘mitificar’ e não ‘historiar’” (DUSSEL, 1997, p.15).

Identificar os problemas parcialmente pelo espelho eurocêntrico distorce a realidade por somente refletir uma imagem parcial da Europa para a América Latina. Quijano atenta para este componente histórico de formação identitária desde o eurocentrismo imperial e compreende a tragédia latino-americana como uma extensão exterior que nos impõe continuar “[...] sendo o que não somos” (QUIJANO, 2005, p. 240).

O não ser normal para o centro é a normalidade latino-americana. O fato fundante deste continente é a conquista do território pelos espanhóis e portugueses em um ato “[...] desigual como nenhum outro” (CASTAÑEDA, 2008, p. 100). Para piorar, somente a escravidão pode ser tão desigual quanto à conquista. Ambas existiram e persistem em cada latino-americano como em nenhum europeu. Assim, desde o início, “[...] tudo na América Latina tem sido desigual” (CASTAÑEDA, 2008, p. 100).

O fato é que a América Latina não é a região economicamente mais pobre (África), etnicamente mais dividida em castas/hierarquias (Ásia) ou geopoliticamente mais turbulenta (Oriente Médio), mas é a que convive com a desigualdade desde a sua formação. Adalberto Cardoso (2019) observa curiosamente que a “[...] desigualdade percebida deixa de ser sociologicamente relevante” (CARDOSO, 2019, p. 29) tal qual a agenda *normal* do estado, do mercado de emprego e do desenvolvimento. Fundamentalmente, “[...] nem toda desigualdade percebida gera sentimento de que a sociedade é injusta” (CARDOSO, 2019, p. 29) porque pode haver centros na periferia, isto é, as “[...] sociedades profundamente desiguais podem cumprir suas promessas” (CARDOSO, 2019, p. 29).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América Latina, em seu bojo histórico-cultural, produziu inúmeros sacrifícios materiais, políticos, culturais e humanos em nome das promessas civilizacionais do desenvolvimento, da democracia, dos direitos humanos. As poucas promessas cumpridas estão restritas a extratos sociais cada vez menores e específicos. Reconhecer as “[...] singularidades de cada luta” (HARDT & NEGRI, 2014, p. 94) e como configuram as novas identidades democráticas e resistências trabalhistas não é uma tarefa fácil e aprazível porque tenciona os egos intelectuais de variadas correntes científicas por outro modo de ver e produzir mundos.

Assim, a sociologia do trabalho na América Latina não se incumbe à teoria crítica latino-americana sem uma perspicaz sociologia da exploração. A proteção social do trabalhador não virá pela agenda democrática, isto é, só surge pelo deslumbre assombroso de que a América Latina foi pensada para ser desigual. Sua normalidade é não ser europeia e, contudo, continuar buscando ser uma Europa. Talvez o que lhe resta não seja o privilégio da servidão que permanentemente a acompanha nas suas conformações capitalistas, mas a capacidade crítica de olhar com o olhar de quem realmente sofre e não com o olhar de quem é capaz de dizer o que é sofrer sem, no entanto, ser capaz de sofrer.

Romper com a ideia de desenvolvimento é romper com o horizonte colonial. É reconhecer que a democracia implantou o regime neoliberal. É romper o horizonte colonial de dominação que ainda silencia (colonialmente), inferioriza (epistemologicamente) e subestima (politicamente) as vozes críticas latino-americanas que apostam em novos horizontes possíveis contra a concepção do *Estado normal*.

Por último, Darcy Ribeiro (2006) inicia seus questionamentos antropológicos a partir de uma constatação: por que o Brasil e a América Latina não deram certos? Porém, Ribeiro reconhece o caráter atípico da formação histórica latino-americana e brasileira que não se “[...] enquadra nos esquemas conceituais elaborados para explicar outros contextos” (RIBEIRO, 2006, p. 247). Assim, em nova dobra crítica-reflexiva, questiona a partir de outro ponto de vista: por que o Brasil e a América Latina deram certos?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASH, Timothy Garton. Rumo a um mundo livre. In. SCHÜLER, Fernando; AXT, Gunter; SILVA, Juremir Machado da (Orgs.). **Fronteiras do pensamento: Retratos de um mundo complexo**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.

CARDOSO, Adalberto. **A Construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.

CASANOVA, Pablo González. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Trad. Ana Carla Lacerda. Petropolis: Editora Vozes, 2002.

CASTAÑEDA, Jorge. Caminhos da democracia na América Latina. In. SCHÜLER, Fernando; AXT, Gunter; SILVA, Juremir Machado da (Orgs.). **Fronteiras do pensamento: Retratos de um mundo complexo**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 43, vol. 02, p. 05-27, 2000.

COMBLIN, José. **Neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. **Novos Estudos – CEBRAP**, n. 77, p. 73-89, 2007.

_____. **O mito do progresso ou o progresso como ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Edgardo Lander (org.). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

_____. Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Editora Almedina, 2010.

_____. **Oito Ensaios Sobre Cultura e Filosofia Latino Americanas**. São Paulo: Editora Paulinas, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Editora Graal, 2012.

GALEANO, Eduardo. **Nós dizemos não**. Rio de Janeiro: Editora REVAN, 1990.

GOOTENBERG, Paul. Desigualdades persistentes en América Latina: Historia y cultura. In SANDOVAL, Pablo (org.). **Repensando la subalternidade: Miradas críticas desde/sobre América Latina**. Lima: Editora IEP, 2010.

GROSGOUEL, Ramón. La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. **Tabula Rasa**, n. 04, p. 17-46, 2006.

_____. **La descolonización de la Economía Política**. Conversatorio transcrito por estudiantes línea de Derecho, Sociedad y Estudios Internacionales, Centro de Investigaciones Socio-Jurídicas. Universidad Libre de Colômbia. 2010.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Declaração: isto não é um manifesto**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: N-1 EDIÇÕES, 2014.

MANTEIGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Trad. Valtensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em perspectiva**, n. 18, vol. 02, p. 03-16, 2004.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (org.). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas**. Trad. Buenos Aires: Editora Clacso, 2005.

_____. El laberinto de América Latina: ¿Hay otras salidas? **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, n. 10, vol. 01, 2004.

_____. El trabajo al final del siglo XX. In: FOUNOU-TCHUIGOUA, Bernard; SY, Sams Dine; DIENG, Amady A. (orgs.). **Pensée sociale critique pour le XXie siècle / critical social thought for the XXIst century**. Paris: Editora L'Harmattan, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

_____. **Refundación del Estado en América Latina: Perspectivas desde una epistemología del Sur**. Lima: Editora do Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

SARTRE, Jean Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

SEGUNDO, Juan L. **Libertação da teologia**. São Paulo: Editora Loyola, 1978.

SCHONS, Selma Maria. A questão ambiental e a questão da pobreza. **Katàl**, n. 15, vol. 01, p. 70-78, 2012.

TAVARES, Maria da Conceição. **Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. A descoberta da economia-mundo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 69, p. 03-16, 2004.

GT V – Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso

Coordenação

Prof^a. Dr^a. Bianca de Freitas Linhares

Anna Cláudia Campos e Santos

Letícia Baron

Proposta do Grupo de Trabalho

O pós-estruturalismo se coloca como uma das principais correntes intelectuais da segunda metade do século XX. Por influência do pensamento de Heidegger e Derrida, ele parte de uma postura desconstrucionista e pós-fundacional. Nesse sentido, refuta a existência de fundamentos últimos e compreende que cada fundamento – seja ele epistemológico, político, social etc. – possui uma historicidade, ou seja, consiste em uma construção discursiva, oriunda de um contexto histórico específico, não sendo um “produto” puramente cognitivo. Através desta perspectiva, o pós-estruturalismo rompe com os ideais de universalidade, totalidade e essencialidade, compreendendo os fenômenos a partir de suas contingências. Dessa forma, o GT visa problematizar trabalhos que abordem – a partir de diferentes vieses – as contribuições, os debates e as inovações trazidas pelo pensamento pós-estruturalista e pós-fundacionalista para as teorias políticas e sociais contemporâneas, em especial (mas não somente) para a Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau.

“BOLSOSURDOS NO FACEBOOK”: PROBLEMATIZANDO DISCURSOS VEICULADOS PELA COMUNIDADE SURDA APOIADORA DE BOLSONARO

Ana Gabriela da Silva Vieira¹

Resumo

As comunidades surdas brasileiras, sobretudo no ano de 2018, participaram das movimentações políticas, manifestando-se e posicionando-se em espaços variados, inclusive nas redes sociais, e fazendo veicular o discurso de polarização política que perpassou (e continua a perpassar, mesmo após o fim das eleições) a sociedade brasileira. Este trabalho pretende uma análise dos discursos que foram e continuam sendo veiculados em páginas na rede social Facebook, que reúnem surdos e ouvintes participantes da comunidade surda, em sua parcela que posiciona-se politicamente como apoiadora do atual presidente Jair Bolsonaro, autodenominando-se, por vezes, como “BolsoSurdos”. Para tanto, propõe-se um exercício de problematização dos discursos, realizado a partir da teorização foucaultiana, que pode ser compreendida como uma perspectiva pós-estruturalista acerca do funcionamento do discurso. Assim, os referidos discursos veiculados nas redes sociais são compreendidos a partir do contexto sociopolítico atual, enquanto atravessados de mecanismos de poder, e produtivos de modos de se posicionar politicamente enquanto pessoa surda.

Palavras Chaves: Comunidade Surda; Discurso; Facebook.

INTRODUÇÃO

Nas eleições para o cargo de Presidente da República, no ano de 2018, integraram-se ao debate político, as comunidades surdas, participando de mobilizações nas ruas e manifestando-se através das mídias digitais. Ao passo em que fazia-se veicular o discurso de polarização política, houve cisões, também, entre os surdos brasileiros, que, em parte, posicionaram-se em apoio à candidatura de Jair Bolsonaro, constituindo grupos e páginas na rede social *Facebook*, nas quais estes sujeitos se autodomínaram enquanto *BolsoSurdos*.

Neste ensaio pretendemos discutir as publicações atuais da página *BolsoSurdos 2.0²*, que mesmo após o término das eleições continua ativa, compartilhando e publicitando opiniões

¹ Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas; ags.21@hotmail.com.

² Disponível em: https://www.facebook.com/BolsoSurdos-20-2324023994544865/?ref=br_rs. Acesso em: 04 de agosto de 2019.

e notícias favoráveis à atual gestão do Governo Federal, à figura de Jair Bolsonaro e à sua esposa, Michelle Bolsonaro, que, sendo fluente na Língua Brasileira de Sinais, discursou nesta língua quando da posse de seu marido, chamando atenção de muitos surdos brasileiros, que passaram a vê-la como uma figura representativa das comunidades surdas.

Essa discussão se realizará enquanto uma problematização dos discursos veiculados na página em questão, a partir da perspectiva foucaultiana do discurso, que nos oferece direcionamentos de cunho teórico e metodológico. Sendo assim, a seguir, no *desenvolvimento*, discutiremos questões relativas ao bolsonarismo e às mídias digitais – significativas para este trabalho – para, posteriormente, nos tópicos *referencial* e *metodologia* apresentar, respectivamente, ferramentas conceituais e procedimentos metodológicos para a análise do discurso em Michel Foucault. Por fim, no tópico *resultados*, faremos a problematização pretendida.

DESENVOLVIMENTO

O *bolsonarismo* é tratado por Silva (2019) enquanto uma forma de expressão política que, ao levantar as bandeiras da meritocracia, do apoio as famílias “tradicionais”, e da defesa dos chamados “cidadãos de bem”, tratam o direito como ideologia, de modo que os direitos humanos “serviriam apenas como proteção a bandidos, o que requer dois movimentos, expressos na figura de Bolsonaro: maior enrijecimento das leis e maior militarização e armamentização da vida social” (SILVA, 2019, p.147).

Para além disso, o autor aponta que:

[...] o termo direitos humanos se refere a um conjunto de práticas que defenderia marginais, bandidos, invasores de terras, pedófilos e presidiários, atacando policiais, por um lado; por outro, incentivariam a homossexualização precoce das crianças, por meio do famigerado “kit gay”; por fim, legariam privilégios inaceitáveis às minorias, dentre as quais os negros assistidos por políticas de ações afirmativas, os índios. (SILVA, 2019, p.147)

Silva (2019) traz a pesquisa de Solano³ acerca dos argumentos discursivos do que a autora chama de “nova direita”, na qual entrevistou-se indivíduos apoiadores de Jair Bolsonaro; dentre esses argumentos estão a noção de “vitimismo” no que concerne as manifestações das minorias sociais, a defesa da ação policial e do porte de arma e a noção de direitos humanos como defesa de bandidos.

Discursos *bolsonaristas* e *antibolsonaristas* foram e continuam a ser constantemente veiculados – sobretudo a partir de 2018 – através das mídias digitais, inclusive no que concerne às redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*. As mídias digitais, neste sentido, têm se tornado um meio relevante para fazer circular discursos e permitir operar mecanismos de poder que subjetivam os indivíduos.

Lévy (2010) aponta que a cibercultura “propaga a copresença e a interação de quaisquer pontos do espaço físico, social ou informacional. Nesse sentido, ela complementa a uma segunda tendência fundamental, a virtualização” (LÉVY, 2010, p.49). Deste modo, a página *BolsoSurdos*, que está no foco de nossa discussão, não é um agrupamento físico de surdos e ouvintes participantes da comunidade surda, assim como também não é uma organização política situada ou sediada em um determinado local. Ela é uma entidade virtual.

Para o supracitado autor “é virtual toda entidade “desterritorializada”, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular” (LÉVY, 2010, p.49).

REFERENCIAL

Dentre as ferramentas conceituais das quais tratam o pensamento de Michel Foucault, destacamos aqui o conceito de poder, cujo vínculo com a teorização foucaultiana do discurso é bastante significativo. Foucault (2015)⁴ explicita que os mecanismos de poder operam através dos discursos, subjetivando os indivíduos, fabricando sujeitos segundo determinada racionalidade.

³ Solano publicou, no 42º volume da revista *Análise*, o artigo intitulado “Crise da democracia e extremismos de direita” (2018).

⁴ Entrevista realizada em 1978 e publicada no quarto volume da coletânea *Ditos e Escritos*.

Em entrevista publicada em *Microfísica do Poder*, denominada Poder-Corpo⁵, Foucault (2018) argumenta que o corpo social não se constrói através das vontades, de um consenso universal, mas pela materialização do poder sobre os corpos dos sujeitos. Assim, para Foucault, o poder não é algo do qual se possa libertar. As reivindicações dos indivíduos pelo próprio corpo, contra as normas, as batalhas contra o poder não o eliminam, não o fazem vacilar – é possível, de outro modo, um deslocamento do poder, que passa a investir de outros modos e em outros espaços. A luta, neste contexto, tem um caráter indefinido.

METODOLOGIA

Em termos de metodologia, este trabalho se propõe a olhar para os discursos a partir de um referencial foucaultiano. Na obra *A Arqueologia do Saber*, Foucault (1972) aborda como operar metodologicamente na compreensão dos discursos. O autor propõe que se analise o discurso em sua instância enquanto acontecimento histórico – ou seja, não se trata de uma continuidade, algo que sempre foi da mesma forma – o discurso, de outro modo, tem uma dimensão descontínua, sua emergência tem condições de aparecimento atreladas a uma racionalidade, ao jogo de verdades e de poder de determinada sociedade.

Ao operar metodologicamente, Foucault (1972) aponta que “não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso trata-los no jogo de sua instância” (FOUCAULT, 1972, p.36). O referido filósofo argumenta que não se deve buscar no discurso algo oculto, algo que está por baixo, como uma origem secreta a ser desvelada; em outro sentido, é preciso olhar para os discursos em seus efeitos.

Ao descrever os acontecimentos discursivos, Foucault argumenta ser preciso olhar para as condições de existência e para as relações entre diferentes enunciados. Assim, o estudo dos discursos veiculados pela página *BolsoSurdos* realizou-se não a partir da intencionalidade da pessoa responsável pelas publicações, como uma instância criadora dos discursos, mas em suas condições de emergência na atual conjuntura brasileira – de polarização política e de

⁵ No original *Pouvoir-corps*, realizada e publicitada pela *Quel Corps?*, em Paris, set-out., 1975. A tradução de José Thomaz Brum Duarte e Déborah Darowski.

fortalecimento de discursos de combate aos movimentos sociais e grupos posicionados/compreendidos enquanto esquerda política.

Procedemos, aqui, a fim de pensar como se fabricam – discursivamente – modos de ser surdo que posicionam-se politicamente, que práticas políticas e sociais são construídas, que perspectivas são fabricadas nestes discursos. Isto porque, como Foucault (2014) explicita na aula *A Ordem do Discurso*⁶, não existe uma dimensão da realidade que antecede o discurso, mas, de outro modo, o discurso fabrica o real. Para o autor, faz-se necessário, para operar metodologicamente com o discurso, um princípio de especificidade:

[...] não transformar o discurso em um jogo de significações prévias; não imaginar que o mundo apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas; ele não é cúmplice de nosso conhecimento; não há providência pré-discursiva que o disponha a nosso favor. Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade. (FOUCAULT, 2014, p.50)

RESULTADOS

A partir da concepção de discurso discutida no tópico anterior, procedemos nossa análise de modo a problematizar os discursos de um *bolsonarismo surdo*. O *bolsonarismo*, conforme já explicitamos, é um termo que emerge no atual cenário sociopolítico brasileiro e que associa-se a todo um conjunto de práticas discursivas que fabricam modos de ser atrelados a um posicionamento político autoritário, a um militarismo, a uma postura contrária aos direitos humanos, um afastamento em relação às pautas compreendidas como sendo de esquerda, uma crítica aos movimentos políticos das minorias sociais.

No caso do *bolsonarismo surdo*, é possível pensar discursos que são veiculados pela parcela da comunidade surda brasileira que apoia o atual presidente. Na página *BolsoSurdos*, que contém 2.253 seguidores⁷, a foto de capa mostra Jair Bolsonaro ao lado da esposa, Michelle Bolsonaro; a figura da primeira-dama, vem enunciar o vínculo da atual gestão do Governo

⁶ A aula inaugural no *Collège de France* foi pronunciada em 2 de dezembro de 1970; mas trabalhamos com a 24ª edição da tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio, publicada pela editora Edições Loyola no ano de 2014.

⁷ Informação colhida no dia 4 de agosto de 2019.

Federal com a comunidade surda, dada a postura da mesma em posicionar-se de forma favorável aos surdos, à Língua de Sinais e a este grupo minoritário específico.

É possível destacar que este vínculo entre Michele Bolsonaro e a comunidade surda enquanto uma regularidade discursiva presente nas enunciações publicadas na página em questão. No dia 12⁸ a página veiculou duas notícias relacionadas a um Programa de Incentivo ao Voluntariado, que teria contado com o envolvimento da primeira-dama (Imagem 1).



Imagem 1: publicação do dia 14 de julho de 2019

Ao longo do mês de julho outras imagens e textos foram publicadas neste sentido, inclusive fotos da própria Michelle fazendo trabalhos humanitários em hospitais, vestindo-se de palhaço afim de alegrar crianças hospitalizadas. Esta última publicação foi realizada no dia 14, no qual se compartilhou a notícia: “Michele Bolsonaro faz trabalho voluntário em Hospital da Criança em Brasília” – a este respeito a página *BolsoSurdos* afirmou “Nossa primeira dama é muito linda! Pessoa maravilhosa”.

A associação de Michelle Bolsonaro a uma postura solidária frente às comunidades surdas também é enunciada de forma recorrente na página *BolsoSurdos*. No dia 17, recordou-

⁸ Todas as datas citadas referem-se ao mês de julho e ao ano de 2019.

se o discurso que a primeira-dama realizou em Língua Brasileira de Sinais (Imagem 2), quando da posse de seu marido, publicando uma imagem que, ao mesmo tempo que a homenageia, tece críticas ao movimento feminista por não valoriza-la.



Imagem 2: publicação do dia 17 de julho de 2019

Em seguida, no dia 26, veiculou-se uma publicação da própria Michelle junto da frase “Nossa primeira dama dando os parabéns aos Intérpretes de Libras” (Imagem 3).

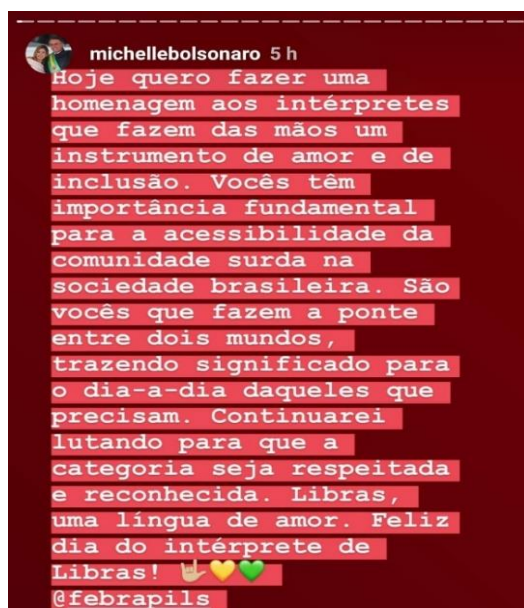


Imagem 3: publicação do dia 26 de julho de 2019

No mesmo dia, foi publicado, também, um vídeo, com tradução para a Língua Brasileira de Sinais, no qual Michelle Bolsonaro oferece sua solidariedade ao povo pernambucano devido às chuvas ocorridas em Recife, agradecendo aos voluntários que trabalharam para auxiliar as pessoas que sofreram perdas. Na publicação, a página *BolsoSurdos* convida “Vamos ouvir a primeira dama”.

Estes discursos constroem uma imagem da primeira-dama e do próprio Bolsonaro como indivíduos preocupados com o bem estar social, de valores humanitários e postura solidária – postura essa associada a princípios cristãos sempre veiculados como fundamentais na constituição subjetiva do casal, que seria um modelo a ser seguido. Essa perspectiva está presente na imagem publicada no dia 13, que mostra Michelle e Jair Bolsonaro de joelhos em oração (Imagem 4).



Imagem 4: publicação do dia 13 de julho de 2019

Fazendo circular fortemente discursos *bolsoranistas*, a página supracitada faz uma inflamada defesa da atual gestão do Governo Federal, não só em relação aos atos e falas do próprio presidente, como de seus ministros. No dia 18 de julho a página *BolsoSurdos* publicou

uma notícia que afirma “Bolsonaro assume a presidência do Mercosul e quer eliminar viés ideológico do bloco” – demonstrando ser favorável a essa postura.

No mesmo dia, compartilhou uma publicação do Ministério da Educação sobre o programa Futura-se e enunciou: “Faça seu cadastro e vote para apoiar o Programa Futura-se. Contamos com seu apoio! #chupaesquerdista”. Também publicou um vídeo do ministro da Educação, ao lado de dois policiais militares, expressando seu apoio aos mesmos e seu descontentamento com as ações da União Nacional dos Estudantes em ato público. Sobre o mesmo a página coloca “Ministro da Educação visita policiais agredidos por “estudantes” e faz depoimento”.

A crítica aos movimentos sociais, às ações de membros do Partido dos Trabalhadores e seus apoiadores – sobretudo no que concerne ao ex Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – e à qualquer grupo que estes discursos situam enquanto esquerda política, também são uma regularidade discursiva naquilo que página BolsoSurdos faz circular. A mesma fez publicações anti-feministas, como na imagem que trazemos a seguir (Imagem 5), e chegou a veicular de forma jocosa situações como aquela na qual o atual Presidente disse a Deputada Maria do Rosário que ela não merecia ser estuprada.



Imagem 5: publicação do dia 4 de julho de 2019

A construção discursiva de uma visão da esquerda política atrelada a características compreendidas enquanto equivocadas, maléficas e hipócritas é recorrente, de forma que a página enuncia “Pessoas normais não são de esquerda” (dia 14 e “líder de grupo terrorista revela plano para matar Bolsonaro e Ministra Damares Alves” (dia 22) – (Imagem 6).



Imagem 6: publicação do dia 22 de julho de 2019

No dia 28, compartilhou-se um vídeo da página *Direita Política*, explicando “Sobre os crimes que a esquerda fez conta os LGBTs”; já no dia 29, a página dos BolsoSurdos compartilha notícia cuja manchete afirma “Governado pela esquerda, Nordeste é a única região que não gera empregos”, sobre a qual, a página enuncia “Infelizmente o Povo escolheu errado, acorda Nordeste”.

O discurso *bolsonarista* que a referida página faz circular, defende, de outro modo, governantes de direita, no cenário político mundial, enquanto corretos, não corruptos e verdadeiramente patrióticos, dispostos a sacrificar-se e a trazer, realmente, transformações significativas e benéficas para as nações das quais eles assumem o mais alto cargo executivo. Uma imagem reúne Bolsonaro, Trump e Johnson, afirmando “O Bode está formado” (dia 25)

– (Imagem 7) –; outra traz Bolsonaro, Trump e Netanyahu, enunciando “Eles são Patriotas” (dia 24) – (Imagem 8).

#Bolso-Trump-Johnson



O BONDE TÁ FORMADO!

@scrutonbrasil

Imagem 7: publicação do dia 25 de julho de 2019



Imagem 8: publicação do dia 24 de julho de 2019

O que é possível perceber, diante destas publicações veiculadas na página *BolsoSurdos*, é que este *bolsonarismo surdo* é produzido por determinados discursos nacionalistas e assistencialistas. O nacionalismo, neste caso, atrela-se a uma proposta de defesa da pátria frente ao seu maior inimigo: os grupos políticos compreendidos como de esquerda - essa esquerda,

cuja perspectiva é fabricada por um viés de violência e inaptidão para tomar decisões adequadas ao país.

O *bolsonarismo surdo*, associa-se, também a um discurso assistencialista, de modo que fabrica-se um modo de ser sujeito surdo que, ao participar do debate político, distancia-se de uma postura crítica frente às ações estatais e de uma defesa de direitos e políticas públicas, para aproximar-se de uma perspectiva de caridade e humanitarismo. Esse assistencialismo associa-se a valores cristãos, de amor e solidariedade.

CONCLUSÃO

A página *BolsoSurdos* vem veiculando discursos atrelados ao *bolsonarismo*, fazendo transitar argumentos contrários ao feminismo, às mobilizações políticas de minorias sociais cujas pautas são compreendidas como um vitimismo próprio da esquerda, á figura de Lula e ao Partido dos Trabalhadores; evocando, também, argumentos religiosos e morais atrelados ao cristianismo, e uma postura política conservadora, de apoio as ações da atual gestão do Governo Federal.

É possível olhar para o efeito destes discursos na sociedade, no que concerne à produção de modos de ser surdo que se identifica com o bolsonarismo em seu posicionamento político, que assume uma postura contrária à esquerda e não são subjetivados pelos discursos dos grupos de minorias sociais que vem se opondo fortemente a Jair Bolsonaro. Também fabrica-se um modo de ser surdo articulado a um viés assistencialista, pautado em um humanitarismo cristão e solidário enunciado, sobretudo, a partir da figura da primeira-dama.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos, volume IV: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 8ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

SILVA, Emanuel Freitas. Os direitos humanos no “bolsonarismo”: “descriminalização de bandidos” e “punições de policiais”. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, v.9, n.22, p. 133-153, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1026/1179>. Acesso em: 4 de agosto de 2019.

A PERSPECTIVA PÓS-FUNDACIONAL E A QUESTÃO MIGRATÓRIA NO BRASIL

Hermes Corrêa Dode Júnior¹

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a questão da imigração a partir de uma perspectiva não essencialista e de cunho pós-fundacional. Voltando-se à formação do estado moderno a partir das contribuições feitas por Hannah Arendt, Martin Heidegger e Giorgio Agambem, buscar-se-á identificar como a formação dos Estados Modernos está calcada em uma ideia de exclusão: ao definirem aqueles que são sujeitos de direitos, necessariamente excluem aqueles que não o são. Nessa lógica, o estado moderno vem se constituindo a partir de uma lógica de reconhecimento do sujeito imigrante como um não-sujeito. Inserida nesta discussão, valendo-se de uma metodologia de cunho qualitativo, visa-se identificar como se constituiu a noção dos imigrantes no Brasil a partir da Constituição de 1988 e legislações esparsas, buscando-se elucidar os deslocamentos e permanências entre os diplomas jurídicos, políticas de governo e diretrizes nacionais sobre o tema.

Palavras Chaves: imigrantes, pós-fundacionalismo, legislação brasileira.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho se utilizará a expressão (não)sujeitos como indivíduos que, por consequência da utilização das normas ou políticas de exceção, são excluídos do Estado-nação. Oportuno destacar que a compreensão do ontico e do ontológico é de suma importância para que possamos desvelar tais problemáticas. É sabido que existe uma gama infindável de sujeitos excluídos do Estado-nação, mas como o objeto de estudo aqui tratado é imigração, se aproveitará dessa nomenclatura para indicar a exclusão vivida pelos imigrantes em plena Era Moderna. Aprofundando mais a questão de (não)sujeitos, leva-se em conta os *ethos* de exceção, a ideia de *bando* e principalmente os conceitos de *vida nua* e *Homo Sacer* de Agamben, e de *amigo e inimigo* de Carl Schmitt. Ponto que merece destaque pelo fato de que introduz no corpo do trabalho a ideia de como esses sujeitos serão excluídos do Estado-nação e como, ao longo de séculos e décadas, ainda o são por meio de normas migratórias justificadas pelos paradigmas

¹ Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pelotas/RS; Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria/RS. Pesquisador no grupo de Pesquisa intitulada “ Grupo de Estudos na interface Língua, Direito, Estado e Sociedade – GELIDES (IFSUL-Pelotas/RS), Membro do Grupo de pesquisa e extensão, Grupo de Estudos em Políticas Migratória e Direitos Humanos – GEMIGRA (UCPÉL-Pelotas/RS).

securitário e mercadológico fomentado pelos discursos hegemônicos. É importante destacar que para compreensão do ser e a sua capacidade *ação* em sociedade, serão utilizadas os aportes teóricos de Martin Heidegger e Hanna Arendt, para que se possa entender a relação desse Ser com o (não)sujeito.

Por último, cruza-se o referencial teórico com a Nova Lei Migratória com a intenção de contribuir acerca do debate migratório, relacionado-o com a lógica de exceção pós-fundacional que é legitimada pela legislação. Nessa perspectiva, é de imensa importância se utilizar dos aportes teóricos elaborados por Agamben e sobre a exegese do *estado de exceção* e sobre a lógica da soberania calcada nos postulados de exclusão desse (não)sujeito imigrante através da nacionalidade e da cidadania.

BREVES APORTES SOBRE ESTADO DE EXCEÇÃO

O Estado-nação do século XIX e XX se fundou na lógica de exceção, caracterizada pela instauração de uma guerra civil legal que permite a eliminação física ou jurídica não só de seus adversários políticos, mas também de certos grupos étnicos e religiosos. Há um extermínio de grupos inteiros de pessoas que não estão integrados ao sistema político vigente.²

Com o aprimoramento das técnicas jurídicas e políticas para aplicação das normas de exceção, essa lógica excludente fez-se presente até na atualidade, criando a figura do Estado de Exceção Permanente.

Neste sentido, Agamben faz duras críticas à estrutura de Estado que temos. Ao mencioná-la em uma passagem no seu livro, ele aponta que o Estado democrático de direito está calcado num contrato ou convenção, ou estilo *hobbesiano*, segundo o qual as partes seriam obrigadas a recusar alguns direitos para que recebam a dita segurança jurídica. Ou seja, podemos ver aqui a lógica securitária que povoa as relações sociais nos dias atuais. O que é exposto claramente nesta passagem:

É preciso dispensar sem reservas todas as representações do ato político originário como um contrato ou uma convenção, que assimilaria de modo pontual e definido a passagem da natureza ao Estado. Existe aqui, ao invés, um bem mais complexo, zona

² AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção: homo sacer** I, II. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2016. p.15.

de indiscernibilidade entre *nómos* e *phýsis*, na qual o limite estatal, tendo como bando é também desde sempre não-estatal e pseudonatureza, e a natureza apresenta-se desde sempre como *nómos* e Estado de Exceção.³

O pensamento *hobbesiano*, que privilegia exclusivamente o contrato e não o bando⁴, acabou levando ao fracasso toda a estrutura democrática que, quando se deparava com o poder soberano, não sabia agir da forma mais adequada, senão pelo método do Estado de Exceção. Glauco Barsalini menciona:

Por oposição ao liberalismo que se ergue sobre o jusnaturalismo *hobbesiano*, Agamben propõe uma nova forma de interpretação sobre o poder e o direito, na qual se reconheça em toda sua dimensão a violência fundante da política e do direito, constituída num poder soberano brutal e excludente nascido justamente do bando, a força que mantém, de um lado, a vida nua (*phýsis*), e o poder soberano (*nómos*).⁵

Na tentativa de buscar uma melhor compreensão sobre o Estado de Exceção Permanente como um dos fatores preponderantes na manutenção da estrutura do estado democrático, temos que nos valer dos conceitos da biopolítica⁶. Tal proposta é o fator decisivo para criação de legislações securitárias como normas que legitimam a prática de exceção e o agir político do soberano. Um dos principais exemplos é a “*Military Order*” promulgada pelo governo Estadunidense em 2001, a qual autoriza a detenção imediata, suprimindo uma série de direitos civis e humanos consagrados na Constituição nacional. Outra legislação norte americana que consagra dispositivos de exceção é a “*USA Patriot Act*”⁷.

Tais exclusões giram em círculos sempre com a intenção de escolher algum “bode expiatório” para poder justificar as políticas de austeridade que se intensificaram nesta virada

³ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida Nua I*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 109.

⁴ Termo utilizado por Agamben para definir as “massas”, os cidadãos que dão o poder ao soberano.

⁵ BRASALINI, Glauco. **Estado de Exceção Permanente: Soberania, Violência e Direito** na Obra de Giorgio Agamben. Campinas: UNICAMP, 2011, 215 f. Tese (Doutorado em filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

⁶ Biopolítica, segundo Foucault, é movimento, a partir do século XVIII, que a vida biológica dos indivíduos começa a se converter em objeto da política. Neste sentido, a vida biológica passa a ser administrada pelas estruturas de controle do estado, onde o privado e o público passam a se confundir, chegando ao ponto onde não se pode mais determinar onde é um ou outro, ficando o indivíduo totalmente entregue a esse dispositivo, sendo a morte o único ato privado que o indevido é capaz de produzir. Ver mais em: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p. 235; FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

⁷ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção: homo sacer**, II, I. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p.14.

de século. O que se vê atualmente é uma virada sócio econômica, provocada pelas mesmas problemáticas estruturais vividas pelo Estado-nação produzidas nos anos 20 do século passado na Europa ocidental.

É importante destacar que há várias terminologias e conceitos sobre o que é exatamente o estado de exceção. Neste artigo, utilizar-se-á a compreensão defendida por Agamben, que em suas palavras: “a escolha da expressão ‘Estado de Exceção’ implica em uma tomada de posição quanto à lógica mais adequada à sua compreensão”⁸.

As raízes epistemológicas do Estado de Exceção são bem antigas como também suas variações. É importante salientar que se trará a concepção moderna “democrática-revolucionária”, que preponderou, na primeira metade do século XX – mais precisamente no início dos anos 20 –, e o surgimento do Imperialismo devido à crise do Estado-nação.

No final da Primeira Guerra Mundial, um fator categórico para demonstrar que a velha ordem vigente estava por ruir foram o fim monarquias absolutistas e sua substituição por parlamentos, monarquias constitucionais (Reino Unido), regimes totalitários (União Soviética) e ditaduras (fascismo e franquismo)⁹. Os anos que antecederam o desenrolar da Segunda Guerra Mundial foram anos nos quais o imperialismo colonial se intensificou, pois a Europa se encontrava em situação caótica, gerada por profundas crises nas estruturas sociais e políticas dos Estados-nação modernos. A velha lógica territorial desenhada na segunda metade do século XVII não respondia mais aos anseios sociais, econômicos e políticos das populações desses Estados.

O pensamento imperialista tem um viés internacionalista e universal, baseado em uma concepção e expansão não só territorial, mas também de ideais políticos, econômicos e sociais que tem por finalidade unificar todos os cidadãos em torno de uma bandeira comum. Sobre o imperialismo do século XIX se destaca o pensamento de Hannah Arendt:

A expansão como objetivo permanente e supremo da política é a ideia central do imperialismo. Não implica a pilhagem temporária nem a assimilação duradoura, característica da conquista. Parecia um conceito inteiramente novo na longa história do pensamento e ação político, embora na realidade não fosse um conceito político,

⁸ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção: homo sacer**, II, I. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 21.

⁹ ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. 9.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 159.

mas econômico, já que a expansão visa ao permanente crescimento da produção industrial e das transações comerciais, alvos supremos do século XIX.¹⁰

Esta perspectiva de crescimento econômico persiste na atualidade em todos os pensamentos políticos, sendo eles totalitários ou democráticos. Sempre busca um viés expansionista. Evidente que esse pensamento foi tema de inúmeros debates na Europa do século XIX e XX e que houve rupturas, uma vez que o conceito absolutista do Estado-nação era ainda muito presente. Em uma breve reflexão acerca destes acontecimentos e rupturas na Europa, na ideia de uma nova formatação do Estado-nação, pode-se perceber que o imperialismo colonial (principalmente o inglês), baseou sua expansão pelo consumismo (daí a imagem de ele ter um viés mais econômico) e nas restrições impostas a alguns sujeitos (que por si só não se justificam). É claro que todos os aparatos ideológicos ocidentais foram utilizados para expansão. No caso inglês, tem-se como exemplo os preceitos da democracia inglesa e o pensamento de levar “civilização” para os povos, baseado na figura da monarquia constitucional e nas liberdades individuais. Liberdades essas que só eram consagradas aos que possuíam a cidadania inglesa, diferente da população colonizada, surgindo a ideia do (não) sujeito.

Essas perspectivas imperialistas foram vividas de maneira distinta nos diferentes Estados-nação que compunham a Europa. É importante sublinhar que o imperialismo francês foi diferente do inglês, e o belga diferente do francês e do inglês, sucessivamente.

É provável que vendo tamanha expansão, países que não vivenciaram de maneira plena a revolução industrial (ou até mesmo não vivenciaram – exemplo de Rússia, Alemanha e Áustria, para citar alguns países) tiveram que estabelecer conceitos políticos distintos dos vigentes – surgindo a decadência da formatação atual do Estado-nação. Surgiam contradições cada vez maiores entre a classe burguesa em países, como a Alemanha, em que ela ainda era ligada a aristocracia, diferente da *ralé*¹¹ que se alinhou politicamente ao totalitarismo.

¹⁰ ARENDT, Hanna. **As Origens do Totalitarismo**. 9.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 155-156.

¹¹ Termo utilizado por Hannah Arendt para explicar as camadas mais pobres e alienadas da população, nos movimentos que se alinharam aos movimentos nazista, comunistas e fascista para legitimar o Estado Totalitário. Ver mais em: ARENDT, Hanna. **As Origens do Totalitarismo**. 9.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 339.

Por conseguinte, Hannah Arendt aumelja traçar as diferenças históricas deste movimento de expansão do Estado-nação no século XIX:

O surgimento de um movimento de expansão em Estados-nação que, mais que qualquer outro político, eram definidos por fronteiras e pelas limitações de possíveis conquistas, é um exemplo das disparidades aparentemente absurdas entre causa e efeito que assimilam a história moderna. A terrível confusão da terminologia histórica moderna é apenas um subproduto dessas disparidades. Fazendo comparações com os impérios antigos, os historiadores modernos confundem expansão com conquista, desprezando a diferença entre comunidade e Império (como os historiadores pré-imperialistas confundiam a diferença entre plantações e possessões, ou colônias de dependências, ou, mais tarde, de colonialismos e imperialismos) e ignoram, em outras palavras, a diversificação essencial existente entre a exportação de gente (britânica) e a exportação de dinheiro (britânico).

O pensamento destacado nesta segunda fase do imperialismo colonial é incisiva para a decadência do Estado-nação, sendo um dos principais vetores para a emergência de movimentos totalitários de várias correntes doutrinárias.

Nesse contexto, existe um divisor de águas para comprovar que Estado de Exceção deixa de ter um caráter excepcional e passa ser uma regra de governo, caindo numa zona cinzenta entre o jurídico e o político. A grande problemática encontrada é a questão política. Segundo o pensamento de Arendt¹², perdemos a capacidade de agir politicamente, ou seja, perdemos a ação, o ato de refletir. A filósofa alemã¹³ faz um exercício de analogias em seu livro *A condição humana*. Grande parte dos filósofos sempre discutiram uma maneira de substituir a ação por uma teoria mais prática, mas só a era moderna consegue fazer tal substituição. Com isso, a técnica foi sacralizada, transformando o homem em um mero instrumento desta engrenagem. A perspectiva de suprimir a ação é uma tentativa de universalizar o pensamento do homem, liquidando com suas diferenças, tendo como guia o soberano, ditador ou até mesmo a administração pública, chamada de ditadura da maioria.

Dentor dessa alienação política, o poder soberano e a biopolítica são instalados, fato que não conseguimos mais decifrar onde começa e onde termina e quais as suas consequências. A alienação torna-se o ponto chave para que o Estado funcione em sua plena estrutura, para a coexistência pacífica dos distintos modos de vida. Assim, alienação não é um problema, e, sim,

¹² ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 273.

¹³ ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p.273.

a solução. Logo, é importante o pensamento biopolítico para legitimar a ideia de estado soberano com sua lógica contratualista¹⁴. Nas palavras de Hanna Arendt,

Como verificamos pela forma mais social de governo, isto é, pela burocracia (o último estágio do governo no Estado-nação, tal como o governo de um só homem constituía o primeiro estágio do despotismo benevolente e do absolutismo), o governo de ninguém não é necessariamente um não-governo; pode, de fato, em certas circunstâncias, vir a ser uma das suas mais cruéis e tirânicas versões¹⁵.

A questão levantada por Arendt¹⁶ ilustra o pensamento de Rousseau e o surgimento do Estado Moderno, deixando claro em sua reflexão de como a burocracia existente no chamado governo de ninguém é capaz de reduzir os indivíduos a meros algoritmos de uma estrutura pensada para excluir e controlar.

O que Foucault menciona: “(...) *o grande fantasma é ideia de um corpo social constituído pela universalidade das vontades. Ora, não é consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo do indivíduo*”.¹⁷

Num estágio de total alienação, perde-se a capacidade de decidir, resultando na aceitação do decisionismo por parte do soberano, que Schmitt defende. Assim, esse decisionismo autoritário é gerido pelas estruturas estatais, que não refletem de maneira política/jurídica, mas sim de maneira autoritária, o chamado agir politicamente. Por fim, o Estado de Exceção tende a ter um caráter permanente, porque tenta suprimir as diferenças pela lógica universalista, a partir da extensão dos poderes do soberano.

O que Agamben¹⁸ menciona:

A análise de Tingsten concentra-se num problema técnico essencial que marca profundamente a evolução dos regimes parlamentares modernos: a extensão dos poderes do executivo no âmbito legislativo por meio da promulgação de decretos e disposições, como consequência da delegação contida nas leis ditas “plenos poderes”.

Ponto em que, pode se afirmar que o soberano estaria dentro e fora da lei, ou seja, o soberano teria o poder de fazer cumprir as regras criadas pela lei, além da capacidade de

¹⁴ Para entender mais sobre a teoria contratualista ler: HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil. São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 2003.

¹⁵ ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 49.

¹⁶ ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 47.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28.ed. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra, 2014. p. 235.

¹⁸ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção: homo sacer**, II, I. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p.18.

produzir novas regras que fiquem fora da lei. A capacidade de produzir regras fora da lei é a condição de exceção.¹⁹

É evidente que toda essa discussão sobre Estado de Exceção se aprofunda na medida em que encontramos pontos discordantes da teoria de Carl Schmitt e Agamben. Para Schmitt, o político excede o jurídico politizando toda e qualquer forma de expressão jurídica²⁰. Não é o pensamento que Agamben acompanha:

Essa terra de ninguém, entre direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida, que apresente pesquisa se propõe a explorar. Somente erguendo o véu que cobre essa zona incerta poderemos chegar a compreender o que está em jogo na diferença – ou na suposta diferença – entre o político e o jurídico e entre o direito e o vivente. E só então será possível, talvez, responder à pergunta que não para de ressoar na história da política ocidental: o que significa agir politicamente?²¹

É quase impossível chegarmos a um ponto em comum sobre o conceito de exceção, ou do Estado Exceção Permanente. O que sabemos é que, o filósofo italiano, se distancia das lógicas normativista-jurídicas, presente em Carl Schmitt. Agamben faz a crítica ao estado neoliberal²² produto da modernidade, que, ao longo da história, vai se distanciar do ideário jusnaturalista do Contrato Social. A modernidade foi incapaz de compreender o fenômeno de uma política não-estatal. Assim, para se manter a governabilidade, é necessário a produção da *vida nua* pelo poder soberano.

O que Agamben nomina com força de lei, é o conceito no qual a suspensão da lei libera uma força, um elemento jurídico político, que investe o soberano com um poder decisório de que seus atos terão força de lei; uma ação que fica dentro e fora da norma jurídica. Nas palavras de Schmitt, essa é a figura da soberania pois, “o soberano é quem decide sobre o estado de exceção”²³, como já mencionamos em pontos anteriores. Como podemos compreender, o Estado de Exceção, ao suspender a norma, revela um *agir* formal jurídico que é decisão, sendo

¹⁹ BRASALINI, Glauco. **Estado de Exceção Permanente: Soberania, Violência e Direito** na Obra de Giorgio Agamben. Campinas: UNICAMP, 2011, 215 f. Tese (Doutorado em filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, 2011. p.34.

²⁰ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção: homo sacer**, II, I. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 27.

²¹ Idem, ibidem.

²² O Conceito de Estado Neoliberal e Sociedade capitalista de consumo, será o utilizado Cristian laval y Pierre Dardot, in: LAVAL, Cristian; DARDOT, Pierre. **La nueva razón del mundo**. Barcelona: Gedisa, 2013.

²³ SCHMITT, Carl. **Teología Política**. 8.ed. Madrid: Trotta, 2009. p. 13.

esses dois elementos autônomos entre si²⁴. A decisão se liberta das amarras normativas, tornando-se absoluta. Schmitt:

Diante de um caso excepcional, o Estado suspende o direito por virtude do direito a própria conservação. Os elementos que integram o conceito do ordenamento jurídico enfrentam-se um com o outro e colocam em manifesto sua independência conceitual. Como, no caso normal cabe reduzir ao mínimo o elemento autônomo da decisão, e a norma no caso de exceção é anulada.²⁵

A interpretação dos aportes produzidos por Schmitt e guiados pela percepção de Agamben, nos leva a compreender que o Estado de Exceção – para o autor alemão – é uma teoria sobre a soberania, ou seja, o poder de quem terá o direito de “errar” por último. O que se presencia é o poder sobreno, ora *esta-fora* ora está dentro do ordenamento. Porquanto a formação do estado de exceção se fundou nessa estrutura, sendo uma força superior capaz de ter o poder decisório em momentos de exceção; uma espécie sacralização do soberano, como o pai da nação, ou seja, substituto de Deus na modernidade. Nos destaca Galvão:

O “bem supremo” só pode ser reencontrado no nível da Lei (simbólico) e sua suspensão, espécie de masoquismo que materializa um Pai protetor e guardião por ele forjado em sua dimensão imaginária cristianizada. Nada mais fantástico do que ver uma geração inteira de intelectuais da dita Filosofia Política gravitar na órbita do soberano e ingressar vivo a confraria dos fracos (escravos).²⁶

E segue explanando em outro trecho:

O Eterno, Todo, o Verdadeiro, o objeto no ocidente cristão existe no imaginário universal da imagem de Deus cristão refletido e revelando o político entendido como teologia de massa (“Teologia Política”). O “dispositivo” passa ser símbolo; o símbolo já é dispositivo no comando das almas das massas do rebanho. “Dispositivo Cristo” é “Símbolo Cristo” onde o poder se faz pela alma (psíquico).²⁷

O que se vê é que o poder soberano fundar-se-á nas bases cristãs. Isso fica claro, fazendo uma rápida leitura sobre o Estado Exceção, com um caráter santificado, capaz de justificar toda a lógica do Estado-nação em excluir do sistema certos sujeitos ou suprimir temporariamente a

²⁴ AGAMBEN, Op.Cit., p. 56.

²⁵ SCHMITT, Op.Cit., pp. 18-19.

²⁶ GALVÃO, João. **Sobre a Exceção Humana**: Carta a Lacan, Jung, Schmitt. São Paulo: Liberas, 2012. p. 93.

²⁷ GALVÃO, João. **Sobre a Exceção Humana**: Carta a Lacan, Jung, Schmitt. São Paulo: Liberas, 2012. p. 93.

ordem estatal democrática em nome da civilização e sua manutenção. O grande problema que é presenciado na modernidade é a substituição de Deus pela política e, posteriormente, de Deus pela economia. Carrega-se uma certa sacralidade cristã ao interpretar esses temas, substituindo-se a imagem idealizada de Jesus Cristo na cruz por homens ou teorias que norteiam o agir político.

O político/soberano é tido como cristo, posto que teria a capacidade de pensar pelo o *bando*. Como Hannah Arendt²⁸ menciona, “*perdemos a capacidade da ação, nos encontramos em um ponto de alienação*”; tudo aqui é sacralizado e torna-se indiscutível. Projeta-se na figura do soberano, conforme descreve Schmidt²⁹, a figura do Rei-Filósofo (Platão), cuja imensa sabedoria resolvia problemas políticos como se fossem simples, tornando-se, assim, uma das formas mais tirânicas de poder. O poder, pois, projeta na figura do Soberano a imagem imaginada de um salvador pátria.³⁰

Para tentar finalizar, tomando os aportes de teóricos de Agamben buscou-se explicar o Estado de Exceção permanente, é relevante mencionar que a aplicação da norma no Estado de Exceção - que, segunda a sua teoria, é a norma criada pelo agir politicamente, qual seja, com força de lei - é um campo no qual existe uma violência sistêmica e sem logos, momento em que lógica e práxis se indeterminam e a norma é suspensa para que se crie a exceção.

O estado de exceção é, nesse sentido, a abertura de um espaço em que aplicação e norma mostram sua separação e em que uma força lei, realiza (isto é, aplica desapplicando) uma norma cuja aplicação foi suspensa. Desse modo, a união impossível entre norma e realidade, e a conseqüente constituição do âmbito da norma é operada sob a forma da exceção, isto é, pelo pressuposto de sua relação. Isso significa que, para aplicar a norma, é necessário em última análise, suspender sua aplicação, produzir uma exceção.³¹

Percebe-se que o Estado de Direito e o Estado de Exceção não são categorias que se afastam. O uso sistêmico da exceção passa a ser produzido como uma concepção distinta do que entendemos de Estado de Direito positivo. Para Agamben, ele é fruto da práxis da

²⁸ ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 12.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p.33.

²⁹ SCHMITT, Carl. **Teología Política**. 8.ed. Madrid: Trotta, 2009. p. 32.

³⁰ Idem, p. 33.

³¹ AGAMBEN, Giorgio. **O Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.32.

modernidade. Logo, existe não apenas um Estado de Exceção, mas sim vários, parcelas do poder que escapam dos limites do estado.³²

Desta forma, essa práxis, calcada na exclusão, gera a criação da *vida nua*, do *homo sacer* e do (não)sujeito³³, sobre o qual operarse-á a exclusão do imigrante, visto que este não ascende à cidadania por conta de legislações e de discursos hegemônicos calcadas na exceção e na securitização.

O DISCURSO PÓS-FUNDACIONAL E A EXCLUSÃO DO (NÃO)SUJEITO IMIGRANTE

O discurso pós-fundacional retoma a epistemologia presente em Heidegger, a partir de uma compreensão do ser. Buscará se demonstrar de que maneira as identidades culturais dos imigrantes são soterradas por discursos hegemônicos e contra hegemônicos sobre a migração. Na primeira parte do artigo tentou-se explicar os conceitos de Estado de Exceção. Nesta segunda parte buscar-se-á no ôntico e no ontológico, por meio da praxis do discurso, as hegemônias da construção discursiva que excluem o imigrante, restando o seu autoconhecimento.

A questão do Ser é bastante complexa, tomando os aportes teóricos explanados por Martin Heidegger, em *Ser e Tempo*³⁴, se compreende que a construção do *Das sein* se dá por meio da experiência do *Ser* com o *Ente*. Esta conjugação se dá pela perspectiva ontológica (*ente*) com ôntico (*Ser*), que permeia o plano das ideias, formando o *Das sein* (homem). Para chegar no *Das sein*, é importante fazermos as perguntas *próprias*, seja, as perguntas essenciais para que se possa ter a compreensão clara do Ser. O Ser se projeta em uma linha reta, em que vai adquirindo experiência dentro de uma temporalidade, essa linha reta possui a capacidade de ser aberta e fechada a qualquer momento. Pois o Ser é finito e se projeta na temporalidade,

³² VALIM, Rafael. **Estado de Exceção**: a forma Jurídica do Neoliberalismo. São Paulo: Contra Corrente, 2017, p. 22.

³³ Usarei a expressão (não)sujeito de Direito remetendo ao oposto da ideia de Kelsen de Sujeito de Direito, que seria, segundo ele: “A teoria tradicional identifica o conceito de sujeito jurídico com o de pessoa. Eis sua definição: pessoa é o homem enquanto sujeito de direitos e deveres”, então o (não)sujeito, seria o homem que não é dotado de direitos. KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

³⁴ HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 10ª ed. São Paulo, Brasil: Vozes, 2006. p. 41.

havendo vários tempos, a somatória desses espaços temporais, entre o *Ser* e o e *Ente*, constitui-se a ideia *Das Sein, presença*. Desta maneira Heidegger fala:

O questionar enquanto “questionar acerca de alguma coisa” possui um questionado. Todo questionar acerca de...é, de algum modo, um interrogado sobre...Além do questionado, pertence ao questionar um *interrogado*. Na questão investigatória, isto é, na questão específica teórica, deve-se determinar e chegar a conceber o questionado. No questionado reside, pois, o *perguntado*, enquanto o que propriamente se intenciona, aquilo em que o questionamento alcança sua meta. Com atitude de um ente que questiona, o questionar possui em si mesmo um modo próprio do ser. Pode-se empreender um questionamento como “um simples questionário” ou como o desenvolvimento explícito de uma questão. A característica dessa última é tornar de antemão transparente o questionar quanto a todos os momentos constitutivos da questão. ³⁴

Neste sentido podemos perceber que a construção identitária é algo cambiante, uma vez que se perpetua na temporalidade as diversas experiências vividas em sociedade, não podendo ser um conceito fechado, pois o Ser é resultado destas experiências podendo compreender o *ente* de formas distintas, conforme o tempo.

Por isso resulta complexa a ideia universal de tipificação dos sujeitos, uma vez que o Ser é algo mutável. Quando se utiliza legislações estática e conceitos estáticos, automaticamente estamos renegando o surgimento de “novas identidades”, pois partimos de uma lógica ontológica calcada na tradição Grega filosófica permeada pela metafísica cristã.

Nesta perspectiva produzir discursos hegemônicos, acarreta uma total alienação do *Ser*, pois tiraria a capacidade destes de fazer as perguntas *próprias*³⁵, o que Hanna Arendt chamou da alienação do homem por meio da técnica cartesiana.

Neste sentido, por meio da exclusão deste (não)sujeito pelo Estado de Exceção e pelos discursos hegemônicos universalistas, é de suma importância refletir o que isso acarreta no ideário social.

No atual paradigma, o mundo é tomado pelas grandes corporações transnacionais (fundos de investimento/mercado de investimentos) que desvirtuam as concepções de público

³⁴ HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 10ª ed. São Paulo, Brasil: Vozes, 2006. P. 40.

³⁵ HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 10ª ed. São Paulo, Brasil: Vozes, 2006. P. 40

e privado. Conforme menciona Zizek: “o indivíduo experimenta em si mesmo, algo desnaturalizado”³⁶.

O apogeu do Estado-nação foi no século XIX, momento em que incontáveis Estados se estabeleceram como nações, como o império Austro-húngaro, Russo e o Britânico. Todos esses grandes Estados tinham a intenção de unificar uma população sob uma única bandeira estatal, gerando infinitudes de controvérsias, uma vez que, a tarefa de unificar as inúmeras etnias e disputas territoriais que não se limitavam apenas as fronteiras físicas era extremamente complexa.

Hanna Arendt³⁷ menciona que a inclusão estatal dos povos dominados pelos estados imperialistas coloniais/continentais nunca se deu em pé de igualdade, posto que as classes sociais dominantes excluíam as classes desfavorecidas, criando a ideia de sub-cidadania – fruto do cinismo da construção do Estado-nação.

O imperialismo Britânico é um exemplo importante de como foi operacionalizado a lógica da exclusão, classificando o mundo entre brancos e negros, dominados e dominantes, nativos e ingleses. As colônias Britânicas, Francesas, Belgas e Holandesas perduraram – em sua maioria, dado que alguns ainda existem - até a segunda metade do século XX. O imperialismo colonial foi fator preponderante para exclusão de uma gama incalculável de indivíduos, sujeitos esses que até atualidade são excluídos do estado da arte. Grande parte desses sujeitos são provenientes de antigas colônias europeias, tais como África, América, Ásia e Oriente Médio.

Tais políticas imperialistas e expansionistas refletem nas democracias modernas e são mantidas pela violência legal estatal produzidas pelos discursos hegemônicos contra imigração, numa total manutenção da lógica securitária e econômica das migrações.

A herança nefasta deixada por anos de imperialismo colonial foi, de certa forma, a universalização das estruturas e da elite burguesa dominante que, ao final dos regimes colônias, toma o poder – seguindo a mesma lógica colonialista³⁸. Em muitos casos, o poder econômico

³⁶ VALIM, Rafael. **Estado de Exceção: a forma Jurídica do Neoliberalismo**. São Paulo: Contra Corrente, 2017, p. 22.

³⁷ ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. 9.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 55

³⁸ MARX, Karl *apud* FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira S.A., 1997. pp. 123-124.

daqueles países é praticamente nulo, tendo a dependência quase que exclusiva das antigas metrópoles. A burguesia nacional dos países subdesenvolvidos, como já se sabe, em sua grande maioria, vive da atividade terciária, pois nunca foi intenção da metrópole que se criasse um grande polo industrial ou financeiro nestes países. Sendo assim, é importante destacar que boa parte dessa burguesia dominante exclui uma gama gigantesca de sujeitos da política estatal. Neste sentido, é complicado defender a tese de um Estado-nação como poder absoluto, dado que boa parte dos Estados vivem uma relação de subserviência com os Estados desenvolvidos³⁹.

Esses são os não sujeitos que Fanon irá mencionar em seu livro *Os condenados da Terra*⁴⁰ são sujeitos que, já na estrutura estatal de seus países, são excluídos por meio das normas de exceção. Com isso, buscam a imigração para outras regiões do mundo com a intenção de cristalizar o seu sonho de liberdade e prosperidade fomentada pelo ocidente, se deparando com uma exclusão sem precedentes que os coloca em campos de triagens e os trata como terroristas, confinando-os a guetos e sujeitos à “ilegalidade” produzidas pelos discursos hegemônicos na ideia neoliberal de Estado.

A sociedade neoliberal, que tem por conceito produzir discursos hegemônicos e universalistas, coloca as pessoas que mantêm uma identidade cultural religiosa distinta da maioria dominante em uma posição de subserviência. Sem dúvida, a questão econômica e securitária, explanadas nos discursos anti-imigração, mascara a questão mais problemática que é vivida no ocidente, que são as questões de cunho de identitário (religiosas, culturais e raciais).

O que constata-se é que os dispositivos são a ponte de ligação que o Estado necessita para o controle desses (não)sujeitos, não só por meio de práticas de discursos, regulamentos, projetos arquitetônicos, decisões administrativas, pensamentos filosóficos e tecnologias de informação. Portanto, esses dispositivos, que aqui podemos chamar de “dispositivos de segurança”, são capazes de excluir o imigrante, condenando-o a *vida nua* por meio do discurso da segurança jurídica e econômica. Essa exclusão é criada pelo Estado de Exceção Permanente, que, por meio de Decretos-lei – poder discricionário das autoridades em decidir

³⁹ FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira S.A., 1997. pp. 123-124.

⁴⁰ FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira S.A., 1997. pp. 123-124.

em matéria migratória – causa a exclusão destes migrantes, acarretando um crescimento gigantesco nas práticas de controle principalmente as relacionadas com imigração.

Utilizando o pensamento de Žižek⁴¹ de como o Estado é capaz de nos manipular no que diz respeito à securitização, a metáfora da “*Política do Gozo*”, que seria uma busca incessante pela *jouissance* (gozo/prazer), ou seja, o Estado neoliberal busca de maneira incessante controlar o gozo por meio de suas estruturas de controle do corpo⁴². Temos uma falsa ideia de liberdade, segundo a qual a livre escolha só pode ser fruto de um desprendimento cultural do sujeito com o mundo e da sua própria vida particular, não cabendo espaços para o multiculturalismo, ou seja, a sociedade de consumo exige atitudes que tenham a pretensa ideia de senso comum, valores culturais que seriam inerentes a todas as pessoas⁴³.

O que Marx denunciava é que não existia a libertação do proletário, e sim a sua exclusão por meio de sua divisão amparada pela técnica cartesiana responsável pela alienação do mundo, reproduzindo as velhas estruturas da *pólis*, só que desta vez ocultada pelo cinismo universal humanitário que herdamos do cristianismo⁴⁴.

Desta forma, Pereira⁴⁵ nos fala que a biopolítica é o que melhor reproduz o Estado de Exceção, instaurando a debilidade das funções jurídicas, criando a noção de bem comum, gerando a *vida nua*.

Esse Ser que é atingido pela força estrutural do Estado é o *homo sacer*, figura criada pelo Direito Romano, o Ser que é despido de cidadania, o Ser em sua vida nua. Por um lado, é protegido pelo Estado; por outro, é exposto à sua tirania. Pode-se pensar, de certa forma, que o Estado de Exceção instaurado protege esse sujeito, partindo da lógica binária de inclusão por exclusão.

LEGISLAÇÃO MIGRATÓRIA BRASILEIRA E SUA LÓGICA EXCLUDENTE

⁴¹ ŽIZEK, Slavoj. **Contra os Direitos Humanos**. *Dossiê Direitos Humanos: Diversos Olhares*, Londrina, v.15, n. 1. pp. 11-29, 2010.

⁴² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 235.

⁴³ ŽIZEK, Op. Cit., p. 29.

⁴⁴ ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 12.ed. Rio de Janeiro: Forense., 2014. p.164.

⁴⁵ PEREIRA, Gustavo. **Direitos Humanos e Hospitalidade**. São Paulo: Atlas, 2014. p.100.

Este ponto se dedica à Nova Lei Migratória (Lei nº. 13.445/2017) e aos avanços que ela produziu na matéria no Brasil, sendo um divisor de águas da política migratória nacional, mesmo em que pesem algumas críticas a ela. Durante essas quatro décadas (de 1980 a 2017), os ativistas, pesquisadores e pessoas que trabalham com Direitos Humanos lutaram por uma nova lei migratória no Brasil que rompesse com o paradigma mercadológico e securitário presente no Estatuto do Estrangeiro de 1980 (Lei nº. 6.815/1980). A aprovação da Nova Lei de Migrações (Lei nº. 13.445 de 24 de maio de 2017), não trouxe avanços significativos. A Nova Lei Migratória tem como princípio tratar a imigração como um direito humano, e não mais como uma política de segurança de Estado. Por conseguinte, o Brasil torna-se um dos poucos países a tratar a imigração por esta perspectiva de Direitos Humanos.

Numa breve análise sobre a nova lei migratória, pode-se perceber que ela tem a sua construção dogmática e principiológica calcada nas normas de Direitos Humanos, totalmente diferente da antiga lei. Mesmo sendo um avanço inegável, é de suma importância destacar que o então Presidente da República fez vinte vetos e promulgou um Regulamento que desconfigurou totalmente a intenção da Nova Lei.

O Decreto nº. 9.199/2017 (decreto que regulamenta a Lei nº. 13.445/2017) contém 318 artigos, enquanto que a Lei nº. 13.445/2017 contém 121. Deste modo, o regulamento tem o triplo de dispositivos se comparado à nova lei, ignorando, segundo Rodrigo Borges Delfim⁴⁶, a maioria dos pedidos solicitados pelas organizações pró-migração foram negados. O decreto posterga a regulamentação de pontos de suma importância, como o visto de residências por razões humanitárias e a inexistência de prazo e requisitos claros para a emissão de vistos por parte do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça e da Segurança Pública e do Trabalho. Por isso a importância de se discutir e problematizar a intenção dos entes estatais em seguir tratando a imigração sob os paradigmas do mercado e da segurança que a Lei nº. 13.445/2017 se propõe a superar.

Pode-se falar também da permanência do termo “imigrante clandestino” e a possibilidade de prisão para imigrantes irregulares por solicitação da Polícia Federal (artigo

⁴⁶ DELFIM, Rodrigo Borges. **Lei de Migração entra em vigor, mas regulamentação ameaça avanços**. Migra Mundo, São Paulo, Brasil: matéria veiculada no dia 21 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://migramundo.com/lei-de-migracao-entra-em-vigor-mas-regulamentacao-ameaca-avancos/>> Acesso em: 01 jan 2018.

211º, do Regulamento), indo totalmente contra a redação dos artigos 3º e 123º da Lei n.º 13.445/2017, que salienta: “ninguém será privado de sua liberdade por razões migratórias”⁴⁷.

Percebe-se que existe um retrocesso, fazendo com que as associações civis pró-migração e Direitos Humanos fiquem atentas a aplicação da nova legislação, pois, ao aprovar o regulamento que ainda mantém a ideia de imigração *vis-à-vis* à teoria de segurança nacional. Menciona-se também o conteúdo do o artigo 38º da Lei n.º. 13.445/2017, o qual mantém a atividade de controle de entrada e saída dos imigrantes no país sobre a administração da Polícia Federal, mostrando a dificuldade ainda das instituições brasileiras em lidar com a matéria migratória de forma mais libertária e humanitária, mesmo que seu rol de princípios deixe expresso a forma de como deve ser interpretado a legislação.

O que se buscou nessa nova legislação, ainda que pese dispositivos de caráter securitário contidos no seu próprio texto e posteriormente no Regulamento. É importante destacar que a aprovação dessa legislação foi um divisor de águas na política nacional migratória. Entretanto, é claro que se deve ficar atento a possíveis retrocessos que o Regulamento pode ocasionar, viabilizando um entendimento econômico e securitário do controle migratório.

A aplicabilidade da Lei n.º 13.445/2017 é um ponto a ser revelado. Sabemos que os princípios elencados no artigo 3º tem um caráter ligado aos Direitos Humanos e prezam pela não criminalização do imigrante. Contudo, os vetos feitos pelo Presidente da República trouxeram preocupações acerca do futuro da nova legislação migratória, uma vez que tratam a imigração novamente a partir de um prisma securitário e econômico. No tocante à cidadania, não houve avanços porque a Constituição não permite modificar as questões referentes as diferenças entre imigrantes e nacionais. Estes são os problemas que se encontram presentes no ordenamento jurídico nacional.

O Regulamento n.º 9.199/2017 desconfigura de certa forma alguns princípios consagrados Lei, pois elenca uma série de dispositivos que podem contrariar o princípio

⁴⁷ DELFIM, Rodrigo Borges. **Lei de Migração entra em vigor, mas regulamentação ameaça avanços**. Migra Mundo, São Paulo, Brasil: matéria veiculada no dia 21 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://migramundo.com/lei-de-migracao-entra-em-vigor-mas-regulamentacao-ameaca-avancos/>> Acesso em: 01 jan 2018.

humanitário a que esta se propõe através da manutenção à restrição de direitos⁴⁸. Ademais, só o tempo dirá como a nova legislação será aplicada, dado que é muito recente e não se tem uma ideia bem formada sobre como será sua aplicação. Sabe-se, sim, que os problemas referentes a transformação do imigrante em (não)sujeito está longe do fim.

CONCLUSÃO

Viu-se como o aparato é forjado para que as estruturas de poder mantenham-se intactas, ou seja, para que lógica mercadológica e securitária permaneça e os conflitos internos sejam apaziguados pela força de lei exercida pelo soberano. Discutiu-se a teoria do *estado de exceção* e a *pós-fundacionalista*, ponto de total relevância para trabalho.

Mencionou-se como são produzidos esses (não)sujeitos. Sujeitos excluídos da cidadania por meio do aparato estatal e das normas positivas, com a justificativa de manutenção do *status* vigente. Nesse ponto, o trabalho avançou na discussão acerca da forma com que as normas de direito produzem *homini sacri*, isto é, uma *vida nua* que é gerada constantemente nas grandes cidades do mundo.

Esses (não)sujeitos são produto do Estado-Nação. Sem eles, o Estado não seria capaz de se manter na estrutura em que se encontra hoje. Refletiu-se sobre o atual papel do Estado na Modernidade e se realmente ele possui um poder soberano, tendo o caráter de decisionista determinando quem deve viver ou morrer, ser sujeito ou (não)sujeito. É claro que no momento em que se avança sobre estes debates fica claro que as estruturas estatais securitárias agem de forma coordenada com as estruturas mercadológicas, no sentido em que não mais se percebe o que é público e o que é privado. Por isso, a questão da imigração é tratada na atualidade de forma utilitarista. Em momentos mercadologicamente interessantes para imigração, o Estado-Nação abre as fronteiras e, em momentos de crise, as fecha. Essa lógica é possível pelos *ethos* de exceção que as legislações ocidentais permitem, visto que para muitos países a questão migratória é vista como um risco à segurança estatal.

⁴⁸ DELFIM, Rodrigo Borges. **Lei de Migração entra em vigor, mas regulamentação ameaça avanços**. Migra Mundo, São Paulo, Brasil: matéria veiculada no dia 21 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://migramundo.com/lei-de-migracao-entra-em-vigor-mas-regulamentacao-ameaca-avancos/>> Acesso em: 01 jan 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *O Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *O Estado de exceção como Paradigma de Governo*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *O uso dos corpos: Homo sacer*, IV, 2. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida Nua I*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ARENDET, Hannah. *A condição humana*. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. *Origens do Totalitarismo*. 9.ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2011.

BRASALINI, Glauco. *Estado de exceção Permanente: Soberania, Violência e Direito na Obra de Giorgio Agamben*. Campinas: UNICAMP, 2011, 215 f. Tese (Doutorado em filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

DELFIM, Rodrigo Borges. *Lei de Migração entra em vigor, mas regulamentação ameaça avanços*. Migra Mundo, São Paulo, Brasil: matéria veiculada no dia 21 de novembro de 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. *Seguridad, Territorio, Población*. In: Curso en el College de France: 1977-1978, Buenos Aires, 1.ed. Fondo de Cultura Económica, 2006.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALVÃO, João. *Sobre a Exceção Humana: Carta a Lacan, Jung, Schmitt*. São Paulo: Liberas, 2012.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 10^o ed. São Paulo, Brasil: Vozes, 2006.

HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo, Brasil : Martins Fontes, 2003.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LAVAL, Cristian; DARDOT, Pierre. *La Nueva Razón del Mundo*. Barcelona: Gedisa, 2013.

PEREIRA, Gustavo. **Direitos Humanos e Hospitalidade**. São Paulo, Brasil: Atlas, 2014.

SCHIMITT, Carl. **Concepto de lo Político**. Buenos Aires: Editorial Struhat&Cía, 2006.

_____. **Teología Política**. 8.ed. Madrid: Trotta, 2009.

VALIM, Rafael. **Estado de Exceção**: a forma Jurídica do Neoliberalismo. São Paulo: Contra Corrente, 2017.

ZIZEK, Slavoj. Contra os Direitos Humanos. **Dossiê Direitos Humanos**: Diversos Olhares, Londrina, v.15, n. 1, pp. 11-29, 2010.

_____. **La nueva lucha de clases**: Los refugiados y el terror. Barcelona: Anagrama, 2016.

A IDEOLOGIA HEGEMÔNICA E O CINEMA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO ANÁRQUICO E ANTIGUERRA DE CHARLIE CHAPLIN EM “SHOULDER ARMS” E “THE GREAT DICTATOR”

Leonardo Tajés Ferreira¹

Resumo

A partir de uma pesquisa qualitativa de análise do discurso das obras cinematográficas dirigidas por Charlie Chaplin: “Shoulder Arms” (1918) e “The Great Dictator” (1940) se pretende traçar um paralelo a respeito dos aspectos ideológicos presentes em cada produção. Esta pesquisa visa compreender o porquê de “The Great Dictator” ter se tornado um “clássico” hollywoodiano em detrimento do outro, e de que forma este fator está agregado à consolidação das democracias liberais. O estudo discursivo das obras audiovisuais se baseia na teoria de Michel Foucault, presente em “Arqueologia do Saber”, onde se considera os enunciados e seus contextos históricos na análise discursiva. Amparados também na Teoria do Discurso e Antagonismos de Ernesto Laclau analisamos como as relações sociais se modificaram a partir da ascensão dos Estados Unidos como potência mundial, e a influência disto no fortalecimento das democracias amparadas nas liberdades individuais. As conclusões apontam que a pertinência e o resgate midiático de The Great Dictator se deve não apenas a fatores técnicos, mas também discursivos, sendo reflexo da fragilidade constante das instituições democráticas às ameaças de ascensão de regimes totalitários dentro das democracias liberais e suas heterogeneidades intrínsecas.

Palavras-chave: cinema; discurso; ideologia; Primeira Guerra; Segunda Guerra

INTRODUÇÃO

A consolidação da burguesia enquanto classe nos eventos subsequentes à Revolução Francesa, e as transformações políticas (através de ideais republicanos e democráticos) e econômicas (com a ascensão do modelo capitalista) no cenário europeu foram fatores importantes para fomentar a disputa por interesses e influências globais, o que se refletiria nas relações conflituosas que viriam a se seguir nas primeiras décadas do século XX. Logo após assumir o poder, Napoleão Bonaparte voltou-se para “a conquista de territórios e o controle de mercados contra velhos inimigos, como a Áustria e Rússia, e contra novas potências industriais, como a Inglaterra” (ARRUDA e PILETTI, 1996, p. 249). Após a queda definitiva de Bonaparte, o Congresso de Viena, entre 1814 e 1815, visou a redefinição das áreas de exploração das

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Email: tajjes2@hotmail.com

grandes potências da Europa e, sobretudo, restaurar a ordem absolutista do Antigo Regime. Deste modo, países como a Áustria, Rússia, Prússia e Reino Unido constituíram uma *Santa Aliança* para garantir seus interesses absolutistas. “A grande preocupação dessas potências foi restaurar o velho equilíbrio europeu que existia antes da Revolução Francesa” (ARRUDA e PILETTI, 1997, p. 248). Na transição do século XIX para o XX há a presença dos impérios, que exerciam dominação política, econômica, social e cultural sobre os continentes americano, asiático e africano. Este ímpeto das nações pela hegemonia global cresce na medida em que os processos de produção da Revolução Industrial passam a requererem maiores recursos, de matéria prima e mão de obra, além de mercado externo consumidor. A tentativa de impor a cultura europeia sobre os povos dominados caracterizou um processo de *eugenia*, termo cunhado em 1883 por Francis Galton que significa “bem nascido”, o que no contexto do século XIX significava a propagação ideológica, por parte das nações europeias, de um discurso “civilizador” baseado em pseudociências que justificavam a subjugação dos povos dominados a partir de fatores biológicos; estes estudos de cunho racista é contemporâneo ao *Darwinismo Social*, teoria que transfere os conceitos evolucionistas de Charles Darwin para o estabelecimento de padrões humanos “superiores” e “inferiores”. “A exploração colonial visava à expansão do comércio e à produção de minérios ou gêneros agrícolas baratos para suprir o mercado mundial” (VESENTINI, 2005, p.54). Os interesses expansionistas e as relações conflitantes que marcaram todo o processo de formação dos Estados Nacionais no século XIX teriam consequências, e logo na virada do século a diplomacia deu lugar a duas guerras mundiais.

O MUNDO ENTRE GUERRAS

A Grande Guerra, ou a Primeira Guerra Mundial, ocorreu entre os anos de 1914 e 1918, durante um período denominado de *Belle Époque* na Europa; um momento de estabilidade econômica, propiciada pela crescente produção industrial e exploração de recursos das colônias vinculadas aos impérios. O sucesso da economia durante a *Belle Époque* favoreceu o desenvolvimento de novas tecnologias, da cultura e do entretenimento, como também o avanço científico. Entre 1871, após a Guerra Franco-Prussiana, e o final de julho de 1914, com o início

da Primeira Guerra Mundial, a Europa, e mais especificamente, Paris, desempenhou importante papel de vanguarda, em quesitos de sofisticação e desenvolvimento tecnológico; a capital francesa costumava sediar a *Exposition Universelle* com mostras de diversos países. No Reino Unido, outra potência econômica da época, a Era Vitoriana caracterizava-se por um aumento demográfico e queda no índice de mortalidade (em virtude da melhora no saneamento urbano). A sociedade inglesa via surgir no cenário urbano um novo tipo de estratificação; a classe média (*middle class*) e suas ramificações se distinguiu da alta burguesia (*upper class*) pelas relações de proximidade com a nobreza, como também no papel de influência política. Dentro desta concepção de sociedade, podemos atentar para a falta de mobilidade social, sendo esta mais comum nas camadas médias europeias e não entre os mais pobres. A guerra iminente viria a transformar estas estruturas, caracterizando uma ruptura de uma época “clássica”, moldada pela estética, hábitos e interesses das nobrezas para um mundo moderno, aberto, questionador e paradoxal.

Em 1882 é formada a Tríplice Aliança entre o Império Alemão, Império Austro-Húngaro e o Reino da Itália; esta Aliança consistia de um acordo militar de garantia de interesses dos blocos constituintes. Durante a Grande Guerra, a Itália saíria da Tríplice Aliança, indo para a Tríplice Entente, bloco formado pelo Império Russo, França, Reino Unido, e mais tarde, o Império Otomano. A Bósnia e Herzegovina foi anexada ao Império Austro-húngaro em 1908, após anos de impasses quanto a responsabilidade administrativa da localidade, ligado anteriormente ao Império Otomano. Agindo pelos interesses da organização nacionalista Sérvia, a Mão Negra (que era contrária à presença austríaca na região), Gavrilo Princip assassinou, em 28 de junho de 1914, o herdeiro do Império Austro-Húngaro, o arquiduque Franz Ferdinand e sua esposa Sophie, a duquesa de Hohenberg. A ação se deu durante a visita do casal à Sarajevo, na Bósnia e Herzegovina, território pertencente ao Império Austro-húngaro. Logo uma reação em cadeia se sucedeu, e as acusações contra a Sérvia, aliada do Império Russo, afetaram os interesses da Tríplice Entente. Em 28 de julho houve a declaração de guerra por parte dos austro-húngaros à Sérvia, fato que deflagrou a Primeira Guerra Mundial, envolvendo os impérios europeus e suas colônias. Os movimentos nacionalistas, movidos por um forte sentimento liberal, de estímulo à economia de mercado, impulsionou a formação do primeiro Parlamento Germânico, fato que levou à ascensão de Otto von Bismarck como

chanceler da Prússia; Bismarck introduziu um programa de desenvolvimento fabril e de modernização das forças armadas prussianas. Com a Guerra Franco-Prussiana, em 1871, o território alemão começa a se desenhar, com a vitória do Reino da Prússia sobre a França e a formação do Segundo Império Alemão; a anexação de territórios franceses, como a Alsácia-Lorena, ao império germânico semearia o sentimento de revanche por parte dos franceses anos mais tarde. Assim como a Alemanha, a Itália teve sua unificação, como também sua industrialização, de modo tardio. O *risorgimento* (ressurgimento), como é chamado o momento político de formação do Estado-nação na Itália, foi liderado pelo Reino de Piemonte-Sardenha. “Enquanto a consciência da nacionalidade é comparativamente recente, a estrutura do Estado é fruto da secular evolução da monarquia e do despotismo esclarecido” (ARENDDT, 2007, p. 260).

Os Estados Unidos foram os principais financiadores da Tríplice Entente durante a Primeira Guerra; longe do conflito, o país enviava produtos industrializados e armamentos para os países diretamente envolvidos na Guerra na Europa. A garantia do pagamento das dívidas dos países aliados foi um dos motivos da entrada dos Estados Unidos no conflito. Segundo Batista (2017, online): “Em junho de 1917, as primeiras forças americanas chegaram à Europa, 14 mil soldados juntaram-se aos aliados na França”. Antes da Guerra, a Inglaterra e a Alemanha eram as potências econômicas do mundo; após 1918, este posto foi ocupado pelos Estados Unidos. Posterior ao Tratado de Versalhes, em 1919, a Alemanha deixa de ser um Império e passa a ser designada como República de Weimar, tendo como sistema de governo uma democracia representativa. Segundo Arendt (1989, p. 119): “Antes da era imperialista não existia o fenômeno de política mundial, e sem ele a pretensão totalitária de governo global não teria sentido”. Ao final da Primeira Guerra esta lógica atrelada aos monarcas europeus cai por terra. “o sistema de Estados nacionais revelou-se incapaz de elaborar novas normas para o tratamento dos assuntos estrangeiros (...) Sua estreiteza ideológica (...) conduziram ao desastre do totalitarismo” (ARENDDT, 1989, p. 119). As diferentes concepções de liberdade individual ganham força ao passo em que os impérios se convertem em democracias e suas ramificações. “O fundamental à democracia liberal é retirar da cena política todo e qualquer tipo de ponto de antagonismo. Para os liberais, tudo pode ser resolvido por meios não violentos como a razão (...), sobretudo, a lei” (MENDONÇA e JUNIOR, 2014, p. 113). A democracia liberal possibilita, segundo Laclau e Mouffe (1985), os antagonismos e o deslocamento. As relações

heterogêneas advindas com a Modernidade e com a ascensão das democracias liberais favoreceu o surgimento do que Laclau e Mouffe (1985) chamam de “experiência negativa”, que é o limite da constituição plena da identidade, esta que está constantemente em processo de mutabilidade. “O antagonismo, antes de ser uma relação entre objetividades já dadas, representa o próprio momento em que as mesmas passam a ser constituídas” (MENDONÇA, 2014, p. 152). O filósofo francês Jacques Rancière *parte da concepção do estado de igualdade política para caracterizar a democracia. A igualdade deve ser um pressuposto, um termo a priori em um contexto de desigualdade social.* “o conflito político é a tensão entre o corpo social estruturado (no qual cada parte tem seu lugar) e uma outra parte (que não está contida nesse corpo estruturado)” (MENDONÇA e JUNIOR, 2014, p. 116).

O DISCURSO E O PODER

Em “A Arqueologia do Saber”, de Michel Foucault, o autor baseia o saber e o discurso no conceito de *enunciado*. Partindo da premissa de que a língua é um sistema de suporte para a construção de enunciados, podemos definir que este último é, segundo Foucault, uma função de resistência que se exerce de maneira vertical entre os signos (representações) socialmente válidos. Os enunciados dão possibilidade e margem de existência para as frases, proposições e atos de fala, localizando-se nos interstícios destas estruturas que servem de base para a linguagem. O saber em Foucault é constituído de verdades aceitas e compartilhadas coletivamente, e esta verdade acaba por pautar o que é correto e incorreto, o normal e o patológico, em dado contexto social. A normalização é o controle das vontades e dos pensamentos a partir do poder disciplinador das instituições do Estado. Em Foucault, a normalização do corpo social se dá através da linguagem; os saberes e os discursos são fruto de determinadas condições. Uma vez que as práticas sociais estão embasadas em dicotomias como bom e mau, bonito e feio, sábio e ignorante, podemos observar que o discurso e seu contexto define o que é aceito ou normal; desta relação antagônica, a partir da definição do que é anormal podemos definir o que é normal. A partir destas relações de poder e hegemonia, em *Microfísica do Poder*, Foucault aponta que o capitalismo se perpetua em virtude do exercício dos poderes em todas as esferas do corpo social, o que ele chama de Micropoderes, onde não há apenas

relações entre dominantes e dominados como afirmava Karl Marx, mas uma complexa dinâmica de dominação entre os grupos sociais. A Sociedade Disciplinar em Foucault se dá de modo sutil por laços e vínculos hierárquicos: nas relações de trabalho, organizações políticas, família, escola e meios de comunicação. A aceitação das normas sociais vai de encontro aos interesses do capitalismo, baseado em uma sociedade de controle, dos corpos e das mentes. A Soberania é um tipo de exercício de poder que vigora nas sociedades pré-capitalistas, durante os governos monárquicos. Neste contexto, o Estado tem o poder sobre a vida e a morte dos indivíduos (súditos). A fundamentação institucional na disciplina a partir das revoluções burguesas no século XVIII é o começo da transição do poder repressivo para um poder reconstitutivo, conforme conceitua Émile Durkheim. Nas cidades, o consciente coletivo é menor e dá margens para interpretações individuais dos imperativos sociais, por isso a necessidade de leis de Direito, onde as punições se dão com fins reconstitutivos amparadas nas concepções do que a sociedade global entende como justo ou proibido. A coesão proposta por Durkheim visava evitar a desintegração da sociedade, propondo a integração do indivíduo a partir da incorporação de imperativos e valores, uma moral republicana, como também compartilhando objetos sagrados. O papel das instituições (escola, família, igreja e Estado) se configura como mecanismo de organização da sociedade, estabelecendo regramentos de condutas previamente aceitos pela sociedade. As instituições disciplinares, como a escola, as prisões e os quartéis, moldam o comportamento individual pelo controle dos corpos, tornando-os “dóceis”. Uma vez consolidadas, as formas de dominação disciplinar, entre o século XIX e XX, o biopoder do Estado passa a reger os sujeitos e suas subjetividades. A “sociedade da normatização”, estabelecida no século XIX é definida por Foucault como “a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina” (FOUCAULT, 2005, p. 13). A guerra para Foucault está atrelada ao fortalecimento biológico de uma raça ou de uma população. “o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (FOUCAULT, 2005, p. 18). Dentro desta perspectiva, tanto a Primeira quanto a Segunda Guerra Mundial tiveram como força constitutiva o racismo e os interesses econômicos; em 1914 impulsionada pelos interesses imperialistas, e no segundo, protagonizado pelos regimes totalitários contra as democracias ocidentais.

As relações sociais, dentro da perspectiva das democracias liberais, podem ser explicadas a partir da visão pós-estruturalista de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. A teoria do discurso, a partir da perspectiva destes autores, serve para a compreensão dos fenômenos sócio-políticos. Para Laclau e Mouffe (1985) o discurso não é constituído de uma forma unidimensional, pautado na linguística, mas sim por dimensões extralinguísticas, envolvendo como se age, se fala e se escreve. “as categorias linguísticas deixam de estar ancoradas numa ontologia regional que as reduziria à fala e à escrita, e passam a constituir o campo de uma lógica relacional” (LACLAU apud MENDONÇA, 2012, p. 206). Laclau e Mouffe nos auxiliam a compreender a sociedade moderna quando levamos em consideração o contexto de pluralidades identitárias nas democracias liberais. Ao salientarmos que a heterogeneidade identitária, e a instigação do exercício das liberdades individuais, são elementos constitutivamente intrínsecos do capitalismo ocidental percebemos que as relações antagônicas são latentes entre os sujeitos. As identidades dentro desta concepção de antagonismo não estão dadas, mas sim em constante reflexividade. A construção da identidade do sujeito se dá a partir de uma falta constitutiva, e esta negação simbólica acarreta em um deslocamento, uma desestruturação, uma disputa de sentidos pelo reconhecimento da particularidade identitária. Esta possibilidade de busca pelo reconhecimento através das relações antagônicas caracteriza o que Laclau e Mouffe (1985) definem como experiência de negatividade, a não completude da constituição identitária pelo sujeito. Este limite da objetividade, ou da constituição plena, é permeado pela existência do outro. Segundo Mendonça (2012, p. 209): “o antagônico se encontra fora, excluído e limitando a completa positividade daquilo que ele antagoniza”. Laclau e Mouffe consideram a Revolução Francesa como último momento histórico onde os limites antagônicos, entre duas concepções distintas de sociedade, configurou a separação entre dois mundos. Segundo Laclau e Mouffe (1985), em 1789 se deu a relação antagônica entre o povo e o *ancien régime* (sic); esta ruptura em caráter macro é um fenômeno raro, sendo as relações antagônicas em nível microsocial mais frequentes. As democracias liberais, ao mesmo tempo em que buscam a homogeneidade e o consenso através de suas instituições burocráticas possibilitam a proliferação de particularidades e a contestação de reconhecimento destas. “movimentos sociais são constituídos para reivindicar suas demandas identitárias no contexto de um Estado democrático” (MENDONÇA, 2012, p. 210). A noção de deslocamento em Laclau

e Mouffe está no não simbolizável, na impossibilidade de produção de sentidos; em uma crítica a noção de objeto não-discursivo de Foucault, Laclau admite que cada objeto é constituído como um objeto de discurso. De acordo com Mendonça (2012, p. 214):

Assim, pensar uma determinada estrutura discursiva é pensar num conjunto de sentidos hegemônicos sedimentados que constituem uma determinada ordem. Evidentemente essa ordem hegemônica pressupõe uma série de antagonismos, uma vez que politicamente toda constituição discursiva, se por um lado é um ato de inclusão de sentidos, por outro lado representa uma série de outras exclusões.

Deste modo, a partir dos deslocamentos das estruturas há ressignificações de valores a partir das relações antagônicas que buscam se legitimar. Novas formas de inclusão, como também de exclusão, se tornam latentes em um *centramento* de possibilidades e impossibilidades de novos antagonismos e novas hegemonias. “um discurso, uma identidade política se constitui na medida em que esta identifica o seu inimigo” (MENDONÇA, 2012, p. 216). A natureza excludente de todo discurso hegemônico acarreta nos deslocamentos, movidos por relações antagônicas que são movidos em seu cerne por uma falta constitutiva.

CHARLIE CHAPLIN E O CINEMA

Charlie Chaplin nasceu em Londres, Inglaterra, em 16 de abril de 1889, em uma família de artistas; sua mãe, Hannah Chaplin, era cantora e atriz, seu pai, Charles Spencer Chaplin, era cantor e ator. A primeira turnê de Chaplin na América se deu em 1910, com Frederick John Westcott, um empresário teatral britânico. A estreia no meio cinematográfico de Chaplin ocorreu em 1914, quando foi contratado pela Keystone Film Company para atuar em *Making a Living*. O personagem *The Tramp*, ou O Vagabundo, apareceu pela primeira vez ao público em *Kid Auto Races at Venice*, de 1914. Com roteiros simples e piadas muitas vezes criticadas pela “vulgaridade”, as comédias dirigidas e estreladas por Chaplin tornaram-se populares entre os mais variados públicos. Após passar pela Essanay Studios, onde montou seu elenco fixo, com Edna Purviance como heroína e Leo White e Bud Jamison como vilões, Chaplin foi, em 1916, para a Mutual Film Corporation, e em 1917 assinou contrato com a First National Pictures. O curta-metragem mudo *Shoulder Arms* foi lançado nos Estados Unidos em 20 de outubro de

1918, obtendo uma boa receptividade do público e da imprensa. Segundo Mascareno (2010) a História do cinema ocidental pode ser dividido entre “cinema de atrações”, fase que corresponde os anos de 1894 até 1906-1907, onde o cinema é mais um espetáculo visual do que uma imersão em uma história. O segundo estágio vai até meados de 1915, caracterizando-se como “período de transição”.

ANÁLISE DAS OBRAS *SHOULDER ARMS* E *THE GREAT DICTATOR*

Shoulder Arms tem a direção, roteiro, produção e atuação de Charlie Chaplin e é uma clara paródia baseada na Grande Guerra, evento bélico também conhecido como Primeira Guerra Mundial. A produção de aproximadamente 45 minutos conta a história de um recruta enviado à França para lutar na guerra de trincheiras; a trama se desenvolve retratando o cotidiano dos soldados no campo de batalha. De acordo com Musée de l'Élysée (2014, online):

The controversy over the fact that the British actor was not fighting alongside his own people erupted in 1915. At the beginning of his fame, Chaplin already faced criticism. Twenty-five years later, it was his turn to question moral and political convictions at the dawn of the Second World War.

No filme, Chaplin, vestido com o uniforme característico dos membros da Tríplice Entente, luta contra os soldados alemães no *front*. No decorrer da história a personagem de Chaplin conhece uma garota francesa, interpretada por Edna Purviance, em uma região destruída por ataques da Tríplice Aliança. A participação política de Charlie Chaplin torna-se clara em 1918, quando este se une a Mary Pickford e Douglas Fairbanks - figuras conhecidas e influentes na Hollywood da época - na “Voyage of Peace”, que consistia em uma turnê pelos Estados Unidos com fins de arrecadação de dinheiro para o esforço de guerra. Segundo Hughes (2013, online): “During the war, Fairbanks promoted the sale of war bonds alongside Mary Pickford and Charlie Chaplin (who, as the Little Tramp, delighted in bonking the Kaiser with a wooden mallet in propaganda films)”. Seguindo com o tom satírico e crítico de suas obras, Chaplin lançou *The Great Dictator* no início da Segunda Guerra Mundial.

The Great Dictator" is essentially a tragic picture—or tragi-comic in the classic sense—and it has strongly bitter overtones. For it is a lacerating fable of the unhappy lot of decent folk in a totalitarian land, of all the hateful oppression which has crushed

the humanity out of men's souls. And, especially, it is a withering revelation, through genuinely inspired mimicry, of the tragic weaknesses, the overblown conceit and even the blank insanity of a dictator. Hitler, of course. (THE NEW YORK TIMES, 1940, online)

Levando em consideração a crítica publicada em 16 de agosto de 1940 pelo jornal *New York Times* notamos que há uma expressiva diferença no tom do discurso em comparação com a crítica jornalística do filme lançado 22 anos antes. Em 21 de outubro de 1918 (data da publicação), portanto, menos de um mês do fim oficial do conflito (11 de novembro), a imprensa destaca apenas os aspectos narrativos da obra, como os efeitos cênicos, as vestimentas, chegando a se ater ao que o autor se referiu como “The Triumph of Transportation”, de acordo com o texto: “the evolution of transportation from the stage of the naked negro carrying loads swung on a pole to the triumphant time of the modern motor truck” (NEW YORK TIMES, 1918, online). Para salientar a pauperização da vida nas trincheiras Chaplin utilizou-se do recurso de divisão de tela (Figura 1) para contrastar as condições de vida dos combatentes com a comodidade da vida urbana. Na figura 2, por outro lado, podemos observar que a repressão e o conflito em *The Great Dictator* se dão dentro das cidades e não em um contexto de guerra propriamente dito. Enquanto que no primeiro a cidade é um “refúgio” para o período de guerra, no segundo momento é um sinônimo de perseguição.

Figura 1: Cena de *Shoulder Arms* onde há um paralelo entre a realidade da guerra e a vida na cidade



Fonte: CHAPLIN, Charlie (1918).

Figura 2: Chaplin e o poder repressivo do Estado em *The Great Dictator*



Fonte: CHAPLIN, Charlie (1940).

Ao contrário de *Shoulder Arms*, a obra de 1940 foi banida de países europeus e latino-americanos, e o Reino Unido inicialmente considerou proibir a exibição pública de *The Great Dictator*, tendo registros de muitas a salas de exibição, como no Prince of Wales Theatre, em Londres. *The Great Dictator* começou a ser filmado no mês em que a Segunda Guerra Mundial teve início, em setembro de 1939. Na obra sobre a Segunda Guerra ocorre a “personificação da ameaça” na figura do ditador, Adenoid Hynkel (uma paródia de Adolf Hitler), e a repressão através do aparelho do Estado, com a representação dos soldados da SA, ou “camisas marrons”, conforme a Figura 4. Enquanto o filme de 1940 se trata de um alerta à ameaça antidemocrática, *Shoulder Arms* exerce um papel de denúncia das condições dos soldados na Guerra, tendo também um caráter puramente de entretenimento, não se distinguindo das outras obras satíricas de Chaplin em termos narrativos, como se comprova na crítica publicada no jornal *The New York Times* durante o lançamento:

“The fool's funny”, was the chuckling observation of one of those who saw Charlie Chaplin's new film. "Shoulder Arms," at the Strand yesterday—and, apparently, that's the way everybody felt. There have been learned discussions as to whether Chaplin's comedy is low or high, artistic or crude, but no one can deny that when he impersonates a screen fool he is funny. (THE NEW YORK TIMES, 1918, online)

The Great Dictator narra a ascensão dos regimes totalitário, a partir da perspectiva dos valores democráticos do país em que ele fora produzido: os Estados Unidos. Uma vez que em 1918 a Guerra já se encaminhava para o seu final e a ordem hegemônica não estava ameaçada, as críticas ao filme se detiveram puramente nas instâncias do entretenimento. Em 1940, por

outro lado, com o fortalecimento dos regimes republicanos e das democracias, e ascensão econômica dos Estados Unidos, a lógica de mercado global se vê ameaçada por uma política totalitária que segue diretrizes próprias e imprevisíveis.

As mudanças políticas e econômicas na Europa no início do século XX possibilitaram a criação de diferentes vieses ideológicos; nas últimas décadas do século XIX grupos de trabalhadores passaram a reivindicar por melhores condições de trabalho e redução na jornada de trabalho, o que também fora abordado por Chaplin em *Modern Times*. “O indivíduo, ou, melhor dizendo, a ideia e a defesa do individualismo extremo como princípio fundamental, é a prioridade da articulação entre democracia e liberalismo” (MENDONÇA e JUNIOR, 2014, p. 112). A possibilidade de igualdade entre as heterogêneas formas identitárias na Europa pode ser considerado um importante fator para a ascensão de regimes totalitários. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 100):

Os novos movimentos da direita radical que apelavam para essas tradições mais antigas de intolerância, mas em essência as transformavam, atraíram sobretudo os grupos inferiores e médios das sociedades europeias, e eram formulados como retórica e teoria por intelectuais nacionalistas que surgiram como uma tendência na década de 1890. O próprio termo “nacionalismo” foi cunhado nessa década para descrever esses porta-vozes da reação. A militância de classe média e de classe média baixa deu uma virada para a direita radical sobretudo em países onde as ideologias de democracia e liberalismo não eram dominantes, ou entre classes que não se identificavam com elas, ou seja, em países que não haviam passado por uma Revolução Francesa ou seu equivalente. Na verdade, nos principais países centrais do liberalismo ocidental — Grã-Bretanha, França e EUA — a hegemonia da tradição revolucionária impediu o surgimento de quaisquer movimentos fascistas de massa importantes.

À medida em que as influências aristocráticas, ou oligárquicas, são substituídas por fatores econômicos, dentro de regimes democráticos, que defendem e respeitam a incorporação de grupos antes rejeitados, podemos pontuar que “Os efeitos da Primeira Guerra Mundial desmascararam a falsa ordem constitucional, revelando a crise da sociedade imperial” (ARRUDA e PILETTI, 1997, p. 338). Ao analisarmos *Shoulder Arms* e sua narrativa dentro do contexto de 1918, observamos que a não definição clara de *poder totalitário* à época pode ter sido um fator para que a Guerra fundamentada em interesses imperialistas não tenha sido uma problemática a ser explorada pela obra audiovisual. Arruda e Piletti (1997) apontam que a conjuntura econômica e política do final do século XIX já delineavam um eminente conflito.

“cedo ou tarde a disputa entre as potências imperialistas terminaria em guerra” (ARRUDA e PILETTI, 1997, p. 331). O conflito bélico em *Shoulder Arms* não transparece que há uma ameaça à ordem estabelecida, tampouco enfatiza as causas da guerra, particularizando os efeitos da mesma na vida dos soldados e da população europeia atingida. A obra, apesar de ter um cunho social e político, não manifesta discursivamente contrário à ordem imperialista que rege a guerra e o mundo, criticando de forma direcional os membros da Tríplice Aliança, e não os envolvidos no conflito de modo geral. Segundo Arendt apud Magalhães (2001, p. 12):

O imperialismo permaneceu um rótulo popular muito tempo depois do surgimento do bolchevismo, do fascismo e do nazismo. (...) se o discurso popular reconhece, assim, um novo evento ao adotar um novo termo, ele invariavelmente utiliza este tipo de noções como sinônimos de outros termos que designam males antigos e familiares: agressividade e sede de conquista no caso do imperialismo, terror e desejo de poder, no do totalitarismo.

Uma vez que a lógica imperialista de expansionismo e poder centralizado era o *status quo* da Europa no início do século XX, não faria sentido, de fato, questionar o poder dos líderes monárquicos. Por outro lado, em *The Great Dictator*, os mesmos interesses expansionistas e de mercado, em um contexto de maior abertura democrática dos países, tornou-se base fundamental das críticas discursivas. “A staunch pacifist, the rise of fascism in the early 1930s worried him (...) he painted a caricature of Hitler” (MUSÉE DE L'ÉLYSÉE, 2014, online). Observa-se que a lógica de dominação imperialista, após a Primeira Guerra, se torna inaceitável na nova ordem vigente. O fascismo, com algumas características análogas ao poder dos antigos Estados-Nações, com um poder ditatorial de partido único, e com forte nacionalismo de extrema direita, onde os interesses individuais são subordinados aos interesses da nação, se torna um inimigo comum dos Estados republicanos. “A dominação total (...) só é possível se toda e qualquer pessoa pode ser reduzida a uma mesma identidade de reações” (ARENDRT apud MAGALHÃES, 2001, p. 6). O governo totalitário ultrapassa a noção de preconceito social ou religioso; esta nova forma de governo que pregava a dominação total, antes de tudo, queria a extinção das “raças” de determinados setores da população. “O totalitarismo (...) cristalizou elementos de várias proveniências, a exemplo do imperialismo, do antisemitismo, da crise dos estados nacionais e do eurocentrismo” (AGUIAR, 2008, p. 74). O antissemitismo tornou-se, com a ascensão de regimes totalitários, uma discriminação política legal. Ancorado nas massas,

o poder não está legitimado pelos partidos, cidadãos ou classes, mas sim na força das massas. No contexto pós-Primeira Guerra, a inflação, o desemprego e a crise migratória assolou a Europa; tal contexto de anomia social, aliada à capacidade aglutinadora e midiática de partidos de direita, possibilitaram a ascensão de regimes totalitários. “o sucesso da propaganda nos regimes totalitários e nas sociedades de massas contemporâneas reside no controle do real que ela promete e na ideia de onipotência humana a ela subjacente” (AGUIAR, 2008, p. 80). O Tratado de Versalhes de junho de 1919, além de impor sanções restritivas à Alemanha e fomentar em grupos o sentimento de revanchismo, foi um marco inicial para uma nova distribuição geográfica da Europa. A Áustria se separou da Hungria, tornando-se um Estado; o antigo império deu origem à Iugoslávia e Tchecoslováquia, anexando-se territórios da Polônia. A Bulgária perdeu terras para a Romênia, Iugoslávia e Grécia. O Império Turco é desfeito e a Inglaterra se apropria da Mesopotâmia e da Palestina; já a França ficou com a Síria e o Líbano. “o aspecto mais dramático do colapso da civilização burguesa do século XIX, espalhou-se (...) em forma de movimentos de libertação coloniais” (HOBSBAWM, 1995, p. 73 - 74). Segundo Arendt (1989) a lógica totalitária em ascensão após a Primeira Guerra e Crise de 1929 configura uma nova modalidade de controle e de dominação, que é perpassada pela guerra e violência. “Os campos de concentração colocam em cena o genocídio, naquele momento, um tipo de crime sem nenhuma tipificação nos códigos do direito” (AGUIAR, 2008, p. 75). Além de retratar o cotidiano de repressão contra os judeus de Tomânia, o filme de 1940 explora o ego e a ganância de Adolf Hitler e Benito Mussolini, estes respectivamente chamados de Adenoid Hynkel e Benzino Napaloni (Figura 5). A cena do primeiro encontro dos tiranos retrata a constante busca pelos holofotes, principalmente da figura de Napaloni, a caricatura de Mussolini.

Figura 3: Adenoid Hynkel e Benzino Napaloni



Fonte: CHAPLIN, Charlie (1940).

Diferentemente de *Shoulder Arms*, podemos classificar *The Great Dictator* como um trabalho de teor mais fortemente ideológico do que a obra de 1918. Isto se deve ao fato de haver, para além da guerra que estava em curso, uma crítica à política adotada pelos países totalitários; a repressão e o reflexo das relações abusivas são temas presentes e constantes. O Barbeiro Judeu, também interpretado por Chaplin é enviado a um campo de trabalho forçado (os campos de extermínio seriam descobertos apenas após a Guerra, em 1945). A intolerância contra os judeus na Alemanha pode ser explicada pelo constante processo de igualdade que estes alcançavam dentro dos espaços de prestígio social na Alemanha. O antisemitismo era uma prática historicamente conhecida na Europa, sobretudo na França, porém, o caráter inédito do período da Segunda Guerra está na forma de violência legitimada pelo Estado imposta aos judeus e aos grupos minoritários na Alemanha. “A única modalidade de antisemitismo francês que realmente vingou, e que sobreviveu (...) estava ligada a uma xenofobia geral” (ARENDR, 2007, p. 53). O não reconhecimento legítimo deste grupo por fatores raciais, étnicos ou de crenças, permeava a sociedade europeia à medida em que os fatores puramente políticos deixavam de ter protagonismo nos assuntos dos Estados-Nações e os fatores econômicos passavam a traçar as diretrizes de influência. “pela primeira vez o homem se confrontou com seu semelhante sem a proteção das condições pessoais que ostentava como diferenciadoras” (ARENDR, 2007, p. 59). A administração burocrática do Estado capitalista se diferencia dos modelos anteriores pela distinção entre economia e política, entre os interesses particulares do mercado e o interesse público, amparado pelo aparato legal. “As lutas sociais, contudo, não são exteriores ao Estado, elas o atravessam e se inscrevem em sua materialidade” (FLEURY, 2018, p. 110).

Se *The Great Dictator* têm Adenoid Hynkel e Benzino Napaloni como paródias de Hitler e Mussolini, em *Shoulder Arms* Henry Bergman (Figura 4) surge como Paul von Hindenburg, militar que comandou o Exército Imperial Alemão durante a Primeira Guerra. Outra personalidade retratada é Guilherme II, imperador germânico. Em um comparativo com *The Great Dictator*, ainda que haja similitudes no tom jocoso da representação das autoridades políticas de cada período histórico, a diferença se concentra no protagonismo destas personagens. Enquanto que no filme de 1940 Adenoid Hynkel, o antagonista, ou “vilão” da trama, se torna tão protagonista quanto o Barbeiro Judeu, em *Shoulder Arms* os líderes

germânicos são representados em tom caricatural; sendo estes desprovidos de maior complexidade ou profundidade. Em *The Great Dictator*, Hynkel, apesar de manifestar comportamentos exacerbados, tem maior desenvolvimento da personagem em termos narrativos; isto pode estar atrelado ao recurso sonoro, que facilita a compreensão em aspectos mais amplos. Porém a fala não pode ser um fator determinante para o protagonismo, uma vez que no filme de 1918 o tempo de tela é empiricamente observável menor, mesmo se considerando a proporcionalidade de duração entre ambos os filmes.

Figura 4: Paul von Hindenburg e Guilherme II em *Shoulder Arms*



Fonte: CHAPLIN, Charlie (1918).

A ascensão das democracias deu margem para que as relações antagônicas se manifestassem do interior dos Estados. As lógicas do “direito” e de “garantias individuais” presente em *The Great Dictator* estão atreladas ao modo de vida norte-americano, país onde o filme fora produzido. As denúncias a respeito dos ataques a judeus, no contexto da época, foram exploradas por Chaplin com a figura do Barbeiro Judeu, um ex-combatente da Primeira Guerra que perde a memória após um acidente de avião. O Barbeiro, que não tem nome, é o antagonismo da figura de Hynkel e sofre com a perseguição do ditador; as cenas de violência adquirem um tom quase documental da realidade da população excluída da época. “Não há Estado mais disciplinar, claro, do que o regime nazista; tampouco há Estado onde as regulamentações biológicas sejam adotadas de uma maneira mais densa e mais insistente” (FOUCAULT, 2005, p. 18). A democracia representativa do século XX prescinde de debate entre os integrantes da sociedade civil, algo antes impensável, tanto no imperialismo como nos regimes totalitários. Segundo Fleury (2018, p. 118): “A busca da universalidade da cidadania não pressupõe a negação das diferenças sociais, mas, sim, das injustiças que se fundamentam

nas diferenças”. *Rancière (1996) considera a política como uma possibilidade de ruptura da ordem.* “A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto (RANCIERE, 1996, p. 42). *O termo dissenso conceituado por Rancière se baseia na possibilidade de ressignificação das concepções de mundo consensualmente aceitas.* “política e democracia se aproximam no sentido de que a política democrática tem por meta a politização (...) atribui a cada indivíduo o seu lugar e a sua tarefa” (MENDONÇA e JUNIOR, 2014, p. 118). De acordo com Bresser-Pereira (2008) os regimes democráticos tornaram-se viáveis pela organização dos Estados na lógica mercadológica liberal. O sufrágio universal, a liberdade de pensamentos e associações, além de eleições regulares, eram, e são, as condições mínimas deste modelo político. “A conclusão da revolução capitalista pela revolução industrial foi o primeiro fato histórico novo mais geral que tornou a democracia viável e, por fim, desejável” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 10).

Os Estados-Nações, tendo como base uma revolução capitalista, puderam desenvolver três instituições: o aparelho moderno do Estado e seu serviço público profissional, um sistema constitucional e um mercado interno. A estratificação social na era pré-capitalista era baseada em parâmetros oligárquicos, sendo o acúmulo de riqueza e prestígio social um sinônimo de influência política. Esta lógica mudou drasticamente quando os sistemas constitucionais e de mercado passam a coordenar a sociedade. “O Estado continua a desempenhar um papel na aquisição e distribuição da renda, mas não é mais uma condição para a existência da elite econômica” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 12). A maior popularidade de *The Great Dictator* em comparação com *Shoulder Arms* pode estar mais nas circunstâncias em que ambos foram feitos do que na qualidade técnica. O primeiro custou 2 milhões de dólares (36 milhões em valores atuais) tendo a seu favor os avanços na produção hollywoodiana, em se tratando de conceitos narrativos e câmeras de melhor qualidade; mas devemos ter em mente que o caráter subversivo da obra e sua importância no contexto da época somente teve impacto pelos valores ideológicos agregados a ele. A diferença entre ambas produções se mostra quando a possibilidade de mudança drástica na lógica de mundo, em desenvolvimento desde o fim da Primeira Guerra, é posta em xeque. A aceitação do público e da crítica pode estar na concordância destes com o discurso que vai em contrariedade aos interesses dos países da

Tríplice Aliança; há uma nítida diferença entre os interesses “deles” e os “nossos” interesses (leia-se os interesses democráticos e liberais contra o totalitarismo), e esta dicotomia, quase inexistente em *Shoulder Arms*, fez da obra de 1940 atemporal. O final de ambos os filmes também é emblemático, enquanto que em *Shoulder Arms* o soldado, anulado enquanto indivíduo em meio à Guerra, vê-se frustrado ao perceber que a sua consagração como herói ao ter conseguido capturar o Kaiser e acabar com guerra havia sido um sonho; em *The Great Dictator* a personagem do Barbeiro Judeu troca de lugar com o ditador após este ser confundido com o prisioneiro fugitivo. O Barbeiro, que toma o lugar do ditador por sua semelhança física, realiza um pronunciamento para a nação de Tomânia. Diferente de *Shoulder Arms*, a derrota do inimigo se tornou possível, denotando que, apesar de o contexto político de guerra ser conturbado e preocupante, o tom era de esperança de superação. O final da história é o discurso do oprimido se sobrepondo à ideologia nazifascista. “The Great Dictator (1940) was a politically engaged film (...) the filmmaker dared to say out loud what many would have preferred to keep silent” (MUSÉE DE L’ÉLYSÉE, 2014, online). A fala de cunho humanista e antiguerra do filme seria interpretada por parte do público norte-americano como uma manifestação ligada à ideologia comunista, reforçando ainda mais o teor político da obra. Segundo Prashad (2017, online): “FBI investigated Chaplin from 1922 onwards for his alleged ties to the Communist Party of the United States (CPUSA). Chaplin’s file – 1,900 pages long – is filled with innuendo and slander (...) They found none”. Ainda que a intenção original de Chaplin possa não ter sido a de propagar os interesses das democracias liberais em suas obras, a receptividade destas na mídia demonstram consonância com os interesses dos Estados Unidos à época e com os valores das democracias liberais.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que *Shoulder Arms* e *The Great Dictator* refletem não apenas o avanço técnico da indústria cinematográfica hollywoodiana, mas também a mudança na concepção de totalitarismo e democracia. Uma vez que a obra de 1918 se manteve atrelada ao contexto histórico imperialista do período, *The Great Dictator* adquiriu importância para além da estrutura social de sua época, sendo sua mensagem relevante até os dias de hoje.

Consideramos que a maior significância da produção de 1940 se dá não apenas pela sua narrativa mais complexa e pela sua estrutura técnica, mas pelo seu caráter subversivo enquanto arte; *The Great Dictator* define claramente sua posição ideológica contra a guerra e os interesses nazifascistas. Esta visão, porém, não se dá no vácuo, este discurso só foi possível pelo fato do fortalecimento das democracias e do pensamento iluminista; desta definição do que é democracia é possível refletir o significado de totalitarismo. Pensamos, deste modo, que o totalitarismo e seu entendimento enquanto regime repressivo, só pode ser compreendido a partir da existência dos regimes democráticos como polos antagônicos. O totalitarismo, enquanto reminiscência dos impérios europeus, é consequência da tentativa das democracias em homogeneizar as estruturas sociais a partir dos preceitos liberais; lógica que acaba por ser confrontada por interesses particulares de setores que não estão dispostos em abrir mão de seus interesses e privilégios. O signifiante vazio, ou seja, a constante alternância de poderes na democracia, possibilita a ascensão de ideologias de extrema direita, o que pode acarretar em regimes totalitários. Esta imprevisibilidade estrutural que aproxima o mundo contemporâneo do contexto de *The Great Dictator*.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Odilio Alves. **A tipificação do totalitarismo segundo Hannah Arendt**. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doiPontos/article/view/14661/9841>. Acesso em: 29 Abr. 2019.

ARENDR, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. 8ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ARENDR, Hannah. **Origens do Totalitarismo**, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a história: história geral e história do Brasil**. [S.l: s.n.], 1997. APA. Arruda, J. J. de A., & Piletti, N. (1997).

ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nelson. **Toda a História**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1996.

BATISTA, Liz. Há 100 anos, EUA abandonavam a neutralidade e entravam na Primeira Guerra Mundial. Disponível em: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,ha-100-anos--eua-abandonavam-neutralidade-e-entravam-na-primeira-guerra-mundial,12754,0.htm>. Acesso em: 9 Mai. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Por que a Democracia se tornou dominante e consolidada apenas no século XX?**. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.01.Por_que_democracia_consolidada.9.04.pdf. Acesso em: 29 Abr. 2019.

COMMAGER, Henry Steele. **Meet the U.S.A.**. Institute of International Education, 1970.

FOUCAULT, Michel. (2005) "Aula de 17 de março de 1976" In:_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, p.285-315.

FLEURY, Sonia. **Capitalismo, democracia, cidadania – contradições e insurgências**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0108.pdf>. Acesso em: 29 Abr. 2019.

HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGHES, James. **Birth of a Medium**. Disponível em: <https://slate.com/culture/2013/12/world-war-i-how-the-great-war-and-woodrow-wilson-helped-give-birth-to-the-movies.html>. Acesso em: 9 Mai. 2019.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal (1985). **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso.

MAGALHÃES, Theresa Calvet de. **A Natureza do Totalitarismo: o que é compreender o totalitarismo?**. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~tcalvet/A%20natureza%20do%20totalitarismo.pdf>. Acesso em: 29 Abr. 2019.

MENDONÇA, Daniel; VIEIRA JUNIOR, Roberto. *Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 13, 2014.

MENDONÇA, Daniel. **Antagonismo como identificação política**. RBCP, n.9, p. 205-228. 2012.

MENDONÇA, Daniel de. *O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau*. Lua Nova [online]. 2014.

MUSÉE DE L'ÉLYSÉE. "Chaplin, Between Wars and Peace (1914-1940)". Disponível em: <https://www.charliechaplin.com/en/infos/455-Chaplin-Between-Wars-and-Peace-1914-194-> Acesso em: 20 Abr. 2019.

NEW YORK TIMES. **CHAPLIN AS SOLDIER DROPS OLD DISGUISE; Camouflaged Star in "Shoulder Arms" at Strand Has His Fun in Capturing the Kaiser. SAILORS IN FILM AT FULTON Wild West Plays Include Lewis's "Wolfville" at Rivoli--Cavalieri**

and Others in Current Bills. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1918/10/21/archives/chaplin-as-soldier-drops-old-disguise-camouflaged-star-in-shoulder.html>. Acesso em: 22 Mar 2019.

NEW YORK TIMES. **THE SCREEN IN REVIEW; 'The Great Dictator,' by and With Charlie Chaplin, Tragi-Comic Fable of the Unhappy Lot of Decent Folk in a Totalitarian Land, at the Astor and Capitol CHAPLIN AT THE PREMIERE.** Disponível em: <https://www.nytimes.com/1940/10/16/archives/the-screen-in-review-the-great-dictator-by-and-with-charlie-chaplin.html>. Acesso em: 22 Mar 2019.

PRASHAD, Vijay. **The Political Life and Cinema of Comrade Charlie Chaplin.** Disponível em: <https://thewire.in/external-affairs/charlie-chaplin-communism>. Acesso em: 9 Mai. 2019.

RANCIÈRE, Jacques (1995). **O desentendimento.** Sao Paulo: Editora 34.
Shoulder Arms. Direção: Charles Chaplin. Distribuidora do Filme: First National Pictures. Ano: 1918. Duração: 45 min. 1 DVD.

The Great Dictator. Direção: Charles Chaplin. Distribuidora do Filme: United Artists. Ano: 1940. Duração: 124 min. 1 DVD.

VESENTINI, José William. **Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil** - 44. ed. Atual. E. Reform. -- São Paulo: Ática, 2005.

O CORPO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: (DES)CONSTRUÇÕES A PARTIR DA ARTE PROPOSITIVA

Tarla Roveré¹
Larissa Patron Chaves²

Resumo

Esta pesquisa trata de investigar o corpo na instituição de ensino através de uma abordagem Foucaultiana, com objetivo de retomar memórias escolares e vivências da universidade. Dado o contexto político atual da educação no Brasil, busco compreender de que forma os poderes da classe dominante, utilizando o Estado como aparelho, agem sobre estas instituições e como isso reflete no corpo do sujeito que ali se insere. A partir de uma metodologia qualitativa, como estagiária na disciplina de Estágio II do curso de Artes Visuais Licenciatura, na formação de professores, encontro na arte propositiva formas de fazer refletir estas vivências, perceber as afecções dadas e recebidas pelas instituições percorridas e a formação de um pensamento crítico a partir de si e do coletivo, buscando compreender o ser professor contemporâneo. Além disso, pretendo construir oficinas que coloquem o corpo como dispositivo de resistência através de proposições artísticas baseadas no movimento neoconcreto e no Teatro do Oprimido. Os resultados obtidos até agora transparecem uma dualidade que caminha entre o dislumbre e a construção de uma identidade na instituição de ensino superior e as dificuldades sociais e burocráticas que este corpo enfrenta neste espaço.

Palavras Chaves: Corpo; Instituição de Ensino; Afeto; Memória; Arte-educador.

INTRODUÇÃO

Podemos dizer que o corpo é como uma teia, um emaranhado de ações, experiências e lembranças vividas ao longo do nosso percurso na existência. Um percurso que se dá, em grande parte, nas devidas instituições da vida: família, escola, universidade, igreja, etc. E que, trato aqui, mais detalhada e especificamente, das instituições de formação educacionais, escola e universidade. Estas duas instituições são grandes responsáveis pela formação e construção do sujeito na sociedade porque relacionam às estruturas de poder, que vão além da consciência sobre si mesmas, mas que convergem na construção e constituição de um Estado.

É importante analisarmos o corpo a partir da sua formação nas instituições de ensino, pois é ali que a criança começa a praticar sua vida social, a conhecer e conviver com sujeitos

¹ Mestranda em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas, bolsista PIB-MD.

² .Doutora em História e Pós-doutora em Ciência Política pela Universidade de Évora.

diferentes de si, que não a sua família. Inclusive a socialização do corpo é, de acordo com Le Breton (2007), o principal fator da sua construção. Segundo ele, “o corpo existe na totalidade dos elementos que o compõem graças ao efeito conjugado da educação recebida e das identificações que levaram o ator a assimilar os comportamentos de seu círculo social.” (p. 9) Porém, a aprendizagem das modalidades corporais não se limita à infância. Ela continua por toda a vida, pois “Se a ordem social se infiltra pela extensão viva das ações do homem para assumir força de lei, esse processo nunca está completamente acabado (Ibid. p.9).

Pequenas coisas que são reforçadas repetidamente no cotidiano do educando, são incorporadas por ele inconscientemente ao longo do percurso escolar como, por exemplo, a hierarquização, ordenação em fileiras, classificações, a falta de diálogo, o não questionamento e, inclusive, movimentos e posturas do corpo: forma “correta” de sentar, falar, portar, caminhar e etc. Estruturas que estão arraigadas na instituição escolar há muito tempo, retro alimentadas por outras estruturas de poder, como a que vem do Estado, e que também estão presentes no ensino superior.

É importante salientar que, em face ao panorama político atual da educação, marcada por questões que, muitas vezes, vão de encontro à consciência crítica e a reflexão sobre o processo de formação do estudante, não é intenção desta investigação fazer uma crítica a existência ou a atuação das instituições de ensino, mas sim, uma análise reflexiva sobre a formação de corpos pensantes, críticos e ativos social e politicamente, na passagem de uma formação individual para uma formação da partilha. Trabalhando aqui, mais precisamente com corpos em formação para uma futura atuação como arte educadores.

Como proposta de intervenção experimental, trago a arte propositiva como possibilidade de reflexão e ação do corpo na instituição de ensino. Através da arte, conseguimos atingir pequenas e potentes partes do ser em uma constante autodescoberta. Portanto, tomo como inspiração para criar e reproduzir proposições artístico-pedagógicas o neoconcretismo e o Teatro do Oprimido.

.Este artigo trata-se de uma síntese da minha dissertação que está em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal de Pelotas, cujo tema é o corpo na instituição de ensino superior no curso de formação de arte educadores, refletido através da memória escolar e despertado pela arte propositiva para um pensar crítico sobre os

afetos estabelecidos no cotidiano do percurso educacional entre o corpo e a instituição de ensino. Ou seja, ações que afetam mutuamente o corpo e a instituição de ensino. Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo e apresenta como principal objetivo investigar os afetos que ocorrem entre a instituição de ensino superior e o corpo, e a potência da arte como dispositivo para uma consciência crítica do futuro arte-educador no espaço institucional de formação.

A HISTÓRIA POLÍTICA DO CORPO NA INSTITUIÇÃO

De acordo com Foucault, em *Vigiar e Punir* (1987), o corpo é um ente, uma massa suscetível ao controle dos poderes dominantes. Segundo ele, “houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder” (FOUCAULT, 1987, p.125), surgindo, assim, uma sociedade disciplinar. A disciplina é um conceito que Foucault utiliza para denominar os métodos que permitem o controle das operações do corpo. Assim, o corpo tornou-se uma máquina criada para a produção.

A disciplina desenvolveu uma anatomia política - segundo Foucault (ibid.), uma maquinaria de poder que esquadrinha, desarticula e recompõe o corpo - dentro das instituições: hospitais, quartéis, conventos, fábricas e colégios dispunham de um ambiente quadricularizado, ou seja, um espaço muito semelhante arquitetural e politicamente ao das prisões, as quais tinham por finalidade o isolamento dos indivíduos, a vigilância, a classificação sobre os mesmos, de acordo com o desempenho, classe social, idade e etc.

Na educação, segundo Foucault, depois de 1762, reforça-se a individualização através da competição e da disputa de interesses. O corpo é ordenado em fileiras, classificado, qualificado, selecionado. O espaço da escola torna-se uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar. O tempo passa a ser um grande instrumento de todo este comando:

A última pancada do relógio, um aluno baterá o sino, e ao primeiro toque, todos os alunos se porão de joelhos, com os braços cruzados e os olhos baixos. Terminada a oração, o professor dará um sinal para os alunos se levantarem, um segundo para saudarem Cristo, e o terceiro para se sentarem.” (FOUCAULT, 1987., p. 137)

Assim como nas escolas, nas fábricas, os operários também passam a ser administrados através do tempo. É criado um programa, definindo uma espécie de esquema anátomo-cronológico do comportamento. “Comandos impunham normas temporais que deviam, ao mesmo tempo, acelerar o processo de aprendizagem e ensinar a rapidez como uma virtude.” (Ibid., p.140) Começa assim, a aceleração do sujeito em uma obediência pronta e cega.

Este disciplinamento do corpo perpetua até hoje dentro das instituições de ensino. Somos modelados, esculpidos pelo espaço, regras e normas que manipulam o corpo dentro e fora da instituição: muros altos que restringem o contato com o exterior, salas lotadas de indivíduos organizados em fileiras de classes que são cuidadosamente medidas a distância de um braço, fileiras para entrar na sala, para sair, para merendar em espaços coletivos com refeições contadas meticulosamente a uma porção por pessoa, classificações por idade, altura, capacidade, e até por quem consegue ficar mais tempo em silêncio. Este controle marca o corpo, constrói o corpo em formação, o qual vai para a sociedade da mesma forma e repassa inconscientemente as mesmas condutas introjetadas.

Entretanto, é importante termos em mente que as filosofias foucaultianas eram baseadas na existência de um dominador e de um dominado independente das posições de classe, mesmo não descartando a possibilidade da ocorrência de uma dominância classista e, também, de que, convenhamos, suas ideias de controle e dominação nascerem com a Revolução Industrial, sendo, esta, a ascensão do capitalismo no mundo e, com ele, a divisão social econômica.

O CORPO DA ARTE CONTEMPORÂNEA

Antes de entrarmos na arte contemporânea, precisamos falar de um desencadeador das artes do corpo, um dos maiores pintores expressionistas que marcou a história da arte e foi grande responsável pelos movimentos do corpo na arte contemporânea que se desenvolveu: Jackson Pollock (1912-1956). Segundo Cunha (2013), as grandes pinturas do artista foram realizadas com a tela no chão. O pintor caminhava em torno da tela enquanto pingava as tintas sobre o tecido. “Estendidas no chão, as telas lembravam um espaço semelhante ao de uma arena, do palco teatral, do ringue, que simbolicamente remetem ao jogo cênico entre atores ou

lutadores.” (ibid. p.21). A forma que o artista usava para pintar transformou a ação em uma possibilidade performática.

Assim, com inspiração na Action-Painting de Pollock, Allan Kaprow (1927-2006) desenvolveu a Action-Collage. Assim surgiu o Happening, no qual sua execução necessita de uma interação entre os participantes (artista e público) e o espaço em que é realizado, o qual é caracterizado pelo rompimento com os ambientes tradicionais do corpo cênico, exigindo uma efemeridade das ações.

Depois do happening, surge a performance, uma vertente diferente, pois não leva mais a obra ao acaso. De certa forma, a Performance restitui os limites entre espetáculo, intérprete e público. “As possibilidades de uso do corpo e da sua apresentação como produto de uma sociedade ampliam-se de modo a trazer para o centro do espetáculo o corpo verdadeiro do artista.” (CUNHA, 2013, p.32)

Diferente do happening, a performance é caracterizada pelo seu caráter individual, de algo que parte do corpo artista. Mas mesmo interessada em uma estética mais rigorosa ela não abandona os princípios do aleatório, como podemos citar, em uma das maiores performers de todos os tempos, Marina Abramovic, em o “corpo objeto” (1974), no qual,

Marina ficou imóvel durante 6 horas e disponibilizou 72 objetos para serem utilizados pelo público da maneira que eles bem entendessem no seu corpo. Entre os objetos selecionados pela artista haviam flores, penas e óleos, entretanto ela também ofereceu ao público facas e até mesmo um arma carregada. A artista se colocou como um objeto a ser usado e manipulado, sem qualquer chance de reação e assumiu a responsabilidade sobre qualquer coisa que pudesse acontecer. Os relatos da época é que um homem chegou a colocar a arma na mão de Marina e a fez apontar para o próprio pescoço, fora os cortes e abusos sexuais que a artista sofreu durante a performance. A ideia da artista nessa performance foi justamente demonstrar as contradições do público presente, com ela imóvel, eles foram capazes de torturá-la fisicamente e mentalmente, mas ao final das seis horas quando finalmente Marina se moveu eles saíram correndo, provavelmente com medo de algum revide por parte da artista. (LEOTTE, 2017, s/p.)

Podemos perceber através da obra, o ato da tortura, escondido na perversidade do ser humano, o qual foi muito praticado durante a ditadura militar em 1964. A provocação da dor à oposição, ao que incomoda, ao que critica o Estado.

Imagem 1: ABRAMOVIC, Marina. "Rhythm 0"



Foto: Reprodução. Fonte: Galleria Arte Contemporanea Napoli Campania, 1975³.

Um grande artista militante da época, que reagiu e, inclusive, foi preso e vítima da tortura militar foi Augusto Boal (1931-2009). Segundo Fiuza (2003) Boal é indicado pelo Sábato Magaldi crítico teatral, a José Renato para trabalhar como encenador no Teatro de Arena, de São Paulo. “O Arena passa a utilizar como temas o morro, a favela, o operário, a denúncia social.” (p.14). Assim, Boal foi preso em 1971 em São Paulo, após o ensaio da peça Simón Bolívar. O artista declara que, “sobre tortura e prisão, falei com amigos, jornalistas, desconhecidos, analistas. Queria denunciar: imperativo. Entender: urgente e necessário.” (BOAL, 2000, p.298) Depois do ocorrido, exilado, viveu na Argentina, em Portugal e na França. Durante este período ele desenvolveu as bases conceituais do Teatro do Oprimido, no qual consistia em um método teatral de resistência, sendo seu objetivo, suscitar a tomada de consciência e a mobilização política.

Nas artes visuais o corpo também vinha tomando lugar. A arte participativa do neoconcretismo e seu experimentalismo surgido em meados dos anos de 1960 e 1970, teve como pioneiros Hélio Oiticica (1937-1980) e Lygia Clark (1920-1988).

Algumas proposições da artista Lygia Clark possuem semelhanças com os interesses do Happening. Suas obras, como os “objetos relacionais” e as “esculturas de vestir”,

³ Disponível em: <http://www.aescotilha.com.br/artes-visuais/visualidades/marina-abramovic-o-corpo-e-o-meio/> (Acesso: 10/08/2019).

fazem com que o observador abandone a passividade tradicional e entenda a obra de arte como uma possibilidade relacional. (CUNHA, 2013, p.28)

Na arte neoconcreta, a obra só efetiva-se com a presença e participação do corpo espectador. Consiste numa proposição de experiência. O que, neste ponto, assimila-se com o trabalho do Teatro do Oprimido, o qual buscava com que os sujeitos liberassem a voz e o corpo da opressão ditatorial através da experiência teatral.

Percebe-se assim, o surgimento de uma arte propositiva, a qual destaco nesta pesquisa como propulsora de possibilidades para uma tomada de consciência sobre o corpo na instituição de ensino. Assim, esta arte ganhou forma. Em meio a turbulências políticas e sociais, nasce uma arte para chocar e um sujeito para formar. Então, me pergunto: o que acontece nas instituições de ensino nos dias de hoje? Como se encontra o contexto político contemporâneo no Brasil e como afeta o corpo dentro da instituição de ensino?

O CORPO CONTEMPORÂNEO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: PERCEPÇÕES A PARTIR DA ARTE PROPOSITIVA

O capitalismo exerce constantemente seu poder sobre as pessoas, que já não conseguem imaginar sua vida sem consumir, sem gerar lixo. Produtos são fabricados como extensões descartáveis do corpo, renováveis, trocáveis, possuem um prazo de validade estipulado pela produção em massa. (BAUMAN, 2007)

O consumismo tem afetado cada vez mais precocemente as crianças, tornando-as um dos principais alvos do mercado e da mídia. Celulares e tablets tem roubado a vez das brincadeiras de roda, do pega-pega, das risadas, pulos, corridas, do movimento. As escolas tornaram-se um ponto de encontro para disputas sociais e materiais e, o recreio, tornando-se cada vez mais digital. O sujeito passa a existir através das redes sociais, dos seus pertences, da sua aparência.

O corpo do sujeito é, tanto controlado pela mídia e seus programas de emagrecimento, estética, comportamento e etc, como pelos poderes do Estado. Mas não seriam estes regidos pela mesma força que, senão, a classe dominante chamada de burguesia? Não seriam estes as grandes empresas e poderes que agem em prol e por trás delas em busca do capital que nunca lhes é suficiente? Podemos observar que o “corpo como objeto e alvo de poder” de Foucault

(1987, p.125) ainda existe dentro da instituição de ensino. Mas que a luta de classes de Marx (1998), repousa em sono profundo.

O Brasil tem passado por algumas transformações político-sociais um tanto preocupantes nos últimos anos refletindo significativamente na educação. Com o Golpe de Estado sofrido em 2016 e a ascensão do atual governo agindo em prol dos interesses do capital, surgem projetos de lei que mascaradamente reforçam a hegemonia dentro da escola, restringem o aluno do pensamento crítico e reflexivo, formam-o como uma máquina de produção para o capitalismo e reprimem o professor ao querer se expressar na sala de aula.

A primeira proposta de reforma foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) homologada em 2017, a qual, devido a carga horária estipulada, reforça a hegemonia na instituição de ensino. Além de propor a desobrigatoriedade de algumas disciplinas como Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes, as quais são responsáveis pela formação de um pensamento crítico e reflexivo sobre si e o mundo político e social. (RIBEIRO, et al. 2017)

Outro atentado a educação, que torna o professor como alvo de perseguição e opressão na instituição, é o denominado Escola sem Partido ou “Lei da Mordação”. Este proíbe o professor de se expressar moral e politicamente na escola, incluindo questões sobre gênero, e incentiva a perseguição ao mesmo solicitando que alunos filmem anonimamente o professor ao emitir seu valores, para denunciá-lo. Estas perseguições já são uma realidade em diversas cidades do Brasil. (PENNA, 2017)

Tudo isto, além da privatização da educação, a falta de compromisso com o salário do professor, discursos de ódio e desdém propagados ao pensamento crítico e às minorias sociais pelo atual governo, seu projeto de educação à distância desde o ensino fundamental, que acabaria com toda interação social, trocas e aprendizado empírico na escola e, principalmente, o recente contingenciamento de verbas destinadas às instituições públicas de ensino superior que resulta em diversos cortes em bolsas de pesquisa e benefícios estudantis fundamentais como transporte e alimentação, além da possível extinção das universidades públicas.

Todo este panorama afeta o corpo do sujeito em uma opressão classista, nas relações de quem detém o acesso à educação e quem é simplesmente negado de acessar, ou mesmo o educador que não é pago, é perseguido e proibido de se colocar por inteiro no processo da educação. O corpo é classificado e restringido ao espaço educacional por suas extensões

aquisitivas. Dentro do espaço, é vigiado e controlado, formado para ser uma máquina utilitarista na produção em benefício da sociedade do consumo.

Concluindo, o capital tornou-se dono de um sistema de forças, poderes, hierarquias e disputas de corpos. Quem o detém, detém o topo. E o corpo na instituição de ensino desse sistema, recebe todas estas cargas desse controle, esquece sua capacidade crítica e seu eu corpo entra em um abismo de superficialidade, maquinaria e repressão.

ARTE/EDUCAÇÃO PROPOSITIVA: AFETO, EXPERIÊNCIA E MEMÓRIA

Somos afetados sucessivamente por outros corpos, por espaços, ações, políticas e corpo docente e discente de uma instituição de ensino. O conceito de afeto é discutido em Spinoza (2009), como o sentimento, o sentido da (ou a) prática de ações realizadas entre corpos. “A mente humana não conhece o próprio corpo humano e não sabe que ele existe senão por meio das ideias das afecções pelas quais o corpo é afetado.” (SPINOZA, 2009, s/p) Portanto, o sujeito só é capaz de tomar consciência sobre o corpo, se este entra em contato com outros corpos diretamente. Assim como só é possível a percepção do corpo exterior através dos afetos dados e recebidos entre eles.

Defendo aqui, um pensamento agente, um pensar que age e uma ação pensante. Mas de que forma atingimos esta unidade do pensar e agir? Se, segundo Spinoza (2009), o corpo é justamente a unidade do pensamento e da ação, precisamos propor ao corpo a experiência. Um momento que sinta sua existência e perceba-se como corpo. É preciso provocar, instigar, propor uma ação para pensar e um pensamento para agir. De acordo com Bondía (2002),

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. Walter Benjamin, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara. (p. 21)

Todo dia vivemos inúmeros momentos e acontecimentos que moldam o corpo social. Porém, como descendentes e produtores da rapidez virtuosa que Foucault (1987) apresenta, estes são tratados com superficialidade e incorporados inconscientemente pelo sujeito que o

vive. Segundo o autor, “na escola o currículo se organiza em pacotes cada vez mais numerosos e cada vez mais curtos. Com isso, também em educação estamos sempre acelerados e nada nos acontece.” (Ibid., p. 23) A rotina da formação tem se tornado cada vez mais entediante e sem graça aos olhos do educando. E isto faz com que percamos a ludicidade, nossa corporeidade, a vontade de saber e experimentar, nossa índole pesquisadora, a curiosidade, nossa excitação pela vida e o que a integra. Tudo isto é dado pela perda de sentido, ou seja, pela não atribuição de sentido que o sujeito faz de um conhecimento com sua bagagem de vivências, experiências e saberes empíricos. Assim como diz Georges Perec (1989), como ato de resistência a todo este panorama contemporâneo, precisamos:

Interrogar o habitual. Mas, na justamente, estamos acostumados com ele. Nós não o interrogamos, ele não nos interroga, não parece ser um problema, nós vivemos sem pensar, como se ele não transmitisse nem pergunta, nem resposta, como se ele não carregasse nenhuma informação. não se trata nem mesmo de condicionamento, é anestesia. Dormimos nossa vida em um sono sem sonhos. Mas onde está a nossa vida? Onde está nosso corpo? Onde está o nosso espaço? (PEREC, 1989, s/p.)

A pergunta é o que nos move. Na educação, precisamos instigar a percepção, a curiosidade, a pergunta - muitas vezes refreada sob a alegação de ser importuno. É à pergunta que precisamos recorrer em nosso cotidiano, no espaço da instituição de ensino: ao educando, ao professor e ao corpo. Através da questão, construímos uma formação própria. Não trata-se de uma simples transmissão de informações e medição de conhecimentos, e sim, a construção e criação de saberes diferentes, assim, como propõe Rancière (2012): “é o sentido do paradoxo do mestre ignorante: o aluno aprende do mestre algo que o mestre não sabe. Aprende como efeito da habilidade que o obriga a buscar e comprova essa busca. Mas não aprende o saber do mestre. (RANCIÈRE, 2012, p. 18) Segundo o filósofo e professor,

O mestre ignorante capaz de ajudá-lo a percorrer esse caminho é assim chamado não porque nada saiba, mas porque abdicou do "saber da ignorância" e assim dissociou sua qualidade de mestre de seu saber. Ele não ensina seu saber aos alunos, mas ordena-lhes que se aventurem na floresta das coisas e dos signos, que digam o que viram e o que pensam do que viram, que o comprovem e o façam comprovar. O que ele ignora é a desigualdade das inteligências. (RANCIÈRE, 2012, p 15-16)

De acordo com Rancière (ibid.), o mestre ignorante é capaz de formar alunos/espectadores emancipados. Ele realiza, assim, uma analogia entre o espaço teatral e o da sala de aula, propondo um professor/artista e um aluno/espectador. Sendo, então, este artista, propositor de atividades/obras que emancipem o espectador, no sentido de que, cada um, com o afeto da proposta e sua bagagem cultural e experimentativa, construa sua própria concepção da obra, seu próprio conhecimento. Ou seja, um professor que, ao propor uma atividade, emancipe o educando ao construir seu próprio saber. Um saber diferente do saber do professor ou do colega: o seu próprio saber criado a partir da sua própria experiência.

Contudo, esta pedagogia da proposição, em especial no campo da arte/educação tem crescido nos últimos tempos. Mirian Celeste e Gisa Picosque (2007), assim como nesta pesquisa, também vêm pensando métodos propositivos com o intuito de desmontar a pedagogia tradicional cartesiana somada ao superficialismo e velocidade do mundo moderno e contemporâneo, os quais resultam em uma problemática evidente no corpo: a inquietação sempre reprimida pela ordem de silêncio e imobilidade do mesmo no espaço da instituição de ensino. Celeste e Picosque propõem então, o ensino de arte como um rizoma.

De acordo com Deleuze e Guatarri (1995), um rizoma “tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos.” (s/p). Trata-se de um processo de ramificação aberta, que não se assemelha a um centro ou núcleo e pode expandir-se em direções móveis e indeterminadas, estabelecer conexões transversais sem centrar ou cercar os corpos envolvidos. Segundo os autores,

Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio. (DELEUZE; GUATARRI, 1995, s/p)

“No rastro do caminho aberto na arte por Lygia Clark e Hélio Oiticica, para quem o artista contemporâneo é o propositor, chegamos a idéia de proposições pedagógicas.” (CELESTE; PICOSQUE, 2007, p. 1027). Assim, um ensino de arte rizomático seria baseado em proposições artístico-pedagógicas, sujeitas a estabelecer inúmeras relações entre corpos, conhecimentos, experiências e memórias particulares e/ou coletivas, as quais fariam o educando criar seu próprio saber e fazer artístico neste mar de possibilidades da arte, agindo e refletindo

sobre o corpo na instituição de ensino desde o período escolar até o superior, compreendendo e percebendo, assim, a construção do seu percurso corporal.

As proposições aqui sugeridas, acontecerão, primeiramente, a partir de um resgate de memórias corporais sobre a formação do sujeito na instituição de ensino, em todo seu percurso escolar, indo até a academia. Experiências que podem ter sido esquecidas na consciência, mas que marcaram profundamente o corpo de quem as viveu. Estas experiências, segundo Brandão (2008), formam a nossa memória autobiográfica: somos tudo aquilo que lembramos e, também, que esquecemos. O espaço da instituição de formação é responsável por grande parte destas memórias, as quais imputam na formação da identidade do sujeito. E, estas memórias individuais, estão interligadas com as memórias coletivas de uma sociedade, pois recebemos uma formação que também é coletiva. Segundo Marie Christine Josso apud Brandão (2008), os “trabalhos de memória” dados pela memória autobiográfica, propiciam a re-invenção de si.

Portanto, ao propor a retomada de memórias acontece uma desterritorialização do sujeito. Este conceito parte em Deleuze e Guattari:

Günzel (s/d), a partir da visão de Deleuze e Guattari, considera o território num sentido etológico como “o ambiente de um grupo (por exemplo, um coletivo de lobos, de ratos ou um grupo de nômades) que não pode por si mesmo ser objetivamente localizado, mas que é constituído por padrões de interação por meio dos quais o grupo ou coletivo assegura uma certa estabilidade e localização”. E acrescenta: “exatamente no mesmo sentido o ambiente de uma única pessoa (ambiente social dele ou dela, espaço de vida pessoal, hábitos dele ou dela) pode ser visto como um ‘território’, no sentido psicológico, a partir do qual a pessoa age ou para o qual se volta”. (HAESBAERT; BRUCE, 2002, s/p.)

Neste sentido é que trago aqui os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Ao decorrer da vida praticamos estes três processos ciclicamente. Primeiro, construímos um território, seja ele físico, intelectual e/ou corporal. Através dos afetos sentidos pelas experiências, sofremos desterritorializações: ações que mexem com o corpo, desestabilizam-no e/ou provocam-o a curiosidade, para então, efetuar-se uma reterritorialização, ou seja, a construção de um novo território, que tomo aqui como um lugar de sentidos, de saberes construídos a partir da experiência da proposição.

Compõe-se a partir daí, um corpo sem órgãos:

As máquinas desejanter fazem de nós um organismo; mas, no seio dessa produção, em sua própria produção, o corpo sofre por estar assim organizado, por não ter outra organização ou organização nenhuma. [...] O corpo sem órgãos é o improdutivo; no entanto, é produzido em seu lugar próprio, a seu tempo, na sua síntese conectiva [...] O corpo sem órgãos não é o testemunho de um nada original, nem o resto de uma totalidade perdida. E, sobretudo, ele não é uma projeção: nada tem a ver com o corpo próprio ou com uma imagem do corpo. É o corpo sem imagem. (DELEUZE; GUATARRI, 2010, p.20)

Trata-se de um corpo sem imagem, sem normas, sem regras, sem funções produtivas ou utilitárias. Ele é possibilidades, um composto rizomático que compõe outro rizoma. Emerjo aqui, então, de uma estrutura social corpórea e do controle midiático e Estatal dado pelo capital sobre o corpo, à um corpo sem órgãos sugerido pela arte-educação propositiva, com uma finalidade desconstrutiva e libertadora das relações de poder e dominação. A formação de um corpo em si, e não voltado para a produção utilitária:

“[...] é preciso compreender que exatamente aquelas atividades que não servem para nada podem nos ajudar a escapar da prisão, a salvar-nos da asfixia, a transformar uma vida superficial, uma não vida, numa vida fluída e dinâmica, numa vida orientada pela *curiositas* em relação ao espírito e às *coisas humanas*.” (ORDINE, 2016, p.19)

E é assim que abordo a arte propositiva: ações inúteis para o capitalismo e sua produção, ou para qualquer fim. É simplesmente e unicamente o processo que aqui me importa: os afetos, as memórias e as experiências. Porém,

Falar em investigação de processos exige que se faça uma advertência, pois a palavra processo possui dois sentidos muito distintos. O primeiro remete à ideia de processamento, o segundo à ideia de processualidade. A noção de processamento evoca a concepção de conhecimento pautada na teoria da informação. [...] Se, ao contrário, entendemos o processo como processualidade, estamos no coração da cartografia. (BARROS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p.58)

É a processualidade que aqui me interessa. Investigar as memórias e como ocorrem os afetos na experientiação das propostas artístico-pedagógicas. É neste processo que percebo o corpo na instituição de ensino: cartografando o corpo arte-educador no espaço de sua formação.

EXPERIÊNCIAS DA ESCOLA À UNIVERSIDADE

Usarei como disparador desta discussão um dado empírico obtido por mim já há algum tempo: uma experiência que realizei durante meu estágio no curso de Artes Visuais Licenciatura da Universidade Federal de Pelotas, em 2016, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jeremias Fróes, da cidade de Pelotas, em uma turma de oitavo ano.

Na grade curricular proposta pela escola eu deveria trabalhar Arquitetura e Patrimônio. Assim, desenvolvi um Projeto de Ensino que visou um maior envolvimento do corpo nas atividades, experimentações dos espaços, como estes são pensados para o corpo, percepção sobre as diferenças arquitetônicas como resultado das transformações humanas e as sensações que um espaço pode transmitir e de como ele escreve sobre o corpo. Em uma das aulas fiz uma provocação apresentando algumas imagens dos artistas Yuri Firmeza (1982-) e Willi Dorner (1959), os quais abordam relações entre corpo e espaço urbano através de performances, fotoperformances e vídeoperformances, para então, refletirmos sobre o corpo no espaço da escola.

A partir daí, fomos experimentar os espaços da escola. Pensar aquele lugar como parte deles, de sua formação e, por consequência, do corpo, como eles sentiam aquele espaço e como lhes afetava. Propus, a partir desse pensamento, que ocupassem e preenchessem aquele lugar, que o experimentassem de maneiras diferentes e inusitadas como não costumavam fazer em suas rotinas. O resultado foi os seguintes registros:

Imagem 2: ROVERÉ, Tarla. A percepção do espaço através do corpo, 2016.



Fonte: Acervo Pessoal.

Percebi, nesta experiência, através das composições visuais criadas por eles e registradas por mim, o quão o espaço da escola afeta o sujeito e como estes afetos refletem no corpo, ou melhor, em como o corpo expressa estes afetos advindos das relações sociais e de poder que se estabelecem dentro da escola. Corpos ora reprimidos, ora imponentes pela autonomia lhes dada através da atividade. Ora escondendo-se atrás das grades, ora subindo muros e paredes em busca de liberdade.

Assim, a partir desta experiência, resolvi voltar-me para o meu espaço de ensino: como meu corpo reage e interage com o Centro de Artes da UFPEL? Decidi, então, fazer experimentações do corpo no meu espaço de formação. Desta vez, eu fui sentir e explorar o lugar por mim mesma.

Imagem 3: ROVERÉ, Tarla. O corpo institucional



Fotoperformance, 2018. Fotografia: Lucas Galho

Ao experimentar aquele espaço, lembrava a todo momento das imagens realizadas na escola. Porém, quando analisei os resultados posteriores, notei que havia uma certa diferença. Eu estava sozinha em todos momentos. Claro que propositalmente, mas foi algo que retratou muito significativamente o corpo institucional universitário, de que, por mais pessoas que existam e o rodeiam neste espaço, mais cobranças se sofre, mais sozinho se sente para realizar as atividades e atender todas as demandas que a instituição nos pede. As imagens também evidenciam a necessidade de se falar sobre saúde mental universitária e, principalmente, de alguém que, por mais que suba todos os degraus necessários desta jornada com muita dificuldade, muitas vezes chega no topo e se vê preso e sem ações para seguir adiante.

Quando apresentei estas imagens para os meus colegas, anteriormente realizei com eles uma dinâmica que pude chamar de performance interativa. Distribuí entre eles vários papezinhos em branco e pedi-os que ali escrevessem algo que escutaram de algum professor, colega ou etc, que lhes marcou muito, lhes incomodava e/ou que lhes oprimia na escola. Eu representaria a *anatomia política* de Foucault: Convidei-os para que se levantassem e fossem

colar aquele papel em qualquer parte do corpo que sou, enquanto ditavam em voz alta o que haviam escrito. Surgiram diversas frases, umas um tanto curiosas, outras bem fortes. Assim, o corpo ia recebendo aquelas palavras e se moldando, sendo controlada por elas. Intitulei-a de *Anatomia político-memorial*.

Por fim, resultou em um corpo cheio de marcas, imposições e regras ditadas. Uma representação do que já existe entranhado em todos os corpos desde pequenos, até antes do período escolar. Somos todos rodeados por estas palavras, obrigados a aceitá-las desde criança, muitas vezes, por ameaças de agressão em casa, ou castigo e/ou notas baixas na escola. Quando acostumados, incorporamos-as sem nem percebermos. Reproduzimos o mesmo com as próximas gerações sem nem questionarmos o porquê.

Imagem 4: ROVERÉ, Tarla. *Anatomia político-memorial*.

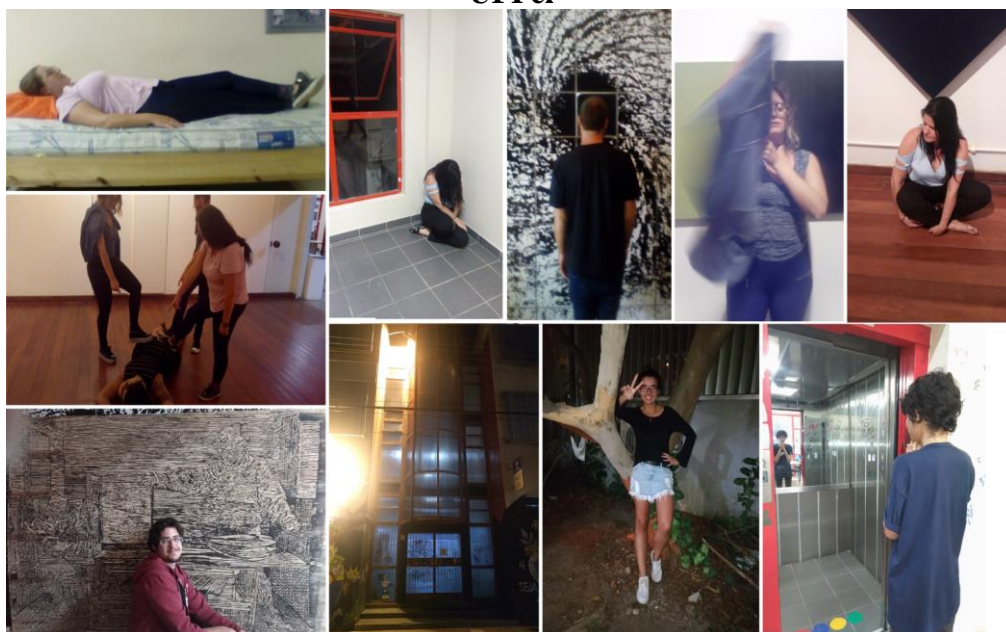


Fotoperformance. 2018. Fotografia: Lucas Galho.

Já no estágio docente realizado na Universidade Federal de Pelotas, na disciplina de Estágio II, do curso de Artes Visuais Licenciatura, no período de abril a junho de 2019, realizei, com os graduandos, proposições artísticas, em sua maioria, baseadas no Teatro do Oprimido.

Foram três atividades: na primeira, pedi que cada aluno falasse uma palavra que representasse sua relação com o espaço do Centro de Artes. As palavras que surgiram foram: prazer, descobrimento, opressão, cansaço, mudança, desconforto, sufocamento e angústia. A partir destas palavras propus que realizassem uma fotografia compondo-a com seus corpos. Surgiram os seguintes resultados:

Imagem 5: Fotografias realizadas pelos alunos do curso de Artes Visuais Licenciatura - UFPel



Fonte: Alunos do curso de Artes Visuais Licenciatura - UFPEL, 2019.

Percebi através da atividade que alguns alunos sofriam a opressão do espaço institucional de controle e exigência produtiva. Porém, alguns, em geral os mais jovens, tinham uma relação prazerosa, de autodescoberta e autoconhecimento.

Na segunda atividade propus um exercício de Teatro do Fórum⁴, lembrando casos de opressão vivenciados por eles na escola e exercitando o ser professor colocando-se um no corpo

⁴ O espetáculo é um jogo teatral entre artistas e espect-atores. Apresenta-se um espetáculo convencional, em que contenha um conflito a ser resolvido e opressão que se deseja combater. Em seguida, pergunta-se se os espect-atores concordam com as soluções dadas pelo protagonista. Então o espetáculo será refeito, com soluções possíveis e viáveis dadas pelos espect-atores. A idéia é criar uma tensão: se ninguém muda a peça, ela fica como está; assim como se ninguém mudar o mundo, ele permanece como está. O espect-ator se aproxima da cena e diz "Pára!", tomando o lugar do protagonista quando ele comete um erro e apresenta uma solução melhor para a situação.

do outro. É interessante ressaltar que os opressores da maioria dos relatos eram professores. Podemos perceber assim, o quão a ação do professor é marcante para o discente no processo de formação. Esta atividade fizeram-os pensar e agir ao mesmo tempo, criar e improvisar, imaginar e lidar com situações que o esperavam no ser professor.

A terceira e última atividade foi uma reflexão geral do percurso educacional de si, compondo uma escultura com o corpo dos colegas sobre seu caminho nas instituições de ensino. Ali, puderam explorar a criatividade, a soltura do corpo, o pensamento e criticidade sobre o mundo vivenciado por eles e sobre si mesmos.

Imagem 6: Alunos da disciplina de Estágio II do curso de Artes Visuais Licenciatura - UFPel



Fonte: Alunos da disciplina de Estágio II do curso de Artes Visuais Licenciatura - UFPEL, 2019.

Quando o espect-ator estiver em ação os demais atores se tornam agentes da opressão, mostrando como é difícil transformar a realidade.

Percebi, nesta atividade, que por mais que o espaço da universidade seja maçante e, muitas vezes, opressivo, a faculdade ainda representa para todos um passo importante na construção de si, do corpo e da identidade, pois, todos presentes na atividade, manifestaram em suas esculturas, um crescimento corporal na chegada à universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo é um tema que sempre deve ser abordado onde há formação de sujeitos, pois é partir dele que conhecemos e experienciamos o mundo. A arte propositiva é de grande potência para esta discussão pois ela pensa o corpo nas atividades e possibilita ao sujeito uma percepção sobre si e o exercício de um pensamento crítico e reflexivo sobre o mundo. O qual é alvo de abolição por parte do atual governo, que deseja produzir máquinas produtivas para o capitalismo em benefício da classe dominadora. Como professora, artista e pesquisadora, me sinto na responsabilidade de instigar a reflexão e o questionamento sobre a nossa formação, compreender as raízes das problemáticas e a fonte das esperanças e descobrir o que somos e como somos, o que estamos e como estamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. Os consumidores na sociedade líquido-moderna. In: BAUMAN, Zygmunt. Vida Líquida. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BARROS, Laura Pozzana de; KATRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre/RS: Sulina, 2015. 207 p. (p. 52-75)

BOAL, Augusto. J /amlet e o filho do padeiro - memórias imaginadas. Rio de Janeiro: Record. 2000.

BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Espanha: Universidad de Barcelona, 2002.

BRANDÃO, V. M. A. T. Labirintos da memória: quem sou eu?. São Paulo: Paulus, 2008.

CELESTE, Mirian; PICOSQUE, Gisa. Uma pequenina pesquisa para adentrar com outros olhos nos conteúdos do ensino de arte. Florianópolis: Anpap, 2007.

CUNHA, C. M. Introdução a arte da performance. Paraná: Unicentro, 2013. FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Ponté Vassallo. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Coleção TRANS, Ed. 34, 2010. 560 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia. Vol 1. Tradução: Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Coleção TRANS, Ed. 34, 1995, 94 p.

FIUZA, S. A. Cenas da tortura: Torquemada (1971) de Augusto Boal. Uberlândia/MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. Geographia, Niterói, v. 7, 2002.

LE BRETON, David, 1953. A sociologia do corpo. 2. ed. Tradução de Sônia M.S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. In: COGGIOLA, Osvaldo. (org.). Manifesto do partido comunista – Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 1998.

ORDINE, Nuccio. A utilidade do inútil: um manifesto. Tradução: Luiz Carlos Bombassaro. - 1 ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

PENNA, F. A. “Escola sem Partido” como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. In: MACHADO, André; TOLEDO, Maria (org.). Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. São Paulo: Cortez: ANPUH SP, 2017a.

PEREC, Georges. Abordagens de que?. In: L’Infra-ordinaire. Paris: Le Seuil, 1989. Tradução: prof. Mariana Silva da Silva (realizada exclusivamente para o Projeto Educativo Uergs / MARGS, 2012).

RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

RIBEIRO, Renato et al. Base Nacional Comum Curricular: O futuro da educação brasileira. Ed. n° 516. São Leopoldo/RS: Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 2017. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao516.pdf> (Acesso em: 17/11/2018).

SPINOZA, Benedicto de (1632-1677). Ética. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

ESCOLA SEM PARTIDO: A SIGNIFICAÇÃO DO SIGNIFICANTE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Carolina Dos Santos¹

Resumo

Circula atualmente, na Câmara dos Deputados, um novo projeto intitulado “Escola sem Partido”. Trata-se do PL 246/2019, que, embasando-se nas mesmas premissas da proposta de Miguel Nagib (autor do movimento homônimo originado no Brasil em 2004), muda muito pouco em relação à anterior. Mas qual seu conteúdo? Trata-se de uma proposta de afastamento de quaisquer ideologias no âmbito escolar? É daí que parte esta pesquisa, que tem por objetivo investigar a construção discursiva em torno do significante “escola sem partido”. Para tanto, valemo-nos dos discursos proferidos em plenário de março de 2015 a julho de 2019 (a delimitação temporal se justifica em razão da pouca quantidade de discursos tratando do tema, perfazendo o total de 263 pronunciamentos até julho de 2019). O embasamento teórico que nos respalda é a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, apontando a centralidade das construções discursivas para a compreensão do social. Nosso questionamento parte da impossibilidade de estabelecimento de qualquer tipo de neutralidade ideológica, como é proposto pelo projeto, e busca identificar, no conteúdo discursivo dos pronunciamentos aqui trabalhados, as lacunas de um discurso sempre em construção.

Palavras Chaves: Escola sem Partido; Câmara dos Deputados; Discurso.

INTRODUÇÃO

O mote do movimento “Escola Sem Partido” é denunciado já no cabeçalho de seu *website*: “escola sem doutrinação”. O substantivo feminino “doutrinação” é uma derivação do verbo transitivo “doutrinar” que, segundo o Dicionário *Priberam* da Língua Portuguesa, tem dois significados principais: “instruir em uma doutrina” e/ou “instruir nos princípios de alguma doutrina ou ideia”. Não há nenhuma referência a alguma ideia e/ou doutrina específica, o que o movimento ressalta, a primeira vista, é o combate à politização e à disseminação de ideologias nas escolas, defendendo uma educação na qual a neutralidade seja um fim a ser continuamente buscado.

O movimento Escola sem Partido (daqui pra frente referenciado como “ESP”) não é recente. Liderado por Miguel Nagib, o movimento ganhou raízes no ano de 2004, mas o

¹ Doutoranda e mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

primeiro projeto a tramitar na Câmara dos Deputados envolvendo o tema data de 2014. Trata-se do PL 7180 do mesmo ano, que buscava o respeito de valores familiares na educação dos alunos. Dentre outros projetos vinculados à temática da educação em relação à ideologia², destacamos: o PL 246/2019³, que “institui o Programa Escola sem Partido”; o PL 258/2019, que propõe que o aluno tenha direito a aprender sem a interferência de quaisquer ideologias político-partidárias; o PL 246/2019, que novamente institui o “Programa Escola sem Partido”, o PL 1411/2015 que “tipifica o crime de assédio ideológico” e o PL 867/2015, que inclui nas diretrizes e bases da educação nacional o “Programa Escola sem Partido”. De modo geral, destacamos o PL 246/2019 por ser tido como a versão “2.0” do primeiro projeto, isto é, do PL 7180/2014. É claro que foram lançados diversos projetos em consonância com o ideal de uma educação neutra e apartada de ideologias político-partidárias, mas de modo geral, a defesa dos projetos gira em torno dessa máxima: educação “livre”, sem doutrinação e sem a interferência política do professor durante o processo de instrução de seus alunos em todos os níveis de escolaridade, isto é, do ensino fundamental ao universitário.

O movimento ESP, diante do exposto, encontra consonância nos anseios de uma suposta neutralidade enquanto fim a ser buscado. Não entraremos no mérito dessa neutralidade, mas problematizaremos tal anseio na perspectiva de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe na subsequente seção deste trabalho. De qualquer modo, cumpre destacar que, conforme Saraiva e Vargas (2017), “as escolhas que constituem um currículo são sempre escolhas políticas e querer designar um modelo educacional como sendo neutro é assumir uma postura arrogante que visa fechar o debate por meio da universalização do que é contingente e parcial” (SARAIVA e VARGAS, 2017, p. 70). Fazemos referência, aqui, a postura adotada por Laclau e Mouffe em sua proposta de uma teoria do discurso calcada em uma perspectiva pós-estruturalista e pós-

² É importante destacar que, conforme este trabalho tem como foco o “Escola sem Partido”, nos furtamos de tratar sobre projetos que têm como objetivo a defesa da pluralidade ideológica nas escolas, como o PL 1189/2019, que institui o “Programa Educação Democrática”, o PL 375/2019, que propõe o “Projeto Escola Livre” e o PL 6397/2016, que institui o “Dia Nacional de Defesa da Liberdade na Educação”, apenas para citar alguns exemplos.

³ O PL 246/2019 é de autoria de Bia Kicis (PSL/DF), Chris Tonietto (PSL/RJ), Carla Zambelli (PSL/SP), Caroline de Toni (PSL/SC), Gurgel (PSL/RJ), Carlos Jordy (PSL/RJ), Aline Sleutjes (PSL/PR), Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP), Léo Motta (PSL/MG), Alê Silva (PSL/MG), Coronel Armando (PSL/SC), Alexis Fonteyne (NOVO/SP), Kim Kataguirí (DEM/SP), Paulo Eduardo Martins (PSC/PR), Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ), Filipe Barros (PSL/PR), Julian Lemos (PSL, PB), Alan Rick (DEM/AC), Pr. Marco Feliciano (PODE/SP), Enéias Reis (PSL/MG), Joice Hasselmann (PSL/SP) e Nelson Barbudo (PSL/MT).

fundacional, marcada pela contingência e pela precariedade, o que denota a impossibilidade de estabelecer verdades últimas ou mesmo alcançar um “fim da linha”, que se traduziria neste anseio pela neutralidade ideológica no ensino. Ainda que os projetos apontem para a impossibilidade de alcançar tal anseio, é evidente a tentativa de apartar do ensino quaisquer posturas ideológicas, numa suposta capacidade de o sujeito apartar-se, também, de suas ideias e ideais ao exercer a atividade de ensinar. Nosso objetivo, com este trabalho, não é conhecer o conteúdo discursivo do projeto ESP em si, de modo que já expomos alguns de seus objetivos em linhas anteriores. Como nosso objetivo é apontar a construção em torno do significativo ESP na Câmara dos Deputados no período 2015-2019, nos focaremos neste corpus discursivo, fazendo referências ao conteúdo do projeto sempre que julgarmos necessário. Antes de adentrarmos nas questões metodológicas, bem como nos resultados obtidos, é necessário adentrar nas bases teóricas que norteiam essa pesquisa. Passemos, portanto, a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

A TEORIA DO DISCURSO DE LACLAU E MOUFFE

A proposta teórica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe encontra-se ancorada na perspectiva pós-estruturalista e, no limite, pós-moderna. Do mesmo modo, podemos encontrar as raízes da proposta dos autores na perspectiva pós-fundacional. Tais bases epistemológicas apontam para a impossibilidade de estabelecer fundamentos últimos em um social marcado pela contingência e pela precariedade. A construção teórica de Laclau e Mouffe é pautada pela centralidade do discurso para a apreensão de um social que é, portanto e em última instância, discursivo. Isso significa dizer o social constrói e é construído discursivamente. Em outras palavras, é marcado pela linguagem e sua contingência e sua precariedade, especialmente em razão de suas possibilidades.

O pós-estruturalismo no qual podemos inserir a teoria do discurso de Laclau e Mouffe bebe no Estruturalismo proposto por Ferdinand de Saussure, que apontou a língua enquanto um sistema dependente e relacional. Tal proposta foi trazida para o campo das ciências sociais por Claude Lévi-Strauss, que propôs o estudo do social enquanto uma estrutura (advindo da ideia de sistema). Assim, a estrutura desempenharia um papel essencial para organizar a vida em

sociedade. O pós-estruturalismo, por sua vez, não nega a ideia de estrutura, mas busca extrapolar tal noção para além de seus limites. A partir da crítica empreendida por Jacques Derrida com seu desconstrutivismo, a estrutura para de desempenhar o papel de centro (ou de fundamento, em outras palavras). Tal guinada modifica a forma de pensar todo o social, pois deixa de existir um centro, um fundamento, uma verdade última que engessaria todas as ações. O que existe, ao contrário, é um conjunto de centros, de fundamentos, de verdades (que nunca são últimas) em razão da contingência e da precariedade que marcam um social marcado pela linguagem.

Não nos aprofundaremos em uma discussão sobre os limites e as possibilidades da teoria do discurso proposta pelos autores, nem tampouco buscaremos uma aplicação conceitual na prática. O que propomos, com este trabalho, é uma reflexão a partir dos pressupostos teóricos dos autores, especialmente no que diz respeito à contingência e à precariedade. Poderíamos tratar aqui da estrutura discursiva proposta por Ernesto Laclau, com seus elementos, momentos e pontos nodais (como ligações que permitem que um discurso se articule e se constitua enquanto demanda capaz de aglutinar indivíduos), mas tampouco nosso objetivo é esse.

Abordar uma questão prática como a significação de um significante a partir de uma teoria pós-estruturalista como a de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe implica não a aplicação sistemática de conceitos para explicar uma realidade. O que queremos não é identificar onde estão os significantes vazios ou os pontos nodais do discurso, embora possamos destacar que os discursos (tanto de esquerda quanto de direita) conseguiram articular uma sequência significativa de demandas em torno de um significante vazio como “educação”. No limite, todas as questões visam se encadear na perspectiva de uma defesa da educação tal como a enxergam a partir de sua lente teórica, ideológica e etc.

Podemos identificar assim, diante do exposto, o significante vazio “educação”, como um significante vazio de significado, como algo que não apresenta um sentido único, que capta uma quantidade significativa de sentidos. Os pontos nodais, aqui, podem ser identificados como, no caso dos contrários ao projeto escola sem partido, “a defesa de pensamento crítico” dentro das instituições de ensino. No caso daqueles que são a favor do projeto, os sentidos podem ser articulados em torno do ponto nodal “educação conservadora”, buscando respeitar valores tidos como essenciais para os membros desse último grupo.

A teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe envolve uma série de conceitos para ser compreendida, conceitos esses como significante vazio, ponto nodal, hegemonia, antagonismo, discurso e etc. Para fins deste trabalho, entretanto, focaremos na noção de discurso enquanto essencial para o que nos propomos estudar. Assim, o discurso é essencial para pensarmos não somente o processo de significação, mas sua implicação na realidade, de modo que a constitui e é continuamente constituído por ela. Isso implica dizer que o sentido é essencial para qualquer realidade, pois é através desse sentido que a realidade é significada e ressignificada continuamente.

METODOLOGIA

Este trabalho vale-se de abordagem de pesquisa qualitativa, de modo que a técnica utilizada é a análise de conteúdo. Nosso objeto de pesquisa, em um primeiro momento, consiste nos duzentos e sessenta e três pronunciamentos elencados no Banco de Discursos e Debates da Câmara dos Deputados contendo o significante “escola sem partido” no período de março de 2015 a julho de 2019. Tal número foi alterado por questões metodológicas, conforme explicações que seguem.

Diversas mobilizações poderiam ser feitas para investigar a significação empregada, por um conjunto específico, em torno de um significante. Neste estudo, no caso, nosso foco é a Câmara dos Deputados e, mais precisamente, os discursos proferidos em torno do significante “escola sem partido”. Poderíamos empregar uma divisão anual (2015, 2016, 2017, 2018 e 2019), e preferimos mesmo essa divisão por uma razão muito simples: contexto.

É sabido que, pelo menos desde o pleito para o cargo de Presidente da República, em 2018, ocorreu uma notável polarização de ideias e projetos políticos, especialmente se considerarmos um segundo turno Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL), tendo Jair Bolsonaro saído vitorioso da disputa. Com uma eleição marcada pela ascensão de ideias consideradas como à direita do espectro ideológico, pautadas pelo conservadorismo (dentre outras questões), nosso objetivo é embarcar no referente contextual do período que antecedeu a disputa, bem como dos primeiros meses do governo Bolsonaro (janeiro-julho de 2019) para compreender a ascensão (ou não) de discursos de cunho conservador na Câmara dos Deputados

no período supracitado. Embora tenhamos ressaltado que o movimento ESP não é recente (datando de meados de 2004), os discursos contendo a palavra-chave “escola sem partido”, no banco de discursos da Câmara, aparecem em quantidade significativa nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, sendo o número mais expressivo de discursos observado no ano de 2018, conforme observado na tabela que segue (tabela 1).

Tabela 1: Total de discursos proferidos em plenário no período 2015-2019

| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|--|------|------|------|------|------|
| Total de discursos proferidos no ano: | 7 | 44 | 57 | 128 | 27 |
| Discursos selecionados para amostra: | 6 | 42 | 54 | 126 | 27 |

Fonte: Elaboração própria.

Conforme observado na tabela 1, há uma divergência entre o número total de discursos proferidos no ano e a quantidade de discursos selecionados para a amostra dessa pesquisa. Tal discrepância se deu em razão da opção por selecionar apenas pronunciamentos de parlamentares, excluindo-se aqueles palestrantes que foram apenas convidados a discursar. Assim, do total de 263 pronunciamentos encontrados no Banco de Discursos e Debates da Câmara dos Deputados no período de 2015-2019, foram selecionados para este estudo o total de 255 (um percentual de 96%).

Cumpramos destacar, ainda, que uma outra possibilidade de estudo seria dividir a análise em torno dos partidos, mas como essa pesquisa não os excluirá, defendemos ainda uma divisão anual dos discursos, mesmo porque não buscamos evidenciar os vieses de uma classificação partidária, embora destaques de antemão o número significativo de discursos proferidos por membros de partidos notadamente classificados como à esquerda do espectro ideológico (a despeito de quaisquer variações, como esquerda, centro-esquerda e etc., destacamos o significativo número de discursos do Partido dos Trabalhadores – PT, do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, do Partido Democrático Trabalhista – PDT e do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, dentre outros).

Uma vez expostas as delimitações do objeto, nosso corpus discursivo consiste finalmente em 255 pronunciamentos coletados no Banco de Discursos e Debates da Câmara dos Deputados proferidos no período de março de 2015 a julho de 2019. Sendo a nossa técnica de análise dos dados a análise de conteúdo, cumpre destacar que o material foi coletado, organizado em planilhas no *Libreoffice Calc* e interpretado visando identificar a significação discursiva proposta por parlamentares ao tratar do significante “escola sem partido”.

Segundo Câmara (2013) “as interpretações a que levam as inferências serão sempre no sentido de buscar o que se esconde sob a aparente realidade, o que significa verdadeiramente o discurso enunciado, o que querem dizer, em profundidade, certas afirmações, aparentemente superficiais” (CÂMARA, 2013, p. 189). Assim, nosso objetivo será, após a leitura minuciosa do material, organizá-lo de modo que seja possível identificar as atribuições de sentidos empreendidas pelos parlamentares no período definido, buscando apontar a construção discursiva empregada por esses mesmos deputados em torno do significante “escola sem partido”. Passemos, portanto, aos resultados obtidos com essa técnica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um dos primeiros apontamentos que podemos fazer em relação a resultados obtidos com essa pesquisa é o seguinte: majoritariamente, é perceptível uma preocupação significativamente maior com o tema “escola sem partido” por partidos classicamente classificados à esquerda do espectro político. Observação essa identificada em todo os anos compreendidos por essa pesquisa (2015, 2016, 2017, 2018 e 2019). Reside justamente aí a razão pela qual não buscaremos percentuais. Poderíamos, de qualquer modo, identificar uma significação destacada pela porcentagem: a presença majoritária do discurso de esquerda em torno do significante “escola sem partido”, mas a questão é que tal constatação nos diria muito pouco sobre uma polarização de discussão. Ainda assim, julgamos que tal informação é significativamente importante, pois com a exceção dos anos de 2015 e meados de 2016 (nos quais o PT ainda encontrava-se no poder com Dilma Rousseff 2011-2016), este último foi marcado pelo impeachment da então presidente, seguido pela posse do presidente Michel

Temer, do Movimento Democrático Brasileiro – MDB (2016-2018), e pelo começo do mandato do atual presidente, Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal – PSL (2019-).

Não buscaremos nos repetir, de modo que dividiremos essa seção de forma anual, visando uma maior compreensão. Começamos, portanto, por 2015, realizando os principais apontamentos identificados no discurso estudado. O ano de 2015 é um dos mais emblemáticos se pensarmos na significação discursiva empregada em torno do significante “escola sem partido”. Embora tenham sido emitidos apenas 6 pronunciamentos (no que diz respeito a essa pesquisa), tivemos a preocupação com a cooptação dos jovens para movimentos de esquerda como um dos principais sentidos identificados nos pronunciamentos de partidos. Houve predominância de discursos do PSDB, mas também do PSC e do PTN. De forma também significativa, foram identificadas preocupações com questões referentes a religião, especialmente ao cristianismo, além de uma suposta doutrinação do PT nas escolas. Tal doutrinação é referida inúmeras vezes, pela direita, para tratar de um suposto projeto de esquerdização dos alunos que aconteceria no interior das instituições de ensino. O deputado Eduardo Bolsonaro (PSC/SP) abordou a perspectiva dessa doutrinação a partir de uma comparação com uma visita ao “Museu do Holocausto”. O trecho deste pronunciamento do parlamentar consta na imagem que segue (imagem 1).

Imagem 1: Trecho do pronunciamento de Eduardo Bolsonaro (PSC/SP)

Discurso em 10/05/2017 às 10:58 - Mozilla Firefox

Discursos e Notas Taquigráficas X Discurso em 10/05/2017 às 10:58 X Discurso em 09/05/2017 às 18:00 X Discurso em 04/05/2017 às 12:00 X Discurso em 02/05/2017 às 19:00 X

https://www.camara.leg.br/internet/sitaweb/TextoHTML.asp?etapa=58&nuSessao=-

67%

ACESSIBILIDADE FALE CONOSCO ACESSO À INFORMAÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS Institucional • Deputados • Atividade Legislativa • Comunicação TEMAS

Página Inicial / Deputados / Discursos e Notas Taquigráficas / Discursos Proferidos em Plenário

DISCURSOS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 110.3.55.0_1 Hora: 10h58 Fase: HO Data: 10/05/2017

Sumário

Sessão Solene em homenagem à criação do Estado de Israel

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSC-SP Sem revisão do orador). - Sr. Presidente, primeiro, é uma honra estar aqui nesta audiência. Cumprimento o Embaixador Yossi Shelley, em nome de todas as autoridades presentes.

Nesta minha breve fala eu poderia citar várias qualidades que vi quando estive em Israel, como a agricultura pujante em um local onde chove menos que no Nordeste brasileiro. Poderia citar uma taxa de homicídios que não é metade, mas um décimo da brasileira, com uma cultura muito mais armamentista, em um local onde as mulheres são respeitadas.

Porém, eu venho aqui, prezado Presidente Alan Rick e Deputado Marcelo Aguiar, falar de um problema que os senhores conhecem muito bem. Quando fui ao Museu do Holocausto, pude perceber ali a fúria nazista de doutrinação ideológica nas escolas para que se asfaltasse o caminho para o holocausto, Presidente Alan Rick. Eu venho aqui denunciar esta prática, utilizando essa bandeira desses guerreiros que, após a Segunda Guerra Mundial, tiveram que travar uma guerra contra vários países vizinhos para declarar a sua independência, para que nós, brasileiros, não deixemos essa nefasta história se repetir.

É por isso que aproveito para pedir o apoio dos colegas para o projeto [Escola sem Partido](#).

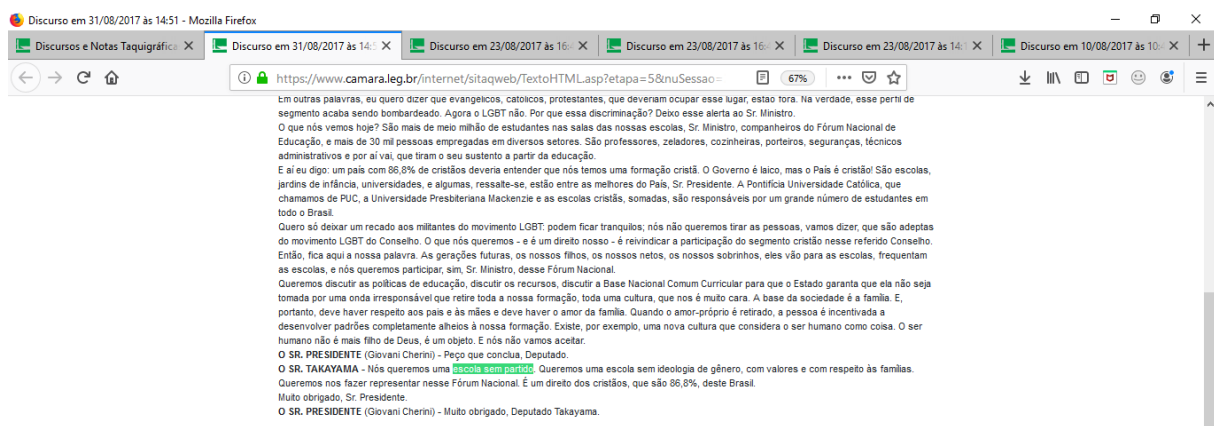
Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Fonte: Banco de Discursos e Debates da Câmara dos Deputados. Acesso em 5 de agosto de 2019.

Diante do exposto, percebemos uma significativa preocupação com o suposto apelo aos jovens para a adesão a projetos político-partidários. A questão da ideologia de gênero também é sentido recorrente nos discursos, seja de esquerda, seja de direita, mas especialmente recorrente no âmbito da direita, evidenciando uma preocupação com a influência de questões do tipo nas crianças. Trecho de discurso sobre tal questão pode ser lido na imagem 2, do deputado Takayama (PSC/PR), e na imagem 3, da deputada Geovania de Sá (PSDB/SC).

Imagem 2: Trecho do discurso de Takayama (PSC/PR)



Fonte: Banco de Discursos e Debates da Câmara dos Deputados. Acesso em 5 de agosto de 2019.

Conforme mencionado, em 2016, 42 discursos foram proferidos em torno do signficante “escola sem partido”. O ano de 2017 contou com 54 discursos. O ano de maior número de discursos foi o ano de 2018, com um total de 126 pronunciamentos. Em 2019, foram proferidos 27 discursos. Majoritariamente, os sentidos atribuídos giravam em torno da tentativa de proteção da universidade pública, contra a censura no ensino e em defesa do senso crítico nas escolas. Na contramão, também foram identificados sentidos tentando relacionar o projeto ESP como um projeto de “mordaça” nas escolas.

No âmbito da direita, por sua vez, predominam pautas de cunho conservador, como a tentativa de proteção dos alunos da influência de professores que visam supostamente cooptá-los para projetos de esquerda. De todo modo, cumpre destacar que, segundo Manhas “os

fundamentalismos conservadores que tentam passar às pessoas suas ideologias e crenças. Afinal de contas, não são apenas os pensamentos marxistas que são ideológicos, como tentam fazer crer os defensores do Escola Sem Partido” (MANHAS, 2016, p. 17-18). Isso implica dizer que tudo é ideologia em qualquer um dos campos do espectro político. Nosso objetivo não é atacar aqui a questão da neutralidade, mas destacar que um projeto livre de ideologias simplesmente não existe: a própria ausência de ideologia é uma ideologia, é um modo de significação do mundo que nos rodeia e do qual fazemos parte.

Imagem 3: Trecho do discurso de Geovania de Sá (PSDB/SC).

Discursos e Notas T x Discursos em 13/09/2017 às 14:16 - Mozilla Firefox

Discursos em 04/09/2017 às 14:16 x Discursos em 13/09/2017 às 14:16 x Discursos em 31/08/2017 às 14:16 x Discursos em 23/08/2017 às 14:16 x Discursos em 23/08/2017 às 14:16 x Discursos em 10/08/2017 às 14:16 x

https://www.camara.leg.br/internet/sitaweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=

67%

Saudações a Vereadores do Município de Urubici, Estado de Santa Catarina, em visita à Câmara dos Deputados. Repúdio a exposição realizada em Porto Alegre pelo Banco Santander. Posicionamento contrário à ideologia de gênero.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ (PSDB-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar os meus nobres colegas Deputados e Deputadas. Quero cumprimentar também os meus Vereadores Belinho, Bola e Dilmo, do Município de Urubici, em Santa Catarina. Quero dizer que é um privilégio tê-los aqui no nosso plenário, nesta Câmara Federal.

Sr. Presidente, ontem eu estaria fazendo um pronunciamento em repúdio à amostra que aconteceu no Banco Santander, com recursos públicos. Eu me senti no direito e na obrigação, como mãe e como mulher, de estar aqui defendendo as famílias brasileiras, vítimas de mais uma atitude que é lamentável. Este País é predominantemente cristão. São mais de 80% de famílias cristãs no País. E ontem ainda eu pude presenciar Deputados e Deputadas defendendo uma ação como aquela. Foram mais de cem escolas que levaram os filhos das nossas famílias brasileiras para ver cenas deprimentes. Não estou aqui falando que aquela exposição não poderia acontecer, mas que fosse restrita a pessoas adultas, conscientes, com critérios bem definidos. Dessa forma, o Banco Santander poderia realizar a exposição sem problema, pois respeitamos a posição de cada um. Contudo, não exponham nossas crianças!

Deputado Pompeo de Mattos, isso ocorreu no Estado de V.Exa. O que nos chama a atenção é que mais de 20 mil clientes pediram o cancelamento das contas do banco. Eles sentiram essa vontade, tomaram essa atitude, porque aquilo não era algo que se poderia impregnar em nossas famílias brasileiras. Muitas famílias hoje vêm falar conosco, como representantes que somos neste Parlamento, pedindo que defendamos o homeschooling, porque não confiam mais no papel da escola.

E qual é o papel da escola? Educar nossos filhos para que tenham conhecimento, para que sejam abertas janelas, para que tenham uma profissão; e não impor uma escola com partido, não impor certas linhas de raciocínio, porque quem educa somos nós, a família brasileira. Nós temos o papel de educar. A escola tem o papel de ensinar, de levar o conhecimento, de mostrar para as crianças como se faz um cálculo, como se lê um livro. O papel é exatamente para este: fazer desse cidadão uma pessoa de bem, para que possa ser um profissional qualificado. A escola tem o papel de levar o conhecimento. Mas, infelizmente, trocamos os papéis.

Que possamos defender neste Parlamento as escolas, os diretores, os professores, que fazem muito bem seu papel. Nós, como cristãos que somos, neste País, vamos defender nossas famílias.

Eu venho, neste momento, repudiar esse evento, em nome de muitas mães, pais, avós, tios e tias, que não gostaram e repudiam essa atitude do Banco Santander.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna pedir a V.Exa. que meu discurso seja dado como lido e que seja registrado nos Anais desta Casa. Que não vejamos mais figuras como aquelas, inclusive patrocinadas com dinheiro público! Não podemos mais aceitar isso. Poucas mulheres neste plenário se pronunciaram, mas eu, como catarinense, representante do Estado de Santa Catarina, representante de muitas famílias brasileiras, venho aqui defendê-las e repudiar essa atitude lamentável do Banco Santander.

Que Deus abençoe as famílias brasileiras! Que Deus abençoe o Brasil!

Não à ideologia de gênero! Vamos lutar, Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, por uma **escola sem partido**. Que nossas crianças não sejam mais expostas a vergonha como a que foi exibida nesse final de semana, no Banco Santander.

Fonte: Banco de Discursos e Debates da Câmara dos Deputados. Acesso em 5 de agosto de 2019.

Ao abordar o tema ESP, escreve Manhas que o movimento “trata-se de uma falsa premissa, pois não diz respeito a não partidarização, mas sim à retirada do pensamento crítico, da problematização e da possibilidade de se democratizar a escola, esse espaço de partilhas e aprendizados ainda tão fechado, que precisa de abertura e diálogo” (MANHAS, 2016, p. 16). Tal sentido é extensamente referenciado pela esquerda em seus discursos. Como não temos como objetivo nos repetirmos, destacamos a fala do autor para trara da questão da proteção defendida pela esquerda, do senso crítico instigado nas instituições de ensino.

Imagem 4: Trecho do discurso de Lincoln Portela (PR/MG).

Discurso em 02/04/2018 às 17:32 - Mozilla Firefox

Discursos e Notas Taquiográficas / Discursos em 02/04/2018 / Discursos em 20/03/2018 / Discursos em 08/03/2018 / Discursos em 06/03/2018 / Discursos em 22/02/2018 / Discursos em 20/12/2017 / Discursos em 19/12/2017

https://www.camara.leg.br/internet/sitaweb/TextoHTML.asp?etapa=58&nuSessao=...

67%

ACESSIBILIDADE FALE CONOSCO ACESSO À INFORMAÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS Institucional • Deputados • Atividade Legislativa • Comunicação TEMAS

Página Inicial / Deputados / Discursos e Notas Taquiográficas / Discursos Proferidos em Plenário

DISCURSOS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 057.4.55.0 Hora: 17h32 Fase: BC
Data: 02/04/2018

Sumário

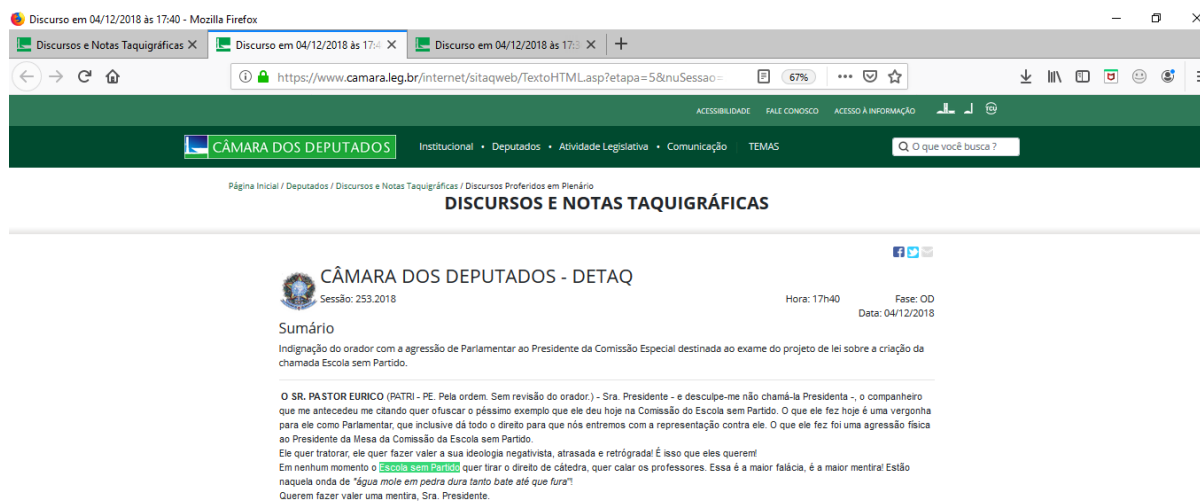
Exortação à sociedade brasileira para apresentação de denúncias e reclamações à comissão destinada ao exame da proposta de implantação da chamada Escola sem Partido.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR-MG, Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Comissão Especial que analisa o projeto de lei sobre o Programa Escola sem Partido se encontra parada. Não se movimenta da forma que deveria devido às circunstâncias da própria Casa, que não está se movendo. Mas quem pensa que aqueles que trabalham no Programa **Escola sem Partido** estão calados estão completamente enganados. Eu continuo recebendo reclamações de todo o Brasil, de Minas Gerais, de jovens que têm sido massacrados por uma ideologia comunista, atesta, de gênero e de erotização das nossas crianças.
Denunciem! A Constituição Federal e o Código Penal estão aí! Não fiquemos calados!

Fonte: Banco de Discursos e Debates da Câmara dos Deputados. Acesso em 5 de agosto de 2019.

Ainda segundo Manhas (2016), “os teóricos do Escola Sem Partido advogam a neutralidade e se dizem não partidários. No entanto, suas intenções são claras: a retroação dos avanços que tivemos nos últimos tempos, especialmente com relação aos direitos humanos” (MANHAS, 2016, p. 18). Não queremos, com essa fala, empreender uma crítica a significação empregada pela direita, mas sim apontar para a questão da impossibilidade da neutralidade novamente fazendo referência ao projeto teórico que nos respalda, qual seja, a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Imagem 5: Trecho do discurso de Pastor Eurico (PATRI/PE).



Fonte: Banco de Discursos e Debates da Câmara dos Deputados. Acesso em 5 de agosto de 2019.

Ainda de acordo com Manhas (2016), “em um dos livros desse movimento, é passada a noção de que o professor não é um educador, separando assim o ato de ensinar (passar conteúdos) e educar” de modo que “o(a) professor(a) deveria estar ali apenas para passar conteúdo sem crítica, problematização ou contextualização, em um ato mecânico” (MANHAS, 2016, p. 19).

Imagem 6: Trecho do discurso de Lincoln Portela (PR/MG).

Discurso em 06/12/2018 às 12:16 - Mozilla Firefox

https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=58&nuSessao=-

Página Inicial / Deputados / Discursos e Notas Taquigráficas / Discursos Proferidos em Plenário

DISCURSOS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Sessão: 258/2018 Hora: 12h16 Fase: OD
Data: 06/12/2018

Sumário

Repúdio ao posicionamento de Deputados da Esquerda com relação ao projeto de lei sobre a criação da Escola sem Partido. Apoio à aprovação da proposição pela Câmara dos Deputados.

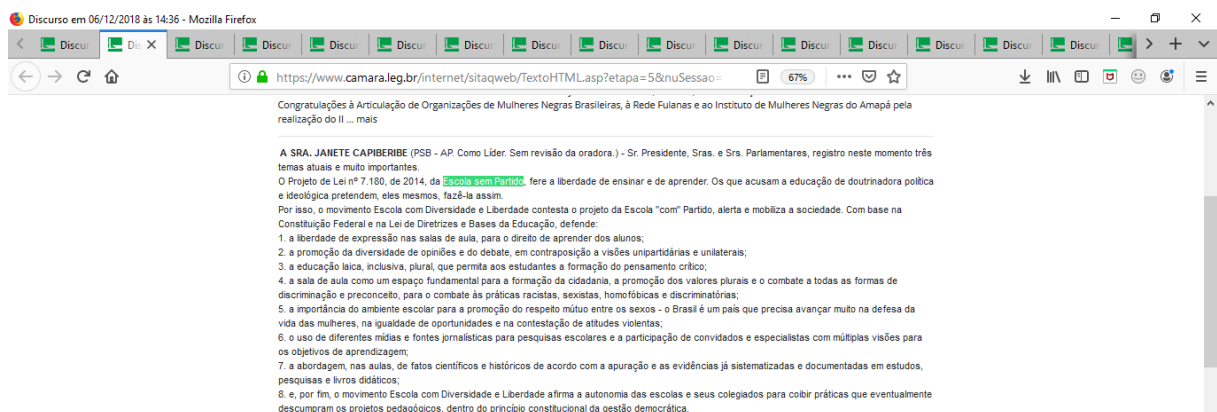
O SR. LINCOLNI PORTELA (PR - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Renato.
Sr. Presidente, o Brasil, de fato, está experimentando agora a liberdade, a liberdade daqueles que pensam de maneira diferente dos ensinamentos de Lenin, de Karl Marx, das experiências de Stalin.
Estão pensando diferente, porque há 2 anos nós estamos trabalhando aqui nesta Casa - estou vendo aí o Deputado Flávio, Relator do Programa **Escola sem Partido** - sobre a aberração que está acontecendo nas academias brasileiras. Diga-se de passagem que essa aberração começou com o Ministro Paulo Renato, em 1995, e passou pelas hostes do ateu socialista Fernando Henrique Cardoso. As academias brasileiras começaram a ser empoderadas, e empoderadas por um marxismo selvagem, ou seja, nada presta além do marxismo, nada presta além do leninismo. Fala-se também de Stalin, que acabou matando comunistas, mas também matou milhares de judeus incentivado - incentivado - por Hitler.
Ora, vejam bem a situação: os comunistas mataram no mundo mais de 100 milhões de pessoas. Hoje são os heróis da resistência, são o suprasumo de toda a realidade, o suprasumo de toda a democracia, ou seja, o que não é esquerda, não é democracia. Democracia é apenas aquilo que a Esquerda pensa. Direita ou centro - eu já nem sei mais se existe centro -, direita ou esquerda, isso já não representa mais democracia no Brasil. Há um outro detalhe: as fétidas do leninismo, do marxismo.
Estou vendo aí o Dr. Miguel Nagib. Se não me engano, foi autor originariamente do projeto, pelo qual luto muito. S.Exa. é advogado, católico. O pessoal fala muito que são os evangélicos que estão fazendo isso. A Igreja Católica somou fleiras, como o missionário Flávio, católico, também serrou fleiras. Eu quero dizer aos senhores e às senhoras o absurdo que está sendo vencido. Eu estou assistindo às reuniões da Comissão da Escola sem Partido, reuniões estas das quais a Esquerda negou-se a participar, negou-se a debater, porque, democraticamente, tanto a Presidência quanto os outros membros da Comissão convidavam pessoas da Esquerda para falarem, mas elas eram derrotadas, fragorosamente, porque não tinham argumentos. E eles mentem. Um dos argumentos deles é a mentira. Quanto mais você mente, quanto mais você mente, quanto mais você mente, quanto mais mente, mais vira a verdade. E eles mentem a tal ponto de passarem óleo de porca nas bochechas, dizendo que não há doutrinação nas escolas, que há sim uma participação de todos nas escolas. Esses dias eu vi o Deputado Aleluia manifestando-se acerca de outros pensadores, de outros filósofos que nem são tocados nas escolas. Simplesmente esses, que eu lhes disse, e outros ainda piores é que são discutidos nas escolas.

Fonte: Banco de Discursos e Debates da Câmara dos Deputados. Acesso em 5 de agosto de 2019.

Segundo Abrucio (2016), o projeto ESP “não só está distante dos verdadeiros problemas da educação do país e da experiência internacional bem sucedida. Ele também atrapalha a busca das soluções. Como os estudos em todo o mundo têm mostrado, o professor é a figura-chave do processo educativo”. O autor ainda prossegue dizendo que “o movimento propõe um tal clima de perseguição como seus cartazes ameaçadores, numa espécie de “macartismo pedagógico”, que seria muito difícil recrutar docentes de qualidade, capazes de exercer seu ofício com criatividade e paixão, elementos essenciais nessa profissão” (ABRUCIO, 2016, p. 61). Podemos elencar uma quantidade significativa de demandas que aparecem nos discursos encontrados no período dessa pesquisa, dentre as mais significativas, podemos elencar em tópicos: a defesa do pensamento crítico; a defesa da universidade pública; a contrariedade a noção de uma “escola amordaçada”; a defesa da valorização do professor; a liberdade de cátedra como fundamental para o ensino; a contrariedade à censura e etc. Do mesmo modo, podemos identificar as demandas pela contrariedade à ideologia de gênero; pela contrariedade a sexualização precoce das crianças; pela contrariedade à cooptação de jovens para movimentos de esquerda; contra um suposto projeto de esquerdização; contra a doutrinação dos sujeitos; e contra a propagação de ideologias tidas como sendo de esquerda. O que podemos identificar

com esses últimos sentidos identificados é, principalmente, a ânsia pelo estabelecimento de projetos últimos, como um fim a ser atingido em algum momento.

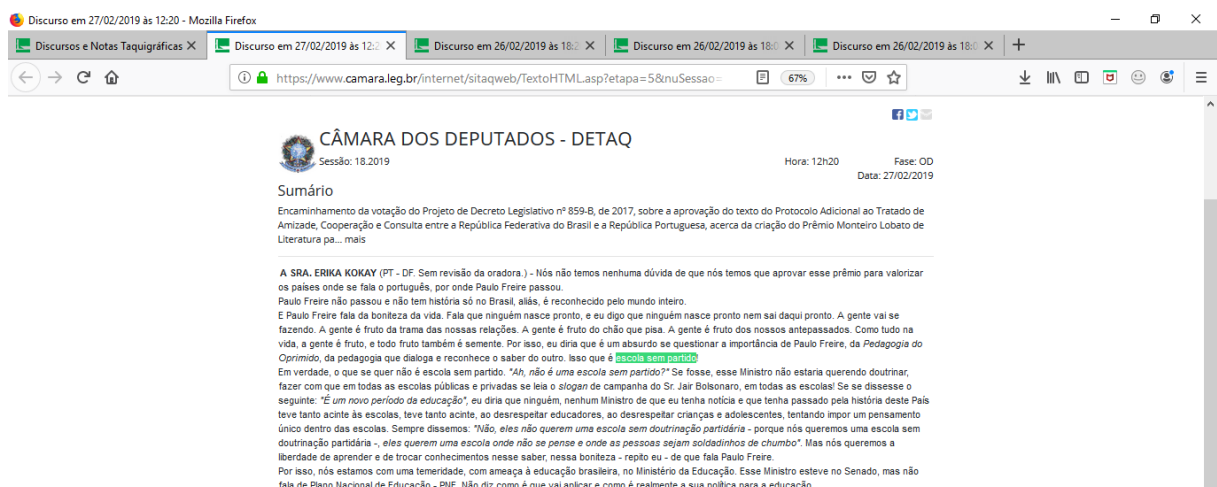
Imagem 7: Trecho do discurso de Janete Capiberibe (PSB/AP).



Fonte: Banco de Discursos e Debates da Câmara dos Deputados. Acesso em 5 de agosto de 2019.

Conforme Abrucio “o projeto Escola Sem Partido, em verdade, baseia-se em equívocos conceituais. O primeiro deles é acreditar, ou dizer que acredita, que seja possível transmitir conhecimentos de uma forma neutra. Isso não é possível em nenhum lugar ou época da história humana” (ABRUCIO, 2016, p. 61).

Imagem 8: Trecho do discurso de Erika Kokay (PT/DF)



Fonte: Banco de Discursos e Debates da Câmara dos Deputados. Acesso em 5 de agosto de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante a possibilidade de tratar de uma significativa preocupação com o movimento (e com os projetos, claro) “escola sem partido” tanto por parte da direita quanto por parte da esquerda. Obviamente, não é necessário mencionar que por motivos essencialmente distintos, mas que pode ser mobilizada de forma significativa por ambos os espectros do *continuum* ideológico (como todas as questões, mas nos atenhamos ao significante aqui abordado). A questão é que a pauta “escola sem partido” tornou-se um marco da política de direita, especialmente considerando sua significação enquanto um combate “às políticas de esquerda” resultado dos anos de governos de esquerda no Brasil (2003-2016). No caso da esquerda, a significação em torno do “escola sem partido” gira em torno de, pelo menos, duas preocupações fundamentais: a ideia de um retrocesso e a percepção de uma tentativa de cerceamento do senso crítico no ambiente escolar. A direita, por sua vez, destaca uma preocupação com ideologias de gênero, com a sexualização precoce de crianças e, principalmente, com a cooptação de jovens para movimentos de esquerda dentro das salas de aula. Conforme mencionamos, não apontaremos uma atribuição de sentidos por percentual, já que todos os percentuais seriam majoritariamente de esquerda. Nosso objetivo foi apontar a construção discursiva em torno do significante “escola sem partido” na Câmara dos Deputados no período 2015-2019. O que podemos apontar, com seriedade, é que a significação é plural em ambos os lados e de neutra, com certeza, não apresenta nada.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando. Contra escola sem sentido. In: AÇÃO EDUCATIVA. **A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso.** Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). São Paulo: Ação Educativa, 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Banco de Discursos e Debates. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Acesso em 1, 2, 3, 4 e 5 de agosto de 2019.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, nº. 2, jul.-dez. 2013. p. 179-191.

Escola sem Partido – Escola sem doutrinação. Disponível em:
<<http://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

Escola sem partido – Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar. Disponível em:
<<https://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**: hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.

MANHAS, Cleomar. Nada mais ideológico que “escola sem partido”. In: AÇÃO EDUCATIVA. **A ideologia do movimento escola sem partido**: 20 autores desmontam o discurso. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). São Paulo: Ação Educativa, 2016.

SARAIVA, Karla; VARGAS, Juliana Ribeiro de. Os perigos da escola sem partido. **Teias**, v. 18, nº. 51, out.-dez. 2017, p. 68-84.

CONVERGÊNCIA OU CONFLITO? ANTAGONISMO, A ASCENSÃO DA DIREITA LATINO-AMERICANA E O ACASO DO CICLO PROGRESSISTA

Letícia Baron¹

Resumo

A primeira década do século XXI na América Latina foi caracterizada por um fenômeno inédito e marcante: a chegada ao poder de partidos, movimentos e lideranças identificados com as ideias defendidas pela esquerda regional, conhecido pela literatura como Ciclo Progressista (PEREIRA DA SILVA, 2019) ou Maré ou Onda Rosa (PANIZZA, 2009). Transcorrido quase 20 anos, o ciclo apresenta sinais de esgotamento e enuncia a ascensão de uma direita que advoga por grandes transformações sociais. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar se o antagonismo é uma ferramenta útil para explicar o contexto latino-americano atual. Baseando-se de uma metodologia de cunho qualitativa, o presente trabalho conclui que o período de consolidação e desfazimento do Ciclo Progressista não deve ser concebido como uma totalidade fechada de ideias defendidas, mas sim como um conjunto espalhado de conceitos, distinções e argumentos que ganham sentido conforme são articulados e estabilizados em contextos discursivos particulares. Tratam-se de processos de identificação política, que perpassam a forma como se compreendem os diversos portadores destes discursos, no qual a noção de antagonismo assume centralidade.

Palavras Chaves: Teoria do Discurso, América Latina, direita.

INTRODUÇÃO

A primeira década do século XXI na América Latina foi caracterizada por um fenômeno inédito e marcante: a chegada ao poder de partidos, movimentos e lideranças identificados com as ideias defendidas pela esquerda regional, conhecido pela literatura como Ciclo Progressista (PEREIRA DA SILVA, 2019) ou Maré ou Onda Rosa (PANIZZA, 2009). O fenômeno iniciou no final da década de 1990, com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela e teve prosseguimento nos principais países da região, abrindo uma vasta agenda de pesquisa.

Contudo, ainda que o discurso da esquerda tenha se hegemonizado na região nos primeiros anos do século XXI, é importante destacar que ele foi antagonizado por um novo discurso de direita calcado na ampla crítica aos programas sociais governamentais (PANIZZA,

¹ Doutoranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas; letibaron@hotmail.com; Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

2009), que passou a ganhar maior relevância após a crise financeira que atingiu os países latino-americanos após 2008 (CARVALHO, 2018).

Tendo em conta tal cenário, no qual há um esgotamento do Ciclo Progressista e a ascensão do discurso à direita na América Latina, o presente trabalho busca verificar se o antagonismo é uma ferramenta útil para estudo e análise do fenômeno. Para atingir tal fim, o trabalho subdivide-se em três momentos distintos: no primeiro deles, que aborda o acaso do ciclo progressista; o segundo, que explora as ferramentas teóricas e, por fim, o último, que se debruça sobre as experiências locais latino-americanas.

NOTAS SOBRE O FIM DO CICLO PROGRESSISTA

Em recente publicação, os professores Fabrício Pereira da Silva e Gabriel Eduardo Vitullo denunciam um incomodo silêncio por parte dos pesquisadores na área da Ciência Política diante das rupturas vividas por diversos governos na América Latina nos anos recentes, se comparadas a outras áreas como a Sociologia e a Antropologia Política. Dizem os autores que, dentre as principais causas desta omissão, destaca-se a adesão irrefletida e pouco analítica ao neoinstitucionalismo norte-americano (PEREIRA DA SILVA; VITULLO, 2019, p. 130). Os autores fundamentam sua constatação dizendo que os Cientistas Políticos brasileiros importam sofisticados procedimentos metodológicos sem que eles necessariamente reflitam em um aprimoramento teórico local², fazendo com que haja uma ênfase excessiva na questão institucional sem que se lograsse êxito na compreensão das forças políticas que travam disputas constantes e questionam, a todo o momento, a qualidade da democracia. A principal consequência de tal posicionamento, na visão destes autores, é a parca reflexão sobre a qualidade da democracia. Eles denunciam que as transformações vividas pela América Latina sob a governança dos partidos de esquerda fizeram com que a intelectualidade compreendesse a democracia representativa como um regime consolidado, sendo que as transformações e melhorias deveriam ser direcionadas ao aumento da participação política direta através da

² Há de se destacar que não se desconsidera aqui a importância dos trabalhos neoinstitucionais para a Ciência Política atual. O que os autores questionam no artigo mencionado é a ausência de uma teoria ou de estudos que ultrapassem a barreira metodológica destes estudos.

democracia participativa. Contudo, se nenhuma democracia é satisfatória e pode ser radicalizada, ela também pode passar por momentos de desdemocratização (TILLY, 2013).

A pesquisa que se busca apreender neste trabalho se desenvolve neste binômio: se ausência de trabalhos comparativos de folego na área da Ciência se coloca como um desafio, este é potencializado pela complexidade das dinâmicas sociais marcadas pela desigualdade e pela exclusão na região. Isso importa em dizer que, ainda que os governos alinhados ao Ciclo Progressista na América Latina assim podem ser classificados por partilharem de algumas características em comum, é importante não essencializar o olhar e compreender cada lógica social a partir de sua particularidade. Assim como não há uma experiência local que esgote todos os sentidos articulados em torno do que foi a Maré Rosa, também não é possível determinar de forma geral as causas que estão ocasionando – em cada local de forma distinta e em tempos diferentes – o seu apogeu.

A literatura especializada aponta que o início do Ciclo Progressista³ na América Latina se deu nos primeiros 15 anos do século XXI e foi caracterizado pela chegada ao poder de partidos, movimentos e lideranças de esquerda (PEREIRA DA SILVA, 2014, p. 2). Eles deram início a uma nova forma de governar na América Latina, que – de diferentes maneiras - buscou a redução da pobreza sem que necessariamente fossem rompidos os laços com o neoliberalismo (PANIZZA, 2009). O precursor de tal movimento foi a Venezuela, com a eleição de Hugo Chávez em 1998. O exemplo foi seguido pelo Chile, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, Nicarágua, Paraguai e El Salvador (Quadro 01), demonstrando a capacidade de multiplicação e estabilização geradas pelo movimento (PEREIRA DA SILVA, 2019, p. 19). No quadro abaixo, verifica-se a expansão do movimento nos diversos países latino-americanos:

³ Progressista aqui não é utilizado como sinônimo de progresso e sim como uma mudança ou transformação em relação ao status quo anterior, que foi mais ou menos profunda nos diversos países latino-americanos (PEREIRA DA SILVA, 2014, p.6).

Quadro 1 – Mandatos presidenciais de esquerda (1998-2018)

| País | Presidente e Mandato Exercido | | | |
|-------------|--|--|----------------------------------|---------------------------------|
| Venezuela | Hugo Chávez (1999-2001) | Hugo Chávez (2001-2007) | Hugo Chávez (2007-2013) | Nicolás Maduro (2013 -) |
| Chile | Ricardo Lessa (2000-2006) | Michele Bachelet (2006-2010) | | Michele Bachelet (2014-2017) |
| Brasil | Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) | Luiz Inácio Lula da Silva (2006-2010) | Dilma Rousseff (2011-2014) | Dilma Rousseff (2015-2016) |
| Argentina | Nestor Kirchner (2003-2007) | Nestor Kirchner (2007-2011) | Cristina Kirchner (2012-2015) | |
| Uruguai | Tabaré Vazquez (2005-2010) | José Mujica (2010-2015) | Tabaré Vazquez (2015-2020) | |
| Bolívia | Evo Morales (2006-2010) | Evo Morales (2011-2015) | Evo Morales (2016-2019) | |
| Equador | Rafael Corrêa (2007-2009) | Rafael Corrêa (2009-2013) | Rafael Corrêa (2013-2017) | |
| Nicarágua | Daniel Ortega (2007-2012) | Daniel Ortega (2012-2016) | Daniel Ortega (2016-2020) | |
| Paraguai | Fernando Lugo (2008-2012) | | | |
| El Salvador | Maurício Fenes (2009-2014) | Salvador Sánchez Cerén (2014- 2018) | | |

Fonte: Adaptado e atualizado de Pereira da Silva, 2014.

Os governos acima elencados foram analisados, pelo seu ineditismo e relevância, por diversos teóricos⁴. Eles apontam que um contexto internacional favorável (com o fim da Guerra Fria) e a ampliação programática das novas esquerdas conferiram-lhes maior adaptação organizativa e flexibilidade, propiciando a manutenção e ampliação de seus governos. Nos países em que as esquerdas chegaram ao poder em meio às crises orgânicas – como é o caso de Venezuela, Bolívia e Equador – os governos progressistas lograram êxito em promover propostas mais radicalizadas, que buscaram a refundação da sociedade por meio de

⁴ Para aprofundar estudos sobre o tema, consultar: Pereira da Silva, 2010, 2011; Murray, Cameron, Hershberg, 2012; Cameron, 2013; Castaeda, 2006; Ardit, 2015.

transformações constitucionais e modificação drástica das políticas públicas. Em outras situações, como é o caso brasileiro, chileno e argentino, as políticas sociais foram desempenhadas sem transformações profundas e rompimentos com a lógica de mercado. Segundo Pereira da Silva (2019, p. 21), nos países andinos as transformações foram possíveis não só por vontade governamental, mas também porque naquela região a oposição estava mais debilitada.

Segundo o olhar de Panizza (2009, p. 197), a oposição a tais governos demorou a se colocar porque ela se obrigou a passar por transformações. Ele se viu obrigada, no período, a se colocar a partir de um rompimento com a tradição autoritária anterior e firmaram compromissos progressivos com a defesa do liberalismo e, em menor medida, com a defesa de pautas conservadoras. Ainda assim, na primeira década do século XXI o discurso contra hegemônico era pouco significativo na região, não se colocando como uma ameaça aos governos progressistas que promoviam a inclusão social financiada por um contexto econômico internacional favorável.

A tranquilizadora hegemonia dos governos de esquerda na região começou a sentir os efeitos de uma organização contrária somente no fim da primeira década do século XXI, principalmente no Chile e na Argentina. Eles consolidaram o que alguns autores vêm chamando de novo ciclo à direita na América Latina (SCHAVELZON, 2016; MEDEIROS, 2018; PEREIRA DA SILVA, 2017), propagando uma nova leitura dos ideais conservadores e liberais. É como se convivessem duas forças na região: movimentos e partidos vinculados à nova direita e os remanescentes do ciclo progressista, que buscam a todo custo manter-se no poder. A região vive conflitos diplomáticos e de interesses, expressos pela transitoriedade e peculiaridade do momento atual. A direita ascende por meio de golpes institucionais (como é o caso de Honduras, Paraguai e Brasil) e também pela tutela de eleições (como no caso argentino, chileno, equatoriano, el salvadoriano e brasileiro).

Como o objetivo da presente pesquisa é verificar se o antagonismo é uma ferramenta teórica útil para compreender a realidade latino-americana atual, será feito no tópico seguinte a apresentação dos pressupostos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe para daí sim adentrar-se na peculiaridade dos casos citados no parágrafo anterior e formar um melhor juízo sobre o processo de hegemonização da direita no contexto latino-americano.

A TEORIA DO DISCURSO E O ANTAGONISMO: BREVES NOTAS TEÓRICAS

A teoria do discurso de Laclau e Mouffe compreende que as fixações de sentidos são sempre parciais e exercem, sempre de forma precária e contingente, a função de organização do social. Nesse sentido, explica Mendonça (2007, p. 62) que “[a prática articulatória] evidencia uma orientação, uma estrutura interna, ainda que contingente e precária”. Isso ocorre porque é nela e através dela que se dá a fixação de sentidos, através de tais práticas. Elas compreendem a “construção de pontos nodais que fixam parcialmente sentido; o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante, por sua vez, de um constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 117).

A fixação de sentidos, através das práticas articulatórias, se dá sempre em relação ao sistema discursivo que lhe permite às condições de emergências discursivas. Esse sistema propicia que elementos dispersos no campo da discursividade (denominados pelos autores como momentos) se articulem e produzam um discurso coeso e coerente (transformando-se, assim, no que os autores chamam de momentos. Nesse sentido, é importante compreender que é através das práticas articulatórias que se organizam identidades antes dispersas, para que estas possam buscar a hegemonia do campo discursivo e exercer, desta forma, influência política. Explicam Laclau e Mouffe que:

No contexto desta discussão, chamaremos articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos tais que suas identidades sejam modificadas como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória chamaremos de discurso. As posições diferenciais, na medida em que elas apareçam articuladas num discurso, nós chamaremos momentos. Por contraste, chamaremos elemento qualquer diferença que não esteja discursivamente articulada” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 178).

Considerando os termos da passagem acima, verifica-se que a prática articulatória une elementos que não mantinham nenhuma relação anterior. Quando estes se colocam um em relação ao outro, necessariamente se processa uma modificação em suas identidades, qual seja, há uma “alteração semântica de seus conteúdos particulares anteriores ao ingresso na prática articulatória. O resultado da prática articulatória é o discurso” (MENDONÇA, 2003, p. 142).

Um discurso nunca se coloca sem que tenha outro que o negue: para as práticas machistas, se coloca o feminismo; para as práticas homofóbicas, se colocam as pautas gays, etc. Isso se dá porque: i) o antagonismo é condição de existência para que as práticas articulatórias se coloquem em relações de equivalências; ii) a formação das identidades sempre se dá de forma relacional. Estas são duas dimensões importantes para se conhecer o antagonismo.

Em relação à primeira, é importante destacar que Laclau e Mouffe definem o antagonismo como “o limite de toda a objetividade” (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 198). Pode-se dizer, de outra forma, que a formação discursiva tem, em dado momento, bloqueada a produção de sentidos pela existência do corte antagônico. Estabelece-se uma relação paradoxal entre um “exterior radical sem medida comum com o interior” (LACLAU, 2000, p. 35), na medida em que a presença constante do antagonismo impossibilita a constituição completa do outro. Segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 125), “a presença do outro impede-me de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas”. Isso quer dizer que a produção de sentidos pelo interior discursivo está limitada pelo exterior antagônico: um discurso surge com a pretensão de preencher todos os sentidos que permitam sua completa universalização. Contudo, o antagonismo – assim como a contingência e a precariedade – inviabilizam a concretização de sua pretensão.

Há de se perceber, também, que ao mesmo tempo que o antagonismo bloqueia a expansão de sentidos de um discurso em relação ao discurso que o antagoniza, ele também possibilita que o discurso contrário exista. Laclau (2011) explica que ao mesmo tempo que discurso antagônico ameaça a constituição do interior discursivo antagonizado, ele é também a própria condição da existência do interior, na medida em que este último se constituiu sob a ameaça da presença do primeiro. Isso é o mesmo que dizer que, para que existam discursos feministas, é preciso que existam práticas machistas.

Essa relação que se estabelece entre os dois discursos antagonizados de negação e de dependência é que impede a constituição da objetividade, compreendida justamente pela impossibilidade do discurso se constituir plenamente. Os autores afirmam que o antagonismo é o limite de toda a objetividade justamente porque ele impede a constituição completa de sentidos em um sistema discursivo que tem a pretensão de dominar o campo da discursividade.

Porém, essa pretensão jamais será atingida, seja pelas características próprias do discurso (a contingência e a precariedade), seja pela presença do antagonismo.

O segundo tópico, que diz que as identidades se constituem de forma relacional, exige a compreensão de duas categorias distintas desenvolvidas pelo autor, qual seja: as relações de equivalências e relações de diferenças. Na obra “Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical”, Laclau e Mouffe (2015) se utilizam do exemplo da diferenciação que ocorre entre colonizador e colonizado para demonstrar a complexidade teórica que abarca a noção de equivalência na teoria do discurso. Dizem os autores que, em um país colonizado, o poder dominante se expressa por meio de distinções vinculadas à vestimenta, cor de pele, costumes e linguagem. As categorias não são iguais entre si, porém, quando contrapostos ao povo colonizado, elas perdem sua singularidade para significar algo idêntico subjacente a todas elas, qual seja, a noção de colonizador. Nesse caso, como se poderia determinar a identidade sem que se apagassem as diferenças?

Uma solução ao imbróglio seria tornar equivalentes todas as características diferenciais de um objeto. Contudo, os autores problematizam que uma relação de equivalência que absorva todas as determinações positivas do colonizador em oposição ao colonizado não demonstra as posições diferenciais que existem entre eles, de tal modo que o colonizador passa a ser construído como aquele que não foi colonizado. Sua identidade torna-se puramente negativa.

Como uma identidade não pode se apresentar de forma exclusivamente negativa, se estabelece a grande ambiguidade que atravessa toda a relação de equivalência: os termos, para serem equivalentes, precisam necessariamente ser diferentes (caso contrário, eles seriam idênticos). A equivalência se estabelece entre os termos na medida em que eles compartilham sentidos comuns, sem que isso apague suas diferenças.

Os autores defendem a concepção de que nem as equivalências totais e nem a objetividade diferencial são totalmente alcançadas, por conta da presença do corte antagônico. Dizem os autores que:

A dissolução do caráter diferencial das posições dos agentes sociais por meio da condensação equivalencial nunca é completa. Se a sociedade não é completamente possível, tampouco o é totalmente impossível. Isso nos permite formular a seguinte conclusão: se a sociedade nunca é transparente a si, por ser incapaz de constituir-se em um campo objetivo, tampouco o antagonismo é inteiramente transparente, já que

ele não logra dissolver totalmente a objetividade do social (LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 207).

Dito de outra forma, as relações de equivalências se estabelecem entre discursos não iguais que compartilham sentidos afins, contrapostos a um discurso pelo corte antagônico. A impossibilidade de constituição completa de sentidos evita, por um lado, que se apaguem as diferenças entre os discursos mediante a universalização do processo de significação, ao mesmo tempo que mantém os sentidos em relação de equivalência. Para que se operacionalize um corte antagônico basta que uma identidade seja negada. Por conta disso, “há uma variedade de antagonismos possíveis no social, muitos deles em oposição uns aos outros” (LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 209). A lógica da diferença, nesse contexto, tende a ampliar o número de posições que podem ser combinadas, expandindo e tornando o social mais complexo. A lógica da equivalência, por outro lado, reduz o número de posições que podem ser combinadas, simplificando o espaço político. Em um campo de muitas posições diferenciais, proliferam-se antagonismos, que interferem – de forma até contraditória – na identidade dos sujeitos. Essa lógica é de fundamental importância, porque explica a constituição de identidades nas sociedades complexas em que os sujeitos são sobredeterminados por diversos discursos, sendo totalmente indevida a fixação de sua identidade baseada em um só elemento (como, por exemplo, o lugar que este ocupa na luta de classes).

Essa segunda dimensão do antagonismo, que se vincula com as relações de equivalências e diferenças, vem a demonstrar que as alterações semânticas que podem ocorrer entre os diferentes discursos se distribuem de forma aleatória e imprevisível no campo discursivo. Os diversos antagonismos viabilizam formações identitárias até mesmo contraditórias, que se transformam de acordo com as condições de emergências discursivas do campo. Ainda que se constituam de forma relacional, o elemento positivo do momento discursivo vivenciado diz respeito às escolhas semânticas produzidas em detrimento de outras tantas possíveis, o que é definido de forma sempre contingente e aleatória: não há identidade que se mantenha sempre igual e tampouco há um sentido discursivo cujo processo de significação esteja completo.

Essa dupla percepção abre ensejo para a compreensão dos dois papéis do antagonismo: ao mesmo tempo que ele nega as constituições completas de sentidos de um discurso, ele se

coloca como sua condição de existência. Por outro lado, a universalização de uma identidade é impossível pelas limitações linguísticas, dado que os processos de significação sempre se dão de forma relacional e contingente.

Nesse sentido, a relação antagonica se coloca como um efetivo impedimento para a constituição de uma identidade universal: o “nós” sempre é compelido pela existência do “eles”, que é justamente aquilo que o “nós” não quer/não pode ser. Laclau explica que “a força que me antagoniza nega minha identidade no sentido mais estrito do termo” (LACLAU, 1993, p. 34). Isso quer dizer que não há qualquer possibilidade de incorporação de elementos de um discurso antagonico no interior do discurso antagonizado, pois, se isso ocorrer, é o fim do próprio sistema como sistema, constituído a partir da negatividade do exterior antagonico.

Para além do corte antagonico, no interior da prática articulatória, se processa uma lógica diametralmente distinta: considerando que há uma constante incorporação de novos elementos e sentidos discursivos, as identidades tendem a se alterar de forma aleatória, sendo impossível determinar-lhes uma literalidade última.

A impossibilidade de uma identificação final também ocorre pela abundância de sentidos que podem ser incorporados, constituídos ou perdidos ao longo de uma cadeia de equivalências em torno de um corte antagonico. Se se está diante de uma cadeia muito longa de relações de equivalências, mais genérica será a identidade geral para abarcar o maior número de particularidades. A articulação de seus momentos faz com que suas identidades sejam saturadas constantemente, dada a própria precariedade e contingência dos próprios conteúdos semânticos que constituem as identidades. Os sentidos discursivos de um sistema possuem natureza incompleta.

A fixação de uma identidade completa é algo impossível dentro da epistemologia utilizada no âmbito da Teoria do Discurso. Ao mesmo tempo que o corte antagonico infere uma natureza constitutiva ao discurso e se coloca como uma possibilidade de constituição identitária, ele barra a universalização deste discurso pela sua negação. Assim também se dá a produção de conteúdos semânticos particulares: eu só posso ser mãe, porque não sou pai, nem filho, nem irmão. A inserção no mundo simbólico se dá a partir de um contexto discursivo específico, que tem por função dar um lugar a partir da negação de outros lugares possíveis.

Disso decorre uma importante consequência: A é A, porque não B. A identificação de A depende de B, ao mesmo tempo que é diferente dele. Para que se diferenciem um do outro, é imprescindível que estes tenham elementos opostos, não idênticos, contrários. Assim o é na arena política: ser direita implica não ter certas características de esquerda, e vice-versa. Ser feminista é não ser machista. Ao mesmo tempo, ser feminista e ser de direita tem outras características positivas, igualmente definidoras de sua identidade.

Conforme se depreende do exercício anterior, um discurso jamais se torna universal por duas razões distintas: pela existência de um corte antagônico que, ao mesmo tempo que se coloca como sua razão de existência, nega sua identidade e, também, pela impossibilidade linguística de construção de sentidos semânticos que não se relacionem de forma positiva e negativa com os demais sentidos que auxiliam na sua constituição. É tendo em mente essa tensão irresolúvel que o presente trabalho propõe o teste da subsunção teórica à realidade latino-americana, questionando-se sobre a pertinência de tal exercício para fornecer elementos para compreensão da complexidade latino-americana atual.

A RADIOGRAFIA DO FIM: GOLPES INSTITUCIONAIS E DISPUTAS ELEITORAIS NA REGIÃO

O objetivo da presente seção é oferecer, de forma sucinta, um panorama sobre a ascensão da direita na região. Para se atingir os fins a que se destina, foram realizadas simplificações da realidade social. É preciso ter em mente que elas não reportam a realidade como tal e servem, simplesmente, como indicadores de problemas de pesquisa que podem – e devem – ser aprofundados.

O texto é subdividido em duas searas bastante distintas. No primeiro item mobiliza-se o conceito de neogolpismo para explorar as experiências de Honduras, Paraguai e Brasil. O segundo item refere-se aos países Brasil, Argentina, Chile e El Salvador, que passaram por transições eleitorais regulares.

NEOGOLPISMO: O CASO DE HONDURAS, PARAGUAI E BRASIL

A hegemonia de esquerda na região latino-americana se viu ameaçada, pela primeira vez, em 2009 com o golpe vivido em Honduras. O país inaugurou uma forma de substituição de governos por meio do uso das instituições, evitando-se o controle democrático realizado por meio de eleições periódicas e da soberania popular. Os Cientistas Políticos que se debruçam sobre o contexto latino-americano caracterizam o fenômeno como “formas de golpe legais na aparência e que buscam seu processamento por meio das instituições vigentes” (PEREIRA DA SILVA, 2019, p. 122). São formas de destituir governos que obedecem formalmente os institutos previstos constitucionalmente, mas distorcidos em seu aspecto material. Isso dificulta o controle democrático que poderia ser feito por organismos internacionais, pelos poderes judiciários locais e até mesmo pela população.

O primeiro exemplar deste tipo – ainda que detenha elementos estranhos ao conceito proposto, pela presença de forças militares – é a destituição de Manuel Zelaya em 2009. Compreendendo que era ilegal a pretensão do presidente hondurenho de realizar uma consulta popular sem caráter vinculante acerca da possibilidade de convocação de uma Assembleia Constituinte, o Presidente foi julgado sumariamente pelos parlamentares, através de um procedimento duvidoso tutelado pelo Poder Judiciário. As forças armadas locais retiraram o Presidente do palácio presidencial e o mantiveram exilado, evitando que esse mobilizasse o povo em sua defesa. Segundo Lourenço (2018, p. 15-16) forças conservadoras obtusas agiram para evitar que, ao chamar uma nova constituinte, o Presidente pudesse ser reeleito. Durante seu governo, ele teria contrariado os interesses de uma elite oligárquica que vivia dos rendimentos do petróleo, de créditos e da comercialização de insumos agrícolas.

A situação paraguaia, por outro lado, apresenta maior sofisticação que o caso hondurenho, mas nem por isso é menos acachapante. (PEREIRA DA SILVA, 2018). O então Presidente Fernando Lugo foi afastado de suas funções em 2012 após um julgamento que durou somente dois dias, amparado na lacuna constitucional sobre o tema. Diz-se que a autoridade foi afastada por “ingovernabilidade” e “mal desempenho de suas funções”, materializada no que ficou conhecido como “Massacre do Curuguati”⁵. Segundo os analistas políticos, o então Presidente já havia sofrido diversas tentativas de destituição antes deste episódio, porque elites

⁵ O Massacre do Curuguati consistiu em um confronto em policiais e camponeses que deixou um saldo de dezessete mortos e diversos feridos.

do agronegócio amparadas pela igreja e pelos grandes companhias de comunicação não queriam que fossem implementadas um conjunto de reformas objetivando a justiça social e tampouco a reeleição da esquerda no parlamento e no executivo paraguaio (REIS, 2017).

O último – e mais complexo – caso é o brasileiro. Entre dezembro de 2015 e agosto de 2016 tramitou nas duas Casas Legislativas pedido de impeachment embasado em suposto crime de responsabilidade, popularizado como “pedaladas fiscais”. Segundo Pereira da Silva (2019, p. 133), elites políticas lideradas pelo então Presidente Eduardo Cunha, com a tutela ativa e omissiva do Poder Judiciário, buscaram tecnicidades e formalismos para dar corpo à pretensa violação da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Orçamentária e justificar o caráter jurídico da deposição exigido em lei. Mas o que se verificou no plano dos fatos foi um julgamento eminentemente político, que demonstrou quão pouco as elites econômicas brasileiras são capazes de ceder em seus privilégios às classes menos abastadas (MIGUEL, 2018). O golpe de 2016 consistiu em um bem-sucedido arranjo de interesses das classes abastadas brasileiras para conter os gastos que o Partido dos Trabalhadores vinham fazendo em programas sociais de inclusão para o consumo, aliados a uma elite religiosa conservadora e uma elite política corrupta interessada na retirada da Presidente da República brasileira como medida para conter as investigações protagonizadas pela Polícia Federal ao longo da Operação Lava Jato.

Nos três casos analisados no presente sub tópico, salta aos olhos a oposição criada entre as elites locais – em sua maioria, vinculadas ao agronegócio – e as políticas desenvolvidas pelos governos progressistas. No caso paraguaio e brasileiro, as elites buscavam retirar os políticos de esquerda no poder com objetivo de evitar uma nova eleição que os pudesse reeleger, ao passo que no caso hondurenho, fica claro que o maior temor das elites é de que Zelaya chamasse uma Assembleia Constituinte que garantisse sua perpetuação no poder. O objetivo dos neogolpistas, para além de ascender ao poder novamente, é o de garantir que a esquerda seja desalojada do protagonismo político a que esta estava vinculada.

AS VITÓRIAS ELEITORAIS: O CASO CHILENO, ARGENTINO, BRASILEIRO E EL-SALVADORENHO

O primeiro país a demonstrar ruídos na hegemonia de esquerda na região foi o Chile. Acostumado a estar sob o comando de lideranças à esquerda do espectro político desde sua

redemocratização, o primeiro líder à direita eleito foi Sebastián Piñera em 2010. Sua eleição se deu em decorrência do esgotamento dos partidos e movimentos de esquerda, que não conseguiram se articular para eleger um candidato comum. Há de se referir que o candidato não conseguiu satisfazer os anseios dos chilenos, não logrando êxito em sua reeleição em 2014. Contudo, os partidos auto identificados com a direita Unión Demócrata Independiente (UDI) e pela Renovación Nacional (RN) aumentaram significativamente o número de cadeiras no parlamento federal na eleição de 2014 em relação a eleição de 2010, apesar da vitória do Partido Socialista de Bachelet no Executivo. A UDI conquistou 29 cadeiras, a RN conquistou 15 e o Evolución Política – um partido recém-criado que reúne políticos dissidentes das duas organizações tradicionais – uma cadeira. O vasto número de parlamentares de direita, aliados à queda da popularidade de Bachelet após o escândalo de corrupção que envolveu seu filho mais velho, fez com que a imagem de Piñera como homem próspero voltasse a agradar ao eleitorado chileno. Como resultado, tornou-se o favorito para as eleições presidenciais, elegendo-se novamente presidente em 2018. Como representante da direita, o candidato propõe uma agenda liberalizante e de redução nos investimentos sociais.

Na Argentina, a oposição ao governo Kirchner foi catalisada pela Propuesta Republicana (PRO), um partido criado no ano de 2010 com a proposta de representar uma direita mais contemporânea, preocupada com o avanço da esquerda no continente ao mesmo tempo que assume em seu programa os ganhos sociais trazidos pelas administrações. O PRO apresentou rápido crescimento político, detendo junto com o Partido Demócrata, 27 cadeiras no Senado (de um total de 72) e 107 cadeiras na Câmara dos Deputados (de um total de 257). Seu principal líder, Maurício Macri, foi o responsável pela derrotada das correntes kirchneristas em 2015. A vitória eleitoral de Macri se deu a partir da unificação de forças peronistas e radicais (coalisão Cambiemos) que queriam evitar a eleição de Daniel Scioli, candidato apoiado por Cristina Kirchner. Durante o período eleitoral, a tensão entre as duas forças era latente: Cristina ameaçava o futuro da Argentina se ganhasse o rival, prometendo a extinção das políticas de inclusão social e o retorno do liberalismo hiperinflacionário da década de 30. Nos discursos proferidos pela líder política, os apoiadores costumavam gritar "Pátria ou Macri", em referência ao slogan "Pátria ou morte". Por outro lado, Macri prometia tirar a Argentina da crise e preanunciava uma nova esperança de futuro longe da influência nefasta

dos amigos de Cristina. A tensão entre os dois candidatos foi intensa e marcou uma disputa até então inédita entre os argentinos. A força da corrente de direita – vencedora do pleito de 2015 – será submetida a novo teste: há grandes chances de que Macri concorra a Presidência e Cristina – em campos opostos – pleiteie a Vice-Presidência.

O caso brasileiro é ainda mais emblemático do que a rivalidade estabelecida no contexto argentino. Se a direita no Brasil ascendeu em 2016 com o golpe e o posterior governo de Michel Temer, ela ganhou contornos de radicalidade com a vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018. Sua candidatura foi construída em um contexto discursivo extremamente complexo, caracterizado pelo esgotamento do governo petista e de uma incapacidade da esquerda em promover respostas favoráveis aos anseios da população. É certo que o candidato de extrema-direita conseguiu capitanear o apoio de relevantes lideranças religiosas (capilarizadas por todo o interior do país), da elite econômica e militar, além de contar com a simpatia da vasta gama de brasileiros insatisfeitos com as denúncias de corrupção. O clima eleitoral de 2018 foi de intensa polarização política e de severos antagonismos, que dividiram a sociedade brasileira em dois campos distintos e irreconciliáveis.

A eleição de Nayib Bukele, candidato Grande Aliança pela União Nacional (Gana), em El Salvador em muito se assemelha ao caso brasileiro. O então candidato promoveu um rompimento no poder exercido durante 30 anos sobre a Presidência salvadorenha por duas formações políticas que emergiram da guerra civil, encerrada em 1992. O candidato da terceira via se popularizou por meio do uso da internet, disseminando um discurso de combate à corrupção e no combate aos partidos tradicionais, culpados pela violência local e pela ausência de serviços públicos eficientes no país. Ele ganhou a simpatia dos eleitores insatisfeitos com a realidade local, construindo uma lógica que culpou a esquerda pela desordem e má administração federal. O candidato elegeu-se também por agradar os segmentos conservadores, ao propor leis mais punitivas no parlamento e o reforço dos aparelhos de repressão.

Conforme se depreende da breve explanação dos contextos eleitorais, tem-se que a consolidação da direita na região está em muito vinculada ao esgotamento do modelo progressista, que não soube satisfazer os anseios populares como outrora. Ademais, a direita conseguiu construir a imagem de uma esquerda corrupta, incapaz de governar com eficiência e

moralidade. O antagonismo às suas políticas é elemento de identificação política extremamente relevante para a compreensão da realidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRIBUIÇÕES QUE A TEORIA DO DISCURSO PODE TRAZER PARA A REALIDADE LATINO-AMERICANA

O ciclo progressista na América Latina se caracterizou pelo ineditismo de seus termos, mobilizando programas de inclusão social e distribuição de renda. Tratou-se de um ciclo de intensa transformação política, no qual foram realizadas importantes reformas ou reconstruções de institutos jurídicos e políticos na região. O efeito deletério de tal transformação é a consequência natural de toda mudança: ela apresenta efeitos redistributivos que produzem ganhadores e perdedores na dinâmica social.

Para se adentrar na complexidade de tal fenômeno, é preciso compreender as ideias, instituições e interesses que foram privilegiados em detrimento de outros. A Teoria do Discurso desenvolvida por Laclau e Mouffe, em especial as noções de pontos nodais e antagonismo, podem auxiliar na compreensão das dinâmicas que garantiram o sucesso e a consequente falha dos governos de esquerda porque dão conta da complexidade das formações políticas indenitárias. A compreensão do Ciclo Progressista como um fenômeno interconectado e único tem o mérito de simplificar o que é naturalmente complexo, assimétrico e (até mesmo) contraditório. Porém, ao dar um rótulo torna mais fácil emprestar ao fenômeno uma essência, escondendo algumas questões fundamentais sobre a natureza do momento, o que torna mais difícil os questionamentos sobre sua lógica interna e unidade temporal.

O período de consolidação e desfazimento do Ciclo Progressista não deve ser concebido como uma totalidade fechada de ideias defendidas, mas sim como um conjunto espalhado de conceitos, distinções e argumentos que ganham sentido conforme são articulados e estabilizados em contextos discursivos particulares. Tratam-se de processos de identificação política, que perpassam a forma como se compreendem os diversos portadores destes discursos.

A complexidade da identificação política – sempre precária e contingente – está correlacionada aos processos de antagonismos na ordem do social, que lhe atribui constante sentido. Isso é explicado não somente no âmbito teórico, como também nos exemplos práticos trazidos ao longo do presente texto através dos quais resta claro que a constituição da identidade

de direita está condicionada e relacionada à mais pura oposição aos governos anteriores, tidos como de esquerda. É nesse sentido que se tem que o antagonismo é capaz de apreender a realidade latino-americana sem reduzir-lhe a complexidade.

Referências Bibliográficas

ARDITI, Benjamin. Arguments about the Left Turns in Latin America: A Post-Liberal Politics? *Latin American Research Review*, Vol. 43, No. 3. mai. 2008. p. 59-81.

CAMERON, Maxwell. Latin America's Left Turns: beyond good and bad. *Third World Quarterly*, v. 2, n° 1, jul. 2009. p. 331-348.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira. Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.
CASTAÑEDA, Jorge. Latin America's left turn. *Foreign Affairs*, s.l., v. 85, n. 3, p. 28-43, may-jun. 2018.

ELLNER, Steve. Latin America's Radical Left: Challenges and Complexities of Political Power in the Twenty-First Century. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014.

LACLAU, Ernesto. A razão populista. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. *Ciências Sociais Unissinos*. v.43, n° 3. São Leopoldo, 2007. p. 249-258.

_____. *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002. p.128.

_____. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo*. 2ª Ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

_____. *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011. p. 224

_____. La guerre des indentités. *Grammaire de l'emancipation*, 2000. In: MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na Ciência Política contemporânea: uma análise a partir da teoria do discurso. *Revista de Sociologia e Política*. v. 1. n° 20. Curitiba: junho de 2003. p. 135-145.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015. 288 p.

LOURENÇO, Beatriz Soares. Entre recuos da Maré e ondas de golpe: uma análise sobre as interrupções dos governos de Manuel Zelaya em Honduras e Fernando Lugo no Paraguai no limite do conceito de golpe de Estado. PPGCP/UFF, 2018.

MEDEIROS, Josué. Regressão democrática na América Latina: do ciclo progressista ao neoliberal autoritário. Revista das Ciências Sociais, v. 49, n. 1, 2018.

MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na Ciência Política contemporânea: uma análise a partir da teoria do discurso. Revista de Sociologia e Política. v. 1. n.º20. Curitiba: junho de 2003. p. 135-145.

MIGUEL, Luis Felipe. Brasil: Post-democracia ou neo-ditadura? Revista de la Red de Intercatedras de Historia da América Latina Contemporânea. v.1, n.º 8, Córdoba: Junho/Novembro, 2018. p. 77 – 90.

PANIZZA, Francisco. Contemporary Latin America - Development and Democracy beyond the Washington Consensus. Londres: Zed Books, 2009.

PEREIRA DA SILVA, Fabrício. América Latina em seu Labirinto: Democracia e Autoritarismo no século XXI. Rio de Janeiro: Ponteio, 2019.

_____. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. Revista SURES. V. 1, N.º 5, fev. 2015. p. 67-94.

_____. O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 4, n. 2, dez. 2018. p. 165-178

_____. Quinze anos da Onda Rosa Latino-Americana: balanços e perspectivas. Observador, v. 9, n.12, 2014.

_____. Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latinoamericanas contemporâneas. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

PEREIRA DA SILVA, Fabrício; VITULLO, Eduardo. A Ciência Política diante do neogolpismo: entre o incomodo silêncio e a envergonhada adesão. In: PEREIRA DA SILVA, Fabrício. América Latina em seu Labirinto: Democracia e Autoritarismo no século XXI. Rio de Janeiro: Ponteio, 2019. P. 127-149.

PETKOFF, Teodoro. Dos izquierdas. Caracas: Alfadil, 2005.

SANT'ANNA, Júlia, PEREIRA DA SILVA, Fabricio. Esquerdas latino-americanas e gasto social: há coerência entre propostas e práticas? Debates, v. 2, n. 1. dez. 2008. p. 123-147.

SCHAVELZON, Salvador. The end of progressive narrative in Latin America. Internautas, 2016. Disponível em: <http://www.alternautas.net/blog/2016/5/24/the-end-of-the-progressive-narrative-in-latin-america>.

TILLY, Charles. Democracia. Petrópolis: Vozes, 2013.

WEYLAND, Kurt. The Rise of Latin America's Two Lefts Insights. Comparative Politics. V. 41, n° 2, 2009. P. 145-164.

FHC NAS ELEIÇÕES 2018

Lucas Garcia da Silva¹

Resumo

Este trabalho está inserido dentro de um projeto de dissertação de mestrado, onde o objetivo é realizar uma análise sob a trajetória discursiva do Partido da Social Democracia Brasileira, do final das eleições de 2014, até o final das eleições de 2018. Por tanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar, sob a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, os tweets do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir do momento da criação de sua conta no twitter, no dia 16 de agosto de 2018, até o final das eleições presidenciais de 2018, no dia 28 de outubro. O total de postagens trabalhadas é de 51 publicações. O twitter se tornou uma ferramenta importante, e de amplo uso entre candidatos e figuras públicas. Nos últimos anos, esta rede social passou a ser um recurso de ampla utilização na deliberação de ideias, estratégias eleitorais e comunicação política, devido ao seu baixo custo, fácil acesso, e a aproximação entre representantes e representados. Por tanto, acreditamos ser importante utilizar este meio para atingirmos nosso objetivo.

Palavras-chave: Fernando Henrique Cardoso, Discurso, Eleição 2018.

INTRODUÇÃO

A democracia brasileira pós constituição de 1988 foi marcada por um antagonismo partidário entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Desde o pleito de 1994, onde o tucano Fernando Henrique Cardoso venceu, ambos os partidos polarizaram a disputa eleitoral sendo sempre as candidaturas com o maior número de voto válidos para Presidente da República. Em quatro vezes a disputa acabou sendo decidida no segundo turno (2002, 2006, 2010, 2014), e o perfil dos eleitores de cada partido era muito bem estabelecido. O PT tinha sua base eleitoral dentro das camadas mais populares, muito em virtude dos êxitos no campo da política social que o partido teve quando foi situação. Já o PSDB recebia os votos dos mais ricos e da classe média (SINGER, 2018). A disputa presidencial entre os dois partidos teve o seu auge, em termos de acirramento, em 2014, quando Dilma Rousseff (PT) venceu Aécio Neves (PSDB) com uma diferença de um pouco mais de

¹ Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPOL – UFPEL). Pesquisador pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. lucasgarcia@gmail.com.

2% dos votos válidos². O resultado creditava a quarta vitória consecutiva do PT frente ao PSDB, e também mostrava uma polarização política que se estendia à população. Os tucanos, insatisfeitos com a derrota, questionaram o resultado das urnas logo alguns dias após os resultados, através de um pedido de auditoria ao TSE³, fator que jamais havia ocorrido no Brasil pós-redemocratização.

O período que intercalou as eleições de 2014 e 2018 foi de grandes acontecimentos que causaram mudanças importantes no cenário político brasileiro. Em 2015, grupos de direita insatisfeitos com o governo petista passaram a ir às ruas pedindo o impedimento da presidenta Dilma Rousseff. E o PSDB estimulado por esse descontentamento, viu na insatisfação do PMDB com o PT, a oportunidade de articular uma manobra política que pudesse derrubar a presidenta eleita em 2014. Em 2016, o processo de *impeachment* que se iniciou em dezembro do ano anterior se concretizou, e Dilma acabou perdendo o mandato para seu vice Michel Temer, do PMDB. O PSDB fez parte deste novo governo, inicialmente com três ministérios, sendo eles: José Serra (PSDB-SP), Ministro das Relações Exteriores; Bruno Araújo (PSDB-PE), ocupando o Ministério das Cidades; e Alexandre de Moraes (PSDB-SP) sendo o Ministro da Justiça e Cidadania. Sua bancada parlamentar também seguiu a agenda do governo peemedebista.

Nas eleições presidenciais de 2018, o PSDB, representado pela figura de Geraldo Alckmin, apesar de ser a chapa com o maior número de partidos compondo a coligação (PSDB, PP, PTB, PSD, SD, PRB, DEM, PPS, PR) e consequentemente, o maior tempo de propaganda eleitoral na TV e rádio, ficou apenas em quarto lugar, com 4,76% dos votos válidos. Além do mais, o partido tucano perdeu vinte cinco cadeiras na Câmara dos Deputados. O antagonismo partidário entre PT e PSDB que caracterizou as eleições durante um longo período não aconteceu. O partido tucano que se mostrou como a principal força partidária de oposição aos governos petistas acabou definhando, mesmo com todo o desgaste que o PT vinha sofrendo com as constantes denúncias de corrupção.

² No segundo turno das eleições de 2013, Dilma obteve 58,64% votos válidos, enquanto Aécio teve 48,36%. <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html>

³ “PSDB pede ao TSE auditoria para verificar ‘lisura’ da eleição. Em 30/10/2014. <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>

Acredita-se que analisar alguns elementos do PSDB, entre os pleitos eleitorais de 2014 e 2018, é um exercício importante para entender a derrocada de um partido tão tradicional na política brasileira, e que era peça central na disputa pelo Poder Executivo. Em virtude disso, criou-se um projeto de dissertação que visa estudar, sob a luz da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, a trajetória discursiva do partido em questão, através de alguns de seus atores políticos importantes. Neste sentido presente trabalho está vinculado a este projeto, com o intuito de testar a metodologia e o conteúdo de análise.

Por tanto, este trabalho busca analisar o discurso político de Fernando Henrique Cardoso durante o período eleitoral de 2018. O meio utilizado para realizar a análise discursiva será a conta de Fernando Henrique na rede social *twitter*. O período das análises será do dia 16 de setembro de 2018, data da criação de sua conta no *twitter*, até 28 de outubro de 2018, data do segundo turno das eleições para Presidente da República.

Fernando Henrique Cardoso presidiu o Brasil de 1995 até 2003, vencendo as eleições de 1994 e 1998 ainda no primeiro turno, com Lula do PT ficando em segundo lugar. Foi um dos fundadores do PSDB em 1988 e chefiou a elaboração do Plano Real no governo de Itamar Franco. Sua importância dentro do PSDB ainda é bastante relevante, visto que foi o único Presidente da República ligado ao partido e é o presidente de honra da agremiação. A escolha de FHC para realizar esta pesquisa é justamente a sua relevância na política brasileira, e no PSDB.

Na política, o *twitter* se tornou uma ferramenta de amplo uso entre candidatos e figuras públicas a partir da eleição de Obama, em 2009, nos Estados Unidos (GOMES et al, 2009). No Brasil, Marina Silva e José Serra, nas eleições para a Presidência da República em 2010, foram os primeiros a utilizar durante suas campanhas (FONSECA e VASCONCELOS, 2013; AMARAL e PINHO, 2018). Desde então, esta rede social passou a ser um recurso de ampla utilização na deliberação de ideias, estratégias eleitorais e comunicação política, devido ao seu baixo custo, fácil acesso, e a aproximação entre representantes e representados (PEREIRA, 2013; AMARAL e PINHO, 2018; BRAGA e CARLOMAGNO, 2018). As mídias sociais são um mecanismo fundamental na comunicação entre os indivíduos, e tratam-se de plataformas em que os perfis constantemente expressam suas opiniões e posições políticas, portanto, para uma análise de discurso dentro da ciência política, trata-se de um mecanismo interessante para

analisar o comportamento de determinados sujeitos, e por isso, esta rede social será a escolhida para cumprir com o objetivo deste trabalho.

REFERENCIAL

Como mencionado brevemente na introdução, a análise discursiva seguirá a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, por tanto, abordaremos brevemente esta teoria para introduzirmos o leitor.

A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe visa construir mecanismos e ferramentas que permitem compreender o político e o social, “uma vez que o seu próprio entendimento se dá a partir da construção de ordens discursivas, sendo a questão do poder central e constituidora de relações sociais” (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014, p.47). O social não pode ser tratado de forma homogênea devido suas inúmeras significações, portanto, não é algo a ser simplesmente esclarecido, mas sim compreendido, a partir das inúmeras possibilidades de alcançar múltiplas verdades, as quais são sempre contingentes e precárias (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014).

Um dos principais conceitos dentro deste marco teórico é o “Discurso”. Na teoria laclauniana, este discurso não é caracterizado apenas por um conjunto de palavras que configuram a fala de um determinado sujeito, mas também abarca ações e práticas, tendo um caráter material. É a relação entre palavras e ações que resulta em significações, constituindo as relações sociais. Segundo Mendonça e Rodrigues (2014, p.49), “discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal. Discurso é prática – daí a noção de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais, são ações significativas”. Existem duas características fundamentais para compreender a lógica do social, a contingência e a precariedade. Contingencia nos remete a uma determinada estrutura de sentidos provinda de sua própria historicidade, sendo verdadeira ou não. A noção de precariedade remete à ideia de que o discurso nunca vai ser constituir plenamente, sempre haverá algum deslocamento, alguma mudança, onde outras produções discursivas impedem que as primeiras se realizem por completo, fazendo com que os sentidos fixados são sempre parciais.

O processo que origina a constituição de um discurso é a prática articulatória. Ela ocorre dentro do campo da discursividade, isto é, um terreno onde há um excesso de sentidos necessários para toda a prática social (LACLAU e MOUFFE, 2015). A prática articulatória acontece a partir de elementos – diferenças que não estão articuladas - que passam a articular entre si em um determinado instante, transformando-os em momentos. Este instante em que ocorre a transição de elemento para momento, é quando a lógica da equivalência passa a prevalecer. Os momentos giram em torno de um ponto nodal, e este é o que configura o discurso. Esta articulação será completa devido a impossibilidade de uma ordem discursiva ter seus os sentidos totalmente fechados.

Outro conceito de extrema importância para compreender a teoria de Laclau é o “Antagonismo”. Este conceito está diretamente ligado ao conceito visto anteriormente, pois, a presença de um inimigo é imprescindível para a constituição, mesmo que precária e contingente, de um determinado discurso. A sociedade é marcada pela impossibilidade de fechamento, por não ser possível atribuir um sentido que totalize todas as identidades, devido à precariedade que se manifesta nas diferenças presentes no social. A impossibilidade destas identidades é o antagonismo. O discurso antagônico é sempre um discurso exterior, além da linha que delimita o corte antagônico. Haverá sempre um fator externo que impossibilitará a constituição plena de um discurso, através de sua negação.

Há de se ressaltar que, além da impossibilidade, o antagonismo também é a possibilidade de uma determinada ordem discursiva. Pois ao mesmo tempo que ela resulta no bloqueio da dispersão de sentidos de um discurso, ela constitui o interior discursivo de uma determinada ordem através de sua negação (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014). Por tanto, a relação antagônica é sempre uma relação entre um interior e exterior discursivo, um agindo sob o outro através de uma ameaça constante. É importante também frisar, que, antagonismo trata-se da condição de possibilidade para a formação das identidades políticas, e não do campo de disputa que se forma entre duas identidades já existentes (MENDONÇA, 2012).

DESENVOLVIMENTO

Nesta seção, abordaremos como se deu o processo metodológico da pesquisa, e um panorama geral das publicações de FHC no *twitter*, durante o período eleitoral. O primeiro passo da pesquisa foi buscar os *tweets*⁴ de Fernando Henrique Cardoso dentro do período de estudo em questão, para isto, acessou-se o perfil @FHC, que pertence ao ex-presidente. Dentro da plataforma, utilizou-se o recurso de busca avançada, para obter acesso à todas as postagens do dia da criação de seu twitter, até 28/10/2018, data do segundo turno das eleições de 2018. As postagens foram lidas e sistematizadas no programa Excel, onde criou-se uma planilha a fim de transcrever o conteúdo de cada publicação e organiza-las, colocando data, link e o (s) sentido (s) discursivo que se extraiu de que cada *tweet*. Quando um *tweet* apresentava alguma foto ou link que expressasse alguma opinião do sujeito estudado, realizou-se a leitura do conteúdo em questão. Como foi o exemplo da postagem do dia 24/08/2018, em que Fernando Henrique divulgou uma foto que mostrava a página de uma entrevista sua ao jornal “A Gazeta”. Ou como no tweet do dia 14/10/2018, em que FHC tweetou o link de uma entrevista sua para o jornal “Estadão”.

Fernando Henrique Cardoso publicou 52 vezes em seu *twitter* durante o dia da criação de sua conta, dia 16 de agosto de 2018 até o final do segundo turno das eleições para presidente, no dia 28 de outubro. Destas 52 publicações, apenas 8 postagens foram excluídas de nossa análise por não abarcar o interesse desta pesquisa, que é mensurar o discurso político do sujeito em questão. Todas as 44 publicações que foram analisadas tratavam de algum tema relacionado à política brasileira, tanto os assuntos que estavam diretamente relacionados às eleições, quanto questões antigas de quando FHC ainda era presidente. Destas publicações analisadas, foram extraídos 18 sentidos discursivos, sendo aplicados em 55 ocasiões. Importante enfatizar que foi possível uma postagem ter mais de um sentido discursivo.

Houveram três sentidos discursivos que se sobressaíram em relação aos demais e que merecem uma atenção mais específica, são eles: “*Apoio ao candidato Geraldo Alckmin*”; “*Combate às fake news*”; “*Aversão ao bolsonarismo*”. Estes três sentidos juntos apareceram 35 vezes nas 44 publicações analisadas. A seguir, estão as três seções com a abordagem de cada um.

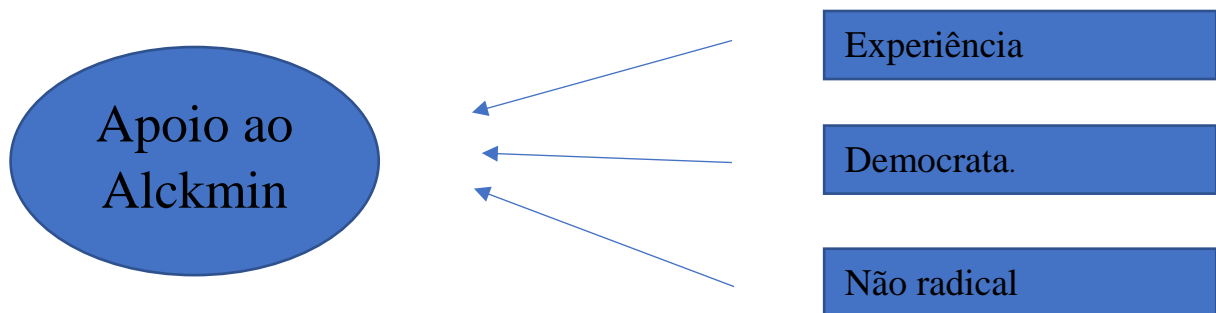
⁴ *Tweet* é um modo com que se chama as postagens na rede social *twitter*.

APOIO AO ALCKMIN

Por ser do mesmo partido, Fernando Henrique Cardoso naturalmente apoiaria o candidato Geraldo Alckmin, do PSDB, nas eleições. Sua conta no twitter foi criada em meio a campanha eleitoral, e um dos motivos do ex-presidente ter criado seu perfil durante este período pode ter sido com o intuito de deliberar algumas de suas ideias em meio ao cenário eleitoral. Logo no dia em que criou a conta, FHC postou: “Para início de conversa, deixo claro: meu candidato é o Alckmin e vamos ganhar”. Vejamos então, como o ex-presidente construiu o seu discurso de apoio ao candidato Alckmin.

Ao todo, foram 18 postagens com o sentido discursivo *Apoio ao Alckmin*, todas antes do resultado do primeiro turno. Segue abaixo a ilustração sobre os elementos que constituíram este sentido discursivo.

Figura 1: Apoio ao Alckmin



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como mostra na figura 1, foram os elementos *Honestidade*, *Democrata* e *Não Radical* que constituíram o discurso *Apoio ao Alckmin*. Como pode-se observar, em algumas postagens Fernando Henrique classificou o candidato tucano como o mais preparado, dada a sua experiência, sensatez e honestidade. Segue o tweet do dia 15 de setembro: “Intriga não ajuda a convencer. No que publiquei ontem está claro que Alckmin é quem pode governar melhor:

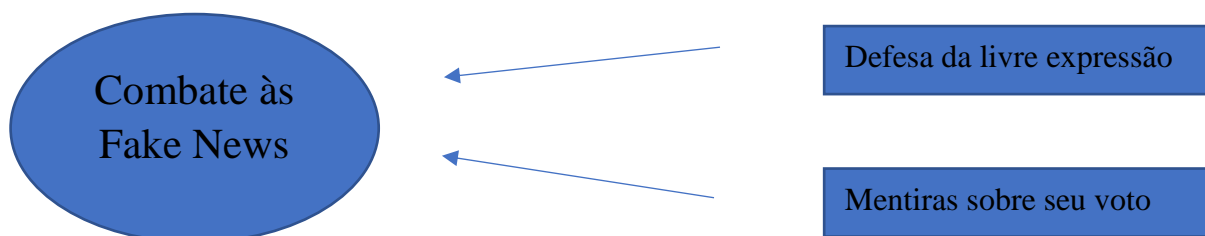
experiente, honesto, com olho no orçamento e capaz de ouvir. Meu voto é sabidamente nele. Há tempo para evitar votar em aventuras ou em desastres anunciados”⁵.

Outro fator importante na construção do apoio de FHC ao candidato Alckmin foi a constatação de que o tucano era o candidato que daria rumos democráticos e não radicais ao país. Seguem as postagens que evidenciam isso. “Eleição se ganha no dia. No primeiro turno vota-se no candidato melhor para o povo e o país. Na presente conjuntura só um é experiente, democrata, promove coesão e dá rumo ao país: Alckmin. É em quem votarei. E no segundo turno também”. Publicado no dia 18/09/2018⁶; “Enviei carta aos eleitores pedindo sensatez e aliança dos candidatos não radicais. Quem veste o figurino é o Alckmin, só que não se convida para um encontro dizendo “só com este eu falo”. Publicado no dia 20/09/2018⁷; “As fake news não param. Agora inventaram que eu disse que quero aliança com o PT. Mentira. Voto no Alckmin e espero estar com ele no segundo turno. O resto é imaginação perversa. Sou contra a marcha da insensatez: a radicalzão”. Publicado no dia 02/10/2018.⁸

COMBATE ÀS *FAKE NEWS*

Passando para o sentido Combate às *Fake News*, encontrou-se 10 publicações referentes a este sentido discursivo, e não houve uma concentração de postagens sobre esse tema em determinado período, permeando durante todo o período eleitoral do primeiro e segundo turno. Segue na ilustração a baixo os elementos que constituíram este sentido discursivo.

Figura 2: Combate às Fake News



⁵ Link da postagem: <https://twitter.com/FHC/status/1040960779527311361>

⁶ Link da postagem: <https://twitter.com/FHC/status/1042049012638081024>

⁷ Link da postagem: <https://twitter.com/FHC/status/1042897611697659905>

⁸ Link da postagem: <https://twitter.com/FHC/status/1047255007786098688>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como mostra na figura 2, os elementos que constituíram o discurso de Combate às *Fake News* foram, defesa da livre expressão e mentira sobre seu voto. Nas suas publicações no *twitter*, foi possível observar uma constante insatisfação de FHC com as *Fake News* que se espalhavam durante as eleições, alegando que as mesmas implicam em uma dificuldade política, e que não se deixar de valorizar a livre expressão de opiniões. Segue o exemplo de um tweet publicado no dia 21/09/2019: “Jantei com Clinton ontem. Que saudades de líderes que ouvem, sabem e atuam. Recordamos os esforços vitoriosos na pacificação Peru/Equador. Falamos sobre as duas Coreias. E das dificuldades da política na era das fake news, valorizando, contudo, a livre expressão de opiniões”⁹.

Outra questão que trouxe insatisfação ao ex-presidente foram as Fake News que circularam com relação ao seu possível voto, tanto no primeiro como no segundo turno. Em um primeiro momento, FHC reclamou sobre as notícias falsas que diziam que ele não votaria no candidato Geraldo Alckmin, como neste tweet de 25 de setembro de 2018: “Estou em Santiago. Não dei qualquer declaração diferente de apoiar Alckmin. O resto são fake news de robôs ou de pessoas partidárias interessadas em obter apoios para os seus e não para o meu candidato”¹⁰. No segundo turno, Fernando Henrique demonstrava irritação com as boatos que alegavam uma que ele votaria em algum candidato, especificamente em Fernando Haddad, do PT. Desde o resultado do primeiro turno, FHC buscou dizer que se manteria neutro no segundo turno. Seguem os tweets que exemplificam isto: “As redes divulgam que apoiarei Haddad. Mentira: nem o PT nem Bolsonaro explicitaram compromisso com o que creio. Por que haveria de me pronunciar sobre candidaturas que ou são contra ou não se definem sobre temas que prezo para o país e o povo?”¹¹. Publicado no dia 08/10/2018; “Há um lado horroroso do mundo novo, o da conexão: notícias fakes, com minha foto e tudo, afirmam que declarei apoio a um dos

⁹ Link da postagem: <https://twitter.com/FHC/status/1043149310077153280>

¹⁰ Link da postagem: <https://twitter.com/FHC/status/1044421480002523143>

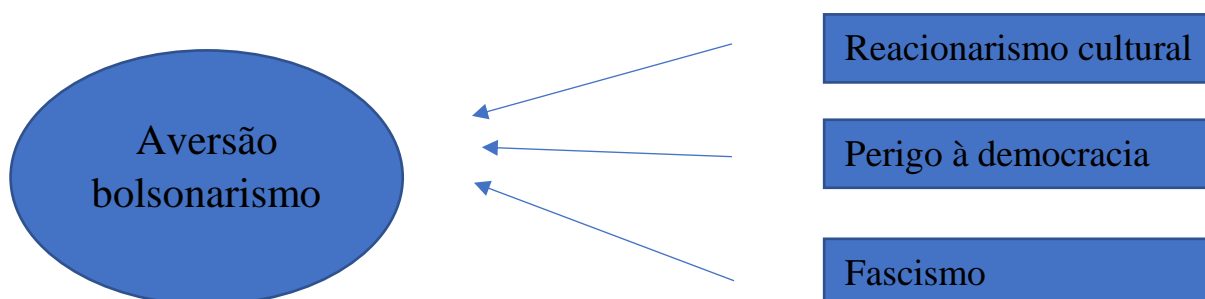
¹¹ Link da postagem: <https://twitter.com/FHC/status/1049398548977111041>

candidatos presidenciais. Mentira. O que penso declaro no Twitter e na mídia. Por ora disse que no Bolsonaro não voto e dei as razões. Nada além disso”¹². Publicado no dia 26/10/2018

AVERSÃO AO BOLSONARISMO

Embora o FHC tenha se mostrado neutro no segundo turno, como vimos nos *tweets* sobre o discurso *Fake News*, foi possível observar que o ex-presidente apresentou um discurso de aversão ao candidato Bolsonaro e aqueles que o seguiam. Todas as postagens envolvendo este sentido discursivo se concentraram durante o segundo turno das eleições. Por tanto, segue na ilustração a baixo os elementos que constituíram o sentido discursivo *Aversão ao bolsonarismo*.

Figura 3: Aversão ao discurso bolsonarista



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como podemos ver na figura 3, os três principais elementos que constituíram o discurso *Aversão ao bolsonarismo* foram: *Reacionismo cultural*, *Perigo a democracia* e *Fascimo*.

Fernando Henrique Cardoso se mostrou contrário ao atual Presidente da República Jair Bolsonaro durante o segundo turno da campanha eleitoral. Em um primeiro momento, após o resultado do primeiro turno, FHC buscou se manter neutro com a segunda metade do pleito eleitoral, alegando que ambos os candidatos não representavam os seus ideais. Podemos ver neste tweet de 08 de outubro de 2018 que ele que um candidato representaria criacionismo cultural, no caso entendemos ser o Bolsonaro, e o outro candidato representaria uma corrupção sistêmica, que no caso seria o candidato Fernando Haddad do PT. Segue a postagem: “Os

¹² Link da postagem: <https://twitter.com/FHC/status/1055835274654179328>

candidatos vitoriosos devem dizer o que farão com o Brasil, não quem perdeu. Não concordo com o reacionarismo cultural e o descompromisso institucional de uns vitoriosos e tampouco com a corrupção sistêmica e com apoio ao arbítrio na Venezuela e em outros países”¹³.

Passado algum tempo, FHC começou a realizar postagens mais antagônicas em relação ao Bolsonaro. Como podemos ver a seguir, no *tweet* do dia 20 de outubro de 2018, Fernando Henrique sinaliza que Bolsonaro seria um candidato não-democrata, podendo oferecer riscos à democracia. Segue o *tweet*: “Há em circulação um manifesto de democratas progressistas. Bem-vindo. Com a provável eleição de Bolsonaro precisaremos mais ainda de defensores da democracia, para impedir que ele (ou quem vier a vencer) tente sair do rumo constitucional”¹⁴.

Um dia depois desta publicação, FHC voltou a *twitar* pesado contra o bolsonarismo, mais diretamente ao seu filho Eduardo Bolsonaro. Se mostrou extremamente avesso à determinados pensamentos, alegando que uma de suas declarações cheiram a fascismo. Segue o *tweet*: “As declarações do dep. E Bolsonaro merecem repúdio dos democratas. Prega a ação direta, ameaça o STF. Não apoio chicanas contra os vencedores, mas estas cruzaram a linha, cheiram a fascismo. Têm meu repúdio, como quaisquer outras, de qualquer partido, contra leis, a Constituição”¹⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar como se deu a construção discursiva de Fernando Henrique Cardoso durante as eleições presidenciais em 2018, por meio de suas publicações na rede social *twitter*. Como foi possível observar, o ex-presidente teve três sentidos discursivos que permearam durante o período eleitoral. Em um primeiro momento, até o resultado do primeiro turno, FHC focou as suas atenções em apoiar Geraldo Alckmin, o candidato a Presidente da República membro de seu partido. Verificou-se postagens em apoio ao candidato tucano, alegando que Alckmin seria quem iria conseguir dar rumos democráticos ao país, e colocando as outras candidaturas em uma posição antagônica.

¹³ Link da postagem: <https://twitter.com/FHC/status/1049398548977111041>

¹⁴ Link da postagem: <https://twitter.com/FHC/status/1053646306651095042>

¹⁵ Link da postagem: <https://twitter.com/FHC/status/1054042039665471489>

Após o resultado do primeiro turno, o sentido discursivo de FHC mudou para um tom de aversão ao candidato Jair Bolsonaro, deixando claro que possuía posições antagônicas com relação ao candidato do PSL. Em algumas postagens Fernando Henrique alegou que Bolsonaro poderia causar risco à democracia no Brasil, além de criticar alguns pontos defendidos por Bolsonaro e seus filhos.

Se o discurso de apoio ao Alckmin durou até o resultado do primeiro turno, e a aversão explícita ao Bolsonaro apareceu apenas no segundo turno, o seu repúdio às *fake news* foi presente desde o início de sua criação do twitter até o final do período eleitoral, evidenciando sua insatisfação com a proliferação de notícias falsas ligadas às eleições.

Curioso perceber que algum discurso relacionado ao PT, partido em que o PSDB foi antagônico na disputa presidencial durante muito tempo, não foi destaque durante este período. FHC até fez duas postagens relacionadas ao Partido dos Trabalhadores, porém, estava mais preocupado em apoiar Alckmin e combater Bolsonaro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marcelo Santos; PINHO, José Antonio Gomes de. Eleições Parlamentares no Brasil: **O Uso do Twitter na Busca por Votos**. Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 22, n. 4, p. 466-486, Aug. 2018 .

BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. Eleições como de costume? **Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016)**. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 26, p. 7-62, Aug. 2018

GOMES, Wilson et al . **"Politics 2.0": a campanha online de Barack Obama em 2008**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 17, n. 34, p. 29-43, Oct. 2009

FONSECA, Flávia; ABREU VASCONCELOS, Laércia. **Práticas culturais em campanhas políticas online - uma análise da campanha presidencial brasileira de 2010 via twitter**. Acta comport. Guadalajara, v. 21, n. 3, p. 273-283, 2013.

LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: Por uma política democrática radical**. São Paulo, Intermeios, 1ª ed, 2015

MENDONÇA, Daniel. **A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso**. Revista Sociologia Política, vol. 11, no. 20, p.135-145, 2003.

MENDONÇA, Daniel. **Antagonismo como identificação política**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.9, p. 205-228. 2012

MENDONÇA, Daniel de. **Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, v.1. n.1, jan/jun, p. 153-169. 2009.

MENDONÇA, Daniel e RODRIGUES, Léo P. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre, EdiPUCRS, 2014.

PEREIRA, Natasha Bachini (2013). **Sob o piado do Twitter: O novo tom das campanhas eleitorais com a difusão da internet no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SINGER, André. **O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DISCURSO E FORMAS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE

Sandra Barbosa Parzianello¹

Resumo

Em tempos de suposta racionalidade política, nos deparamos com situações contemporâneas que reportam a uma memória abrupta da histórica e que nos remete a ideia, de que pouco aprendemos com os fatos que marcaram a humanidade. Recente matéria publicada no site DW Brasil², contextualiza, o desejo de determinado grupo, em minimizar os crimes nazistas. Independentemente de qualquer transformação ao longo da história, o que temos são expressões e sentimentos de ódio, paralelos a perda da confiança na democracia alemã e por consequência, nas suas instituições. Frente a incapacidade da democracia para resolver os problemas da política, é o sucesso crescente da extrema-direita que se torna um fenômeno, dentro de um ciclo histórico em que precisamos aprender a ler a democracia hoje. A partir dessa breve contextualização, observamos o que retorna ao discurso midiático sobre esses conflitos políticos e compreendemos haver demandas de interesse ao debate pós-estruturalista. Desta forma problematizamos: Como inovar e responder aos anseios da contemporaneidade, sobre essas novas formas do fenômeno populista?

Palavras-chave: Teoria do Discurso; Discurso Político; Populismo.

INTRODUÇÃO

Partimos da ideia de que há um espaço próprio para a articulação do discurso político. O verdadeiro político tem por vocação abraçar uma causa maior, que passa pelo senso de responsabilidade, mas, principalmente pela ascensão ao poder. Esse discurso é reconhecido tanto por especialistas em política, como por pesquisadores das Ciências Sociais e da Ciência Política, assim como por cidadãos que acompanham atentos aos fatos que acontecem nos espaços onde o discurso político se articula, a saber, nos legislativos federais, estaduais e municipais, assim como pela palavra do executivo representado pelo presidente da república, governadores dos estados da federação e pelos prefeitos municipais.

¹ Doutoranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel); E-mail: sandrapar@yahoo.com; Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

² <https://www.dw.com/pt-br/populismo-de-direita-ganha-for%C3%A7a-entre-alem%C3%A3es/a-48486888>.

Publicada em: 25 de abril de 2019. Acesso em: 01 mai. 2019.

Nota-se que, esses espaços da política e do político, ampliam os seus limites no auge das campanhas eleitorais quando, para a articulação do discurso político, saem dos tradicionais locais de enunciação para outras instâncias e, ao articular os seus discursos e promover retoricamente um universo de demandas, constroem marcas discursivas que envolvem um povo cheio de esperança e, por sua vez, tornam-se enunciadores e sujeitos que promovem e dão legitimidade aos discursos políticos.

A partir da metade do século XX os partidos políticos, as assembleias e boa parte da população receberam um bombardeio de articulações discursivas através da mídia, multiplicadas na virada para o século XXI, com o acesso às redes sociais e ao diversificar o espaço para a construção e proliferação do discurso político, pelo qual somos permeados.

Nessa lógica, procuramos mergulhar em fatos, pelo viés da política e sobre como ela se articula na contemporaneidade, mais precisamente sobre como inovar e responder aos nossos anseios sobre as novas formas de democracia, a exemplo do fenômeno populista. Evidentemente, nesse breve ensaio, iremos reportar a recortes de fatos e contingências ocorridos em determinado tempo, mas que se repetem ao longo da história, enquanto experiências e conhecimento que se complementam.

O DISCURSO E A VERDADE EFETIVA DAS COISAS

Nicolau Maquiavel (1469-1527) em sua obra *O Príncipe*, apontava sobre a importância em conhecer a história e sobre sua relevância cíclica. Ao evocar a história, mestra da vida, o “pai da política moderna” nos deixou como legado a ideia e importância do conhecimento a partir do princípio sobre a verdade efetiva das coisas. Ao recordar sobre um dos principados de Maquiavel (2006), desejamos tornar evidente a ideia e importância da política na contemporaneidade, a partir das relações de conflitos históricos e das ações concretas que visaram sempre a busca pela estabilidade. O funcionamento da vida no cotidiano, pensando principalmente, a partir das articulações na política e em como ela se dá de fato, corroboram à percepção dos rumos do debate e referências sobre as “formas de organização social nas quais as desigualdades entre grupos sociais são profundas e com elevado impacto nas possibilidades de ação individual e coletiva.” (MIGUEL, 2016, p. 7).

No caso da Alemanha, é preciso que se tenha lucidez e bom senso sobre as diferenças entre as conjunturas políticas e sociais do passado e as do presente. Felizmente, não temos o que comparar entre o hoje e o regime fascista totalitário, assim como o interesse das elites na contemporaneidade voltados a globalização capitalista e não mais ao modelo hostil do nacionalismo econômico. A contingência em que se articulam a maioria dos alemães tem a ver com a garantia de uma determinada ordem democrática, para manutenção da segurança e controle de suas fronteiras.

Sobre essas questões o cientista político denominado alemão-americano, Yascha Mounk, analisa a realidade política hoje, a partir de uma possível fronteira antagônica entre os direitos individuais e a vontade popular. Segundo o autor, de um lado, persiste o “toma lá dá cá” enquanto moeda de troca política e excluindo a população das tomadas de decisões. De outro lado, governantes sugerem devolver o poder ao povo, no sentido contrário a qualquer poder institucional. Mounk interpreta que as grandes nações democráticas estão sendo tomadas por populistas de extrema direita, ao citar lideranças como Donald Trump nos Estados Unidos, Frauke Petry na Alemanha e Marine Le Pen na França.

No fundo, eles veem a política como um assunto muito simples. Se a voz pura do povo prevalecesse, os motivos para o descontentamento popular rapidamente desapareceriam. A América (ou a Grã-Bretanha, ou a Alemanha, ou a França) seria grande outra vez. (MOUNK, 2019, p.22).

Nota-se no século XXI, uma tendência a espetacularização dos discursos políticos, que indicam tão somente à ascensão política de alguns sujeitos políticos, de forças da extrema-direita, geralmente são detentores de perfis racistas, xenófobas ou (semi)fascistas. Um fenômeno quase sempre explicado pelo cenário internacional de crise econômica, que problematizamos a partir dos sentidos da democracia, sob a perspectiva das teorias políticas na contemporaneidade e a partir do conceito de antagonismo.

O conceito de antagonismo vem se adaptando ao longo do tempo, em busca de reinterpretar as estruturas articuladas, assim como a categoria democracia também tornou-se um espaço de (re)construção, sempre em busca de algo, portanto, definida como um espaço vazio, em que os cidadãos, em sua maioria, fazem parte de um processo deliberativo em que são livres e iguais.

Na obra *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2015), os teóricos políticos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, tratam sobre uma objetividade social que se constitui por meio de atos de poder³. Considerados como referência na contemporaneidade, Laclau e Mouffe, ressignificam a categoria hegemonia⁴, fundamental para tratar sobre a política e todos os seus fenômenos ligados ao poder que, para Laclau, pressupõe a constituição do sentido antagonístico⁵ e, portanto, a constituição de um inimigo⁶.

Os antagonismos tem sido vastamente estudados da literatura histórica e sociológica. Do marxismo às várias formas de “teoria do conflito”, toda uma gama de explicações tem sido dada de como e por que os antagonismos emergem na sociedade. (LACLAU; MOUFFE, 2015. p. 198-199).

Tomando o caso alemão, os imigrantes tornaram-se uma ameaça e por consequência, são constituintes de um antagonismo que induz ao aumento da repressão policial, das prisões e da tendência a favor da pena de morte. Em oposição aos imigrantes, forma-se um grupo de orientação reacionária nacionalista, constituída por uma retórica complementar em favor do social e dos cidadãos, que induz à um deslocamento toda vez que sugere apoio às pessoas menos favorecidas, como a classe trabalhadora nacional.

Conforme publicado em matéria no site DW Brasil⁷, há uma forte identificação do povo alemão com o regime da extrema direita e isso, segundo a publicação “não é fenômeno novo na Alemanha”. Há uma população crescente em defesa da ditadura militar a ponto de minimizar os crimes nazistas e contrários à ideia de que o Estado deve ser generoso com os refugiados, muito em consequência da decepção com a reunificação da Alemanha.

A maioria do povo alemão vive desconfiado com a mídia e a política, o que leva 86% da população a afirmar que não há alternativa para a democracia. Muitos acreditam que o governo falta com a verdade, numa associação direta com casos de corrupção, o que leva a falta

³ Conforme Mouffe (2005), que nos esclarece sobre a tese central de sua obra de referência, escrita com Ernesto Laclau (1935-2014).

⁴ Enquanto emergência para uma nova lógica política. (LACLAU; MOUFFE, 2015).

⁵ Uma forma de identificação. “Esta “experiência” do limite de toda objetividade tem uma forma precisa de presença discursiva, o *antagonismo*.” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 198).

⁶ Central para sua abordagem teórica e, consequentemente, com reflexos à concepção radical de democracia.

⁷ WALTER, Jan D. Populismo de direita ganha força entre alemães. <https://www.dw.com/pt-br/populismo-de-direita-ganha-for%C3%A7a-entre-alem%C3%A3es/a-48486888>. Publicada em: 25 de abril de 2019. Acesso em: 01 mai. 2019.

de confiança nas instituições e a frustração com a política na contemporaneidade, já que não se sentem representados, dando a entender que as decisões governamentais não passam de “compromissos pobres”.

Em tempo, considerando essas anomalias da democracia na contemporaneidade, há uma tendência a demandas que, discursivamente, se propõem a um pensamento de recusa a algumas ideias, tomadas até então como verdades. Portanto, evocando mais uma vez a Maquiavel e a história como mestra da vida, compreendemos que demandas apontadas para colaborar com a política na contemporaneidade, precisam ser repensadas a fim de repetir o que foi bom e evitar o que foi ruim. Por esse viés, autores do estudo propõem mais ensino sobre democracia, medidas mais intensas contra o preconceito e a consciência de que opiniões preconceituosas não podem ser banalizadas, demandas capazes de compor uma nova emergência discursiva.

MOMENTO E POPULISMO NO CASO ALEMÃO

O sentido fechado e radical conservador atribuído, de modo generalizado, ao povo alemão, apesar de não ser algo novo, também não se sustenta de modo linear ao longo da história⁸. A Alemanha é carregada de fortes elementos e articulações discursivas extremistas, mas houve e há empenho tanto institucional como da população para atenuar essa imagem que procuram expressar um sentimento de pesar, constrangimento e fruto do nazismo. Por outro lado, há orientação de um grupo em particular, associado a chamada raça ariana. Conforme relatos;

Movimentos de extrema direita mais antigos sonhavam com a volta do passado fascista ou procuravam estabelecer um sistema hierárquico que transcendesse a democracia. (...) Na Alemanha, o Partido Nacional Democrático (NPD) glorificou nazistas de primeiro escalão como Rudolf Hess e lançou dúvida sobre a legitimidade da ordem constitucional do pós-guerra no país. (MOUNK, 2019, p. 71).

Neste cenário, a história humana se desenvolve e multiplica outros tantos conflitos como religiosos e políticos, que transitam sob o denominador comum da condição socioeconômica do ser humano que nem sempre se prende à questão racial, mas sim, social.

⁸ “Não obstante, o conservadorismo cultural permanece sendo um movimento intelectual significativo e faz parte da complexa postura em relação ao mundo que é o conservadorismo hoje.” (SCRUTON, 2019, p. 109).

Pesquisas acadêmicas dão conta dos diversos paradigmas, nos debates e nas abordagens, como pelo pensamento pós-estruturalista que colaboram na compreensão das sociedades e dos fenômenos políticos, como o populismo. “Historicamente na América Latina há uma tendência a discursos políticos que privilegiam a lógica da equivalência, como os discursos populistas que constroem a noção de povo. Na Europa e nos EUA a tendência é de discursos da diferença.” (PINTO, 2006, p. 104). Assinados por cientistas políticos e sociólogos, paralelo ao processo de modernização capitalista, o sentido clássico do populismo⁹ trata de um período e sentido político, nas sociedades em processo de urbanização, tendo um “fim útil”, em mediar o conflito de classes existentes.

Na contemporaneidade, o fenômeno do populismo tem sido relacionado a regimes políticos e a governantes que adotam um discurso voltado ao povo. A grosso modo observa-se a sociedade em dois grupos, entre aqueles que exercem o poder e aqueles que estão contra esse poder. Na prática, os governantes devem atender as demandas do povo que, por sua vez os elegeu como representantes, porém, à medida que as demandas solicitadas não são atendidas, transformam-se em reivindicações. Perante esse jogo político, que na verdade se revigora em cada voto de esperança e diante da luta política que reascende infinitamente a sede por mudança, se constroem e se ressignificam a constituição de um inimigo, seja o governo federal, por exemplo, ou, a elite corrupta.

(...) o populismo não pode ser a priori classificado como positivo ou como negativo, mas antes, e fundamentalmente, deve ser entendido como uma lógica de constituição do político e transformadora das relações concernentes ao Estado. Nesse sentido, Laclau (2013) entende o fenômeno populista como uma lógica política que constitui o povo antagonicamente, contra o seu inimigo. (MENDONÇA, 2015, p. 81-82).

No caso da Alemanha, há uma série de esforços tanto a favor, como contra o abrigo aos imigrantes. A Chanceler Angela Merkel, procurou adequar um sistema de troca, do tipo “toma lá, dá cá” ao abrir as fronteiras aos refugiados. “A Alemanha permitiria a entrada de um monte de imigrantes na esperança de compensar a carência de mão de obra, em troca de uma contribuição para os sistemas de seguridade social.” (MOUNK, 2019, p. 49).

⁹ No Brasil o principal eixo se encontra no posicionamento interpretativo dos autores Octavio Ianni e Francisco Weffort (IANNI, 1991; WEFFORT, 2003).

Em resposta a essa situação, acontece uma importante insurreição popular contra o governo alemão, constituindo-o como inimigo. Como um fantasma do passado, a ira, o ódio e um sentido de luta foram despertados e declarados em manifestações, em brigas pelas ruas e nas estações de trens, revelados em cartazes e em letras garrafais: “Inimigos do povo alemão” (...) “ISLÂMICOS NÃO SÃO BEM-VINDOS” (...) “VOLTEM POR CONTA PRÓPRIA OU VÃO VOLTAR A FORÇA”. (MOUNK, 2019, p. 49).

As pesquisas apontam para o aumento da simpatia por ideias típicas do populismo de direita na Alemanha, como a rejeição à acolhida de imigrantes, crença em teorias da conspiração e defesa de uma ditadura, o que reforçam o discurso de que não se trata de um fenômeno novo na Alemanha. Em 1989, trabalhadores da Alemanha Oriental tomavam as ruas de Dresden e Leipzig, em protesto contra o regime comunista e o principal discurso entoado pela multidão era: “*Wir sind das Volk*”. “Nós – não a polícia secreta, não as elites do partido – somos o povo.” (MOUNK, 2019, p. 47).

Quase três décadas mais tarde o discurso é ressignificado, agora contra os milhares de refugiados acolhidos pelo governo alemão em 2015. Novos movimentos tomam as ruas das principais cidades alemãs e o povo enuncia: “*Wir sind das Volk*”, cantava a multidão, repetidamente, cada brado mais agressivo que o anterior. Nós – não esses estrangeiros que estão invadindo a Alemanha, não os políticos conspirando com eles – somos o povo. (MOUNK, 2019, p.49).

O que faz sentido a partir dessas experiências históricas, aparentemente díspares, passa pela lógica ideológica, pelos grupos sociais articulados e pelos interesses expressos. Portanto, diferentes contingências articularam, politicamente, um discurso antagônico aos que ocupam o poder. Ernesto Laclau (2013) define como populismo, não um movimento político, mas sim uma lógica política¹⁰.

¹⁰ “A meio caminho entre o descritivo e o normativo, o populismo pretende apreender algo crucialmente significativo sobre as realidades políticas e ideológicas a que se reporta.” (LACLAU, 2013, p. 33).

Ao contrário dos discursos de militância, a Ciência Política tem procurado dar conta dessa política que indica um conjunto de práticas, discursos e instituições que buscam certa ordem, ainda que afetados por sentidos em disputa, travando uma guerra de posições.¹¹

O que leva a isso? O poder. Conforme Laclau: “as realidades do poder e da representatividade da história estão em relação inversa”. (1996). Essas relações de poder e a articulação da ordem política é que dão expressão a essa hegemonia e, por sua vez, constitui as identidades, em terreno precário e contingente, nos limites da democracia. “Em outras palavras, sua articulação deve ser considerada como uma relação hegemônica.” (LACLAU, 2015, 156).

Se no passado, a democracia era vista como um perigo ao Estado, como um regime a ser eliminado, caracterizada como um “veneno” que permitiu a existência de grupos que pensavam diferente e nas minorias, hoje, o populismo enfrenta resistências históricas semelhantes, devido aos extremismos e ao tratamento pejorativo dado ao fenômeno.

A Alemanha tem sofrido com os reflexos do antagonismo e tornou-se alvo de migrações por diversas causas, principalmente com o processo da política global, que contribuiu maciçamente para essa realidade em que as fronteiras sempre tão sólidas, tornaram-se porosas, sujeitas às rupturas da política. Vários são os motivos que levam sujeitos a migrar, desde a busca por melhores condições de vida até ao sonho da estabilidade econômica, com a chance de um emprego e condições dignas para se viver.

Nesse sentido, a luta é travada em nome da sociabilidade burguesa, por um caráter desigual e opressor de ordem capitalista, que historicamente não assegura a igualdade, nem a emancipação pela diferença. Nota-se a reprodução da forma contraditória às mediações possíveis, sem o necessário apoio emocional e o acolhimento físico necessários nesse contexto de luta política, contingências que revelam a capacidade das diferentes identidades em articular sentidos diferentes.

O populismo assume um sentido antagônico, ao estabelecer um inimigo, seja entre o povo e um governo ou, entre o povo e determinado grupo, enquanto representação da elite, este é o centro da articulação política. Basicamente, um movimento populista pode ser avaliado pela formação discursiva dos discursos políticos, mas, para Ernesto Laclau, o populismo deve

¹¹ Conceito de Gramsci. Se constitui, por um lado, como um avanço em relação ao marxismo clássico, na medida em que a identidade não aparece fixada desde o começo e se constitui no processo, por outro, afirma que o núcleo de classe da nova hegemonia se mantém durante todo o processo. (LACLAU e MOUFFE, 2015).

emergir do discurso do povo, das demandas de uma realidade política e social que está à margem da sociedade. Este discurso que emana do povo, segundo Laclau é a forma da *plebs* reivindicar ser também parte do todo, do *populus*¹².

As teorias clássicas sustentam o fenômeno do populismo enquanto elemento que parte da análise linguística do discurso, distinguindo o populismo de outros discursos políticos. Nesse sentido, o populismo é um discurso maniqueísta, demagógico e que se define num cenário de luta entre o bem e o mal.

Em tempo, se por um lado o populismo ressurgiu em várias sociedades consideradas nações fortes, como aconteceu em países da América Latina, nos Estados Unidos, com a eleição de Donald Trump, por outro lado nunca se falou, se estudou e se escreveu tanto sobre esse tema visto que, não há um consenso sobre esse fenômeno, o que o torna um possível e grande significante vazio¹³.

Para o jogo da política essas diferenças, como a ruptura entre políticos e o povo, entre governantes e os meios de comunicação de massa, entre intelectuais e o governo, enriquecem a humanidade. A própria literatura sobrevive das rupturas, e se especializa a partir dos diversos e diferentes discursos que apontam os sintomas e dão sinais das crises, pelas quais, a democracia passa e está carregada de sentidos, como: recessão democrática, ruptura entre o povo e a classe política, populismo, entre outros fenômenos que envolvem o poder, as instituições e os discursos políticos.

O fenômeno do populismo, se adapta a contemporaneidade sob a perspectiva política e filosófica, não puramente pelos discursos linguísticos e extralinguísticos que envolvem a prática política, mas, principalmente, por meio do povo, enquanto protagonista nos principais momentos de articulação discursiva dos políticos. Atualmente, podemos constatar que o líder do populismo não precisa, necessariamente, ter um perfil de trabalhador, com discurso reativo e de apelo ao povo, estabelecendo uma relação clientelista. O que o povo deseja é uma política que atenda, de fato, às suas realidades cotidianas e que resolvam os problemas que estão

¹² “É nessa contaminação entre a universalidade do *populus* e a parcialidade da *plebs* que se encontra a peculiaridade do “povo” como ator histórico.” (LACLAU, 2013, p. 319).

¹³ (...) um objeto impossível, a identidade hegemônica torna-se algo da ordem de um significante *vazio*, sendo que sua própria particularidade encarna uma completude inalcançável. (LACLAU, 2013, p. 120).

próximos como saúde, educação, segurança pública e tudo o que desafiam o seu orçamento familiar.

O fenômeno do populismo no século XXI, não quer se redescobrir enquanto uma nova categoria, para usar a linguagem pós-estruturalista, mas, se adequar aos conceitos que possam significar os discursos e as ideias. O desafio parece pensar e compreender por que discursos populistas estão crescendo no mundo a exemplo do caso alemão, dos Estados Unidos e, inclusive, no Brasil.

Os principais problemas políticos do momento, afirmam os populistas, podem ser facilmente resolvidos. Só é preciso bom senso. (...) Se os imigrantes estão invadindo o país, você deve construir um muro. E se você é atacado por terroristas em nome do islã, deve banir os muçulmanos. (MOUNK, 2019, p. 60).

Em meio aos discursos ditatoriais, sexistas e racistas, em meio às diferenças, há um eco democrático onde alguns articulam sobre os direitos humanos e civis e outros abraçam causas como: “bandido bom é bandido morto”; “vamos deixar o passado para trás”; “as escolas não devem mandar seus filhos meninos brincar de boneca”. Seja qual for a forma de construção do povo, politicamente, teremos uma contingente reação.

Em tempo, a ideia e consciência cíclica da história, mestra da vida, deve sustentar noções como a de responsabilidade pela forma como nos articulamos politicamente, o modo como tomamos a responsabilidade do voto e qual o modelo democrático que queremos. A principal filosofia discursiva do povo tem a ver com a vida e como de fato ela é. As pessoas estão preocupadas com a segurança dos filhos ao ir e voltar da escola, com emprego e comida na mesa. Se por um lado, a democracia sobrevive das fissuras na política, por outro, o que define e decide uma eleição são direitos básicos para o povo, de sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É recorrente perceber que muitos profissionais e analistas especializados em política, repetem algumas receitas, na maioria liberais, quando se trata de buscar compreender a política como de fato ela é. As dificuldades também giram em torno de entender o cidadão comum e o que de fato ele quer com a democracia.

Os movimentos populares e identitários expressam formas latentes de se conceber a democracia. Ainda que, não se admita, o movimento de extrema-direita abre espaço sob certa associação ao nazismo, o que permite aproximar determinadas convicções e ações de fenômenos sempre vivos como é também o caso do populismo clássico.

Na busca por formas em articular sentidos, a partir de elementos que possam atender aos anseios da contemporaneidade, como pressupõe o enfrentamento de ordem política, principalmente a partir da mediação de demandas coletivas capazes de provocar subjetividades às condições materiais, discursos se proliferam em meio a complexidade e vulnerabilidade social, que resultam na expressão de forças que se constituem por um abismo constitutivo¹⁴ entre a classe dominante e as formações discursivas populares-democráticas, assim como nacionalistas, em momentos específicos. O que parece posto é a capacidade do povo em rearticular discursos, que simplesmente estavam adormecidos, enquanto projeto político meramente alternativo.

O desafio da democracia contemporânea sugere estar em uma linha tênue, que permanece suspensa por um horizonte de demandas que podem vir a orientar determinadas práxis. Portanto, em defesa do sentido democrático e até mesmo radical do termo, nosso papel é abordar a análise pela crítica radical da ordem do capital e sua forma contemporânea de promoção do conhecimento, o que deverá permitir a construção de estratégias coletivas que possam surtir efeitos, nem sempre positivos, para a ampliação e a própria complexidade filosófica do conhecimento.

Teóricos políticos contemporâneos como Laclau, passam a ressignificar algumas categorias como o fenômeno do populismo para definir processos políticos e sociais, o que pode dificultar o caminho e análise empírica do momento. Ainda assim, o debate aberto pela teoria do populismo de Laclau, nos instrumentaliza para pensar a política como de fato ela se apresenta historicamente e como ela é. Este caminho pode vir a ser uma forma de responder aos anseios de nossos leitores e pesquisadores na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹⁴ Numa referência ao termo “*abgrund*” de Martin Heidegger (1999).

HEIDEGGER, Martin. **O princípio do fundamento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

IANNI, Octávio. **A formação do estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

_____. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____. **Poder e Representação**. Nº 7, dezembro 1996, 190 p. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/crono.htm>. Acesso em: 16 jul. 2019.

MAQUIAVELLI, Nicoló di Bernardo dei. **O Príncipe**. Maquiavel; tradução de Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MENDONÇA, Daniel. **Antagonismo como identificação política**. RBCP, n.9, p. 205-228. 2012.

_____; JUNIOR, Roberto. **Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem**. RBCP, n.13, p. 107-136, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e Representação: territórios em disputa**. 1.ed. São Paulo: Unesp, 2014.

_____. (org.). **Desigualdades e Democracia: o debate da teoria política**. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MOUFFE, Chantal. **Por um modelo agonístico de democracia**. Revista Sociologia e Política. n. 25, p.11-23, 2005.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Tradução Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**: Revista do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Cruz do Sul. Nº 24, p. 78-109, 2006. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/%20barbaroi/article/view/%20821/605>. Acesso em: 16 jul. 2019.

SCRUTON. Roger. **Conservadorismo: um convite à grande tradição**. Tradução de Alessandra Bunruquer. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

WALTER, Jan D. **Populismo de direita ganha força entre alemães.**

<https://www.dw.com/pt-br/populismo-de-direita-ganha-for%C3%A7a-entre-alem%C3%A3es/a-48486888>. Publicada em: 25 de abril de 2019. Acesso em: 01 mai. 2019.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GT VI – Justiça de Transição, Memória e Direitos Humanos

Coordenação

Prof. Dr. Carlos Artur Gallo

Nilton Garcia Sainz

Pedro Henrique da Silva Oliveira

Proposta do Grupo de Trabalho

O final dos regimes autoritários como as ditaduras nazi-fascistas e as ditaduras de Segurança Nacional latino-americanas, diferenças à parte, pode ser observado a partir da análise de uma série de problemas políticos semelhantes que viriam a ser enfrentados em curto, médio e longo prazo pelas novas democracias. Tais problemas, que por um lado se relacionam diretamente com a (re)construção institucional do regime democrático, também se referem, por outro, ao modo como se lida, no novo cenário político com a memória do período que foi encerrado. O que será lembrado (relacionado ao período autoritário) nas novas democracias? Como será elaborada esta memória? Quem será punido pelos crimes cometidos na vigência destes regimes autoritários? Como e quando ocorrerão julgamentos? Como serão indenizadas as vítimas? Em síntese, o que impede ou não a elaboração de políticas de memória em cada contexto? Este GT busca reunir estudos sobre as medidas de justiça de transição que estão sendo implementadas em diversos países nas últimas décadas, possibilitando uma reflexão que articula debates em torno do conceito de democracia, de direitos humanos e de memória.

“AQUELE QUE NÃO CONHECE SUA HISTÓRIA ESTÁ CONDENADO A REPETI-LA”: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS DE MEMÓRIA IMPLEMENTADAS NO URUGUAI

Gabriel Carvalho Kunrath¹

Resumo

O filme “La noche de 12 años”, lançado em 2018, escancarou, ainda mais, em nível mundial o quanto o regime ditatorial uruguaio foi violento e cometeu crimes contra os direitos humanos. Diante dessa exposição, decidiu-se retomar, através deste breve estudo, como o Estado uruguaio lidou com estes crimes depois que a ditadura caiu. Para analisar tal problemática, retomamos a agenda de estudos sobre as políticas de memória sobre os regimes autoritários e investigamos quais ações foram realizadas pelo Uruguai para promover a memória do regime. Através dos conceitos de “memória coletiva” e “lugares de memória” interpretou-se tais ações e concluiu-se que o Uruguai promoveu inúmeras medidas ressaltando o caráter violento do regime, sem deixar de abordar os inúmeros casos de violações aos direitos humanos. Ainda, constatou-se que além de medidas simbólicas, algumas vítimas passaram a ter direito a uma indenização por parte do Estado.

Palavras Chaves: Ditadura no Uruguai; Memória; Políticas de Memória; Lugares de Memória;

INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2018, as telas de cinema de diversos países começaram a exibir “La noche de 12 años”, filme no qual aborda a prisão de três presos políticos durante o regime ditatorial uruguaio. A história de José Mujica, Mauricio Rosencof e Eleuterio Fernández Huidobro, lembrou ao mundo algumas das diversas violações que ocorreram no Uruguai, entre os anos de 1973 a 1985. Diante das inquietações trazidas por essa obra e das discussões estabelecidas na cadeira de *Políticas de Memória* ofertada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal de Pelotas, buscou-se no presente trabalho investigar algumas das políticas de memórias realizadas pelo Estado uruguaio através dos conceitos de “memória coletiva” e “lugares de memória”.

Para isso, o presente texto organiza-se dividido em cinco partes. Sendo a primeira delas essa breve introdução, a segunda uma pequena contextualização do regime ditatorial uruguaio,

¹ Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas; Gabrielkunrath@icloud.com; Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

a terceira que buscou conceitualizar e expor o entendimento dos conceitos de memória e lugar de memória adotados no presente trabalho, a quarta que visou relacionar tais conceitos com algumas ações e a quinta as considerações finais. Ressalta-se que as citações em língua espanhola foram traduzidas de forma aproximada para facilitar entendimento do leitor nas notas de rodapé e mantidas originalmente no corpo do texto.

CONTEXTUALIZANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR NO URUGUAI

Juan Maria Bordaberry, então presidente uruguaio, anunciou no dia 27 de junho de 1973 que estava fechando o Senado e a Câmara dos Deputados com o apoio das forças armadas. Seu discurso, transmitido pelas rádios e televisores, marcou oficialmente o início do regime militar no Uruguai. Com a criação de um Conselho de Estado, composto por militares, alegando que era preciso uma reforma constitucional para garantir os valores republicanos e democráticos, Bordaberry tornou-se o primeiro ditador do Uruguai. Seu golpe deu início há um período de mais de 10 anos de turbulências, fortes contestações políticas, repressão violenta aos opositores do regime, constituíram-se como alguns dos elementos deste período.

Salienta-se que até então, a política do país se organizava, sobretudo, através dos partidos Colorado, que representava os interesses urbanos, e Blanco, que defendiam os interesses dos setores rurais, ambos vinham enfrentado, desde a década de 1960, a oposição o MLN-T (O Movimento de Libertação Nacional – Tupamaro). Influenciado pela vitória da revolução socialista em Cuba, este grupo se formou em 1963, com o objetivo de transformar a sociedade através da luta armada. Para alcançar seus objetivos denunciavam os casos de corrupção dos grandes partidos, promoviam assaltos a bancos e a grandes empresas para financiar suas ações, além de sequestro de membros do governo.

Ao mesmo tempo em que a atuação dos Tupamaros despertou a simpatia da população uruguaia, também despertou a reação de grupos de extrema-direita, como o Esquadrão da Morte e a Juventude Uruguaia de Pé. Em tempo, cabe lembrar que nesse período as disputas entre a União Soviética e os Estados Unidos (EUA) estavam a plano vapor. Em um contexto de Guerra Fria, onde os Estados Unidos tentavam evitar que a influência soviética se espalhasse para além de Cuba na América do Sul os grupos de esquerda e o comunismo passavam a ser considerados

o grande inimigo interno dos países latino americanos. Através do Plano Condor o EUA disseminava sua influência e fazia com que a doutrina de segurança nacional se espalhasse por todo o continente resultando em uma série de golpes militares que visavam, à primeira vista, impedir a revolução comunista na região.

Com o golpe de Estado dado no Uruguai, os sindicatos passaram a ilegalidade, os partidos foram fechados e seus dirigentes começaram a ser perseguidos. É importante destacar que mesmo antes de ser instalada a ditadura, militantes Tupamaros já haviam sido presos e torturados, praticas que se repetiram constantemente ao longo do período ditatorial. Entretanto, logo após o golpe de Estado manifestações populares emergiram, o principal sindicato do país declarou greve geral e como é de se imaginar a repressão por parte do Estado foi forte sobre esses movimentos. Desta forma, para garantir a continuidade de suas propostas o regime militar uruguaio fez uso de sequestros, prisões, torturas, assassinatos, roubo de bebês, no que podemos classificar como terrorismo de Estado justificado pelos agentes repressivos através da doutrina de segurança nacional².

Como quase todas as ditaduras, seus opositores foram presos e muitos torturados e/ou mortos. Estima-se que a Ditadura no Uruguai deixou pelo menos 174 pessoas desaparecidas e 100 mortos em prisões. Depois de 12 anos de vigência, com diversas violações dos direitos humanos, o regime ditatorial chegou ao fim em novembro de 1984, com a eleição de Julio Maria Sanguinetti, do partido Colorado e com a sua posse em março de 1985. Seu governo se constituiu como um governo de transição entre a ditadura e o novo regime democrático, concedendo anistia aos presos políticos, readmitiu os funcionários públicos que haviam sido demitidos durante a ditadura, repatriou os exilados e restituiu as liberdades civis e políticas. Na mesma medida em que promovia essas ações, provavelmente pelas características de reabertura do regime democrático, Sanguinetti teve que assinar a Lei de Caducidad de la Pretención Punitiva del Estado, a qual garantia a impunidade dos agentes que haviam cometido violações aos direitos humanos durante o regime.

OS DESAFIOS DA MEMÓRIA

² Para saber mais sobre a Ditadura Civil-Militar Uruguiaia consultar Padarós (2005).

Diante da impunidade e dos traumas deixados pelas práticas violentas do regime ditatorial, surgiu a necessidade de lidar com uma memória traumática. Desta forma, caberia ao novo regime democrático promover ações que tivessem como foco esses elementos. Conforme destaca Kreft, Le Saux e Lauzán (2011) políticas de verdade e memória começaram a surgir no Uruguai logo no início do novo governo em 1985. Em tempo, cabe lembrar algumas características do conceito de memória que norteiam o presente trabalho.

Partindo das premissas estabelecidas nos escritos de Pollak (1992) e, sobretudo, Halbwachs (2006) de que a memória à primeira vista possa ser considerada algo individual e único também é possível a considerar como uma construção coletiva, ou seja, “[...]como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações” (POLLAK, 1992, p. 02), sempre sujeita a mudanças. Entretanto, todas as memórias apresentam pontos, marcos imutáveis que se norteiam o lembrar dos indivíduos, seja em memórias individuais ou em coletivas. Para Pollak (1992), a memória é elaborada através de alguns elementos: o primeiro destes seriam os acontecimentos vividos pessoalmente; o segundo os acontecimentos vividos pela coletividade a qual se sente participe, que estão tão arraigados no imaginário da comunidade que indivíduo não consegue distinguir se foi participe ou não, no que o autor chama de “acontecimentos vivido por tabela”. Sendo constituída, ainda, por pessoas, personagens e lugares.

Ao ressaltar a importância dos lugares, através do conceito de lugares de memória, Nora (1993) pontua as diferenças entre a memória e a história. Para o autor, diferente mente da história a memória inscreve-se no campo do afetivo e do presente. Havendo uma tendência da história em destruir a memória espontânea, devido a criticidade particular ao conhecimento científico. Isto posto, justifica-se a necessidade dos lugares de memória nos tempos atuais, por atuarem como espaços de preservação da memória legítima.

[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22)³.

³ Tradução aproximada: Apesar disso, "uma das principais contribuições do COMPAZ é ter contribuído de forma decisiva para desmarginalização o tema dos direitos humanos universais, e longe de ter selado a questão das

Como meios de preservação, os lugares de memória expressam uma disposição, uma “vontade de memória”, que se espalha coletivamente em um grupamento social.

Para Nora, os lugares de memória se constituem em duas categorias, naturais ou artificiais (NORA, 1993, p. 21). Os naturais possuem a espontaneidade da criação popular, e são gestados diretamente da cultura e do pensar populares. Já os artificiais, são criações institucionalizadas, de certa forma impostas, a fim de fazer lembrar de determinada maneira. Podem se nutrir do saber popular, mas carregam em si alguma intencionalidade. Nessa categoria, nos lembra Nora, encontramos uma grande variedade de manifestações, ou de “marcos testemunhas de outras eras”: “Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos [...]” (NORA, 1993, p. 13).

PENSANDO AÇÕES ATRAVÉS DOS CONCEITOS DE MEMÓRIA E LUGAR DE MEMÓRIA

A partir desse entendimento sobre o conceito de memória, podemos analisar algumas iniciativas do governo uruguaio para reparar as violências, lembrar e ressignificar as memórias sobre o regime ditatorial. Entre as primeiras medidas que visavam a reelaboração das memórias, pelo menos as oficiais, e nesse caso coletiva, sobre o período autoritário foi o Estado Uruguaio a reconhecer as violações e os crimes cometidos por seus agentes. Nessa perspectiva, logo após o início do regime democrático, em 1985, foi criada a Comisión Investigadora sobre Situación de Personas Desaparecidas y Hechos que la Motivaron, e como já informa o nome, essa comissão tinha o objetivo de investigar a situação das pessoas desaparecidas e os fatos que motivaram o desaparecimento. Tendo sido criada no âmbito das comissões internas do Poder Legislativo, reconheceu o desaparecimento de 164 pessoas. Concluindo que a maioria dos casos havia ocorrido entre os anos de 1975 e 1978, destes casos apenas 32 teria sido em território uruguaio, sendo a grande maioria no exterior o que representava uma grande ligação entre os regimes autoritários vigentes até então no sul do continente (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 390).

violações dos direitos humanos no passado - como o que o presidente da época, Jorge Batlle, pretendia, ser instalado sem grandes problemas na agenda política e midiática”.

Na mesma medida em que se propunha investigar e reconhecer as violações cometidas por seus agentes, o Estado uruguaio os garantia a impunidade através da Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado. Promulgada no ano de 1986, tal lei impedia que fossem realizados julgamentos e investigações com relação aos casos de violação de direitos humanos durante o regime militar. Entretanto, esta mesma lei abriu brecha para que fosse buscado a verdade sobre os diversos casos de vítimas, uma vez que um dos seus artigos garante que as denúncias que já haviam sido realizadas seriam investigadas pelo Poder Executivo. Foi esse artigo que possibilitou, quase 15 anos depois, a criação da Comisión para la Paz (COMPAZ) (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 394).

A COMPAZ, teria sido uma espécie de comissão da verdade uruguaia, todavia suas investigações ficaram reduzidas aos casos de desaparecidos não abrangendo a totalidade de crimes contra os direitos humanos (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 93). Desta forma, a comissão recebeu, analisou, classificou denúncias de pessoas desaparecidas no território do Uruguai, de cidadãos uruguaio desaparecidos nos países do cone-sul⁴, corpos de mortos que apareceram na região costeira do Uruguai e filhos de presos políticos desaparecidos (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 398). Sua atuação recebeu diversas críticas e muitas de suas conclusões se revelaram, posteriormente, falsas.

A pesar de ello, “uno de los aportes fundamentales de la COMPAZ es el de haber contribuido de manera decisiva a desmarginalizar la temática de los derechos humanos en general, y lejos de haber sellado el tema de las violaciones pasadas a los derechos humanos – como lo pretendía el presidente de entonces, Jorge Batlle-, permitió que se instalara sin mayores problemas en la agenda política y mediática” (ERRANDONEA In: KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, 93)⁵.

Retomando as reflexões de Nora (1993) para pensar no que pode representar para a memória a instituição dessas comissões, ressaltamos que o falar sobre, ou seja, produzir uma

⁴ Elizabeth Jelin (2017), classifica o cone-sul sul-americano composto por Chile, Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. Ressaltando que todos esses países passaram por regimes autoritários durante a Guerra Fria, através das concepções de segurança nacional e deixando inúmeras vítimas de violações cometidas por parte dos agentes do Estado.

⁵ Tradução aproximada: Apesar disso, "uma das principais contribuições do COMPAZ é ter contribuído de forma decisiva para desmarginalizar o tema dos direitos humanos universais, e longe de ter selado a questão das violações dos direitos humanos no passado - como o que o presidente da época, Jorge Batlle, pretendia, ser instalado sem grandes problemas na agenda política e midiática".

oralidade acerca do regime autoritário e de suas violações pode se configurar em lugares de memória simbólicos, que diferentes agentes se preocupam em plasmar e preservar em papel. Mesmo que a memória e a oralidade passem por processos de seleção, construção e reelaboração constantes, sua preservação garante para as populações uma tentativa e bloquear o esquecimento, de fixação da experiência, da lembrança dos acontecimentos. Portanto, as investigações, as denúncias, os relatórios conclusivos se enquadram nesse campo do lembrar.

Diante do reconhecimento por parte do Estado dos crimes cometidos, cabia agora promover ações que visassem reparar minimamente as vítimas. Uma das medidas de reparação foi o reconhecimento público, seria uma forma de “homenagear” e “pedir desculpas”, a iniciativa que visava lembrar que determinados indivíduos haviam sido vítimas do regime ditatorial. Um exemplo desse tipo de política implementada foi a designação para que uma escola passasse a levar o nome de Zelmur Michelini, que havia sido deputado e senador uruguaio. Michelini foi sequestrado e assassinado em 1976, em Buenos Aires (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 400). Nesse mesmo campo de ação, algumas vítimas passaram a dar nome a ruas como foi o caso de León Duarte e Juan José de Soiza Reilly Aires (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 401 - 402).

Durante la ditadura funciono em este prédio um centro clandestino de detención y tortura (1977-1979). Al lugar fueran trasladados opositores a la dictadura, entre ellos el maestro Julio Castro, torturado hasta la muerte em agosto de 1977, quien hasta la fecha permanece desaparecido... (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 403)⁶.

A placa em que continha esse escrito foi alocada na Casona Cooperativa de Vivendas. Seu objetivo era marcar que aquele lugar havia sido utilizado durante os anos anteriores como um centro de tortura de opositores ao regime ditatorial. Ao realizar tal ação o Estado uruguaio reafirmava seu compromisso na construção de uma memória sobre seu passado autoritário. Nas palavras de quem aprovou tal medida, esta seria “[...] pertinente aportar elementos a la memoria colectiva de la sociedad que recuerden a las actuales y futuras generaciones las aciagas

⁶ Tradução aproximada: “Durante a ditadura, funcionou neste prédio um centro clandestino de detenção e tortura (1977-1979). Ao local foram levados os opositores à ditadura, entre eles o professor Julio Castro, torturado até a morte em agosto de 1977, que até hoje continua desaparecido...”

circunstancias que debieron enfrentar numerosos conciudadanos” (Resolución nº 8158 de la Junta Departamental)⁷.

Também como forma de reconhecer os assassinatos de opositores mortos durante o regime por agentes do Estado, algumas vítimas receberam placas em via pública, como é o caso de Julio Spósito. Assim sendo, foi colocada uma placa que dizia “Julio Spósito, joven estudiante, militante social católico comprometido con su tempo assinado frente a la Facultad de Química el 1º de setiembre de 1971” (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 405). León Gualberto Duarte, também recebeu o mesmo tipo de homenagem e reconhecimento por parte do Estado. Sua placa lembrava que havia sido “[...] luchador social y dirigente sindical de FUNSA fundador de la CNT 25 de abril de 1928 – detenido –desaparecido 13 de julio 1976” (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 406).

Do mesmo modo que essas duas vítimas, outras também receberam o mesmo tipo de homenagem, espalhando-se pelas ruas da cidade de Montevidéu placas que tornavam o lugar em que estavam instaladas em lugares de memória. Tal ação tinha a intencionalidade de fazer lembrar e nesses casos lembrar das violações cometidas ressaltando o que alguns indivíduos tiveram que enfrentar por denunciar o regime autoritário, criando uma memória também para as novas gerações. Também visando “[...] contribuir a la recuperación de la memoria colectiva y la verdad histórica, sobre los esfuerzos realizados por el pueblo uruguayo em su lucha contra la dictadura cívico-militar em el período de 1973-1985”⁸ (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 428) instalou-se em Montevidéu marcas urbanas da resistência em diversos espaços públicos. Um exemplo desse tipo de ação é o Centro Clandestino de Detención, Tortura y Exterminio, tal ação além de promover o reconhecimento, o tornava um lugar de memória com a intencionalidade de fazer lembrar determinado acontecimento e bloquear o esquecimento.

Levando o nome de 57.939 pessoas que foram presas e desaparecidas, em 1998, a o município de Montevidéu inaugurou o Memorial en recordación de los detenidos-desaparecidos, localizado no Parque Vaz Ferreira. O memorial é um muro com nomes de vítimas gravado, como pode ser percebido na imagem abaixo. A iniciativa surgiu a partir da

⁷ Tradução aproximada: “pertinente para contribuir com elementos para a memória coletiva da sociedade que lembra as gerações atuais e futuras das circunstâncias malogradas que muitos cidadãos tiveram que enfrentar”.

⁸ Tradução aproximada: “[...] contribuir para a recuperação da memória coletiva ou da verdade histórica, sobre os esforços do público uruguayo em sua luta contra a ditadura cívico-militar no período 1973-1985”.

Organização de mães e familiares de uruguaios detidos-desaparecidos, em 1998 a ideia foi encampada pelas autoridades locais, em 1999 realizou-se um concurso nacional para a seleção do projeto que seria construído e entre os anos de 2001-2002 a construção foi efetivada (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 397).

Outra iniciativa, foi a reelaboração da memória em volta de prO reconhecimento público, de vítimas, constituiu-se como a maioria de políticas de memória e verdade no Uruguai. O trabalho de Krefit; Le Saux; Lauzán (2011), destaca que das trinta e duas políticas realizadas pelo Estado Uruguaio, dezoito se concentraram em reconhecimentos públicos e todas essas ações foram feitas pelo Departamento de Montevideú. Depois que diversas vítimas tiveram o reconhecimento público, em 2009 o parlamento uruguaio aprovou a Ley de reparaciones. A aprovação desta lei em âmbito nacional, fazia com que o Poder Legislativo reconhecesse os casos de violações dos direitos humanos durante os regimes militares. Essa não teria sido a primeira lei que o governo uruguaio promulgava buscando promover reparações as vítimas,

“[...] sin embargo se trata de la primera iniciativa que busca abordar la cuestión desde un punto de vista más integral, contemplando, [...] medidas de reparación simbólica “com el fin e restablecer la dignidade de las víctimas y establecer la responsabilidad del mismo. Las mismas tenderán a honrar la memoria histórica de las víctimas del terrorismo y del uso ilegítimo del poder del Estado” (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 96) ⁹.

Entre as formas de reparação simbólica estava a colocação de placas onde haviam sido realizadas violações, como vinha sendo feito pelo Departamento de Montevideú.

Esta lei, ainda, dispõe sobre outras questões no que tange o reconhecimento e as reparações. Em seus dois primeiros artigos tratava de reconhecer as violações e os crimes contra os direitos humanos, como pode ser percebido:

Artículo 1º.- Reconócese el quebrantamiento del Estado de Derecho que impidiera el ejercicio de derechos fundamentales a las personas, en violación a los Derechos Humanos o a las normas del Derecho Internacional

⁹ Tradução aproximada: “[...] no entanto, é a primeira iniciativa que busca abordar a questão de um ponto de vista mais integral, contemplando, [...] medidas de reparação simbólica “para restaurar a dignidade das vítimas e estabelecer a responsabilidade”. Eles irão honrar a memória histórica das vítimas do terrorismo e o uso ilegítimo do poder do Estado”.

Humanitario, en el período comprendido desde el 27 de junio de 1973 hasta el 28 de febrero de 1985.

Artículo 2º.- Se reconoce la responsabilidad del Estado uruguayo en la realización de prácticas sistemáticas de tortura, desaparición forzada y prisión sin intervención del Poder Judicial, homicidios, aniquilación de personas en su integridad psicofísica, exilio político o destierro de la vida social, en el período comprendido desde el 13 de junio de 1968 hasta el 26 de junio de 1973, marcado por la aplicación sistemática de las Medidas Prontas de Seguridad e inspirado en el marco ideológico de la Doctrina de la Seguridad Nacional (Ley de Reparación – nº 18.596)¹⁰.

Garantindo, através do 3º artigo, o “[...] derecho a la reparación integral a todas aquellas personas que, por acción u omisión del Estado, se encuentren comprendidas en las definiciones de los artículos 4º y 5º de la presente ley” (Ley de Reparación – nº 18.596)¹¹. Ainda estabelecendo que as medidas de reparaco deveriam ser feitas através de indenizaes, reabilitação e as garantias de as violaes no voltariam a se repetir. Desta forma, passam a ser consideradas vítimas todas as pessoas que sofreram violações de seu direito a vida, integridade física ou psicológica ou liberdade dentro e fora do Uruguai durante a vigência do regime ditatorial por motivos de perseguição política e ideológica. Ressaltando que essas violações teriam que ter sido cometidas por agentes dos Estados, ou de quem contou com autorização, apoio ou aprovação dos mesmos.

Estabeleceu como vítima os indivíduos que ficaram presos por motivos políticos por mais de seis meses, mortos durante o regime, os que até 2009 se encontravam desaparecidos, falecidos ou gravemente feridos em razão da ação ilegítima do Estado, filhos de presas políticas nascidos em cativeiro, as crianas que permanecem desaparecidas, indivíduos que foram obrigados a deixar o país devido perseguição política e pessoas que tiveram que permanecer escondidos dentro do Uruguai devido perseguições ideológicas (Ley de Reparación – nº 18.596). Desta forma, as pessoas que se enquadram nos quesitos para serem consideradas

¹⁰ Traduao aproximada: Artigo 1º - Reconhecimento do descumprimento do Estado de Direito que impede o exercício dos direitos fundamentais das pessoas, em violação aos direitos humanos ou às normas do Direito Internacional Humanitário, no período de 27 de junho de 1973 a 28 de julho. Fevereiro de 1985.

Artigo 2º - Reconhece-se a responsabilidade do Estado uruguai na prática sistemática de tortura, desaparecimento forado e reclusão sem a intervenção do Poder Judiciário, homicídios, aniquilação de pessoas em sua integridade psicofísica, exílio político ou exílio da vida social. O período de 13 de junho de 1968 a 26 de junho de 1973, marcado pela aplicação sistemática das Medidas de Segurana Antecipadas e inspiradas na estrutura ideológica da Doutrina de Segurana Nacional.

¹¹ Traduao aproximada: “[...] direito  reparaco integral é reconhecido a todas as pessoas que, por ato ou omissão do Estado, estejam incluídas nas definições dos artigos 4º e 5º desta lei”.

vítimas, conquistam o direito de receber indenização do Estado. As indenizações previstas vão desde auxílios médicos e farmacêuticos até indenizações financeiras, variando de caso a caso.

Concomitante as reparações e reconhecimento, foi realizado ações de investigações históricas sobre o período autoritário. Com isso, em 2004, publicou-se os testemunhos de mulheres que ficaram presas no presídio feminino de Punta de Rieles devido a perseguição política durante os anos de 1973 e 1985 (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 410). Ainda, o Estado firmou um convenio com a Universidad da República, em 2005, para que esta instituição promovesse estudos sobre o período ditatorial. O objetivo da parceria era o “[...] aclaración del destino final de los ciudadanos detenidos-desaparecidos durante la dictadura cívico militar que ocurrió em Uruguay” (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 415)¹² e ao final do convenio teria sido estabelecido a publicação, em 5 tomos, sobre as conclusões das pesquisas. Os tomos abrangeriam o contexto repressivo, informações sobre os centros de reclusão e testemunhos, dado sobre as vítimas, legislação, as denúncias internacionais, arquivos, reparação simbólica e um relatório final sobre as buscas arqueológicas sobre os presos e desaparecidos durante o regime autoritário.

No âmbito do ensino de história definiu-se, em 2005, que no terceiro ano do ensino médio, através da disciplina de história seria abordado o período ditatorial, correspondente aos anos de 1973 – 1984. Sugerindo “[...] analizar las causas y las principales etapas de la Dictadura. Desarrollar em especial: la lesión de los derechos humanos y las libertades individuales y políticas, la política económica y financiera” (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 417)¹³.

Constituindo-se como um espaço educacional, de pesquisa e difusão do conhecimento e da memória, em 2007, foi criado o Centro Cultural e Museu da Memória no município de Montevideu. Sua concepção está ligada a intencionalidade de promover a memória das lutas populares pela democracia e os direitos humanos. Conforme Kreft; Le Saux; Lauzán (2011, p. 424) destacam, no texto de fundação da instituição anunciava que ela seria

“[...] um espacio dedicado a la recuperación de la memoria sobre el horror del terrorismo de Estado y los esfuerzos del pueblo uruguayo em su lucha contra la

¹² Tradução aproximada: “[...] esclarecimento do destino final dos cidadãos detidos-desaparecidos durante a ditadura cívico-militar que ocorreu no Uruguai”.

¹³ Tradução aproximada: “[...] analisar as causas e as principais etapas da ditadura. Desenvolver em especial: o prejuízo aos direitos humanos e libertades individuais e políticas, política econômica e financeira”.

ditadura, de modo de aportar conocimiento a las nuevas generaciones sobre la historia reciente de nuestro país para fortalecer los elementos constitutivos de la identidad nacional”¹⁴.

Ainda no mesmo campo de realização, o Ministério de Educação e Cultura do Uruguai, através da lei 18.435 de 2008, criou o Arquivo Nacional da Memória (ANM), órgão que ficaria responsável de reunir e organizar as documentações sobre as violações aos direitos humanos cometidas no regime ditatorial do país. “El Archivo Nacional de la Memoria tiene como objetivo promover los derechos humanos y la democracia mediante el pleno ejercicio del derecho individual y colectivo a la verdad, a la memoria y al acceso a la información pública sobre las violaciones” (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 430)¹⁵ cometidas pelos agentes do Estado durante o período autoritário. Também ficou a cargo do Arquivo a coleta de documentos sobre o período, ou seja, seus diretores e técnicos estavam autorizados a realizar visitas a qualquer instituição pública para consultar e pesquisar nos arquivos dessas instituições. Além disso, o Arquivo estava recebeu a autorização para solicitar os arquivos que julgasse relevantes para compor o seu acervo, desta forma caberia as organizações remeterem ao Arquivo Nacional da Memória cópias autenticadas dos documentos exigidos pelo Arquivo.

A autorização para que o Arquivo Nacional da Memória pudesse agir de tal forma com todas as instituições públicas é algo que merece ser destacado. Uma vez que, essa medida tem como potencial o acesso a totalidade dos documentos gerados pelo Estado durante o regime militar. Além de garantir o acesso aos documentos, coube ao Arquivo dar ao seu acervo um caráter de intangibilidade, que na prática dava a proteção para que não fosse possível promover qualquer tipo de alteração aos documentos. Essa medida garantia que antes mesmo dos documentos fazerem parte do acervo do Arquivo não pudessem “[...] ser destruídos, rectificadados, alterados ou modificados, tampoco ocultados (como consecuencia de esto se

¹⁴ Tradução aproximada: “[...] um espaço dedicado à recuperação da memória sobre o horror do terrorismo de Estado e os esforços do povo uruguaio em sua luta contra a ditadura, a fim de fornecer conhecimento às novas gerações sobre a história recente da nossa em país para reforçar os elementos constitutivos da identidade nacional”.

¹⁵ Tradução aproximada: “O Arquivo Nacional da Memória visa promover os direitos humanos e a democracia através do pleno exercício do direito individual e coletivo à verdade, à memória e ao acesso à informação pública sobre violações”.

incorpora al artículo 244 del Código Penal um nuevo inciso” (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 430)¹⁶.

Na construção de uma identidade nacional, é fundamental a existência de datas significativas, elas geram um sentimento de pertencimento, são capazes de promover a recordação sobre determinado fato histórico ou herói. Nessa perspectiva, em 2006, o governo uruguaio estabeleceu que todo o dia 19 de julho seria o Día del Nunca Más. Tal iniciativa visou ressaltar “[...] nunca más deberán ocurrir estos episodios entre uruguayos” (KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 419), os episódios que o decreto presidencial se referia constituiu-se como os acontecimentos ocorridos durante 1973 e 1985 na vigência do regime ditatorial. Entretanto, essa ação recebeu diversas críticas e interpretações da sociedade civil,

“[...] em tanto fue vista por parte de las organizaciones de derechos humanos como una reivindicación por parte de las autoridades de la “teoría de los dos demonios” – idea según la cuál sería posible equiparar la violencia estatal a aquella de la guerrilla – mientras que por parte de los sectores de derecha se reclamaba mayor condena de la guerrilla em este “nunca más” (ERRANDOENA apud: KREFT; LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 96)¹⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse panorama geral, sobre algumas políticas de memória realizadas no Uruguai em relação ao período autoritário vigente entre os anos de 1973 e 1985, pode-se perceber a preocupação em reconstruir uma narrativa sobre o regime e marcar uma determinada visão sobre o mesmo. As ações de reconhecimento público e homenagens a algumas vítimas são o ponto inicial de um processo de reelaboração de uma memória, na tentativa de que não se esqueça as heranças deixadas pelo regime autoritário. A construção do Memorial em recordação aos presos e desaparecidos e a criação dos “Lugares de Resistência” corroboram essa interpretação e permite avançar ainda mais ao relacionarmos com os conceitos de “lugar de memória” de Nora (1993) e “acontecimentos por tabela” de Pollak (1992).

¹⁶ Tradução aproximada: “[...] ser destruído, retificado, alterado ou modificado nem ocultado (como resultado disso é incorporado no artigo 244 do Código Penal, uma nova subseção”.

¹⁷ Tradução aproximada: “[...] tanto que foi vista pelas organizações de direitos humanos como uma reivindicação pelas autoridades da “teoria dos dois demônios” - uma idéia segundo a qual seria possível equiparar a violência estatal à da guerrilha - enquanto, por outro lado, dos setores de direito exigiram maior condenação dos guerrilheiros neste “nunca mais””.

Muitas das ações visavam, como já mencionamos anteriormente, contribuir para a recuperação da memória coletiva e da verdade histórica, enfatizando as lutas do povo uruguaio contra a ditadura. Nesse momento, podemos retomar o pensamento de Pollak (1992) ao ressaltar que na medida em que alguns acontecimentos se encontram tão marcados no imaginário de uma comunidade, os indivíduos muitas vezes não conseguem distinguir o seu grau de participação. Nessa perspectiva, tornar presente no imaginário uruguaio que o período entre 1973 e 1985 foi marcado por diversas violações dos direitos humanos faz com que a coletividade entenda que realizar sessões de tortura em um indivíduo é também torturar toda a sociedade.

A medida de instalar placas dando nome aos lugares de tortura, como o mostrado na imagem 1 do presente trabalho, faz com que se promova uma ressignificação da memória naquele lugar. Uma vez que, espaços de tortura em muitos momentos são desconhecidos ou não visto pela sociedade durante o período ditatorial, os identifica-los como um espaço utilizado para tal fim o faz ganhar as características elaboradas por Nora (1993) para se referir a importância de tais lugares. Assim sendo, essa medida possibilita que os indivíduos ao olharem a placa lembrem dos fatos acontecidos no passado e é essa a razão essencial dos lugares de memória, fazer lembrar, bloqueando o esquecimento.

Por fim, destaca-se o papel exercido pelas instituições de memória, como o Arquivo Nacional da Memória e o Museu da Memória, ambas organizações comprem um papel fundamental no projeto de ressignificação e perpetuação da memória sobre a sua ditadura. O Arquivo Nacional da Memória, pelo menos em linhas gerais, ao que tudo indica garantiu que as fontes sobre o período não fossem descartadas, tal ação possibilita que pesquisadores produzam novos conhecimentos sobre o regime o mantendo vivo a cada dia, assim como as memórias. Enquanto o Museu da Memória se constituiu com um lugar dedicado a tratar das memórias ligadas ao terrorismo de Estado e das lutas sociais dos uruguaios contra o regime, fazendo com que as novas gerações tenham acesso a tais informações para que não se repita tais episódios.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, p. 71 – 111.

JELIN, Elizabeth. La conflictiva y nunca acabada mirada sobre el pasado. In: _____. **La lucha pro el pasado: como construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017, p. 31 – 59.

Ley de reparaciones - nº 18.596, de 18 de setiembre de 2009. Disponível em: <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp1823059.htm> Acesso em: 15 de março de 2019.

KREFT, Francisca G.; LE SAUX, Marianne G.; LAUZÁN, Silvana. **Políticas Públicas de verdade y memoria em 7 países de américa latina** (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay, Perú y Uruguay). Programa Derechos Humanos y Democracia: Centro de Derecho Humanos. Facultad de Derecho, Universidad de Chile. Chile, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10. dez. 1993. p. 7-28.

PADRÓS, Enrique Serra (2005). **Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civilmilitar**. Tese de doutorado em História. Porto Alegre, UFRGS.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia doutrina e segurança nacional. **Varia História**, Belo Horizonte, vol.28, nº 48, p. 495-517: jul/dez 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/02.pdf> Acesso em: 17 de fevereiro de 2019.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

Resolución nº 8158 de la Junta Departamental, de 10 de agosto de 2002. Disponível em: http://www.juntamvd.gub.uy/es.php/archivos.php/decretos/67-res_8158.htm Acesso em: 17 de março de 2019.

OS PARTIDOS POLÍTICOS NA CÂMARA FEDERAL DURANTE A TRAMITAÇÃO DA LEI DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Rafael Alexandre da Silveira¹
Nilton Garcia Sainz²

Resumo

O objeto desta investigação são os discursos parlamentares na Câmara Federal durante a tramitação da Lei 12.528/2011, que instituiu, no âmbito do Poder Executivo, a Comissão Nacional da Verdade. Os objetivos consistem em identificar os partidos políticos que discutiram o tema, bem como compreender as posições políticas em disputa. Os pronunciamentos foram coletados através dos anais da Câmara dos Deputados no período de 10/02/2010 até 18/11/2011, compreendendo um universo de 166 pronunciamentos sobre o tema. Como método de análise foi utilizado análise de conteúdo por intermédio do software *Gephi* e do site Textométrica, observando a coocorrência e rede de palavras dos pronunciamentos. Os resultados demonstram que, à esquerda, embora ocorra referência à verdade histórica aspirada, à memória do período e à busca por justiça, não é aprofundado o debate no que diz respeito aos crimes de tortura, assassinato e ocultação de cadáveres, ao passo que, à direita, as violações de direitos humanos e os crimes da ditadura civil-militar são negligenciados.

Palavras Chaves: Comissão Nacional da Verdade; Partidos Políticos; Justiça de Transição; Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

No Brasil e nos demais países do Cone Sul que estiveram sob governos civil-militares ditatoriais, ainda é pouco estudado o papel dos partidos políticos e sua atuação frente à implementação de mecanismos em matéria de justiça de transição. Trata-se de uma lacuna que visa a ser preenchida no sentido de explicar quem são os atores políticos que, uma vez dentro da institucionalidade vigente, em cada país e em cada momento histórico-político específico, dedicam-se a transformar reivindicações em respostas concretas ou mesmo avançar na aprovação de medidas que realizem políticas voltadas à consecução desta finalidade.

¹ Mestre em Direito e Sociedade pela Universidade La Salle – Canoas; Bacharel em Direito (Atlântico Sul).

² Doutorando em Ciência Política (UFPR); Mestre em Ciência Política (UFPel); Bacharel em Ciências Sociais (UFPel). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: sainznilton@gmail.com.

O caso brasileiro permite inferir que a divisão em blocos partidários esquerda/direita pode revelar-se aspecto importante acerca do comportamento distinto que cada autor terá, a depender das fases em que estas medidas começarem a ser discutidas, sejam em momentos de transição democrática, consolidação de regimes, estabilidade ou instabilidade institucional. No que se refere a esta pesquisa, e de acordo com a atuação dos partidos políticos que fizeram parte da legislatura durante a tramitação da Lei 12.528/2011, pode-se afirmar que ocorreu uma divisão entre aqueles que promoveram manifestações favoráveis à implantação da medida de justiça transicional, bem como aqueles que silenciaram ou tentaram negligenciar episódios, práticas e comportamentos.

Dentro deste contexto, o problema enunciado pela pesquisa é: como se posicionaram os partidos políticos na Câmara dos Deputados sobre a proposta de implementação da Lei 12.528/2011 emanada do Poder Executivo?

Este estudo utiliza como fonte de dados documentos da Câmara dos Deputados, em que fica registrado os pronunciamentos dos parlamentares. Através de análise de conteúdo, seguido pela coocorrência de termos, busca-se avaliar os discursos proferidos pelos(as) deputados(as) acerca da proposta de implementação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil. A partir da leitura dos pronunciamentos, foram estabelecidos dois blocos de análise (bloco de esquerda e bloco de centro e direita) que permitissem uma análise comparativa entre os atores políticos que se debruçaram em seus discursos a discutir sobre o significado que a emergência de uma CNV teria para apurar os crimes ocorridos durante a ditadura civil-militar e as eventuais punições.

Por fim, esta pesquisa encontra-se dividida, além desta introdução e das conclusões, em três seções. A próxima, apresenta um panorama sobre a justiça de transição de maneira conceitual, o nascimento de suas medidas no Brasil, notadamente no que tange à Comissão Nacional da Verdade e o papel dos partidos políticos neste contexto. Em seguida, o trabalho apresenta o desenho da investigação e os aspectos metodológicos que orientaram a pesquisa. De forma derradeira, realiza uma análise relativa à visão que os partidos políticos tiveram a respeito da medida de justiça transicional a partir da linha argumentativa utilizada nos discursos, as palavras-chave e os temas discutidos.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E O PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS: O CASO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE NO BRASIL

A América Latina é pródiga em momentos de transição de ditaduras civil-militares para governos democráticos, sendo que, a aplicabilidade de leis de anistia, fundamentou-se pela chamada lógica dos dois demônios. Ou seja, se de um lado a violência perpetrada pelas Forças Armadas, ao levarem a cabo o terrorismo de Estado, orientou-se pela forte violência, repressão e extermínio de seus opositores, de outro, a luta armada foi empreendida por grupos à esquerda, revolucionários ou por aqueles que apenas resistiam. Nesse quadro, a transição ocorrida abriu espaço para a impunidade daqueles criminosos assim considerados durante a vigência destes regimes ditatoriais, sob legitimação simbólica de que se anistiou os dois lados e se teria, dessa maneira, promovido a reconciliação dos envolvidos (TELES, 2018).

Estas políticas de justiça e de memória tiveram como foco central, ao mesmo tempo que buscavam restabelecer a dignidade das pessoas vitimadas, a não-realização a contento de punições aos responsáveis nos estados de direito que emergiram pós-ditaduras. Daí o surgimento daquilo que tem sido chamado por Justiça de Transição, referindo-se, pois, a um conjunto de medidas que visam a recuperação de direitos e o estabelecimento da verdade e da memória. As diferentes abordagens como as de (TEITEL, 2011; VAN ZYL, 2011; PINTO, 2010; ABRÃO; TORELLY, 2011) sustentam, em síntese, tratarem-se de respostas aos crimes e a busca pela verdade histórica, bem como a possibilidade jurídica de processar os criminosos, reparar as vítimas e/ou seus familiares, além de realizarem reformas institucionais específicas. De acordo com Quinalha (2013), a justiça de transição tem como fim a busca por um ideal justo em um em contexto de excepcionalidade política.

No Brasil, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, as medidas de justiça transicional passaram a compor o quando político-institucional, uma vez que a primeira delas, Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (Lei 9140/1995) reconheceu como mortos os indivíduos desaparecidos em razão de motivações políticas, concedendo indenizações às famílias das vítimas mortas pela ditadura civil-militar.

Em 2002, já no término do segundo mandato do governo FHC, foi criada a Comissão de Anistia, no sentido de ampliar a indenização aos perseguidos pelo regime ditatorial, configurando-se como um instrumento relevante para se reconhecer as graves violações de

direitos. Tratou-se de uma primeira medida institucional de justiça de transição a trazer à baila um discurso de justiça focalizado na reconciliação e na pacificação, embora a quantidade de indenizações tenha sido precária

Em 2009, iniciou-se uma série de debates ao redor de uma proposta de implementação da Comissão Nacional da Verdade, com vistas a apurar sobre os crimes do estado brasileiro, sobretudo durante o período em que vigorou, no Brasil, a ditadura civil-militar. Tal proposta veio na esteira da 3ª Edição do Programa Nacional de Direitos Humanos.

O presidente Luis Inácio Lula da Silva foi responsável pela assinatura de um decreto, cuja supressão dos termos “repressão política”, determinou ao Congresso Nacional a tarefa de submeter análise e posterior decisão acerca desta proposta de lei pelo Poder Executivo, no entanto, sem fazer referência às práticas de violência realizadas pelo Estado. Nos meses de setembro e outubro de 2011, o Congresso Nacional apreciou o projeto de lei que buscava criar a Comissão Nacional da Verdade, consistindo na função de realizar apurações em relação aos crimes de violações cometidos contra os direitos humanos por agentes da repressão. O que se viu, entretanto, foi o estabelecimento de uma Comissão Nacional da Verdade imposta sem que as vítimas e suas famílias fossem ouvidas, uma vez que foi apreciado em regime urgentíssimo, descaracterizando o caráter democrático da medida.

É importante perceber como os partidos políticos reagiram à sua implementação e qual peso é dado a eles no tratamento institucional aos mecanismos de justiça transicional originados em transições democráticas ou mesmo no fortalecimento de novas democracias, como o caso brasileiro. Convém notar que este aspecto se torna crucial para investigar o comportamento dos decisores políticos, sua reação às iniciativas propostas que venham a introduzir mudanças expressivas sobre os rumos das políticas de justiça de transição e que discursos se propõem a levar a efeito no presente e no futuro. Permite-se também, verificar quais eixos polarizam (se é que podem ser objetos de polarização) as disputas de sentido em torno das ações estratégicas e da natureza dos argumentos debatidos.

Desse modo, infere-se se os cálculos de governo obedecem a uma lógica de bloqueio à própria democracia enquanto normalização de práticas políticas, de construção ou obstrução de novas sociabilidades e dos limites do possível para a edificação de consensos que subvertam a

governabilidade em torno de um projeto democrático ancorado na superação de resquícios de regimes anteriores.

METODOLOGIA

A coleta de dados foi realizada a partir dos pronunciamentos dos(as) deputados(as) federais da 53ª e 54ª legislaturas. A fonte utilizada foi o site oficial da Câmara dos Deputados, local em que fica disponibilizado o banco de discursos da casa. Como mencionado anteriormente, a investigação parte do momento em que a matéria chega no congresso, ainda no ano de 2010, tendo o primeiro pronunciamento registrado no dia 10/02/2010, até o dia 18/11/2011, data na qual o projeto foi sancionado pela então presidente Dilma Rousseff. Esse recorte forneceu um universo de 166 pronunciamentos que diziam respeito ao debate sobre a Lei 12.528/2011.

Por meio da análise de conteúdo, foram retirados do banco de dados os pronunciamentos que não tocavam à questão principal da investigação, ou seja, não demonstravam a interpretação do parlamentar, como por exemplo discursos relacionados as regras da votação. Coletados e organizados os dados, utilizou-se dois procedimentos para análise de conteúdo e formação de redes de palavras.

Primeiramente, os dados foram levados ao site de análise *Textométrica*, que permite analisar a frequência e coocorrência dos termos empregados pelos parlamentares em seus discursos. Nessa etapa, foram criados os chamados conceitos, a fim de juntar palavras semelhantes e com significados idênticos. Nesse processo, foi realizada uma análise da frequência dos termos presentes nos discursos.

Após isso, os dados foram levados à análise no software de Análise de Redes Sociais (ARS) *gephi*, na qual permitiu calcular as métricas das redes de palavras e realizar a leitura dos dados fornecidos pelo *Textométrica*, gerando grafos que consideram as coocorrências das palavras a partir dos cálculos de modularidade. Na Tabela 1, observaremos os resultados da ARS, onde foram calculadas as métricas de modularidade e grau médio.

Tabela 1: modularidade e grau médio dos blocos analisados

| Bloco partidário | Modularidade | Grau médio |
|------------------|--------------|------------|
| Esquerda | 0,068 | 10,045 |
| Centro e Direita | 0,124 | 8,65 |

Fonte: Elaboração própria.

A métrica de modularidade é considerada uma métrica de rede para a identificação de grupos (os chamados *clusters* em um grafo) e também demonstram a tendência de um “nó”, nesse caso, o que representa os termos, em aparecer em um determinado cluster (RECUERO, 2014). Já o conceito de grau é uma medida de centralidade, representa o número de conexões que cada nó possui, seja conexões recebidas (*indegree*) ou conexões feitas (*outdegree*). No caso desse estudo, os grafos são não direcionados, o que não permite sabermos de onde parte a conexão na rede, dessa forma, utiliza-se a métrica de grau médio.

Como é possível observar na Tabela 1, o bloco de centro e direita, possui um maior número de grupos em sua rede, o que está indicando uma maior dispersão nas conexões dos termos, que formam um maior número de grupos. Já em relação ao grau médio, o bloco de esquerda possui um número maior, o que aponta para um maior número de conexões entre os termos do bloco, o que pode indicar um maior entendimento em relação ao debate dentro do mesmo.

RESULTADOS DA PESQUISA

Os(as) Deputados(as) Federais da 54^o Legislatura (2011-2014) foram os(as) responsáveis pela aprovação do projeto de lei que criou a CNV. No Congresso, assim como em todos os âmbitos da sociedade, a história e as narrativas são disputadas. No caso da busca pela verdade sobre o passado autoritário brasileiro, não seria diferente. A discussão sobre a criação da CNV chega ao Congresso ainda em 2010, no governo Lula e em outra composição de parlamentares na Câmara dos Deputados (53^o legislatura). No entanto, o projeto de lei foi discutido e votado pela legislatura seguinte. Dessa forma, na Tabela 2, voltamos nossa atenção a composição das bancadas que formaram o Congresso durante a aprovação da lei:

Tabela 2: Número de Deputados Federais por partidos políticos (2011-2014)

| Partido | Número de deputados | Partido | Número de deputados |
|---------|---------------------|---------|---------------------|
| PT | 88 | PPS | 12 |
| PMDB | 78 | PRB | 8 |
| PSDB | 53 | PTdoB | 4 |
| PP | 44 | PMN | 4 |
| DEM | 43 | PSOL | 3 |
| PR | 40 | PHS | 2 |
| PSB | 34 | PRTB | 2 |
| PDT | 26 | PRP | 2 |
| PTB | 22 | PHS | 2 |
| PSC | 17 | PSL | 1 |
| PCdoB | 15 | PTC | 1 |
| PV | 14 | - | - |

Fonte: Câmara dos Deputados.

O partido com o maior número de representantes é o PT, partido situação na época. Apesar de ter a maior bancada, partidos como PSDB, PP e DEM, que fizeram oposição ao governo federal possuem um número expressivo de parlamentares na casa. No entanto, pesquisas realizadas sobre o período apontam que no ano de 2011, 49% das leis de autoria da presidência da República foram aprovadas pelos deputados, o que demonstra predomínio do Poder Executivo na aprovação de leis durante o período analisado (BARBOSA 2014). Em relação à discussão do PL 7376/2010, a participação dos partidos é significativa para as análises posteriores. Pode ser observada uma maior participação na discussão dos partidos, na qual consideramos no bloco esquerda, principalmente com a participação dos deputados do PT, como pode ser observado na Tabela 3:

Tabela 3: Números de pronunciamentos sobre a discussão do PL 12.528/2011 nos partidos de esquerda

| Partidos | Número de Pronunciamentos | % ³ |
|--------------|---------------------------|----------------|
| PT | 62 | 63,9 |
| PCdoB | 11 | 11,3 |
| PSOL | 11 | 11,3 |
| PSB | 7 | 7,2 |
| PDT | 6 | 6,2 |
| Total | 97 | 100 |

Fonte: Autores com base em Câmara dos Deputados.

Ao todo, os partidos de esquerda registram 97 pronunciamentos sobre o tema da CNV. Em suma, esses partidos são amplamente favoráveis à instauração da Comissão, com destaque para o deputado Luiz Couto (PT-PB), que registrou 13 pronunciamentos sobre o tema (correspondente a 13,40% dos pronunciamentos). Também é possível registrar que os deputados que compõem esse bloco, individualmente participam mais, fragmentando o número de registros de pronunciamento entre eles, não concentrando em apenas um deputado. A participação das mulheres no bloco da esquerda também é destacável, apesar de não ser a maioria (apenas 20,61% dos pronunciamentos), as mulheres reúnem 20 falas sobre o tema, destacando a participação da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que somou 5 pronunciamentos (5,15% dos pronunciamentos) desde que o projeto chega na Câmara em 2010.

Sabe-se que, historicamente, estes partidos possuem forte ligação com a luta contra a ditadura militar, movimentos sociais e defesa dos direitos humanos. Na Imagem 1 (grafo), é possível visualizar a rede de palavras que aparece nos pronunciamentos dos(as) parlamentares:

³ Valores aproximados.

Imagem 1: rede de palavras dos pronunciamentos de esquerda



Fonte: Elaboração própria com base em Câmara dos Deputados.

Percebe-se, através do grafo, que os pronunciamentos dos partidos de esquerda no Congresso giraram em torno da questão dos direitos humanos. Críticos à ditadura militar, os pronunciamentos faziam diversas referências a uma busca por justiça, pela memória das vítimas da repressão e por um acerto de contas com o passado brasileiro. O cluster laranja, indica um agrupamento de palavras que faz referência, principalmente, à importância da Comissão da Verdade para a sociedade brasileira de modo geral, pois seria essa a oportunidade de investigar os crimes do passado e esclarecer sobre a história do país.

No cluster verde, percebe-se a cobrança por justiça relacionada aos crimes de violações dos direitos humanos e desaparecimento de pessoas. A formação do cluster roxo faz referência principalmente à violência do período, também ligado à cobrança por justiça e verdade em relação aos crimes cometidos.

As palavras que possuem os maiores números de frequência nos discursos dos(as) parlamentares da esquerda são: Verdade; Comissão; Brasil; Direitos; Ditadura; Humanos;

História; Militar; Democracia; Memória. Através da noção de maior frequência de palavras podemos entender melhor quais os rumos que tomou a discussão no espectro da esquerda.

Na Tabela 4, observaremos os números de pronunciamentos por partido no bloco de centro e direita:

Tabela 4: Números de pronunciamentos sobre a discussão do PL 12.528/2011 nos partidos de centro e direita

| Partido | Número de pronunciamentos | % ⁴ |
|--------------|---------------------------|----------------|
| PP | 33 | 47,8 |
| DEM | 9 | 13 |
| PPS | 8 | 11,6 |
| PMDB | 4 | 5,8 |
| PSDB | 3 | 4,3 |
| PV | 3 | 4,3 |
| PR | 3 | 4,3 |
| PTC | 2 | 2,9 |
| PTB | 2 | 2,9 |
| PSC | 1 | 1,4 |
| PRB | 1 | 1,4 |
| Total | 69 | 100 |

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara dos Deputados.

Chama a atenção, neste bloco, o baixo número de pronunciamentos de partidos tradicionais no sistema partidário brasileiro, caso do PMDB e PSDB, que possuem uma história relacionada ao combate à ditadura civil-militar e na defesa da democracia. Em suma, os partidos de centro e direita também são favoráveis à CNV, porém, certos atores no Congresso se opõem ao projeto de Lei e às políticas de memória e justiça de maneira geral. Ressalta-se que não é a maioria dos parlamentares e partidos que se colocam contrários ao projeto, muitos discutem, inclusive, questionam partes do texto da lei, todavia, se dizem favoráveis à reconstrução da memória política e a busca pela verdade do nosso passado autoritário.

No entanto, identificam-se representantes de uma direita ainda herança da ditadura, em especial, o ex-deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), o maior opositor ao projeto que busca instaurar a CNV. Somente ele reúne 32 pronunciamentos sobre o tema (46,37% dos pronunciamentos desse grupo de partidos), o que corresponde a uma maioria dos pronunciamentos dos partidos

⁴ Valores aproximados.

de centro e direita. Nenhum dos demais deputados somou mais de 3 pronunciamentos sobre a discussão da instauração do projeto de lei. Percebe-se, também, a ausência de pronunciamentos de mulheres neste bloco, não registrando a participação de nenhuma deputada.

É importante ressaltar que, ao falarmos dos partidos de centro e direita, estamos nos referindo, *a priori*, a partidos amplamente favoráveis à democracia. Como mencionado anteriormente, compõe este bloco importantes partidos políticos que foram engajados na luta pela democracia. Na Imagem 2 (grafo), apresentamos a rede de palavras do bloco de centro e direita.

Imagem 2: rede de palavras dos pronunciamentos de centro e direita



Fonte: autores com base em Câmara dos Deputados.

Neste grafo, o cluster roxo, reúne as palavras que representam a importância da Comissão Nacional da Verdade e que endossam a medida apresentada pelo Executivo. Isso significa que a medida era vista com bons olhos por boa parte dos deputados desse grupo. Porém, é possível identificar que existem diferentes narrativas sobre a história da ditadura para esses atores que foram analisados através dos pronunciamentos.

Entretanto, diversos outros pontos chamam a atenção neste grafo. Como o fato dos termos “direitos” e “humanos” possuírem uma baixa relevância para o bloco de centro e direita, sendo pouco citado nos pronunciamentos dos parlamentares e ficando praticamente invisíveis no cluster azul. O que chama a atenção, visto que partidos como PMDB e PSDB possuam histórias relacionadas a compromissos com essas pautas.

Percebe-se a existência de uma outra narrativa sobre a ditadura nesses pronunciamentos, como demonstram os clusters verde e laranja. Termos como “luta”, “armada” e “Fidel Castro” podem ser destacados, além disso, o termo “apurar” (presente no cluster roxo) está dividido em duas narrativas, ou seja, no sentido de apurar a verdade sobre a ditadura, mas também, apurar sobre a luta armada e crimes que estariam relacionados à esquerda. No cluster verde, o termo “esquerda” destoa do sentido que foi dado anteriormente pelo bloco de esquerda. Nesse caso, esquerda está sendo associado com a luta armada, guerrilha e etc. Inclusive, é possível notar que o nó do conceito “esquerda” aparece maior nesse grafo, do que no anterior, demonstrando que o bloco de centro e direita citou e relacionou essas palavras mais vezes a discussão do tema, o que mostra uma tentativa de negar e relativizar a discussão, considerando que a implementação da CNV tem o objetivo de investigar os crimes realizados pelo Estado autoritário.

Para proporcionar uma comparação entre os dois grupos (esquerda x centro e direita), as palavras que tiveram maior frequência no segundo grupo foram: Comissão; Verdade; Militares; Militar; Forças; Armadas; Democracia; História; Ditadura; Anistia. Chama a atenção a baixa presença de termos como: “Direitos”, “Humanos” e a inexistência do conceito de “Memória” no grupo de centro e direita. Essas ausências apontam para um dado importante na pesquisa, visto que esse grupo não corrobora com os debates em torno de questões cruciais para a justiça de transição no país. Também é possível destacar a frequência elevada do termo “Militares”, diferenciando-se do grupo da esquerda, o que aponta para uma outra narrativa abordada por esse bloco, cuja preocupação com a questão militar esteve em pauta, o que novamente foge à essência da discussão sobre a implementação da política de memória.

Os resultados apresentados até aqui reforçam o argumento de que o modelo de transição por negociação, como realizado no Brasil, mantém viva as elites políticas do período autoritário, e no caso brasileiro, é evidenciado especialmente pela atuação de alguns parlamentares. No

entanto, o Brasil parece possuir uma ideologia onde não é bom olhar e revisar o passado, pois de nada adiantaria para mudar as coisas, e que o correto deveria ser olhar para frente (PEREIRA, 2015). O país enfrenta uma dura negação com seu passado, acoplado a revisionismos, e sentimentos de medo e ressentimento (PEREIRA, 2015). Em todo caso, o Estado brasileiro, na intenção de não olhar e dar atenção seu passado, também, não mira o futuro, visto que, após as últimas eleições presidenciais de 2018, vivemos sob o comando do principal parlamentar contrário à CNV e com diversos atores ligados a determinados setores das Forças Armadas no alto escalão de governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma ditadura é medida por estruturas e marcas deixadas pelo seu legado, seja nas mais diversas esferas sociais e políticas. Especificamente no caso brasileiro, a ditadura civil-militar (1964-1985) que esteve em vigência é considerada uma das mais violentas do Cone Sul. Sua atuação foi capaz de causar forte violência institucional, cuja afronta aos direitos individuais dos cidadãos, colocou em xeque os mínimos valores básicos civilizacionais de convivência, de organização coletiva e de legitimidade democrática.

A tentativa de reparar as injustiças deste passado obscurantista e produzir medidas de justiça de transição que venham a atenuar a dor individual e social deixadas naqueles(as) que sofreram com as violações cometidas se deu a partir do arcabouço legal proposto pelos diferentes governos brasileiros, os quais se sucederam durante a chamada Nova República, de Sarney a Lula/Dilma. Pode-se afirmar que o mecanismo de maior consistência para atingir tal desiderato foi a implementação da Lei 12.528/2011, que instituiu, no âmbito do Poder Executivo federal (governo Dilma Rousseff), a Comissão Nacional da Verdade. Todavia, a ação dos atores políticos responsáveis por sua aprovação, notadamente os partidos que compuseram a legislatura do período em que a lei tramitou, foi limitada, do ponto de vista de um desenvolvimento de política de justiça transicional voltada ao estabelecimento de punições, ao aprimoramento institucional do regime político e de sua qualidade democrática.

O grupo dos partidos de esquerda, embora favorável em sua totalidade à implementação da Comissão Nacional da Verdade e discutindo sobre justiça às vítimas, a busca pela verdade e

a alusão à memória do passado político repressivo entre 1964 e 1985, não aprofundou o debate, sobretudo no que diz respeito aos crimes cometidos: tortura, sequestros, assassinatos e ocultação de cadáveres, para ficar nos principais e considerados de maior violência político-institucional. Dessa forma, constata-se o esvaziamento da atuação partidária via institucionalidade nestes itens e a manutenção do pacto pela estabilidade de governo, denotando um caráter de cálculo de risco democrático, visto que tem implicações diretas na confrontação com a cúpula das Forças Armadas e sua incapacidade de autocrítica diante dos episódios acontecidos no momento histórico em que elas exerceram o poder político e a administração do Estado.

No que tange aos grupos dos partidos de direita, há uma tentativa de não enfrentamento ao tema, além de, por decorrência lógica, silenciar a respeito dos crimes. Com isso, demonstra-se que o Estado brasileiro, na figura de seus partidos políticos dentro da institucionalidade, é ainda parte de uma estrutura política incapaz de romper com o passado, fazendo-se sentir na precária atuação dentro dos marcos políticos e jurídicos de direitos humanos e fundamentais, na ausência de memória e de justiça, na omissão face às impunidades e na fixação de um bloqueio às mudanças conferidas pelas novas formas democráticas. Significa, dessa maneira, uma desesperança às vítimas, estejam elas vivas ou mortas, bem assim, o fechamento de acesso à história, o atraso institucional dentro da contemporaneidade, o retrocesso histórico e a sempre possível abertura de flancos para a tomada do poder político e seu exercício de forma autoritária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da lei de anistia e as alternativas para a verdade e a justiça. In: **A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Ministério da Justiça, Comissão da Anistia. Brasília: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

BARBOSA, Stone. **A tramitação das leis no Congresso Nacional: os impactos do requerimento de urgência e do poder conclusivo/terminativo nas comissões entre 2011-2014**. Instituto Legislativo Brasileiro: Brasília, 2014.

PEREIRA, Matheus. **Nova direita? Governos de Memória em tempos de comissão da verdade (2012-2014)**. Revista Varia História, Belo Horizonte, V. 31, nº57, 2015.

PINTO, Simone. **Direito à memória e à verdade: comissões da verdade na América Latina.** Revista Debates, Porto Alegre, v. 4, nº1, 2010.

QUINALHA, Renan. **Justiça de Transição: contornos do conceito.** São Paulo: Editora Outras Expressões, 2013.

RECUERO, Raquel. Métricas de centralidade e conversações em redes sociais na internet: desvelando estratégias nos debates presidenciais de 2014, **VIII Simpósio Nacional da ABciber**, ESPM, 2014.

TEITEL, Ruti. Genealogia da Justiça Transicional. In: REATÉGUI, Felix(org.). **Justiça de Transição: manual para a América Latina.** Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

TELES, Edson. **O abismo na história: ensaios sobre o Brasil em tempos de comissão da verdade.** 1ª Edição. São Paulo: Alameda, 2018.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a Justiça Transicional em sociedades pós-conflito. In: REATÉGUI, Felix (org.). **Justiça de Transição: manual para a América Latina.** Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

ADPF 153: A JUDICIALIZAÇÃO DO ACERTO DE CONTAS COM A DITADURA MILITAR

Bruno Gazalle Cavichioli¹

Resumo

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº. 153 foi uma ação judicial impetrada pela Ordem dos Advogados do Brasil por meio do qual a entidade buscou questionar a aplicabilidade da Lei de Anistia (Lei 6.683/79) aos agentes políticos da Ditadura Militar brasileira. Contando com a participação de diversos *amici curiae*, o caso foi considerado improcedente em julgamento no plenário do Supremo Tribunal Federal ocorrido a 29 de abril de 2010, mantendo-se o entendimento de que os chamados ‘crimes conexos aos crimes políticos’ estariam abarcados na “anistia bilateral” gerada pela lei. Preliminares processuais foram invocadas na tentativa de barrar a admissibilidade do feito, todavia houve trâmite até o julgamento do mérito. Sendo opostos embargos de declaração pela OAB, a ação tramita até a presente data. Em 2014, nova ADPF, no mesmo sentido, foi impetrada pelo PSOL e tramita em apenso à arguição em análise. O julgamento, no entanto, foi amplamente questionado, nacional e internacionalmente, fazendo com que o Brasil se tornasse um ponto fora da curva nas políticas de reparação e memória das ditaduras da América Latina, que vinham obtendo avanços, ainda que as vezes tímidos, na responsabilização penal dos agentes públicos envolvidos em torturas, desaparecimentos e mortes de opositores de seus regimes.

Palavras-chave: ADPF 153; Judicialização; Acerto de Contas; Ditadura Militar;

INTRODUÇÃO

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº. 153 foi uma ação judicial² proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil, a 21 de outubro de 2008, por meio do qual a entidade buscou questionar a recepção, pela Constituição Federal de 1988, do parágrafo 1º. do art. 1º. da Lei de Anistia (Lei 6.683/79) aos agentes políticos da Ditadura Militar brasileira (CFOAB, 2008).

¹ Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/IFISP/UFPel), sob orientação do Prof. Dr. Carlos Artur Gallo. Correio eletrônico: bruno_cavichioli@hotmail.com.

² “Nos termos da Lei n. 9.882 /99, cabe a arguição de descumprimento de preceito fundamental para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público (art. 1º, caput). [...]Vê-se, assim, que a arguição de descumprimento poderá ser utilizada para solver controvérsias sobre a constitucionalidade do direito federal, do direito estadual e também do direito municipal” (MENDES; BRANCO, 2015, p. 1276).

Contando com a participação de diversos *amici curiae* – entre eles a *Associação Juízes para a Democracia* (AJD), o *Centro pela Justiça e Direito Internacional* (CEJIL), a *Associação Brasileira de Anistiados Políticos* (ABAP) e a *Associação Democrática e Nacionalista de Militares* (ADNM) –, o caso foi julgado improcedente pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, reunido a 29 de abril de 2010, mantendo-se o entendimento de que os chamados ‘crimes conexos aos crimes políticos’ estariam abarcados na “anistia bilateral” (STF, 2010) gerada pelo dispositivo legal.

Preliminares processuais foram invocadas na tentativa de barrar a admissibilidade do feito, todavia houve trâmite até o julgamento do mérito. Sendo opostos embargos de declaração pela OAB, a ação tramita até a presente data. Em 2014, nova ADPF (nº. 320), no mesmo sentido, foi proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e tramita em apenso à arguição em análise.

O julgamento, no entanto, foi amplamente questionado, nacional e internacionalmente, fazendo com que o Brasil se tornasse um ponto fora da curva nas políticas de reparação e memória das ditaduras da América Latina, que vinham obtendo avanços, ainda que as vezes tímidos, na responsabilização penal dos agentes públicos envolvidos em torturas, desaparecimentos e mortes de opositores de seus regimes.

DA LEI 6.683/79: BREVE HISTÓRICO E QUESTIONAMENTO DO DISPOSITIVO

A Ditadura Militar Brasileira foi o regime que perdurou entre 1º de abril de 1964, data do golpe militar que derrubou o Presidente João Goulart, até 15 de março de 1985, data da posse do primeiro presidente civil democraticamente eleito desde o golpe, José Sarney.

Durante os vinte e um anos de regime, os governantes militares promoveram uma série de Atos Institucionais – dezessete deles entre os anos de 1964 e 1969 (BRASIL, 2019) –, sendo os mais conhecidos o Ato Institucional nº. 1 (AI-1) e o Ato Institucional nº. 5 (AI-5). O AI-1 fundou essa figura legal *sui generis*, até então desconhecida no cenário jurídico nacional, como apta a alterar a ordem constitucional em favor do regime (BRASIL, 1964) e promoveu a cassação de diversos atores políticos tidos como inimigos ou subversivos, como o Presidente João Goulart, Jânio Quadros, Luis Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Rubens

Paiva, Plínio de Arruda Sampaio, Darcy Ribeiro e outros. O AI-5 de 13 de dezembro de 1968, por sua vez, trouxe o endurecimento do regime, suspendendo diversas garantias constitucionais, dissolvendo *de facto* o Congresso Nacional e ampliando os poderes do Poder Executivo quase ilimitadamente. Esse recrudescimento proporcionado pelo AI-5, juntamente com a intensificação de violações dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1946, ocasionada em parte por conta dos temores da classe militar surgidos com a organização de grupos de oposição armada, proporcionou-lhe a alcunha de ‘golpe dentro do golpe’ (DOMINGUES; PINHEIRO; LIMA, 2007).

Nesse contexto, consoante aos planos constantes da Doutrina de Segurança Nacional aplicada pelo regime, a repressão exercida por meio de prisões, torturas, assassinatos, sequestros, estupros e outras violências passou a ser institucionalizada (RODRIGUES, 2012) e, nos âmbitos das agências repressivas, até mesmo normalizada como técnica de obtenção de informações sobre atividades consideradas subversivas.

Os números oficiais e estimados de mortos, torturados, presos e desaparecidos no regime militar variam. De acordo com Rodrigues (2012):

Estima-se que cerca de 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses de ditadura no Brasil. Embora desconhecido o número de mortos em manifestações públicas, tem-se o registro de pelo menos 426 mortos e desaparecidos políticos 97, incluindo 30 no exterior. Foram indiciadas 7.367 pessoas, entre 10.034 investigados por inquérito policial, sendo que 707 pessoas foram alvos de processos na Justiça Militar por crimes contra a segurança nacional. Houve 4 condenações à pena de morte, 130 banidos, 4862 cassados, além de “milhares de exilados e centenas de camponeses assassinados (p. 51).

A brutalidade, juntamente com o fracasso do ‘milagre econômico’ durante a ‘crise do petróleo’ que iniciou após o ano de 1973 (DOMINGUES; PINHEIRO, LIMA, 2007), proporcionou o surgimento do desconforto social necessário para o enfrentamento do já decadente regime militar. Segundo Barrientos-Parra e Mialhe (2012), a mobilização pela anistia teria sido iniciada em meados da década de setenta, encabeçada por vários dos setores até então vitimados pelos Atos Institucionais exarados pelo governo ditatorial – “militantes dos Direitos Humanos, ex-presos políticos, exilados, cassados, militantes dos partidos democráticos, do movimento estudantil, etc. (BARRIENTOS-PARRA; MIALHE, 2012, p. 25) –, sendo dividida em três fases. A primeira, mais tímida, denunciava de forma cautelosa os abusos do Estado,

tendo por base os movimentos de parentes de mortos e desaparecidos da ditadura com o apoio de Dom Paulo Evaristo Arns e do Movimento Feminino pela Anistia. A segunda, já melhor organizada, possibilita a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), frentes massificadas de luta que promoviam a agregação, em sua causa, de setores cujos interesses gerais eram conflitantes. A terceira fase, por sua vez, é iniciada com a promulgação da Lei da Anistia em 1979, por iniciativa do então Presidente, General João Baptista Figueiredo, e com suas posteriores repercussões no ordenamento jurídico pátrio.

O diploma legal, ainda que tenha possibilitado a criação do clima de abertura que seria consolidado durante a década de oitenta, foi criticado à época por ter excluído diversos dos atores políticos presos e continuou sendo criticada, após o derradeiro retorno à democracia, por não proporcionar os devidos esclarecimentos sobre os crimes cometidos pelos agentes do Estado brasileiro e promover suas responsabilizações (BARRIENTOS-PARRA; MIALHE, 2012, p. 26).

DOS ARGUMENTOS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Aos 21 dias do mês de outubro do ano de 2008 o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), representada por seu Presidente, Cezar Britto, tendo por base em decisão plenária tomada pelos conselheiros da entidade, propôs a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) na qual questionava a interpretação do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 6.683/79).

A petição, assinada pelos juristas Fábio Konder Comparatto e Maurício Gentil Monteiro, indica a obscuridade presente no parágrafo, vez que se estende aos agentes da repressão a anistia por pretensos crimes conexos de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

O CFOAB entende que, de acordo com a interpretação conferida pelo Código Penal, Código de Processo Penal e pela Constituição Federal de 1988, a anistia por crimes conexos – terminologia cuja aplicação é questionada na peça processual – não poderia ser estendida aos agentes da repressão (grifos dos autores):

Pois bem, sob qualquer ângulo que se examine a questão objeto da presente demanda, **é irrefutável que não podia haver e não houve conexão entre os crimes políticos, cometidos pelos opositores do regime militar, e os crimes comuns contra eles praticados pelos agentes da repressão e seus mandantes no governo.** A conexão só pode ser reconhecida, nas hipóteses de crimes políticos e crimes comuns perpetrados pela mesma pessoa (concurso material ou formal), ou por várias pessoas em coautoria. No caso, portanto, a anistia somente abrange os autores de crimes políticos ou contra a segurança nacional e, eventualmente, de crimes comuns a eles ligados pela comunhão de objetivos. É fora de qualquer dúvida que os agentes policiais e militares da repressão política, durante o regime castrense, **não cometeram crimes políticos** (CFOAB, 2008, p. 9).

Os signatários da peça ainda indicam que a aplicação irrestrita da anistia ofende a Constituição Federal no que tange ao fato que a figura jurídica da anistia é voltada à crimes objetivos, não a pessoas, devendo ser cada conduta individualmente analisada sob pena de ofensa ao princípio da igualdade.

Em sequência, são trazidos os argumentos de que há descumprimento do princípio fundamental de não ocultação da verdade por parte do Estado, aos princípios democrático e republicano e à dignidade da pessoa humana e do povo brasileiro (CFOAB, 2010).

Com efeito, no tocante ao último argumento, considerável parte da sustentação retórica da peça repousa nesse sentido (grifos dos autores):

A primeira indagação que não pode deixar de ser feita, a esse respeito, é bem esta: **Quem foram as partes nesse alegado acordo?** Uma resposta imediata pode ser dada a essa pergunta. As vítimas sobreviventes ou os familiares dos mortos não participaram do acordo. A maior parte deles, aliás, nunca soube a identidade dos assassinos e torturadores, e bom número dos familiares dos mortos ignora onde estão os seus cadáveres. O acordo foi, então, negociado por quem? Os parlamentares? Mas eles não tinham, como nunca tiveram, procuração das vítimas para tanto, nem consultaram o povo brasileiro para saber se aprovava ou não o acordo negociado, que dizia respeito à abertura do regime militar, em troca da impunidade dos funcionários do Estado que atuaram na repressão política. E a outra parte, quem seria? Os militares aboletados no comando do País? Ora, até hoje a corporação militar não confirma o acordo, pela excelente razão de que ela nunca admitiu o cometimento de crimes pelos seus agentes da repressão (p. 15).

Não obstante, os procuradores ainda indicam, trazendo à análise acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, que a qualificação universal da tortura como prática aviltante impõe a mudança de interpretação do dispositivo atacado, sob pena de ser necessária a declaração de não recepção de toda a Lei 6.683/79 pela Constituição Federal de 1988, situação que a própria entidade não defende (CFOAB, 2010).

Por derradeiro, antes de concluírem a exposição argumentativa e passarem aos pedidos, os signatários apontam para o fato de ser descabido que as vítimas da repressão política tenham sido anistiadas como se tivessem possuído culpa pela violência que sofreram enquanto os perpetradores e seus comandantes foram perdoados e seguiram imunes a qualquer punição e encobertos pelo anonimato.

STIVAL (2015), em síntese dos argumentos apresentados pelo CFOAB, aduz (grifos nossos):

O pedido foi fundamentado na **violação de preceitos fundamentais** pela Lei de Anistia, tais sejam, a **isonomia em matéria de segurança**, o descumprimento pelo poder público do **preceito de não ocultação da verdade, desrespeito aos princípios democráticos e republicano** e o **princípio de que a dignidade da pessoa humana e do povo brasileiro não pode ser negociada**.

DOS ARGUMENTOS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E DO CONGRESSO NACIONAL

A Advocacia-Geral da União (AGU), cuja função constitucional resta disposta no art. 131 da Constituição Federal como representante judicial e extrajudicial dos interesses da União, ingressou no feito na data de 02 de fevereiro de 2009, ocasião em que prestou informações iniciais relevantes para instruir o processo. Essas informações, conjuntas, foram oriundas também da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça³, do Ministério da Defesa e da Controladoria-Geral da União.

Em sua linha argumentativa geral, a AGU sustentou, em preliminares processuais, a “ausência de comprovação da controvérsia judicial e a falta de impugnação de todo o complexo

³ Houve considerável divergência no que tange aos pareceres e informações prestados pelos Ministérios da Justiça e da Defesa. Enquanto o Ministério da Justiça defendeu que fosse considerada inconstitucional a interpretação do dispositivo que estende a anistia aos crimes comuns praticados por agentes da repressão contra opositores durante a ditadura militar (STF, 2010), o Ministério da Defesa divergiu da ADPF proposta pelo CFOAB, invocando preliminar de mérito “relativa à falta de indicação das autoridades responsáveis pelos atos concretos de descumprimento de preceitos fundamentais” (STF, 2010, p. 13). O Ministério da Defesa igualmente sustentou “a inutilidade de eventual decisão de procedência Isso porque os crimes – ainda que não anistiados – estariam prescritos” (STF, 2010, p. 14). Segundo BONIN (2010), “o pleito da OAB estava no centro de uma discussão entre o ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, e o ministro da Defesa, Nelson Jobim. Vannuchi defende que os torturadores não se beneficiem da Lei de Anistia, enquanto Jobim acredita que a lei vale para todos”.

normativo” (STF, 2010, p. 8). No mérito, argumentou sobre a questão do contexto histórico que gerou a Lei da Anistia, aduzindo para o ato que o “diploma legal não estabeleceu qualquer discriminação, para concessão do benefício da anistia, entre opositores e aqueles vinculados ao regime militar”, considerando que a mudança de entendimento que reduzisse a anistia de seu caráter “amplo, geral e irrestrito” contrariaria a intenção do legislador à época (STF, 2010, p. 8).

Ademais, a AGU defendeu que, considerando-se o fato de haver transcorrido praticamente dez anos entre a edição da Lei da Anistia e a promulgação Constituição Federal de 1988, além do fato que a anistia teria sido ratificada pela Emenda Constitucional nº. 26/85, seria impossível efetuar modificações no entendimento que pudessem restringir sua aplicação – e, conseqüentemente, tornar os agentes públicos da repressão passíveis de sofrer persecução penal e/ou responsabilização civil – por conta de suposto aviltamento ao princípio da segurança jurídica⁴ trazida pela própria Constituição Federal (STF, 2010).

O Ministério Público Federal (MPF), representado pelo Procurador-Geral da República (PGR), emitiu parecer “ pelo conhecimento⁵ da ADPF e, no mérito, pela improcedência do pedido” (STF, 2010, p. 9). Divergiu das preliminares de mérito suscitadas pela AGU, recomendando que a matéria devia ser submetida a julgamento, ainda que solicitando a improcedência dos pedidos formulados pelo CFOAB.

Em linhas argumentativas gerais, o PGR versou sobre a necessidade de “exame do contexto histórico em que produzida a lei da anistia” (STF, 2010, p. 9), vez que, em sua visão:

A anistia, no Brasil, todos sabemos, resultou de um longo debate nacional, com a participação de diversos setores da sociedade civil, a fim de viabilizar a transição entre o regime autoritário militar e o regime democrático atual. A sociedade civil brasileira, para além de uma singela participação neste processo, articulou-se e marcou na história do país uma luta pela democracia e pela transição pacífica e harmônica, capaz de evitar maiores conflitos (pp. 9-10).

⁴ A segurança jurídica pode ser definida como o “[...]conjunto de condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das conseqüências diretas de seus atos e de seus fatos à luz da liberdade reconhecida” (SILVA, 2001, p. 431).

⁵ Conhecimento, no jargão jurídico, deve ser entendido como admissão da tramitação por preenchimento dos pressupostos mínimos da ação judicial.

Constituintes do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal igualmente se manifestaram. O primeiro, segundo o relatório, “informou apenas que a Lei nº. 6.683/79 foi aprovada na forma de projeto de lei do Congresso Nacional” (STF, 2010, p. 7). O segundo, tal como a AGU, invocou a preliminar de mérito referente a ausência de impugnação de todo o complexo normativo (a integralidade do art. 1º da Lei 6.683/79). Ainda, o Senado Federal entendeu ser a inicial inepta “vez que a Lei da Anistia teria exaurido seus efeitos no mesmo instante em que entrou no mundo jurídico, há trinta anos, na vigência da ordem constitucional anterior” (STF, 2010, p. 7).

DOS ARGUMENTOS DOS *AMICI CURIAE*⁶

A Associação Juízes para a Democracia (AJD) requereu ingresso na qualidade de *amicus curiae*, sendo sua intervenção deferida pelo STF. Em seus argumentos, sustentou:

Afirma o cabimento da presente ADPF. Postula, [...], que esta Corte reconheça “com base em seus próprios precedentes, na doutrina, e na legislação material e processual em vigor, a inexistência de conexividade entre delitos praticados pelos agentes repressores do regime militar e os crimes políticos praticados no período, de forma a afastar a incidência do § 1º do art. 1º da Lei 6.683/79, e que as eventuais situações concretas que ensejem a aplicação destes dispositivos sejam apuradas singularmente pelos Juízos competentes para a instrução penal”. [...]. Sustenta ainda que a interpretação extensiva da Lei de Anistia caracteriza expansão da extinção da punibilidade aos agentes do regime militar e legitimaria a auto-anistia [...] (STF, 2010, p. 7).

Não obstante, a AJD também organizou e juntou aos autos um manifesto de juristas e um abaixo-assinado no qual constavam mais de dezesseis mil assinaturas, solicitando a

⁶ “O *amicus curiae* é o terceiro que, conquanto não tenha interesse jurídico próprio, que possa ser atingido pelo desfecho da demanda em andamento, como tem o assistente simples, representa um interesse institucional, que convém seja manifestado no processo para que, eventualmente, possa ser considerado quando do julgamento. [...]. Nesse sentido, o *amicus curiae* funciona como um auxiliar do juízo porque, nas causas de maior relevância ou de maior impacto, ou que possam ter repercussão social, **permitirá que o Judiciário tenha melhores condições de decidir**, levando em consideração a manifestação dele, que figura como porta-voz de interesses institucionais, e não apenas de interesses individuais das partes. O *amicus curiae* poderá ser uma **pessoa, um órgão ou entidade, que não tem interesse próprio na causa**, mas cujos interesses institucionais poderão ser afetados (GONÇALVES, 2016, p. 265) (grifos do autor). A participação dos *amici curiae*, forma plural de *amicus curiae*, está disciplinada no art. 138 do Código de Processo Civil.

admissão desses documentos como prova da comoção social gerada contra a anistia dos militares.

O Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) posicionou-se em sentido de afirmar que a ADPF proposta pelo CFOAB restava devidamente fundada no direito à verdade, este que é “reconhecido pela legislação internacional como inerente a todos os povos” (STF, 2010, p. 78). Sustentou, também, que a admissão da ADPF pelo STF serviria “para emitir uma mensagem clara “contra a impunidade e em repúdio à cultura do segredo, afirmando em alto tom que nunca mais esses atos se repetirão”” (STF, 2010).

A Associação Brasileira de Anistiados Políticos (ABAP), organização surgida “da necessidade de atender aos pedidos de indenização por anistia dos perseguidos políticos” (OLIVEIRA, 2010, p. 62), manifestou-se no sentido de procedência da ADPF.

O último⁷ *amicus curiae*, a Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM) é descrito por OLIVEIRA (2010) como:

A ADNAM é uma entidade composta por militares que se opuseram ao Golpe Militar, pois acreditavam na democracia e no patriotismo e, por isso tiveram seus direitos cassados. Ela ocupa uma posição singular no debate nacional em torno da Lei de Anistia, pois ocupam o lugar do participante e não do observador externo. Foi justamente o ato de crer na democracia que banuiu estes militares de seus postos e de seus direitos (p. 62).

Em seu posicionamento, o então presidente da ADNAM, Major-Brigadeiro Rui Moreira Lima defendeu que “anistia não pode significar que atos de terror cometidos pelo Estado, através de seus agentes e que ensejaram verdadeiros crimes contra a humanidade, não possam ser revistos” (PLÁCIDO, 2010).

A despeito da presença de considerável quantidade de *amici curiae*, muitos dos quais figuravam nessa posição pela primeira vez em suas histórias (OLIVEIRA, 2010), os argumentos dessas organizações foram, em boa parte, desconsiderados pelos Ministros do STF (MEYER, 2012).

DO JULGAMENTO NO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

⁷ Houve tentativa de inclusão, após o julgamento no Plenário do Supremo Tribunal Federal, do Centro Acadêmico XI de Agosto como *amicus curiae*, sendo esse pleito indeferido em 04 de maio de 2012.

Superados os votos acerca das preliminares, afastadas por maioria de votos, foi vencido o Ministro Marco Aurélio, que votou pela extinção do feito, sem julgamento de mérito.

Durante a análise de mérito votaram os Ministros Ricardo Lewandowski, Ayres Britto, Carmem Lúcia, Ellen Gracie, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello, Cesar Peluso e Gilmar Mendes e Eros Grau. Apenas os dois primeiros proferiram votos favoráveis – parcialmente – à ADPF proposta pelo CFOAB, resultando o placar em sete votos a dois pelo indeferimento. Os Ministros Joaquim Barbosa, licenciado, e Dias Toffoli, impedido, estiveram ausentes da votação.

O Ministro Ricardo Lewandowski, em seu voto, descartou a legitimidade de um “acordo tácito” como gênese da Lei da Anistia, igualmente descartando a atual interpretação dos chamados crimes conexos. Para o Ministro, os crimes comuns – os quais diferenciou de crimes políticos – cometidos pelos agentes da repressão não incidiram na conexão mencionada pelo dispositivo atacado na ADPF, pois não seriam abrangidos pelas hipóteses de conexão previstas no Código de Processo Penal. Ademais, referiu-se ao pedido de extradição de nº. 974 – no qual a Argentina buscava extradição de militar uruguaio envolvido na Operação Condor – para descartar a ideia de prescrição de todos os crimes ocorridos na época do regime militar, definindo que os casos deveriam ser analisados individualmente para aplicação ou não do instituto (STF, 2010).

O Ministro Ayres Britto, em seu voto, no qual atribuiu parcial procedência aos pleitos da ADPF, divergiu da interpretação de outros Ministros acerca de pretensa clareza na interpretação da extensão da anistia aos crimes cometidos por agentes da repressão durante o regime militar. Iniciou o voto com um poema de autoria própria, denominado “A propósito de Hitler”:

A humanidade não é o homem para se dar a virtude do perdão. A humanidade tem o dever de odiar os seus ofensores, odiar seus ofensores, odiar seus ofensores, porque o perdão coletivo é falta de memória e de vergonha, convite masoquístico à reincidência (STF, 2010, p. 135).

Prosseguiu:

Quem redigiu essa lei, não teve coragem - digamos assim - de assumir essa propalada intenção de anistiar torturadores, estupradores assassinos frios horrores de prisioneiros já rendidos, pessoas que jogavam de um avião em pleno voo as suas vítimas; pessoas que ligavam fios desencapados e tomadas elétricas e os prendiam à genitália feminina; pessoas que estupravam mulheres na presença dos pais, dos namorados, dos maridos (STF, 2010, pp. 137-138).

Em continuidade, negou que a Lei da Anistia deva ser interpretada conforme a vontade subjetiva do legislador, mas sim conforme a vontade objetiva da própria lei, adicionando que:

Conceder anistia ampla, geral e irrestrita tem que ser algo muito deliberado e muito claro, principalmente se formalizada após um regime político de exceção. O que interessa é a vontade objetiva da lei, não é a vontade subjetiva do legislador (STF, 2010, pp. 140-141).

Ao fim, concedendo parcial provimento, tendo por base os preceitos da Emenda Constitucional nº. 26, de 27 de novembro de 1985, deliberou pela exclusão da anistia ao rol de crimes constantes do art. 5º., XLIII, da Constituição Federal, ou seja, “[...] os crimes hediondos e os que lhe sejam equiparados: homicídio, tortura e estupro especialmente” (STF, 2010, p. 146).

O Ministro Eros Grau, relator⁸, desconsiderou os argumentos utilizados pelo arguente de que a interpretação da Lei da Anistia que concede o benefício aos agentes da repressão violaria princípios fundamentais. O CFOAB, ao justificar que a Lei 6.683/79 não teria sido recepcionada pela Constituição Federal de 1988 por razão de não ter sido referendada em debate com a sociedade, estaria, para o Ministro, considerando, implicitamente, que toda a legislação anterior à Carta Magna atual seria formalmente inconstitucional, justificando que, se assim fosse, também removeria a anistia aos que lutaram contra o regime militar.

Afastou, ainda, a argumentação utilizada pelo arguente de que a interpretação do dispositivo atacado violaria a dignidade da pessoa humana ao possibilitar reconhecimento de uma anistia que não havia sido negociada com a sociedade, ao afirmar que “trata-se, também neste ponto, de argumentação exclusivamente política, não jurídica, argumentação que entra em testilhas com a História e com o tempo” (STF, 2010, p. 21).

⁸ Ao relator cabe o primeiro voto, mas, para fins explicativos, concordando com a exposição de STIVAL (2015), foi aplicada ordem diversa da ocorrida na sessão de julgamento com a finalidade de reunião dos votos de procedência –parcial – e de improcedência por conta da repetição dos argumentos nesses blocos.

Efetuiu análise histórica dos fatos que levaram ao colapso do regime militar e, em seus momentos finais, à edição da Lei da Anistia, apontando atores que considerou presentes no cenário, incluindo a própria OAB, declarando que negar a participação desses atores políticos no processo seria “reduzir a nada essa luta, [...] tripudiar sobre os que, com desassombro e coragem, com desassombro e coragem lutaram pela anistia, marco do fim do regime de exceção” (STF, 2010, p. 22).

Dispôs:

Há quem se oponha ao fato de a migração da ditadura para a democracia política ter sido uma transição conciliada, suave em razão de certos compromissos. Isso porque foram todos absolvidos, uns absolvendo-se a si mesmos. Ocorre que os subversivos a obtiveram, a anistia, à custa dessa amplitude. Era ceder e sobreviver ou não ceder e continuar a viver em angústia (em alguns casos, nem mesmo viver) (STF, 2010, p. 37).

Trouxe, também, vários exemplos históricos de anistias concedidas pelo Estado brasileiro para justificar a continuidade de interpretação de anistia integral pelo dispositivo atacado, considerando que a conexão criminal presente na Lei 6.683/79 não seria abarcada pelo conceito estrito de conexão, mas sim por um conceito mais amplo conforme a vontade do legislador.

A Ministra Carmem Lúcia, por sua vez, negou procedência à ADPF, citando que a interpretação prevalente à época levaria em conta o momento político-histórico de transição do regime autoritário para a democracia. Ademais, considerou que uma mudança de interpretação poderia ter o efeito de uma revisão criminal, vetada pela jurisprudência do STF quando seu intento é a mudança de interpretação de lei. Não obstante, a despeito de assumir a injustiça do dispositivo atacado, a Ministra defendeu que não seria caso de mudança dele por via judicial:

O disposto no §1º, do art. 1º da Lei 6683/79 não me parece justo, em especial porque desafia o respeito integral aos direitos humanos. Mas a sua análise conduz-se à conclusão, a que também chegou o Ministro Relator, de que também não pode ser alterado, para os fins propostos, pela via judicial. Nem sempre as leis são justas, embora sejam criadas para que o sejam (STF, 2010, p. 92).

Com efeito, ao fim, reconheceu a não conexão técnico-formal entre os crimes de tortura e os crimes políticos e do caráter repudiável da tortura e outros abusos cometidos pelos agentes

da repressão, mas manteve a posição de impossibilidade de reinterpretação pelo STF, sendo competente para isso apenas o Poder Legislativo (STF, 2010).

A Ministra Ellen Gracie, em síntese, apontou para o fato que a Lei da Anistia não impere o conhecimento histórico dos fatos ocorridos durante o regime militar, sendo essas limitações oriundas de outros diplomas legais (Lei 8.159/91 e 11.111/05) cuja análise já estava submetida à apreciação do STF na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) nº. 4.077 (STF, 2010). Aponta para o fato que “que a anistia é superação do passado com vistas à reconciliação de uma sociedade [...], por isso mesmo, necessariamente mútua” (STIVAL, 2015). Concluiu que:

Não é possível viver retroativamente a história, nem se deve desvirtuá-la para que assumam contornos que nos pareçam mais palatáveis. Uma nação tem sua dimensão definida pela coragem com que encara seu passado, para dele tirar as lições que lhe permitiam nunca mais repetir os erros cometidos (STF, 2010, p. 153).

O Ministro Marco Aurélio Mello, em seu voto, afirmou que o conceito de conexão mencionado na Lei da Anistia possui caráter próprio e específico, prevalecendo sobre a lei geral. Ademais, justificou seu entendimento de conexão ao dispor que:

Os desvios de conduta cometidos, condenáveis o foram a partir de atos de força, do regime de exceção que grassava à época, por isso se disse relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política, a pretexto de se combater aqueles que se insurgiam (STF, 2010, p. 156)

Concluiu o voto ao afirmar que não seria possível ao STF substituir, naquela data, ao Congresso Nacional da época da edição da Lei 6.683/79, alertando para que, caso um dia fosse editada nova Lei da Anistia, o que esperava que não fosse necessário, fosse efetuada a impugnação imediata.

O Ministro Celso de Mello, por sua vez, entendeu que o Congresso Nacional de 1979 tinha legitimidade para determinar a extensão da anistia aos crimes comuns conexos aos políticos, algo que, à data do voto, já não seria possível. Informou que a Lei da Anistia é anterior à vigência da Convenção das Nações Unidas, não podendo ser afetada pelo teor desta, principalmente no que tange à definição da Convenção sobre imprescritibilidade dos crimes contra os Direitos Humanos. Conclui, votando pelo indeferimento dos pedidos do CFOAB, que a Lei 6.683/79 não impõe qualquer óbice à obtenção da verdade histórica (STF, 2010).

O Ministro Cesar Peluso, a despeito de ter declarado o repúdio – seu e de todos os membros da Corte – em relação aos crimes cometidos à época e de ter afastado a conexão dos crimes, vez entender a inaplicabilidade das disposições do Código de Processo Penal, entendeu que todos os crimes já estariam cobertos pela prescrição, adicionando que a própria OAB não poderia mudar seu juízo sobre lei que ajudou a criar à época (STF, 2010).

O Ministro Gilmar Mendes, último a votar, fez extenso relato do feito, argumentando, como base para seu voto de indeferimento, que a anistia concedida pelo Congresso Nacional tem caráter eminentemente político, não sendo possível sua revisão pelos outros Poderes. Esse fundamento, juntamente com o entendimento comum entre ele e a maioria dos componentes da Corte de que a Lei da Anistia é oriunda de um pacto político válido, teve por resultado considerar válida a anistia ampla e geral mencionada na norma, “não se afigurando incompatível com a ordem constitucional vigente” (STF, 2010, p. 243).

Assim sendo, findo o julgamento da ADPF 153, foi ementado⁹ o julgado constando as expressões “caráter bilateral da anistia, ampla e geral”, “integração da anistia da lei de 1979 na nova ordem constitucional” e “acesso a documentos históricos como forma de exercício do direito fundamental à verdade”, encerrando-se, naquele momento, a possibilidade de discussão da matéria tendo por base os fundamentos apresentados pelo CFOAB. A ementa, inclusive, sequer foi aprovada pela maioria dos Ministros, vez que os argumentos constantes nela representavam apenas aqueles proferidos nos votos dos Ministros Eros Grau e Gilmar Mendes (MORAES, 2013).

DAS REAÇÕES AO JULGAMENTO

⁹ EMENTA: LEI N. 6.683/79, A CHAMADA "LEI DE ANISTIA". ARTIGO 5º, CAPUT, III E XXXIII DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL; PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO E PRINCÍPIO REPUBLICANO: NÃO VIOLAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E TIRANIA DOS VALORES. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO E DISTINÇÃO ENTRE TEXTO NORMATIVO E NORMA JURÍDICA. CRIMES CONEXOS DEFINIDOS PELA LEI N. 6.683/79. CARÁTER BILATERAL DA ANISTIA, AMPLA E GERAL. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA SUCESSÃO DAS FREQUENTES ANISTIAS CONCEDIDAS, NO BRASIL, DESDE A REPÚBLICA. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO E LEIS-MEDIDA. CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES E LEI N. 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997, QUE DEFINE O CRIME DE TORTURA. ARTIGO 5º, XLIII DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. INTERPRETAÇÃO E REVISÃO DA LEI DA ANISTIA. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 26, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1985, PODER CONSTITUINTE E "AUTO-ANISTIA". INTEGRAÇÃO DA ANISTIA DA LEI DE 1979 NA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL. ACESSO A DOCUMENTOS HISTÓRICOS COMO FORMA DE EXERCÍCIO DO DIREITO FUNDAMENTAL À VERDADE. (STF, 2010, p. 1).

A repercussão nacional e internacional do julgamento foi imediata, impedindo que o assunto fosse considerado ‘finalizado’. Esse fato é atestado por KOZICKI (2015):

[...] em tese, esta decisão do STF deveria ter colocado um fim às divergências interpretativas existentes em relação à Lei da Anistia. Felizmente, isso não aconteceu. Ao contrário, experimentamos uma reação bastante contrária e importante de diversos segmentos da sociedade em relação a tal entendimento, reação esta que pode ser compreendida como um verdadeiro *backlash* (p. 193).

O jornal *The New York Times*, em sua edição do dia 1º de maio de 2010, ressaltou que o julgamento coloca o Brasil numa posição contrária àquela adotada pela Argentina, pelo Chile e pelo Uruguai, onde houve responsabilização dos membros das forças armadas que cometeram crimes durante os regimes militares desses países (THE NEW YORK TIMES, 2010).

GALLO (2019), notadamente, avalia que o próprio julgamento da ADPF 153 no STF foi um dos eventos que gerou “um incremento no que se refere ao número de estudos que estão sendo realizados sobre a ditadura no Brasil” (p. 295).

Ainda no ano de 2010, a 24 de novembro, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no *Caso Gomes Lund*, sendo obrigado a instaurar processo criminal em face dos responsáveis pelas operações de extermínio perpetradas pelas Forças Armadas contra o movimento da Guerrilha do Araguaia entre 1972 e 1975. KOZICKI (2015) aponta para o fato que, muito embora essa decisão não possa ser necessariamente considerada uma reação adversa ao julgamento da ADPF 153, o simples fato de ter sido proferida poucos meses após o julgado brasileiro, foi suficiente para que fornecesse argumentos para continuidade da discussão.

Também são considerados por KOZICKI como repercussões ao julgamento da ADPF 153: A criação da Comissão Nacional da Verdade (Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011); popularização da forma de protesto conhecida por “escracho popular”, voltada contra pessoas e instituições apoiadoras ou participantes da Ditadura Militar, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Clube Militar do Rio de Janeiro, diversos militares que estavam em serviço ativo durante o regime e do ex-médico Harry Shibata, este último que teve

seu registro profissional cassado em 1980 por forjar laudos de necropsia para encobrir torturas por parte dos órgãos de repressão, havendo famosamente emitido a certidão de óbito que declarou o assassinato do jornalista Vladimir Herzog como suicídio; alterações de nomes de ruas, praças e prédios para impedir homenagens aos agentes da repressão; “iniciativas legislativas¹⁰ visando à revisão da Lei de Anistia para excluir de sua abrangência os agentes públicos, civis e militares, que cometeram crimes comuns como tortura, sequestro e outros já referidos” (p. 195); a propositura da ADPF 320¹¹, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), onde é pedido que o STF declare que a Lei da Anistia não é aplicável nem para violações de direitos humanos cometidas por agentes públicos, nem para crimes continuados ou permanentes, além de requerer que o Estado brasileiro cumpra os doze pontos decisórios constantes da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no *Caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil*; além da propositura, pelo Ministério Público, de ações penais em face de agentes da ditadura militar¹².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, é imperativo considerar-se que o STF, ao julgar, por maioria, que o contexto histórico-político da época da Lei da Anistia permite crer que seu caráter amplo e irrestrito corresponde a vontade do legislador, perfaz o julgamento de caráter político que diz não ser de sua atribuição, muito embora clame poder apenas apreciar o aspecto jurídico da matéria.

¹⁰ Dentre eles se destacam: PL n° 7.357/2014, de autoria dos Deputados Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Gustavo Petta (PCdoB/SP) e Chico Lopes (PCdoB/CE), em tramitação em apenso ao PL n°. 573/2011; PL n°. 573/2011, de autoria da Deputada Luiza Erundina (PSB/SP), em tramitação; PL 7.430/10, de autoria da Deputada Luciana Genro (PSOL/RS), arquivado e; PLS n°. 237/2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, arquivado.

¹¹ Na ADPF 320 constam as seguintes partes: Como arguinte, o PSOL; como arguidos, o Presidente da República e o Congresso Nacional; como *amici curiae*, a OAB, a AJD, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Instituto de Estudos sobre Violência do Estado (IEVE).

¹² Exemplo notável da propositura desse tipo de ações penais é a RCL 18.686, que tramita no STF, no qual os acusados pela morte do jornalista Rubens Paiva – José Antônio Nogueira Belham, Rubens Paim Sampaio, Raimundo Ronaldo Campos e Jurandyr Ochsendorf e Souza – buscam impedir a tramitação de processo criminal movido pelo Ministério Público Federal e aceito pela 4ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Cumprе salientar que, a despeito de existir a ilusão de uma separação completa entre o direito e a política, “fruto da forma como essas ciências se relacionam ao longo de seu desenvolvimento” (HABER, 2011, p. 142), direito e política são campos relativamente inseparáveis um do outro, vez que não subsistem autonomamente no campo prático (OLIVEIRA, 2015). Mesmo para os que defendem a distinção entre as áreas, como o Ministro Luís Roberto Barroso, do STF, “para bem e para mal, por muitas razões, esta autonomia será apenas relativa. No mundo real, a linha divisória nem sempre é nítida e certamente não é fixa”¹³. Não sem motivo, a própria Constituição Federal também é chamada de “Carta Política”.

Outro aspecto a ser observado é o fato que, ainda que tenha ocorrido tentativa, pelo STF, de democratizar o julgamento da ADPF 153 ao convocar os *amici curiæ*, foi negado um pedido para realização de audiência pública para ouvir a sociedade sobre o tema, removendo a possibilidade de ampliação dos elementos para fomentar o debate e, portanto, restringindo uma possibilidade de mudança na orientação dos votos.

Não obstante, *a priori* da derradeira conclusão dessa exposição, é necessário analisar dois dos argumentos sustentados nos votos vencedores da ADPF 153.

O primeiro é o de que a anistia foi fruto de um acordo pelo qual as partes decidiram pelo perdão mútuo. Esse argumento – ingênuo, na melhor das possibilidades – parte do pressuposto que a anistia surgiu do sentimento de ignorar o ocorrido (todavia sem esquecê-lo) e buscar ir adiante na (re)construção da democracia. Ocorre que, como pode ser observado na passagem do jurista Dalmo de Abreu Dallari, reproduzida no voto da Ministra Ellen Gracie, menciona-se a “inevitabilidade de se aceitar as limitações e admitir que criminosos do governo ou protegidos por ele escapassem da punição” (STF, 2010, p. 153). A inevitabilidade de ter que ceder perante verdadeiros criminosos, torturadores, estupradores e sequestradores para que estes deixem o poder, por si só e principalmente quando é tida como uma condição – praticamente *sine qua non* – de firmamento desse ‘acordo’, nada mais é que extorsão e aviltamento da liberdade de consciência e inexistência de coação requeridas a qualquer negociação. Nesse cenário, não há

¹³ Informação fornecida por Luís Roberto Barroso em palestra proferida no Instituto Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo, em agosto de 2015.

de se falar em acordo entre atores políticos, mas sim em chantagem de uma das partes – militares – para obtenção de anistia em troca do fim de seu regime de exceção.

O segundo argumento é o de que a OAB não teria legitimidade para propor a reinterpretção do dispositivo atacado após passados mais de trinta anos de sua edição por ter “participado do processo de acordo”. Primeiramente, reiterando o ponto anterior, não há de se falar em acordo. Segundamente, a OAB participou da edição do diploma, todavia não necessariamente concordou com o sentido que foi cedido a este, cuja interpretação é de exclusiva responsabilidade do próprio judiciário, não podendo ser efetuada pela entidade. A interpretação, a qualquer tempo, de normas que ofendam princípios fundamentais é de competência do STF, não da OAB. Assim sendo, a obscuridade referida pela entidade na interpretação da regra não advém de falha na sua parte no ‘acordo’, mas sim no fato que existe fundamentada dúvida acerca da interpretação que deve ser dada ao dispositivo, principalmente no que tange ao fato que os diversos pactos internacionais em matéria de direitos humanos firmados pelo Brasil são completamente avessos a qualquer tolerância com as violações desses direitos.

Essa tolerância com a impunidade – pela qual o Brasil já foi condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos mais de uma vez – resta cristalina ao analisar o fato que, mesmo que a Lei 6.639/79 só anistie os crimes até a data limite de 15 de agosto de 1979, a Ditadura Militar durou mais seis anos após a edição dessa lei e não são comuns processos ou condenações pelas continuadas violações de direitos humanos posteriores a essa data.

Felizmente, com a continuidade da luta pelo fim da impunidade com os agentes da repressão – tão necessária para a ruptura definitiva com o período do autoritarismo sombrio ao qual o Brasil esteve submetido –, o STF terá nova chance de reverter os erros cometidos no julgamento da ADPF 153 durante a análise da ADPF 320. Caso seja considerada procedente a arguição, a Corte Suprema estará elevando o Brasil ao mesmo patamar dos outros países da região que, corajosamente, encerraram seus vínculos com o autoritarismo e possibilitaram um recomeço livre e digno para suas democracias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRIENTOS-PARRA, Jorge; MIALHE, Jorge Luís. Lei de Anistia: Comentários à sentença do Supremo Tribunal Federal no caso da ADPF 153. **Revista de Informação Legislativa**. Ano 49, n°. 194, pp. 23-40, abr./jun. 2012.

BONIN, Robson. **STF rejeita ação da OAB e decide que Lei da Anistia vale para todos**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/04/stf-rejeita-acao-da-oab-e-decide-que-lei-da-anistia-vale-para-todos.html>>. Acesso em 09 ago. 2019.

BRASIL. **Atos Institucionais**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em 02 ago. 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em 02 ago. 2019.

CFOAB. **ARGUIÇÃO DE DECUMPRIMENTO DE PRINCÍPIO FUNDAMENTAL. ADPF 153**. Argte. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Argdos. Presidente da República, Congresso Nacional. Data de Instauração: 21/10/2008. Disponível em: <https://www.oab.org.br/arquivos/pdf/Geral/ADPF_anistia.pdf>. Acesso em 29 jul. 2019.

DOMINGUES, Daniele; PINHEIRO, Marcos; LIMA, Talita. AI-5: o golpe dentro do golpe. **Revista Eclética**. Rio de Janeiro, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/7%20-%20ai5%20o%20golpe%20dentro%20do%20golpe.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2019.

GALLO, Carlos Artur. Felipe Recondo. Tanques e togas: o STF durante a ditadura. **Tempo Social**, v. 31, n. 2, p. 295-302, 7 ago. 2019.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito processual civil esquematizado**. 6. ed. Coord.: Pedro Lenza. São Paulo: Saraiva, 2016.

HABER. Carolina Dzimidas (2011). **A relação entre o direito e a política no processo legislativo penal**. 160fl. Tese (Doutorado em Direito). São Paulo: Universidade de São Paulo. KOZICKI, Katya. Backlash: as “reações contrárias” à decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº. 153. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (org.). **O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina**. 1. ed. Brasília: UNB, 2015.

MENDES, Gilmar F.; BRANCO, Paulo Gustavo G. **Curso de direito constitucional**. 10 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

MEYER, Emilio Peluso Neder (2012). **Responsabilização por graves violações de direitos humanos na ditadura de 1964-1985: a necessária superação da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 153/DF pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos**. 303 fl. Tese (Doutorado em Direito). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais..

MORAES, Ismael Evangelista Benevides. **O acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 153 e o princípio da colegialidade.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24416/o-acordao-proferido-pelo-supremo-tribunal-federal-na-adpf-n-153-e-o-principio-da-colegialidade>>. Acesso em 9 ago. 2019.

OLIVEIRA, Hilem Estefânia Cosme de (2010). **Um estudo sobre o impacto da decisão do STF na ADPF 153.** 113 fl. Monografia. São Paulo: Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público. Disponível em <http://sbdp.org.br/arquivos/monografia/160_Monografia%20Hilem%20Oliveira.pdf>. Acesso em 08 ago. 2019.

OLIVEIRA, Pedro Onofre Marques de. **Você pode negar, mas Política e Direito são inseparáveis.** Disponível em: <<http://www.justificando.com/2015/12/18/voce-pode-negar-mas-politica-e-direito-sao-inseparaveis/>>. Acesso em 09 ago. 2019.

PLÁCIDO, Délcio. **Militares democratas e nacionalistas exigem punição dos torturadores e assassinos.** Disponível em: <<https://inverta.org/jornal/edicao-imprensa/444/social/militares-democratas-e-nacionalistas-exigem-punicao-dos-torturadores-e-assassinos>>. Acesso em 08 ago. 2019.

RODRIGUES, Lindomar Tiago (2012). **A condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso da Guerrilha do Araguaia e a interpretação do Supremo Tribunal Federal sobre a Lei de Anistia Brasileira.** 132 fl. Dissertação (Mestrado em Direito). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo.** 20. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

STF. **ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRINCÍPIO FUNDAMENTAL: ADPF 153.** Relator: Ministro Eros Grau. DJe: 30/04/2010. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>>. Acesso em 29 jul. 2019.

STF. **Relator vota contra ADPF que questiona a Lei da Anistia (consolidada).** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125399>>. Acesso em 08 ago. 2019.

STIVAL, Mariane Morato. **Direitos humanos: análise dos votos no julgamento da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/40881/direitos-humanos-analise-dos-votos-no-julgamento-da-adpf-153-pelo-supremo-tribunal-federal>>. Acesso em 08 ago. 2019.

THE NEW YORK TIMES. **Brazil: No Change to Amnesty Law.** Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2010/05/01/world/americas/01briefs-Brazil.html>>. Acesso em 09 ago. 2019.

A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E OS RESQUÍCIOS AUTORITÁRIOS: OS CASOS DO BRASIL E DO CHILE (1985-2000)

Ana Paula Fraga¹

Resumo

O presente trabalho versa sobre os enclaves autoritários mantidos na matriz institucional dos regimes políticos no Brasil e no Chile após as transições democráticas, considerando o período de 1985 a 2000, a fim de compreender comparativamente os problemas relacionados à consolidação democrática. A partir de uma abordagem institucional sobre regimes autoritários e à luz do debate sobre definições minimalistas de democracia, o problema de pesquisa centra-se na incompatibilidade dos pactos de transição com o estabelecimento de uma institucionalidade democrática. A análise foi sistematizada em torno de dois eixos, sendo o primeiro relativo ao sistema político em sua dimensão partidário-eleitoral, cruzada com a estrutura de repartição de poderes; e o segundo eixo relativo às relações civis-militares, considerando as prerrogativas institucionais das Forças Armadas em diferentes âmbitos. A diferença mais marcante entre os dois casos tem sido o grau de conformismo das elites civis em relação à institucionalidade pós-autoritária.

Palavras Chaves: Autoritarismo. Brasil. Chile. Democracia. Transição.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que os regimes autoritários e as transições democráticas tiveram contornos próximos na América Latina, particularmente no Brasil e no Chile. Em linhas gerais, os golpes civis-militares representaram a interrupção de modelos políticos relativamente competitivos, substituídos por uma matriz institucional baseada no cerceamento de liberdades políticas, na anulação de direitos civis, na repressão e em formas arbitrárias de governo. Ainda, os militares passaram ao controle político, compartilhando-o com um grupo limitado de civis, tanto políticos quanto tecnocratas.

Depois de vinte e um anos (Brasil) e dezessete anos (Chile) de ditadura, ambos países passaram pela *terceira onda de democratização*. Como bem nota Huntington (1994), não há

¹ Mestranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; E-mail: fraga.anap@gmail.com; Agência de fomento: Bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior/CAPES.

causas únicas que expliquem, em diferentes lugares, o fim dos regimes autoritários, nem a instalação de regimes democráticos e sua consolidação. Pelo contrário, o autor sublinha que não necessariamente cada um desses eventos seja gerado pelo mesmo conjunto de fatores e que, portanto, a ocorrência de um produza outro. Frente às experiências variadas da terceira onda, os estudos sobre mudança de regime sofreram um alargamento de perspectivas, passando de análises centradas em variáveis macroestruturais – de natureza econômica, social e cultural – para análises que privilegiavam aspectos político-institucionais das transições, orientados pela ação e escolha dos atores.

A mudança epistemológica justificaria-se por um excepcionalismo metodológico decorrente do próprio objeto de análise. Para O'Donnell e Schmitter (1988), as transições constituem momentos de incerteza, especialmente em relação ao comportamento dos atores, devido à ausência de instituições e práticas estáveis, de modo que as escolhas das elites passam a ser mais determinantes e duradouras. Em suma, a ideia é que as transições constituem momentos fundadores, cujas estratégias envolvidas explicariam o tipo de regime a ser institucionalizado ou os problemas relacionados à qualidade de seu desempenho.

Voltando-se aos casos em tela, no Brasil e no Chile, temos transições tuteladas pelos militares e, em diferentes modos, pactuadas com os civis. Em boa medida, a liberalização política foi feita ao custo da manutenção de uma série de prerrogativas e acordos. Havia, pois, uma preocupação prática com e uma mediação das instituições políticas, que forneciam os parâmetros e recursos disponíveis para o leque de ação dos atores. Logo, a questão aberta pelos estudos de transição é que, em princípio, os pactos, se negociados para manutenção das prerrogativas autoritárias, seriam incompatíveis com o estabelecimento de uma institucionalidade democrática.

Posto isso, incorre-se em outro problema de natureza teórica-conceitual: de qual concepção de democracia estamos tratando quando abordamos “institucionalidade democrática”? A própria democracia, definida a partir de uma abordagem minimalista ou procedimental (DAHL, 2001; SCHUMPETER, 1961), constitui um arranjo institucional, em torno de competições livres, periódicas, participativas e pacíficas pelo poder. Essa parece ser a concepção subjacente aos estudos de transição. E, se assim o for, poder-se-ia considerar que a democracia estava encaminhada no Brasil e no Chile desde os pleitos de 1989, superando a

noção antes dominante de que existiam pré-condições para seu advento. Entretanto, há consequências – teóricas e práticas – em adotar tal perspectiva, pois privilegia a dimensão eleitoral do arcabouço institucional dos regimes pós-autoritários em detrimento de outras esferas constitutivas do poder político. Significa reduzir o processo de democratização à normalização dos processos eleitorais, desconsiderando as demais bases institucionais, sociais, culturais e, por que não, econômicas que sustentam uma ordem política.

O problema teórico-conceitual que temos a frente, então, não é exatamente a ausência de trabalhos consolidados sobre o assunto, mas a limitação de concepções universalistas em ciência política, uma vez que nenhum objeto político remete a um significado universal (BADIE; HERMET, 1993). Considerando o caso latino-americano, teriam os países realmente redemocratizado suas matrizes institucionais em função da realização de eleições? E, mais que isso, seria isso suficiente para considerá-los democracias consolidadas ou em via de consolidação? Duvidando que a resposta seja positiva, o trabalho está interessado em identificar quais são os traços autoritários mantidos na matriz institucional dos regimes pós autoritários no Brasil e no Chile. E, por *traços autoritários*, entenda-se características herdadas da dinâmica do sistema político anterior, às vezes sob diferentes roupagens, operando para produção ou manutenção de uma ordem autoritária.

Assim, é implícita aos objetivos deste trabalho a ideia de que pode haver uma correlação entre o tipo de regime autoritário, a modalidade específica de transição e as problemáticas de consolidação democrática. É em vista disso que interessa, primeiro, considerar os regimes autoritários e as transições no Brasil e no Chile, selecionando particularidades analiticamente importantes. Passamos, em seguida, aos aspectos procedimentais e extra-poliárquicos dos regimes pós-autoritários.

AUTORITARISMO E REDEMOCRATIZAÇÃO

As experiências brasileira e chilena enquadraram-se na categoria de regimes autoritários porque configuravam sistemas políticos cuja estrutura hierárquica estava fundamentada na concepção de desigualdade, de exclusão política e baixa participação popular. As instituições políticas, quando não suprimidas, foram amplamente cerceadas, uma vez que a ordem era

assegurada pela obstrução da mobilização social e, por consequência, pela destruição da oposição. Nos parâmetros estabelecidos por Juan Linz (1964), os regimes autoritários caracterizam-se por

[...] um pluralismo político limitado e não responsável; sem uma ideologia elaborada e propulsiva, mas com mentalidade característica; sem uma mobilização política intensa ou vasta, exceção feita em alguns momentos de seu desenvolvimento; e onde um chefe, ou até um pequeno grupo, exerce o poder dentro dos limites que são formalmente mal definidos, mas, de fato, habilidosamente previsíveis. (LINZ, 1964, *apud* BOBBIO, 2010, p. 101).

Além disso, para Manuel Antonio Garretón (1981), o golpismo articulado por facções civis-militares apresentava duas faces. Uma dimensão reativo-defensiva, que permaneceu expressa durante todo o regime em seu caráter repressivo, nas tentativas de eliminação da oposição e dos movimentos populares. E uma dimensão fundacional, manifesta quando, passados os golpes, verifica-se a fase de institucionalização de uma legalidade autoritária, caracterizada pela produção de normas jurídicas que versam sobre a organização institucional do Estado e do sistema político. O delineamento do novo quadro normativo espelhava, para o autor, um projeto social, político e econômico de longo prazo.

Pode-se dizer que as transições democráticas estiveram, em alguma medida, inseridas no quadro institucional autoritário que tendia a balizar o processo e seus limites. A questão a seguir é verificar como, nos marcos institucionais vigentes, a transição foi conduzida em cada caso, seguindo as fases de dissolução do regime, de inauguração de uma democracia política e de uma possível consolidação democrática (O'DONNELL, 1989; GARRETÓN, 1992).

REGIME MILITAR E TRANSIÇÃO NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS DE UM SISTEMA HÍBRIDO

À época do golpe de 1964, a direita golpista, liderada pelo partido da União Democrática Nacional (UDN), e as Forças Armadas (FFAA) não eram atores novos na cena política brasileira. A regra do século XX no Brasil foi a instabilidade e momentos de deslegitimação das instituições vigentes. Existia uma tensão entre os preceitos liberais, descrito por Trindade (1985) como o *ethos democrático*, e a prática autoritária das elites políticas.

Durante o regime de 1964, os governos foram marcados por essa heterogeneidade da cúpula militar, que refletia o pensamento político. A diferenciação entre os quadros castelistas – setores vinculados ao General Castelo Branco, definidos como liberais-autoritários – e os duros – vinculados aos serviços de repressão e definidos como nacionalistas-autoritários – durou os vinte e um anos de regime. É possível que essa composição do grupo governante tenha contribuído para a natureza híbrida do regime, da qual versa a literatura, em razão da manutenção de uma margem de liberalismo político tutelado (ARTURI, 2000).

O hibridismo relaciona-se à concepção de autoritarismo instrumental. Por um lado, há a estratégia de defender resquícios do período democrático, com a não suspensão de imediato dos partidos, do Congresso e do calendário eleitoral. Por outro lado, “se o apoio às iniciativas da cúpula militar não se dava de forma automática, era preciso ‘criar’ as condições para que tal apoio fosse garantido” (MADEIRA, 2006, p. 53). A edição de Atos Institucionais buscava criar essas condições quando necessário, cerceando o funcionamento das instituições representativas, suspendendo direitos civis e políticos, recorrendo a medidas repressivas, ilegítimas e abusivas e centralizando o poder no Executivo Federal (ARTURI, 2000).

A decretação do AI-2, após a vantagem eleitoral da coalizão PSD-PTB nos governos estaduais em 1965, refletiu essa concepção instrumental de revisão das regras do jogo, além de consagrar as demandas dos setores duros. A extinção dos partidos políticos (art. 18) é particularmente importante, pois abriu espaço para instituição do bipartidarismo entre duas legendas de base heterogênea: a ARENA, partido oficial do governo militar, e pelo MDB, a oposição consentida. Permitir uma competição político-partidária com um calendário eleitoral conferia ao regime uma roupagem democrática, inclusive no período mais repressivo do autoritarismo brasileiro.

Para Arturi (2000), a legalidade autoritária, traduzida em iniciativas desse tipo, era o projeto definitivo e de longo prazo do regime autoritário, enquanto o aumento da repressão nos governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974) pareceu resultante da radicalização política em momentos pontuais. Note-se que, mesmo na fase mais violenta, o Congresso foi reaberto e a legislação eleitoral foi modificada diversas vezes para sobrevivência do MDB e falseamento da supremacia eleitoral da ARENA. Esse continuísmo político-institucional representou a habilidade dos quadros autoritários na manipulação do sistema representativo,

organizado sob novas disputas, para reestruturação das relações entre sociedade e Estado, constituindo um aspecto fundacional do autoritarismo no Brasil.

A transição brasileira pode ser compreendida à luz desse projeto, dessa habilidade política das elites e das divisões no interior do círculo dirigente. A liberalização do regime nasceu do voluntarismo do Estado, possível a partir do retorno da corrente autoritária-liberal sobre os duros no Governo Geisel (1974-1975) e da conjuntura da década de 1970: consolidação do regime, oposição armada controlada, formação de grupos moderados na oposição com suporte e estratégia eleitoral (ARTURI, 2000; LAMOUNIER, 1988), mobilização social limitada e uma elite política disposta.

Após alguns reveses do projeto de abertura no Governo Geisel, a liberalização parecia sem volta no Governo Figueiredo. A estratégia do regime tornou-se, de vez, a conciliação e a competição eleitoral. O bipartidarismo foi descartado quando não mais se mostrou funcional à hegemonia eleitoral da ARENA, sendo substituído pelo pluripartidarismo, que podia e, de fato, fragmentou a oposição nos pleitos. No mais, a sucessão presidencial no Colégio Eleitoral procedeu sem maiores obstáculos e participação social². Tancredo Neves, candidato pelo PMDB – partido herdeiro direto do MDB – e símbolo da moderação e do não-revanchismo, angariou amplo apoio tanto de setores da oposição, quanto do regime³. As elites políticas pareciam satisfeitas com os pactos e com o mecanismo da competição eleitoral, pautando a transição em bases de excessivo continuísmo, o que estava “[...] em total harmonia com a tradição de conciliação ‘pelo alto’ da cultura política brasileira” (ARTURI, 2000, p. 392).

REGIME MILITAR E TRANSIÇÃO NO CHILE: DA TRADIÇÃO CONSTITUCIONALISTA À JUNTA MILITAR

Já a articulação do golpe no Chile decorreu de um processo diferente daquele passado no Brasil, uma vez que as relações civis-militares estavam amparadas por uma doutrina de não-interferência. Foram necessários dois golpes no interior da instituição militar para que o General Augusto Pinochet assumisse como comandante-chefe das FFAA, rompendo com a

² Em verdade, a efetiva oposição estava expressa no movimento das Diretas-Já, que foi impedida com sucesso no Congresso.

³ Tancredo não assumiu por razões de saúde. Quem assumiu o cargo foi seu vice-presidente, José Sarney, vinculado à ARENA e com apoio dos militares.

tradição constitucionalista (AGUERO; VARAS 1978). No jogo partidário, o golpismo encontrou espaço em um momento bastante particular de atomização das forças políticas tanto à direita do centro político – com a criação do Partido Nacional (PN) – quanto à esquerda – com a viabilidade político-eleitoral da *Unidad Popular* (UP) e da via chilena ao socialismo.

O projeto pinochetista não era dirigido apenas contra o governo de Allende, mas também contra as bases institucionais em que estava estabelecida a democracia chilena, capazes de permitir que um projeto como o da UP fosse concebido e realizado (BAÑO; FLISFISCH 1987). Tratava-se, portanto, da falência do regime de 1920. Para Huneeus (2014), a institucionalização do regime, respaldada na Constituição de 1980, refletia o modelo de *democracia protegida*, oficializando o perfil tutelar e repressivo – ou seja, iliberal – do Estado sobre a sociedade.

Em muitos aspectos, a estratégia chilena foi mais concentradora que no caso brasileiro. Os poderes executivo, legislativo e constituinte foram outorgados a uma Junta Militar, composta pelos comandantes em chefe das três forças armadas e pelo diretor-geral dos *carabineros*, com proeminência informal da figura de Pinochet. Além disso, os militares não estabeleceram mecanismos de sucessão nem os termos dos mandatos, assim como não mantiveram as atividades parlamentares, os partidos e as atividades eleitorais. Na década de 1980, no entanto, a sociedade se mobilizou de forma sistemática pela primeira vez em um ciclo de manifestações denominado de *Jornada de Protestas* (1983-1987). Para Garretón (1993b), o plebiscito de 1980 sobre a carta constitucional foi o canalizador de tendências político-sociais que marcam a evolução da oposição ao regime.

A reconstrução do espectro partidário herdado do regime anterior foi possível por razões históricas e estruturais da política chilena, como o enraizamento social dos partidos e a própria dinâmica do regime militar, que dificultou o surgimento de novas organizações políticas (GARRETÓN, 1993b). A posição predominante da oposição, contudo, foi o pragmatismo e o compromisso político frente à inflexibilidade de Pinochet, que não rompeu com o padrão de controle da transição. Sem grandes avanços até 1988, as eleições plebiscitárias previstas constitucionalmente para aquele ano desencadearam a transição de fato. O referendo consultava a população sobre a continuidade de Pinochet no poder, o que produziu dois blocos de

campanha: a *Concertación de Partidos por el No*⁴, agrupando partidos de centro-esquerda, e a *Renovación Nacional*, uma coalizão de partidos de direita em defesa do *Si*⁵.

A vitória apertada do *No* significou a derrota política dos setores duros identificados com Pinochet e, também, do próprio regime. Pinochet permaneceu até 1989 no controle político-jurídico, construindo um período de amarre institucional. A transição ocorreu, portanto, nos marcos da Carta de 1980 e das concessões possíveis do regime. A *Concertación* transformou-se em bloco eleitoral, participando unida nas eleições gerais convocadas em fins de 1989, conforme as normativas constitucionais. Patricio Aylwin, o candidato moderado do PDC, representando a *Concertación*, foi eleito Presidente da República.

A vitória das forças de centro-esquerda sem, contudo, obter a maioria no Congresso Nacional estava em conformidade com a tendência histórica da política chilena pré-1970. Em todo caso, uma oposição bem-sucedida de centro-esquerda foi um caso atípico entre os processos de transição (DOS SANTOS, 2014). Isso representa uma diferença significativa em relação à experiência brasileira, podendo-se analisar adiante as implicações do pleito sobre o futuro do regime pós-autoritário.

O RETORNO À DEMOCRACIA PROCEDIMENTAL E SEUS ENTRAVES

Com as eleições presidenciais e parlamentares, conclui-se, aparentemente, o processo de abertura política, e coloca-se, no debate institucional aberto pelas transições, a escolha do desenho constitucional adequado ao novo regime. À vista disso, nesta seção, pretende-se verificar se as transições viabilizaram a estruturação de um sistema presidencialista com pluralismo político e alternância do poder a partir do funcionamento dos sistemas partidário-eleitorais e das relações Executivo-Legislativo.

PLURIPARTIDARISMO E ELEIÇÕES DIRETAS: DISPERSÃO DAS FORÇAS PARTIDÁRIAS

⁴ Herdeira da *Alianza Democrática*. Composta de 17 partidos, dentre os quais destacam-se Partido Demócrata Cristiano, Partido Socialista, Partido por la Democracia, Partido Radical Social Demócrata.

⁵ Coalizão composta por três agrupamentos de direita: Movimiento de Unión Nacional, Unión Demócrata Independiente, Frente Nacional de Trabajo e antigos militantes do Partido Nacional.

Estão apresentadas no Quadro 1 as regras eleitorais que regem os pleitos tanto no Brasil quanto no Chile. No caso brasileiro, o que se destaca é a complexidade do processo eleitoral, dividido em três sistemas diferentes. As eleições gerais acabam tendo baixo grau de inteligibilidade para o eleitorado, principalmente no que tange à capacidade de responsabilização através voto (NICOLAU, 2002). Alguns autores adicionariam que a lei eleitoral brasileira é permissiva, no sentido de que há um número excessivo de siglas e de que as candidaturas em lista aberta tendem à personalização do voto, não contribuindo para a facilitação do processo eleitoral e para a institucionalização do sistema partidário (AMES, 2001; KINZO, 2003; MAINWARING, 1990). Vejamos, então, a representação parlamentar dos principais partidos na Tabela 1.

Quadro 1 - Sistemas Eleitorais no Brasil e no Chile

| Cargo Eletivo | País | Nível | Base Eleitoral | Magnitude do Distrito | Sistema Eleitoral |
|--------------------------------|---------------|----------|----------------|-----------------------|---------------------------|
| Presidente da República | Brasil | Nacional | Nacional | 1 | Maioria/dois turnos |
| | Chile | Nacional | Nacional | 1 | Maioria/dois turnos |
| Senado | Brasil | Nacional | Estadual | 2 | Maioria simples |
| | Chile | Nacional | Estadual | 2 | Binominal/lista aberta |
| Câmara de Deputados | Brasil | Nacional | Estadual | 8-70 | Proporcional/lista aberta |
| | Chile | Nacional | Estadual | 2 | Binominal/lista aberta |

Fonte: Kinzo (2004); Constitución Política de la República de Chile (1980).

Tabela 1 - Representação no Congresso Nacional 1986-1998 (% de Cadeiras)

| Partido | CÂMARA DE DEPUTADOS | | | SENADO FEDERAL | | |
|--------------------|---------------------|-----------|-----------|----------------|-----------|-----------|
| | 1986-1990 | 1990-1994 | 1994-1998 | 1986-1990 | 1990-1994 | 1994-1998 |
| PFL | 18,7 | 17,3 | 21,4 | 17,3 | 21,0 | 29,6 |
| PDS/PPR/PPB | 5,9 | 10,1 | 15,4 | 2,6 | 8,6 | 8,6 |
| PMBD | 36,5 | 20,8 | 16,7 | 41,3 | 27,2 | 17,3 |
| PSDB* | 10,2 | 12,3 | 18,9 | 13,3 | 13,6 | 25,9 |
| PDT | 5,8 | 6,4 | 4,3 | 4,0 | 7,4 | 4,9 |
| PT | 3,3 | 9,5 | 9,7 | - | 6,2 | 6,1 |

Fontes: adaptado de LIMA JR. (1990, p. 11-30, Tabelas 8 e 9)

Notas: O PSDB foi fundado em 1988, portanto, os números relativos a este partido para o período 1986-1990 correspondem, na verdade, aos anos 1988-1990.

A partir dos dados, observa-se que seis partidos ocuparam, em todas as séries temporais, quase 80% de cada casa legislativa. Os partidos de centro (PMDB e PSDB) e de direita (PFL e PDS) tinham as maiores bancadas. Nota-se, também, que a representação de minorias parecia garantida, vide as bancadas do PT e do PDT. Em termos qualitativos, contudo, a distribuição dos assentos legislativos refletiu a reorganização das forças político-partidárias em função do que Madeira (2006) denomina de “diáspora arenista”. Desde o primeiro governo civil de José Sarney, ex-arenistas passaram a atuar em todos os principais partidos políticos à exceção do PT, afetando sobretudo o PMDB, cuja bancada não só recebeu uma entrada massiva de remanescentes da ARENA, como também sofreu a saída de ex-emedebistas mais à esquerda para fundarem o PSDB. Portanto, não houve, à primeira vista, uma ruptura com o sistema bipartidário: os partidos receptores de ex-arenistas eram os mais expressivos no Congresso Nacional e foram liderados por remanescentes durante a maior parte das legislaturas.

Além disso, em termos ideológicos, a marca dos anos 1990 foi a ampla vantagem das alianças de centro-direita na condução política do país. Apesar da divisão do centro político em dois partidos, ambos se coligaram com a direita; um deles no formato de um presidencialismo de coalizão (PSDB) e o outro em plenário (PMDB). No poder Executivo, o PSDB venceu duas eleições seguidas, em 1994 e 1998, em coligação com o PFL e o PTB. No cenário legislativo, as pesquisas de Figueiredo e Limongi (2001, p. 91) sobre as votações na Câmara de Deputados revelam que a coalizão de centro-direita – notadamente entre PMDB e PFL – era majoritária e exerceu forte controle durante todo o período estudado.

Estava manifesta, por conseguinte, a capacidade dos partidos conservadores em renovar sua imagem programática. A adesão ao projeto neoliberal serviu de roupagem para posições que se caracterizavam pelo apoio a modos autoritários de governo, pela defesa do *status quo* militar e pelo favorecimento de formas restritas de cidadania (MAINWARING et al., 2000). A viabilidade dessas alianças está relacionada a um fator estrutural do PSDB e do PMDB, que sofreram ambos um processo de arenização e se instituíram como partidos de quadros (MADEIRA, 2006).

Até aqui, pode-se dizer que, na primeira década pós-autoritária, o pluralismo do sistema partidário brasileiro tinha uma limitação evidente à esquerda do espectro ideológico. Entretanto, parece que essa característica não está dada apenas pelas distorções do modelo institucional, mas também pelo perfil das classes dirigentes. Em linhas gerais, foi possível continuar governando sem um partido de massas (MAINWARING et al., 2000), e mesmo o Partido dos Trabalhadores, que simbolizava à época uma exceção e que visava administrar as demandas sociais, conquistou representação institucional ao custo de uma progressiva moderação nos anos 1990 (POWER; ZUCCO, 2012).

Verifica-se, desse modo, o descolamento do sistema partidário da sociedade para favorecer um padrão de política de gabinete, o que tem efeitos perversos para a representação efetiva do pluralismo do plano sociológico na esfera macropolítica. Para a experiência brasileira, essa falta de enraizamento dos partidos no tecido social foi, no período estudado, uma resultante do continuísmo autoritário, no sentido de que não se institucionalizaram canais de intermediação política duradouros, mantendo um forte estilo delegativo de governo.

No caso chileno, por sua vez, a transição e o modelo institucional apresentaram condições para que o primeiro governo democrático fosse composto por praticamente todo conjunto do blocopositor ao regime autoritário⁶. No entanto, não só os resultados foram diferentes do caso brasileiro, mas também as regras de competição: as eleições parlamentares são regimentadas pelo sistema binominal⁷. Trata-se de desenho que favorece a representação da segunda maioria e limita a representação de minorias, estabelecendo uma mudança no sistema partidário-eleitoral chileno. Há que se considerar, porém, que a mudança nas regras eleitorais não implicou necessariamente a redução no número de siglas. Isso porque as listas eleitorais preservam os partidos enquanto organizações individuais, com programas, identidades, lideranças e bases de apoio distintos e independentes (SIAVELIS, 2000).

Sendo assim, o que se observou foi a construção de dois grandes blocos concorrentes, uma coalizão de centro-esquerda, *Concertación de Partidos por la Democracia*, e uma coalizão

⁶ Com exceção do Partido Comunista, que restou marginalizado da nova política.

⁷ Nesse sistema, os partidos ou coligações podem apresentar dois candidatos em lista aberta para cada distrito eleitoral. O candidato que reúne maior número de votos obtém uma vaga; porém, para que uma lista eleitoral ganhe os dois assentos, deve receber o dobro de votos do competidor mais próximo. Ou seja, o mínimo de votos para ganhar uma cadeira é 33,4% dos votos, enquanto que para eleger ambas deve-se obter 66,7%, o que corresponde a uma porcentagem alta.

de centro-direita, *Democracia y Progreso*, que lograram nomear candidatos únicos em listas conjuntas nos três pleitos da década de 1990. No interior dessas coalizões, os partidos estão inseridos em uma complexa rede de negociações para a formação das listas eleitorais, a fim de que seja representado um número significativo de siglas. Os pactos intra-bloco indicam a natureza heterogênea das coalizões, respeitando referências ideológicas. Isto posto, vejamos a distribuição de assentos no Congresso Nacional chileno.

Tabela 2 - Representação de legisladores eleitos no Congresso Nacional chileno 1989-1997 (número de cadeiras)

| Coalizão/Partido | CÂMARA DE DIPUTADOS | | | SENADO ^a | | |
|-------------------------------|---------------------|------|------|---------------------|--------|---------|
| | 1989 | 1993 | 1993 | 1989 | 1993 | 1997 |
| Concertación | 69 | 70 | 69 | 22 | 21 (9) | 20 (11) |
| PDC | 38 | 37 | 38 | 13 | 13 (4) | 14 (10) |
| OS | 00,0 ^b | 15 | 11 | 4 | 5 (3) | 4 (1) |
| PPD | 16 | 15 | 16 | 13,3 | 2 (2) | 2 (0) |
| Outros | 15 | 3 | 4 | 4 | 1 | 0 |
| Democracia y Progreso | 48 | 50 | 46 | 16 | 17 | 18 |
| RN | 29 | 29 | 23 | 13 | 11 (5) | 7 (2) |
| UDI | 11 | 15 | 17 | 2 | 3 (2) | 5 (3) |
| Outros | 8 | 6 | 6 | 1 | 3 (2) | 6 (4) |
| Independentes e outros | 3 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |

Fontes: Servicio Electoral de Chile (www.servel.cl)

Notas: ^a No Senado, os números em parênteses representam o total de cadeiras eleitas, e o primeiro número corresponde ao total de assentos ocupados pelo respectivo partido. ^b O número corresponde a zero devido aos problemas de registro e legalização de partidos no pleito de 1989, conforme a lei dos partidos vigente à época. A maioria dos votos contabilizados em “outros” para a Concertación foram, de fato, para membros do PS.

Os resultados são consistentes com a afirmação de que, apesar da competição bipolar, existem em torno de cinco partidos com apoio significativo. Dentre estes, observa-se a força eleitoral de três orientações tradicionais – centro (PDC), esquerda (PS-PPD) e direita (RN-UDI). Essas duas características indicam uma tendência à reestruturação do sistema partidário

pré-1973 – exceto pela marginalização do Partido Comunista –, no qual preponderou um padrão de alianças do centro com algum dos polos tanto para apoiar campanhas presidenciais de candidatos centristas quanto para construir maiorias no Congresso Nacional.

Contudo, faz-se importante destacar algumas reservas. Primeiro, apesar de prover incentivos para a manutenção das coalizões em razão dos custos eleitorais, tendo produzido pela primeira vez um governo majoritário, o sistema binominal beneficiou a direita em todas as legislaturas analisadas. Trata-se de uma distorção prevista no modelo institucional desenhado durante o regime autoritário, que visa a garantir que a maioria da *Concertación* não possa se expressar sempre institucionalmente (GARRETÓN, 1992). Um segundo ponto refere-se à correlação de forças no Senado. Os dados da Tabela 2 indicam apenas os senadores eleitos, enquanto a composição total da Câmara Alta ainda conta com nove senadores designados e outros assentos vitalícios. Por isso, na legislatura de 1990-1998, o Senado constituiu uma das instituições de “amarre” na democracia chilena, notadamente porque foi onde muitos projetos de reformas constitucionais fracassaram.

À vista disso, pode-se concluir que, no sistema partidário chileno, há uma relativa vantagem da oposição no que tange ao alcance de uma coalizão majoritária social e politicamente ao poder. Mesmo assim, os primeiros governos da *Concertación* foram bastante moderados, devido à percepção de que o encaminhamento de mudanças estruturais poderia produzir retrocessos. Em verdade, existiam constrangimentos institucionais que respaldavam essa política cautelosa, especialmente no sistema eleitoral e na composição do Senado.

PLURIPARTIDARISMO E PRESIDENCIALISMO

Agora, da mesma forma que os sistemas partidários não podem ser classificados apenas de acordo com o número de partidos, não há garantias de que uma representação ampla em plenário constitua um mecanismo institucional de poder decisório. A importância das bancadas no Congresso depende de como está estruturado o sistema de governo, isto é, a distribuição dos poderes da República com os respectivos *checks-and-balances*. Propõe-se a analisar, então, as relações entre os poderes Executivo e Legislativo a fim de identificar os contornos institucionais do sistema presidencialista

O primeiro ponto é que os dois países desenvolveram mecanismos informais de distribuição de pastas ministeriais seguindo critérios partidários, entre outros, como moeda de troca política. Ocorre que, no Brasil, o presidencialismo de coalizão tornou o PMDB um grande pivô da governabilidade. Para Abranches (1988, p. 27), o presidencialismo de coalizão brasileiro “é complementar ao arcabouço representativo da liberal-democracia”, dispersando o poder em arenas não eletivas. No Chile, o sistema de *cuteo* garantia que os partidos do bloco governante (no caso, a *Concertación*) tivessem uma quota de participação no Executivo, devido às particularidades do sistema eleitoral. Nesse sentido, o objetivo do *cuteo* está mais voltado à manutenção da coalizão após as eleições que formar uma nova base de sustentação governista. Não há, portanto, tamanha distorção entre as coligações eleitorais e governistas.

Adicione-se a isso as demais prerrogativas presidenciais para participar do processo legislativo, instituídas no período autoritário e preservadas nas Constituições de 1988 (Brasil) e de 1980 (Chile)⁸, dentre as quais o poder de editar medidas provisórias/*Decretos-ley*, o regime de tramitação extraordinária, a exclusividade de iniciativa legislativa em matérias sensíveis e os vetos parcial e total do Presidente. Na primeira década pós-transição, uma média de 86% (Brasil) e 83% (Chile) dos projetos de lei sancionados tiveram origem no Executivo, transformando-o em um poder, também, legislador (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001; VISCONTI, 2011). A questão que segue é se essa hipertrofia do Executivo representa uma delegação de poder.

Segundo Grohmann (2001) não é evidente que a instituição presidencial, ao exercer contrapesos, assumiu, necessariamente, as prerrogativas do Legislativo, esvaziando o Congresso. Para o autor, os presidencialismos brasileiro e chileno são, comparativamente a outros países latino-americanos, dois casos de forte separação e independência entre os poderes. A diferença é que, no Brasil, verifica-se maior equilíbrio dos poderes de checagem e, por conseguinte, potencial de conflito com leve preponderância do Legislativo, de tal modo que a governabilidade ocorre a partir de negociações que cobram alto custo, em jogos nem sempre conhecidos. Por seu turno, os índices de checagem chilenos são intermediários, a favor da independência do Executivo e em situação de quase-conflito. Diante disso, o autor propõe, nos

⁸ Considerando as reformas constitucionas de 1997.

casos do Brasil e do Chile, que “[...] certos dilemas institucionais devem ser superados para que o processo democrático se aperfeiçoe e se estabilize” (GROHMANN, 2001, p. 97).

A ideia é que os sistemas de governo não comportam saídas institucionais para conflitos entre os poderes, dependendo das decisões das elites. Ocorre que instituições democráticas não podem ser apenas instrumentos dos atores. Devem ter um papel construtivo e normativo sobre a política, a fim de dar continuidade ao processo democrático, o que não foi trabalhado na primeira década pós-autoritária.

AS RELAÇÕES CIVIS-MILITARES NA REDEMOCRATIZAÇÃO

Visto os entraves procedimentais, esta seção aborda as condições extra-poliárquicas da definição de democracia, com o objetivo de verificar se as transições encaminharam a subordinação das Forças Armadas às autoridades civis. Para Nóbrega Jr. (2010), a desmilitarização do aparato legal, institucional, político e de segurança do Estado é uma condição do processo de redemocratização. Trata-se de não mais referenciar as discussões políticas nos pactos de transição, que deveriam tornar-se irrelevantes em novas conjunturas. Tais questões são pertinentes à pesquisa porque evidenciam a insuficiência de definições mínimas de democracia para interpretar as realidades latino-americanas.

Destacam-se, primeiro, os enclaves constitucionais que garantiram às Forças Armadas, nos dois casos, um papel político proeminente no novo regime, fruto do controle militar no processo de transição. São resquícios autoritários emblemáticos os artigos constitucionais 142 da Constituição Federal Brasileira e o artigo 90 da Constituição de 1980, que concederam às Forças Armadas, nos dois casos, o status de guardiãs da nova ordem. Os textos não oferecem, porém, uma interpretação do que referem por “ordem”, comportando a ideia de que os militares teriam autonomia frente aos poderes representativos a fim de cumprirem sua orientação constitucional para assuntos internos (OLIVEIRA; SOARES, 2000).

Além disso, uma série de prerrogativas e cargos foram mantidos. Particularmente no caso brasileiro, o *lobby* militar durante a Assembleia Constituinte de 1988 interferiu em pontos sensíveis para a democratização do país, como a intocabilidade da Lei de Anistia, a não criação do Ministério da Defesa (MD) e a militarização da estrutura de segurança pública, com efeitos

deletérios para construção de memória coletiva e para as relações cidadão-Estado. Para Schinke (2015, p. 58) “[...] o caminho seguido pelo texto constitucional [brasileiro] iria até onde o permitido pela negociação com os ministros das Forças Armadas e com o Presidente da República”. Os seguintes pontos procuram resumir o continuísmo militar:

- a) a ausência de um debate sobre a anistia e de uma Comissão Nacional da Verdade com jurisdição para investigar e/ou julgar crimes políticos, limitando a justiça de transição a reparações econômicas;
- b) a manutenção da Casa Militar até 1999 e, quando da criação do Ministério da Defesa, a militarização deste, bem como a perpetuação do cargo militar no Gabinete de Segurança Institucional (GSI);
- c) a insuficiência na delimitação das funções externas e internas dos militares com a preservação do modelo tripartite de policiamento, que submete as Polícias Militares ao Exército, conforme as normativas de 1967 e 1969⁹, e nomeação de generais para cargos de direção em órgãos de segurança pública (ZAVERUCHA, 2005);
- d) a preservação de um sistema de justiça especial para os militares, mesmo quando envolvendo civis, balizado pelo Código Penal Militar, Tribunais Militares e Ministério Público Militar;
- e) a militarização dos órgãos de informação nacional ao subordinar a ABIN ao Ministro de Estado chefe do GSI, cujo cargo é de natureza militar.

No Chile, o modelo de transição também foi permissivo e favorável ao *status quo* militar. Apesar de alguns avanços, que nos permitiriam afirmar que a transição chilena foi mais reformadora que a brasileira, na década de 1990, “[...] o controle do poder civil é menor do que seria compatível com um regime plenamente democrático” (ARAVENA, 2000, p. 130). Uma avaliação do Quadro 2, que sistematiza comparativamente os casos, mostra que tanto as similaridades quanto as diferenças precisam ser relativizadas em certos sentidos. Em relação à justiça de transição, a militarização da segurança pública e ao serviço de informação, o Chile

⁹ Decreto-Lei no 317, de 1967; Decreto-Lei n° 667, de 1969.

parece ter concluído muitas etapas importantes logo na primeira década de transição. Em 1990, o novo governo estabeleceu uma *Comisión Nacional de la Verdad y Reconciliación* e, em 1998, a Corte Suprema emitiu uma decisão que anulava a aplicabilidade da Lei de Anistia para casos de violação de direitos humanos, o que abriu espaço para um debate sobre as prerrogativas militares. Ademais, o policiamento efetuado pelos *carabineiros* de Chile foi satisfatoriamente desvinculado do comando militar, bem como a estrutura do serviço nacional de informações.

Quadro 2 – Prerrogativas Militares e Civis (2000)

| | BRASIL | | CHILE | |
|--------------------------------|--|--|---|---|
| | Prerrogativa Militar | Prerrogativa Civil | Prerrogativa Militar | Prerrogativa Militar |
| Institucional | | | | |
| Geral | Garantir a lei e a ordem | PR é autoridade suprema das FFAA | Garantir a ordem institucional | |
| Específica | Casa Militar/GSI | Ministério da Defesa (1999) | <i>Consejo de Seguridad Nacional</i> | Ministério da Defesa |
| Autonomia Política | | | | |
| Sistema de Nomeação | Lista de Escolha | Decisão final do PR | Lista de Escolha; Inamovibilidade dos CC; Promover/remover oficiais | Decisão final do PR; Veto do PR |
| Orçamentária | | Proposto pelo Executivo; Votado pelo Congresso | Orçamento mínimo; Lei do Cobre | Votado pelo Executivo; Votado pelo Congresso |
| Justiça | Justiça Militar | | Justiça Militar | |
| Direitos Humanos | Lei de Anistia | Reparações Econômicas | Lei de Anistia | Comissão Nacional da Verdade; Revisão da Corte Suprema; |
| Serviço de Inteligência | Subordinada ao Ministro de Estado Chefe do GSI | ABIN | | Dirección de Seguridad Pública e Informaciones |

Fonte: elaboração própria.

Notas: ABIN – Agência Brasileira de Informação; CC – Comandante-chefe; FFAA – Forças Armadas; GSI – Gabinete de Segurança Institucional; PR – Presidente da República.

Contudo, no que tange outras temáticas, os contornos são bastante próximos. Não obstante a criação do MD, as diferenças se encerram aí, uma vez que os militares gozavam de ampla autonomia em relação ao Ministro e ao Presidente da República. Doze dias antes da posse de Aylwin, Pinochet decretou a Lei Orgânica Constitucional das Forças Armadas, na qual os poderes presidenciais de nomeação, promoção e afastamento de oficiais são fortemente restringidos. Pelas normativas vigentes, Pinochet continuou comandante-chefe do Exército até 1998, com direito a inamovibilidade do cargo e, a partir desse ano, também pode assumir como senador vitalício. Quando investigado por corrupção no caso Cheques, organizou movimentos militares de demonstração de força, para “explorar os limites de obediência e subordinação, chegando inclusive a situações de tensão extrema em suas relações” (VELOSO, 2004, p. 4), como o *Movimento de Enlace* e *El Boinazo*. Sua figura permaneceu intocada pela justiça, de modo que os dois primeiros governos civis não obtiveram êxito em encontrar soluções políticas para seu legado.

Ainda, o *Consejo de Seguridad* manteve o importante dever constitucional de nomear quatro dos nove senadores designados e eleger dois membros do Tribunal Constitucional. Os militares também foram beneficiados por um sistema de justiça próprio e bastante autônomo, disposto no *Código de Justicia Militar*, bem como por um orçamento vantajoso, garantido pela Lei Secreta do Cobre, que estabeleceu a destinação de 10% dos lucros contabilizados pela Companhia Nacional de Cobre (COLDECO) aos cofres militares.

CONCLUSÕES

Autoritarismo e democracia refletem concepções de Estado e de sociedade, notadamente de que forma o poder político deve ser exercido. Ocorre que as maneiras de controlar e exercer o poder são diversas a um só tempo, de modo que métodos autoritários e democráticos não são excludentes. Eleições periódicas e diretas foram realizadas no Brasil durante todo o governo militar, disputadas por dois partidos políticos. A Constituição Política do Chile foi aprovada por referendo popular. Nenhum desses processos, por mais imperfeitos que fossem, explica como o poder era exercido. Trata-se, portanto, de compreender que autoritarismo e democracia se assentam em diferentes tipos de legitimidade do poder público, e este é composto por uma

série de atos que se estendem após as eleições. Por isso, autoridades selecionadas por métodos democráticos podem não governar de forma democrática.

Essa era a questão aberta pelas transições pactuadas no Brasil e no Chile: não bastava substituir os quadros civis-militares por autoridades civis eleitas democraticamente se as bases institucionais e culturais que regulam o exercício do poder não fossem revisadas. O consenso quanto às regras básicas do jogo democrático, vinculadas a aspectos procedimentais, não desafiou práticas autoritárias no exercício do poder Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como não implicou automaticamente a revogação de prerrogativas militares e o retorno imediato a um pluralismo político.

No presente trabalho, a comparação entre dois casos de transição pactuada de um regime autoritário para um regime pós-autoritário aponta que o perfil das elites civis que assumem o poder importa para institucionalização de uma democracia. Isto é, elites conformadas com os acordos de transição, pois são igualmente beneficiadas, tendem a respeitar a ordem institucional constituída durante os regimes autoritários. Dessa forma, a principal diferença entre os casos brasileiro e chileno não é apenas de enclaves institucionais, mas a própria latência de contestação da oposição aos resquícios autoritários. Para O'Donnell (1989, p. 3), a tendência à moderação e a negociação na primeira etapa de transição simboliza o paradoxo das transições latino-americanas: aumenta as probabilidades de êxito da mudança de regime, mas, ao mesmo tempo, imputa uma possível “morte lenta” do regime.

Trata-se, portanto, de questionar a natureza de regimes gestados nesses marcos institucionais e culturais. Nesse sentido, enfatizamos a importância de que trabalhos futuros desenvolvam maior interação entre abordagens teóricas, com vistas a avançar as ferramentas de análise dos processos de transição. Para tanto, estudos comparativos com *n* pequenos= parecem mais adequados, pois permitem enfoques mais sensíveis às realidades nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio H. Hudson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista Dados**, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988.

AGÜERO, F; VARAS, A. El desarrollo doctrinario de las fuerzas armadas chilenas. Santiago: Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, 1978.

AMES, Barry. **The Deadlock of Democracy in Brazil**. Michigan: Michigan University Press, 2001.

ARAVENA, Francisco R. A detenção do general Pinochet e as relações civis militares. In: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

ARTURI, Carlos S (2000). **Le Brésil: une tentative de démocratisation octroyée (1974-1985)**. Tese em Ciência Política. Paris: Institut d'Études Politiques de Paris – Sciences Po.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Política Comparada**. México D.F: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BAÑO, R; FLISFISCH, A. Aspectos institucionales en el colapso de la Unidad Popular y la democracia chilena. Documento de Trabajo, n. 342. **Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais**, Santiago, 1987.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 2010, p. 94-104.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

FIGUEIREDO, A; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

GARRETÓN, Manuel A. Coaliciones políticas. Cambio y continuidad en la política chilena. Documento de Trabajo, n. 18. **Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais**, Santiago, 1992.

_____. La crisis de la democracia, el golpe militar y el proyecto contrarrevolucionario. Documento de Trabajo, n. 30, serie estudios políticos. **Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais**, Santiago, 1993a.

_____. La redemocratización política en Chile: transición, inauguración y evolución. Documento de Trabajo. **Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais**, Santiago, 1993b.

_____. Modelo y proyecto político del régimen militar chileno. Documento de Trabajo, n. 125. **Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais**, Santiago, 1981.

GARRETÓN, Manuel A; MOULIAN, Tomás. Processos e blocos políticos na crise chilena, 1970-1973. Documento de Trabajo. **Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais**, Santiago, 1977.

GROHMANN, Luis G. A separação de poderes em países presidencialistas: a América Latina em perspectiva comparada. **Revista de Sociologia e Política**, n. 17, pp. 75-106, 2001.

HUNNEEUS, Carlos. **La democracia semisoberana: Chile después de Pinochet**. Santiago de Chile: Taurus, 2014.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

KINZO, Maria D'Alva (2003). Legislação eleitoral, sistema partidário e reforma política. **Política e Sociedade**, n.2, pp. 11-21, 2003.

LAMOUNIER, Bolivar. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a Abertura. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

LIMA JR., Olavo B. Eleições Presidenciais: Centralidade, Contexto e Implicações. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, pp. 11-30, 1999.

MADEIRA, Rafael M (2006). **Vinhos antigos em novas garrafas**: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. Tese (Doutorado em Ciência Política). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MAINWARING, Scott. Presidentialism, Multiparty Systems, and Democracy: The Difficult Equation. **Kellogg Institute**, Working Paper n. 144, 1990.

MAINWARING, S; MENEGUELLO, R; POWER, T. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**: Quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Terra e Paz, 2000.

NICOLAU, Jairo. Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, pp. 219-236, 2002.

NÓBREGA JR, José M.P. da. A militarização da Segurança Pública: um entrave para a democracia brasileira. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 119-130, 2010.

O'DONNELL, Guillermo. Transiciones, continuidades y algunas paradojas. **Cuadernos Políticos**, México, n. 56, p. 19-36, 1989.

O'DONNELL, G. & SCHMITTER. Transições do regime autoritário: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, E.; SOARES, S. Brasil. Forças Armadas, direção política e formato institucional. In: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

POWER, T; ZUCCO, C. **Elite Preferences in a Consolidating Democracy: The Brazilian Legislative Surveys, 1990-2009**. Miami: University of Miami, 2012, p. 1-27.

SANTOS, Eric Assis dos (2014). **A transição à democracia no Chile: rupturas e continuidades do projeto ditatorial 1980-1990**. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

SCHINKE, Vanessa D. **Anistia e Esquecimento: A pá de cal do Congresso Nacional, a anistia pactuada do judiciário e o horizonte de expectativa**. Porto Alegre: Lumen Juris, 2015.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SIAVELIS, Peter. Continuidad y cambio en el sistema partidista chileno: sobre los efectos de transformación de una reforma electoral. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. XX, n. 2, p. 82-102, 2000.

TRINDADE, Hégio. As bases do autoritarismo brasileiro: lógica liberal e práxis autoritária (1822-1945). In: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolivar; SCHVARZER, Jorge (Org.) **Como renascem as democracias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

VELOSO, David A. **Fuerzas Armadas en Chile: entre la configuración de nuevos roles y la normalización de las relaciones cívico-militares**. Buenos Aires: CLASCO, 2004.

VISCONTI, Giancarlo. Comportamiento diacrónico del Congreso en Chile: crecimiento o estancamiento de su influencia?. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 31, n. 1, p. 91-115, 2011.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, Forças Armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999- 2002)**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GT VI – Iniciação Científica

Prof. Dr. Carlos Artur Gallo

Prof. Dr. Luis Gustavo Teixeira da Silva

Proposta do Grupo de Trabalho

O “GT – 7 Iniciação Científica” nasce com o objetivo de incorporar e integrar os estudantes de graduação ao I Seminário de Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. A proposta é de um GT plural, que seja um espaço aberto a todos(as) apresentarem seus trabalhos que estão realizando durante os cursos de graduação e que a partir da possibilidade de apresentar suas pesquisas e discutir outros estudos, crie-se um ambiente de desenvolvimento científico e que corrobore com o crescimento da Ciência Política no país. Dessa forma, o GT aceitará resumos que giram em torno das temáticas dos demais GTs, ou seja: Instituições e comportamento político; Gênero e participação política; Relações internacionais; Teoria democrática e desigualdades; Pós-estruturalismo e teoria do discurso; Justiça de transição, memória e direitos humanos.

DIFUSÃO DO NEOLIBERALISMO DURANTE O GOVERNO REAGAN (1981-1989): UMA ANÁLISE ACERCA DA ATUAÇÃO DO NED E DO CIPE PARA A AMÉRICA LATINA

Rodrigo Rosales Tapia¹
Luan Correa Brum²

Resumo

O presente trabalho busca estudar a difusão do neoliberalismo enquanto projeto hegemônico para a América Latina, durante o Governo de Ronald Reagan (1981-1989). Para tal estudo, centra-se na atuação de duas organizações específicas, sendo elas: Fundação Nacional Para a Democracia (NED) e o Centro de Empresas Privadas Internacionais (CIPE). A partir desta pesquisa, buscar-se-á analisar a participação de outros atores na própria definição da Política Externa (PE) dos Estados Unidos, objetivando com isso compreender de que forma estes contribuiriam direta ou indiretamente, no alcance dos propósitos da agenda estadunidense na região. Em termos de referencial teórico, se utilizará das contribuições advindas do marxismo de Antônio Gramsci e de seus proponentes na área das Relações Internacionais, como é o caso de Stephen Gill e de Robert Cox. No que diz respeito a hipótese desse estudo, entende-se aqui que estas organizações atuariam na forma de instrumentos indiretos de PE estadunidense, podendo desenvolver práticas e políticas as quais seriam impedidas caso Washington agisse de forma direta sem intermediários. Quanto a metodologia, optou-se por utilizar de bibliografia especializada além de fontes primárias expedidas pelo próprio governo estadunidense e de suas organizações.

Palavras Chaves: EUA; Neoliberalismo; NED; CIPE.

AS ORIGENS DO NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo enquanto movimento político-intelectual que reproduz um sistema de princípios tanto de ordem econômica, política e social nasce no pós-Segunda Guerra Mundial na Europa e na América do Norte regiões onde o capitalismo é preponderante. Como destaca Perry Anderson (1995),

O neoliberalismo foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. [...] Seu propósito era combater o keynesianismo³ e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo

¹ Graduando do segundo semestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande-FURG. E-mail: rodrigortapia97@gmail.com.

² Graduando do oitavo semestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande- FURG. E-mail: luan.brums1996@hotmail.com.

³ Keynesianismo refere-se aqui a concepção de que por intermédio da atuação e das intervenções do Estado na economia, se faria possível alcançar um “estado de bem-estar” social.

de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro (ANDERSON, 1995, p. 09).

Na visão de Friedrich Hayek, um dos principais proponentes dessa concepção de mundo, o Estado de bem-estar destrói a competição entre os indivíduos e, dessa maneira, defende a desigualdade como um valor benéfico para com os postulados neoliberais.

Logo, o neoliberalismo alcançou maiores públicos e pode se conformar como uma visão de mundo cada vez mais extensível e concisa em torno de um mesmo projeto, contanto para isso, com os esforços dispendidos por determinados intelectuais (Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises e Milton Friedman) que contribuiriam de maneira ímpar com a proliferação de seus textos que propagavam o “evangelho” neoliberal. Como observa Gramsci, “cada grupo social cria para si ao mesmo tempo e de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (GRAMSCI, 1989, p. 03). Nesse sentido, o neoliberalismo enquanto ideologia contribui para a homogeneidade dos interesses da classe dominante em torno de um único projeto hegemônico⁴, o que seria materializado em 1947 a partir da criação da Sociedade Mont Pelerin que desempenharia um papel fundamental para o renascimento internacional do neoliberalismo (GROS, 2003).

Contudo, foi na década de 80 com a chegada de Margareth Thatcher como a Primeira Ministra do Reino Unido (1979-1990) e a de Ronald Reagan a presidência dos Estados Unidos (1981-1989), que o neoliberalismo assume um papel preponderante na política desses países, em especial na dos Estados Unidos o qual é o objeto desse estudo. Compreende-se que esse contexto aliado as duas crises do petróleo e a globalização da economia, teriam contribuído para que o discurso e as políticas neoliberais fossem disseminadas com maior projeção no cenário internacional, influenciando em outros demais países.⁵ Para Stephen Gill, este quadro se aproxima da imagem de uma supremacia a qual acabaria por se caracterizar pelo esforço de se

⁴ Para Gramsci a hegemonia é entendida como um conjunto de funções de domínio e direção exercidas por uma determinada classe social dominante sobre o restante da sociedade a qual se utilizaria de uma “combinação da força e do consenso que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso” (GRAMSCI, 2007, p. 73).

⁵ As políticas neoliberais foram aplicadas pela primeira vez no Chile, considerado o laboratório de experimentação neoliberal na América Latina. Como destaca Anderson (1995), “O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulamentação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra” (ANDERSON, 1995, p. 09).

estabelecer uma forma neoliberal disciplinar de globalização envolvendo, para tanto, a globalização dos princípios constitucionais anglo-americanos e os mecanismos neoliberais de acumulação e disciplina econômica (GILL, 2005).

ATUAÇÃO DO NED E DO CIPE PARA A DIFUSÃO DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

A criação da Fundação Nacional para a Democracia (NED) e do Centro de Empresas Privadas Internacionais (CIPE), se dá em um contexto de readaptação da estratégia dos Estados Unidos para intervir na América Latina, onde se busca utilizar de outros meios para fazer valer os seus interesses e objetivos de política externa. Nota-se, que tal reformulação se deu como consequência do período ditatorial vivenciado na América Latina, seguido das acusações direcionadas a Agência de Inteligência Americana (CIA) de que esta teria auxiliado para a manutenção dos regimes ditatoriais instaurados na região. Como observa Ary Cesar Minella (2009),

Ao final dos anos 70 e início dos 80, conforme mostram vários estudos, o governo dos Estados Unidos redefiniu parte de sua estratégia de atuação e intervenção no exterior. O contexto global inclui um questionamento interno e externo das operações da Agência de Inteligência Americana (CIA), as implicações das ditaduras apoiadas na América Latina e as transformações que se operavam na economia capitalista (MINELLA, 2009, p. 14).

Assim, em 1982, o presidente Ronald Reagan anunciou a criação de uma entidade que fomentaria o neoliberalismo e a democracia aos moldes dos Estados Unidos para outros demais países.⁶ O surgimento do NED seguido da criação do CIPE⁷ como organizações de caráter não-governamental, mas com recursos advindos de Washington contribuiria como uma das principais armas de atuação dos Estados Unidos no exterior, e que corrobora para o estabelecimento de um consenso em favor de reformas políticas e econômicas ancoradas nos interesses estratégicos estadunidenses, em especial no que tange a América Latina. A partir de então, a hegemonia estadunidense estaria sendo expressa mediante instituições e mecanismos

⁶ Para acesso do discurso na íntegra – Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1982/06/09/world/text-of-reagan-s-address-to-parliament-on-promoting-democracy.html>> Acesso realizado em 14/07/2019.

⁷ O CIPE desenvolve atividades que buscam favorecer o crescimento de negócios e empreendedorismo, a partir de esforços junto aos empreendedores e ajudando associações empresariais locais, câmaras de comércio e *think tanks* (Website CIPE). Disponível em: <<https://www.cipe.org/>> Acesso realizado em 14/08/2019.

universais que permitem o estabelecimento de regras gerais de comportamento para outros Estados e para as forças da sociedade civil que atuam além de suas fronteiras nacionais (COX, 1993). Para Vanaik Achin (2010),

A expansão política dos Estados Unidos também pretende expandir o neoliberalismo. E expandir o neoliberalismo (como doutrina econômica e orientação em matéria de políticas) promove e ajuda a estabilizar o projeto de consolidação da hegemonia política estadunidense em todo o mundo mediante o recrutamento de grupos de adeptos que se beneficiam materialmente com tal expansão (ACHIN, 2010, p. 12, tradução nossa).

Nesse cenário, o NED e o CIPE se configuram como peças fundamentais no jogo político dos Estados Unidos na América Latina, contribuindo a partir de suas ações para a própria reestruturação capitalista em curso. Para Scott e Walters (2000), “o NED permite desenvolver políticas que normalmente seriam impedidas por princípios de soberania e não-intervenção, e essa “diplomacia informal” é um elemento potencialmente útil para a política externa” (SCOTT; WALTERS, 2000, p. 255). Nesse sentido, tais organizações auxiliariam o governo dos EUA a intervir nos assuntos domésticos de outros países, sem ao menos que fosse diretamente vinculado, de modo que, os recursos recebidos pelo NED e pelo CIPE seriam revertidos na forma de ajuda para atividades de outras organizações de diversos tipos no exterior: *Think tanks*, ONGs, associações empresariais e de trabalhadores, partidos políticos e organizações diversas da sociedade civil (MINELLA, 2009).⁸

Assim, a atuação dos Estados Unidos por intermédio do NED e do CIPE funcionaria como uma espécie de “dominação indireta” (GILL, 2008) para difusão das principais premissas pertencentes a essa hegemonia, de modo que, tais organizações funcionam como uma extensão tácita da política externa desenvolvida pelos EUA, e que contribui para a promoção do ideário neoliberal. Em suma, essa redefinição da estratégia estadunidense através do NED e do CIPE auxilia este país a intervir no exterior, em especial na América Latina, o que permite intermediar uma série de financiamentos e suporte para com outros atores que representam os seus interesses.

⁸ Entre 1990 e 1997, o NED financiou diretamente 1.754 programas no mundo, com um total de US\$ 153,2 milhões de dólares. Esses recursos foram assim distribuídos: organizações da sociedade civil, 28,6%; organizações de trabalhadores, 28,5%; partidos políticos, 16%; instituições educacionais, 15,4%; organizações empresariais, 5,3%; mídia, 5,8%; governamentais, 0,3% (SCOTT; WALTERS, 2000, p. 243, 244).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho se fez possível compreender as principais premissas, assim como a origem histórica do neoliberalismo enquanto projeto hegemônico. Ademais, evidenciou-se este movimento como capaz de auferir homogeneidade aos interesses da classe dominante, o que contribuiu para que o seu discurso atingisse uma maior projeção no cenário internacional, tendo posteriormente, um papel preponderante na política dos Estados Unidos.

Por fim, observou-se que a criação do NED e do CIPE teria servido como instrumentos indiretos da política externa estadunidense, o que permitiu que estas organizações exercessem uma espécie de “dominação indireta” (GILL, 2008) para difusão das principais premissas pertencentes a essa hegemonia. Nesse sentido, tais organizações acabaram por auxiliar este país a intervir no exterior, em especial na América Latina, de modo que os EUA puderam indiretamente desenvolver práticas e políticas as quais seriam impedidas caso fossem praticadas de maneira direta e sem intermediários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHIN, V. **Casus belli**: cómo los Estados Unidos venden la guerra. Transnational Institute, 2010.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs) **Pós Neoliberalismo** – As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

COX, R. W. **Gramsci, hegemony and international relations: na essay in method**. in Stephen Gill (ed.), Gramsci, historical materialism and international relations (Cambridge: Cambridge University Press, 1993), pp. 49-66.

GILL, S. 2005. **The contradictions of US supremacy**. In the socialist register: 2005: The empire reloaded, ed. Leo Panitch and Colin Leys. London, Merlin.

GILL, S. **Power and Resistance in the New World Order**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

GRAMSCI, A. **Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, v. 3, 2007.

GROS, D. B. **Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heureser, 2003. (teses FEE n. 6).

MINELLA, A. C. Construindo hegemonia: Democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina). **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 13-40, 2009.

SCOTT, J. M; WALTERS, K.J. Supporting the wave: western political foundations and the promotion of a global democratic society. **Global Society**, New Jersey, v. 14, n. 2, p. 237-257, 2000.

FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS GAÚCHAS: ESTUDO DE CASO COM O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

Ísis Suzana Fiorin Rotta¹

Resumo

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) fomenta o desenvolvimento do Estado através de financiamento público a diversos segmentos. A presente pesquisa selecionou uma amostra de 80 cooperativas do âmbito rural e de agronegócios. Para tanto, foi criado um banco de dados com informações extraídas do sistema do BRDE e, a partir disso, realizou-se uma análise de dados quantitativa e amostral. O propósito deste estudo é compreender o que afeta o sucesso do cooperativismo entre as cooperativas que têm financiamento público do BRDE no Rio Grande do Sul, analisando e entendendo as características dessas cooperativas e as relacionando com algumas variáveis: perspectiva setorial, finalidade da operação, administração, entre outros. A partir disso, é possível concluir que as cooperativas demonstram práticas distintas entre as mesorregiões gaúchas, mas apresentam similaridades entre os ramos cooperativos.

Palavras Chaves: Cooperativismo, Financiamento Público, BRDE.

INTRODUÇÃO

A cooperação é um modo de trabalho, que une as pessoas, através de uma organização econômica ou social, visando promover melhorias na qualidade de vida, baseando-se na atividade harmônica e em conjunto. As cooperativas são as organizações de pessoas baseadas em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.

O BRDE é um banco de desenvolvimento, isto é, uma instituição financeira controlada pelos governos estaduais com o objetivo de proporcionar recursos necessários a financiamentos de médio e longo prazo para programas e projetos que visem promover o desenvolvimento econômico e social dos respectivos estados: do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

¹ Graduanda do curso de Administração Pública e Social, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre. isisrotta@gmail.com. Pesquisa sobre Cooperativismo e Desenvolvimento Regional.

Embasado nisso, a presente pesquisa busca compreender o que afeta o sucesso do cooperativismo gaúcho, explorando e entendendo características das cooperativas do ramo rural e de agronegócios que recebem financiamento público através do BRDE.

Para tanto, optou-se pela pesquisa exploratória, delimitou-se uma amostra de 80 cooperativas rurais e de agronegócios que recebem o financiamento do BRDE. A partir disso, criou-se um banco de dados, sob autorização da instituição, onde foram tabelada variáveis relevantes para a pesquisa, tais como: nome da cooperativa, mesorregião onde está instalada, perspectiva setorial, finalidade básica da operação, receita financeira, patrimônio líquido e administração.

O presente trabalho será apresentado da seguinte forma: introdução, desenvolvimento, metodologia de pesquisa, conclusões e referências bibliográficas.

DESENVOLVIMENTO

O cooperativismo, quando pensado em sua história, remete-nos ao seu ponto inicial. Segundo (KEIL, MONTEIRO 1982)² experiência de Rochdale, em 1844, quando 28 tecelões criaram a cooperativa moderna *Rochdale Quitable Pioneers Society Limited*³, que definiu os princípios morais do cooperativismo, até hoje utilizados como base para as relações cooperativistas. Entretanto, antes mesmo desse marco histórico, é possível visualizar a sociedade organizada de modo cooperado, pois é algo que sempre fez parte da vida em grupo.

No âmbito rural e de agronegócios, no âmbito brasileiro, tem-se a primeira cooperativa criada no interior do estado de Santa Catarina, segundo a OCB (2019), a Cooperativa Agrícola de Rio Maior - Cooperprima, em Urassunga, entre 1906 e 1908. Atualmente o país conta com mais de 6.800 cooperativas e cerca de 46 milhões de pessoas afetadas pelo movimento, ou seja, aproximadamente 20% da população brasileira. Isso representa um ótimo cenário, segundo dados coletados do site da OCB (2019)⁴.

Para que o ramo siga crescendo, o cooperativismo conta com opções de financiamentos especiais, visando fomentar o desenvolvimento desse setor. Um dos realizadores do serviço de

² KEIL, Ivete Manetzeder e MONTEIRO, Silvio Tavares. Os pioneiros de Rochdale e as distorções do Cooperativismo na América Latina. 1.ed. Rio Grande do Sul: 1982.

³ Rochdale Quitable Pioneers Society Limited – Sociedade dos Probos de Rochdale.

⁴ ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS <<https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>>

fomento são os bancos de desenvolvimento, tais como o BRDE, instituição financeira escolhida para este estudo. Conforme a Resolução 394/1976⁵ do BACEN:

“Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais, e têm como objetivo precípua proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado”.

O BRDE⁶ objetiva a promoção de ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social da região Sul do Brasil, sendo uma referência em financiamentos de longo prazo para investimentos, apoiando e acompanhando o desenvolvimento de projetos a fim de incentivar a competitividade na região (BRDE, 2019).

Suas principais fontes de recursos são advindas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e de recursos próprios. Em 2018, segundo o relatório de administração e socioambiental⁷ do BRDE, o banco ocupou a primeira posição como repassador de recurso agrícola do BNDES na Região Sul.

METODOLOGIA

A partir disso, relacionam-se as variáveis coletadas para e entender o que afeta o sucesso do cooperativismo no Rio Grande do Sul. Utilizou-se como metodologia a pesquisa exploratória, que, segundo Gil (2008)⁸, tem “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos”.

Criou-se um banco de dados com informações coletadas dos sistemas internos do BRDE. A amostra foi definida pelo número de contratos ativos, sendo 80 cooperativas. Foram tabuladas informações como patrimônio líquido, receita, administração, finalidade básica da

⁵ BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 394. Regulamento que define a competência e disciplina a constituição e o funcionamento dos Bancos de Desenvolvimento. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 04 nov. 1976. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bd.asp>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

⁶ BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. BRDE - Institucional. Região Sul do Brasil, 2019. Disponível em: <http://www.brde.com.br/institucional/>. Acesso em: 14 jun. 2019.

⁷ BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. Relatório de Administração e Socioambiental. Sul do Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.brde.com.br/wp-content/uploads/2019/04/Relatorio-2018-1.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.

⁸ GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

operação, perspectiva setorial e mesorregião. O objetivo disso é o cruzamento de dados e a análise descritiva dos mesmos para mapear o que afeta o sucesso do cooperativismo no Rio Grande do Sul, através do programa IBM SPSS⁹ com análise de Kendall's¹⁰.

Entre as variáveis quantitativas tem-se duas contínuas – patrimônio e receita – e quatro discretas. A receita e o patrimônio correspondem as variáveis contínuas, são valores numéricos fracionados, estão presentes no balanço patrimonial e são repassados ao banco no exercício subsequente. As demais variáveis, as discretas são: a perspectiva setorial, a finalidade básica da operação, a administração e a mesorregião.

Conforme a Lei 6.404/76¹¹, o balanço patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade. O “Patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma pessoa que possam ser avaliados em moeda” (FERREIRA, 2016)¹². Já a Receita, segundo o (CPC, 2012)¹³ “é o ingresso de benefícios econômicos durante o período observado no curso das atividades ordinárias da entidade que resultam no aumento do seu patrimônio líquido”.

Dentre as discretas, a administração, a perspectiva setorial e a finalidade básica da operação variam entre 0 e 12. Sendo 0 quando não se aplica classificação para aquele critério; 1 sendo a melhor classificação e 12 a pior. A administração analisa a gestão da cooperativa, a perspectiva setorial avalia o tamanho da expansão que será realizada com o financiamento, e a finalidade básica da operação analisa como será investido o dinheiro concedido.

A quarta variável discreta, a mesorregião, corresponde ao local onde a cooperativa registrou a sede. O Rio Grande do Sul é composto por sete mesorregiões: Noroeste, Nordeste, Centro Ocidental, Centro Oriental, Metropolitana, Sudeste e Sudoeste.

RESULTADOS

⁹ Statistical Package for the Social Sciences.

¹⁰ É uma estatística usada para medir a correlação de postos entre duas quantidades medidas.

¹¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Brasília, 15 dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm. Acesso em: 12 jun. 2019.

¹² FERREIRA, Ricardo Junior. Contabilidade de Custos. 10 ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2016.

¹³ COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico nº CPC 30 (R1), de 19 de outubro de 2012. Receitas. [S. l.], 2012. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/332_CPC%2030%20\(R1\)%2031102012-limpo%20final.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/332_CPC%2030%20(R1)%2031102012-limpo%20final.pdf). Acesso em: 23 jul. 2019.

Após a tabela pronta, com todas as variáveis das 80 cooperativas preenchidas, verificou-se que na região Noroeste houve uma distribuição maior de financiamento público, contando com 46 cooperativas do ramo estudado entre financiamento ativo e inativo (finalizado), e na região Centro Oriental houve o menor número de contratações.

Verificou-se também, que os recursos emprestados possuem finalidade de investimento fixo na produção, pois a média da amostra foi 1,64. Essa variável não está correlatada positivamente com o patrimônio e a receita nas mesorregiões, o que mostra que entre as cooperativas estudadas, a maior parte utiliza o recurso para o crescimento da mesma.

Quanto a perspectiva setorial, tem-se a média de 3,74, esse valor mostra uma expansão moderada, isto é, sem tanta influência no desenvolvimento. Entretanto, a administração está diretamente relacionada com a perspectiva, com 0,425 de significância positiva, mostrando que quanto melhor a gestão, maior a influência no desenvolvimento regional.

Já o patrimônio, esse está ligado com a receita, quanto maior um, maior o outro, com um coeficiente de correlação positivo. Porém, não significa que quanto maior o patrimônio ou a receita a cooperativa tenha melhor perspectiva setorial. O patrimônio serve para organizar as finanças da cooperativa e manter uma boa receita, mas não está relacionado positivamente ao desenvolvimento das mesorregiões.

CONCLUSÕES

As economias indiretas, cooperativas em nível territorial, deveriam agir em conjunto, algo próprio da economia de distrito, porém, analisando os dados coletados ao longo do estudo, percebeu-se que um dos pontos que afeta o sucesso do cooperativismo é a correlação negativa mostrada tanto pela influência da cooperativa na mesorregião onde atua, como pelo financiamento público ser destinado fixamente na produção e sem correlação positiva com o patrimônio e a receita.

Esta pesquisa deve ser continuada pois não se aplicou o coeficiente de Pearson e sim Kendall's. É necessário aprofundar os estudos com entrevistas e mais dados, além de uma amostra maior para afirmar questões relevantes sobre desenvolvimento e para entender melhor as externalidades positivas que não foi possível obter neste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 394**. Regulamento que define a competência e disciplina a constituição e o funcionamento dos Bancos de Desenvolvimento. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 04 nov. 1976. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bd.asp>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Relatório de Administração e Socioambiental**. Sul do Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.brde.com.br/wp-content/uploads/2019/04/Relatorio-2018-1.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **BRDE - Institucional**. Região Sul do Brasil, 2019. Disponível em: <http://www.brde.com.br/institucional/>. Acesso em: 14 jun. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico nº CPC 30 (R1)**, de 19 de outubro de 2012. Receitas. [S. 1.], 2012. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/332_CPC%2030%20\(R1\)%2031102012-limpo%20final.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/332_CPC%2030%20(R1)%2031102012-limpo%20final.pdf). Acesso em: 23 jul. 2019.

FERREIRA, Ricardo Junior. **Contabilidade de Custos**. 10 ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KEIL, Ivete Manetzeder e MONTEIRO, Silvio Tavares. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do Cooperativismo na América Latina**. 1.ed. Rio Grande do Sul: 1982.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as sociedades por ações**. Brasília, 15 dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm. Acesso em: 12 jun. 2019.

SISTEMA OCB. **História do cooperativismo - Cronologia**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>. Acesso em: 9 jun. 2019.

ATIVISMO FEMININO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA DITADURA MILITAR

Carolina Oliveira Dias¹
Eduarda Marcon Alves²

Resumo

O presente artigo visa compreender os aspectos teóricos que norteiam a atuação política das mulheres em movimentos sociais durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964 - 1985). Para cumprir com esse objetivo, partimos de uma contextualização histórica, apontando as principais causas do golpe. Em seguida, observamos alguns dos desdobramentos desse período atualmente na sociedade brasileira. Após essa discussão inicial, o debate volta-se para o ativismo feminino, destacando-se como se deu a participação e o protagonismo das mulheres nesse período. Para o desenvolvimento do artigo, utilizaremos as metodologias de pesquisa bibliográfica e documental, coletando dados e informações a partir de outros artigos científicos que também abordam o tema. Para além, por tratar-se de uma pesquisa documental, foram utilizadas fontes informacionais, como revistas, jornais e sites. Com a análise, foi possível perceber a importância da luta feminina para a tomada de direitos sociais e como isso influenciou diversos outros movimentos de resistência, além de alavancar as características da luta clandestina. Sabe-se que muitas vezes o papel das mulheres é apagado da história, por isso faz-se necessário a retomada de uma construção narrativa que retrate a força e resistência feminina.

Palavras Chaves: Ditadura Militar; Mulheres; Política; Ativismo;

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar o contexto o qual se instalou a ditadura civil-militar no Brasil, que ocorreu durante o período histórico que corresponde de 1964 a 1985, abordando as questões iniciais do mesmo e mostrando os movimentos de luta social liderados por mulheres assim como sua participação efetiva na política durante o período. Durante o governo do presidente João Goulart (de 1961 a 1964), derrubado por um golpe de Estado, o tema das reformas de base ganhou crescente relevância, visto que o país havia vivido grandes

¹ Graduanda em Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, bolsista de pesquisa FAPERGS; carolinaoliveira164@gmail.com.

² Graduanda em Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa; dudamarcona@hotmail.com. Orientadora: Marina dos Santos Landa. Doutoranda em Ciência Política (UFPel) e Professora Substituta do curso de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa Campus São Borja; marislanda@gmail.com.

modificações desde os anos 1940, de modo que, ao assumir o cargo, Jango encontrou muitos problemas sociais e econômicos que precisavam ser resolvidos com urgência. A instauração de um governo militar teve grande apoio popular na época devido a este e outros fatores, como o medo da instauração de um regime econômico comunista no Brasil. Já durante o referido período, aborda-se também os tratamentos sofridos pelas mulheres guerrilheiras quando submetidas a torturas, prática aceita na época nos conhecidos popularmente como “porões da ditadura”. Finalmente iremos abordar os movimentos sociais, tal como o Movimento da Anistia. Além disso, será tratado da luta das mães a procura de seus filhos, como o caso da famosa estilista Zuzu Angel.

DESENVOLVIMENTO

O contexto sociopolítico que precedeu o golpe de tomada de poder civil-militar

Jânio Quadros assume a presidência de forma democrática em janeiro de 1961, renunciando 6 meses após, seu vice, João Goulart, tomando seu lugar. Jango era um representante trabalhista, levantando um grande debate popular sobre sua figura. Seus principais planos visavam a diminuição das desigualdades sociais, reformas bancárias e eleitorais e a reforma agrária. Sua posse enfatizava a necessidade de um referendo popular ao novo regime. As seções mais conservadoras (militares e civis) do Brasil sentiram seu poder econômico ameaçado, devido ao medo da instauração de um regime econômico comunista no Brasil (contexto mundial de Guerra Fria). Em 1 de abril de 1964 se iniciou o golpe de tomada de poder contra Jango, que, para evitar uma possível guerra-civil, não reagiu e seguiu para o exílio no Uruguai. O primeiro militar que foi posto ao poder foi Humberto de Alencar Castelo Branco, escolhido para terminar o mandato de cinco anos do até então presidente eleito democraticamente, no entanto acabou ficando um ano a mais que o previsto no poder.

Resistência: mulheres que foram à luta.

Ainda que diante de intensa repressão política, mulheres (principalmente membros de periferias e militantes feministas) retomaram diversos movimentos sociais a favor das liberdades, anistia política e melhores condições de saúde e trabalho. Através de sindicatos, associações como clubes de mães, movimentos a favor das creches e contra o aumento do custo

de vida e mesmo partidos políticos, mesmo que em menor número, a luta das mulheres estava presente. Diante do cenário conservador da época, a luta pela construção de creches como garantia de um lugar seguro para as crianças para que as mães pudessem trabalhar era vista como um enfrentamento direto a cultura patriarcal. As mesmas se organizavam através de reuniões e seminários em sindicatos (muitas vezes clandestinas) e de manifestações para demonstrar a importância do tema. As mesmas obtiveram sucesso nessa luta, pois o direito a creche foi introduzido à Constituição Federal e passou a ser considerado como um direito da criança à educação, bem como das mães e pais trabalhadores. Apesar de o movimento pela anistia (liderado por mulheres) ter sido criado apenas em 1975, a luta feminina seguia desde o século XIX, buscando combater as diversas formas de opressão postas ao sexo feminino, inspiradas pelo movimento feminista que começou a tomar forças na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, reivindicando diversos direitos individuais, como o de participação política, estudo (visto que, neste período, apenas mulheres de famílias ricas tinham direito a ingressar em faculdades) e trabalho. Conquistas no Código Civil da época como a Lei 4.121, conhecida como Estatuto da Mulher Casada³, assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também foram fruto de grande luta feminina.

Em 1968, durante o regime civil-militar, as atrizes Eva Todor, Eva Wilma, Tônia Carreiro, Leila Diniz, Odete Lara, Cacilda Becker e Norma Bengel protestaram ativamente contra a censura. O feminismo ainda não era um movimento organizado no Brasil, mas a partir de 1970 as expressões feministas tiveram mais poder e se destacaram por lutar ao lado dos homens contra a ditadura que assolava o país. O surgimento do feminismo na América Latina dos anos 70 coincide, com a urgência em frear os regimes autoritários e foi durante esse período que se realizou a atuação das mulheres no interior dos grupos armados. Centena de mulheres, como é o exemplo de Elza Monnerat, em sua maioria jovens com menos de trinta anos, tiveram participação direta na luta armada. Muitas foram presas e torturadas. Contudo, nem sempre eram completamente aceitas em organizações na qual os homens também participavam. Elza Monnerat foi integrante da direção do PCB e uma das primeiras a se instalar na Guerrilha do Araguaia, sendo presa em 1976. A tortura recebida pelas mulheres era diferente daquela

³ O Estatuto da Mulher Casada revogou os códigos Cíveis de 1916, os quais igualavam o status civil da mulher casada ao dos menores, tornando-a civilmente incapaz, com estrutura do Código baseada no conceito de pátrio poder.

destinada aos homens, visto que, quando capturadas, eram obrigadas a ficarem nuas em frente dos agentes e sofriam, muitas vezes, violência sexual. Em outros casos, eram colocados choques elétricos em seus órgãos genitais, e muitas vezes na frente de seus filhos, que poderiam servir como “objeto de negociação” através da ameaça de torturar os mesmos, crianças, para que as mulheres revelassem informações sigilosas.

Mesmo muitas mulheres estando ligadas ao catolicismo, as mesmas se reuniam em paróquias, organizando a participação social das mulheres no decorrer do período ditatorial. Assim surgiram as associações de bairro, oposições sindicais e o Clube de Mães, composto por mulheres à procura de seus filhos desaparecidos durante o período mais violento do regime (Governo Médici). No Rio de Janeiro em 1970 surge a Comissão de Violência; aproximadamente um ano depois, a preocupação com a violência contra a mulher levou a criação do Centro de defesa dos Direitos da Mulher, em Belo Horizonte, discutindo-se questões como o divórcio, a violência doméstica, a sexualidade, o aborto, o estatuto civil das mulheres. Também preocupadas com a crescente violência e repressão, principalmente após a morte do estudante Edson Luís de apenas 16 anos, surge a União Brasileira de Mães em 1968. Uma das mães que buscou incansavelmente pelo seu filho, foi Zuleika Angel Jones (“Zuzu Angel”), uma das mais importantes estilistas da história brasileira da moda e mãe de Stuart Angel Jones, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, torturado e assassinado pela ditadura militar. Zuzu lutou por informações sobre o filho e pelo direito de sepultá-lo, denunciando os abusos por parte dos militares para a imprensa internacional, bem como a órgãos competentes, realizando em 1971 um desfile no consulado brasileiro de Nova York com elementos da moda que denunciavam a situação, com estampas que representavam tanques de guerra, meninos aprisionados e anjos amordaçados. Em 1976, Zuzu morreu no que foi dito como um acidente de carro segundo classificação do governo militar. Porém, em 1998, a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos julgou o caso e reconheceu o regime como culpados pela morte da renomada estilista. A partir desses grupos se originou o Movimento Feminino pela Anistia, que uniu mulheres e homens.

O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)

Observa-se que as mulheres foram liderança e constituíram grande papel na luta pela anistia em diversas organizações. O Movimento Feminino pela Anistia foi criado em 1975 na

cidade de São Paulo idealizado por Terezinha Zerbini, com o objetivo de lutar pela anistia aos perseguidos políticos durante o período ditatorial do Brasil, um ano após a posse do presidente General Ernesto Geisel, que em seu governo pôs em pauta uma política de distensão para uma via democrática. O MFPA foi a primeira entidade a levantar a bandeira da anistia, e era composto por mulheres que não necessariamente eram parentes ou relacionadas diretamente aos presos e exilados políticos, mas mulheres que abriram as portas de suas casas de forma clandestina com solidariedade pelo outro, como demonstra o exemplo de Terezinha, que abrigou em sua casa políticos perseguidos, mesmo após sua prisão pelos militares. Embora houvessem defensores da anistia aos perseguidos políticos desde os primeiros anos do regime civil-militar, o movimento somente ganhou forças quando Terezinha, sua líder, realizou os primeiros núcleos de organização do MFPA. Em seguida, o movimento uniu-se a outras organizações que lutavam por objetivos semelhantes em outros países da América Latina, como por exemplo o Uruguai, a Argentina e outros países que também enfrentaram ditaduras entre as décadas de 60 a 80.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notou-se que, através de associações e clubes, mulheres se uniram a favor da construção de creches e contra o aumento do custo de vida, desafiando o papel que lhes era atribuído na época. A participação feminina em sindicatos, ainda que sob intensa repressão e perseguição por parte do governo, levou a retomada e organização de diversas lutas sociais por liberdade, anistia política, saúde e melhores condições de trabalho, pontos a serem melhor explorados ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Diante disso, ressalta-se a importância das mulheres para o Movimento pela Anistia, iniciado e organizado majoritariamente por lideranças femininas em 1975. Esta luta travada pelas mulheres brasileiras teve grande inspiração nos movimentos feministas de resistência surgidos na Europa durante a Segunda Guerra Mundial por participação política e direito a estudo e trabalho, ambas levando a mudanças constitucionais que trouxeram grandes conquistas jurídicas para as mulheres. Nomes como Eva Todor, Eva Wilma, Tônia Carreiro, Leila Diniz, Odete Lara, Cacilda Becker e Norma Bengel tornaram-se importantes em 1968 com a luta contra a censura, figuras cuja memória pretende ser melhor resgatada através deste artigo, dentre outras Pontos como a religião e o contraste

com o surgimento do movimento feminista na América Latina dos anos 70 merecem ser melhor explorados, tendo a violência armada tido grande influência sobre ambos para a formação do pensamento feminino coletivo da época através do movimento União Brasileira de Mães que buscava lutar contra a violência e o desaparecimento de seus filhos. Após análise histórica, é possível perceber a importância da luta feminina para a tomada de direitos sociais e como isso influenciou diversos outros movimentos de resistência, além de alavancar as características da luta clandestina. Sabe-se que muitas vezes o papel de luta feminino é apagado na história, por isso a retomada de uma construção narrativa que retrate sua força e resistência é de extrema importância para evitar a hegemonia do poder masculino ao longo da história, ressaltando o papel do feminismo não apenas como uma narrativa de empoderamento, porém observando sua prática através dessas lutas.

Doutro, o período civil-militar muitas vezes é apontado como algo que teria sido positivo para o Brasil por seus apoiadores, deixando de lado todas as sequelas causadas pelo mesmo como tendo sido um dos períodos mais sangrentos da história brasileira, carregado com torturas e episódios de perseguição de opositores e práticas corruptas dos militares. Além disto, este período teve grande impacto na desigualdade socioeconômica que conhecemos hoje em dia, carregando mazelas que ainda são necessárias acrescentar a debates para buscar medidas para corrigi-las. Finalmente, o período civil-militar brasileiro assim como a importância da participação feminina nas lutas de resistência fazem-se necessários a serem estudados e lembrados afim de fortalecer a memória histórica. Trazendo o assunto para a contemporaneidade, é de suma importância enfatizar o reconhecimento da existência de mulheres que foram à luta, a fim de buscar uma possível saída para combater a retirada de direitos políticos e sociais apesar a repressão cometida pelos militares durante o período citado. Estas discussões são importantes pois contribuem para a formação de uma consciência crítica em um país que enfrenta diversos desafios para a consolidação da democracia, tendo os movimentos sociais como grandes agentes de luta para tal. Faz-se necessário continuar a estudar, refletir e debater sobre este período, para que a história não se repita.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

DALLARI, Dalmo A. **A ditadura brasileira de 1964**, [S. l.], p. 1-5, [21--]

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LEMOS, Renato. **Ditadura militar, violência política e anistia**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Londrina, p. 1-8, 2005.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: O que ficou escondido. In: **XXI Congresso Internacional da LASA**, 1998, Chicago. [s. n.], 1998.

TOMAZONI, LARISSA. A mulher na ditadura militar: Uma análise das limitações e consequências da participação da participação política feminina. **UniBrasil**, [S. l.], p. 1-12, 1 jun. 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. [S.l: s.n.], 2001.

CPODC. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-informacao-sni>> Acesso em: 28/05/2019.

GALETTI, Camila. Ditadura e resistência: Mulheres que foram à luta. **Esquerda e Diário**, Brasília, p.1, 1 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Ditadura-e-resistencia-Mulheres-que-foram-a-luta>> Acesso em: 26/05/2019.

GUIMARÃES, Juca. Mulheres foram protagonistas da resistência armada à ditadura. FUP, [S.l.], p.1, 8 set. 2018. Disponível em: <<https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/23260-mulheres-foram-protagonistas-da-resistencia-armada-a-ditadura>> Acesso em: 26/05/2019.

BRASIL. Presidência da República. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm> Acesso em: 28/05/2019.

POLÍTICAS DE MEMÓRIAS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS COMISSÕES DA VERDADE BRASILEIRA E URUGUAIA

Caio Paglis Marques Plácido¹
Laura Feijó de Souza²

Resumo

Este trabalho pretende analisar, através de uma comparação, os resultados decorrentes da instalação de Comissões da Verdade no Brasil e no Uruguai. Para tanto, serão considerados: as medidas tomadas, a duração da política e os principais resultados divulgados pelas comissões. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada em 2011 através da lei 12.528/2011 sancionada pela presidenta Dilma Rousseff em 2012, tendo duração até 2014. Composta originalmente por 8 membros, ela promoveu pesquisas documentais, recolhimento de depoimentos, realização de audiências públicas, promoção da verdade, a reconciliação da sociedade nacional, produção de laudos periciais, realização de diligências técnicas e o relatório final em três volumes. A *Comisión para la Paz* se deu através da lei 858/000, no mandato do presidente Jorge Bale. Composta por 6 membros, teve vigência de 9 de agosto de 2000 a 10 de abril de 2003. Ela desenvolveu entrevistas com integrantes das forças policiais e militares para liberação de informações de forma voluntária e classificação das denúncias em 4 grupos. A reflexão e comparação entre as Comissões contribui para o reconhecimento da importância das Políticas de Memória e para a luta por memória, verdade e justiça.

Palavras Chaves: Políticas de Memória; Comissões da Verdade; Doutrina de Segurança Nacional.

INTRODUÇÃO

Em um primeiro momento este resumo expandido busca explicar a forma como se deu a metodologia abordada para a realização do presente trabalho, permitindo a comparação de ambas as comissões citadas. Em seguida, a proposta é abordar a Doutrina de Segurança Nacional enquanto mecanismo de coerção no Cone-Sul, e nesse caso, sobretudo no Brasil e Uruguai. As explicações de como se deram a Comissão Nacional da Verdade, *Comisión Investigadora sobre la Situación de Personas Desaparecidas y Fechos que lá motivaram e*

¹ Graduando em Ciências Sociais no Instituto de Sociologia, Filosofia e Política da Universidade Federal de Pelotas; caiopaglis97@gmail.com; bolsista no Programa Voluntário de Iniciação à Pesquisa – PVIP/UFPel.

² Graduanda em Ciências Sociais no Instituto de Sociologia, Filosofia e Política da Universidade Federal de Pelotas; laurasouzaf@hotmail.com; bolsista no Programa Voluntário de Iniciação à Pesquisa – PVIP/UFPel.

sobre a *Comisión Para lá Paz* aparecem posteriormente, apontando a formação das mesmas, bem como suas principais medidas e resultados.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para este trabalho se deu com o preenchimento de quadros da classe política “medidas de justiça”, os quais o tipo de política eram as políticas de memória, bem como consultas aos referenciais trabalhados no Núcleo de Pesquisa Sobre Políticas de Memória da Universidade Federal de Pelotas, sendo os quadros materiais das pesquisas realizadas no Núcleo. Os quadros utilizados competem especificamente às Comissões da Verdade do Brasil e do Uruguai, os quais as informações coletadas na realização do preenchimento dos quadros mencionados abrangem a identificação do país no qual foi implementada a comissão, seu ano de criação, período de vigência, a lei criadora, o (a) presidente (a) da república que instituiu a política, o partido político do (a) presidente (a), ano do mandato presidencial em que foi criada a comissão, quem eram os (as) comissionarias (as), as medidas abrangidas durante a implementação da política e seus principais resultados. O preenchimento dos quadros foi respaldado por fontes dos sites oficiais dos governos brasileiro e uruguaio, foram preenchidos dois quadros, o que diz respeito à Comissão Nacional da Verdade e o da *Comisión para lá Paz*.

O presente resumo expandido propõe brevemente constatar as semelhanças e diferenças de ambas as comissões, de modo a levar em conta que os dois países viveram sob a determinação de uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN), dentre outras características.

DESENVOLVIMENTO

As ditaduras do Cone-Sul foram encabeçadas pela Doutrina de Segurança Nacional, tal coerção é designada pela extinção do pluralismo político, o que seria um aspecto fundamental para a resolução de conflitos no contexto referido (PADRÓS, p.144). Nessa perspectiva, qualquer concepção que aponte a evidência de forças contrárias ao que seria entendido como ordem social aos interesses da “nação” deveria ser combatida, ou seja, o perigo mora nas ideologias discrepantes, diferentes das locais e impostas pelos governos autoritários. Os fatos históricos mostram que os cidadãos que pertenciam a ideologias opositoras às do Estado eram

considerados inimigos dos interesses da unidade nacional, e o inimigo, na visão da Doutrina não tem direito de pertencer à nação. A função disciplinadora da concepção de pátria (nação) como unidade está implícita em sua aceitação, portanto, a DSN associou diretamente o “subversivo” como contaminado por ideias “estranhas” ao comunismo, que abrangeu todas as formas de descontentamento do regime vigente. Logo, a subversão sempre foi presente no discurso da Doutrina, pois ela legitimava o Estado de Segurança Nacional e o terror de Estado.

As políticas de memória são recursos para promover políticas públicas, que têm o objetivo de rememorar os acontecimentos vividos e promover a justiça às populações dos países devastados pela ditadura militar, responsabilizando o Estado pelos crimes cometidos e as violações gravíssimas aos direitos humanos ocorridas durante os regimes ditatoriais, onde seguia-se a Doutrina de Segurança Nacional. As Comissões da Verdade abordadas neste resumo dizem respeito à um tipo específico de política de memória, sendo esse as “medidas de justiça”.

Nessa perspectiva elencamos a Comissão Nacional da Verdade do Brasil, que foi criada em 18 de novembro de 2011 pela Lei nº 12.528/2011 sancionada pela então presidenta da república Dilma Vane Rousseff, eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) ao final de seu primeiro mandato presidencial. O período de atuação da Comissão da Verdade brasileira teve duração de dois anos e sete meses, sendo que ao mês de dezembro de 2013 o prazo de vigência da Comissão estendeu-se até dezembro de 2014 amparada legalmente pela Medida Provisória nº 632.

A composição da Comissão se deu por 8 membros oficiais, sendo eles: Claudio Lemos Fonte lês, professor de doutrina social da Igreja no curso de Teologia da Arquidiocese de Brasília; Gilson Lanhar Dipo, advogado; José Carlos Dias, advogado criminalista; José Paulo Cavalcanti Filho, advogado; Maria Rita Kehl, psicanalista, ensaísta e jornalista; Paulo Sérgio Pinheiro, professor titular de Ciência Política e pesquisador associado ao Núcleo de Estudos da Violência da USP; Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, advogado e professor titular da USP; Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada, criminalista e professora universitária. Os conselheiros Claudio Lemos Fonteles e Gilson Langaro Dipp se desligaram da Comissão antes do término de vigência. O conselheiro Pedro Dallari, advogado e professor titular da USP, foi nomeado em 03/09/2013, tendo permanecido na Comissão até o final das suas atividades.

As medidas abrangentes durante a implementação da política foram distribuídas em subcomissões, sendo elas a subcomissão de “pesquisa, geração e sistematização de informações”, a subcomissão de “relações com a sociedade civil e instituições” e a subcomissão de “comunicação externa”. A CNV, além da realização de pesquisas documentais, recolheu milhares de depoimentos, realizou audiências públicas e diligências pelo Brasil, realizou exames periciais diretos e indiretos e produziu laudos, além de realizar diligências para reconhecer e caracterizar locais de detenção onde ocorreram violações dos direitos humanos no período de 1946 a 1988. A CNV produziu o seu relatório final em 3 volumes distintos, sendo eles: “Relatório da CNV: Volume I”, “Relatório da CNV: Volume II - Textos Temáticos” e “Relatório da CNV: Volume III - Mortos e Desaparecidos”. É interessante mencionar que, no caso brasileiro, a luta pela memória e pela verdade se seguiu durante todo o período do regime militar, sendo que em 1979, após intensas mobilizações sociais, foi promulgada em 1979, a Lei nº 6.683 pelo então presidente João Batista Figueiredo. A lei é popularmente conhecida como Lei da Anistia, e a ela compete anistiar aqueles que, durante o período de 1961 a 1979, cometeram “crimes políticos” e/ou eleitorais, que tiveram seus direitos políticos impedidos. Outras políticas de memória também foram promulgadas no Brasil, como é o caso da lei nº 9.140/1995, que reconhece o Estado como responsável pelos casos de mortes e desaparecimentos de 362 militantes, e a lei nº 10.559/2002, responsável pela criação da Comissão de Anistia que concedeu reparação de caráter econômico dentre outros direitos para milhares de brasileiros.

O Uruguai contou com duas Comissões da Verdade, sendo a primeira instituída em seguida do final do período ditatorial, em 1985, recebendo o nome de Comisión Investigadora sobre la Situación de Personas Desaparecidas y Hechos que la Motivaron, sob a Lei nº 15.848, artigo 4º. As medidas abrangidas durante a vigência da política foram coletas de testemunhos de vítimas sobreviventes e familiares de vítimas. Entretanto, esta por sua vez, tem o alcance do relatório considerado pequeno, em razão dos trabalhos realizados terem sido dedicados com exclusividade a identificação de desaparecidos políticos. Por esse motivo, essa comissão não é considerada a oficial do país. Nesse sentido, constata-se que embora no Uruguai o exercício do resgate da memória tenha sido vagaroso, políticas de memória começaram a ser implementadas logo ao fim do período autoritário. (PALERMO, 2009. p. 391-411 apud GALLO, 2014).

Em 1994, Julio María Sanguinetti volta à presidência do país, onde permaneceria de 1995 a 2000. No entanto, Sanguinetti não mudou o panorama em relação à impunidade, bem como a violação de direitos humanos na ditadura. Quando o Caso “Gelman”, que diz respeito ao ocorrido de sequestro, morte e desaparecimento da militante política María Claudia García de Gelman, que fora sequestrada em Buenos Aires em 1976, grávida e levada para Montevidéu, desaparecida pouco tempo depois de dar à luz a filha tornou-se público, o presidente mostrou-se receptivo à explanação, mas em seguida paralisou as investigações e declarou “*En Uruguay no desapareció ningún niño*” (SANGUINETTI, 2000 apud DEL RÍO, 2016) reafirmando seu discurso negacionista.

CONCLUSÃO

O direito à verdade, o qual se propõe as comissões da verdade, surge como uma resposta frente a falta de esclarecimento sobre os crimes de violação de direitos humanos dos Estados onde houveram ditaduras. Ele possui duas dimensões, a primeira tange o direito da sociedade civil de conhecer sobre os crimes, e a segunda obriga o Estado a investigá-los, tornando-se assim sua obrigação legal. As comissões da verdade são mecanismos oficiais, temporários e de constatação de fatos e se ocupam da investigação dos abusos dos direitos humanos. Dessa forma, o trabalho das CNV’s compete uma maneira de reconhecimento e dignificação das experiências das vítimas além de serem uma fonte fundamental de informação, como também permite a elaboração de políticas públicas e formas de reparação que sejam adequadas a realidade de cada país onde elas foram instauradas. As duas comissões da verdade aqui comparadas revelam a metodologia participativa e democrática das CNV’s, uma vez que a construção dos relatórios, para além da realização de laudos e perícias, recolheu depoimentos das partes envolvidas e promoveu amplo debate acerca do tema nos períodos de atuação das comissões. Apesar dos esforços e do trabalho altamente qualificado realizado pelos (as) comissionários (as), a breve comparação entre as comissões da verdade brasileira e uruguaia evidencia que a responsabilização por parte do Estado pelos crimes cometidos de violação dos direitos humanos nos períodos de regime militar foi tardia em ambos os países. No caso brasileiro, foram 29 anos e no uruguaio, embora tenha se instaurado uma primeira comissão nacional da verdade ao final do período ditatorial – considerada inválida - foram necessários

15 anos para que o Estado finalmente fosse responsabilizado pelos seus atos, ainda que, como no caso brasileiro, fossem implementadas outras políticas de memória. Essa demora no acesso à verdade dificulta no reconhecimento dos crimes e colabora para que discursos e ações negacionistas tomem força, reforçando e perpetuando legados autoritários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html> Acesso em: 7 ago 2019.

FICO, Carlos; FERREIRA, De Moraes Marieta; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Ditadura e Democracia Balanço Histórico e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GALLO, Carlos Artur. Comissões da Verdade em Perspectiva comparada: Notas sobre a experiência Uruguiaia, Chilena e Argentina. Albuquerque: **Revista de História** - volume 6, n. 11, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/4059> Acesso em: 6 ago 2019.

INFORME FINAL DE LA COMISIÓN PARA LA PAZ. Disponível em: https://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/commissions/Uruguay-Report_Infomal.pdf Acesso em: 7 ago 2019.

RÍO, Andrés del. Justiça Transicional no Uruguai: os labirintos da dimensão da justiça (1985-2016). **Revista Política Hoje** - volume 25, n. 2 (2016) - p. 21 - 53. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/viewFile/8666/14659> Acesso em: 5 ago, 2019.

POLÍTICAS DE MEMÓRIA NO CHILE PÓS-DITADURA: UM BREVE PANORAMA

Pedro Henrique Correia de Andrade¹

Resumo

O presente trabalho está inserido no contexto do projeto de pesquisa denominado “Políticas de memória em perspectiva comparada: levantamento das principais políticas implementadas no Cone Sul, Espanha e Portugal”, do Núcleo de Pesquisa em Políticas de Memória (NUPPOME) da Universidade Federal de Pelotas. O objetivo deste trabalho é apresentar o panorama geral de políticas implementadas no Chile, que viveu um período de ditadura militar entre os anos de 1973 e 1990. As políticas de memória a serem apresentadas com este trabalho foram analisadas a partir de um quadro modelo, utilizado para futuras comparações com outras políticas semelhantes dos demais países, e estão divididos nos seguintes tipos de medidas: de justiça, de reparação ou simbólica. Foram produzidos até o momento, em relação ao Chile, cinco quadros, sendo um de medida de justiça, dois de medidas de reparação e dois de medidas simbólicas. Pode-se perceber que o Chile foi um país bem célere na implementação de políticas de memória, criando a comissão da verdade ainda nos primeiros meses depois da posse do novo governo. Além disso, as medidas de reparação alcançaram um grande número de pessoas direta ou indiretamente afetadas pelo regime militar.

Palavras Chaves: Justiça de Transição, Políticas de Memória, Ditadura de Segurança Nacional

INTRODUÇÃO

O presente trabalho está inserido no contexto do grupo de pesquisa denominado “Políticas de memória em perspectiva comparada: levantamento das principais políticas implementadas no Cone Sul, Espanha e Portugal”, do Núcleo de Pesquisa em Políticas de Memória (NUPPOME) da Universidade Federal de Pelotas. O objetivo da pesquisa é identificar e analisar, com base numa perspectiva comparada, as principais políticas públicas que foram formuladas e implementadas em países que passaram por períodos autoritários para lidar, com o retorno à democracia, com o saldo da repressão praticada durante as ditaduras por agentes do estado. Desta forma, busca-se identificar as principais políticas implementadas, como surgiram, os atores e instituições envolvidas no processo de formulação das mesmas, analisar os efeitos das políticas e se seus objetivos foram atingidos, comparar as políticas implementadas nos

¹ Graduando em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia, Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista Voluntário pelo Programa Voluntário de Iniciação à Pesquisa - PVIP/UFPel. Contato: andradepedrohc@gmail.com

países mencionados e identificar elementos que auxiliem na compreensão dos motivos pelos quais as experiências de cada país se tornam únicos ou não.

Esta análise é feita a partir do estudo da Justiça de Transição, entendida como o conjunto de esforços realizados para lidar com o legado de violência e violação dos direitos humanos praticados por regimes autoritários (QUINHALHA, 2012; ALMEIDA, 2017).

O trabalho em questão busca apresentar o panorama geral de políticas implementadas no Chile. O país viveu uma ditadura a partir de setembro de 1973, quando os militares, sob o comando do general Augusto Pinochet, derrubaram o presidente Salvador Allende, com justificativa de uma caça ao comunismo, influenciados pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. O regime durou até o ano de 1990, quando Patricio Aylwin foi o primeiro presidente democraticamente eleito do Chile no momento da transição para a democracia.

METODOLOGIA

As políticas de memória a serem apresentadas com este trabalho foram analisadas a partir de um quadro modelo, utilizado para futuras comparações com outras políticas semelhantes dos demais países, e estão divididos nos seguintes tipos de medidas: de justiça, de reparação ou simbólica (DELGADILLO, 2015). Foram produzidos até o momento, em relação ao Chile, cinco quadros, sendo um de medida de justiça, dois de medidas de reparação e dois de medidas simbólicas.

RESULTADOS

Como medida de justiça, temos a Comissão Nacional de Verdad y Reconciliacion, criada no primeiro ano de mandato do primeiro presidente eleito após a ditadura de Pinochet (1990), Patricio Aylwin, Decreto Supremo nº 355. Comissão constituída por pessoas tanto de esquerda quanto de direita. Recebeu 3550 denúncias e reconheceu 2279 pessoas como vítimas, além do encaminhamento por meio de relatório final de uma série de medidas de reparação.

Foram analisadas duas mediadas de reparação, sendo uma a Corporación Nacional de Reparación y Reconciliacion, criada em 1992 (atuando até dezembro de 1996), ainda pelo presidente Patricio Aylwin, para implementação das medidas de reparação contidas no relatório da comissão da verdade e reconciliação (CNVR), como pensões, benefícios de saúde e

benefícios educacionais. Reconheceu 899 novos casos de violação de direitos humanos, além dos contemplados na CNVR. Concedeu pensões e benefícios de saúde para 4886 pessoas e benefícios educacionais para 3200 filhos de vítimas.

Outra medida de reparação, criada em 2004, garantiu benefícios para vítimas de prisão e tortura reconhecidos pela Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura. Garante benefícios monetários, médicos, reabilitação física para lesões causadas por torturas, benefícios educacionais para filho ou neto de preso ou torturado político, subsídios habitacionais, isenção de serviço militar para filhos, netos, irmãos e primos de vítimas e eliminação de condenações efetivadas por tribunais militares. Foram concedidos benefícios para 6011 pessoas.

Como medidas simbólicas temos o Museo de la Memoria e de los Derechos Humanos, inaugurado em 2010, pela presidente Michelle Bachelet, no último ano de seu primeiro mandato, como resultado de uma das recomendações da CNVR, visando dar visibilidade às violações de direitos humanos cometidas, dignificar as vítimas e seus familiares e estimular a reflexão e o debate sobre a importância do respeito e da tolerância, para que estados de exceção nunca mais se repitam. Conta com um arquivo com documentos escritos, depoimentos, material de imprensa, material histórico e registros fotográficos.

Outra medida simbólica é o Londres 38: espacio de memorias, criado em 2007, a partir de demanda do Colectivo de Detenidos y Sobrevivientes y Familiares y Compañeros de Detenidos Desaparecidos de Londres 38. Constitui-se como um espaço de diálogo, promoção e sistematização de construção de memórias, investigação histórica, criando fontes, como documentos, registros orais e publicações, criação de um arquivo digital, conservação e recuperação arquitetônica e museográfica do espaço. Busca visibilizar e denunciar a impunidade, impulsionando medidas para avançar com a verdade e a justiça sobre as violações de direitos humanos durante a ditadura.

CONCLUSÕES

Pode-se perceber que o Chile foi um país bem célere na implementação de políticas de memória, implementando a comissão da verdade ainda nos primeiros meses depois da posse do novo governo. Além disso, as medidas de reparação alcançaram um grande número de pessoas direta ou indiretamente afetados pelo regime militar.

Cabe salientar que a presente pesquisa ainda está em andamento, sendo necessários maiores aprofundamentos sobre a realidade de cada país, bem como a comparação entre eles, a fim de atingir os objetivos finais da pesquisa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Eneá de Stutz. Uma Breve Introdução à Justiça de Transição no Brasil. In: ALMEIDA, Eneá de Stutz (org.). **Justiça de Transição no Brasil: Apontamentos**. Curitiba: CRV, 2017.

DELGADILLO, Juan Mario Solis. **Los Tiempos de la Memória en las Agendas de Argentina y Chile**. 1ª ed. Buenos Aires: Eudeba, 2015.

QUINALHA, Renan Honório (2012). **Justiça de Transição: Contornos do Conceito**. Dissertação de Mestrado em Direito. São Paulo: Universidade de São Paulo.

DA CONSTRUÇÃO RETÓRICA À CONTRADIÇÃO PRÁTICA: AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS SOB A ÓTICA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Gabriela Tamiris Rosa Corrêa¹
Henrique Jorgielewicz Rogovschi²

Resumo

Atualmente, o sul global detém maior relevância sistêmica, visto os maiores níveis de crescimento econômico e a progressiva concertação política entre estas nações. Neste sentido, imiscuídos em uma aproximação progressiva, Brasil e China figuram-se como significativos parceiros neste cenário. Destarte, a pesquisa orienta-se sob o seguinte problema: Entre 1990 e 2016, é possível analisar as relações entre Brasil e China sob a perspectiva teórica-conceitual da Cooperação Sul-Sul? A hipótese salienta que, não obstante a magnitude da China para o desenvolvimento brasileiro, a associação sino-brasileira, apesar da retórica Sul-Sul, assume uma configuração prática vertical, com uma balança favorável aos chineses. Neste contexto, os objetivos do trabalho são: (i) compreender se as relações sino-brasileiras projetam-se no panorama da Cooperação Sul-Sul; (ii) analisar os preceitos da Cooperação Sul-Sul; e (iii) ponderar variáveis econômico-políticas pertinentes nas relações entre Brasil e China, como: atuação de empresas privadas, inversões estrangeiras diretas, trocas comerciais, número de acordos bilaterais firmados entre os dois países e iniciativas conjuntas no sistema internacional. Para tanto, o método empregado será o hipotético-dedutivo, através de análise bibliográfica e documental. Os resultados esperados manifestam a compreensão do vetor cooperativo Brasil-China, determinando se este denota ou não a tipologia de relações defendida pela égide conceitual da Cooperação Sul-Sul.

Palavras Chaves: Brasil; China; Cooperação Sul-Sul; Relações Sino-Brasileiras.

A COOPERAÇÃO SUL-SUL

O término da 2ª Guerra Mundial consistiu em um significativo ponto de giro nas relações internacionais. Se por um lado o período caracteriza-se pela ascensão de uma potência ao *standard* de potência hegemônica, por outro, marca o advento de uma onda decolonial que acarretou no surgimento de distintos países. Tal fato impactou na reorganização do sistema internacional e, assim, destacou a emergência de um posicionamento comum entre os países do

¹ Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria; E-mail: gabrielatamiris@outlook.com.

² Graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria; E-mail: henriquejrogovschi@gmail.com

Terceiro Mundo. Em 1955, ocorre a Conferência de Bandung. Esta iniciativa caracteriza uma importante tentativa de união dos países que estavam alheios ao “centro” da política internacional. “Bandung, assim, representava uma tentativa de inverter a lógica da Guerra Fria e propor o debate Norte-Sul, ao invés do Leste-Oeste, e se posicionar como um polo de poder alternativo que tornaria a Guerra Fria bem mais complexa do que aparentemente poderia parecer.” (PEREIRA; MEDEIROS, 2015, p.6).

Isto posto, o exercício da cooperação Sul-Sul admite características singulares e o principal objetivo desta tipologia de cooperação é a criação de mecanismos conjuntos para a superação do subdesenvolvimento, principalmente através da cooperação técnica.. “A expansão da CSS, iniciada nas décadas de 1950 e 1960, não é vista como um desdobramento da CID, mas como consequência do desenvolvimento dos PED em diversas áreas” (TOMAZINI, 2017, p. 31). Portanto, a Cooperação Sul-Sul caracteriza-se como uma perspectiva alternativa às práticas da Cooperação para o Desenvolvimento. (CAIXETA, 2014) Isto posto, a Cooperação Sul-Sul caracteriza-se pelas seguintes variáveis: “respeito à soberania dos PED; não interferência em assuntos internos nos países que recebem cooperação; horizontalidade (referem-se mutuamente como parceiros, e não como doador e receptor); e ganhos mútuos entre os cooperantes” (TOMAZINI, 2017, p. 31).

Essa modalidade de cooperação passou a ser vista como mais eficiente na promoção do desenvolvimento por três razões principais: pela maior aplicabilidade de soluções concebidas nos países do Sul [...] pelo deslocamento das atividades de pesquisa nos países industrializados para o setor privado [...] pela ausência ou grau reduzido das condicionalidades” (AYLLÓN; LEITE, 2009, 17).

Contudo, apesar da importância desta tipologia cooperativa, ela estabelece alguns desafios, principalmente no que tange às crescentes assimetrias entre os membros do sul global (POZZATTI; ROGOVSCHI, 2018, p. 38). Isto posto, discute-se, atualmente, qual o papel dos países médios na promoção da Cooperação Sul-Sul, visto que, ao mesmo tempo em que estes Estados se colocam como porta-voz do desenvolvimento do sul global, são acusados sob a lógica de ampliação dos mercados e dos seus interesses estratégicos no âmbito global. (PEREIRA; MEDEIROS, 2015, p.2). Neste sentido, dentre distintos países do Sul Global, o Brasil acentuou a cooperação com a China. Assim, “a perspectiva de se atuar conjuntamente em foros multilaterais de forma que maximizasse suas ações deu base às ações brasileiras. Foi

assinado também um acordo na área científica e tecnológica entre os dois países em 1993” (SARAIVA, 2007, p.54). Deste modo, a seguinte seção visa detalhar a aproximação sino-brasileira sob a perspectiva teórica conceitual da Cooperação Sul-Sul.

AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA SOB O REFERENCIAL TEÓRICO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

As relações entre Brasil e China iniciaram-se, sem muita avidez, nos anos de 1950, após a Revolução Cultural de Mao Tsé-Tung. Entretanto, devido ao golpe militar brasileiro, em 1964, este vínculo foi bloqueado, pois o Brasil alinhou-se automaticamente aos norte-americanos. Deste modo, apenas em 1974 as relações diplomáticas bilaterais foram restabelecidas, denotando um novo cenário para o desenvolvimento de ambos os países, através da Cooperação Técnica Sul-Sul. Mais tarde, a partir de 1990, a agenda comercial bilateral passou a prevalecer sobre as demais searas, denotando a mudança nas relações entre estes dois Estados (QUEVEDO; ARAÚJO, 2017). Isto exposto, a presente seção da pesquisa objetiva analisar as relações sino-brasileiras entre 1990 e 2016, questionando se estas podem ou não ser classificadas como Sul-Sul, por meio da observação de 5 variáveis: (i) atuação das empresas privadas nacionais em cada Estado; (ii) inversões estrangeiras diretas bilaterais; (iii) composição do fluxo comercial Brasil-China; (iv) número de acordos bilaterais firmados; (v) e iniciativas conjuntas no sistema internacional.

Segundo dados do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil, nos anos 2000 o Brasil tem exportado para a China uma quantidade crescente de produtos básicos, enquanto que a participação de produtos semimanufaturados e manufaturados é parca. Portanto, o conteúdo dos bens brasileiros exportáveis para a China possui baixo valor agregado e abrange três produtos basilares: minério de ferro, soja em grão e petróleo bruto. Por sua vez, as importações brasileiras originárias da China possuem alto valor agregado, sendo a maioria (mais de 90%) composta por produtos manufaturados de baixo, médio e alto teor tecnológico. Este fenômeno ocorre porque, “em sua trajetória marcada pelo esforço de *catching up*, o governo chinês procurou desenvolver CT&I com estilo decisório *top down*, fortemente enraizado nas instituições do Estado” (LEE, 2013 *apud* ARBIX; MIRANDA; TOLEDO; ZANCUL, 2018, p.144).

Ressalta-se que, nos anos 1980, “cerca de 60% das exportações brasileiras para a China eram de manufaturas, em especial, de produtos siderúrgicos” (PEREIRA, 2018, p.106), enquanto que o principal produto importado dos chineses era o petróleo. Em 1988, foi assinado o acordo espacial do Protocolo de Pesquisa e Produção Conjunta de satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS), denotando o caráter técnico da cooperação entre os dois países (QUEVEDO; ARAÚJO, 2017). Posteriormente, nos anos 90, as relações bilaterais transformam-se, denotando uma possível verticalização, que concretiza-se nos anos 2000. Na década de 1990, o percentual de manufaturas exportadas do Brasil para a China cai para 27%, depois 16% (2000/2009) e, por último, 5% (2010/2016)” (PEREIRA, 2018, p.106).

Quanto aos investimentos estrangeiros diretos (IED) bilaterais, ressalta-se que os investimentos chineses no Brasil, antes de 2005 traduziam-se em pequenas quantidades voltadas para as necessidades de planejamento das empresas nacionais da China (USD 8 milhões). Este panorama alterou-se em 2010, quando a China passou a investir mais de 300 milhões de dólares no Brasil para atender as demandas de sua economia, sendo o agronegócio, a energia e a mineração os principais setores dos investimentos chineses. “The overwhelming pattern of current investments shows China’s interest in expanding and increasing Brazil’s primary exporting complex” (SILVA; SOARES, 2011, p.24), principalmente através do controle parcial ou total das empresas brasileiras que exploram os recursos naturais e do melhoramento da infraestrutura para aprimorar o complexo exportador brasileiro. Neste sentido, a maioria dos IED chineses no Brasil são direcionados à Indústria Extrativa (PEREIRA, 2018).

Em relação aos investimentos do Brasil na China, destaca-se que estes ainda são de baixo valor e que há 57 empresas brasileiras atuantes no mercado chinês hodiernamente. Dentre estas organizações, 50,9% são prestadoras de serviço, 28,1% produtoras de manufaturas e 21% transformadoras de recursos naturais. Neste contexto,

entre as 17 empresas brasileiras produtoras de manufaturas na China, mais da metade realiza sourcing de produtos e componentes, elevando o volume de importações brasileiras do país asiático. A respeito da atuação das empresas transformadoras de recursos naturais no mercado chinês, mais de 80% estão presentes na China para vender e distribuir seus produtos” (FRISCHTAK; SOARES, 2012, p.13).

Portanto, denota-se que a maioria das empresas brasileiras na China não atuam em setores estratégicos apontados pelo governo chinês. Ademais, de acordo com o Portal Concórdia, a totalidade de atos firmados entre Brasil e China e que estão em vigor é de 100 acordos internacionais. Por conseguinte, cabe ressaltar que 66% destes atos foram celebrados entre os anos de 1990 e 2016. Assim sendo, observa-se que, neste período, há uma relativa manutenção no número de atos bilaterais firmados.

Tabela 1: número de acordos sino-brasileiros firmados entre 1990 e 2016.

| Intervalo | 1990-1995 | 1996-2001 | 2002-2007 | 2008-2012 | 2013-2016 |
|----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Número de atos | 23 | 11 | 19 | 10 | 3 |

Fonte: Portal Concórdia

Por fim, no que tange às iniciativas conjuntas no Sistema Internacional destaca-se a pluralidade de empreendimentos sino-brasileiros. Neste sentido, a iniciativa dos BRICS simboliza um profundo projeto político-econômico formada pelas potências emergentes Brasil; Rússia; Índia; China e África do Sul. Além disso, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) exprime a intenção de criação de um banco de desenvolvimento conjunto aos países do bloco. Ademais, no que se refere às iniciativas bilaterais, o Conselho Empresarial Brasil-China e a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação constituem projetos relevantes entre os dois países, permeados por distintas iniciativas ao longo dos anos. Portanto, os dois países buscam estreitar a cooperação bilateral em distintas áreas bem como aprofundar a cooperação em arenas políticas à nível global.

A partir do exposto neste capítulo, denota-se que o início das relações sino-brasileiras (anos 70) foi marcado pela predominância da cooperação Sul-Sul, visto que, neste período, o relacionamento bilateral objetivava a troca de conhecimentos e de habilidades para a superação do subdesenvolvimento e a obtenção de um melhor posicionamento no sistema internacional. Deste modo, este caráter cooperativo foi posto em prática com o programa CBERS (1988), denotando uma relação horizontal pautada no desenvolvimento tecnológico mútuo. Nos anos 90, “multilateralismo e terceiro-mundismo continuaram presentes no discurso diplomático da China, os quais, acreditava-se, colaboravam para a abertura econômica e inserção chinesa no mundo em termos de igualdade” (BECARD, 2010, p.36). Assim sendo, a partir deste período,

apesar da retórica Sul-Sul, da qual o país asiático beneficiou-se, a prática da cooperação afastou-se desta tipologia cooperativa.

Neste contexto, no que tange ao comércio, denota-se que, a partir dos anos 90, as exportações brasileiras para a China constituíram-se, primordialmente, de bens primários. Por outro lado, as importações do Brasil foram traduzidas, majoritariamente, em produtos manufaturados de alto, baixo e médio teor tecnológico. Somado à isto, os investimentos chineses em território brasileiro são destinados às atividades extrativas e as atividades de apoio, como infraestrutura, denotando pouca ou nenhuma transferência tecnológica. Do mesmo modo, a atuação de empresas brasileiras na China visa suprir a demanda por recursos naturais do país asiático. Assim sendo, “ao recorrer ao conceito de "cooperação Sul-Sul", Pequim não apenas conseguiu esconder a assimetria de poder real, mas também o fato de que o atual tipo de intercâmbio comercial favorece a reprimarização das estruturas produtivas dos países da América Latina”. (HERNANDEZ, 2016), não denotando o exercício da cooperação Sul-Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBIX, Glauco; MIRANDA, Zil; TOLEDO, Demétrio; ZANCUL, Eduardo. **Made in China 2025 e indústria 4.0: A difícil transição chinesa do catching up à economia puxada pela inovação.** 2018.

AYLLÓN, Bruno Pino; LEITE, Iara Costa. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Contribuições e desafios.** Meridiano 47 n. 113, dez. 2009 [p. 18 a 18].

CAIXETA, Marina Bolfarine. **Cooperação Sul-Sul como nova tendência da cooperação internacional: o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose.** Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado. Brasília. 2014.

HERNANDEZ, Mario. **China e América Latina: uma nova matriz para uma velha dependência?** 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/562246-china-e-america-latina-uma-nova-matriz-para-uma-velha-dependencia>>. Acesso em: 12/08/2019.

MDIC. **Comex Vis: Países Parceiros - China.** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais>>. Acesso em: 12/08/2019.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. **O prelúdio da cooperação Sul-Sul: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978).** In: I seminário

internacional de ciência política - estado e democracia em mudança no século XXI, 1., 2015, Porto Alegre. Anais...Porto Alegre: Ufrgs, 2015. p. 1 - 20.

PEREIRA, Lia Baker Valls. **As relações econômicas Brasil-China: do comércio para o investimento.** In: China: direções globais de investimentos - 2018. Conselho Empresarial Brasil-China. 2018.

QUEVEDO, Marco Vinícius Gomes Cruz; ARAÚJO, João Paulo Santos. **Relações sino-brasileiras: da horizontalidade no século XX para a verticalidade no século XXI.** Brasília, DF, 2017.

ROGOVSCHI, Henrique Jorgielewicz; POZZATTI JUNIOR, Ademar. **Potencialidades e limites das tipologias da cooperação internacional: reflexão sobre o papel dos interesses dos atores.** In: MARCHIORI NETO, Daniel Lena; MOREIRA, Felipe Kern; FERREIRA, Luciano Vaz. Estudos em Relações Internacionais. Rio Grande: Ed. da Furg, 2018. p. 29-56.

SARAIVA, Miriam Gomes. **As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007.** *Rev. Bras. Polít. Int.* 50 (2): 42-59 [2007].

SILVA, Édison Renato da Silva; SOARES, André Soares. **Chinese Investments in Brazil: a new phase in the China-Brazil relationship.** Conselho Empresarial Brasil-China. 2011.

TOMAZINI, Rosana Correa. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul: uma análise comparativa de seus princípios e desafios de gestão.** *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p.28-48, 2017.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL: AS BARREIRAS CRIADAS PELA LEI DE ANISTIA PARA SUA REAL EFETIVAÇÃO

Heloíse Montagner Coelho¹
Thieser da Silva Farias²

Resumo

O ano de 2019 marca os quarenta anos de existência da Lei de Anistia brasileira, Lei nº 6.683/79, parte de um processo de abertura que só se encerrou em 1985 com a eleição indireta de um presidente civil no país. Após o período de autoritarismo marcado pela ditadura militar, desenvolveu-se a necessidade de buscar pela reparação das vítimas e da sociedade civil no plano interno do país, fortemente atingido pela repressão. O regime de exceção brasileiro caracterizou-se, sobretudo, pela repressão e perseguição aos opositores políticos. De igual maneira, interrompeu, de modo direto, os processos democráticos e violou os direitos humanos do povo. Assim, a pesquisa objetiva analisar as medidas de justiça de transição executadas no Brasil, bem como examinar em que nível a permanência da Lei de Anistia no ordenamento jurídico impede a efetivação de todos os eixos da justiça transicional. Para a realização da pesquisa optou-se pelo método de abordagem dedutivo e a pesquisa bibliográfica de materiais especializados no tema. Por fim, é importante ressaltar que as medidas adotadas pelo Brasil, mesmo significativas, ainda são insuficientes para a solidificação da democracia, pois é fundamental que a justiça de transição seja executada em todos os seus níveis.

Palavras Chaves: Ditadura Militar; Justiça de Transição; Lei de Anistia;

INTRODUÇÃO

A Lei de Anistia brasileira tornou-se parte de um processo de abertura lenta, gradual e segura que só completou em 1985 com a eleição indireta de um presidente civil no país. Após a ditadura militar, que interrompeu, de modo direto, os processos democráticos e violou os direitos humanos do povo, surgiu a necessidade do Estado lidar com o passado violento e autoritário do estado de exceção, isto é, promover a justiça transicional. Nesse sentido, a presente pesquisa busca analisar as medidas de justiça de transição executadas no Brasil, bem como examinar em que nível a permanência da Lei de Anistia no ordenamento jurídico impede a efetivação de todos os eixos da justiça transicional.

¹ Advogada, graduanda do curso de História da Universidade de Santa Maria - UFSM. E-mail: heloisemontagnercoelho@gmail.com.

² Graduando do curso de Direito da Universidade de Santa Maria - UFSM. E-mail: thieserfarias94@yahoo.com.br.

Para isso, utilizou-se de análises bibliográficas relacionadas ao tema, bem como o método de abordagem dedutivo, uma vez que possibilita o ponto de partida em uma análise macro até uma análise específica sobre a temática. Por fim, para uma melhor clareza do tema, a pesquisa dividiu-se em dois capítulos. No primeiro, analisou-se as medidas de justiça de transição implementadas no Brasil e no segundo em que nível a Lei de Anistia brasileira, Lei 6.683/79, impede a concretização de todos os eixos da justiça de transição no país.

A JUSTIÇA TRANSICIONAL NO BRASIL

A mudança de um regime autoritário para a democracia, mesmo não sendo um fenômeno novo, encorpa, desde o século passado, a ideia de justiça de transição. Após períodos instáveis e antidemocráticos, surge a necessidade de enfrentar e esclarecer violações sistemáticas de direitos humanos. Nesse sentido, pode-se dizer que a justiça de transição é um conjunto de mecanismos e instrumentos que cada Estado e a sociedade civil devem empreender para promover reparações às vítimas de regimes autoritários e para lidar, inclusive, com os legados da violência de períodos repressivos, bem como responsabilizar aqueles perpetradores de violações aos direitos da sociedade (SILVA FILHO, 2015).

Assim, imprescindível se torna o esclarecimento dos fatos e a reforma das instituições, para que não derivem do período autoritário. Nesse sentido, permite-se concluir que a justiça de transição possui natureza no campo de ações transitórias, por meio, por exemplo, de responsabilizações criminais daqueles oficiais que cometeram crimes e, da mesma forma, se perfectibiliza como caráter permanente, ao possibilitar a construção da memória visando a não repetição de períodos de exceção (SILVA FILHO, 2015). No cenário atual, os debatedores do tema, sinalizam para a estrutura de eixos necessários para a real concretização da justiça transicional. Torna-se importante referir que as dimensões estão intimamente conexas, isto é, são interdependentes. Os eixos são os seguintes: memória e verdade, a reparação às vítimas, a reforma de instituições que perpetuaram os abusos, assim como a justiça e o julgamento de agentes violadores do período de repressão e a promoção de reconciliação (VAN ZYL, 2011; MARTINS, 2014).

No Brasil, mesmo com a retomada da democracia desde 1985, foi somente no ano de 1995, por meio do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que um dos primeiros

passos em busca da justiça de transição se materializou. A Lei dos Mortos e Desaparecidos (Lei 9.140/95) passou a reconhecer a responsabilidade do Estado brasileiro no assassinato de opositores políticos no período da ditadura militar. Identificando, inclusive, por meio de uma lista anexa à lei, 136 casos de desaparecidos do contexto repressivo. Além disso, a Lei 9.140/95 constituiu a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos que detinha como finalidade principal reconhecer e apreciar denúncias referentes a outros casos, além daqueles 136 presentes na Lei 9.140/95, de desaparecimentos e mortes no período de 1964-1985 (BRASIL, 2007).

Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2001, fora originada a Comissão de Anistia, por meio da Medida Provisória 2.151, convertida, assim, na Lei 10.559/02 em 2002 (BORGES, 2012). A lei, além de criar a Comissão de Anistia, buscou instituir direitos como a declaração de anistiado político e a reparação moral e econômica de vítimas da repressão. Com a Comissão, através das Caravanas da Anistia, possibilitou-se um espaço para aqueles que foram atingidos pela ditadura militar para que pudessem testemunhar e manifestar suas narrativas relativas ao período. Buscava-se, portanto, o resgate da história vivenciada no Brasil, propiciando o conhecimento da versão daqueles que foram atingidos pela repressão, criando, assim, um protagonismo “em termos de justiça de resgate da memória política, o que não é difícil de entender, já que para cumprir a missão constitucional de reparação a Comissão precisava ouvir os requerentes e ler as suas manifestações nos autos” (SILVA FILHO, 2015, p. 179 - 180).

No ano de 2007, o Estado brasileiro publicou a obra *Direito à Memória e à Verdade*, por meio da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), com o objetivo de universalizar as informações coletadas durante os doze anos de trabalho da Comissão. Com a estruturação e sistematização dos trabalhos já elaborados, verificou-se a comprovação, além daqueles 136 casos já presentes na Lei 9.140/95, de 339 casos de desaparecimentos e mortes no período ditatorial. (BRASIL, 2007; MAIA, 2014). Em 2011, no governo da presidenta Dilma Rousseff, através da Lei 12.528, foi estabelecida a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Em seu advento, detinha como função examinar e esclarecer as violações de direitos humanos perpetradas entre 1946 e 1988 no Brasil. Porém, a criação da CNV só se concretizou por conta da condenação pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2010 do Brasil, no que se

refere à exterminação de perseguidos políticos na Guerrilha do Araguaia (Caso Gomes Lund e outros) (SILVA FILHO, 2015).

Nesse sentido, analisa-se a vagareza do Estado brasileiro e dos governos que se sucederam no poder, pois, somente em 2011, realizou-se a busca pela verdade e pela memória, isto é, apenas vinte e seis anos após a instituição do Estado Democrático de Direito, o governo brasileiro se dedicou ao dever de instituir um grupo de trabalho para apurar as barbáries cometidas pelo Estado contra os indivíduos (MARTINS, 2014).

O DIREITO À JUSTIÇA E A LEI DE ANISTIA BRASILEIRA

O início da abertura política no país se deu com a adoção da Lei de Anistia, Lei 6.683 em 1979 pelo quinto e último governo militar, o do general Figueiredo. A Lei de Anistia surgiu de uma ampla mobilização de setores da sociedade civil em busca do retorno de exilados, a promoção de anistia aos presos políticos e a retomada do Estado Democrático de Direito. Contudo, a anistia de 1979 configurou-se como uma tentativa de autoanistia ou, ainda, no entendimento de Lúcia Elena Bastos (2009) uma anistia em branco, uma vez que fora concedida nos moldes almejados pelo regime militar, isto é, procurou-se retirar qualquer responsabilidade de agentes do Estado que cometeram torturas, estupros e desaparecimentos forçados (BASTOS, 2009).

Diante disso, desde a concessão da anistia em 1979, na prática judicial deflagrou-se o entendimento de que a Lei 6.683 teria beneficiado tanto os opositores do regime, como os agentes da repressão. Após a concessão do instituto, algumas ações foram propostas, na busca pela responsabilização de agentes no âmbito criminal, porém todos os processos foram extintos em decorrência da Lei de Anistia. O máximo de justiça que se alcançou foram ações na seara cível, como indenizações e ações declaratórias. Tal entendimento decorre principalmente da expressão “crimes conexos” presente no parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei 6.683/79. Além disso, em 2010, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a ADPF 153 proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na ação questionava-se a aplicação da Lei de Anistia aos agentes do Estado que, durante a ditadura militar, cometeram violações aos direitos humanos. Contudo, o STF manteve a interpretação de que os crimes cometidos pelos agentes do Estado na ditadura militar também estavam abarcados pela anistia de 1979.

O eixo transicional do direito à justiça, consiste na investigação e julgamento das violações de direitos humanos. Manifesta-se no campo do direito penal, mas também na esfera de responsabilização jurídica, tanto no âmbito civil, como administrativo. Os julgamentos podem auxiliar na restauração de confiança da sociedade no Poder Judiciário, bem como nos órgãos públicos e instituições democráticas. Além disso, fomentam o conforto às vítimas e servem de mecanismo para não repetição de fatos violadores no futuro (VAN ZYL, 2011).

Contudo, em diversos casos, o direito à justiça se caracteriza como o eixo mais crítico relativo à justiça de transição, em razão do contexto de que os próprios agentes do Estado cometeram violações. Além disso, os sistemas de justiça penal são moldados para serem exceção e não a regra, por isso a dificuldade de julgar violações generalizadas que envolvem centenas de delitos, uma vez que nesses casos a justiça penal pode ser insuficiente. Por fim, é necessário o cuidado para que o processo penal não sirva de palco para revanchismo e vinganças, atentando, a todo o momento, para os direitos do acusado de ampla defesa e contraditório (BORGES, 2012; VAN ZYL, 2011).

A ideia de que uma justiça de transição que se ampara tão somente em reparações pecuniárias e em comissões da verdade, tardiamente instauradas, não é o bastante para o fortalecimento da democracia. A falta de reforma integral das instituições públicas contribui para a sequência de violação dos direitos individuais, uma vez que essa dimensão da justiça de transição também não pode ser esquecido. É possível concluir que ainda hoje o Poder Judiciário é conservador, o Exército brasileiro jamais reconheceu a violação aos direitos humanos cometidas durante a ditadura militar e, da mesma forma, a violência permanece sendo utilizada pelas instituições de segurança pública no país. Nesse sentido, a reforma das instituições pode trabalhar como aliada da responsabilização dos agentes públicos (LUCAS; OLIVEIRA, 2016).

A prossecução de todas as dimensões da justiça transicional deve buscar a ideia de reconciliação autêntica e paz sustentável, com ampla participação da sociedade civil e a real independência entre os poderes republicanos. No entanto, em certos contextos, a paz e a justiça não são completamente compatíveis no curto prazo, portanto, nesses casos, deve-se fazer grandes esforços para assegurar a manutenção do direito à justiça a longo ou médio prazo e assegurar a concretização dos eixos de memória e verdade, reconciliação e reforma das instituições em curto prazo (VAN ZYL, 2011).

CONCLUSÃO

Com a presente pesquisa buscou-se analisar o processo transicional vivido no Brasil, isto é, quais medidas foram adotadas pelo Estado brasileiro para a superação de um período violento de sua história. Além disso, investigou-se, também, em que nível a Lei de Anistia brasileira impede a real efetivação da justiça de transição em todos os seus eixos. É importante salientar que a justiça de transição é formada por diversos elementos e, em consequência disso, seus níveis precisam ser trabalhados conjuntamente para que se ampliem as chances de alcance de melhorias expressivas para a solidificação da democracia.

Assim, é necessário ressaltar que as medidas adotadas pelo Brasil, mesmo significativas, ainda são insuficientes para o fortalecimento da democracia, pois é fundamental que a justiça de transição seja executada em todos os seus níveis. Desse modo, é extremamente essencial que a justiça de transição se aperfeiçoe no Brasil, concretizando-se a busca por verdade e memória, a reparação (pecuniária e moral), a responsabilização dos agentes públicos (com total respeito ao contraditório e a ampla defesa), bem como a reforma das instituições democráticas, com a finalidade de fortificar o Estado Democrático de Direito.

Após mais de trinta anos de vigência da Constituição Federal de 1988, o Brasil ainda vive situações de graves violações dos direitos humanos. A tortura ainda é usada em presídios e penitenciárias brasileiras e até os dias atuais as forças armadas, em momento algum, manifestaram um pedido público de perdão às vítimas e à sociedade em geral pelos excessos promovidos no estado de exceção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Lucia Elena Arantes Ferreira. **Anistia**: as leis internacionais e o caso brasileiro. Curitiba: Juruá, 2009.

BORGES, Bruno Barbosa. **Justiça de transição**: a transição inconclusa e suas consequências na democracia brasileira. Curitiba: Juruá, 2012.

BRASIL. **Direito à memória e à verdade**: Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

LUCAS, Douglas Cesar; OLIVEIRA, Carla Dóro de. A justiça de transição no Brasil: elementos para pensar a democracia na América Latina. **Revista Pensar**, Fortaleza, n.3, v. 21,

p. 906-933, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/5469>>
Acesso em: 20.jun.2019.

MAIA, Fábio Fernandes. **Lei de anistia & justiça de transição**: O redimensionamento do debate e o julgamento da ADPF nº 153 pelo STF. Curitiba: Juruá, 2014.

MARTINS, João Victor Nascimento. **Juridicidade e justiça de transição**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2014.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. **Justiça de transição**: da ditadura civil-militar ao debate jurisdicional – direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. In: REÁTEGUI, Félix. (Org.). **Justiça de Transição: manual para a América Latina**. Brasília: Ministério da Justiça, 2011. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/jt-manual-para-america-latina-portugues.pdf>> Acesso em: 20.jun.2019.

POR TRÁS DAS GRADES: A VIOLÊNCIA ESTATAL E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Gabriel Gaia Duarte¹

Resumo

Com o elevado índice de encarceramento no país, princípios fundamentais do Estado brasileiro perdem espaço em face às violências produzidas pelo Estado. Neste estudo analisamos, com base em evidências coletadas durante visita técnica à Cadeia Pública de Porto Alegre, o sistema prisional brasileiro de modo amplo. Partindo de evidências quantitativas e qualitativas, buscar-se-á evidenciar as violações aos princípios constitucionais nos estabelecimentos carcerários do país, especificamente, as que tangem ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana na Cadeia Pública de Porto Alegre. Com um aporte teórico diversificado, o estudo aprecia dados divulgados pelo Conselho Nacional do Ministério Público, relacionando-os com pensamentos de grandes doutrinadores como Rogério Greco, Lenio Streck, Gilmar Mendes, Carmem Lúcia Rocha, entre outros.

Palavras Chaves: Sistema Prisional; Violência Estatal; Dignidade da Pessoa Humana; Princípios Constitucionais; Cadeia Pública de Porto Alegre.

INTRODUÇÃO

Partindo de evidências coletadas durante visita técnica à Cadeia Pública de Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul, o presente estudo surge com intuito de suscitar reflexões críticas a partir de uma análise geral sobre o sistema prisional brasileiro. Diante do colapso vivenciado nos estabelecimentos prisionais do país, o estudo realiza uma análise crítica baseando-se em dados divulgados pelo Conselho Nacional do Ministério Público relacionando-os com a doutrina e a Constituição Federal de 1988.

A Cadeia Pública de Porto Alegre, anteriormente denominada “Presídio Central de Porto Alegre”, foi erguida no ano de 1959, representando um grande “avanço” para o estado do Rio Grande do Sul. Preliminarmente projetada para situar-se distante da população urbana, hoje, em face à expansão populacional, localiza-se no coração do bairro Coronel Aparício Borges na Zona Leste da cidade Porto Alegre.

¹ Graduando em Direito na Universidade Federal de Pelotas; Membro do Grupo de Iniciação à Pesquisa da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas; E-mail ggaiauarte@hotmail.com.

Com estrutura para abrigar aproximadamente 1,900 (mil e novecentos) detentos, atualmente, o estabelecimento prisional comporta desidiosamente 4,319 (quatro mil trezentos e dezenove) apenados. Neste sentido, no ano de 2008, o então denominado Presídio Central de Porto Alegre, foi alvo de uma CPI conduzida pelo Poder Legislativo e, em virtude de sua superlotação e péssimo estado de conservação, restou em primeiro lugar no ranking dos dez piores presídios do país. (BRASIL, 2009).

Neste sentido, embora os últimos dados divulgados pelo Conselho Nacional do Ministério Público apontem à existência de 3.729 (três mil setecentos e vinte e nove) vagas, no dia 31 de maio de 2019, através de informações obtidas durante visita técnica, foi verificado que a capacidade máxima do estabelecimento prisional é de aproximadamente 1.900 (mil e novecentos) detentos. Deste modo, observa-se uma taxa de superlotação de 15,82%. (CNMP, 2018).

Entre os profusos métodos utilizados pela administração, exercida pela Brigada Militar em conjunto com a Superintendência dos Serviços Penitenciários, destaca-se a separação de detentos por “afinidades” nas galerias. Ressalta-se que, embora a referida tática contribua para o “melhor funcionamento” do estabelecimento, a separação dos indivíduos por afinidades acomunadas com as problemáticas de superlotação, facilitam à manutenção e a proliferação de organizações criminosas no Rio Grande do Sul.

POR UM FIO: A CONSTANTE VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA CADEIA PÚBLICA DE PORTO ALEGRE

Pouco mais de meio século após sua construção, além das problemáticas de superlotação, incontestáveis são as péssimas condições vivenciadas pela população carcerária e funcional da Cadeia Pública de Porto Alegre. Em uma matéria produzida pelo jornal *GI* no ano de 2017, o então juiz da 2ª Vara de Execuções Criminais (VEC) de Porto Alegre, Sidinei Brzuska, já destacava:

O Central é uma estrutura antiga, condenada do ponto da engenharia, com condições muito inóspitas do ponto de vista da saúde. Nós temos esgoto correndo a céu aberto, e isso não tem conserto. É mais barato destruir e construir um novo [presídio] do que recuperar o que está ali. (BRZUSKA, 2017).

Além das precárias condições de saneamento evidenciadas durante as inspeções e visitas ao sistema prisional, preocupantes princípios de incêndios assombram funcionários e detentos que temem por suas vidas. A magistrada Sonáli da Cruz Zluhan relata, em entrevista ao jornal *Gaúcha ZH*, que nunca houveram projetos de engenharia no local após sua inauguração no ano de 1959:

A fiação está comprometida há muito tempo. O número de presos é muito superior a capacidade de engenharia. É um presídio de 1959. Estamos em 2019. Nunca foi revista a parte estrutural do prédio. Foram fazendo puxadinhos e a fiação está apodrecendo. (ZLUHAN, 2019).

De acordo com a magistrada, a justiça vem cobrando que a SUSEPE realize manutenções efetivas na rede elétrica do estabelecimento. No entanto, em fevereiro de 2019, novamente, um incêndio de razoáveis proporções colocou em teste a vida da população carcerária e dos agentes que atuam no local:

Foi um incêndio grave. Por pura sorte, não atingiu os arquivos. Se tivesse incendiado ali, teria pego fogo na cadeia inteira. São 400 presos numa galeria, eles vão puxando fios e colocando tomadas para ligar ventiladores, num calor insuportável. Deu no que deu. Seria uma tragédia não só para os presos, mas também para as pessoas que trabalham lá dentro. (ZLUHAN, 2019).

Resultante da inefetividade estatal, observa-se que princípios constitucionais vêm sendo esquecidos junto com a população carcerária que habita a Cadeia Pública de Porto Alegre. A ministra Cármen Lúcia, na época presidente do Supremo Tribunal Federal, esteve em visita ao estabelecimento prisional em 2016, na ocasião, que tinha por objetivo averiguar as condições do local, a ministra, em entrevista coletiva à imprensa, já relatava sobre as condições indignas do local:

O problema principal é o número excessivo de presos, **sem condições, portanto, de dar cumprimento integral ao que foi determinado pelo STF, ou seja, fazer com que as pessoas estejam lá em condições de dignidade**. O que alguns disseram é que não há sequer espaço físico para que todos possam deitar e dormir. (ROCHA, 2016. grifo nosso).

Portanto, evidencia-se que o Estado brasileiro possui elementos cristalinos acerca da indignidade vivenciada nas instituições prisionais do país e, assim como grande parte da

sociedade, limita-se a “fechar os olhos” com a ilusão de inexistência das circunstâncias e dos indivíduos que lá habitam.

A SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Conforme os últimos dados divulgados pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no último trimestre de 2018 a taxa de superlotação dos estabelecimentos prisionais brasileiros apresentou um excedente de 63,82% em relação aos 1.498 (mil quatrocentos e noventa e oito) estabelecimentos prisionais. (CNMP, 2018).

Neste sentido, a superlotação no cárcere tem sido alvo de numerosos estudos que apontam à negligência estatal na aplicação dos direitos constitucionais inerentes à pessoa humana. Tal omissão, frente às profusas complicações advindas da superlotação carcerária, conforme Greco, originaram a figura denominada “preso morcego”:

Exigir o cumprimento de pena em celas superlotadas faz com que a sua execução seja cruel, desumana. **No Brasil, existe a figura do chamado "preso morcego", isto é, aquele detento que, devido à impossibilidade de dormir deitado no chão de sua cela, coberto por algum pedaço de jornal, dorme em pé, com seus pulsos amarrados nas grades.** Também é comum no sistema carcerário brasileiro, onde existe superlotação, que os presos se revezem para dormir, ou seja, o período de sono é dividido em turnos, por ser impossível que todos, ao mesmo tempo, possam deitar-se para descansar. Com certeza, tais fatos se configuram em um cumprimento cruel e desumano da condenação. (GRECO, 2015, p. 151-152. grifo nosso).

A negligência estatal nos estabelecimentos prisionais desconstituiu um dos pilares da Constituição Federal de 1988. O título I da Constituição Federal, que trata dos princípios fundamentais do Estado brasileiro, evidencia:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. (BRASIL, 1988. grifo nosso).

Cabe salientar que, a dignidade da pessoa humana corresponde a um conjunto de atributos que tem por finalidade garantir que os cidadãos possuam seus direitos garantidos e respeitados pelo Estado. Neste sentido, os doutrinadores, Gilmar Ferreira Mendes, Ingo

Wolfgang Sarlet, José Joaquim Gomes Canotilho, Lenio Luiz Streck e Leo Ferreira Leony, conceituam:

[...] dignidade da pessoa humana é a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (CANOTILHO, JJ Gomes et al., 2018, p.291).

Neste sentido, sobressai-se a grave violência interposta pelo Estado brasileiro em seus estabelecimentos prisionais. Tendo em vista as atuais circunstâncias, destaca-se a violação direta no que tange à dignidade dos indivíduos que, momentaneamente, estão alocados nas instituições prisionais brasileiras. Assim sendo, não há a necessidade que o preso sofra violência física por parte dos agentes do Estado para que haja a configuração do cumprimento desumano da pena, o próprio cumprimento em locais insalubres, por si, configura uma ofensa à dignidade da pessoa humana.

CONCLUSÃO

As violações produzidas pelo Estado ferem diretamente o dever de assegurar a todos os cidadãos em território nacional os princípios constitucionais norteadores do ordenamento jurídico brasileiro.

Neste sentido, conforme apontamento da doutrina majoritária, embora a dignidade da pessoa humana não possua caráter absoluto, é dever do Estado respeitar o núcleo essencial da dignidade da pessoa humana, ou seja, os direitos que dizem respeito à sua dignidade como pessoa.

O sistema prisional brasileiro encontra-se diante de um grande colapso. As atuais circunstâncias, decorrentes da omissão do Estado, acabam por relativizar a dignidade dos indivíduos, violando diretamente o Estado Constitucional e Democrático de Direito.

Assim sendo, verifica-se que o Estado — que deveria ser o guardião da dignidade dos indivíduos — acabou-se por transformar-se em seu maior agressor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRECO, Rogério. **Sistema Prisional: colapso atual e soluções alternativas**. 2 ed. Niterói: Impetus, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.

CANOTILHO, JJ Gomes et al. **Comentários à constituição do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.

SANTOS, João Vitor. Presídio Central de Porto Alegre e os coletivos criminais do Rio Grande do Sul – Entrevista especial com Marcelli Cipriani. **Revista IHU ON-LINE**, 2017. <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/568547-presidio-central-de-porto-alegre-e-os-coletivos-criminais-do-rio-grande-do-sul-entrevista-especial-com-marcelli-cipriani>. Acesso em: 1 de junho de 2019.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Cármen Lúcia constata superlotação crônica em presídio de Porto Alegre. 2016. **Agência CNJ de Notícias**, 2019. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83947-carmen-lucia-constata-superlotacao-cronica-em-presidio-de-porto-alegre>. Acesso em: 9 de junho de 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. **Câmara dos Deputados**, 2009. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2701>. Acesso em: 1 de junho de 2019.

CNMP, Conselho Nacional do Ministério Público. **Sistema Prisional em Números [banco de dados]**, 2018. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>. Acesso em: 1 de junho de 2019.

ZLUHAN, Sonáli da Cruz. Incêndio deixa Presídio Central, em Porto Alegre, sem luz e sem água. **Agência Gaúcha ZH de Notícias**, 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/02/incendio-deixa-presidio-central-em-porto-alegre-sem-luz-e-sem-agua-cjrm4d880020n01nyy328054d.html>. Acesso em: 9 de junho de 2019.

BRZUSKA, Sidinei. Esgoto a céu aberto e desigualdade marcam cadeia de Porto Alegre. **Agência Globo Notícias**, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2017/02/esgoto-ceu-aberto-e-desigualdade-marcam-cadeia-de-porto-alegre.html>. Acesso em: 9 de junho de 2019.

Desdemocratização à brasileira: uma análise preliminar

Túlio Celini¹

Resumo

Este trabalho busca dialogar criticamente com a chamada teoria pós-democrática. Essa teoria política tem marcado a produção acadêmica atual ao problematizar a crise da democracia liberal no século XXI. Para isso, realizamos uma revisão teórica dos principais conceitos e diagnósticos mobilizados por essa agenda de pesquisa a partir do caso brasileiro. Pois, o Brasil é capaz de exemplificar os limites e potencialidades dessa teoria, quando aplicada aos países do Sul Global, visto que temos assistido sucessivos eventos que apontam para um processo de fechamento da democracia no país, principalmente depois do golpe de 2016.

Palavras Chaves: Desdemocratização; Pós-democracia; Teoria política; Brasil.

INTRODUÇÃO

“Pós-democracia”, “desdemocratização” e a metáfora da “vida” e da “morte” das democracias são alguns dos principais termos mobilizados pelos teóricos que buscam analisar a crise do modelo democrático liberal no século XXI². Dada a sua relevância para compreendermos a trajetória da democracia no Brasil e no mundo, o objetivo do presente trabalho é mapear o que tem sido trabalhado por essa literatura, e discutir essa agenda de pesquisa a partir do caso brasileiro.

Para isso organizei duas seções, além desta introdução e da conclusão. A primeira procurou trazer os principais conceitos e diagnósticos da teoria pós-democrática. Na segunda seção, apresento um panorama geral da crise democrática no Brasil com o intuito de dialogar com a literatura exposta na seção anterior. Na conclusão, por fim, retomo os principais pontos apresentados a fim de problematizar alguns dos limites e potencialidades desta teoria.

TEORIA PÓS-DEMOCRÁTICA: PARA PENSARMOS A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL

¹ Graduando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: tuliopcelini@gmail.com.

² Este texto é uma adaptação do *paper* produzido para ser apresentado na XVIII Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP-FCLAr, em Araraquara, entre 17 e 19 de setembro de 2019. Em ambos, busco reelaborar e aprofundar algumas das discussões desenvolvidas no artigo “Por uma leitura crítica da teoria pós-democrática” [*em fase de publicação*], escrito em co-autoria com Maria Teresa Ruas Coelho.

O termo “pós-democracia” (*post-democracy*) foi bem desenvolvido pelo sociólogo Colin Crouch (2000, 2011), ao argumentar que o uso do prefixo “pós” nos permite evitar a oposição completa entre regimes completamente democráticos ou não-democráticos. Uma vez que, as democracias não são realidades dadas, estáticas ou acabadas. Em linhas gerais:

“The idea of post-democracy helps us describe situations when boredom, frustration and disillusion have settled in after a democratic moment; when powerful minority interests have become far more active than the mass of ordinary people in making the political system work for them; where political elites have learned to manage and manipulate popular demands; where people have to be persuaded to vote by top-down publicity campaigns. This is not the same as non-democracy, but describes a period in which we have, as it were, come out the other side of the parabola of democracy” (CROUCH, 2000, p. 7).

Neste sentido, o termo “pós-democracia” sugere que, ainda vivemos em uma realidade democrática, mas que a mesma caminha para uma oligarquia governada pelas grandes corporações, tendo em vista à colonização das instituições democráticas pelos interesses e demandas do poder econômico – “democracy is joined by the market as a kind of victim” (CROUCH, 2011, p. 9). Uma vez que, os ritos formais da democracia liberal, como as eleições livres e periódicas, permanecem em funcionamento, mas seus resultados são destituídos de substância.

Como pontuado na seção anterior, o neoliberalismo, a globalização, bem como os processos de financeirização das sociedades contemporâneas, aparecem como catalisadores desse processo, tendo em vista as implicações sistêmicas da economia capitalista para o conteúdo político das democracias liberais (FRASER, 2015). Assim, o quadro apresentado por Streeck (2018) evidencia o fato de que essa realidade tem contribuído para a crise do modelo democrático estabelecido no pós-guerra. Uma vez que, com o endividamento progressivo desses Estados, a ideia de soberania popular sobre as decisões políticas fica subjugada às pressões dos mercados financeiros.

Apesar de não utilizar os termos “pós-democracia”, ou “desdemocratização”, as considerações de Harvey (2014) acerca do neoliberalismo, nos ajudam a entender o modo como essas diretrizes econômicas incidiram sobre as esferas políticas e sociais. O neoliberalismo aparece como sendo uma ideologia em reação às mudanças promovidas pelo Estado de bem-estar social. Desse modo, sua análise foca nas relações entre as classes sociais, demonstrando

que “a neoliberalização foi desde o começo um projeto voltado para restaurar o poder de classe” (HARVEY, 2014, p. 26).

Por outro lado, Wendy Brown (2006, 2015), a partir de conceitos inicialmente desenvolvidos por Michel Foucault, como racionalidade política e governamentalidade, usa o termo “desdemocratização” (*de-democratization*), para argumentar que a crise democrática está sim relacionada com o neoliberalismo e o neoconservadorismo, mas de um modo mais complexo do que apenas a colonização dos interesses do capital financeiro e das grandes corporações sobre a institucionalidade política.

A desdemocratização é entendida como um processo resultante da ascensão do neoliberalismo enquanto uma racionalidade política capaz de produzir dispositivos de controle e novas subjetividades, influenciando não só a esfera pública, mas as relações afetivas e decisões pessoais. A linguagem e a lógica do mercado são disseminadas para diversas esferas da vida humana. Enquanto o liberalismo operava e se legitimava pela separação formal entre a política e a economia, o neoliberalismo inverte essa lógica. Logo, o avanço neoliberal representa a destruição de princípios básicos da democracia liberal. Categorias coletivas, como povo, são substituídas por uma noção individualista de capitais humanos empreendedores (BROWN, 2015).

Segundo a autora, o neoconservadorismo, assim como o neoliberalismo, enfraquece as práticas e instituições democráticas. Ainda que de maneira contraditória, essas duas racionalidades apresentam pontos de convergência: “neoconservatism no more reject state-led behaviorism than neoliberalism does” (BROWN, 2006, p. 697).

Em relação ao debate pós-democrático, a dupla francesa Dardot e Laval (2016) considera que a racionalidade neoliberal intensifica os processos de individualização dos sujeitos, por meio da difusão de uma lógica competitiva do mercado de trabalho para as relações cotidianas. Essa lógica individualista e competitiva tem impactos no funcionamento das democracias liberais, pois “o neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 30).

Charles Tilly (2013) utiliza o termo desdemocratização, em sentido diferente ao de Brown. A partir de um estudo descritivo, o autor considera que existem processos sociais que contribuem para a (des)construção democrática. A democratização é vista como a passagem de

regimes políticos autoritários ou totalitários para regimes democráticos, enquanto que, a desdemocratização representa o oposto. Contudo, o autor desconsidera o impacto da estrutura econômica capitalista e seus impactos no conteúdo democrático.

O deslocamento do pêndulo democrático para a extrema direita, assistido em diferentes partes do mundo, por meio da ascensão de projetos políticos marcadamente antidemocráticos, legitimados pelo voto popular, fez com que até mesmo o *mainstream* das ciências sociais ligasse o sinal de alerta sobre os riscos eminentes que esses governos representam para a democracia. A hipótese trabalhada nesses estudos utiliza-se do conceito de “populismo”, ao relacionar a vitória eleitoral de *outsiders* do campo político, a partir da ativação de públicos descontentes com a democracia, por meio da mobilização de discursos anti-*establishment*. Evidenciando, assim, a importância do papel desempenhado pelos arranjos institucionais, formais e informais, na contenção dessas figuras que conferem riscos à democracia (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018; RUNCIMAN, 2018).

Essas interpretações têm ganhado fôlego no debate acadêmico brasileiro. Afinal, se havia alguma dúvida de que o processo que culminou na destituição de Dilma Rousseff (PT) representava um risco para a democracia. Com a eleição de Jair Messias Bolsonaro (PSL), ao cargo de presidente da República, em 2018, os limites do consenso democrático estabelecido com a Constituição Cidadã de 1988 e a sua crise de legitimação ficaram evidentes. Seria o fim da chamada “Nova República” (1988-2016)?

O BRASIL NA ENCRUZILHADA DA CRISE DEMOCRÁTICA

A ruptura institucional ocasionada pela destituição ilegítima da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) consolida aquilo que Biroli (2017, p. 25) chama de “o casamento infeliz entre neoliberalismo e conservadorismo moral”. Com a ascensão de Michel Temer (PMDB), ao cargo de presidente, foram instituídas, num período muito curto de tempo, uma série de medidas antipopulares, dentro de uma agenda de desregulamentarização, precarização e privatização de diferentes setores e aspectos da vida (MIGUEL, 2019).

O caráter antidemocrático do novo governo pode ser exemplificado por meio das aprovações da terceirização irrestrita (Lei 13.429/2017), da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) e da Emenda Constitucional (EC 95/2016). Elas representam um ataque à

Constituição Cidadã de 1988, principalmente, no que diz respeito aos direitos trabalhistas e o direcionamento das receitas públicas para o pagamento da dívida pública (BALLESTRIN, 2019; TAVARES & BENEDITO, 2018).

O contexto pós-golpe revela que os ataques à democracia aconteceram com a aparente utilização dos próprios mecanismos institucionais (AVRITZER, 2018). Logo, a teoria pós-democrática mostra-se como um importante campo a ser explorado a fim de entendermos a trajetória da democracia no Brasil, bem como, os impactos do capitalismo para a democracia do Sul Global. Para isso, é necessário entendermos as consequências desse processo ainda em curso. Dentre elas, destaco:

(1) a chamada “reemergência” dos conservadorismos de direita no debate público brasileiro – fenômenos sociais como o antipetismo, o bolsonarismo, o lavajatismo (SOLANO, 2018);

(2) a ampliação de uma agenda econômica neoliberal, responsável por redirecionar os gastos do Estado brasileiro em prol de setores específicos da burguesia (inter)nacional (TAVARES & BENEDITO, 2018);

(3) o julgamento, a prisão e impugnação da candidatura do principal líder da esquerda nacional, Luis Inácio Lula da Silva (PT), que certamente venceria as eleições presidenciais de 2018, caso tivesse concorrido, tendo em vista sua alta popularidade nas pesquisas de opinião (MIGUEL, 2019);

(4) a vitória eleitoral de Bolsonaro a partir da mobilização de um discurso abertamente autoritário e antidemocrático (DEMIER, 2019).

Sobre esse último ponto, uma questão que deve ser considerada é o fato de que apesar de ser uma figura pública presente no jogo político há mais de 27 anos, não configurando, portanto, o perfil esperado de um *outsider*, a cosmologia política de Bolsonaro, tal como a de Trump e de outros líderes da extrema-direita contemporânea, apresenta-se como anti-*establishment*, confrontando diretamente às instituições democráticas. O discurso de ódio disseminado por estes líderes têm traços marcadamente neofascistas, incitando a violência contra determinados indivíduos e grupos considerados “inimigos internos” que devem ser eliminados.

Para ficarmos apenas com o caso brasileiro, o ex-presidente Lula, o Partido dos Trabalhadores e a esquerda, ou as feministas e o movimento de lésbicas, gays, bissexuais,

travestis, transexuais e transgêneros, são acusados provocarem um desarranjo na ordem política, econômica e moral do país. Isso cria uma cortina de fumaça capaz de camuflar os problemas socialmente existentes, evitando a problematização dos elementos sistêmicos e estruturais da crise – como a recessão econômica do capitalismo em níveis globais e os privilégios de gênero, raça, sexualidade, classe e localidade, apenas para citar alguns exemplos, conferidos às elites que ocupam os principais espaços de poder (cf. MIGUEL, 2019, cap. 3).

Então, podemos afirmar que vivemos uma pós-democracia? Apesar das semelhanças apresentadas entre o debate teórico mobilizado e o cenário político brasileiro brevemente discutido, creio desapontá-los, mas não tenho uma resposta. A realidade histórica das democracias latino-americanas é marcada por especificidades em relação ao cenário que teve como pano de fundo as problematizações feitas pelos teóricos da “pós-democracia”. Desse modo, é necessário problematizarmos os limites da capacidade explicativa desse escopo teórico para compreendermos a crise da democracia no Brasil e em parte da periferia capitalista (BALLESTRIN, 2018, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o fim da Guerra Fria, o modelo democrático liberal é tido como um referencial a ser seguido por grande parte do mundo. Entretanto, diferente dos países do Atlântico Norte (Estados Unidos e Europa Ocidental) que vivenciaram a experiência histórica do Estado bem-estar social, essa realidade não alcançou plenamente o Brasil e parte significativa do Sul Global. Apesar de a Constituição Cidadã de 1988 representar um importante avanço em termos sociais, o seu texto é complexo e cheio de contradições que, certamente, impedem a sua plena implementação.

Desse modo, é necessário questionarmos: Em que medida os diagnósticos apresentados pela teoria pós-democrática podem ser aplicados ao contexto historicamente desigual dos países de capitalismo periférico? Quais contribuições teóricas os processos de ruptura democrática vivenciados em diferentes partes do Sul Global oferecem para esse debate? Essas questões evidenciam a necessidade de trazermos para o debate pós-democrático as relações de colonização, imperialismo e dependência, bem como, o caráter de classe da democracia liberal. Isto coloca em evidência a importância da teoria política mais crítica, pouco prestigiada pelo

mainstream da ciência política, que dá centralidade aos limites do modelo democrático hegemônico, os impactos do capitalismo para a democracia e as relações de dominação.

Em suma, a teoria política pós-democrática é um importante campo de estudos a ser explorado pela ciência política, e as demais ciências sociais, mas considero necessário problematizarmos os limites explicativos de seus conceitos a fim de pluralizarmos o debate em torno da crise da democracia liberal no século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 37, n.2, 2018, pp. 273-289.

BALLESTRIN, Luciana. Sobre desdemocratização: debate teórico, dimensões analíticas e referenciais empíricos. *Paper* apresentado no **42º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)**. Caxambu (MG), 22-26 out. 2018.

_____. “Post-democracy and Neoliberalism in Contemporary Latin America: The Rise of the Left Turns and the Brazilian Democratic Failure”. In: PUZONE, Vladimir; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). **The brazilian left in the 21st century: conflict andconciliation in the peripheral capitalism**. 1ed. New York: Palgrave-Macmillan, 2019, v. 1, pp. 259-283.

BIROLI, Flávia. “O fim da Nova República e o casamento infeliz entre neoliberalismo e conservadorismo moral”. In: BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; MACHADO, Rosana Pinheiro; SOLANO, Esther (orgs.). **Tem saída?: ensaios críticos sobre o Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2017, pp. 17-26.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-democratization. **Political Theory**, v. 34, nº 6, Sage Publications, 2006, pp. 690-714.

_____. **Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution**. New York: Zone Books, 2015.

CROUCH, Colin. **Coping with Post-Democracy**. Paperback, 2000. Londres: Fabian Society, 2000. Disponível em: <http://www.fabians.org.uk/wp-content/uploads/2012/07/Post-Democracy.pdf>. Acessado em: 23 de abril de 2019.

_____. **The strange non-death of neoliberalism**. Cambridge: Polity Press, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. **Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

FRASER, Nancy. “Legitimation Crisis? On the Political Contradictions of Financialized Capitalism”. **Critical Historical Studies**, nº 2, 2015, pp. 157-189.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. Editora: Todavia, 2018.

SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. São Paulo: Boitempo, 2018.

TAVARES, Francisco; BENEDITO, Sérgio. Pós-democracia no Sul Global: Uma Leitura Sócio-fiscal dos Confrontos Políticos e da Ruptura Institucional no Crepúsculo da Nova República Brasileira (2003 - 2017). **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 2018, pp. 179-196.

TILLY, Charles. **Democracia**. Porto Alegre: Vozes, 2013.

A PROPAGAÇÃO DO IDEÁRIO NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DA ATLAS NETWORK E DE SEUS INSTITUTOS PARCEIROS NO BRASIL

Luan Correa Brum¹

Resumo

O presente trabalho busca articular algumas das principais contribuições da Teoria Crítica e da Sociologia Política de Pierre Bourdieu e Antônio Gramsci para o estudo das Relações Internacionais (RI) e dos fenômenos que nela se desenvolvem. Tendo como objetivo geral nessa pesquisa o de analisar a atuação dos institutos parceiros da Atlas Network no Brasil, e a forma como os mesmos se organizam e se articulam. Buscando compreender as estruturas organizacionais desses institutos e a própria trajetória e proximidade de seus quadros de membros com os EUA. Em termos de hipótese, entende-se que os Estados Unidos, enquanto poder hegemônico no SI, busca através da Atlas Network exercer o seu domínio e direção no Brasil por meio da conformação de institutos liberais condizentes com os seus interesses e objetivos promovendo para tanto políticas econômicas que lhe sejam favoráveis. Alguns dos indicadores e categorias utilizadas nessa pesquisa serão: a formação acadêmica dos seus membros; atuação profissional; quais instituições nacionais e internacionais frequentaram; vínculos com o movimento liberal e a origem familiar. Quanto as fontes utilizadas, contou-se com a criação de uma base de dados própria, documentos disponíveis nos próprios sites dos institutos e de bibliografia especializada.

Palavras Chaves: EUA; Hegemonia; Neoliberalismo; Atlas Network.

A CONSTRUÇÃO HEGEMÔNICA

A existência de hegemonia(s) na ordem mundial se apresenta como uma das principais características dentro do tabuleiro internacional. Por meio desta, os Estados hegemônicos buscam adquirir maiores capacidades (poder bélico, para a lente Realista ou poder brando para a lente Neoliberal) ou buscam a manutenção e a conservação da ordem estabelecida. De acordo com Robert Cox (1993):

[...] Historicamente, para converter-se em hegemônico, um Estado teria que construir e defender uma ordem mundial que fosse universal em concepção, isto é, não uma ordem em que um Estado diretamente explora outros, mas uma ordem que a maioria dos Estados (ou

¹ Graduando do oitavo semestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande- FURG. E-mail: luan.brum1996@hotmail.com

pelo menos aqueles próximos da sua hegemonia) considere compatível com seus interesses (COX, 1993, p. 61, tradução nossa).²

Assim, de forma a compreender o papel dos Estados Unidos enquanto poder hegemônico, utiliza-se nessa pesquisa da concepção de hegemonia desenvolvida por Gramsci entendendo-a como um conjunto de funções de domínio e direção exercidas por uma determinada classe social dominante sobre o restante da sociedade, a qual se utilizaria de uma “combinação da força e do consenso que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso” (GRAMSCI, 2007, p. 73). Dentro deste contexto, tem-se a figura do Estado enquanto um espaço de luta entre detentores de capital (de diferentes tipos), que dominam dominando o Estado, e se utilizam da capacidade que detém o mesmo em produzir e reproduzir instrumentos que contribuem para a construção da realidade social (BOURDIEU, 1996).

Dentro disso, os EUA teriam a função de equilibrar os mais diversos interesses em torno de um único projeto hegemônico, buscando a nível da ordem mundial pela expansão daquela hegemonia estabelecida internamente por determinada classe para outros demais países. Nesse sentido, a dominação estadunidense exercida na contemporaneidade, acaba por compreender não somente a utilização da coerção e de seus recursos materiais, mas de igual maneira do consenso e da articulação entre instituições sociais e da elaboração de ideologias voltadas à disseminação, no sentido de obter legitimação de seu domínio e direção (COX, 1981; 1993). Com isso, os EUA ainda buscariam se utilizar da institucionalização de estruturas e organismos hierárquicos de forma a promover a sua visão de mundo em termos universais, a conservar as regras que sustentam o modo de produção dominante e, desse modo, a preservar a ordem hegemônica prevalecente.

NEOLIBERALISMO E A SUA PROPAGAÇÃO A PARTIR DOS THINK TANKS

A partir deste cenário, o neoliberalismo apresenta-se enquanto ideologia que reproduz um sistema de princípios econômicos, políticos e culturais que corroboram para a manutenção

² [...] Historically, to become hegemonic, a state would have to found and protect a world order which was universal in conception, i.e., not an order in which one state directly exploits others but an order which most other states (or at least those within reach of the hegemony) could find compatible with their interests. (COX, 1993, p. 61).

e a conservação de uma ordem dominada pelos interesses da classe dirigente e dominante nos Estados Unidos. Apropriando-se da ideia da globalização que, em vez de promover uma homogeneização e igualdade entre todos os indivíduos como se profere pelos articuladores desse movimento, vem contribuindo para a expansão dos interesses e domínio dos EUA em relação a outras nações menos favorecidas e aumentando níveis de desigualdade entre essas.

Na perspectiva de Chomsky, o neoliberalismo tratar-se-ia de um verdadeiro “capitalismo sem luvas” – pois representaria uma época na qual as forças empresárias se apresentam cada vez maiores, e mais agressivas dispostas a impor os seus interesses de capital contra uma oposição cada vez menos organizada (CHOMSKY, 2002)³. Dessa forma, o ideário neoliberal além de servir aos interesses estadunidenses, acaba por atender aos objetivos da camada empresarial que o mesmo representa. Utilizando-se para tanto de um discurso que privilegia uma série de premissas pró-empresariado, e que busca se utilizar de um conjunto de palavras e simbolismos que separam a questão econômica, a ação das consequências e que adotam uma aparência de inevitabilidade (BOURDIEU, 1998).

De forma a fazer propagar e disseminar o ideário neoliberal pelo globo, tem-se observado o desenvolvimento cada vez mais acentuado de centros de *Think tanks* – os quais se autodeclaram como independentes do governo, partidos políticos e grupos de pressão. Estes a partir de uma perspectiva gramsciana, acabariam por se enquadrar na definição de “aparelhos privados de hegemonia” ou “sociedade civil”, os quais corresponderiam a função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade (GRAMSCI, 2007).

ATLAS NETWORK: ARTICULAÇÃO E DOMINAÇÃO

Dentro deste quadro, destaca-se o *Think tank* denominado Atlas Network (Rede Atlas) – uma organização comandada por Alejandro Chafuen (argentino radicado nos EUA) que se diz “sem fins lucrativos conectada a uma rede de mais de 475 organizações de livre mercado em mais de 90 países às quais ideias e recursos necessários para promover a causa da liberdade”. A rede Atlas atuaria enquanto um *think tank* voltado a coordenar e orientar a criação de novos institutos neoliberais parceiros pelo mundo, contribuindo para a institucionalização e

³ “Inicialmente associado a Reagan e Thatcher, o neoliberalismo é a principal tendência da política e da economia global nas últimas décadas” [...] (CHOMSKI, 2002, p. 03).

uniformização desse processo (FISCHER; PLEHWE, 2013), o que contribuiria para a construção de um ambiente que fosse propício para a implementação de políticas-econômicas de cunho neoliberal.

Conforme informações contidas no próprio site da rede Atlas, a mesma busca “fortalecer uma rede global de organizações independentes da sociedade civil, que promovam a liberdade individual e removem as barreiras ao florescimento humano” (Website Atlas, tradução nossa)⁴ por intermédio da disseminação de valores e postulados neoliberais como a defesa da iniciativa privada, do livre mercado, da responsabilidade individual, da propriedade privada, da meritocracia e do governo mínimo.

Em relação ao suporte destinado pela rede Atlas aos seus institutos parceiros, o mesmo se daria na forma de apoio financeiro e logístico organizando, para tanto, colóquios e eventos voltados a aproximar indivíduos de todo mundo que compartilhassem de suas causas e ideias. Como destaca Fisher (2018),

A Atlas opera como organização guarda-chuva. Por um lado, fornece a empreendedores de *think tanks* quantias significativas de dinheiro para início de projetos e conselhos, ao mesmo tempo em que os conecta com os doadores. Por outro lado, a rede integra os seus membros por intermédio de eventos conjuntos, como os Fóruns Regionais da Liberdade, bolsas de viagem e prêmios. Ao desenvolver uma academia de primeira e um curso de MBA para executivos, aumenta o caráter profissional das atividades do *think tank* e de seu pessoal em todo o mundo (FISHER, 2018, p. 11).

Cabe mencionar, que tal rede encontra-se cada vez mais atuante na América Latina, tentando influenciar o curso das mudanças políticas em nome do ideário neoliberal (FANG, 2017) se utilizando, para tanto, de estratégias que visam combater os movimentos sociais e governos de esquerda voltados a políticas de bem-estar social substituindo estes por governos de viés neoliberal que prezem por uma agenda pró-empresariado com ênfase no livre mercado (FANG, 2017). Observa-se que a ascensão de Chafuen a presidência da Atlas vem contribuindo para a abrangência e focalização de suas atividades no âmbito da América Latina de modo que,

⁴ Atlas Network increases opportunity and prosperity by strengthening a global network of independent civil society organizations that promote individual freedom and remove barriers to human flourishing (Website Atlas).

na contemporaneidade, a mesma acaba por contar com um total de 83 institutos parceiros na região, tendo sido criado ainda ao final de 2018 o *Atlas Network's Center for Latin America*.⁵

Portanto, o que se observa nos últimos anos é que a rede Atlas vem atuando de forma cada vez mais ampla e articulada com indivíduos e institutos neoliberais na região a partir de uma estratégia baseada tanto na destinação de recursos financeiros, como por meio de suporte necessário para que estes institutos promovam ações em seus países aos moldes do que é difundido pela Atlas. Assim, no Brasil, há que se considerar a relação do Movimento Brasil Livre com a Atlas e o papel desempenhado pelo grupo no impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Na Argentina, a organização Pensar, atrelada à Atlas, também desempenhou um papel no anti-kirshnerismo, incorporada posteriormente ao partido do presidente Macri. Em Honduras, a Fundação Eleutera foi ativa no golpe hondurenho mantendo estreitos laços com a Atlas, de quem recebeu recursos. Por fim, na Venezuela, desde 1998 a Cedice Libertad, ramificação da Atlas em Caracas, recebeu apoio financeiro dessa na campanha por uma “mudança de governo” (AHARONIAM e RANGEL, 2018). Conforme enfatiza Chafuen, ao se referir aos recentes escândalos de corrupção no Brasil e da queda dos preços das commodities na região, “surgiu uma abertura – uma crise – e uma demanda por mudanças, e nós tínhamos pessoas treinadas para pressionar por certas políticas” (CHAFUEN apud FANG, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho observou-se que a hegemonia estabelecida e exercida pelos Estados Unidos na contemporaneidade, acaba por contemplar a institucionalização de estruturas e organismos hierárquicos que contribuem para a promoção da sua visão de mundo em termos universais e para a manutenção da ordem hegemônica prevalecente. Dentro deste cenário, o neoliberalismo se apresenta como uma das principais dimensões da estratégia de dominação estadunidense, a qual contaria ainda com a construção de *think tanks* neoliberais para a difusão e objetivação de seus interesses em outros países, em especial na América Latina.

Assim, a rede Atlas se constitui como uma das principais ferramentas de atuação dos EUA na América Latina, buscando combater os movimentos sociais e aqueles governos que

⁵ Center for Latin America – Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/center-for-latin-america>> Acesso realizado em 02/07/2019.

ousam desafiar a hegemonia estadunidense na região. Por fim, observa-se que Atlas vem contribuindo para que tais governos não-alinhados aos EUA sejam substituídos por governos de viés neoliberal, e que prezem por uma agenda pró-empresariado com ênfase no livre mercado.

REFERÊNCIAS

AHARONIAN, A; RANGEL, A. **‘Rede Atlas: A Força-tarefa dos “Libertários de Ultra Direita” por uma Ofensa Capitalista na América Latina’**. Carta Maior, 17 de Agosto 2018. **Atlas Network (site oficial)** – Disponível em: < <https://www.atlasnetwork.org/>> Acesso realizado em 12/01/2018.

Atlas Network – Center for Latin America: Disponível em <<https://www.atlasnetwork.org/center-for-latin-america>> Acesso realizado em 20/01/2018.

BOURDIEU, P. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas Papiurus, 1996.

BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. 152 p.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global**. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2002.

COX, R. W. **Gramsci, hegemony and international relations: na essay in method**. in Stephen Gill (ed.), Gramsci, historical materialism and international relations (Cambridge: Cambridge University Press, 1993), pp. 49-66.

COX, R. W. (1981), “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”, in R. W. Cox e T. Sinclair, **Approaches to World Order**. Cambridge, Cambridge University Press.

FANG, L. Esferas de Influência. In **The Intercept**, 11 agosto, 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>> Acesso realizado em 12/01/2018.

FISCHER, K; PLEHWE, D. Redes de Think Tanks e Intelectuales de Derecha en América Latina. In **Nueva Sociedad**, num. 245, maio-junho 2013, p.70-86.

FISCHER, K. **A rede Atlas: Espalhando think tanks de livre mercado pelo mundo**. In Diálogo Global (ed), Think tanks neoliberais. DG, v. 8, Agosto de 2018, p. 10-12.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, v. 3, 2007.

A NOVA DIREITA NO YOUTUBE

Natália de Azevedo Pereira¹

Resumo

Minha proposta de estudo se discorrerá dentro do canal no Youtube de Arthur do Val, mais conhecido como Mamaefalei, O objetivo geral da pesquisa será de buscar entender quais são os sentidos mobilizantes compartilhados pelos discursos deste youtuber em seu canal durante o período eleitoral de 2018. Meu problema de pesquisa compor-se-á em quais são os conteúdos mobilizantes do canal de Arthur do Val no Youtube? A hipótese que parto para a pesquisa é de que existe um uma busca pela hegemonia discursiva de Arthur do Val perante indivíduos que ele discorda. A principal ferramenta metodológica para análise dos vídeos do canal Mamaefalei será a Análise do Discurso, com base na Teoria de Discurso de Ernesto Laclau. Ao analisar os discursos deste jovem político a partir da teoria do discurso de Laclau também será possível observar a construção da identidade deste político e ao mesmo tempo a desconstrução dos outros indivíduos, realizadas por esse sujeito, a partir dos seus discursos. A partir de uma pesquisa exploratória no canal de Arthur do Val foi possível observar que ele se insere em uma disputa pela hegemonia das práticas discursivas perante os sujeitos de oposição a ele.

Palavras Chaves: Youtube, Ernesto Laclau, Teoria do Discurso, identidade, hegemonia.

INTRODUÇÃO

A partir de 2013 ocorreram diversas manifestações por todo o Brasil, alguns brasileiros não estavam satisfeitos com a administração do governo e foram as ruas, primeiramente pelo aumento das passagens em algumas cidades e pela melhoria da qualidade desses transportes públicos depois deslocou-se para uma esfera mais política guiada pela classe burguesa.

A discrepância nessas manifestações foi as grandes mobilizações nas redes sociais, daí em diante o arranjo desses protestos mudara de local, agora passarão a ser também em ambientes virtuais. Uma das maiores mudanças que podemos verificar são o aumento de debate e engajamento nas redes sociais, e segundo Abreu (2016) foi nesse cenário que a nova direita brasileira ganhou espaço, uma direita mais organizada e militante que viria a ascender cada vez mais dentro do país. A “nova” direita inicia sua ascensão no interior destes movimentos e das manifestações contra o até então Governo de Dilma Rousseff. A partir das últimas eleições foi

¹ Aluna do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Pelotas. E-mail: natiazevedop@gmail.com

possível verificar a ascensão da direita por meio da predileção popular pelo candidato de direita Jair Bolsonaro como novo presidente do Brasil.

Desde 2014 está emergindo um novo grupo de elegidos que surgem a partir dos movimentos sociais de direita como o Movimento Brasil Livre (MBL), figuras como Kim Kataguirí, Fernando Holiday e Arthur do Val, todos filiados ao partido DEM, tem ganhado espaço no campo político a partir de seus trabalhos nas mídias sociais. Estes sujeitos se caracterizam por ser jovens de direita liberal, com discursos polêmicos, possuem milhares de seguidores nas redes sociais e se utiliza de seu canal no Youtube para promover conteúdos sobre política e seus posicionamentos. Segundo Silva: “O engajamento do cidadão passa hoje, inevitavelmente, por mediações online e o uso de ferramentas digitais de comunicação constitui uma via real e cotidiana de mobilização política” (SILVA et al, 2014).

Minha proposta de estudo se discorrerá dentro do canal do Youtube de Athur do Val, intitulado Mamaefalei. Por pertencer a esse grupo de políticos eleitos que se articulam bem nos meios virtuais, submeto-me a desenvolver minha pesquisa sobre este sujeito. A escolha por esta figura se deu por conta dele possuir muitos conteúdos em seu canal com diversos assuntos, o sujeito em questão, algumas vezes saí do ambiente virtual e vai as ruas entrevistar indivíduos em manifestações e foi eleito para deputado estadual em 2018. O canal de Arthur conta com mais 2,5 milhões de inscritos e setecentos e noventa e sete vídeos até o momento, e existe desde 2015.

O objetivo geral da pesquisa será de buscar entender quais são os sentidos mobilizantes compartilhados pelos discursos deste youtuber em seu canal durante o ano 2018. Meu problema de pesquisa compor-se-á em como Arthur do Val construiu sua identidade diante de confrontos? Para tentar responder este problema de pesquisa proponho alguns objetivos específicos: analisar como o sujeito pesquisado confronta os indivíduos de oposição; observar como ele desconstrói os discursos de oposição; identificar quais são as manifestações que o sujeito busca visitar; analisar o comportamento discursivo deste político dentro de seus vídeos. A hipótese que parto para a pesquisa é de que existe antagonismo entre Arthur do Val e os indivíduos que ele aborda nas ruas.

DESENVOLVIMENTO

Arthur do Val em alguns de seus vídeos dentro do seu canal *Mamaefalei* do Youtube, sai do ambiente virtual e vai as ruas debater com indivíduos que assumidamente têm posição discursiva divergente da sua. O discurso aqui assume centralidade, pois ele está em disputa. Essa disputa é hegemônica e ela presume que há antagonismos presentes nestes debates entre Arthur e as pessoas opositoras que aparecem em seus vídeos. Os antagonismos surgem quando Arthur tenta construir sua identidade desconstruindo a dos sujeitos entrevistados por ele, onde o papel dele é confrontar e depreciar o discurso oposto ao seu. Conforme Daniel Mendonça: “antagonismo é a impossibilidade da constituição de um sentido objetivo, ou positivo, a toda formação discursiva” (MENDONÇA, 2003, p.138)

A construção do seu eu depende da impossibilidade do outro, o outro surge como a sua negação, o seu antagonismo. Ainda segundo Mendonça: “não estamos diante de quaisquer fronteiras políticas, mas de fronteiras antagonicas, as quais privilegiam o momento da negatividade, no sentido de que o meu inimigo é responsável pela construção da minha própria identidade” (MENDONÇA, 2012, p. 218). Para a formação da minha identidade, no caso aqui trabalhado a construção da identidade de Arthur do Val é preciso existir o inimigo, que para ele são os sujeitos de esquerda, e assim vise e versa.

A partir destas categorias será possível realizar a análise dos vídeos selecionados para análise discursiva da pesquisa e verificar quais (se Arthur do Val ou os entrevistados) dos indivíduos realiza o antagonismo e o indivíduo que é antagonizado.

REFERENCIAL

O termo *direita* e *esquerda* surgiu na política em 1789 na França na Assembleia Nacional Constituinte, de início os grupos formados pelos nobres, clero e o terceiro estado que seriam as pessoas comuns se dividiram por uma questão de espaço e para facilitar a contagem dos votos, do lado direito os nobres e o clero chamados de girondinos, do esquerdo o resto do povo, intitulados jacobinos. Aos poucos essa separação foi ganhando uma conotação de divisão política onde cada lado representava suas convicções, Cruz et al (2015). A partir do séc. XIX houve uma forte ideologização entre ambos grupos, e grandes estudiosos como Marx que era considerado de esquerda ganharam destaque com sua ideologia e ideias que ganha admiradores até os dias de hoje.

Atualmente, a polarização já não é tão fácil de se realizar, ao longo do tempo os dois grupos ganharam subdivisões, e saber identificá-los virou uma questão pesquisada por muitos estudiosos. Norberto Bobbio em seu livro “Direita e Esquerda” comenta sobre o fato da direita e da esquerda irem muito além do *capitalismo vs comunismo*, as duas conotações hoje perderam o verdadeiro sentido e se tornam coloquiais por muitas vezes, os indivíduos têm se preocupado muito em descobrir quem pertence a qual ideologia e subjetivamente já tem seus pré conceitos sobre cada uma, e para ele o que as difere é o ideal da igualdade, Bobbio (1995).

Dado que a pesquisa se centralizará na direita, será indispensável trazer uma bibliografia vasta sobre a direita, alguns dos autores que serão trazidos são Norberto Bobbio para uma compreensão mais clássica e Flávio Henrique Casimiro, Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel e Gustavo Codas que tratam sobre a direita brasileira em um contexto contemporâneo e principalmente a “nova” direita.

Um ponto que podemos observar nesta nova direita são seus discursos, esta nova direita é uma releitura da direita que vem se moldando ao longo de décadas e agora vem ganhando espaço e notoriedade, seus discursos agradam a muitos cidadãos por enfatizar agendas que a população reivindica, como por exemplo a segurança.

O discurso vai muito além da fala em termos linguísticos, ele está no agir, no pensar, ele provoca sentidos. “O discurso, assim, deve ser entendido a partir da admissão de que toda prática social é uma prática significativa, pois que o social em si é um social significativo” (MENDONÇA, 2012). Para Ernesto Laclau e Chantal Mouffe o social é politicamente construído, e este é um dos pontos centrais da Teoria do Discurso, seguindo está lógica o político assumi papel central na teoria, este político não possui lugar fixado, ele sempre substitui uma lógica social anterior, e irá ser substituído algum dia, ele possui uma dimensão ontológica, assim como o discurso.

Nas palavras dos tradutores de Laclau e Mouffe: “o político não subsiste apenas no Estado, enfim, nem informando as atividades explicitamente designadas como ‘políticas’. O político está onde quer que se produza uma ordem de coisas, um regime de práticas” (LACLAU E MOUFFE, 2015, p. 22). O clássico *Hegemonia e estratégia socialista*, é uma obra pós-fundacionalista e pós-estruturalista, por reconhece que não há fundamentos fixos do social, nem há uma última estrutura do social. A categoria de antagonismo, empregada por Laclau em sua teoria será fundamental para responder o problema de pesquisa e averiguar a hipótese.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é de abordagem qualitativa, a partir de Análise de Discurso dos vídeos escolhidos para análise dentro do canal do Youtube de Arthur do Val. A seleção dos vídeos ocorreu pelo recorte do ano de 2018 e apenas os vídeos que youtuber vai em encontro de pessoas, seja em manifestações, passeatas e encontros de grupos. Foi levantado 33 vídeos nesse recorte de período e cenário. Sendo assim, a principal ferramenta metodológica para análise desses vídeos do canal Mamaefalei será a Análise do Discurso, com base na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. Segundo Daniel Mendonça: “a teoria do discurso deve ser lida como uma empreitada intelectual no sentido de fornecer ferramentas teóricas para a explicação de fenômenos sócio-políticos” (MENDONÇA, 2012).

A análise do discurso estabelece o discurso como objeto teórico pelo qual é possível explicar a relação da língua com a história, e explica o sentido ao contrário da linguística, e o discurso é o objeto teórico onde se pode ver a relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer, Silva et al (2005). A escolha pela Teoria do Discurso de Laclau fora por conta das categorias que o autor trabalha e reformula em sua obra em parceria com Chantal Mouffe *Hegemonia e Estratégia Socialista* de 1935, dada a seleção dos objetos de análise da pesquisa foi verificado a possibilidade de se trabalhar com a categoria de antagonismo de Ernesto Laclau neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jonas M. **Comportamento político violento e avanço global da direita: uma análise do caso brasileiro**. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Editora UNESP, 1995.

CRUZ, S. V; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Orgs). **Direita volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

LACLAU, Ernesto.; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. / Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015.

MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº9, pp. 205-228, 2012.

MENDONÇA, Daniel de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 20, p. 135-145, jun. 2003.

SILVA, F. P.; SARGENTINI, V. M. O. **Análise de discurso político e a política da análise de discurso**. Estudos de Lingua(gem). Michel Pêncheux e a Análise de Discurso – Vitória da Conquista, n. 1, p. 83-90, Junho de 2005.

A EVOLUÇÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS POLÍTICOS FEMININOS NO BRASIL

Laura Braga Gotuzzo¹

Resumo

O livre exercício da cidadania está atrelado ao exercício de direitos políticos. Se analisarmos a data das concessões políticas às mulheres, é interessante observar que não fazem 100 anos desde a conquista de destes direitos, sendo importante salientar que as restrições ao voto feminino foram retiradas, somente, no ano de 1946, quando a obrigatoriedade de votar passou a ser também das mulheres. Salienta-se que estas concessões não foram dadas senão a partir de muita luta feminina, através de reivindicações e protestos, estes livres exercícios constitucionais. O intuito do presente artigo será abordar a evolução histórica dos direitos políticos femininos, passando por todo o contexto histórico do exercício de cidadania e a evolução legislativa de direitos femininos no Brasil. O objetivo geral do presente artigo será discorrer sobre a evolução dos direitos políticos femininos no Brasil e como objetivo específico será abordada a evolução história de cidadania, até a atualidade, demonstrando que a mulher somente teve direitos políticos quando conseguiu exercer sua cidadania, para tanto é necessário compulsar a legislação brasileira. A metodologia utilizada será através da pesquisa bibliográfica da doutrina e da legislação brasileira.

Palavras Chaves: Cidadania, Direitos Femininos, Voto Feminino, Direitos Políticos.

INTRODUÇÃO

O exercício da cidadania é livremente expressado através do direito a voto, ou seja, do poder de escolher seu representante político e ter voz ativa no rumo do país. No decorrer do presente resumo expandido será observado que esses direitos foram concedidos ao sexo feminino cerca de 100 anos atrás.

Antigamente as mulheres eram vistas como propriedade, ora do pai e posteriormente dos maridos, tendo como atributos básicos cuidar do lar, dos filhos e do marido. Seus direito

¹ Graduada em Direito pela Universidade Meridional – IMED (2015/02). Aluna Especial no Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado em Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), na disciplina: “Cidadania e Gênero: Perspectiva das Mulheres no Mundo do Trabalho”, ministrada pela Dra. Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira (2019/01). E na matéria “Jurisdição Constitucional, Controle de Constitucionalidade e Tutela dos Direitos Fundamentais Sociais”, ministrada pelo Dr. Marcelo Nunes Apolinário. E-mail: lbgotuzzo@hotmail.com.

de cidadania eram suprimidos, uma vez que estes já eram exercidos através de seus maridos.

Somente com o decorrer dos anos e através da luta feminina no decorrer da história, aos poucos as mulheres foram adquirindo direitos civis e podendo exercer sua cidadania, tendo dentre estes direitos o principal meio de exercício da cidadania o voto e, conseqüentemente, o direito a participação política.

Nesta esteira, o presente resumo estendido tem como objetivo geral discorrer sobre a evolução histórica dos direitos políticos femininos, passando por todo contexto histórico do exercício da cidadania feminina, bem como dos avanços políticos legislativos, os quais deram direitos as mulheres. E, como objetivo específico, abordar a evolução da cidadania feminina até a atualidade, demonstrando que o direito a voto, bem como os direitos políticos, são fundamentais para o livre exercício da cidadania.

A EVOLUÇÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS POLÍTICOS FEMININOS NO BRASIL

O Conceito de cidadania, basicamente, restringe-se a exercer a vida em sociedade. Porém, se for analisado com atenção é possível verificar que inclui diversos direitos e deveres, motivo pelo qual cidadania seria uma condição igualitária civil e política, sem distinção de gêneros.

Uma vez que as mulheres eram vistas como propriedade do marido ou dos pais, estas não possuíam direitos, tendo deveres de cuidar do lar e serem responsáveis pela educação dos filhos. Muitas destas mulheres exerciam trabalhos formais, principalmente em fábricas, onde os seus salários eram inferiores aos dos homens, mesmo exercendo as mesmas funções ou realizando atividades afins. As desigualdades entre os gêneros eram gritantes e inúmeras. Mesmo realizando muitas atividades tais quais os homens, as mulheres ainda tinham seus direitos suprimidos e, desta forma, não poderiam exercer uma livre cidadania.

Logo, o exercício da cidadania está atrelado ao direito de poder exercer direitos políticos de eleger e ser eleito, para as mulheres estes direitos foram adquiridos tardiamente. Uma vez que no decorrer da história eram vistas como propriedade, ora do pai e posteriormente do marido, não havia necessidade de que estas expressassem suas vontades, uma vez que já havia quem os fizesse por elas.

Com o decorrer dos anos, após começarem a realizar trabalhos assalariados, principalmente na indústria têxtil, as mulheres começaram a realizar movimentações, reivindicando seus direitos. Dentre estas mulheres, tem-se Leolinda Dalltro, a qual fundou em 1910 o Partido Republicano Feminino e tinha como objetivo representar e integrar as mulheres na política brasileira. Tendo como principal bandeira a defesa do acesso as mulheres à educação, o livre exercício de voto e a participação destas nos cargos públicos.

Outra mulher importante para a luta dos direitos políticos femininos no Brasil foi Bertha Luz, a qual em 1919 fundou a Liga Pela Emancipação Intelectual da Mulher, tornando-se, posteriormente, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a qual tinha como objetivo principal a luta pela igualdade política das mulheres.

Estes direitos foram acatados na década de 30, com o Anteprojeto de Código Eleitoral do ano de 1932 e, posteriormente, com a Constituição de 1934. Estes garantiam os direitos políticos femininos, contemplando as mulheres com o direito a voto. Bem como, permitia que estas ocupassem seu espaço público, podendo através do voto exercer poder decisório.

Ressalta-se que este direito não era absoluto, uma vez que não poderia ser exercido por todas as mulheres, somente poderiam ter direito a voto as mulheres casadas, desde que tivessem autorização do marido. E, também, as viúvas e solteiras, desde que tivessem renda própria. Esta restrição foi retirada com a Constituição de 1934, porém votar não era obrigatório para as mulheres, como era para os homens.

Nos anos que se passaram, os direitos políticos femininos foram perdendo a força, ressurgindo na Constituição de 1946 com a obrigatoriedade do voto tanto para homens quanto para mulheres. Dentre as grandes conquistas políticas femininas, nos anos que se passaram, tem-se o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, este criado em 1985, através dos movimentos feministas da década de 1980, o qual colocou como um dos principais assuntos discutidos a violência contra a mulher.

Outra conquista importante feminina no meio político ocorreu no ano de 1995, onde a legislação decretou que 20% das vagas de cada partido político devem ser preenchidas por mulheres. O intuito desta lei é incentivar a participação feminina na política brasileira, tendo o direito tanto de votarem quanto de serem votadas. Sendo importante ressaltar que o número de

mulheres eleitas vem crescendo, tanto que já tivemos a primeira presidente mulher no ano de 2011.

A nível internacional existem tratados e legislações através dos quais o Brasil comprometeu-se com a proteção dos direitos da mulher, como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ou também denominada, Pacto de São José da Costa Rica, e Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Estes, via de regra, tem como principal objetivo fazer com que os Estados priorizem a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres.

É evidente que os direitos políticos femininos, ou seja, o livre exercício da cidadania feminina foi adquirido tardiamente e ocorreu, somente, após muita luta. E independentemente de todos os avanços que ocorreram até a atualidade, ainda é nítido que os direitos femininos são colocados em segundo plano nas políticas públicas.

METODOLOGIA

Para elaboração do presente resumo estendido foi necessário compulsar a legislação brasileira, atentando-se a evolução dos direitos de voto a mulheres, bem como sua participação política. Para tanto, também foram utilizados artigos extraídos de sítios eletrônicos.

CONCLUSÃO

No decorrer do presente resumo expandido foi possível analisar que não fazem 100 anos desde a concessão dos direitos políticos femininos, os quais não foram absolutos no primeiro momento, tendo determinadas restrições, uma delas e a que mais chama a atenção era a necessidade de ter constituído matrimônio para poder exercer os direitos a voto. Mesmo com estas restrições tendo sido retiradas na Constituição de 1934 é interessante observar que elas estavam presentes no pensamento da sociedade brasileira em algum momento da história.

As questões de gênero eram muito latentes na sociedade da época, motivo pelo qual somente em 1946 o direito a voto passou a ser obrigatório também para as mulheres. Sendo importante ressaltar que estas concessões não foram dadas senão a partir de muita luta feminina, através de reivindicações e protestos, livres exercícios constitucionais.

Hoje os principais direitos concedidos as mulheres e que podemos usufruir livremente, sugeriram graças a luta de outras mulheres no decorrer dos anos, as quais tiveram muita importância se analisarmos a questão histórica. Como todas as grandes mudanças da história do mundo, estas ocorreram somente através de luta e reivindicações, independentemente de gênero.

Sendo importante destacar que o aumento da participação das mulheres na política, faz crescer a luta pelos direitos femininos, uma vez que é comum mulheres exercerem a luta por direitos do coletivo feminino. Porém, é sabido que as mulheres ainda não exercem completamente sua cidadania, uma vez que os direitos femininos são colocados em segundo plano nas políticas públicas.

Outra questão importante a ser destacada e concluindo o entendimento do presente resumo é que mesmo com a gama de direitos alcançados, as mulheres ainda não conseguiram a igualdade prevista na Constituição Federal, tampouco livraram-se dos preconceitos e estereótipos sofridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Elza Maria. **O voto feminino no Brasil – a luta pela participação política da mulher.** Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/ConquistaVotoFemininoBrasil.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

COELHO, Renata. **A Evolução Jurídica da Cidadania da Mulher Brasileira – breves notas para marcar o dia 24 de fevereiro, quando publicado o Código Eleitoral de 1932 e os 90 anos do voto precursor de Celina Viana.** Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Evoluojuridicadacidadaniadamulherbrasileira_RenataCoelho.pdf. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

FILHO, Cyro de Barros Rezende. NETO, Isnard de Albuquerque Câmara. **A Evolução do Conceito de Cidadania.** Departamento de Ciência e Letras. Universidade de Taubaté, São Paulo/SP.

MOTTA, Anda Dara dos Santos. TOLOTTI, Mariana. GOMES, Aline Antunes. **A Conquista do Voto Feminino na História das Constituições Brasileiras.** Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/5128/7781>. Acesso em: 05 de agosto de 2019.

DIÁLOGO COM ANTONIO GRAMSCI: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE A PARTIR DA CATEGORIA DOS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS

Victor A. D. Bonafé¹

Resumo

O presente trabalho refere-se a um estudo em andamento, cujo objeto de análise é o Movimento Brasil Livre. O estudo terá como base o referencial teórico-metodológico de Antonio Gramsci, especialmente as notas dos *Cadernos do Cárcere* dedicadas ao tema dos intelectuais. A fonte dos dados serão reportagens jornalísticas publicadas desde 2014. O objetivo é compreender a relação do MBL com sua atividade organizativa e diretiva na sociedade, em resumo, entender qual a natureza da organização e seu papel no conjunto das relações implicadas na sua prática política. O MBL e outros movimentos que se organizaram para manifestações pró-impeachment em 2014, no princípio com bandeiras de anticorrupção e antipetismo, foram capazes de expressar também os ideais do liberalismo econômico, com uma forte dose de conservadorismo, disputando com uma agenda neoliberal pautas chave como privatizações, Estado mínimo, desburocratização, livre mercado e, posteriormente, defendendo os pacotes da reforma trabalhista e reforma da previdência. O MBL conseguiu dar continuidade às suas atividades após os primeiros anos de mobilizações, nas eleições de 2018 conquistou quatro vagas no legislativo; dadas as atuais circunstâncias, aparenta seguir no sentido da formação de um partido político.

Palavras Chaves: Intelectual orgânico; MBL; hegemonia; conflito político;

INTRODUÇÃO

No ano de 2013, em meados do mês de junho, um fenômeno sociopolítico tomou conta das ruas e das mídias em inúmeras cidades por todo o Brasil. Protestos, marchas e manifestações de todo o tipo e caráter aconteceram semana após semana, algumas com cada vez maior número de participantes e maior radicalidade, por consequência, progressivamente a repressão policial aumentava e a coerção violenta era intensificada. As “Jornadas de Junho de 2013”, como passaram a ser chamadas, marcaram definitivamente a história nacional, pois, havia ocorrido um estopim na percepção da realidade brasileira e na participação das massas na atividade política. O estopim dos protestos foi o aumento de R\$ 0,20 centavos na tarifa do transporte

¹ Graduando em Ciências Sociais – Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: victorad.bonafe@hotmail.com.

público, principalmente nas capitais, aliado a um sentimento geral de insatisfação e revolta com a situação real do país. Como há décadas não ocorria, haja vista a condição de passividade e paralisia a qual os grupos populares e as classes se apresentavam, um fenômeno espontâneo de participação e atividade das massas na política emergiu. No entanto, a primeira impressão geral foi a de que o “gigante” havia “acordado”, no passar de alguns meses essa idéia foi se deteriorando e sua força reduzindo, não obstante os acontecimentos de Junho de 2013 foram uma marca e expressão das condições objetivas da vida dos brasileiros.

O Movimento Brasil Livre (MBL) surge no contexto dos protestos de 2013, em sua origem era apenas uma marca criada pela organização Estudantes Pela Liberdade (EPL) para participar das manifestações de rua naquele período². Os Estudantes Pela Liberdade são uma versão local, fundada no Brasil em 2012, da organização supranacional Students For Liberty (SFL), que se denomina como “a maior organização estudantil libertária do mundo”. A SFL, por sua vez, é uma rede de *think tanks* financiada por inúmeras instituições, principalmente pela Atlas Network (nome fantasia da Atlas Economic Research Foundation, desde 2013), fundação que possui entidades organizadas em diversos locais do mundo, sendo uma organização-chave na articulação entre *think tanks* conservadores americanos - especialmente aqueles que se identificam como libertários - e a juventude “antipopulista” da América Latina³.

A criação de uma marca para participação nos protestos, por parte do EPL, era necessária para não comprometer as ligações internacionais do grupo, pois, as organizações americanas são impedidas de doar recursos para ativistas políticos pela legislação da receita americana (IRS)⁴. Mas, o Movimento Brasil Livre foi uma criação tão significativa para a organização que, mesmo passando os protestos de junho, o MBL permaneceu em atividade. Nos anos que se seguiram o grupo ampliou significativamente sua propaganda e visibilidade, em maior parte pela grande mídia, através da participação, do engajamento e organização na construção da campanha pró-impeachment de Dilma Rousseff (PT), então presidente do Brasil, e ataque ao Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse processo, o Movimento expressava seu

² “A Nova Roupagem da Direita - Rede de think tanks conservadores dos EUA financia jovens latino-americanos para combater governos de esquerda da Venezuela ao Brasil e defender velhas bandeiras com um nova linguagem”. In: **Pública Agência de Jornalismo Investigativo**; 23 de junho de 2015.

³ Idem.

⁴ Idem.

caráter ideológico, que em pouco tempo se manifestou publicamente como defensor de uma agenda econômica ultraliberal e um posicionamento político conservador, vias de revisionista.

ELEMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se trata de um estudo em andamento, cujo objeto de análise é o Movimento Brasil Livre (MBL). O referencial teórico-metodológico se apoia em parte no autor Antonio Gramsci, especificamente as notas e estudos compilados nos *Cadernos do Cárcere*, entre 1929 e 1934. O objetivo da pesquisa exploratória é compreender a função intelectual do Movimento Brasil Livre a luz da categoria gramsciana de intelectual orgânico, portanto, realizar um exercício analítico do conjunto de relações sociais implicadas na origem do Movimento e na atuação do mesmo relativa à organização e direção política de determinados setores da sociedade.

A fonte de dados referente à pesquisa exploratória foram diversas publicações e reportagens jornalísticas, em especial três, que aqui serviram como base das informações apresentadas para compreensão acerca do fenômeno estudado. As publicações selecionadas, entre 2013 e 2019, foram as seguintes: “*A nova roupa da direita*”, por Marina Amaral, veiculado pela Agência de Jornalismo investigativo **Pública**, em 23 de junho de 2015; “*Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment*”, por Pedro Lopes e Vinícius Segalla, veiculado no site de notícias **UOL**, em 27 de maio de 2016; e “*Kim Kataguiri, criador do MBL, deputado aos 23 anos*”, por: Aline Ribeiro, veiculado na **Revista Época**, em 26 de janeiro de 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gramsci estuda a questão dos intelectuais buscando uma aproximação concreta da função social exercida por esses agentes na sociedade moderna. O que o leva ao princípio de que todos os homens são intelectuais, porque todos os homens têm e exercitam uma capacidade intelectual (GRAMSCI, 1995), em outras palavras, uma atividade humana cognitiva. No entanto, não são todos os homens que desempenham na sociedade a função de intelectuais. Uma síntese oportuna da função social dos intelectuais orgânicos pode ser encontrada em BEIRED

(1998), onde o autor descreve que a análise de Gramsci detém-se na demonstração do papel (conservador ou transformador) do intelectual como figura que organiza a cultura e os homens: que articula o centro do aparelho estatal de poder com o restante do corpo social; e que ao produzir ideologia fornece consciência e homogeneidade às classes que representa.

Ocorrido o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, e conseqüente troca do poder executivo para o então vice-presidente, Michel Temer passa a assumir a cadeira presidencial. O Movimento, que antes se posicionava enquanto apartidário e independente, expressa seu caráter de classe e, definitivamente, dos interesses que representa, sua atuação política com significativa articulação partidária⁵, passa a contribuir com a agenda programática do governo. A continuidade e acirramento no desmonte estatal então passa a ser articulada através das reformas. O MBL, por conseqüência de suas pautas, atua intensamente na defesa e divulgação da PEC 241 ou PEC 55, chamada “PEC da Morte”, e do pacote de reformas trabalhistas e reformas da previdência.

Em resumo, e objetivamente, a agenda e o programa econômico ultraliberal tem por primazia a expansão do capital mediante um fluxo econômico mundial que se arranja em meio a um espectro de crise irremediável, pressionando as economias dependentes a uma maior e ampla sujeição às leis tendências do capital, transfiguradas no discurso enquanto leis do mercado, o fim das políticas públicas e distributivas, e um desmonte da economia local. As redes de organizações, na prática, funcionam como aparelhos privados na luta por hegemonia ideológica e cultural, tanto quanto, pela conservação da dominação econômica.

CONCLUSÕES

O Movimento Brasil Livre, precisamente, foi o embrião, ou fenômeno político, melhor sucedido na sociedade na perspectiva de organizar uma base de pessoas engajadas na defesa, sem restrições, da ideologia do livre mercado. Concretamente, dispondo de vozes e financiamento para disputar na sociedade civil uma agenda ultraliberal, expressa em pautas-chave como privatização ampla de estatais, desburocratização, redução dos impostos e Estado mínimo, inclusive desafiando a noção de soberania do Estado. O ultraliberalismo, ou o

⁵ “Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment”. In: **Portal de notícias UOL**; 27 de maio de 2016.

neoliberalismo acrescido de fundamentos ‘libertários’, não é um fenômeno recente, mas tomou proporções excepcionais em diversos países, sua escalada as agendas econômicas, atualmente, está se dando principalmente na América Latina através de organizações, movimentos e fundações, “*think tanks*”, que funcionam como instrumentos catalisadores locais para propaganda e militância de determinados grupos em prol das teses libertárias.

Nas eleições de 2018, os principais quadros do Movimento que disputaram as eleições parlamentares, conquistaram quatro cadeiras no parlamento, três vagas estaduais e uma vaga federal. Esse fato, somado a vontade declarada dos próprios membros coordenadores do Movimento em formar um partido, de fato, sugere o caminho na construção de um partido político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEIRED, José Luís B. “A função social dos intelectuais”. In: **Gramsci - A vitalidade de um pensamento**. Org. Alberto Aggio. Editora Unesp: São Paulo, 1998. pg. 121 - 132.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad: Carlos Nelson Coutinho. 9 ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1995.

LIGUORI, Guido; e VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano 1926 - 1937**. 1 ed. Boitempo: São Paulo, 2017.

FONTES JORNALÍSTICAS

Amaral, Marina. “A Nova Roupagem da Direita - Rede de think tanks conservadores dos EUA financia jovens latino-americanos para combater governos de esquerda da Venezuela ao Brasil e defender velhas bandeiras com uma nova linguagem”. In: Pública Agência de Jornalismo Investigativo; 23 de junho de 2015. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em 06 de julho de 2019.

Lopes, Pedro; e Segalla, Vinicius. “Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment”. In: Portal de notícias UOL; 27 de maio de 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>>. Acesso em 06 de julho de 2019.

Ribeiro, Aline. “Kim Kataguiri, criador do MBL, deputado aos 23”. In: Revista Época; 26 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/kim-kataguiri-criador-do-mbl-deputado-aos-23-23398913>>. Acesso dia 06 de julho de 2019.

MULHERES MIGRANTES EM RIO GRANDE/RIO GRANDE DO SUL: TRATAMENTO OFERTADO DO PONTO DE VISTA DO FEMINISMO INTERSECCIONAL

Alanah Tramasoli¹

Resumo

O presente trabalho possui o intuito de analisar a maneira que as mulheres migrantes são tratadas desde sua chegada ao Brasil, precisamente, na cidade de Rio Grande/RS. O texto apresenta pontos significativos que devem ser observados para que se compreendam as oportunidades que foram ofertadas a elas, bem como, quem as ofertou e de que forma isso influencia nas suas vivências desde que chegaram ao nosso país. Ainda, mister se faz ressaltar que a exposição do presente tema é observada sob a ótica do feminismo interseccional, das políticas migratórias e dos direitos humanos. Insta, observar que as informações advindas dessa troca de informações, são ferramentas indispensáveis a aplicação dos Direitos Humanos, tendo em vista, que muitas dessas mulheres se encontram socialmente isoladas, pois muitas vezes encontram dificuldades na obtenção de um emprego, inserção em grupos, possibilidade de estudar; dificuldades estas geradas em consequência – na maioria das vezes – do idioma, e em outros casos de um preconceito enraizado numa sociedade com um número expressivo de indivíduos xenófobos, racistas e classistas.

Palavras Chaves: Mulheres. Migrantes. Feminismo

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido, principalmente, sob uma ótica feminista, tendo em vista que não há como debater sobre temas que discorram sobre o tratamento oferecido à mulheres sem abordar a forma como as mulheres são inferiorizadas na sociedade, sobre como existe preconceito em pleno século XXI a respeito das capacidades das mulheres e a forma como elas podem agregar valor ao ambiente que as cercam. Não realizar políticas que disponibilizem o mínimo de dignidade as mulheres migrantes, é ir contra o Estado de Direito, é ir contra os Direitos Humanos e todas as disposições presentes na nossa Constituição Federal. Um país com aproximadamente 209 milhões de habitantes, com diversas nacionalidades e origens, precisa respeitar e acolher novas culturas de todos os indivíduos que chegam ao nosso país, sem quaisquer distinções. Lutar contra uma sociedade preconceituosa é dever de todos, no entanto,

¹ Graduanda – Universidade Católica de Pelotas.

é uma tarefa muito mais árdua para aqueles que se encontram em território novo e que muitas vezes não dispõe de qualquer facilitação para sua inserção no convívio social, pelo contrário, usualmente encontram barreiras que as impedem de integrar o ciclo populacional.

O feminismo surge como um instrumento de combate a opressão sofrida pelas há décadas, que se impõe de forma a invalidar suas lutas, seus papéis na sociedade, suas capacidades, suas vitórias e sua importância. Uma das vertentes do feminismo é o chamado feminismo interseccional que reconhece que algumas mulheres enfrentam, além da discriminação de gênero, discriminações envolvendo raça, etnia, credo e etc. Desta forma, há de se reconhecer que além do combate relacionado ao sexismo, o feminismo precisa auxiliar essas mulheres que são subjugadas e desconsideradas como parte da sociedade, e que na maioria das vezes esse preconceito estrutural que acomete sem distinção de gênero, acaba sendo exercendo muito mais impacto nas mulheres do que nos homens, haja vista, que a qualquer momento os direitos adquiridos por elas em um longo e tortuoso caminho são questionados e postos a prova, de forma que é perceptível a vulnerabilidade a qual se encontram inseridas, mesmo com todas as informações dispostas referentes a inegável e injusta distinção por gênero.

Alhures, as mulheres não possuem domínio sobre seu próprio corpo, sua vida, suas vontades; deixar seu país de origem é um ato de coragem, coragem criada em nome de si mesmas, de seus filhos, de seus maridos, de suas famílias que ficaram para trás, coragem essa que advém de força adquirida por essas mulheres durante uma vida inteira, e que nós em obediência aos Direitos Humanos, ao Estado Democrático de Direito e a valores que devem propagar compaixão e respeito com o próximo, devíamos lutar para manter.

METODOLOGIA

Para desenvolvimento do trabalho em questão, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica em concomitância com entrevistas realizadas com 3 (três) mulheres haitianas que se encontram atualmente no município de Rio Grande/RS, em que as perguntas realizadas foram as seguintes: *idade, quando veio para o Brasil, por que veio para o Brasil, tem marido residindo aqui, tem filhos, tem intenção de voltar pro seu país, o que mais chamou atenção no Brasil inicialmente, qual a maior dificuldade encontrada, se está trabalhando ou estudando e como veio para o Brasil.*

DESENVOLVIMENTO

A primeira entrevistada, atualmente com 26 anos de idade, veio para a cidade de Rio Grande há 1 ano e 6 meses, de avião, seu marido já se encontrava aqui trabalhando; não tem intenção de voltar para o seu país de origem, refere que foi bem tratada, que pretende trabalhar e estudar, por enquanto está cuidando de seu filho de 6 meses que nasceu no Brasil, se encontra com visto humanitário/permanente e considera que a maior dificuldade encontrada foi o idioma. A segunda entrevistada possui 27 anos, chegou ao Brasil em jan/2018 através de passagem pelo Chile e Argentina. Também possui uma filha de 7 meses, nascida no Brasil. Pretende se estabelecer no país, através de estudo e trabalho, refere que foi bem acolhida e sua maior dificuldade de convivência é o idioma. A última entrevistada possui 31 anos e chegou ao Brasil há 1 ano e 7 meses, veio junto com seu marido que trabalha no turno da noite em uma firma; relatou sua intenção de voltar ao Haiti no mês de julho/2019, tendo em vista, que mesmo com diploma de enfermeira e possuindo domínio de três idiomas, sofreu preconceito no Hospital o qual trabalhou nesse período, em que foi submetida a episódios de racismo rotineiramente; possui uma filha nascida em seu país de origem e veio para o Brasil acreditando poder lhe proporcionar um futuro melhor, mas refere que aqui não tem emprego, questiona a saúde pública e a dificuldade por conta das temperaturas no inverno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização das perguntas mencionadas e de acordo com as respostas obtidas foi possível observar à imprescindibilidade dos municípios em desenvolver políticas públicas voltadas a recepção dessas mulheres, bem como, de que forma elas podem ser inseridas na sociedade visando uma integração social que lhes permita expor sua cultura e suas impressões a respeito do nosso país, em um ambiente de troca de experiências que lhes agregue maior autonomia, visando uma maior facilidade em sua inclusão na comunidade a qual elas se encontram. O combate ao racismo e ao machismo também precisa ser tratado fundamentalmente desde a infância, para que se desenvolvam adolescentes e adultos com

consciência e isentos de preconceitos que ferem e matam milhares de mulheres ao redor do mundo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUTRA, Delia. Mulheres migrantes peruanas em Brasília. **REMHU – Revista interdisciplinar da mobilidade humana**, Brasília, vol. 20, núm. 39, pp. 299-304, juliodiciembre, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4070/407042016017.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

LUGAR DE MULHER É MESMO ONDE ELA QUISE? A PERCEPÇÃO DAS AUXILIARES DE COZINHA DE UM SHOPPING DE SANTA MARIA (RS) SOBRE A RELAÇÃO ENTRE JORNADA DE TRABALHO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Gabriela Bastos Ribas¹

Resumo

É visível os grandes avanços que o movimento feminista tem conquistado nos últimos anos. A inserção das mulheres na política, no judiciário e em diversos espaços, que antes eram majoritariamente compostos por homens, agora ganham voz e traçam caminhos rumo a igualdade de gênero. Mas se por um lado há avanços, por outro pode-se analisar controvérsias, especialmente no caso de mulheres da classe trabalhadora. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as mulheres que trabalham no setor público dedicam cerca de 73% mais horas que homens em trabalhos domésticos, trabalhando um total de 10 horas semanais a mais. Esta dupla jornada de trabalho utiliza boa parte do seu tempo, podendo afastar a mulher trabalhadora de espaços de luta, como movimentos sociais, votações em câmeras, debates, etc. Espaços estes que caminham rumo à emancipação feminina. Este trabalho, considerando esse contexto, analisa a percepção e os enfrentamentos das auxiliares de cozinha de um shopping em Santa Maria (RS), em relação à jornada de trabalho e a participação política, considerando os impactos que a elevada carga de trabalho gera no envolvimento com questões voltadas para a política e emancipação.

Palavras Chaves: Gênero e relações de trabalho; Jornada de trabalho; Participação política; Movimentos sociais;

INTRODUÇÃO

O que é necessário explicar não é que o faminto roube ou que o explorado entre em greve, mas por que razão a maioria dos famintos não rouba e a maioria dos explorados não entra em greve.

- *Wilhelm Reich*²

A inserção da mulher no mundo do trabalho é resultado de uma série de lutas e reivindicações. Mas seria um grande equívoco afirmar que esse resultado é uma conquista,

¹ 1 Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/Rio Grande do Sul, Brasil.

² 2 Apud Cisne (2015, p. 21).

afinal uma sociedade capitalista precisa de mão de obra barata. Se por um lado temos mulheres lutando pela sua autonomia financeira e por pautas identitárias, por outro temos mulheres em cargos precários no setor público, recebendo salários baixos e enfrentando longas jornadas de trabalho. Além disso, atualmente as mulheres que trabalham no setor público dedicam cerca de 10 horas semanais a mais que os homens, levantando outro debate: o trabalho doméstico ainda é, majoritariamente, responsabilidade da mulher.

De fato a ocupação da mulher no setor público gerou grandes avanços na luta por seus direitos, afinal, saindo de casa ela entra em contato com novos fatores, incluindo o mundo da política e vários segmentos de luta por melhores condições de vida e igualdade de direitos entre homens e mulheres (como é o caso de sindicatos, conselhos e movimentos sociais). Entretanto, as mulheres que conseguem participar desses espaços são, muitas vezes, mulheres da classe média, sem filhos, estudantes e/ou em ocupações que exigem uma profissionalização da mão de obra. Esse não é o caso das auxiliares de cozinha, que por ser um setor de baixa exigência e de mão de obra barata, contrata as mulheres mais insentas de profissionalização e fins econômicos, deixando-as imersas de atividades exaustivas que lhes sugam tempo e disposição. Considerando esse contexto, essa pesquisa busca identificar os principais desafios que as auxiliares de cozinha de um shopping em Santa Maria (RS) enfrentam em relação a jornada de trabalho e a inserção na participação política, coletando dados a partir de entrevistas realizadas no ano de 2017.

Feminismos com o viés liberal, pró capitalistas, não consideram fatores como este de importância, eles defendem que a liberdade de gênero parte de uma premissa individual, focando nas questões econômicas e do corpo. Essas pautas podem afastar uma parcela de mulheres trabalhadoras, mulheres mães, mulheres negras, pois estas dependem da luta por manutenção e sobrevivência, tendo que vender sua força de trabalho e se afastar de espaços considerados feministas, passando muitas vezes a ideia de alienação ou comodismo.

DESENVOLVIMENTO

As mulheres trabalhadoras como auxiliar de cozinha são as mais prejudicadas com a jornada de trabalho, afinal elas são, na maioria dos casos, as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico, repetem os mesmos afazeres de casa no trabalho e, muitas vezes, não possuem

tempo para lazer e descanso. Em decorrer disso são as mais afastadas dos espaços que lutam pela sua emancipação³, ficando muitas vezes alheias aos seus próprios direitos. Essa pesquisa buscou saber a percepção que as trabalhadoras, auxiliares de cozinha de um shopping em santa maria, possuem sobre participação política, e se elas conseguem conciliar uma dupla jornada de trabalho com a inserção nos processos decisórios de políticas públicas e conquistas de direitos, sendo o resultado uma problemática para repensarmos o próprio movimento feminista e suas atuações, reconfigurarmos nossa luta e chegarmos nos espaços onde estão inseridas essas mulheres, vítimas de situações precárias como a falta de divisão sexual do trabalho doméstico, o baixo nível salarial, as extenuantes jornadas de trabalho e a falta de informação sobre direitos trabalhistas.

Os resultados apontam a emergência de um feminismo da classe trabalhadora, que esteja presente no cotidiano dessas mulheres, informando-as, possibilitando instrumentos de luta e as conscientizando sobre seus direitos tanto no setor público quanto no privado. Se as transformações na sociedade civil só acontecem a partir de um processo histórico de lutas, quanto maior for a participação feminina em espaços deliberativos, maiores serão os avanços. Para isso é necessário chegar onde poucos chegam e ouvir as vozes daqueles que pouco falam.

REFERENCIAL

Para tratar questões de gênero e trabalho, a pesquisa utilizou a dialética marxista como base teórico-metodológica para compreender e questionar problemas de desigualdades de gênero numa sociedade capitalista utilizando bibliografias da corrente feminista classista, que analisa as questões de desigualdade pensando nas problemáticas do sistema capitalista. As colaborações de Heleieth Saffiot, com suas pesquisas e debates contidos no livro “Mulheres na sociedade de Classes: mito e realidade” serviu como base de todo o trabalho, pois com ela foi possível refletir sobre as condições de dominação da mulher numa sociedade de classes e as contradições da luta por emancipação no capitalismo. Outra autora base da pesquisa foi Mirla Cisne, com “Feminismo e Consciência de Classe no

³ Emancipação, nesse contexto, refere-se à diferença, apontada por Karl Marx, entre emancipação política e emancipação humana. Sendo a primeira uma obtenção de direitos públicos de grupos privados destes no contexto do Estado, e o segundo referente a própria superação de Estado. Nessa pesquisa, o conceito de emancipação será usado para referir-se à conquista plena de libertação da mulher.

Brasil”. Neste estudo, a autora se debruça na reflexão teórica sobre luta de classes, consciência de classe, ideologia, alienação e a cena do movimento de mulheres no Brasil.

METODOLOGIA

A escolha do local surgiu após o contato com o livro *A Classe Operária Tem Dois Sexos - Trabalho Dominação e Resistência* de Elisabeth Souza-lobo, pensando na problemática da dupla jornada de trabalho e da repetição das tarefas do setor privado no setor público e também na invisibilidade que o trabalho como auxiliar de cozinha possui.

Os dados coletados são resultados de uma pesquisa realizada em novembro de 2017, com 8 mulheres de um shopping em Santa Maria (RS). Todas elas responsáveis por preparar a alimentação oferecida no estabelecimento e também fazer a limpeza do local.

Foi empregue um questionário com perguntas fechadas, a respeito do perfil profissional, familiar e econômico, e questões semiestruturadas, trazendo para debate a percepção das trabalhadoras sobre suas vivências, rotinas, trajetórias com o mundo do trabalho e o contato com pautas feministas. As entrevistas duraram entre 5 a 10 minutos, duas foram mais extensas levando um total de 18 minutos de conversas. Todas as mulheres foram entrevistadas separadamente.

RESULTADOS

O perfil das mulheres entrevistadas varia pouco, a mais nova com 22 anos e a mais velha com 50 anos, renda salarial mensal de R\$1100, das 8 somente 3 não têm filhos e todas elas são as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico.

Das 8 entrevistadas apenas 1 terminou o ensino médio, e outras 2 estão com ele incompleto. 6 das entrevistadas moram em bairros, afastados do centro, enquanto as outras duas moram nas proximidades. Todas elas dependem de ônibus para se deslocar de casa ao trabalho e vice-versa.

Os relatos das entrevistas apontam que há dois principais impedimentos para a participação política, o primeiro é a falta de divisão sexual do trabalho doméstico, onde seus companheiros, esposos ou mesmo filhos, não possuem o hábito de auxiliar nas tarefas do lar, ficando a responsabilidade para elas quando saem da jornada de trabalho remunerado. Outro

fator é o medo em relação a demissão. Das 8 mulheres entrevistadas apenas 2 estavam cientes do direito do trabalhador em aderir greve, as outras 6 não sabiam dessa cláusula. Mesmo as 2 mulheres cientes, nenhuma delas já faltou o trabalho para participar de algum evento político, elas contam que, mesmo sendo direito, não se sentem a vontade e nem querem se colocar ao risco.

As mulheres mais velhas, de idade entre 38 e 45 anos, já participaram de alguma atividade política na juventude, sendo elas comícios eleitorais, votações na câmara municipal e atos pela defesa do transporte público, mas após a inserção no mercado de trabalho e a construção da família, trocaram o movimento social pelas horas de descanso ou organização de tarefas domésticas. As mulheres entre 22 e 30 anos, conhecem o movimento feminista da cidade mas nunca foram em nenhum espaço ofertado. Todas elas concordam com a importância da inserção da mulher na política mas ressaltam que é necessário mulheres “como elas”, que conheçam suas trajetórias e estejam responsabilizadas em melhorar suas as condições trabalhistas e de vida. Das 8 entrevistadas, 7 votaram em pelo menos 2 mulheres na última eleição presidencial, ocorrida em 2014, por se identificarem com pautas sobre igualdade salarial, direito a creches e asseguaração da previdência social.

Sobre suas percepções com a participação política da mulher, houve consensos nas respostas: atualmente há uma grande contradição no movimento feminista que não dialoga com a mulher mãe e trabalhador. Também foi levantada a questão sobre os espaços acontecerem, geralmente, no centro da cidade, ficando ainda mais inviável o deslocamento, visto que elas dependem de ônibus. Ademais, foi relatado também a emergência de um espaço onde os homens, companheiros, pais e filhos, possam estar presentes para refletir sobre suas atuações no espaço privado, dividindo conjuntamente as tarefas domésticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados é possível afirmar que as entrevistadas possuem uma longa jornada de trabalho que se repete no seu espaço privado, sendo elas as encarregadas pela organização e limpeza também da casa. Essa dupla jornada de trabalho as afasta de espaços deliberativos, assim como também as exclui de locais de debate e informações que, como foi relatado, costumam acontecer no centro da cidade.

Mesmo que a pesquisa seja com pouco número e num lugar x da cidade, é possível perceber as carências e emergências das mulheres trabalhadoras. Elas estão nos cargos mais precarizados, também estão fora dos debates políticos e confinadas a uma dupla jornada de trabalho, ou mesmo tripla no caso das mulheres que tentam terminar o ensino médio para profissionalizar a mão de obra.

Ao falar sobre emancipação da mulher é necessário entender quem são as mulheres mais prejudicadas não só pelo sistema patriarcal mas também pelos avanços neoliberais e capitalistas, que se apropriam muitas vezes das falas empoderadas e compram a força de trabalho da mulher mais pobre, colocando-a muitas vezes como responsável por tecer as próprias frases feministas das camisetas vendidas pela indústria da moda.

Não podemos tirar uma mulher da cozinha e colocá-la em outra, assim como não podemos acabar com as cozinhas. Precisamos organizar uma luta política responsável pela socialização e divisão do trabalho, transferindo para a esfera pública as tarefas que até hoje ainda são vistas como responsabilidade da mulher. Precisamos também ensinar sobre política, sobre como funciona a sociedade, chegar nas bases e lugares que mais carecem de informação. Quando uma mulher avança, todas as outras precisam avançar também.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. Cortez Editora, 2015.
- IBGE, IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Acesso em 01 dez.2018**, v. 7, 2014.
- MARX, Karl; SCHNEIDER, Nélio; BRANT, Wanda Caldeira. **Sobre a questão judaica**. Boitempo Editorial, 2010.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de clases: mito e realidade**. Quatro Artes, 1969.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. SMC, 1991.

O CORPO COMO “INSTRUMENTO DE TRABALHO POLÍTICO”: ESTRATÉGIAS E TENSÕES NO MOVIMENTO T EM PELOTAS

Renata Duarte¹

Resumo

Os ativismos trans e travestis (T) têm composto o panorama de movimentos sociais no Brasil, colocando em pauta reivindicações de pessoas e comunidades e delineando novas possibilidades de articulação política. Entretanto, esses ativismos não se estabelecem sem conflitos, erguendo-se diante de um histórico de censura calcada em interpretações normativas do que podem os gêneros e sexualidades. Neste jogo estratégico, vemos que uma das dimensões que se inscreve é a construção social dos corpos, de modo que se tem apontado a corporalidade trans enquanto resistência política *per se*, um “corpo-bandeira”. Tendo em vista este panorama, esta pesquisa procurou compreender, através de uma etnografia desenvolvida no Encontro Regional Sul de Pessoas Trans e na XVII Parada da Diversidade de Pelotas, como o corpo trans expressa e interpela politicamente. Foi possível compreender que essa potência corporal se produz, para participantes dos eventos, em paradoxos - por vezes entendido como alvo de objetificação (em especial quando a intersecção com o trabalho sexual é a tônica) por vezes de admiração (particularmente nos momentos de ocupação carnalizada dos espaços urbanos). Tendo em vista uma enunciação operada no campo de pesquisa, de que o corpo é *um instrumento de trabalho político* procura-se identificar como práticas corporais possibilitam dissidências políticas nestes dois contextos institucionalizados de resistência.

Palavras Chaves: LGBT, corporalidade, política, travesti, trans.

INTRODUÇÃO

Gênero e sexualidade são atravessamentos sociais cada vez mais debatidos publicamente. Seja pela via da contenção (nas retóricas mais reacionárias), da procura pela diversidade (e nos perigos de narrativas em prol de suposta igualdade entre categorias de pessoas) e da afirmação da diferença (em perspectivas que assumem a necessidade de atentar não para a planificação identitária, mas para relações equânimes), se compõe uma densa história. Esse panorama remete a uma série de nuances em termos epistêmicos, ontológicos e políticos, que não se suplantam linearmente, mas sim que demonstram a polifonia destes termos

¹ Graduanda em Turismo na Faculdade de Administração e Turismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel); renata.duarte7@outlook.com.

nos discursos contemporâneos. Considerando isto, um vislumbre de como se compõe esse espaço de discussão, mesmo que brevemente, é importante.

Gênero surge no discurso biomédico como equivalente a sexo - sendo alterado por militâncias feministas no sentido de operar uma torção afirmativa, que coloca em pauta as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres. Em termos de proposta política desponta como uma noção cultivada nos espaços feministas para contestar a naturalização da diferença sexual (HARAWAY, 2004), e é defendida como sendo uma construção social pela qual, como indica Simone de Beauvoir *não se nasce mulher, torna-se*. Assim, a palavra contém como potência uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual (SCOTT, 1990).

Nesse sentido, pode-se dizer que gênero se inscreve como uma descontinuidade histórica, já que promove resistência e criação de formas outras de existir diante dos paradigmas patriarcais. Essa constatação, de que gênero é uma construção social, não se fez de forma estática. Foi absorvida da militância pela comunidade acadêmica, que passou a operar como mais uma frente de luta política em maior (e por vezes menor) consonância com os movimentos sociais. Diferentes perspectivas, usualmente sintetizadas sob a forma das três ondas feministas, foram desenvolvidas. A primeira onda do feminismo procurava, principalmente, igualdade nos direitos contratuais e de propriedade. A segunda onda focava nas desigualdades vivenciadas pelas mulheres como ligadas inexoravelmente, refletindo estruturas de poder sexistas e indicando a potência da concepção de que *o público é privado*. A terceira onda procura desafiar as definições essencialistas da feminilidade e a centralidade nas experiências das mulheres brancas de classe média-alta. Este último marco de descontinuidade histórica, da terceira onda feminista, coloca em questão uma dimensão até então não dita nos movimentos acadêmicos feministas - a reiteração de uma mulher europeia, de classe média-alta e branca como sujeito universal.

Na esteira dessa discussão, de perspectivas mais afeitas a noções pós estruturalistas e descoloniais, sexualidade também passa a ser questionada como uma construção. Por vezes com uma declarada inspiração nos trabalhos de Michel Foucault, em especial no que concerne a obra *História da Sexualidade*, se desenvolvem leituras como as Judith Butler. Nestas

perspectivas, a noção de corporalidade e performance são tomadas como arautos políticos, e dão ensejo para a valorização da existência corporal como potência dissidente.

O termo “corpo-bandeira”, que os interessa particularmente nesta investigação, é derivado desse horizonte teórico, epistêmico e ontológico. Pode ser visto em trabalhos como de Carla Gomes e Bila Sorj (2014) ao tratar das relações da corporalidade, geração, identidade e o movimento feminista na Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. As autoras procuravam evidenciar o duplo papel de importância do corpo durante a manifestação: ser objeto de reivindicação da autonomia das mulheres sobre os próprios corpos, e também, ser o instrumento de protesto. Além de ser o assunto e o veículo do protesto, o corpo é a mensagem, o que denomina de *corpo bandeira* (COELHO; VÍCTORA 2017).

Essa produção acadêmica, particularmente no que concerne a leituras pós estruturalistas e decoloniais que colocam o corpo como esse lugar de protagonismo, se mostra articulada às demandas dos movimentos sociais. Com maior ou menor aproximação, mais ou menos conflitos, se desenvolvem formas de luta política e de transformação social, visando a quebra de sistemas normativos de gênero, sexualidade e outras marcações sociais. Neste aspecto, a organização popular auxilia na construção de debates e ações objetivando mudanças nos padrões, para além dos modos de vida normativos. Considerando essa posição do corpo como forma de trânsito político, símbolos e bandeiras dos movimentos, essa pesquisa buscou compreender como o corpo trans expressa politicamente as demandas do movimento T.

METODOLOGIA

A etnografia é, em definição, um estudo descritivo de grande aprofundamento, em que, segundo Magnani (2009) aquele em realiza a pesquisa entra em contato com a situação em questão, com o dia a dia, podendo compartilhar suas próprias experiências com pessoas interlocutoras. Estabelece-se, assim, uma relação de intercâmbio entre as pesquisadora e interlocutoras, de forma que como processo de pesquisa se inscreva formas de construção subjetiva. Considerando essa perspectiva, utilizou-se nesta pesquisa a observação, construção de diários de campo e conversas informais. A observação se deu ao longo dos quatro dias do Encontro Regional Sul de Pessoas Trans, e também, no evento da XVII Parada da Diversidade

de Pelotas, atentando para os depoimentos e relatos no decorrer das mesas redondas e palestras do evento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A produção do movimento social de travestis e transexuais, e especialmente a ANTRA e a Entlaids³, tiveram um papel fulcral na própria construção de identidade travesti, assim como na construção de um “orgulho travesti” (BARBOSA 2015). Parte disso é evidenciado nos eventos apoiados pela ANTRA que ocorrem por todo o país ao longo do ano, reunindo lideranças, ativistas e parte da população trans e travesti local de forma a criar um espaço de diálogo e troca de experiências, e também, a estabelecer uma rede de apoio. A Associação funciona enquanto uma organização política no Brasil que objetiva a aproximação, mobilização e empoderamento das pessoas trans e travestis de forma a haver uma maior representação na busca da cidadania, demandando pautas comuns e indicações de legislações em prol dos direitos da população trans (ANTRA). Por funcionar em um sistema de filiação, a ANTRA auxilia no processo de criação de uma rede nacional que se intercomunica, tendo, assim, participação ativa em todo o país na construção de eventos e manifestos.

O Encontro Regional Sul de Pessoas Trans é um exemplo de evento promovido pela Rede ANTRA e que possui grande relevância regional. A edição de 2018, ocorrida no município de Pelotas, demarcou a assinatura da lei que garante a utilização do nome social, um dos pontos centrais da luta do ativismo local. O encontro aconteceu em espaços diversos do centro histórico e da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), iniciando-se no edifício da Prefeitura Municipal e seguindo com encenações de teatro ocorrendo no prédio da Secretaria de Cultura, antigos casarões de charqueadores, hotéis e no auditório do Campus Anglo da UFPel. Além disto, ocorreram manifestações artísticas e rodas de conversa no Mercado Público.

Os quatro dias do evento contaram com debates sobre HIV/AIDS, IST, uso de silicone industrial e hormônios, emponderamento das pessoas T⁴ e intersecções entre relações étnicas e de gênero. Entretanto, os dois momentos de maior impacto em todo o evento (com base nas conversas com interlocutoras e observação etnográfica) se concentraram na aula aberta com a temática “Corpo, Gênero e Sexualidade” e na apresentação cultural no largo do Mercado Público de Pelotas, programações em que as convidadas assumiram posturas distintas. Durante

a aula aberta foi evidenciado pelas presentes as trajetórias de vida de privação e preconceito, negação da própria existência nas relações familiares e luta no movimento LGBTQ+ (concomitantemente visto como espaço de articulação política e segregação).

Nas narrativas se compuseram relações entre a erotização e objetificação diante do desejo em situações de trabalho sexual. Além disso, a forma como mesmo em manifestações político-sociais há uma necessidade de reafirmação a partir do corpo, o que foi muito descrito pelas convidadas como “fazer com que sejam vistas para dar visibilidade ao movimento”, colocando em pauta certa “extravagância”, como dito por uma interlocutora, enquanto subsídio para “serem legitimadas”.

Essas narrativas, que se tensionavam entre a constatação da objetificação do corpo e sua potência política, coadunava-se com as apresentações públicas dos eventos, em que os corpos atraíram a atenção daqueles presentes no Mercado Público e outros lugares de grande visibilidade. O discurso acadêmico acerca da performatividade dos corpos, enquanto afastamento ou aproximação das normas de gênero e sexualidade (BUTLER 1993), se fazia presente - em especial, através de certa *carnevalização* bakhtiniana no espaço público.

Na esteira dessa discussão, Barbosa (2015) defende que atualmente o ativismo travesti traz a possibilidade de haver constituição de identidade por meio do “orgulho”. A partir disso, a Parada da Diversidade é entendida como espaço de festividade e celebração do “ser”, funcionando enquanto um local de atuação política diferente do Encontro Regional Sul de Pessoas Trans, ainda que em ambos a ANTRA e outros núcleos tenham participado ativamente da organização.

A presença de travestis e transexuais em locais considerados pertencentes a elite, circulando por muitos territórios em que usualmente estariam presentes durante a noite ocasionou diversos olhares de curiosidade, estranheza e certa aversão, enquanto que para elas representou momentos de reafirmação política. Seus corpos em trânsito que fogem aos padrões sociais provocaram desconforto e afirmação.

CONCLUSÕES

Este estudo, em caráter inicial, tem procurado demonstrar a utilização do corpo enquanto bandeira do movimento T e as diversas nuances e performances que este expressa.

Trata-se de um ponto nodal para a compreensão de como se constrói o movimento social e suas reivindicações, lutas políticas e formas de articulação social. Existindo entre os paradoxos da objetificação e admiração, os corpos trans e travestis se constituem como forças de resistência contra normativas. Assim, podem se inscrever publicamente enquanto *instrumentos de trabalho político*, como referia-se uma interlocutora, para um movimento social que se constitui num contexto politicamente rarefeito de espaços de liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA. **História**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/>. Acesso em: 3 agosto 2019.

BARBOSA, Bruno C. **Imaginando trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo**. Tese em Antropologia Social. Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2015.

COELHO, M. C., VÍCTORA, C. **O corpo que incomoda: Movimentos Sociais, Corpo e Autoridade**. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana. n. 25 - abr. / abr. / apr. 2017 – pp. 156-165. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sess/n25/1984-6487-sess-25-00156.pdf>. Acesso em: 16 agosto 2019.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. **Corpo, geração e identidade: A Marcha das vadias no Brasil**. Revista Sociedade e Estado. v.29. n. 2. maio/agosto 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v29n2/07.pdf>. Acesso em: 16 agosto 2019.

HARAWAY, Donna. **"Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Cadernos Pagu, Jun 2004, no.22, p. 201-246. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>. Acesso em: 11 agosto 2019.

MAGNANI, José G.C. **Etnografia como prática e experiência**. Universidade de São Paulo. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

SCOTE, F.D. **Populações transexuais e universidade: o desafio da aceitação e efetivação da igualdade de direitos ao acesso no ensino superior**. 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidade e 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2zYebh0>. Acesso em: 15 julho 2019.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2):5-22, jul/dez. 1990, p. 05-19. Disponível em: encurtador.com.br/hvRZ8. Acesso em: 14 agosto 2019.

#ELENÃO: QUAIS SUAS MOTIVAÇÕES?¹

Andresa Rosa Paiva²
Henrique Souza da Silva³

Resumo

A partir das eleições presidenciais de 2018, com a forte polarização política junto à ascensão do deputado federal Jair Bolsonaro nas pesquisas presidenciais de intenção de voto, houve significativas transformações no cenário político e social do Brasil. Em 30 de agosto de 2018, foi criado um grupo no Facebook chamado “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, que chegou a contabilizar 3.852.787 membros. Até fins de setembro de 2018, houve atos contra o candidato em vinte Estados do país, incluindo grandes capitais. No dia 29 de setembro, em específico, foi realizado um ato em Porto Alegre que, segundo as organizadoras, ultrapassou o número de 40 mil pessoas. Nesse contexto, o trabalho buscou compreender quais foram os principais motivos que levaram as mulheres porto-alegrenses a se mobilizarem no movimento “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”? Para isso, foram realizadas 109 entrevistas no dia do ato, de plano amostral não probabilístico e por conveniência, com base em um questionário de 23 perguntas, sendo 2 abertas. O resultado nos permitiu verificar três principais motivações apontadas pelas mulheres: 1) “contra Bolsonaro e o que ele representa”; 2) “defesa da democracia e de direitos” e 3) “contrariedade aos preconceitos manifestados pelo candidato”.

Palavras-chave: movimento de mulheres; #elenão; bolsonaro;

INTRODUÇÃO

Carregado de tensão e disputa política, advinda do acirramento de forças pró e anti Partido dos Trabalhadores (PT), as eleições presidenciais de 2018 levaram ao poder uma das figuras mais polêmicas, atualmente, do cenário político brasileiro: o ex-deputado federal Jair Bolsonaro. Marcado por falas muitas vezes consideradas preconceituosas e violentas, o hoje presidente despertou sentimentos de apoio e repulsa de diferentes setores da sociedade⁴. Um

¹ Este foi um trabalho produzido na disciplina de Política VIII: Constituição da Opinião Pública nas Democracias Contemporâneas (2018/02) da grade curricular do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A produção dos dados contou com a ajuda dos também pesquisadores: Ana Berni Helebrandt (UFRGS), Felipe Silva Milanezi (UFRGS) e William Rudy Steigleder (UFRGS).

² Graduada do bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e-mail: andresaapaiva@gmail.com

³ Graduando do bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e-mail: hiquesilva1998@gmail.com

⁴ Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/atos-de-mulheres-contra-bolsonaro-reunem-milhares-em-mais-de-30-cidades.shtml> e https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/21/politica/1540124413_242602.html

dos principais movimentos em resposta à suas colocações e contrários à sua candidatura foi o “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”⁵, grupo que surgiu em fins de agosto de 2018, no período pré-eleições, no Facebook. Expressando os motivos pelos quais não votariam no referido candidato, e acompanhadas da hashtag #EleNão, o grupo virtual tomou grandes proporções, chegando a contabilizar 3.852.787 membros até o acontecimento das primeiras manifestações nas ruas. Até fins de setembro de 2018, houve atos contra o candidato em vinte Estados do país, incluindo as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre. No dia 29 de setembro, em específico, foi realizado um ato em Porto Alegre que, segundo as organizadoras, ultrapassou o número de 40 mil pessoas. Nesse contexto, o trabalho buscou compreender quais foram os principais motivos que levaram as mulheres porto-alegrenses a se mobilizarem no movimento “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”. Para isso, foram realizadas 109 entrevistas no dia do ato, de plano amostral não probabilístico e por conveniência, com base em um questionário de 23 perguntas, sendo 2 abertas. Os principais resultados nos permitiram observar que o posicionamento de Bolsonaro e o tipo opinião e comportamento que ele desperta estiveram entre as principais causas da manifestação.

POLÍTICA, MANIFESTAÇÕES E PROTAGONISMO FEMININO

As cotas para candidaturas de mulheres, implementadas em 1995, se caracterizaram como um primeiro esforço para tentar aumentar a representação e participação feminina na política, cujo ambiente, ainda hoje, é fortemente dominado por homens. Alguns estudos têm apontado que, embora as cotas tenham um impacto positivo no que se refere ao aumento da proporção de mulheres no quadro político, o ganho ainda é muito pequeno, vigorando a lógica de maioria masculina (SCHULZ; MORITZ, 2015). Atualmente, o percentual de mulheres na composição da Câmara dos Deputados (2018) é de apenas 15% (77 mulheres) (CAMARA, 2018). Em paralelo à via institucional, e anterior à ela, a articulação entre mulheres pelo busca de direitos e maior representação obteve diversas conquistas através de movimentos sociais. Mudanças a partir da Constituição de 1988, que legalmente instituiu igualdade de direitos e obrigações independentemente do gênero, e a criação da Lei Maria da Penha (11.240/06),

⁵ Sobre o grupo: <https://m.facebook.com/groups/499414607198716>

reconhecendo um tipo de violência específica contra a mulher e suportando juridicamente a vítima, foram alguns dos avanços alcançados não pela via política convencional, mas por mobilização própria do grupo (PEDRO; GUEDES, 2010).

Segundo Gohn (2011, p. 335), movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas coletivas”. Acrescenta a pesquisadora, que atuam também pelas redes sociais, utilizando-se de meios de comunicação como a Internet. Essas novas dinâmicas de mobilização puderam ser bem observadas no “Movimento Mulheres Contra Bolsonaro”, nascido nas redes sociais e articulado para as ruas.

OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho foi o de compreender os principais motivos que levaram as mulheres a se mobilizar no movimento “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”. Os objetivos específicos foram: 1. identificar o posicionamento políticos das mulheres presentes no Ato e 2. os principais objetivos a serem alcançados na manifestação.

HIPÓTESES

Foram construídas e testadas duas hipóteses na pesquisa, quais sejam:

H1: a discriminação de gênero manifestada em diversas oportunidades pelo candidato em suas aparições públicas está nas origens do movimento pesquisado;

H2: o movimento tende a ter majoritariamente adesão de pessoas que se identificam ideologicamente mais à esquerda, bem como possuem um histórico de mobilizações anteriores;

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa segue o protocolo quantitativo, utilizando-se do método *survey* para coleta de dados.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Foram feitas entrevistas, conduzidas através de um questionário de 23 perguntas, sendo 21 delas perguntas fechadas com múltiplas respostas, e 2 perguntas abertas. O roteiro da entrevista foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa e no referencial teórico consultado, com auxílio da prof. Dr. Jennifer Azambuja de Moraes. As questões foram estruturadas em blocos: “identificação do pesquisado”, assuntos “Democracia e Política”, “Meios de Comunicação” e “Movimento de Mulheres Contra o Candidato Bolsonaro”; seguindo por perguntas sobre o posicionamento do entrevistado em relação a “assuntos que estão sendo debatidos” e, finalizando, “dados sobre o entrevistado e sua família”.

AMOSTRA DOS ENTREVISTADOS

O plano amostral, não probabilístico e por conveniência, foi composto por 109 mulheres presentes ao ato convocado para o dia 29 de setembro de 2018, organizado pelo movimento “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, no Parque Farroupilha, na cidade de Porto Alegre.

ANÁLISE

A análise dos dados foi feita através do software SPSS, objetivando obter frequências, perfil e correlação da amostra. Para melhor apresentar o resultado sobre posicionamento ideológico das entrevistadas, foram criadas faixas, sem um critério específico de agrupamento, onde, numa escala de 1 a 10, foram feitos os seguintes agrupamentos: 1) de 1 a 3: esquerda; 2) de 4 a 5: centro-esquerda; 3) de 6 a 7: centro-direita e 4) de 8 a 10: direita. Para abordar o objetivo específico “Identificar os principais objetivos a serem alcançados na manifestação”, optou-se por somar as respostas obtidas na primeira e na segunda menção, sendo, assim, possível detectar quais dos propósitos elencados seriam a principal pauta da manifestação.

RESULTADOS

Foram entrevistadas mulheres dos 14 aos 82 anos, com idade média de 38,9 anos. O perfil preponderante foi de mulheres entre 20 e 30 anos (27,5%), solteiras (60%), com escolaridade a partir do nível superior incompleto (84 %).

Quando perguntadas sobre participação em outras manifestações, 80,7% das entrevistadas responderam já ter participado anteriormente; suas principais lembranças foram para os seguintes eventos: *Contra a Ditadura, Diretas Já, Fora Collor, Jornadas de Junho de 2013, Parada LGBT, Contra o impeachment de Dilma Rousseff, Fora Temer e Lula Livre*.

Questionadas sobre terem preferência por algum partido político, e caso positivo, qual partido seria, 55% das mulheres responderam que tinham preferência definida. Em ordem, os partidos mais citados foram: PT, PSOL e PDT.

Quando perguntamos por quais meios as participantes ficaram sabendo do ato marcado pelo movimento #EleNão, verificamos que, da amostra pesquisada, 82% das mulheres ficou sabendo deste movimento pela Internet e redes sociais.

Para responder ao objetivo geral - Compreender os principais motivos que levaram as mulheres a se mobilizar no movimento ‘Mulheres contra Bolsonaro’ – foi realizada uma tabulação das respostas obtidas na Questão aberta do questionário (Qual a sua motivação para participar deste movimento?). A partir disso, observamos que os motivos mais citados entre as mulheres participantes do ato foram: “Contra Bolsonaro, suas ideias e sua não representatividade”, com 40 menções, seguidos por “Em defesa da democracia, direitos humanos, civis, políticos e sociais” e “Contra preconceitos (sexismo, racismo e homofobia)” com 23 menções cada. O terceiro motivo mais apontado, mas com apenas 15 menções, foi “A favor do feminismo, empoderamento e/ ou direitos das mulheres”.

Finalizando, em relação aos dados pessoais e familiares das mulheres, constatamos que em relação à ocupação principal, a amostra relacionou, nas três primeiras posições: estudantes (20,2%), empregadas (20,2%) e funcionárias públicas (18%). Em complemento, 65,7% das mulheres pesquisadas não tinham filhos, e 51% delas, afirmam possuir mais de 5 salários mínimos de renda familiar. Em relação à etnia, 63% se autodeclararam brancas, e 21% negras. Sobre ter uma religião, 39% das entrevistadas mencionaram que não tem religião, enquanto 10% se assumiram católicas e 7% espíritas.

Com relação às hipóteses apresentadas e testadas ao longo desta pesquisa, foi possível chegar a conclusões acerca de todas. A hipótese 1 (H1) “a discriminação de gênero manifestada em diversas oportunidades pelo candidato em suas aparições públicas está nas origens do movimento pesquisado” pode ser confirmada, uma vez que a pergunta referente à motivação

pessoal das entrevistadas apontou, como os três principais fatores “contra Bolsonaro e o que ele representa”, “defesa da democracia e de direitos” e “contrariedade aos preconceitos manifestados pelo candidato”. Isto aponta que o machismo de Bolsonaro foi, sim, um fator determinante para a mobilização. Entretanto, nos atentamos para um componente político da maior relevância: o apanhado de respostas da pesquisa indicaria que foi o crescente risco às instituições democráticas, representado pela candidatura do deputado federal Jair Bolsonaro, que propiciou que mulheres de diversas extrações sociais se organizassem e fossem manifestar seu descontentamento.

Já a hipótese 2 (H2) “o movimento tende a ter majoritariamente adesão de pessoas que se identificam ideologicamente mais à esquerda, bem como possuem um histórico de mobilizações anteriores” foi confirmado, uma vez que 93% das mulheres entrevistadas se identificavam com o campo ideológico de “esquerda” ou “centro-esquerda”, sendo 60% correspondente ao primeiro, segundo a recodificação feita. Também foi possível analisar que a maior parte das mulheres ou participava ativamente de outros tipos de mobilização, principalmente *Manifestações, protestos e passeata*, com 70%, isso indica que o movimento contou com uma adesão majoritária de grupos que já tinham acúmulos anteriores de manifestações de rua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARA dos Deputados. **A representação feminina e os avanços na legislação**. 2018. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564231-A-REPRESENTACAO-FEMININA-E-OS-AVANCOS-NA-LEGISLACAO.html>>. Acesso em: 15. ago 2019.

SCHULZ, Rosângela; MORITZ, Maria Lúcia. Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010. **Sociologias**, Porto Alegre, 2015.

PEDRO, Cláudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In: **I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, Londrina, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPED, 2011.

O NACIONALISMO COMO FERRAMENTA DE DOMINAÇÃO: O CASO DA POLÔNIA

Lucca Pires Silva Lima¹

Resumo

O tema de pesquisa é o nacionalismo e a relação com as formas de dominação interna. O objeto de estudo é o nacionalismo na Polónia. A Polónia, desde 2015 passa por um cenário de tensão política e conflitos entre o governo ultraconservador e nacionalista, representado pelo partido Lei e Justiça (PiS), e o Comitê da Defesa da Democracia (KOD). A hipótese a ser testada é mostrar o nacionalismo como um elemento de dominação exercido pela atuação do governo polonês. A metodologia utilizada é a análise de documentos oficiais, reportagens e transmissões jornalísticas que tratam da atual tensão política polonesa. Também são analisadas as pesquisas de opinião pública sobre o nacionalismo. Preliminarmente, conclui-se pela confirmação da hipótese. O nacionalismo serve como ferramenta de submissão de um povo, uma vez que no caso polonês é claro o conflito de interesses entre a elite no governo e a população.

Palavras Chaves: Nacionalismo; Relações Internacionais; Hegemonia.

INTRODUÇÃO

O tema de pesquisa é o nacionalismo e a relação com as formas de dominação interna. O objeto de estudo é o nacionalismo na Polónia. A Polónia, desde 2015 passa por um cenário de tensão política e conflitos entre o governo ultraconservador e nacionalista, representado pelo partido Lei e Justiça (PiS), e o Comitê da Defesa da Democracia (KOD). A hipótese a ser testada foi mostrar o nacionalismo como um elemento de dominação exercido pela atuação do governo polonês. A metodologia utilizada é a análise de documentos oficiais, reportagens e transmissões jornalísticas que tratam da atual tensão política polonesa. Também foram analisadas as pesquisas de opinião pública sobre o nacionalismo. O nacionalismo serviria como ferramenta de submissão de um povo, uma vez que no caso polonês é claro o conflito de interesses entre a elite no governo e a população. Assim, foi procurado entender o papel do nacionalismo na política institucional. Nacionalismo entendido como o princípio de congruência das unidades políticas e nacionais (GELLNER 1983) no Estado-nação que representa uma formação social

¹ Graduando em Relações Internacionais da Universidade do Rio Grande do Sul; lucca_pireslima@hotmail.com; Membro CESPRI.

dividida em classes com vontades diversas e até antagônicas entre si. O objetivo da pesquisa de identificar o uso do nacionalismo nas sociedades possível a através do exemplo empírico da Polônia, que encontra-se em crise política desde 2015 até outubro do ano de 2017.

O Estado-nação é uma formação social dividida em classes com vontades diversas e até antagônicas entre si. Uma dessas classes é a burguesia, classe dominante do sistema de produção vigente. O Estado sendo o centro do poder político burguês na medida em que nele ocorre a organização da luta política de toda a classe dominante (POULANTZAS, 1977). Na Polônia atual a classe dominante tem atuado por vias nacionalistas contra vontades gerais da UE e na polêmica sobre quem tem mais poder: se o judiciário ou legislativo e executivo. Os trabalhos completos deverão ter no mínimo 10 e no máximo 20 páginas, incluindo notas de rodapé e referências. Os textos deverão seguir as normas da ABNT.

METODOLOGIA

O uso do nacionalismo pelo governo tem como função manter a unidade política e nacional, ou seja, o nacionalismo serve como ferramenta de dominação pelas classes dominantes. Os meios utilizadas para esta pesquisa foram:

- Análise de documentos oficiais do governo polonês e da União Europeia;
- Análise de reportagens e transmissões jornalísticas que tratam da atual tensão política polonesa;
- Revisão bibliográfica sobre nacionalismo, Estado e classes;
- E análise de pesquisas de opinião pública sobre o nacionalismo, sentimento quanto à União Europeia e aprovação das medidas do governo.

DESENVOLVIMENTO

No processo político notou-se que o Governo aprovava leis para enfraquecer o poder judiciário. Tendo favorecido o partido de extrema-direita nacionalista: PiS - Lei e Justiça (partido de direita nacionalista). O partido elegera a maioria para o parlamento e o presidente polonês à época (2015) cuja eleição contou com abstenção de metade do eleitorado.

A resposta da população foi a centralização em uma organização (KOD, Comitê para a defesa da Democracia) que organizava-se em multidões pelo país que marchavam pelas ruas das principais cidades em protestos. Com o decorrer destes, a própria União Europeia demonstrou preocupações com a situação polonesa tendo emitido documentos pedindo às autoridades polonesas reparações de seus últimos atos contra o judiciário e avisando-os de possíveis retaliações. Tendo o governo reagido, respondendo às preocupações europeias alegando que em nenhum momento chegou a ferir as regras gerais estabelecidas pelo bloco econômico. Evidenciando ainda que a mudança era esperada pela população: desejo de uma Polônia mais segura para todos (isso enquanto ocorriam protestos pelas cidades mais importantes do país). E tendo ainda amplamente divulgado discursos que foram proferidos pelos políticos representantes do governo e do PiS afirmando que a pressão externa é contra a vontade popular em uma espécie de discurso quase antieuropeu. Com o decorrer da situação desde a eleição e com a crescente utilização dos discursos nacionalistas pelo governo eleito, foi observado o crescimento da intenção de voto no PiS em 20% desde 2015 e diminuição das intenções de abstenções.

Através destes dados à época, foi possível notar que o sentimento unido organizado pelas classes dominantes para perpassar qualquer seção social ou econômica confirmou-se pela pesquisa como ato estratégico e produtor de frutos para aqueles que o discursavam ao demonstrar que o apelo ao sentimento de pertencimento a algo maior é usado.

CONCLUSÕES

Através destes dados à época, foi possível notar que o sentimento unido organizado pelas classes dominantes para perpassar qualquer seção social ou econômica confirmou-se pela pesquisa como ato estratégico e produtor de frutos para aqueles que o discursavam ao demonstrar que o apelo ao sentimento de pertencimento a algo maior é usado. Novas pesquisas são necessárias, contudo, para compreender o uso do nacionalismo em outros contextos históricos poloneses e assim compreender se realmente a estratégia tem histórico de sucesso e como são realizadas. No mais, a pesquisa não demonstrou por fontes indubitáveis que a ação do discurso é unicamente força passível das alterações de intenções de votos, mas sim que como arma estratégica, fora utilizada e fez parte de um todo para que isso ocorresse.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EUROBAROMETER. **Flash Eurobarometer survey 418-Introduction of the euro in the Member States that have not yet adopted the common currency**. Spring 2015 (Analytical report). European Union, 2015.

EUROBAROMETER. **Eurobarometer 72/Spring 2009**. European Union, 2009. European Comission [ec.europa.eu].

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**; tradução de Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1983.

POLÔNIA. Cbos. **Public Opinion Research Center**. Polish PUBLICOPINION: Solid and Professional 6/2017. 2017.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

#ELENÃO: UM MAPEAMENTO DO POSICIONAMENTO POLÍTICO DAS “MULHERES CONTRA BOLSONARO” EM BRASÍLIA¹

Thayla Souza²
Túlio Celini³

Resumo

O presente trabalho busca fazer um levantamento do perfil sócio-econômico e das posições políticas das manifestantes que participaram do ato “#EleNão: Mulheres contra Bolsonaro” em Brasília, no dia 29 de setembro de 2018. Para isso, realizamos um *survey*, com amostra por conveniência, portanto, sem valor de generalização, que pretende fazer uma interpretação sobre a avaliação política do momento eleitoral brasileiro de 2018 por parte das mulheres que participaram desse evento político e de suas motivações. Consideramos de extrema importância analisar a centralidade das mulheres enquanto agentes políticas na resistência à desconstrução da democracia brasileira, sem perder de vista variáveis exógenas que se inserem na luta proporcionalmente ao pertencimento coletivo e articulações políticas daquelas, a exemplo do movimento feminista e suas simpatizantes.

Palavras Chaves: #EleNão; “Mulheres contra Bolsonaro”; Brasília.

INTRODUÇÃO

Nas eleições de 2018, os movimentos feministas e de mulheres contrários à candidatura de Jair Messias Bolsonaro (PSL) mobilizaram nas redes sociais, por meio da *hashtag* #EleNão, mulheres de diferentes regiões do país para participarem, no dia 29 de setembro, do ato “Mulheres contra Bolsonaro”. O protagonismo assumido pelas mulheres enfatiza a relevância da categoria gênero, desde uma perspectiva interseccional, para entendermos as disputas políticas em torno do avanço do conservadorismo legitimado pelo discurso antidemocrático de Bolsonaro (BIROLI, 2018a).

Neste sentido, realizou-se este trabalho com o objetivo de fazer um levantamento do perfil socioeconômico, das posições políticas e as motivações das manifestantes que

¹ Este texto também contou com a co-autoria de Laura Freire e Thaís Cardoso graduandas em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Agradecemos à Prof.^a Danusa Marques pela orientação e apoio na produção deste trabalho.

² Graduanda em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: thaylabm25@gmail.com.

³ Graduando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: tuliopcelini@gmail.com.

participaram do ato “#EleNão: Mulheres contra Bolsonaro” o presente trabalho expõe os resultados obtidos por um *survey* realizado no ato que aconteceu em Brasília.

As organizadoras do evento, compunham movimentos de diferentes segmentos políticos e suprapartidários, dentre eles pode-se citar o “Coturno de Vênus” e o “Juntos”, estimaram que aproximadamente 30 mil manifestantes participaram do protesto, confrontando, assim, os dados divulgados pela Polícia Militar, que contabilizou 7 mil pessoas. Dessa forma, é válido explicitar o fato de que a coleta realizada neste trabalho é caracterizada tanto pelo viés de conveniência quanto pelo não-valor inferencial. Assim, os resultados obtidos trazem consigo a finalidade de se produzir uma perspectiva acerca das participantes do ato e seu engajamento político.

Para isso, organizamos três seções. A primeira discute a metodologia utilizada. A segunda apresenta o perfil socioeconômico das manifestantes, levando em consideração categorias de idade, raça, sexualidade, religião, escolaridade e renda. Já a terceira foca na interpretação sobre a avaliação política do momento eleitoral por parte dessas mulheres e suas posições políticas, a partir de questões como a ideologia, a filiação partidária, sua relação com o movimento feminista, abrangendo diversas abordagens como a percepção sobre uma possível intervenção militar e o porquê são #EleNão. Concluímos realçando a centralidade das mulheres enquanto agentes políticas na resistência à desconstrução da democracia brasileira.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa, foi utilizada amostra por conveniência, para cada variável abordada no questionário a fim de melhor extrair conclusões sobre os dados dispostos. A população amostral abarcou 200 mulheres das mais diversas posições. Ao todo, o questionário contemplava 18 perguntas que abordaram desde temáticas de caráter social, econômico e político. Na análise, foram descartadas perguntas que, apesar de possuírem grau de relevância, acabaram por não se mostrar interessantes para a devida análise proposta.

Para as variáveis utilizadas no presente trabalho, é conveniente explicar que as porcentagens utilizadas fazem jus ao montante de respostas totais e os espectros utilizados seguiram os preceitos de fontes oficiais, tais como IBGE. Para a análise dos dados, foram utilizadas tabelas com estatísticas descritivas e o instrumento textual da nuvem de palavras -

referente à questão aberta acerca das motivações das participantes contrárias ao candidato da presidência à época.

O PERFIL SOCIOECONÔMICO

Ao analisar a categoria idade, observamos que a maior parcela amostral tinha entre 20 a 29 anos, representando 34% das manifestantes. Em contraposição, àquelas de até os 19 anos eram cerca de 9%. Atentamos para o fato de que 10% das entrevistadas tinham mais de 60 anos. Isso nos chama atenção pela adesão de diversas faixas etárias ao ato.

No caso da variável da autodeclaração racial, 42% se autotranscrevem brancas e 53% negras (27% pardas e 26% pretas). Dentre os grupos sub-representados, destacamos a presença de apenas três amarelas (1,5%), duas indígenas (1%) e uma quilombola (0,5%). Seis não declararam sua raça, representando 3% da amostra.

Mais da metade das manifestantes identificaram-se como heterossexuais (67%), enquanto 32% se reconheceram como bissexuais (21%), 9% como lésbicas e 3% como pansexuais.

Quando questionadas acerca de sua religião, 109 mulheres (55%) alegaram não possuir nenhum vínculo religioso; por outro lado, 91 (45%) afirmaram ter alguma crença, dentre elas: 35 católicas (18%), 18 espíritas (9%), 11 de matrizes africanas (7%) e seis evangélicas (3%).

De acordo com a Tabela 1, é possível perceber que a maioria (84%) das manifestantes da amostra tiveram acesso ao ensino superior – completo (44%) e incompleto (40%). Isso evidencia um perfil educacional privilegiado das entrevistadas⁴⁹.

Tabela 1– Nível de escolaridade das entrevistadas em %

| Escolaridade | Quantidade | Porcentagem |
|-------------------------------|------------|-------------|
| Ensino básico | 1 | 1% |
| Ensino fundamental incompleto | 2 | 1% |
| Ensino médio completo | 14 | 7% |
| Ensino médio incompleto | 5 | 3% |
| Ensino superior completo | 87 | 44% |
| Ensino superior incompleto | 79 | 40% |
| Técnico | 12 | 6% |

Fonte: Elaboração própria.

⁴⁹ Não houve diferenciações entre eixos de escolaridade específicos como graduação e pós-graduação. O ensino Técnico não foi incluído enquanto ensino superior.

A renda é outro fator relevante para traçarmos o perfil socioeconômico das mulheres que foram às ruas em Brasília. Podemos verificar que, além do maior fragmento das entrevistadas possuírem acesso ao ensino superior, também estão alocadas em uma parcela significativa de renda per capita acima de cinco salários mínimos (à época, R\$ 954,00).

Tabela 2 - Renda Per Capita das entrevistadas em %

| Faixa de Renda (Per Capita) | Quantidade | Porcentagem |
|-----------------------------|------------|-------------|
| Mais de 20 SM | 11 | 6% |
| De 15-20 SM | 10 | 5% |
| De 10-15 SM | 33 | 17% |
| De 5-10 SM | 48 | 24% |
| De 1-5 SM | 75 | 38% |
| Menos de 1 SM | 12 | 6% |
| Não sei | 11 | 6% |

Fonte: Elaboração própria.

O POSICIONAMENTO POLÍTICO

Através de questionamentos estritamente políticos, foi possível traçar um perfil característico da população amostral. De todas as entrevistadas, a quase totalidade – 158 (79%) - afirmou possuir alguma ideologia política de forma que, deste valor, 152 (76%) se situaram enquanto de esquerda⁵⁰, contrapondo-se a apenas duas (1%) entrevistadas de direita.

No que tange ao eixo de filiação partidária, apenas vinte e duas (11%) mulheres explicitaram possuir filiação institucional com partidos, sendo que todos estes faziam parte do espectro político de esquerda. Destes (PT, PCdoB, PSOL, e PSB⁵¹), o Partido dos Trabalhadores obteve maior número de filiadas, com 15 (65% das manifestantes filiadas) ao todo.

Além disso, a pergunta aberta sobre as principais razões acerca do posicionamento contrário das participantes em relação ao candidato Bolsonaro revela críticas fundamentalmente sociais. O recurso da nuvem é baseado na frequência da utilização de palavras em um grupo

⁵⁰ Nas classificações para espectro político, foram agrupados para esquerda os eixos de centro-esquerda, esquerda e esquerda radical.

⁵¹ Não foi considerada enquanto partido a resposta voltada para o movimento “Consulta Popular”, apesar de ter entrado nas filiações institucionais, visto que este não está registrado no TSE.

textual, ou seja, quanto mais um termo é citado, maior é seu tamanho na representação visual. Partindo desses pressupostos, palavras como “machista”, “racista”, “fascista”, “intolerante” e “violência” caracterizaram o repúdio aos discursos de ódio associados ao atual presidente e então candidato.

A presente nuvem de palavras traz também consigo um cruzamento com as respostas obtidas das variáveis acerca da inclusão ou simpatia pelo movimento feminista, traçando um perfil do feminismo enquanto ponto de partida para debate e combate de opressões (RIBEIRO, 2018). Os resultados obtidos convergem no ideal de uma luta coletiva contra narrativas excludentes - discursos que abrangem exatamente os termos explicitados na nuvem de palavras acima - em que, das duzentas entrevistadas, 153 (77%) se consideraram feministas juntamente com 41 (21%) simpatizantes, já as demais não se declaram. É relevante enfatizar que apesar dos dados apontarem um crescente número de mulheres autodeclaradas feministas, sabemos que nem todas elas estão necessariamente ligadas em seu aspecto institucionalizado à organizações (BIROLI, 2018a).

Figura 1 - “Por que você é contra o Bolsonaro?”



Fonte: Elaboração própria.

Por fim, para esta seção, outro questionamento abarcado que se mostrou relevante quanto ao receio das possíveis consequências da eleição de Jair Bolsonaro. Como resposta à questão sobre uma possível intervenção militar, mais da metade das entrevistadas (68%)

afirmaram crer na possibilidade de uma intervenção militar, contra 18% que afirmou não possuir crenças nessa eventualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise presente traz um olhar multidimensional voltado tanto para o ato do #EleNão quanto ao impulso de mobilização das mulheres em um contexto de fechamento democrático. Como afirma Pateman (1992), a participação política, em si, possui um caráter educacional e carrega um sentimento de integração pela consciência mínima coletiva, entendida aqui como as relações de afinidade com o movimento feminista.

Neste sentido, apesar de termos consciência da fragilidade dos dados sensíveis aqui tratados, consideramos equivocadas as análises que buscam atribuir a vitória de Jair Messias Bolsonaro como um possível efeito contrário da mobilização das mulheres, a partir da *hashtag* #EleNão.

O movimento das mulheres contra Bolsonaro em Brasília revelou dimensões cruciais que geram impactos tanto na esfera individual quanto na pública. A tentativa de influenciar resultados políticos traz consigo a necessidade de se entender a realidade tal qual ela é e em quais contextos há a reprodução de marginalizações como desigualdades estruturais (GURZA LAVALLE, 2016). O receio de ascensão ao poder de um candidato que ameaça a própria existência dos grupos sociais, especialmente pela censura quanto à agenda de gênero, foi explicitado principalmente pelos posicionamentos das entrevistadas em seu combate ao discurso de ódio.

Por fim, quanto ao perfil geral das entrevistadas no ato referido, percebe-se uma alta inserção no espectro político de esquerda, compreendendo um contexto de ameaça e combate ao discurso de intolerância contra minorias, bem como a criminalização da própria esquerda. Além disso, há expressiva taxa de escolaridade (especialmente quanto ao nível superior) e acesso a uma renda significativa entre as manifestantes da amostra, trazendo um caráter de alto posicionamento social.

Assim, consideramos de suma importância entender o movimento #EleNão para além do processo eleitoral, tendo em vista as potencialidades dos movimentos feministas na construção de uma ressignificação dos padrões sociopolíticos estruturais na sociedade. Além

de perceber como o protesto reverberou nas redes sociais, auxiliando na construção do debate acerca do protagonismo das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, Flávia. “#EleNão: as mulheres e a resistência à desconstrução da democracia”. *Blog da Boitempo*, 27 de set. de 2018. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/>>. Acesso em: 30 de jul. de 2019.

_____. “Feminismos e atuação política”. In: **Genêro e Desigualdades: Limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018 pp. 171-204.

GURZA LAVALLE, Adrian. Participação, (des)igualdade política e democracia. In: MIGUEL, Luis Felipe. **Desigualdades e democracia: o debate da teoria política**. São Paulo: Editora Unesp, 2016, pp. 171-202.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RIBEIRO, Stephanie. “Feminismo: um caminho longo à frente”. In: GALLEGOSOLANO, Esther (org.). **O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018, pp. 103-106.